

Bairro(s) do Restelo

Panorama Urbanístico e Arquitectónico

Patrícia Beirão da Veiga Bento d'Almeida

Tese de Doutoramento
em História da Arte Contemporânea

VOLUME I

Abril 2013

Tese apresentada para o cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em História da Arte Contemporânea, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Margarida Acciaiuoli e do Professor Doutor Michel Toussaint Alves Pereira.

Apoio financeiro da FCT e do FSE no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio.

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Aos meus Filhos:

José Maria, Maria Inês e Maria Constança

RESUMO

A presente tese de doutoramento visa analisar o bairro do Restelo em Lisboa, até hoje reconhecido sumariamente pela historiografia como o resultado de uma importante operação urbanística realizada no século XX em Portugal. Limitada temporalmente entre o surgimento da primeira proposta de *urbanização da encosta da Ajuda* (cerca de 1938) e o concurso público de ideias lançado pela EPUL para a *Zona Nascente da Encosta do Restelo* (1991), esta investigação defrontou-se afinal com múltiplas intervenções urbanísticas e arquitectónicas elaboradas por diversos projectistas que durante anos as conceberam sob a orientação de variadas decisões políticas. Esta dissertação tem como principais objectivos identificar os diversos planos e projectos e reconhecer as grandes questões que lhes são subjacentes no contexto do urbanismo e da arquitetura na cidade de Lisboa, bem como identificar as linhas fundamentais para a análise dos diversos planos parciais de urbanização no Restelo e o que aí se foi construindo. Se em finais dos anos 30 do século XX, a “cidade nova” idealizada para a exposição do Mundo Português propunha que a ruralidade desse lugar ao urbano e assim se edificassem, num território à beira rio, moradias para uma classe social sem dificuldades financeiras, com a morte de Duarte Pacheco, o plano inicial do Restelo sofreu imediatamente as primeiras alterações com desenvolvimento do *estudo do projecto do aglomerado de casas económicas da encosta da Ajuda* (1947-1952), destinadas a funcionários do Estado e suas famílias. Com a expansão da malha urbana para norte e dada a carência habitacional que se fazia sentir na capital entre os anos 50 e 70, a prevista habitação unifamiliar vai sendo substituída por multifamiliar. Construções em bloco segundo tipos e modelos inspirados em Le Corbusier e edifícios-torre vieram alterar, em poucos anos, a imagem da encosta tardoz ao mosteiro dos Jerónimos. Entre as moradias edificadas a sul, os blocos a nascente e as torres a norte, o *plano de pormenor da zona do Restelo* (1970) pretendeu fazer a passagem, atenuando a presença das grandes construções na encosta e propondo uma alternativa urbana, mas as sucessivas alterações e a cessação dos trabalhos com a equipa projectista levaram apenas ao seu cumprimento parcial ao qual sucederam-se ainda outras propostas

parcialmente construídas, afinal num processo de sobreposição de decisões ao longo de muitas décadas.

PALAVRA-CHAVE: Restelo, Urbanismo, Arquitectura

ABSTRACT

The object of this doctorate thesis is to analyse the Restelo neighbourhood in Lisbon, until today considered by historians as the outcome of an important urban development operation undertaken in the 20th century in Portugal. Bound in time by the emergence of the first proposal to urbanize *Encosta da Ajuda* (Ajuda Hillside) (around 1938) and the public tender launched by EPUL for the *Zona Nascente da Encosta do Restelo* (Eastern area of the Restelo Hillside) (1991), this survey ended up being confronted with multiple urbanism and architectonic interventions elaborated by different project designers, who for many years worked in conformity with various political decisions. This dissertation ultimately aims to identify the different plans and projects and highlight the major underlying issues in terms of urbanism and architecture in the city of Lisbon, as well as specify the fundamental lines required to analyze the various partial urbanization plans in Restelo and that was by constructing. If towards the end of the 1930's the "new city" idealized for the Exhibition of the Portuguese World proposed converting this rural area into an urban area, and hence give way to the construction of townhouses for a social class with no financial constraints in a riverside territory, with the death of Duarte Pacheco, Restelo's initial plan suffered immediately undergoes the first alterations with the development of the *study for the construction of a group of social and more economic housing on the Ajuda Hillside* (1947-1952), intended for State servants and their families. With the expansion of the urban mesh to the north and considering the existing housing shortage in the country's capital, between the 1950's and 1970's, the previously planned one-family houses were gradually replaced by multiple family housing. In just a few years, a series of housing block units, built in line with the Le Corbusier's orientations, and several tower-buildings altered the image of the slope behind the Jerónimos Monastery. Between the houses built to the south, the block units to the east and the towers up north, the *detail plan of the area of Restelo* (1970) was intended to smooth the transition and mitigate the presence of the large houses built on the hillside, but the successive alterations and interruption of the works with the project designing team resulted in its partial completion, after which

followed other partially concluded proposals, after all, a process of overlapping decisions over many decades.

KEY-WORD: Restelo, Urbanism, Architecture

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, o meu reconhecimento é endereçado aos orientadores que muito contribuíram na preparação, concepção e boa condução do presente estudo. À Professora Doutora Margarida Acciaiuoli cuja rigorosa orientação científica foi sempre acompanhada de preciosa dedicação, nomeadamente nos seminários mensais que preparou durante todos estes anos de trabalho conjunto, onde criticou e deu o estímulo necessário para a escrita de uma investigação de doutoramento, não orientando perspectivas mas esclarecendo sob o ponto de vista metodológico, apoio sem o qual os objectivos que nos propusemos alcançar dificilmente seriam atingidos.

Ao Professor Doutor Michel Toussaint Alves Pereira que co-orientou esta investigação com dedicação e rigor. O seu conhecimento e vasta experiência no campo da teoria e crítica da arquitectura deu-me a necessária segurança para a escrita de um trabalho desta natureza, particularmente com o auxílio da sua preciosa biblioteca colocada inteiramente à minha disposição. Quero ainda expressar o meu agradecimento pelos convites que me foram dirigidos para participar em diversos outros trabalhos de investigação, oportunidades para expor os conhecimentos aqui adquiridos, mas também “válidas desculpas” para continuar a pesquisar as *Arquitecturas* do nosso País.

À Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa pelas facilidades concedidas para a investigação e redacção do presente estudo.

À Professora Doutora Margarida Acciaiuoli, aos arquitectos Michel Toussaint e Nuno Teotónio Pereira e ao Professor Doutor José Augusto França pelas generosas cartas de recomendação que dirigiram à Fundação para a Ciência e a Tecnologia na sequência da minha candidatura a Bolsa de Doutoramento.

À Fundação para a Ciência e a Tecnologia pela bolsa que me concedeu permitindo estar inteiramente dedicada à investigação, alargar o universo de trabalho e colmatar as carências de um certo deserto de meios.

A todos os funcionários dos arquivos da Câmara Municipal de Lisboa que, dentro das suas possibilidades, estiveram sempre disponíveis para facultar documentação e esclarecer dúvidas. Um agradecimento especial à Dra. Inês Moraes Viegas que concedeu gratuitamente um grande número de digitalizações de desenhos técnicos existentes no Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Intermédio.

Aos funcionários do Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, particularmente aos Doutores João Vieira, João Nuno Reis, Cátia Martins e Eugénia Costa, pelo gosto e dedicação que manifestam no trabalho de conservação e depósito em arquivo de tanta documentação útil à investigação em Arquitectura.

À EPUL e a todos os seus colaboradores que contribuíram para a consulta do material depositado nos seus arquivos.

Por todo o material facultado, disponibilidade e interesse em ajudar a complementar este trabalho, são ainda credores de agradecimento: arq. Alexandra Quintas; arq. Anouk Faria da Costa; arq. Guilherme Câncio Martins; arq. Homero José Amaro Gonçalves; arq. João Paulo Martins; arq. João Pedro Conceição Silva; arq. João Pedro Costa; arq. José Afonso Zinho Antunes; arq. Miguel Pimenta e administrativa Luísa Ferreira da CML; Professor Doutor Joaquim Pais de Brito, Director do Museu Nacional de Etnologia; Maria Clara Bastos da Fonseca Borges; famílias Feist, Teixeira da Silva e Azevedo Gama Caldas; Capitão Soares da Academia Militar; Dr. Fernando Ribeiro Rosa, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria de Belém; Dr. José Filipe de Mendonça Athayde de Carvalhosa, Presidente da Junta de Freguesia de São Francisco Xavier; Dra. Paula Folgado da Ordem dos Engenheiros.

Aos meus colegas de doutoramento que incansavelmente ouviram-nos falar do bairro do Restelo e participaram activamente nos seminários mensais preparados pela nossa orientadora, contribuindo para um bom ambiente académico.

O meu profundo agradecimento à generosa amizade partilhada com os amigos Alessia Alegri, Constança Arouca, Gonçalo Nunes, Helena Jerónimo, Inês Henriques, Isabel Mota, Israel Guarda, Joana Brisson, João Queirós e Lima, Linda Eleggaard Hansen, Madalena Reis, Maria Neves, Mariana Lancastre, Mariana Santa Marta, Margarida Brito Alves, Miguel Pimenta, Rita La Feria, Verónica Campos Costa que desde o início acompanharam com expectativa a evolução deste trabalho.

Ao meu marido, pela confiança que desde o início manifestou na certeza de que os objectivos desta dissertação seriam alcançados. Pela leitura atenta e crítica aos manuscritos que por diversas vezes o acompanharam no percurso de comboio até ao escritório e pela preciosa ajuda na execução dos mapas apresentados.

Quero ainda registar o meu profundo agradecimento a todos os familiares, especialmente à minha Mãe que através de apoio e suporte operacional (“Infantário Andorinha”) muito contribuiu para a boa condução da presente investigação; ao meu Pai, que desde cedo me incutiu o gosto pela “descoberta”. Manifesto também a minha gratidão aos meus irmãos, sogros e cunhados.

Por fim mas da maior importância, quero agradecer aos meus filhos, José Maria (2008), Maria Inês (2010) e Maria Constança (2012), que nasceram durante o período em que me encontrei dedicada a esta investigação e que (im)pacientemente percorreram as ruas do Restelo.

ÍNDICE GERAL

VOLUME I

Resumo	V
<i>Abstract</i>	VII
Agradecimentos	IX
Índice Geral	XIII

Introdução	1
-------------------	----------

CAPÍTULO I.

Bairro do Restelo.

A cidade nova iniciada com a Exposição do Mundo Português

1.1. Faria da Costa e os planos de urbanização da encosta da Ajuda	27
1.1.1. O plano de urbanização da encosta da Ajuda	27
1.1.2. O estudo do projecto do aglomerado de casas económicas da encosta da Ajuda	82
1.1.3. O bairro residencial da encosta da Ajuda – 2ª Fase	97
1.2. O plano de urbanização da encosta do Restelo e o seu reajustamento	109
1.3. O “quarteirão” do Ministério do Ultramar e o estudo de urbanização do Restelo e Caramão da Ajuda	145
1.4. O plano de pormenor do Restelo	189

CAPITULO II.

Edificando o(s) Bairro(s) do Restelo

2.1.	O(s) bairro(s) de Faria da Costa	235
2.1.1.	A encosta da Ajuda é fiel à tradição!	235
2.1.2.	O aglomerado de casas económicas da encosta da Ajuda ou o bairro de casas económicas do Restelo	286
2.1.3.	O ensaio da Modernidade no bairro residencial da encosta da Ajuda	310
2.1.4.	Equipamentos que escoram a encosta	357
2.1.5.	Arquitectos e Artistas Plásticos	376
2.1.6.	O ajardinamento da encosta da Ajuda	383
2.2.	Vestígios do bairro concebido pelo Gabinete de Estudos de Urbanização	386
2.2.1.	A Avenida das Descobertas	386
2.2.2.	As cooperativas de habitação	401
2.2.3.	A tentativa de ordenamento paisagístico	434
2.3.	A construção em altura no Restelo	441
2.3.1.	Os prédios	441
2.3.2.	As torres	464
2.4.	O(s) bairro(s) da Empresa Pública de Urbanização de Lisboa	477
2.4.1.	A(s) EPUL(s) Restelo	477
2.4.2.	Outros empreendimentos	503
2.4.3.	O Museu Nacional de Etnologia	509
2.4.4.	A Igreja Paroquial de São Francisco Xavier	517

Considerações Finais **521**

Índice Onomástico 529

Fontes Documentais 558

Lista de Abreviaturas 559

Bibliografia 561

VOLUME II

Índice Volume II I

Anexo 1. Excerto da planta actual da cidade de Lisboa com a marcação dos limites dos diversos planos de urbanização 1

Anexo 2. Texto para um livro de Faria da Costa 3

Anexo 3. Panorama cronológico esquemático, Portugal 1932-1991 17

Anexo 4. Excerto da carta topográfica de Lisboa de Filipe Folque (1856-1858) 35

Anexo 5. Excerto do levantamento da planta de Lisboa de Júlio António Vieira da Silva (Silva Pinto, 1904-1911) 37

Anexo 6. Lista de Técnicos do Gabinete de Estudos de Urbanização da Câmara Municipal de Lisboa 39

Anexo 7. Lista dos Presidentes da CML, 1935-1991 41

Anexo 8.	Lista dos Presidentes do Conselho de Administração da EPUL, 1972-1991	42
Anexo 9.	Edificando o(s) Bairro(s) do Restelo	43
Anexo 10.	Excerto da planta actual da cidade de Lisboa com a marcação das décadas de edificação	356
Anexo 11.	Listagem de arquitectos e edificações no Restelo	357
Anexo 12.	Listagem de engenheiros e edificações no Restelo	431
Anexo 13.	Excerto da planta actual da cidade de Lisboa com a marcação dos projectos dos arquitectos que mais projectaram no Restelo	435
Anexo 14.	Excerto da planta actual da cidade de Lisboa com a marcação dos projectos premiados e dos projectos seleccionados para análise pormenorizada	437

INTRODUÇÃO

*Mas um velho d'aspeito venerando,
Que ficava nas praias entre a gente,
Postos em nós os olhos, meneando
Três vezes a cabeça descontente
A voz pesada um pouco alevantando,
Que nós no mar ouvimos claramente,
C'um saber só de experiência feito,
Tais palavras tirou do experto peito:*

*Oh! Glória de mandar! Oh! Vã cobiça
Desta vaidade a quem chamamos fama!
Oh! Fraudulento gosto, que se atixa
C'uma aura popular, que honra se chama!
Que castigo tamanho, e que justiça
Fazes no peito vão que muito te ama!
Que mortes, que perigos, que tormentas,
Que crueldades neles experimentas!¹*

Luís Vaz de Camões, 1572

É tema da presente tese de doutoramento em História da Arte, área de especialização História da Arte Contemporânea, ***Bairro(s) do Restelo. Panorama Urbanístico e Architectónico***. Com orientação científica da Professora Doutora Margarida Acciaiuoli e do Professor Doutor Michel Toussaint Alves Pereira, esta investigação tem como principal objectivo contribuir para o estudo de um bairro Lisboaeta, o bairro do Restelo que, numa primeira fase, foi denominado de encosta da Ajuda, estando situado na vertente tardoz ao Mosteiro dos Jerónimos e cuja área de intervenção abrangia todo o território a norte deste Monumento Nacional até chegar aos terrenos confinantes com o parque Florestal de Monsanto e a zona envolvente ao Palácio Nacional da Ajuda. Reconhecido pela historiografia portuguesa como o resultado de uma importante operação urbanística realizada no século XX em Portugal, para a sua urbanização e consequente edificação foram necessárias mais de quatro

¹ Fala do velho na praia do Restelo ao ver partir a frota de Vasco da Gama. Ver Luís Vaz de Camões, *Os Lusíadas*, Canto IV, 1572.

décadas, o que corresponde à intervenção de múltiplos arquitectos – e apenas um arquitecto-urbanista – sob a acção política de diversos presidentes da Câmara Municipal de Lisboa.

Para o seu estudo foram considerados quatro momentos, sendo que cada um deles corresponde aproximadamente a uma década e a uma (ou mais) etapa(s) de urbanização. Balizada temporalmente entre o surgimento da primeira proposta de *urbanização da encosta da Ajuda* (cerca de 1938) e, não terminando em 1972 – data (do último) *plano (de pormenor) da zona do Restelo* –, mas em 1991, ano em que a EPUL lança o concurso público para a zona nascente da encosta do Restelo, os objectivos propostos e a especificidade da investigação determinaram a organização desta tese em dois volumes.

Ao **VOLUME I** pertencem dois corpos capitulares. O **Capítulo 1. Bairro do Restelo, a cidade nova iniciada com a Exposição do Mundo Português** analisa cronológica e sequencialmente os diversos planos de urbanização e o **Capítulo 2. Edificando o(s) Bairro(s) do Restelo** incide sobre o que foi efectivamente projectado e construído, bem como o tratamento de alguns espaços exteriores públicos dos diversos “bairros” do Restelo, ou seja, das diversas áreas resultantes da urbanização de cada um dos intervenientes naquela parcela da cidade de Lisboa. Sendo o primeiro capítulo fragmentado em quatro subcapítulos, o ponto **1.1. Faria da Costa e os planos de urbanização da encosta da Ajuda** foi subdividido em três subpontos: **1.1.1. O plano de urbanização da encosta da Ajuda; 1.1.2. O estudo do projecto do aglomerado de casas económicas da encosta da Ajuda; 1.1.3. O bairro residencial da encosta da Ajuda – 2ª Fase**. Este capítulo procura primeiramente desenvolver uma abordagem ao contexto urbanístico em Portugal na primeira metade do século XX, abrangendo, deste modo, o período temporal que antecedeu o primeiro plano de urbanização da encosta da Ajuda de maneira a levantar as grandes questões subjacentes ao urbanismo nesse tempo e na cidade de Lisboa e identificar as linhas fundamentais para o desenvolvimento da análise dos vindouros planos de urbanização. Numa primeira fase, o primeiro arquitecto-urbanista português, João Guilherme Faria da Costa, que veio a fazer parte

dos quadros do Município na Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização e Obras (DGSUO), elaborou o *Plano de Urbanização da Encosta da Ajuda* (c. 1938). Na sequência das políticas desenvolvidas por Duarte Pacheco enquanto Ministro das Obras Públicas (1932-1936 e 1938-1943) e presidente da Câmara Municipal de Lisboa (1938-1943), o plano de urbanização da encosta da Ajuda, enquanto plano parcial de urbanização da cidade, foi integrado no Plano Director de Urbanização de Lisboa (1938-1948) orientado por Etienne De Gröer. Com esta intervenção urbanística e arquitectónica, às portas da Exposição do Mundo Português (1940), procurava-se dar uma nova imagem ao limite ocidental da “capital do império”, cujo cenário se pretendia que passasse de rural a urbano (ou urbanizado) no mais breve período de tempo. Marcado pela baixa densidade populacional, os lotes de terreno onde foram edificadas as habitações (essencialmente unifamiliares) foram vendidos em hasta pública e distribuídos em torno de eixos viários hierarquizados e adaptados à topografia, estruturando o plano à volta de núcleos comerciais que, anos mais tarde, no plano de urbanização da zona a Sul da Avenida Alferes Malheiro (Alvalade, 1945-1948) concebido pelo mesmo arquitecto-urbanista foram definidos por “células”, sendo que cada uma forma uma unidade de habitação independente e organizada em função de um grupo escolar localizado no seu interior. Com a morte de Duarte Pacheco a urbanização do bairro sofre algumas alterações, nomeadamente com o *estudo do projecto do aglomerado de Casas Económicas da Encosta da Ajuda* (1947), nesta investigação denominado de bairro de casas económicas do Restelo (inaugurado em 1952). Igualmente idealizado por Faria da Costa, este “bairro social”, erguido a sul e dentro dos limites do bairro do Restelo, veio alterar o primeiro plano e substituir algumas das previstas moradias privadas implantadas isoladamente no lote e destinadas a uma classe favorecida, por habitações unifamiliares evolutivas e em banda, dirigidas igualitariamente a funcionários do Estado e suas famílias, como tal e por contraposição, a habitantes com outros recursos financeiros. Também com o intuito de dar resposta ao grande número de pedidos de sociedades cooperativas que pretendiam adquirir terrenos para edificar moradias de construção económica para os seus associados neste local privilegiado (do ponto de vista panorâmico/climático), o presidente da Câmara Álvaro

Salvação Barreto volta a chamar Faria da Costa para dar seguimento à extensão do bairro para norte e elaborar o plano do *Bairro Residencial da Encosta da Ajuda – 2ª fase* (1953). Reforçando algumas das ideias que vinham do plano geral de urbanização, este arquitecto-urbanista vai ajustar a malha urbana original e o edificado na 1ª fase a uma rede de arruamentos rectilíneos (eixos principais) e curvilíneos (eixos secundários) que, acompanhando o terreno, ajustam os diversos lotes para que as moradias fossem implantadas de modo a usufruírem das excepcionais vistas sobre o rio Tejo.

Numa segunda fase, com a criação do Gabinete de Estudos de Urbanização (GEU) da Câmara Municipal de Lisboa dirigido pelo engenheiro Luís Guimarães Lobato, o bairro do Restelo, por volta do ano de 1954, sofre novas intervenções urbanas, que são desenvolvidas no ponto **1.2. O plano de urbanização da encosta do Restelo e o seu reajustamento**. Apesar de não ter sido integrado neste gabinete, o engenheiro civil e de tráfego Alberto Dias Ferreira do Nascimento, foi responsável pelo estudo definitivo das vias de circulação das células A, B, C e D, que resultaram na apresentação do *Projecto de Urbanização do Restelo – II Fase* (1957) que não chegou a ser edificado na sua totalidade por ter sido revisto pelos arquitectos (do GEU) Pedro Falcão e Cunha e José Aleixo de França Sommer Ribeiro, responsáveis pelo *Reajustamento da 2ª Fase da Encosta do Restelo* (1959). Dada a carência habitacional que se fazia sentir na cidade de Lisboa, a habitação unifamiliar prevista por Faria da Costa é agora em grande parte substituída por habitação multifamiliar, respondendo aos ensinamentos do mestre Le Corbusier e à Carta de Atenas que por esta altura era considerada um manual de referência para todos os projectistas Modernos. Assim, numa tentativa de oferecer melhores condições de vida para os previstos novos moradores daquele bairro, as propostas apresentadas pelo GEU procuraram a separação entre a habitação e a circulação automóvel e pedonal; a fusão de edifícios dirigidos às diferentes classes de modo a evitar a segregação social; o abandono da “rua tradicional” em favor da implantação de blocos (ou barras habitacionais) soltos e independentes e oblíquos em relação à rua; e a criação de áreas verdes no espaço livre deixado entre (e eventualmente sob) os edifícios.

Seguidamente, com a tomada de posse de António Vitorino da França Borges na Câmara Municipal de Lisboa, o arquitecto Ruy António da Silveira Borges, funcionário da DGSUO, executa o *estudo do conjunto arquitectónico e arranjo urbanístico do pormenor do terreno junto à Rua C.G.* (actual Avenida Ilha da Madeira, 1962) onde prevê a implantação de cinco blocos habitacionais isolados e modernos na encosta do Ministério do Ultramar, analisados no ponto **1.3. O “quarteirão” do Ministério do Ultramar e o estudo de urbanização do Restelo e Caramão da Ajuda.** Mas com a necessidade de expansão da malha urbana para norte e a falta de técnicos no município, alguns dos estudos de pormenor foram entregues a profissionais liberais, nomeadamente ao arquitecto Francisco Zinho Antunes e ao engenheiro Eurico Ferreira Gonçalves que, formando equipa, celebraram contrato com a Câmara para a elaboração do *Estudo de Urbanização do Restelo e Caramão da Ajuda* (1964-1965), vulgarmente conhecido por Plano de Urbanização do Alto do Restelo por se tratar da área a norte da Rua Gregório Lopes (via de “Corniche”). Reunidos diversas vezes com o arquitecto-urbanista George Meyer-Heine para que o plano de pormenor em estudo estivesse integrado no Plano Geral de Urbanização de Lisboa (1963-1967) por ele levado a cabo, foram planeados e edificados edifícios-torre com mais de 8 pisos (alguns com 20 pisos) ligados entre si por corpos de 1 a 3 pisos destinados a estacionamento e comércio quotidiano que, como espaços públicos de transição, deveriam permitir a circulação livre e protegida dos peões e moradores e favorecer as relações humanas. Elaborada pela mesma equipa técnica, apesar de não ter sido construída devida à suspensão por parte do recém-nomeado presidente da Câmara Santos e Castro, a *2ª Fase do estudo de Urbanização do Restelo e Caramão da Ajuda* (1966), também analisada neste subcapítulo, previa dar continuidade à construção de edifícios de altura elevada nos terrenos a sul da via de corniche e ainda um hotel e um centro cultural/comercial em plataforma nivelada para vencer a pendente.

A quarta e última etapa de urbanização é analisada no ponto **1.4. O plano de pormenor do Restelo** e incide essencialmente na acção promovida pelo engenheiro Santos e Castro que, na procura de edifícios com menor altura mas que mantivessem a alta densidade populacional previamente prevista, convidou os arquitectos Nuno

Teotónio Pereira e Nuno Portas que formaram equipa com o arquitecto João Paciência e o arquitecto-paisagista Gonçalo Ribeiro Telles para executarem o *Plano de Pormenor da Zona do Restelo* (1970-1972). Procurando atenuar a aproximação aos planos vizinhos, recuperando modelos da cidade antiga, a nova equipa projectista desenha de novo ruas arborizadas apontadas ao Tejo, fazendo predominar o quarteirão alongado formado por edifícios de habitação colectiva (4 a 6 pisos) em alternância com moradias unifamiliares e bifamiliares em banda (2 a 4 pisos), tipos de habitações que fazem a passagem entre a zona de moradias edificadas a sul, os blocos a nascente e as torres a norte. O plano integrado contemplava ainda uma Área Central de Serviços (centro cívico-comercial, hotel, escritórios e igreja) cujo projecto ficou ao cuidado dos arquitectos Nuno Portas, Gonçalo Byrne e Miguel Aragão mas que não foi construído. Uma vez aprovado o estudo prévio, o plano de pormenor do Restelo é transferido em 1972 para a Empresa Pública de Urbanização de Lisboa entretanto criada, passando esta a ser responsável pela direcção dos trabalhos, nesta fase, também elaborados pelo arquitecto Pedro Viana Botelho e pelo paisagista Francisco Caldeira Cabral que vieram a integrar a equipa. Na sequência do 25 de Abril de 1974, os funcionários da EPUL exigiram que o desenvolvimento dos trabalhos passasse a ser da sua responsabilidade e assim, são rescindidos todos os contractos celebrados com a equipa do *atelier* da Rua da Alegria, acabando o arquitecto Vítor Manuel Afonso Alberto (da EPUL) a ser o responsável pela revisão e projecto da malha urbana a poente. Já com o engenheiro Nuno Krus Abecassis na presidência da Câmara Municipal de Lisboa (e mais tarde na direcção da EPUL), em 1981, é novamente chamada a equipa responsável pelo plano de pormenor para elaborar os projectos dos edifícios situados na encosta nascente mas, por desentendimento entre as empresas do consórcio, a maior parte destes projectos não chegou a ser edificada e, já sob a direcção do engenheiro Joel Hasse Ferreira, a EPUL lança um concurso de ideias para a Zona Nascente da Encosta do Restelo (1991), tendo sido vencedor a proposta apresentada pelo arquitecto Nuno Leónidas que, mais uma vez, não respeitou as directrizes estabelecidas no plano de pormenor.

O **Capítulo 2. Edificando o(s) Bairro(s) do Restelo** foi igualmente dividido em quatro subcapítulos. O ponto **2.1. O(s) Bairro(s) de Faria da Costa** trata do que se projectou e edificou na área correspondente às três fases distintas de urbanização a cargo do arquitecto-urbanista Faria da Costa e foi subdividido em seis subpontos: **2.1.1. A encosta da Ajuda é fiel à tradição!;** **2.1.2. O aglomerado de casas económicas da encosta da Ajuda ou o bairro de casas económicas do Restelo;** **2.1.3. O ensaio da Modernidade no bairro residencial da encosta da Ajuda;** **2.1.4. Equipamentos que escoram a encosta;** **2.1.5. Arquitectos e Artistas Plásticos;** **2.1.6. O ajardinamento da encosta da Ajuda.** Após o encerramento da Exposição do Mundo Português e a edificação de algumas infraestruturas essenciais ao crescimento do novo bairro (nomeadamente arruamentos e saneamento), o território do Restelo vê, aos poucos, os seus terrenos serem loteados (com sucesso) e, logo de seguida, com projectos de licenciamento aprovados num curto espaço de tempo, se dar início à construção de (escassa) habitação multifamiliar, (parcos) equipamentos e (centenas) de habitações unifamiliares. Parte destes projectos foram seleccionados pelos seus autores para serem expostos nas Exposições Gerais de Artes Plásticas (EGAP) e os mesmos ou outros ainda, divulgados nas revistas da especialidade, nomeadamente na *Arquitectura* e *A Arquitectura Portuguesa*. Um número bastante razoável quando comparado com outras zonas da cidade foi galardoado com prémios Valmor ou Municipal, tendo sido dada uma atenção particular a estes projectos. Se durante a década de 40 estas moradias eram de aparência mais tradicionalista, no decorrer da década seguinte, alguns arquitectos mais “ousados” optaram por experimentar novas tendências e, tal como um laboratório projectual, ali sugeriram algumas das mais interessantes propostas Modernas edificadas no país. Uma vez que a grande maioria destes projectos não está classificada, a sua alteração e/ou demolição é todos os dias uma possibilidade pelo que, para além dos exemplos que referimos neste capítulo, cujas (eventuais) adulterações aconteceram no passado, enquanto escrevemos esta introdução, certamente, haverá um/a outro/a edifício/moradia qualificado/a (mas não classificado/a) em risco. Os jardins também não são excepção à regra. Com a manutenção da responsabilidade da Câmara Municipal de Lisboa, os projectos de ajardinamento e tratamento de alguns dos espaços públicos

exteriores resultantes destas três fases de urbanização ficaram ao cuidado do arquitecto-paisagista e funcionário da Câmara, Gonçalo Ribeiro Telles, cujas propostas visavam valorizar a plantação de relvados no interior das praças – Damão, Diu, Goa e Malaca (1951) – envolvendo-as na totalidade ou em parte por maciços arbóreos e plantas de pequeno porte para protecção destes espaços públicos que se pretendiam que operassem como locais de lazer para os moradores, mas que nos dias que correm, votados ao abandono, são locais com frequência duvidosa.

O ponto **2.2. Vestígios do bairro concebido pelo Gabinete de Estudos de Urbanização** foi dividido em três subpontos – **2.2.1. A Avenida das Descobertas;** **2.2.2. As cooperativas de habitação;** **2.2.3. A tentativa de ordenamento paisagístico** – e incide essencialmente nos projectos das moradias de grandes dimensões edificadas nos generosos lotes de terreno da Avenida das Descobertas e, por contraponto, nas moradias a norte da Rua de Alcolena (célula G), destinadas em grande número a sociedades cooperativas. Enquanto funcionário do GEU, o arquitecto-paisagista Gonçalo Ribeiro Telles elaborou ainda o *Projecto de Ordenamento Paisagístico – I Fase* (1956) onde se destaca o *projecto de reavaliação da zona de protecção à Ermida de S. Jerónimo* que procurou salvaguardar e valorizar a área envolvente a este Monumento Nacional que, nas duas principais fases de urbanização idealizadas por Faria da Costa, serviu de elemento central para os seus estudos, tanto na marcação de um eixo com a Torre de Belém (c. 1938), como na tentativa de quebra desse mesmo eixo (1953).

No ponto **2.3. A construção em altura no Restelo**, dividido nos subpontos **2.3.1. Os prédios** e **2.3.2. As torres**, constataremos que em meados da década de 60 do século XX são os edifícios de habitação colectiva que irão marcar a malha urbana edificada na zona norte do Restelo, nomeadamente a nascente, onde são construídos blocos modernos de habitação e na faixa limítrofe do bairro onde são erguidas as polémicas torres.

Por último, subdividido em quatro subpontos – **2.4.1. A(s) EPUL(s) Restelo;** **2.4.2. Outros empreendimentos;** **2.4.3. O Museu Nacional de Etnologia;** **2.4.4. A Igreja Paroquial de São Francisco Xavier** –, o ponto **2.4. O(s) bairro(s) da Empresa**

Pública de Urbanização de Lisboa trata do edificado para EPUL e de alguns empreendimentos e/ou equipamentos que vieram pontuar o bairro. Diversas vezes galardoado com menções honrosas do Prémio Valmor e Municipal de Arquitectura, a EPUL-Restelo foi o empreendimento público mais premiado. Respeitando (ou não) o plano de pormenor (1970), diversos foram os lotes de terreno que foram posteriormente vendidos dando origem a novas edificações sendo algumas delas merecedoras de referência neste ponto da tese como sejam, por exemplo, os edifícios para a cooperativa COOCICLO do arquitecto Gonçalo Byrne, o conjunto habitacional projetado para Restelo Nascente pelo *atelier* do arquitecto Nuno Leónidas ou a polémica Igreja Paroquial de São Francisco Xavier da autoria do arquitecto José Deodorato Troufa Real.

Nos dois capítulos apresentados nesta investigação foi sempre dada prioridade à palavra dos autores dos planos e/ou projectos, podendo as citações anunciadas ser consideradas extensas, no entanto, considerámos ser prioritário expor o defendido pelos diversos urbanistas e arquitectos em detrimento do que se tem escrito ao longo dos anos e que, na verdade, nos poderia conduzir a falsas conclusões ou a apropriações de opiniões fazendo eventualmente destas os nossos entendimentos, o que está longe de ser nossa intenção. A apresentação e análise de algumas das obras edificadas nesta vasta área urbana também nos pareceram essenciais para o seu entendimento arquitectónico no contexto da cidade de Lisboa do século XX. Para a sua exposição, deu-se prioridade às imagens fotográficas da época provenientes, na sua maioria, do arquivo fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa e de alguns espólios particulares e a desenhos técnicos que ilustram o projecto de licenciamento. Com a apresentação e desenvolvimento crítico de determinadas obras, algumas até à data desconhecidas, procurar-se-á fazer justiça a vários *ateliers* de arquitectura que laboraram durante a segunda metade do século XX em Portugal. Não hesitamos em afirmar que, nalguns casos, se tratavam de arquitectos esquecidos, cuja obra era quase inteiramente desconhecida, dado que muitos foram apenas referidos em publicações periódicas e tantos outros nunca divulgados. Esperamos que o culminar desta investigação demonstre a qualidade ou o defeito da

prestação destes técnicos no domínio da arquitectura e a urgência de se ampliar a teia de reflexões sobre os arquitectos portugueses contemporâneos.

No **Volume II** são apresentados catorze anexos que auxiliam e justificam algumas das considerações levantadas no primeiro volume. No **Anexo 1.** é apresentado um *excerto da planta actual da cidade de Lisboa com a marcação dos limites dos diversos planos de urbanização* para visualizar e comparar a área de intervenção de cada um dos planos. No **Anexo 2.** é transcrito um *Texto para um livro de Faria da Costa*, escrito inédito e indispensável para a pesquisa elaborada acerca da sua biografia e intervenções nos diversos planos levados a cabo pela Câmara Municipal de Lisboa, nomeadamente o Plano de Urbanização da Encosta da Ajuda desenvolvido no Volume I, Capítulo 1.1. O *Panorama cronológico esquemático, Portugal 1932-1991* apresentado no **Anexo 3.** permite-nos confrontar as múltiplas mudanças de presidentes da Câmara Municipal de Lisboa, bem como Ministros das Obras Públicas e, claro está, arquitectos e urbanistas intervenientes na zona do Restelo. Os **Anexos 4. e 5.** – *Carta topográfica de Lisboa de Filipe Folque (1856-1858)* e *Levantamento da planta de Lisboa de Júlio António Vieira da Silva (Silva Pinto, 1904-1911)* – permitem-nos comparar aquilo que estava edificado em meados do século XIX e início do século XX com o proposto pelos diversos arquitectos e urbanistas e o projectado e construído entre os anos 40 do século XX e a primeira década do século XXI. Os **Anexos 6., 7. e 8.** correspondem, respectivamente, à *Lista de Técnicos do Gabinete de Estudos de Urbanização da Câmara Municipal de Lisboa, Lista dos Presidentes da CML, 1935-1991* e *Lista dos Presidentes do Conselho de Administração da EPUL, 1972-1991*. Como referimos anteriormente, um dos anexos mais importantes para o desenvolvimento dos capítulos apresentados no primeiro volume é o **Anexo 9. Edificando o(s) Bairro(s) do Restelo** que corresponde ao levantamento efectuado a toda a malha urbana edificada (e alguma já demolida) no perímetro (aproximado) que corresponde ao bairro do Restelo. A consulta de todos os volumes de obra licenciada no Restelo permitiu-nos ter o conhecimento da palavra dos vários intervenientes no processo de edificação, como sejam, os promotores, os arquitectos, os engenheiros, os

técnicos da CML, entre outros. Com o levantamento do anexo 9 elaborámos ainda o **Anexo 10. *Excerto da planta actual da cidade de Lisboa com a marcação das décadas de edificação*** onde foram assinaladas com diferentes cores as décadas de edificação, o que nos permite visualizar a mancha edificada correspondente aos diferentes anos. Relativamente aos **Anexos 11. e 12. – *Listagem de arquitectos e edificações no Restelo*** e ***Listagem de engenheiros e edificações no Restelo*** – refira-se o facto de alguns destes técnicos terem trabalhado em equipa, daí que a morada possa aparecer representada mais do que uma vez. Apesar de determinados projectos contemplarem mais do que um número de polícia, cada lote foi contabilizado como um projecto a partir do momento em que nos arquivos da Câmara Municipal de Lisboa faça parte apenas um número de obra. O **Anexo 13.** apresenta um ***excerto da planta actual da cidade de Lisboa com a marcação dos projectos dos arquitectos que mais projectaram no Restelo*** e o **Anexo 14.** um ***excerto da planta actual da cidade de Lisboa com a marcação dos projectos premiados e dos projectos seleccionados para análise pormenorizada.*** Às **Considerações Finais** apresentadas no Volume I cabe relacionar os dois volumes propondo uma leitura crítica da obra.

Sendo um dos principais objectivos desta investigação a contribuição para clarificação da importância dos processos planificados/projectados na cidade de Lisboa, para o seu desenvolvimento surgiram dificuldades que condicionaram o quadro teórico previamente traçado. A dimensão do bairro (cerca de 300 hectares), o número de planos de urbanização e a quantidade de projectos gerais de arquitectura para este perímetro urbano realizados foram das maiores contrariedades. De modo a analisar os estudos de conjunto e projectos de arquitectura individuais, deu-se continuidade à reflexão com o levantamento dos respectivos planos, legislação e documentos descritivos existentes nos diversos arquivos especializados da Câmara Municipal de Lisboa, nomeadamente no Arquivo Arco do Cego, Arquivo Fotográfico, Arquivo Intermédio e Gabinete de Estudos Olisiponenses cuja documentação foi sendo (re)descoberta à medida que a boa vontade dos seus funcionários e o interesse pelo tema ia crescendo. No que diz respeito à documentação do antigo arquivo da DMPGU (Direcção Municipal de Planeamento e

Gestão Urbanística), depositada no denominado Arquivo Histórico (Alto da Eira) da Câmara Municipal de Lisboa, o acesso a esta foi negado, atendendo ao facto deste arquivo se encontrar encerrado ao público (há mais de 6 anos), o que limita, inevitavelmente, os resultados desta investigação. Consultou-se ainda o arquivo do IHRU (Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana) depositado no Forte de Sacavém, uma vez que tem em seu poder os arquivos dos arquitectos João Guilherme Faria da Costa, Carlos Ramos, Chorão Ramalho, Frederico George e Nuno Teotónio Pereira, bem como dos paisagistas Gonçalo Ribeiro Telles e Francisco Caldeira Cabral. Acresceu ainda outro inconveniente, o encerramento da Biblioteca Nacional por um período de 9 meses (15 de Novembro de 2010 a 31 de Agosto de 2011), o que dificultou e/ou impossibilitou a consulta atempadamente de publicações e periódicos arquivados somente nesta biblioteca pública.

Quando demos início ao estudo da presente investigação, uma das convicções que tínhamos presente era que não seria nosso objectivo realizar um inventário arquitectónico no entanto, tal tornou-se inevitável na medida em que foi com dificuldade que chegámos aos diversos planos urbanos e uma vez “descobertos” nos mais variados arquivos, dado que na maioria dos casos apenas foram localizados desenhos e poucas ou nenhuma partes escritas² (nomeadamente memórias descritivas), a palavras dos arquitectos, dos promotores das edificações e dos funcionários da Câmara Municipal de Lisboa, anunciadas nos respectivos processos de obra, tornou-se imprescindível. Assim, enquanto o levantamento da documentação decorria, baseada também numa investigação de campo com constantes visitas ao local recorrendo a registos fotográficos, foi criada uma base de dados onde foi enumerada toda a malha urbana edificada e onde, sempre que possível, foi indicada: morada (actual e inicial); tipologia (ou tipo de edificação); designação do autor do projecto (arquitecto ou engenheiro); designação do requerente, associado (caso se trate de cooperativa) ou

² O Gabinete de Estudos Olisiponenses, por exemplo, tem diversos desenhos técnicos mas não possui as partes escritas correspondentes pois, sem critério que se justifique, separaram os projectos das suas memórias descritivas justificativas. Neste arquivo localizamos, entre outros documentos, a importante planta que corresponde ao plano de urbanização do *Bairro Residencial da Encosta da Ajuda – 2ª Fase* (1953) da autoria do arquitecto-urbanista João Guilherme Faria da Costa, mas nenhum documento descritivo referente a esta intervenção.

membro (caso de se trate de habitação económica); datas (licenciamento e telas finais); prémio (caso a obra tenha sido merecedora de algum tipo de distinção); número de obra (atribuído pela CML); imagem (fotografia actual, da época ou desenho técnico da fachada principal ou voltada a sul) e respectiva fonte (ou proveniência). No total foram analisadas mais de 1500 obras correspondentes aos diversos tipos de projectos edificados no Restelo e centenas de processos relativos às diversas fases de urbanização. As contrariedades que surgiram no decorrer das investigações, aliadas à inexistência de estudos parcelares sobre as várias fases dos projectos de urbanização, condicionaram toda a estrutura deste trabalho, obrigando a uma série de estudos paralelos que se revelaram morosos e até à data insuficientes para a consolidação de algumas questões levantadas.

Dada a inexistência de informação sistematizada acerca do percurso profissional da maior parte dos intervenientes (arquitectos e/ou urbanistas), devemos salvaguardar que os dados biográficos obtidos de cada um dos técnicos procuraram (re)constituir um breve *curriculum vitae* dos projectistas e são consequência da compilação de informação dispersa, nomeadamente nos arquivos das Faculdades que frequentaram, dos respectivos *ateliers*, testemunhos de familiares e/ou informação apresentada em publicações e periódicos da época sendo por vezes manifestamente ineficiente para a consolidação do entendimento do respectivo quadro profissional. Apesar de tudo, revela-se imperioso salientar que a Ordem dos Arquitectos e a Associação Portuguesa de Arquitectos Paisagistas facultaram a informação pretendida, nomeadamente datas de nascimento e morte e local de formação dos seus membros, informações essas que não foram disponibilizadas pela Ordem dos Engenheiros por serem consideradas confidenciais; o Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa - Arco do Cego facilitou a consulta dos ficheiros pessoais de antigos funcionários camarários; a Escola de Belas Artes do Porto bem como o Instituto Superior Técnico facultaram a consulta das fichas de antigos alunos; incompreensivelmente, no que diz respeito à Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, para consultar as fichas de alunos que cursaram a Escola de Belas Artes de Lisboa e cujo arquivo se encontra actualmente na Faculdade de Arquitectura de Lisboa, a resposta que obtive foi que *ao abrigo da*

legislação CNPD, só poderemos facultar a informação solicitada com autorização expressa dos visados ou dos seus representantes legais. Tais obstáculos revelaram-se dificuldades, pois a informação existente em publicações é (e deste modo, será sempre) manifestamente insuficiente para completar e justificar os diversos percursos profissionais.

Os documentos existentes nos diversos arquivos camarários completados com outros provenientes do IHRU e de espólios particulares foram a principal fonte desta investigação que rapidamente excedeu as nossas expectativas. Para melhor compreensão da diversidade e da dimensão dos documentos obtidos, houve que reconstruir plantas/bases de dados que permitissem o cruzamento das informações pois, para este estudo, revelava-se tão importante abordar o parcialmente edificado plano de urbanização da encosta da Ajuda de Faria da Costa, como apresentar as propostas para a (eventual) remodelação do Estádio do Restelo ou analisar o conjunto urbano Vale do Restelo do *atelier* do arquitecto Francisco Conceição Silva, cujo local de intervenção é já fora dos limites do bairro (noutro concelho) mas cuja apropriação do nome “Restelo” foi inevitável para a promoção do empreendimento que acabou por não ser construído.

Com o fito de chegar a um panorama o mais completo possível para então poder dar início à estruturação de uma apreciação histórico-crítica, consultaram-se ainda os arquivos pessoais dos arquitectos João Guilherme Faria da Costa, Francisco Zinho Antunes e Nuno Teotónio Pereira, em parte também ao cuidado de familiares. Com vista a uma análise comparativa e procura de novos dados, fizeram ainda parte desta investigação alguns depoimentos que resultaram de conversas concedidas por técnicos que intervieram directa ou indirectamente no bairro ou seus familiares, nomeadamente: arq. Guilherme Câncio Martins e arq. Anouk Faria da Costa (familiares do arq. João Guilherme Faria da Costa); arq. João Pedro Conceição Silva (filho do arq. Francisco Conceição Silva); Maria Clara Bastos da Fonseca Borges (filha do arq. Alexandre Steinkritzer Bastos); arq. João Paulo Martins (informações acerca do arq. Cottinelli Telmo); arq. José Afonso Zinho Antunes (filho do arq. Francisco Zinho Antunes); arq. Arq. Homero José Amaro Gonçalves; Professor Doutor Joaquim Pais de Brito (Director do Museu Nacional de Etnologia).

A razão que nos levou a escolher este tema para ser cuidadosamente analisado nesta tese de doutoramento partiu indirectamente da anterior pesquisa realizada para a dissertação de mestrado (FCSH-UNL, 2006). Ao debruçarmo-nos sobre o estudo de *Victor Palla e Bento d'Almeida. Obras e Projectos de um Atelier de Arquitectura, 1946-1973*, apercebemo-nos que esta dupla de arquitectos portugueses, cuja sociedade perdurou 25 anos, projectou inúmeras moradias para o bairro do Restelo, desconhecendo porém o motivo que levou a tantas encomendas. Embora actualmente possamos afirmar que Palla e Bento d'Almeida foram responsáveis por meia centena de projectos para este bairro e que ao longo de quatro décadas tantos outros reconhecidos arquitectos (e alguns urbanistas) foram encarregues de planear este vasto perímetro urbano e para este local projectar equipamentos, habitações (unifamiliares e multifamiliares) e espaços públicos, a quando da investigação de mestrado, apenas tínhamos o conhecimento de alguns destes projectos porque simplesmente este território lisboeta, apesar das contribuições bibliográficas dos últimos decénios e de ser referência incontornável na História da Arquitectura, nunca tinha sido alvo de um estudo aprofundado. Poder-se-á ainda considerar que as citações e referências à obra dos arquitectos Victor Palla e Joaquim Bento d'Almeida são extensas, no entanto, a proximidade familiar revelou-se um factor extremamente positivo na medida em que, naturalmente, o acesso ao espólio, depoimentos, correspondência e entrevistas foi muito facilitado.

Procuramos, com o nosso estudo, contribuir para que a avaliação arquitectónica de certos projectos conduza, eventualmente, ao encaminhamento para preservação e/ou classificação. Uma vez que contribui para um melhor conhecimento da zona deverá servir como alicerce para futura legislação camarária (nomeadamente vindouros Planos Director Municipal) e investigações de outras entidades públicas como por exemplo do Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico que desde 1999 desenvolve no território continental o registo das construções a salvaguardar e o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana uma vez que tem em seu poder um espólio considerável. Auxiliará ainda projectos como DOCOMOMO (Documentação e

Conservação do Movimento Moderno) e IAP XX (Inquérito à Arquitectura do Século XX em Portugal) respectivamente responsáveis pela inventariação da Arquitectura Moderna na península Ibérica e pela Arquitectura do Século XX em Portugal.

Como procuraremos demonstrar, apesar de reconhecida a importância do bairro do Restelo na historiografia portuguesa, a maioria dos ensaios não incide exclusivamente sobre o tema, o que resulta na inexistência de estudos onde seja abordado o percurso urbanístico e architectónico a que este bairro esteve sujeito desde o seu plano geral (c. 1938) até às constantes revisões do plano de pormenor (de 1970 até à actualidade). Na grande maioria dos casos trata-se de abordagens que resultaram do estudo de artigos publicados na época ou da análise de determinadas obras construídas, desconhecendo não só os planos urbanos que não chegaram a ser edificados, mas também alguns dos projectos que apesar de construídos nunca foram meritórios de publicação e/ou divulgação. Se as décadas de 40 a 60 do século XX foram mais “afectivamente” tratadas, as décadas que se seguiram, nomeadamente 70 e 80 foram (propositadamente?) esquecidas. Nuno Portas vem chamar a atenção para tal facto na *Evolução da Arquitectura Moderna em Portugal*, onde afirma que, em meados da década de 70 do século XX, *aparentemente, os architectos que, pelas suas obras, podemos considerar como cultural e profissionalmente mais qualificados não tiveram intervenção significativa – como o tinham tido os seus pares um século antes – nem na racionalização urbanística da expansão ou renovação urbana, nem na racionalização construtiva da edificação que, no entanto, estava a sofrer uma alteração tipológica significativa [...] circunstâncias que podem induzir o historiador ou o crítico na deformação de tomar a arquitectura que fizeram os architectos mais notados na sua época, subestimando a importância, o significado sociocultural, da arquitectura ‘série B’*³. Ora, nesta investigação, é também a arquitectura que os architectos de “série B” (ou de “2ª linha”) elaboraram para o Restelo que quisemos salientar. Sejam os planos ou projectos (urbanos e/ou de arquitectura) de referir e realizados por architectos menos

³ Ver Nuno Portas, “As Décadas Obscuras”, In *Evolução da Arquitectura Moderna em Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008, pp. 164.

(re)conhecidos ou sejam eles menos reconhecidos mas realizados por arquitectos de renome.

Do sítio.

Acerca do sítio do Restelo – assim chamado pela proximidade da praia de Belém onde existia o porto do *Rastelo* a que se referiu Luís Vaz de Camões em *Os Lusíadas* –, uma das mais antigas referências à obra edificada foi-nos dada por Eça de Queirós em *Os Maias: Episódios da Vida Romântica*⁴, onde o escritor nos fala de um hipódromo edificado junto à Capela de São Jerónimo. Na sua tese de doutoramento, a historiadora Margarida Acciaiuoli vem ressaltar a importância da publicação *Lisboa; Da sua Vida e da sua Beleza*⁵ da autoria de José Sousa Gomes que não só nos dá uma imagem da cidade de Lisboa e de como esta era vista nas primeiras décadas do século XX, como salienta que a encosta da Ajuda estava localizada na zona mais ocidental da cidade e completamente separada desta. Para o estudo d’“O Sítio. Do Palácio de Belém”⁶, Isabel Paço d’Arcos publicou um artigo que para além de descrever algumas referências ao local datadas do século XIII e XIV, enumera os principais pontos atractivos existentes no princípio do século XX e chama a atenção para as alterações urbanísticas e sociológicas da zona de Belém decorrentes das primeiras acções promovidas pelo Estado Novo.

Das preexistências habitacionais económicas.

Contíguo ao que hoje designamos de bairro do Restelo mas edificado em território ainda considerado como pertencente a “Belém”, o bairro económico das Terras de Forno (Raul Lino, 1933-1938) foi considerado dos mais relevantes bairros habitacionais destinados à classe operária e como tal, inserido no panorama geral da habitação erguida na capital, dado por José-Augusto França na publicação *Lisboa*:

⁴ Ver Eça de Queirós, *Os Maias: Episódios da Vida Romântica*, Porto, 1888.

⁵ Ver José Sousa Gomes, *Lisboa; Da sua Vida e da sua Beleza*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1937.

⁶ Ver Isabel Paço d’Arcos, “O Sítio. Do Palácio de Belém”, In Diogo Gaspar (coord.), *Do Palácio de Belém*, Lisboa, Museu da Presidência da Republica, 2005.

*Urbanismo e Arquitectura*⁷. No entanto, a proximidade de outros bairros económicos como o de Telheiros da Ajuda/Alto da Ajuda (Eugénio Correia, 1938-1940), Caselas (Couto Martins, 1944-1949) e Caramão da Ajuda (Luís Benavente, 1947-1957), conduziu-nos a outras investigações, nomeadamente à dissertação de mestrado de Carlos Nunes Silva⁸ e de Pedro Janarra⁹, que respectivamente se debruçaram sobre o planeamento municipal da cidade de Lisboa entre os anos de 1926 e 1974 e sobre a política urbanística e de habitação social durante o período do Estado Novo. O artigo “Casas Económicas: Um Programa Emblemático da Política Habitacional do Estado Novo”¹⁰ da autoria de Margarida Souza Lôbo contribuiu para que tivéssemos uma visão alargada (mas sucinta) dos diversos bairros edificados.

Das existências efémeras.

A exposição (efémera) do Mundo Português (1940) realizada nos terrenos a sul do mosteiro dos Jerónimos serviu de mote para o arranjo urbanístico de grande parte do bairro de Belém e para a edificação de uma “cidade nova”. Depois de publicado o número especial da *Revista Municipal*¹¹ dedicado à memória do engenheiro Duarte Pacheco, Margarida Acciaiuoli foi dos primeiros autores a apontar e justificar tal facto não só na sua tese de doutoramento¹², mas também na publicação *Exposições do Estado Novo 1934-1940*¹³. Naturalmente outros investigadores e escritores seguiram esta corrente de pensamento, nomeadamente Fernando Azevedo como comissário da

⁷ Ver José-Augusto França, *Lisboa: Urbanismo e Arquitectura*, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, M.E.C., 1980.

⁸ Ver Carlos Nunes Silva, *Planeamento Municipal e a organização do espaço em Lisboa: 1926-1974*, Dissertação de Mestrado em Geografia Humana: Planeamento Regional e Local apresentada ao Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, 1987.

⁹ Ver Pedro Janarra, *A Política Urbanística e de Habitação Social no Estado Novo - O Caso do Bairro de Alvalade (Entre o Projecto e o Concretizado)*, Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa, 1994.

¹⁰ Ver Margarida Souza Lôbo, “Casas Económicas: Um Programa Emblemático da Política Habitacional do Estado Novo”, in *Caminhos do Património*, Lisboa, DGEMN/Livros Horizonte, 1999.

¹¹ Ver *Revista Municipal*, Nº 17, Número especial dedicado à memória do Engenheiro Duarte Pacheco, Lisboa, Janeiro 1944.

¹² Ver Margarida Acciaiuoli, *Os anos 40 em Portugal. O País, o Regime e as Artes*, Lisboa, Dissertação de Doutoramento em História da Arte Contemporânea apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1991.

¹³ Ver Margarida Acciaiuoli, *Exposições do Estado Novo 1934-1940*, Lisboa, Livros Horizonte, 1998.

exposição *Os anos 40 na Arte Portuguesa*¹⁴; Victor Matias Ferreira em “A Lisboa do Império e o Portugal dos Pequeninos: Estrutura Fundiária e Política Urbana de Lisboa, 1930-1940”¹⁵, “Modos e Caminhos da Urbanização de Lisboa: a cidade e a aglomeração de Lisboa, 1890-1940”¹⁶ e *A Cidade de Lisboa. De Capital do Império a Centro da Metrópole*¹⁷, onde também enumera as expropriações levadas a cabo para que tais intervenções urbanas viessem a suceder, não só para “limpeza” do local e edificação da própria mostra, mas também para que a encosta da ajuda fosse edificada, e como tal, à mercê do olhar curioso do visitante.

Dos planos urbanos.

Preocupado com a cidade de *Lisboa, uma cidade em transformação*¹⁸, Keil do Amaral publicou uma colectânea de artigos por ele escritos ao longo de vários anos para demonstrar a evolução urbanística e arquitectónica da cidade e as consequências que essa evolução veio trazer para os seus cidadãos. Se Nuno Portas foi responsável por uma interpretação sumária sobre *A evolução da Arquitectura Moderna em Portugal*¹⁹ integrada na *História da Arquitectura Moderna* de Bruno Zevi e José Lamas pelo estudo da *Morfologia Urbana e Desenho Cidade*²⁰ desde a Grécia e Roma antigas até ao período Moderno, Margarida Souza Lôbo foi quem se centrou no levantamento dos *Planos de Urbanização: A Época de Duarte Pacheco*²¹ na sua tese de doutoramento, onde sistematizou toda a produção urbanística realizada em Portugal e ex-colónias. A

¹⁴ Ver “Arquitectura e Urbanismo”, In Fernando Azevedo (Com.), *Os anos 40 na Arte Portuguesa*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Março/Maio 1982, vol. 1.

¹⁵ Ver Victor Matias Ferreira, “A Lisboa do Império e o Portugal dos Pequeninos: Estrutura Fundiária e Política Urbana de Lisboa, 1930-1940”, *Análise Social*, vol. XIX, Nº 77-78-79, Lisboa, 1983.

¹⁶ Ver Victor Matias Ferreira, “Modos e Caminhos da Urbanização de Lisboa: a cidade e a aglomeração de Lisboa, 1890-1940”, *Ler História*, Nº 7, Lisboa, edições Salamandra, 1986.

¹⁷ Ver Victor Matias Ferreira, *A Cidade de Lisboa. De Capital do Império a Centro da Metrópole*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1987.

¹⁸ Ver Francisco Keil do Amaral, *Lisboa. Uma Cidade em Transformação*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1969.

¹⁹ Ver Nuno Portas, *A evolução da Arquitectura Moderna em Portugal*, In Bruno Zevi, *História da Arquitectura Moderna*, Porto, Editora Arcádia, 1973.

²⁰ Ver José Lamas, *Morfologia Urbana e Desenho Cidade*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e JNICT, 1993.

²¹ Ver Margarida Souza Lôbo, *Planos de Urbanização: A Época de Duarte Pacheco*, Porto, FAUP Publicações, 1995.

sucinta e esquematizada visão das diversas intervenções urbanas edificadas no bairro do Restelo e a chamada de atenção para a inclusão de habitações para diversos grupos sociais com distintas capacidades financeiras é-nos dada por Nuno Teotónio Pereira, responsável pela entrada referente ao “Restelo (Bairro do)”²² no *Dicionário da História de Lisboa*, e por Michel Toussaint no artigo “Afirmção e Crise da Cidade Moderna”²³ publicado no *Guia de Arquitectura Lisboa 94*. Relativamente ao empreendimento da EPUL no Restelo e ao respectivo plano de pormenor, depois dos artigos publicados à época na revista *Arquitectura*, Sérgio Fernandez foi quem abordou mais demoradamente o tema na sua dissertação para obtenção do título de professor agregado do curso de *Arquitectura*²⁴ da Escola Superior de Belas Artes do Porto – *Percursos: Arquitectura Portuguesa 1930-1974*²⁵. A exposição *Arquitectura e Cidadania. Atelier Nuno Teotónio Pereira* apresentada ao público em 2004 sob a coordenação da arquitecta Ana Tostões, oferece-nos, através de artigos da autoria dos arquitectos Nuno Teotónio Pereira, Ana Tostões, Nuno Portas, José António Bandeirinha e João Afonso, o panorama do percurso académico e profissional traçado pelo arquitecto Nuno Teotónio Pereira e pelo seu atelier, não esquecendo a intervenção realizada para o Restelo e para a EPUL. Ainda relativamente a este tema são de salientar por último as publicações *Arquitectura(s). Teoria e Desenho, Investigação e Projecto*²⁶, *Arquitectura(s). História e Crítica, Ensino e Profissão*²⁷ e *O Ser Urbano nos Caminhos de Nuno Portas*²⁸ que vieram compilar diversos textos da autoria de Nuno Portas, oferecendo uma nota

²² Ver Nuno Teotónio Pereira, “Restelo (Bairro do)”, In Francisco Santana (dir.), Eduardo Sucena, *Dicionário da História de Lisboa*, Lisboa, Carlos Quintas & Associados, 1994.

²³ Ver Michel Toussaint Alves Pereira, “Afirmção e crise da Cidade Moderna”, In Francisco Gentil Berger, Luís Bissau e Michel Toussaint Alves Pereira, *Guia de Arquitectura Lisboa 94*, Lisboa, Ed. Associação dos Arquitectos Portugueses e Sociedade Lisboa 94, Faculdade de Arquitectura Universidade Técnica de Lisboa, 1994.

²⁴ Ver *Arquitectura*, Lisboa, Nº 130, Maio 1974.

²⁵ Ver Sérgio Fernandez, *Percursos: Arquitectura Portuguesa 1930-1974*, Porto, Dissertação para obtenção do título de professor agregado do curso de Arquitectura da Escola Superior de Belas Artes do Porto, Serviço Editorial da Faculdade de Arquitectura, 1988.

²⁶ Ver Nuno Portas, *Arquitectura(s). Teoria e Desenho, Investigação e Projecto*, Porto, FAUP Publicações, 2005.

²⁷ Ver Nuno Portas, *Arquitectura(s). História e Crítica, Ensino e Profissão*, Porto, FAUP Publicações, 2005.

²⁸ Ver Nuno Grande, *O Ser Urbano nos Caminhos de Nuno Portas*, Guimarães 2012, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2012.

peçoal e justificada (em alguns dos textos e entrevistas) no que diz respeito a certas opções urbanísticas e arquitectónicas por ele (e sua equipa) tomadas ao longo de vários décadas de trabalho.

Da malha edificada.

Como uma *vitrine* de um estabelecimento comercial, ao longo dos anos, as revistas de arquitectura – *A Arquitectura Portuguesa* (1908-1958) e *Arquitectura* (1927-1984) – foram responsáveis pela mostra de alguns projectos de edificações erguidas no Restelo e, consequentemente, pela promoção dos seus autores. À época, diversos foram os arquitectos que também divulgaram os seus trabalhos nas *Exposições Gerais de Artes Plásticas* (1946-1956), tendo alguns destes projectos sido merecedores de prémios Municipal e Valmor, cujo levantamento e estudo foi efectuado por diversos autores: Adalberto Tenreiro e José Manuel Fernandes²⁹; José Manuel Fernandes³⁰; Paulino Montez³¹; Eduardo Martins Bairrada³²; José Manuel Fernandes e Manuel Lacerda³³; Pedro Vieira de Almeida e José Manuel Fernandes³⁴, Ana Cristina Leite³⁵; José Manuel Pedreirinho³⁶; António Pereira da Silva³⁷. Mas para lá das obras premiadas, os guias de arquitectura – *Guia Urbanístico e Arquitectónico de Lisboa*³⁸ e *Guia de Arquitectura*

²⁹ Ver Adalberto Tenreiro e José Manuel Fernandes, “Prémios de Arquitectura em Lisboa”, *Arquitectura*, Nº 139, 1980.

³⁰ Ver José Manuel Fernandes, *Os Prémios Valmor*, Centro Nacional de Cultura, 1983.

³¹ Ver Paulino Montez, *O Prémio Valmor e a Evolução da Arquitectura*, Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, 1984.

³² Ver Eduardo Martins Bairrada, *Prémios Valmor de Arquitectura*, Lisboa, Crédito Predial Português, 1984.

³³ Ver José Manuel Fernandes e Manuel Lacerda, “Prémios Valmor, dois apontamentos”, *Jornal Arquitectos* (Separata), Lisboa, Março/Abril 1985.

³⁴ Ver Pedro Vieira de Almeida e José Manuel Fernandes, “A Arquitectura Moderna”, In *História da Arte em Portugal*, vol. 14, Lisboa, Publicações Alfa, 1986.

³⁵ Ver Ana Cristina Leite (Dir.), *Arquitectura Premiada em Lisboa. Exposição Comemorativa do 500 Aniversário da Criação do Prémio Municipal de Arquitectura*, Câmara Municipal de Lisboa e Museu da Cidade (Org.), Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1988.

³⁶ Ver José Manuel Pedreirinho, *História do Prémio Valmor*, Lisboa, D. Quixote, 1988 e *100 Anos Prémio Valmor*, Lisboa, Pandora, 2003.

³⁷ Ver António Pereira da Silva (Coord.), *Lisboa: Prémio Valmor*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2004.

³⁸ Ver AAVV, *Guia Urbanístico e Arquitectónico de Lisboa*, Lisboa, Associação dos Arquitectos Portugueses, 1987.

*Lisboa 94*³⁹ – embora desactualizados, são sempre um importante veículo de divulgação e primeiro contacto com o projecto. Justifica-se no entanto voltarmos à tese de doutoramento de Margarida Acciaiuoli porque lança importantes pistas sobre a produção artística e arquitectónica da década de 40, dando destaque a algumas das moradias e equipamentos edificados neste bairro. Relativamente à década seguinte, foi Ana Tostões quem se debruçou sobre *Os Verdes Anos na Arquitectura Portuguesa dos anos 50*⁴⁰ na sua dissertação de mestrado onde chama a atenção para algumas obras de autor modernas prolongando a sua investigação para doutoramento na análise da *Cultura e Tecnologia na Arquitectura Moderna Portuguesa*⁴¹, designadamente de alguns dos tipos edificados no Restelo. Estas investigações serviram naturalmente de base para outros artigos (e fichas de projecto) mais recentemente publicados, nomeadamente para o artigo intitulado “A Arquitectura Portuguesa do Século XX”⁴² publicado na *História de Arte Portuguesa* dirigida por Paulo Pereira e para as exposições (e/ou catálogos) *Portugal: Arquitectura do Século XX*⁴³, *A Arquitectura Moderna Portuguesa, 1920-1970*⁴⁴ e *IAPXX – Inquérito à Arquitectura do Século XX em Portugal*⁴⁵, cujo inventário patrimonial do século XX, na dificuldade de levantar exaustivamente todos os processos de obra, contemplou algumas das obras ali edificadas. Por fim, no que diz respeito ao paisagismo, os catálogos das exposições *A Utopia e os pés na Terra. Gonçalo Ribeiro Teles*⁴⁶ e *Do Estádio Nacional ao Jardim*

³⁹ Ver Francisco Gentil Berger, Luís Bissau e Michel Toussaint Alves Pereira, *Guia de Arquitectura Lisboa 94*, Lisboa, Ed. Associação dos Arquitectos Portugueses e Sociedade Lisboa 94, Faculdade de Arquitectura Universidade Técnica de Lisboa, 1994.

⁴⁰ Ver Ana Tostões, *Os Verdes Anos na Arquitectura Portuguesa dos anos 50*, Porto, FAUP Publicações, 1997 (1ª Ed. Lisboa, policopiada, 1995).

⁴¹ Ver Ana Tostões, *Cultura e Tecnologia na Arquitectura Moderna Portuguesa*, Lisboa, Tese de Doutoramento em Engenharia do Território a apresentar ao Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa, 2002.

⁴² Ver Ana Tostões, “A Arquitectura Portuguesa do Século XX”, In Paulo Pereira (dir.), *História de Arte Portuguesa*, Lisboa, Círculo de Leitores/Temas e Debates, 1995.

⁴³ Ver Annette Becker (org.), Ana Tostões e Wilfried Wang, *Portugal: Arquitectura do Século XX*, München, New York, Frankfurt, Lisboa, Prestel 1998.

⁴⁴ Ver Ana Tostões (coord.), *A Arquitectura Moderna Portuguesa, 1920-1970*, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico, 2004.

⁴⁵ Ver AAVV, *IAP XX – Inquérito à Arquitectura do Século XX em Portugal*, Lisboa, Ordem dos Arquitectos, 2006.

⁴⁶ Ver Joaquim Oliveira Caetano (Coord.), *A Utopia e os pés na Terra. Gonçalo Ribeiro Teles*, Museu de Évora, CML e Museu Municipal de Coruche, 2003.

*Gulbenkian - Francisco Caldeira Cabral e a primeira geração de Arquitectos Paisagistas (1940-1970)*⁴⁷, cujos artigos vieram fornecer importantes informações não só sobre o percurso profissional traçado por este arquitecto-paisagista, mas também acerca de alguns dos projectos elaborados para esta encosta lisboeta, nomeadamente enquanto funcionário da Câmara Municipal de Lisboa.

Das biografias.

Por último, no que diz respeito à bibliografia onde foram tratadas as biografias dos profissionais de arquitectura, urbanismo e paisagismo intervenientes ao longo do século XX no Bairro do Restelo, destaquem-se, entre outros, os artigos “Maurício de Vasconcelos”⁴⁸ (Maria Manuel Godinho), “Jorge Segurado (1889-1990), o arquitecto, o seu tempo e a sua obra”⁴⁹ (Andreia Aires de Carvalho Galvão) e “Faria da Costa: 100 Anos”⁵⁰ (José Manuel Fernandes). São ainda de distinguir novamente os catálogos *A Utopia e os pés na Terra. Gonçalo Ribeiro Teles*⁵¹ e *Arquitectura e Cidadania. Atelier Nuno Teotónio Pereira*⁵², respectivamente resultantes de exposições monográficas sobre Gonçalo Ribeiro Telles e Nuno Teotónio Pereira. Das entradas existentes nos diversos glossários, destaque-se o *Dicionário dos Arquitectos Activos em Portugal, do século I à actualidade*⁵³ coordenado por José Manuel Pedreirinho onde são referidas as biografias resumidas de João Guilherme Faria da Costa, Nuno Teotónio Pereira e Nuno Rodrigo Martins Portas mas saliente-se também o *Dicionário de História do Estado Novo*⁵⁴

⁴⁷ Ver Teresa Andresen (Coord.), *Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian - Francisco Caldeira Cabral e a primeira geração de Arquitectos Paisagistas (1940-1970)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

⁴⁸ Ver Maria Manuel Godinho, “Maurício de Vasconcelos”, *Jornal Arquitectos*, Lisboa, Nº 112/113, Junho/Julho 1992, pp. 56-59.

⁴⁹ Ver Andreia Aires de Carvalho Galvão, “Jorge Segurado (1889-1990), o arquitecto, o seu tempo e a sua obra”, *Jornal Arquitectos*, Lisboa, Nº 189, Março/Abril 1999, pp. 42-46.

⁵⁰ Ver José Manuel Fernandes, “Faria da Costa: 100 anos”, *Expresso*, 22-04-2006.

⁵¹ Ver Joaquim Oliveira Caetano (coord.), *A Utopia e os pés na Terra. Gonçalo Ribeiro Teles*, Museu de Évora, CML e Museu Municipal de Coruche, 2003.

⁵² Ver Ana Tostões (coord.), *Arquitectura e Cidadania. Atelier Nuno Teotónio Pereira*, Lisboa, Centro Cultural de Belém, 2004.

⁵³ Ver José Manuel Pedreirinho, *Dicionário dos Arquitectos Activos em Portugal, do século I à actualidade*, Lisboa, 1994, Edições Afrontamento.

⁵⁴ Ver Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito, *Dicionário de História do Estado Novo*, Lisboa, Circulo de Leitores, 1996.

dirigido por Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito, que reúne importante informação acerca de João Guilherme Faria da Costa, Gonçalo Ribeiro Telles e Nuno Teotónio Pereira. Acerca da atribuição do Prémio Sir Patrick Abercrombie ao arquitecto Nuno Portas é naturalmente de assinalar a publicação *Prémio Sir Patrick Abercrombie UIA 2005*⁵⁵.

Poder-se-á dizer que nos alongámos na enumeração das obras e artigos publicados, no entanto, julgámos necessário ilustrar até que ponto as investigações desenvolvidas até à data serviram-nos de referência, mas não deixaram de ser meros instrumentos de trabalho na medida em que, naturalmente, não abordaram o tema como nos propomos abordar. Estes instrumentos vieram também demonstrar ser imprescindível uma análise que incida sobre o estudo dos planos de urbanização e de pormenor, bem como dos projectos de arquitectura e de paisagismo edificados na malha urbana do Restelo, de modo a observar a sua evolução e tendência urbanas, atendendo ao papel da Câmara Municipal de Lisboa, nomeadamente na gestão da zona com base nos diversos PDM. A reflexão que se apresenta tentará responder a uma ausência de estudos que permitam reconhecer a grandeza da intervenção urbanística e arquitectónica desta zona da cidade, auxiliando uma melhor compreensão e actualização da História da Arquitectura, Urbanismo e das Artes em Portugal.

Por fim importa referir que enquanto a investigação decorreu proporcionou-se a colaboração com o arquitecto Michel Toussaint em diversas publicações, nomeadamente na selecção de obras e textos de enquadramento crítico das publicações: *Guia de Arquitectura de Lisboa*⁵⁶; *Anuário Arquitectura 14*⁵⁷; *Anuário Arquitectura*

⁵⁵ Ver AAVV, *Nuno Portas, Prémio Sir Patrick Abercrombie UIA 2005*, Lisboa, Ordem dos Arquitectos e Caleidoscópio, 2005.

⁵⁶ Michel Toussaint Alves Pereira (Coord.), *Guia de Arquitectura de Lisboa 1948-2013*, Lisboa, A+A Books, 2013.

⁵⁷ Ver Michel Toussaint Alves Pereira (Coord.); Patrícia Bento d'Almeida, *Anuário Arquitectura 14*, Lisboa, Caleidoscópio, 2011.

13⁵⁸. Realizaram-se palestras aliadas ao tema desenvolvido no mestrado mas onde foi dada especial atenção às obras projectadas/edificadas no bairro do Restelo: *Victor Palla e Bento d'Almeida* (Sede Nacional da Ordem dos Arquitectos⁵⁹); *Victor Palla e Bento d'Almeida. Obras e Projectos de um Atelier de Arquitectura, 1946-1973* (IHRU⁶⁰). Prepararam-se ainda variadas aulas: *Casas EVA. Quando uma revista oferecia uma moradia unifamiliar* (FA-UTL⁶¹); *A Casa Portuguesa e Raul Lino* (FA-UTL⁶²); *História Tipológica na Arquitectura Portuguesa do Século XX* (ESAD-FRESS⁶³); *Arquitectura Moderna ou Movimento Moderno? A dupla Palla & Bento d'Almeida* (Universidade Autónoma⁶⁴); *Arquitectura Moderna ou Movimento Moderno? A dupla Palla & Bento d'Almeida* (Universidade Autónoma⁶⁵).

Considerando não só os planos urbanos e projectos de arquitectura edificados mas também os projectos que não foram além de sonhos e propostas apresentadas tanto por arquitectos, por particulares ou pela Câmara Municipal de Lisboa, com esta investigação foi nossa intenção demonstrar a importância do urbanismo no desenho e

⁵⁸ Ver Michel Toussaint Alves Pereira (Coord.), Ricardo Carvalho e Patrícia Bento d'Almeida, *Anuário Arquitectura 13*, Lisboa, Caleidoscópio, 2010.

⁵⁹ Patrícia Bento d'Almeida, *Victor Palla e Bento d'Almeida*, palestra proferida no âmbito do Ciclo Investigações da Ordem dos Arquitectos Secção Regional Sul, Sede Nacional da Ordem dos Arquitectos, 24 Março 2010.

⁶⁰ Patrícia Bento d'Almeida, *Victor Palla e Bento d'Almeida. Obras e Projectos de um Atelier de Arquitectura, 1946-1973*, palestra proferida no âmbito das Palestras SIPA – Sistema de Informação para o Património, Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, 28 Janeiro 2009.

⁶¹ Patrícia Bento d'Almeida, *Casas EVA. Quando uma revista oferecia uma moradia unifamiliar*, aula apresentada no âmbito da cadeira de História da Arquitectura e Urbanismo Contemporâneos (2º Semestre, 2011) do Departamento de Arquitectura da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, 2 Maio 2011.

⁶² Patrícia Bento d'Almeida, *A Casa Portuguesa e Raul Lino*, aula apresentada no âmbito da cadeira de História da Arquitectura e Urbanismo Contemporâneos (2º Semestre, 2011) do Departamento de Arquitectura da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, 28 Março 2011.

⁶³ Patrícia Bento d'Almeida, *História Tipológica na Arquitectura Portuguesa do Século XX*, curso livre composto por 16 aulas para a Escola Superior de Artes Decorativas da Fundação Ricardo Espírito Santo, Março-Abril de 2011 (Não se realizou por número insuficiente de inscrições).

⁶⁴ Patrícia Bento d'Almeida, *Arquitectura Moderna ou Movimento Moderno? A dupla Palla & Bento d'Almeida*, aula apresentada no âmbito da cadeira de Teoria e História da Arquitectura e da Cidade (II Semestre 2008/2009) do Departamento de Arquitectura Universidade Autónoma de Lisboa, 17 Março 2009.

⁶⁵ Patrícia Bento d'Almeida, *Arquitectura Moderna ou Movimento Moderno? A dupla Palla & Bento d'Almeida*, aula apresentada no âmbito da cadeira de Teoria da Arquitectura (II Semestre 2007/2008) do Departamento de Arquitectura Universidade Autónoma de Lisboa, 7 Março de 2008.

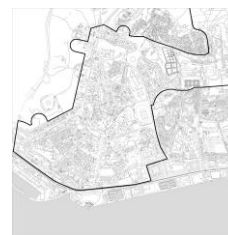
desenvolvimento do crescimento da cidade, importância essa directamente dependente de decisões políticas e das constantes (re)nomeações à presidência do município. O material inédito encontrado e aqui exposto deu origem a uma análise que até ao momento estava por realizar. Mais de uma dezena de arquitectos trabalharam o urbanismo destes 300 hectares da cidade sob supervisão de múltiplos presidentes da Câmara e Ministros das Obras Públicas. Em cinquenta anos de intervenções urbanas não vemos onde está a “urbanização da encosta da Ajuda” mas sim, o efeito da miscelânea dos planos urbanos elaborados que originaram não um, mas muitos bairros do Restelo.

CAPÍTULO I.

Bairro do Restelo. A cidade nova iniciada com a Exposição do Mundo Português

1.1. Faria da Costa e os planos de urbanização da encosta da Ajuda

1.1.1. O plano de urbanização da encosta da Ajuda



*Que perspectivas admiráveis se poderiam oferecer nessa encosta suave que sobe de Belém ao Alto da Ajuda!... Que admirável, pela finalidade política e educativa, seria o simbolismo dessa cidadezinha monumental!*¹

José Sousa Gomes, 1937

Fazendo parte da primeira equipa de técnicos da Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização e Obras da Câmara Municipal de Lisboa, o primeiro arquitecto-urbanista português, **João Guilherme Faria da Costa** (Sintra 1906 – Lisboa 1971, Fig. 1.1.1.1.), foi encarregue em 1938² de elaborar o estudo do **Plano de Urbanização da Encosta da Ajuda**³ (Fig. 1.1.1.2.), sítio que mais tarde veio a ser vulgarmente denominado de **Bairro do Restelo**. Até à data desconhece-se se este plano de urbanização foi sujeito a aprovação por parte do Governo e a ter sido, deveria estar publicado num dos *Relatório(s) da Actividade do Ministério*, mas na realidade, anos mais tarde, o Ministro das Obras Públicas (1947-1954) José Frederico Ulrich (1905-1982) declarou que *nem todos os Serviços deste Ministério costumam elaborar relatórios anuais, e aqueles que*

¹ Ver José Sousa Gomes, *Lisboa; Da sua Vida e da sua Beleza*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1937, pp. 83.

² Segundo descrito nos *Anais do Município de Lisboa de 1939*, como *Obras do Plano estudadas e em realização ou realizadas* é identificado, entre outras, a Urbanização da Encosta da Ajuda. Ver Eduardo Rodrigues de Carvalho, “Relatório do Presidente da CML, Eng. Eduardo Rodrigues de Carvalho”, In *Anais do Município de Lisboa 1939*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1940, pp. 21.

³ Inventariado pelo IHRU com o N° IPA: PT031106320819.

*fazem – alguns em cumprimento de disposições legais expressas – pecam, em via de regra, por impontualidade na sua entrega e por divergência de critérios quanto à sua organização*⁴.



Fig. 1.1.1.1. João Guilherme Faria da Costa⁵

Fig. 1.1.1.2. Plano de Urbanização da Encosta da Ajuda, J.G. Faria da Costa, s.d. (c. 1938)⁶

Enquanto **Ministro das Obras Públicas (1932-1936 e 1938-1943)**, o engenheiro **Duarte Pacheco** (1900-1943), apercebendo-se da expansão desordenada⁷, com base na iniciativa privada e sem plano, que vinha a acontecer em grande parte das cidades portuguesas, mas com maior visibilidade em Lisboa, promove a criação de planos de urbanização que consolidassem as próprias cidades e acima de tudo, a imagem de “Lisboa, Capital do Império”. Assim, em 1934, ano em que são organizadas pela Câmara Municipal de Lisboa um ciclo de conferências sobre os *Problemas de Urbanização*⁸, entra em vigor a legislação para os **Planos Gerais de Urbanização**⁹ em

⁴ Ver Ministério das Obras Públicas, *Relatório da Actividade do Ministério do Triénio de 1947 a 1949*, Lisboa, MOP, 1950, pp. 5-6.

⁵ In Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Arco do Cego, Processo Individual Nº 1657.

⁶ In Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Fotográfico, Prova: A18500 da autoria de Horácio Novais.

⁷ No discurso de tomada de posse da nova vereação da Câmara Municipal de Lisboa, o engenheiro Duarte Pacheco afirmou que *o problema da urbanização e expansão de Lisboa é o mais importante de todos os problemas citadinos*. Ver *Diário de Notícias*, 4/1/1938.

⁸ Ver AAVV, *Problemas de Urbanização*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1938. Nesta ocasião, o Grupo de Amigos de Lisboa (de que fazia parte Alberto Mac-Bride, Eugénio Mac-Bride, Álvaro Maia, Augusto Vieira da Silva, Eduardo Neves, Gustavo de Matos Sequeira, João Pinto de Carvalho, José Pereira Coelho, Leitão de Barros, Levy Marques da Costa, Luís Pastor de Macedo, Mário de Sampayo

substituição dos anteriores Planos Gerais de Melhoramentos¹⁰, conferindo às diversas Câmaras Municipais do País, poderes para planificarem as sedes dos seus municípios, bem como todas as localidades com população superior a 2.500 habitantes e todos os centros urbanos ou zonas de interesse turístico designados pelo governo, sempre, claro está, sob a direcção e fiscalização do Ministério das Obras Públicas e Comunicações. No entanto, dada a inexistência de urbanistas portugueses¹¹, o Serviço de Urbanização da Secção de Melhoramentos Urbanos da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais teve que contratar profissionais estrangeiros, bem como engenheiros civis e arquitectos¹². Na verdade, por esta altura a Escola de Belas Artes de Lisboa¹³ possuía apenas os cursos de Pintura, Escultura e Arquitectura, no entanto, como se podia ler nos estatutos do Sindicato Nacional dos Arquitectos, a profissão de arquitecto consistia *no estudo e organização dos programas, elaboração dos projectos e, com a colaboração de outros técnicos especialistas, a direcção do conjunto dos trabalhos de urbanização das aglomerações citadinas, estações termais e centros de turismo, por forma a adaptá-las às condições de vida contemporânea e a preparar e disciplinar a sua expansão futura, assegurando-lhes o máximo de higiene, de conforto e de beleza*¹⁴. Apercebendo-se da falta de arquitectos-urbanistas em Portugal, em 1933, o Ministro Duarte Pacheco

Ribeiro, Norberto de Araújo e Rocha Martins) também se envolve, elaborando um “Estudo do Plano Geral dos Melhoramentos da Cidade de Lisboa” (1938).

⁹ Decreto-Lei nº 24.802 de 21 de Dezembro de 1934, substituído pelo Decreto-Lei nº 33.921 de 5 de Setembro de 1944.

¹⁰ Decreto-Lei nº 10 de 19 de Janeiro de 1865 que vigorará até 1934. Segundo Margarida Souza Lôbo estes planos ocupavam-se apenas *das ruas, praças e jardins, sendo prescritas a obrigatoriedade de alinhamento dos edifícios e as características das vias, largura mínima de dez metros e declive máximo de sete por cento, de modo a assegurar as boas condições para a circulação dos veículos. As preocupações higienistas reflectem-se na regulamentação sobre o estabelecimento de cérceas, devendo os projectos atender às indispensáveis condições de luz, ventilação, abastecimento de água e drenagem do esgoto*. Ver Margarida Souza Lôbo, *Planos de Urbanização: A Época de Duarte Pacheco*, Porto, FAUP Publicações, 1995, pp. 16-17.

¹¹ Como referido no Decreto-Lei nº 24.802 de 21 de Dezembro de 1934: *na maioria dos casos não dispõem as câmaras municipais de técnicos especializados na moderna arte, que também é ciência, da urbanização*.

¹² Para informação detalhada acerca dos diversos planos de urbanização e profissionais encarregues, ver Margarida Souza Lôbo, *Planos de Urbanização: A Época de Duarte Pacheco*, Porto, FAUP Publicações, 1995.

¹³ A Escola de Belas Artes de Lisboa passa a designar-se oficialmente de Escola Superior de Belas Artes de Lisboa em 1950.

¹⁴ Ver *Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência*, Lisboa, nº 15, de 30 de Junho de 1934.

prontamente tomou duas atitudes que se vieram a revelar de peso no panorama do urbanismo nacional: o convite do urbanista francês **Donat Alfred Agache**¹⁵ (1875-1934) para elaborar o **Plano de Urbanização da Costa do Sol**¹⁶, ou seja, toda área costeira que se estende entre Lisboa e Cascais¹⁷; e o lançamento de um concurso para a obtenção de uma **bolsa de estudo**¹⁸ no prestigiado *Institut d'Urbanisme de Paris*¹⁹, do qual saiu vencedor o recém-formado pela Escola de Belas Artes de Lisboa²⁰, Faria da Costa, cuja apresentação de um projecto de uma “habitação minimalista”²¹ lhe concedeu

¹⁵ Responsável pelo plano do Rio de Janeiro (1928-1930), Donat Alfred Agache foi membro da Secção de Higiene Urbana e Rural do Museu Social de Paris (1909) e à data ocupava o cargo de vice-presidente da Associação Francesa de Urbanistas. Margarida Acciaiuoli defende que *Duarte Pacheco deveria conhecer já a obra daquele arquitecto francês 'La remodelation d'une capitale' (Paris, 1932) 2 vols. Ela integra o seu espólio, no Palácio Galveias, e a sua aquisição tem data da saída da edição.* Ver Margarida Acciaiuoli, *Os anos 40 em Portugal. O País, o Regime e as Artes*, Lisboa, Dissertação de Doutoramento em História da Arte Contemporânea apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1991, vol. 2, Parte II, Capítulo 2, nota de rodapé Nº 72, pp. 864.

¹⁶ Regulado pelo Decreto-Lei nº 22.444 de 10 de Abril de 1933. Apesar de dois anos após a primeira visita de Agache ao local ter sido publicado um diploma sobre este plano de urbanização (Lei nº 1909, de 22 de Maio de 1935) e de em 1936 se ter constituído o Gabinete de Urbanização da Costa do Sol, responsável pela autorização de quaisquer construções na definida “região que fica tendo o nome de Costa do Sol” (competência que anteriormente provinha das Câmaras Municipais de Lisboa, Oeiras e Cascais), o afastamento por dois anos de Duarte Pacheco do cargo ministerial que desempenhava, limita a acção de Agache.

¹⁷ Refira-se o facto da costa do Estoril ser motivo de atracção desde meados do Século XIX, altura em que o Rei D. Luís escolhe a vila de Cascais para passar o Verão. Para informação detalhada acerca deste assunto ver Maria da Graça Gonzalez Briz, *A Arquitectura de veraneio, Os Estoris – 1880/1930*, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1989.

¹⁸ Já no Instituto Superior Técnico, Duarte Pacheco havia declarado que *outro problema que julga necessário resolver é o do recrutamento do professorado. O sistema de contratar professores estrangeiros deve acabar [...] urge pensar na criação de bolsas de estudo, a fim de os rapazes formados nas nossas escolas [...] possam ir ao estrangeiro especializar-se e vir depois exercer o professorado.* O Decreto-Lei nº 13.717 de 2 de Junho de 1927 vai manifestar a necessidade de atribuição de bolsas de estudo no estrangeiro a alunos diplomados pelo IST. Ver IST, Núcleo de Arquivo, Correspondência recebida e Actas do Conselho Escolar (1918-1927), Acta da Sessão do Conselho Escolar de 6 de Novembro de 1926, citado por Sandra Vaz Costa, *O País a régua e esquadro. Urbanismo, Arquitectura, e Memória na obra de Duarte Pacheco*, Lisboa, IST Press, 2012, pp. 62.

¹⁹ À data localizado no *Institut d'Art et d'Archéologie de Paris* (Rue Michelet) e, desde a fundação da *École des hautes études Urbaines*, com quatro cursos fundamentais: *L'évolution des villes* (Marcel Poëte); *L'organisation sociale des villes* (Edouard Fuster, professor do Collège de France); *L'organisation administrative des villes* (Paul Etevenon, inspector geral dos serviços de habitação da Câmara de Seine; substituído por Gaston Jèze, professor da Faculté de Droit de Paris); *L'art urbain* (Léon Jaussely, Arquitecto do Estado, professor da *École des Beaux Arts*, substituído por Jacques Gréber), Ver Grégory Busquet, Claire Carriou, Laurent Coudroy de Lille, *Un ancien institut... Une histoire de l'Institut d'urbanisme de Paris*, Paris, Institut d'Urbanisme de Paris, 2005, pp. 10.

²⁰ Faria da Costa concluiu o curso de Arquitectura mas não entregou a prova final.

²¹ Que veio dar origem ao projecto da sua casa na Praia das Maças (“Bairro dos Arquitectos”).

o desejado subsídio, tirando nesse ano o lugar a Francisco Keil do Amaral (1910-1975), que também se havia candidatado²².

Tendo apresentado como prova final de curso o **“Plano de Arranjo, Embelezamento e Extensão da Cidade da Figueira da Foz e Sua Região”**²³, orientado pelo arquitecto **Georges Florentin Sébille**²⁴ (1879-1962), Faria da Costa diploma-se em Urbanismo a 19 de Junho de 1937 e nos termos das obrigações da sua bolsa, logo é integrado como arquitecto-urbanista de 1ª classe nos quadros da Câmara Municipal de Lisboa a 17 de Janeiro de 1938²⁵. Neste organismo público, no início da presidência levada a cabo pelo engenheiro **Duarte Pacheco** (1938-1943, Volume II Anexo 7.), o primeiro urbanista português veio a fazer parte da equipa de técnicos da recém-criada **Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização e Obras**, mais tarde também constituída pelos arquitectos Francisco Keil do Amaral²⁶ (1910-1975), Inácio

²² Como testemunhou o arquitecto Guilherme Cância Martins, sobrinho de Faria da Costa e seu colaborador, à autora desta investigação.

²³ Para análise detalhada da tese final de curso do arquitecto João Guilherme Faria da Costa ver “A Figueira da Foz. Uma tese admirável do Arquitecto-urbanista João Faria da Costa”, *A Arquitectura Portuguesa e Cerâmica e Edificação Reunidas*, Lisboa, Nº 31, Outubro 1937, pp. 11-23.

²⁴ *A escolha do orientador da tese, que é também presidente do júri, revela-se fundamental na abordagem adoptada. Os estudantes que trabalham sobre a direcção de Marcel Poëte adoptam frequentemente o tipo monográfico sobre a evolução de uma cidade, aqueles que trabalham com Henri Sellier que escolhem mais prontamente as questões de política social e de habitação* (Tradução feita pela autora. Versão original: *Le choix du directeur du mémoire, que est aussi président du jury, apparait déterminant dans l'approche adoptée. Les étudiants travaillant sous la direction de Marcel Poëte adoptent souvent le genre monographique d'une 'évolution' de ville, ceux travaillant avec Henri Sellier traitent plus volontiers de questions de politique sociale et de logement*). Ver Grégory Busquet, Claire Carriou, Laurent Coudroy de Lille, *Un ancien institut... Une histoire de l'Institut d'urbanisme de Paris*, Paris, Institut d'Urbanisme de Paris, 2005, pp. 16 e 18.

²⁵ *Roga-se a publicação no Diário Municipal de 27 de Janeiro de 1938 [(Nº 779)], dos seguintes despachos do Exmo. Presidente: No ofício Nº 82, dos Serviços da Planta da Cidade e Expropriações, propondo a admissão, como assalariado, do Arquitecto-urbanista, Sr. Faria da Costa, para proceder ao estudo de vários problemas de urbanização. Concordo – 17-1-1938. Sobre a proposta do Director dos Serviços de Urbanização e Obras, que até à remodelação dos vencimentos que se encontra em estudo, seja arbitrado a este Arquitecto o salário de Esc. 60\$00. Concordo 26-1-1938*, Ver Eduardo Rodrigues de Carvalho, Engenheiro Director dos Serviços de Urbanização e Obras, *Parecer*, Lisboa, 2/1/1938, In Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Arco do Cego, Processo Individual Nº 1657. Pelo facto de não ter elaborado a prova final do curso de Arquitectura, Faria da Costa viu-se impossibilitado de se inscrever no Sindicato Nacional os Arquitectos (daí a sua falta de relacionamento com grande parte dos Arquitectos).

²⁶ Francisco Keil do Amaral ingressara na Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização e Obras da Câmara Municipal de Lisboa no dia 22 de Fevereiro de 1938. Em 1946 pede licença sem vencimento e em 1947 pede exoneração. Ver Ana Tostões, *Monsanto, Parque Eduardo VII, Campo Grande: Keil do Amaral, Arquitecto dos Espaços Verdes de Lisboa*, Lisboa, Edições Salamandra, 1992, pp. 27 e nota de rodapé Nº 24.

Peres Fernandes (1910-1989), David Moreira da Silva²⁷ (1909-2002), Miguel Resende (1910-1976), José Lima Franco (1904-1970) e Miguel Jacobetty Rosa (1901-1970), bem como pelo engenheiro José Miranda de Vasconcellos e como profissionais liberais contratados, os arquitectos Januário Godinho (1910-1990) e João António de Aguiar (1906-1974). Na realidade, como apelidara Keil do Amaral que privara com Faria da Costa durante vários anos no Café Monumental, tratou-se de uma equipa de “técnicos artistas”²⁸ por serem os *encarregados de dar forma e expressão plástica à cidade*²⁹. O engenheiro Eduardo de Arantes e Oliveira, director deste serviço, destaca que *o ano de 1938 marca o início da administração municipal segundo os princípios de organização que deram resultado a criação das Direcções de Serviços, como órgãos coordenadores e orientadores de departamentos municipais com características e objectivos afins. A Direcção dos Serviços de Urbanização e Obras resultou da concentração de toda a actividade municipal em matéria de urbanização geral e expansão da cidade, actividade esta anteriormente dispersa por departamentos de diversos pelouros*³⁰. Como iremos verificar ao longo deste subcapítulo, naturalmente, esta substituição revelou-se significativa no panorama das políticas municipais Lisboetas.

Efectivamente, seguindo as ideias de Duarte Pacheco, posteriormente (em parte) continuadas por Eduardo Rodrigues de Carvalho (Presidente-substituto da CML de 1938-1944) – homem da sua confiança – e por Álvaro Salvação Barreto (1890-1975, Presidente da CML de 1944-1959), entre 1938 e 1948, Faria da Costa dedicou-se entre tantos outros projectos ao estudo dos planos da encosta da Ajuda (c. 1938), do bairro do Areeiro (1938), da zona a Sul da Avenida Alferes Malheiro³¹ – Alvalade (1945-1948) e

²⁷ David Moreira da Silva foi colega de Faria da Costa no *Institut d'Urbanisme de Paris*, defendeu a sua tese final de curso em 1939 intitulada *Les villes qui meurent sans se dépeupler*, sob a orientação de Georges Florentin Sébille.

²⁸ Ver Francisco Keil do Amaral, *Possibilidades e Limitações dos Municípios na Orientação do Carácter Arquitectónico e Urbanístico dos Aglomerados Urbanos*, Comunicação apresentada ao II Congresso das Capitais do Mundo, Lisboa 1950, pp. 15.

²⁹ Idem, op. cit., pp. 15.

³⁰ Ver Eduardo de Arantes e Oliveira, “Relatório do Director dos Serviços de Urbanização e Obras, Eduardo de Arantes e Oliveira”, In *Anais do Município de Lisboa 1938*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1939, pp. 79.

³¹ Para informações detalhadas acerca do *Plano de Urbanização da Zona a Sul da Avenida Alferes Malheiro* ver Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Arco do Cego, Caixa 91, cota original 113, código

da Ligação da Avenida 24 de Julho à Praça do Comércio³² (1947). Em 1941 Faria da Costa vai requerer ao Presidente da Câmara Municipal de Lisboa que este *se digne autoriza-lo a exercer a sua profissão de Arquitecto fora da cidade de Lisboa e sem prejuízo para o Serviço Municipal*³³, cinco anos depois passa para licença ilimitada e em 1948 pede demissão, passando então a *prestar serviço como consultor técnico da 1ª Repartição da DSUO nas seguintes condições: 1ª colaborar na orientação geral dos trabalhos a realizar na 1ª Repartição da DSUO; apreciação de trabalhos feitos e elaboração de pareceres (excluindo a elaboração de projectos)*³⁴. É neste âmbito que realiza, entre outros, o *Estudo de Urbanização da Zona a Sul da Estrada de Benfica*, entre o Jardim Zoológico e as Portas de Benfica³⁵ (1953), o *Plano de Remodelação da Baixa*³⁶ (1956) e o *Plano de Urbanização da Zona do Alto do Parque Eduardo VII*³⁷ (1957), zona que 12 anos antes fora alvo de intervenção por parte do seu colega, Francisco Keil do Amaral (1945).

Duarte Pacheco fora afastado por dois anos do cargo ministerial que desempenhava, o que limita a acção dos arquitectos, nomeadamente de Agache que, como vimos, era responsável pelo projecto de aproveitamento urbano da “costa dos Estoris”. Assim, em 1938 quando Duarte Pacheco retoma a pasta das Obras Públicas e

de referência 170-DMPGU e ver João Pedro Costa, *Bairro de Alvalade. Bairro de Alvalade. Um Paradigma no Urbanismo Português*, Lisboa, Livros Horizonte, 2002.

³² Para informações detalhadas acerca do *Estudo de Ligação da Avenida 24 de Julho à Praça do Comércio* ver Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Arco do Cego, Cota: AC.00.A.08.07.181, Código de Referência: PT/AMLSB/AL/CMLSB/UROB-PU/10/174, Cota Antiga: 116/DMPGU.

³³ Ver João Guilherme Faria da Costa, Carta dirigida ao Presidente da CML, Lisboa, 8/11/1941, In Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Arco do Cego, Processo Individual Nº 1657.

³⁴ Ver João Guilherme Faria da Costa, Carta dirigida ao Presidente da CML, Lisboa, 28/2/1948, In Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Arco do Cego, Processo Individual Nº 1657.

³⁵ Plano que permitirá a construção de cerca de 1.500 novos prédios de habitação isolada e colectiva, onde se poderão instalar mais de 30.000 pessoas. Ver Álvaro Salvação Barreto, “Relatório do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Álvaro Salvação Barreto”, In *Anais do Município de Lisboa 1952*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1953, pp. 148.

³⁶ Para informações detalhadas acerca do *Plano de Remodelação da Baixa* ver Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Arco do Cego, Código de Referência: PT/AMLSB/AL/CMLSB/UROB-PU/10/291, Cota Antiga: 216 A/DMPGU.

³⁷ Para informações detalhadas acerca do *Plano de Arranjo da Zona do Alto do Parque Eduardo VII* ver Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Arco do Cego, Cota: AC.00.A.08.07.181, Código de Referência: PT/AMLSB/AL/CMLSB/UROB-PU/10/145, Cota Antiga: 95 C/DMPGU.

Comunicações (até 1943), através do conhecimento prévio de Faria da Costa³⁸ é chamado um antigo colaborador de Agache, o arquitecto-urbanista polaco (naturalizado francês) **Etienne De Gröer** (n. 1882), Professor no *Institut d'Urbanisme de Paris*. De Gröer veio dar seguimento às operações de Agache e ocupar o cargo de “urbanista-conselheiro técnico da Câmara Municipal de Lisboa” (1938-1940). Repare-se que até esta data, vinham de algum modo a intervir urbanisticamente no país, alguns profissionais estrangeiros, em parte convidados pela falta de profissionais portugueses mas também porque o governo via nestas convocações um modo de propagandear o que por cá se fazia com mão-de-obra especializada e reconhecida além-fronteiras, facto que levou a algumas críticas por parte de arquitectos portugueses³⁹ e funcionários da própria Câmara⁴⁰. Apesar de tudo, neste organismo público, De Gröer dá início a estudos que vieram a conduzir a publicação de *Elementos para o Estudo do Plano de Urbanização de Lisboa*⁴¹ (1938⁴²) da autoria do engenheiro António Emídio Abrantes (1888-1970). Mas com a dificuldade na obtenção do levantamento topográfico da cidade⁴³, De Gröer

³⁸ Alguns autores colocam a possibilidade de ter sido Agache a sugerir o nome de De Gröer, nomeadamente Carlos Nunes Silva. Ver Carlos Nunes Silva, “A ‘Urbanística’ do Estado Novo (1926-1959): Nem Nacional nem Fascista”, In António Costa Pinto, *O Estado Novo, das Origens ao Fim da Autarquia, 1926-1959*, Lisboa, Edições Fragmentos, 1988, pp. 378.

³⁹ Nomeadamente pelo arquitecto Cassiano Branco: *quanto aos arquitectos, permita-me, Sr. Director, dizer à Câmara, que não é preciso para esta grandiosa obra chamar urbanistas estrangeiros. Cá em casa também há bons, e quanto aos que estão na Câmara, basta que os deixem trabalhar em liberdade, os deixem resolver mas com interior conhecimento, e sem a coação de opiniões preconcebidas de gente inoportuna a quem falta a cultura técnica especializada*. Ver Cassiano Branco, “Problemas de Urbanização: Lisboa necessita de habitações económicas e não de casas para milionários”, In *Diário de Lisboa*, Lisboa, 19/3/1943, pp. 1 e 7.

⁴⁰ Nomeadamente pelo vereador Arriaga da Cunha: *que se contratem os arquitectos urbanistas, de preferência portugueses, indispensáveis à realização dos estudos de urbanização local em diferentes zonas da cidade, e cuja adaptação às necessidades da construção particular se venha a entender possível e desejável*. Ver *Actas das Reuniões da Câmara Municipal de Lisboa*, Acta Nº 105, Reunião de 16/5/1946, Câmara Municipal de Lisboa, pp. 2-3.

⁴¹ Ver Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Arco do Cego, código de localização AC.01.D.A1.03.1. Código de Referência PT/AMLIB/AL/CMLSB/UROB/-PU/12/01/01 a 15.

⁴² Em 1932 (*Diário de Notícias*), António Emídio Abrantes *convoca a imprensa para dar conhecimento público do relatório*, ver Catarina Teles Ferreira Camarinhas e Vasco Brito, “Elementos para o Estudo do Plano de Urbanização da Cidade de Lisboa”, *Cadernos do Arquivo Municipal de Lisboa*, 2007.

⁴³ Em 1948 os anais da Câmara Municipal de Lisboa testemunhavam que ainda estavam *aguardando a feitura da Planta da Cidade*. Ver CML, *Anais do Município de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1948, pp. 125. Em 1950 o Instituto Geográfico e Cadastral deu por concluído o levantamento da cidade (escala 1/1000).

vê-se obrigado a esperar⁴⁴, retomando os seus trabalhos somente nos finais de 1946 – com o Tenente-Coronel Álvaro Salvação Barreto (1890-1975) como sucessor na presidência da Câmara Municipal de Lisboa (1944-1949) –, dedicando-se então à elaboração do Plano Geral de Urbanização e Expansão de Lisboa, logo substituído pelo **Plano Director de Urbanização de Lisboa (1938-1948)**, nunca aprovado pelo Governo, o que limitou a acção da Câmara na concretização de alguns planos parciais de urbanização.



Fig. 1.1.1.3. Excerto do Plano Director de Urbanização de Lisboa, 1948⁴⁵

— Avenidas Projectadas; — Avenidas Existentes; ■ Bairros Municipais; ■ Bairros Económicos; ■ Parque Florestal de Monsanto; — Caminho-de-ferro; ↑ Saídas de Lisboa

Integrado no Plano Director de Urbanização de Lisboa (Fig. 1.1.1.3.), enquanto plano parcial de urbanização, a encosta da Ajuda estava destinada a receber cerca de 36.000 habitantes⁴⁶. Até ao momento, foi-nos totalmente impossível localizar todos os documentos escritos e desenhados que julgamos fazerem parte do processo relativo ao plano de urbanização da encosta da Ajuda, no entanto, tendo conhecimento das alíneas desenvolvidas no plano de urbanização da Figueira da Foz apresentado por Faria da Costa três anos antes e em 1937 divulgado no periódico português mais consultado pela

⁴⁴ Em 1943 o arquitecto Cassiano Branco chamara a atenção da Câmara Municipal de Lisboa para o facto de que esta *não possui qualquer organismo com a capacidade técnica necessária capaz de elaborar um plano geral de urbanização citadina. E não possui porquê? Porque a Câmara ignora que para fazer um plano dessa natureza é preciso constituir uma comissão de gente sabedora, de que façam parte um ou mais urbanistas, um economista, engenheiros especializados nos vários campos da complexa técnica urbanística, um geógrafo, um meteorologista, um geólogo, um agrónomo representantes do Ministério da Educação Nacional, das entidades religiosas, dos organismos alfandegários, comerciais e industriais, dos Ministérios das Finanças e da Marinha, médicos, peritos do trânsito e tráfego, uma 'equipe' de arquitectos, além de muitos outros organismos úteis de ouvir e que julgo indispensáveis continuar enumerando.* Ver Cassiano Branco, "Problemas de Urbanização: Lisboa necessita de habitações económicas e não de casas para milionários", In *Diário de Lisboa*, Lisboa, 19/3/1943, pp. 1 e 7.

⁴⁵ In http://pdm.cm-lisboa.pt/img/Carta_PDM_3.png

⁴⁶ Dado fornecido pelo desenho técnico N° 10.065 datado de Março de 1954. Ver *Plano Director, Distribuição da população na Cidade segundo a previsão do Arquitecto De Gröer feita em 1948*, In Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Arco do Cego, Código de Referência: PT/AMLIS/AL/CMLSB/UROB-PU/10/209 – Cota: 144; Caixa 124, DMPGU.

classe dos arquitectos – *A Architectura Portuguesa* –, poder-se-á dizer que provavelmente para a encosta da Ajuda as etapas e o desenvolvimento do plano deveriam ser semelhante.

1º - Um relatório geral

2º - Um programa de servidões: limitação de zonas, vias, construções, sanitário

3º - Um projecto de decisão do Presidente da Câmara

4º - Um relatório de saneamento, esgotos e água potável

5º - Um plano do estado actual, escala de 1/5000 [(provavelmente, uma planta de preexistências)]

6º - Um plano geral de arranjo, extensão e embelezamento, à mesma escala

7º - Planos de Pormenor em escala 1/2000

8º - Plano de esgotos e águas potáveis em 1/5000⁴⁷

Relatório Geral

As características antropogeográficas

A) – *A Figueira da Foz [(neste caso deverá ler-se A Encosta da Ajuda)] – Suas origens – Sua História.*

B) – *A História e o Urbanismo.*

C) – *Geografia Física: – a) solo; b) águas; c) clima.*

D) – *Demografia: – a) População; b) seu estado sanitário.*

E) – *Estado Económico: – a) indústrias; b) comércio.*

F) – *O ‘facies’ actual: – a) plano actual; b) vias de acesso (férreas, de rodagem, e fluviais); c) circulação interior; d) desenvolvimento da cidade e da construção; e) desenvolvimento regional. [...]*

Plano de arranjo, embelezamento e extensão

A) – *Directrizes.*

B) – *Pontos essenciais do plano [...]*

C) – *Divisão em zonas.*

D) – *Vias de circulação.*

E) – *Espaços livres e reservas para edifícios públicos.*

F) – *Novas habitações.*

G) – *Conservação das partes pitorescas, locais e monumentos urbanos.*

H) – *Saneamento geral.*

I) – *Conclusão.*

Regulamentação

A) *Projecto de Disposições do Presidente da Câmara*

B) *Regulamento de urbanismo*

I – Regulamento geral de arranjo.

II – Regulamento de viação.

III – Regras gerais de salubridade das habitações.

Bibliografia⁴⁸

⁴⁷ Ver João Guilherme Faria da Costa, “A Figueira da Foz. Uma tese admirável do arquitecto-urbanista João Faria da Costa”, *A Architectura Portuguesa e Cerâmica e Edificação Reunidas*, Lisboa, Nº 31, Outubro 1937, pp. 12.

Certamente que para a elaboração destas etapas ter-se-ão tido em consideração as incontornáveis publicações de Camille Sitte (*Der Stadtebau nach seinen künstlerischen Grundsätzen*⁴⁹, 1889), Raymond Unwin (*Town Planning in Practice*⁵⁰, 1909) e Marcel Poëte (*Introduction à l'urbanisme. L'évolution des villes*, 1929), obras de referência para todos os urbanistas e seus aspirantes. Mas como defendera Porfírio Pardal Monteiro (1897-1957) no *III Congreso de la Federación de Urbanismo y de la vivienda* (1944), *os problemas de urbanismo, seguramente os mais vastos dos nossos dias no campo da Técnica e da Arte, tal como os de Arquitectura, nunca poderão estar sujeitos a regras fixas, nem a formulários, pelo contrário, por parte de quem concebe, a máxima ponderação no estudo das características locais, das necessidades reais de expansão, de melhoramento e de habitabilidades*⁵¹.

A leitura atenta dos documentos consultados do plano de urbanização da encosta da Ajuda mostra-nos que actualmente este corresponderia (aproximadamente) à vasta área compreendida pela zona delimitada a norte pela Avenida Dr. Mário Moutinho, Estrada de Caselas, Ruas das Açucenas e uma grande área a nascente do bairro económico do Alto da Ajuda⁵²; a sul pela Avenida da Índia e Praça do Império; a nascente pela Rua dos Jerónimos, Rua Gonçalves Zarco, Rua do Jardim Botânico e Largo da Ajuda; e a poente pelos limites do concelho de Lisboa que circundam o Parque Florestal de Monsanto, junto ao Forte do Alto do Duque que confina com a Rua Alto do Duque e a Avenida das Descobertas⁵³ (Volume II Anexo 1.). Estamos a falar de uma

⁴⁸ Idem.

⁴⁹ Tradução para francês: *L'art de bâtir les villes*, 1912.

⁵⁰ Tradução para francês: *L'étude pratique des plans de villes: Introduction à l'art de dessiner les plans d'aménagement et d'extension*, 1922.

⁵¹ Ver Porfírio Pardal Monteiro, *Protecção do campo contra as infiltrações da urbanização defeituosa*, in *III Congreso de la Federación de Urbanismo y de la vivienda*, Lisboa, 1944.

⁵² Que hoje corresponde à zona onde está localizado o Pólo Universitário da Ajuda.

⁵³ Em 1959 um artigo publicado no *Primeiro de Janeiro* definira os seguintes limites: *a oeste, ou antes a noroeste, fica a Avenida de Dom Vasco da Gama [...] essa avenida vai entroncar com a auto-estrada e com a Avenida do Restelo, que circunda a cerca dos Jerónimos e é prolongada pela Rua dos Jerónimos [...] seguem-se-lhe, em semicírculo, como bancadas do enorme anfiteatro: as ruas de D. Francisco de Almeida, S. Francisco Xavier, Tristão da Cunha e a já citada D. Cristóvão da Gama [...] essas ruas são cortadas por uma perpendicular que tem o nome de Duarte Pacheco Pereira Gama [...] uma rua dos Soldados da Índia, paralela à de Dom Vasco da Gama. No extremo oposto, a servir de fronteira com a*

superfície com (aproximadamente⁵⁴) mais de 300 hectares⁵⁵, área essa que abrange grande parte das actuais freguesias de Santa Maria de Belém, São Francisco Xavier e da Ajuda, o que representa o primeiro grande fôlego do município na urbanização de tão vasto território da cidade de Lisboa, sítio totalmente novo para expansão. De facto, logo em 1937, José Sousa Gomes que com a sua publicação *Lisboa – Da sua Vida e da sua Beleza*⁵⁶ nos dá um panorama sobre *como a capital era vista e pensada*⁵⁷, havia salientado que *as possibilidades de urbanização destas colinas são imensas; a sua área urbanizável ultrapassa a parte de Lisboa compreendida entre a Avenida da Liberdade e o vale de Alcântara*⁵⁸, apesar de ao mesmo tempo *relegar para um futuro longínquo, ainda informe e impensável, obras como o prolongamento da Avenida Almirante Reis, o arranjo de Alcântara, da Encosta da Ajuda e de Belém, sentidas ali como prementes mas sem a possibilidade de se as objectivar*⁵⁹.

Do ponto de vista da localização na cidade, como afirmara o arquitecto Carlos Ramos, o território está *situado numa das mais belas e bem orientadas colinas de Lisboa*⁶⁰ e como veio a ser publicitado na exposição *15 anos de Obras Publicas* (1948), *pela sua situação relativamente ao Tejo e ao Parque Florestal de Monsanto é o local de*

zona dos Jerónimos fica a Rua de Lourenço de Almeida. Outros nomes de heróis da índia foram dados a diferentes artérias, mas não é nosso propósito registá-los a todos. Ver “O mais moderno bairro residencial, o do Restelo, evoca, na designação das suas artérias, as glórias do passado”, In *Primeiro de Janeiro*, Lisboa, 17/7/1959.

⁵⁴ Aproximadamente porque em nenhum dos desenhos do plano estão indicados os seus limites e aquela que julgamos ser a área abrangida varia ligeiramente de desenho para desenho (observem-se a Figuras 1.1.1.2, 1.1.1.6. e 1.1.1.13.).

⁵⁵ Saliente-se ainda que a zona abrangida pelo plano urbano do bairro entre a Alameda e o Areeiro (1938) compreendia apenas cerca de 32 hectares e destinava-se a 9000 habitantes distribuídos em 2680 fogos (1ª fase de construção 1940; 2ª fase de construção 1948) e o Plano de Urbanização da Zona a Sul da Avenida Alferes Malheiro (1945-1948) compreendia aproximadamente 230 hectares.

⁵⁶ Ver José Sousa Gomes, *Lisboa; Da sua Vida e da sua Beleza*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1937, citado por Margarida Acciaiuoli, *Os anos 40 em Portugal. O País, o Regime e as Artes*, Lisboa, Dissertação de Doutoramento em História da Arte Contemporânea apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1991, vol. 1, pp. 427.

⁵⁷ Ver Margarida Acciaiuoli, op. cit., pp. 427.

⁵⁸ Ver José Sousa Gomes, op. cit., pp. 84.

⁵⁹ Ver Margarida Acciaiuoli, op. cit., pp. 427.

⁶⁰ Ver Carlos Ramos, *Memória Descritiva*, 6/4/1937, Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Arco do Cego, Código de Referência: PT.AMLSB.AL.CMLSB.UROB-PU/10/076 – Cota: 54; Caixa 35, DMPGU.

*Lisboa naturalmente indicado para construção de um grande bairro residencial*⁶¹. O remate daquela parcela urbana situada a ocidente (sul-poente) oferecia a possibilidade de substituir o *casario monótono e abarracado que cobre os lindos jardins e espaços livres que por lá existem*⁶² – como exteriorizou José Sousa Gomes em 1937 –, bem como palácios⁶³, quintas⁶⁴ e bairros de lata que confinavam com Algés⁶⁵ (Volume II Anexos 4. e 5.) por arruamentos e edificações previamente pensados por um técnico especializado. Como nos deixara escrito Faria da Costa, num texto que nunca chegou a ser publicado, apesar de ter havido a intenção de o fazer (Volume II Anexo 2.), aquilo que *nós hoje chamamos urbanismo é um conjunto de elementos de tal maneira complexos e tão diferentes daqueles que formavam o programa urbano de outros tempos que podemos considerar como qualquer coisa inteiramente nova, nascida do desejo de reagir contra o desenvolvimento desordenado das cidades do século XIX cuja causa fundamental teve a sua origem na revolução industrial*⁶⁶. Deste modo, a possibilidade de urbanizar (com um plano urbano previamente definido) esta zona da cidade, permitia “oferecer” ao Município uma excelente oportunidade para corrigir

⁶¹ Ver Ministério das Obras Públicas, *15 Anos de Obras Públicas: 1932/1947*, Imprensa Nacional de Lisboa, Lisboa, 1948, vol. 1 - *Exposição e Congressos de Engenharia e de Arquitectura*, pp. 145-146.

⁶² Ver José Sousa Gomes, *Lisboa; Da sua Vida e da sua Beleza*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1937, pp. 83.

⁶³ *Os palácios pertencentes a estes titulares eram os seguintes: Duques de Cadaval: Palácio de Pedrouços, onde hoje está instalado o Instituto de Altos Estudos Militares; Marqueses de Borba: situado do lado sul da Rua de Pedrouços, antes de chegar à quinta dos duques de Cadaval, demolido nos anos 60 do século XX; Condes de Aveiras: palácio de Belém, ou quinta de baixo; Condes da Calheta: palácio do Pátio das Vacas, ou quinta do meio; Condes de Óbidos: palácio do Meirinho-mor ou quinta de cima; Conde de S. Lourenço/Sabugosa: quinta da praia, no local onde hoje se encontra o CCB; Condes da Atalaia: casa do governador da torre; [...] Correios-mores: casa dos marqueses de Penafiel no Bom Sucesso. Ver Isabel Paço d’Arcos, “O Sítio. Do Palácio de Belém”, In Diogo Gaspar (Coord.), *Do Palácio de Belém*, Lisboa, Museu da Presidência da República, 2005, pp. 87, nota de rodapé N° 20.*

⁶⁴ Para além das quintas da Princesa (pertencente a D. Maria Francisca Benedita, irmã de D. Maria I), dos Condes de Viana e dos Duques de Loulé (cujo anterior proprietário fora o Duque de Marialva), *que se situavam na encosta desde o rio até ao Alto da Ajuda, havia outras quintas que se localizavam ao longo da praia do Bom Sucesso e de Pedrouços. Juntamente com a cerca dos Jerónimos, estas grandes propriedades repartiam o território.* Ver Eduardo de Freitas, Maria Calado e Vítor Matias Ferreira, *Lisboa: Freguesia de Belém*, Lisboa, Guias Contexto, 1993, pp. 32. José Dias Sanches cita Damião de Goês (1502-1574) que na sua *Lisboa de Quinhentos*, refere-se ao sítio da seguinte forma: ‘Excelentes casas e pomares de muita e saborosa fruta da melhor que se produzia na redondeza, nos três mil passos que iam de Belém às primeiras casas de Lisboa’. Ver José Dias Sanches, *Belém e Arredores Através dos Tempos*, Lisboa, Universal, 1940, pp. 26-27.

⁶⁵ Aldeia pertencente ao concelho de Oeiras.

⁶⁶ Ver João Guilherme Faria da Costa, *Texto para um livro de Faria da Costa*, in Volume II Anexo 2.

eventuais problemas de que esta área padecesse, nomeadamente ao nível do alojamento, dificuldade existente em toda a cidade de Lisboa. De facto, desde o princípio do século XX que a capital assistia progressivamente ao seu aumento populacional, se em 1920 calculava cerca de 485.000 habitantes, no início da década de 30 sofrera um considerável aumento resultante da migração rural, passando a contar cerca de 592.000 habitantes. Este afluxo da população teve como consequência imediata a carência de alojamento verificando-se a ocupação de bairros de lata que se expandiam para fora dos limites da cidade. Aliás dez anos após ter sido encomendado a Faria da Costa esta intervenção urbana, a *Primeira Reunião Olisiponense* (1948) veio chamar a atenção para o facto de que *o Censo de 1940 referente a Lisboa indicava-nos já haver nesse ano, cinquenta e sete mil indivíduos sem casa própria, e nesse número há a incluir numerosos provincianos à mistura*⁶⁷. Como manifestou Carlos Nunes Silva, verificou-se logo em 1948 *a necessidade de proceder a um inquérito urbano [que] entre outras finalidades permitiria definir melhor os tipos de habitação adoptar*⁶⁸. E segundo Raul da Silva Pereira, *o primeiro trabalho que permitiu formar uma ideia objectiva sobre os dados do problema habitacional foi o Inquérito às condições de habitação da família, publicado pelo Instituto Nacional de Estatística, como anexo ao IX Recenseamento Geral da População (1950)*⁶⁹.

Ao microfone da emissora nacional, a propósito das Comemorações Centenárias do Mundo Português, Duarte Pacheco proclamou que o bairro de Restelo insere-se *n'algumas obras de excepcional vulto já concluídas ou que estão a ultimar-se e hão-de perpetuar o 'ano áureo' no dobrar dos tempos e na imaginação dos vindouros*⁷⁰, trata-se efectivamente da *cidade nova iniciada com a Exposição do Mundo Português*⁷¹.

⁶⁷ Ver AAVV, “Habitações económicas. O problema da habitação”, in AAVV, *Primeira Reunião Olisiponense*, Comemorações do VIII Centenário da Tomada de Lisboa aos Mouros, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1948, vol. 1, pp. 497.

⁶⁸ Ver Carlos Nunes Silva, *Política Urbana em Lisboa, 1926-1974*, Lisboa, Livros Horizonte, 1994, pp. 149.

⁶⁹ Ver Raul da Silva Pereira, “Problemática da Habitação em Portugal”, *Análise Social*, Nº 1, Janeiro, 1963, pp. 36.

⁷⁰ Ver Duarte Pacheco, *Revista Municipal*, Nº 17, Número especial dedicado à memória do Engenheiro Duarte Pacheco, Lisboa, Janeiro 1944, pp. 19.

⁷¹ Idem, op. cit., pp. 19.

Apesar de “cidade nova”, através da estruturação de uma rede viária hierarquizada e da contemplação de serviços diversificados, uma das preocupações primordiais de Faria da Costa foi a de procurar aproximar aquela (candidata a auto-suficiente) zona residencial, da área central da cidade e dos confinantes bairros económicos, como o preexistente bairro económico de Belém⁷² (Raul Lino, 1933-1938) e o previsto bairro económico de Telheiros da Ajuda/Alto da Ajuda⁷³ (Eugénio Correia, 1938-1940). Mais tarde edificaram-se também nas proximidades os bairros económicos de Caselas⁷⁴ (Couto Martins, 1944-1949) e Caramão da Ajuda⁷⁵ (Luís Benavente, 1947-1957). Contudo este objectivo não foi além de uma intenção, em parte porque tanto a população residente no (“velho”) bairro da Ajuda como a residente nos bairros económicos, com modestos recursos financeiros, não convivia com a população que veio a residir na encosta da Ajuda, essencialmente marcada por famílias sem dificuldades financeiras e com formação académica, mesmo considerando as famílias que vieram a habitar o bairro de casas económicas do Restelo, perímetro urbano que, como veremos ao longo deste

⁷² Localizado a nascente dos Jerónimos, com uma área de 62.504 m², o projecto do plano urbano e edifícios do Bairro Económico de Belém, também denominado de Bairro Económico das Terras de Forno, ficou a cargo do arquitecto Raul Lino (com a eventual colaboração do arquitecto Eugénio Correia), enquanto funcionário da DGEMN e destinou-se a funcionários civis e militares e a sócios dos Sindicatos Nacionais. Embora as obras de construção tenham dado início em 1933, o bairro foi inaugurado a 12 de Junho de 1938. Com 204 fogos, nele constavam 167 moradias do tipo A e 37 moradias do tipo B. Como descreve Margarida Souza Lôbo, no que diz respeito ao projecto urbanístico, este apresenta *uma rede viária fundamental, com perfis pouco generosos, é completada por estreitas vias pedonais de acesso aos fogos, solução que veio a apresentar uma grande dificuldade em se adaptar à generalização do uso do automóvel. [...] na definição de quarteirões de moradias compostos por uma única linha de parcelas, o que permite que a fachada principal fique sistematicamente exposta a sul e que a casa disponha de um acesso suplementar pelo fundo do lote*. Ver Margarida Souza Lôbo, “Casas Económicas: Um Programa Emblemático da Política Habitacional do Estado Novo”, in *Caminhos do Património*, Lisboa, DGEMN/Livros Horizonte, 1999, pp. 154.

⁷³ Para informação detalhada acerca do Bairro Económico dos Telheiros da Ajuda ver Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Arco do Cego, Caixa 31, Cota original 13 B, código de referência 068, DMPGU.

⁷⁴ Inventariado pelo IHRU com o N° IPA: PT031106400872.

⁷⁵ A construção do bairro de casas para pobres do Caramão da Ajuda teve início em 1947 com 345 fogos (100 casas eram destinadas às Companhias Reunidas de Gás e Electricidade) mas, com a ampliação sucessiva ao longo dos anos, em 1957 o bairro contava com 358 fogos, tendo sido necessário expropriar algumas parcelas do Parque Florestal de Monsanto para a sua edificação. Sobre este assunto ver Ofício de Ciro de Oliveira Pinto, Lisboa, 9 e Outubro de 1948, In Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Arco do Cego, Código de Referência PT/AMLSB/AL/CMLSB/UROB-PU/10/083. As casas económicas eram dos tipos B (140 m²), C (150 m², 250 m² e 350 m²), D (120 m², 180 m² e 200 m²) e E (130 m² e 200 m²), sendo que o *preço médio unitário atribuído aos terrenos em referência é de Esc. 30\$00*. Ver Ofício de Alexandre Vasconcelos e Sá, Lisboa, 3/2/1948, In Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Arco do Cego, Código de Referência PT/AMLSB/AL/CMLSB/UROB-PU/10/083.

subcapítulo, foi integrado na vivência diária do bairro uma vez que tem que recorrer à mesma zona comercial. A proximidade do Parque Florestal de Monsanto e de grandes artérias como a auto-estrada de Cascais⁷⁶, a Avenida da Índia e o vale de Alcântara (que viria a dar lugar à Avenida de Ceuta), impossibilitavam também o fácil atravessamento, acabando por isolar este bairro habitacional. Na verdade, já em 1937 José de Sousa Gomes havia chamado a atenção para o facto da encosta da Ajuda estar localizada na zona mais ocidental de Lisboa, *mais ainda do que Alcântara, a Lisboa dos sítios de Santo Amaro, Belém e Ajuda está separada totalmente do resto da cidade*⁷⁷.

Naturalmente, o desenho do plano urbano da encosta da Ajuda foi condicionado pelo *Projecto de prolongamento da Avenida da Índia entre a Travessa do Forte da Areia e as Portas de Algés*⁷⁸ (Fig. 1.1.1.4.), apresentado em 1928 pelo engenheiro **António Emídio Abrantes** (1888-1970), chefe da Repartição de Engenharia da Câmara Municipal de Lisboa, bem como pelo plano urbano efémero criado para a *Exposição do Mundo Português*⁷⁹. De grande relevo, esta exposição cuja ideia havia sido lançada em 1928 por Alberto Oliveira e definida em 1938 pela Presidência do Conselho no âmbito das *Comemorações dos Centenários da Fundação e da Restauração da Nacionalidade*⁸⁰, resultou da relação entre o Ministério das Obras Públicas e a Câmara Municipal de Lisboa e foi dirigida pelo comissário-geral José Augusto de Castro (1883-1971), director do *Diário de Notícias* (1919-1924 e 1939-1971), e pelo arquitecto-chefe Cottinelli Telmo (1897-1978) que em apenas 15 dias delinea o plano geral. Como manifestado na *Nota Oficiosa da Presidência do Conselho* publicada a 27 de Março de 1938 no jornal *Diário de Notícias*, a localização do recinto da exposição foi pensada para ocupar *os terrenos vagos da Junqueira em Belém*⁸¹, mas uma outra solução foi

⁷⁶ Em 1934 iniciou-se o processo de expropriações para a construção do primeiro troço da auto-estrada de Cascais, cujo ano de inauguração data de 1944.

⁷⁷ Ver José Sousa Gomes, *Lisboa; Da sua Vida e da sua Beleza*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1937, pp. 81.

⁷⁸ Para informação detalhada ver Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Arco do Cego, código de referência PT/AMLSB/AL/CMLSB/UROB-PU/10/023, Cota antiga: 13/DMPGU.

⁷⁹ Aberta ao público de 23 de Junho a 2 de Dezembro de 1940.

⁸⁰ *Ano do nascimento, o ano do renascimento e o ano apoteótico do ressurgimento*. Ver António Ferro, “Carta Aberta aos Portugueses de 1940”, *Diário de Notícias*, Lisboa, 17/6/1938.

⁸¹ Ver *Nota Oficiosa da Presidência do Conselho*, *Diário de Notícias*, 27/3/1938.

ainda posta em consideração, nomeadamente a utilização de um enorme espaço livre localizado por detrás do Mosteiro dos Jerónimos, que apesar de permitir explorar as fabulosas vistas panorâmicas que aquele local oferecia, teria que estar subordinado à urbanização do local, *obra demorada e impossível de realizar dentro do curto espaço de tempo que restava*⁸², como manifestara Augusto de Castro. Apenas condicionada por algumas (*já previstas ou mais ou menos*⁸³) demolições, a localização defronte dos Jerónimos permitia ainda que fosse criada uma majestosa praça – a Praça do Império⁸⁴ (Fig. 1.1.1.5.) – que veio a ser projectada toda aberta a sul e delimitada a poente pelo *Pavilhão dos Portugueses no Mundo* (Cottinelli Telmo) e a nascente pelo *Pavilhão de Honra e de Lisboa* (Cristino da Silva), pavilhão onde veio a ser exposto o plano de urbanização da encosta da Ajuda a par da plantação do Parque Florestal de Monsanto, da construção da auto-estrada de Cascais, da ligação rodoviária marginal de Lisboa a Cascais e da edificação do Estádio Nacional.

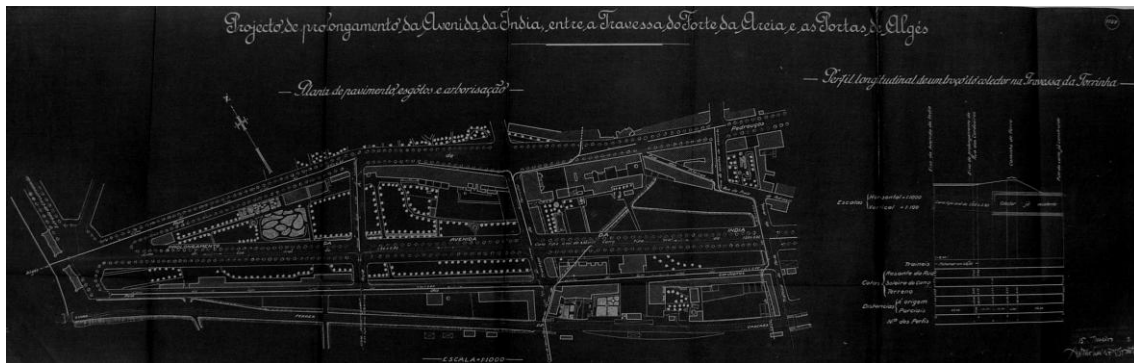


Fig. 1.1.1.4. *Projecto de prolongamento da Avenida da Índia entre a Travessa do Forte da Areia e as Portas de Algés*, António Emídio Abrantes, 1928⁸⁵

⁸² Ver “Declarações do Senhor Dr. Augusto de Castro Comissário Geral da Exposição”, In *Revista dos Centenários*, Lisboa Fevereiro/Março 1939.

⁸³ Idem, op. cit.

⁸⁴ Para informação detalhada acerca da Praça do Império ver Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Arco do Cego, Caixa 45, Cota original 74, código de referência 097, DMPGU.

⁸⁵ In Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Arco do Cego, código de referência PT/AMLSB/AL/CMLSB/UROB-PU/10/023, Cota antiga: 13/DMPGU.



Fig. 1.1.1.5. Desdobrável da Exposição do Mundo Português, 1940⁸⁶

Importantes monumentos nacionais “povilham” a área a urbanizar, como sejam o já referido Mosteiro dos Jerónimos ou de Santa Maria de Belém⁸⁷ (Diogo Boytac e João de Castilho, séc. XVI), o Forte do Alto do Duque⁸⁸ (Capitão Jacinto Pereira, séc. XIX), o Colégio de Pina Manique ou Casa Pia de Lisboa⁸⁹ (séc. XIX), as Capelas do Santo Cristo⁹⁰ (João de Castilho, séc. XVI) e de São Jerónimo⁹¹ (Facco Viana, séc. XVI), o Palácio Nacional da Ajuda⁹² (séc. XVIII), o Cemitério da Ajuda⁹³ (séc.

⁸⁶ In <http://imagensdopassado.blogspot.com/2009/04/exposicao-mundo-portugues-1940.html>

⁸⁷ Mosteiro classificado como Monumento Nacional (MN). Inventariado pelo IHRU com o N° IPA: PT031106320005.

⁸⁸ Forte em vias de classificação. Inventariado pelo IHRU com o N° IPA: PT031106320300.

⁸⁹ Inventariado pelo IHRU com o N° IPA: PT031106320602.

⁹⁰ Capela classificada como Imóvel de Interesse Público (IIP). Inventariado pelo IHRU com o N° IPA: PT031106320074.

⁹¹ Capela classificada como Monumento Nacional (MN). Inventariado pelo IHRU com o N° IPA: PT031106320054.

⁹² Inventariado pelo IHRU com o N° IPA: PT031106010025.

⁹³ Inventariado pelo IHRU com o N° IPA: PT031106011114.

XVIII/XIX) e os jardins Botânico da Ajuda⁹⁴ (séc. XIX) e Colonial⁹⁵ (séc. XVIII). Naturalmente a presença destes monumentos veio impor condições à intervenção na medida em que deveriam ser preservados e salvaguardados com uma área mínima de protecção, o que na realidade nem sempre se veio a verificar, nomeadamente na Capela de Santo Cristo, cuja envolvente urbana lhe tira todo o protagonismo fazendo-a “desaparecer” na cidade⁹⁶.

Confinante com uma das mais importantes vias de acesso à cidade – Avenida da Índia⁹⁷ –, a encosta da Ajuda era servida (à distância) por uma (insuficiente) rede de transportes como o comboio, cujo apeadeiro de Belém estava em funcionamento desde 1889⁹⁸ e era paragem obrigatória da linha férrea do Estoril, por barcos⁹⁹, autocarros¹⁰⁰ e carros eléctricos que atravessavam a Rua de Pedrouços¹⁰¹ e asseguravam (demoradamente) as ligações com os vizinhos bairros habitacionais. Chegou ainda a ser contemplada (mas nunca construída) uma linha de carros eléctricos para a Avenida do

⁹⁴ Inventariado pelo IHRU com o N° IPA: PT031106010611.

⁹⁵ Inventariado pelo IHRU com o N° IPA: PT031106320614.

⁹⁶ Apenas em 1996 foi instituída pela portaria 46/96 de 30 de Maio a Zona Especial de Protecção (ZEP) que inclui as Capelas de São Jerónimo e de Santo Cristo.

⁹⁷ *Até 1940, quando se prolongou a Avenida da Índia e se abriu a estrada marginal, todo o trânsito de automóveis para Cascais passava, a partir do Bom Sucesso, pelas Ruas de Pedrouços e do Dafundo.* Ver João B. M. Nêu, *Em Volta da Torre de Belém. Evolução da Zona Ocidental da Cidade*, Lisboa, Livros Horizonte, 1994, pp. 107.

⁹⁸ Tendo sido electrificada apenas em 1926, *a linha férrea de Cascais tem neste trajecto as estações e apeadeiros de Santos, Alcântara, Junqueira, Belém, Bom Sucesso, Pedrouços, Algés e Dafundo.* Ver “Bairros marginais de Oeste”, In *Guia de Portugal*, vol. I, Cap. VI, 4ª Edição, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2006, pp. 361.

⁹⁹ Estação Fluvial de Belém (1939, projecto do arquitecto Cottinelli Telmo e realizado pelo engenheiro Frederico Caetano de Carvalho) e as Gares Marítimas de Alcântara (inaugurada em 1942) e Rocha Conde de Óbidos (inaugurada em 1945) da autoria do arquitecto Pardal Monteiro.

¹⁰⁰ Conforme descrito nos *Anais do Município de Lisboa*, em 1940, *a afluência de visitantes à Exposição do Mundo Português e às festas realizadas no período das Comemorações Centenárias, mais evidenciaram a necessidade da transformação do actual sistema de transportes colectivos. As instâncias da Câmara, a Companhia Carris de Ferro de Lisboa estabeleceu com início na Praça de D. Pedro IV, carreiras directas de auto-carros para transporte de visitantes à Exposição, experiência esta que foi recebida com aplauso e aceitação geral, por se tratar de um meio de transporte rápido e cómodo, e a preço que, embora mais caro que o dos eléctricos, foi considerado suportável pelo utilizantes.* Ver Eduardo Rodrigues de Carvalho, “Relatório do Presidente da CML, Eng. Eduardo Rodrigues de Carvalho”, In *Anais do Município de Lisboa 1940*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1941, pp. 62-63.

¹⁰¹ Como descrito no *Guia de Portugal* editado em 1924, os carros eléctricos das carreiras de *Belém-Almirante Reis e Belém-Caminho de Ferro, depois de passarem pelo Aterro, vão até Santo Amaro e daí, pela Junqueira a Belém.* Ver “Bairros marginais de Oeste”, In *Guia de Portugal*, vol. I, Cap. VI, 4ª Edição, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2006, pp. 361.

Restelo que, como manifestado no artigo “Estádio para o C.F. ‘Os Belenenses’”, *facilitará ainda mais o problema dos transportes*¹⁰².

Dado que à época, em Portugal, o plano de urbanização da encosta da Ajuda representava uma intervenção urbanística e arquitectónica de singular dimensão, Faria da Costa atendeu, naturalmente, aos ensinamentos dos seus professores da escola francesa – Henri Prost¹⁰³ (1874-1959), Etienne De Gröer¹⁰⁴ (n. 1882), Jacques Gréber¹⁰⁵ (1882-1962), Georges Sébille¹⁰⁶ (1879-1962), William Oualid¹⁰⁷ (1880-1942), Gaston Jèze¹⁰⁸ (1869-1953), entre outros –, bem como à experiência profissional e

¹⁰² Ver Carlos Manuel Ramos e Jorge Viana, “Estádio para o C.F. ‘Os Belenenses’”, *Arquitectura*, Lisboa, Nº 43, Agosto 1952, pp. 14.

¹⁰³ Henri Prost arquitecto-urbanista diplomado pela *École des Beaux Arts de Paris* (Atelier Lambert) fundou com Jean Claude Nicolas Forestier a *Société Française des Urbanistes* (1911) e foi director da *École Spéciale d’Architecture* (1929-1959). Em 1912 colabora com Eugène Hénard e Donat Alfred Agache no projecto de planeamento de extensão de Paris. Em 1914 forma uma equipa (constituída por Adrien Laforgue, Albert Laprade, Marrast, Leblanc e Rigollet) para a execução dos Planos Directores e de Urbanização de Casablanca (1915-1922), Fés, Marraquexe, Meknes e Rabat (1914-1922). Autor dos Planos de Urbanização de Metz (1928-1930), Alger (1932-1939), Istambul (1936-1951). Entre 1927 e 1940 lecciona no *Institut d’Urbanisme da Université de Paris*. Para uma análise detalhada acerca do percurso profissional de Henri Prost ver Jean Pierre Frey, “Henri Prost (1874-1959), parcours d’un urbaniste discret (Rabat, Paris, Istambul)”, In *Urbanisme*, Nº 336. Paris, Maio/Junho, 2004.

¹⁰⁴ Etienne De Gröer arquitecto-urbanista consultor da Câmara Municipal de Lisboa entre 1938-1940. Autor dos Planos de Urbanização de Évora, Braga, Beja, Abrantes, Almada, Moscavide, Vila Franca de Xira e Sintra e, para Angola, do antepiano de urbanização de Luanda.

¹⁰⁵ Jacques Gréber arquitecto-paisagista diplomado pela *École des Beaux Arts de Paris* foi Director de Arquitectura da Exposição Internacional de Paris em 1937. Autor dos Planos de Extensão de Lille (1920) e Marselha (1933). Nos Estados Unidos, dedica-se à execução dos Planos de Urbanização de Philadelphia, Ottawa e Montreal. Entre outros artigos, foi autor de “Role Social de L’Urbanisme”. Para informações detalhadas acerca do *Role Social de l’Urbanisme* ver *Cahiers du Musée Social*, Nº 1, 1950, pp. 3-13. Para informações detalhadas acerca das aulas de Jacques Gréber consultar *Institut d’Urbanisme de L’Université de Paris, Année Scolaire 1935-1936, Professeur M. Gréber*, In Arquivo de João Guilherme Faria da Costa, IHRU.

¹⁰⁶ Georges Florentin Sébille Diplomado pela *École des Beaux Arts de Paris* em c. 1897, foi orientado por Louis-Ernest Lheureux e Odilon Redon. Com poucas obras construídas, para além de Sébille ter leccionado no *Institut d’Urbanisme de Paris*, ocupou diversos cargos oficiais, nomeadamente o de arquitecto dos monumentos históricos (1901), urbanista da Associação Francesa de Urbanistas encarregue dos estudos do plano de extensão de Paris (1920-1921) e membro do Conselho Superior de Urbanismo da região parisiense (1932).

¹⁰⁷ William Oualid Formado em Direito. Segundo dados recolhidos pela autora desta investigação nas “sebentas” pertencentes ao estudante de urbanismo João Guilherme Faria da Costa, W. Oualid foi Professor de *Le Municipalisme*, no *Institut d’Urbanisme de Paris*. Entre outras obras de referência foi co-autor de *Extension des villes et lotissements. Projets régionaux d’urbanisme* (Paris: Recueil Sirey, 1936).

¹⁰⁸ Gaston Jèze Formado em Direito. Segundo dados recolhidos pela autora desta investigação nas “sebentas” pertencentes ao estudante de urbanismo João Guilherme Faria da Costa, Gaston Jèze foi professor de *Organisation Administrative des Villes*, no *Institut d’Urbanisme de Paris*. Entre outras obras

conhecimentos que adquiriu enquanto colaborador de Donat Alfred Agache e De Gröer, ainda durante a sua fase de estudo. Com o reconhecido prestígio do *Institut d'Urbanisme*, e dado que a ele recorreram arquitectos de todo o mundo, França conseguia assim difundir os seus ensinamentos e definir sistemas de composição e ordenamento urbano. Deste modo, não será portanto de estranhar que Faria da Costa tenha advogado para Portugal *a necessidade de se criar um código de urbanismo baseado nos nossos usos e necessidades, completado por certas disposições das legislações estrangeiras amplamente provadas pela experiência que a nós nos falta e que viriam a verificar as nossas aglomerações urbanas dando-lhes um novo élan*¹⁰⁹. Na verdade, os reconhecidos conhecimentos que adquiriu na escola parisiense suscitaram também em 1945¹¹⁰ um convite por parte do arquitecto Luiz Alexandre da Cunha (1893-1971, vulgarmente conhecido como “Cunha Bruto”¹¹¹) – Director da Escola de Belas Artes de Lisboa¹¹² e Professor de Pormenores de Técnicas de Construção – para leccionar a 16ª Cadeira, *Obras de Urbanização*¹¹³. Embora não tenha aceite – ou, segundo testemunhou Francisco Castro Rodrigues, *a PIDE não deixou*¹¹⁴ –, sabe-se que houve também um segundo convite, dirigido ao arquitecto Francisco Keil do Amaral, e um terceiro ao arquitecto Paulino Montez (1897-1988), que veio a ocupar o cargo de

de referência foi autor de *Organisation administrative des villes* (Institut d'Urbanisme de d'Université de Paris, 1931).

¹⁰⁹ Ver João Guilherme Faria da Costa, *Texto para um livro de Faria da Costa*, in Volume II Anexo 2.

¹¹⁰ A partir da implementação do Decreto-Lei nº 34.607 de 15 de Maio de 1945, todos os alunos inscritos no curso de Arquitectura ficam obrigados à frequência da cadeira de Urbanismo.

¹¹¹ *No arquivo de FCR [Francisco Castro Rodrigues] existe a cópia (não assinada) de um pedido datado de 1/11/44 ao Ministro da Educação Nacional (Carneiro da Mata) de inquérito ou sindicância (extensível a outros professores) por parte de pais de alunos. O texto fala da 'maneira violenta no tratamento que aos seus alunos e nossos filhos, já homens, dá, a ponto de aquela Escola se tornar, não um meio ameno, educativo e instrutivo, mas um verdadeiro estabelecimento de suplício e de terror'.* Ver Eduarda Dionísio, *Um Cesto de Cerejas. Francisco Castro Rodrigues: Conversas, Memórias, Uma vida*, Lisboa, Casa da Achada, 2010, Nota de Rodapé Nº 74, pp. 58.

¹¹² A Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa não dispõe de uma cronologia dos seus directores, no entanto, sabe-se que a partir de 1949 Paulino Montez vai substituir Luiz Alexandre da Cunha. Ver Eduarda Dionísio, *Um Cesto de Cerejas. Francisco Castro Rodrigues: Conversas, Memórias, Uma vida*, Lisboa, Casa da Achada, 2010, Nota de Rodapé Nº 76, pp. 59.

¹¹³ Para informações detalhadas ver Carta do Director da Escola de Belas Artes de Lisboa, Arquitecto Luiz Alexandre da Cunha, ao Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 5 de Novembro de 1945, In Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Arco do Cego, Processo Individual Nº 1657.

¹¹⁴ Ver Eduarda Dionísio, *Um Cesto de Cerejas. Francisco Castro Rodrigues: Conversas, Memórias, Uma vida*, Lisboa, Casa da Achada, 2010, pp. 55. Como testemunhou o arquitecto Guilherme Cândia Martins à autora desta investigação, Faria da Costa pertencia à Maçonaria e era activo na oposição.

Professor da cadeira de *Urbanismo* sendo seu assistente o arquitecto Rafael Botelho (n. 1923).

Se para o inicial (ou seria “experimental”?) plano urbano da Figueira da Foz Faria da Costa defendera que *é princípio básico do urbanismo moderno fazer na cidade e na sua região, tendo em conta o respectivo ‘facies’ geral, uma repartição de zonas em que se agrupam os diversos germens de actividade de forma a poderem desenvolver-se plena e normalmente*¹¹⁵, no “laboratório urbano” da encosta da Ajuda, procurará pôr em prática tais ideais, aplicando o princípio do zonamento, diferenciando áreas/zonas, nomeadamente: habitacionais, funcionais, comerciais, equipamentos e espaços livres. Saliente-se o facto de De Gröer ter estabelecido no Plano Director de Urbanização de Lisboa a utilização do solo pelo princípio do zonamento (*zoning* ou *zonage*¹¹⁶), considerando *três tipos de zonas de habitação: zona de prédios para inquilinos com vários andares, construídos em ordem contínua, zonas de prédios para inquilinos com vários andares, construídos em ordem descontínua e zonas de habitação em casas unifamiliares*¹¹⁷, conforme enumerara Carlos Nunes Silva. Mas anteriormente a este e tal como veio a evidenciar Michel Toussaint na sua investigação de doutoramento, Pardal Monteiro havia defendido que com um plano de urbanização a cidade de Lisboa deixaria de ser um “saco de retalhos” pois *esse plano urbanístico dividiria a cidade por zonas, colocando a um lado a parte comercial, a outro a industrial, a outro ainda a habitação*¹¹⁸. Porém, desconhece-se se o arquitecto-urbanista Faria da Costa dividiu o plano da encosta da Ajuda em células como fez posteriormente em Alvalade (1945-

¹¹⁵ Ver João Guilherme Faria da Costa, “A Figueira da Foz. Uma tese admirável do arquitecto-urbanista João Faria da Costa”, *A Architectura Portuguesa e Cerâmica e Edificação Reunidas*, Lisboa, Nº 31, Outubro 1937, pp. 17.

¹¹⁶ Segundo De Gröer, ‘Zoning’, ou o Regulamento das Zonas, *é o conjunto das leis que dividem uma cidade em zonas com carácter diferente e que impõem a cada destas um modelo de construção especial*. Ver Etienne De Gröer, “Introdução ao Urbanismo”, *Boletim da Direcção Geral dos Serviços de Urbanização 1945-1946*, I Volume, Lisboa, Ministério das Obras Públicas e Comunicações, 1946, pp. 32.

¹¹⁷ Ver Carlos Nuns Silva, *Política Urbana em Lisboa, 1926-1974*, Lisboa, Livros Horizonte, 1994, pp. 142.

¹¹⁸ Ver Porfírio Pardal Monteiro, *A construção moderna, entrevista com o arquitecto Pardal Monteiro*, in *O Globo*, Nº 25, Ano I, 6/7/1930, citado por Michel Toussaint Alves Pereira, *Da Architectura à Teoria e o Universo da Teoria da Architectura em Portugal na primeira metade do século XX*, Dissertação de Doutoramento em Teoria da Architectura apresentada à Faculdade de Architectura da Universidade Técnica de Lisboa, 2009, pp. 317.

1948), onde o plano foi dividido em oito células com a escola primária como centro, sendo que cada célula forma uma unidade de habitação independente constituída por 4.000 a 5.000 habitantes e separada da célula vizinha por vias de trânsito. Apesar de tudo, como veremos mais adiante neste subcapítulo, poder-se-á depreender que as zonas comerciais poderão indicar uma eventual subdivisão.



Fig. 1.1.1.6. Aspecto Geral do Plano de Urbanização de Lisboa - Encosta da Ajuda, J.G. Faria da Costa, s.d. (c. 1938)¹¹⁹

¹¹⁹ In Arquivo de Arte da Fundação Gulbenkian, Estúdio Mário Novais, cota: CFT003.57062-57064.

De composição ao gosto *Beaux Arts*, o plano de urbanização da encosta da Ajuda (Fig. 1.1.1.6.) é marcado por grandes eixos e pela utilização de traçados viários ladeados por vegetação que tiram partido da encenação urbana, usufruindo estrategicamente das vistas sobre o Tejo e sobre a Torre de Belém. Como expressará umas décadas mais tarde o arquitecto Jorge Segurado (1898-1990), *quem dirá a pequena Torre de Belém nasceu e viveu no meio do Tejo? Hoje é o motivo axial do bairro do Restelo. Panorâmica nova de nova zona da cidade, e, aqui está saudosa lembrança de Duarte Pacheco...*¹²⁰. Na verdade sabe-se que Faria da Costa também havia sido encarregue pela Secção de Estudos de Urbanização da Câmara Municipal de Lisboa de elaborar o projecto da **Zona de Protecção da Torre de Belém**¹²¹ (Figs. 1.1.1.7. e 1.1.1.8., não construído¹²², s.d.), onde se denota a preocupação em remover as construções existentes para libertar o monumento, nomeadamente a fábrica de gás¹²³, evidenciando com a intervenção um eixo de simetria centrado na torre que, como veremos de seguida, será prolongado pela encosta acima (Fig. 1.1.1.9.).



Fig. 1.1.1.7. Zona de protecção da Torre de Belém, J.G. Faria da Costa, s.d.¹²⁴

Fig. 1.1.1.8. Perspectiva da zona de protecção da Torre de Belém, J.G. Faria da Costa, s.d.¹²⁵

¹²⁰ Ver Jorge Segurado, *Lisboa no Passado e no Presente*, Lisboa, edições Excelsior, 1971, pp. 205.

¹²¹ Para informação detalhada ver João Guilherme Faria da Costa, *Urbanização da Torre de Belém*, in Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Arco do Cego, Código de Referência: PT/AMLIS/AL/CMLSB/UROB-PU/10/129 – Cota: 87, DSUO.

¹²² António Viana Barreto foi o arquitecto-paisagista responsável pelo projecto de paisagismo da zona envolvente à Torre de Belém (1953-1956).

¹²³ Ali instalada desde 1888, desactivada em 1949 e demolida um ano mais tarde.

¹²⁴ In João Guilherme Faria da Costa, *Urbanização da Torre de Belém*, in Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Arco do Cego, Código de Referência: PT/AMLIS/AL/CMLSB/UROB-PU/10/129 – Cota: 87, DSUO.



Fig. 1.1.1.9. Fotografia aérea do bairro do Restelo¹²⁶

Talvez influenciado pelo projecto do *Fairmount Parkway*¹²⁷ (Filadélfia, 1917) de Jacques Gréber, onde uma grande alameda é intersectada por praças e marginada de vegetação (Fig. 1.1.1.10.), Faria da Costa sugere uma proposta semelhante à do seu antigo Professor no plano de urbanização da encosta da Ajuda, nomeadamente no prolongamento da central Avenida da Torre de Belém, nos quarteirões que antecedem e sucedem a Capela de São Jerónimo (Fig. 1.1.1.11.), apesar de este eixo não ser oblíquo à restante malha urbana. No entanto, a proposta para a nova capital Australiana – Canberra (1911-1980 em fase de conclusão, Fig. 1.1.1.12.) –, elaborada com base na *City Beautiful*, fora provavelmente a proposta urbana que causara maior impacto em Faria da Costa. Tal como Walter Burley Griffin (1876-1937), como veremos de seguida, Faria da Costa propusera um plano para ser visto de Belém (e do recinto expositivo),

¹²⁵ Idem.

¹²⁶ In Jorge Segurado, *Lisboa no Passado e no Presente*, Lisboa, edições Excelsior, 1971, pp. 204-205.

¹²⁷ Actualmente designado de *Benjamin Franklin Parkway*.

conseguido pelo simples facto de se ter aproveitado a topografia do terreno, colocando os edifícios de maior altura e destinados à comunidade na parte mais alta da encosta. Para Canberra, como descreve Peter Hall, *a partir das montanhas do nordeste, que formariam as últimas fileiras das galerias, o terreno descia suavemente para formar o auditório; os espectadores, de frente para sudoeste e de costas para o sol, iriam olhar para baixo, em direcção ao ponto mais baixo da bacia, que seria inundado para tornar-se a arena; atrás disso, o terreno eleva-se em degraus formando um palco sobre o qual seriam colocados, em ordem crescente os edifícios simbolicamente importantes da comunidade: o Tribunal, o Parlamento e por fim – na mais alta colina interna dentro da bacia – o Capitólio*¹²⁸. Logo em 1939, nas *Actas das Reuniões da Câmara Municipal de Lisboa*, o vereador Júlio Martins reforçara que para o Restelo *a proposta apresentada tem por objecto urbanizar uma das zonas mais belas da Cidade; Lisboa volta-se para o Tejo para deixar de ser ‘a Cidade errada’ como escreveu há anos um escritor ilustre, hoje ao serviço da Câmara*¹²⁹.

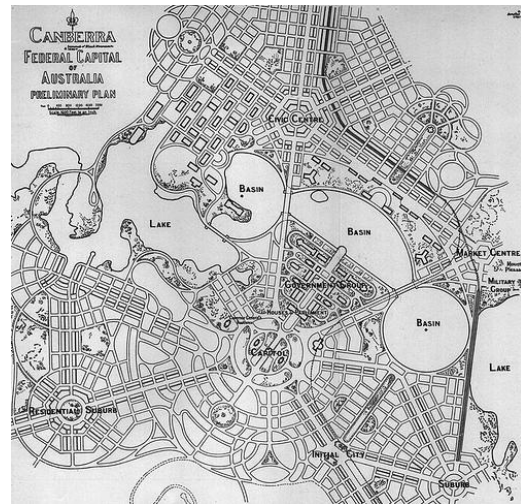
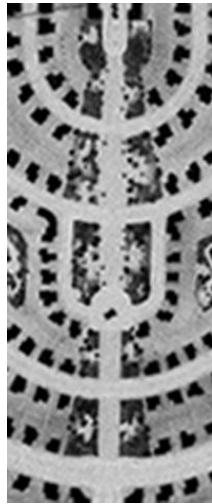
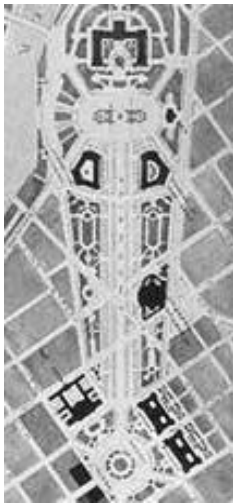


Fig. 1.1.1.10. Pormenor do *Fairmount Parkway*, Jacques Gréber, 1917

Fig. 1.1.1.11. Pormenor da Avenida da Torre de Belém junto à Capela de São Jerónimo, excerto da planta: *Aspecto Geral de Urbanização de Lisboa - Encosta da Ajuda*, J.G. Faria da Costa, s.d. (c. 1938)¹³⁰

Fig. 1.1.1.12. Plano de Canberra, Walter Burley Griffin, 1911

¹²⁸ Ver Peter Hall, *Cidades do Amanhã*, tradução de Pérola de Carvalho, São Paulo, Perspectiva, 2009, pp. 228.

¹²⁹ Ver Júlio Martins, *Actas das Reuniões da Câmara Municipal de Lisboa*, Acta N° 20, Reunião de 22/6/1939, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1940, pp. 21-22.

¹³⁰ In Arquivo de Arte da Fundação Gulbenkian, Estúdio Mário Novais, cota: CFT003.57062-57064.

Com efeito, este bairro habitacional cuja densidade populacional se previa baixa para tão vasto território, uma vez que nesta fase projectual ainda não eram contempladas as moradias económicas em banda (que vieram a dar origem ao denominado bairro económico do Restelo), somente habitação unifamiliar e alguns núcleos de habitação colectiva, distribui-se em função de eixos viários hierarquizados, adaptados à topografia e absorvendo algumas preexistências. Como havia sido (teoricamente) experimentado no plano da Figueira da Foz onde Faria da Costa opta por dividir as vias em duas categorias – *Vias de circulação e Vias de habitação*¹³¹ – aqui, as vias destinadas aos automobilistas dividem-se em avenidas, ruas e praças e os caminhos destinados aos peões, são jardins, passeios e caminhos com dimensões que variam consoante a importância da própria via. Em linhas gerais, o plano inicial do Restelo previa uma rede viária definida por três eixos principais que sobem a encosta obliquamente ao rio: Avenida Dom Vasco da Gama/Avenida das Descobertas, Avenida da Torre de Belém e Rua dos Jerónimos (Fig. 1.1.1.13.). A central Avenida da Torre de Belém surge no seguimento do enfiamento da Torre de Belém com a Capela de São Jerónimo e define o principal eixo de simetria. Esta avenida é intersectada pela Avenida do Restelo, eixo viário em curva que acompanha as curvas de nível do terreno e orienta a malha de arruamentos secundários concêntricos que, em anfiteatro, se debruçam sobre Belém e o Rio Tejo. Este eixo viário acabou por ter uma importância redobrada na medida em que definiu a separação entre as áreas a urbanizar na 1ª fase e na fase de expansão – a 2ª fase –, como iremos verificar mais adiante neste subcapítulo. Na verdade, uns anos antes Paulino Montez (1897-1988) havia defendido que *Lisboa é, por natureza, uma cidade acidentada, sobre a qual de nenhum modo conviria implantar a rede surda de arruamentos paralelos e em xadrez que aparecem mais naturalmente nas cidades de fundo raso. [...] Nos traçados mais expressivos e característicos de Lisboa, deveria ter-se utilizado a linha curva*¹³², linha essa que não serviu para definir os traçados viários

¹³¹ Ver João Guilherme Faria da Costa, “A Figueira da Foz. Uma tese admirável do Arquitecto-urbanista João Faria da Costa”, *A Arquitectura Portuguesa e Cerâmica e Edificação Reunidas*, Lisboa, Nº 31, Outubro 1937, pp. 18.

¹³² Ver Paulino Montez, “Da Traça Contemporânea. Novas Vias. Novas Praças. Edifícios. Monumentos”, In *A Estética de Lisboa – Da Urbanização da Cidade*, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa 1935, pp. 32.

do projecto que se imediatamente se seguiu, o bairro económico do Alvito (1937) por este estar localizado numa “plataforma”, servindo porém anos mais tarde para o estudo do bairro económico da Encarnação (1940, inauguração 1946).

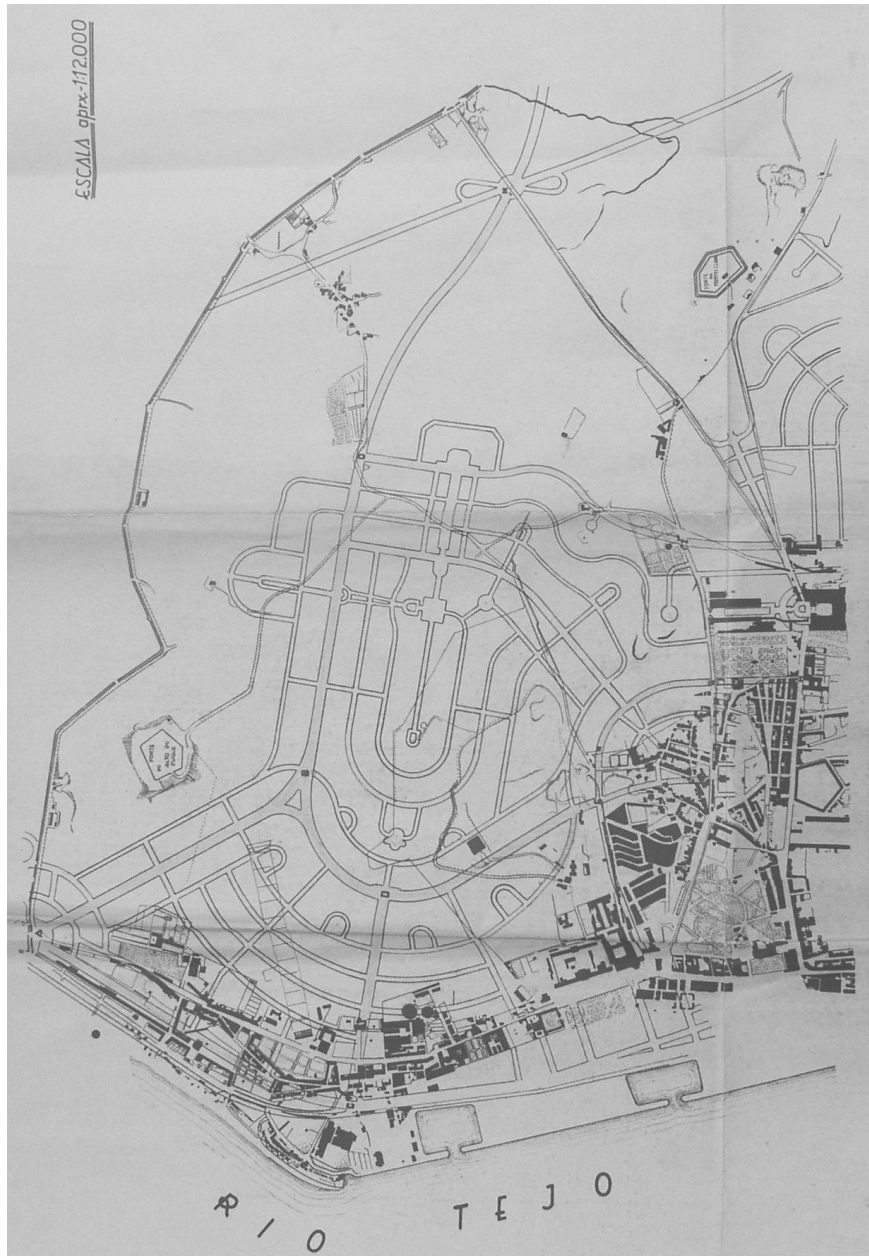


Fig. 1.1.1.13. Plano de Urbanização da Encosta da Ajuda, arruamentos principais, s.d.¹³³

¹³³ In Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Arco do Cego, Código de Referência: PT/AMLIS/AL/CMLSB/UROB-PU/10/111 – Cota: 80B.

Faria da Costa tinha certamente presente as obras de referência e modelos do urbanismo moderno experimentados na Europa, África, Ásia e América do Sul, aliás, na sua tese de final de curso faz referência a Marcel Poëte (1866-1950), um dos fundadores do *Institut d'Urbanisme de Paris*, professor empenhado na reflexão em torno do crescimento e desenvolvimento das cidades; cita o *último relatório do plano regional de Londres*¹³⁴ de Raymond Unwin¹³⁵ (1863-1940); menciona o arquitecto-urbanista e paisagista Jean Claude Nicolas Forestier¹³⁶ (1861-1930) no que diz respeito à superfície que se deve deixar livre para jardins¹³⁷; e no que se refere à divulgação e propaganda dos planos de urbanização, exemplifica com a opção tomada pelo arquitecto-urbanista americano Daniel Hudson Burnham¹³⁸ (1846-1912), que exercia influência na Europa através de um movimento denominado de *City Beautiful*, onde, como referido anteriormente, a malha urbana é rasgada por grandes avenidas (*Boulevards*), intersectadas por pontos de convergência e rematadas com edifícios monumentais, como se verificou nos planos de Chicago (Burnham, 1909) e de Nova Delhi (Edwin Lutyens e Herbert Baker, 1910-1935), por exemplo.

¹³⁴ Ver João Guilherme Faria da Costa, “A Figueira da Foz. Uma tese admirável do Arquitecto-urbanista João Faria da Costa”, *A Arquitectura Portuguesa e Cerâmica e Edificação Reunidas*, Lisboa, Nº 31, Outubro 1937, pp. 19.

¹³⁵ Depois de Ebenezer Howard, Raymond Unwin fora dos primeiros a escrever sobre os conceitos da cidade-jardim em 1909, traduzidos por Jaussely em 1922 – *L'étude pratique des plans de villes*.

¹³⁶ Jean Claude Nicolas Forestier publicou em 1908 a obra *Grandes villes et systèmes de parcs*.

¹³⁷ Saliente-se o facto de em 1927 Forestier ter sido convidado pela Câmara Municipal de Lisboa para dar um parecer sobre as necessidades urbanísticas da cidade, pelo que este, entre outras considerações, manifestou o interesse na criação de um parque florestal com cerca de 300 hectares – Parque Florestal de Monsanto – que serviria para afastar a população que ali habitava em barracas, circundando-o de privilegiadas edificações, bem como, para que este servisse de pulmão de ar puro para a cidade. Embora o primeiro projecto de arborização de Monsanto date de 1868 (da autoria de Carlos Ribeiro e Nery Delgado), as expropriações para o Parque Florestal de Monsanto tiveram início apenas no ano de 1934 (e até 1943), apoiando-se no Decreto-Lei nº 24.625 de 1 de Novembro de 1934, alterado pelos Decretos-Lei nº 27.101 de 16 de Outubro de 1936 e nº 28.197 de 1 de Julho de 1938. A sua florestação ficou a cargo da Câmara Municipal de Lisboa, Ministério da Agricultura e Ministérios das Obras Públicas.

¹³⁸ Daniel Hudson Burnham foi o principal responsável pelos projectos da Exposição Mundial de Columbia (Chicago, 1893) e autor de inúmeros planos de urbanização, nomeadamente da cidade de Chicago e do centro de Washington.

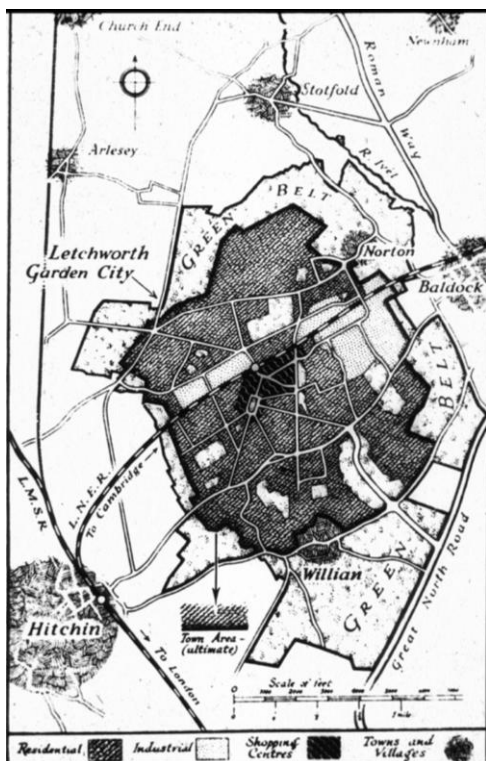


Fig. 1.1.1.14. Plano de Letchworth, Raymond Unwin e Barry Parker, 1902



Fig. 1.1.1.15. Plano de Welwyn, Louis de Soissons, 1919

No Restelo são também visíveis as referências aos modelos da cidade-jardim de Ebenezer Howard¹³⁹ (1850-1928), cujos primeiros exemplos edificados foram os planos urbanos de Letchworth (Raymond Unwin e Barry Parker¹⁴⁰, 1902, Fig. 1.1.1.14.) e Welwyn (Louis de Soissons, 1919, Fig. 1.1.1.15.), pequenas cidades auto-suficientes construídas nos arredores de Londres. Preocupado em limitar o crescimento das cidades e combinar cidade e campo, a influência deste visionário é perceptível no cinturão verde de protecção que envolve o bairro. Tratando-se de uma expansão periférica, procurando dar melhores condições de vida à população que iria habitar esta parte da cidade, Faria da Costa, tal como Paulino Montez no projecto do bairro de casas económicas da

¹³⁹ Os conceitos defendidos por Ebenezer Howard foram expressos na sua obra *Garden Cities of Tomorrow* (1902) que havia sido publicada pela primeira vez em 1898 como título *Tomorrow a Peaceful Path to Real Reform*.

¹⁴⁰ Barry Parker foi convidado pela Câmara Municipal do Porto para fazer parte da Comissão Técnica que avaliou a planta da Avenida dos Aliados (1915). Para informações detalhadas sobre este assunto ver Barry Parker, *Memórias sobre a projectada avenida da cidade (da Praça da Liberdade ao Largo da Trindade)*, Porto, Typographia a vapor da Empresa Guedes, Setembro 1915.

Encarnação (1940-1946), teve a preocupação de circundar os limites deste bairro habitacional de zonas verdes, nomeadamente pelo (previsto) Parque Florestal de Monsanto e ainda pela plantação de uma outra área verde junto à cerca dos Jerónimos, local onde actualmente se encontra edificado o Colégio da Casa Pia de Lisboa e o Estádio do Belenenses, ou seja, zona que faz fronteira com o bairro económico de Terras de Forno ocupado essencialmente por funcionários civis, militares e sócios dos Sindicatos Nacionais. Como havia sido defendido por Faria da Costa para a Figueira da Foz, *queremos para o homem uma vida saudável numa cidade em que ele e os filhos encontrem sol, verdura e flores*¹⁴¹ – no seguimento do advogado por Le Corbusier (1887-1965) no IV CIAM (1933): “sol, vegetação e espaço”.

Procurando uma certa monumentalidade clássica, à semelhança da proposta de Henri Prost para Casablanca (1915-1922), nomeadamente para o prolongamento do *boulevard du IV Zouave par la démolition du mur d'enceinte* (1914) onde este arquitecto-urbanista francês tem oportunidade de pôr em prática a mais recente legislação sobre higiene urbana e rasgar uma grande alameda ladeada de edifícios e cujo remate se apresenta em forma de praça contornada por imponentes edificações (Fig. 1.1.1.16.), Faria da Costa localizou o centro urbano da encosta da Ajuda na zona mais elevada da vertente, no seguimento da grande e central Avenida da Torre de Belém cujo plano previa, nesta fase (geral de urbanização), a sua continuação para norte e para além da Capela de São Jerónimo. A rematar este eixo viário, em local proeminente e no limite do bairro, prevemos que tenha sido contemplado um grande edifício público, eventualmente uma igreja que acompanharia espiritualmente a população do Restelo, Caselas e Caramão da Ajuda e, carregada de uma enorme carga simbólica, agradaria o regime (Fig. 1.1.1.17.).

Os seis quarteirões fechados que ladeiam o topo da avenida são formados por edifícios que julgamos serem de habitação, pois uns anos mais tarde, no plano de Alvalade (1945-1948), Faria da Costa recorre a esta mesma solução na célula 3,

¹⁴¹ Ver João Guilherme Faria da Costa, “A Figueira da Foz. Uma tese admirável do Arquitecto-urbanista João Faria da Costa”, *A Arquitectura Portuguesa e Cerâmica e Edificação Reunidas*, Lisboa, Nº 31, Outubro 1937, pp. 17.

denominada por João Pedro Costa de *Zona Comercial* (contígua à Avenida da Igreja) por ter sofrido algumas alterações por parte do arquitecto Fernando Silva (n. 1914), encarregue em 1947 do plano de pormenor desta área que previu a existência de edifícios de renda limitada com comércio no piso térreo. Embora Fernando Silva tenha mantido os quarteirões fechados, com os logradouros também fechados e mais tarde privatizados – solução contrariada por Faria da Costa que, rejeitando parcialmente o modelo da cidade antiga, defende o aproveitamento do interior dos quarteirões com espaços verdes, áreas de recreio ou estacionamento para usufruto da comunidade valorizando as relações de vizinhança¹⁴² (como se pode verificar no Areeiro) –, as frentes a norte foram abertas com edifícios de um só piso (Fig. 1.1.1.18.). Valerá a pena chamar a atenção para as vilas operárias lisboetas, bem como a arquitectura holandesa onde o interior dos quarteirões era já por esta altura aproveitado como espaço colectivo para usufruto das habitações existentes no piso térreo e nalguns casos, da comunidade em geral, como se verifica no plano de extensão de Amesterdão (1915-1919) de Hendrik Petrus Berlage (1856-1934, Fig. 1.1.1.19.). Ora Keil de Amaral, colega de Faria da Costa na Câmara Municipal de Lisboa, visitara a Holanda em 1936 – altura em que estava em Paris a acompanhar a construção do pavilhão de Portugal para a exposição de 1937¹⁴³ – e embora tenha publicado a sua obra *A Moderna Arquitectura Holandesa*¹⁴⁴ apenas em 1943, poderá ter feito referência às obras visitadas, nomeadamente da autoria de Berlage¹⁴⁵ que, como salienta Michel Toussaint, *a esmagadora maioria dos arquitectos portugueses ignorava então*¹⁴⁶, influenciando muito provavelmente Faria da Costa e o urbanismo português.

¹⁴² Para informações detalhadas a cerca da evolução do quarteirão urbano ver Jean Castex, Jean-Charles Depaule Philippe Penerai, *Formes urbaines: de l'ilot à la barre*, Paris, Dunod, 1980.

¹⁴³ Ver Michel Toussaint Alves Pereira, *Da Arquitectura à Teoria e o Universos da Teoria da Arquitectura em Portugal na primeira metade do século XX*, Dissertação de Doutoramento em Teoria da Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, 2009, pp. 85-86.

¹⁴⁴ Ver *A Moderna Arquitectura Holandesa*, in *Seara Nova*, Nº 810 (20 de Fevereiro de 1943); Nº 811 (27 de Fevereiro de 1943), Nº 812 (6 de Março de 1943) e Nº 813 (13 de Março de 1943).

¹⁴⁵ Apesar de Keil do Amaral ser um grande admirador das obras de Marinus Dudok (1884-1974).

¹⁴⁶ Ver Michel Toussaint Alves Pereira, op. cit., pp. 332.

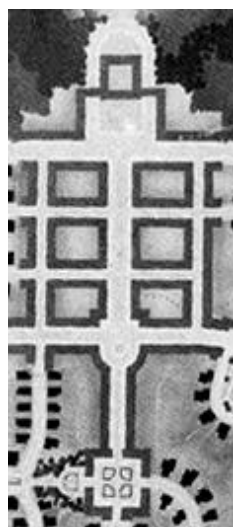
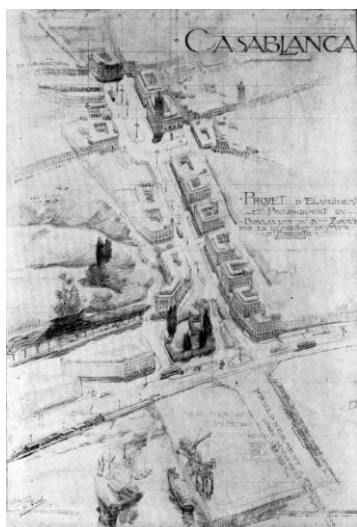


Fig. 1.1.1.16. *Boulevard du IV Zouave par la démolition du mur d'enceinte*, Casablanca, Henri Prost, 1914

Fig. 1.1.1.17. Pormenor da zona central, excerto da planta: Aspecto Geral de Urbanização de Lisboa - Encosta da Ajuda, J.G. Faria da Costa, s.d. (c. 1938)¹⁴⁷

Fig. 1.1.1.18. Pormenor da Avenida da Igreja (Célula 3), excerto do Plano de Urbanização da Zona a Sul da Avenida Alferes Malheiro, J.G. Faria da Costa, 1945-1948¹⁴⁸



Fig. 1.1.1.19. Plano de extensão de Amesterdão (*Plan Zuid*), Hendrik Petrus Berlage, 1915-1919

¹⁴⁷ In Arquivo de Arte da Fundação Gulbenkian, Estúdio Mário Novais, cota: CFT003.57062-57064.

¹⁴⁸ In Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Fotográfico, Prova: A18499 da autoria de Horácio Novais.

No plano de urbanização da encosta da Ajuda, a anteceder os quarteirões de edifícios encontram-se duas praças que interrompem a linearidade da avenida. A primeira, de planta quadrada e ajardinada ao centro, marca a transição entre a zona de moradias (ou edifícios de habitação unifamiliar) e a zona de edifícios de habitação multifamiliar que começa exactamente ali, com os que a contornam e na continuidade do espaço urbano. A segunda praça faz o encontro de duas importantes vias e a sua planta lembra a Praça do Areeiro¹⁴⁹ (1941-1956¹⁵⁰, Fig. 1.1.1.20.). *Símbolo da Lisboa salazarista*¹⁵¹, esta praça da autoria de Luís Cristino da Silva (1896-1976) foi alvo de apreciações por parte da Câmara a quando da evolução do seu projecto, nomeadamente na definição da sua forma, cujo projecto remete para a Repartição de Urbanização, ou seja, muito provavelmente sob a supervisão de Faria da Costa que como referido anteriormente havia sido encarregue do plano do Areeiro (1938) que abrangeu as Avenidas de Paris e João XXI e a Praça Pasteur¹⁵² (Fig. 1.1.1.21.). Como forma de propaganda oficial, o desenho destas praças forma um “Escudo” ladeado de edifícios e no caso da projectada para o Restelo, o seu eixo de simetria definido pela Avenida da Torre de Belém é interrompido a norte e a sul, respectivamente na parte curva e no lado menor, encenando visualmente o seu atravessamento que seria surpreendido por um monumento implantado ao centro. Como afirmara João de Sousa Rodolfo relativamente ao Areeiro mas cujas palavras também se podem atribuir à encosta da Ajuda, *este percurso revela a procura de um classicismo simplificado na sua forma, notando-se um ‘endurecimento’ progressivo da linguagem, gerado por essa simplificação, quer do ponto de vista volumétrico quer da própria regra de composição*¹⁵³. Como se verifica, Faria da Costa recorre frequentemente a eixos que formam ângulos de 90° entre si, como tal estas praças são um ponto de convergência de apenas dois eixos (ou quatro

¹⁴⁹ Inventariado pelo IHRU com o N° IPA: PT031106430540.

¹⁵⁰ Datas defendidas por João de Sousa Rodolfo na publicação *Luís Cristino da Silva e a arquitectura moderna em Portugal*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2002.

¹⁵¹ Ver Margarida Acciaiuoli, *Os anos 40 em Portugal. O País, o Regime e as Artes*, Lisboa, Dissertação de Doutoramento em História da Arte Contemporânea apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1991, vol. 1, pp. 432.

¹⁵² Para informações detalhadas acerca deste assunto ver “A experiência das Avenidas João XXI, Paris e Praça Pasteur”, *Arquitectura*, Lisboa, N° 45, Novembro 1952, pp. 9-14.

¹⁵³ Ver João de Sousa Rodolfo, op. cit., pp. 124.

vias) em contraposição, por exemplo, a outras soluções como as de Canberra (Walter Burley Griffin, 1911-1980, Fig. 1.1.1.12.) ou Nova Delhi (Edwin Lutyens e Herbert Baker, 1910-1935, Fig. 1.1.1.22.) onde os eixos formam ângulos de 30° ou de 60° entre si e as praças são centros urbanos com sete e dez vias intersectadas.

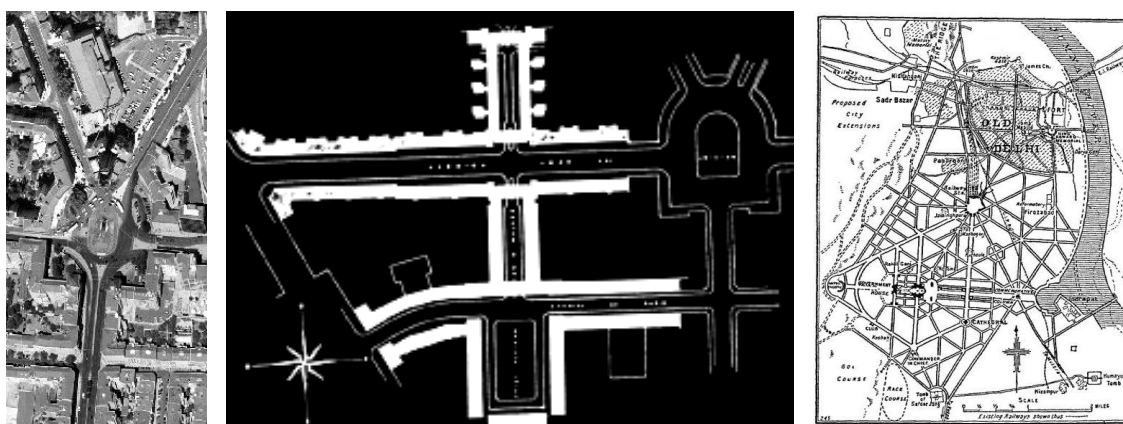


Fig. 1.1.1.20. Fotografia aérea da Praça do Areeiro¹⁵⁴

Fig. 1.1.1.21. “A experiência das Avenidas João XXI, Paris e Praça Pasteur”, pub. 1952¹⁵⁵

Fig. 1.1.1.22. Plano de Nova Delhi, Edwin Lutyens e Herbert Baker, 1910-1935¹⁵⁶

Em contraponto à malha reticulada formada pelos quarteirões de edifícios bem definidos, o traçado das vias em curva e a acompanhar as curvas de nível é mais uma vez visível na estrada serpenteada que surpreenderia o indivíduo que a percorresse com o Palácio Nacional da Ajuda e o arranjo urbano e paisagístico da zona envolvente (Fig. 1.1.1.23.). Curiosamente, depois do Restelo Faria da Costa recorre novamente às “vias onduladas” no plano de Alvalade, nomeadamente na Célula 4 – *Zona de Moradias* –, edificada na encosta nascente, na zona de protecção do Aeroporto de Lisboa (Fig. 1.1.1.24.) e onde vieram a ser edificadas moradias para sócios de cooperativas de habitação. Relativamente às linhas rectas e curvas, justifica-se recordar as palavras de Raul Lino que em *Quatro Palavras sobre Urbanização*¹⁵⁷ (1945) – o mais extenso texto

¹⁵⁴ In www.lisboainteactiva.com

¹⁵⁵ In “A experiência das Avenidas João XXI, Paris e Praça Pasteur”, *Arquitectura*, Lisboa, N° 45, Novembro 1952, pp. 9-14.

¹⁵⁶ <http://www.museumofthecity.org/assets/keeglucas/new-delhi-plan-edwin-lutyens>

¹⁵⁷ Ver Raul Lino, *Quatro Palavras sobre Urbanização*, Lisboa, Valentim de Carvalho, 1945.

sobre temas do urbanismo¹⁵⁸ segundo Michel Toussaint –, salienta que *as rectas, as grandes rectas quando se prolongam além de certa medida, nunca nos impressionam pela beleza; impõem-se simplesmente pela dimensão e podem provocar o nosso espanto admirativo apenas pelas suas qualidades materiais intrínsecas. – A linha curva, a grande linha curva regular, pelo contrário desperta e nós espontaneamente um sentimento de enlevo independente de qualquer raciocínio*¹⁵⁹.

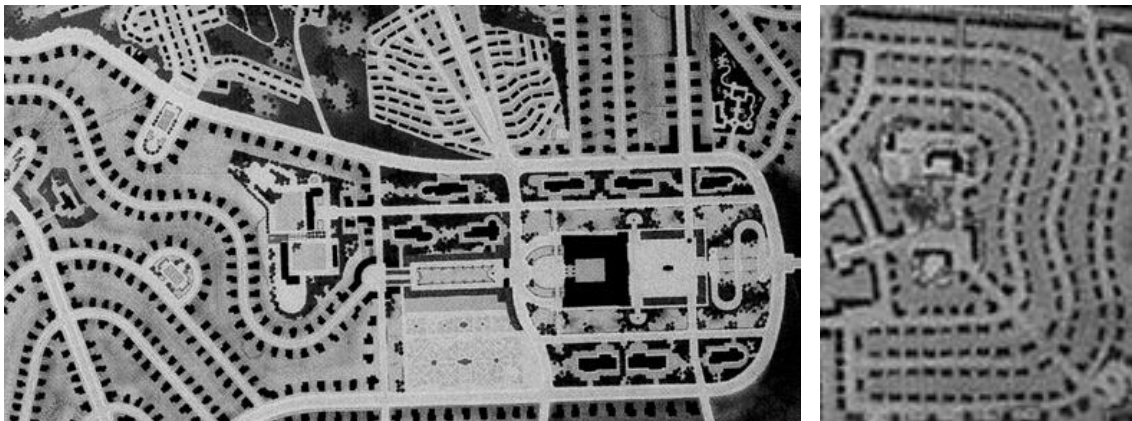


Fig. 1.1.1.23. Pormenor do acesso ao Palácio Nacional da Ajuda, excerto da planta: Aspecto Geral de Urbanização de Lisboa - Encosta da Ajuda, J.G. Faria da Costa, s.d. (c. 1938)¹⁶⁰

Fig. 1.1.1.24. Pormenor da Célula 4, excerto do Plano de Urbanização da Zona a Sul da Avenida Alferes Malheiro, J.G. Faria da Costa, 1945-1948¹⁶¹

Repare-se ainda que este mesmo sítio corresponde em parte ao local onde havia surgido a primeira vontade de urbanização. Aqui, em **1937**, a **Companhia Central de Urbanização**¹⁶² pela mão do arquitecto **Carlos João Chambers Ramos** (1897-1969), apresenta à Câmara Municipal de Lisboa o *Anteprojecto de Urbanização dos Terrenos*

¹⁵⁸ Ver Michel Toussaint Alves Pereira, *Da Architectura à Teoria e o Universos da Teoria da Architectura em Portugal na primeira metade do século XX*, Dissertação de Doutoramento em Teoria da Architectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, 2009, pp. 338.

¹⁵⁹ Ver Raul Lino, *Quatro Palavras sobre Urbanização*, Lisboa, Valentim de Carvalho, 1945, pp. 17, citado por Michel Toussaint Alves Pereira, In *Da Architectura à Teoria e o Universos da Teoria da Architectura em Portugal na primeira metade do século XX*, Dissertação de Doutoramento em Teoria da Architectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, 2009, pp. 339.

¹⁶⁰ In Arquivo de Arte da Fundação Gulbenkian, Estúdio Mário Novais, cota: CFT003.57062-57064.

¹⁶¹ In Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Fotográfico, Prova: A18499 da autoria de Horácio Novais.

¹⁶² A Companhia Central de Urbanização foi criada a 19 de Março de 1936, escritura lavrada nas notas do notário Dr. Noronha Galvão e publicada no *Diário do Governo*, N° 79, III Série, 4/4/1936.

*que possui no Alto da Ajuda*¹⁶³ (Fig. 1.1.1.25.) – sítio de “Arcolena” –, *delimitado a norte pelo cemitério da Ajuda, a sul pelos terrenos do Lisbon Sport Club, entre a Calçada do Galvão, a nascente, e a estrada do Pocinho, a poente*¹⁶⁴. Destinado à construção de um bairro de casas económicas¹⁶⁵, este arquitecto propunha um total de 117 moradias implantadas em anfiteatro e 102 habitações multifamiliares em bloco¹⁶⁶ que protegiam as moradias dos ventos dominantes por estarem localizados na encosta e por detrás destas. Ao centro da composição, um miradouro que definiria um eixo orientado no sentido norte-sul e separaria a zona poente da zona nascente, onde se previa a localização de um jardim-escola infantil para ambos os sexos. No entanto, esta proposta não foi construída e o estudo prévio que Faria da Costa apresentara, que não dera seguimento à proposta anterior, também não originara um futuro plano de pormenor. Na verdade, nesta fase projectual e para esta área em concreto, a intervenção deste arquitecto-urbanista no património arquitectónico e sua envolvente é arrasadora, como aliás já se vinha a verificar com algumas (polémicas) intervenções (ampliação, restauro e conservação) em edifícios públicos e monumentos nacionais por parte da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Exemplo disso mesmo é a intervenção de **Raul Lino** no *Projecto do Acabamento do Palácio Nacional da*

¹⁶³ Para informação detalhada consultar “Ante-projecto de Urbanização dos Terrenos que possui no Alto da Ajuda”, Companhia Central de Urbanização, 1937, In Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Arco do Cego, Código de Referência: PT.AMLSB.AL.CMLSB.UROB-PU/10/076 – Cota: 54; Caixa 35, DMPGU.

¹⁶⁴ Ver Bárbara Santos Coutinho, In *Carlos Ramos (1887-1969): Obra, pensamento e acção. A procura do compromisso entre o Modernismo e a Tradição*, Lisboa, Dissertação de Mestrado em História da Arte Contemporânea apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2001, pp. 122.

¹⁶⁵ Segundo o artigo 2º dos Estatutos da Companhia Central de Urbanização: *constituem objecto social: 1º a construção, aquisição, venda e arrendamento de casas económicas; 2º acessoriamente o exercício de indústrias correlativas, cujos produtos seja unicamente destinados às mesmas construções e mobilação das referidas casas, e os actos e contratos realizados nos exercícios das aludidas indústrias.* § *Esta Sociedade é constituída para gozar de todas as vantagens asseguradas no decreto nº 16.055 de 22 de Outubro de 1928, sobre regime das casas económicas e mais legislação aplicável*, ver AAVV, *Estatutos da Companhia Central de Urbanização*, Lisboa, Papelaria Luso-Brasileira, 1939, pp. 5-6.

¹⁶⁶ Para uma análise detalhada dos projectos das habitações do tipo “A”, “B” e “C”, consultar “Ante-projecto de Urbanização dos Terrenos que possui no Alto da Ajuda”, 1937, In Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Arco do Cego, Código de Referência: PT.AMLSB.AL.CMLSB.UROB-PU/10/076 – Cota: 54; Caixa 35, DMPGU.

*Ajuda*¹⁶⁷ cuja proposta – iniciada em **1934** com um convite por parte do engenheiro Duarte Pacheco –, apesar de não ter sido construída, fora sujeita a diversas fases¹⁶⁸ incidindo sobretudo no *arranjo arquitectónico exterior deste edifício*¹⁶⁹, ou seja, na criação de uma nova fachada sul. Ainda que tenhamos conhecimento de que Faria da Costa era sensível às questões relacionadas com o património, nomeadamente através do seu projecto para a cidade da Figueira da Foz, onde definira como ponto essencial do plano a *conservação das partes pitorescas, locais e monumentos urbanos*¹⁷⁰, os critérios de preservação não são comparáveis aos aplicados nos dias de hoje. Com o intuito de “limpar” e delimitar a zona envolvente do palácio da Ajuda para criar acessos e enaltecer o monumento – que nesta altura abre as suas portas como museu (1938) –, Faria da Costa propõe uma larga estrada circundante para acesso automóvel, atravessada pelas transversais (e actuais) calçadas da Ajuda e do Galvão e pelo prolongamento da Rua da Torre que por esta altura seria uma grande via cujo eixo foi definido com a mesma orientação da fachada nascente do palácio e faria a ligação entre o bairro habitacional da Ajuda e uma zona comercial, estrategicamente colocada no enfiamento da torre sineira, reminiscência do século XVIII. Mais uma vez Faria da Costa recorre a uma praça em “Escudo” envolta de edifícios que julgamos serem comerciais pelo modo como foram representados no desenho. Próximo deste local, como se verifica, o arquitecto **Keil do Amaral** realizou o *Estudo da zona circundante do Bairro de Casas Económicas do Alto da Ajuda*¹⁷¹ (s.d., c. **1938**¹⁷², Fig. 1.1.1.27.), parcialmente

¹⁶⁷ Para informações detalhadas consultar *Projecto do Acabamento do Palácio Nacional da Ajuda*, In Arquivo da Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian, Cota RL 554.

¹⁶⁸ Segundo dados fornecidos pelo IHRU, em 1935 Raul Lino dá início ao projecto tendo este sido posto de parte devido às verbas envolvidas; em 1944 Raul Lino apresenta um novo projecto e em 1956 o Ministro Eduardo de Arantes e Oliveira encarrega Raul Lino de um novo projecto. Para informações detalhadas consultar http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4722

¹⁶⁹ Ver Raul Lino, Memória Descritiva e Justificativa, In *Projecto do Acabamento do Palácio Nacional da Ajuda*, Setembro de 1936, pp. 1, In Arquivo da Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian, Cota RL 554.

¹⁷⁰ Ver João Faria da Costa, “A Figueira da Foz. Uma tese admirável do arquitecto-urbanista João Faria da Costa”, *A Arquitectura Portuguesa e Cerâmica e Edificação Reunidas*, Lisboa, Nº 31, Outubro 1937, pp. 12.

¹⁷¹ Para informação detalhada consultar “Estudo da zona circundante do Bairro de Casas Económicas do Alto da Ajuda”, planta Nº 4289, Arquivo do Gabinete de Estudos Olisiponenses, Palácio Beau Sejour, Cota: MP 876, CDR 24.

construído e contemplado na planta geral apresentada por Faria da Costa. Mas para que tudo isto fosse possível, Faria da Costa prevê a demolição do palácio da Quinta de Cima (a norte do Jardim Botânico), bem como do Cemitério da Ajuda¹⁷³, do Jardim das Damas (a norte do Palácio) e de toda a zona habitacional envolvente à casa real, ou seja, resquícios do histórico bairro da Ajuda. A nascente, a entrada para o palácio é antecedida por uma praça cujo caminho de acesso em curva e contracurva nos remete para o arquitecto-urbanista e paisagista Jean Claude Nicolas Forestier, nomeadamente para o projecto do prolongamento da Avenida da Liberdade – *Estudo do Prolongamento da Avenida da Liberdade e Arranjo de um Grande Parque com Cidades Jardim e Campo de Jogos* (1927, Fig. 1.1.1.26.). Desconhece-se qual a função dos edifícios cuja implantação prevista circunda o palácio, mas dada a sua privilegiada localização, a serem destinados a habitação colectiva, seriam naturalmente para uma classe social elevada, podendo com a venda dos lotes de terreno amortizar as despesas da intervenção, como aliás também defendera Forestier, alegando que este tipo de operação havia sido já experimentado em Paris (*Champs de Mars*) e Bruxelas (*Avenue de Tervuren*).

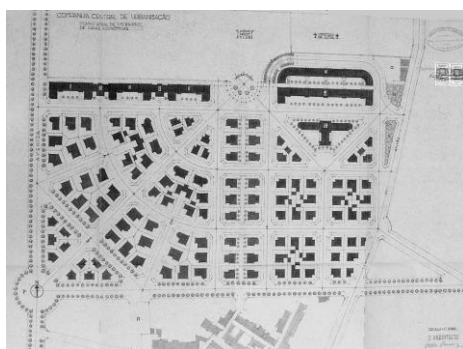


Fig. 1.1.1.25. Ante-projecto de Urbanização dos Terrenos que possui no Alto da Ajuda, Carlos Ramos, 1937¹⁷⁴

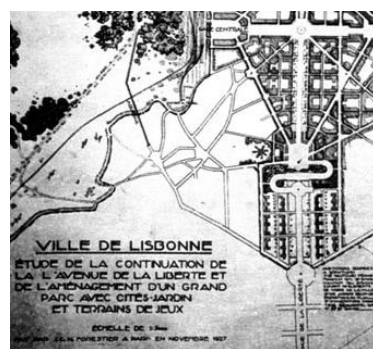


Fig. 1.1.1.26. Pormenor do Estudo do Prolongamento da Avenida da Liberdade e Arranjo de um Grande Parque com Cidades Jardim e Campo de Jogos, Jean Claude Nicolas Forestier, 1927¹⁷⁵

¹⁷² Sabe-se que este plano foi contemplado nos desenhos do Plano de Urbanização da Encosta da Ajuda (1938) e que Keil do Amaral exerceu actividade na Câmara Municipal de Lisboa entre 1938 e 1946.

¹⁷³ Originalmente destinado a criados da casa real e à classe pobre da Ajuda e Belém.

¹⁷⁴ In Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Arco do Cego, Código de Referência: PT.AMLSB.AL.CMLSB.UROB-PU/10/076 – Cota: 54; Caixa 35, DMPGU.

¹⁷⁵ In João Sousa Morais e Filipa Roseta, *Os Planos da Avenida da Liberdade e o seu Prolongamento*, Lisboa, Livros Horizonte, 2005, pp. 31.

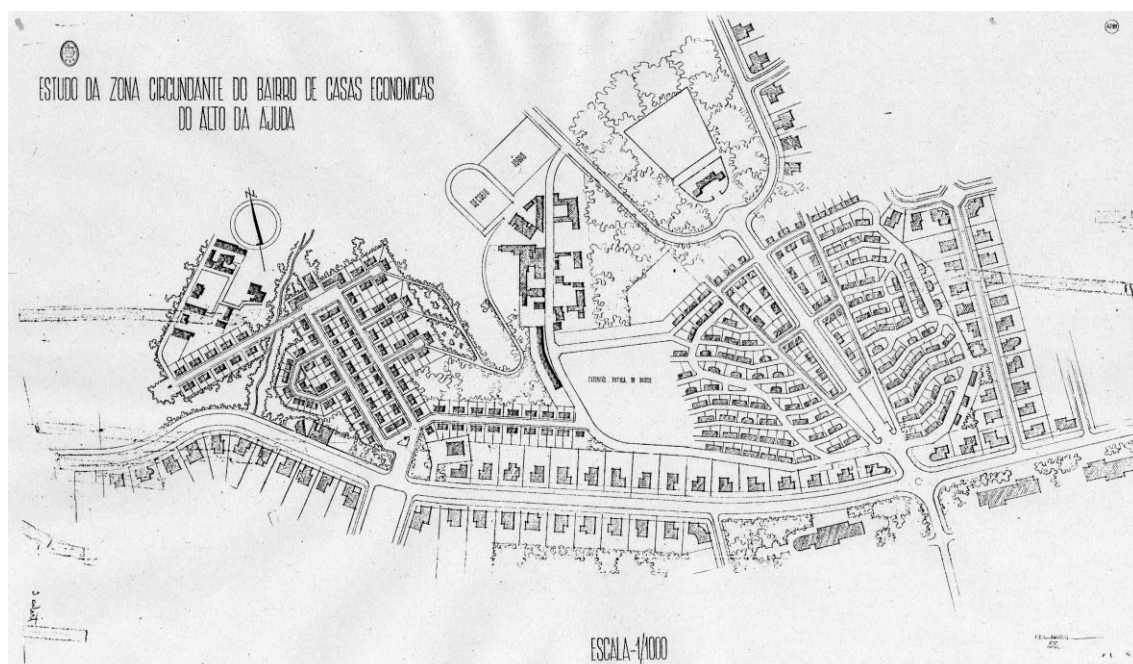


Fig. 1.1.1.27. *Estudo da zona circundante do Bairro de Casas Económicas do Alto da Ajuda*, Francisco Keil do Amaral, s.d., c. 1938¹⁷⁶

Seguindo ainda a corrente anglo-saxónica de Patrick Abercrombie¹⁷⁷ (1879-1957) no conceito de *Unidade de Vizinhaça* aplicado no Plano da Grande Londres (1944) julga-se que Faria da Costa tenha estruturado o plano da encosta da Ajuda em torno de cinco núcleos comerciais (Fig. 1.1.1.28.), núcleos esses que anos mais tarde vieram a ser desenvolvidos em Alvalade com a definição de células (em torno de escolas primárias), como anunciámos anteriormente neste subcapítulo. Mas na encosta da Ajuda dos cinco núcleos comerciais apenas um foi parcialmente edificado, o da actual Rua Duarte Pacheco Pereira¹⁷⁸ (Fig. 1.1.1.29.), chamado de Centro Comercial do Restelo (1951-1954), segundo projecto do arquitecto Raul Chorão Ramalho (1914-2002). Com programa definido pela Câmara Municipal de Lisboa, apesar do artigo

¹⁷⁶ In Arquivo do Gabinete de Estudos Olisiponenses, Palácio Beau Sejour, planta Nº 4289, Cota: MP 876, CDR 24.

¹⁷⁷ Patrick Abercrombie foi autor da obra *Town and Country Planning* (1933).

¹⁷⁸ A planta de divisão em lotes *Zona Comercial – Encosta da Ajuda* (Planta identificada pela Câmara Municipal de Lisboa com o nº 6298) foi apresentada pelo Engenheiro Chefe Alfredo S. Barata da Rocha no dia 30 de Março de 1953. Para consulta detalhada ver Ofício Nº 1450, 30/3/1953, In Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Arco do Cego, Código de Referência: AC.01.H.02.03.107, Espaços Verdes Ajuda.

publicado sobre este projecto afirmar que *o número de lojas a prever para este bairro, baseado na percentagem por habitante actualmente verificada em Lisboa, vai um pouco além daquelas que, com dimensões médias, e em razoáveis condições de desafogo poderão instalar-se neste local*¹⁷⁹, verifica-se que a edificação de apenas este núcleo comercial é logo desde a sua construção insuficiente para todo o bairro. Apesar da existência (até meados da década de 60) do Mercado de Belém nas proximidades do Mosteiro dos Jerónimos, junto da Rua Vieira Portuense, a contemplação destas cinco zonas comerciais no plano urbano, para além de possibilitar a aquisição de bens essenciais a uma curta distância, oferecia postos de trabalho e garantia uma certa homogeneidade morfológica e social, como acontecia nos bairros antigos. Estas áreas comerciais estariam destinadas não só ao bairro habitacional da encosta da Ajuda mas também às áreas residenciais vizinhas, nomeadamente, aos bairros económicos que envolvem o território e que, como se verifica, também não foram abundantemente servidos de equipamentos e serviços. Como defendeu Abercrombie, *o urbanismo, numa palavra, procura fazer da cidade um melhor lugar para trabalhar em todos os sentidos, aspirando para o projecto e para a remodelação dos quarteirões de trabalho, zonas industriais, redes ferroviárias e zonas ribeirinhas, de modo a que o homem de negócios poupe dinheiro e permita que a deslocação dos cidadãos para o trabalho despenda o mínimo de tempo e energia*¹⁸⁰.

¹⁷⁹ Ver “Centro Comercial do Bairro da Ajuda, Lisboa”, *Arquitectura*, Lisboa, Nº 41, Março 1952, pp. 14.

¹⁸⁰ Tradução feita pela autora. Versão original: *Town planning, in a word, intends to make the city in every way a more convenient place to work in, aiming at designing and remodelling its business quarters, manufacturing districts, railway facilities and water front, so as to save money to the business man and allow the citizen to go to and from his work with the least loss of time and energy.* Ver Patrick Abercrombie, *Town and Country Planning*, London, Oxford University Press, 1945, pp. 109.

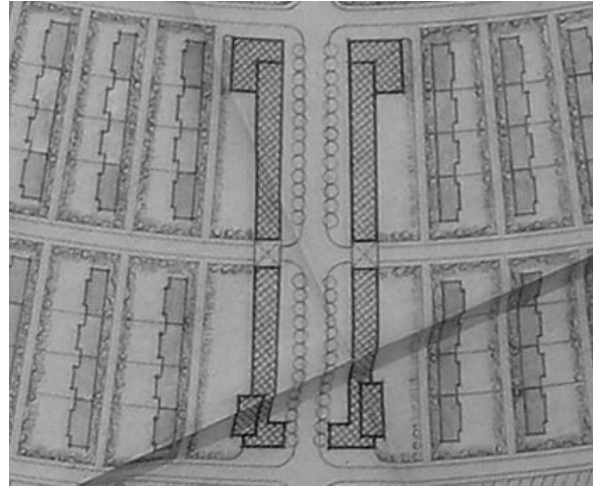
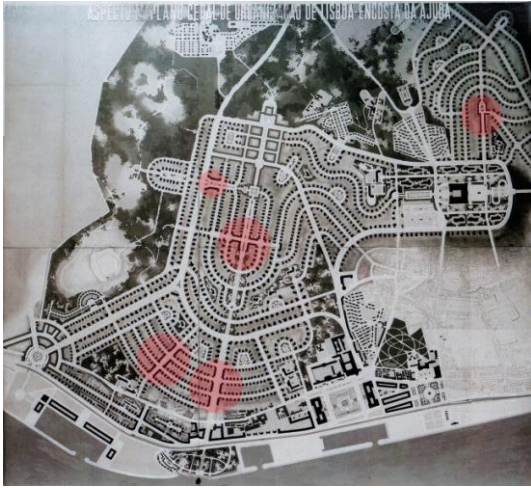


Fig. 1.1.1.28. Indicação (provável) dos cinco núcleos comerciais (plano geral)

Fig. 1.1.1.29. Pormenor da zona comercial na Rua Duarte Pacheco Pereira, excerto da planta do Bairro económico da encosta da Ajuda, Estudo de Parcelamento (470 habitações), J. G. Faria da Costa, s.d.¹⁸¹

À semelhança de Letchworth (Fig. 1.1.1.30.), o Restelo contempla a existência de largos e praças ajardinadas cujo arquitecto-paisagista responsável pelos respectivos projectos de ajardinamento foi **Gonçalo Ribeiro Telles** (n. 1922) que, como veremos mais à frente nesta dissertação, a partir de 1951 colabora com a Câmara Municipal de Lisboa. Em redor destes largos e praças distribuem-se as moradias cuja implantação se previa junto da via, libertando o interior do quarteirão para espaços verdes privativos que asseguram o contacto da vida familiar com a natureza, auxiliando-a na abstracção da azáfama da vida citadina (Figs. 1.1.1.31. e 1.1.1.32.). Já no relatório geral do plano da Figueira da Foz, Faria da Costa havia defendido que *a habitação ideal é a residência familiar com jardim; quer social quer higiénica ou moralmente*¹⁸², solução defendida tanto pelo Estado Novo na edificação dos seus bairros de casas económicas, como por Raul Lino nas publicações *A Nossa Casa. Apontamentos sobre o bom gosto na construção de casas simples* (1918) e *Casas Portuguesas - Alguns Apontamentos sobre o architectar das casas simples* (1933). Se Faria da Costa procurou com o plano de urbanização da encosta da Ajuda criar mais um exemplo de cidade-jardim na Europa, na verdade trata-se de um subúrbio-jardim, pois a tentativa de autonomia foi

¹⁸¹ In Arquivo de João Guilherme Faria da Costa, IHRU.

¹⁸² Ver “A Figueira da Foz. Uma tese admirável do Arquitecto-urbanista João Faria da Costa”, *A Arquitectura Portuguesa e Cerâmica e Edificação Reunidas*, Lisboa, Nº 31, Outubro 1937, pp. 20.

completamente relegada para segundo plano quando não foram previstos postos de trabalho e foram abandonadas as ideias primordiais, não erigindo todos os edifícios de apoio que lhe deveriam estar subjacentes, nomeadamente os equipamentos básicos como escolas, comércio, igreja e instalações desportivas, obrigando os habitantes do Restelo a deslocarem-se aos vizinhos bairros de Algés e da Ajuda ou até mesmo ao centro da cidade para compensarem as suas carências diárias. Apesar de tudo, tal como sucedera em Welwyn, verifica-se que as pessoas que vieram a habitar o bairro do Restelo escolheram esta zona pela possibilidade de morar na “cidade com jardim” ou no “campo perto da cidade” e de trabalhar no centro de Lisboa, que de automóvel dista apenas a alguns minutos. Se a ideia base de Duarte Pacheco foi, com o desenvolvimento deste plano urbano, descentralizar a população para uma área pouco habitada da cidade, a verdade é que esta ficou completamente isolada num bairro que se transformou num grande “dormitório” (sobretudo para “endinheirados”), fruto da sua localização periférica e da sua carência de equipamentos, serviços e postos de trabalho.



Fig. 1.1.1.30. Pormenor dos largos e praças de Letchworth, 1906¹⁸³

Fig. 1.1.1.31. Pormenor de praças, ruas e lotes, excerto da planta: Aspecto Geral de Urbanização de Lisboa - Encosta da Ajuda, J.G. Faria da Costa, s.d. (c. 1938)¹⁸⁴

Fig. 1.1.1.32. Pormenor de largos, ruas e lotes, excerto da planta: Aspecto Geral de Urbanização de Lisboa - Encosta da Ajuda, J.G. Faria da Costa, s.d. (c. 1938)¹⁸⁵

Com o projecto do plano urbano em andamento, aos poucos a Câmara Municipal de Lisboa foi realizando as necessárias transacções para adquirir todos os terrenos inseridos nos seus limites. Como havia defendido Carlos Ramos uns anos antes, é *indispensável que a pouco e pouco, particulares e municípios se entendam para o bem*

¹⁸³ In <http://www.voysey.gotik-romanik.de>

¹⁸⁴ In Arquivo de Arte da Fundação Gulbenkian, Estúdio Mário Novais, cota: CFT003.57062-57064.

¹⁸⁵ Idem.

*comum, procurando estabelecer ordem onde não a há e equilíbrio estético onde não é difícil ou mesmo fácil imprimir-lho*¹⁸⁶. Assim sabe-se que numa primeira fase, por dificuldades financeiras e pela impossibilidade de elaborar um plano de urbanização e expansão da cidade de Lisboa por se tratar de um particular, a Companhia Central de Urbanização viu-se forçada a ceder as suas propriedades ao Município, que as adquiriu por expropriação por utilidade pública¹⁸⁷ num total de 487.000 m², conseguidos no valor de 2.719.000\$00 (Fig. 1.1.1.33.).

Decreto-Lei nº 28.797 de 1 de Julho de 1938

Artigo 1º São declaradas de utilidade pública e efectuadas nos termos do presente decreto-lei as aquisições ou expropriações necessárias à execução das obras e melhoramentos seguintes:

- a) Aeroporto de Lisboa e arruamentos de acesso a Lisboa e ao aeroporto;*
- b) Construção de casas económicas em Lisboa e Porto;*
- c) Obra de arranjo e reintegração do Castelo de S. Jorge;*
- d) Urbanização do chamado Parque Eduardo VII;*
- e) Arranjo do Bairro de Alfama;*
- f) Auto-estrada e estrada marginal Lisboa-Cascais;*
- g) Arranjo urbanístico das zonas dos Palácios da Ajuda, da Assembleia Nacional e de Queluz, em Lisboa, e do Palácio das Carrancas, no Porto;*
- h) Avenida marginal ao Tejo, incluindo a rectificação do troço actualmente existente;*
- i) Urbanização da Praça dos Jerónimos;*
- j) Edifícios universitários de Lisboa e novos Hospitais de Lisboa e Porto;*
- k) As obras de urbanização da cidade de Lisboa que o Governo aprovar para serem iniciadas até 1940;*
- l) Novos edifícios para quartéis*

No relatório relativo ao ano de 1940 o engenheiro Eduardo Rodrigues de Carvalho, Presidente-substituto da Câmara Municipal de Lisboa e homem de total de confiança de Duarte Pacheco, refere que *dentro da orientação seguida desde início pela Câmara, prosseguiram no ano findo as expropriações necessárias à execução dos melhoramentos que se efectuaram e daqueles cuja realização se prevê para breve. A*

¹⁸⁶ Ver Carlos Ramos, In *Memória Descritiva*, 6 de Abril de 1937, In Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Arco do Cego, Código de Referência: PT.AMLSB.AL.CMLSB.UROB-PU/10/076 – Cota: 54; Caixa 35, DMPGU.

¹⁸⁷ Sob o regime dos Decreto-lei Nº 24.625 de 1 de Novembro de 1934, Nº 27.101 de 16 de Outubro de 1936 e Nº 28.797 de 1 de Julho de 1938.

*acção incidia sobretudo na zona da Encosta da Ajuda, onde está quase assegurada a posse de todos os grandes prédios rústicos ali situados*¹⁸⁸. Passado um ano, embora o relatório publicado nos *Anais do Município de Lisboa* refira que estavam *quase terminadas as indispensáveis expropriações*¹⁸⁹ e, apesar de se ter verificado uma diminuição, este tipo de aquisições continuou pelo decorrer da década tendo sofrido um considerável aumento a partir de 1947 (Fig. 1.1.1.34.).



Fig. 1.1.1.33. Planta Cadastral da Ajuda, 5 de Dezembro de 1938¹⁹⁰

¹⁸⁸ Ver Eduardo Rodrigues de Carvalho, “Relatório do Presidente da CML, Eng. Eduardo Rodrigues de Carvalho”, In *Anais do Município de Lisboa* 1940, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1941, pp. 20.

¹⁸⁹ Idem, “Relatório do Presidente da CML, Eng. Eduardo Rodrigues de Carvalho”, In *Anais do Município de Lisboa* 1941, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1941, pp. 20.

¹⁹⁰ In Arquivo do Gabinete de Estudos Olisiponenses, Palácio Beau Sejour, Cota: MP 1673.

ANO	PARCELAS	ÁREA	VALOR	VALOR MÉDIO
1938 a 1942	103	1.849.390,22 m ²	17.356.163\$17	
1942	21	86.040,14 m ²	1.254.075\$50	
1943	12	44.272, 16 m ²	1.956.970\$50	
1944	4	3.079,15 m ²	296.148\$00	
1945	3	8.050,89 m ²	99.664\$00	
1946	1	285 m ²	40.000\$00	140\$35
1947	2	49.748,95 m ²	1.541.185\$00	30\$97,9
1948	9	22.188 m ²	1.974.000\$00	88\$96,7
1949	4	5.567,13 m ²	684.589\$60	122\$96,6
1950	11	4.912,50m ²	1.497.350\$00	304\$80

Fig. 1.1.1.34. Registo das expropriações na encosta da Ajuda, 1939-1951¹⁹¹

Deste modo constatamos que mesmo antes da existência de qualquer plano de urbanização a Câmara Municipal de Lisboa adquiria ou expropriava a área que se previa que viesse a ser abrangida por um futuro plano urbano, valorizando os terrenos de modo a que uma vez terminados os trabalhos de urbanização, pudesse vender em hasta pública os lotes sobrantes, obtendo assim receitas que se destinavam a fazer face aos encargos de futuras expropriações. Como veio a confirmar Salvação Barreto, *as verbas necessárias para a compra dessas propriedades são provenientes da venda de terrenos municipais urbanizados. A receita assim obtida é consignada a novas compras de propriedades*¹⁹².

Perante tais circunstâncias, muitos foram os proprietários (e/ou futuros proprietários) que se interrogaram acerca de eventuais expropriações. Tal foi o que sucedeu com o senhor António de Aguiar que em 1940, *desejando adquirir por compra o prédio sito na Rua Bartolomeu Dias Nº 140 a 144, Freguesia de Belém, e tendo conhecimento de que esta parte da cidade está incluída na zona de estudo para urbanização, vem requerer que V. Ex.^a o informe se o dito prédio virá a ser expropriado no futuro em virtude do dito plano de urbanização*¹⁹³. Em resposta, a 1ª Repartição (Urbanização e Expropriações) da Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização e Obras

¹⁹¹ Dados fornecidos nos *Anais do Município de Lisboa* de 1939 a 1951.

¹⁹² Ver Álvaro Salvação Barreto, “Relatório do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Álvaro Salvação Barreto”, In *Anais do Município de Lisboa 1952*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1953, pp. 134.

¹⁹³ Ver António de Aguiar, 20/1/1940, In Processo Nº 3480/940, Folha 1, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio.

da Câmara Municipal de Lisboa afirma que *em face do estudo já feito para o local, não é de prever que o prédio a que o requerente se refere venha a ser atingido por novo alinhamento. Contudo, faz-se notar que esse estudo não está ainda concluído, não podendo por isso determinar até que ponto esta propriedade poderá vir a ser afectada pelo projecto definitivo da urbanização do local*¹⁹⁴. Este clima de incerteza veio atrasar certas obras de remodelação e/ou edificação que estivessem previstas para o local, pelo menos até estarem totalmente definidas as intenções da Câmara, intenções essas que vão mudando à medida que mudam também os seus Presidentes, como iremos ver ao longo desta investigação.

Feito o estudo de urbanização do local verificou-se a *necessidade urgente de fazer desde já, para as comemorações de 1940, um certo número de arruamentos previstos no referido estudo, abrindo-se imediatamente concurso para a empreitada*¹⁹⁵. Publicado nos *Anais do Município de Lisboa de 1940*, o relatório do Presidente Eduardo Rodrigues de Carvalho salienta que *as obras em ligação com a Exposição do Mundo Português foram executadas dentro do programa traçado. Além da transformação da Avenida da Índia, fez-se o alargamento da Calçada do Galvão até ao Largo da Memória, transformou-se a Praça de Afonso de Albuquerque, construíram-se as Praças do Império e dos Jerónimos e vários arruamentos no recinto da Exposição, concluíram-se três das avenidas principais do Plano de Urbanização da Encosta da Ajuda*¹⁹⁶. O periódico *Diário da Manhã* também se encarregou de divulgar tais feitos, anunciando no primeiro dia de Dezembro de 1940 que *só nas obras de maior importância a Câmara gastou 76.000 contos, como por exemplo a remodelação e prolongamento da Avenida Almirante Reis e Rua da Palma; terraplanagens e drenagens do Aeroporto da Portela; arruamentos para urbanização da encosta da Ajuda [...] onde estão abertas larguíssimas avenidas da Lisboa de amanhã, já com canalizações, esgotos e pavimentação modelar. Artérias principais? A que representará a futura circunvalação,*

¹⁹⁴ Ver Alexandre Vasconcelos e Sá, 16/2/1940, In Processo N° 3480/940, Folha 2, Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Intermédio.

¹⁹⁵ Ver *Actas das Reuniões da Câmara Municipal de Lisboa*, Acta N° 20, Reunião de 22/6/1939, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1940, pp. 21-22.

¹⁹⁶ Ver Eduardo Rodrigues de Carvalho, "Relatório do Presidente da CML, Eng. Eduardo Rodrigues de Carvalho", In *Anais do Município de Lisboa 1940*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1941, pp. 24-25.

*cruzando a auto-estrada e desembocando pelo outro extremo na grande praça circular das portas de Algés: a transversal em semi-círculo, que dessa segue paralelamente ao Tejo, desembocando na Rua dos Jerónimos, já hoje convertida em ampla avenida; a perpendicular ao Tejo, que tem por eixo a um topo a Torre de Belém e a outro a linda capelinha seiscentista*¹⁹⁷. Na verdade, quanto mais depressa se fizesse a infraestruturação mais depressa se podia dar início à construção das edificações propriamente ditas, podendo apresentar o local mais construído e menos em “estaleiro de obra” a quando da Exposição do Mundo Português, intenção que inevitavelmente não se veio a verificar, pois como declarado pelo Presidente da Câmara Eduardo Rodrigues de Carvalho, apenas em 1941 se concluíram os arruamentos principais da Encosta¹⁹⁸.

À 3ª Repartição da Câmara Municipal de Lisboa coube a hierarquia das vias, a infraestruturação dos terrenos e as alterações dos perfis longitudinais. Como referido nos *Anais do Município de Lisboa*, foram ainda obtidos todos os elementos de campo para a organização das plantas e perfis longitudinais dos arruamentos do Plano de Urbanização da Encosta da Ajuda, compreendidos entre a Nova Avenida Jerónimos-Algés e o Tejo¹⁹⁹. Os perfis transversais foram estudados por Faria da Costa que propõe ruas arborizadas como as que haviam sido projectadas em Letchworth (Fig. 1.1.1.35.). Assim, as Ruas II (actual Rua Duarte Pacheco Pereira) e III (actual Rua Soldados da Índia) apresentam-se com faixas de rodagem com 9 metros de largura e passeios com 3 metros e 5 metros de distanciamento entre os limites do passeio e os limites do lote (Figs. 1.1.1.36. a 1.1.1.38.) e as Ruas V (actual Rua Dom Francisco de Almeida), VI (actual Rua de São Francisco Xavier), VII (actual Rua Tristão da Cunha) e VIII (actual Rua Dom Cristóvão da Gama) têm faixas de rodagem com 6 metros de largura e passeios com 2 metros e 4,5 metros de distanciamento entre os limites do passeio e os limites do lote (Figs. 1.1.1.39. a 1.1.1.42.). Apesar da tentativa do urbanista em procurar

¹⁹⁷ Ver “Constroe-se uma cidade nova e melhora-se a cidade antiga”, *Diário da Manhã*, Número Comemorativo do Duplo Centenário, 1/12/1940, s/pp.

¹⁹⁸ Ver Eduardo Rodrigues de Carvalho, “Relatório do Presidente da CML, Eng. Eduardo Rodrigues de Carvalho”, In *Anais do Município de Lisboa 1941*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1942, pp. 29.

¹⁹⁹ Idem, op. cit., pp. 19.

afastar o trânsito e a poluição daquele que percorre o bairro a pé para adquirir qualquer bem essencial e/ou se deslocar até ao meio de transporte mais próximo, o dimensionamento das vias e dos passeios, bem como dos próprios lotes e das suas vedações torna monótono e até mesmo inseguro o percurso, pois o indivíduo está sempre ladeado de ininterruptas áreas verdes. Inevitavelmente, dada a ausência de equipamentos e comércio nas proximidades, para além de não ter havido um estudo sobre a mobilidade e transportes (públicos e privados), o morador do bairro do Restelo está sujeito ao uso permanente do automóvel, factor que se reflecte actualmente tanto na carência de estacionamento como na deslocação dos habitantes para fora deste território.

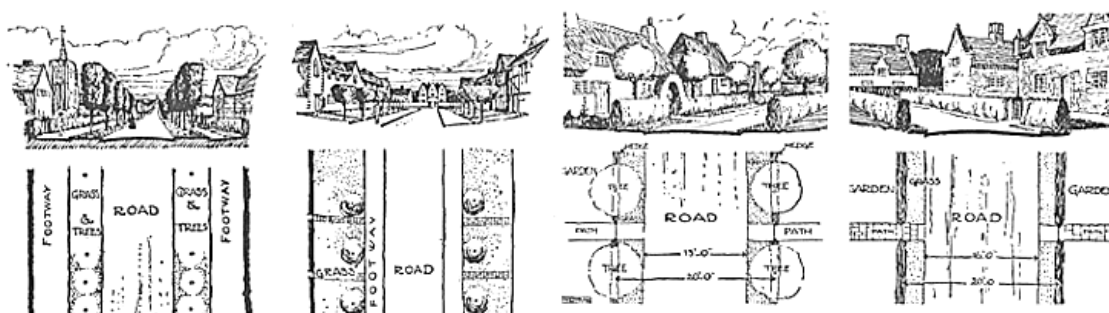


Fig. 1.1.1.35. Exemplos de ruas de Letchworth (1903-1904)²⁰⁰

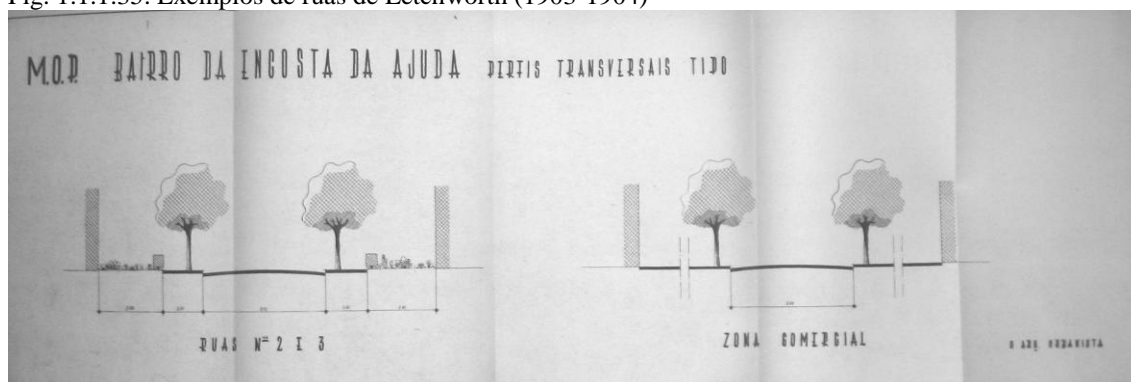


Fig. 1.1.1.36. Bairro da encosta da Ajuda, perfis transversais tipo, Ruas 2 e 3 e zona comercial, J.G. Faria da Costa, s.d.²⁰¹

²⁰⁰ In <http://www.hgs.org.uk/history/h00012000.html>

²⁰¹ In Arquivo de João Guilherme Faria da Costa, IHRU.



Fig. 1.1.1.37. Fotografia da Rua Duarte Pacheco Pereira (Rua II), s.d.²⁰²



Fig. 1.1.1.38. Fotografia da Rua Soldados da Índia (Rua III), s.d.²⁰³



Fig. 1.1.1.39. Bairro da encosta da Ajuda, perfis transversais tipo, ruas 5, 6, 7 e 8, pracetas e ruas H, J.G. Faria da Costa, s.d.²⁰⁴



Fig. 1.1.1.40. Fotografia da Rua Dom Francisco de Almeida (Rua V), s.d.²⁰⁵



Fig. 1.1.1.41. Fotografia da Rua de São Francisco Xavier (Rua VI), s.d.²⁰⁶



Fig. 1.1.1.42. Fotografia da Rua Tristão da Cunha (Rua VII), s.d.²⁰⁷

²⁰² In Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Fotográfico, Prova: A40659 da autoria de Artur Goulart.

²⁰³ In Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Fotográfico, Prova: A40663 da autoria de Artur Goulart.

²⁰⁴ In Arquivo de João Guilherme Faria da Costa, IHRU.

²⁰⁵ In Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Fotográfico, Prova: A40194 da autoria de Artur Goulart.

²⁰⁶ In Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Fotográfico, Prova: A40664 da autoria de Artur Goulart.

²⁰⁷ In Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Fotográfico, Prova: A40666 da autoria de Artur Goulart.

A partir do início da década de quarenta, à medida que os lotes de terreno foram sendo divididos²⁰⁸, a Câmara Municipal de Lisboa por intermédio da Direcção dos Serviços de Finanças pôde dar início à venda em hasta pública de diversas parcelas (Fig. 1.1.1.43.). Se em 1941 o *Diário de Notícias* publicava um artigo intitulado *Urbanização da Encosta da Ajuda* onde fazia referência à venda de lotes de terreno para a construção de moradias familiares na Encosta da Ajuda, iniciando-se assim a grande cidade em direcção ao mar²⁰⁹ (pressupondo a continuidade com o Plano de Urbanização da Costa do Sol), em 1948 na exposição *15 Anos de Obras Públicas* a legenda de um cartaz descrevia que *recentemente registou-se um vivo interesse do público no desenvolvimento da encosta da Ajuda, traduzido pela aquisição de 100 lotes de terreno nos últimos seis meses. As moradias a edificar serão isoladas ou geminadas e implantadas em lotes com áreas desde 500 metros quadrados, permitindo não só a construção de moradias de luxo mas também moradias para habitação da classe média*²¹⁰. Mas Francisco Keil do Amaral criticara fortemente Município²¹¹ e o resultado desta divisão de lotes num artigo que publicara na revista *Arquitectura*²¹².

²⁰⁸ “Planta de divisão em lotes de terrenos municipais situados na Rua X [(actual Rua Damião de Góis)] do Plano de Urbanização da Encosta da Ajuda” ver planta identificada pela CML com o N° 4787, 20/6/1946, In Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Arco do Cego, Código de Referência: AC.01.H.02.03.107, Espaços Verdes Ajuda; “Planta de divisão em lotes de terrenos municipais situados na Rua IX [(actual Rua D. Jerónimo Osório)] do Plano de Urbanização da Encosta da Ajuda” ver planta identificada pela CML com o N° 5067, Ofício N° 2012, 24/6/1946, In Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Arco do Cego, Código de Referência: AC.01.H.02.03.107, Espaços Verdes Ajuda; “Planta de divisão em lotes dos terrenos municipais situados nas avenidas AB [(actual Avenida Dom Vasco da Gama)] e BDE [(actual Avenida do Restelo)]” ver planta identificada pela CML com o N° 5174, 1947, In Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Arco do Cego, Código de Referência: AC.01.H.02.03.107, Espaços Verdes Ajuda; “Planta de divisão em lotes dos terrenos municipais situados na Avenida do Restelo e Rua Dom Lourenço de Almeida e Rua de Alcolena na Encosta da Ajuda” ver planta identificada pela CML com o N° 5533-A, 27/4/1949, In Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Arco do Cego; “A planta de divisão em lotes compreendida entre a Rua de Pedrouços e a Rua Tristão da Cunha” ver planta identificada pela CML com o N° 5369, Ofício N° 801, 3/3/1950, In Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Arco do Cego, Código de Referência: AC.01.H.02.03.107, Espaços Verdes Ajuda.

²⁰⁹ Ver “Urbanização da Encosta da Ajuda”, In *Diário de Notícias*, Lisboa, 18/4/1941.

²¹⁰ Ver Ministério das Obras Públicas, *15 Anos de Obras Públicas: 1932/1947*, Imprensa Nacional de Lisboa, Lisboa, 1948, vol. 1 - *Exposição e Congressos de Engenharia e de Arquitectura*, pp. 145-146.

²¹¹ Keil do Amaral e Faria da Costa, para além de colegas de trabalho, partilhavam uma grande amizade, encontrando-se semanalmente para almoçar nas suas casas de fim-de-semana, no “Bairro dos Arquitectos”, onde discutiam problemas do urbanismo e da cidade de Lisboa, conforme testemunhou Cândio Martins à autora desta investigação.

²¹² Ver Francisco Keil do Amaral, “Moradia na Encosta da Ajuda”, *Arquitectura*, N° 46, Lisboa, Fevereiro 1953, pp. 2-4.

Quando vemos o próprio Município fazer loteamentos minúsculos em importantes zonas de moradias unifamiliares – como a Encosta da Ajuda –, invocando a necessidade de reduzir a área dos lotes para os tornar acessíveis às bolsas modestas, podemos estar certos de que a profunda motivação dessa prática é ainda, fundamentalmente, uma mesquinhe ingénita. Porque esses lotes reduzidos têm acabado quase sempre por custar mais caro do que outros lotes maiores. E têm sido adquiridos por gente que bem poderia comprar terrenos mais desafogados, onde as moradias se implantariam com largueza, intimidade e economia, mas a quem o mesmo espírito mesquinho não deixa ver as vantagens, até de ordem económica, dessa largueza. E ainda porque o Município não pode ignorar que a maneira de tornar os terrenos acessíveis não é reduzir-lhes a superfície. É pôr muitos em venda, tornando a oferta superior à procura²¹³

Ao contrário do que se tem afirmado ao longo dos últimos anos – nomeadamente por Nuno Teotónio Pereira (n. 1922) que, como veremos mais adiante nesta investigação irá ter um papel relevante na urbanização do bairro do Restelo durante as décadas de 70 e 80 do século XX, e que no artigo “A arquitectura de Regime, 1938-1948” exprimira: *Foi então traçado um plano de urbanização para a encosta do Restelo, cujos terrenos foram expropriados pela Câmara e divididos em lotes de generosa dimensão*²¹⁴ –, a dura apreciação de Keil do Amaral fazia todo o sentido pois na verdade, verificou-se que uma parte considerável da população que veio a adquirir lotes na encosta da Ajuda viu-se forçada a juntar duas fracções de modo a conseguir a área pretendida para edificar a moradia desejada. Tal foi o que se veio a verificar com o projecto de Keil do Amaral para a moradia a edificar na Rua Alto do Duque Nº 1 (1950-1951), galardoada com o Prémio Municipal em 1951. A Câmara Municipal de Lisboa também chegou a colocar em praça dois lotes de terreno para alienar em conjunto, como sejam os lotes Nº 53 e 56 da Rua de Alcolena. Curiosamente De Gröer, que defendia que *os planos de urbanização são feitos para que os habitantes possam trabalhar em*

²¹³ Ver Francisco Keil do Amaral, *Lisboa, Uma Cidade em Transformação*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1969, pp. 71, publicado pela primeira vez em “Moradia na Encosta da Ajuda”, *Arquitectura*, Nº 46, Lisboa, Fevereiro 1953, pp. 2-4.

²¹⁴ Ver Nuno Teotónio Pereira, “A Arquitectura de Regime, 1938-1948”, In Annette Becker (org.), Ana Tostões e Wilfried Wang, *Portugal: Arquitectura do Século XX*, München, New York, Frankfurt, Lisboa, Prestel 1998, pp. 36.

*lugares são, habitar casas saudáveis e se deslocar comodamente*²¹⁵ e que, como vimos anteriormente, privou com Faria da Costa, escrevera um artigo intitulado *Introdução ao Urbanismo*²¹⁶ onde fornecera alguns dados *adoptados pelos regulamentos urbanos modernos*²¹⁷. Ali De Gröer indica que a dimensão mínima dos lotes na zona de habitação da classe abastada (“casas grandes”²¹⁸) deveria ser no mínimo de 1.500 m² sendo que a implantação apenas poderia ocupar 10% da superfície total deste. No que diz respeito à habitação da classe média (“casas médias”²¹⁹) a área mínima do lote deveria estar compreendida entre os 600m² e os 800m², com uma ocupação máxima de 20%. Partindo do princípio que Faria da Costa tenha tido conhecimento destes “regulamentos modernos”, apenas poderemos concluir que, pressionado pela própria Câmara, o primeiro arquitecto-urbanista português se tenha “rendido” aos requisitos desta instituição e à especulação imobiliária. Passados alguns anos – e passadas variadas críticas por parte de arquitectos e promotores –, verificou-se que os lotes que foram disponibilizados para venda tinham sido sujeitos a um outro tipo de critério de divisão por parte da Câmara Municipal de Lisboa. Na Avenida da Torre de Belém, por exemplo, no início da década de 60 do século XX, disponibilizaram-se para alienação sete lotes de terreno municipal destinados à construção de moradias e, com áreas compreendidas entre os 1000 m² e 1700 m², tiveram como preço base de alienação 300\$00/m²²²⁰.

²¹⁵ Tradução feita pela autora. Versão original: *Les plans d'urbanisation sont faits pour que les habitants puissent travailler dans des lieux de travail sains, habiter des maisons saines et se déplacer commodément*, Ver Etienne De Gröer, “Le Tracée d'un Plan d'Urbanisation”, separata da *Técnica*, Lisboa, Nº 157, Junho 1945 (última conferência da série *A Cidade e os seus problemas*, realizada em 24 de Abril de 1945, no Automóvel Club de Portugal).

²¹⁶ Ver Etienne De Gröer, “Introdução ao Urbanismo”, *Boletim da Direcção Geral dos Serviços de Urbanização 1945-1946*, I Volume, Lisboa, Ministério das Obras Públicas e Comunicações, 1946, pp. 17-86.

²¹⁷ Idem, op. cit., pp. 80.

²¹⁸ Idem.

²¹⁹ Idem.

²²⁰ Ver *Diário Municipal*, Nº 8089, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 9/3/1962, pp. 5-7.



Fig. 1.1.1.43. Planta de divisão em lotes de terrenos municipais situados nas avenidas AB (actual Avenida Dom Vasco da Gama) e BDE (actual Avenida do Restelo), s.d.²²¹

Condições especiais de alienação de 4 lotes de terreno municipal situados na Rua de Alcolena, Encosta da Ajuda e destinados à construção de moradias.

[...] 4ª – A distância de cada moradia ao eixo do arruamento nunca poderá ser inferior a vez e meia a altura da fachada, não devendo também a distância entre o corpo mais avançado e o alinhamento da rua ser inferior a 5 metros.

5ª – O corpo mais recuado das construções em relação à rua deverá distar no mínimo 10 metros do limite posterior do lote.

6ª – O alinhamento das fachadas laterais das moradias será estabelecido de forma a deixar uma faixa livre paralela aos lados do lote com o mínimo igual a metade da altura da construção e nunca inferior a 3 metros.

7ª – A altura das moradias não ultrapassará um andar acima do rés-do-chão, podendo, no entanto, ser aproveitado o vão do telhado. Este aproveitamento nas moradias cobertas com terraço poderá ser substituído por um andar sobre este, desde que não ocupa mais de 1/6 da área coberta.

8ª – A superfície construída em cada lote não deverá ultrapassar 14% quanto à moradia e 5% para os anexos, como tal se considerando as garagens, capoeiras, lavadouros e semelhantes.

[...] 10ª – Os espaços compreendidos entre as fachadas e o alinhamento das ruas serão obrigatoriamente ajardinados, não podendo neles implantar-se qualquer construção.

11ª – Os lotes serão vedados no alinhamento da rua por muros de alvenaria cuja altura não exceda 0,50m acima do nível dos passeios os quais poderão ainda ser rematados com gradeamento cuja altura não exceda 0,70m. Este sistema de vedação poderá ser substituído por sebes de verdura²²²

²²¹ In Arquivo do Gabinete de Estudos Olisiponenses, Palácio Beau Sejour, Cota: MP 2271.

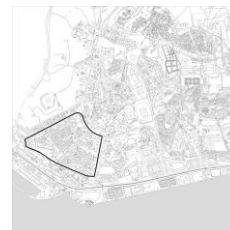
²²² Ver “Condições Especiais de Alienação de 4 lotes de terreno municipal situados na Rua de Alcolena, Encosta da Ajuda e destinados à construção de moradias”, ver informações anexas ao Pedido de

Regidos pelas “condições especiais de alienação”, os projectistas tinham ainda obrigação de atender a diversas regras que limitavam a implantação da moradia no lote. Pretendia o urbanista com estas condicionantes dar uma certa liberdade ao arquitecto na escolha do local de implantação da casa, definindo no entanto distâncias aos limites do lote, libertando as áreas contíguas a esta e procurando tirar partido dos espaços exteriores que, como dissemos anteriormente, se queriam verdes e para usufruto da família. Uma vez edificadas algumas moradias, a imagem da encosta da Ajuda sofre grandes alterações, como aliás vinha sucedendo noutros bairros também em construção espalhados pela cidade. A renovação urbana a que a cidade de Lisboa esteve sujeita foi realçada por Jaime Lopes Dias no artigo “Lisboa de Hoje”, onde o autor destaca que *a cidade nova, a do nosso tempo, apela mocidade dos seus vinte e cinco anos, que nasceu e alastrou pelos terrenos, quase desabitados, de Alvalade, Areeiro, Encarnação, Alto de S. João e Vale Escuro situados a Norte e Nascente, e Belém, Ajuda, Caselas e Alto da Serafina localizados a Poente, formada por bairros completos, núcleos de lindas moradias e casas de rendimento e de rendas limitadas, servida por avenidas e alamedas, destaca-se por seu aspecto moderno e renovado, e pela arquitectura e pela cor que são encanto dos olhos e conforto dos moradores*²²³.

Licenciamento da Moradia Unifamiliar para o escultor Numídico Bessone, edificada na Rua de Alcolena N.º 18, da autoria de Victor Palla e Bento d’Almeida, Processo N.º 34300/953, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio.

²²³ Ver Jaime Lopes Dias, “Lisboa de Hoje”, In Gustavo Matos Sequeira (org.), *Lisboa, Oito Séculos de História*, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1947, pp. 656.

1.1.2. O estudo do projecto do aglomerado de casas económicas da encosta da Ajuda



*O urbanismo actual é pois uma ciência de organização social das cidades, cuja finalidade é o bem estar dos habitantes*²²⁴.

João Guilherme Faria da Costa, s.d.

Com a morte do engenheiro Duarte Pacheco num aparatoso acidente de automóvel (1943), os diversos trabalhos de urbanização e edificação em curso na cidade de Lisboa tomaram rumos bem diferentes daqueles que o Estadista tinha primeiramente idealizado. Apesar do engenheiro Eduardo Rodrigues de Carvalho – Presidente-substituto da Câmara Municipal de Lisboa (1938-1944) enquanto Duarte Pacheco ocupara (pela segunda vez) o cargo de Ministro das Obras Públicas (1938-1943) – ter prosseguido com a urbanização do bairro do Restelo, de acordo com o descrito no despacho Nº 7760 datado de 29 de Julho de 1947 e proferido pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais do Ministério Obras Públicas e Comunicações, o arquitecto-urbanista **João Guilherme Faria da Costa** foi designado pelo Ministro das Obras Públicas José Frederico Ulrich para proceder ao “**estudo do projecto do aglomerado de Casas Económicas da Encosta da Ajuda**”²²⁵, também designado por **Bairro Económico de São Francisco Xavier** ou **Bairro de Casas Económicas do Restelo**, denominação essa que prevalecerá nesta investigação.

²²⁴ Ver João Guilherme Faria da Costa, *Texto para um livro de Faria da Costa*, in Volume II Anexo 2.

²²⁵ Ver Despacho Nº 7760 de 29/7/1947 da Secção Administrativa do Ministério das Obras Públicas e Comunicações/Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. In Arquivo pessoal de João Guilherme Faria da Costa.

Dado que este aglomerado habitacional está enquadrado no *Estudo de utilização da zona da Encosta da Ajuda compreendida entre as Avenidas B.D.E. [(actual Avenida do Restelo)] e A.B. [(actual Avenida Dom Vasco da Gama)], Rua de Pedrouços e Avenida da Torre de Belém*²²⁶ (Volume II Anexo 1.), uma das preocupações iniciais do urbanista incidia no facto deste ter *que integrar-se no projecto já elaborado para a Encosta da Ajuda (Zona Residencial de Luxo)*²²⁷, cujos lotes haviam sido vendidos em hasta pública e cuja população fazia parte de uma burguesia abastada. Contudo, na verdade, Faria da Costa havia experimentado esta concomitância de famílias com diferentes recursos financeiros no bairro de Alvalade (1945-1948). Assim, embora se tenha verificado que *os arruamentos previstos e até adjudicados, atendiam a uma finalidade completamente diferente [...], com o projecto e edificação de um novo bairro (que se insere noutro em construção), houve que] dar uma nova utilização que permitisse criar áreas médias para os lotes, dentro das que estão previstas pelo Decreto*²²⁸. Ainda que não datadas, foram apresentadas três propostas de estudos de pormenor que vieram alterar as soluções de parcelamento previamente previstas para aquela área: 486 habitações (Fig. 1.1.2.1.), 470 habitações (Fig. 1.1.2.2.) e 452 habitações, proposta²²⁹ apreciada por José Frederico Ulrich como *muito interessante sob o ponto de vista estético*²³⁰ (Fig. 1.1.2.3.). Em qualquer uma das soluções apresentadas as casas económicas distribuem-se em banda, distinguindo-se das habitações de

²²⁶ Ver Álvaro Salvação Barreto, “Relatório do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Álvaro Salvação Barreto”, In *Anais do Município de Lisboa* 1947, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1948, pp. 112-113.

²²⁷ Ver João Guilherme Faria da Costa, In *Memória Descritiva do Bairro de Casas Económicas da Encosta da Ajuda*, S/d. In Arquivo de João Guilherme Faria da Costa, IHRU.

²²⁸ Idem.

²²⁹ Que contemplava as seguintes peças desenhadas: a) *Planta Geral do Bairro à escala de 1:1000 das moradias dos tipos C1-C2-C3 e D1-D2-D3*; b) *Planta dos arruamentos e ajardinamentos à escala 1:1000*; c) *Planta dos perfis à escala de 1:1000*; d) *Projectos das entradas e de muros de vedação à escala de 1:10*; e) *Pormenores da distribuição de arranjo das casas nos impasses à escala de 1:200*; f) *Perfis transversais tipo*; g) *Perfis longitudinais*, Ver João Guilherme Faria da Costa, In *Memória Descritiva do Bairro de Casas Económicas da Encosta da Ajuda*, s/d. In Arquivo de João Guilherme Faria da Costa, IHRU.

²³⁰ Despacho Nº 676 de 27/3/1947 da Direcção dos Serviços de Construção do Ministério das Obras Públicas e Comunicações/Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. In Arquivo de João Guilherme Faria da Costa, IHRU.

iniciativa privada que, exceptuando as que estão no impasse, são implantadas isoladas no lote.

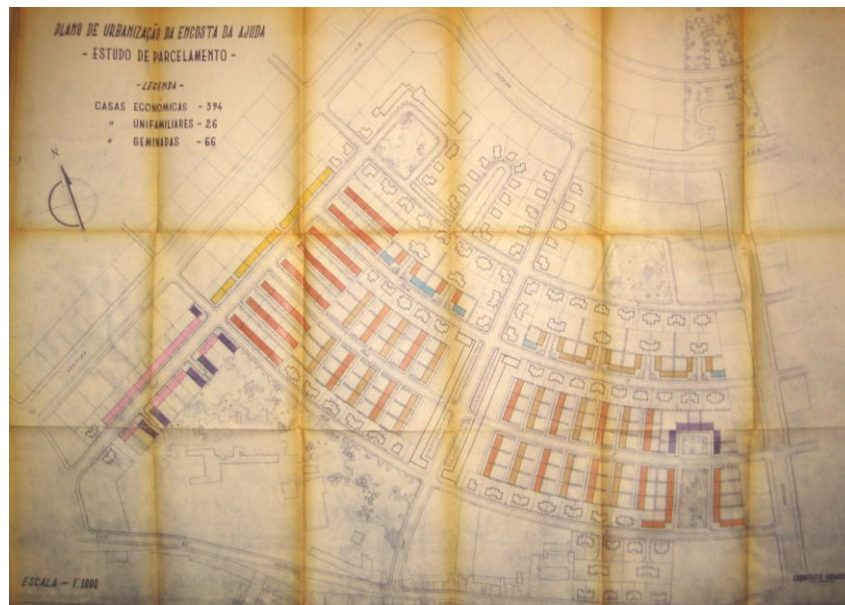


Fig. 1.1.2.1. Bairro económico da encosta da Ajuda, Estudo de Parcelamento (486 habitações), J.G. Faria da Costa, s.d.²³¹

Casas Económicas: 394; Casas Unifamiliares: 26; Casas Geminadas: 66

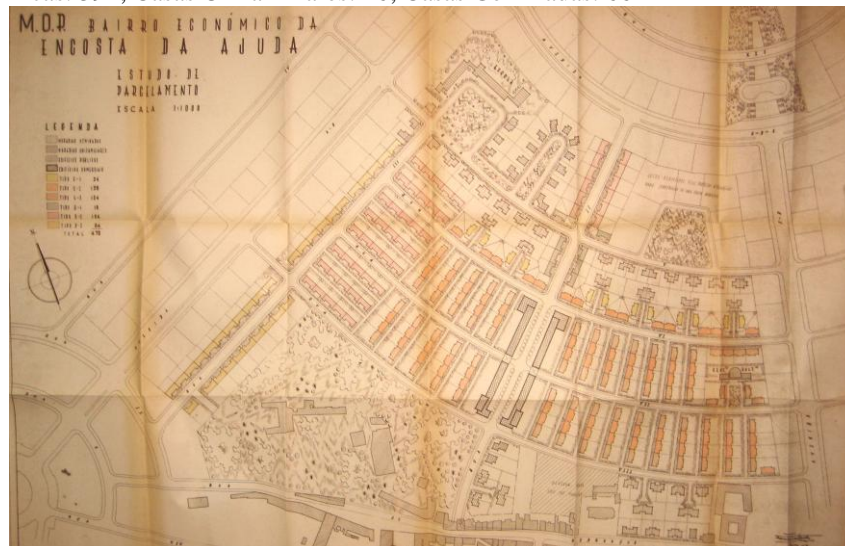


Fig. 1.1.2.2. Bairro económico da encosta da Ajuda, Estudo de Parcelamento (470 habitações), J.G. Faria da Costa, s.d.²³²

Moradias Geminadas;
 Moradias Unifamiliares;
 Edifícios Públicos;
 Edifícios Comerciais;
 Tipo C-I: 24;
 Tipo C-II: 138;
 Tipo C-III: 124;
 Tipo D-I: 16;
 Tipo D-II: 104;
 Tipo D-III: 64

²³¹ In Arquivo de João Guilherme Faria da Costa, IHRU.

²³² Idem.

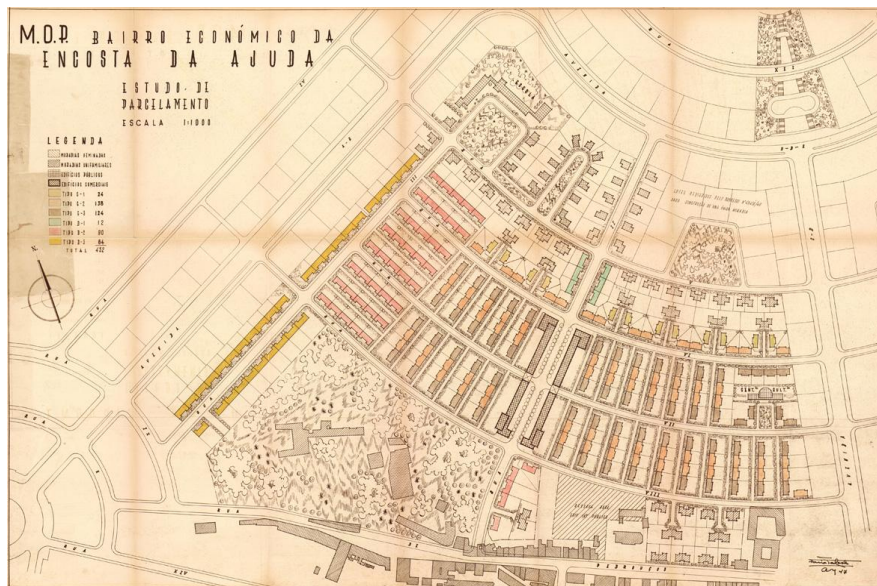


Fig. 1.1.2.3. Bairro económico da encosta da Ajuda, Estudo de Parcelamento (452 habitações), J.G. Faria da Costa, s.d.²³³

Moradias Geminadas;
 Moradias Unifamiliares;
 Edifícios Públicos;
 Edifícios Comerciais;
 Tipo C-I: 24;
 Tipo C-II: 138;
 Tipo C-III: 124;
 Tipo D-I: 12;
 Tipo D-II: 90;
 Tipo D-III: 64



Fig. 1.1.2.4. Planta actual do bairro de casas económicas do Restelo (465 habitações)²³⁴

C-I: 21;
 C-II: 150;
 C-III: 123;
 D-I: 13;
 D-II: 90;
 D-III: 61

²³³ Idem.

²³⁴ In Arquivo Patrícia Bento d'Almeida.

Delimitado a norte pela Rua Dom Francisco de Almeida, para a zona fronteiriça entre o bairro económico e estas moradias de iniciativa particular, Faria da Costa recorreu a uma solução identificada por Raymond Unwin de impasses ou *close*²³⁵ onde coexistiam moradias geminadas e moradias unifamiliares de iniciativa privada (Figs. 1.1.2.5. e 1.1.2.6.). Desejando transpor para a rua (ou seja, para o impasse) algumas práticas sociais, o urbanista procurou fazer destes espaços exteriores locais de convívio para uma melhor integração social. No entanto o dimensionamento dado a estes impasses fez deles apenas caminhos de acesso às moradias, tendo sido fechados e privatizados na intersecção com a rua principal. Como se verifica, Faria da Costa recorreu inúmeras vezes a este mesmo tipo de solução urbanística tanto no plano de urbanização de Alvalade (1945-1948, Fig. 1.1.2.7.) como no plano de urbanização da Costa da Caparica (Faria da Costa e Etienne de Gröer, 1947, Fig. 1.1.2.8.). João Pedro Costa definiu para Alvalade (mas o mesmo poderemos afirmar relativamente às outras intervenções urbanas) que se trata de *uma solução tipológica de desenho urbano complementar às vias de circulação local, criando pequenos núcleos residências protegidos sem continuidade de tráfego*²³⁶.

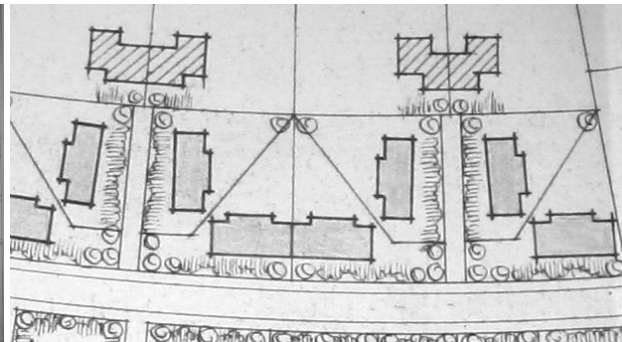


Fig. 1.1.2.5. Planta dos arruamentos do Bairro económico da encosta da Ajuda, J.G. Faria da Costa, s.d.²³⁷

Fig. 1.1.2.6. Impasses Rua VI (actual Rua de São Francisco Xavier), excerto da planta do bairro económico da encosta da Ajuda, Estudo de Parcelamento (452 habitações), J.G. Faria da Costa, s.d.²³⁸

²³⁵ Raymond Unwin publicara em 1909 a obra intitulada *Town Planning in Practice: An Introduction to the Art of Designing Cities and Suburbs* onde apresenta diversas variações possíveis de *close*.

²³⁶ Ver João Pedro Costa, *Bairro de Alvalade. Bairro de Alvalade. Um Paradigma no Urbanismo Português*, Lisboa, Livros Horizonte, 2002, pp. 153.

²³⁷ In Arquivo de João Guilherme Faria da Costa, IHRU.

²³⁸ Idem.



Fig. 1.1.2.7. Plano de Urbanização da Zona a Sul da Avenida Alferes Malheiro, J.G. Faria da Costa, 1945-1948²³⁹

Fig. 1.1.2.8. Plano de Urbanização da Costa da Caparica, J.G. Faria da Costa e Etienne De Gröer, pub. 1947²⁴⁰

Quanto à organização do bairro económico, Faria da Costa procurou oferecer condições de vida igualitárias aos seus moradores, orientando cada tipo de casa num mesmo sentido. Porém, as ruas mais nobres como por exemplo a Rua Soldados da Índia, Rua Duarte Pacheco Pereira e Rua de Pedrouços, foram destinadas à implantação das moradias do tipo D-III, a classe mais alta ali edificada como analisaremos em pormenor no capítulo seguinte. Como consequência temos ruas com construção contínua por quarteirão (Figs. 1.1.2.9. a 1.1.2.12.), aproximando-se dos sistemas urbanísticos utilizados pelos arquitectos alemães do Movimento Moderno, nomeadamente por Walter Gropius (1883-1969) que projectou o bairro Dammerstock (1928-1929, Figs. 1.1.2.13. e 1.1.2.14.) em Karlsruhe, na Alemanha. Como salienta Giulio Carlo Argan relativamente a este bairro, *o processo formal da arquitectura, como processo de divisão e distribuição no espaço, começa no loteamento do terreno e na determinação da relação métrica que deve existir entre as massas construídas e os intervalos livres, para que todas as unidades de habitação tenham iguais condições de arejamento,*

²³⁹ In Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Fotográfico, Prova: A18499 da autoria de Horácio Novais.

²⁴⁰ In Arquivo de Arte da Fundação Gulbenkian, Estúdio Mário Novais, cota: CFT003.004378.

*exposição ao sol e horizonte*²⁴¹. Em 1959 uma notícia publicada no periódico *Primeiro de Janeiro* publicitava que no “mais moderno bairro residencial” – o Restelo – foram edificadas casas *contíguas, muito iguais e alinhadas, embora a extensa artéria seja cortada, aqui e ali, por travessas numeradas, e que, só por isso, dão a ideia de Nova Iorque. Não há, porém, arranha-céus nem o movimento de carros da tentacular metrópole americana*²⁴². Uma vez que, como salientara o arquitecto-urbanista, *pôs-se de parte a ideia de construção de moradias isoladas, quer por isso levar a uma ocupação maior de terreno; quer por maior custo devido a maior número de fachadas a embelezar, quer ainda por melhor partido estético que se obtém com as casas do tipo projectado*²⁴³, a solução passou por criar *estreitos arruamentos de utilização, ligados directamente aos arruamentos principais e que servem pequenos grupos de habitações [... tratando-se] de pequenas servidões destinadas principalmente a caminhos para peões mas com possibilidade de atender ao acesso eventual de qualquer veículo*²⁴⁴. Actualmente, dado que a maior parte dos moradores deste bairro ocuparam a zona exterior envolvente à casa como prolongamento da própria casa e/ou do jardim, os automóveis são deixados nestas estreitas ruas, impossibilitando ou dificultando muitas vezes o seu atravessamento.

²⁴¹ Ver Giulio Carlo Argan, *Walter Gropius e a Bauhaus*, Lisboa, Editorial Presença, 1990 (1ª Edição 1951), pp. 79.

²⁴² Ver “O mais moderno bairro residencial, o do Restelo, evoca, na designação das suas artérias, as glórias do passado”, In *Primeiro de Janeiro*, Lisboa, 17/7/1959.

²⁴³ Ver João Guilherme Faria da Costa, In *Bairro Económico de Vale Escuro. Ante-Projecto de casas tipo*, 20/11/1946, pp. 1, In Arquivo pessoal de João Guilherme Faria da Costa.

²⁴⁴ Ver João Guilherme Faria da Costa, In *Memória Descritiva do Bairro de Casas Económicas da Encosta da Ajuda*, S/d. In Arquivo de João Guilherme Faria da Costa, IHRU.

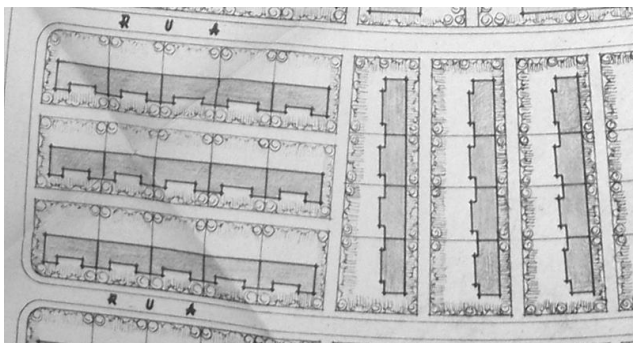


Fig. 1.1.2.9. Pormenor de quarteirões de casas económicas, excerto da planta do bairro económico da encosta da Ajuda, Estudo de Parcelamento (452 habitações), J.G: Faria da Costa, s.d.²⁴⁵

Fig. 1.1.2.10. Panorama das casas económicas da encosta da Ajuda, década de 50²⁴⁶



Fig. 1.1.2.11. Panorama das casas económicas da encosta da Ajuda, década de 50²⁴⁷

Fig. 1.1.2.12. Panorama das casas económicas da encosta da Ajuda, década de 50²⁴⁸

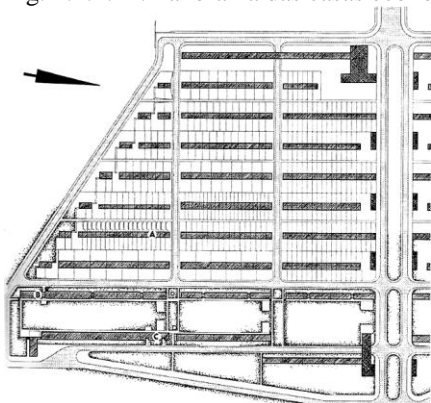


Fig. 1.1.2.13. Distribuição das habitações no bairro Dammerstock, Karlsruhe, Walter Gropius, 1928-1929²⁴⁹

Fig. 1.1.2.14. Bairro Dammerstock, Karlsruhe, Walter Gropius, 1928-1929²⁵⁰

²⁴⁵ In Arquivo de João Guilherme Faria da Costa, IHRU.

²⁴⁶ In Nuno Faria da Costa, In *João Guilherme Faria da Costa*, <http://fariadacosta.no.sapo.pt/>

²⁴⁷ Idem.

²⁴⁸ In Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Fotográfico, Prova: A18587 da autoria de Claudino Madeira.

²⁴⁹ Idem.

²⁵⁰ In http://www.urbipedia.org/index.php/Colonia_Dammerstock

Como manifestado anteriormente, a Rua Duarte Pacheco Pereira acabou por ser a única via onde foi edificada uma zona comercial estando todo o bairro de casas económicas do Restelo (e ruas vizinhas) dependente desta para o abastecimento de bens essenciais. Este conjunto era também (praticamente) o único ponto (possível) de emprego o que, como salientara Pardal Monteiro, manifesta as dificuldades resultantes da opção de *construir bairros de casas económicas ou de rendas baixas nos terrenos da periferia dos grandes centros onde trabalham além de operários, empregados e pequeno burgueses, [o que] agrava-lhes por vezes as condições económicas em consequência do custo dos transportes, das perdas de tempo nos percursos, às vezes extensíssimos, e afasta-os do convívio fácil com as outras zonas mais densas de população*²⁵¹. Relativamente aos restantes habitantes do Restelo, principalmente os que vieram a habitar a zona a norte da Rua Dom Francisco de Almeida, uma vez que se tratavam de indivíduos com maior poder financeiro, na grande maioria com (mais do que um) carro próprio, o que se veio a verificar foi que estes acabavam por se deslocar ao centro da cidade para o abastecimento do dia-a-dia, reforçando o sentimento de “moradores de periferia” ou “moradores de subúrbio” quando na realidade não o eram (ou não se pretendia que fossem).

Com localização prevista no quarteirão delimitado pela Rua VI (actual Rua de São Francisco Xavier), Rua VII (actual Rua Tristão da Cunha) e Avenida CD (actual Avenida da Torre de Belém), Faria da Costa contemplou a incorporação de um Centro Cultural no programa base do bairro de casas económicas, demarcando-se dos restantes bairros até à data construídos onde tal programa era praticamente inexistente²⁵² (Fig. 1.1.2.15.). Apesar do centro cultural não ter sido construído, durante a década de 50, numa zona próxima, Carlos João Chambers Ramos (1897-1969) e Carlos Manuel

²⁵¹ Ver Porfírio Pardal Monteiro, *A habitação modesta nos grandes núcleos urbanos*, III congresso da “Federacion de Urbanismo y de la vivienda”, Lisboa, 1944, pp. 4-5.

²⁵² Para o bairro económico do Alvito (1937), também conhecido por bairro Dr. Oliveira Salazar, Paulino Montez projectou um “Grupo Cultural” (concluído em 1937) – posteriormente ocupado pelo Teatro *Lanterna Mágica* – que incluía sala de conferências e projecções, biblioteca, gabinete para bibliotecário, 3 salas de aula, sala de professores, gabinete médico. Ver Paulino Montez, *Estudos de Urbanismo em Portugal: Lisboa – Alcântara/Alvito*, N° 2, Lisboa, Sociedade Industrial de Tipografia Limitada, 1938, pp. 28-29.

Ventura de Oliveira Ramos (1922-2012) projectam o Cinema Restelo (1952-1954, encerramento 1989), local que *corresponde inteiramente a uma das necessidades do novo aglomerado urbano resultante do desenvolvimento da Encosta da Ajuda*²⁵³. Mas que necessidades eram essas se poucos (ou nenhuns) estudos se faziam? Como nos elucida Margarida Acciaiuoli, *os indicadores que neles poderiam ter influência, como as características da zona, o número de habitantes, o seu poder económico, e as previsões que havia em relação ao desenvolvimento dos bairros, eram recolhidos empiricamente*²⁵⁴. Pensado para satisfazer as necessidades culturais da população ali residente, ou seja, tanto a que veio a ocupar o bairro de casas económicas como aquela que encomendou o projecto das suas moradias (“de sonho”), este equipamento acabou por ser maioritariamente gozado pela classe com menor poder financeiro pois, afinal de contas, as outras classes tinham possibilidades económicas para se deslocarem para fora do bairro. Contudo justifica-se lembrar que nas proximidades havia já sido inaugurado o (adaptado a) Museu de Arte Popular (1948) e em Algés, para além do *Cinema Stadium*²⁵⁵ (1936) localizado no Sport de Algés e Dafundo, a Praça de Touros (1895-1974) com capacidade para 7500 espectadores recebia um público diverso²⁵⁶ – *n’um sitio magnífico de onde se disfruta um lindo panorama de terra e mar - muito acessível e para onde há transportes fáceis, cómodos e baratos*²⁵⁷ –, ainda tinha as suas lides taurinas.

Importa agora recordar que foi considerada por Faria da Costa a salvaguarda de uma área de “reserva de edifícios de interesse público”, nomeadamente entre a Rua de Pedrouços e a Rua VIII (actual Rua Dom Cristóvão da Gama), para *as necessidades que*

²⁵³ Ver Alexandre de Vasconcelos e Sá, In Processo Nº 5186/1952, Folha 3, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio.

²⁵⁴ Ver Margarida Acciaiuoli, *Os Cinemas em Lisboa. Um fenómeno urbano do século XX*, Lisboa, Editorial Bizâncio, 2012, pp. 256-257.

²⁵⁵ Com projecto de Raul Martins.

²⁵⁶ Durante o final do século XIX, *a praia de Algés, a alameda, os casinos e a praça de touros, constituíam então os aliciantes dessa aristocracia veraneante*, Ver Memória Descritiva, Urbanização Vale do Restelo, atelier Francisco Conceição Silva, 1973.

²⁵⁷ Ver *A Gazeta de Oeiras*, Nº 28, 5/11/1893.

*mais tarde se venham a fazer sentir e que agora são até certo ponto imprevisíveis*²⁵⁸ (Fig. 1.1.2.16.). Mas dada a especulação imobiliária e a carência de alojamento na cidade, esta área foi posteriormente ocupada com a construção de moradias económicas, edifícios de habitação e moradias de iniciativa privada.

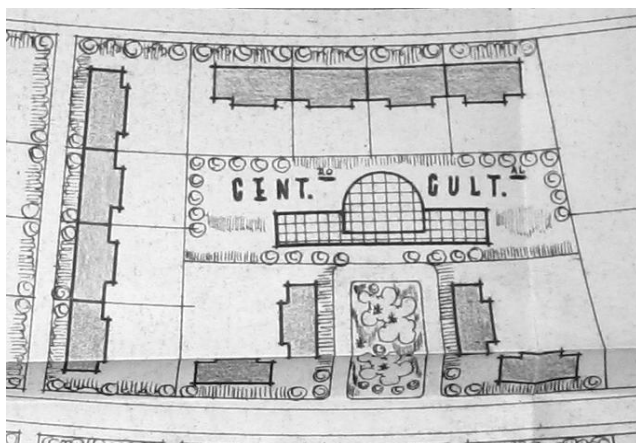


Fig. 1.1.2.15. Centro Cultural na Avenida CD (actual Avenida da Torre de Belém), excerto da planta do bairro económico da encosta da Ajuda, Estudo de Parcelamento (452 habitações), J.G. Faria da Costa, s.d.²⁵⁹

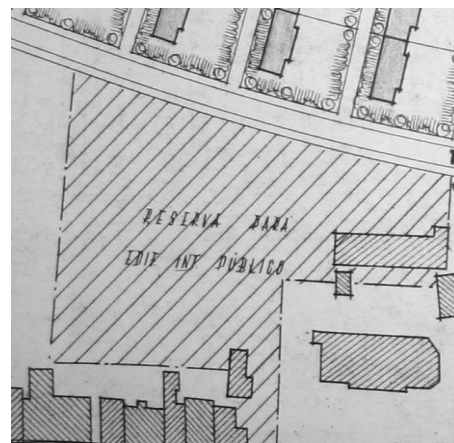


Fig. 1.1.2.16. Zona de “reserva de edificios de interesse público” na Rua de Pedrouços e Rua III (actual Rua Dom Cristóvão da Gama), excerto da planta do bairro económico da encosta da Ajuda, Estudo de Parcelamento (452 habitações), J.G. Faria da Costa, s.d.²⁶⁰

Alterando mais uma vez o plano geral de urbanização da encosta da Ajuda, com o estudo do aglomerado de casas económicas, Faria da Costa passou a contemplar a existência de um grupo escolar²⁶¹ na Praça de Goa²⁶² (Fig. 1.1.2.17.) cujo projecto (1956-1958) foi adjudicado anos mais tarde ao arquitecto Carlos Rebelo de Andrade (1987-1971). Embora este equipamento estivesse localizado num dos extremos do

²⁵⁸ Ver João Guilherme Faria da Costa, In *Memória Descritiva do Bairro de Casas Económicas da Encosta da Ajuda*, S/d. In Arquivo de João Guilherme Faria da Costa, IHRU.

²⁵⁹ In Arquivo de João Guilherme Faria da Costa, IHRU.

²⁶⁰ Idem.

²⁶¹ A Escola Primária da Praça de Goa faz parte da 3ª fase de construção de novos Grupos Escolares subsidiados pelo Estado ao abrigo do Plano dos Centenários. Inventariado pelo IHRU com o N° IPA: PT031106321038.

²⁶² A planta de divisão em (45) lotes de terreno situados entre a Av. do Restelo, Av. Dom Vasco da Gama, Av. da Torre de Belém e Rua São Francisco Xavier (Planta identificada pela CML com o N° 5322) foi apresentada pelo Engenheiro Chefe Alexandre de Vasconcelos e Sá no dia 30 de Dezembro de 1947. Para consulta detalhada ver Ofício N° 4242, 30/12/1947, In Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Arco do Cego, Código de Referência: AC.01.H.02.03.107, Espaços Verdes Ajuda.

bairro, como refere o arquitecto-urbanista Faria da Costa *está ainda dentro do limite estabelecido para o máximo a percorrer pelas crianças que o vão utilizar*²⁶³ (afixado em 500 metros). Sabendo que em Alvalade o plano se estrutura com base na existência de um grupo escolar no interior de cada célula habitacional, longe dos arruamentos mais importantes e atendendo à distância que uma criança pode percorrer a pé para chegar à sua escola, e dado que o dimensionamento das células foi condicionado a esta mesma extensão²⁶⁴, poder-se-á depreender que no plano geral de urbanização da encosta da Ajuda, alguns dos edifícios que aparecem espalhados pelo bairro e envoltos de áreas verdes, poderiam ter sido pensados como edifícios escolares (Fig. 1.1.2.18.), no entanto parece não ter (ainda) havido uma distribuição equitativa em relação às habitações. Anos mais tarde no III Congresso da União Internacional dos Arquitectos (1953), o arquitecto Januário Godinho defenderia, na sua tese sobre *Construções Escolares*, que deveriam ser aplicadas as *leis fundamentais da urbanização, respeitando as densidades, as distâncias e a situação, de maneira a garantir o conforto e a segurança dos estudantes*²⁶⁵.

²⁶³ Ver João Guilherme Faria da Costa, In *Memória Descritiva do Bairro de Casas Económicas da Encosta da Ajuda*, S/d. In Arquivo de João Guilherme Faria da Costa, IHRU.

²⁶⁴ Conforme referido por Faria da Costa na memória descritiva que acompanha o *Plano de Urbanização da Zona a Sul da Avenida Alferes Malheiro* (1945-1948), transcrita por João Pedro Costa na publicação *Bairro de Alvalade. Um Paradigma no Urbanismo Português*, este critério de *dimensionamento das células traduz-se num número de habitantes variável de 4.000 a 5.000 para cada célula. Um tal valor conduz à consideração de 6 a 8 salas de aula de 40 alunos por grupo escolar, o que está em concordância com a orientação geral definida superiormente nesta matéria*, ver João Pedro Costa, *Bairro de Alvalade. Um Paradigma no Urbanismo Português*, Lisboa, Livros Horizonte, 2002, pp. 89.

²⁶⁵ Ver Januário Godinho, *Construções Escolares*, In AAVV, *UIA, Troisième Congrès de L'Union Internationale des Architectes, Lisbonne, 20-27 Septembre 1953. Rapport Final*. Lisbonne, Librairie Portugal, 1953, pp. 359. (Tradução feita pela autora). Versão original: «*Le caractère et l'importance des écoles doivent être déterminés en accord avec les lois fondamentales de l'urbanisation, en respectant les densités, les distances et la situation, de manière à garantir la commodité et la sécurité des élèves*».

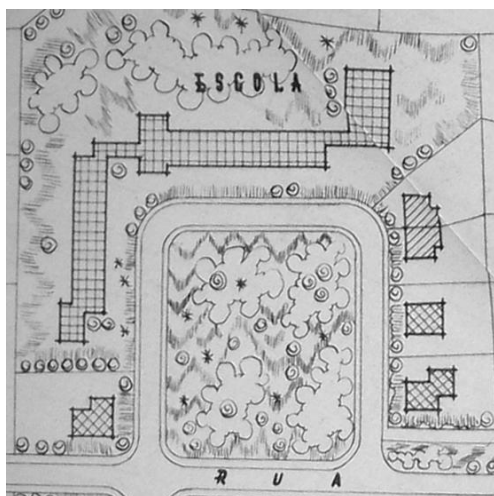


Fig. 1.1.2.17. Pormenor do grupo escolar na Praça de Goa, excerto da planta do bairro económico da encosta da Ajuda, Estudo de Parcelamento (452 habitações), J.G. Faria da Costa, s.d.²⁶⁶

Fig. 1.1.2.18. Indicação (provável) dos edifícios escolares (plano geral)

Cinco anos após ter sido encomendado a Faria da Costa o projecto do **bairro de casas económicas do Restelo**, este foi oficialmente **inaugurado a 28 de Maio de 1952**²⁶⁷ e ocupado por famílias com baixo rendimento mensal ou que tivessem pelo menos um membro a exercer a sua actividade laboral no Estado, nomeadamente funcionários dos ministérios e camarários, como aliás se poderá verificar na análise que se apresenta no capítulo subsequente. No entanto, os equipamentos de apoio de que falámos anteriormente como o centro comercial, a escola primária e o cinema, por esta altura ainda não estavam concluídos, as telas finais correspondentes a estes projectos apenas foram entregues na Câmara entre 1954 e 1958 o que significa que até essa data todo o bairro e os seus moradores estavam muito dependentes dos (consolidados) bairros vizinhos como o de Algés e da Ajuda. Também nesta fase, desejando o *Ministro das Obras Públicas que tal agrupamento fosse arborizado [... deu-se início à] colocação de árvores não só junto dos passeios, como ao longo dos logradouros, conseguindo dar aquele aspecto que o autor do respectivo projecto, Sr. Arquitecto*

²⁶⁶ In Arquivo de João Guilherme Faria da Costa, IHRU.

²⁶⁷ Segundo os dados fornecidos no documento dos Serviços de Construção, 2/10/1952, In Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Arco do Cego, Código de Referência: PT/AMLSB/AL/CMLSB/UROB/EV/0107.

*Faria da Costa, pretende*²⁶⁸. Apesar de tudo tal não foi impedimento para que durante as décadas de 40 e 50, com uma grande parte das suas moradias privadas em construção e o seu bairro económico ainda precariamente ocupado, o plano geral do Restelo ter marcado presença em inúmeras exposições e congressos. Na realidade, como foi referido anteriormente, certas acções do arquitecto-urbanista Daniel Burnham foram mencionadas por Faria da Costa no artigo “A Figueira da Foz. Uma tese admirável do Arquitecto-Urbanista João Faria da Costa”, nomeadamente no que se refere ao modo como poderá ser realizada a divulgação e propaganda de qualquer projecto de urbanização, bem como às despesas que devem ser canalizadas para tal efeito²⁶⁹. Para além da já referida *Exposição do Mundo Português* (1940) que seguramente foi pioneira na apresentação do *Plano de Urbanização da Encosta da Ajuda*, ainda no decorrer da década de 40 este projecto esteve exposto na mostra *15 Anos de Obras Públicas: 1932-1947* (1948) realizada no Instituto Superior Técnico com o alto patrocínio do Governo e sob iniciativa do engenheiro José Frederico Ulrich, então Ministro das Obras Públicas (1947-1954). Em Outubro de 1950 realizou-se no Palácio Galveias o **II Congresso das Capitais do Mundo** – o que revela a importância da acção das Câmaras Municipais no sector da habitação²⁷⁰ – e entre as inúmeras visitas que os congressistas estrangeiros fizeram durante a sua estadia em Lisboa, fez parte do programa cultural uma visita à zona residencial da encosta da Ajuda. Os salões de exposições do *Pavilhão Municipal da Feira Popular* – local onde *se documenta e divulga a actividade de todos os sectores do Município na obra de valorização e*

²⁶⁸ Ver Direcção dos Serviços de Construção, 2/10/1951, In Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Arco do Cego, Código de Referência: PT/AMLSB/AL/CMLSB/UROB/EV/0107.

²⁶⁹ *Em Chicago, o urbanista D. H. Burnham fez votar um orçamento para os estudos do plano de arranjo e extensão, prevendo 50% da despesa inicial para encargos de propaganda e vulgarização entre o povo. [...] Ultimamente, os urbanistas argentinos publicaram um folheto para larga distribuição gratuita, onde se comparam, com ilustrações concludentes, as cidades construídas, em plano com as que a ele obedeceram.* Ver João Guilherme Faria da Costa, In “A Figueira da Foz. Uma tese admirável do arquitecto-urbanista João Faria da Costa”, *A Arquitectura Portuguesa e Cerâmica e Edificação Reunidas*, Lisboa, Nº 31, Outubro 1937, pp. 22.

²⁷⁰ Ali fizeram-se representar as capitais: Addis-Abeba, Atenas, Berne, Buenos Aires, Cidade do Cabo, Cidade Trujillo, Dublin, Joanesburgo, Lima, Lisboa, Londres, Madrid, México, Mónaco, Paris, Quito, Ragon, Roma, Santiago do Chile e Teerão.

*expansão da Cidade em todos os aspectos*²⁷¹ – também contribuíram para a divulgação deste plano urbano (bem como dos planos de Alvalade e do Areeiro), nomeadamente em 1952²⁷² (Fig. 1.1.2.19.) e em 1955, na exposição **10 Anos de Administração Municipal 1944-1954**²⁷³ (Fig. 1.1.2.20.) onde segundo as palavras da Câmara Municipal se procurou *dar à população da capital mais um ensejo para tomar conhecimento da forma como se gerem os negócios municipais*²⁷⁴.



Fig. 1.1.2.19. Pavilhão Municipal da Feira Popular de Lisboa, 1952²⁷⁵

Fig. 1.1.2.20. Panorama geral da exposição **10 Anos de Administração Municipal 1944-1954**, 1955²⁷⁶

Certamente que a propaganda que a Câmara Municipal de Lisboa (e o Governo) conseguiu fazer com a exibição deste plano de urbanização veio a servir de mote publicitário para favorecer as vendas de lotes camarários localizados naquele perímetro urbano.

²⁷¹ Ver *Pavilhão Municipal na Feira Popular*, In *Revista Municipal*, Nº 55, Lisboa 1952, pp. 65.

²⁷² Título da exposição não identificado.

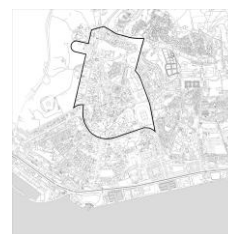
²⁷³ Esta exposição foi organizada na 1ª Repartição Urbanização e Expropriações pelo decorador José Espinho com a colaboração dos decoradores Manuel Sebastião Rodrigues, Carlos Rafael, Leonildo Dias e Rosa Duarte.

²⁷⁴ Ver *10 Anos de Administração Municipal 1944-1954*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1955, s/pp.

²⁷⁵ In *Revista Municipal*, Nº 55, Lisboa 1952, pp. 66.

²⁷⁶ In *10 Anos de Administração Municipal 1944-1954*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1955, s/pp.

1.1.3. O bairro residencial da encosta da Ajuda – 2ª Fase



*Um plano de urbanização impõe-se portanto, não só sobre o arranjo da cidade actual e seu apetrechamento às exigências da vida moderna como também a sua extensão e principalmente daquela parte destinada à população flutuante não esquecendo nunca que o sucesso desta extensão será tanto maior quanto maior for o contacto com a cidade que esta população habita a maior parte do ano*²⁷⁷.

João Guilherme Faria da Costa, s.d.

Em **1953**, ao arquitecto-urbanista **João Guilherme Faria da Costa** (por esta altura já fora dos serviços da Câmara Municipal de Lisboa) foi também encomendado o **plano de extensão do bairro do Restelo**, denominado de plano de urbanização do **Bairro Residencial da Encosta da Ajuda – 2ª fase** (Fig. 1.1.3.1.) que, como referiu o Presidente do município Álvaro Salvação Barreto, *resultou de se encontrar quase concluída a 1ª fase e não haver possibilidade de dar satisfação aos constantes pedidos de particulares e de sociedades cooperativas que desejam proceder a construções de moradias nessa zona da Cidade*²⁷⁸.

²⁷⁷ Ver João Guilherme Faria da Costa, *Texto para um livro de Faria da Costa*, In Volume II Anexo 1.

²⁷⁸ Ver Álvaro Salvação Barreto, “Relatório do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Álvaro Salvação Barreto”, In *Anais do Município de Lisboa 1951*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1952, pp. 132.



Fig. 1.1.3.1. Bairro Residencial da Encosta da Ajuda - 2ª Fase, J.G. Faria da Costa, 1953²⁷⁹

Nesse mesmo ano, entre os dias 20 e 27 de Setembro, Lisboa recebeu o **III Congresso da União Internacional dos Arquitectos** que reuniu 35 delegações mundiais e 600 participantes. Apesar do presidente do congresso, o arquitecto Carlos Ramos, ter defendido que se trata do *primeiro congresso internacional de arquitectos que se realiza em Portugal e a ele devemos nós, arquitectos portugueses concorrer com os maiores entusiasmos e galhardia*²⁸⁰, de acordo com o enumerado na lista dos participantes sabe-se que Faria da Costa não se inscreveu neste encontro²⁸¹, considerado à data como o mais importante lugar de discussão em torno dos diversos temas do Urbanismo Moderno²⁸², onde foram discutidas questões relacionadas com a *formação*

²⁷⁹ In Arquivo do Gabinete de Estudos Olisiponenses, Palácio Beau Sejour, Cota: MP 824.

²⁸⁰ Ver Carlos Ramos, “III Congresso da União Internacional dos Arquitectos”, *Arquitectura*, Lisboa, Nº 46, Fevereiro 1953, pp. 14.

²⁸¹ Ver AAVV, *UIA, Troisième Congrès de L’Union Internationale des Architectes, Lisbonne, 20-27 Septembre 1953, Rapport Final*, Lisbonne, Librairie Portugal, 1953, pp. 471-478.

²⁸² Para informações detalhadas acerca das conclusões do congresso ver “III Congresso da UIA”, *Arquitectura*, Lisboa, Nº 53, Novembro-Dezembro 1954, pp. 9-14.

*dos arquitectos, posição social do arquitecto, relações entre engenheiros e arquitectos, a síntese das artes plásticas, urbanismo, habitat e industrialização*²⁸³. Por esta razão, justifica-se ainda lembrar que este congresso contou com a presença de inúmeros arquitectos e tirocinantes de arquitectura que naquele momento ou em momentos posteriores, projectaram no bairro do Restelo.

Apesar da zona a intervir não ser desconhecida para o urbanista, à semelhança do efectuado anteriormente para o Plano de Urbanização da Costa da Caparica (1947), Faria da Costa terá começado por *determinar os limites definitivos do aglomerado e prever, para essas dimensões todo o apetrechamento urbano*²⁸⁴. No entanto, como confessara Salvação Barreto em 1952, estamos a falar de uma época em que *os estudos de urbanização de conjunto elaborados pela Câmara não têm sido ainda baseados em cuidado inquérito urbano relativos às áreas abrangidas, não sendo por isso aproveitadas as vantagens que o conhecimento mais profundo das habitações abrangidas pode fornecer ao estudo de remodelação de qualquer zona da Cidade*²⁸⁵. Na realidade, o arquitecto camarário Keil do Amaral havia anteriormente proferido uma comunicação no II Congresso das Capitais do Mundo (1950) intitulada *Possibilidade e limitações dos municípios na orientação do carácter arquitectónico e urbanístico dos aglomerados urbanos* onde defendera que *aos técnicos municipais deveria [...] proporcionar-lhes a oportunidade de debaterem problemas de interesse citadino em frequentes congressos e reuniões locais*²⁸⁶.

A 2ª fase de urbanização também não foi totalmente edificada de acordo com o seu estudo, no entanto, valerá a pena chamar a atenção para algumas intenções do urbanista que reforçam ideias que vinham já do plano geral. Assim, delimitada a sul pela Avenida do Restelo, a norte pela rua comercial (via actualmente denominada de

²⁸³ Ver Ana Tostões, *Os Verdes Anos na Arquitectura Portuguesa dos anos 50*, Porto, FAUP Publicações, 1997, pp. 44.

²⁸⁴ Ver “Plano de Urbanização da Costa da Caparica”, *Arquitectura*, Lisboa, N° 13, Março 1947, pp. 5.

²⁸⁵ Ver Álvaro Salvação Barreto, “Relatório do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Álvaro Salvação Barreto”, In *Anais do Município de Lisboa 1951*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1952, pp. 132.

²⁸⁶ Ver Francisco Keil do Amaral, In *Possibilidades e Limitações dos Municípios na Orientação do Carácter Arquitectónico e Urbanístico dos Aglomerados Urbanos*, Comunicação apresentada ao II Congresso das Capitais do Mundo, Lisboa 1950, pp. 15.

Avenida Dr. Mário Moutinho), a nascente pela Avenida Ilha da Madeira e a poente pelo Parque Florestal de Monsanto que confina com a zona envolvente à Avenida B-L²⁸⁷ (actual Avenida das Descobertas), Faria da Costa apresentou duas possibilidades de urbanização (à escala 1/1000) que se diferenciam apenas na exclusão ou inclusão do edifício do Externato de São José das irmãs Dominicanas e urbanização dos lotes que marginam o lado poente da Avenida das Descobertas (Volume II Anexo 1.). Embora destinado a uma área ainda não urbanizada (mas cuja urbanização havia sido prevista em c. 1938), este arquitecto-urbanista terá procurado complementar e ajustar a malha urbana primitiva a uma rede de arruamentos cujos eixos principais são rectilíneos e os secundários são irregulares, em curva e que serpenteando acompanham a topografia do terreno permitindo acomodar “em anfiteatro”²⁸⁸ os diversos lotes onde seriam implantadas as previstas moradias de modo a que estas usufruíssem da privilegiada vista panorâmica sobre o rio Tejo e a sua envolvente.

A grande e central avenida (aqui denominada de Rua B), orientada no sentido norte-sul e delineada no seguimento do eixo definido pela Torre de Belém e Capela de São Jerónimo é novamente projectada. Mas nesta fase, este eixo viário que funciona como uma espécie de eixo de simetria, não é mais o prolongamento da Avenida da Torre de Belém como havia sido anteriormente proposto, mas sim a norte da capela e depois de uma área residencial, uma grandiosa alameda que como um promontório, é dividida em duas vias rodoviárias, arborizada ao centro e nos seus limites laterais (Fig. 1.1.3.2.), à semelhança do que havia sido proposto em 1945 por Keil do Amaral no projecto para o prolongamento da Avenida da Liberdade, embora naquele caso as vias se destinassem apenas aos peões (Figs. 1.1.3.3. e 1.1.3.4.).

²⁸⁷ A Planta de divisão em lotes de terreno municipal na Avenida BL da Encosta da Ajuda (identificada pela CML com o N° 6020) foi apresentada no dia 15 de Novembro de 1951 pelo Engenheiro Chefe Tomaz da Costa França. Para uma informação mais detalhada ver Ofício N° 4229, 15/11/1951, In Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Arco do Cego, Código de Referência: AC.01.H.02.03.107, Espaços Verdes Ajuda.

²⁸⁸ Ver “O mais moderno bairro residencial, o do Restelo, evoca, na designação das suas artérias, as glórias do passado”, In *Primeiro de Janeiro*, Lisboa, 17/07/1959.



Fig. 1.1.3.2. Rua B, excerto do Bairro Residencial da Encosta da Ajuda - 2ª Fase, J.G. Faria da Costa, 1953²⁸⁹

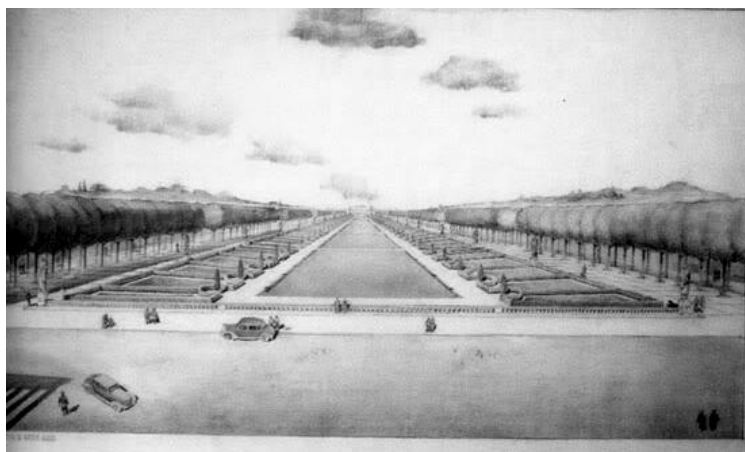
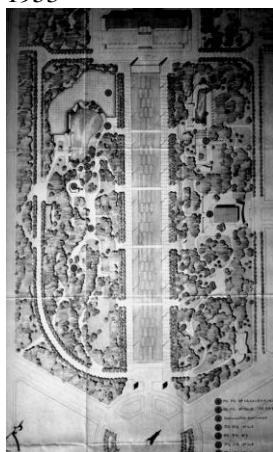


Fig. 1.1.3.3. Prolongamento da Avenida da Liberdade, Francisco Keil do Amaral, 1945²⁹⁰

Fig. 1.1.3.4. Perspectiva do prolongamento da Avenida da Liberdade, Francisco Keil do Amaral, 1945²⁹¹

A articulação espacial da grande avenida com as vias de circulação envolventes origina um sistema de loteamento diferente do bairro de casas económicas do Restelo. Como verificámos anteriormente, enquanto no aglomerado de casas económicas cada grupo de habitações está localizado entre duas (estreitas) vias secundárias, podendo o morador entrar pela porta principal ou pela porta secundária que dá acesso ao “quintal” e ao estacionamento automóvel, na fase de expansão do bairro para norte, Faria da Costa propõe apenas uma só via de acesso na continuação das habitações para famílias abonadas edificadas na zona sul (Figs. 1.1.3.5. e 1.1.3.6.).

²⁸⁹ In Arquivo do Gabinete de Estudos Olisiponenses, Palácio Beau Sejour, Cota: MP 824.

²⁹⁰ In João Sousa Morais e Filipa Roseta, *Os Planos da Avenida da Liberdade e o seu Prolongamento*, Lisboa, Livros Horizonte, 2005, pp. 49.

²⁹¹ In Idem, pp. 51.

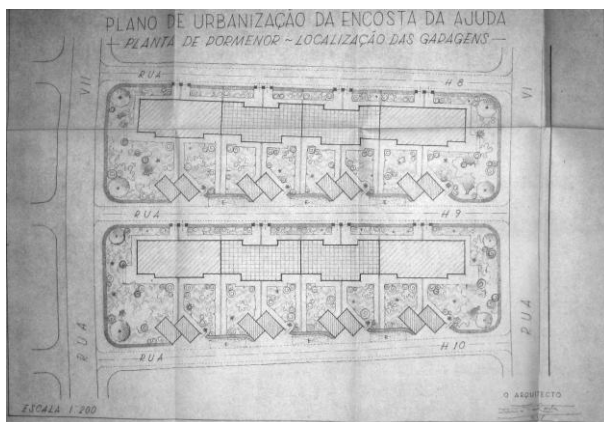


Fig. 1.1.3.5. Bairro económico da encosta da Ajuda, planta de pormenor – localização das garagens, J.G. Faria da Costa, s.d.²⁹²

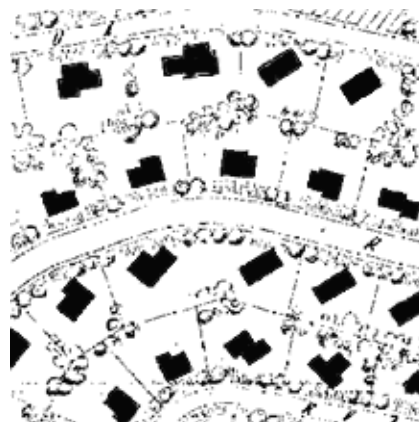


Fig. 1.1.3.6. Pormenor da zona residencial, excerto do Bairro Residencial da Encosta da Ajuda - 2ª Fase, J.G. Faria da Costa, 1953²⁹³

Como veremos no segundo capítulo, a maioria dos lotes, envoltos de vegetação, foi destinada à edificação de moradias, no entanto esta grande avenida (Rua B) recebe ainda do lado nascente uma escola primária e um pavilhão de chá e do lado poente um jardim-escola (Fig. 1.1.3.2.). A sul e a acompanhar os limites definidos pela 1ª fase, no território onde na segunda metade do século XIX havia sido edificado um hipódromo e cujo recinto no início do século XX *serviu também de palco à prática de ciclismo, à aeronáutica, e às manobras militares*²⁹⁴, Faria da Costa devolve à Capela de São Jerónimo a merecida importância²⁹⁵ na medida em que cria uma grande área ajardinada em seu redor. Como veremos mais adiante nesta investigação, esta área veio (mais tarde) a ser alvo de um “projecto de ordenamento paisagístico” por parte de Gonçalo Ribeiro Telles. Apesar da historiografia portuguesa atribuir a este arquitecto-paisagista a autoria da quebra da grande avenida prevista no plano geral de Faria da Costa – e de Ribeiro Telles ter afirmado *eu destruí o prolongamento. Foi uma luta tremenda no*

²⁹² In Arquivo de João Guilherme Faria da Costa, IHRU.

²⁹³ In Arquivo do Gabinete de Estudos Olisiponenses, Palácio Beau Sejour, Cota: MP 824.

²⁹⁴ Ver Maria Barradas e Dulce Dias, *Entre o Monte e o Rio. Freguesia de São Francisco Xavier*, Lisboa, Junta de Freguesia de São Francisco Xavier, 2000, pp. 36.

²⁹⁵ Segundo dados fornecidos pelo IHRU, no início do século XX, a Capela de São Jerónimo *foi votada ao abandono e serviu de armazém, abrigo de ciganos e desalojados e de matadouro, causando danos nas portas e cantarias; 1938 – o Ministério da Guerra requisitou o monumento à DGEMN para exercícios militares no terraço; 1945/1946 – a capela foi entregue à Fábrica da Igreja Paroquial de Belém.*

Ver http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4064

*Gabinete [...] foi uma grande vitória ter convencido os serviços a anular o eixo viário até lá acima*²⁹⁶ –, a verdade é que quando se dá esta intervenção (1956) já Faria da Costa tinha apresentado o projecto da extensão do bairro (1953) com este eixo segmentado, ou melhor, interrompido pela capela e pelo arranjo da área envolvente. Faria da Costa contempla ainda para esta zona um restaurante com uma plataforma aberta visualmente ao rio (Fig. 1.1.3.7.), cuja proposta tem semelhanças com o projecto que o mesmo arquitecto realizou para a Avenida Marginal, no restaurante localizado no parque florestal junto ao Estádio Nacional (s.d.).

A nascente, junto à Avenida Ilha da Madeira, na cratera da antiga pedreira de Alcolena que serviu de apoio à construção do Mosteiro dos Jerónimos, planeou-se a edificação do conjunto desportivo para o Clube de Futebol “Os Belenenses” (1952-1956, Fig. 1.1.3.8.), equipamento da maior importância para a (tentativa de) consolidação do bairro por se tratar durante anos do único ali existente. Sendo Américo Tomás (1894-1987) – Presidente da República entre 1958 e 1974 – um fervoroso adepto deste clube desportivo, não será portanto de estranhar o “apadrinhamento” desta edificação num bairro que se queria residencial e pacatamente “à beira mar plantado”. Aliás após a inauguração do Estádio Nacional (10 de Junho de 1944), a verdade é que a cidade de Lisboa assiste ainda, durante a década de 50, à inauguração dos estádios Sport Lisboa e Benfica²⁹⁷ e José Alvalade – Sporting²⁹⁸.

²⁹⁶ Ver Rosário Salema, “A Ermida de São Jerónimo: Ver e Ocultar”, In Joaquim Oliveira Caetano (Coord.), *A Utopia e os pés na Terra. Gonçalo Ribeiro Teles*, Museu de Évora, CML e Museu Municipal de Coruche, 2003, pp. 186.

²⁹⁷ Da autoria dos arquitectos Carlos Manuel Ramos e João Simões. Inauguração 1954. Ver “Estádio para o Sport Lisboa e Benfica”, *Arquitectura*, Lisboa, Nº 47, Junho 1953, pp. 14-18.

²⁹⁸ 1º Projecto da autoria do arquitecto Raúl Tojal e do engenheiro Ângelo Ramalheira; 2º projecto da autoria do arquitecto António Augusto Sá da Costa e do treinador Anselmo Fernandez. Inauguração 1956.

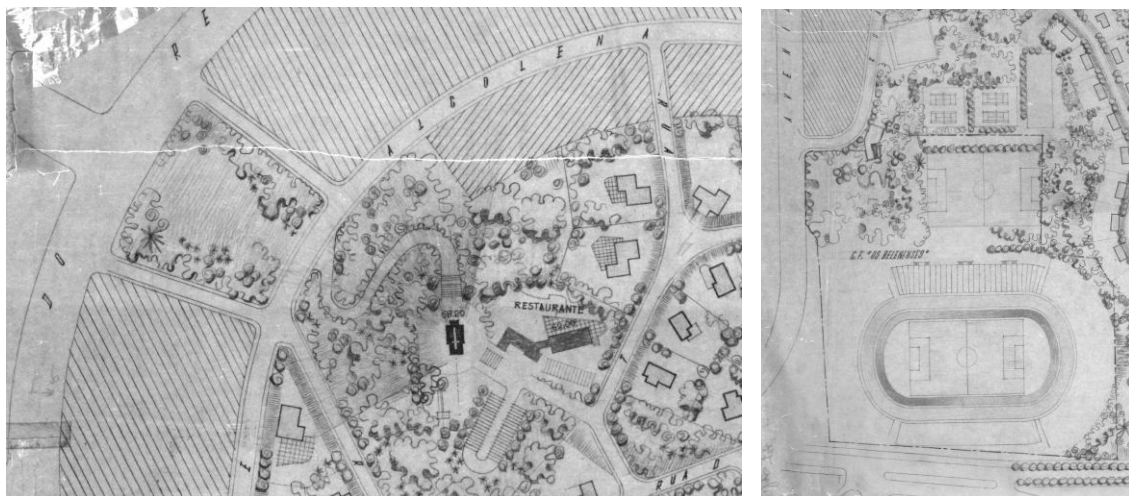


Fig. 1.1.3.7. Restaurante e Capela de São Jerónimo, excerto do Bairro Residencial da Encosta da Ajuda - 2ª Fase, J.G. Faria da Costa, 1953²⁹⁹

Fig. 1.1.3.8. Estádio para o Clube de Futebol “Os Belenenses”, excerto do Bairro Residencial da Encosta da Ajuda - 2ª Fase, J.G. Faria da Costa, 1953³⁰⁰

Relativamente à distribuição das moradias ao longo da Avenida das Descobertas (Fig. 1.1.3.9.), tal como havia sido projectado anteriormente para a Avenida Dom Vasco da Gama (Fig. 1.1.3.10.), Faria da Costa propõe um ordenamento semelhante (mas desfasado para maior privacidade) ao aplicado na Avenida do Aeroporto (actual Avenida Gago Coutinho) – o *'paraíso' residencial lisboeta*³⁰¹ segundo Margarida Acciaiuoli –, cujo primeiro plano data de 1938 e é atribuído a Keil do Amaral³⁰² uma vez que este foi também o responsável pelo projecto da aerogare de Lisboa (1940-1943), localizada no topo daquele importante eixo viário. Valerá a pena chamar a atenção para o facto de Faria da Costa, como sabemos, ter sido o autor dos vizinhos planos do Areeiro e de Alvalade, logo, poder-se-á eventualmente colocar a hipótese deste também ter elaborado o plano do eixo de ligação da Praça do Areeiro à rotunda que antecede o aeroporto, via essa que aliás foi contemplada no Plano de Urbanização da Zona a Sul da Avenida Alferes Malheiro (Fig. 1.1.3.11.).

²⁹⁹ In Arquivo do Gabinete de Estudos Olisiponenses, Palácio Beau Sejour, Cota: MP 824.

³⁰⁰ Idem.

³⁰¹ Ver Margarida Acciaiuoli, *Os anos 40 em Portugal. O País, o Regime e as Artes*, Lisboa, Dissertação de Doutoramento em História da Arte Contemporânea apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1991, vol. 1, pp. 597.

³⁰² Ver Francisco Pires Keil do Amaral (coord.), Irisalva Moita e Ana Tostões, *Keil do Amaral o Arquitecto e o Humanista*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1999, pp. 244.

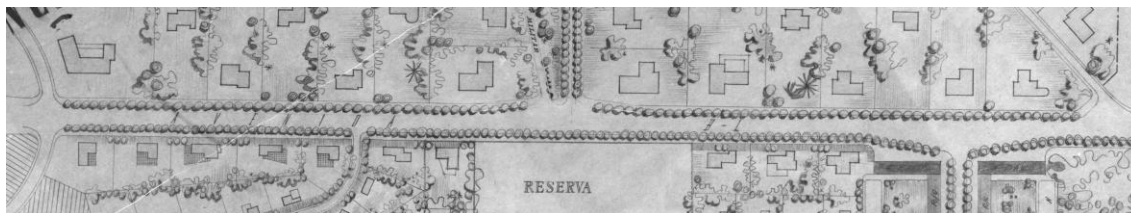


Fig. 1.1.3.9. Pormenor da Avenida das Descobertas, excerto do Bairro Residencial da Encosta da Ajuda - 2ª Fase, J.G. Faria da Costa, 1953³⁰³

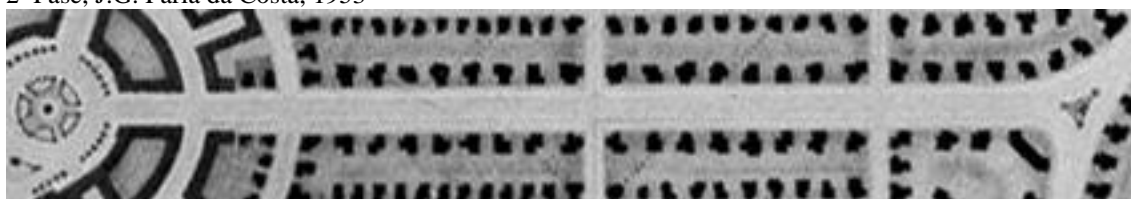


Fig. 1.1.3.10. Pormenor da Avenida Dom Vasco da Gama, excerto do Aspecto Geral de Urbanização de Lisboa - Encosta da Ajuda, J.G. Faria da Costa, s.d. (c. 1938)³⁰⁴



Fig. 1.1.3.11. Pormenor da Avenida do Aeroporto, excerto do Plano de Urbanização da Zona a Sul da Avenida Alferes Malheiro, J.G. Faria da Costa, 1945-1948³⁰⁵

A norte e perpendicular à Rua B encontra-se projectada uma outra grande avenida que demarca os limites da intervenção e que se interliga com as principais vias de acesso (Avenida das Descobertas e actual Avenida Ilha da Madeira). Este eixo viário recebe uma igreja no prolongamento da intersecção com a Rua B, um centro de diversões a rematar a zona nascente e, a poente, uma área comercial distribuída ao longo de seis bandas de edifícios com quatro pisos que pontuam este eixo cujo remate com a avenida seria feito através de edifícios de menor altura (um piso) e que a ladeiam (Fig. 1.1.3.12.). Poder-se-á dizer que tal solução urbanística nos remete mais uma vez para Alvalade (1945-1948), onde Faria da Costa apresenta para a zona correspondente ao traçado da Avenida Estados Unidos da América, uma solução semelhante mas inversa, ou seja, do lado norte no troço entre o Campo Grande e a Avenida Almirante Gago Coutinho, grande parte dos blocos habitacionais foi implantada perpendicular à via com

³⁰³ In Arquivo do Gabinete de Estudos Olisiponenses, Palácio Beau Sejour, Cota: MP 824.

³⁰⁴ In Arquivo de Arte da Fundação Gulbenkian, Estúdio Mário Novais, cota: CFT003.57062-57064.

³⁰⁵ In Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Fotográfico, Prova: A18499 da autoria de Horácio Novais.

maior tráfego e entre estes, no topo dos logradouros comuns, edifícios com menor volumetria³⁰⁶ (Fig. 1.1.3.13.). Como havia sido contemplado na 1ª fase de urbanização, o plano da 2ª fase prevê ainda duas novas áreas destinadas a “reserva” junto ao Externato de São José.

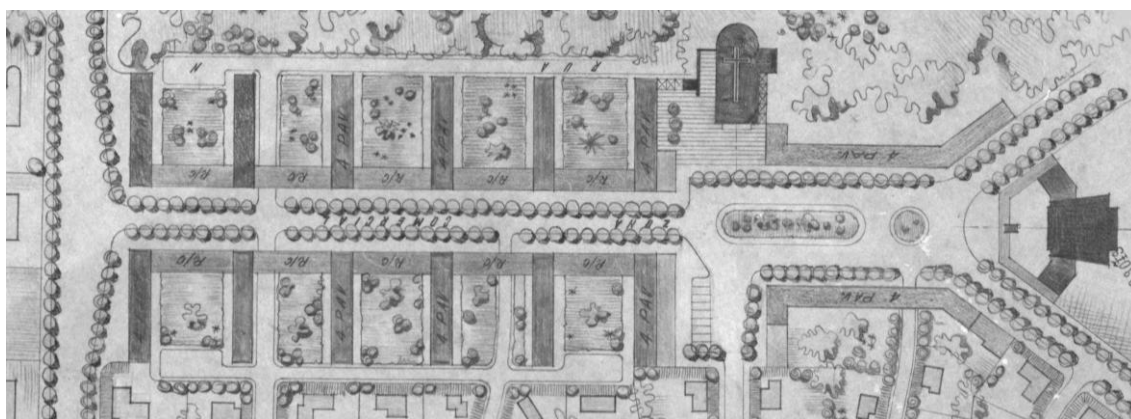


Fig. 1.1.3.12. Zona Comercial, excerto do Bairro Residencial da Encosta da Ajuda - 2ª Fase, J.G. Faria da Costa, 1953³⁰⁷

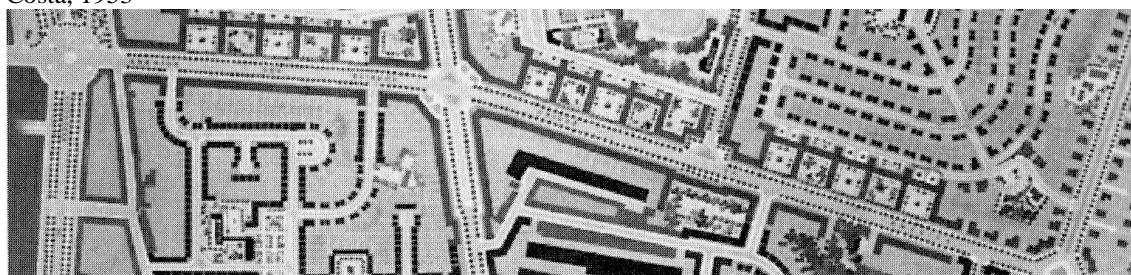


Fig. 1.1.3.13. Pormenor da Avenida Estados Unidos da América (Células 4 e 5), excerto do Plano de Urbanização da Zona a Sul da Avenida Alferes Malheiro, J.G. Faria da Costa, 1945-1948³⁰⁸

Como já dissemos, até meados dos anos 50 não foram totalmente respeitadas as vontades urbanísticas de Faria da Costa, tanto no que se refere ao cumprimento do plano de urbanização da encosta da Ajuda (c. 1938) como ao do plano da sua extensão (1953). Apesar de a historiografia valorizar esta intervenção, a verdade é que este arquitecto possuía ainda uma escassa experiência como urbanista. Com 33 anos de idade, Faria da

³⁰⁶ Para análise detalhada a cerca dos blocos habitacionais edificados na Avenida estados Unidos da América – lado norte, no troço compreendido pelas avenidas Rio de Janeiro e do Aeroporto, ver “Bloco na Avenida dos Estados Unidos da América”, *Arquitectura*, nº 61, Dezembro 1957, pp. 17-24.

³⁰⁷ In Arquivo do Gabinete de Estudos Olisiponenses, Palácio Beau Sejour, Cota: MP 824.

³⁰⁸ Ver João Pedro Costa, *Bairro de Alvalade. Um Paradigma no Urbanismo Português*, Lisboa, Livros Horizonte, 2002, pp. 106.

Costa havia apenas regressado a Portugal e ainda não tinha planos urbanos postos em prática, somente um estudo para o Plano da Figueira da Foz, orientado por Georges Florentin Sébille, um arquitecto que viu também poucas das obras serem construídas. Como profissional camarário Faria da Costa foi chamado a colaborar diversas vezes em variados planos de urbanização e o mesmo se veio a verificar enquanto profissional liberal. Decerto tais convites não foram totalmente bem aceites entre a classe pois logo em 1950 o vereador [(e arquitecto)] Vasco Regaleira disse ter notado que a Câmara confia quase sempre a elaboração dos seus trabalhos aos mesmos arquitectos³⁰⁹, pedindo que estes viessem a ser distribuídos por todos. Semelhante indignação manifestara o arquitecto (camarário) Keil do Amaral que, como Faria da Costa, foi um dos técnicos a que a Câmara Municipal de Lisboa recorrera com mais frequência.

Ainda hoje estou para saber quais os motivos que levaram o engenheiro Duarte Pacheco a recorrer com tanta frequência às 'luzes' do Arquitecto Faria da Costa e às minhas, quando da sua passagem pela presidência da Câmara Municipal de Lisboa. Éramos ainda uns rapazes crescidos, com mais irreverência do que experiência; mas para a apreciação ou a resolução de muitos dos problemas da cidade não deixava de nos incumbir de tarefas para as quais em verdade, nos faltava o arcaboço técnico ou o calo profissional duma longa vida de trabalho nas matérias em causa. [...] Várias vezes falei com o Faria da Costa sobre isso. Éramos como um só e curiosos de tudo. Pois concluíamos frequentemente que o motivo daquela consideração excessiva só podia ser... a nossa irreverente e jovem capacidade de o contrariar. Por certo representávamos para ele uma espécie de britânica 'oposição de Sua Majestade'³¹⁰.

Da primeira fase de urbanização resultaram certas incorreções que comprometeram o modo de habitar dos moradores daquele território, nomeadamente a carência de equipamentos e serviços que consolidassem a vida do dia-a-dia. Assim sendo, certamente poderíamos concluir que este arquitecto-urbanista dificilmente seria novamente chamado a colaborar com a edilidade, no entanto, tal não se verificou e para além de ter havido uma 2ª fase de urbanização do bairro do Restelo, soluções

³⁰⁹ Ver *Actas das Reuniões da Câmara Municipal de Lisboa*, Acta N° 157, Reunião de 18/5/1950, Câmara Municipal de Lisboa, pp. 17.

³¹⁰ Ver Francisco Keil do Amaral, *Revista Municipal*, N° 138-139, Lisboa 1971, In “Uma época em palavras e imagens. Extractos”, *Arquitectura*, Lisboa, N° 142, Julho 1981, pp. 57.

urbanísticas semelhantes foram novamente aplicadas noutras zonas da cidade, nomeadamente em Alvalade, como viemos a referir ao longo deste subcapítulo. Assim poderemos concluir que Faria da Costa foi eventualmente pressionado pela Câmara para responder a certos requisitos que ofereciam a possibilidade de um maior rendimento económico a esta instituição pública, particularmente a divisão dos lotes e as áreas que foram estabelecidas para cada um destes. Como verificaremos no próximo subcapítulo, a intervenção urbana que se seguiu retomou requisitos semelhantes embora com uma divisão de lotes mais generosa e um considerável aumento populacional, conseguido pela substituição (em parte) de habitação unifamiliar por habitação multifamiliar.

1.2. O plano de urbanização da encosta do Restelo e o seu reajustamento



Que virá a ser a casa de amanhã? Se as condições da vida nos obrigarem a continuar no caminho da simplicidade e do regime colectivo; se o ritmo do viver se for acelerando cada vez mais, como promete, se a nossa existência passar a decorrer no signo da instabilidade e inquietação, espécie de novo nomadismo estimulado pelo crescente apuro de especializações, pela maior facilidade e rapidez nos meios de transporte – então é provável que a nossa actividade inteira se desenrole concentrada em edifícios destinados especialmente a todos os trabalhos e estudos, a todos os prazeres e ocupações da vida social³¹¹.

Raul Lino, 1933

Como vimos precedentemente, no início da década de 50, Lisboa continuava a crescer em número de habitantes e se por um lado os estudos de urbanização da cidade ainda eram da competência da Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização e Obras, com a formação do **Gabinete de Estudos de Urbanização (1954)** da Câmara Municipal de Lisboa, supervisionado durante quatro anos pelo engenheiro-chefe **Luís Guimarães Lobato** (1915-2009) e criado para rever o Plano Director de Urbanização de Lisboa (PDUL 1938-1948) mas também responsável pela resolução de problemas em torno do urbanismo e da habitação, o bairro do Restelo sofre novas intervenções urbanas. Repare-se que por esta altura deu-se ainda início aos estudos para que se fizesse a actualização da planta da cidade na escala 1/1000, cujo levantamento estava a ser elaborado pelo Instituto Geográfico e Cadastral (1950). Mas no que diz respeito à zona do Restelo, como relatado pelo presidente da Câmara nos *Anais do Município* verificou-se ser *menos premente a necessidade de actualização porque em pouco há*

³¹¹ Ver Raul Lino, *Casas Portuguesas – Alguns Apontamentos sobre o arquitectura das casas simples*, Lisboa, Livros Cotovia, 1992 (1ª edição 1933), pp. 10.

*que contar com o existente para a nova urbanização*³¹². Na realidade, os levantamentos topográficos elaborados até ao momento³¹³ indicavam as preexistências ao plano de urbanização da encosta da Ajuda que, como vimos anteriormente, tratavam-se essencialmente de quintas e palácios que foram (na generalidade) demolidos para a edificação de certas intenções daquele plano (Volume II Anexos 4. e 5.). Deste modo, conclui o senhor presidente que *parece, pois, razoável aguardar a completa urbanização desta zona e executar depois não uma actualização da planta existente, mas, praticamente, um novo levantamento*³¹⁴.

Através de uma imagem reproduzida num cartaz expositivo temos o conhecimento de que em Junho de **1955** foi apresentado numa exposição patente no **Pavilhão Municipal da Feira Popular**, o **Plano de Urbanização da Encosta do Restelo** (Fig. 1.2.1.), ou seja, uma nova versão urbanística da zona norte da encosta da Ajuda, anteriormente trabalhada por João Guilherme Faria da Costa (1ª Fase em c.1938 e 2ª Fase em 1953). Apesar de por esta altura o Tenente-Coronel **Álvaro Salvação Barreto** (1890-1975) ainda ocupar o cargo de **presidente da Câmara Municipal de Lisboa (1944-1959)**, o engenheiro **Eduardo Arantes e Oliveira** (1907-1982) havia sucedido ao engenheiro José Frederico Ulrich (1905-1982) como **Ministro das Obras Publicas (1954-1967)**, o que significa que o país vê novas medidas serem tomadas em matéria de urbanização e o bairro do Restelo, naturalmente, não foi excepção como veremos de seguida.

³¹² Ver Álvaro Salvação Barreto, “Relatório do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Álvaro Salvação Barreto”, In *Anais do Município de Lisboa 1955*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1956, pp. 165.

³¹³ Levantamento Topográfico da Cidade de Lisboa: Filipe Folque (1856-1858) e Júlio António Vieira da Silva (Silva Pinto, 1904-1911). Ver Volume II Anexos 4. e 5.

³¹⁴ Ver Álvaro Salvação Barreto, op. cit., pp. 165.

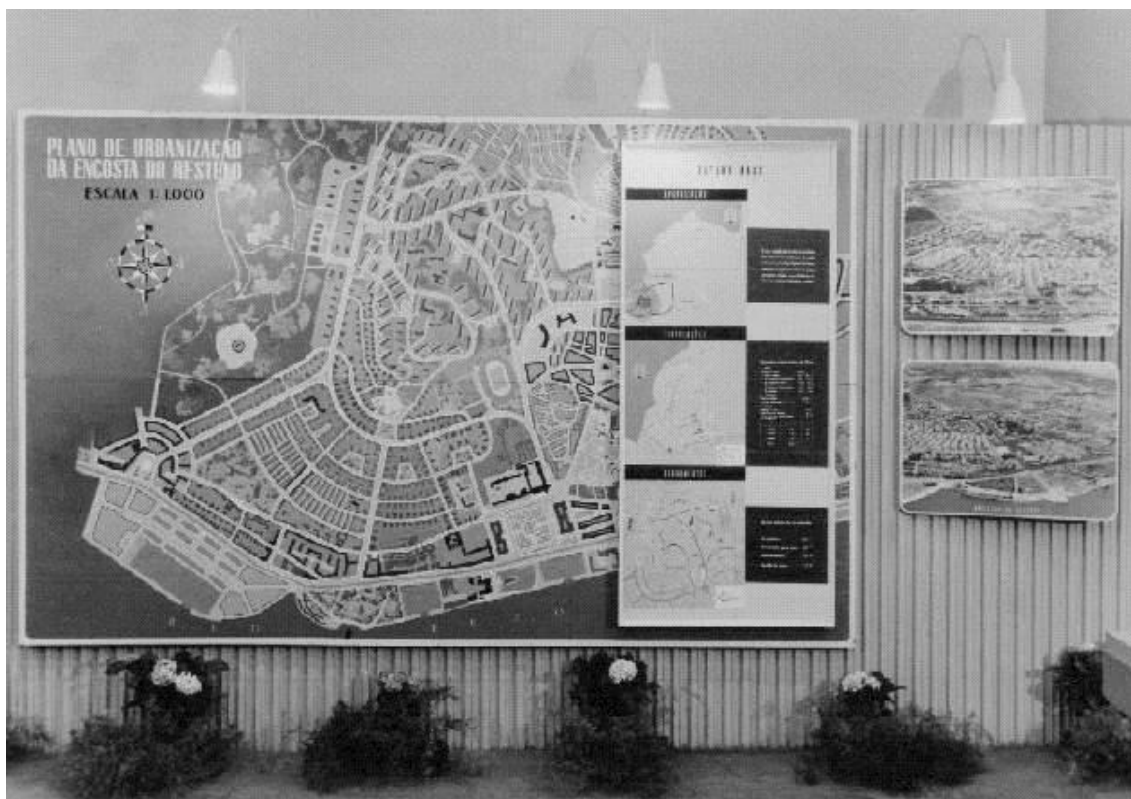


Fig. 1.2.1. Pavilhão Municipal da Feira Popular de Lisboa, 1955³¹⁵

Contratado pela Câmara Municipal de Lisboa a 30 de Março de 1956 para a elaboração do projecto definitivo das **células A, B, C e D**³¹⁶ da encosta do Restelo (Fig. 1.2.2.), o engenheiro **Alberto Dias Ferreira do Nascimento** (Porto, n. 1917) também coordenado pelo engenheiro Guimarães Lobato (apesar de não ter feito parte da lista de técnicos do Gabinete de Estudos de Urbanização, Volume II Anexo 6.), apresenta no dia 11 de Junho de **1957** o **Projecto de Urbanização do Restelo – II Fase** (Figs. 1.2.3. a 1.2.6.) que corresponde aproximadamente a uma área de cerca de 100

³¹⁵ In Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Fotográfico, Prova: A24743 da autoria de Horácio Novais.

³¹⁶ Limites aproximados: Célula A (21,6 ha) – Avenida Vasco da Gama a ponte (troço posteriormente denominado de Avenida das Descobertas); Rua da Cruz (actual Estrada da Cruz) a nascente; Rua A-B-C-D-E (actual Avenida Dr. Mário Moutinho) a sul; bairro económico do Camarão da Ajuda a norte. Célula B (37,5 ha) – Rua A-B-C-D-E a norte; Rua I (actual Rua Pero de Alenquer) e Rua B-M (actual Avenida António Saldanha) a sul; Rua C-G (actual Avenida Ilha da Madeira) a nascente; Avenida Vasco da Gama (troço posteriormente denominado de Avenida das Descobertas) e Rua B-M a poente. Célula C (32,1 ha) – Rua C-G a poente; Calçada do Galvão, Cemitério da Ajuda e Rua A-B-C-D-E a nascente; Rua G-J (actual Rua Gonçalves Zarco) a sul; Rua A-B-C-D-E a norte. Célula D – Avenida das Descobertas a nascente; parque florestal de Monsanto a poente.

hectares (Volume II Anexo 1.). Mas antes de avançarmos com a análise detalhada sobre cada uma destas “unidades mínimas de habitação”, deveremos chamar a atenção para o facto de somente depois de Alvalade (Faria da Costa, 1945-1948), do Restelo (GEU, 1954) e do Vale Escuro (Sommer Ribeiro e Bartolomeu Costa Cabral, 1957), o plano urbano de Olivais Sul³¹⁷ (GTH – Rafael Botelho, Carlos Duarte, Mário Bruxelas, Celestino de Castro e António Freitas, 1960) voltou a introduzir a designação de “Célula/Unidade de Habitação”. Como se verifica, as “inovações” que o arquitecto Francisco da Silva Dias³¹⁸ (n. 1930) defendeu terem sido apresentadas em Olivais Sul em relação à “estrutura da cidade”³¹⁹, haviam sido anteriormente aplicadas.

Diplomado em engenharia civil pela Universidade do Porto e em engenharia de tráfego pela *Mechanical Engineering University of Califórnia*, o especializado em tráfego³²⁰ engenheiro Ferreira do Nascimento muito provavelmente ter-se-á debruçado apenas sobre o estudo das vias de circulação. De facto, apesar das habitações e dos equipamentos terem sido cuidadosamente representados nos desenhos técnicos, os elementos escritos que acompanham este processo desenvolvem unicamente pontos relacionados com os arruamentos e circulação automóvel e pedonal, como podemos comprovar de seguida com a transcrição do respectivo índice:

³¹⁷ Plano urbano elaborado pelo Gabinete Técnico Habitação. Plano Base: José Rafael Botelho e Carlos Duarte; Planos parcelares: José Rafael Botelho, Mário Bruxelas, Celestino de Castro e António de Freitas. Edifícios de Habitação: Bartolomeu da Costa Cabral, Nuno Portas, Frederico George, Duarte Castel Branco, José Santa Rita, Victor Figueiredo, Vasco Croft de Moura e Manuel Taíinha. Projecto de urbanização, equipamento e espaços livres dirigido por José Rafael Botelho com os arquitectos Luís Vassalo Rosa, Eduardo Goulart de Medeiros, Francisco Figueira, Carlos Worm, Joel Santana e Joaquim Castro; com os engenheiros J. M. Pereira Gomes e João Guterres; e com os escultores Jorge Viana e António Alfredo.

³¹⁸ A memória descritiva do plano de urbanização de Olivais Sul foi publicada no Boletim do GTH (Nº 1, 1964). Um dos objectivos deste plano foi o de *estruturar as zonas residenciais com base no número de habitantes e estabelecer um quadro geral de equipamentos e serviços ajustados a quatro escalões: o Grupo Residencial reunindo entre 1200 a 2400 habitantes, a Unidade de Vizinhança de 4000 a 5800, a Célula de 9600b a 12000 e, finalmente, a Malha de 38400 a 48000*. Ver Francisco da Silva Dias e Tiago da Silva Dias, *Lisboa: Freguesia dos Olivais*, Lisboa, Guias Contexto, 1993, pp. 53.

³¹⁹ Idem. Op. cit., pp. 53.

³²⁰ Foi autor das obras de referência *Engenharia de Tráfego* (1963), *Aspectos do tráfego e estacionamento urbanos* (1965), *Benefícios económico-sociais das auto-estradas* (1968) e *Revisão do Plano Rodoviário* (1980). Membro associado do *Institut of Traffic Engineers* de Washington D.C. e Director do Gabinete de Planeamento e Programação da Junta Autónoma das Estradas.

- 1) *Características dos arruamentos*
 - 1.1. *Raio mínimo*
 - 1.2. *Curvas de transição*
 - 1.3. *Distância de visibilidade mínima*
 - 1.4. *Traineis*
 - 1.5. e 1.6. *Concordâncias Convexas*
 - 1.7. *Sobrelevações*
 - 1.8. *Sobrelarguras*
- 2) *Perfis transversais tipo dos arruamentos*
- 3) *Nós e Circulação*
- 4) *Estacionamento*
 - 4.1. *Estacionamento relativo aos blocos*
 - 4.2. *Estacionamento relativo aos centros de interesse colectivo*
- 5) *Paragem de Autocarros*
- 6) *Serventias dos blocos e caminhos de peões*
- 7) *Regularização do terreno*
- 8) *Esgotos*
- 9) *Trabalhos a executar*
 - 9.1. *Terraplanagens*
 - 9.2. *Pavimentos*
 - 9.3. *Drenagens*
- 10) *Orçamento*³²¹

Como indicado na memória descritiva, Ferreira do Nascimento terá procurado respeitar os *princípios e a orientação definidos no estudo base elaborado pelo Gabinete de Estudos de Urbanização*³²², o que significa que **entre os planos urbanos apresentados por Faria da Costa (2ª fase) e Ferreira do Nascimento, terá existido um plano por parte do Gabinete de Estudos de Urbanização datado provavelmente de (cerca de) 1954**³²³. Desconhecemos porém quem fez parte desta equipa, no entanto valerá a pena chamar a atenção para o facto de **Pedro Falcão e Cunha**³²⁴ (Lisboa, n.

³²¹ Ver *Urbanização da Encosta do Restelo – 2ª Fase, Células A, B, C e D*, In Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Arco do Cego, Código de Referência: PT/AMLIS/AL/CMLSB/UROB-PU/10/233 – Cota: 167; Localização: AC.00.A.08.01.140.

³²² Idem, pp. 4.

³²³ Importa referir que chegámos a esta data pelo facto de Gonçalo Ribeiro Telles ter sido convidado a colaborar com o Gabinete de Estudos de Urbanização em 1954, para desenvolver o “Projecto de Ordenamento Paisagístico – I Fase” (1956) no Restelo.

³²⁴ Pedro Falcão e Cunha formou-se pela Escola Superior de Belas Artes de Lisboa (c. 1953), foi responsável pelo projecto urbanístico e arquitectónico promovido pela Sociedade Nova Oeiras, Lda. (1953-1961) realizado em parceria com Cristino da Silva e ao serviço da Câmara Municipal de Oeiras, pelo plano de urbanização do vale de Algés (1959).

1922) e **José Aleixo de França Sommer Ribeiro**³²⁵ (Lisboa, 1924-2006), enquanto funcionários deste gabinete (Volume II Anexo 6.), terem sido os arquitectos responsáveis pelo **Reajustamento da 2ª Fase da Encosta do Restelo (1959)** como iremos analisar em pormenor mais à frente nesta investigação. Saliente-se a diferença entre a categoria dos intervenientes no desenvolvimento deste plano urbano; enquanto no plano de urbanização da encosta da ajuda foi Faria da Costa e alguns funcionários da Câmara que desenvolveram o projecto e os seus pormenores tipo, passados quase vinte anos, vemos um engenheiro de tráfego a desenvolver o traçado das vias para, em colaboração com os arquitectos do Gabinete de Estudos de Urbanização, se trabalhar sobre o plano.

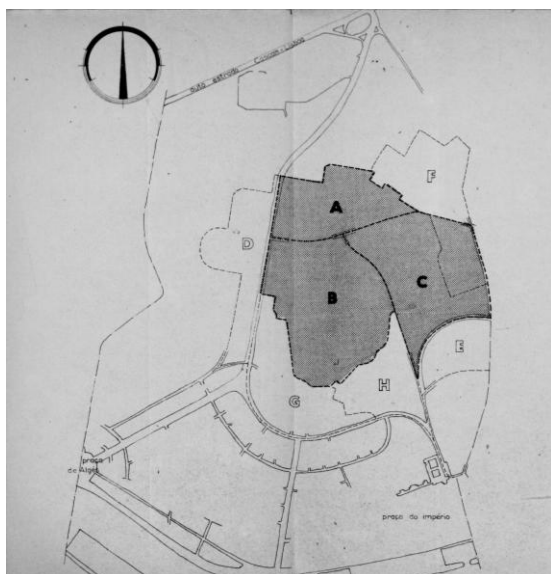


Fig. 1.2.2. Planta de divisão das células do bairro do Restelo³²⁶



Fig. 1.2.3. Planta de Apresentação: Célula B, Projecto de Urbanização do Restelo – II Fase, 1957³²⁷

³²⁵ José Aleixo Sommer Ribeiro ingressou na Escola de Belas Artes de Lisboa em 1942 onde se diplomou em 1951. Entre outros cargos que ocupou, foi director do Centro de Arte Moderna José de Azeredo Perdigão (1983-1994) e director da Fundação Arpad Szenes – Vieira da Silva (1994). Sommer Ribeiro foi com Manuel Silveira Ramos e Bartolomeu da Costa Cabral co-autor do Plano de Urbanização do Vale Escuro (1957).

³²⁶ In *Urbanização da Encosta do Restelo – Reajustamento da 2ª Fase*, In Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Arco do Cego, Código de Referência: PT/AMLIS/AL/CMLSB/UROB-PU/10/234 – Cota: 167 A, Código de Localização: AC.00.A.08.01.141, pp. 2.

³²⁷ In *Urbanização da Encosta do Restelo – 2ª Fase, Células A, B, C e D*, In Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Arco do Cego, Código de Referência: PT/AMLIS/AL/CMLSB/UROB-PU/10/233 – Cota: 167; Localização: AC.00.A.08.01.140, pp. 240.

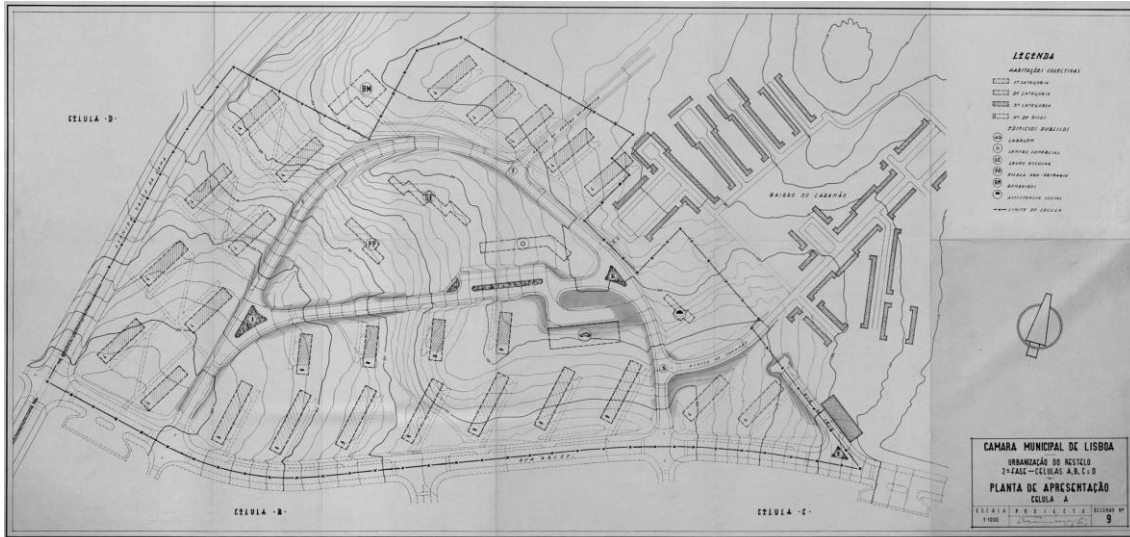


Fig. 1.2.4. Planta de Apresentação: Célula A, Projecto de Urbanização do Restelo – II Fase, 1957³²⁸

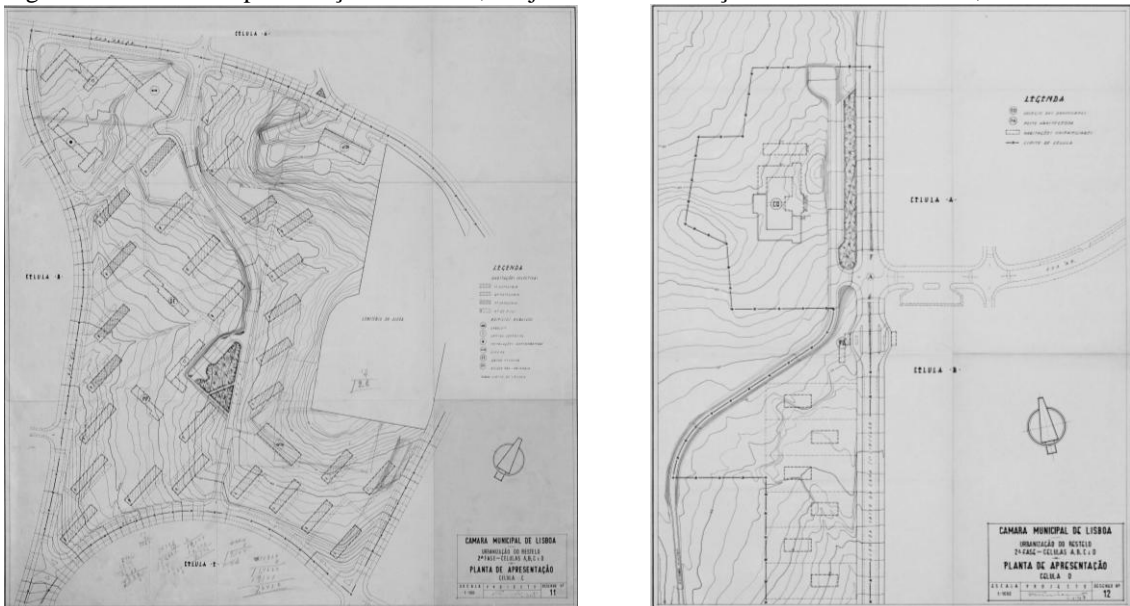


Fig. 1.2.5. Planta de Apresentação: Célula C, Projecto de Urbanização do Restelo – II Fase, 1957³²⁹

Fig. 1.2.6. Planta de Apresentação: Célula D, Projecto de Urbanização do Restelo – II Fase, 1957³³⁰

³²⁸ In *Urbanização da Encosta do Restelo – 2ª Fase, Células A, B, C e D*, In Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Arco do Cego, Código de Referência: PT/AMLIS/AL/CMLSB/UROB-PU/10/233 – Cota: 167; Localização: AC.00.A.08.01.140, pp. 239.

³²⁹ Idem, pp. 241.

³³⁰ Idem, pp. 242.

Como se pode constatar na figura 1.2.7., em meados da década de 50 do século XX grande parte dos terrenos a norte da Rua de Alcolena tinham sido alienados e um número considerável de moradias (células D e G) encontrava-se em fase de construção, bem como o estádio do clube de futebol “os Belenenses” (célula H). Apesar de esta intervenção urbana não ser tão ambiciosa como a pensada inicialmente por Duarte Pacheco e não ter respeitado o plano do bairro residencial da encosta da Ajuda – 2ª fase que havia sido apresentado por Faria da Costa em 1953, vê-se naturalmente condicionada a ele, nomeadamente como “preexistência” dado que parte dos terrenos onde vem a intervir haviam sido expropriados para a expansão da malha urbana para norte. Por esta altura a cidade de Lisboa vivia um considerável aumento populacional, fruto da migração do meio rural para as grandes cidades em busca de trabalho nos novos pólos industriais. Como veremos mais à frente nesta investigação, nesta fase de urbanização do Restelo procurar-se-á o aumento da densidade populacional através da densificação da construção em altura. Assim se dá a (prevista) “massificação” dos edifícios de habitação multifamiliar em substituição das moradias unifamiliares. Certamente que o uso generalizado do betão armado veio possibilitar o aumento do número de pisos nos edifícios de habitação (e escritórios) e a consequentemente mecanização dos acessos verticais viu o uso de elevadores estender-se por diversas construções no país.

Depois da morte de Duarte Pacheco instalou-se o laxismo institucional e a Câmara Municipal de Lisboa começou a justapor processos especulativos. Na verdade, depois da “Experiência das Avenidas João XXI, Paris e Praça Pasteur”, cujo plano urbano foi também da autoria de Faria da Costa (Areeiro 1938), a revista *Arquitectura* reclamava a intervenção do arquitecto manifestando que *são já impossíveis as ruazinhas e os largos pitorescos e acabaram-se os conventos, os palácios e os chafarizes como fulcros da riqueza e da qualidade arquitectónica da cidade. Esse nível e essa qualidade*

– indispensáveis a uma capital – têm de ressaltar agora dos edifícios comuns, dos próprios prédios de rendimento que ladeiam mais de 80% das ruas de Lisboa³³¹.



Fig. 1.2.7. Vista aérea do bairro do Restelo, década de 50 do século XX³³²

Deste modo perante a continuidade na necessidade de fogos habitacionais, muito provavelmente influenciados pelos temas discutidos nos **Congressos Internacionais da Arquitectura Moderna** (CIAM 1928-1930), nomeadamente no **III CIAM** (Bruxelas, 1930) onde como referiu Michel Toussaint, Walter Gropius *apresentou o resultado de uma investigação laboratorial acerca da altura dos edifícios de habitação colectiva*³³³ na conferência intitulada *Construção horizontal, vertical ou de altura intermédia?* – a ideia de alojar a maioria da população em residências unifamiliares não passa seguramente, face ao estado actual das coisas, de uma utopia³³⁴ – e no **IV CIAM**

³³¹ Ver “A Experiência das Avenidas João XXI, Paris e Praça Pasteur”, *Arquitectura*, Lisboa, Nº 45, Novembro 1952, pp. 11.

³³² In Arquivo do Gabinete de Estudos Olisiponenses, Palácio Beau Sejour, Cota: MP 824 CMLEO.

³³³ Ver Michel Toussaint Alves Pereira, *Da Arquitectura à Teoria e o Universo da Teoria da Arquitectura em Portugal na primeira metade do século XX*, Dissertação de Doutoramento em Teoria da Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, 2009, pp. 318.

³³⁴ Ver Walter Gropius, *Construção horizontal, vertical ou de altura intermédia?* In *Architecture et société*, Paris, Éditions du Linteau, 1995, citado em José Manuel Rodrigues (coord.), *Teoria e Crítica de*

(Atenas, **1933**) do qual resultou a **Carta de Atenas**, os técnicos da Câmara Municipal de Lisboa – urbanistas, arquitectos, paisagistas e engenheiros –, responsáveis pela modernização dos diversos planos de urbanização, dão início a um período onde o bloco de habitação colectiva em altura se sobrepõe à moradia unifamiliar.

Que se levem em linha de conta as possibilidades das técnicas modernas para a construção das edificações altas...

Cada época empregou para as suas construções a técnica que lhe era imposta pelos seus recursos particulares.

Até ao século XIX, a arte de construir casas não conhecia senão as paredes mestras de pedra ou de tijolo ou os tabiques de madeira e pavimentos feitos com vigas de madeira.

No século XIX um período intermédio registou os ferros perfilados; depois, vieram enfim, no século XX, as construções homogéneas, todas em aço ou cimento armado.

Antes desta inovação perfeitamente revolucionária na história da construção das casas, os construtores não podiam elevar sem perigo um imóvel acima dos seis andares. O tempo presente não conhece já estes limites e pode atingir já os sessenta e cinco andares.

*Resta determinar, por um exame sério dos problemas urbanos, qual a altura que convém mais a cada caso particular*³³⁵.

Na verdade, sabe-se que apesar da Carta de Atenas ter sido publicada pela primeira vez em francês em **1941** – *La Charte d'Athènes* –, em Portugal esta foi traduzida pelos arquitectos **Celestino de Castro** (n. 1922) e **Francisco Castro Rodrigues** (n. 1923) em meados da década de 40 e divulgada pela revista *Arquitectura*³³⁶ em **1948**, muito embora **Nuno Teotónio Pereira** (n. 1922) e **Manuel Costa Martins** (1922-1995) tenham difundido as suas conclusões na revista *Técnica*³³⁷ logo em **1944**. Mas o princípio corbusiano de concentrar em altura habitação, comércio, escritórios e serviços para libertar a área envolvente para a criação de espaços verdes e

Arquitectura do Século XX, Lisboa, Caleidoscópio e Ordem dos Arquitectos, Secção Regional Sul, 2010, pp. 185.

³³⁵ Ver “A Carta de Atenas”, *Arquitectura*, Lisboa, Nº 25, Julho 1948, pp. 20.

³³⁶ Ver *Arquitectura*, Lisboa, Nº 20 a 27, Janeiro a Dezembro de 1948. Os números 23 a 27 foram organizados pelos arquitectos Joaquim Bento d’Almeida (1918-1997), Manuel Barreira (1916-1967) e Victor Palla (1922-2006).

³³⁷ Ver “A Arquitectura e a Engenharia na Construção”, *Técnica*, Lisboa, Instituto Superior Técnico, Nº 138, Maio 1942; “As Necessidades Colectivas e a Engenharia”, *Técnica*, Lisboa, Instituto Superior Técnico, Nº 142, Dezembro 1943 e Nº 143, Janeiro 1944.

de lazer (Fig. 1.2.8.) concretizou-se efectivamente na Unidade de Habitação de Marselha (Le Corbusier, 1945-1952) que entretanto havia sido construída, causando impacto e reflexo na obra de grande parte dos arquitectos³³⁸ portugueses na medida em que para além de ter sido divulgada *em fragmentos-comentários* n' *O Diabo*³³⁹ e na revista *Arquitectura*³⁴⁰, à época dirigida por Alberto José Pessoa (1919-1985) e cujo número foi organizado por Francisco Castro Rodrigues³⁴¹ (n. 1920), foram muitos os que se deslocaram aquele local para ver de perto a *Unité d'Habitation de grandeur conforme*. Entre a geração mais nova, como testemunhou Ana Tostões³⁴², contam-se Formosinho Sanches (1922-2004), Ruy Athouguia (1917-2006), Celestino de Castro (1920-2007), Nuno Teotónio Pereira (n. 1922), Raul Chorão Ramalho (1914-2002), Fernando Távora (1923-2005) e José Carlos Loureiro (n. 1925), mas o espólio de Cristino da Silva (1896-1976) demonstra que este arquitecto modernista – pertencente a uma “geração de compromisso”³⁴³ segundo Pedro Vieira de Almeida – também ali se deslocou logo em 1953³⁴⁴, bem como Nadir Afonso (n. 1920), “arquitecto na

³³⁸ Embora Francisco Castro Rodrigues tenha testemunhado que na Escola de Belas Artes de Lisboa, *só no terceiro ano é que comecei a perceber quem era Le Corbusier. Até era proibido falar dele...* Ver Eduarda Dionísio, *Um Cesto de Cerejas. Francisco Castro Rodrigues: Conversas, Memórias, Uma vida*, Lisboa, Casa da Achada, 2010, pp. 52.

³³⁹ Ver “Movimento de Ideias”, *O Diabo*, Lisboa, 24/6/1939, citado por Margarida Acciaiuoli em *Os anos 40 em Portugal. O País, o Regime e as Artes*, Lisboa, Dissertação de Doutoramento em História da Arte Contemporânea apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1991, pp. 317.

³⁴⁰ Ver Le Corbusier, “Unidade de Habitação em Marselha”, In *Arquitectura*, Lisboa Nº 50-51, Novembro-Dezembro 1953, pp. 4-7.

³⁴¹ A propósito do Nº 50/51 (Novembro/Dezembro 1953) da revista *Arquitectura*, o arquitecto Francisco Castro Rodrigues recebeu uma carta de Le Corbusier (datada de 03/05/1954) que diz o seguinte: *De regresso de uma viagem, encontro a sua carta de 3 de Abril de 1954 e a sua revista de Arquitectura. O espírito dela é excelente. Desejo-lhe o maior êxito. O que significa que terá de ter uma energia incansável, não durante 6 meses mas durante 60 anos. É muito encorajante; tem tempo à sua frente!* Ver Eduarda Dionísio, *Um Cesto de Cerejas. Francisco Castro Rodrigues: Conversas, Memórias, Uma vida*, Lisboa, Casa da Achada, 2010, Nota de rodapé Nº 8, pp. 206.

³⁴² Ver Ana Tostões, *Os Verdes Anos na Arquitectura Portuguesa dos anos 50*, Porto, FAUP Publicações, 1997, nota de rodapé Nº 218, pp. 215.

³⁴³ Ver Pedro Vieira de Almeida e José Manuel Fernandes, “A Arquitectura Moderna”, In AAVV, *História da Arte em Portugal*, vol. 14, Lisboa, Publicações Alfa, pp. 112.

³⁴⁴ Nomeadamente através do material fotográfico que recolheu, hoje ao cuidado do Arquivo de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian. Para informações mais detalhadas ver *Bloco Residencial Unidade de Habitação Le Corbusier, Marselha*, Cota: LCSM 245.

modernidade do seu tempo” (como classificou Michel Toussaint³⁴⁵) que precocemente abandonou a arquitectura para se dedicar em exclusivo à pintura mas que à época, colaborava no *atelier* de Le Corbusier, nomeadamente no projecto daquela obra³⁴⁶ (Fig. 1.2.9.). Como afirmou Nuno Portas – arquitecto que se diz “um pouco anticorbusiano”³⁴⁷ –, Le Corbusier *teve o grande sonho que iam fazer o seu modelo e acabou por ter apenas um edifício – o famoso bloco de Marselha ainda de pé, monumento da arquitectura moderna, mas impossível fazer por um país fora*³⁴⁸. Ficam no entanto por se saber que conclusões cada um destes arquitectos tirou com esta visita e que influência veio a ter na vida profissional de cada um.



Fig. 1.2.8. Esquema funcional da cidade moderna, Le Corbusier, 1929-1930³⁴⁹

Fig. 1.2.9. Olek Kujawski, Iannis Xenakis, Nadir Afonso e as respectivas companheiras visitam o bloco habitacional de Marselha, 1950³⁵⁰

Mas se é a Paris que Le Corbusier “deve a concepção do mundo”³⁵¹ (Peter Hall, 1988) porque é que teve tanto impacto em Portugal? E porque é que os seus escritos

³⁴⁵ Ver Michel Toussaint Alves Pereira, “Nadir Afonso e a Arquitectura”, In Adelaide Ginga (Coord.), *Nadir Afonso – Sem Limites*, Lisboa, Museu do Chiado, 2010, pp. 34.

³⁴⁶ Nadir Afonso e Iannis Xenakis foram os responsáveis pelo desenho da casa de recolha do lixo doméstico do bloco habitacional de Marselha (1952), sob supervisão do arquitecto Wogenscky. Sobre este assunto ver Iannis Xenakis, *Musique de l'architecture*, Marseille, Éditions Parenthèses, 2006, pp. 45.

³⁴⁷ Ver Nuno Portas, *Revista Única*, Expresso Nº 2032, 8/10/2011, pp. 48.

³⁴⁸ Idem, op. cit., pp. 48.

³⁴⁹ In Leonardo Benévolo, *Historia de la arquitectura moderna*, Barcelona, Gustavo Gili, 2007, pp. 545.

³⁵⁰ In Adelaide Ginga (Coord.), *Nadir Afonso – Sem Limites*, Lisboa, Museu do Chiado, 2010, pp. 247.

³⁵¹ Ver Peter Hall, *Cidades do Amanhã: uma história intelectual do planeamento e do projecto urbanos do século XX* (tradução Pérola de Carvalho), São Paulo, Perspectiva, 2009, pp. 244.

foram seguidos por tantos arquitectos portugueses? Se é verdade que foram muitos os seus simpatizantes, também é verdade que anos mais tarde alguns foram os que manifestaram “indignação” em relação a este *teorizador definido entre os grandes mestres do pensamento estético do nosso tempo*³⁵² (Pedro Vieira de Almeida, 1965) ou um indivíduo com *temperamento de relojoeiro suíço e pintor abstracto, maníaco da codificação e propagandista de extraordinária versatilidade*³⁵³ (Bruno Zevi, 1950). Mas não cabe a este subcapítulo uma reflexão crítica em torno da Carta de Atenas, indiscutivelmente, por esta altura ela era a “bíblia” dos arquitectos Modernos (ou o “catecismo urbanístico”³⁵⁴ segundo Nuno Portas) e como veremos no subcapítulo que se segue, em Portugal, somente em meados da década de 60 é que foi alvo de “reprimendas” e interrogações. Como veio a escrever Nuno Portas em 1965, *por muitas e diversas razões este homem deixou de ter novos sequazes e perdeu aquela admiração beata ou mítica que lhe rendiam os que não se apercebem do fácil consumo de um formulário igualmente fácil, mas a que chamamos honesto, quando se perde o sentido de permanente investigação-criação ao ritmo da mudança da própria realidade*³⁵⁵. Naturalmente Raul Lino não poderia deixar passar despercebida a sua opinião relativamente aos “arquitectos Modernos” e à arquitectura por eles praticada, por isso mesmo publicou em 1952 no *Diário Popular* um artigo crítico a um texto de Bruno Zevi publicado na revista *Metron*. Raul Lino afirma ali que os ‘modernos’ *deviam saber que a Arquitectura digna deste nome não se transforma nem surge de um dia para o outro e por força de especulações ainda as mais subtis. Deviam ter a elegância de saber esperar e de reconhecer que a salvação da Arquitectura não pode provir de um Sr. Corbusier nem do funambulesco Sr. F. Lloyd Wright do Sr. Mendelsohn nem que qualquer outro saltimbanco da Arquitectura*³⁵⁶.

³⁵² Ver Pedro Vieira de Almeida, “Le Corbusier – Um arquitecto coerente”, *Colóquio*, Lisboa, Nº 35, 1965, pp. 14.

³⁵³ Ver Bruno Zevi, *Storia dell'Architettura Moderna*, Turim, 1950, citado em Pedro Vieira de Almeida, “Le Corbusier – Um arquitecto coerente”, *Colóquio*, Lisboa, Nº 35, 1965, pp. 14.

³⁵⁴ Ver Nuno Portas, “Actualidade de Le Corbusier”, *Arquitectura*, Lisboa, Nº 89-90, Dezembro 1965, pp. 143.

³⁵⁵ Idem, pp. 144.

³⁵⁶ Ver Raul Lino, “O sensacionalismo e o gigantismo na arquitectura moderna”, *Diário Popular*, 22/5/1952.

Mas se a dado momento a opção foi a de que todos morassem “uns por cima dos outros”, em prédios elevados – *Unités* –, então é certo que Le Corbusier, como afirmara Vieira de Almeida, *não está de todo isento de culpa da profunda irritação que a sua actividade suscita [...], nomeadamente pela] maneira despegada, até aristocrática, com que Corbusier pensa poder organizar a sociedade, uma sociedade obrigatória e programaticamente feliz e radiosa*³⁵⁷. Mas se compararmos o (des)ordenamento do território (também português), então provavelmente iremos melhor compreender a vontade de Le Corbusier e dos seus seguidores na medida em que, “regradamente”, foi preciso exigir: [...] *que os bairros de habitação ocupem de ora avante no espaço urbano as melhores localizações, tirando partido da topografia, levando em conta o clima, dispondo da exposição ao Sol mais favorável e de superfícies verdes adequadas. [...] que implantadas a grande distância umas das outras (as construções) libertem o solo em favor de amplas superfícies verdes. [...] que estas novas superfícies verdes sirvam fins nitidamente definidos: que tenham jardins para crianças, escolas, centros de juventude e todos aqueles edifícios de uso comunitário intimamente ligados à habitação. [...] que as vias de circulação sejam classificadas de acordo com a sua natureza e construídas em função dos veículos e das suas velocidades. [...] que a implantação dos edifícios de habitação se liberte do alinhamento imposto pelas vias de trânsito motorizado interno. [...] que o peão possa seguir caminhos diferentes dos do automóvel. [...] que as zonas de verdura isolem, em princípio, o leito das vias de grande circulação*³⁵⁸. Em suma, procurou-se a separação entre a habitação e a circulação (pedonal e automóvel) e que os espaços verdes ocupassem as áreas livres deixadas entre e sob os edifícios, bem como as suas coberturas, planas e visitáveis (em terraço-jardim), ambicionando oferecer melhores condições de vida para todos os habitantes da cidade.

Para os jovens arquitectos portugueses de então, os temas discutidos nos CIAM e consequentemente as suas conclusões eram “sagradas”. Como afirmou Michel

³⁵⁷ Pedro Vieira de Almeida, “Le Corbusier – Um arquitecto coerente”, *Colóquio*, Lisboa, Nº 35, 1965, pp. 14.

³⁵⁸ Ver *Carta de Atenas*, citado em Francisco da Silva Dias e Tiago da Silva Dias, *Lisboa: Freguesia dos Olivais*, Lisboa, Guias Contexto, 1993, pp. 46.

Toussaint, o livro *Space Time and Architecture* (1941) de Siegfried Giedion, membro fundador dos CIAM, tendo acompanhado toda a sua duração desde 1928 (*La Sarraz*) até à carta de resposta (1960/61) à declaração de morte dos CIAM proclamada em 1959 (Otterlo), [...] tornou-se leitura obrigatória em muitas escolas de Arquitectura [³⁵⁹] e teve um sucesso editorial sem precedentes no campo da Arquitectura³⁶⁰. Mas outras publicações chegavam até estes jovens e o entusiasmo juvenil pelos CIAM e Corbu³⁶¹ poderia ser sustentado com a aquisição de livros que podiam ser comprados durante a guerra na Bulcholz da Avenida³⁶², como testemunhara o arquitecto Nuno Teotónio Pereira. Facto é que em meados da década de 50 do século XX o “urbanismo dos tempos modernos”³⁶³ foi seguido pelos arquitectos portugueses recém-diplomados ou cuja vida profissional começava a prosperar, apesar de Viana de Lima (1913-1991) – arquitecto fundador da ODAM (Organização dos Arquitectos Modernos, Porto, 1947-1952) –, num dos encontros preparatórios para os congressos dos CIAM ter chamado a atenção para o facto da *arquitectura moderna em Portugal ser constrangida pelo governo*³⁶⁴. Outro exemplo da admiração dos arquitectos portugueses pelos responsáveis pelo Movimento Moderno foi testemunhado por Victor Palla (1922-2006) e Joaquim Bento d’Almeida (1918-1997) numa carta dirigida ao director do *Diário Popular* a propósito do polémico artigo que Raul Lino publicara naquele periódico³⁶⁵.

³⁵⁹ Segundo Michel Toussaint em Portugal, deste historiador, apenas se publicou *Architektur und Gemeinschaft* sob o título *Arquitectura e Comunidade* presumivelmente no final da década de 50 do século XX. Ver Michel Toussaint Alves Pereira, *Da Arquitectura à Teoria e o Universos da Teoria da Arquitectura em Portugal na primeira metade do século XX*, Dissertação de Doutoramento em Teoria da Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, 2009, pp. 78.

³⁶⁰ Ver Michel Toussaint Alves Pereira, op. cit., pp. 78.

³⁶¹ Ver Nuno Teotónio Pereira, “Um testemunho Pessoal”, In Ana Tostões (coord.), *Arquitectura e Cidadania. Atelier Nuno Teotónio Pereira*, Lisboa, Centro Cultural de Belém, 2004, pp. 46.

³⁶² Ver Nuno Teotónio Pereira, op. cit., pp. 46.

³⁶³ Ver “A Carta de Atenas”, *Arquitectura*, Nº 20, Julho 1948, pp. 23.

³⁶⁴ Tradução feita pela autora. Versão original: *modern architecture in Portugal was constrained by government*. Ver Eric Mumford, *The CIAM Discourse on Urbanism, 1928-1960*, Cambridge, Massachusetts; London, England, The MIT Press, 2000, pp. 223.

³⁶⁵ Ver Raul Lino, “O sensacionalismo e o gigantismo na arquitectura moderna”, *Diário Popular*, 22/5/1952.

Que o Senhor Arquitecto Raul Lino me perdoe o duvidar se saberá em que princípios se fundamenta a moderna Arquitectura; se saberá da existência dos vários congressos do CIAM (Congresso Internacional da Arquitectura Moderna), ou da UIA (União Internacional dos Arquitectos); se já teria alguma vez, por acaso, ‘chegado às suas mãos’ alguma edição da conhecida ‘Carta de Atenas’, maravilhoso trabalho elaborado pelos maiores arquitectos modernos de todo o Mundo e onde se fixaram os princípios da moderna Arquitectura e Urbanismo); se conhece alguma coisa das obras de Le Corbusier, de Frank Lloyd Wright, de Richard Neutra, de Niemeyer ou Lúcio Costa, de Alfred Roth e tantos outros criadores de beleza, cujas obras o mundo inteiro já consagrou há muito³⁶⁶.

Importa referir que ao *atelier* desta dupla de arquitectos, pertencente à mesma geração que Falcão e Cunha e Sommer Ribeiro, chegavam (por assinatura) revistas de todo o mundo³⁶⁷, o que revela que estes profissionais estavam informados não só pelos periódicos nacionais que inevitavelmente publicavam com uma certa *décalage* os mais importantes artigos e projectos realizados no exterior, mas também por periódicos estrangeiros que chegavam (aproximadamente) por altura do seu lançamento³⁶⁸.

Assim, para o Restelo, retomando os princípios urbanísticos da Carta de Atenas e de Le Corbusier – *o Urbanismo é também em altura* –, procurou-se que a nova zona habitacional se fizesse com base na concentração da habitação em altura, em blocos soltos e independentes, aliviando o espaço envolvente para a criação de espaços verdes. Desconhece-se porém se estes blocos foram ou não pensados para serem elevados em pilotis de forma a libertar o espaço inferior para vivência dos moradores e habitantes da cidade, como foi anteriormente edificado por exemplo em Alvalade, onde

³⁶⁶ Ver Carta de Victor Palla ou Joaquim Bento d’Almeida dirigida ao director do *Diário Popular*, 27/5/1952, In Patrícia Bento d’Almeida, *Victor Palla e Bento d’Almeida. Obras e Projectos de um Atelier de Arquitectura, 1946-1973*, Dissertação de Mestrado em História da Arte Contemporânea apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2006, Volume II, Anexo XIV, pp. 605-606.

³⁶⁷ Nomeadamente: *Interiors*, *The Architectural Review*, *Architectural Record* (EUA); *Sinkentiku* (Japão); *Architecture de Lumière*, *Architecture d’Aujourd’hui* (França); *Arquitectura Aérea y antiaérea*, *Hogar y Arquitectura* (Espanha); *Arquitectura e Engenharia* (Brasil). Dados fornecidos pela consulta ao espólio do *atelier* dos arquitectos Victor Palla e Joaquim Bento d’Almeida.

³⁶⁸ Numa entrevista concedida a Victor Neves e Renata Amaral o arquitecto Formosinho Sanches também nos revelara que *assinava as revistas que havia na época: Architecture d’Aujourd’hui e todas as outras, que não eram muitas. Ainda as tenho, aliás. Começaram a despertar-me para uma arquitectura que não era aquela que se fazia na escola, nem aquela que me ensinaram*. Ver Victor Neves e Renata Amaral, “Formosinho Sanches. O arquitecto do rigor”, *arq./a*, Nº 2, Julho/Agosto 2000, pp. 24.

os arquitectos Formosinho Sanches (1922-2004) e Rui Jervis d’Athouguia (1917-2006) projectaram o denominado Bairro das Estacas (1953) integrado na célula 8 do plano da zona a Sul da Avenida Alferes Malheiro e que, contrariando o previsto por Faria da Costa, propuseram à Câmara Municipal de Lisboa *desprezar os blocos de topo, abrir os quarteirões e fazer apenas quatro blocos sobre um jardim*³⁶⁹. Foram ainda contemplados alguns equipamentos essenciais à consolidação de um bairro habitacional para que este pudesse vir a usufruir de uma certa autonomia socioeconómica, o que não significa que com esta medida deixasse de estar integrado na cidade. Como veremos mais adiante nesta investigação, a solução urbanística projectada assemelha-se à também experimentada no plano de urbanização de Olivais Norte³⁷⁰ (1955-1958, Fig. 1.2.10.) pela mão dos arquitectos Pedro Falcão e Cunha e José Sommer Ribeiro.

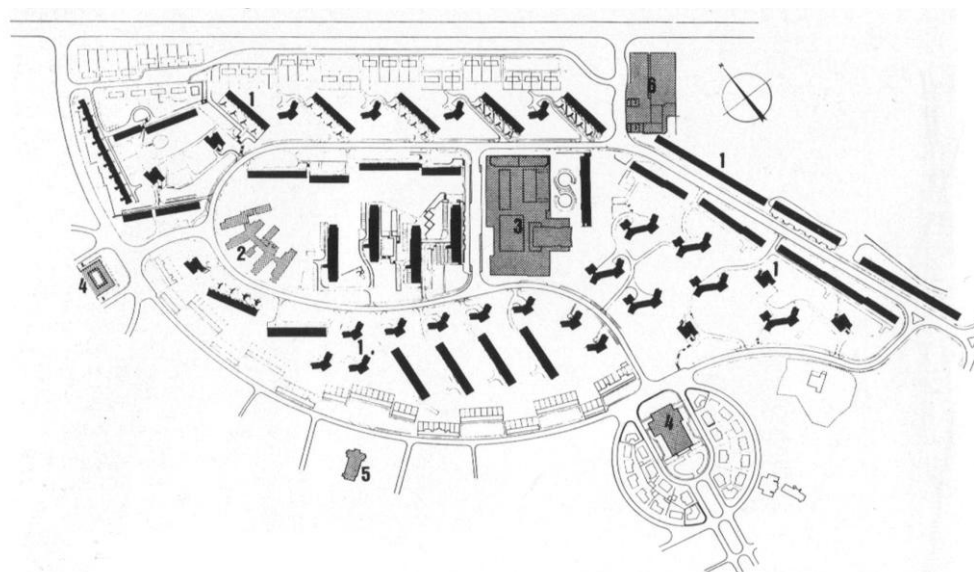


Fig. 1.2.10. Plano de urbanização de Olivais Norte, Gabinete de Estudos de Urbanização da Câmara Municipal de Lisboa, 1955-1958³⁷¹

³⁶⁹ Ver Sebastião Formosinho Sanches, In Pedro Pacheco, *Entrevista a Sebastião Formosinho Sanches*, In Joaquim Oliveira Caetano (Coord.), *A Utopia e os pés na Terra*. Gonçalo Ribeiro Telles, Museu de Évora, CML e Museu Municipal de Coruche, 2003, pp. 156.

³⁷⁰ Plano Urbano elaborado pelo GEU da Câmara Municipal de Lisboa, com Pedro Falcão e Cunha e Sommer Ribeiro. Arranjo Paisagístico de Ponce Dentinho; Edifícios de Habitação de Pedro Cid, Fernando Torres, Braúla Reis, João Matoso, Nuno Teotónio Pereira, António Freitas, Pires Martins e Palma de Melo; Escola Primária de Victor Palla e Bento d’Almeida.

³⁷¹ In http://infohabitar.blogspot.pt/2008_02_10_archive.html

Ao analisarmos célula por célula (Fig. 1.2.11.), verificamos que se adoptou o princípio da concentração dos equipamentos e serviços para que a restante área fosse libertada para a edificação da habitação e das vias de circulação que oferecem redes de trânsito hierarquizadas e independentes das destinadas aos peões. Na verdade, até à data eram poucos ou quase inexistentes os exemplos projectados e construídos em Lisboa que haviam classificado por ordem as vias de trânsito, separando-as e projectando as destinadas aos peões independentes das destinadas aos veículos automóveis. Um artigo publicado na revista *Arquitectura Portuguesa e cerâmica e edificação* chegou a enfatizar tal facto em 1954 – *tantos anos após a Carta de Atenas ainda não se viu em Lisboa fazer a distinção entre o trânsito automobilístico e o de peões*³⁷² – esquecendo-se do Bairro das Estacas (Formosinho Sanches e Rui d’Athouguia, 1949) e do conjunto habitacional da Avenida Infante Santo (Alberto Pessoa, Hernâni Gandra e João Abel Manta, 1947-1950). Quanto às características técnicas dos arruamentos do bairro do Restelo, verificamos que o projecto propõe que as vias principais envolvessem cada célula, permitindo o rápido acesso a esta para quem entra e sai do bairro mas ao mesmo tempo, isolando a célula na medida em que o seu atravessamento pedonal se faria com dificuldade; as vias secundárias, em curva para abrandamento da velocidade (que se pretendia que rondasse os 40 km/h³⁷³), circundam os equipamentos; e as terciárias fariam o acesso aos edifícios de habitação, afastando-as do ruído e da poluição (Fig. 1.2.12.).

Como se verifica na célula A, situada na parte mais a norte do conjunto, são propostos três equipamentos – grupo escolar, escola pré-primária e centro comercial – localizados no centro da célula e abraçados por um importante eixo viário. Quanto à célula B, localizada no meio (“coração”) do bairro, esta contempla no seu centro uma igreja, um pequeno centro cultural e um novo centro comercial – outrora também previstos por Faria da Costa, embora no lugar do centro cultural se tivesse pensado num

³⁷² Ver “Habitações Colectivas. Alvalade”, *A Arquitectura Portuguesa e Cerâmica e edificação*, Lisboa, Nº 7, Julho-Dezembro 1954, pp. 6.

³⁷³ Ver *Urbanização da Encosta do Restelo – 2ª Fase, Células A, B, C e D*, In Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Arco do Cego, Código de Referência: PT/AMLIS/AL/CMLSB/UROB-PU/10/233 – Cota: 167; Localização: AC.00.A.08.01.140, pp. 4-5.

centro de diversões –, equipamentos de interesse colectivo, cujo acesso foi estudado para que os habitantes de todas as células os acessem com facilidade, evitando que se deslocassem para outras zonas da cidade para usufruírem dos serviços que ali poderiam ser oferecidos, como veio a acontecer com o não cumprimento do que havia sido previsto por Faria da Costa no projecto do bairro de casas económicas do Restelo (1947), onde não foi construído o centro cultural. Repare-se que dividindo a célula B em duas outras de menor dimensão, encontramos no interior das zonas habitacionais as unidades escolares (grupo escolar e escola pré-primária) que longe dos principais eixos viários, servem com segurança as crianças tendo em consideração a distância que esta pode percorrer a pé para chegar ao seu local de ensino. Constatamos ainda que na célula C as escolas (grupo escolar e escola pré-primária) bem como um centro comercial estão também localizadas na zona central da célula e quanto aos restantes equipamentos (cinema) e serviços (zona administrativa e centro comercial), estes seriam implantados a norte (e poente), de modo a estarem mais próximo do arruamento principal e das vizinhas células A e B. Por fim, ressalte-se ainda o facto de todas as células contemplarem a existência de garagens e da célula A, a norte, numa das extremidades e já fora dos seus limites, considerar ainda a presença de uma central para bombeiros.

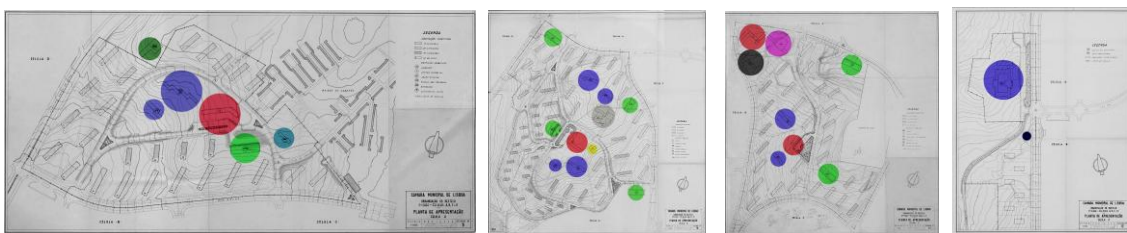


Fig. 1.2.11. Indicação dos equipamentos nas células A, B, C e D.

Igreja;
 Assistência Social;
 Bombeiros;
 Centro Cultural;
 Garagem;
 Cinema;
 Escolas;
 Centro Comercial;
 Inst. Administrativas;
 Posto de Abastecimento

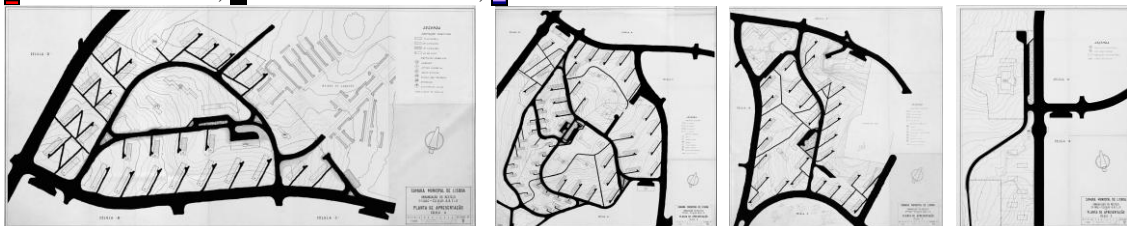


Fig. 1.2.12. Hierarquização das vias de circulação nas Células A, B, C e D

No que diz respeito aos espaços exteriores públicos, a “rua tradicional” desaparece, ou seja, os edifícios deixam de ser implantados de modo a estarem alinhados em relação à via de circulação para, como “exigido” na Carta de Atenas e como referimos anteriormente, passarem a ser conjuntos de edifícios dispostos em “fila” – *unidades de habitação dispostas em ordem contínua*³⁷⁴ (Cristino da Silva, 1953), *blocos habitacionais*³⁷⁵ (GTH, 1955) ou *barras*³⁷⁶ (Michel Toussaint, 2009) – implantados em linha e obliquamente à rua. Na verdade, como escreveu Carlos S. Duarte num artigo publicado na revista *Arquitectura*, o edifício que não seja submetido ao alinhamento rígido imposto pela via [...] pode originar uma fachada virada para qualquer dos pontos cardeais³⁷⁷, naturalmente, aquela que for mais conveniente em termos de orientação solar. Com esta medida o urbanista acaba com os “velhos” quarteirões lisboetas e com os espaços desaproveitados que lhes estão geralmente associados para oferecer ao cidadão a possibilidade de aproveitar na totalidade a cidade seja para habitar (blocos habitacionais), trabalhar (serviços e comércio), circular (vias de trânsito ou pedonais) ou ter momentos de recreio e lazer (espaços verdes, parques infantis e campos de jogos), funções importantes para todo o ser humano e que constituem, como determinado na Carta de Atenas, as “chaves do Urbanismo” e as pretensões da “Cidade Moderna” (Arquitectura+Natureza).

Apesar da implantação dos edifícios se apresentar solta no espaço fluído, na maioria dos casos as suas plantas apresentam-se com forma paralelepípedica, ao contrário do que se veio a verificar nos Olivais Norte, onde os edifícios se agrupam com diversas formas e dimensões. Foi prevista (aproximadamente) a mesma orientação (nascente-poente), sendo que o local de implantação tem em atenção as condicionantes

³⁷⁴ Ver Luís Cristino da Silva, “Anteplano de Urbanização da Quinta Grande em Oeiras – propriedade da Sociedade ‘Nova Oeiras. Lda.’ - Memória Descritiva” (Lisboa, 1953), In João de Sousa Rodolfo, *Luís Cristino da Silva e a arquitectura moderna em Portugal*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2002, pp. 162.

³⁷⁵ Ver Gabinete Técnico da Habitação, “Olivais-Norte: Extractos da Memória Descritiva do Estudo Base de Olivais Elaborado em 1955”, *Arquitectura*, Lisboa, Nº 81, Março 1964, pp. 6.

³⁷⁶ Ver Michel Toussaint Alves Pereira, *Da Arquitectura à Teoria e o Universos da Teoria da Arquitectura em Portugal na primeira metade do século XX*, Dissertação de Doutoramento em Teoria da Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, 2009, pp. 260.

³⁷⁷ Ver Carlos S. Duarte, “Bloco na Avenida dos Estados Unidos da América”, *Arquitectura*, nº 61, Dezembro 1957, pp. 17.

da topografia do terreno, o afastamento estabelecido entre eles para que não cortassem luminosidade e visibilidade uns aos outros e as vias secundárias que lhes dão acesso. Com estas medidas, as habitações abrem-se aos espaços verdes comuns e afastam-se dos poluentes meios de transportes, solução urbanística experimentada não só por Le Corbusier no plano de urbanização de Nemours (Argélia, 1935, Fig. 1.2.13.) onde valoriza a topografia e a orientação, mas também, desde o final da 2ª Guerra Mundial (1939-1945) e até meados da década de 70 do século XX, nas cidades britânicas construídas (ou apenas planeadas) *New Towns*, como por exemplo Harlow (Frederick Gibberd, 1947) e Roehampton (London County Council, orientado por John Leslie Martin, 1952-1959), onde o edificado se insere no espaço ajardinado (Fig. 1.2.14.). Na opinião de Leonardo Benévolo *os extensos espaços verdes realizados em Roehampton representam uma aplicação convincente e ampla dos princípios da ville-radieuse de Le Corbusier*³⁷⁸. Estas soluções urbanas eram do conhecimento dos arquitectos e engenheiros portugueses na medida em que o *Boletim da Direcção dos Serviços de Urbanização* do Ministério das Obras Públicas, entre outras publicações, forneceu informações acerca da evolução de diversas cidades europeias. Neste periódico o engenheiro Carlos Manuel do Nascimento Ferreira Pimentel, da Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização, descreveu que *os ingleses, pioneiros dos modernos estudos de urbanização, entenderam que era oportuno suster o crescimento de algumas grandes cidades e, para atender ao aumento populacional, criar ‘novas cidades’, as ‘cidades satélites’ que resultaram de um crescimento condicionado e ordenado de alguns pequenos aglomerados que existiam em locais que ofereciam boas condições, com recursos dependentes da sua situação na região – e cabe aqui sublinhar a palavra região –, suficientes para garantirem um crescimento normal assente em bases sólidas do ponto de vista económico*³⁷⁹. Mas aquilo que faltava ao Restelo para se aproximar ainda mais destas cidades inglesas era a contemplação de unidades industriais, ou

³⁷⁸ Ver Leonardo Benévolo, Carlo Melograni, Tommaso Gúira Longo, *Projectar a Cidade Moderna*, Lisboa, Editorial Presença, 1987, pp. 100.

³⁷⁹ Ver Carlos Manuel do Nascimento Ferreira Pimentel, “Relatório da viagem efectuada a Inglaterra, Holanda e França em Novembro e Dezembro de 1953”, Ministério das Obras Públicas, In *Boletim da Direcção dos Serviços de Urbanização*, Lisboa, 1945-1954, 2º Volume, pp. 56.

melhor, de postos de trabalho para as famílias (operárias) que ali viessem a habitar. Como se sabe pretendia-se que o bairro do Restelo tivesse capacidade de se autonomizar do centro da cidade de Lisboa, situação que à data ainda não se verificava mas, para que isso pudesse vir a acontecer, era necessário oferecer trabalho aos seus habitantes. Como viemos a constatar ao longo desta investigação – e como escreverá anos mais tarde Keil do Amaral na publicação *Lisboa. Uma Cidade em Transformação* (1969), colectânea de artigos escritos ao longo de vários anos e naquela altura por ele compilados para demonstrar a evolução arquitectónica e urbanística da cidade e as consequências que essa evolução veio trazer para os seus cidadãos –, a inexistência de emprego obrigou a que os moradores daquele bairro habitacional tivessem que despender várias horas do dia em deslocações para outros pontos da cidade.

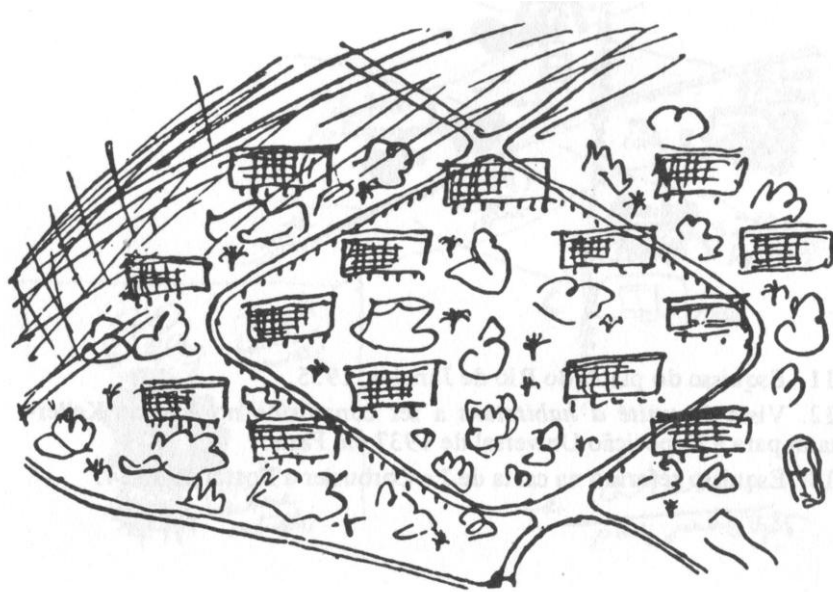


Fig. 1.2.13. Esquisso do plano de Nemours, Le Corbusier, 1935³⁸⁰

³⁸⁰ In <http://www.kunstlexikon-saar.de/design/artikel/-/aspekte-die-franzoesische-botschaft-und-der-aufbauplan-von-georges-henri-pingusson-fuer-saarbruecken/>

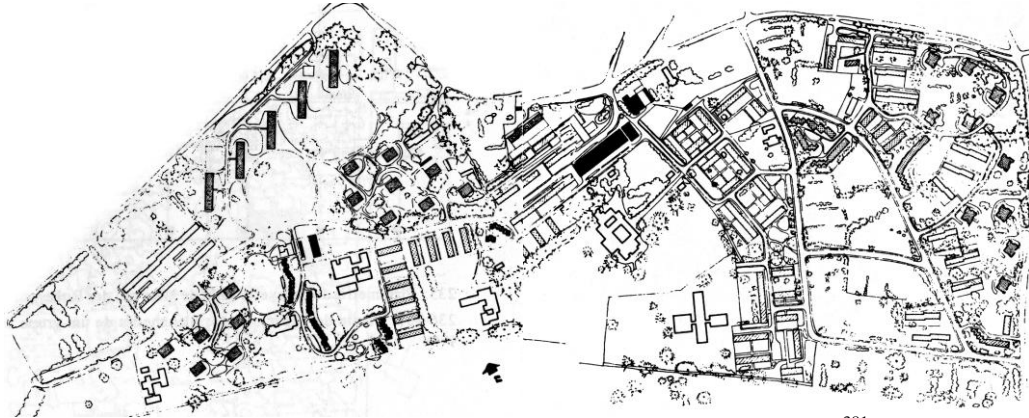


Fig. 1.2.14. Roehampton, London County Council - John Leslie Martin, 1952-1959³⁸¹

Com efeito, foram previstas três categorias de edifícios de habitação colectiva – categoria I, II e III – destinados respectivamente a classes sociais cujos salários estivessem compreendidos entre os 200\$00-300\$00, 400\$00-600\$00 e 700\$00-900\$00. Na verdade, segundo descreve um artigo publicado no 67º número da revista *Arquitectura* (1960), número esse dedicado às questões da edificação de prédios de rendimento, sabe-se que *um inquérito limitado do Instituto Nacional de Estatística sobre o custo de vida na cidade de Lisboa entre 1948 e 1949 dava, para despesas mensais com a habitação, percentagens médias, para esse ano, de 11,1% em relação às despesas de cada família*³⁸² (considerou-se que o ideal seria 10%). Nessa mesma publicação, os arquitectos Victor Palla e Bento d’Almeida chamam a atenção para o facto do *Prédio na Rua de S. Bernardo* (por eles projectado) se destinar a uma clientela com um certo poder financeiro porque, como relatado na memória descritiva ali publicada, *as rendas destas habitações não são inferiores aos 3.000\$00, o que de pronto exclui a possibilidade do seu aluguer por classes que não disponham de elevados recursos económicos*³⁸³. Certamente esta divisão por categorias fora baseada naquela que veio a ser aplicada no **Decreto-Lei Nº 42.454** que entrou em vigor no **dia 14 de Outubro de 1957** e que, com quatro categorias de habitações, regeu os planos de urbanização de Olivais Norte, Olivais Sul e Chelas (José Rafael Botelho, Francisco

³⁸¹ In Leonardo Benévolo, Carlo Melograni, Tommaso Gíura Longo, *Projectar a Cidade Moderna*, Lisboa, Editorial Presença, 1987, pp. 204 e 205.

³⁸² Ver “Prédios de rendimento em Lisboa”, *Arquitectura*, Lisboa, Nº 67, Abril 1960, pp. 16.

³⁸³ Ver “Prédio na Rua de São Bernardo”, *Arquitectura*, Lisboa, N.º 67, Abril 1960, pp. 34.

Silva Dias, João Reis Machado, 1962), territórios reservados para fins habitacionais tanto no PDCL-1948 como no PDUL-1959. Procurando fazer frente à carência habitacional que se fazia sentir na cidade de Lisboa, através de decretos que permitiam a construção de novos bairros económicos, a responsabilidade ficava a cargo de *um serviço técnico de carácter eventual*³⁸⁴ designado de **Gabinete Técnico de Habitação** (GTH, 1959) composto por arquitectos, urbanistas, engenheiros, sociólogos, arquitectos paisagistas e economistas. Previa este Decreto-Lei *que as novas unidades urbanas a construir incluam todas as categorias económicas, evitando segregações sociais inconvenientes e, aliás, alheias às tradições dos bairros lisboetas*³⁸⁵, na verdade tal imposição chegara quinze anos depois do depoimento que Pardal Monteiro fizera no *III Congresso da Federacion de Urbanismo y de la Vivienda* (1944).

*Não será de crer que, se os homens se conhecerem melhor, se o rico souber porque sofre o pobre, se este conhecer como labuta, estuda e trabalha aquele a quem a fortuna favoreceu mais, não se tornem tão agudos os conflitos entre uns e outros, por desigualdade de recursos?*³⁸⁶

Tal como defendera Gropius, no Restelo constatou-se que *as famílias sedentárias de níveis sociais superiores, que não estão dependentes nem da mudança do local de trabalho nem de uma reinstalação, a moradia unifamiliar com jardim é perfeitamente apropriada, mas para a grande massa de trabalhadores obrigados a constantes deslocações, o apartamento de aluguer num edifício colectivo é preferível*³⁸⁷. Apesar de tudo, procurou-se alternar a implantação dos edifícios dirigidos às diferentes classes operárias de forma a evitar a segregação social, mas como iremos constatar de seguida, tal distribuição não foi conseguida, verificando-se ao contrário do projectado

³⁸⁴ Ver António Vitorino da França Borges, In *Anais do Município de Lisboa 1960*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1961, pp. 399.

³⁸⁵ Ver Decreto-Lei Nº 42.454 de 18 de Agosto de 1959.

³⁸⁶ Ver Porfírio Pardal Monteiro, *A habitação modesta nos grandes núcleos urbanos*, III congresso da “Federacion de Urbanismo y de la vivienda”, Lisboa, 1944, pp. 7.

³⁸⁷ Ver Walter Gropius, *Construção horizontal, vertical ou de altura intermédia?* In *Architecture et société*, Paris, Éditions du Linteau, 1995, citado em José Manuel Rodrigues (coord.), *Teoria e Crítica de Arquitectura do Século XX*, Lisboa, Caleidoscópio e Ordem dos Arquitectos, Secção Regional Sul, 2010, pp. 187.

para Olivais Norte, um certo agrupamento de tipos de edifícios que conduziria, caso tivesse sido efectivamente edificado, à separação dos habitantes consoante o seu rendimento mensal. Como é possível constar na figura 1.2.15., apesar de haver um esforço em aproximar as categorias II e III, relativamente à categoria I, destinada a famílias com menores rendimentos, esta encontra-se agrupada constituindo bairros (económicos?!) periféricos. Na verdade Le Corbusier em *La Ville Contemporaine* havia defendido algo semelhante, propondo a distribuição das habitações e dos restantes equipamentos em células atribuindo diferentes densidades de ocupação às diferentes classes sociais. Como se verifica, relativamente à célula A, prevê-se a existência de quinze edifícios (4 pisos) da categoria I ordenadamente espalhados junto aos limites da célula (nos subúrbios da célula) tanto a poente como a nascente, aproximando-se assim dos vizinhos bairros económicos de Caselas e do Caramão da Ajuda; os sete edifícios da categoria II (8 pisos) estão localizados a sul, junto aos limites da célula e na zona que faz fronteira com a célula B que, como veremos, foi também ocupada por edifícios desta categoria na proximidade; finalmente quanto aos quatro edifícios da categoria III (8 pisos), estes estão localizados no centro da célula, ou seja, mais próximo dos equipamentos e como tal numa zona mais privilegiada. No que diz respeito à célula B, os cinco edifícios da categoria I estão localizados a poente, situados na continuidade dos da célula A, ou seja, junto à Avenida Dom Vasco da Gama e como tal próximo do principal acesso ao bairro económico de Caselas; quanto aos da categoria II (13 edifícios) e III (37 edifícios), estes encontram-se em redor das duas áreas onde estaria prevista a colocação de equipamentos apesar de a sul encontrarmos um considerável número de edifícios da categoria III com baixa altura (2 pisos) e destinados a moradores com maiores possibilidades económicas, como tal, próximo da área de moradias projectada por Faria da Costa, que veio a ser ocupada por uma burguesia enriquecida. Situação inversa foi projectada para a Célula C por esta fazer fronteira com o cemitério da Ajuda, ou seja, os edifícios da categoria I estão localizados a nascente e os restantes a poente e em redor da zona comercial e das escolas. No que diz respeito à Célula D, ao contrário das outras células anteriormente apresentadas e como havia defendido Faria da Costa, continua a ser prevista a edificação de moradias unifamiliares ao longo da

Avenida das Descobertas. Como veremos mais à frente nesta investigação, tal como sucedeu na zona sul, estas moradias de grandes dimensões destinavam-se a uma classe social com maior poder económico. Assim se para os “ricos” foram destinadas moradias unifamiliares e para os “pobres” edifícios de habitação colectiva de diversas categorias, a terem sido edificadas os edifícios planeados, verificaríamos uma acentuada separação social.

Finalmente, no que toca ao estacionamento, foi previsto o parqueamento das viaturas dos moradores nos blocos habitacionais ao longo dos passeios e junto das zonas residências, com efeito, como referido no plano, sabe-se que este não era em número suficiente³⁸⁸. Segundo os dados fornecidos no plano de urbanização de Olivais Norte, para as habitações do tipo II estima-se um carro por cada 15 famílias e para as habitações do tipo III, um carro por cada 6 famílias o que na verdade se era insuficiente para a época, com o passar dos anos verificou-se que tais números são absolutamente diminutos. Foi ainda considerado um parque de estacionamento junto dos centros comerciais³⁸⁹ e da igreja com o intuito de garantir a cómoda utilização quer pelos habitantes do bairro quer por exteriores a este. A contemplação de novas áreas comerciais e culturais na cidade poderia (eventualmente) deslocar os cidadãos da região da baixa e/ou de outras zonais comerciais espalhadas pela cidade – como sejam a Avenida de Roma, Alvalade ou Campo de Ourique – para o Restelo, situação que não se veio a verificar reforçando a determinação apresentada no Plano Director de Urbanização de Lisboa (1959) que define a zona de Belém como pertencente à 3ª Zona Residencial ou Periférica³⁹⁰, ou seja, *toda a área da cidade situada para além dos 5.300 m de distância ao Centro*³⁹¹, sendo que este é definido como *toda a área compreendida dentro do raio de 1.800 m; abrange toda a região da Baixa e todas as*

³⁸⁸ Ver *Urbanização da Encosta do Restelo – 2ª Fase, Células A, B, C e D*, In Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Arco do Cego, Código de Referência: PT/AMLIS/AL/CMLSB/UROB-PU/10/233 – Cota: 167; Localização: AC.00.A.08.01.140, pp. 16.

³⁸⁹ Idem, pp. 16-17.

³⁹⁰ Ver *Plano Director de Urbanização de Lisboa*, Câmara Municipal de Lisboa – Gabinete de Estudos de Urbanização, 1958, vol. II, pp. 3/7 e 3/8.

³⁹¹ Idem, pp. 3/7 e 3/8.

*áreas de maior concentração populacional, situadas à mesma distância do Rossio, que a Praça Marquês de Pombal*³⁹².

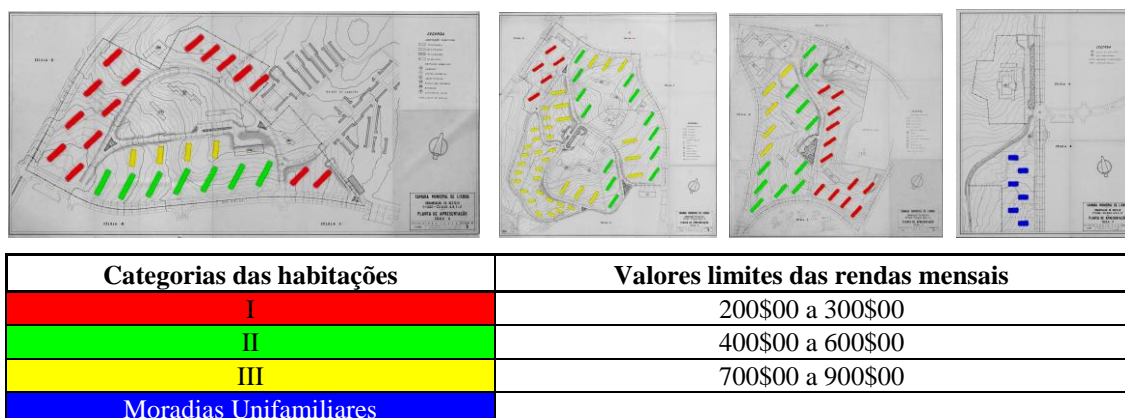


Fig. 1.2.15. Indicação dos tipos de habitações nas células A, B, C e D.

Mais uma vez se verificou que o Projecto de Urbanização do Restelo – II Fase (1957) não foi totalmente edificado e já sob alçada de **António Vitorino da França Borges** (n. 1901) que ocupava o cargo de **presidente da Câmara Municipal de Lisboa** (1959-1970) e ainda sob a supervisão do Gabinete de Estudos de Urbanização (coordenado pelo engenheiro Guimarães Lobato), em Outubro de **1959**, os arquitectos **Falcão e Cunha** e **Sommer Ribeiro** com a colaboração dos engenheiros **Vasco Marcos Leite** (s.d.), **José Miguel Pinto de Faria**³⁹³ (n. 1926) e **João Vaz Raposo**³⁹⁴ (Lisboa, 1925-1995), apresentaram o **Reajustamento da 2ª Fase da Encosta do Restelo** (Fig. 1.2.16.), como referimos anteriormente neste subcapítulo.

³⁹² Idem, pp. 3/7 e 3/8.

³⁹³ **José Miguel Pinto de Faria** formou-se em Engenharia Civil pela Universidade do Porto em 1951.

³⁹⁴ **João Hipólito de Andrade Rebello Vaz Raposo** licenciou-se em Engenharia Civil no Instituto Superior Técnico a 5 de Agosto de 1952 (1ª matrícula 1944/45) com a média final de 13,2 valores, classificação “suficiente”. Para informações detalhadas ver Processo Individual Aluno Nº 1721, In Núcleo de Arquivo do Instituto Superior Técnico.



Fig. 1.2.16. Reajustamento da 2ª Fase da Encosta do Restelo, Gabinete de Estudos de Urbanização, Pedro Falcão e Cunha e José Aleixo Sommer Ribeiro, 1959³⁹⁵

■ Categoria II (tipo T2); ■ Categoria II (tipo T2 e T3); ■ Categoria II (tipo T3 e T4);
 ■ Categoria II (Torres); ■ Categoria III; ■ Categoria IV; ■ Moradias; □ Escola
 Primária; □ Escola Pré-Primária; □ Igreja; ▲ Garagem; ▲ Centro Cultural; ▲ Biblioteca; ■ Centro
 Cívico; ● Estabelecimentos; ▲ Cinema; ● Restaurante; ● Assistência Social; ■ Colégio Particular

³⁹⁵ Idem, pp. 13.

Este reajustamento incide apenas sobre as células A, B e C (Volume II Anexo 1.) e como referido pelos autores do projecto na memória descritiva que acompanha as peças desenhadas *respeitaram-se na íntegra, os princípios, que orientaram o Estudo-Base, tendo em atenção as alterações da célula B, que consistem na substituição de duas zonas de blocos por moradias unifamiliares e geminadas*³⁹⁶. Poder-se-á dizer que esta substituição vai ao encontro do que havia sido proposto por Faria da Costa em 1953, alterado pelo Gabinete de Estudos de Urbanização em (cerca de) 1954. Provavelmente ter-se-á considerado que a edificação de moradias nesta zona ajudaria a “diluir” o impacto que se faria sentir com a construção dos blocos residenciais em altura (a norte) ou, com esta medida, pretendeu-se ampliar a zona residencial destinada a uma classe social mais elevada – apesar de grande parte destes lotes terem sido destinados a sociedades cooperativas – que na verdade vinha a ocupar o bairro adquirindo os seus lotes de terreno em hasta pública. Mas como veremos de seguida, considerando que os projectistas tenham definido como “Estudo-Base” o Projecto de Urbanização do Restelo – II Fase, não estamos a falar somente desta alteração.

Comparando o plano apresentado por Ferreira do Nascimento com o agora exposto verificamos que apesar de terem sido mantidas as principais vias de trânsito, uma vez que foi alterada a implantação das edificações tanto no que se refere às habitações como em relação aos equipamentos, as vias secundárias foram obrigatoriamente também modificadas (Figs. 1.2.17. e 1.2.18.). Deste modo, no que diz respeito à célula A, a grande diferença na implantação dos equipamentos reside sobretudo nos edifícios escolares onde no lugar das duas escolas (escola primária e grupo escolar) que haviam sido propostas, Falcão e Cunha e Sommer Ribeiro apresentam uma grande escola particular que englobará ensino primário e liceal, facto que como referido na memória descritiva *virá certamente absorver a população das restantes células*³⁹⁷. Embora a equipa projectista responsável pelo plano de urbanização dos Olivais Norte tenha defendido que para a implantação das escolas deveria ter-se em

³⁹⁶ Ver *Urbanização da Encosta do Restelo – Reajustamento da 2ª Fase*, In Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Arco do Cego, Código de Referência: PT/AMLIS/AL/CMLSB/UROB-PU/10/234 – Cota: 167 A, Código de Localização: AC.00.A.08.01.141, pp. 3.

³⁹⁷ Idem, pp. 5.

consideração o facto destas *nunca se situarem a distâncias superiores a 250m das habitações*³⁹⁸, no Restelo, apesar dos arquitectos responsáveis pelo reajustamento terem também integrado essa mesma equipa, tal não foi uma preocupação prioritária, não se verificando o cumprimento destes distanciamentos principalmente na célula B. Como se verifica, dado que uma parte dos blocos habitacionais foi substituída por moradias unifamiliares e moradias geminadas, as duas escolas projectadas para aquele local foram eliminadas (foram consideradas somente as duas escolas a norte) dando lugar a um só equipamento que contemplaria uma biblioteca e um centro cultural, este também contemplado na proposta anterior. Caso possamos dizer que estes equipamentos são considerados “de interesse geral”³⁹⁹ – como definido nos Olivais –, então a sua implantação não se localiza de forma alguma de modo a *servirem comodamente todas as células e serem facilmente acessíveis do exterior da unidade*⁴⁰⁰.

Relativamente à célula C, o grupo escolar (de 16 salas de aula) ocupa um só edifício localizado onde anteriormente havia sido pensada a implantação das unidades escolares (grupo escolar e escola pré-primária) e o edifício do ensino pré-primário (de 8 salas de aula) passa a estar localizado mais a norte, entre edifícios de habitação. A principal alteração nesta célula reside nos equipamentos implantados a norte, nos seus limites e na fronteira com a célula B onde as instalações para o cinema se apresentam consideravelmente menores e no lugar das instalações administrativas temos um pequeno edifício destinado a acolher um centro cívico que nos Olivais-norte fora considerado como *o centro de atracção dos habitantes de toda a Unidade; nele se situarão os serviços oficiais à vida do novo Bairro*⁴⁰¹.

As garagens ocupam o local de implantação previsto inicialmente e como referido na memória descritiva do projecto *considerou-se o mesmo número do Estudo-Base, tendo em atenção que as moradias unifamiliares terão garagens privativas, e que as colectivas, na maioria dos casos, poderão aproveitar as condições topográficas*

³⁹⁸ Ver Gabinete Técnico da Habitação, “Olivais-Norte: Extractos da Memória Descritiva do Estudo Base de Olivais Elaborado em 1955”, *Arquitectura*, Lisboa, Nº 81, Março 1964, pp. 6.

³⁹⁹ Idem.

⁴⁰⁰ Idem.

⁴⁰¹ Idem, op. cit., pp. 11.

para, havendo necessidade, aumentar a sua capacidade⁴⁰². Relativamente aos estabelecimentos comerciais estes situam-se em locais facilmente acessíveis a qualquer habitante da respectiva célula e terão o desenvolvimento adequado à população que servem⁴⁰³.



Fig. 1.2.17. Indicação dos equipamentos nas células A, B e C.

Igreja; Restaurante; Cinema; Garagem; Assistência Social; Escolas; Estabelecimentos; Centro Cívico; Centro Cultural; Biblioteca

Fig. 1.2.18. Indicação dos tipos de habitações nas células A, B e C.

Categorias das habitações	Valores limites das rendas mensais
II	400\$00 a 600\$00
II Torres	
III	700\$00 a 900\$00
IV	até 1.500\$00
Moradias Unifamiliares	

No que diz respeito à habitação, como referiram os autores do plano *procurou-se manter as percentagens de categorias dos fogos, e tomou-se como base para cálculo das áreas, o tipo e número de habitantes por fogo igual aos adoptados para a zona dos*

⁴⁰² Ver *Urbanização da Encosta do Restelo – Reajustamento da 2ª Fase*, In Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Arco do Cego, Código de Referência: PT/AMLIS/AL/CMLSB/UROB-PU/10/234 – Cota: 167 A, Código de Localização: AC.00.A.08.01.141, pp. 6.

⁴⁰³ Idem.

*Olivais-Norte*⁴⁰⁴ no entanto, como iremos constatar de seguida, contemplaram-se pela primeira vez edifícios da categoria IV (renda até 1.500\$00) e como referido na memória descritiva do projecto *não foi considerada a Categoria I, em virtude de existirem na periferia da zona em estudo, os Bairros do Camarão da Ajuda e de Caselas, destinados exclusivamente a essa categoria*⁴⁰⁵.

Apesar de desconhecermos o número de pisos previstos para cada uma das edificações, verifica-se uma maior diversidade no tipo de edifícios, na apresentação em planta (em linha ou desfasados) e na altura dos mesmos. Surgem pela primeira vez neste bairro os edifícios de grande altura, as torres habitacionais que na cidade ideal de Le Corbusier eram arranha-céus destinados a receber escritórios e no bairro do Restelo à semelhança dos bairros nórdicos edificados no pós-guerra, destinavam-se a residências para uma classe pertencente à categoria II. Estas (seis) torres com 96 fogos e planta em “H” pontuam a proximidade da Avenida Ilha da Madeira procurando integrar-se com os blocos habitacionais destinados à categoria III que lhes estão nas imediações, no entanto, saliente-se o facto de também estarem muito próximas das moradias unifamiliares localizadas a sul (Fig. 1.2.19.).

Outrora, enquanto arquitecto-tirocinante auxiliar, Falcão e Cunha colaborara com o arquitecto Cristino da Silva (que havia sido seu Professor na Escola de Belas Artes de Lisboa) no projecto promovido pela Sociedade Nova Oeiras (1953-1961, Fig. 1.2.20.) onde também *se opta por uma solução moderna no seu núcleo de habitação colectiva com torres e barras em meio ajardinado*⁴⁰⁶, segundo Michel Toussaint. Ali foi definida uma zona central que contemplava um centro cívico e comercial (com lojas no piso térreo e habitação nos andares superiores), seis torres (com 10 pisos) e blocos habitacionais assentes em pilotis (três pisos) e em redor desta área, predominavam as moradias unifamiliares. Uma vez que Cristino da Silva aderira tardiamente às propostas do Movimento Moderno, provavelmente e como afirmara Michel Toussaint, *terá sido a*

⁴⁰⁴ Idem, pp. 3.

⁴⁰⁵ Idem, pp. 4.

⁴⁰⁶ Ver Michel Toussaint Alves Pereira, *Da Arquitectura à Teoria e o Universos da Teoria da Arquitectura em Portugal na primeira metade do século XX*, Dissertação de Doutoramento em Teoria da Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, 2009, pp. 260.

*influência de Falcão e Cunha possivelmente preponderante nessa opção*⁴⁰⁷. Veja-se que anteriormente na evolução do projecto de urbanização do bairro operário da CUF (Companhia de União Fabril, 1945-1951, Fig. 1.2.21.) para o Barreiro, Cristino da Silva (provavelmente ainda sem a colaboração de Falcão e Cunha) apresentara em 1949 uma proposta onde atribuíra às famílias operárias habitações em blocos de quatro e seis pisos, para os encarregados pequenas moradias unifamiliares e para os administradores moradias isoladas implantadas em lotes de terreno de maiores dimensões.

Como vimos anteriormente, nesta fase projectual do Restelo, as moradias (unifamiliares e geminadas) localizam-se na célula B a sul das bandas habitacionais. Relativamente aos blocos habitacionais mais uma vez desconhece-se se estes foram projectados para serem elevados em pilotis, à semelhança do que também se veio a edificar em Nova Oeiras. Verifica-se também a separação dos edifícios por categorias não tendo *em atenção a conveniência de [se] estabelecer uma transição gradual entre os dois tipos de construção e entre as várias categorias de renda*⁴⁰⁸, como se procurara nos Olivais-norte a fim de se evitar a separação entre as diferentes classes sociais. Na verdade os blocos destinados à categoria II localizam-se na periferia das células e o edifício projectado para a assistência social mantivera a sua implantação (célula A) *em virtude de, se destinar especialmente a classes menos favorecidas, e se pretender que possa vir também a servir os Bairros do Camarão d'Ajuda e Caselas*⁴⁰⁹. De acordo com o pretendido, com este reajustamento *conseguiu-se um aumento de fogos (o Estudo-Base previa 4.044, antes das alterações da Célula B, e no reajustamento atingiu-se 4.329 [...] todavia a população sofreu um aumento muito mais substancial em virtude do número de habitantes por fogo ter sido também aumentado*⁴¹⁰.

⁴⁰⁷ Idem, op. cit., pp. 260.

⁴⁰⁸ Ver Gabinete Técnico da Habitação, "Olivais-Norte: Extractos da Memória Descritiva do Estudo Base de Olivais Elaborado em 1955", *Arquitectura*, Lisboa, Nº 81, Março 1964, pp. 11.

⁴⁰⁹ Ver *Urbanização da Encosta do Restelo – Reajustamento da 2ª Fase*, In Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Arco do Cego, Código de Referência: PT/AMLIS/AL/CMLSB/UROB-PU/10/234 – Cota: 167 A, Código de Localização: AC.00.A.08.01.141, pp. 7.

⁴¹⁰ Idem, pp. 3.

CÉLULA A – 7.520 habitantes (348 hab/ha)			
CATEGORIA	TIPO	ESTUDO-BASE	REAJUSTAMENTO
II	T2	640 Fogos = 2.560 hab	304 Fogos = 1.216 hab
II	T3	640 Fogos = 2.560 hab	144 Fogos = 648 hab
III		448 Fogos = 2.524 hab	624 Fogos = 4.056 hab
IV		96 Fogos = 556 hab	200 Fogos = 1.600 hab
TOTAL		1.824 Fogos = 8.200 hab	1.272 Fogos = 7.520 hab
CÉLULA B – 9.277 habitantes (246 hab/ha)			
CATEGORIA	TIPO	ESTUDO-BASE	REAJUSTAMENTO
II	Bloco	200 Fogos = 800 hab	376 Fogos = 1.788 hab
III	Bloco	832 Fogos = 4.160 hab	816 Fogos = 5.304 hab
IV	Bloco	384 Fogos = 2.034 hab	160 Fogos = 1.280 hab
A	Moradias	100 Fogos = 600 hab	36 Fogos = 288 hab
B	Moradias	0 Fogos = 0 hab	95 Fogos = 617 hab
TOTAL		1.516 Fogos = 7.594 hab	1.483 Fogos = 9.277 hab
CÉLULA C – 9.403 habitantes (292 hab/ha)			
CATEGORIA	TIPO	ESTUDO-BASE	REAJUSTAMENTO
II	T2	0 Fogos = 0 hab	96 Fogos = 384 hab
II	T2 e T3	480 Fogos = 1.920 hab	354 Fogos = 1.593 hab
II	T3 e T4	0 Fogos = 0 hab	116 Fogos = 754 hab
Torres		0 Fogos = 0 hab	96 Fogos = 384 hab
III		704 Fogos = 3.520 hab	672 Fogos = 4.368 hab
IV		160 Fogos = 960 hab	240 Fogos = 1.920 hab
TOTAL		1.344 Fogos = 6.400 hab	1.574 Fogos = 9.403 hab

Fig. 1.2.19. Quadros comparativos Células A, B e C

Fig. 1.2.20. “Ante-plano de urbanização da Quinta Grande em Oeiras propriedade da Sociedade Nova Oeiras Lda.”, Luís Cristino da Silva e Pedro Falcão e Cunha, 1953⁴¹¹Fig. 1.2.21. Bairro operário da CUF, Barreiro, Luís Cristino da Silva, 1950⁴¹²⁴¹¹ In Arquivo de Arte da Fundação Gulbenkian, cota: LCS 54.⁴¹² In Idem, cota: LCS 49.57.

Como viemos a referir ao longo deste subcapítulo, desconhece-se quem foram os técnicos que constituíram a equipa que veio alterar a proposta urbana de Faria da Costa no entanto, tudo nos leva a crer que tenham sido os arquitectos Pedro Falcão e Cunha e José Sommer Ribeiro, funcionários do Gabinete de Estudos de Urbanização deste 1954. A terem sido estes dois arquitectos significa que esta grande intervenção urbana, centrada nos princípios do denominado Urbanismo Moderno, foi projectada anteriormente ao plano de urbanização de Olivais Norte (1955-1958) cujo projecto, como tivemos oportunidade de referir, ficou também a cargo de ambos. Na verdade podemos hoje afirmar que esta fase de planeamento para o bairro do Restelo foi esquecida pela historiografia portuguesa somente pelo facto de não ter sido edificada (nem tão pouco divulgada) pois semelhantes propostas urbanas foram tomadas não só nos Olivais que, pelo simples facto deste plano urbano ter sido levado a “bom porto” tem sido inúmeras vezes referido em periódicos e publicações de referência na especialidade sendo mesmo *considerado o primeiro grande reflexo construído da Carta de Atenas em Portugal*⁴¹³, mas também e antes dele, enumerando novamente alguns exemplos, no Bairro das Estacas (Formosinho Sanches e Rui d’Athouguia, 1949), no conjunto habitacional da Avenida Infante Santo (Alberto Pessoa, Hernâni Gandra e João Abel Manta, 1947-1950) e no Bairro de Ramalde (Fernando Távora, 1952-1960).

Como veremos no próximo capítulo, da intervenção do Gabinete de Estudos de Urbanização resultou o cumprimento do plano previsto para a célula D que vem no seguimento do proposto por Faria da Costa (1953) com a edificação de moradias ao longo da Avenida das Descobertas e do Externato de São José, cujo terreno foi adquirido em hasta pública (1956) e logo destinado a escola e suas dependências. Do reajustamento apenas foi cumprido o loteamento de uma parte das moradias cujo limite a sul se encontra circunscrito pelas Ruas Pêro da Covilhã e António de Saldanha, no entanto, como iremos constatar a divisão dos lotes não corresponde à realizada por Faria da Costa, por um lado porque acabaram-se com os anéis que acompanhavam a

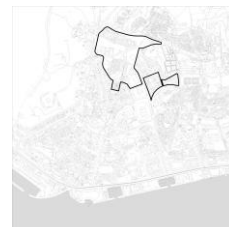
⁴¹³ Ver Michel Toussaint Alves Pereira, “Afirmção e Crise da Cidade Moderna”, In Francisco Gentil Berger, Luís Bissau e Michel Toussaint Alves Pereira, *Guia de Arquitectura Lisboa 94*, Lisboa, Ed. Associação dos Arquitectos Portugueses e Sociedade Lisboa 94, Faculdade de Arquitectura Universidade Técnica de Lisboa, 1994, pp. 311.

topografia do terreno e por outro porque todo o terreno é destinado a ser urbanizado enquanto na proposta do primeiro arquitecto-urbanista português os “gavetos” contemplavam áreas públicas ajardinadas. Aqui são em grande número as moradias (geminadas) que foram destinadas a sócios de cooperativas de habitação. Aliás conforme descrito nos *Anais do Município de Lisboa*, no ano de 1958 *prepararam-se as condições especiais e organizaram-se os outros elementos necessários (nomeadamente a dos projectos dos edifícios a construir em vários lotes para a hasta pública que se realizou em Julho do mesmo ano; organizaram-se também os elementos para a alienação independentemente da hasta pública, às Cooperativas e entidades similares, duma vasta superfície (cerca de 40.000 m²), situada na Célula B da Encosta do Restelo (2ª fase de urbanização) destinada à construção de moradias para os associados daquelas. [... Quanto ao preço-base fixado nas respectivas condições especiais de alienação], Rua I (Encosta do Restelo) 100\$00 m²*⁴¹⁴. Para terminar importa referir que, apesar de Falcão e Cunha e Sommer Ribeiro terem feito parte de uma vasta equipa de técnicos da Câmara Municipal de Lisboa até finais dos anos 50, o afastamento de Salvação Barreto e a *falta de pessoal habilitado*⁴¹⁵, levou a que outros técnicos fossem chamados a intervir nas células A e C.

⁴¹⁴ Ver Álvaro Salvação Barreto, *Relatório do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa*, In *Anais do Município de Lisboa 1958*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1959, pp. 138 e 139.

⁴¹⁵ Ver António Vitorino da França Borges, *Relatório do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa*, In *Anais do Município de Lisboa 1961*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1962, pp. 165.

1.3. O “quarteirão” do Ministério do Ultramar e o estudo de urbanização do Restelo e Caramão da Ajuda



*Esta cidadezinha modesta, mas alegre e com carácter, pitoresca, dispersa, amenizada por quintas e hortas, deu lugar a um aglomerado urbano extenso e compacto, rico de milhares de novos edifícios e orgulhoso da sua feição progressiva, mas sem ter tirado grande partido, em boa verdade, das fecundas possibilidades da nossa época em matérias de urbanismo e de arquitectura*⁴¹⁶.

Francisco Keil do Amaral, 1969

Com a tomada de posse de António Vitorino da França Borges na presidência da Câmara Municipal de Lisboa (1959-1970, Volume II Anexo 7.) o arquitecto **Ruy António da Silveira Borges** (1916-1978), funcionário da Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização e Obras desde 1945, foi chamado a realizar *Projectos na Encosta do Restelo* no ano de **1962**, nos terrenos livres na encosta tardoz ao Ministério do Ultramar para *tornar possível o ritmo das hastas públicas*⁴¹⁷ como manifestado pelo próprio presidente (Volume II Anexo 1.). Na verdade era evidente a falta de pessoal para elaboração e avaliação dos estudos preliminares que eram submetidos à aprovação da Câmara, sucedia pois com frequência não poder ser dado andamento a determinados estudos precisamente pela falta de técnicos especializados. Ao termos conhecimento da existência de projectos de edifícios de habitação e comércio da autoria deste técnico camarário, a leitura atenta das memórias descritivas por ele realizadas revelou que a

⁴¹⁶ Ver Francisco Keil do Amaral, *Lisboa, Uma Cidade em Transformação*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1969, pp. 14.

⁴¹⁷ Ver António Vitorino da França Borges, *Relatório do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, In Anais do Município de Lisboa 1962*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1963, pp. 176-177.

“equipa do arquitecto António da Silveira Borges”⁴¹⁸ deverá ter executado um plano de pormenor denominado de **“estudo do conjunto arquitectónico e arranjo urbanístico do pormenor do terreno junto à Rua C.G.”**⁴¹⁹ (actual Avenida Ilha da Madeira), compreendido pelas Ruas Capitão-Mor Pedro Teixeira, Diogo Afonso e Tristão Vaz.

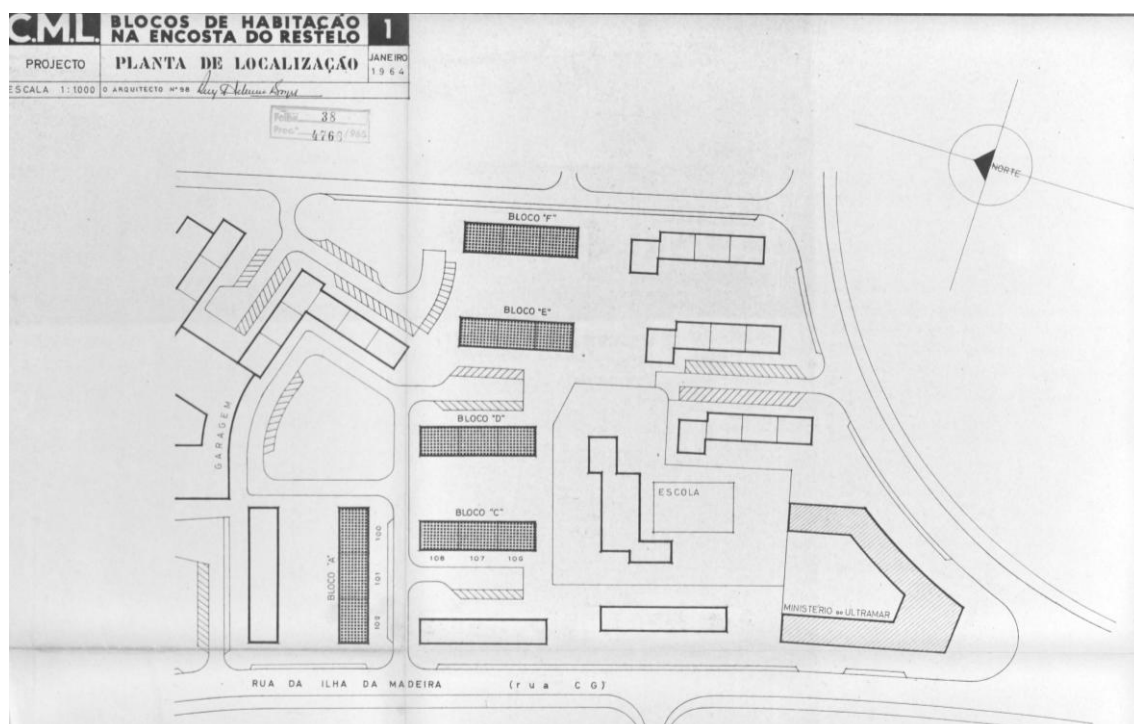


Fig. 1.3.1. Planta de localização do *Estudo do conjunto arquitectónico e arranjo urbanístico do pormenor do terreno junto à Rua C.G.*, Ruy António da Silveira Borges, 1965⁴²⁰

Em circunstâncias semelhantes, por volta do ano de 1966, o arquitecto **João Manuel Alves de Sousa** (n. 1925), que havia colaborado com Ruy António da Silveira Borges nos projectos dos prédios de rendimento localizados na Rua Sampaio e Bruno Nº 27 (1957) e Avenida Cinco de Outubro Nº 97 (1962-1964), foi responsável por outro plano de pormenor, identificado como ***Urbanização do Restelo - Célula C***, que corresponde (somente) à área circunscrita pela Rua Gonçalves Zarco (a Sul), Calçada do

⁴¹⁸ Ver E. H. Silva de Carvalho, In Informação da Direcção dos Serviços de Salubridade e de Edificações Urbanas, 3/1/1965, In Processo Nº 4768/1965, Folha 3, Arquivo Municipal de Lisboa-Núcleo Intermédio.

⁴¹⁹ Ver Ruy António da Silveira Borges, In Memória Descritiva, 5/3/1965, In Processo Nº 50418/1965, Folha 18, Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Intermédio.

⁴²⁰ In Obra Nº 51204, Processo Nº 4768/965, Folha 38, Arquivo Municipal de Lisboa- Núcleo Intermédio.

Galvão (a nascente), Rua Conselheiro Martins de Carvalho (a Norte) e Rua Tristão Vaz (Fig. 1.3.2.). Trata-se de mais um plano autónomo, de um “quarteirão” inserido no “quarteirão do Ministério do Ultramar” que, como vimos no subcapítulo anterior, havia sido anteriormente trabalhado pelo Gabinete de Estudos de Urbanização e que nos deixa transparecer as operações especulativas sobre as propriedades que a Câmara Municipal de Lisboa vinha vindo a praticar. Embora a proposta de Alves de Sousa seja completamente diversa das apresentadas precedentemente, urbanisticamente identificamos de novo a solução do bloco solto, implantado em linha e obliquamente à rua. Para além destes quatro blocos localizados na Rua Conselheiro Martins de Carvalho de que falaremos no capítulo que se segue, o arquitecto propôs também não só edifícios soltos que acompanham as Ruas Tristão Vaz e Gonçalves Zarco, formando continuidade de fachada, mas também uma torre habitacional ao centro do conjunto. Como veremos mais à frente nesta investigação, os edifícios contíguos à Calçada do Galvão destinam-se a habitações para agentes da Polícia de Segurança Pública e foram desenvolvidos por Silveira Borges.

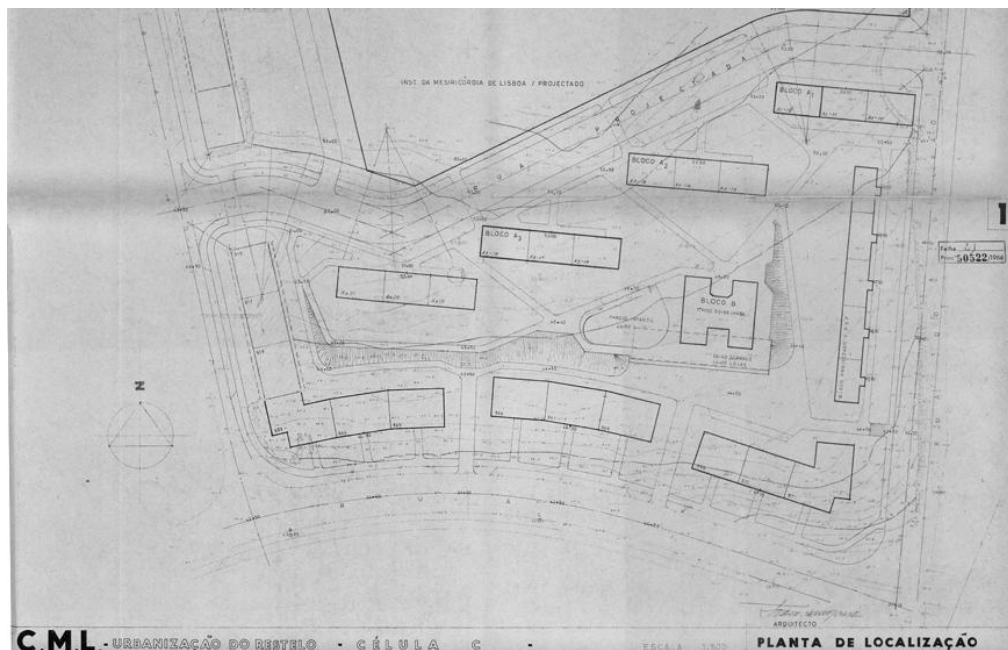


Fig. 1.3.2. Planta de localização do plano de pormenor de um conjunto habitacional localizado na célula C, João Manuel Alves de Sousa, 1966⁴²¹

⁴²¹ In Obra N° 57008, Processo 50522/1966, Folha 21, Arquivo Municipal de Lisboa— Núcleo Intermédio.

Como apurado nos arquivos da Câmara Municipal de Lisboa através da consulta exaustiva dos projectos de arquitectura licenciados, a restante área foi sendo ocupada por prédios de rendimento promovidos por empresas de construção civil, construtores civis ou grupos de pessoas que se associaram para investimento premeditado ou para construir um edifício destinado a habitação própria como veremos no capítulo que se segue. Repare-se que a edificação de “prédios de rendimento” na cidade de Lisboa não era uma novidade, na verdade vinha do século XIX sendo que em 1945 Keil do Amaral criticara estas construções de carácter especulativo.

Era um mundo novo que a Arquitectura assinalava [...] basta reparar no nome que foi dado aos prédios, para disso termos a prova. Não lhe chamaram ‘prédios de habitações’, ‘blocos de habitações’, ou coisa parecida. Não! Chamaram-lhe ‘prédios de rendimento’. De rendimento, reparem bem. E com toda a coerência, pois só ao rendimento se atendia... Só à maneira de fazer com que o dinheiro assegurasse o direito de ser inútil, de viver sem canseiras nem preocupações⁴²².

Como se verifica, a implantação dos edifícios de Silveira Borges aproxima-se da proposta apresentada no reajustamento da 2ª Fase da Encosta do Restelo (Pedro Falcão e Cunha e José Sommer Ribeiro, 1959), ou seja, blocos de habitação colectiva com comércio no piso térreo dispostos segundo uma orientação Norte/Sul-Este/Oeste. Esta orientação, vulgarmente escolhida para habitação, condicionou a direcção dos eixos viários, neste caso, secundários e/ou a formarem impasses em oposição às moradias unifamiliares pontualmente implantadas ao longo das vias, como proposto no (primeiro) plano de urbanização da encosta da Ajuda (João Guilherme Faria da Costa, c. 1938).

Lisboa continuava a verificar uma carência de habitações. Como vimos no subcapítulo anterior, dado que a edificação de moradias unifamiliares é insuficiente para albergar a população que desejava habitar na capital, dá-se preferência à construção de edifícios de habitação multifamiliar que permitem acomodar um maior número de habitantes. Sobre esta temática justifica-se lembrar um escrito de João Andresen onde o arquitecto chamara a atenção para o facto da *habitação multifamiliar, com muitos ou*

⁴²² Ver Francisco Keil do Amaral, *O problema da habitação*, Porto, Livraria Latina, 1945, pp. 29.

*poucos andares, não constitui porém uma virtude em si mesma, mas é sim apenas um processo com mais probabilidades de resolver o problema da habitação do ‘maior número’, em condições mínimas compatíveis com a natureza humana*⁴²³.

Segundo dados fornecidos pelo espólio do arquitecto Zinho Antunes sabemos que o “Estudo do quarteirão onde se situa o Ministério do Ultramar” – assim denominado apesar de considerarmos não existir propriamente “quarteirão” ou “quarteirões” –, em meados da década de 60, previa uma ocupação (“por quarteirão”) compreendida entre os 1.152 habitantes (4 hab/fogo, 155,67 hab/ha) e os 1.440 habitantes (5 hab/fogo, 194,59 hab/ha). Caso estejamos a falar de um território demarcado pelos limites definidos pelo Gabinete de Estudos de Urbanização, tais números poderão significar que se trata de uma densidade populacional consideravelmente inferior à proposta no reajustamento de Falcão e Cunha e Sommer Ribeiro (célula C – 9.403 habitantes), mas se se tratar de apenas uma parte do território, como verificaremos mais adiante neste subcapítulo (na figura que indica as grandes propriedades públicas e os terrenos livres naquele local), então tratar-se-á de uma densidade populacional superior à proposta em 1959. Da análise destes dois planos ficamos no entanto a incerteza: a densidade populacional foi contabilizada por zona ou parte dela? Naturalmente poder-se-á verificar que algumas partes serão mais densas do que a própria zona.

Consequentemente, como manifestado pelo presidente da Câmara, a Repartição também *propôs que [alguns dos estudos de pormenor] fossem feitos por arquitectos estranhos ao Município*⁴²⁴. Assim em Setembro de **1964**⁴²⁵ o arquitecto **Francisco Zinho Antunes** (Lisboa, 1921-2002) e o engenheiro civil **Eurico Ferreira Gonçalves** (Leiria, 1916-2005), apresentam uma proposta para celebração de contracto com a Câmara Municipal de Lisboa para a elaboração da **1ª Fase do Estudo de Urbanização**

⁴²³ Ver João Andresen, *Para uma Cidade mais Humana*, Porto, Imprensa Social (2ª Edição do Autor), 1962, pp. 35.

⁴²⁴ Ver António Vitorino da França Borges, *Relatório do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, In Anais do Município de Lisboa 1960*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1961, pp. 154.

⁴²⁵ Dados fornecidos pelo arquivo de Francisco Zinho Antunes.

do Restelo e Caramão da Ajuda (Fig. 1.3.3.), vulgarmente conhecido como **Plano de Urbanização do Alto do Restelo** (Volume II Anexo 1.).



Fig. 1.3.3. Estudo de Urbanização do Restelo e Caramão da Ajuda, planta de divisão por fases, F. Zinho Antunes e E. Ferreira Gonçalves, s.d. (c. 1964)⁴²⁶

1ª FASE ■ Estudo Prévio (1ª PARTE); ■ Plano (2ª PARTE); **2ª FASE** ■ Plano

⁴²⁶ In Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Arco do Cego, Código de Referência: PT/AMLIS/AL/CMLSB/UROB-PU/10/285.

Por esta altura a *Repartição tem-se limitado a procurar resolver os problemas mais prementes*⁴²⁷, nomeadamente o de dar início à revisão do Plano Director de Urbanização de Lisboa (1959) que nunca foi aprovado pelas entidades competentes. Neste contexto, em **1962**, o arquitecto-urbanista **Robert Auzelle**⁴²⁸ (1913-1983), consultor da Câmara Municipal do Porto desde 1957, é convidado pela Câmara Municipal de Lisboa para elaborar um relatório sobre o seu plano director – *Rapport sur le Plan Directeur de Lisbonne*. Ali foram apontados alguns aspectos que o urbanista francês considerou negativos para a cidade, nomeadamente (a) o *radioconcentrismo*, (b) o *desvio entre a população prevista e a real*, e, (c) *atrasos na realização de certas infra-estruturas e equipamentos colectivos*⁴²⁹. No seguimento deste parecer e tendo como base as orientações por ele definidas, em 1965 decide a Câmara encomendar ao arquitecto-urbanista **George Meyer-Heine**⁴³⁰ (1905-1984) uma nova revisão do plano. Assim o **Plano Geral de Urbanização de Lisboa** (1963-1967), firmado pela Câmara Municipal de Lisboa em Novembro de 1967⁴³¹ e **aprovado pelo Governo em Maio de 1977**⁴³², veio definir: (a) *criação de um ‘eixo-distribuidor’, apoiado a norte e a sul na auto-estrada do Norte e na Ponte, respectivamente; passando pelo aeroporto, dará a volta pelo Lumiar, 2ª circular e Campolide [...]*; (b) *prolongamento da Av. da Liberdade como grande eixo monumental mas sem funções de*

⁴²⁷ Ver António Vitorino da França Borges, *Relatório do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, In Anais do Município de Lisboa 1963*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1964, pp. 157.

⁴²⁸ Robert Léon Gaston Auzelle frequentou a *École Nationale Supérieure des Beaux Arts* (1931) e o *Institut d'Urbanisme de Université de Paris* (1936-1942), onde se diploma e vem a leccionar. Entre outros cargos que ocupou, foi Presidente da Academia Francesa de Architectura (1976-1983). Para uma análise detalhada acerca do percurso profissional de Robert Auzelle ver José Manuel Pedreirinho, *Dicionário dos Arquitectos Activos em Portugal, do século I à actualidade*, Lisboa, 1994, Edições Afrontamento, pp. 61-62 e

http://archiwebture.citechaillot.fr/awt/fonds.html?base=fa&id=FRAPN02_AUZO_fonds-768

⁴²⁹ Ver Carlos Nunes Silva, “Os Planos de Lisboa e a Organização Espacial da Cidade. Continuidade e mudança no século XX”, In *Povos e Culturas. A cidade em Portugal: onde se vive*, Nº 2, Lisboa, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, Universidade Católica Portuguesa, 1987, pp. 319.

⁴³⁰ Georges Meyer-Heine foi professor e director de estudos no *Institut d'Amenagement Regional d'Aix-en-Provence*. Entre as obras que publicou destaca-se *Au-delà de L'Urbanisme* (1967). Para uma análise detalhada acerca do percurso profissional de Meyer Heine ver João Sousa Morais e Filipa Roseta, *Os Planos da Avenida da Liberdade e o seu Prolongamento*, Lisboa, Livros Horizonte, 2005, pp. 103.

⁴³¹ Ver *Diário Municipal*, Nº 9.870, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 24/1/1968.

⁴³² Ver *Diário da República*, Nº 116, I Série, 19/5/1977.

*auto-estrada como no PDUL anterior [...]; (c) organizar uma distribuição de densidade uniforme, e não como nos anteriores, a decrescer do centro para a periferia; (d) divisão da cidade em ‘unidades de ordenamento’, grandes unidades urbanas com vida própria*⁴³³. Mas como chamou a atenção o arquitecto Michel Toussaint, o aspecto mais inovador do plano foi o de *delimitar zonas históricas e não apenas apontar monumentos classificados como fez o de De Gröer*⁴³⁴.

Neste âmbito, o jovem arquitecto Zinho Antunes que havia terminado o seu curso em 1956⁴³⁵, acompanhado pelo engenheiro Ferreira Gonçalves⁴³⁶, reuniu-se diversas vezes com Meyer-Heine com o intuito de apresentar uma proposta para o bairro do Restelo que fosse ao encontro daquele que viria a ser o plano regulador do município. Conforme manifestado pelos autores do estudo de urbanização do Restelo e Caramão da Ajuda, *influenciaram decisivamente a solução e tempo de realização deste estudo, a abertura franca e objectiva feita pelos diversos Serviços competentes da C.M.L. e acção, especificamente útil do Gabinete Director de Urbanização de Lisboa, pela posição em que se encontra desenvolvido o seu trabalho, (inquérito e plano), na qualidade e no grau de execução*⁴³⁷.

⁴³³ Ver Carlos Nunes Silva, *Planeamento Municipal e a organização do espaço em Lisboa: 1926-1974*, Dissertação de Mestrado em Geografia Humana: Planeamento Regional e Local, apresentada ao Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, 1987, pp. 77-78.

⁴³⁴ Ver Michel Toussaint Alves Pereira, “Afirmção e crise da Cidade Moderna”, In Francisco Gentil Berger, Luís Bissau e Michel Toussaint Alves Pereira, *Guia de Arquitectura Lisboa 94*, Lisboa, Ed. Associação dos Arquitectos Portugueses e Sociedade Lisboa 94, Faculdade de Arquitectura Universidade Técnica de Lisboa, 1994, pp. 314.

⁴³⁵ Após ter sido aprovado com 12 valores em cada uma das provas artísticas do exame de admissão, Francisco Zinho Antunes matriculou-se na Escola de Belas Artes de Lisboa, no Curso Especial de Arquitectura (10 de Outubro de 1942). Em 1944 pede transferência para a Escola de Belas Artes do Porto, onde permanece até 23 de Agosto de 1950. Obtém o diploma em Lisboa em 1956. No Porto colaborou com Januário Godinho (1910-1990) e em Lisboa com Inácio Peres Fernandes (1910-1989).

⁴³⁶ Eurico Ferreira Gonçalves ingressou na Escola do Exército (actual Academia Militar) a 29 de Novembro de 1938 onde se licenciou em Engenharia a 24 de Agosto de 1942, *tendo obtido 16 valores nas diversas provas do dito curso e o número 2 da classificação* (ver *Livro de Registos dos antigos alunos da Escola do Exército*). Tendo o curso duração de 4 anos, como era habitual à época, os alunos de engenharia militar frequentavam durante dois anos algumas cadeiras no Instituto Superior Técnico em Lisboa.

⁴³⁷ Ver Francisco Zinho Antunes e Eurico Ferreira Gonçalves, Introdução, Estudo Prévio da 1ª Fase do Estudo de Urbanização do Restelo e Caramão da Ajuda, Lisboa, S/data, In Espólio do Arquitecto Francisco Zinho Antunes, Dossier 2/10.

Como declarado por Zinho Antunes e Ferreira Gonçalves, para o desenvolvimento deste plano urbano dividiu-se o processo em duas fases distintas e para a sua elaboração recorreu-se com frequência à *Encyclopédie de l'urbanisme*⁴³⁸ de Robert Auzelle e Ivan Jankovic *pelo alto valor profissional conhecido e pela notável experiência portuguesa (Planos do Porto e Aveiro), os sistemas e ordens urbanas*⁴³⁹. Na 1ª fase foi desenvolvido o *Estudo Prévio* (1ª Parte) e o *Plano* (2ª Parte) da área correspondente a 30 hectares da zona a norte da Rua Gregório Lopes; e na 2ª fase, o *Plano* da área correspondente a 30 hectares da zona a sul da Rua Gregório Lopes, ou seja, 60 hectares de terreno livre (sem vegetação) e sobranço de uma zona definida por Zinho Antunes *pela muito agradável inclinação do declive que a compõe, lançada de Norte para Sul a caminho do Rio Tejo com benefício de uma excelente exposição climatológica, e ainda, pela marcada disposição na localização de elevações em pontos de vital interesse panorâmico*⁴⁴⁰ (Fig. 1.3.4.). Como viemos a desenvolver nos subcapítulos anteriores, verificamos mais uma vez que se trata de terrenos que haviam sido alvo de diferentes planos urbanos por parte de mais do que um projectista. Não só Zinho Antunes e Ferreira Gonçalves recusaram ter em consideração o trabalho previamente elaborado, como António Vitorino França Borges também propusera a elaboração de um plano que ia completamente contra aquilo que se havia elaborado até ao momento.

⁴³⁸ Ver Robert Auzelle e Ivan Jankovic, *Encyclopédie de l'urbanisme : Ouvrage international pour l'enseignement et la pratique de l'aménagement du territoire, de l'urbanisme et de l'architecture*, 3 vols, Paris, Vicent, Fréal e Cie, 1952-1958.

⁴³⁹ Ver Francisco Zinho Antunes e Eurico Ferreira Gonçalves, Introdução, Estudo Prévio da 1ª Fase do Estudo de Urbanização do Restelo e Caramão da Ajuda, Lisboa, S/data, In Espólio do Arquitecto Francisco Zinho Antunes, Dossier 2/10.

⁴⁴⁰ Ver Francisco Zinho Antunes e Eurico Ferreira Gonçalves, Documento Escrito 1121 – Relevo, op. cit..



Fig. 1.3.4. Grandes Propriedades Públicas, Estudo Prévio da 1ª Fase do Estudo de Urbanização do Restelo e Caramão da Ajuda, F. Zinho Antunes e E. Ferreira Gonçalves, s.d.⁴⁴¹
■ Zonas Verdes; ■ Terrenos Livres; ■ Zonas Edificadas; ■ Cemitérios

Constituído por *memória descritiva e justificativa; plantas esquemáticas e perfis*⁴⁴², de acordo com o descrito no *Programa*, a equipa de técnicos⁴⁴³ responsável pela elaboração do **Estudo Prévio** teve como principais factores a ter em conta: 1) a

⁴⁴¹ In Planta 3131, op. cit.

⁴⁴² Ver *Programa*, Documento anexo ao Contrato celebrado entre a Câmara Municipal de Lisboa e o Engenheiro Civil Eurico Ferreira Gonçalves e o Arquitecto Francisco Zinho Antunes para a elaboração do Estudo de Urbanização do Restelo e Caramão da Ajuda, Lisboa, Setembro de 1964, In Espólio do Arquitecto Francisco Zinho Antunes, Dossier 1/10.

⁴⁴³ Segundo os recibos existentes no espólio do arquitecto Francisco Zinho Antunes, sabe-se que também fizeram parte da equipa os (à data) desenhadores Teodoro A. Mendes, Eduardo do Carmo Silva, Vasco de Oliveira Alves, António Manuel Garcia Pessoa, Manuel António de Oliveira, António Manuel Latino Tavares, Manuel António C. C. Ghira, Alberto Ghira, Lino de Sousa Santos, Guilherme Ludgero Rodrigues Gomes e o arquitecto Vittorio Ferreira David, Ver Espólio do Arquitecto Francisco Zinho Antunes, Dossier 1/10.

*existência de uma panorâmica a explorar; 2) uma expressão e razão geral de conjunto que atenda as ocupações próprias e marginais; 3) a necessidade de um coração Social – Administrativo e Comercial [(composto por creche, jardim infantil, escola primária, centro médico, maternidade, cinema, sala de exposição, biblioteca, igreja, posto da polícia, correios e junta de freguesia)]; 4) a economia das construções dos imóveis a edificar; 5) e o volume dos imóveis em relação a um loteamento que torne possível nas melhores condições de economia e técnica da respectiva execução⁴⁴⁴. Deste modo, uma vez que na área a urbanizar não são de prever utilizações de indústrias, artesanatos, depósitos e armazéns, em escalões que ultrapassem as necessidades locais e que sirvam as infra-estruturas do próprio aglomerado⁴⁴⁵ – e a existirem serão colocados em pontos convenientes resultantes da distribuição geral da malha urbana a criar⁴⁴⁶ –, verifica-se que a intervenção se destina essencialmente a habitação (16% para implantação dos edifícios de habitação e 15% para arruamentos). Assim no que diz respeito aos *Espaços a Edificar* ficou definido que a densidade populacional prevista será de 120 fogos por hectare e a consequente densidade populacional será de cerca de 450 habitantes por ha [...] com a resultante em número de fogos de 7.200, distribuídos por edifícios de 4, 8, 10 e 12 pisos⁴⁴⁷. Como veremos mais adiante neste subcapítulo esta solução será alvo de duras críticas por parte do vindouro presidente da Câmara (1970-1972) – o engenheiro agrónomo Fernando Augusto Santos e Castro (1922-1983) – por se tratar de edifícios com altura considerável para aquela zona da cidade mas que por aquele tempo respondiam de certo modo aos requisitos da Câmara e do próprio arquitecto-urbanista Meyer-Heine que acompanhava o andamento deste processo, como referimos*

⁴⁴⁴ Ver *Programa*, Documento anexo ao Contrato celebrado entre a Câmara Municipal de Lisboa e o Engenheiro Civil Eurico Ferreira Gonçalves e o Arquitecto Francisco Zinho Antunes para a elaboração do Estudo de Urbanização do Restelo e Caramão da Ajuda, Lisboa, Setembro de 1964, In Espólio do Arquitecto Francisco Zinho Antunes, Dossier 1/10.

⁴⁴⁵ Ver Francisco Zinho Antunes e Eurico Ferreira Gonçalves, Documento Escrito 6111, Organismos e Serviços Particulares – Económicos e Financeiros – Actividade Industrial, Estudo Prévio da 1ª Fase do Estudo de Urbanização do Restelo e Caramão da Ajuda, Lisboa, S/data, In Espólio do Arquitecto Francisco Zinho Antunes, Dossier 2/10.

⁴⁴⁶ Idem.

⁴⁴⁷ Ver *Programa*, Documento anexo ao Contrato celebrado entre a Câmara Municipal de Lisboa e o Engenheiro Civil Eurico Ferreira Gonçalves e o Arquitecto Francisco Zinho Antunes para a elaboração do Estudo de Urbanização do Restelo e Caramão da Ajuda, Lisboa, Setembro de 1964, In Espólio do Arquitecto Francisco Zinho Antunes, Dossier 1/10.

anteriormente. Aliás como temos vindo a constatar ao longo desta investigação, se em meados dos anos 30 Faria da Costa fora ao encontro de Etienne De Gröer para que a sua proposta urbana respondesse ao futuro plano regulador do município, optando pela edificação de uma zona residencial ocupada maioritariamente por moradias unifamiliares, passadas algumas décadas, uma nova troca de impressões com a Câmara Municipal de Lisboa, nomeadamente dos projectistas Zinho Antunes e Ferreira Gonçalves para com Meyer-Heine⁴⁴⁸, levou a que estas moradias fossem substituídas por edifícios de habitação colectiva (no seguimento da proposta elaborada pelo Gabinete de Estudos de Urbanização, 1954).

De qualquer modo nesta fase de estudo assentou-se que os edifícios de carácter económico *terão volume, conforme planos da D.S.U.O. e não disporão de mais de 5 pisos*⁴⁴⁹ e quanto às restantes construções (embora os projectistas tenham afirmado que *será fundamental os estudos de pormenor a realizar na segunda parte deste trabalho, para a definir concretamente, e dependerão fundamentalmente da localização e distâncias a que ficarão os imóveis relacionados com a altura*⁴⁵⁰) de um modo geral *terão a sua maioria 8 ou mais pisos e serão em princípio ligados com corpos de 1 ou 1 a 3 pisos, permitindo a livre circulação de peões, protegidos da acção climatérica (sol, chuva), e que se destinam fundamentalmente a garagem ou estacionamento, comércio quotidiano, artesanato ou em alguns casos, também, para habitação, a implantar nas zonas previstas*⁴⁵¹. Depois da experiência de Jorge Chaves⁴⁵² (1920-1981) para a passagem comercial criada sob o Hotel Flórida (1959-1964) ou o conjunto da Praça de Alvalade (1960-1966) de Ruy d'Athouguia (1917-2006) e Fernando Silva (1914-1983) onde, para que os fogos fossem afastados do trânsito intenso que predomina naquela

⁴⁴⁸ Que havia sido colega de Faria da Costa no *Institut d'Urbanisme de Paris*. Ver Teresa Marat-Mendes e Vítor Oliveira, "Urban Planners in Portugal in the middle of the twentieth century: Etienne De Gröer and Antão Almeida Garrett, Planning Perspectives", 2012, DOI:10.1080/02665433.2013.737719, pp. 5.

⁴⁴⁹ Ver Francisco Zinho Antunes e Eurico Ferreira Gonçalves, Documento Escrito 3121 – Altura dos Edifícios, Estudo Prévio da 1ª Fase do Estudo de Urbanização do Restelo e Caramão da Ajuda, Lisboa, S/data, In Espólio do Arquitecto Francisco Zinho Antunes, Dossier 2/10.

⁴⁵⁰ Ver Francisco Zinho Antunes e Eurico Ferreira Gonçalves, Documento Escrito 3114, Habitat e Prolongamento da Habitação – Inquérito sobre Habitar, op. cit.

⁴⁵¹ Ver Francisco Zinho Antunes e Eurico Ferreira Gonçalves, Documento Escrito 3121, Altura dos Edifícios, op. cit.

⁴⁵² Com Anselmo Fernandez Rodriguez (1918-2000) e Eduardo Goullart de Medeiros (1932-2010).

zona da cidade, os edifícios de habitação foram elevados da cota da rua em pilotis sobre uma plataforma que acolhe o estacionamento e um conjunto de lojas (que em 1977 deram origem a um centro comercial da EPUL⁴⁵³), no Restelo, voltou-se experimentalmente (em Portugal) a recorrer a edifícios de habitação com galerias cobertas ao nível do rés-do-chão, ou seja, a um novo modo de relacionar as habitações com os serviços e o comércio, afastando-os a diferentes cotas dos veículos automóveis. Segundo Leonardo Benévolo este tipo de “unidade residencial” poderá ser denominada de “unidade homogénea elevada”,⁴⁵⁴ ou seja *alojamentos contidos em uma estrutura de vários pisos*⁴⁵⁵ que gozam da vantagem de usufruírem de serviços comuns.

Como referimos no subcapítulo anterior, Le Corbusier experimentou complexos blocos verticais com serviços agregados, entre elas aquela que se poderá aproximar do projecto de Zinho Antunes para o Restelo é provavelmente a primeira solução encontrada para responder à *unité d’habitation de grandeur conforme* (para cerca de 1600 habitantes) ensaiada em Marselha (1945), onde Corbusier propõe a coexistência de três edifícios com diferentes tipos de habitação sendo que *os serviços comerciais situam-se a meia altura dos três blocos, e os restantes (infantário, clube de jovens, campos desportivos, garagens) ao pé dos edifícios*⁴⁵⁶. Mas a mudança de escala do estudo da habitação individual para a cidade foi também experimentada por Alison (1928-1993) e Peter Smithson (1923-2003). No período conturbado após a Segunda Guerra Mundial e durante as últimas reuniões do CIAM – *quando a impossibilidade de diálogo se patenteou não já entre os representantes da antiga e das novas gerações - o que seria natural - mas sim entre os grupos mais responsáveis pela ultrapassagem das posições clássicas dos CIAM*⁴⁵⁷ –, Jaap Bakema (1914-1981), Georges Candilis (1913-1995), Aldo Van Eyck (1918-1999), Giancarlo di Carlo (1919-2005), Shadrach Woods

⁴⁵³ Cujo projecto é atribuído ao *atelier* do arquitecto Francisco Conceição Silva.

⁴⁵⁴ Ver Leonardo Benévolo, Carlo Melograni, Tommaso Gíura Longo, *Projectar a Cidade Moderna*, Lisboa, Editorial Presença, 1987, pp. 95.

⁴⁵⁵ Idem, op. cit., pp. 95.

⁴⁵⁶ Idem, op. cit., pp. 92.

⁴⁵⁷ Ver Nuno Portas, “A responsabilidade de uma novíssima geração no movimento moderno em Portugal”, *Arquitectura*, Nº 66, Novembro-Dezembro 1959, pp. 13.

(1923-1973) e Alison e Peter Smithson formaram o *Team X*⁴⁵⁸ (1953-1984) que vai teorizar acerca *de todo o problema das associações humanas e das relações que o edifício e a comunidade estabelecem no indivíduo*⁴⁵⁹, formalizando o que mais tarde se veio a denominar de *Novo Brutalismo* (*New Brutalisme*, c. 1954). Como referido na obra *Projectar a Cidade Moderna* de Leonardo Benévolo, em *Golden Lane* (Londres, 1952) os Smithson *concentram o seu trabalho na definição de um espaço para peões no interior dos edifícios, habilitado a acolher, na proximidade dos alojamentos e em vários planos, todas as funções – de ligação, de encontro, de troca, de jogo das crianças – normalmente desenvolvidas nos espaços urbanos exteriores*⁴⁶⁰ (Fig. 1.3.5.). Na continuidade das soluções defendidas anteriormente em que se procurou separar as vias destinadas aos automóveis das destinadas a peões – nomeadamente nas sugestões de Le Corbusier para *l'immeuble Villas* (1922, Fig. 1.3.7.) –, Alison e Peter Smithson também propõem uma separação mas a grande inovação está no facto desta ser feita a diferentes níveis, ou seja os automóveis deslocam-se nas estradas e os peões deslocam-se em galerias – *street in the air* (ou “estradas ao ar livre”) – a uma cota mais elevada (Fig. 1.3.6.). Semelhante proposta veio também a edificar-se em Thamesmead (1966) – uma das *new towns* – onde se verifica que *uma fileira contínua de alojamentos com passadiço (as ‘casas de alta densidade’) contém, no primeiro plano, a principal de via de peões ligando as habitações aos outros elementos: o centro citadino, os centros de bairro, as escolas, o parque fluvial com os equipamentos para os tempos livres, e as zonas industriais*⁴⁶¹ (Fig. 1.3.8.).

⁴⁵⁸ Para uma análise detalhada acerca dos encontros dos Team X ver Alison Smithson, *Team 10 Meetings: 1953-1984*, Delft, Delft University of Technology, Faculty of Architecture. Publikatieburo Bouwkunde, 1991.

⁴⁵⁹ Ver Alison e Peter Smithson, “Novo Brutalismo”, Riba, *Journal*, Junho 1957, citado em José Manuel Rodrigues (coord.), *Teoria e Crítica de Arquitectura do Século XX*, Lisboa, Caleidoscópio e Ordem dos Arquitectos, Secção Regional Sul, 2010, pp. 389.

⁴⁶⁰ Ver Leonardo Benévolo, Carlo Melograni, Tommaso Gíura Longo, *Projectar a Cidade Moderna*, Lisboa, Editorial Presença, 1987, pp. 96.

⁴⁶¹ Idem, op. cit., pp. 213.

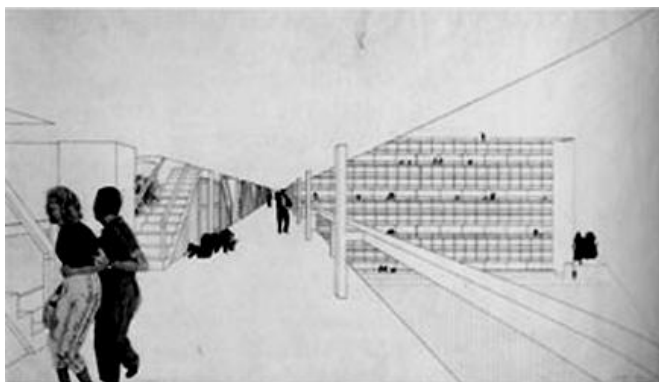
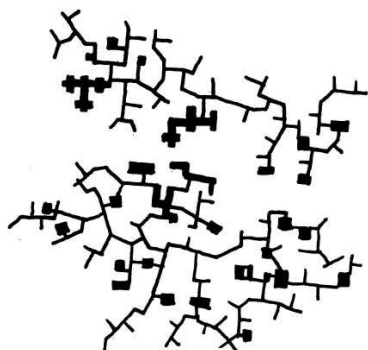


Fig. 1.3.5. Projecto do conjunto de Golden Lane, Alison e Peter Smithson, 1952⁴⁶².

Fig. 1.3.6. *Street in the air* em Golden Lane, Alison e Peter Smithson, 1952⁴⁶³



Fig. 1.3.7. L'Immeuble Villas, Le Corbusier, 1922⁴⁶⁴

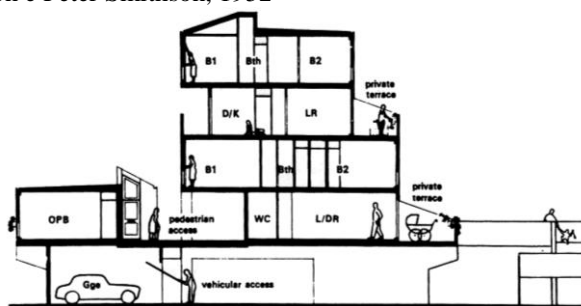


Fig. 1.3.8. Corte de uma banda de habitação de Thamesmead, 1966⁴⁶⁵

Definitivamente, depois da 2ª Guerra Mundial, a Europa – Portugal timidamente – vai procurar que a “Cidade Moderna” ofereça melhores condições de vida e de trabalho aos seus cidadãos reflectindo-se naturalmente numa grande transformação urbana como aquela que se verificou, por exemplo, no centro financeiro de Londres – *the City* –, o Barbican Centre (1960-1982) onde os arquitectos Chamberlin, Powell & Bon vão contemplar uma diversidade de edifícios na procura da integração da área residencial com as áreas de serviços e lazer (Fig. 1.3.9.).

⁴⁶² In <http://archiflux.wordpress.com/tag/influx-studio/>

⁴⁶³ In <http://archinect.com/features/article/40475/utopian-modernism-in-london-a-series-of-drifts>

⁴⁶⁴ In <http://digitalgallery.nypl.org>, Image ID: 1591148

⁴⁶⁵ In Leonardo Benévolo, Carlo Melograni, Tommaso Gíura Longo, *Projectar a Cidade Moderna*, Lisboa, Editorial Presença, 1987, pp. 239.



Fig. 1.3.9. Perspectiva e corte do auditório de Barbican, Londres⁴⁶⁶

Em Portugal, embora estivéssemos perante um contexto de análise crítica ao Urbanismo Moderno e à Carta de Atenas, ainda estávamos diante de um mesmo Regulamento Geral das Edificações Urbanas⁴⁶⁷ (RGEU). Apesar de Zinho Antunes abandonar os blocos habitacionais individualizados (e isolados) e propor um sistema de agregação habitacional onde se contemplam torres com galerias para aceder aos fogos que deveriam criar espaços públicos de transição (no embasamento das torres) e procurar favorecer as relações humanas, como criticara Nuno Portas, verifica-se ainda que *o ‘regulamento da edificação’ com o seu loteamento é o instrumento típico da cultura dominante, parecendo funcionar sem drama enquanto as componentes fossem a rua, o prédio de quarteirão, o logradouro, as serventias, etc. [...] cego que foi, e cada vez mais, aos sítios característicos, à interpretação da paisagem, às mudanças que se iam operando na vida e na cultura*⁴⁶⁸. Claramente esta opção de recorrer a um grande

⁴⁶⁶ In <http://architectural-review.tumblr.com/post/39308361675/barbican-cross-section>

⁴⁶⁷ Aprovado pelo Decreto-Lei N° 38 382 de 7 de Agosto de 1951.

⁴⁶⁸ Ver Nuno Portas, *A Cidade como Arquitectura*, Livros Horizonte, 2ª Edição (fac-símile) 2007, pp. 36.

números de edifícios torre não nos parece ser compatível com a zona de intervenção em questão. Como viera a chamar a atenção a revista *Arquitectura*, *as extensões urbanas de alta densidade em zonas livres de Lisboa, têm sido feitas quase sempre por disposições de volumes em ‘blocos’ e, ultimamente, em ‘torres’ de apreciável altura (superior à dezena de pisos) e descontínuos – relativamente afastados e interrompidos até mesmo por exigência da própria altura, cujos efeitos e vantagens – em relação aos inconvenientes não têm sido suficientemente discutidos*⁴⁶⁹. Ao contemplar serviços e comércio no embasamento das habitações Zinho Antunes propõe a criação de mais um “bairro” ou de mais uma “cidade nova”⁴⁷⁰ como designara Nuno Portas na continuação das palavras de Duarte Pacheco. “Quase” independente e autossuficiente dos “bairros” que haviam sido edificadas até ao momento, o habitante apenas deveria ter que descer no elevador do seu edifício para adquirir os bens de primeira necessidade e deslocar-se dentro de uma zona comercial ou de uma área coberta e protegida para recorrer a outros serviços. O aparecimento das torres do Restelo, que segundo Nuno Portas desde logo pareceu *aos mais conscientes que se tratava de um escândalo*⁴⁷¹, veio também mostrar que *a verdade é que a economia do terreno que se obtém com a construção em altura é, quase sempre ilusória*⁴⁷²; os proprietários *que querem valorizar os seus terrenos, esquecem ou fingem esquecer que por cada família empilhada tem que se prever uma certa quantidade de espaço livre, no terreno não só para o automóvel e acessos, como para recreio e desafogo colectivo*⁴⁷³.

Com 43 anos de idade não se poderá dizer que Zinho Antunes pertencesse à “novíssima geração”⁴⁷⁴ de que nos fala Nuno Portas em “A responsabilidade de uma novíssima geração no movimento moderno em Portugal” mas certamente tratou-se de um arquitecto que exerceu a sua actividade *em plena revisão do conceito de*

⁴⁶⁹ Ver “‘Dossier’ Restelo”, *Arquitectura*, Lisboa, Nº 130, Maio 1974, pp. 11.

⁴⁷⁰ Ver Nuno Portas, *A Cidade como Arquitectura*, Livros Horizonte, 2ª Edição (fac-símile) 2007, pp. 36.

⁴⁷¹ Ver Nuno Portas, “As ilusões da construção em altura”, *Cadernos Municipais*, Lisboa, Abril-Maio 1980, pp. 46-48, In Nuno Portas, *Arquitectura(s). Teoria e Desenho, Investigação e Projecto*, Porto, FAUP Publicações, 2005, pp. 417.

⁴⁷² Idem, op. cit., pp. 418.

⁴⁷³ Idem, op. cit., pp. 418.

⁴⁷⁴ Ver Nuno Portas, “A responsabilidade de uma novíssima geração no movimento moderno em Portugal”, *Arquitectura*, Nº 66, Novembro-Dezembro 1959, pp. 13-14.

*modernidade*⁴⁷⁵ e se preocupou em trazer realismo aos conceitos arquitectónicos modernistas⁴⁷⁶. Francisco Zinho Antunes estará decerto entre aqueles que “resolvem” os grandes problemas urbanos propondo uma integração arquitectura-urbanismo num sistema único, traduzido em novas formas e habitat e reabilitando as possibilidades de contacto com estruturas ambientais, como a rua, a galeria, a praça, o pátio, verificadas na tradição histórica e popular (refiro-me sobretudo à acção do ‘grupo x’)⁴⁷⁷. Em alternativa às quatro funções urbanas da Carta de Atenas – Habitar, Circular, Trabalhar, Lazer (do corpo e do espírito) – os Smithson vão procurar explorar o conceito de comunidade na “cidade ideal” segundo quatro novos princípios: Casa, Rua, Distrito, Cidade. Uma vez que Zinho Antunes estava geracionalmente próximo do arquitecto Joaquim Bento d’Almeida, e dado que este possuía no *atelier* conjunto com Victor Palla a obra de referência *Urban Structuring: Studies of Alison & Peter Smithson*⁴⁷⁸ (1951) poder-se-á eventualmente depreender que o contacto estabelecido entre estes arquitectos poderá ter levado ao empréstimo deste importante livro, influenciando o modo de projectar deste arquitecto.

Desconhece-se porém a razão que levou Zinho Antunes (e o Município) a recorrer a um projecto de edifícios de habitação com altura tão elevada num território onde até à data haviam apenas sido edificadas moradias unifamiliares e blocos de habitação multifamiliar com altura igual ou inferior a 8 pisos. Repare-se que até ao momento também não haviam sido edificados no centro de Lisboa um grande número de edifícios-torre (ou arranha-céus), na realidade, observando os projectos divulgados nos periódicos da especialidade da época, sabe-se que Cassiano Branco (1887-1970) havia projectado um arranha-céus (16 pisos) destinado a *centro comercial e habitações*,

⁴⁷⁵ Idem, op. cit., pp. 14.

⁴⁷⁶ Ver Nuno Portas, *A Arquitectura para Hoje*, 1964 (1ª Edição), Livros Horizonte, 2008, pp. 18.

⁴⁷⁷ Ver Nuno Portas *Arquitectura(s), História e Crítica, Ensino e Profissão*, Porto, FAUP publicações, 2005, pp.63.

⁴⁷⁸ Para mais informações ver Patrícia Bento d’Almeida, *Victor Palla e Bento d’Almeida. Obras e Projectos de um Atelier de Arquitectura, 1946-1973*, Dissertação de Mestrado em História da Arte Contemporânea apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2006, Volume II, pp. 622-637.

*tipo apartment*⁴⁷⁹ a construir num quarteirão da Avenida da Liberdade (não construído, 1943) e “um edifício de 11 andares” para a Praça de Londres (construído, 1951), exemplos de “torres” moderadamente modernas – Modernistas – com ornamentos nacionalistas revelando a sua admiração pelos *skyscraper* nova-iorquinos. No que diz respeito a blocos (modernos) com altura elevada, evidentemente que por esta altura eram já alguns os exemplos que pontuavam a cidade, nomeadamente na Avenida dos Estados Unidos da América⁴⁸⁰ (lado norte 1954-1957; lado sul 1955-c.1959) como veremos mais à frente neste subcapítulo, mas também na Praça das Águas Livres⁴⁸¹ (Bloco das Águas Livres, 1953-1955) ou nas Avenidas do Brasil⁴⁸² (1956-1958) e Infante Santo⁴⁸³ (1955). A torre do hotel Sheraton (edifícios Avis⁴⁸⁴, 1962-1972) é outro dos exemplos que merece ser aqui mencionado, pois que com os seus 30 pisos, constitui uma das maiores torres edificadas na capital.

Considera-se ainda importante revelar que Zinho Antunes visitou a **INTERBAU**⁴⁸⁵ (*Internationale Bauausstellung Berlin*, Figs. 1.3.10. e 1.3.11.) em **1957**. Tratou-se de uma importante mostra de arquitectura realizada em Berlim Ocidental que procurou espelhar uma sociedade livre e democrática com a participação de 53 arquitectos⁴⁸⁶ na construção de cerca de 1300 unidades residenciais distribuídas

⁴⁷⁹ Ver *Lisboa do Futuro: projecta-se a construção de um arranha-céus na avenida da Liberdade*, *Diário de Lisboa*, 15/3/1943, citado por Michel Toussaint Alves Pereira, In *Da Arquitectura à Teoria e o Universos da Teoria da Arquitectura em Portugal na primeira metade do século XX*, Dissertação de Doutoramento em Teoria da Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, 2009, pp. 289.

⁴⁸⁰ Conjuntos habitacionais da autoria dos arquitectos Manuel Laginha, Pedro Cid e João Esteves (1954-1957) – lado norte; J. Croft de Moura, Henrique Alvim e Nuno Craveiro Lopes (1955-1957) – lado sul.

⁴⁸¹ Da autoria de Bartolomeu da Costa Cabral e Nuno Teotónio Pereira.

⁴⁸² Conjunto habitacional do Montepio Geral da autoria de Jorge Segurado.

⁴⁸³ Da autoria de João Abel Manta, Alberto Pessoa, Hernâni Gandra (Avenida Infante Santo, 1955)

⁴⁸⁴ Da autoria do arquitecto Fernando Silva (projecto geral), engenheiro Nuno Leitão Abrantes (estrutura) e engenheiro Edgar Cardoso (consultor de estruturas).

⁴⁸⁵ Exposição Internacional da Construção.

⁴⁸⁶ 19 Arquitectos estrangeiros, 16 alemães ocidentais e 18 berlinenses ocidentais. Entre os participantes destacam-se Alvar Aalto (1898-1976), Johannes Hendrik van den Broek (1898-1978), Jacob Berend Bakema (1914-1981), Paul Baumgarten (1900-1984), Eugène Beudouin (1898-1983), Luciano Baldessari (1896-1982), Werner Düttmann (1921-1983), Egon Eiermann (1904-1970), Walter Gropius (1883-1969), Bruno Grimmek (1902-1969), Oscar Niemeyer (n. 1907), Max Taut (1884-1967) e Le Corbusier (1887-1965).

entre torres⁴⁸⁷ (até 17 pisos), blocos habitacionais (8 a 10 pisos e 3 a 4 pisos) e moradias unifamiliares (1 a 2 pisos). Influenciada pela Carta de Atenas, esta exposição contemplou a construção de diversos tipos de edifícios integrados num vasto espaço arborizado espelhando a *Cidade Moderna*. Naturalmente as soluções ali apresentadas não oferecem evidentes semelhanças com a proposta de Zinho Antunes para o Restelo porém, o facto deste arquitecto ter tido o cuidado de guardar durante toda a sua vida profissional os catálogos ali adquiridos revela-nos o seu interesse por esta grande intervenção urbana. Quando se deu esta operação urbana no Restelo haviam passado alguns anos sobre a exposição de Berlim e como referimos anteriormente, outros conceitos de cidade estavam naturalmente em estudo. Será que a preferência de Zinho Antunes por edifícios elevados sobre galerias comerciais/pedonais nos revela uma vontade de pôr em evidência a sua obra no panorama envolvente? Ou quererá este tipo de intervenção responder aos desejos de um presidente da Câmara que também poderia querer destacar uma obra durante o seu mandato? Efectivamente trata-se de um volume que, como uma “cortina”, separa o Restelo de Monsanto. Apesar de tudo e como salientara Michel Toussaint, no artigo “Afirmção e Crise da Cidade Moderna”, verifica-se que por esta altura a construção de *torres [era] então habitual nas ‘urbanizações’ de iniciativa privada e que então preenchiam as necessidades de habitação da classe média em zonas como Benfca*⁴⁸⁸, ou seja, zonas periféricas à cidade.

⁴⁸⁷ Nomeadamente da autoria dos arquitectos Luciano Baldessari (1896-1982), Jacob Berend Bakema (1914-1981), Gustav Hassenpflug (1907-1977), Eugène Beaudouin (1898-1983) e Hans Schwippert (1899-1973).

⁴⁸⁸ Ver Michel Toussaint Alves Pereira, “Afirmção e crise da Cidade Moderna”, In Francisco Gentil Berger, Luís Bissau e Michel Toussaint Alves Pereira, *Guia de Arquitectura Lisboa 94*, Lisboa, Ed. Associação dos Arquitectos Portugueses e Sociedade Lisboa 94, Faculdade de Arquitectura Universidade Técnica de Lisboa, 1994, pp. 317.

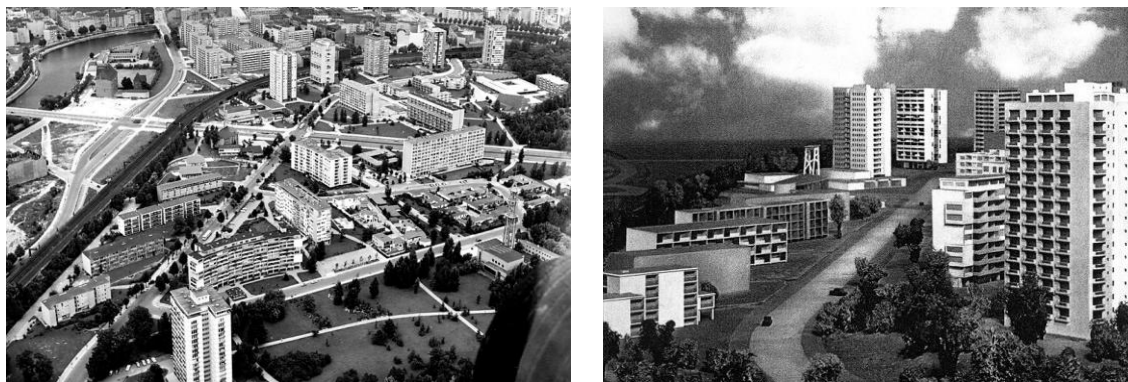


Fig. 1.3.10. Vista aérea da zona onde se realizou a INTERBAU, 1957⁴⁸⁹

Fig. 1.3.11. Maquete da INTERBAU, s.d.⁴⁹⁰

Relativamente aos estabelecimentos comerciais, como se poderá constatar na figura 1.3.12. a equipa projectista definiu que estes dever-se-iam reunir *em centros principais, pólos poderosos de atração comercial, e em centros secundários, fomentadores de relações de vizinhança*⁴⁹¹. Pretendia-se ainda que *o comércio [fosse] organizado ao longo de determinado percurso, obtendo-se, assim, uma vitalização linear do conjunto*⁴⁹². O comércio de primeira necessidade deveria ser instalado *em ponto nevrálgico dos quarteirões, para além do naturalmente fixado no centro da zona comercial [(com comércio excepcional, ocasional e de quotidiano)]*⁴⁹³, cujo raio de influência determinado foi de 800 metros. Não foi previsto qualquer mercado, segundo os projectistas *os habitantes da zona, poderão utilizar o mercado existente na proximidade, na Rua Dom Lourenço de Almeida*⁴⁹⁴. Esclareceram ainda os autores do plano que *as instalações destinadas às sucursais de bancos, serão situadas no centro do*

⁴⁸⁹ In <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/10.117/4025>

⁴⁹⁰ Idem.

⁴⁹¹ Ver Programa, Documento anexo ao Contrato celebrado entre a Câmara Municipal de Lisboa e o Engenheiro Civil Eurico Ferreira Gonçalves e o Arquitecto Francisco Zinho Antunes para a elaboração do Estudo de Urbanização do Restelo e Caramão da Ajuda, Lisboa, Setembro de 1964, In Espólio do Arquitecto Francisco Zinho Antunes, Dossier 1/10.

⁴⁹² Idem.

⁴⁹³ Ver Francisco Zinho Antunes e Eurico Ferreira Gonçalves, Documento Escrito 3221, Zonas de Habitação – Prolongamentos da Habitação, Estudo Prévio da 1ª Fase do Estudo de Urbanização do Restelo e Caramão da Ajuda, Lisboa, S/data, In Espólio do Arquitecto Francisco Zinho Antunes, Dossier 2/10.

⁴⁹⁴ Ver Francisco Zinho Antunes e Eurico Ferreira Gonçalves, Documento Escrito 5112, Organismos e Serviços Particulares – Económicos e Financeiros – Comércio, op. cit.

*coração da zona*⁴⁹⁵ e as instalações para actividade profissional, destinadas a advogados, arquitectos, artistas plásticos, enfermeiros, engenheiros, médicos, etc., serão reunidos em blocos a situar no plano mais alto do 'centrum' da zona⁴⁹⁶.

Como base comparativa de estudo, os projectistas seleccionaram zonas próximas e com características idênticas para análise de um hectare tipo julgando-se que, pela proximidade, fossem influentes ou até mesmo determinantes. Assim como manifestado pelos autores do plano, dada semelhante necessidade, optou também o *Plano Director de Urbanização de Lisboa, pela colheita de elementos do inquérito, pelo processo de amostragem que incidiu sobre o hectare mais representativo das diversas zonas homogéneas escolhidas*⁴⁹⁷. Deste modo, no que diz respeito à população vizinha tomou-se em consideração áreas denominadas por Restelo (4.816 hab.), Tristão da Cunha (3.384 hab.), Pedrouços (3.420 hab.), Algés (2.672 hab.), Caselas (2.925 hab.) e Calçada da Ajuda (31.670 hab.) (Fig. 1.3.13.). A área em estudo foi ainda comparada pelos autores do plano à Avenida Estados Unidos da América (Fig. 1.3.14.), ou seja, a uma zona da cidade cujo crescimento urbano é (aproximadamente) contemporâneo ao do Restelo. Ali a densidade populacional apresentava-se elevada (superior a 350 habitantes/ha⁴⁹⁸) quando comparada com a (baixa) densidade populacional que o Restelo contava até ao momento pois por esta altura a Avenida dos Estados Unidos da América tinha já construído diversos conjuntos habitacionais que albergavam um número considerável de habitantes, nomeadamente os conjuntos habitacionais da autoria dos arquitectos Manuel Laginha, Pedro Cid e João Esteves (1954-1957) e de J. Croft de Moura, Henrique Alvim e Nuno Craveiro Lopes (1955-1957).

⁴⁹⁵ Idem.

⁴⁹⁶ Idem.

⁴⁹⁷ Ver Francisco Zinho Antunes e Eurico Ferreira Gonçalves, Documento Escrito 3111, Habitat e Prolongamento da Habitação – Inquérito sobre Habitat, op. cit.

⁴⁹⁸ Ver Francisco Zinho Antunes e Eurico Ferreira Gonçalves, Documento Escrito 2113, População, op. cit.



Fig. 1.3.12. Tipos de Comércio, Estudo Prévio da 1ª Fase do Estudo de Urbanização do Restelo e Caramão da Ajuda, F. Zinho Antunes e E. Ferreira Gonçalves, s.d.⁴⁹⁹

● Comércio Excepcional; ● Comércio Ocasional; ● Comércio Quotidiano

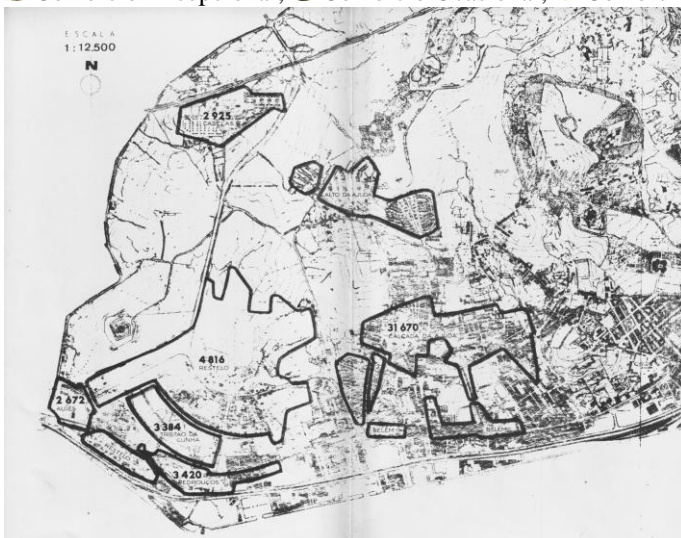


Fig. 1.3.13. População de zonas vizinhas (Encosta do Restelo), s.d.⁵⁰⁰



Fig. 1.3.14. População de uma zona semelhante (Avenida Estado Unidos da América), s.d.⁵⁰¹

⁴⁹⁹ In Planta 5111, op. cit.

⁵⁰⁰ In Planta 2111 – Estudo Prévio da 1ª Fase do Estudo de Urbanização do Restelo e Caramão da Ajuda, Lisboa, S/data, In Espólio do Arquitecto Francisco Zinho Antunes, Dossier 2/10.

Dado o panorama socioeconómico da população activa nas proximidades, estabeleceu-se previamente que a área a urbanizar seria na sua maioria destinada a uma população cujo escalão pertencesse ao sector terciário (serviços) (Fig. 1.3.16.). Segundo os autores do plano *esta predominância é provocada pelo afluxo da população da cidade com actividades no sector secundário para zonas dispersas no País, de acordo com a política de descongestionamento industrial definida pelo Ministério da Economia, ao contrário do que vinha acontecendo, uma afluência à cidade, por parte das populações rurais, no desejo de uma promoção Económico-Social*⁵⁰². Com o intuito (também) económico de valorização e promoção de venda de terrenos pertencentes à Câmara Municipal de Lisboa a terceiros, a restante população, com baixos rendimentos e instrução (Fig. 1.3.17.), ocuparia um complemento de habitação económica (casas de renda módica) ao bairro preexistente do Caramão da Ajuda, *admitindo, mesmo, a promoção social desta população*⁵⁰³ sob inevitável influência da população que habita o bairro do Restelo. Mas a diferenciação clara em oposição à mistura indiscriminada das habitações destinadas a diversas categorias sociais – como pretendido no Decreto-Lei Nº 42.454 de 18 de Agosto de 1959 e aplicado em Olivais-Norte (1955-1958) – conduziu, mais uma vez e inevitavelmente (ao contrário do ambicionado pelos autores do plano), a uma segregação social, com a agravante da Rua Gregório Lopes e dos edifícios torre funcionarem como uma barreira física ao bairro do Caramão da Ajuda obrigando ao seu contorno e não ao seu atravessamento como seria desejável (Fig. 1.3.15.).

⁵⁰¹ In Planta 2112, op. cit.

⁵⁰² Ver Francisco Zinho Antunes e Eurico Ferreira Gonçalves, Documento Escrito 2213 – Actividades – Ocupações Profissionais, op. cit.

⁵⁰³ Idem.



Fig. 1.3.15. Vista aérea actual da zona das torres e da Rua Gregório Lopes⁵⁰⁴

	CASELAS	RESTELO	T. CUNHA	PEDROUÇOS	ALGÉS	C.AJUDA	AV. EUA
I Grandes Comerciantes e Industriais	0	10,7	0	3,3	0	0	0
II Quadros Superiores	0	17,9	10	3,3	12,1	0,4	14,7
III Quadros Médios	5,9	0	13,3	9,8	9,2	2,5	16,3
IV Pequenos Comerciantes Industriais e Artesãos	9,8	0	0	7,6	5	7,7	6,2
V Empregados	51	0	45	31,5	34	33	20,9
VI Contramestres e Operários Especializados	15,7	0	1,7	17,4	7,8	30,8	7,7
VII Operários Não Especializados	5,9	0	0	7,6	0,7	13,9	0,8
VIII Pessoal de Serviço	3,9	71,4	28,3	14,1	27,7	2,2	29,5
IX Outras Pessoas Activas	7,8	0	1,7	5,4	3,5	9,5	3,9

Fig. 1.3.16. Dados Estatísticos, Estudo Prévio da 1ª Fase do Estudo de Urbanização do Restelo e Caramão da Ajuda, Francisco Zinho Antunes e Eurico Ferreira Gonçalves⁵⁰⁵

⁵⁰⁴ In <http://lisboainteractiva.cm-lisboa.pt/>

⁵⁰⁵ In Quadros 2211 e 2212, Documento Escrito 2213 – Actividades – Ocupações Profissionais, In Espólio do Arquitecto Francisco Zinho Antunes, Dossier 2/10.

	CASELAS	RESTELO	T. CUNHA	PEDROUÇOS	ALGÉS	C.AJUDA	AV. EUA
Pessoas/Automóvel	13	3,1	18,8	15,2	11,1	49,6	8,7
Criadas/Fogo	0,07	2,57	0,59	0,16	0,38	0,01	0,4
% Pessoas que frequentam Cinemas	3,33	60,5	26,1	36,4	48,5	3,9	20,6

Fig. 1.3.17. Dados Estatísticos, Estudo Prévio da 1ª Fase do Estudo de Urbanização do Restelo e Caramão da Ajuda' Francisco Zinho Antunes e Eurico Ferreira Gonçalves⁵⁰⁶

Ainda que a revisão do Plano Director de Urbanização de Lisboa procurasse garantir a possibilidade de emprego perto da habitação e apesar da (insuficiente) contemplação de equipamentos previstos por Zinho Antunes e Ferreira Gonçalves para dar resposta a uma vida social autónoma e capaz de satisfazer as necessidades vitais da população residente, dada a localização na cidade e a separação dos seus habitantes por capacidades financeiras, os moradores deste perímetro urbano viram-se também obrigados a se deslocar diariamente a outros centros administrativos e comerciais. Como chamou a atenção a equipa projectista relativamente a outras zonas do Restelo outrora edificadas, a população *sofreu um envelhecimento natural, em tempo longo, fundamentalmente, provocado por razões de ocupações e de nível e vida da população activa em relação ao desvio do centro de actividades, a servir*⁵⁰⁷. Mas não será de destacar que o mesmo poderá vir a verificar-se com a população que veio a habitar esta zona norte e limítrofe do Restelo (e da cidade)? Genuinamente, como projectista e pensador da cidade, Keil do Amaral escrevera “sobre a solidão em comum”, como se pode entender na seguinte citação:

*As novas condições de produção e de distribuição provocaram, com efeito, a ‘desintegração’ da vida das gentes: dorme-se num sítio, trabalha-se noutro, distante, e come-se ainda noutro, à pressa; durante as horas do trabalho são vedadas as conversas para não afectar o rendimento; e, no regresso a casa, o cansaço, ou a necessidade de fazer uns trabalhos suplementares para equilibrar o orçamento doméstico, impedem a vida de relações, que fomenta a diversidade dos indivíduos e aperfeiçoa neles a consciência da cidadania*⁵⁰⁸.

⁵⁰⁶ In Quadro 2231, op. cit.

⁵⁰⁷ Ver Francisco Zinho Antunes e Eurico Ferreira Gonçalves, Documento Escrito 2221, Actividades – Envelhecimento, Dependências e Estudantes, op. cit.

⁵⁰⁸ Ver Francisco Keil do Amaral, *Lisboa. Uma Cidade em Transformação*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1969, pp. 34-35.

No que diz respeito às *Vias de Comunicação*, estas seriam subdivididas em: primárias - *ligam a zona a projectar com outras já edificadas, ou esta a si*⁵⁰⁹; secundárias - *constituem a verdadeira ossatura do plano e destinam-se ao serviço exclusivo do agrupamento*⁵¹⁰, ou seja, garantem a mobilidade e acessibilidade; e terciárias - *destinam-se a garantir os serviços de limpeza, mudanças, bombeiros, ambulância e outros que tornem indispensável uma aproximação dos edifícios e a ligação das vias secundárias aos parques de estacionamento de regime de sentido único*⁵¹¹. Relativamente ao *Estacionamento e Garagens*, dado que o número previsto de veículos para este aglomerado habitacional é de 0,5 veículos por cada fogo (o que representa um total de 3.600 veículos) o parqueamento seria distribuído em parques descobertos que absorveriam 50% dos veículos existentes e *seriam localizados de forma a proporcionarem aos edifícios destinados a habitação, isolamentos em relação aos ruídos e movimentos automóveis*⁵¹²; 25% em parques cobertos, que *situar-se-iam, na medida do possível, ao abrigo de desníveis do terreno, permitindo o aproveitamento da sua cobertura para espaço público*⁵¹³; e 25% em garagens que *seriam instalados em edifícios próprios, de um ou dois andares, servindo também de estação de serviço*⁵¹⁴.

Quanto às *Zonas Verdes*, os projectistas definiram que estas deveriam ser divididas em *jardins particulares que embora tenham entrada condicionada e ainda que efectivamente não pertençam ao espaço público, o seu planeamento é previsto, para se conseguir uma perfeita integração na estrutura do conjunto*⁵¹⁵; *Imóveis Colectivos* que correspondem a *pequenas áreas arborizadas, junto de edifícios, destinados a serem utilizados pelos que os habitam, sem carácter de exclusividade*⁵¹⁶; *Espaços Verdes Públicos* onde *seriam criados vários recintos arborizados, de*

⁵⁰⁹ Ver Programa, Documento anexo ao Contrato celebrado entre a Câmara Municipal de Lisboa e o Engenheiro Civil Eurico Ferreira Gonçalves e o Arquitecto Francisco Zinho Antunes para a elaboração do Estudo de Urbanização do Restelo e Caramão da Ajuda, Lisboa, Setembro de 1964, In Espólio do Arquitecto Francisco Zinho Antunes, Dossier 1/10.

⁵¹⁰ Idem.

⁵¹¹ Idem.

⁵¹² Idem.

⁵¹³ Idem.

⁵¹⁴ Idem.

⁵¹⁵ Idem.

⁵¹⁶ Idem.

*dimensões superiores aos citados anteriormente e caracterizados por uma vegetação mais variada. Neles seriam incluídas estátuas, tanques, repuxos e outros elementos de interesse*⁵¹⁷; *Parques Infantis* localizados nas zonas verdes que envolvam as *edificações*⁵¹⁸; e zona de respeito ao *Cemitério*. Relativamente à (im)possível ampliação do cemitério da Ajuda, referem os autores do plano que *tal facto seria a negação deste plano*⁵¹⁹, no entanto ao considerar o cemitério tal como se encontrava à época, Zinho Antunes e Ferreira Gonçalves admitem a sua protecção *por uma faixa de terreno a arborizar no seu maior cumprimento possível e numa largura a fixar quando das soluções em pormenor. Esta largura que os italianos consideram ser num mínimo de 200 mts., é admitida em Lisboa em 10 mts.*⁵²⁰.

Quanto à definição e cálculo do número de escolas/alunos necessárias à área em estudo para além de Zinho Antunes e Ferreira Gonçalves terem tido em linha de conta os dados estatísticos e o elaborado pelo Gabinete Técnico de Habitação para o desenvolvimento do plano urbano dos Olivais, ao consultarmos o espólio deste arquitecto tivemos ainda a oportunidade de constatar que os projectistas tiveram também em consideração a obra *Urbanistica. La Técnica* (1947) da autoria de Giorgio Rigotti, que fornece as bases para a criação de um programa e projecto de arquitectura para diversos tipos de edifícios escolares. Assim, tendo em atenção as escolas edificadas até ao momento (Externato de São José das Irmãs Dominicanas Portuguesas) ou cuja construção estivesse prevista (colégio masculino a construir pelo Patriarcado e liceus feminino, masculino e hospitalar a construir pelos Irmãos Hospitaleiros de S. João de Deus) apenas foram contemplados dois novos equipamentos escolares (masculino e feminino) a localizar na célula C, *no quarteirão onde está instalado o edifício do Ministério do Ultramar [...], cuja capacidade de ambas será de 380 ou 760 alunos,*

⁵¹⁷ Idem.

⁵¹⁸ Ver Francisco Zinho Antunes e Eurico Ferreira Gonçalves, Documento Escrito 3221, Zonas de Habitação – Prolongamentos da Habitação, Estudo Prévio da 1ª Fase do Estudo de Urbanização do Restelo e Caramão da Ajuda, Lisboa, S/data, In Espólio do Arquitecto Francisco Zinho Antunes, Dossier 2/10.

⁵¹⁹ Ver Francisco Zinho Antunes e Eurico Ferreira Gonçalves, Documento Escrito 4311, Serviços Públicos – Sepulturas, op. cit.

⁵²⁰ Idem.

*consoante o número de pisos daquelas escolas*⁵²¹ (Fig. 1.3.18.). Os autores do plano afirmaram ainda que para determinar o número de alunos que frequentaria o ensino primário atribuíram *a percentagem de 6% sobre a população total do aglomerado*⁵²². Consideraram que a área da escola seria definida pela atribuição de 15 a 20 m² por aluno, sendo que *a capacidade das salas de aulas oscilará entre 36 e 40 alunos por aula*⁵²³. Ficou também estabelecido que *para número de salas superiores a 8, deverá o grupo arquitectónico ser organizado em módulos de 4 a 6 salas com acção distinta fazendo, no entanto, parte de um conjunto que disponha dum corpo central de equipamento comum*⁵²⁴. Zinho Antunes e Ferreira Gonçalves defenderam que *os 6 anos de escolaridade obrigatória e a reduzida, ou, quase nula frequência de alunos no curso complementar de instrução primária dentro deste núcleo, dadas as características da sua população, leva-nos a concluir que haverá um acréscimo de afluência de alunos aos primeiros anos do curso secundário*⁵²⁵. Assim foi definido: *para o 1º ciclo do liceu e ciclo preparatório das escolas técnicas, ou, o previsto ciclo unificado que substituirá aqueles ciclos – 4% da população total; Para o 2º e 3º ciclos do liceu e anos seguintes ao ciclo preparatório das escolas técnicas – 4% da população total; A localização dos estabelecimentos de ensino secundário, dada a autonomia das idades dos alunos que os frequentam, é obtida em função da atribuição de um estabelecimento por grupos de 40.000 habitantes*⁵²⁶. Curiosamente consideraram os projectistas *como áreas óptimas de influência e suas respectivas áreas de extensão admissível, as compreendidas em círculos de raios de 1.000 m e 2.000 m, respectivamente*⁵²⁷. Apesar de tais números aparentarem ser diminutos se atendermos ao facto da distância mínima fixada que uma criança pode percorrer a pé para chegar em segurança à sua escola (cerca de 400

⁵²¹ Ver Francisco Zinho Antunes e Eurico Ferreira Gonçalves, Documento Escrito 4112, Serviços Públicos – Ensino Primário, Estudo Prévio da 1ª Fase do Estudo de Urbanização do Restelo e Caramão da Ajuda, Lisboa, S/data, In Espólio do Arquitecto Francisco Zinho Antunes, Dossier 2/10.

⁵²² Ver Francisco Zinho Antunes e Eurico Ferreira Gonçalves, Documento Escrito 4111, Serviços Públicos – Ensino Primário, op. cit.

⁵²³ Idem.

⁵²⁴ Idem.

⁵²⁵ Ver Francisco Zinho Antunes e Eurico Ferreira Gonçalves, Documento Escrito 4121, Serviços Públicos – Ensino Técnico e Secundário, op. cit.

⁵²⁶ Idem.

⁵²⁷ Idem.

metros⁵²⁸) não ser respeitada, encontramos ainda a área em estudo bem apoiada por um conjunto de escolas técnicas elementares (Paula Vicente e Francisco Arruda), comerciais (Ferreira Borges) e industriais (Marquês de Pombal) que se situam na periferia do referido núcleo. No entanto não nos parece correcto que apesar deste bairro residencial ser destinado a uma classe média, imponha a inscrição das crianças em escolas privadas pelo simples facto de não existirem escolas públicas nas proximidades de sua casa. Por fim, quanto ao centro social⁵²⁹, este situar-se-ia *a Norte da zona em estudo, junto dos núcleos de habitação, para classes populares, já existentes e dos terrenos livres*⁵³⁰. O arquitecto Humberto Sousa Dias (n. 1924) que estava a elaborar à data um projecto de um Centro de Assistência para o Caramão da Ajuda considerou este centro *suficiente para satisfazer as necessidades assistenciais do Bairro do Caramão d'Ajuda, segundo os números dados pela Acção Social, Misericórdia e C.M.L.*⁵³¹.

⁵²⁸ De acordo com as recomendações da União Internacional dos Arquitectos, *o raio máximo da serventia das escolas primárias foi fixado em 400 m (em geral não ultrapassa os 300 m) e a sua localização nas células determinada de forma a atravessar pelas crianças de qualquer arruamento principal, nos percursos diários de e para a escola*, Ver Jorge Carvalho de Mesquita, Olivais Sul. Gabinete Técnico da Habitação da Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, s.d. pp. 17.

⁵²⁹ Composto por patronato, infantário (40 crianças), creche (40 crianças), oficinas (10 rapazes e 20 raparigas) capela (200 pessoas), convívio (200 pessoas), posto de puericultura, *nursery*. In Espólio do Arquitecto Francisco Zinho Antunes, Dossier 3/10.

⁵³⁰ Ver Francisco Zinho Antunes e Eurico Ferreira Gonçalves, Documento Escrito 3221, Zonas de Habitação – Prolongamentos da Habitação – Estudo Prévio da 1ª Fase do Estudo de Urbanização do Restelo e Caramão da Ajuda, Lisboa, S/data, In Espólio do Arquitecto Francisco Zinho Antunes, Dossier 2/10.

⁵³¹ Ver Espólio do Arquitecto Francisco Zinho Antunes, Dossier 3/10.



Fig. 1.3.18. Conjunto de Escolas Existentes e Propostas, Estudo Prévio da 1ª Fase do Estudo de Urbanização do Restelo e Caramão da Ajuda, F. Zinho Antunes e E. Ferreira Gonçalves, s.d.⁵³²

OFICIAL: ✕ Masculina Prevista; ✕ Feminina Prevista; ■ Masculina Existente; ■ Feminina Existente

PARTICULAR: ■ Masculina Prevista; ■ Feminina Existente

Como manifestado pelos autores do plano, *no relevo do próprio terreno destacamos dois pontos: um, onde será implantado o 'centrum' do aglomerado [(Fig. 1.3.19.)] que na sua disposição arquitectónica ficará francamente aberto à panorâmica que domina [e que prevê a instalação de um estabelecimento cultural polivalente: o Museu de Etnologia do Ultramar⁵³³]; outro, no sítio onde se localiza a antiga sede do*

⁵³² In Planta 4110 – Estudo Prévio da 1ª Fase do Estudo de Urbanização do Restelo e Caramão da Ajuda, Lisboa, S/data, In Espólio do Arquitecto Francisco Zinho Antunes, Dossier 2/10.

⁵³³ Actualmente denominado de Museu Nacional de Etnologia, Inventariado pelo IHRU com o N° IPA: PT031106400370.

*campo de 'golf' onde se instalará um hotel e restaurante*⁵³⁴ (Fig. 1.3.20.). Observe-se que o local escolhido por estes projectistas para a localização do “centrum” é, quando comparado com o plano do bairro residencial da encosta da Ajuda (Faria da Costa, 2ª fase, 1953), aproximadamente a zona onde havia sido proposta a existência de uma grande avenida que, como que um promontório, receberia moradias ao longo desta, bem como um pavilhão de chá e um jardim-escola. De acordo com o projecto de reajustamento da 2ª fase da encosta do Restelo (Falcão e Cunha e Sommer Ribeiro, 1959) este seria o local onde se implantariam os edifícios considerados de interesse geral como a igreja, o centro cultural e a biblioteca. Valerá a pena atentar que apesar de termos o conhecimento de que em meados da década de 50 do século XX a Câmara Municipal de Lisboa tenha procurado entrar em negociações com o *Lisbon Sports Club* (ou “Clube Inglês da Ajuda”) para expropriar os (cerca de 300ha) terrenos onde tinha localizado o “campo de golfe dos ingleses” e aí edificar habitações sociais, em 1962, é anunciado que tais terrenos seriam expropriados para ser vendidos a construtores civis com destino a urbanização. Como veremos mais à frente nesta investigação a área designada de “centrum” corresponde também aproximadamente àquela que se denominará de “quarteirão piloto” a quando da intervenção da EPUL neste bairro.

Relativamente à prática do desporto – pela primeira vez contemplada no desenvolvimento de um plano de urbanização para o bairro do Restelo – saliente-se o facto de que em Outubro de 1962 estava prevista a construção de um complexo de piscinas e campo de jogos (com projecto da autoria de Guilherme Rebelo de Andrade) para o alto do Caramão da Ajuda mas apesar da sua não edificação, a proximidade do Parque Florestal de Monsanto, dos parques náuticos junto ao Tejo e do Estádio Municipal do Restelo que à data oferecia campo de futebol com pista de atletismo, campos de ténis e de basquetebol, ringue de patinagem e mini-golfe, permitiam garantir à zona um certo apoio (Fig. 1.3.21.). Ainda assim os projectistas consideraram que os espaços livres resultantes entre edifícios deveriam ser aproveitados para a prática

⁵³⁴ Ver Francisco Zinho Antunes e Eurico Ferreira Gonçalves, Documento Escrito 7211, Diversões, Repouso, Desporto, Turismo – Turismo – Património Monumental e Turístico – Estudo Prévio da 1ª Fase do Estudo de Urbanização do Restelo e Caramão da Ajuda, Lisboa, S/data, In Espólio do Arquitecto Francisco Zinho Antunes, Dossier 2/10.

desportiva, deste modo *ficará a zona apetrechada para que 5% a 6% da população respectiva possa praticar desporto*⁵³⁵ e como noutras zonas da cidade, possa também atrair população de bairros vizinhos.

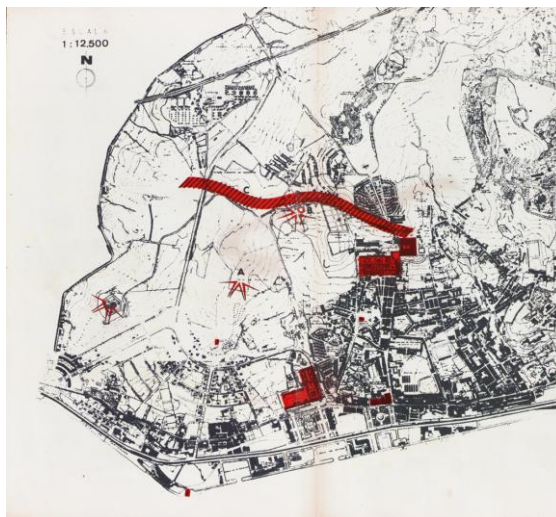
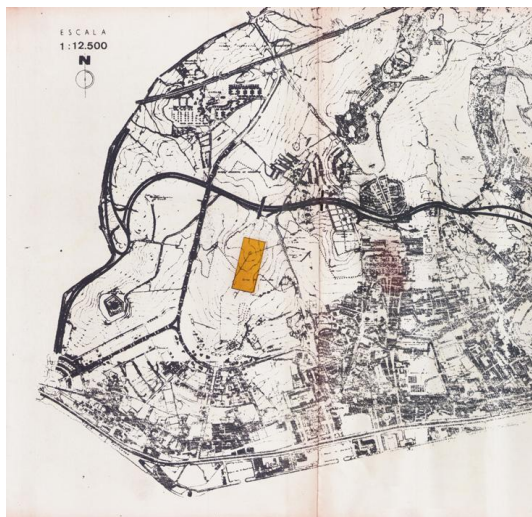


Fig. 1.3.19. Passeio para peões – “Centrum”, Estudo Prévio da 1ª Fase do Estudo de Urbanização do Restelo e Caramão da Ajuda, F. Zinho Antunes e E. Ferreira Gonçalves, s.d.⁵³⁶

■ Passeio para peões na área destinada ao “CENTRUM” da zona

Fig. 1.3.20. Pontos de Interesse, Estudo Prévio da 1ª Fase do Estudo de Urbanização do Restelo e Caramão da Ajuda, F. Zinho Antunes e E. Ferreira Gonçalves, s.d.⁵³⁷

OBSERVADOR ESTÁTICO: A CENTRUM; ○ B Restaurante e Hotel

OBSERVADOR EM MOVIMENTO: ■ C Via de Corniche; ■ Edifícios com interesse arquitectónico; ↗ Panorâmica

⁵³⁵ Ver Francisco Zinho Antunes e Eurico Ferreira Gonçalves, Documento Escrito 7122, Diversões, Repouso, Desporto, Turismo – Zonas Desportivas, op. cit.

⁵³⁶ In Planta 9141, op. cit.

⁵³⁷ In Planta 7211, op. cit.



Fig. 1.3.21. Indicação das zonas de desporto, s.d.⁵³⁸
■ Parque de Jogos; ● Desportos Náuticos

Em Junho de **1965 foi deferido o Estudo Prévio – 1ª Parte** da urbanização das zonas do Restelo e Caramão da Ajuda⁵³⁹ e, em Novembro desse mesmo ano, certamente lembrado dessa mesma aprovação, o presidente da Câmara Municipal de Lisboa António Vitorino França Borges visita a Freguesia de São Francisco Xavier.

⁵³⁸ In Planta 7122, op. cit.

⁵³⁹ Ver Tomaz da Costa França, Carta dirigida ao Engenheiro Eurico Ferreira Gonçalves, Lisboa, 16 de Junho de 1965, In Espólio do Arquitecto Francisco Zinho Antunes, Dossier 1/10.

Foi devidamente apreciado o presente trabalho 'Urbanização do Restelo e Caramão da Ajuda – 1ª Parte – Estudo Prévio', que os autores apresentaram em três exemplares, tendo sido ainda submetido à apreciação do Exmo. Sr. Arq. Meyer-Heine, que deu o seu inteiro acordo à forma como o mesmo foi orientado. Mais se esclarece que o Arquitecto autor tem estado desde início em contacto permanente com o Serviço do Plano Director, quer no que se refere a elementos-base a ter em conta na elaboração do estudo quer na recolha de elementos, nomeadamente dados de inquérito populacionais, grandes propriedades, obstáculos à vida urbana, equipamento, esquema viário fundamental, etc. Julga-se mesmo de referir que o presente estudo, quer pelo cuidado mostrado na sua elaboração e apresentação, o valor e volume de inquérito feito, as judiciosas conclusões e a colaboração aturada que foi solicitada aos Serviços Camarários, o devem apontar como um exemplo a seguir por outros técnicos a que venham a ser encomendados trabalhos análogos. [...] Chama-se a atenção para o facto de a integração deste conjunto urbano na estrutura geral da cidade se fazer em função de uma via panorâmica que se desenvolve desde Algés a Alcântara e se prolonga através de uma rede de túneis até à grande transversal que constitui a espinha dorsal do estudo de Chelas, executado pelo G.T.H.⁵⁴⁰.

Posto isto, em **1965**, Zinho Antunes e Ferreira Gonçalves avançam para o *estudo da 2ª parte da Urbanização do Restelo e Caramão da Ajuda, o plano da 1ª Fase*, que *incide sobre uma célula equivalente a 50% da área total da zona tratada, na 2ª parte deste trabalho, correspondente aos terrenos situados a Norte da futura via de 'Corniche'*⁵⁴¹ (Fig. 1.3.22.). A via de “Corniche” – *route à corniche*⁵⁴² –, actual Rua Gregório Lopes, foi prevista no Plano Director de Lisboa como a linha que marca o limite Norte dos terrenos sujeitos ao estudo do plano (1ª Fase, 2ª Parte) e que segundo os projectistas *deveria impedir relações de vizinhança entre os habitantes que ocuparão a [nova] zona [residencial e aqueles que já ocupam o Bairro Económico do Caramão da Ajuda mas que]*, foi atendida de modo a salvar essa relação de vizinhança, por vias secundárias que cortam aquela a cotas diferentes e em pontos convenientemente distantes, permitindo-lhes a utilização dos prolongamentos da habitação e serviços públicos que a servem, embora com influência na definição dos

⁵⁴⁰ Ver Despacho dirigido a Ciro de Oliveira Pinto e França Borges, Lisboa, 14/5/1965, In Espólio do Arquitecto Francisco Zinho Antunes, Dossier 1/10.

⁵⁴¹ Ver Memória Descritiva e Justificativa da *Urbanização do Restelo e Caramão da Ajuda, 2ª Parte, Plano da 1ª Fase*, Lisboa, S/data, In Espólio do Arquitecto Francisco Zinho Antunes, Dossier 1/10. No dia 1 de Novembro de 1965, Zinho Antunes e Ferreira Gonçalves entregam quatro exemplares à C.M.L.

⁵⁴² Muito contestada pelos ecologistas e actualmente (aparentemente) abandonada.

*núcleos residenciais*⁵⁴³. Esta via revelou-se de extrema importância sobretudo como condicionamento ao desenvolvimento do plano. De grandes dimensões, o seu atravessamento estava naturalmente condicionado pelo tráfego que por ela deveria circular. Assim, como veremos mais adiante neste subcapítulo o plano vai-se estruturar para norte e para sul deste eixo viário.

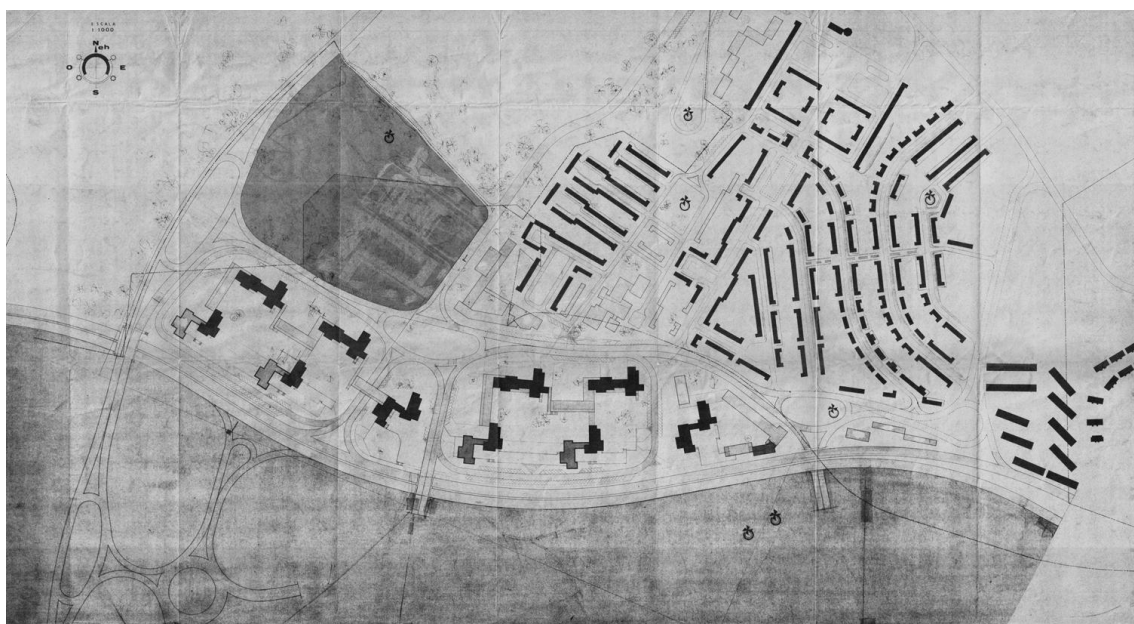


Fig. 1.3.22. Planta de Apresentação (parte do plano situada a Norte da futura via de “Corniche”), F. Zinho Antunes e E. Ferreira Gonçalves, s.d.⁵⁴⁴

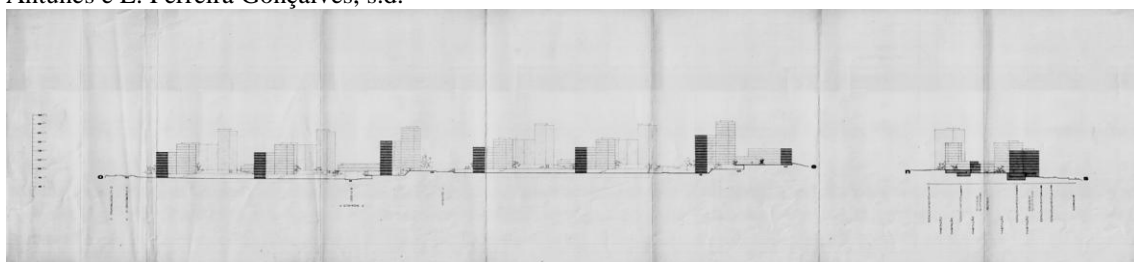


Fig. 1.3.23. Cortes de frente planificados, F. Zinho Antunes e E. Ferreira Gonçalves, s.d.⁵⁴⁵

⁵⁴³ Ver Francisco Zinho Antunes e Eurico Ferreira Gonçalves, Documento Escrito 3132 – Zonas Não Residências – Estudo Prévio da 1ª Fase do Estudo de Urbanização do Restelo e Caramão da Ajuda, Lisboa, S/data, In Espólio do Arquitecto Francisco Zinho Antunes, Dossier 2/10.

⁵⁴⁴ In Francisco Zinho Antunes e Eurico Ferreira Gonçalves, Urbanização do Restelo e Caramão da Ajuda – Alteração Utilização, Lisboa, S/data, In Espólio do Arquitecto Francisco Zinho Antunes, Dossier 9/10.

⁵⁴⁵ In Francisco Zinho Antunes e Eurico Ferreira Gonçalves, op. cit., Dossier 4/10.

A implantação de um número considerável de edifícios de habitação em torre dará origem a uma frente edificada que separa o bairro do Restelo (a sul) do Parque Florestal de Monsanto (a norte) e das edificações de carácter económico que se localizam nas proximidades nomeadamente e como referimos anteriormente, do bairro do Caramão da Ajuda (Fig. 1.3.23.). Apesar destes edifícios se encontrarem com implantação desfasada, as suas alturas “desmesuradas” quando comparadas com a céncea aplicada nas edificações construídas nas proximidades, alteraram a visão da encosta tardoz ao Padrão dos Descobrimentos e à Torre de Belém (Figs. 1.3.24. e 1.3.25.). Repare-se que a implantação proposta não oferece uma construção pontuada com elementos verticais de altura elevada como sugerido por Falcão e Cunha e Sommer Ribeiro mas sim uma mancha construída por edifícios-torre que vistos do rio Tejo formam um grande “muro” no topo de uma mancha verde.



Fig. 1.3.24. Panorâmica das Torres do Restelo a partir da frente ribeirinha junto ao Padrão dos Descobrimentos, 2011⁵⁴⁶

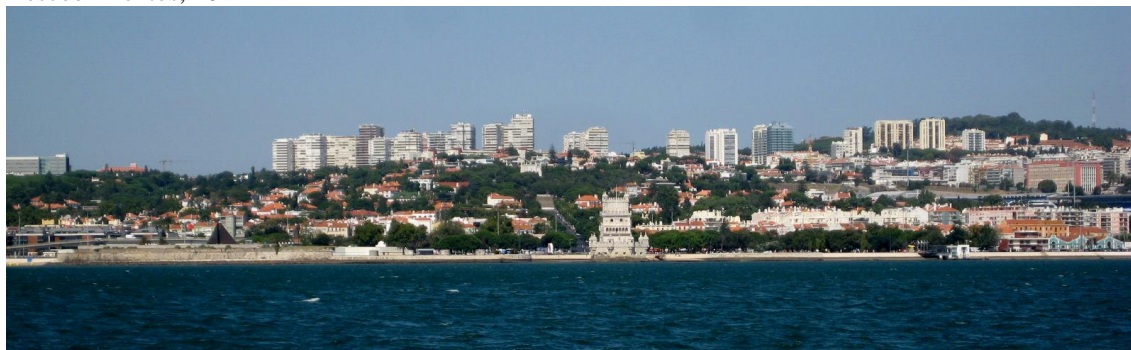


Fig. 1.3.25. Panorâmica das Torres do Restelo a partir da frente ribeirinha junto à Torre de Belém, 2011⁵⁴⁷

⁵⁴⁶ In arquivo e fotografia da autoria de Patrícia Bento d’Almeida.

⁵⁴⁷ Idem.

Em Fevereiro do ano seguinte os projectistas manifestaram a *conveniência da celebração dos contratos relativos aos trabalhos da 2ª Fase da Urbanização do Restelo e Caramão da Ajuda*⁵⁴⁸ e acrescentaram ainda que *no caso de recebermos indicações de V. Ex.ª de que seremos encarregados a executar também os trabalhos da 2ª fase, procuraremos desde já dar início aos mesmos, indo ao encontro das preocupações que V. Ex.ª nos deu a conhecer*⁵⁴⁹. Em Março de 1966 uma carta da Direcção dos Serviços de Urbanização e Obras informa que *por despacho de Sua Ex.ª o Presidente de 18 do corrente mês, foi aprovada a sua proposta para a elaboração da 2ª Fase do estudo de Urbanização do Restelo e Caramão da Ajuda*⁵⁵⁰ (Figs. 1.3.26. e 1.3.27.). Esta etapa do plano – que nunca chegou a ser construída – procurava dar continuidade aos edifícios torre edificadas na 1ª fase contemplando ainda na zona central um hotel e um centro cultural e comercial cuja implantação prevista ocupava uma plataforma que visava nivelar a pendente do terreno e que, elevada em relação às moradias edificadas nas fases de planeamento anteriores, se destacasse pela sua monumentalidade.

Revela-se de extrema importância chamar a atenção para o modo como os projectistas procuram resolver o atravessamento pedonal dos habitantes da zona norte para a zona central do bairro com a criação de uma passagem aérea sobre a via de Corniche que como que um eixo de simetria – pois não há intenção *Beaux Art* de grande composição – vai rematar e “abraçar” a zona central. À semelhança do que se veio a verificar no plano de urbanização de Chelas (1962) – GTH: José Rafael Botelho (n. 1923) Francisco Silva Dias (n. 1930), João Reis Machado (n. 1933) e Luís Vassalo Rosa (n. 1935) – onde se recorreu a uma passagem inferior para atravessamento da actual Avenida Dr. Augusto de Castro, no Restelo tratou-se de uma tentativa de gerar inteligências entre os habitantes das duas zonas.

⁵⁴⁸ Ver Francisco Zinho Antunes, Carta dirigida ao Director de Serviços da D.S.U.O. da C.M.L., Lisboa, 1/2/1966, In Espólio do Arquitecto Francisco Zinho Antunes, Dossier 1/10.

⁵⁴⁹ Idem.

⁵⁵⁰ Ver Ciro de Oliveira Pinto, Director dos Serviços de Urbanização e Obras da C.M.L., Carta dirigida a Eurico Ferreira Gonçalves, Lisboa, 22/3/1966, In Espólio do Arquitecto Francisco Zinho Antunes, Dossier 1/10.



Fig. 1.3.26. Planta de Apresentação, Estudo do Plano da 2ª Fase da Urbanização do Restelo e Caramão da Ajuda, F. Zinho Antunes e E. Ferreira Gonçalves, s.d.⁵⁵¹



Fig. 1.3.27. Imagens da maquete do Estudo do Plano da 2ª Fase da Urbanização do Restelo e Caramão da Ajuda, F. Zinho Antunes e E. Ferreira Gonçalves, s.d.⁵⁵²

⁵⁵¹ In Francisco Zinho Antunes e Eurico Ferreira Gonçalves, Planta de Apresentação – Estudo do Plano, 2ª Fase, da Urbanização do Restelo e Caramão da Ajuda, Lisboa, S/data, In Espólio do Arquitecto Francisco Zinho Antunes, Dossier 5/10.

⁵⁵² In Espólio do Arquitecto Francisco Zinho Antunes, Dossier 3/10.

Apesar de Zinho Antunes e Ferreira Gonçalves terem realizado uma proposta para uma possível imagem das torres de habitação a edificar na malha urbana da célula A, como se veio a verificar, os lotes foram vendidos em hasta pública e entregues a diversos outros arquitectos que, nos primeiros anos da década de 70, viram erguer os seus projectos de torres habitacionais. Como manifestou o chefe da Direcção dos Serviços de Urbanização e Obras Tomaz da Costa França estes *lotes teriam que ser alienados sem projectos elaborados pela Câmara, mas de forma que a sua composição arquitectónica se harmonizasse com os dos prédios vizinhos. Esta orientação pressupõe um adiantamento na venda dos lotes por forma a que os autores dos projectos possam orientar os seus estudos por forma a se encontrar uma expressão condigna para a zona*⁵⁵³. Relativamente ao *apanhado genérico da disposição e utilização dos edifícios*⁵⁵⁴, como se pode verificar nas imagens da maquete executada pelo escultor-maquetista Ticiano Violante (m.1970, Figs. 1.3.27. e 1.3.28.), os autores do plano defenderam que *os edifícios desenvolvidos em altura, foram estruturados, em princípio para uma ocupação de dois fogos por piso. A maquete no seu tratamento, visou a obtenção de uma fórmula e unidade de conjunto, conseguida por um jogo de claro-escuro, quer nos volumes quer no tratamento dos paramentos verticais. Os paramentos verticais foram diferenciados em função das diversas zonas de utilização (dormir, estar e servir), orientação e mesmo das estruturas de estabilidade. Por si, foram em pormenor tratados, com transparente a zona de estar, com branco, zonas de dormir e de serviço e com castanho as estruturas. Não houve a preocupação de encontrar uma solução definitiva, como peça de pormenor arquitectónica, mas sim indicar um sentido urbano de estímulo e caminho, para os futuros projectista ou projectistas dos edifícios*⁵⁵⁵ (Fig. 1.3.28.).

⁵⁵³ Ver Parecer de Tomaz da Costa França, Lisboa, 3/6/1966, In Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Arco do Cego, Código de Referência: PT/AMLIS/AL/CMLSB/UROB-PU/10/286/02.

⁵⁵⁴ Ver “Apanhado genérico da disposição e utilização dos edifícios”, In Espólio do Arquitecto Francisco Zinho Antunes, Dossier 9/10.

⁵⁵⁵ Idem.

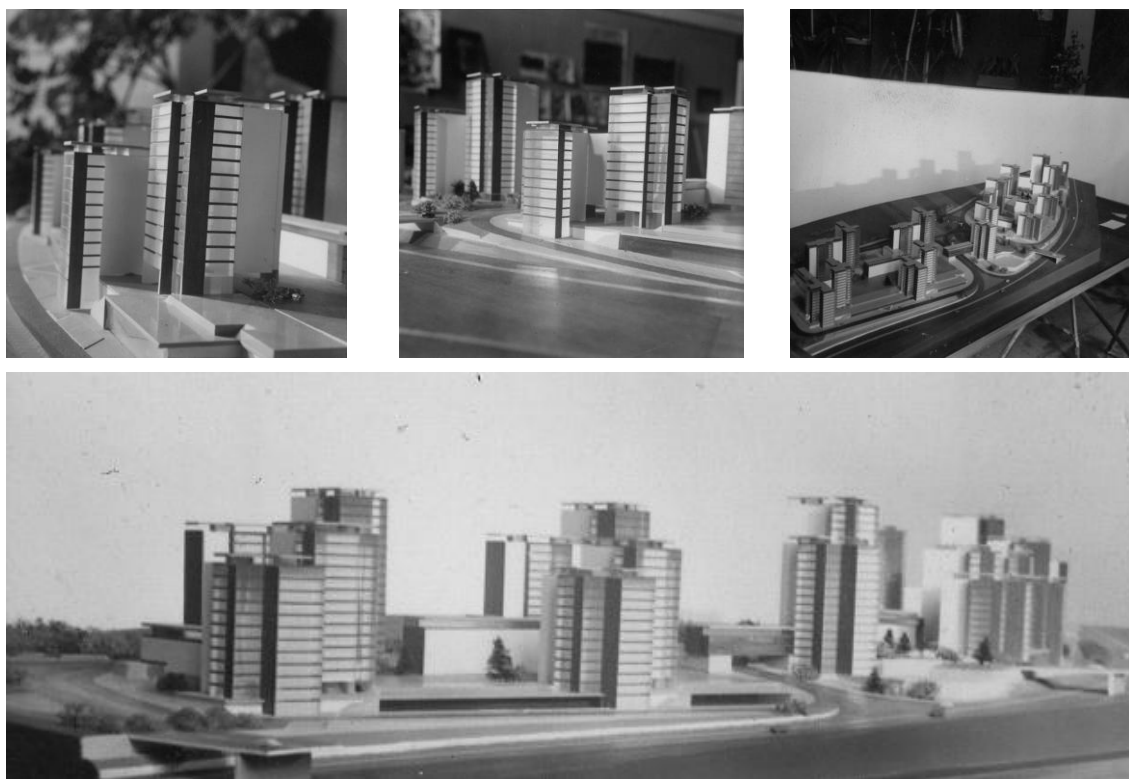


Fig. 1.3.28. Imagens da maquete do apanhado genérico da disposição e utilização dos edifícios, F. Zinho Antunes e E. Ferreira Gonçalves, s.d.⁵⁵⁶

Esclareceu o arquitecto Zinho Antunes que nesta fase **Meyer-Heine concordou na generalidade com a proposta apresentada**, nomeadamente quer *no que diz respeito, a organização, quer no seu volume urbano e vias de comunicação*⁵⁵⁷. Como alterações fundamentais à fase de estudo anterior verifica-se que (apenas) *foi previsto, fundamentalmente criar um pavilhão de desportos, resolver o centro comercial de um modo a ficar mais interpenetrado com a zona habitacional, numa procura de forma mais dinâmica de contactos humanos das populações em trânsito na própria zona, sem prejuízo, evidentemente, das condições do 'Habitat' das habitações mais intimamente próximas e simplificar a rede viária*⁵⁵⁸. Mas foi por esta altura que a Câmara Municipal de Lisboa começou a levantar dificuldades em relação à distribuição dos edifícios, como se pode constatar na carta datada de 6 de **Dezembro de 1967**:

⁵⁵⁶ In Espólio do Arquitecto Francisco Zinho Antunes, Dossier 3/10.

⁵⁵⁷ Ver Francisco Zinho Antunes, Memória Descritiva, Anexa à carta dirigida ao D.S.U.O. da C.M.L., Lisboa, 4/7/1967, In Espólio do Arquitecto Francisco Zinho Antunes, Dossier 1/10.

⁵⁵⁸ Idem.

O Estudo de Urbanização do Restelo e Caramão da Ajuda 2ª Fase, na sua traça geral, merece a aprovação, mormente, no que respeita à rede de circulações rodoviárias. Quanto à distribuição e volumes dos edifícios, haverá que fazer os reparos seguintes: – Embora a massa geral do volume dos edifícios, definida no presente plano, que forma os quarteirões, com situação a Nascente e Poente do morro central, onde se fixou o coração da zona em urbanização, na generalidade, satisfaça o equilíbrio volumétrico do conjunto, julga-se, que os edifícios de porte mais elevado, alinhados de Norte para Sul nos quarteirões Nascente, devam em planta ter forma e proporção que melhor propiciem volumes que se identifiquem com aqueles dos edifícios localizados na parte correspondente aos estudos aprovados na primeira fase, de modo a contribuírem para uma maior unidade do Todo Urbano, projectado. – Surgidas dúvidas quanto à localização do pavilhão de desportos, cuja situação, no estudo em apreciação, se fixa no morro central, define-se que deverá ser deslocado [...] assim, o morro central continuaria a ser utilizado por edifícios destinados a Hotel, aos Centros Cultural e Comercial (C: Esporádico e Luxo) e espaços verdes para peões e completando com uma ocupação por edifícios destinados à habitação. Os volumes destes edifícios deverão comportar-se como elementos valorizantes das várias panorâmicas a ter em atenção no local, das quais destacamos o sítio onde se localizam os moinhos. A distribuição do Centro Comercial como já se fixa no estudo presente, deverá continuar a ficar interpenetrado com a zona habitacional dos quarteirões vizinhos, numa procura duma forma dinâmica que favoreça o contacto humano das populações em movimento na própria zona, sem prejuízo, evidentemente, das condições do ‘Habitat’ dessa população⁵⁵⁹.

Como se poderá verificar de seguida, no ano subsequente, em **Maio de 1968**, a Câmara apresenta novas chamadas de atenção e tendo em conta os reparos apresentados, Zinho Antunes e Ferreira Gonçalves efectuem algumas alterações apresentando uma contraproposta (Fig. 1.3.29.).

1) O estudo está em termos de merecer aprovação na sua traça geral, mormente no que respeita à rede de circulações rodoviárias; 2) Na zona central, (que ocupa uma posição de cotas mais elevadas) deverá continuar a prever-se um centro cultural, apoiado por hotel e centro comercial com características de comércio de qualidade, mas apoiado por habitação e zonas de lazer que permitam às populações usufruir da posição capitolina do local; 3) O recinto coberto para desportos deverá ser localizado imediatamente a norte do Estádio do Restelo a fim de que o estacionamento para viaturas a prever, possa apoiar ambos estes elementos do equipamento geral da Cidade. Caso esta localização não se apresente viável ou aconselhável, mediante o

⁵⁵⁹ Ver s/autor, Carta, Lisboa, 6/12/1967, In Espólio do Arquitecto Francisco Zinho Antunes, Dossier 1/10.

estudo criterioso do assunto, então deverá a mesma ser procurada junto da confluência da Av^a Ilha da Madeira com a Via Rápida Interior visto que esta posição é também favorável, por evitar que o tráfego afluente ao Pavilhão Desportivo penetre e assoberba o conjunto do bairro; 4) A zona residencial prevista e projectada entre o Centro Cultural referido em (2) e a Av^a Ilha da Madeira deverá ter um tratamento volumétrico que a integre melhor na zona construída e situada a nascente daquela artéria; assim se obterá maior unidade de composição urbanística e resultará uma maior valorização plástica da zona projectada a norte da Via Rápida Interior, que desta forma aparecerá como remate dos conjuntos arquitectónicos a criar, não comprometendo também as perspectivas sobre os pontos altos, nomeadamente o previsto miradouro junto dos moinhos de vento; 5) Esta zona residencial deverá ser apoiada por uma zona comercial para o dimensionamento da qual deverão ser tidas em conta as ocupações térreas da zona contígua existente⁵⁶⁰.



Fig. 1.3.29. Planta de Apresentação, Estudo do Plano da 2ª Fase da Urbanização do Restelo e Caramão da Ajuda, F. Zinho Antunes e E. Ferreira Gonçalves, s.d.⁵⁶¹

⁵⁶⁰ Ver Ciro de Oliveira Pinto, Director dos Serviços de Urbanização e Obras da C.M.L., Carta dirigida a Francisco Zinho Antunes, Lisboa, 2/5/1968, In Espólio do Arquitecto Francisco Zinho Antunes, Dossier 1/10.

⁵⁶¹ In Francisco Zinho Antunes e Eurico Ferreira Gonçalves, Planta de Apresentação – Estudo do Plano, 2ª Fase, da Urbanização do Restelo e Caramão da Ajuda, Lisboa, S/data, In Espólio do Arquitecto Francisco Zinho Antunes, Dossier 5/10.

Apesar de Francisco Zinho Antunes **prever a conclusão do plano da 2ª Fase da Urbanização do Restelo e Caramão da Ajuda para Fevereiro de 1971**⁵⁶² a nova presidência do engenheiro Fernando Augusto Santos e Castro na Câmara Municipal de Lisboa (1970-1972) não abonou nesse sentido. Embora o despacho apresentado exponha razões meramente contratuais e (aparentemente) sem grande importância para a cessação dos trabalhos, sabe-se que Santos e Castro procurara uma nova equipa de técnicos para, tendo como condição prévia a conservação da densidade populacional, apresentar uma contraproposta onde prevalecessem edifícios com menor altura.

O trabalho entregue por V. Ex. em 12/5/70 ao qual se encontrava abrigado nos termos do contrato celebrado com a Câmara Municipal de Lisboa em 21/6/66 e que, segundo o mesmo contrato, se designa por 'Estudo de Urbanização do Restelo e Caramão da Ajuda', constante de duas fases (Plano de Urbanização e estudos técnicos complementares) não mereceu parecer favorável dos Serviços desta Câmara. De uma maneira geral, as deficiências do trabalho apresentado (Plano de Urbanização) levaram a considerar que o estudo não tem o grau de pormenorização suficiente para ser tomado como tal. Acresce que os prazos contratados foram largamente ultrapassados. Por outro lado a entrega da 2ª fase deste trabalho (estudos técnicos complementares⁵⁶³) não pode ser considerada, atendendo aos termos do contrato. Sendo manifesto o prejuízo resultante para a administração municipal, comunico a V. Ex. a decisão de considerar rescindido, a partir desta data, o contrato celebrado em 21/6/66⁵⁶⁴.

Uma vez que os edifícios localizados a norte da via de Corniche encontravam-se em fase de construção, foi inevitável suprimir o impacto que estes provocam na paisagem, mas como analisaremos no subcapítulo que se segue, com o desenvolvimento do *Plano de Pormenor do Restelo* (1970) e de *uma tipologia que estabeleça a transição entre as moradias da Encosta, os blocos já construídos na zona Restelo-Ministério e ainda os projectados a Norte da Via Rápida*⁵⁶⁵, procurar-se-á diminuir esse embate.

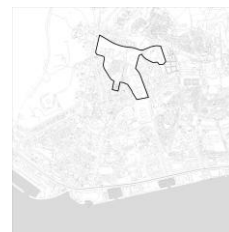
⁵⁶² Ver Francisco Zinho Antunes, Carta dirigida a José Nicolau Cid Tudela, Chefe da 1ª Repartição de Planeamento da C.M.L., Lisboa, 10/1/1970, In Espólio do Arquitecto Francisco Zinho Antunes, Dossier 1/10.

⁵⁶³ Considerados Aprovados pela INF. Nº 6249/1ª/O/66 em 12/8/66 (Ver uivo do Arco do Cego da Câmara Municipal de Lisboa, Código de Referência: PT/AMLIS/AL/CMLSB/UROB-PU/10/286/03).

⁵⁶⁴ Ver Fernando Santos e Castro, Lisboa, 3 de Agosto de 1970, In Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Arco do Cego, Código de Referência: PT/AMLIS/AL/CMLSB/UROB-PU/10/286/02.

⁵⁶⁵ Ver Nuno Teotónio Pereira, “EPUL 35 Anos – Plano do Restelo. Breve Historial” artigo destinado a uma publicação comemorativa dos 35 anos da EPUL (não publicado), Lisboa, 5/12/2006, In Arquivo de Nuno Teotónio Pereira.

1.4. O plano de pormenor do Restelo



A Cidade da Rua da Alegria

Então qual é a cidade da Rua da Alegria?

É a cidade do dia-a-dia, do arquitecto enquanto homem comum, do espaço real e concreto, e, ao mesmo tempo, de um futuro ideal que se acredita poder alcançar. É o contributo do indivíduo para o bem comum, o extrapolar da prática e da teoria, o concretizar do só depois aparentemente óbvio. Saber que para além daquela casa, daquela rua, daquele bairro, daquela cidade, daquele território há uma outra possibilidade, cujo ponto de partida é o quotidiano.

A cidade de Nuno Teotónio Pereira, Nuno Portas, Bartolomeu da Costa Cabral e Pedro Viana Botelho é a construção meticulosa de um novo espaço, composto de fragmentos, todos eles aparentemente insignificantes, mas essenciais; novos, mas desde sempre existentes, peças de um quebra-cabeças que é necessário compreender antes de o tentar montar,

Uma cidade da tolerância, que não se impõe, que percebeu não existir a redenção em novos mundos por inventar mas apenas a possibilidade de este ser um mundo melhor. Um espaço da responsabilidade de saber viver.

Porque em tudo há uma imensa responsabilidade.

‘Como os rumos do mar dentro de um búzio

O divino sussurra no universo

*Algo emerge: primordial projecto*⁵⁶⁶.

Sophia de Mello Breyner Andresen, 1999

No início da década de 70, o bairro do Restelo encontrava-se *irremediavelmente poluído por tipologias especulativas, espacialmente destruidoras de espaços naturais qualificados constituindo um ‘skyline’ agressivo pela heterogeneidade dos edifícios existentes ou em construção indiferentes às aptidões do sítio e perturbadores da imagem urbana existente*⁵⁶⁷ (Fig. 1.4.1.). Com a finalidade de substituir o que estava

⁵⁶⁶ Ver Sophia de Mello Breyner Andresen, “Como o Rumor”, In *Obra Poética III*, Lisboa, Caminho, 1999.

⁵⁶⁷ Ver Referência PT-AMLSB-AL-CMLSB-UROB-PU-10-383, Folha 6, Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Intermédio.

então a ser implementado, e que previa que toda a área fosse construída com prédios em altura⁵⁶⁸ o engenheiro agrónomo Fernando Augusto Santos e Castro (1922-1983), presidente da Câmara Municipal de Lisboa por apenas dois anos⁵⁶⁹ (1970-1972, Volume II Anexo 7.), suspendeu a edificação das torres do alto do Restelo (Fig. 1.4.2.) e encomendou aos arquitectos **Nuno Teotónio Pereira** (Lisboa, n. 1922) e **Nuno Portas** (Vila Viçosa, n. 1934) uma proposta para aquele que se veio a designar de *Plano de Pormenor da Zona do Restelo* (1970⁵⁷⁰, Fig. 1.4.3., Volume II Anexo 1.) **aprovado a 24 de Novembro de 1972**⁵⁷¹ e também elaborado pelo arquitecto **João Paciência** (Mora, n. 1947) e pelo arquitecto-paisagista **Gonçalo Ribeiro Telles** (Lisboa, n. 1922) que entretanto vieram a fazer parte da equipa.

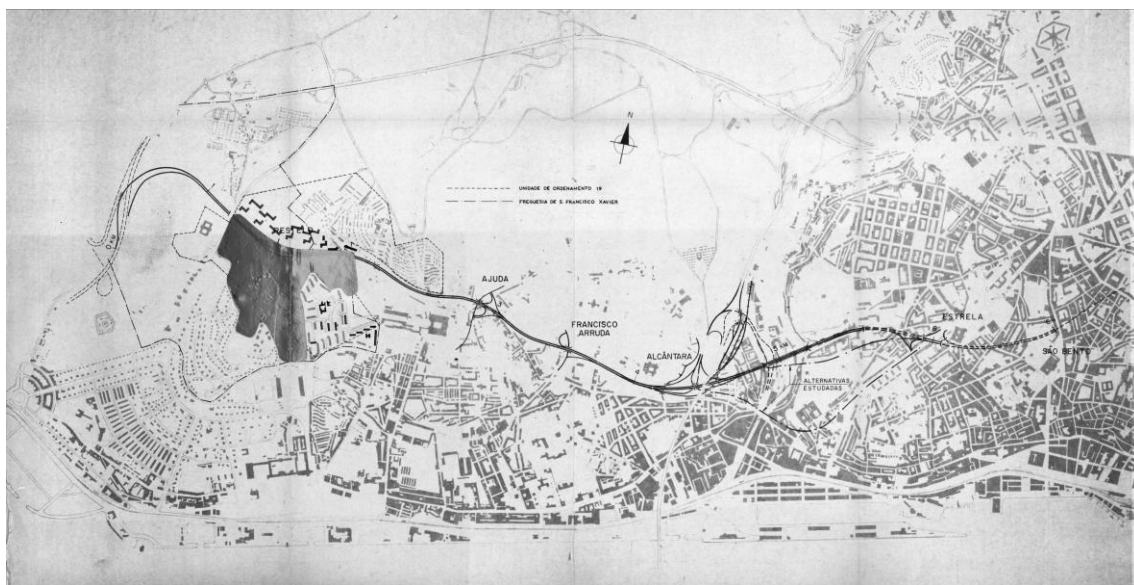


Fig. 1.4.1. Plano de pormenor da zona do Restelo, localização na Cidade, Estudos Preliminares, s.d.⁵⁷²

⁵⁶⁸ Ver Nuno Teotónio Pereira, “EPUL 35 Anos – Plano do Restelo. Breve Historial” artigo destinado a uma publicação comemorativa dos 35 anos da EPUL (não publicado), Lisboa, 5/12/2006, In Arquivo de Nuno Teotónio Pereira.

⁵⁶⁹ Fernando Augusto Santos e Castro foi Governador-Geral de Angola de Outubro de 1972 a Maio de 1974.

⁵⁷⁰ A proposta foi entregue no dia 24 de Agosto de 1970, tendo o contracto sido celebrado no dia 26 de Janeiro de 1971. Ver “Plano de Pormenor do Restelo (Fase de Ante-Plano)”, In *Restelo Área Central* (NP 177), In Arquivo de Nuno Teotónio Pereira, IHRU.

⁵⁷¹ Ver Nuno Teotónio Pereira, “EPUL 35 Anos – Plano do Restelo. Breve Historial” artigo destinado a uma publicação comemorativa dos 35 anos da EPUL (não publicado), Lisboa, 5/12/2006, In Arquivo de Nuno Teotónio Pereira.

⁵⁷² In Referência PT-AMLSB-AL-CMLSB-UROB-PU-10-383, Folha 6, Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Intermédio.

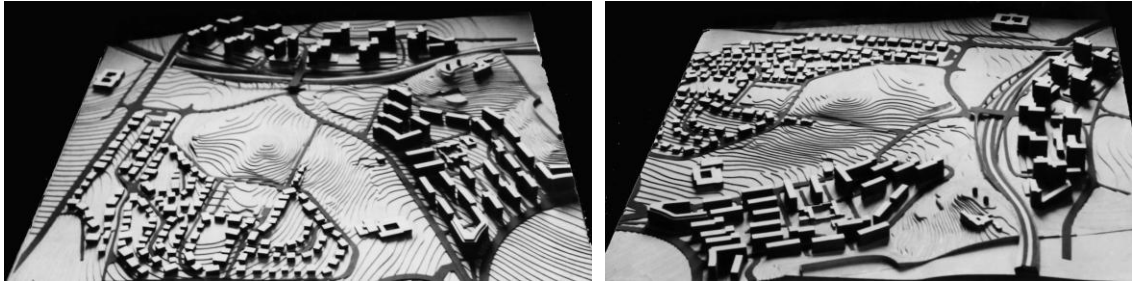


Fig. 1.4.2. Maquete da zona envolvente à área de intervenção, s.d.⁵⁷³

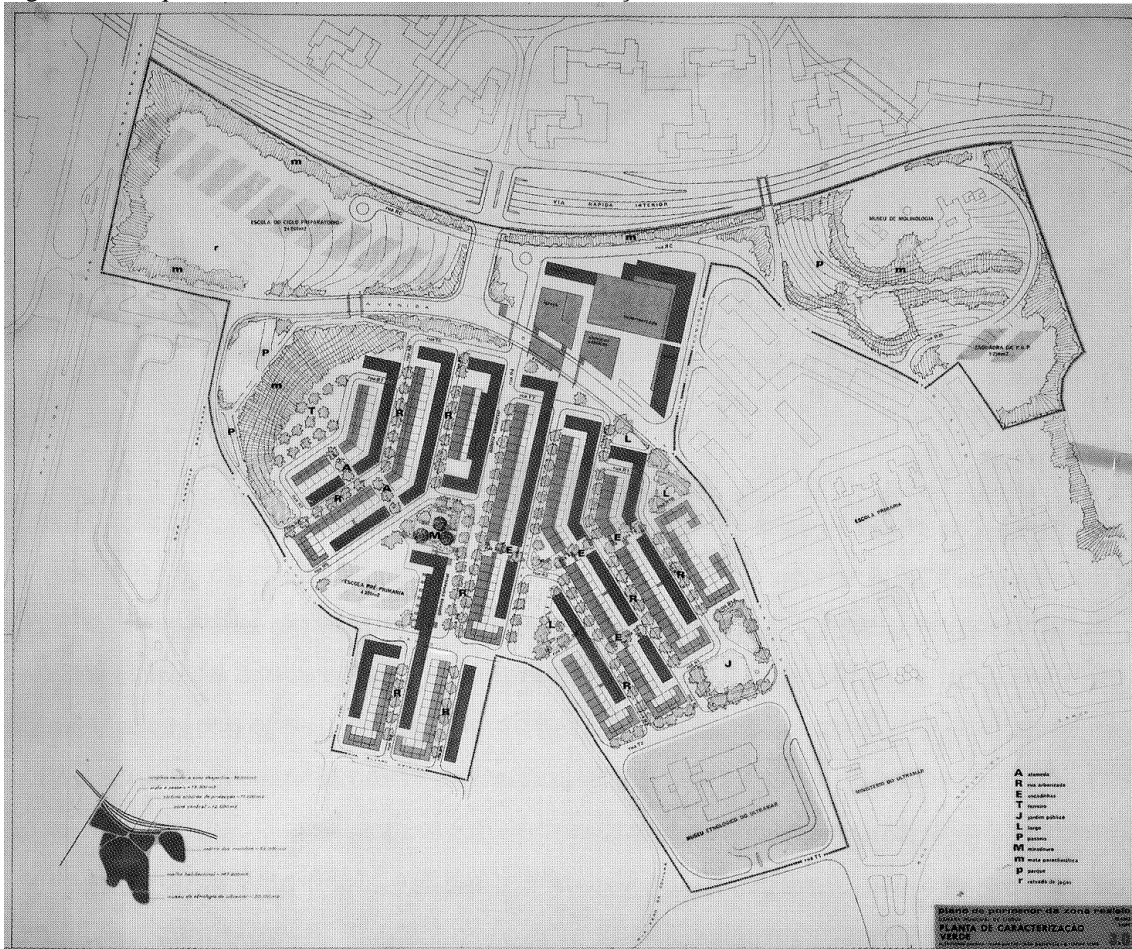


Fig. 1.4.3. Plano Pormenor do Restelo, N. Teotónio Pereira, N. Portas e J. Paciência, 1971⁵⁷⁴

⁵⁷³ In Referência PT-AMLSB-AL-CMLSB-UROB-PU-10-383, Folhas 4 e 5, Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Intermédio.

⁵⁷⁴ In Ana Tostões (coord.), *Arquitectura e Cidadania. Atelier Nuno Teotónio Pereira*, Lisboa, Centro Cultural de Belém, 2004, pp. 94.

Apesar de em alturas diferentes Nuno Teotónio Pereira e Nuno Portas terem ingressado no curso de Arquitectura na Escola de Belas Artes de Lisboa (1939⁵⁷⁵ e 1958, respectivamente), como vinha a suceder em diversos outros casos⁵⁷⁶, fugindo ao ensino académico⁵⁷⁷ e *confrontados com o ambiente de repressão e discricionariedade que se vivia na EBAL*⁵⁷⁸ transferem a sua inscrição para o Porto onde Teotónio Pereira frequenta apenas o 6º ano (1946, EBAL 1949⁵⁷⁹) e Nuno Portas se vem a diplomar (1960⁵⁸⁰). Com *atelier* em funcionamento (Rua da Alegria Nº 25, 3º) em 1957 Nuno Portas vai colaborar com Teotónio Pereira e juntos, por cerca de 16 anos, assinam em co-autoria diversos projectos⁵⁸¹ tendo sempre o cuidado de completar as diversas fases projectuais com análise crítica pois desde 1955 que Nuno Portas se dedicava também à

⁵⁷⁵ Nuno Teotónio Pereira tivera entre outros os seguintes Professores: Luís Cristino da Silva (Arquitectura), Macedo Mendes (História), Leopoldo de Almeida (Desenho), João Piloto (Ornato), Vítor Manuel Carvalho Piloto (Geometria Descritiva), João Lemos (Matemática).

⁵⁷⁶ Como testemunha Francisco Castro Rodrigues: *Muitos [estudantes de arquitectura] de Lisboa iam lá [(Porto)] acabar o curso e depois vinham bons, cá para baixo*. Ver Eduarda Dionísio, *Um Cesto de Cerejas. Francisco Castro Rodrigues: Conversas, Memórias, Uma vida*, Lisboa, Casa da Achada, 2010, pp. 51. Para informações detalhadas acerca do ambiente da Escola de Belas Artes de Lisboa em meados da década de 40 ver “Os problemas da arquitectura e construção urbana vistos pelo arquitecto oposicionista Francisco Castro Rodrigues”, In *Diário Popular*, 29/1/1949, pp. 1 e 4. Este artigo foi referido por Eduarda Dionísio, op. cit., Nota de Rodapé Nº 75, pp. 58.

⁵⁷⁷ Falando da “situação da Escola” Nuno Portas descreveu que *em Lisboa não eram os arquitectos que nós mais apreciávamos cá fora, tirando alguma excepção, que estavam na Escola; eram outros, mas que não faziam mais do que ditar programas e criticar os trabalhos dos alunos na base da sua experiência profissional... e dos seus ‘vícios’*. (...) *A Escola do Porto tem um itinerário muito diferente (...)*. Ver José Manuel Fernandes, José Lamas, “Entrevista: Nuno Portas”, *Arquitectura*, Nº 135, Outubro 1979, pp. 63.

⁵⁷⁸ Ver Nuno Teotónio Pereira, “Um percurso na profissão”, Seminário proferido no auditório da ESBAP, 27/6/1979, In Nuno Teotónio Pereira, *Escritos (1947-1996, selecção)*, Porto, FAUP Publicações, 1996, pp. 151.

⁵⁷⁹ Nuno Teotónio Pereira apresentou como prova de fim de curso (CODA) um complexo industrial com *Sistema de Captação de Águas* para Valada do Ribatejo (18 valores), elaborado no gabinete do engenheiro Vasco Costa.

⁵⁸⁰ Nuno Portas apresentou como prova de fim de curso (CODA) um estudo teórico que recai sobre o tema do habitat urbano intitulado *Habitação Social, proposta para a metodologia da sua arquitectura*.

⁵⁸¹ Nomeadamente: Casa Metelo na Praia das Maças (1958-1959), Casa Dr. Barata dos Santos em Vila Viçosa (1959-1963), Casa Brás de Oliveira em Sesimbra (com Pedro Vieira de Almeida, 1959-1964), Mosteiro de Santa Maria do Mar em Sassoeiros (com Pedro Vieira de Almeida, 1959-1968), Igreja do Sagrado Coração de Jesus em Lisboa (1962-1976, Prémio Valmor 1975), Igreja Paroquial de Almada (com Luís de Almeida Moreira, 1963-1971), Habitações para a Federação das Caixas de Previdência: Braga (1950-1954), Póvoa de Santa Iria (1954-1958), Antepiano Geral de Urbanização de Fronteira (1958), Trancoso (1957-1960), Vila do Conde (1957-1964), Barcelos (1958-1962), Caramulo (1959-1963) e Castelo Branco (1964-1966).

investigação e crítica da arquitectura⁵⁸², tendo feito parte do conselho de redacção da revista *Arquitectura* (1958-1970) e sido autor de diversas publicações⁵⁸³ e artigos publicados em periódicos nacionais e estrangeiros. Como afirmou Nuno Portas numa entrevista concedida aos arquitectos José Manuel Fernandes e José Lamas: *eu comecei a fazer arquitectura como prolongamento da actividade crítica. Daí que hoje reconheça, fazendo uma certa autocrítica sobre a minha intervenção nas obras – que foram sempre obras de colaboração ao fim e ao cabo, com Teotónio Pereira e com outros (...) –, mas tentando ver qual foi a minha colaboração nos projectos que fizemos, mais significativos, eu poderia dizer que foi sempre uma contribuição de certo modo mais teorizante e um pouco de prolongamento da actividade de crítico que eu fazia com os outros colegas da redacção, na revista 'Arquitectura'*⁵⁸⁴. O arquitecto João Paciência foi colaborador do *atelier* da Rua da Alegria entre 1970 e 1974 e o primeiro contacto de Gonçalo Ribeiro Telles com Nuno Teotónio Pereira, deu-se no primeiro curso de Arquitectura Paisagista dirigido pelo Professor Francisco Caldeira Cabral (1908-1992) – que Teotónio Pereira frequentou por apenas um ano (1942) – mas naturalmente desde aí, como arquitecto-paisagista da Câmara Municipal de Lisboa (desde 1951), foram diversas as vezes que conviveram profissionalmente.

Nuno Teotónio Pereira: *Em 1957, a entrada do jovem e fogo Nuno Portas marcou decisivamente novos rumos ao atelier, na continuação embora dos valores que vinham de trás [...]. Período que acabou por constituir não só a fase central, mas a mais marcante do atelier, coroada por um trabalho que significou uma nova viragem: o Restelo. Viragem tanto na escala como nas formas: o plano, protagonizado principalmente por Nuno Portas, e os projectos do que era edificado, protagonizados sobretudo pelos recém-chegados Pedro Botelho e João Paciência*⁵⁸⁵.

⁵⁸² Nuno Portas recebeu da Fundação Calouste Gulbenkian uma bolsa de estudo para se dedicar à análise da história da arquitectura contemporânea (1962), dois subsídios para viagens (1967 e 1986) e o prémio da crítica de arte (1964). Foi ainda fundador e investigador do Núcleo de Arquitectura do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (1962-1979).

⁵⁸³ Entre outras: *Arquitectura para Hoje: finalidades, métodos, didácticas* (1964), *A Cidade como Arquitectura: apontamentos de métodos e crítica* (1969) e *Portugallo Architettura 1965-1990* (1994).

⁵⁸⁴ Ver José Manuel Fernandes, José Lamas, “Entrevista: Nuno Portas”, *Arquitectura*, N° 135, Outubro 1979, pp. 61.

⁵⁸⁵ Ver Nuno Teotónio Pereira, “Um testemunho Pessoal”, In Ana Tostões (coord.), *Arquitectura e Cidadania. Atelier Nuno Teotónio Pereira*, Lisboa, Centro Cultural de Belém, 2004, pp. 47.

Nuno Portas: *a última oportunidade de trabalho de equipa (como dantes) foi-nos oferecida com a encomenda de um plano de pormenor para os terrenos camarários, no Restelo. Parecia ser um novo e fascinante desafio que antes nos tinha faltado: encarar o bocado, a parte da cidade, não como mais um caso de projecto de edifícios, mas como uma solução ‘genérica’ – isto é, potencialmente generalizável com o tinham sido os ensanches de todos os tempos e, em especial, da segunda metade do século XX – e em Lisboa com Ressano Garcia, exemplar ‘arruador’ e ‘arrumador’ do crescimento urbano. [...] De qualquer modo, o plano-projecto para o Restelo marcaria na viragem da década uma nova vertente linguística do atelier, que se ficou a dever ao rejuvenescimento dos colaboradores*⁵⁸⁶.

Nuno Portas: *a única oportunidade que tivemos, com Teotónio Pereira e colaboradores, de trabalhar com Ribeiro Telles, foi num fragmento urbano materializado num plano de pormenor encomendado, em 69, pela câmara da Capital – para a encosta do Restelo, entre as ‘torres’ e as ‘moradias’ e destinado a rentabilizar os terrenos camarários ainda não ocupados – foi um exemplo de entendimento interdisciplinar sobre a natureza do problema e a forma que o podia resolver e que testemunha a capacidade do reformador dos grandes espaços ser capaz de ‘aterrar’ sem complexo, no desenho dos pequenos espaços*⁵⁸⁷.

Entre 1972 e 1973 deu-se uma nova revisão do Plano Geral de Urbanização de Lisboa (1967) cuja publicação se veio a realizar (somente) em 1977⁵⁸⁸ (**PGUL 1977**) pois os seus estudos foram suspensos na sequência do 25 de Abril de 1974. Resultante desta revisão, que segundo defendeu Carlos Nunes Silva consistiu fundamentalmente *numa pequena alteração do regulamento e num redesenhar de alguns elementos do PDUL-1966-67*⁵⁸⁹, no sector de planeamento urbano, incluiu-se *a realização de estudos de pormenor ou sua encomenda, quer como desenvolvimento de propostas mais gerais feitas anteriormente, quer como adaptação (correção) em função da dinâmica quotidiana*⁵⁹⁰. Como salientou o arquitecto Sousa Ribeiro, funcionário da Direcção de

⁵⁸⁶ Ver Nuno Portas, “Atelier Nuno Teotónio Pereira. Um testemunho, também pessoal”, In Ana Tostões (coord.), op. cit., pp. 55-56.

⁵⁸⁷ Ver Nuno Portas, “Gonçalo Ribeiro Telles e os Urbanismos”, In Joaquim Oliveira Caetano (Coord.), *A Utopia e os pés na Terra. Gonçalo Ribeiro Telles*, Museu de Évora, CML e Museu Municipal de Coruche, 2003, pp. 106.

⁵⁸⁸ Ver Portaria Nº 274/77 de 19 de Maio de 1977.

⁵⁸⁹ Ver Carlos Nunes Silva, “Os Planos de Lisboa e a Organização Espacial da Cidade. Continuidade e mudança no século XX”, In *Povos e Culturas. A cidade em Portugal: onde se vive*, Nº 2, Lisboa, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, Universidade Católica Portuguesa, 1987, pp. 328.

⁵⁹⁰ Idem.

Serviços de Urbanização da Câmara Municipal de Lisboa, mesmo *antes de haver orientações a nível de Plano Director, para a Unidade de Ordenamento em que se insere a zona em estudo*⁵⁹¹ a recém-formada equipa da Rua da Alegria avança com uma proposta de urbanização⁵⁹². Tendo como condição prévia a manutenção da densidade populacional – “alta densidade/baixa altura”⁵⁹³ – e a fim de evitar o *negativo efeito de escala, enfatizado com a localização das construções a uma cota muito elevada, avultando na silhueta da cidade [e, inevitavelmente, a] (...) imagem dos Jerónimos no sopé da encosta*⁵⁹⁴, estes projectistas retomam criticamente modelos da cidade antiga projectando ruas apontadas ao Tejo onde predomina o quarteirão alongado formado por moradias unifamiliares e bifamiliares em banda (2 a 4 pisos) em alternância (no quarteirão) com blocos de habitação colectiva (4 a 6 pisos). Deste modo procurava-se não só resolver a reduzida distância entre os planos paralelos das fachadas, mas também as escalas que fizessem diluir a aproximação ao resultado dos planos de urbanização vizinhos, fazendo a passagem entre a volumetria da zona de moradias (a sul, Zona A), os blocos (a nascente, Zona C) e as torres (a norte, Zona D) (Fig. 1.4.4.). Em detrimento dos blocos soltos orientados para o sol, como reforçara Sérgio Fernandez – arquitecto da mesma geração que Nuno Portas, a “quarta” segundo Manuel Mendes⁵⁹⁵ – *procurar-*

⁵⁹¹ Ver Parecer do arquitecto Sousa Ribeiro, Direcção de Serviços de Urbanização – Divisão de Planeamento Urbanístico da Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, s.d., In Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Arco do Cego, Código de Referência: PT/AMLIS/AL/CMLSB/UROB-PU/10/383 – Cota : 325.

⁵⁹² Segundo testemunho o arquitecto Nuno Portas, o Plano de Pormenor do Restelo foi quase todo da responsabilidade de Nuno Teotónio Pereira, pois o arquitecto Nuno Portas encontrava-se ausente numa colónia de férias. In *O ser Urbano nos Caminhos de Nuno Portas*, visita guiada temática à exposição pelo Professor Arquitecto Nuno Portas, *As primeiras décadas, entre o atelier, o LNEC e a revista de Arquitectura*, Centro Cultural de Belém, 8/1/2013.

⁵⁹³ Ver Nuno Portas, “*Atelier Nuno Teotónio Pereira. Um testemunho, também pessoal*”, In Ana Tostões (coord.), *Arquitectura e Cidadania. Atelier Nuno Teotónio Pereira*, Lisboa, Centro Cultural de Belém, 2004, pp. 56.

⁵⁹⁴ Ver Nuno Teotónio Pereira, “EPUL 35 Anos – Plano do Restelo. Breve Historial” artigo destinado a uma publicação comemorativa dos 35 anos da EPUL (não publicado), Lisboa, 5/12/2006, In Arquivo de Nuno Teotónio Pereira.

⁵⁹⁵ *Geração constituída por arquitectos nascidos cerca de 1931, mais exactamente entre 1917 e 1927, com frequência escolar entre 1947-49 e 1953-55 e que começam a ter obra significativa a partir de 1956: Jorge Gigante (1919-1994), Arnaldo Araújo (1925-1984), João Archer (1928), Bartolomeu Costa Cabral (1928), Matos Ferreira (1928), Vítor Figueiredo (1929), Silva Dias (1930), Alcino Soutinho (1930), Francisco Melo (1930), Hestnes Ferreira (1931), Álvaro Siza (1933), Pedro Vieira de Almeida (1933), Rolando Torgo (1933), Nuno Portas (1934), Manuel Vicente (1934) e outros. Ver Manuel Mendes, “Nós. Uma modernidade de fronteira – nós para uma paisagem inconclusa”, In Xavier Costa (ed.), Susana*

*se-á uma imagem de urbanidade que se opõe à já habitual dispersão de edifícios, de maior ou menor altura, em espaços abertos*⁵⁹⁶, solução essa que também foi proposta para o Restelo (e aplicada nos Olivais) no apresentado pelo Gabinete de Estudos de Urbanização ao longo da década de 50, como tivemos oportunidade de verificar no subcapítulo anterior.

Na verdade a proposta de substituir as previstas torres por edificações mais baixas ia ao encontro do que vinha a defender Nuno Portas, nomeadamente para os Olivais-Sul onde na entrevista concedida aos arquitectos José Manuel Fernandes e José Lamas, confessou: *recordo-me que o José Rafael Botelho considerava que um conjunto de 5 ou 6 torres era importante para pontuar paisagisticamente aquela parte do bairro e que eu lhe perguntava ‘mas porque é que as pessoas hão-de viver em torres? Tiveram alguma palavra a dizer para isto?’ e ‘porque é que metemos umas em torres e outras em blocos mais baixos?’ E assegurei-lhe que, como arquitecto, dos edifícios iria fazer os possíveis para que as torres e não torres fossem o mais parecidas possível umas com as outras*⁵⁹⁷. Assim no Restelo houve que “horizontalizar” as torres e criar blocos de habitação de baixa altura e *transformar as ‘vias’ em ‘ruas’ direitas ou os ‘espaços-entre’ em pátios colectivos de quarteirão*⁵⁹⁸.

Landrove, *Arquitectura do Movimento Moderno: Inventário Docomomo Ibérico, 1925-1965*, Barcelona, Associação dos Arquitectos Portugueses, Fundação Mies Van der Rohe e DOCOMOMO Ibérico, 1997, pp. 20.

⁵⁹⁶ Ver Sérgio Fernandez, *Percursos: Arquitectura Portuguesa 1930-1974*, Porto, Dissertação para obtenção do título de professor agregado do curso de Arquitectura da Escola Superior de Belas Artes do Porto, Serviço Editorial da Faculdade de Arquitectura, 1988, pp. 183.

⁵⁹⁷ Ver José Manuel Fernandes, José Lamas, “Entrevista: Nuno Portas”, *Arquitectura*, Nº 135, Outubro 1979, pp. 62.

⁵⁹⁸ Ver Nuno Portas, “Do Astro à Nebulosa, do Nó à Malha, da Malha aos Nós”, texto apresentado na última aula na FAUP, 18/10/2004, In Nuno Portas, *Arquitectura(s). Teoria e Desenho, Investigação e Projecto*, Porto, FAUP Publicações, 2005, pp. 77.



Fig. 1.4.4. Ocupação Edificada, Estudos Preliminares do Plano de Pormenor da zona do Restelo, N. Teotónio Pereira, N. Portas e J. Paciência, s.d.⁵⁹⁹

1. CLASSIFICAÇÃO DA EDIFICAÇÃO ADJACENTE

ZONA A (Encosta do Restelo)	Índice de construção	1,6 (1)
	Percentagem de ocupação	1/6 (2)
	Área média cosnt./hab.	90 m ²
	Densidade (habit/hectare)	60
	Espaço público	residual só viário
	Tipos habitação	moradias com jardim privado de contorno
	Nº médio de pisos	2,5
	Época	1950/1970
ZONA B (Caramão)	Índice de construção	0,8
	Percentagem de ocupação	1/7,8
	Área média cosnt./hab.	17 m ²
	Densidade (habit/hectare)	150
	Espaço público	rua
	Tipos habitação	bandas marginadas
	Nº médio de pisos	2
	Época	1945/1950

(ver continuação da legenda na pp. 198)

⁵⁹⁹ In Referência PT-AMLSB-AL-CMLSB-UROB-PU-10-383, Folha 21, Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Intermédio.

ZONA C (Restelo Ministério)	Índice de construção	3,5
	Percentagem de ocupação	1/7
	Área média cosnt./hab.	28 m ²
	Densidade (habit/hectare)	420
	Espaço público residual:	alguns logradouros mais ou menos interiorizados
	Tipos habitação	blocos em banda pseudo-quarteirões
	Nº médio de pisos	7
	Época	1965/1970
ZONA D (Restelo Norte)	Índice de construção	~ 10m ³ /m ²
	Percentagem de ocupação	35% 1/2,9
	Área média cosnt./hab.	30 m ²
	Densidade (habit/hectare)	~568
	Espaço público	residual: viário
	Tipos habitação	blocos
	Nº médio de pisos	habitação 10; comércio 2
	Época	1970/1975

(1) Índice de Construção (m³) calculado na base de 3m de altura por piso e por cada m² de terreno considerado

(2) Percentagem de Ocupação relação entre a soma das áreas de implantação dos diferentes edifícios e a área do terreno considerado

Nota: Os valores indicados são aproximados

2. COMPROMISSOS CONSTRUÍDOS

A Sul da Via Rápida moradia junto à Av. Ilha da Madeira

3. COMPROMISSOS PROJECTADOS

A Norte da Via Rápida a) Assist. Materno-Infantil Fund. Queiroz Pereira
b) Casa de Sta. Maria do Resgate
c) Centro Hellen Keller
d) C.I.F.

A Sul da Via Rápida e) Museu de Molinologia
f) Museu de Etnologia do Ultramar
g) Escola-Primária (Restelo-Ministério)
h) Grupo Escolar e Pré-Primário (UNOR 17)

Via Rápida (nó de ligação nº 1 proposto por PLANOP)

Ao desenvolverem-se os estudos preliminares⁶⁰⁰ logo se verificou *um encurtamento sucessivo da área disponível para edificação [(cerca de 25 hectares, sendo apenas 15 hectares com aptidão para edificação)], devido por um lado aos compromissos já assumidos pela C.M.L. que se vieram definindo (Via Rápida e Museu*

⁶⁰⁰ Os Estudos Preliminares foram entregues no dia 4 de Junho de 1971 tendo sido aprovados no dia 1 de Julho de 1971. No dia 11 de Janeiro de 1972 foi entregue o Ante-plano que incluía um Estudo Económico da autoria do Dr. Ferraz de Andrade e cuja apreciação foi feita em reunião conjunta onde estiveram presentes: DSU: Arq. Tudella, Dr. Bárbara Lopes, Arq. Filipe Lopes, Arq. Sousa Ribeiro, Arq. Passos Leite, Eng. Neto; Eng. Durão, Eng. S. Almeida, Eng. Girão, Dr. Ferraz de Andrade; DSO: Eng. Cândia; GTH: Eng. Rumina Dinis; Plano Pormenor Restelo: Arq. João Paciência e Arq. Nuno Teotónio Pereira. Ver “Plano de Pormenor do Restelo (Fase de Ante-Plano)”, In *Restelo Área Central* (NP 177), In Arquivo de Nuno Teotónio Pereira, IHRU.

*de Etnologia), e por outro às características especiais do morro dos moinhos, que mostra de maneira imediata boa aptidão para zona verde, servindo de protecção ao cemitério, de local de fruição de tempos livres, envolvendo as construções ligadas à Molinologia*⁶⁰¹. Como se pode ler na legenda da figura 1.4.5. o Plano Director previa para esta zona uma ocupação por parte de 33.000 habitantes. Uma vez que a população existente contava os 14.700 habitantes, pretendia-se que o Plano de Pormenor do Restelo alojasse cerca de 18.300 habitantes. Assim num total de cerca de 1.120 fogos, sendo a ocupação na ordem das *70 habitações por hectare (90 se descontados as áreas escolares e o parque dos moinhos)*⁶⁰² – em oposição aos cerca de 140 fogos por hectare praticados nas torres do Estudo de Urbanização do Alto do Restelo – (afinal) propõe-se uma ocupação inferior em 12.300 habitantes em relação à previsão do plano geral de urbanização de Lisboa levado a cabo por Meyer-Heine.

Preocupados com questões relacionadas com a habitação das classes sociais mais desfavorecidas⁶⁰³ – e uma vez que Nuno Teotónio Pereira havia ocupado o cargo de arquitecto consultor de habitações económicas da Federação de Caixas de Previdência⁶⁰⁴ (1948-1972) – não será portanto de estranhar que esta equipa projectista tenha também sugerido que a edificação dos fogos fosse dividida em *construção de iniciativa municipal de carácter social (GTH); construção por entidades públicas, com alienação directa do terreno (Fundo de Fomento da Habitação, Federação de Caixas de Previdência, etc.); construção privada, de carácter social (cooperativas, associações não lucrativas, etc.); construção privada não condicionada (casas de renda limitada*⁶⁰⁵*], por exemplo); construção privada de pequenas moradias para habitação*

⁶⁰¹ Ver Plano de Pormenor da Zona Restelo – Estudos Preliminares, Dossier Nº 2: Integração na Zona Ocidental, Lisboa, Maio 1971, In Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Arco do Cego, Código de Referência: PT/AMLIS/AL/CMLSB/UROB-PU/10/383 – Cota : 325.

⁶⁰² Ver “‘Dossier’ Restelo”, *Arquitectura*, Lisboa, Nº 130, Maio 1974, pp. 11.

⁶⁰³ Como referimos anteriormente, Nuno Portas havia apresentado como prova de fim de curso (CODA) uma tese intitulada *Habitação Social, proposta para a metodologia da sua arquitectura*.

⁶⁰⁴ Tendo executado os projectos para Braga (1950-1954), Póvoa de Santa Iria (1954-1958), Trancoso (1957-1960), Vila do Conde (1957-1964), Barcelos (1958-1962), Caramulo (1959-1963) e Castelo Branco (1964-1966), alguns dos quais em colaboração com Nuno Portas (n. 1934) e Duarte Nuno Simões (n. 1930).

⁶⁰⁵ A renda limitada foi regulada pelo Decreto-Lei Nº 36 212 de 7 de Abril de 1947 e distingue-se dos restantes regimes pelo facto de não poder exceder determinadas quantias. Como salienta Raúl da Silva

*própria; construção privada de rendimento com carácter livre mas de standard não muito elevado*⁶⁰⁶. No que respeita às necessidades características dos agregados familiares, tendo em conta que Nuno Portas foi investigador do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (1962-1979) – onde fundou o núcleo de *Pesquisa* nas áreas da Arquitectura, Habitação e Urbanismo⁶⁰⁷ (1965) –, foram tidas em consideração as informações obtidas nos diversos projectos de investigação no campo da habitação ali desenvolvidos, nomeadamente o *Inquérito-piloto sobre Necessidades Familiares em Matéria de Habitação* (1967⁶⁰⁸) e a publicação (do mesmo autor) *Funções e exigências de áreas da habitação*⁶⁰⁹, uma proposta de áreas e medidas mínimas para a habitação social, estudos técnicos conducentes à *melhoria de concepção da habitação urbana*. Como testemunhou o arquitecto Nuno Portas, as discussões com a Câmara Municipal de Lisboa eram feitas com base em experiências realizadas pelo LNEC e postas posteriormente em prática na EPUL Restelo⁶¹⁰.

Pereira a fixação destes máximos é a contrapartida de certa moderação no custo da aquisição dos terrenos, obtida através dos municípios. Assim, as câmaras municipais poderão alienar lotes de terreno para a construção de casas de renda limitada, segundo qualquer das seguintes modalidades: por licitação degressiva da renda global que os compradores se propuserem cobrar pelos andares destinados a habitação, a partir de uma base definida nos anúncios da praça; por licitação progressiva do terreno para uma renda global fixa a cobrar pelos andares destinados a habitação, a partir de um preço-base constante daqueles anúncios. Ver Raúl da Silva Pereira, “Problemática da Habitação em Portugal”, *Análise Social*, Nº 2, Abril 1963, pp. 228.

⁶⁰⁶ Ver Plano de Pormenor da Zona Restelo – Estudos Preliminares, Lisboa, Maio 1971, In Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Arco do Cego, Código de Referência: PT/AMLIS/AL/CMLSB/UROB-PU/10/383 – Cota : 325.

⁶⁰⁷ Nuno Portas participou no 8º PPCC (Tarragona, 1967) onde apresentou o trabalho desenvolvido no LNEC. Para informação detalhada acerca dos Pequenos Congressos ver Nuno Carlos Pedroso de Moura Correia, *O Nome dos Pequenos Congressos. A Primeira Geração de Encontros em Espanha 1959-1967 e o Pequeno Congresso de Portugal*, Tesina Master Teoria e História de la Arquitectura, Universitat Politècnica de la Catalunya, 2009/2010, In http://upcommons.upc.edu/pfc/bitstream/2099.1/12087/1/NUNO%20CARLOS%20PEDROSO_TREBALL.pdf e Nuno Portas, “Congresso em Tarragona”, *Arquitectura*, Nº 96, 1967.

⁶⁰⁸ Ver “Inquérito-piloto sobre Necessidades Familiares em Matéria de Habitação”, II Relatório, LNEC, 1967.

⁶⁰⁹ Ver Nuno Portas, *Funções e exigências de áreas da habitação*, Lisboa, LNEC, 1969.

⁶¹⁰ In *O ser Urbano nos Caminhos de Nuno Portas*, visita guiada temática à exposição pelo Professor Arquitecto Nuno Portas, *As primeiras décadas, entre o atelier, o LNEC e a revista de Arquitectura*, Centro Cultural de Belém, 8/1/2013.

Mas para além da habitação, o plano integrado contemplava ainda uma *Área Central de Serviços*⁶¹¹ com cerca de 2,5 hectares e composta por um centro cívico e comercial, um hotel, escritórios/*ateliers* para profissionais liberais e uma igreja⁶¹², cuja localização prevista se situava no terreno compreendido pela Rua Mem Rodrigues e Rua Gonçalo Nunes e que não chegaram a ser construídos como veremos de seguida⁶¹³. Como se tratavam do sustentáculo de toda a intervenção em articulação com a malha urbana já construída e como defenderam os arquitectos, dada *a exiguidade da área que resta disponível para a habitação aconselha que a construção de equipamentos seja restringida àqueles que interessam directamente à zona*⁶¹⁴. Consequentemente a não edificação desta área comercial e de serviços – isto é, de um centro cívico no alto do Restelo – resultou em *mais um vazio que impede a consolidação de toda a área envolvente*⁶¹⁵.

Na zona poente, com um declive acentuado, *não se previa construção, dado que se iria aí localizar um abrigo subterrâneo para alojamento do governo em situações de calamidade*⁶¹⁶ (não construído⁶¹⁷) e entre as zonas verdes previstas, apenas foi construído o Jardim dos Moinhos na encosta nordeste que se trata de uma *clareira de*

⁶¹¹ Para o desenvolvimento do programa e projecto desta área os arquitectos tiveram como referência as seguintes publicações: National Economic Development Office, *The Future Pattern os Shopping* (1971), London, HMSO; National Economic Development Office, *Urban Models in Shopping Studies* (1970), London, HMSO; Allpass, outros (1965), *By Center Menneske*, Institut for Center – planlægning, Danmark; B. Berry (1967), *Market Centers and Retail Distribution*, Prentice – Hall, N.J.; J. Gaspar (1971), *Evolução das funções terciárias em Lisboa*, Estudos de geografia – Centro de Estudos Geográficos I.A.C., Lisboa. Ver “‘Dossier’ Restelo”, *Arquitectura*, Lisboa, Nº 130, Maio 1974, pp. 20.

⁶¹² Diversos pareceres foram enviados por parte de Diogo Lino Pimentel (arquitecto do Secretariado das Novas Igrejas do Patriarcado) aos técnicos do Plano a propósito das diversas hipóteses de localização da Igreja. Para informações detalhadas ver *Restelo Área Central* (NP 177), In Arquivo de Nuno Teotónio Pereira, IHRU.

⁶¹³ A Igreja “Caravela”, da autoria do arquitecto José Deodorato Troufa Real (n. 1941), foi edificada no terreno compreendido pela Rua Antão Gonçalves e Avenida Ilha da Madeira. Apesar da sua inauguração datar de Dezembro de 2011, em Novembro de 2012 encontrava-se ainda a ultimar a construção.

⁶¹⁴ Ver Plano de Pormenor da Zona Restelo – Estudos Preliminares, Lisboa, Maio 1971, In Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Arco do Cego, Código de Referência: PT/AMLIS/AL/CMLSB/UROB-PU/10/383 – Cota : 325.

⁶¹⁵ Ver Nuno Teotónio Pereira, “EPUL 35 Anos – Plano do Restelo. Breve Historial” artigo destinado a uma publicação comemorativa dos 35 anos da EPUL (não publicado), Lisboa, 5/12/2006, In Arquivo de Nuno Teotónio Pereira.

⁶¹⁶ Idem.

⁶¹⁷ Saliente-se a proximidade do bairro do Restelo ao Palácio de Belém.

*tipo naturalizado de certa dimensão, criando um ambiente de tranquilidade*⁶¹⁸ e que associado a outros espaços verdes⁶¹⁹ procurava colmatar aquilo que a equipa projectista definiu como “carências em equipamento”, *sobretudo a falta de áreas para recreio de crianças, assim como um espaço urbano ‘aglutinador’, isto é, que provoque os contactos entre a população a diferentes níveis de actividades (trabalho, recreio, comércio, etc.)*⁶²⁰. **Christopher Alexander** (n. 1936), autor do artigo de referência “**A City is not a tree**” publicado pela primeira vez na *Architectural Forum* (1965) e em Portugal na revista *Arquitectura*⁶²¹ (com uma breve introdução de Carlos Duarte, 1967), critica o conceito *muito do agrado dos teóricos do CIAM e de tantos outros que é o da separação entre zonas de recreio e todas as outras zonas*⁶²². Segundo defende Michel Toussaint este artigo *marca uma profunda crítica aos modelos da cidade moderna por serem distantes da verdadeira vida das comunidades urbanas*⁶²³. Contra os *Playgrounds* Christopher Alexander defende que *as crianças brincam numa infinidade de lugares – o jogo preenche os vazios da vida dos adultos*⁶²⁴. Com o seu centro cívico e as vias com maior ou menor importância, o plano de pormenor da zona do Restelo implicou uma certa hierarquização – é afinal uma “árvore” –, ou seja, é (uma cidade) “artificial” como nos explica Jorge Figueira⁶²⁵.

⁶¹⁸ Ver Plano de Pormenor da Zona Restelo – Estudos Preliminares, Dossier Nº 10: Programa de Uso do Solo, Lisboa, Maio 1971, In Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Arco do Cego, Código de Referência: PT/AMLIS/AL/CMLSB/UROB-PU/10/383 – Cota : 325.

⁶¹⁹ Nomeadamente: *Prado junto à Av. das descobertas: espaço para actividades de recreio de jovens; Jardim envolvendo o Museu Etnológico: de características acentuadamente urbanas; Largo arborizado no Alto do Restelo: envolvido pelo tecido residencial, com funções de miradouro; Praça Principal: foco de polarização de actividades terciárias, situado na faixa de vida intensa*. Ver Plano de Pormenor da Zona Restelo – Estudos Preliminares, Dossier Nº 10: Programa de Uso do Solo, Lisboa, Maio 1971, In Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Arco do Cego, Código de Referência: PT/AMLIS/AL/CMLSB/UROB-PU/10/383 – Cota : 325.

⁶²⁰ Ver Parecer do Arquitecto Sousa Ribeiro, Direcção de Serviços de Urbanização – Divisão de Planeamento Urbanístico da Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, s.d., In Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Arco do Cego, Código de Referência: PT/AMLIS/AL/CMLSB/UROB-PU/10/383 – Cota : 325.

⁶²¹ Ver Christopher Alexander, “Uma cidade não é uma árvore”, *Arquitectura*, Lisboa, Nº 95, Janeiro/Febrero 1967, pp. 22-29.

⁶²² Idem, op. cit., pp. 27.

⁶²³ Ver Michel Toussaint Alves Pereira, “Notas sobre Christopher Alexander”, *Jornal dos Arquitectos*, Nº 222, Janeiro/Março 2006, pp. 53.

⁶²⁴ Ver Christopher Alexander, op. cit., pp. 27.

⁶²⁵ Ver Jorge Manuel Fernandes Figueira Ferreira, *A periferia perfeita: Pós-Modernidade na Arquitectura Portuguesa, Anos 60 – Anos 80*, Dissertação de Doutoramento em Arquitectura (Teoria e História da

Proveniente do anterior plano de urbanização, deixou-se ainda de parte a ideia de edificação do Pavilhão dos Desportos dado tratar-se *de um equipamento à escala da cidade, que nada aconselhava que viesse a ser construído na zona, pelo carácter excêntrico desta e pela ausência de transportes colectivos de grande capacidade*⁶²⁶. O único estabelecimento para o ensino pré-primário previsto na área revela-se insuficiente assim como o (existente) estabelecimento de ensino secundário. A prevista edificação de um complexo escolar com 16 salas de aula mostrou-se suficiente no que se refere ao ensino primário, no entanto os arquitectos manifestaram que é ainda de *prever a existência de uma escola mais para ambos os sexos em que o nº de salas será em função da população a alojar*⁶²⁷.














Fig. 1.4.5. Programa de Uso do Solo, Estudos Preliminares, Plano de pormenor da zona do Restelo, N. Teotónio Pereira, N. Portas e J. Paciência, s.d.⁶²⁸ (ver continuação da legenda na pp. 204 e 205)

Arquitectura) apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2009, pp. 87-88.

⁶²⁶ Ver Plano de Pormenor da Zona Restelo – Estudos Preliminares, Lisboa, Maio 1971, In Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Arco do Cego, Código de Referência: PT/AMLIS/AL/CMLSB/UROB-PU/10/383 – Cota : 325.

⁶²⁷ Ver Plano de Pormenor da Zona Restelo – Estudos Preliminares, Dossier Nº 8: Equipamentos Actividades Transportes, Lisboa, Maio 1971, In Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Arco do Cego, Código de Referência: PT/AMLIS/AL/CMLSB/UROB-PU/10/383 – Cota : 325.

⁶²⁸ In Referência PT-AMLSB-AL-CMLSB-UROB-PU-10-383, Folha 33, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio.

 Mata;
  Cortina Arbórea;
  Espaço Livre (Prado de Recreio);
  Clareia Natural;
  Jardim;
  Área de Ocupação;
  Áreas Mistas (Residência/Funções de uso central);
  Faixa de vida intensa;
  Estacionamento;
  Localização dos Perfis;
  Indicação aproximada da população prevista (R= 1 cm/1.000 habt.)

1. OCUPAÇÃO

A área realmente disponível (como se mostra mais pormenorizadamente no mapa Nº 9 – propriedade e fruição do solo) verificou-se ser da ordem dos 25 hectares após a exclusão dos terrenos ocupados pela Via Rápida e respectivo nó de ligação, Museu de Etnologia e morro dos moinhos (este último por mostrar forte aptidão para outro tipo de ocupação que não o residencial, como se mostra). Destes 25 hectares há ainda que descontar a área ocupada pelo talude a Noroeste, por mostrar pouca aptidão para zona edificada. Restam-nos assim cerca de 15 hectares. O volume edificado previsto situa-se entre 2 a 4 pisos formando um tecido compacto integrando espaços livres e fruição privada, por forma a conseguir a ligação pretendida entre as moradias da Encosta, os edifícios da zona Restelo-Ministério e os projectados a Norte da Via Rápida. Indica-se uma sugestão desta ocupação nos perfis anexos [(Fig. 1.4.6.)].

2. POPULAÇÃO

No mapa Nº 3 (análise da população) ficou referenciada a capacidade da população prevista pelo Plano Director na unidade de ordenamento que engloba a zona em estudo. Para completar a população prevista (33.000 habitantes) seria necessário alojar 18.300 pessoas, dado que a população existente se verificou ser da ordem dos 14.700. A densidade que se prevê atingirá os 400 habitantes/ha ou 100 fogos/ha, ou seja, uma população total da ordem das 6.000 pessoas (100m²/fogo, 1.500 fogos). Este valor é inferior em 12.300 à previsão do Plano Director atrás referido.

3. EQUIPAMENTO ESCOLAR

Pré-Primário – Necessário contar com uma unidade de dimensão a fixar. Localização na zona em estudo – a definir.

Primário – Necessário contar com uma unidade (mapa Nº 7) com capacidade para 600 alunos (população 6.000 habitantes) equivalente a 9 salas de aula funcionando com 2 turnos. Localização na zona em estudo – a definir.

Secundário – A população a alojar trará uma carga adicional para a zona que provavelmente implicará a construção de uma nova unidade. Localização necessária fora da zona em estudo. E possivelmente na orla do Parque de Monsanto.

4. ACTIVIDADES TERCIÁRIAS

Dado o excesso de ocupação comercial actual (mapa Nº 7) as iniciativas deveriam ser canalizadas para a zona mixta (1), e só depois se iniciaria a formação da área de reforço do comércio existente indicada ao longo da Av. Ilha da Madeira (2) no sentido de reforçar a faixa de vida intensa prevista. Propõe-se a inserção nesta zona das instalações paroquiais e de outros elementos de equipamento, bem como de algumas unidades comerciais de grande dimensão, necessárias a toda a zona envolvente e concentradas num pólo de vincada expressão urbana.

5. TEMPOS LIVRES

Os espaços previstos para a actividade de recreio e lazer terão características diferentes consoante as suas potencialidades e as funções a satisfazer.

C – Morro dos Moinhos: Clareira e tipo naturalizado de certa dimensão, criando um ambiente de tranquilidade;

P – Prado junto à Av. Das Descobertas: Espaço para actividades de recreio de jovens;

J – Jardim envolvente ao Museu Etnológico: De características acentuadamente urbanas;

L – Largo arborizado no Alto do Restelo: Envolvido pelo tecido residencial, com funções de miradouro;

PP – Praça Principal: Foco de polarização de actividades terciárias, situado na faixa de vida intensa.

6. CIRCULAÇÃO E ESTACIONAMENTO

Serão de conservar as vias de acesso principal, nomeadamente a penetração pela Av. Ilha da Madeira, e atender às necessidades de atravessamento na zona. Nota-se desde já as dificuldades que surgirão em ligar correctamente a saída do nó de ligação da via rápida a partir da passagem superior. As necessidades de estacionamento ligadas à habitação serão satisfeitas dentro do tecido residencial. As originadas pelo Museu de Etnologia e Ministério do Ultramar terão que ser resolvidas de maneira

concentrada, junto daquele Museu, podendo actuar como reforço das áreas a utilizar pelo Estádio do Belenenses, sem poderem no entanto resolver cabalmente as necessidades deste último. Prevê-se ainda uma outra zona de estacionamento concentrado para as necessidades da zona mixta, a resolver localmente e em áreas adjacentes.

7. INTENÇÃO GLOBAL

Construção de um tecido residencial adaptado ao relevo e que procure ligar os sistemas de loteamento antagónicos que se foram praticando, por forma a criar-se um sítio bem caracterizado, onde vai inserir-se um foco ramificado de vida intensa que possa articular mais fortemente as diferentes zonas.

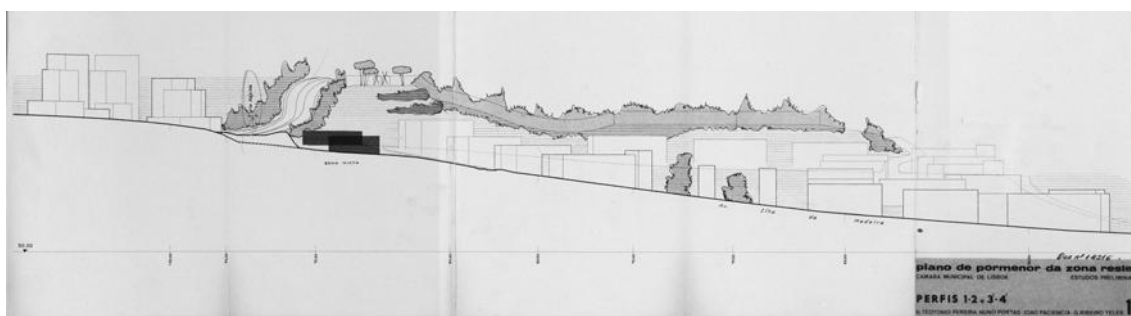


Fig. 1.4.6. Perfil 3-4, Estudos Preliminares, Plano de pormenor da zona do Restelo, N. Teotónio Pereira, N. Portas e J. Paciência, s.d.⁶²⁹

Como se poderá observar no perfil elaborado para o estudo preliminar (Fig. 1.4.6.), houve a *intenção de introduzir uma regra clara e de simples verificação na ordenação dos volumes de construção em relação às vias de acesso e aos espaços exteriores modelados pela própria edificação, utilizando, para o efeito, a regra estabelecida da altura máxima equivalente à largura do espaço livre fronteiro*⁶³⁰, ou seja, a regra dos 45° contemplada no Regulamento Geral das Edificações Urbanas. Retoma-se assim a escala humanizada e opta-se por uma solução mais “mediterrânica” – como apelidara o arquitecto Nuno Portas. Com os quarteirões abertos a sul, as ruas foram traçadas e arborizadas na encosta perpendicular ao rio. Criaram-se travessas largas e sem tráfego para os moradores. As vias de distribuição para peões e automóveis alternaram-se com as vias de serviço de acesso a pátios e estacionamentos no interior dos quarteirões. Como defendera Nuno Portas, os traçados ordenadores da rede viária, que tomaram a forma de quadrículas, são vantajosos pois podem-se *executar rapidamente, a partir de um esquema simples, preconcebido, e que respondem bem ao*

⁶²⁹ In Referência PT-AMLSB-AL-CMLSB-UROB-PU-10-383, Folha 36, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio.

⁶³⁰ Ver Nuno Teotónio Pereira, Nuno Portas, João Paciência e Gonçalo Ribeiro Telles, *Plano de Pormenor do Restelo*, Cota: NP271, In Arquivo de Nuno Teotónio Pereira, IHRU.

predomínio da circulação, da via, na organização de tudo o que é público na cidade. Mas a quadrícula tem ainda uma outra eficácia, a de maximizar o aproveitamento da área construída (para uma dada altura dos edifícios) na medida em que oferece um grande perímetro dos quatro lados dos quarteirões⁶³¹. Curiosamente, como reforçara o autor, após umas décadas de condenação pela cultura urbanística e arquitectónica (recorde-se a crítica de Corbu e do CIAM), e face aos decepcionantes resultados das expansões filhas do zonamento, da cidade-jardim ou dos grandes ‘pacotes’ arquitectónicos públicos ou privados do pós-guerra, o traçado ressurgue hoje como tema de estudo e, ao mesmo tempo, como uma bóia de salvação dos anseios de ordem, de unidade, em suma, de forma dos valores colectivos à cultura urbana⁶³².

Mas poderá isto significar que tais opções projectuais por parte desta equipa de arquitectos representam uma crítica ao Movimento Moderno? Os arquitectos Pedro Vieira de Almeida e José Manuel Fernandes ressaltaram que no plano de pormenor do Restelo verifica-se um certo “regresso ao urbano” – *frase de então que recordava os ensinamentos de C. Alexander no texto A Cidade Não É Uma Árvore⁶³³* – na medida em que se recorre ao *quarteirão semifechado e virado ao rio, abandonando o tema do edifício isolado e ‘virado ao sol’⁶³⁴*. Também Nuno Portas, na entrevista concedida aos arquitectos José Manuel Fernandes e José Lamas, vai atestar que o Restelo foi *a oportunidade para fazer a ligação entre arquitectura e trama urbana, tentar reabilitar a quadrícula e o quarteirão, mas ao mesmo tempo tentando que isso fosse compatível com certas regras do racionalismo (quanto à insolação, ao estacionamento, desafogo, etc.) certas críticas que tinham sido feitas à estrutura do quarteirão, por Le Corbusier entre outros, nós tentámos responder-lhes em vez de tomarmos uma posição retórica de defender o quarteirão à outrance, conforme agora está a acontecer com certos*

⁶³¹ Ver Nuno Portas, “Cerdà e os traçados”, *Arquitectura*, Lisboa, Nº 138, Outubro 1980, pp. 18.

⁶³² Idem, op. cit., pp. 22.

⁶³³ Ver Pedro Vieira de Almeida e José Manuel Fernandes, “A Arquitectura Moderna”, In *História da Arte em Portugal*, vol. 14, Lisboa, Publicações Alfa, 1986, pp. 155.

⁶³⁴ Idem, op. cit., pp. 155.

*projectos mais ou menos escolares*⁶³⁵. Segundo palavras de Nuno Portas: *fomos ensinados a separar*⁶³⁶.

*Sempre ouvimos dizer: ‘Uma coisa é tráfego e outra é a disposição dos edifícios – cada uma tem a sua lógica; uma coisa é o tráfego de veículos e outra os caminhos de peões... uma coisa são torres, outra coisa são bandas e outras moradias... uma coisa é a célula habitacional, outra os equipamentos de bairro, outra o Centro... uma coisa é a alta densidade, outra a baixa densidade... uma coisa é a zona social da casa, outra a zona íntima...’ – Como uma coisa é o centro e outra o subúrbio, uma coisa é a cidade, outra é o campo... E assim sucessivamente*⁶³⁷.

Assim reabilita-se a rua que mistura peões e automóveis, pelo menos entre os quarteirões apenas residenciais. Poder-se-á dizer que se estava a pôr em causa *todo um método estabelecido*⁶³⁸ como definiu Nuno Portas. Na verdade este “método” que, como referimos anteriormente, havia sido aplicado nos Olivais e proposto para o Restelo (sem nunca ter sido posto em prática na totalidade), *consistia em compor com peças monofuncionais, como foi o caso desses conjuntos de blocos de ‘residência’ alinhados paralelamente sobre um terreno verde, de ‘recreio’, polvilhado de equipamentos – aqui uma escola, ali um centro comercial, além um teatro – e sulcado por uma rede viária independente mais ou menos especializada segundo as várias velocidades de circular*⁶³⁹. Assim, abandonando a Carta de Atenas⁶⁴⁰ – *cujas interpretações ou deturpações muito contribuíram para a descaracterização das nossas cidades*⁶⁴¹ segundo Sérgio Fernandez – que, como vimos no capítulo anterior, curiosamente havia sido pela primeira vez difundida em Portugal por Nuno Teotónio Pereira e Manuel Costa Martins (*Técnica*, 1944), a equipa da Rua da Alegria recupera o conceito de

⁶³⁵ Idem, op. cit., pp. 62.

⁶³⁶ Ver Nuno Portas, “Posfácio por ocasião de publicação em revista do projecto para o Restelo”, *Arquitectura*, Lisboa, Nº 130, Maio 1974, pp. 22.

⁶³⁷ Idem, op. cit., pp. 22.

⁶³⁸ Ver Nuno Portas, “Desenho da Cidade e Ensino”, In *A Cidade como Arquitectura: apontamentos de métodos e crítica*, Lisboa, Livros Horizonte, 2007 (2ª edição), pp. 187.

⁶³⁹ Idem, op. cit., pp. 187.

⁶⁴⁰ *O alinhamento tradicional dos imóveis ao longo das ruas acarreta um dispositivo forçado do volume construído*, Ver “A Carta de Atenas”, *Arquitectura*, Nº 23-24, Maio-Junho 1948, pp. 39.

⁶⁴¹ Ver Sérgio Fernandez, “Arquitectura Portuguesa, 1961-1974”, In Annette Becker (org.), Ana Tostões e Wilfried Wang, *Portugal: Arquitectura do Século XX*, München, New York, Frankfurt, Lisboa, Prestel 1998, pp. 61.

espaço público e de quarteirão aberto, nomeadamente do bairro lisboeta da Lapa onde as ruas paralelas descem perpendicularmente às curvas de nível e em direcção ao rio Tejo (Fig. 1.4.7.). Recupera-se o traçado da malha ortogonal e o conceito de rua⁶⁴² tradicional ortogonal (*a altura dos edifícios é igual à largura das ruas*⁶⁴³ – RGEU), de praça⁶⁴⁴ (no centro cívico) e sobretudo de quarteirão⁶⁴⁵, no entanto *não se tratava de quarteirões fechados, mas semi-abertos e virados a sul, descendo a encosta, o que permitia condições saudáveis de insolação e ventilação e a fruição de vistas para o Tejo*⁶⁴⁶. Os autores do plano chamam ainda a atenção para o facto de que *aumentando o perímetro ou a continuidade da edificação obtém-se aumento de ocupação sem aumento de número de pisos e portanto para o mesmo número de pisos e ocupação total, maior espaço exterior*⁶⁴⁷ (Fig. 1.4.8.).

⁶⁴² A rua regula a disposição dos edifícios e quarteirões, liga os vários espaços e partes da cidade. Ver José Lamas, In *Morfologia Urbana e Desenho Cidade*, Fundação Calouste Gulbenkian e JNICT, Lisboa, 1993, pp. 100.

⁶⁴³ Ver João Afonso, “Uma imensa simplicidade. A cidade que se constrói na Rua da Alegria”, In Ana Tostões (coord.), *Arquitectura e Cidadania. Atelier Nuno Teotónio Pereira*, Lisboa, Centro Cultural de Belém, 2004, pp. 92-95.

⁶⁴⁴ A praça é o lugar intencional do encontro, da permanência, dos acontecimentos, de práticas sociais, de manifestações de vida urbana e comunitária e de prestígio, e, consequentemente, de funções estruturantes e arquitecturas significativas. (...) A definição de praça na cidade tradicional implica, como na rua, a estreita relação do vazio (espaço de permanência) com os edifícios, os seus planos marginais e as fachadas. Ver José Lamas, op. cit., pp. 102.

⁶⁴⁵ O quarteirão é um contínuo de edifícios agrupados entre si em anel, ou sistema fechado e separado dos demais. Ver José Lamas, op. cit., pp. 88.

⁶⁴⁶ Ver Nuno Teotónio Pereira, “EPUL 35 Anos – Plano do Restelo. Breve Historial” artigo destinado a uma publicação comemorativa dos 35 anos da EPUL (não publicado), Lisboa, 5/12/2006, In Arquivo de Nuno Teotónio Pereira.

⁶⁴⁷ Ver *Plano de Pormenor do Restelo* (NP 177), Pasta Nº 1: Ocupação Geral, In Arquivo de Nuno Teotónio Pereira, IHRU.

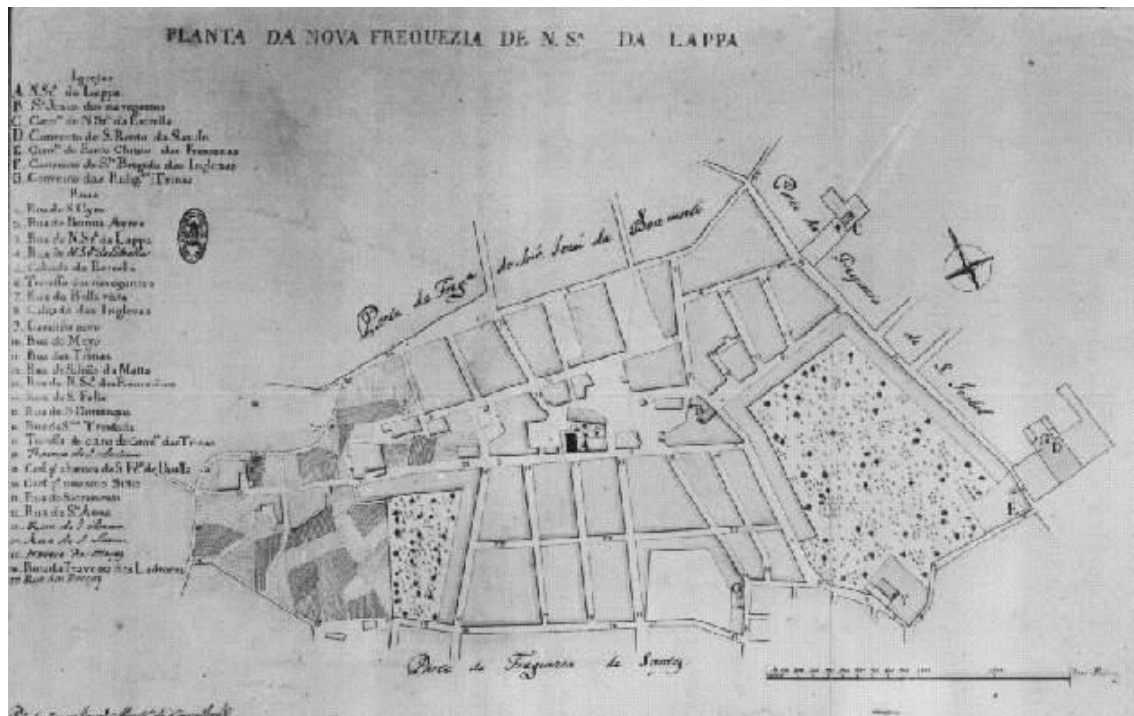


Fig. 1.4.7. Planta da Freguesia da Nossa Senhora da Lapa, José Monteiro de Carvalho, c. 1718-1780⁶⁴⁸



Fig. 1.4.8. Maquete do Plano Pormenor do Restelo, N. Teotónio Pereira, N. Portas e J. Paciência, 1971⁶⁴⁹

⁶⁴⁸ In Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Fotográfico, Prova: A59339 da autoria de Manuel Maria de Miranda Serejo.

⁶⁴⁹ In “‘Dossier’ Restelo”, *Arquitectura*, Lisboa, Nº 130, Maio 1974, pp. 13.

Como testemunhou Nuno Portas, *para além da geometria, [a proposta] punha também à prova uma hipótese nova de processo urbanístico que consistia em projectar o sistema do espaço público (o chão) e apenas simular a volumetria edificada – no caso, através do quarteirão rectangular semifechado, interpretando ao modo do sítio o método posto em prática um século antes por [Ildefons] Cerdà [(1815-1876)] [(ensanche; ocupação em dois ou três lados)] e utilizado por [Frederico] Ressano [Garcia] [(1847-1911)]*⁶⁵⁰ que propôs para Lisboa quarteirões fechados (Figs. 1.4.9. e 1.4.10.).

*Uns dez anos mais tarde e ainda no Atelier, uma nova oportunidade de projectar um ensanche, neste caso na continuidade urbana do Restelo (onde tinham começado a emergir enormes torres, para a época...), levar-nos-ia a dar um passo em frente. A recuperação do modelo de ensanche da segunda metade do século XIX, em Barcelona como na Lisboa das Avenidas Novas – e note-se a toponímia popular que, pela primeira e última vez, designava o sistema do espaço público e a sua forma! –, impunha-se-nos porque traduzia uma estratégia para a incerteza ao nível do próprio desenho que um século antes tinha dado certo. O plano assentava no traçado, a que agora chamamos um ‘projecto do chão’, e não numa composição em maqueta de volumes. Definia, à antiga, alinhamentos e cérceas para o que viesse a ser construído, mas não a continuidade e tipologia da edificação que poderia variar*⁶⁵¹.

Segundo Michel Toussaint, no Restelo *os conceitos tipo-morfológicos remetem para que o novo não seja radicalmente diferente do antigo, mas sim na sua continuidade*⁶⁵². Verifica-se mais uma vez que os autores do plano projectaram na continuidade do defendido por Christopher Alexander que afirmou ser *absolutamente necessário descobrirmos o que há de específico nas cidades antigas e lhes dá vida, e*

⁶⁵⁰ Ver Nuno Portas, “Atelier Nuno Teotónio Pereira. Um testemunho, também pessoal”, In Ana Tostões (coord.), *Arquitectura e Cidadania. Atelier Nuno Teotónio Pereira*, Lisboa, Centro Cultural de Belém, 2004, pp. 56.

⁶⁵¹ Ver Nuno Portas, “Do Astro à Nebulosa, do Nó à Malha, da Malha aos Nós”, texto apresentado na última aula na FAUP, 18/10/2004, In Nuno Portas, *Arquitectura(s). Teoria e Desenho, Investigação e Projecto*, Porto, FAUP Publicações, 2005, pp. 77-78.

⁶⁵² Ver Michel Toussaint Alves Pereira, “Afirmção e crise da Cidade Moderna”, In Francisco Gentil Berger, Luís Bissau e Michel Toussaint Alves Pereira, *Guia de Arquitectura Lisboa 94*, Lisboa, Ed. Associação dos Arquitectos Portugueses e Sociedade Lisboa 94, Faculdade de Arquitectura Universidade Técnica de Lisboa, 1994, pp. 317.

trazê-lo para as cidades que estamos a construir”⁶⁵³. Em oposição à *cultura urbanística e arquitectónica*, tão eficazmente quanto tendenciosamente codificada na *Carta de Atenas*⁶⁵⁴ (Nuno Portas), a proposta apresentada procurou (de certo modo) privilegiar as preexistências em benefício de uma melhor integração urbana. Mas conseguiu tal integração? Como referimos anteriormente a não construção da zona central, que agruparia diversas funções e actividades comprometeu o funcionamento e a viabilidade destes “quarteirões” exclusivamente habitacionais acabando por “operar” como “mais um bairro no Restelo”.

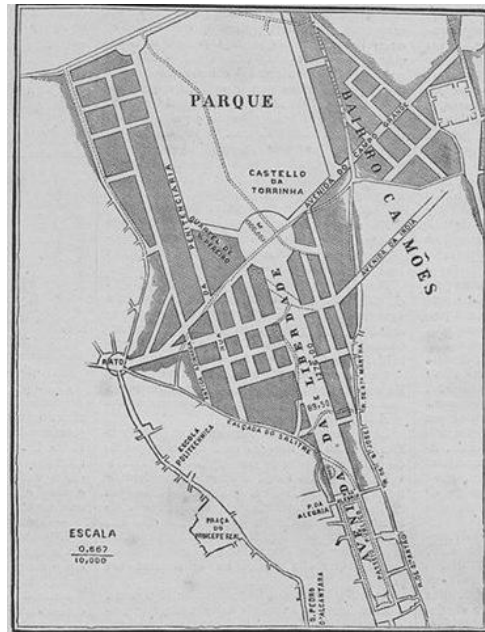


Fig. 1.4.9. Pormenor do *Plan de Ensanche*, Plano de Extensão de Barcelona, Ildefons Cerdà, 1859⁶⁵⁵

Fig. 1.4.10. “Grande Avenida do Passeio Público ao Rocio: Plano da Avenida da Liberdade”, Frederico Ressano Garcia, 1879⁶⁵⁶

⁶⁵³ Ver Christopher Alexander, “Uma cidade não é uma árvore”, *Arquitectura*, Lisboa, Nº 95, Janeiro/Fevereiro 1967, pp. 23.

⁶⁵⁴ Ver Nuno Portas, “Planeamento Urbano: Morte e Transfiguração”, primeira versão para CIDUR, Brasília, 1988, Segunda versão para IAB/RC, Porto Alegre, 1989, In *Arquitectura(s): Teoria e Desenho, Investigação e Projecto*, Porto, FAUP Publicações, 2005, pp. 52.

⁶⁵⁵ In <http://www.artehistoria.jcyl.es/ciudades/obras/23285.htm>

⁶⁵⁶ In João Sousa Morais e Filipa Roseta, *Os Planos da Avenida da Liberdade e o seu Prolongamento*, Lisboa, Livros Horizonte, 2005, pp. 19.

Entretanto, em 1971 era criada a **Empresa Pública de Urbanização de Lisboa** vulgarmente conhecida como **EPUL**⁶⁵⁷ e que a par do GTH de que falamos no subcapítulo anterior, da Associação de Produtividade na Auto-Construção (PRODAC, c. 1971-1983), do Fundo de Fomento da Habitação (FFH, 1969-1982) e da acção de apoio a cooperativas de habitação levada a cabo pelo Serviço de Apoio Ambulatório Local⁶⁵⁸ (SAAL, 1974-1975) veio a ocupar um papel de relevo no domínio do planeamento urbano e da habitação na cidade de Lisboa a partir do início da década de setenta e até aos nossos dias. Mas “O que é a EPUL?”⁶⁵⁹ De acordo com o exposto na revista *Arquitectura* (em 1974) por Filipe Lopes – Director de Serviços de Planeamento da Câmara Municipal de Lisboa – a EPUL *é uma pessoa colectiva de direito público dotada de autonomia administrativa e financeira e constitui uma empresa pública destinada a auxiliar e desenvolver a acção municipal no estudo e na execução de empreendimentos urbanísticos*⁶⁶⁰. Mas segundo resguardou o arquitecto (da EPUL) Augusto Pita (n. 1941), definir a EPUL (em Outubro de 1979) é ainda *tarefa não de todo simples e antes polémica, sobretudo se se quiser ultrapassar a mera enumeração das suas atribuições legais ou das suas realizações e se, preferentemente, se pretender captar o significado social da sua criação e persistência, esclarecer o respectivo processo decisório e enquadrar previsões quanto à sua vocação e destino, o qual, de resto, terá porventura sofrido forte ‘encontrão’ com a evolução recente da sociedade portuguesa*⁶⁶¹. Apoiada de todos os instrumentos legais, podendo adquirir bens, pedir ao Governo a expropriação por utilidade pública, alienar bens celebrar contractos de associação com os proprietários das áreas a urbanizar nos termos previstos pela lei,

⁶⁵⁷ Ver Decreto-Lei Nº 613/71 de 31 de Dezembro de 1971. No dia 5 de Dezembro de 2012, em reunião extraordinária da Câmara, foi aprovada a extinção da EPUL. Ver <http://www.cm-lisboa.pt/noticias/detalhe/article/camara-aprova-extincao-da-epul>.

⁶⁵⁸ Cujá legislação foi da responsabilidade do arquitecto Nuno Portas que na altura ocupava o cargo de Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo. Para uma análise detalhada acerca do SAAL ver José António Bandeirinha, *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2007.

⁶⁵⁹ Ver Filipe Lopes, “O que é a EPUL?”, *Arquitectura*, Lisboa, Nº 130, Maio 1974, pp. 9-10.

⁶⁶⁰ Ver Filipe Lopes, op. cit., pp. 9.

⁶⁶¹ Ver Augusto Pita, “Telheiras. EPUL: uma perspectiva da sua gestão”, *Arquitectura*, Nº 137, Julho/Agosto 1980, pp. 43.

*arrendar, promover estudos de pesquisa*⁶⁶², cabe à Câmara Municipal de Lisboa definir quais as áreas que deverão ser subordinadas a estudos de urbanização (ou de renovação urbana) por parte da Direcção dos Serviços Técnicos de Planeamento Físico da EPUL – *que tem a seu cargo todos os estudos urbanísticos e projectos de arquitectura através dos seus departamentos de Urbanização e Arquitectura*⁶⁶³ – ou por parte de projectistas liberais dirigidos por estes mesmos serviços. Assim *a Câmara transferiu para a EPUL parte dos terrenos municipais, a que seriam adicionados outros terrenos, para assim se definir novas áreas de intervenção*⁶⁶⁴. No que diz respeito às obras e ao seu acompanhamento, estas poderão ser executadas pela EPUL ou por empreiteiros dirigidos pela Direcção dos Serviços de Produção desta empresa *que orienta e fiscaliza os projectos e a execução de infra-estruturas, pelo departamento de infra-estruturas; pelo departamento de Edifícios orienta os projectos especiais e de estrutura em ligação com a arquitectura, promovendo as obras e fiscalizando-as*⁶⁶⁵. Na opinião de Filipe Lopes, a EPUL *poderá mesmo vir a ser regulador no mercado da habitação tornando-se um promotor importante do sector*⁶⁶⁶ dado que dispõe de *maior maleabilidade e da possibilidade de recorrer a empréstimos e a financiamentos bem como a um corpo técnico adequado*⁶⁶⁷. Ou seja, segundo Michel Toussaint, a *Câmara Municipal de Lisboa ao criar a EPUL quis lançar, ela própria, habitações nesse mercado específico com a intenção de controlar os preços que subiam extraordinariamente expelindo os habitantes para fora do concelho*⁶⁶⁸. Em Maio de 1972 é a vez do jornal *O Século* procurar também esclarecer os seus leitores acerca da Empresa Pública de Urbanização de Lisboa e das “apostas” da Câmara naquela empresa. Como salientou Augusto Pita na revista *Arquitectura*, com estas palavras o editor deste periódico conceituado quis de

⁶⁶² Ver Filipe Lopes, op. cit., pp. 9.

⁶⁶³ Idem, op. cit., pp. 9.

⁶⁶⁴ “A História”, In AAVV, *EPUL – 40 Anos. Edição Comemorativa do quadragésimo aniversário da EPUL – Empresa Pública de Urbanização de Lisboa*, Lisboa, EPUL, 2011, pp. 12.

⁶⁶⁵ Ver Filipe Lopes, op. cit., pp. 9.

⁶⁶⁶ Idem, op. cit., pp. 9.

⁶⁶⁷ Idem, op. cit., pp. 9.

⁶⁶⁸ Ver Michel Toussaint Alves Pereira, “Afirmção e crise da Cidade Moderna”, In Francisco Gentil Berger, Luís Bissau e Michel Toussaint Alves Pereira, *Guia de Arquitectura Lisboa 94*, Lisboa, Ed. Associação dos Arquitectos Portugueses e Sociedade Lisboa 94, Faculdade de Arquitectura Universidade Técnica de Lisboa, 1994, pp. 317.

*uma maneira um tanto impressionista mas indubitavelmente impressiva, [fazer ver] a nebulosidade do estatuto social atribuíveis à EPUL poucos dias depois da tomada de posse dos seus primeiros gestores e meio ano após a promulgação do decreto que a criou*⁶⁶⁹.

*À Empresa Pública de Urbanização de Lisboa fica cometida a realização de uma obra que tanto o Governo como a Câmara Municipal esperam ver crescer a ritmo diferente do anterior. Foi exactamente para isso que lhe conferiu estatuto especial, com poderes de mais ampla, livre, eficiente e célere actuação. Porque as atribuições não exorbitam as precedentes ao município; apenas os processos diferem. A EPUL será, segundo as palavras do Sr. Eng. Santos e Castro usadas no acto da posse dos primeiros corpos gerentes do organismo, ‘um multiplicador da acção municipal e da sua capacidade’. Mas além de multiplicador da acção municipal terá de ser também ‘um modelo de dignidade no seu comportamento; um exemplo de austeridade na sua administração, um reflexo da intenção municipal no ritmo da acção’. (...) Com a nova empresa ele está convencido de que os programas de urbanização – Telheiras, Restelo e Martim Moniz ocupam os primeiros lugares – disporão, a partir de agora, de um órgão que, tanto nos estudos de gabinete, como na realização das obras, lhes impedirá andamento de características revolucionárias*⁶⁷⁰.

Repare-se que no início dos anos 70, entre outros projectos, a EPUL estava também encarregue do Plano de Pormenor de Telheiras Sul⁶⁷¹ (1972-1974) levado a cabo pelos arquitectos Pedro Vieira de Almeida (1933-2011) e Augusto Pita, este último arquitecto da EPUL. Ora uma vez que Pedro Vieira de Almeida fora colaborador do atelier de Nuno Teotónio Pereira entre os finais dos anos 50 e durante a década que se seguiu⁶⁷², não será portanto de estranhar que, estando Nuno Portas e Nuno Teotónio Pereira envolvidos com a Câmara Municipal de Lisboa desde 1970, o nome deste

⁶⁶⁹ Ver Augusto Pita, “Telheiras. EPUL: uma perspectiva da sua gestão”, *Arquitectura*, Nº 137, Julho/Agosto 1980, pp. 43.

⁶⁷⁰ Ver “A Empresa Pública de Urbanização de Lisboa”, *O Século*, 8/05/1972, pp. 1 e 11.

⁶⁷¹ O primeiro estudo para Telheiras data de 1969 – *Programme d’Amenagement de la Maille de Telheiras* – e foi o resultado de uma encomenda camarária à OTAM/Interlande, realizado pelo arquitecto francês Gilles O’Calagham. A revista *Arquitectura* dedicou o seu 137º número (Agosto 1980) à apresentação do projecto de Telheiras.

⁶⁷² Tendo colaborado em diversos projectos, nomeadamente: Igreja do Sagrado Coração de Jesus (com Nuno Portas e Pedro Vieira de Almeida, 1962-1976, Prémio Valmor 1975), Casa Dr. Barata dos Santos em Vila Viçosa (com Nuno Portas e Pedro Vieira de Almeida, 1959-1963), Mosteiro de Santa Maria do Mar em Sassoeiros (com Pedro Vieira de Almeida e Nuno Portas, 1959-1968), Casa Brás de Oliveira em Sesimbra (com Pedro Vieira de Almeida e Nuno Portas, 1959-1964).

arquitecto tenha também vindo a surgir na EPUL (e/ou o inverso também se coloca). Deste modo, no início do ano de 1972, tendo o estudo prévio e o ante-plano para o Restelo sido aceites pela edilidade, na tomada de posse dos membros do Conselho da Administração da EPUL – Dr. Dinis Ribeiro Soares da Costa (presidente do conselho de administração, Volume II Anexo 8.) e engenheiro Augusto Teles Marques (Administrador-delegado) –, o presidente da Câmara Municipal de Lisboa engenheiro Santos e Castro profere o seguinte discurso:

Criada há quatro meses pelo Governo, a pedido da Câmara, facto que foi oportunamente agradecido, a Empresa Pública de Urbanização de Lisboa dá hoje o seu primeiro passo com a investidura de VV. Ex.^a os cargos que constituem os seus Conselhos da Administração e Fiscal e – assim espero e precisamos – todos os restantes que lhe seguirão na cadência necessária para que, rapidamente, a Empresa seja aquele instrumento de que carecemos para ajudar a grande Lisboa a ser o que efectivamente se impõe. (...) Pelo que à Câmara Municipal de Lisboa diz respeito, duas significativas urbanizações – a de Telheiras e a do Restelo – vão ser transferidas para a sua administração nos próximos meses e, logo que os estudos de pormenorização que se encontrem em curso atinjam fase adequada, o grande empreendimento da remodelação da zona do Martim Moniz será igualmente oferecido à sua capacidade promotora⁶⁷³.

A 25 de Agosto de 1972 a Câmara decide intervir [novamente] neste processo, com a finalidade de captar, para proveito do Município e numa perspectiva de planeamento integrado, os lucros destas operações⁶⁷⁴ pelo que **a EPUL assina um contrato com esta equipa** – agora com o arquitecto Pedro Viana Botelho (n. 1948) e os engenheiros Teixeira Trigo e Camacho Simões – para a elaboração da *totalidade dos projectos dos edifícios de habitação previstos no Plano de Pormenor*. [Ali] previa-se que 40% das habitações fossem objecto de promoção municipal directa, 5 a 10% privada, mas com carácter social, e os restantes de promoção privada para

⁶⁷³ Ver “A Empresa Publica de Urbanização de Lisboa”, Lisboa, N° 132-133, Câmara Municipal de Lisboa, 1972, pp. 90.

⁶⁷⁴ Ver “Das quintas senhoriais à empresa pública de urbanização”, In AAVV, *Guia Urbanístico e Architectónico de Lisboa*, Lisboa, Associação dos Arquitectos Portugueses, 1987, pp. 40.

*rendimento*⁶⁷⁵. Para servir de referência ao contracto foi preparado um novo *Programa Preliminar*⁶⁷⁶ sendo que o arquitecto-urbanista Meyer-Heine participou também nos encontros preparatórios para a sua elaboração uma vez que ainda trabalhava para a Câmara Municipal de Lisboa e como verificámos no subcapítulo anterior, curiosamente havia também aprovado o plano urbano elaborado por Zinho Antunes. Uma vez aprovados os projectos dos edifícios (16 de Julho de 1973) – de que falaremos em pormenor no capítulo que se segue –, deu-se continuidade ao processo com a abertura de um concurso para a construção do **Quarteirão-Piloto** (Zona EP - *Estudo Piloto*), zona de menor dimensão (com cerca de 1 hectare) localizada na extremidade sul do empreendimento e que *incluía dois blocos longitudinais de 5 pisos [(que tiram partido dos acessos em galeria.)], um deles rematado a norte por outro bloco de 4 pisos, e de uma correnteza de moradias [em banda], providas de pequenos pátios*⁶⁷⁷, num total de 118 habitação⁶⁷⁸ (Fig. 1.4.11.). Conforme referiram os arquitectos na memória descritiva do anteprojecto tratava-se de: a) *acelerar o início do arranque da construção*; b) *Adquirir um conhecimento mais profundo dos problemas inerentes a este tipo de Urbanização, a fim de permitir eventuais melhoramentos para o resto da Urbanização*; c) *avaliar os valores estimados para o custo do empreendimento*; d) *Ensaiai diversos materiais e métodos de construções*; e) *Adquirir uma experiência relativa à necessária coordenação entre os Serviços da EPUL e os vários Serviços Públicos interessados*⁶⁷⁹.

O quarteirão piloto organiza-se com as moradias (em correnteza ou em banda) a Poente/Sul e os blocos a Leste/Norte deixando um interior para estacionamento (Fig. 1.4.12.). Uma breve chamada de atenção para o facto de anos mais tarde o arquitecto

⁶⁷⁵ Ver Nuno Teotónio Pereira, “EPUL 35 Anos – Plano do Restelo. Breve Historial” artigo destinado a uma publicação comemorativa dos 35 anos da EPUL (não publicado), Lisboa, 5/12/2006, In Arquivo de Nuno Teotónio Pereira.

⁶⁷⁶ Datado de 20 de Junho de 1973, Ver Nuno Teotónio Pereira, op. cit.

⁶⁷⁷ Ver Nuno Teotónio Pereira, op. cit.

⁶⁷⁸ O contrato para o projecto das moradias de gaveto foi celebrado no dia 15 de Junho de 1974, *complementado com um outro celebrado em 07.03.75*, Ver Nuno Teotónio Pereira, op. cit.

⁶⁷⁹ Ver Nuno Portas, Nuno Teotónio Pereira e João Paciência, *Urbanização da Zona do Restelo, Zona EP – Estudo Piloto – Anteprojecto*, 8/9/1972, In Arquivo de Nuno Teotónio Pereira, IHRU.

Nuno Teotónio Pereira e Irene Buarque (n. 1943) terem elaborado uma investigação⁶⁸⁰ sobre a *Evolução das Formas de Habitação Plurifamiliar na Cidade de Lisboa*⁶⁸¹ (1978/1979) onde se debruçaram, entre outros assuntos, sobre o tema “Da casa bifamiliar à correnteza” ou seja, *pequenas construções de um só piso com dois fogos (...) nas quais o aumento de densidade levou a erguer novos pisos sobre o primitivo*⁶⁸². Ora a correnteza de moradias bifamiliares aqui projectadas que como veremos no capítulo que se segue são do tipo A, embora não se destinassem ao alojamento de indivíduos com baixos recursos económicos apresentam certas semelhanças com algumas das obras inventariadas, nomeadamente com algumas vilas operárias edificadas na cidade de Lisboa.

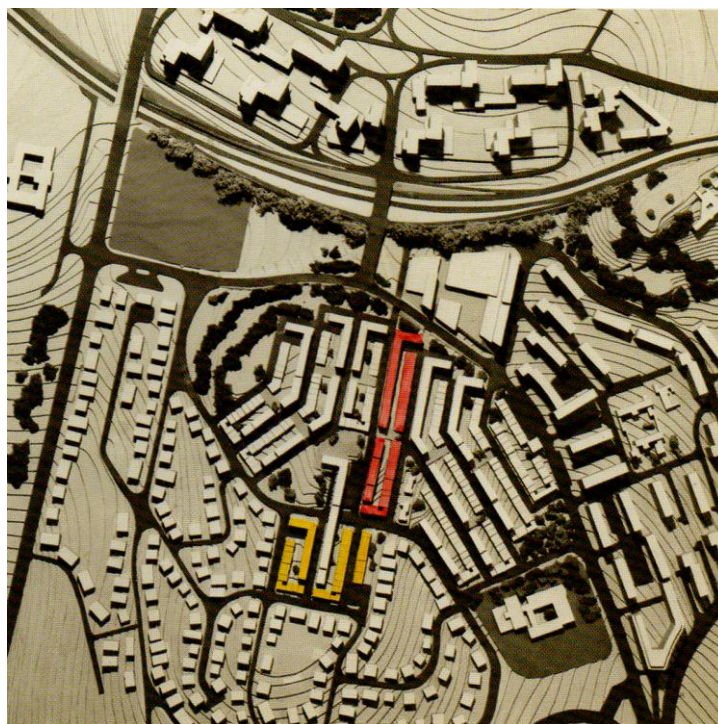


Fig. 1.4.11. Maquete do Plano Pormenor do Restelo com indicação do quarteirão piloto (amarelo) e do quarteirão Rosa (vermelho), s.d.⁶⁸³

⁶⁸⁰ Apoiada pela Fundação Calouste Gulbenkian.

⁶⁸¹ Publicado em 1995 pelos Livros Horizonte com o título: *Prédios e Vilas de Lisboa*.

⁶⁸² Ver Nuno Teotónio Pereira, “Pátios e vilas de Lisboa, 1870-1930”, Pesquisa realizada em 1979, publicada pela *Análise Social*, 1994, In Nuno Teotónio Pereira, *Escritos (1947-1996, selecção)*, Porto, FAUP Publicações, 1996, pp. 167.

⁶⁸³ In Ana Tostões (coord.), *Arquitectura e Cidadania. Atelier Nuno Teotónio Pereira*, Lisboa, Centro Cultural de Belém, 2004, pp. 222.



Fig. 1.4.12. Perspectiva de uma rua, s.d.⁶⁸⁴

Todavia, já sob a alçada de um novo presidente da Câmara Municipal de Lisboa (1972-1974) – Tenente-Coronel António Jorge da Silva Sebastião (n. 1919) –, no dia 20 de Janeiro de **1973** é celebrado um novo contrato com a EPUL para o projecto da **Área Central**⁶⁸⁵ (Fig. 1.4.14.). Como dissemos anteriormente, esta área não chegou a ser edificada mas o seu projecto foi elaborado e sofreu inúmeras alterações de forma a ir ao encontro dos requisitos da entidade promotora. Embora se saiba que à *EPUL* não interessava o papel de promotor-construtor da totalidade⁶⁸⁶, a proposta apresentada veio: a) *procurar reduzir o investimento em infra-estruturas e suporte construído [...];* b) *evitar uma solução que impusesse um único promotor de grande dimensão financeira e capaz de assumir riscos das falhas de potencial das diferentes actividades;* c) *procurar um equilíbrio de rendibilidades não só no conjunto do centro mas também na composição de cada lote, um pouco à imagem do que acontece no processo urbano especulativo da cidade (mistura de funções de centro, escritórios e residências na vertical de cada lote de edificação) e, de um modo geral compensadoras;* d) *aceitar*

⁶⁸⁴ In Ana Tostões (coord.), op. cit., pp. 217.

⁶⁸⁵ No dia 8 de Janeiro de 1982 os arquitectos entregam nova proposta para a “*Elaboração dos Estudos, Planos e Projectos para o Centro do Restelo. Esta proposta vem substituir aquela outra, datada de 26 de Maio de 1981, que mereceu alguns reparos por parte da Administração*” e no dia 20 de Dezembro de 1983, os arquitectos Nuno Teotónio Pereira e Nuno Portas assinam um contracto para “*Proposta para revisão e desenvolvimento do Estudo preliminar da área central do Restelo*”.

⁶⁸⁶ Ver “‘Dossier’ Restelo”, *Arquitectura*, Lisboa, Nº 130, Maio 1974, pp. 13.

uma realização por unidades independentes das parcelas não comprometendo a realização de outras que tenham condições asseguradas embora não fizesse sentido, num conjunto desta dimensão, uma previsão de ‘fases’⁶⁸⁷.

Depois da experiência de Gonçalo Byrne, Nuno Portas e Nuno Teotónio Pereira no projecto do Centro de Compras de São Sebastião (1968-1970, não construído) onde para a promoção desta operação municipal foi elaborado um cuidado folheto de modo a captar interessados, o que não se verificou⁶⁸⁸, preparava-se a EPUL para novo ensaio. Prontamente assumido por Nuno Portas e Nuno Teotónio Pereira na *Informação Preliminar* que acompanhou o processo relativo ao “centro de compras do Restelo”, pretende a C.M.L. ensaiar na cidade um tipo de edificação para o comércio de retalho de produtos de consumo diário, alimentar ou não, alternativo ao ‘mercado da banca’ que nos últimos decénios tem sido construído e que hoje se reputa obsoleto. A mudança de tipo de edificação, se se tiver presente a evolução dos ‘shopping centers’ em países mais desenvolvidos, designadamente os Estados Unidos e a Suécia, é determinada pela conjugação de alterações sensíveis, quer na procura quer na oferta⁶⁸⁹.

Segundo defenderam estes arquitectos, existem certos factores que fazem destes equipamentos edificações de interesse num conjunto urbano nomeadamente: c) o atractivo de instituições de consumo caracterizadas pela variedade dos serviços e consequentemente das escolhas; d) a concentração do tempo do consumidor disponível para o aprovisionamento, sob influência do trabalho feminino (factor que influi decisivamente o aumento dos réditos, assim como nas compras ‘fora da área de residência’; e) a generalizada possibilidade de conservação artificial dos produtos, permitindo ‘comprar por menos vezes mais coisas’; f) a maior facilidade de locomoção automóvel que permite ir mais longe (se o trânsito for fácil e o estacionamento gratuito) para escolher melhor⁶⁹⁰. Admitindo que o centro de compras indigitado para o

⁶⁸⁷ Idem, pp. 13.

⁶⁸⁸ Ver Ana Tostões (coord.), *Arquitectura e Cidadania. Atelier Nuno Teotónio Pereira*, Lisboa, Centro Cultural de Belém, 2004, pp. 214.

⁶⁸⁹ Ver Nuno Portas e Nuno Teotónio Pereira, “Centro de Compras na área do Restelo”, *Informação Preliminar*, Agosto de 1970, In *Restelo Área Central* (NP 177), In Arquivo de Nuno Teotónio Pereira, IHRU.

⁶⁹⁰ Idem.

alto do Restelo deveria corresponder a um *centro de zona amplo acumulando funções de centro local de uma zona residencial com a de outras zonas acessíveis (ainda que distantes) através da rede de distribuição do trânsito a média distância*⁶⁹¹, a previsão apontava para uma clientela local considerável, talvez da ordem das 25.000 pessoas quando totalmente ocupada e atendendo à área de influência, também porque até ao momento, como viemos a constatar ao longo desta investigação, o bairro do Restelo ainda não dispunha de zonas de comércio em número suficiente para satisfazer a sua população (Fig. 1.4.13.). A não construção do centro comercial comprometeu naturalmente a promoção do local até porque as condições de habitabilidade do empreendimento ficaram sujeitas aos serviços existentes no bairro, designadamente a pequenas lojas que ocupavam os pisos térreos de edifícios de habitação localizados essencialmente na célula C e que se revelavam insuficientes para responder às necessidades dos habitantes de todo o(s) bairro(s).

Segundo dados recolhidos pelos autores do projecto, um inquérito realizado pela equipa projectista revelou que o comércio existente num raio próximo do local em estudo abrange *uma área razoável de lojas não ocupadas (que avaliámos na ordem dos 800 m²) uma faixa de maior empolamento na Rua Tristão Vaz e no encontro desta com a Av. Gonçalves Zarco, e o aparecimento de lojas de maior qualidade na Av. Ilha da Madeira, ou nas perpendiculares confinantes*⁶⁹². Prevvia-se que a população potencialmente utilizadora do Centro se aproximasse *dos standards considerados como mínimos pela Administração britânica para as unidades centrais suburbanas (30 a 40 000 habitantes) sobretudo se atendermos a que se não entra em conta com habitantes das zonas residenciais a leste do Restelo ou do Vale de Algés*⁶⁹³.

Segundo o descrito no artigo publicado no jornal *República*, em 1973 ainda que o bairro da EPUL se encontrasse em início de construção *de muito mais se queixaram os habitantes do Restelo, [nomeadamente] aqueles que não possuem um ou mais*

⁶⁹¹ Idem.

⁶⁹² Ver Plano de Pormenor da Zona Restelo – Estudos Preliminares, Dossier N° 8: Equipamentos Actividades Transportes, Lisboa, Maio 1971, In Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Arco do Cego, Código de Referência: PT/AMLIS/AL/CMLSB/UROB-PU/10/383 – Cota : 325.

⁶⁹³ Ver Nuno Portas, Nuno Teotónio Pereira e Gonçalo Byrne, “Memória Descritiva da Área Central”, s.d., In *Restelo Área Central* (NP 177), In Arquivo de Nuno Teotónio Pereira, IHRU.

*automóveis e têm que se deslocar nos transportes públicos. Três carreiras de autocarro vão até à ponta do Restelo, zona ‘desterrada’, junto à av. das Descobertas*⁶⁹⁴. Pelo que poderemos concluir que passados cerca de trinta anos, o bairro do Restelo ainda se “encontrava na parte mais ocidental da cidade de Lisboa” e naturalmente isso fazia-se sentir todos os dias no dia-a-dia dos seus habitantes.

Bairros Sociais com mais de 15 anos	Habitantes
Caramão (rendas 250/500\$00)	2 600
Alto da Ajuda (Prop. Resolúvel)	1 500
Caselas (Prop. Resolúvel)	1 300
Bairros renda livre ou limitada, recentes	Habitantes
Restelo-Ministério (rendas 2.000/5.000\$00)	4 900
Restelo-Norte (em construção)	5 700
Restelo-EPUL (em início de construção)	5 000
Bairro moradias, últimos 30 anos	Habitantes
Encosta Restelo	1 100
TOTAL (aprox.)	22 000

Fig. 1.4.13. Previsão de ocupação, bairro(s) do Restelo vs nº de habitantes⁶⁹⁵.

No entanto *considerando agora o centro de compra como interessando outros bairros, vizinhos ou não, (ou seja vizinhos do ponto de vista da acessibilidade que pode não coincidir com a proximidade), haverá que reconhecer à partida uma deficiente localização quanto às vias principais de ligação à cidade e, mais ainda, em relação aos transportes colectivos. Este ‘handicap’ inicial provém da resistência que se oferece, quer como presença visual, quer para acesso de peões com a subida desde os Jerónimos ou Belém, e desde Algés, até ao local indigitado para o Centro*⁶⁹⁶ (Fig. 1.4.15.). Sendo a localização prevista para este Centro Comercial uma área a norte, junto à via rápida (que como veremos mais à frente neste capítulo também não chegou a ser edificada e está hoje posta de lado), ou seja, servida pela Avenida Marginal e pela Avenida das Descobertas e a auto-estrada (à época, apenas até ao Estádio Nacional),

⁶⁹⁴ “Habitantes do Restelo contestam a (des)urbanização de uma parte do seu bairro”, *República*, Lisboa, 09/11/1973, pp. 12.

⁶⁹⁵ In Nuno Portas, Nuno Teotónio Pereira e Gonçalo Byrne, “Memória Descritiva da Área Central”, s.d., In *Restelo Área Central* (NP 177), In Arquivo de Nuno Teotónio Pereira, IHRU.

⁶⁹⁶ Ver Nuno Portas e Nuno Teotónio Pereira, “Centro de Compras na área do Restelo”, Informação Preliminar, Agosto de 1970, In *Restelo Área Central* (NP 177), In Arquivo de Nuno Teotónio Pereira, IHRU.

verificou-se ainda existirem dois outros factores que podem contribuir para agravar a hipótese de localização colocada, nomeadamente: a) *a cedência do terreno contíguo ao Estádio do Restelo para Museu de Etnologia, afastando ainda mais o centro da faixa marginal ao Rio (a faixa dos transportes de maior alcance) acrescentada à extensa parede ‘morta’ do estádio, uma nova parede de um edifício isolado de reduzido atractivo para a população que se servirá do C.C. (...); b) a realização, que se julga esteja próxima, de outra iniciativa de objectivos semelhantes, já em tempo prevista no projecto da urbanização privada de Miraflares (e em tempo aprovado), iniciativa que visa tirar proveito da ligação directa à auto-estrada e à Praça D. Manuel e para a qual se tornará mais natural o afluxo da própria população do Restelo*⁶⁹⁷. Na verdade o arquitecto Sousa Ribeiro manifestou o seu desagrado quanto à localização escolhida pela equipa de projectistas: *Parece-me talvez forçado procurar criar ambientes agradáveis, à escala do peão, transformando uma faixa já urbanizada cujas características e tendências se ajustam mais à movimentação de veículos, em vez que canalizar esses espaços para locais que evidenciem mais aptidão para essa função. (talvez no interior do tecido urbano a projectar)*⁶⁹⁸.

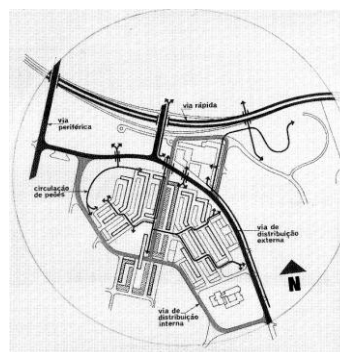
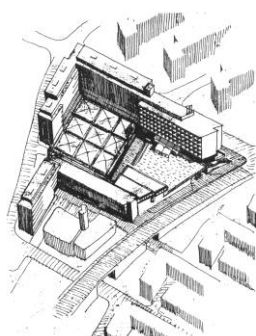


Fig. 1.4.14. Zona Central, N. Portas, G. Byrne e Miguel Aragão, s.d.⁶⁹⁹

Fig. 1.4.15. Planta de circulações do Plano Pormenor do Restelo, N. Teotónio Pereira, N. Portas e J. Paciência, s.d.⁷⁰⁰

⁶⁹⁷ Ver Nuno Portas e Nuno Teotónio Pereira, “Centro de Compras na área do Restelo”, Informação Preliminar, Agosto de 1970, In *Restelo Área Central* (NP 177), In Arquivo de Nuno Teotónio Pereira, IHRU.

⁶⁹⁸ Ver Parecer do Arquitecto Sousa Ribeiro, Direcção de Serviços de Urbanização – Divisão de Planeamento Urbanístico da Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, s.d., In Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Arco do Cego, Código de Referência: PT/AMLIS/AL/CMLSB/UROB-PU/10/383 – Cota : 325.

⁶⁹⁹ In “‘Dossier’ Restelo”, *Arquitectura*, Lisboa, Nº 130, Maio 1974, pp. 13.

Pelo projecto da **Área Central** ficaram responsáveis os arquitectos **Nuno Portas** e **Gonçalo Byrne** (n. 1941) que como vimos precedentemente haviam elaborado o Centro de Compras de São Sebastião, bem como o arquitecto **Miguel Aragão**⁷⁰¹ (n. 1943) que à data também colaborava naquele *atelier*. Apresentando bibliografia especializada⁷⁰² esta equipa justifica-se com o facto de não existir em Portugal *muita experiência entre nós na orientação de uma área central inteiramente nova e funcionalmente diversificada que venha a constituir uma parte integrante do sistema urbano do mosaico residencial da encosta do Restelo – mais do que a colocação de um supermercado numa área livre*⁷⁰³. Aliás como manifestado pelos projectistas verificava-se constantemente que os *novos conjuntos de iniciativa pública esperam anos pela construção dos seus ‘centros’ e entretanto as actividades centrais mais necessárias ou de procura assegurada vão ocupando as infra-estruturas mais acessíveis – os pisos térreos de prédios já servidos pelos arruamentos ou, no caso dos super ou hipermercados, algum terreno disponível em boas condições económicas – ou seja, que não tenha de ser disputado a uma ocupação residencial em altura*⁷⁰⁴. De facto, até à data a capital apenas tinha visto inaugurar o *Apolo 70* (26 de Maio de 1971), considerado por um jornal diário como *o maior ‘drugstore’ da Europa*⁷⁰⁵ por acolher uma farmácia entre as suas 41 lojas⁷⁰⁶. Em 1977 a EPUL foi também responsável pela

⁷⁰⁰ In Ana Tostões (coord.), *Arquitectura e Cidadania. Atelier Nuno Teotónio Pereira*, Lisboa, Centro Cultural de Belém, 2004, pp. 216.

⁷⁰¹ Ver “Dossier Restelo”, *Arquitectura*, Lisboa, Nº 130, Maio 1974, pp. 11.

⁷⁰² B. Berry, *Market centres and retail distribution*, N. J., Prentice-Hall, 1967; Allpass e outros, *By centre menneske*, Danmark, Institute for centre – planaegning, 1965; National Economic Development Office, *The Future Pattern of Shopping*, London, HMSO, 1971; National Economic Development Office, *Urban models in shopping studies*, London, HMSO, 1970; J. Gaspar, *Evolução das funções terciárias em Lisboa*, Lisboa, Estudos de Geografia – Centro de Estudos Geográficos I.A.C., 1971.

⁷⁰³ Ver Nuno Portas, Nuno Teotónio Pereira e Gonçalo Byrne, “Memória Descritiva da Área Central”, s.d., In *Restelo Área Central* (NP 177), In Arquivo de Nuno Teotónio Pereira, IHRU.

⁷⁰⁴ Idem.

⁷⁰⁵ Ver “O ‘drugstore’ Apolo-70 (o maior da Europa) foi ontem inaugurado”, *Diário Popular*, 27/5/1971.

⁷⁰⁶ Depois do Apolo 70 abriram os seguintes centro comerciais na cidade de Lisboa: Castil (1972), pequena galeria comercial no Chiado, localizada no edifício da companhia de Seguros SOPAL; Caleidoscópio (1974), no jardim do Campo Grande; Cinebolso (1975), actual Imaviz; Teteia, em Benfica (1976), Arco-Iris, junto ao Apolo 70 (1976), Galeria Saldanha (1976); Terminal do Rossio, centro comercial localizado dentro da estação do Rossio (1976). Para informações detalhadas acerca dos Centro Comerciais em Lisboa, ver Alessia Alegri, *Mientras Apolo 70 viaja hacia a Alvalaxia XXI, Colombo y Vasco de Gama nos descubren otra ciudad. La dimensión urbana del espacio comercial en Lisboa. 1970-*

abertura do Centro Comercial de Alvalade cujo projecto é atribuído ao *atelier* de Francisco Conceição Silva⁷⁰⁷ (1922-1982), localizado no canto noroeste do conjunto da praça de Alvalade (1960-1966) projectado por Ruy d'Athouguia (1917-2006) e Fernando Silva (1914-1983). Apesar destas contingências os arquitectos chegaram à definição dos volumes do centro comercial, assim o desenho ficou definido *pelo encaixe de superfícies horizontais a diferentes alturas e volumes relativamente altos – desenvolvidos em continuidade segundo duas direcções ortogonais. Estes volumes cumprem uma função de ‘arrumação visual’ e defesa de ventos do quadrante mais exposto enquadrando uma praça – esplanada com cafés, restaurante e cinema e uma rua de peões, transversal, que constitui um passeio ao longo de estabelecimentos comerciais e acessos ao supermercado*⁷⁰⁸ (Fig. 1.4.14.).

A colaboração desde o início entre os arquitectos e o paisagista **Gonçalo Ribeiro Telles** foi, segundo Nuno Portas, *um exemplo de entendimento interdisciplinar sobre a natureza do problema e a forma que o podia resolver e que testemunha a capacidade do reformador dos grandes espaços ser capaz de ‘aterrar’ sem complexo, no desenho dos pequenos espaços [(...) tratava-se], na prática, [de] traçar o espaço público antes de determinar a forma dos edifícios apenas balizados por instrumentos clássicos como os alinhamentos e os afastamentos função das alturas (os famosos 45º do Regime Geral de Edificação Urbana)*⁷⁰⁹. A partir de 15 de Maio de **1974**, altura em que é celebrado novo contracto com a EPUL, o arquitecto-paisagista **Francisco Caldeira Cabral** (1908-1992) veio a integrar a equipa para o completamento dos projectos dos espaços exteriores, nomeadamente a criação de um miradouro no ponto alto do conjunto de modo a tirar partido das vistas singulares sobre o rio Tejo e a

2010, Dissertação de Doutoramento em Urbanismo e Ordenación del Territorio pela Universitat Politècnica de Catalunya, Escuela Técnica Superior de Arquitectura de Barcelona, 2012.

⁷⁰⁷ Mas sem o arquitecto Francisco Conceição Silva que nesta altura já estava no Brasil (1975-1981), Ver João Pedro Conceição Silva (Coord.) e Francisco Manuel Conceição Silva, *Conceição Silva Arquitecto, 1922-1982*, Lisboa, Sociedade Nacional de Belas Artes 1987, pp. 167.

⁷⁰⁸ Ver Nuno Portas, Nuno Teotónio Pereira e Gonçalo Byrne, “Memória Descritiva da Área Central”, s.d., In *Restelo Área Central* (NP 177), In Arquivo de Nuno Teotónio Pereira, IHRU.

⁷⁰⁹ Ver Nuno Portas, “Gonçalo Ribeiro Telles e os Urbanismos”, In Joaquim Oliveira Caetano (Coord.), *A Utopia e os pés na Terra. Gonçalo Ribeiro Teles*, Museu de Évora, CML e Museu Municipal de Coruche, 2003, pp. 106.

encosta (edificada) a sul do bairro (não construído). Segundo descrevem os projectistas esta zona – actualmente denominada pela EPUL de “terreno das embaixadas” – foi dissociada das outras por apresentar características muito particulares, como sejam uma grande percentagem de área livre, a localização de uma escola pré-primária – que se *destina a servir preferencialmente os habitantes da nova malha residencial*⁷¹⁰ – e a vizinha ocupação do sector terciário prevista no piso térreo do bloco 6 (bloco central da zona piloto) que também não chegou a ser edificado comprometendo mais uma vez o abastecimento do dia-a-dia dos habitantes do bairro. Junto à escola aproveitar-se-ia o terreno envolvente para a criação de um logradouro, com a total ausência de elementos construídos. Pensado como local de repouso, convívio e recreio, este largo (não construído) seria *definido por muros de suporte, que também garantem a continuidade do tecido urbano edificado e permitem um relativo isolamento aos espaços funcionais daquele logradouro. (...) o arvoredado é constituído, fundamentalmente, por um grupo de pinheiros mansos colocados no miradouro e por zambujeiros que se distribuem na encosta revestida de vegetação. (a disposição do arvoredado e dos arbustos permite o melhor abrigo possível aos ventos dominantes do quadrante norte e proporciona locais de franco ensoalhamento*⁷¹¹ (Fig. 1.4.16.).

Anos mais tarde Ribeiro Telles e Caldeira Cabral apresentam a proposta de arranjos exteriores que se baseia no apoio às actividades de recreio e lazer e à circulação exclusivamente pedonal agrupando-se em três zonas tipo: travessas com escadinhas, jardim público e logradouros públicos. Conforme afirmaram os paisagistas na memória descritiva, *as travessas com escadinhas funcionam como zonas de ligação e como tal são percursos preferenciais de peões. O tratamento proposto procura garantir uma certa unidade formal e ao mesmo tempo permitir um atravessamento que se torne o mais cómodo possível tendo-se criado ainda algumas zonas de estadia. (...) A vegetação caracteriza-se por ter folhagem densa por forma a tornar-se uma protecção eficaz contra os atravessamentos indiscriminados além de formar uma barreira*

⁷¹⁰ Ver *Plano de Pormenor do Restelo* (NP 177), Pasta Nº 1: Ocupação Geral, In Arquivo de Nuno Teotónio Pereira, IHRU.

⁷¹¹ Ver Nuno Teotónio Pereira, Nuno Portas, João Paciência, Ribeiro Telles e Caldeira Cabral, In *Memória Descritiva*, 11/7/1974, Arquivo EPUL.

*protectora contra as vistas e ruídos que provocam o devassamento do espaço*⁷¹². Citando o artigo “Introduzione ai problemi di disegno urbano dell’area napoletana”⁷¹³ os autores do plano de pormenor do Restelo manifestaram no Estudo Preliminar que *pretendia-se ‘entender a natureza como forma orgânica e sistema semântico... que, condicionando e entrando em relação com sinais arquitectónicos, passa a fazer parte de um sistema mais geral de sinais que é o da morfologia do território’*⁷¹⁴.

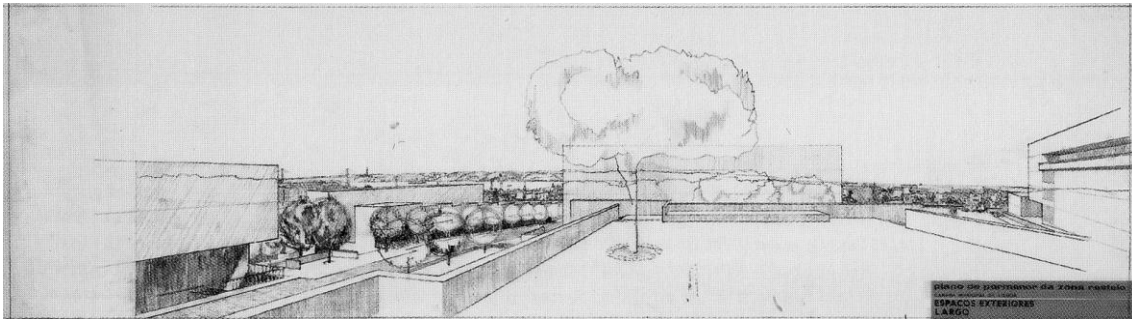


Fig. 1.4.16. Perspectiva dos espaços exteriores, Largo (não construído, actual “terreno das embaixadas”), s.d.⁷¹⁵

Mas em Novembro de 1973 o jornal *República* publica uma forte crítica ao que se vinha a edificar no Restelo, nomeadamente na zona das torres que se encontravam construídas ou em fase de conclusão. Segundo este periódico *à maior densidade lisboeta de vivendas de luxo, alia-se, noutro sector, a (des)urbanização da ‘propriedade horizontal’, cada vez de ‘verticalidade’ mais alta. [(...) Ao mesmo tempo,] há outra gente, entre as vivendas e os andares – a que ‘abusivamente’ ocupa, com as suas características ‘casas’ de madeira próprias de ‘pessoas de mais débeis recursos económicos’, aqueles preciosos palmos de terra que se medem aos contos*⁷¹⁶. Repare-se

⁷¹² Ver Gonçalo Ribeiro Telles e Francisco Manuel Caldeira Cabral, “Projecto de execução do Arranjo dos Espaços Exteriores da Zona A, do empreendimento do Restelo”, Volume 1, *EPUL Restelo – Projecto de Arranjos Exteriores*, NP256, Fevereiro de 1983, In Arquivo de Nuno Teotónio Pereira, IHRU.

⁷¹³ Publicado na revista *Idilizia Moderna*, Nº 85-86, 1966.

⁷¹⁴ Ver Plano de Pormenor da Zona Restelo – Estudos Preliminares, Dossier Nº 3: Morfologia do Terreno, Lisboa, Maio 1971, In Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Arco do Cego, Código de Referência: PT/AMLIS/AL/CMLSB/UROB-PU/10/383 – Cota : 325.

⁷¹⁵ In Ana Tostões (coord.), *Arquitectura e Cidadania. Atelier Nuno Teotónio Pereira*, Lisboa, Centro Cultural de Belém, 2004, pp. 217.

⁷¹⁶ Ver “Habitantes do Restelo contestam a (des)urbanização de uma parte do seu bairro”, *República*, Lisboa, 09/11/1973, pp. 12.

que por esta altura *cada metro quadrado, no requintado Restelo, vale 30 notas de conto – segundo a tabela do último leilão*⁷¹⁷. O jornalista (não identificado) chama ainda a atenção para a estreiteza das vias dos quarteirões da EPUL, dificuldades de estacionamento e para as *hipóteses de ajardinamentos que actualmente são pouco mais que amontoados de lixo, terra e pedras com alguma relva no meio*⁷¹⁸. Nuno Portas responde a tais críticas na revista *Arquitectura*:

*Não só os signatários, como muitos outros críticos e técnicos, no País e no estrangeiro, vêm pondo em dúvida a bondade dessas receitas trivializadas nos últimos 20 anos: porque se constata que os verdes entre edifícios altos não ficam tão verdes, quer porque são invadidos pelos carros, quer porque as verbas camarárias não comportam a sua verdificação; porque se verifica que nesse urbanismo, sem passeios protegidos, os peões correm o risco de atravessar as vias rápidas onde lhes dá jeito, a menos que estas se transformem em trincheiras engradadas; porque se redescobriu entretanto que apartamentos em torres ou grandes blocos não eram a única forma de habitar na cidade e era possível, e legítimo, agrupar moradias com pátios ou terraços obtendo assim densidades elevadas; e por último, mas não menos importante, porque se presume que a ausência de animação, de encontros, de vida de relação fora de casa tenha que ver, além de todas as causas sócio-económicas conhecidas, também com essa nova forma, rala e dispersa, de dispor os edifícios, quebrando um sentido de continuidade do espaço que caracteriza toda a tradição urbana até ao início deste século*⁷¹⁹.

Na verdade quando comparamos os quarteirões da EPUL com o “bairro jardim” a sul edificado, como se pode verificar nas imagens fotográficas de seguida apresentadas, passados mais de 30 anos sobre a construção deste “pedaço de cidade” o quarteirão piloto encontra-se hoje (ainda) apenas “pontuado por alguns verdes” e se era intenção dos projectistas que os seus habitantes vissem na rua a possibilidade de conviverem com a vizinhança, a verdade é que as ruas estão desertas lembrando mais um “quarteirão dormitório” (edificado nos “arrabaldes” de Lisboa). A não construção do bloco 6, do centro cívico e consequentemente de certos equipamentos que dariam uma

⁷¹⁷ Idem, pp. 12.

⁷¹⁸ Idem, pp. 12.

⁷¹⁹ Ver “‘Dossier’ Restelo”, *Arquitectura*, Lisboa, Nº 130, Maio 1974, pp. 21.

certa autonomia aos moradores, fez deste quarteirão uma espécie de “pequeno enclave” ocupado apenas por habitação.



Fig. 1.4.17. Vistas do quarteirão piloto da EPUL, 2011⁷²⁰

A passagem da ditadura para a democracia teve repercussões no continuar de todo o processo. Em Junho de **1974** a EPUL realiza um **“Estudo de Rendibilidade do Empreendimento do Restelo – Zona EP”** onde vem a concluir:

O preço do terreno foi calculado considerando-se que o seu valor deveria corresponder, aproximadamente, a 10% dos custos de urbanização e construção. Quanto aos custos de urbanização foram imputados aos lotes e moradias proporcionalmente à área de construção respectiva. [...] De acordo com o custo (\simeq valor) unitário vêm finalmente calculadas as rendas dos fogos. [...] Conclusão. O estudo comparativo dos dois critérios apresentados permite-nos concluir que as diferenças que advêm para as rendas dos fogos são muito pouco significativas. No segundo critério as moradias vêm proporcionalmente mais oneradas que os blocos em virtude de os custos de urbanização e do terreno terem sido imputados à área dos lotes; contrariamente ao primeiro critério em que os custos de urbanização foram imputados por área de construção e em que o terreno foi calculado com base numa percentagem de 10% sobre os custos de construção e urbanização⁷²¹.

⁷²⁰ In Arquivo e fotografia da autoria de Patrícia Bento d’Almeida.

⁷²¹ Ver “Estudo de Rendibilidade do Empreendimento do Restelo – Zona EP”, 27/6/1974, In Arquivo de Nuno Teotónio Pereira, IHRU.

Assim como salientou Nuno Teotónio Pereira, *correspondendo a uma reivindicação dos serviços, na sequência do 25 de Abril, a EPUL decidiu que novos projectos deveriam ser desenvolvidos internamente*⁷²². Por esta razão são **rescindidos todos os contractos** celebrados até à data e a **equipa projectista da Rua da Alegria passa somente a ser consultora da EPUL**. Ao arquitecto **Vítor Manuel Afonso Alberto**⁷²³ (n. 1938), funcionário da EPUL, coube a revisão dos projectos localizados na zona poente tendo este arquitecto optado pelo aumento de dois pisos nalguns dos edifícios, solução criticada pelos autores do plano por apresentar algumas *dissonâncias relativamente ao Plano de Pormenor*⁷²⁴ no entanto, como veremos no capítulo que se segue, relativamente ao conjunto de moradias edificadas na Rua João Dias, verificamos que este projecto foi premiado com uma **menção honrosa do Prémio Valmor – 1988**. Entretanto, a rematar os topos norte e sul deste quarteirão, o arquitecto **Gonçalo Byrne** projecta dois edifícios de habitação para **Cooperativa COOCICLO** (Cooperativa de Habitação e Construção C.R.L.), respeitando o traçado e volumetria do Plano de Pormenor e a área restante – denominada por Restelo Poente –, conforme informação fornecidas pela EPUL, foi desenvolvida internamente pelo arquitecto Artur Couto de Almeida (n. 1935) tendo sofrido vários aditamentos.

Com o engenheiro Nuno Krus Abecassis (1929-1999) na Presidência da Câmara Municipal de Lisboa (1980-1989) a 18 de Maio de **1981 são celebrados dois novos contratos entre a EPUL**⁷²⁵ **e a equipa responsável pelo plano de pormenor do Restelo:** *um para a elaboração dos novos projectos para todos os edifícios situados na*

⁷²² Ver Nuno Teotónio Pereira, “EPUL 35 Anos – Plano do Restelo. Breve Historial” artigo destinado a uma publicação comemorativa dos 35 anos da EPUL (não publicado), Lisboa, 5/12/2006, In Arquivo de Nuno Teotónio Pereira.

⁷²³ O arquitecto Vítor Alberto chegou a Chefe do Departamento de Arquitectura da EPUL tendo deixado a empresa em 1997 para se tornar assessor do presidente da Câmara Municipal de Sesimbra, tendo feito parte da equipa que realizou a revisão do Plano Director Municipal.

⁷²⁴ Ver Nuno Teotónio Pereira, op. cit.

⁷²⁵ Cujo presidente do conselho de administração era o engenheiro Mário de Azevedo, mantendo-se o Eng. Augusto Teles Marques como Secretário-Geral da Empresa e sendo o Eng. José Macedo Cabral Director dos Serviços de Produção.

*encosta nascente*⁷²⁶ e outro *para os projectos de todos os espaços exteriores localizados na mesma zona*⁷²⁷. Os projectos foram entregues no decorrer do ano seguinte mas a 15 de Setembro de 1983 um novo contrato celebrado com os arquitectos Nuno Teotónio Pereira e João Paciência vem reclamar a revisão dos projectos de dois quarteirões localizados na encosta nascente, tendo em vista *a construção imediata dos edifícios por parte da empresa HAUS – Habitação e Gestão Imobiliária, SARL, em consórcio com a EPUL*⁷²⁸ (⁷²⁹). Conforme salientaram os projectistas, em termos gerais *foram três as alterações fundamentais ao programa que serviu de base ao Plano de Pormenor elaborado em 1972 e aos seguintes projectos dos edifícios de habitação que foram objecto de revisão em 1982: a) uma drástica redução das dimensões dos fogos, com acentuada predominância das tipologias T1 e T2; b) a introdução de garagens para recolha de carros em todos os tipos de edifícios, atingindo cerca de 1 carro/fogo; c) a revisão da implantação dos diferentes tipos de edifícios, por forma a evitar a localização de moradias entre dois blocos*⁷³⁰. Vulgarmente denominado de **Quarteirão Rosa**, como analisaremos em pormenor no capítulo que se segue, a construção deste bloco habitacional teve início em Maio de 1984, tendo sido concluído em 1987 e logo premiado com **menções honrosas do Prémio Valmor e Municipal de Arquitectura - 1987 e 1988**.

Associada à empresa SOTRIL, em 1984 a EPUL decide rever o loteamento e projectos da Zona Nascente. Como salienta o arquitecto Teotónio Pereira, *aceite a 20.09.84 a proposta nesse sentido enviada pela equipa projectista, são entregues estudos sucessivos ao longo desse ano e de 1985 e 86. No entanto, por desacordo entre as empresas do consórcio quanto à melhor resposta às solicitações do mercado, os*

⁷²⁶ Ver Nuno Teotónio Pereira, “EPUL 35 Anos – Plano do Restelo. Breve Historial” artigo destinado a uma publicação comemorativa dos 35 anos da EPUL (não publicado), Lisboa, 5/12/2006, In Arquivo de Nuno Teotónio Pereira.

⁷²⁷ Idem.

⁷²⁸ Idem.

⁷²⁹ À época era Director do Gabinete de Urbanização e Projectos da EPUL o Eng. Agnelo Crespo, sendo o Administrador da HAUS o Eng. José Varatojo e coordenador da obra por parte dessa empresa o Eng. Eduardo Barata Correia.

⁷³⁰ Ver Nuno Teotónio Pereira e Pedro Viana Botelho, *Revisão Plano Pormenor*, EPUL Restelo Nascente - III Fase, NP265, Pasta Nº 1, Fevereiro de 1985, In Arquivo de Nuno Teotónio Pereira, IHRU.

*projectos que foram sendo entregues não lograram concretização*⁷³¹. Dois anos mais tarde, em **1986** o engenheiro **Krus Abecassis** assume também a **Presidência da EPUL renunciando os contractos celebrados anteriormente tanto com a equipa projectista como com o consórcio com a SOTRIL**.

Já sob a tutela do presidente engenheiro Joel Hasse Ferreira, em Outubro de **1991** a EPUL abre um **concurso de ideias para a Zona Nascente da Encosta do Restelo**, quarteirão com cerca de 50.000m², compreendido pela Avenida Ilha da Madeira a Nascente, pelo jardim Fernanda de Castro (que confina com o Museu de Etnologia) a Sul e pela Rua Gonçalo Nunes a Poente (Fig. 1.4.18.). Entre os participantes⁷³² foram seleccionadas três propostas que no seu entender melhor se adequavam aos objectivos⁷³³ definidos: Nuno Leónidas (n. 1954); Caetano Beirão da Veiga (n. 1941); Alberto Oliveira (n. 1945). A proposta apresentada pelo arquitecto **Nuno Leónidas** foi qualificada como a vencedora e a partir deste projecto foi desenvolvido o empreendimento designado por **Encosta do Mosteiro** (Nuno Leónidas Arquitectos Associados) e em terrenos entretanto alienados, o **Restelo Business Center** (FSimões Arquitectos Associados). O arquitecto Nuno Teotónio Pereira defende que os *edifícios construídos na Zona Nascente, na sequência do concurso, e outros posteriores, não respeitam, em vários aspectos, o Plano de Pormenor que fora objecto de aprovação pelo Município. Não apenas o traçado viário, mas sobretudo a supressão das correntezas de moradias em banda que asseguravam a diversidade de tipologias como uma das características básicas do Plano. Efectivamente, as construções recentes*

⁷³¹ Ver Nuno Teotónio Pereira, “EPUL 35 Anos – Plano do Restelo. Breve Historial” artigo destinado a uma publicação comemorativa dos 35 anos da EPUL (não publicado), Lisboa, 5/12/2006, In Arquivo de Nuno Teotónio Pereira.

⁷³² Participaram neste concurso os seguintes arquitectos/gabinetes de arquitectura: Nuno Leónidas Arquitectos Associados, Lda. (representante: Nuno Leónidas); Alberto de Sousa Oliveira; GEFEL – Gabinete de Estudos e Empreendimentos Técnicos, SA.; Rogério Paulo Freire Pinto Rodrigues de Brito; Nuno Miguel Mateus, José Paulo Mateus e Tiago Braga Abecassis; Raimundo de Leiro Vasconcelos Aires e Luís Manuel Fernandes Machado; RISCO – Projectistas e Consultores de Design, SA associado a GRADE RIBEIRO – Estudos, Projectos e Consultadores Lda. (representante: Manuel Salgado); MBSS – Planeamento e Arquitectura Lda. (representante Sérgio Carlos Almeida de Sousa).

⁷³³ *Constitui o objectivo deste concurso a formulação de ideias orientadas para a ocupação urbana da área referenciada nas plantas anexas, a nível de estudo prévio de plano de pormenor, na zona do Restelo em Lisboa, prevendo-se como função predominante a habitação, de elevada qualidade arquitectónica e técnica e com a necessária viabilidade económica-financeira.* Ver “Programa de concurso de ideias Restelo Nascente/Alto do Restelo”, 1991, Arquivo EPUL.

*são todas de blocos multifamiliares, com alturas semelhantes e uma volumetria algo repetitiva*⁷³⁴ (Fig. 1.4.19.). Mas apesar de não ter sido respeitado na íntegra o plano de pormenor desenvolvido anteriormente a proposta apresentada pelo *atelier* Leónidas, que inclui habitação, escritórios, comércio e espaços de lazer ao ar livre, fez destes quarteirões edificados um território mais habitável e de convívio facilitado por ser diariamente vivido por moradores e trabalhadores.

Actualmente encontram-se ainda por urbanizar as áreas designadas por **Alto do Restelo** e **Terreno das Embaixadas** (Fig. 1.4.20.), terreno esse onde *se incluía o miradouro e um bloco (lote 6) que fazia a ponte entre a parte alta e a zona Piloto e que previa um piso térreo com comércio e serviços que assim penetrava no âmago do conjunto*⁷³⁵ como testemunhou o arquitecto Nuno Teotónio Pereira.



Fig. 1.4.18. Vista aérea da área de intervenção da Zona Nascente da Encosta do Restelo⁷³⁶

Fig. 1.4.19. Plano de pormenor da Zona Nascente da Encosta do Restelo, Nuno Leónidas Arquitectos⁷³⁷

⁷³⁴ Ver Nuno Teotónio Pereira, “EPUL 35 Anos – Plano do Restelo. Breve Historial” artigo destinado a uma publicação comemorativa dos 35 anos da EPUL (não publicado), Lisboa, 5/12/2006, In Arquivo de Nuno Teotónio Pereira.

⁷³⁵ Idem.

⁷³⁶ In <http://www.nla.pt/projecto.php?id=50>

⁷³⁷ Idem.

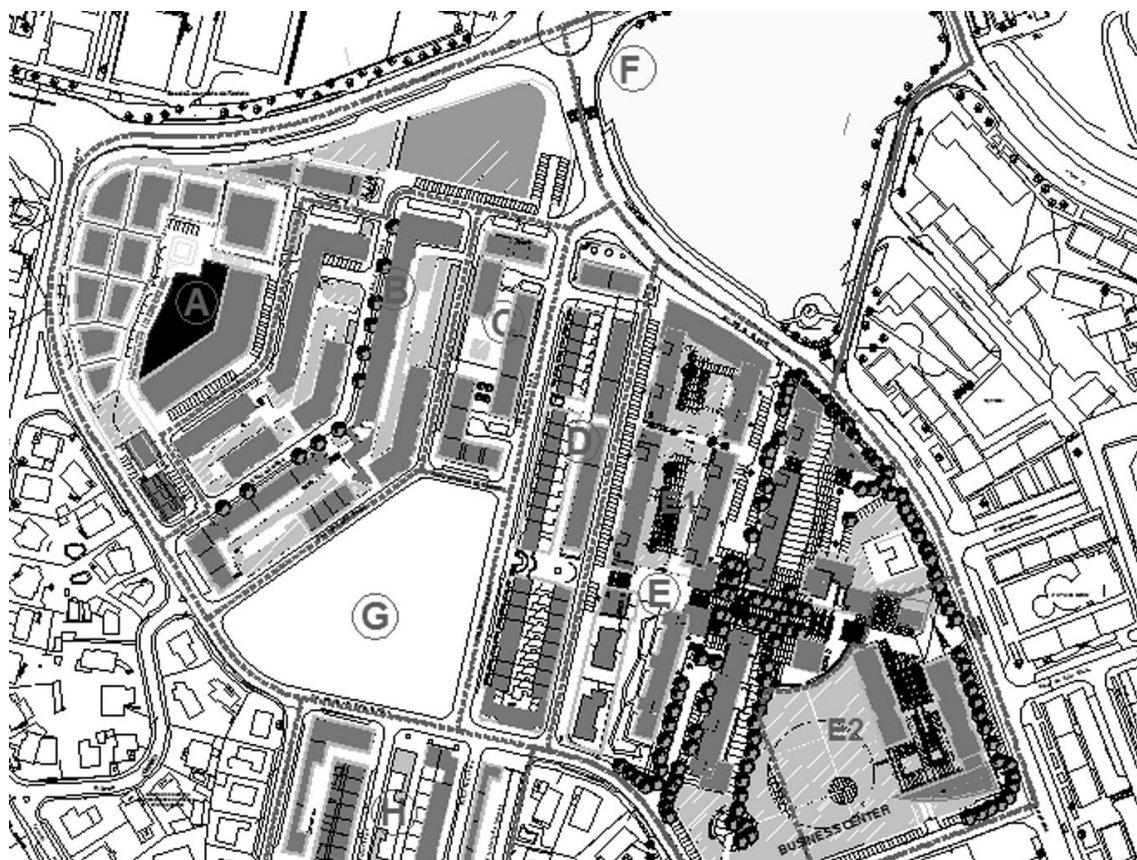


Fig. 1.4.20. Planta síntese da área de intervenção do Restelo, EPUL⁷³⁸

A Restelo Poente; **B** Restelo (Zona Consolidada); **C** Edifício Navegantes; **D** EPUL HAUS; **E** Restelo Nascente; **E1** Encosta do Mosteiro; **E2** Business Center; **F** Alto do Restelo; **G** Terreno das Embaixadas; **H** Zona EP

No início dos anos 90 apesar do bairro da EPUL ainda se encontrar inacabado José Lamas escrevia que o *ambiente público é calmo e tranquilo, para o que contribui o isolamento do bairro em relação às vias de passagem e o aproveitamento da paisagem distante do rio na orientação das ruas*⁷³⁹. De facto a via rápida (via de corniche ou via de meia encosta) prevista no Plano Geral de Urbanização de Lisboa (1963-1967), que tinha como principal função servir o tráfego urbano e interurbano para o centro da cidade, não chegou a ser edificada. Como descreveram os arquitectos na legenda que acompanha o desenho relativo à localização deste plano na cidade (Fig. 1.4.3.) de

⁷³⁸ In Arquivo EPUL

⁷³⁹ Ver José Lamas, *Morfologia Urbana e Desenho Cidade*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e JNICT, 1993, pp. 456.

*grande importância para a zona em estudo, a construção desta Via Rápida, pelos problemas que levanta e pelas dificuldades, será provavelmente deferida no tempo*⁷⁴⁰. Mas ao contrário da imagem unânime que a equipa da Rua da Alegria procurou, a verdade é que o bairro da EPUL do Restelo tornou-se numa amálgama de edificações que dificilmente oferecem aos seus moradores a autonomização necessária a um “bairro”. Na área inicialmente destinada a ser ocupada pelo Plano de Pormenor do Restelo (1971), como viemos a referir ao longo deste subcapítulo, encontramos hoje projectos da autoria de diversos arquitectos que em muito pouco vieram a respeitar os desígnios do plano. Resta-nos por fim salientar que entre o início deste processo e os dias de hoje passaram pela Câmara Municipal de Lisboa e pela Empresa Pública de Urbanização de Lisboa inúmeros presidentes que, como verificámos ao longo deste subcapítulo (e como seria de esperar), em muito quiseram deixar a sua marca na intervenção urbana deste bairro. Quanto ao arquitecto Nuno Portas, também ele, como crítico, Professor e teórico da arquitectura, quis (e ainda quer) deixar a sua “marca” na História de Arquitectura Portuguesa com a apresentação pública (tanto em Portugal como no estrangeiro) do plano de pormenor da zona do Restelo impedindo que esta experiência urbana seja esquecida e faça sempre parte dos interesses da actualidade⁷⁴¹ – mesmo tendo em atenção o facto, de hoje, Nuno Portas não ser a favor dos planos de pormenor⁷⁴².

⁷⁴⁰ Ver Referência PT-AMLSB-AL-CMLSB-UROB-PU-10-383, Folha 6, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio.

⁷⁴¹ Entre tantos outros exemplos, no estrangeiro ver: Thierry Paquot, “L’invité Nuno Portas”, *Urbanisme*, Nº 312, Maio-Junho 2000, pp. 18-25; “Variaciones sobre Política Urbana y Tipología: Cinco Manzanas Más o Menos Abiertas”, *Cuadernos 4*, Sevilla: Departamento de Teoría de la Arquitectura, Escuela de Arquitectura de Sevilla, Setembro 1985, pp. 5-32.

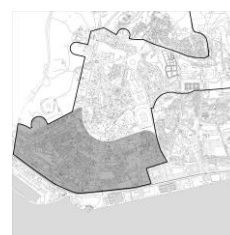
⁷⁴² Como afirmou Nuno Portas, *parecia-me naquela altura que era preciso fazer planos de pormenor para localizar e para assegurar uma certa oferta pública de solo, que permitisse dar alternativas às empresas e às populações [...]. O Plano de Pormenor, até à pouco tempo, isto é até à nova legislação de [João] Cravinho, não estava associado a qualquer mecanismo de execução, nem sequer obrigava os proprietários da área abrangida pela área do Plano de Pormenor a cumprir as obrigações que as leis de há vinte anos para cá impõem aos loteadores.[...] As minhas dúvidas na generalização a eito de planos de pormenor, para detalhar formas de edificação, quando não estão criadas as condições de programação e não existem agentes promotores para a sua efectivação, nem qualquer referência à distribuição dos encargos de urbanização.* Ver António Fonseca Ferreira, “Urbanismo e Ordenamento do Território: Balanço dos Anos 1970-2000”, *Sociedade e Território*, Nº 33, Fevereiro 2002, pp. 8-22, In Nuno Portas, *Arquitectura(s). Teoria e Desenho, Investigação e Projecto*, Porto, FAUP Publicações, 2005, pp. 297-298.

CAPITULO II.

Edificando o(s) Bairro(s) do Restelo

2.1. O(s) bairro(s) de Faria da Costa

2.1.1. A encosta da Ajuda é fiel à tradição!



Desde as sóbrias habitações dos lusitanos, nossos avós, até hoje, a casa tem sofrido as metamorfoses necessárias ao melhoramento e agasalho do homem¹

Jorge Segurado, 1926

Mantidas certas edificações junto às Ruas de Pedrouços e Vila Correia (Volume II, Anexos 4. e 5.), nomeadamente *casotas térreas, lojecas e tasquinhas, peculiares ao que ainda é um bairro de marítimos*² – como descrito em 1959 no *Primeiro de Janeiro* –, a primeira fase de edificação do bairro do Restelo, do território então denominado de encosta da Ajuda, deu-se nos anos que imediatamente se seguiram à Exposição do Mundo Português (1940). Concluídos os principais arruamentos e alienados os respectivos lotes de terreno, aos poucos, foram dando entrada na Câmara Municipal de Lisboa diversos projectos de moradias (e um número reduzido de edifícios de habitação multifamiliar) para os terrenos a sul da Avenida do Restelo, designadamente para as Avenidas da Torre de Belém e Dom Vasco da Gama, bem como para os lotes confinantes com a Praça de Diu e as Ruas Dom Jerónimo Osório, Damião de Góis, Alto do Duque, Dom Francisco de Almeida e São Francisco Xavier (Volume II, Anexo 10.).

¹ Ver Jorge Segurado, “Arquitectura da Casa Portuguesa e do seu carácter”, *Alma Nova*, Lisboa, Nº 3, 1926.

² Ver “O mais moderno bairro residencial, o do Restelo, evoca, na designação das suas artérias, as glórias do passado”, *Primeiro de Janeiro*, Lisboa, 17/7/1959.

Ou seja, para os eixos viários que, como vimos no capítulo anterior, serviram de motivo central para o desenvolvimento de todo o plano urbano.

Ao analisarmos os respectivos processos de obra nos arquivos camarários verificamos que, nos finais dos anos 30, foram licenciados (apenas) quatro edifícios de habitação localizados na Rua de Pedrouços e no Largo da Princesa, sítios que vinham a ser urbanizados desde finais o século XIX (Volume II, Anexo 4.). Durante a década de 40, aferimos que o número de licenciamentos aumenta exponencialmente, assim, entre moradias, edifícios de habitação e equipamentos, em todo o território que designamos por Restelo, deram entrada na Câmara cerca de 320 projectos (Volume II, Anexo 9.).

Apesar do preço base de alienação dos terrenos com áreas compreendidas entre 900m² e 1000m² rondar os 70\$00/m²³ em 1944 e os 100\$00/m²⁴ em 1949 – e deste valor ser elevado⁵ quando comparado com outras vendas realizadas na mesma altura noutras zonas da cidade que também se encontravam em fase de urbanização, nomeadamente na requisitada Avenida Guerra Junqueiro⁶ e no prolongamento da Avenida Almirante Reis⁷ –, entre 1940 e 1945, na encosta da Ajuda *foram vendidos 92.199 metros quadrados de superfície por 8.988 contos*⁸. Famílias que (recentemente) haviam feito as suas fortunas em tempos de guerra⁹, burgueses endinheirados, diplomatas, artistas¹⁰, intelectuais¹¹ e

³ Ver *Diário da Manhã*, 30/7/1944, citado por Margarida Acciaiuoli em *Os anos 40 em Portugal. O País, o Regime e as Artes*, Lisboa, Dissertação de Doutoramento em História da Arte Contemporânea apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1991, nota de rodapé Nº 95, pp. 621.

⁴ Ver “Condições Especiais de Alienação de 6 lotes de terreno situados na Encosta da Ajuda e destinados à construção de moradias unifamiliares”, 6/12/1949, Artigo 3º, In Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Arco do Cego, Código Localização: AC.01.H.02.03.107.

⁵ Apesar do preço médio do metro quadrado de lote de terreno na Avenida do Aeroporto ter atingido os 246\$18 em 1944. Ver Margarida Acciaiuoli, *Os Cinemas em Lisboa. Um fenómeno urbano do século XX*, Lisboa, Editorial Bizâncio, 2012, pp. 263.

⁶ Ver Álvaro Salvação Barreto, “Relatório do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Álvaro Salvação Barreto”, In *Anais do Município de Lisboa 1945*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1946, pp. 64.

⁷ Idem, op. cit., pp. 67.

⁸ Idem, op. cit., pp. 67.

⁹ O escritor Frederico Lourenço, ao contar-nos acerca da casa que o seu avô edificou, testemunha: *se pôde, no início dos anos sessenta, construir uma casa no Restelo, foi graças à fortuna iniciada durante a Segunda Guerra Mundial, quando ele trabalhava para companhias estrangeiras que pagavam exorbitâncias a quem se dispusesse a comandar navios de carga em águas infestadas de minas à mercê de torpedos alemães*. Ver Frederico Lourenço, *Amar Não Acaba*, Lisboa, Edições Cotovia Lda., 2004, pp. 29-32.

todos aqueles que, possuindo capacidade financeira, *não encontrava[m] na malha urbana de Lisboa terrenos para construir uma mansão*¹² ou cujas *habitações colectivas não satisfaziam ou não se adequavam à condensação dos valores que o novo estatuto social parecia pedir*¹³, numa primeira fase, foram criteriosamente ao encontro de uma geração (Modernista) de arquitectos que na grande maioria dos casos também projectara para a contemporânea Avenida Gago Coutinho (ou do Aeroporto) e se fez representar no **I Salão dos Independentes (1930)** com exemplos de “construções modernas”. Manuel Mendes identifica estes como arquitectos pertencentes a uma “primeira geração”¹⁴ mas, em fases posteriores, também foram chamados membros da geração (Moderna) identificada como “segunda geração”¹⁵ e “terceira geração”¹⁶, de que faziam

¹⁰ Como por exemplo o escultor Leopoldo de Almeida e o pintor Numídico Bessone que pediram aos arquitectos António Lino e Victor Palla e Bento d’Almeida para projectar as suas moradias localizadas na Avenida do Restelo Nº 15 (ver obra Nº 22615) e Rua de Alcolena Nº 18 (ver obra Nº 27661).

¹¹ Segundo expõe o arquitecto Victor Palla, *era engraçado ver os tipos que tinham casas ali [(na zona sul do bairro do Restelo)] porque correspondia a um grupo intelectual que se dava em Lisboa e se encontrava no Norte Bar, ainda me lembro, e aproveitaram isso e compraram as casas até com uma vantagem, como eram eles a licitar aquilo, as pessoas já sabiam e compravam isto mais barato*. Ver depoimento de Victor Palla e João Palla, 23/9/1999, In João Palla e Carmo Reinas Martins, *Victor Palla (1922-2006). Um levantamento crítico*, Dissertação de Mestrado em Design e Cultura Visual apresentada ao Instituto de Artes Visuais Design e Marketing, 2007, pp. 66.

¹² Ver Nuno Teotónio Pereira, “A Arquitectura do Estado Novo de 1926 a 1959”, In António Costa Pinto, *O Estado Novo, das Origens ao Fim da Autarquia, 1926-1959*, Lisboa, Edições Fragmentos, 1988, pp. 331.

¹³ Ver Margarida Acciaiuoli, *Os anos 40 em Portugal. O País, o Regime e as Artes*, Lisboa, Dissertação de Doutoramento em História da Arte Contemporânea apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1991, pp. 618.

¹⁴ *Envolve arquitectos que nascem por volta de 1897, mais exactamente entre 1890 e 1904. Iniciam a prática profissional entre 1920-24, começam a ter obra importante no fim da década (os de formação mais recente nos primeiros quatro anos da década seguinte: Cristino da Silva (1896-1969), Carlos Ramos (1897-1969), Pardal Monteiro (1897-1957), Cassiano Branco (1897-1970), Cottinelli Telmo (1897-1948), Paulino Montez (1897-1988), Jorge Segurado (1898-1990), Rogério Azevedo (1898-1983), Amoroso Lopes (1899-1953), Veloso Reis Camelo (1899-1985), Jacobetty Rosa (1901-1970), António Varela (1902-1963), Arthur Almeida Júnior (1902-?), Adelino Nunes (1903-1948), Fortunato Cabral (1903-1978), e outros*. Ver Manuel Mendes, “Nós. Uma modernidade de fronteira – nós para uma paisagem inconclusa”, In Xavier Costa (ed.), Susana Landrove, *Arquitectura do Movimento Moderno: Inventário Docomomo Ibérico, 1925-1965*, Barcelona, Associação dos Arquitectos Portugueses, Fundação Mies Van der Rohe e DOCOMOMO Ibérico, 1997, pp. 14.

¹⁵ *Geração constituída por arquitectos nascidos cerca de 1910, mais exactamente entre 1905 e 1917, que principiam a prática profissional no início da década de 30 e começam a ter obra significativa a partir de 1937: Mário Abreu (1908), Arménio Losa (1908-1988), Manuel Passos (1908-?), Morais Soares (1908-1975), João Simões (1908), Rodrigues Lima (1909-1979), Cunha Leão (1909-1990), Paulo Cunha (1909-1994), Inácio Peres Fernandes (1910-1989), Januário Godinho (1910-1990), Keil do Amaral (1910-1975), Cassiano Barbosa (1911), Alfredo Viana de Lima (1913-1991), Artur Andrade (1913), Hernâni Gandra (1914), Chorão Ramalho (1914), Frederico George (1915-1994), Agostinho Ricca*

parte alguns membros do **ICAT** (Iniciativas Culturais Artes e Técnica, **1946**), que marcaram a sua (o)posição em relação ao regime vigente nas **Exposições Gerais de Artes Plásticas** realizadas na Sociedade Nacional de Belas Artes entre **1946 e 1956** e que, como veremos ao longo deste subcapítulo, irão ser os principais responsáveis pelas experiências Modernas no campo da habitação privada, principalmente ao longo da década de 50.

Entre os que elegeram esta área para edificar as suas moradias (“de sonho”), para além dos construtores civis¹⁷ que publicitavam nas primeiras páginas da revista *Arquitectura*, curiosamente, esta foi também uma das zonas escolhidas por alguns arquitectos portugueses que, logo nos primeiros leilões, compraram terrenos para edificar moradias para habitação própria (e/ou para venda posterior¹⁸) à semelhança do que havia sucedido no Rodízio, onde Keil do Amaral, Adelino Nunes (1903-1948), Raul Tojal (1900-1969) e Faria da Costa haviam projectado e construído as suas moradias de férias¹⁹. Entre os arquitectos estão, por exemplo, as duplas Victor Palla (1922-2006) e

(1915) e outros. Ver Manuel Mendes, op. cit., pp. 16. Segundo José Augusto França, *Nuno Portas (In ‘Hogar y Arquitectura’, N° 68, Madrid, enero-febrero 1967) dá o nome de ‘segunda geração’ à de Távora, que deverá ser considerada ‘terceira’, pois se revelou em ou após o colóquio de 1948, equivalendo assim, cronologicamente, a idêntica geração de pintores e escultores*. Ver José Augusto França, *A Arte em Portugal no Século XX*, Lisboa, Bertrand Editora, 1991, nota de rodapé N° 368, pp. 589.

¹⁶ *Geração constituída por arquitectos nascidos cerca de 1921, mais exactamente entre 1917 e 1927, que principiam a pratica profissional no fim da década de 40 e começam a ter obra significativa a partir de 50: Delfim Amorim (1917-1972), Ruy Athougüia (1917), Eduardo Anahory (1917), Manuel Laginha (1919-1985), Alberto Pessoa (1919-1985), Celestino de Castro (1920), João Andresen (1920-1967), João Vasconcelos Esteves (1921), Mário Bonito (1921-1976), Francisco Conceição Silva (1922-1982), Manuel Taíinha (1922-2012), Isaías Cardoso (1922), Vítor Palla (1922), Fernando Távora (1923), Rafael Botelho (1923), Manuel Nunes de Almeida (1924), José Carlos Loureiro (1925), Maurício de Vasconcelos (1925), Pedro Cid (1925-1983), Carlos Duarte (1926), Rogério Ramos (1927) e outros*. Ver Manuel Mendes, op. cit., pp. 18.

¹⁷ Citando apenas alguns exemplos: João Bizarro (Rua Alto do Duque N° 43, Obra N° 5875), Manuel Madeira (Praça de Diu N° 2, Obra N° 1799; Rua Alto do Duque N° 2, Obra N° 11510; Avenida da Torre de Belém N° 26, Obra N° 1820) e Carlos Eduardo Rodrigues (Rua de São Francisco Xavier N° 38, Obra N° 8405), pai do arquitecto-urbanista João Guilherme Faria da Costa.

¹⁸ Victor Palla, a propósito do projecto da moradia unifamiliar para a Rua Alto do Duque N° 53 (Obra N° 7634) manifesta: *até me lembro de ter dito à Zu [Zulcides Saraiva (1915-1999)] se vamos fazer aqui alguma coisa como eu penso fazer, é capaz de ser pouco vendável, mas decidimos fazer o que achámos melhor*. Ver depoimento de Victor Palla a João Palla, 23/9/1999, In João Palla e Carmo Reinas Martins, *Victor Palla (1922-2006). Um levantamento crítico*, Dissertação de Mestrado em Design e Cultura Visual apresentada ao Instituto de Artes Visuais Design e Marketing, 2007, pp. 66.

¹⁹ Para informações detalhadas ver “Casa de Ferias no Rodízio”, *Arquitectura*, N° 17, Julho-Agosto de 1947 e N° 21, Março de 1948.

Joaquim Bento d'Almeida²⁰ (1918-1997) e Ignácio Peres Fernandes (1910-1989) e José Almeida Segurado²¹ (1913-1988), bem como João Guilherme Faria da Costa²², José Manuel Galhardo Zilhão²³ (n. 1915), Paulo de Carvalho Cunha²⁴ (1909-1993), Vasco de Moraes Palmeiro²⁵, vulgarmente conhecido pelo seu título, Regaleira (1897-1968), José Alexandre Gomes Bastos²⁶ (n. 1914) e, de relevo por terem visto os seus projectos premiados logo após a construção, **Carlos Ramos** (1897-1969) e **Jorge Segurado** (1898-1990), condecorados respectivamente com o **Prémio Municipal - 1946 (Rua Dom Francisco de Almeida Nº 9/Rua de São Francisco Xavier Nº 10, Fig. 2.1.1.1.)** e o **Prémio Valmor - 1947 (Rua São Francisco Xavier Nº 8, Fig. 2.1.1.2.)**.



Fig. 2.1.1.1. Moradia localizada na Rua Dom Francisco de Almeida Nº 9/Rua de São Francisco Xavier Nº 10, Carlos Ramos, 1943-1946, Prémio Municipal 1946²⁷

Fig. 2.1.1.2. Moradia localizada na Rua São Francisco Xavier Nº 8, Jorge Segurado, 1945-1947, Prémio Valmor 1947²⁸

²⁰ Rua Alto do Duque Nº 51 (Obra Nº 7956) e Rua Alto do Duque Nº 53 (Obra Nº 7634, para Victor Palla).

²¹ Rua D. Francisco de Almeida Nº 27 (Obra Nº 17677).

²² Rua São Francisco Xavier Nº 40 (Obra Nº 8439).

²³ Avenida do Restelo Nº 41 (Obra Nº 11398).

²⁴ Rua São Francisco Xavier Nº 62 (Obra Nº 6163).

²⁵ Praça de Malaca Nº 1 (Obra Nº 1122).

²⁶ Rua Fernão Lopes de Castanheda Nº 5 (Obra Nº 3262).

²⁷ In Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Fotográfico, Prova: A10709 de autoria desconhecida.

²⁸ In Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Fotográfico, Prova: A23213 da autoria de Matos Sequeira Filho.

Estes dois galardões representavam à época o mais importante reconhecimento atribuído a um arquitecto e ao seu trabalho. Aprovado em sessão camarária a 21 de Janeiro de 1903 e instituído pelo 2º Visconde de Valmor à cidade de Lisboa, o **Prémio Valmor** destinava-se a galardoar o autor do projecto do *mais belo prédio ou casa edificada em Lisboa, com a condição, porém, de que essa casa nova ou restauração de edifício velho, tenha estilo arquitectónico clássico, grego ou romano, romano-gótico ou da renascença, ou algum tipo estilístico português, enfim, um estilo digno de uma cidade civilizada*²⁹. Muito semelhante – e por isso mesmo a partir de 1982 ligado ao Prémio Valmor³⁰ – o **Prémio Municipal de Arquitectura**, criado a 28 de Outubro de 1943 e atribuído pela Câmara Municipal de Lisboa, tinha como principal objectivo *estimular os arquitectos a conceberem projectos para casas de habitação que, no todo da sua composição, correspondam perfeitamente ao seu destino e principal função e contribuam para melhorar a estética citadina; esclarecer, pelo exemplo, os proprietários acerca das vantagens que resultam da criteriosa solução arquitectónica das composições; e incitar os construtores a adoptarem normas sucessivamente mais perfeitas na construção da casa de habitação*³¹.

Apesar do ano de 1945 não ter galardoado nenhum dos projectos edificados no Restelo, verifica-se que o júri que foi constituído para atribuir o Prémio Municipal - 1945³², entre as obras que seleccionou como finalistas³³ nomeou algumas moradias ali

²⁹ Ver Testamento do Visconde Valmor, “Arquivos da Câmara Municipal de Lisboa”, In José Manuel Pedreirinho, *História do Prémio Valmor*, Lisboa, D. Quixote, 1988.

³⁰ Ver José Manuel Pedreirinho, *História do Prémio Valmor*, Lisboa, D. Quixote, 1988, nota rodapé nº 24, pp. 108. Para informações detalhadas acerca do regulamento do Prémio Valmor ver *Diário Municipal*, Lisboa, Ano VII, Nº 2.074, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 5/5/1942.

³¹ Ver “Regulamento do concurso para a concessão do prémio municipal de arquitectura”, *Diário Municipal*, Lisboa, Ano VIII, Nº 2.285, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 12/1/1943.

³² Numa primeira fase o júri foi constituído pelos arquitectos Vasco Regaleira como presidente, Porfírio Pardal Monteiro (Academia Nacional de Belas Artes), António Maria Veloso Reis Camelo (Sindicato Nacional dos Arquitectos) e António Couto Martins (Câmara Municipal de Lisboa); posteriormente, pelo facto de três das obras seleccionadas serem da autoria de arquitectos do júri, foram substituídos alguns membros, passando o júri a ser composto pelos arquitectos: Raul Lino (presidente do júri); José Ângelo Cottinelli Telmo (Academia Nacional de Belas Artes); Dário da Silva Vieira (Sindicato Nacional dos Arquitectos); António Couto Martins (Câmara Municipal de Lisboa). Ver *Acta de Atribuição do Prémio Municipal*, 11/3/1946 e 11/4/1946, In *Prémios Valmor e Municipal de Arquitectura*, ver Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Arco do Cego, Caixa 2, código de localização AC.01.Sala H, Pasta S/Nº/1945.

localizadas, nomeadamente na Avenida CD Nº 32 (actual **Avenida do Restelo Nº 25/Avenida da Torre de Belém Nº 32**, Fig. 2.1.1.3.) da autoria de **Vasco Regaleira** e na Rua V à Encosta da Ajuda Nº 2 (actual **Praça de Diu Nº 2**, Fig. 2.1.1.4.) de **Raul Tojal**, de que falaremos em pormenor mais à frente neste subcapítulo por ter sido o primeiro projecto publicado num periódico da especialidade.

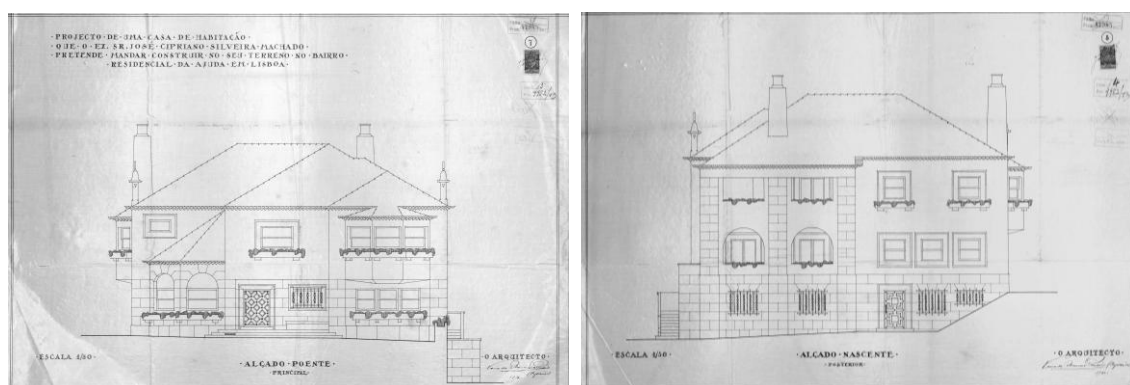


Fig. 2.1.1.3. Alçados poente e nascente da moradia localizada na Avenida do Restelo Nº 25/Avenida da Torre de Belém Nº 32, Vasco Regaleira, T.F. 1943³⁴

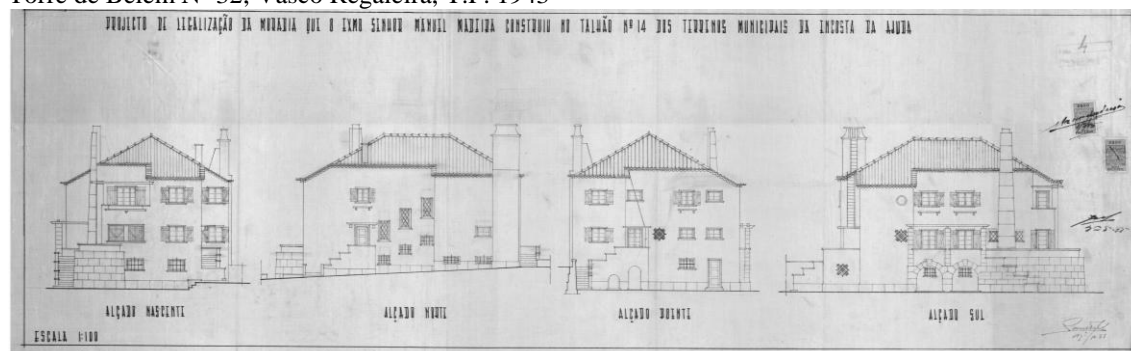


Fig. 2.1.1.4. Alçados da moradia localizada na Praça de Diu Nº 2, Raul Francisco Tojal, 1943-1945³⁵

Entre os arquitectos que aqui projectaram estavam alguns dos profissionais que Jorge Segurado (1898-1990) havia apontado como os que assumidamente *cultivam*

³³ Travessa da Amoreira Nº 4 da autoria de António Veloso Reis Camelo; Praça Duque de Saldanha Nº 31 de João Simões (Prémio Municipal - 1945); Avenida Oriental do Parque Eduardo VII Nº 22 de Raul Rodrigues Lima; e Avenida Oriental do Parque Eduardo VII Nº 24 de Porfírio Pardal Monteiro. Ver *Acta de Atribuição do Prémio Municipal*, 11/4/1946, In *Prémios Valmor e Municipal de Arquitectura*, ver Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Arco do Cego, Caixa 2, código de localização AC.01.Sala H, Processo Privativo S/Nº, 1945.

³⁴ In Obra Nº 4696, Processo Nº 31348/943, Folhas 6 e 7, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio.

³⁵ In Obra Nº 1799, Processo Nº 16130/945, Folha 4, Intermédio da Câmara Municipal de Lisboa.

*delicadamente a 'casa portuguesa', dentro de uma expressão moderna, lógica com o meio e com a vida actual*³⁶, nomeadamente, Gonçalo de Melo Breyner (1896-1947), Norberto Corrêa (1926-2010), Paulino Montez (1897-1988), Carlos Ramos (1897-1969), Tertuliano Marques (1883-1942), Raul Martins (n. 1892), Vasco Regaleira, Cristino da Silva (1896-1976), Eugénio Corrêa (1897-1985), Frederico Caetano de Carvalho (1889-1976) e o próprio Segurado. No seguimento das doutrinas nacionalistas defendidas por Raul Lino no início do século XX – cujos escritos³⁷ *eram acessíveis ao leitor comum e que com esse intuito tinham sido mesmo pensados*³⁸ (Margarida Acciaiuoli), *exercendo grande influência em arquitectos, mas sobretudo em não-arquitectos*³⁹ (Michel Toussaint) –, diversos foram os profissionais que vieram a pôr em prática uma certa imagem tradicional portuguesa na encosta da Ajuda – *português suave*⁴⁰ (Pedro Vieira de Almeida e José Manuel Fernandes) ou *com elementos de significação tradicionalista*⁴¹ (Michel Toussaint) –, tão do agrado dos apoiantes do Estado Novo e indo ao encontro daquilo que efectivamente os promotores também procuravam. O arquitecto **José de Almeida Segurado**, por exemplo, que licenciou⁴² o projecto de uma moradia para a **Rua Alto do Duque Nº 21/Rua Dom Francisco de Almeida**, na respectiva memória descritiva, justificou que *o aspecto exterior da moradia é simples e correspondente ao tipo de arquitectura que o proprietário desejava*⁴³, ou seja, uma casa portuguesa. Segundo Bárbara Santos Coutinho, Carlos

³⁶ Ver Jorge Segurado, “Arquitectura da Casa Portuguesa e do seu carácter”, *Alma Nova*, Lisboa, Nº 3, 1926.

³⁷ Raul Lino foi autor das obras *A nossa casa: Apontamentos sobre o bom gosto na construção das Casas Simples* (1918); *A Casa Portuguesa* (1929); *Casas Portuguesas: alguns apontamentos sobre o arquitectura de casas simples* (1933).

³⁸ Ver Margarida Acciaiuoli, *Prefácio*, In Ricardo Agarez, *O Moderno Revisitado. Habitação Multifamiliar em Lisboa nos Anos de 1950*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2009, pp. 5.

³⁹ Ver Michel Toussaint Alves Pereira, *Da Arquitectura à Teoria e o Universo da Teoria da Arquitectura em Portugal na primeira metade do século XX*, Dissertação de Doutoramento em Teoria da Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, 2009, pp. 188.

⁴⁰ Ver Pedro Vieira de Almeida e José Manuel Fernandes, “O ‘Arrabalde’ do Céu”, In *História da Arte em Portugal*, Lisboa, Edições Alfa, 1986, vol. 14, pp. 145.

⁴¹ Ver Michel Toussaint Alves Pereira, op. cit., pp. 280.

⁴² Apesar do projecto de José de Almeida Segurado ter sido aprovado (1949), o arquitecto Porfírio Pardal Monteiro apresenta um novo projecto que vai substituir na íntegra o anterior (1950).

⁴³ Ver José de Almeida Segurado, Obra Nº 2453, In Processo Nº 34498/949, Folha 2, Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Intermédio.

Ramos confessara em 1953, [que] os programas das habitações repetiam-se, sem atender às particularidades do local e do destinatário. Os encomendadores solicitavam uma moradia com sala de entrada ou hall, sala de visitas, saleta, escritório e sala de jantar, cozinha, dispensa, um quarto de banho, uma arrecadação, e o maior número de quartos possível, cuja decoração (elemento central de preocupação) deveria seguir o modelo da ‘casa portuguesa’⁴⁴.

Numa procura da identidade da arquitectura portuguesa e na defesa da “alma” do país⁴⁵, Raul Lino debate-se sobre as grandes questões relacionadas com a construção d’A Casa Portuguesa (1929) e da introdução de “ornamento tipicamente português” e próprio da região onde se constrói. Apresentando certas *feições especiais características que só a ela pertencem*⁴⁶, apesar de Margarida Acciaiuoli salientar que não deveriam ser mais do que *orientações para serem trabalhadas e entendidas que guias tendentes a substituir a adopção de certos estrangeirismos*⁴⁷, diversos foram os arquitectos (e não-arquitectos) que “seguiram este manual ilustrado” apresentando resultados que, curiosamente e como veremos mais à frente neste subcapítulo, tiveram a possibilidade de ser divulgados à época nas mais importantes revistas da especialidade. Como deixara em aberto a historiadora relativamente a estas publicações, *será para sempre tema de reflexão o significado preciso que a revista ‘Arquitectura’ dava, a partir de 1947, às ‘vivendas modernas’ que amplamente divulgava e descrevia*⁴⁸.

Assim sendo, não será portanto de estranhar que o próprio **Raul Lino** na memória descritiva do projecto da moradia que elaborou para a **Avenida do Restelo N° 18** (Figs. 2.1.1.5. e 2.1.1.6.), tenha afirmado que *a casa é destinada a moradia de uma*

⁴⁴ Ver Bárbara Santos Coutinho, *Carlos Ramos (1887-1969): Obra, pensamento e acção. A procura do compromisso entre o Modernismo e a Tradição*, Lisboa, Dissertação de Mestrado em História da Arte Contemporânea apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2001, pp. 157.

⁴⁵ A propósito d’ “O movimento da Casa Portuguesa: um debate arquitectónico” ver Michel Toussaint Alves Pereira, *Da Arquitectura à Teoria e o Universo da Teoria da Arquitectura em Portugal na primeira metade do século XX*, Dissertação de Doutoramento em Teoria da Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, 2009, pp. 191-202.

⁴⁶ Ver Raul Lino, *A Casa Portuguesa*, Exposição Portuguesa em Sevilha, 1929, pp. 5.

⁴⁷ Ver Margarida Acciaiuoli, *Os anos 40 em Portugal. O País, o Regime e as Artes*, Lisboa, Dissertação de Doutoramento em História da Arte Contemporânea apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1991, pp. 586.

⁴⁸ Idem, op. cit., pp. 621.

*família e corresponde nas suas disposições às exigências dos seus moradores*⁴⁹. E para responder a isso mesmo, *procurou-se dar-lhe o carácter de uma habitação portuguesa, embora sem a pretensão de obedecer a qualquer estilo antigo, devendo o eventual bom efeito dos aspectos exteriores depender em princípio da naturalidade com que a obra foi gizada, sem artifícios inúteis*⁵⁰ – o dever de se projectar de dentro para fora, como defendido em *A Nossa Casa*⁵¹ (s.d.). Repare-se que cerca de quarenta anos antes, Raul Lino apresentara, no concurso para o pavilhão de Portugal para a Exposição Universal de Paris (1900), uma “colagem” de vários elementos arquitectónicos, neste caso recolhidos de ilustrações do seu mestre alemão Albrecht Haupt (1852-1932), reconhecido historiador do renascimento português, autor da tese de doutoramento intitulada *A Arquitectura da Renascença em Portugal*⁵².

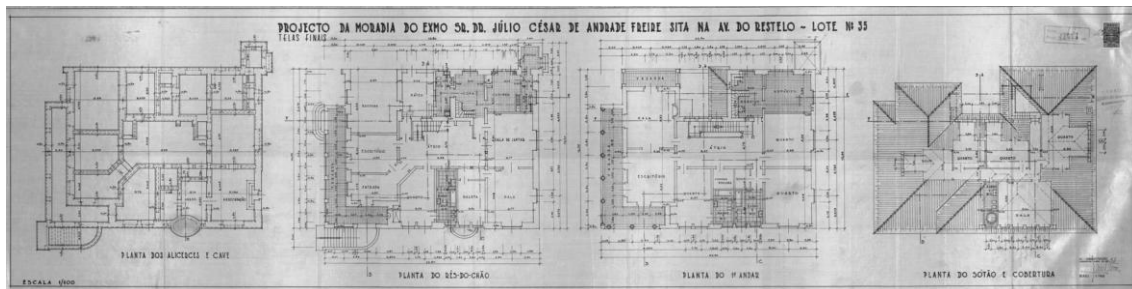


Fig. 2.1.1.5. Plantas da cave, R/C, 1º andar e sótão da moradia localizada na Avenida do Restelo Nº 18, Raul Lino, 1950-1951⁵³

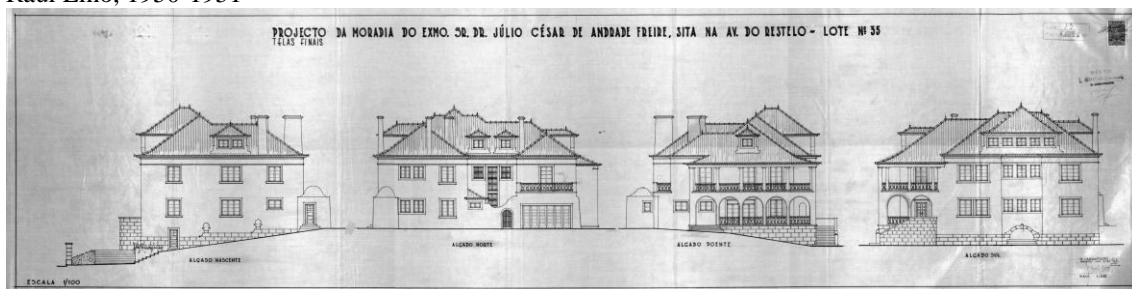


Fig. 2.1.1.6. Alçados da moradia localizada na Avenida do Restelo Nº 18, Raul Lino, 1950-1951⁵⁴

⁴⁹ Ver Raul Lino, In Processo Nº 19338/950, Folha 2, Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Intermédio.

⁵⁰ Idem.

⁵¹ Ver Raul Lino, *A Nossa Casa*, Lisboa, Atlântida, s.d. (1ª ed.).

⁵² Ver Albrecht Haupt, *A Arquitectura da Renascença em Portugal*, Lisboa, J. Rodrigues, s.d.

⁵³ In Obra Nº 7678, Processo Nº 41514/951, Folha 12, Arquivo Municipal de Lisboa- Núcleo Intermédio.

⁵⁴ In Obra Nº 7678, Processo Nº 41514/951, Folha 13, Arquivo Municipal de Lisboa- Núcleo Intermédio.

Mas outro exemplo de “colagens” aparece-nos com **Vasco Regaleira**, autor de diversos projectos de moradias edificadas no Restelo, designadamente a moradia na **Praça de Diu Nº 3** (Fig. 2.1.1.7.), onde o arquitecto chega a afirmar na memória descritiva que *na elaboração deste projecto houve a preocupação de delinear um edifício que se harmonize com o ambiente arquitectónico local compreendido pelo triângulo formado pela Capela de S. Jerónimo, Mosteiro e Torre de Belém. Na composição das suas fachadas houve a intenção de agrupar elementos arquitectónicos portugueses que fosse como que uma síntese da arquitectura dos séculos XV e XVI*⁵⁵. Segundo Michel Toussaint, *os arquitectos da geração Modernista praticaram os três estilos, muitas vezes misturados como é o caso do arranha-céus de Cassiano Branco com ornamentos à ‘D. João V’ e algumas janelas com uma proporção alongada num tipo arquitectónico moderno*⁵⁶. Neste contexto, certamente que outro exemplo que poderemos também aqui apresentar é a moradia projectada por **Cassiano Branco** (1897-1970) para a **Avenida Dom Vasco da Gama Nº 21**⁵⁷ (Fig. 2.1.1.8.), cuja janela recortada, o torreão ou os arcos de volta perfeita que compõem a varanda do piso térreo fazem lembrar algumas propostas miniaturizadas para o parque infantil de Coimbra – Portugal dos Pequenitos (1938-1940) – cuja iniciativa, levada a cabo pelo conhecido médico Fernando Bissaya Barreto (1886-1974), *pretendia introduzir a criança na história e cultura do país dentro da perspectiva ideológica do Estado Novo*⁵⁸, como nos recorda Michel Toussaint.

⁵⁵ Vasco Regaleira, In Processo Nº 6718/942, Folha 1, Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Intermédio.

⁵⁶ Ver Michel Toussaint Alves Pereira, op. cit., pp. 335.

⁵⁷ Com arranjos exteriores (1951) do arquitecto-paisagista Francisco Caldeira Cabral (1908-1992).

⁵⁸ Ver Michel Toussaint Alves Pereira, op. cit., pp. 284.



Fig. 2.1.1.7. Alçado principal da moradia localizada na Praça de Diu Nº 3, Vasco Regaleira, 1942-1943⁵⁹

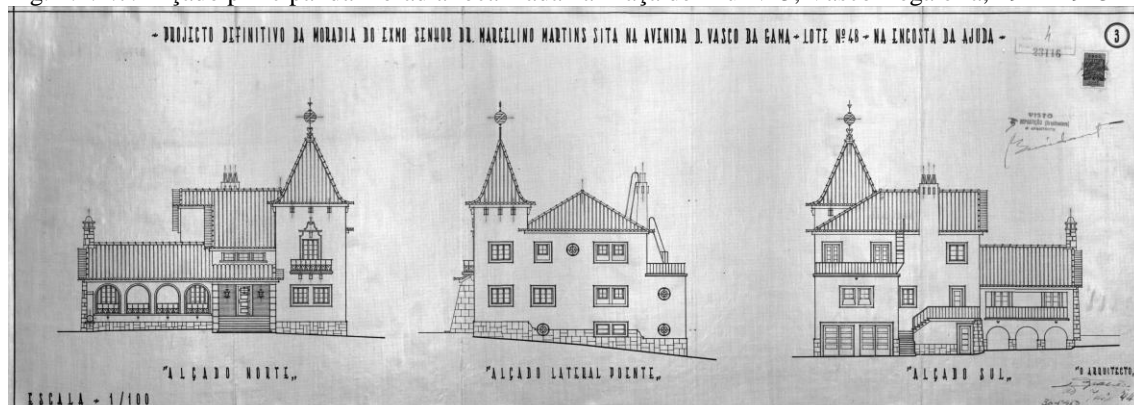


Fig. 2.1.1.8. Alçados da moradia localizada na Avenida Dom Vasco da Gama Nº 21, Cassiano Branco, 1949-1950⁶⁰

⁵⁹ In Obra Nº 40538, Processo Nº 6718/942, Folha 9, Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Intermédio.

⁶⁰ In Obra Nº 8793, Processo Nº 23116/950, Folha 4, Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Intermédio.

Identificadas como “vivendas modernas” – apesar de “Moderno” não terem mais do que (eventualmente) a sua organização programática interior (possivelmente “moderno” no sentido de “actual”) –, a partir de 1946, as revistas *A Arquitectura Portuguesa* (1908-1958) e *Arquitectura* (1927-1984) foram servindo de “mostruário” a diversas edificações que surgiam “na zona residencial do Restelo (encosta da Ajuda)”, edificações essas que Nuno Teotónio Pereira rotulou como *vastas mansões, com motivos inspirados nos palácios da nobreza rural dos séculos XVII e XVIII*⁶¹ e que a revista *Arquitectura* classificou como a *mansão que todas as famílias aspiram possuir, mas que só umas tantas têm posses para a poder mandar construir*⁶². “Apadrinhados” pela imprensa, os arquitectos responsáveis pelos projectos destas “enormes moradias”⁶³ do “tipo de luxo”⁶⁴, apesar de regulados por semelhantes *condições especiais de alienação*, depararam-se com a gestão de extensos programas, em parte semelhantes aos requeridos para as moradias (de veraneio) dos Estoris⁶⁵ ou para as “novas moradias” (*de luxo desequilibradas e algo patéticas*⁶⁶) da Avenida do Aeroporto⁶⁷, ou seja, para *zonas residenciais de luxo*⁶⁸ que uma burguesia Salazarista procurava, revelando *produtos do renascimento da capital*⁶⁹, como refere um artigo publicado na revista *A Arquitectura Portuguesa*⁷⁰ (1946).

⁶¹ Ver Nuno Teotónio Pereira, “A Arquitectura de Regime, 1938-1948”, In Annette Becker (org.), Ana Tostões e Wilfried Wang, *Portugal: Arquitectura do Século XX*, München, New York, Frankfurt, Lisboa, Prestel 1998, pp. 36.

⁶² Ver “Casa de habitação. Vivendas Modernas em Lisboa, na zona residencial do Restelo (Encosta da Ajuda)”, *Arquitectura*, Lisboa, Nº 11, Janeiro 1947, pp. 3.

⁶³ Ver José Augusto França, “Lisboa e a Arquitectura dos anos 30 e 40”, *Revista Municipal*, Nº 138-139, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1973, pp. 34.

⁶⁴ Ver Raúl Tojal, “Uma Moradia na Encosta da Ajuda”, *A Arquitectura Portuguesa e Cerâmica e Edificação Reunidas*, Lisboa, Nº 130, Janeiro 1946, pp. 6-8.

⁶⁵ Para uma análise mais detalhada ver Maria da Graça Gonzalez Briz, *A Arquitectura de veraneio, Os Estoris – 1880/1930*, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1989.

⁶⁶ Ver Margarida Acciaiuoli em *Os anos 40 em Portugal. O País, o Regime e as Artes*, Lisboa, Dissertação de Doutoramento em História da Arte Contemporânea apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1991, pp. 432.

⁶⁷ Ver “Novas moradias”, *A Arquitectura Portuguesa e Cerâmica e Edificação Reunidas*, Lisboa, Nº 132, Março 1946, pp. 6-8.

⁶⁸ Ver José Augusto França, “Lisboa e a Arquitectura dos anos 30 e 40”, *Revista Municipal*, Nº 138-139, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1973, pp. 34.

⁶⁹ Ver “Novas moradias”, op. cit., pp. 6-8.

⁷⁰ Idem, op. cit., pp. 6-8.

Com plantas recortadas, telhados de diversas águas (*com telhas de canudo à portuguesa, levando beiral geral com beira e sob beira*⁷¹), vãos tímidos, arcadas, balaustradas, portadas com corações recortados (*em lembrança das filigranas portuguesas*⁷²) e ferro forjado em demasia (*colocado nas sacadas, varandins, caixilhos da marquise e cancelas do muro de vedação*⁷³), estas moradias foram edificadas junto das vias de acesso (afastadas 3 metros dos limites do lote⁷⁴, como previa a legislação local), sendo muitas vezes elevadas em relação à cota da rua de forma a serem enaltecidas, como se a implantação oferecesse um certo estatuto ao proprietário que assim desejava evidenciar o seu poder económico. O dramaturgo Fernando Luso Soares (1924-2004) no seu (censurado⁷⁵) romance *A Vontade de ser Ministro* (1965) descreve com rigor a vivência de “Inocêncio” na sua casa situada no Restelo, deixando-nos adivinhar o tipo de vida procurada pelos restantes habitantes do bairro.

A casa (era) realmente digna, um conjunto estranho mas curioso de estilos’; ‘e havia ainda um jardim concebido à base de losangos de verdura e de círculos de flores, rematando na parte mais baixa com um cedro cuja copa, decorada em achatamento, formava um enorme guarda-sol, com mais de vinte metros de diâmetro’; Para decorá-la ‘procurara um decorador de fama’, ‘vieram mobílias imponentes talhadas à mão em madeiras caríssimas’⁷⁶.

Os arquitectos **Paulino Montez** e **Victor Piloto** (n. 1902), por exemplo, no projecto da moradia edificada na **Rua Alto do Duque Nº 39** (Fig. 2.1.1.9.), justificaram *escavações no terreno, de modo a regulariza-lo de harmonia com o que consta do*

⁷¹ Ver Manuel Joaquim Norte Júnior, Memória Descritiva, In Processo Nº 8936/946, Folha 2, Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Intermédio.

⁷² Ver Margarida Acciaiuoli, op. cit., pp. 595.

⁷³ Ver Manuel Joaquim Norte Júnior, op. cit.

⁷⁴ Ver “Condições Especiais de Alienação de 6 lotes de terreno situados na Encosta da Ajuda e destinados à construção de moradias unifamiliares”, 6 de Dezembro de 1949, Artigo 10º, In Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Arco do Cego, Código Localização: AC.01.H.02.03.107.

⁷⁵ Esta obra, censurada pela PIDE por José Brandão Pereira de Mello, foi considerada *uma obra de crítica politico-social contemporânea, fundamentalmente destrutiva e francamente deseducativa para não dizer antinacional, em certos conceitos e passagens*. Ver Censura, Relatório Nº 7611, 24/7/1965, In Biblioteca e Arquivo de José Pacheco Pereira.

⁷⁶ Ver Fernando Luso Soares, *A Vontade de ser Ministro*, Lisboa, Editora Cronos, 1965, romance citado por Margarida Acciaiuoli em *Os anos 40 em Portugal. O País, o Regime e as Artes*, Lisboa, Dissertação de Doutoramento em História da Arte Contemporânea apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1991, nota de rodapé Nº 95, pp. 907.

*projecto e tendo em vista o melhor aspecto do conjunto*⁷⁷, ou seja, de forma a destacar a moradia na paisagem em relação à via de acesso, ainda que o piso nobre desta tivesse também sido projectado a uma cota mais elevada. Neste sentido observe-se igualmente o “palacete à beira da estrada” que **Manuel Joaquim Norte Júnior** (1878-1962) – “arquitecto das Avenidas Novas”⁷⁸ – projectou para a Viscondessa de Algés, localizado na **Avenida do Restelo Nº 29**⁷⁹ (Fig. 2.1.1.10.), ou as moradias também por ele projectadas para a **Avenida da Torre de Belém Nº 13 e Nº 15** (Figs. 2.1.1.11. e 2.1.1.12.), cujos frontões e *motivos de azulejos artisticos*⁸⁰ procuram enobrecer as fachadas. Neste contexto é de salientar o que nos deixou escrito Nuno Portas (1973) relativamente às “décadas obscuras” – final do século XIX, início do século XX – mas cujas palavras (ainda) poderão ser aplicadas relativamente aos anos de 1940: *convém lembrar o contexto em que laboram estes profissionais [(Norte Júnior, Pardal Monteiro, Raul Lino, entre outros)] lhes pede sobretudo uma arte de aparências, volúvel e educadora, quer do passado, quer do mundo rural, quer do estrangeiro, que façam sobressair o ‘investimento’, da mediana pobre do standard citadino, mas de preferência com orçamentos moderados*⁸¹. Curiosamente, o primeiro projecto da moradia localizada na Avenida da Torre de Belém Nº 13 foi chumbado *tendo-se em vista a importância do local*⁸². Atormentado por ter sido obrigado a fazê-lo e tendo em conta que este arquitecto havia sido diversas vezes condecorado com o Prémio Valmor⁸³, o Chefe da Repartição dos Serviços de Urbanização e Obras da Câmara

⁷⁷ Ver Victor Piloto e Paulino Montez, Memória Descritiva, In Obra Nº 1310, Processo Nº 27030/949, Folha 3, Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Intermédio.

⁷⁸ Ver Nuno Portas, “As Décadas Obscuras”, In *Evolução da Arquitectura Moderna em Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008, pp. 166.

⁷⁹ Este projecto foi seleccionado para a exposição *Os anos 40 na Arte Portuguesa* comissariada por Fernando Azevedo e patente na Fundação Calouste Gulbenkian em 1982. Ver Fernando Azevedo (Com.), *Os anos 40 na Arte Portuguesa*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Março/Maio 1982, vol. 1.

⁸⁰ Ver Manuel Joaquim Norte Júnior, Memória Descritiva, In Processo Nº 8936/946, Folha 2, Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Intermédio.

⁸¹ Ver Nuno Portas, “As Décadas Obscuras”, In *Evolução da Arquitectura Moderna em Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008, pp. 166-167.

⁸² Ver Chefe da Repartição dos Serviços de Urbanização e Obras da Câmara Municipal de Lisboa, 27/2/1946, In Obra Nº 13497, Processo Nº 736/946, Folha 87, Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Intermédio.

⁸³ Casa Malhoa (Prémio Valmor 1905), Edifício na Avenida da Republica Nº 36 (Menção Honrosa do Prémio Valmor 1908), Vila Sousa (Prémio Valmor 1912), Moradia na Praça Duque de Saldanha Nº 12

Municipal de Lisboa justifica que *não está em causa, portanto, a forma de sentir do arquitecto autor do projecto, cuja actividade profissional lhe granjeou renome, que é garantia da sua competência, não obstando, porém, a que, num período de transição, ou por qualquer outro motivo eventual, possa apresentar uma composição que, embora arquitectónicamente certa, não obtenha o agrado geral*⁸⁴.

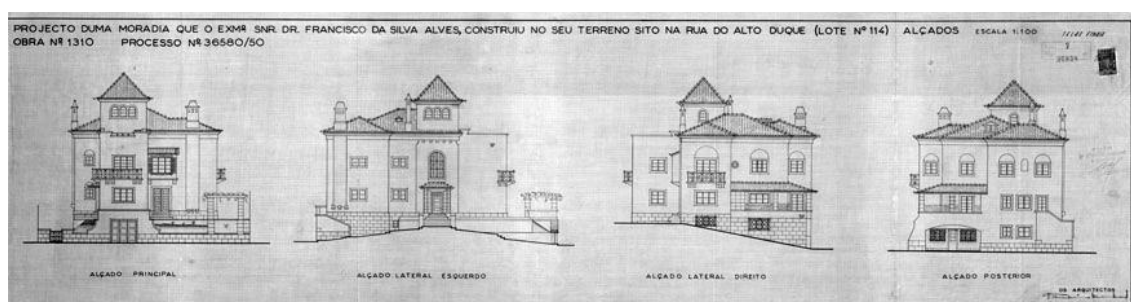


Fig. 2.1.1.9. Alçados da moradia localizada na Rua Alto do Duque Nº 39, Victor Piloto e Paulino Montez, 1949-1951⁸⁵



Fig. 2.1.1.10. Moradia localizada na Avenida do Restelo Nº 29, Manuel Joaquim Norte Júnior, 1947-1950⁸⁶

(Menção Honrosa do Prémio Valmor 1912), Moradia na Avenida Fontes Pereira de Melo Nº 28 (Prémio Valmor 1914), Edifício na Avenida da Liberdade Nº 206 a 218 (Prémio Valmor 1915), Pensão Tivoli (Prémio Valmor 1927).

⁸⁴ Ver Chefe da Repartição dos Serviços de Urbanização e Obras da Câmara Municipal de Lisboa, 27/2/1946, In Processo Nº 736/946, Folha 87, Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Intermédio.

⁸⁵ In Obra Nº 1310, Processo Nº 37938/951, Folha 3, Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Intermédio.

⁸⁶ In Obra Nº 13497, Processo Nº 42564/947, Folha 2, Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Intermédio.

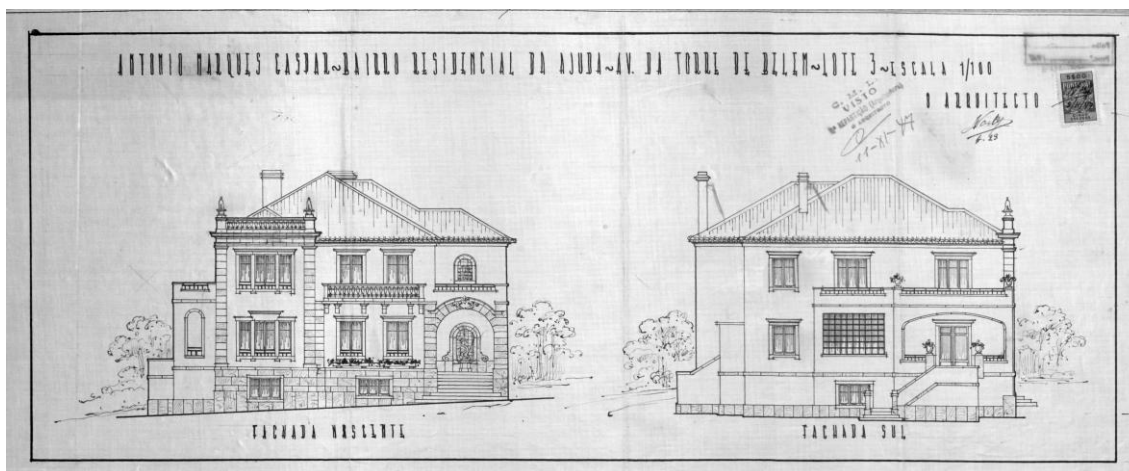


Fig. 2.1.1.11. Alçados Nascente e sul da moradia localizada na Avenida da Torre de Belém Nº 13/ Rua Tristão da Cunha, Manuel Joaquim Norte Júnior, 1946-1947⁸⁷

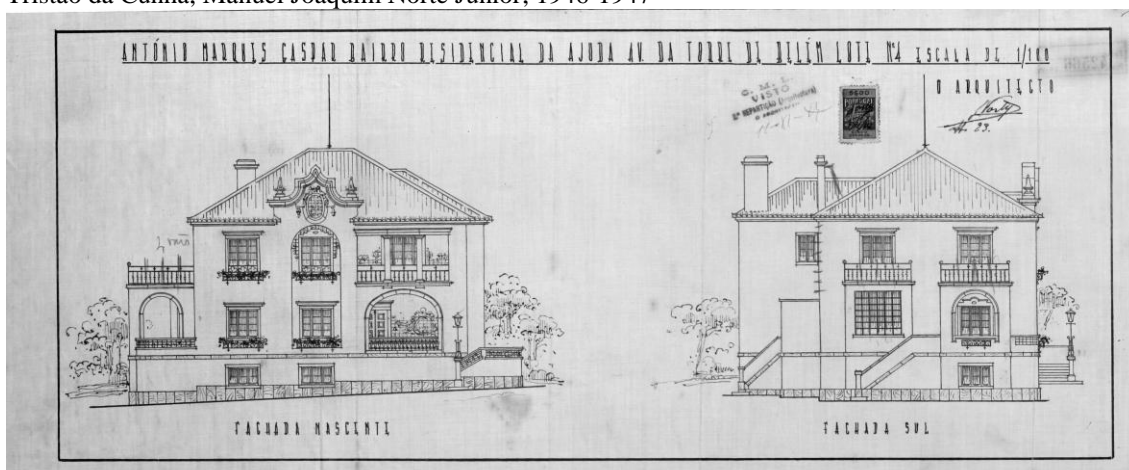


Fig. 2.1.1.12. Alçados Nascente e Sul da moradia localizada na Avenida da Torre de Belém Nº 15/ Rua Tristão da Cunha, Manuel Joaquim Norte Júnior, 1946-1947⁸⁸

Mas outro exemplo que justifica ser aqui destacado é a moradia projectada por **Cottinelli Telmo** (1897-1948) para José Pereira Caldas (Fig. 2.1.1.13.), um médico residente num prédio anónimo da Estrada de Benfica ou, como se refere o arquitecto, *uma pessoa de meios*⁸⁹ que *arrematou em 19 de Maio de 1941, os lotes de terreno nº 7*

⁸⁷ Idem.

⁸⁸ In Obra Nº 13849, Processo Nº 42566/947, Folha 2, Arquivo Municipal de Lisboa- Núcleo Intermédio.

⁸⁹ Ver Cottinelli Telmo, Memória Descritiva, In Obra Nº 42900, Processo Nº 19822/943, Folha 55, Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Intermédio.

a 10 da encosta da Ajuda⁹⁰ para aí edificar a sua moradia. Para além de um programa que incluía dependências dignas de um “Doutor”, como o usual “Escritório Biblioteca”, não foi esquecido um compartimento para a “sua senhora”, uma “sala de estar (senhoras)” localizada na extremidade oposta, próximo da zona de serviço (Fig. 2.1.1.14.), como (ainda) ditavam os bons costumes portugueses da época e como projectara Adolf Loos (1870-1933) na Viena do princípio do século XX. Vindo de Benfica, (certamente) acostumado aos “ares do campo” – ou influenciado pel’ *Os Maias* onde Eça de Queirós nos fala de “Clifford”, um *gentleman* que frequentava o hipódromo junto à Capela de São Jerónimo⁹¹ –, este cliente também quis incluir na sua moradia (citadina) localizada na **Rua de Alcolena Nº 23/Avenida do Restelo Nº 26** anexos campestres como uma cavalariça, galinheiro, coelheira, lago para patos e estufa-fria (Fig. 2.1.1.15.). Embora este tipo de anexos tenha vindo a ser edificado noutras moradias do bairro – o que levou Keil do Amaral a afirmar que *o bairro da Ajuda está-se tornando num aglomerado excessivo de construções, entremeadas com construções destinadas aos automóveis, às galinhas e à lavagem de roupas. Escasseiam-se árvores, os espaços livres e a intimidade vai-se tornando difícil*⁹² –, tal como viemos a salientar no capítulo anterior, aqui está mais um exemplo de um proprietário que, pela vontade de edificar dependências desnecessárias à vida do dia-a-dia, se viu obrigado a optar pela junção de lotes para conseguir construir a sua (grande) moradia, fazendo realçar, mais uma vez, as duras críticas de Keil do Amaral relativamente ao dimensionamento dos terrenos.

Localizada junto ao jardim (escadório) que acede à capela de São Jerónimo, cujo “projecto de ordenamento paisagístico” (1956), como veremos mais adiante neste capítulo, ficou ao cuidado do arquitecto paisagista Gonçalo Ribeiro Telles (n. 1922), *esta casa foi projectada de modo a: 1) valorizar o enquadramento da capela de S. Jerónimo, constituindo pela escadaria e os jardins que a acompanham; 2) valorizar-se*

⁹⁰ Ver Luciano da Fonseca Salvador, Chefe da Repartição dos Serviços de Finanças da Câmara Municipal de Lisboa, 24/8/1944, In Obra Nº 42900, Processo Nº 28586/944, Folha 4, Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Intermédio.

⁹¹ Ver Eça de Queirós, *Os Maias: Episódios da Vida Romântica*, Lisboa, Ulisseia, 1988, Cap. X, pp. 328.

⁹² Ver Francisco Keil do Amaral, “Moradia na Encosta da Ajuda”, *Arquitectura*, Lisboa, Nº 46, Fevereiro 1953.

*a si própria, situando-se no terreno de maneira que não ficasse enterrada, como acontece em geral às outras construções em curso; 3) permitir aos seus moradores o desfrutarem o panorama que lhes oferece, sem prejuízo de terceiros, o que foi fácil, dada a sua localização especialíssima*⁹³. Familiarizado com questões relacionadas com a encenação urbana – repare-se que para além de Cottinelli Telmo ter sido responsável pela realização do filme *A Canção de Lisboa* (1933), foi o arquitecto-chefe da efémera (e teatral) *Exposição do Mundo Português* (1940) –, a torre projectada é um miradouro situado ao nível do 4º piso que, como um farol, permitia observar o rio Tejo admitindo ainda a possibilidade de ser um alvo facilmente detectável por qualquer indivíduo que percorresse a avenida.



Fig. 2.1.1.13. Moradia localizada na Rua de Alcolena N° 23/Avenida do Restelo N° 26, Cottinelli Telmo, 1941-1945⁹⁴

⁹³ Ver Cottinelli Telmo, *Memória Descritiva*, In Obra N° 42900, Processo N° 19822/943, Folha 54, Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Intermédio.

⁹⁴ In Arquivo de Arte da Fundação Gulbenkian, Estúdio Horácio Novais.

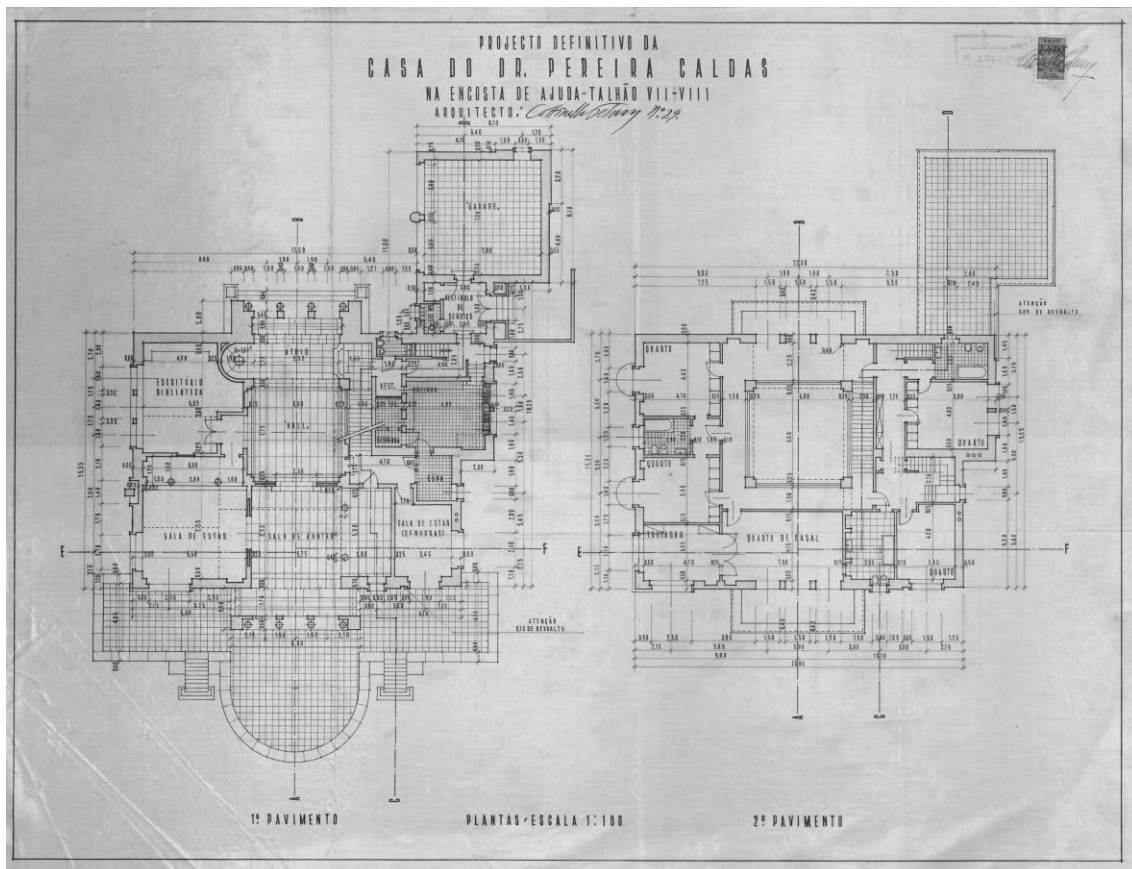


Fig. 2.1.1.14. Plantas do 1º e 2º pavimento da moradia localizada na Rua de Alcolena Nº 23/Avenida do Restelo Nº 26, Cottinelli Telmo, 1941-1945⁹⁵

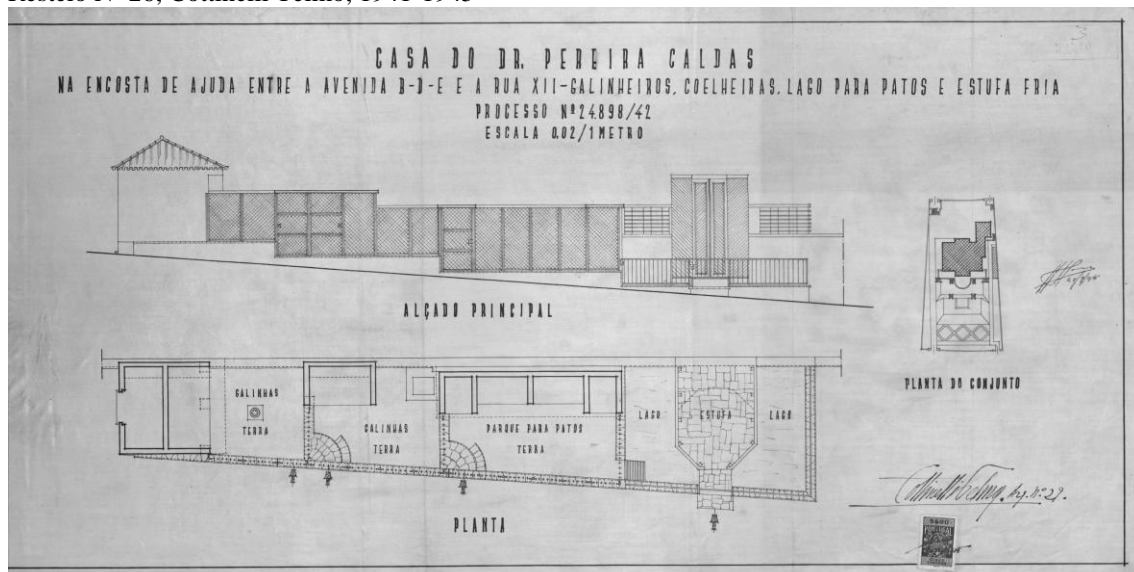


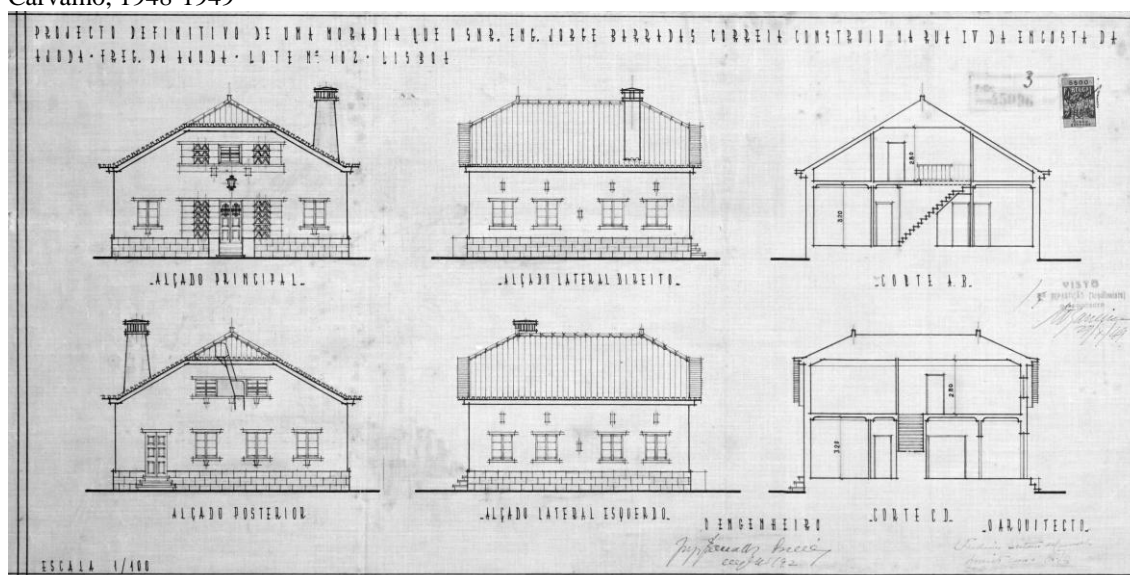
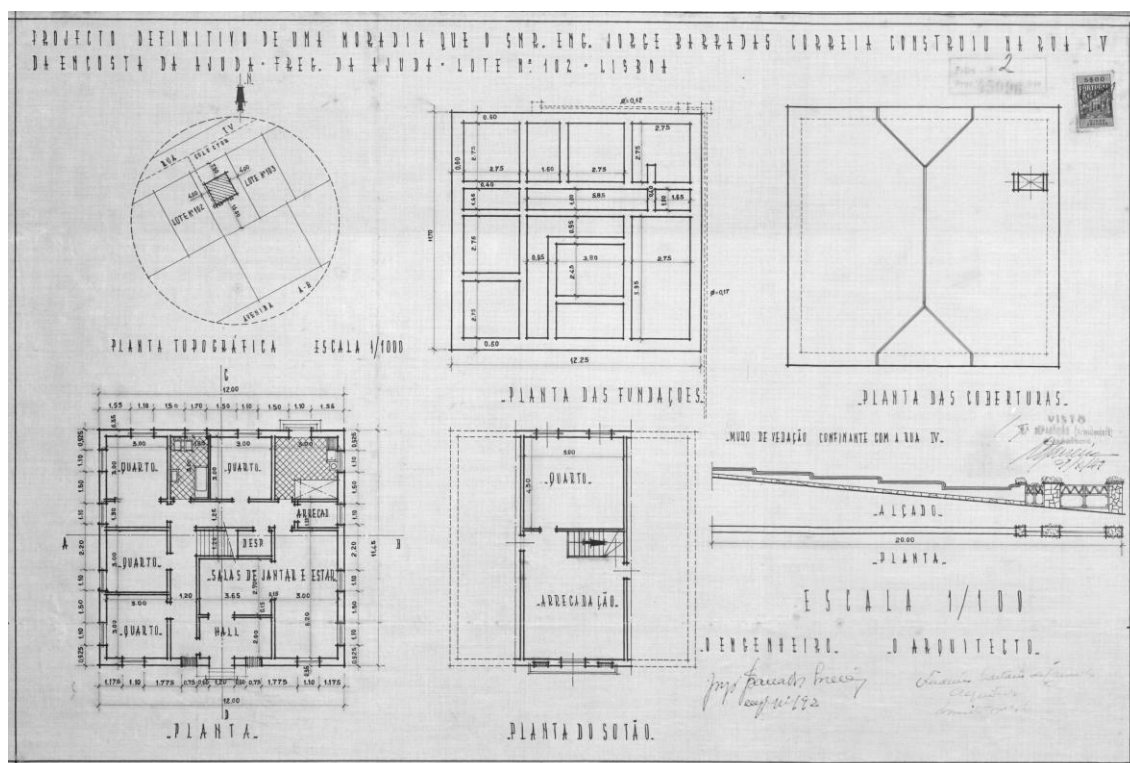
Fig. 2.1.1.15. Projecto do galinheiro, coelheira, lago para patos e estufa-fria da moradia localizada na Rua de Alcolena Nº 23/Avenida do Restelo Nº 26, Cottinelli Telmo, 1941-1945⁹⁶

⁹⁵ In Processo Nº 28772/945 Folha 8, Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Intermédio.

Curiosamente, em oposição a estes grandes “casarões”, uns anos antes de Faria da Costa ter sido convidado a projectar o bairro de casas económicas do Restelo, **Frederico Caetano de Carvalho** (1889-1976), um dos arquitectos que mais projectou neste perímetro urbano (Volume II, Anexo 11.) e aquele que, a par de Adães Bermudes (1864-1948) e Edmundo Tavares (1892-1983), esteve envolvido no projecto do Bairro Económico do Arco do Cego, projectou uma moradia para a **Rua Alto do Duque Nº 63** (Figs. 2.1.1.16. e 2.1.1.17.) cuja memória descritiva referiu pretender-se *construir uma moradia de carácter económico para uma família e, para isso desenvolveu-se toda a zona de habitação num só piso, ficando o sótão reservado para arrecadação*⁹⁷. Como vimos anteriormente, esta moradia foi edificada numa rua nobre do bairro, nos limites do concelho de Lisboa, junto ao Parque Florestal de Monsanto (limite sudoeste) e num eixo viário onde, durante a década de 40, projectaram tantos outros arquitectos de mérito reconhecido, nomeadamente Raúl Francisco Tojal (1900-1969), Jorge de Almeida Segurado, João Simões (1908-1994), Paulino Montez, Victor Manuel Piloto, Victor Palla e Joaquim Bento d’Almeida. As moradias ali edificadas, ao contrário deste exemplo apresentado por Frederico Caetano de Carvalho, destinavam-se a satisfazer clientes com generoso poder financeiro, cujos programas, como referimos anteriormente, eram na sua maioria vastos dando origem a moradias de grandes dimensões, algumas das quais, com necessidade de junção de lotes.

⁹⁶ In Processo Nº 28772/945 Folha 3, Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Intermédio.

⁹⁷ Ver Frederico Caetano de Carvalho, Memória Descritiva, 17/8/1948, In Processo Nº 35682/948, Folha 2, Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Intermédio.



⁹⁸ In Obra Nº 4932, Processo Nº 45096/949, Folha 2, Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Intermédio.

⁹⁹ In Obra Nº 4932, Processo Nº 45096/949, Folha 3, Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Intermédio.

Mas, voltando às publicações, tal como tivemos oportunidade de referir anteriormente, a primeira *moradia na encosta da Ajuda*¹⁰⁰ a ser divulgada destinava-se a um construtor civil de seu nome Manuel Madeira. Erguida na **Praça de Diu N° 2** (Fig. 2.1.1.18.), o projecto desta moradia é da autoria do arquitecto **Raul Tojal** (1899-1969) que projectou a vizinha Piscina de Algés-Dafundo¹⁰¹ (1930-1932) e de tantas outras obras publicadas nas revistas de referência¹⁰². Esta casa de 3 pisos – que *tem 25 divisões, não incluindo as do piso térreo*¹⁰³ –, para além de uma varanda em tribuna sobre a rua como se de um púlpito se tratasse, apresenta inúmeros elementos característicos de uma arquitectura dita tradicional. Observem-se, por exemplo, as varandas alpendradas denunciadas em 1905 por Henrique das Neves – *já temos em Lisboa aqui e além muito raramente por enquanto, em algumas habitações da mais recente construção, os beirais dos telhados alongados em forma de alpendre ou toldo, protegendo as janelas do pavimento superior*¹⁰⁴ –, também exploradas por **Carlos Ramos** no projecto da moradia localizada na **Rua Dom Francisco de Almeida N° 9/ Rua de São Francisco Xavier N° 10**¹⁰⁵, premiado¹⁰⁶ *casarão com varandas e alpendres*¹⁰⁷ (e telha vidrada na cor verde) como criticara Margarida Acciaiuoli,

¹⁰⁰ Ver “Uma Moradia na Encosta da Ajuda”, *A Arquitectura Portuguesa e Cerâmica e Edificação Reunidas*, Lisboa, N° 130, Janeiro 1946, pp. 6-8.

¹⁰¹ Ver “Piscina Algés e Dafundo”, *Arquitectos*, Lisboa, N° 24, 1932.

¹⁰² Nomeadamente: Hotel Estoril Sol (*Binário*, N° 75, 1964), Instituto Luso-Fármaco (*Arquitectura*, N° 101, 1968), Instalações do Banco Fonsecas e Burnay (*Arquitectura*, N° 102, 1968), Hotel Algarve (*Arquitectura*, N° 97, 1967; *Binário*, N° 107, 1967).

¹⁰³ Ver “Uma Moradia na Encosta da Ajuda”, *A Arquitectura Portuguesa e Cerâmica e Edificação Reunidas*, Lisboa, N° 130, Janeiro 1946, pp. 6-8.

¹⁰⁴ Ver Henrique das Neves, “Casa Portuguesa”, *A Construção Moderna*, N° 157, 10 de Fevereiro 1905; N° 158, 20 de Fevereiro de 1905; N° 159, 10 de Março de 1905, N° 160, 20 de Março de 1905, N° 161, 1 de Abril de 1905, N° 162, 10 de Abril de 1905, citado por Michel Toussaint Alves Pereira, *Da Arquitectura à Teoria e o Universo da Teoria da Arquitectura em Portugal na primeira metade do século XX*, Dissertação de Doutoramento em Teoria da Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, 2009, nota de rodapé N° 283, pp. 200.

¹⁰⁵ Projecto esse bastante *adulterado com a adaptação do edifício a residência do embaixador de Israel*. Ver António Pereira da Silva (Coord.), *Lisboa: Prémio Valmor*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2004, s/pp.

¹⁰⁶ Pelo júri constituído pelos arquitectos Vasco Regaleira (presidente do júri); Raul Lino (Academia Nacional de Belas Artes); Inácio Peres Fernandes (Sindicato Nacional dos Arquitectos); e António Couto Martins (Câmara Municipal de Lisboa).

¹⁰⁷ Ver Margarida Acciaiuoli, *Os anos 40 em Portugal. O País, o Regime e as Artes*, Lisboa, Dissertação de Doutoramento em História da Arte Contemporânea apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1991, pp. 614.

projecto desenvolvido numa linha nacionalista (Figs. 2.1.1.19. e 2.1.1.20.). Mas no Restelo também é possível encontrar “chaminés salientes”¹⁰⁸ que Raul Lino identificou como um das características da casa portuguesa e que tantos outros arquitectos aqui colocaram em evidência, como por exemplo, **Lucínio Guia da Cruz** (n. 1914), arquitecto do projecto da moradia localizada na **Avenida da Torre de Belém Nº 11/Rua Tristão da Cunha** (Fig. 2.1.1.21.) onde um galo cata-vento remata o conjunto. Neste contexto, não será portanto de estranhar que, para além do projecto de Carlos Ramos, algumas das obras seleccionadas para a atribuição do Prémio Valmor - 1946 tenham também revelado a preferência do júri¹⁰⁹ por uma imagem tradicional portuguesa, nomeadamente os projectos finalistas localizados neste bairro¹¹⁰, como sejam as moradias da **Rua São Francisco Xavier Nº 6** de **Alberto José Pessoa** (Fig. 2.1.1.22.) e da **Rua Dom Lourenço de Almeida Nº 13/Rua Dom Francisco de Almeida Nº 5** de **Jorge Segurado** (Fig. 2.1.1.23.)¹¹¹, projecto este que analisaremos mais à frente neste subcapítulo.

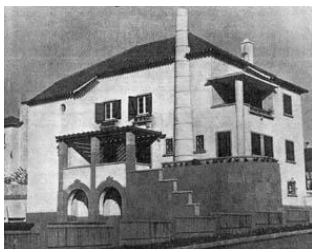


Fig. 2.1.1.18. Moradia localizada na Praça de Diu Nº 2, Raul Tojal, 1943-1945¹¹²

¹⁰⁸ Ver Raul Lino, *A Casa Portuguesa*, Exposição Portuguesa em Sevilha, 1929, pp. 42.

¹⁰⁹ Constituído pelos arquitectos António Couto Martins (Câmara Municipal de Lisboa), Porfírio Pardal Monteiro (Academia Nacional de Belas Artes) e Luís Ribeiro Cristino da Silva (Sindicato Nacional dos Arquitectos).

¹¹⁰ Localizados noutros bairros da cidade, foram ainda seleccionados os projectos da autoria dos arquitectos João Simões (Rua Doutor António Cândido Nº 14/Rua Pinheiro Chagas Nº 64); António Maria Veloso Reis Camelo (Alameda Dom Afonso Henriques Nº 72/Avenida Guerra Junqueiro Nº 1); Vasco Regaleira (Alameda das Linhas de Torres Nº 94); Cassiano Viriato Branco (Avenida António Augusto Aguiar Nº 25) e Fernando Silva (Avenida Casal Ribeiro Nº 12, condecorado com o Prémio Valmor - 1946). Ver *Acta de Atribuição do Prémio Valmor*, 11/3/1947, In *Prémios Valmor e Municipal de Arquitectura*, ver Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Arco do Cego, Caixa 2, código de localização AC.01.Sala H, Pasta S/Nº/1946 e 1947.

¹¹¹ Também localizado na encosta da Ajuda, o júri seleccionou ainda um projecto da autoria do arquitecto José Alexandre Gomes Bastos, localizado na Rua XIV (propriedade de Wilfrid Barnaud Mitchel), cuja morada exacta até ao momento foi impossível identificar.

¹¹² In “Uma Moradia na Encosta da Ajuda”, *A Arquitectura Portuguesa e Cerâmica e Edificação Reunidas*, Lisboa, Nº 130, Janeiro 1946, pp. 6.

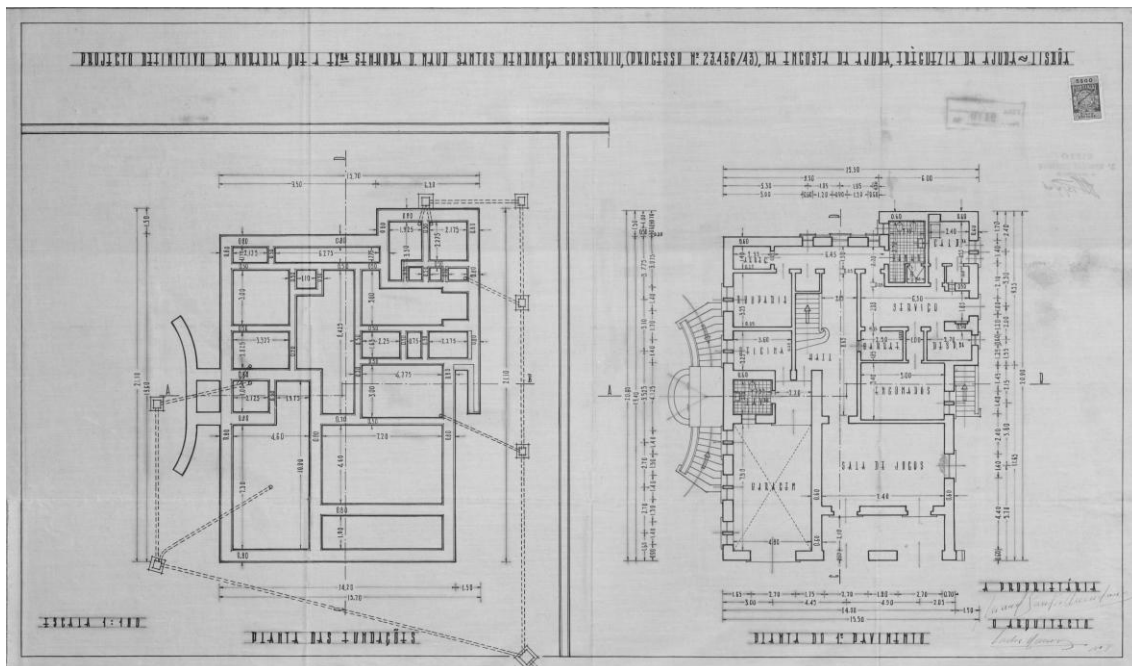


Fig. 2.1.1.19. Planta de fundações e 1º piso da moradia localizada na Rua Dom Francisco de Almeida Nº 9/ Rua de São Francisco Xavier Nº 10, Carlos Ramos, 1943-1946, Prémio Municipal 1946¹¹³

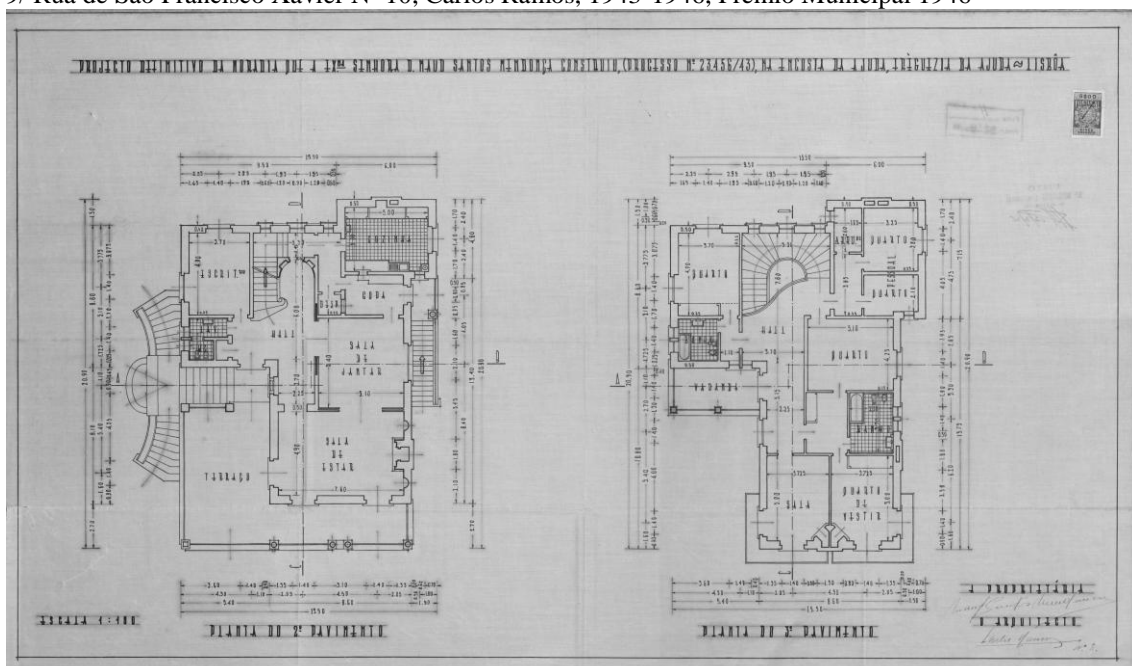


Fig. 2.1.1.20. Planta do 2º e 3º piso da moradia localizada na Rua Dom Francisco de Almeida Nº 9 Rua de São Francisco Xavier Nº 10, Carlos Ramos, 1943-1946, Prémio Municipal 1946¹¹⁴

¹¹³ In Obra Nº 4695, Processo Nº 9110/946, Folha 3, Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Intermédio.

¹¹⁴ In Obra Nº 4695, Processo Nº 9110/946, Folha 4, Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Intermédio.

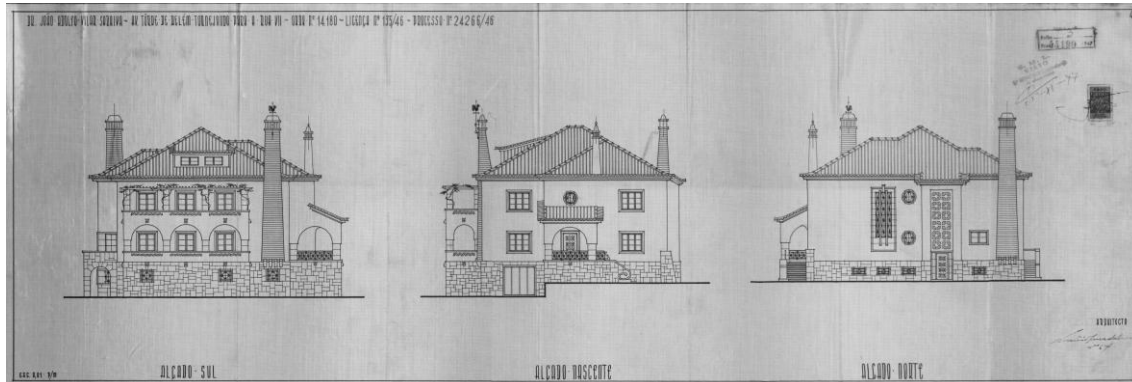


Fig. 2.1.1.21. Alçados da moradia localizada na Avenida da Torre de Belém Nº 11/Rua Tristão da Cunha, Lucínio Guia da Cruz, 1946-1947¹¹⁵

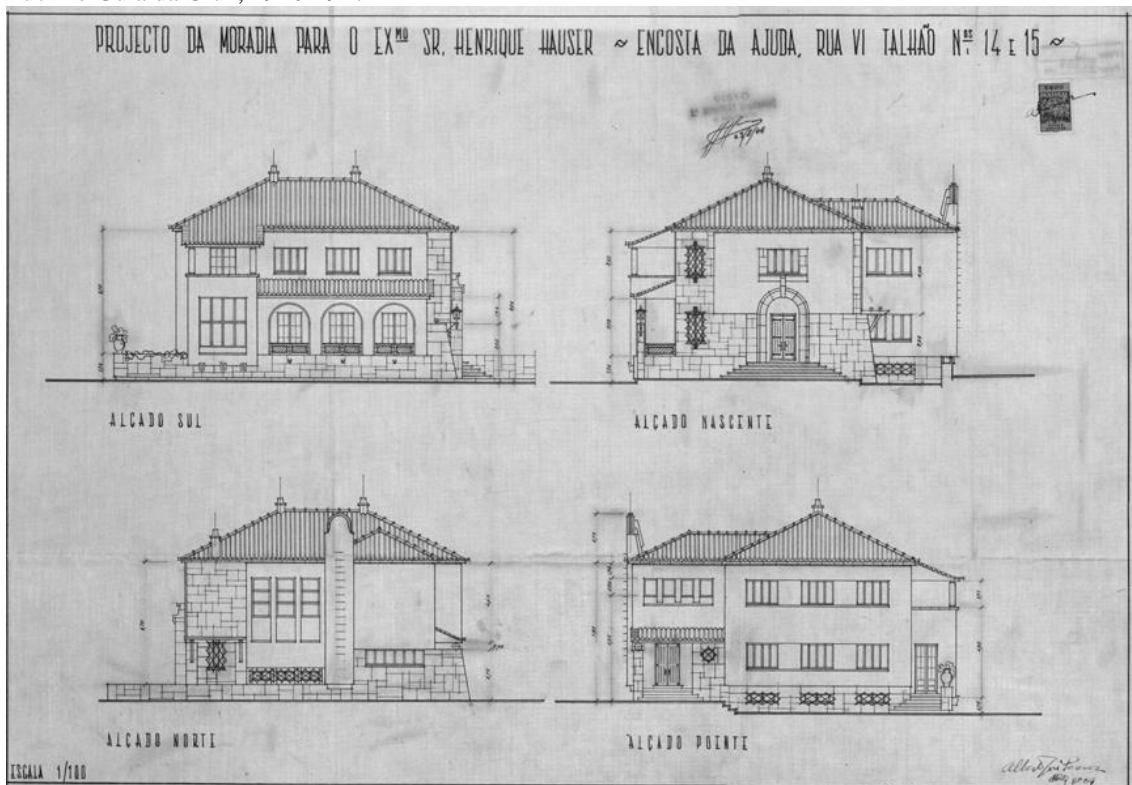


Fig. 2.1.1.22. Alçados norte e poente da moradia localizada na Rua São Francisco Xavier Nº 6, Alberto José Pessoa, 1945-1946¹¹⁶

¹¹⁵ In Obra Nº 14180, Processo Nº 44190/947, Folha 5, Arquivo Municipal de Lisboa- Núcleo Intermédio.

¹¹⁶ In Obra Nº 3619, Processo Nº 32754/946, Folha 5, Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Intermédio.

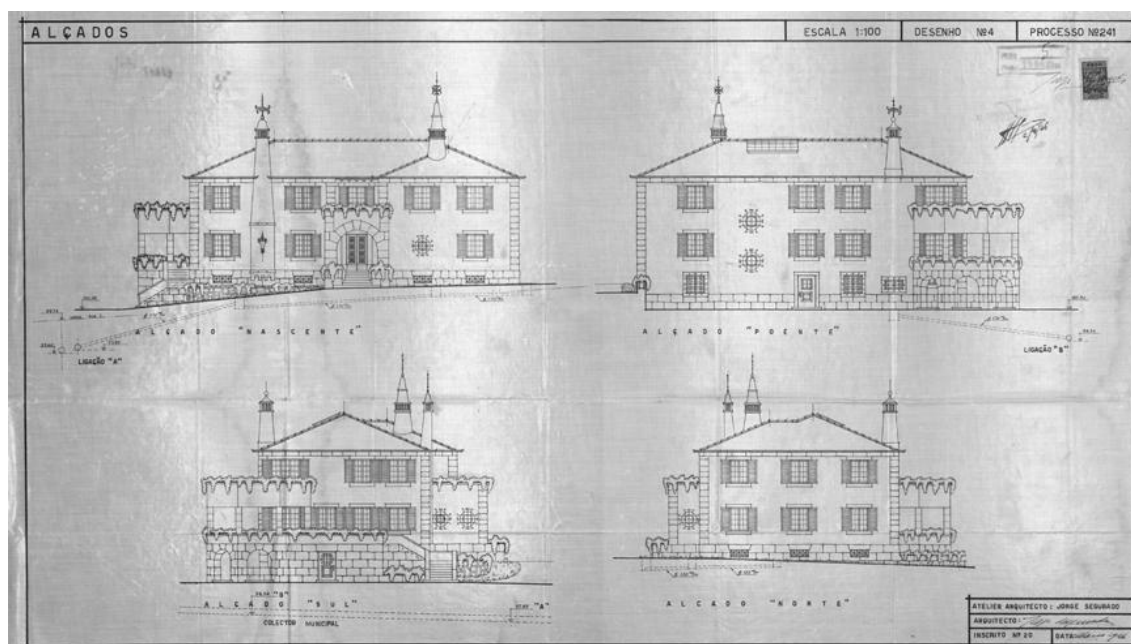


Fig. 2.1.1.23. Alçados da moradia localizada na Rua Dom Lourenço de Almeida Nº 13/Rua Dom Francisco de Almeida Nº 5, Jorge Segurado, 1944-1946¹¹⁷

Mas o artigo “Uma Moradia na Encosta da Ajuda” publicado em Janeiro de 1946 destaca a *cobertura, resolvida dentro da maior simplicidade*¹¹⁸, com quatro águas, o que *não é frequente fazer-se em casas com plantas recortadas*¹¹⁹, bem como os vãos guarnecidos a cantaria da *região de Cabriz ou da várzea de Sintra*¹²⁰ e o embasamento em pedra, ou seja, placagem de pedra fingindo-a aparelhada. Embora actualmente grandes sebes defendam os limites da propriedade, por altura da construção da casa, para que esta fosse largamente visível do exterior e como regulado nas *condições especiais de alienação*, o lote deveria ser vedado por muros de alvenaria cuja altura não excedesse 0,50m acima do nível dos passeios ou com gradeamento cuja altura não fosse superior a 0,70m. Também se colocava a possibilidade deste sistema de vedação ser substituído por sebes de verdura que, como se tem vindo a verificar na maior parte dos casos, cresceram desmesuradamente com o passar dos anos.

¹¹⁷ In Obra Nº 9087, Processo Nº 11442/946, Folha 5, Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Intermédio.

¹¹⁸ Ver “Uma Moradia na Encosta da Ajuda”, *A Arquitectura Portuguesa e Cerâmica e Edificação Reunidas*, Lisboa, Nº 130, Janeiro 1946, pp. 7.

¹¹⁹ Idem, pp. 7.

¹²⁰ Ver Raul Tojal, *Memória Descritiva*, Janeiro de 1943, In Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Intermédio, Obra Nº 40538, Processo 7690/943, Folha 2.

Ainda relativamente a este projecto, como se poderá observar na representação em planta (Fig. 2.1.1.24.) – e como previsto por Raul Lino em *A Nossa Casa* (1918) – verifica-se que a “sala de mesa” começa a “perder a sua exagerada importância”¹²¹, ou seja, *a entrada principal faz-se por uma zona de salas e escritório, zona que possui um vestiário à sala de estar segue-se a sala de mesa com porta para o hall e para uma ante-câmara que a isola da zona de serviços, destinada a cozinha e dependências da criada*¹²². Esta situação começou a verificar-se na moradia de férias, nomeadamente nas projectadas por Keil do Amaral, Faria da Costa e Adelino Nunes no “bairro dos arquitectos”¹²³ mas como iremos constatar mais à frente neste capítulo, vai ser largamente explorada pelos arquitectos seguidores do movimento Moderno, que desenvolveram a denominada “sala-comum” ou *living-room*, ou seja, sala de estar e sala de jantar numa só divisão.

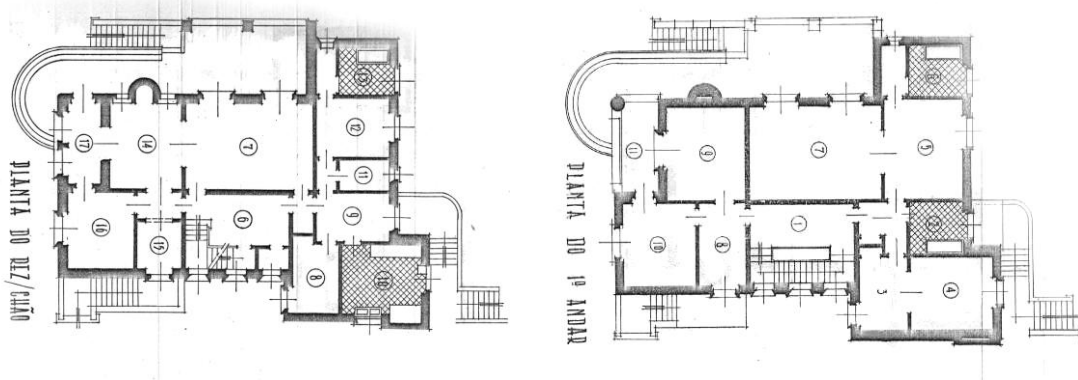


Fig. 2.1.1.24. Plantas R/chão e 1º piso da moradia localizada na Praça de Diu Nº 2, Raul Francisco Tojal, 1943-1945¹²⁴

¹²¹ Desde o final do século XIX, em Lisboa, a “sala de mesa” era maior que as saletas no apartamento burguês.

¹²² Ver “Uma Moradia na Encosta da Ajuda”, *A Arquitectura Portuguesa e Cerâmica e Edificação Reunidas*, Lisboa, Nº 130, Janeiro 1946, pp. 6-8.

¹²³ Ver *Panorama. Revista de Arte e Turismo*, Lisboa, Nº 13, Edição do Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo, Fevereiro 1943, s/pp.

¹²⁴ In “Uma Moradia na Encosta da Ajuda”, *A Arquitectura Portuguesa e Cerâmica e Edificação Reunidas*, Lisboa, Nº 130, Janeiro 1946, pp. 6-8.

Embora tenhamos conhecimento de que **Jorge Segurado** fazia a distinção entre a “arquitectura dos grandes edifícios públicos” e a “arquitectura doméstica privada”¹²⁵ e mesmo sabendo que por esta altura havia sido projectada a Casa da Moeda (1934, em colaboração com António Varela), é com um certo embaraço que compreendemos a opção do arquitecto em afastar-se da arquitetura Modernista para, como o próprio referiu, “cultivar a casa portuguesa” e, um pouco à semelhança das “Aldeias Portuguesas” por ele projectadas para a Exposição do Mundo Português¹²⁶ (1940), tirar partido de telhados rematados com pontas cerâmicas decorativas (ou “espanta espíritos”) em seta (nas extremidades) ou em pirâmide (nos topos), terraços com alegretes e chaminés salientes colmatadas com cata-vento em ferro forjado. É certo que a geração modernista foi intrinsecamente eclética já que valorizava o “Estilo”, sobretudo três: Clássico, Português e Modernista. Poder-se-á depreender que terá sido provavelmente pela organização espacial e em resposta ao programa da moradia localizada na **Rua Dom Lourenço de Almeida Nº 13/Rua Dom Francisco de Almeida Nº 5** que este projecto mereceu ser destacado por Francisco Pereira da Costa (1900-1988), arquitecto director deste periódico que também não perdia uma oportunidade para divulgar projectos da sua autoria. Todavia, um pouco à semelhança do projectado por Raul Lino (nomeadamente na importância do *hall* e no sistema de entrada), verifica-se que Segurado distribuiu com mestria as diferentes dependências no piso térreo – *vestíbulo, ‘hall’ central de distribuição; Livraria; Saleta; Sala de Estar; Sala de Jantar; Copa; escada de serviço (com monta-pratos; quarto de criadas*¹²⁷) –, devendo notar-se, como referido no artigo, *a independência do serviço em relação à entrada, à sala de jantar (com acesso directo pela Copa) e Serviço da porta de entrada*¹²⁸ e, no primeiro piso, a importância que foi dada ao *hall* distributivo, que

¹²⁵ Ver Michel Toussaint Alves Pereira, *Da Arquitectura à Teoria e o Universo da Teoria da Arquitectura em Portugal na primeira metade do século XX*, Dissertação de Doutoramento em Teoria da Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, 2009, pp. 98.

¹²⁶ Programa específico e típico das Exposições Universais/Internacionais (Paris, 1889, 1900, 1937; Barcelona 1929).

¹²⁷ Ver “Casa de habitação. Vivendas Modernas em Lisboa, na zona residencial do Restelo (Encosta da Ajuda)”, *Arquitectura*, Lisboa, Nº 3, Abril 1946, pp. 51.

¹²⁸ Idem, pp. 51.

separa um conjunto de aposentos destinados aos donos da casa¹²⁹ (Salinha; quarto de vestir; Banho-W.C. e quarto de cama com terraço privativo¹³⁰) de dois outros quartos (Fig. 2.1.1.25.).

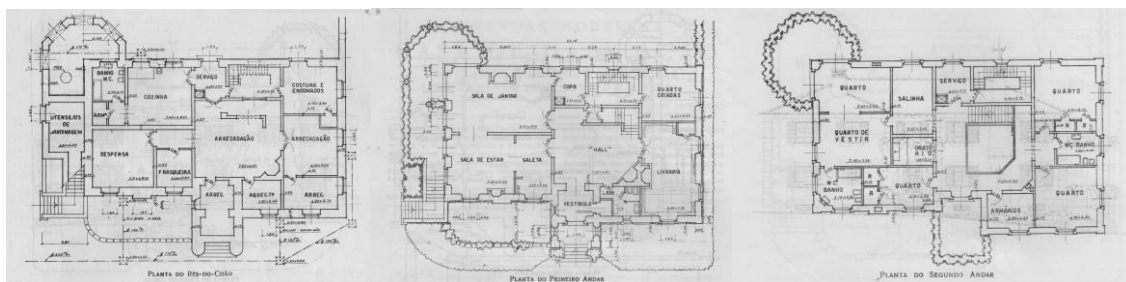


Fig. 2.1.1.25. Plantas R/chão, 1º e 2º piso da moradia localizada na Rua Dom Lourenço de Almeida Nº 13/Rua Dom Francisco de Almeida Nº 5, Jorge Segurado, 1944-1946¹³¹

Em contraponto, no projecto da moradia destinada a residência do arquitecto, apesar de **Jorge Segurado** ter optado por responder ao (sucinto) programa desta moradia localizada na **Rua São Francisco Xavier Nº 8** num só piso – solução discreta quando comparada com as habitações vizinhas e *fora do formulário corrente e em pesquisas mais mediterrânicas*¹³², como classifica Margarida Acciaiuoli –, à época, um artigo publicado no jornal *A Voz* classificava este edifício como *elegante, moderno e rústico, rodeado de relva e de árvores, no meio das quais se destaca uma escultura de N.ª S.ª das Rosas, do século XVII*¹³³ e outro anúncio n' *O Século*, qualifica-o de *palacete [...] um edifício de notável elegância e simplicidade em que se alia a nota rústica ao tom de acolhedora calma entre árvores, relva e esculturas, mas do qual se não distancia nunca a afirmação do moderno*¹³⁴ (Fig. 2.1.1.26.). Embora o símbolo do atelier deste arquitecto fosse muito sintetizado e de grafismo modernista – três cubos

¹²⁹ Idem, pp. 51.

¹³⁰ Idem, pp. 51.

¹³¹ In “Uma Moradia na Encosta da Ajuda”, *A Arquitectura Portuguesa e Cerâmica e Edificação Reunidas*, Lisboa, Nº 3, Abril 1946, pp. 51-53.

¹³² Ver Margarida Acciaiuoli, *Os anos 40 em Portugal. O País, o Regime e as Artes*, Lisboa, Dissertação de Doutoramento em História da Arte Contemporânea apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1991, pp. 615.

¹³³ Ver *A Voz*, Lisboa, 23/10/1948.

¹³⁴ Ver “Os Prémios Valmor e Municipal de Arquitectura referentes a 1947 foram conferidos, respectivamente, aos arquitectos Jorge Segurado e Pardal Monteiro”, *O Século*, 23/10/1948.

em perspectiva axonométrica que poderão representar três habitações geminadas –, Segurado prefere recorrer a uma arquitectura de aparência mais tradicional (que nacionalista), tendo esta moradia (por isso mesmo?!) sido destacada¹³⁵ com o **Prémio Valmor - 1947** pelos arquitectos António Couto Martins (1936-1970), Baltazar de Castro (1891-1967) e Adelino Nunes (1903-1948), representantes da Câmara Municipal de Lisboa, da Academia de Belas Artes e do Sindicato Nacional dos Arquitectos, respectivamente¹³⁶. Na verdade, com um piso e telhado cujas águas acompanham o declive do terreno, esta moradia apresenta-se como uma casa alentejana rural. Mas outras obras foram também nomeadas para uma atenção redobrada para que se atribuisse o Prémio Valmor - 1947¹³⁷, particularmente e também localizada no Restelo, a moradia que o arquitecto **João Simões** projecta para a **Rua Dom Francisco de Almeida Nº 11/Avenida da Torre de Belém Nº 22** (Fig. 2.1.1.27.) de que falaremos em pormenor mais à frente neste subcapítulo. Dever-se-á entretanto chamar a atenção para o facto de António Couto Martins e de Baltazar de Castro terem sido, tal como Jorge Segurado, responsáveis por certas intervenções no património arquitectónico levadas a cabo pela DGEMN e de Adelino Nunes ter realizado o projecto do Liceu Nacional Dr. Júlio Henriques (1930-1936) em Coimbra, em colaboração com Jorge

¹³⁵ No valor de 3.032\$70. Ver *Acta de Atribuição do Prémio Valmor*, 6/4/1948, In *Prémios Valmor e Municipal de Arquitectura*, ver Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Arco do Cego, Caixa 2, código de localização AC.01.Sala H, Pasta S/Nº/ 1947.

¹³⁶ Segundo descrito no artigo 2º do *Regulamento do Prémio Valmor* (1942), cabia à Câmara Municipal de Lisboa convocar *um júri de três arquitectos diplomados, sendo um de sua nomeação, outro escolhido pela Academia Nacional de Belas-Artes, e o terceiro pelo Sindicato Nacional dos Arquitectos, o qual procederá ao exame dos edifícios particulares construídos ou acabados de construir no ano anterior e classificá-los-á segundo o seu valor arquitectónico*, ver José Manuel Fernandes e Adalberto Tenreiro, “Prémios de Arquitectura em Lisboa”, *Arquitectura*, Nº 139, 1980, pp. 33.

¹³⁷ Nomeadamente da autoria dos arquitectos: Porfírio Pardal Monteiro (Avenida Oriental do Parque Eduardo VII Nº 16); Cassiano Branco (Avenida António Augusto de Aguiar Nº 21); Lucínio Cruz (António Augusto de Aguiar Nº 23); Cristino da Silva (Avenida Oriental do Parque Eduardo VII Nº 12), Ver *Acta de Atribuição do Prémio Valmor*, 6/4/1948, In *Prémios Valmor e Municipal de Arquitectura*, ver Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Arco do Cego, Caixa 2, código de localização AC.01.Sala H, Pasta S/Nº/ 1947. O edifício localizado na Avenida Oriental do Parque Eduardo VII Nº 16 da autoria de Porfírio Pardal Monteiro foi condecorado com o Prémio Municipal - 1947, tendo sido finalistas as mesmas obras e o júri constituído pelos arquitectos Baltazar de Castro (Academia Nacional de Belas Artes), Alberto José Pessoa (Sindicato Nacional dos Arquitectos) e António Couto Martins (Câmara Municipal de Lisboa), Ver *Acta de Atribuição do Prémio Municipal*, 13/10/1948, In *Prémios Valmor e Municipal de Arquitectura*, ver Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Arco do Cego, Caixa 2, código de localização AC.01.Sala H, Pasta S/Nº/ 1948.

Segurado e Carlos Ramos. O facto de, até à data, nenhum projecto de Jorge Segurado ter sido premiado poderá levar-nos a crer que, porventura, esta terá sido uma das razões para o recompensarem naquele ano visto que, como referido na acta de atribuição do prémio, *feito um minucioso exame às fachadas [...] suscitaram dúvidas*¹³⁸.

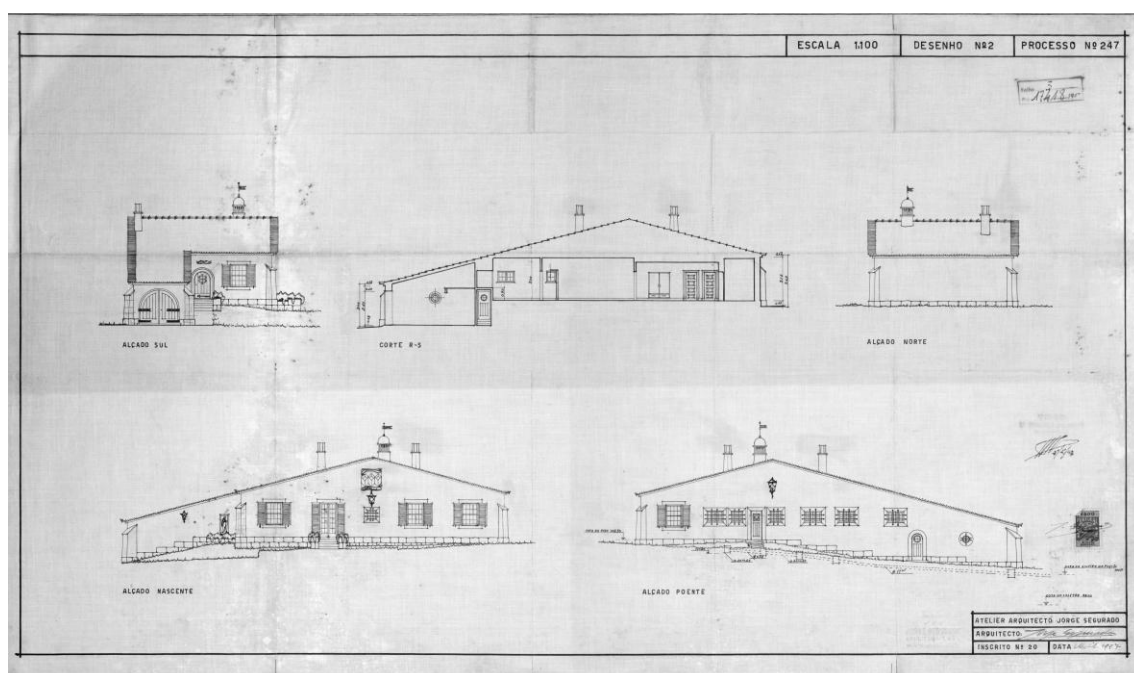


Fig. 2.1.1.26. Alçados e corte da moradia localizada na Rua São Francisco Xavier Nº 8, Jorge Segurado, 1945-1947, Prémio Valmor 1947¹³⁹

¹³⁸ Ver *Acta de Atribuição do Prémio Valmor*, 23/4/1948, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Arco do Cego, Caixa 2, código de localização AC.01.Sala H.

¹³⁹ In Obra Nº 10454, Processo Nº 17418/947, Folha 3, Arquivo Municipal de Lisboa- Núcleo Intermédio.

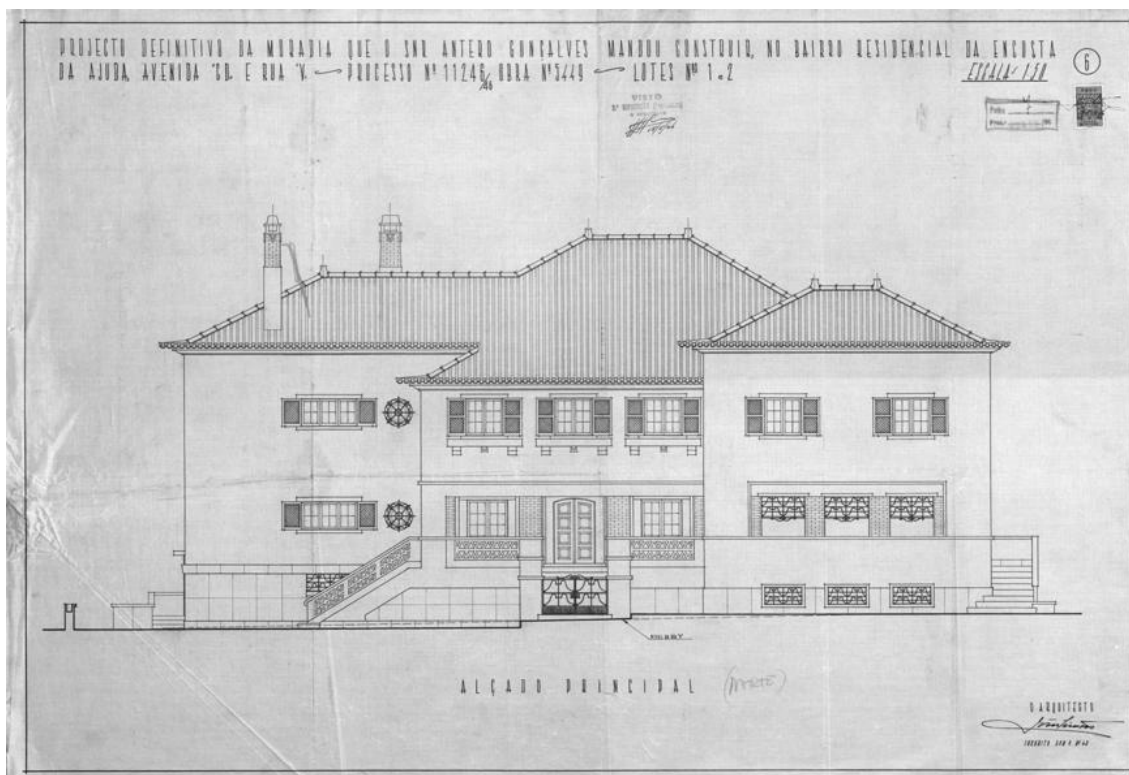


Fig. 2.1.127. Alçado principal da moradia localizada Rua Dom Francisco de Almeida Nº 11/Avenida da Torre de Belém Nº 22, João Simões, 1943-1946¹⁴⁰

Passados alguns meses, o arquitecto **João Simões** (1908-1994), um dos fundadores do ICAT que por esta altura havia assinado o projecto dos Armazéns Frigoríficos de Alcântara¹⁴¹ (1938-1940) e da Fábrica H. Vaultier & C.^a (1942-1945), vê publicar o projecto da moradia para Walter Stock¹⁴² (Fig. 2.1.1.28.). Apesar de termos conhecimento que este arquitecto expôs a maquete e fotografias de uma “**Moradia na Encosta da Ajuda**” na 4.^a EGAP¹⁴³ (1949), desconhecemos, porém, se se tratava do projecto divulgado na revista *Arquitectura*, veja-se que até aquela data, João Simões, genro de Amadeu Gaudêncio (1889-1980), proprietário de uma das maiores empresas de construção civil da época – Sociedade de construções Amadeu Gaudêncio –, havia sido responsável por 9 projectos de moradias para esta zona da cidade (Volume II,

¹⁴⁰ In Obra Nº 5449, Processo Nº 17414/946, Folha 7, Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Intermédio.

¹⁴¹ Actual Museu do Oriente.

¹⁴² Walter Stock foi também o promotor do edifício de habitação localizado na Rua Damião de Góis Nº 18, projectado pelo engenheiro Francisco da Silva Mata.

¹⁴³ Peças Nº 131 e 132. Ver 4.^a Exposição Geral de Artes Plásticas, Lisboa, S.N.B.A., 1949.

Anexos 11. e 13.), tendo considerado merecedor de destaque no seu *Curriculum Vitae* o projecto da moradia edificada na **Rua Dom Francisco de Almeida Nº 11/Avenida da Torre de Belém Nº 22**, conforme testemunhou João Paulo Martins¹⁴⁴. O projecto da moradia para Walter Stock foi considerado pelo autor (não identificado) do artigo publicado como uma *residência que muito valorizará o prolongamento da capital para os lados do Oeste*¹⁴⁵. Como (contraditoriamente) referido, *todas as casas de habitação construídas ou ainda em construção neste prolongamento urbano da capital, têm um completo urbano de modernismo num acentuado carácter das construções portuguesas*¹⁴⁶. Com uma imagem conservadora e tradicionalista, a organização do programa em planta revela, no entanto, a preocupação de projectar *um salão, uma sala e uma espaçosa sala de mesa, todas em directa comunicação umas com as outras*¹⁴⁷ e não ao longo de um extenso corredor como se verificava na maioria das habitações burguesas nos anos 1920 e 1930 (Fig. 2.1.1.29.).

¹⁴⁴ Ver João Simões, *Curriculum Vitae*, s.d. [1984], In Espólio do arquitecto João Simões, Ver João Paulo Martins, “João Simões (1908-1995), Arquitecto. Armazéns Frigoríficos e muito mais”, In Deolinda Folgado, Fernando António Baptista Ferreira, Francisco Freire, João Paulo Martins, Jorge Custódio, *Museu do Oriente – De Armazém Frigorífico a Espaço Museológico*, Lisboa, Fundação Oriente, 2008, Nota de rodapé Nº 24, pp. 6-22.

¹⁴⁵ Ver “Casa de Habitação. Vivendas Modernas em Lisboa, na Zona Residencial do Restelo (Encosta da Ajuda)”, *Arquitectura*, Lisboa, Nº 8, Setembro 1946, pp. 170.

¹⁴⁶ Idem, pp. 172.

¹⁴⁷ Idem, pp. 175.

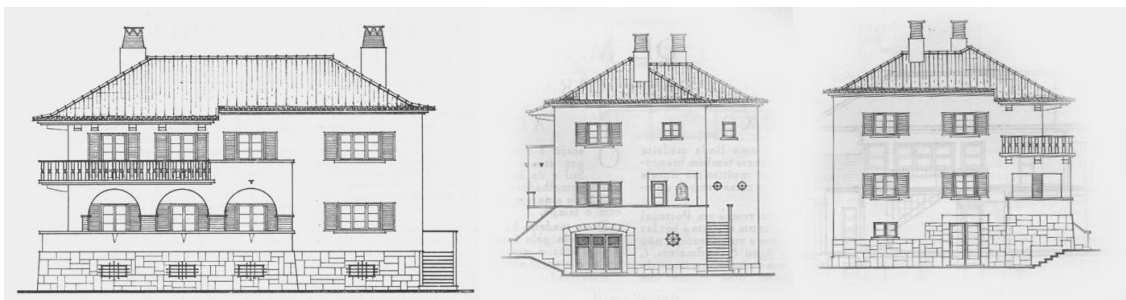


Fig. 2.1.1.28. Alçados principal, nascente e poente da moradia para Walter Stock, João Simões, pub. 1946¹⁴⁸

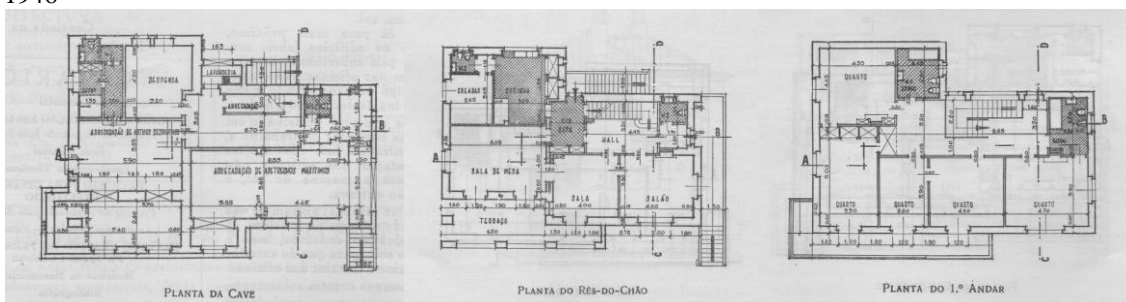


Fig. 2.1.1.29. Plantas da cave, R/chão e 1º piso da moradia para Walter Stock, João Simões, pub. 1946¹⁴⁹

O construtor Manuel Francisco Vieira teve o privilégio de ver duas moradias para ele projectadas para o *novo e formoso bairro residencial*¹⁵⁰ serem publicadas na revista *Arquitectura* (Figs. 2.1.1.30. e 2.1.1.31.), deixando *pressupor que fossem construções para venda posterior, à semelhança do que se fazia nos prédios em Lisboa*¹⁵¹. Provavelmente foi o projecto de uma destas moradias que também esteve patente na 2ª EGAP¹⁵² (1947) pois através da consulta do catálogo desta exposição temos o conhecimento de que **Simões da Fonseca** (m.1959), arquitecto autor dos projectos destas moradias, expõe “Uma Casa na Encosta da Ajuda”¹⁵³. Como

¹⁴⁸ In “Casa de Habitação. Vivendas Modernas em Lisboa, na Zona Residencial do Restelo (Encosta da Ajuda)”, *Arquitectura*, Lisboa, Nº 8, Setembro 1946, Capa e pp. 171 e 173.

¹⁴⁹ In “Casa de Habitação. Vivendas Modernas em Lisboa, na Zona Residencial do Restelo (Encosta da Ajuda)”, *Arquitectura*, Lisboa, Nº 8, Setembro 1946, pp. 170-172.

¹⁵⁰ Ver “Casa de habitação. Vivendas Modernas em Lisboa, na zona residencial do Restelo (Encosta da Ajuda)”, *Arquitectura*, Lisboa, Nº 10, Dezembro 1946, pp. 221.

¹⁵¹ Ver Margarida Acciaioli em *Os anos 40 em Portugal. O País, o Regime e as Artes*, Lisboa, Dissertação de Doutoramento em História da Arte Contemporânea apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1991, pp. 621.

¹⁵² Ver 2ª *Exposição Geral de Artes Plásticas*, Lisboa, S.N.B.A., 1947.

¹⁵³ Peça Nº 6 do catálogo da 2ª EGAP.

enumerado em Dezembro de 1946 naquele periódico, a *altivez das fachadas*¹⁵⁴ projectadas para a moradia localizada na **Avenida do Restelo Nº 34** procura um certo *classicismo arquitectural*¹⁵⁵, ou seja, uma certa monumentalidade clássica, *sem que isso significasse outra coisa que enormes mansões incaracterísticas, bordejadas por muretes de jardim ridículos ou em avantajada proporção mas nunca no sentido de uma unidade que também por estes pormenores seria composta*¹⁵⁶, como criticara Margarida Acciaiuoli. Segundo defende o autor (não identificado) do artigo da moradia publicada em Dezembro de 1946 (Figs. 2.1.1.32. e 2.1.1.33.), *vemos numa suave ligação dos elementos, os beirais, o desenvolvimento largo dos telhados, os alpendres, as chaminés e tudo o mais, dar-nos a casa moderna em todo o seu esplendor, sem deixar no olvido a característica da chamada construção portuguesa*¹⁵⁷. Mais uma vez, e como temos referido ao longo deste subcapítulo, procurou-se representar com uma imagem nacional, uma moradia com *feição nitidamente moderna [...] sem cair na cópia da casa estrangeira*¹⁵⁸, segundo descrito naquele periódico. Programaticamente, como vinha a verificar-se em diversos outros casos também ali projectados, a moradia publicada em Dezembro de 1947¹⁵⁹ apresenta um conjunto de salas – *de mesa, de fumo e de visitas, o escritório, a casa de costura*¹⁶⁰ ou *salas de jantar, de almoçar, de visitas e de estar*¹⁶¹ – que definem o andar nobre da habitação. O piso térreo e o piso inferior a este, total ou parcialmente em cave, resulta *do aproveitamento da baixa do terreno*¹⁶² de modo a elevar a casa (nem que seja apenas meia dúzia de degraus) em relação à cota da rua.

¹⁵⁴ Ver “Casa de habitação. Vivendas Modernas em Lisboa, na zona residencial do Restelo (Encosta da Ajuda)”, *Arquitectura*, Lisboa, Nº 10, Dezembro 1946, pp. 221-225.

¹⁵⁵ Idem, pp. 221-225.

¹⁵⁶ Ver Margarida Acciaiuoli em *Os anos 40 em Portugal. O País, o Regime e as Artes*, Lisboa, Dissertação de Doutoramento em História da Arte Contemporânea apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1991, pp. 622.

¹⁵⁷ Ver “Casa de habitação. Vivendas Modernas em Lisboa, na zona residencial do Restelo (Encosta da Ajuda)”, *Arquitectura*, Lisboa, Nº 10, Dezembro 1946, pp. 221-225.

¹⁵⁸ Idem, pp. 222.

¹⁵⁹ Trata-se, provavelmente, da moradia edificada na Avenida do Restelo Nº 36.

¹⁶⁰ Ver “Casa de habitação. Vivendas Modernas em Lisboa, na zona residencial do Restelo (Encosta da Ajuda)”, *Arquitectura*, Lisboa, Nº 10, Dezembro 1946, pp. 221-225.

¹⁶¹ Ver “Casa de habitação. Vivendas Modernas em Lisboa, na zona residencial do Restelo (Encosta da Ajuda)”, *Arquitectura*, Lisboa, Nº 11, Janeiro 1947.

¹⁶² Idem, pp. 6.

Quanto ao piso superior (1º piso), este reserva-se para os *bons quartos de dormir e de vestir, casa de banho, escritório, etc.*¹⁶³ (Figs. 2.1.1.34. e 2.1.1.35.).



Fig. 2.1.1.30. Moradia localizada na Avenida do Restelo Nº 34, Artur Simões da Fonseca, pub. 1946¹⁶⁴

Fig. 2.1.1.31. Moradia para o construtor Manuel Francisco Vieira, Artur Simões da Fonseca, pub. 1947¹⁶⁵

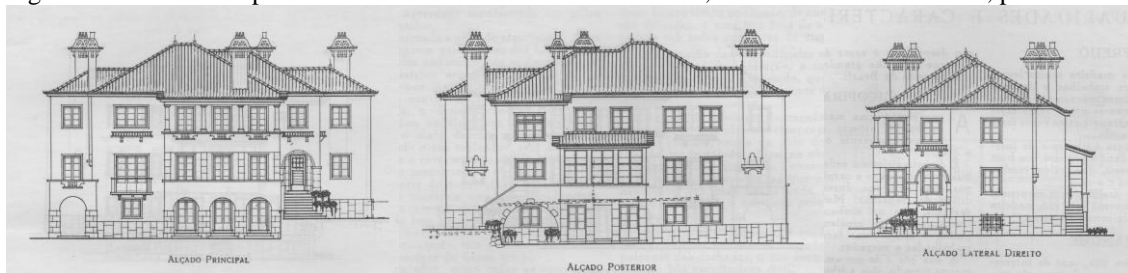


Fig. 2.1.1.32. Alçados principal, posterior e lateral direito da moradia localizada na Avenida do Restelo Nº 34, Artur Simões da Fonseca, pub. 1946¹⁶⁶

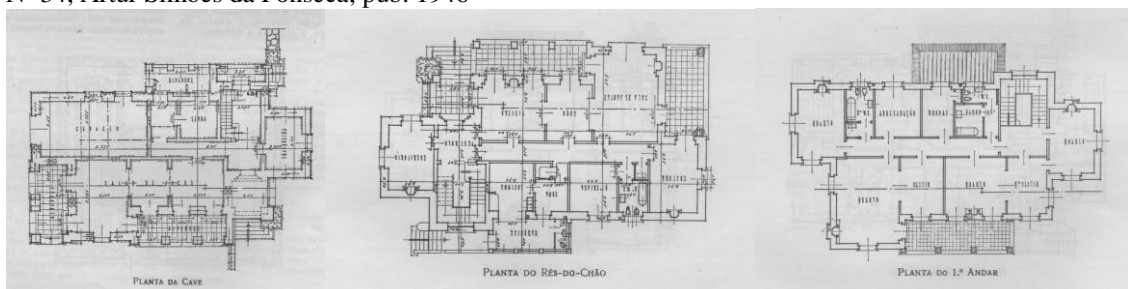


Fig. 2.1.1.33. Plantas da cave, R/chão e 1º piso da moradia localizada na Avenida do Restelo Nº 34, Artur Simões da Fonseca, pub. 1946¹⁶⁷

¹⁶³ Idem, pp. 6.

¹⁶⁴ In “Casa de habitação. Vivendas Modernas em Lisboa, na zona residencial do Restelo (Encosta da Ajuda)”, *Arquitectura*, Lisboa, Nº 10, Dezembro 1946, capa.

¹⁶⁵ In “Casa de habitação. Vivendas Modernas em Lisboa, na zona residencial do Restelo (Encosta da Ajuda)”, *Arquitectura*, Lisboa, Nº 11, Janeiro 1947, capa.

¹⁶⁶ In “Casa de habitação. Vivendas Modernas em Lisboa, na zona residencial do Restelo (Encosta da Ajuda)”, *Arquitectura*, Lisboa, Nº 10, Dezembro 1946, pp. 223-225.

¹⁶⁷ In Idem, pp. 222-224.



Fig. 2.1.1.34. Alçados principal, posterior e lateral esquerdo da moradia para o construtor Manuel Francisco Vieira, Artur Simões da Fonseca, pub. 1947¹⁶⁸

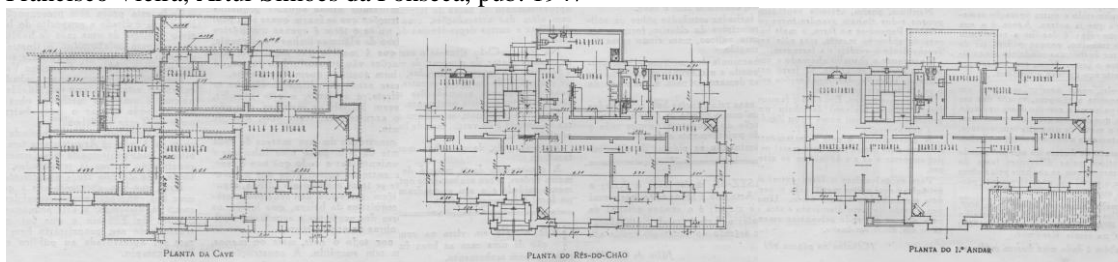


Fig. 2.1.1.35. Plantas da cave, R/chão e 1º piso da moradia para o construtor Manuel Francisco Vieira, Artur Simões da Fonseca, pub. 1947¹⁶⁹

Organizado pelo arquitecto (Moderno) Manuel Barreira (1916-1967), o 31º número da revista *Arquitectura* (1949) publicou o projecto da moradia localizada na **Avenida do Restelo Nº 37** da autoria dos arquitectos **Jorge e José de Almeida Segurado**¹⁷⁰ (Fig. 2.1.1.36.). Esta obra, cuja publicação dista apenas alguns meses das anteriormente apresentadas, revela-nos um pouco mais acerca da obra arquitectónica posta em prática por Jorge Segurado¹⁷¹. Como se pode observar na planta de localização apresentada, o arquitecto teve o cuidado de aproximar a casa da via de modo a libertar o máximo de área possível para o jardim, protegendo-o dos ventos dominantes e ainda, orienta-la para a vista sobre o rio Tejo, como pretendido pelo arquitecto-urbanista Faria da Costa que, como referido anteriormente, havia pensado na melhor orientação das habitações a quando do desenvolvimento do plano de urbanização. Aproveitando o

¹⁶⁸ In “Casa de habitação. Vivendas Modernas em Lisboa, na zona residencial do Restelo (Encosta da Ajuda)”, *Arquitectura*, Lisboa, Nº 11, Janeiro 1947, pp. 5-7 e 9.

¹⁶⁹ In Idem, pp. 3, 5 e 7.

¹⁷⁰ Apesar do artigo publicado na revista *Arquitectura* atribuir a autoria do projecto desta moradia somente ao arquitecto Jorge Segurado, a consulta de todo o processo de obra nos arquivos da Câmara Municipal de Lisboa, indica que ambos os arquitectos são responsáveis por este projecto. Para informações mais detalhadas em relação a esta moradia, consultar Obra Nº 1145, In Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Intermédio.

¹⁷¹ Os irmãos Segurado, particularmente José Segurado, abraçaram premissas do Movimento Moderno, nomeadamente no projecto do conjunto arquitectónico do cruzamento da Avenida de Roma com a Avenida dos Estados Unidos da América (1952-1953, com Filipe Figueiredo).

desnível do terreno, esta casa foi projectada de modo a que *o pavimento inferior ficasse acima do nível do terreno e o superior a uma cota de nível ligeiramente superior à avenida o que evita que a construção parecesse estar enterrada*¹⁷² (Fig. 2.1.1.37.), situação que, como referimos anteriormente, não agradava a nenhum dos promotores não só pelas vistas mas também para ser visto. Embora a cobertura seja em telha cerâmica – e não em terraço como se verifica noutras obras modernistas da autoria de Jorge Segurado, como por exemplo o Liceu D. Filipa de Lencastre (1932-1940) –, um terraço de planta em semi-círculo localizado junto das salas de estar e de jantar – já sem qualquer parede divisória a separá-las (Figs. 2.1.1.38. e 2.1.1.39.) – faz a ligação da casa ao jardim através de uma escada suspensa em caracol. Janelas de guilhotina são assumidamente rasgadas para sul.

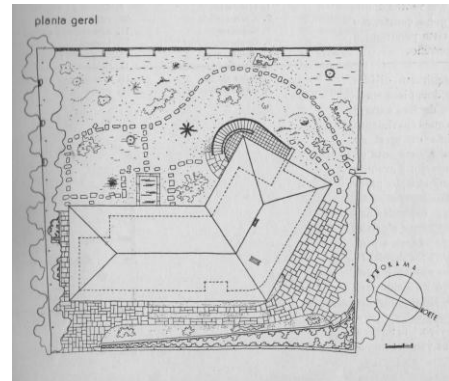


Fig. 2.1.1.36. Moradia localizada na Avenida do Restelo Nº 37, Jorge de Almeida Segurado e José de Almeida Segurado, 1948-1949, pub. 1949¹⁷³

Fig. 2.1.1.37. Planta de implantação da moradia localizada na Avenida do Restelo Nº 37, Jorge de Almeida Segurado e José de Almeida Segurado, 1948-1949, pub. 1949¹⁷⁴



Fig. 2.1.1.38. Moradia localizada na Avenida do Restelo Nº 37, Jorge de Almeida Segurado e José de Almeida Segurado, 1948-1949, pub. 1949¹⁷⁵

¹⁷² Ver “Moradia na Encosta da Ajuda”, *Arquitectura*, Lisboa, Nº 31, Junho e Julho 1949, pp. 12.

¹⁷³ In Idem, pp. 11.

¹⁷⁴ In Idem, pp. 11.

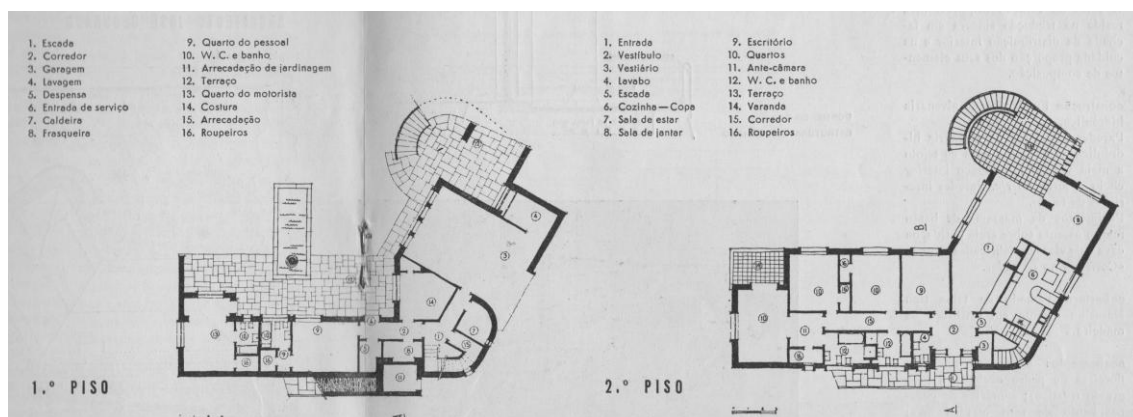


Fig. 2.1.1.39. Plantas do 1º e 2º piso da moradia localizada na Avenida do Restelo Nº 37, Jorge de Almeida Segurado e José de Almeida Segurado, 1948-1949, pub. 1949¹⁷⁶

O último exemplo que iremos apresentar relativamente aos projectos de moradias publicadas nos periódicos da especialidade durante a década de 40 diz respeito à moradia localizada na **Avenida do Restelo Nº 41** (Fig. 2.1.1.40.), segundo um projecto que o arquitecto **José Manuel Galhardo Zilhão** (n. 1915) realizou para Maria Alice Pereira Gonçalves Galhardo Zilhão, sua esposa, e cujo júri que ficou encarregue de nomear o Prémio Valmor - 1950 decidiu seleccionar para leitura aprofundada. Pela novidade que representou para a época, a memória descritiva que o engenheiro Cardoso de Lemos apresentou junto com o projecto de estruturas revela-nos algumas das dificuldades que o país vivia, nomeadamente a carência de matéria-prima:

¹⁷⁵ In Idem, pp. 12-14.

¹⁷⁶ In Idem, pp. 12-13.

*No decorrer da passada guerra mundial durante o período compreendido entre os anos de 1939 e 1945, todas as nações europeias, inclusivamente aquelas que se conservaram à margem da contenda, sentiram, mais ou menos profundamente, quanto à normalidade das suas economias era afectada pela escassez ou falta absoluta das mais importantes matérias-primas e dos seus derivados industriais. A paralisação do tráfico comercial internacional agravou a situação a tal ponto que foi necessário não somente restringir o consumo daqueles produtos que podemos chamar supérfluos ou de 'luxo' (para empregar um termo correntemente usado), mas até daqueles mais imprescindíveis para as necessidades humanas, como os alimentícios. (...) Não obstante o acelerado ritmo com que surgiram as novas edificações, de ninguém são conhecidas as dificuldades que havia que vencer, e em parte ainda há, para a aquisição de quase todos os materiais empregados na construção moderna e principalmente dos que são a sua base: o ferro e o cimento. O ferro, uma das matérias-primas mais essenciais, o primeiro dos 'cinco grandes' produtos na escala da economia actual (ferro, carvão, petróleo, madeira e hulha branca), sofreu as lógicas e inevitáveis consequências da guerra, e, por a sua produção (até mesmo daqueles países considerados sibiuficientes) ter sido destinada a fins diferentes dos normais, deu-se a quase total paralisação das construções. (...) [Em Espanha] a 'Dirección General de Arquitectura', em colaboração com outros organismos oficiais, organizou no ano de 1943 uma exposição para estimular e premiar os construtores que empregassem menos ferro nas suas construções. Muitas empresas importantes apresentaram os seus sistemas e de entre elas destacou-se exuberantemente a Construtora Sacristan S.A. (Madrid) que a todos surpreendeu com a apresentação de um novo sistema, patenteado, que prescindia totalmente do ferro para construir pavimentos e coberturas de casas (...) empregam-se somente dois elementos básicos de construção: o tijolo cerâmico oco e a argamassa de cimento*¹⁷⁷.

O artigo onde foi divulgada esta moradia, faz ainda referência ao facto de que antes da segunda grande guerra a quantidade de materiais novos que apareciam por todos os países progressivos era sobremaneira elevada, mas no nosso país o grande preço que tinham no mercado, impedia a sua expansão¹⁷⁸ pelo que assim sendo, não será portanto de estranhar que o arquitecto tenha recorrido ao velho sistema de alvenaria de pedra e cal¹⁷⁹. Uns anos antes, Regaleira também havia destacado as dificuldades resultantes da Grande Guerra na memória descritiva do projecto da moradia localizada na Praça de Diu Nº 3. Naquele caso, *em virtude das dificuldades de*

¹⁷⁷ Ver Construtora Sacristan S.A., In Processo Nº 23024/948, Folhas 6, 7 e 9, Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Intermédio.

¹⁷⁸ Ver "Uma Moradia na Encosta da Ajuda", *A Arquitectura Portuguesa e Cerâmica e Edificação Reunidas*, Lisboa, Nº 3, Abril 1946, pp. 52.

¹⁷⁹ Idem, pp. 52.

obter ferro e o seu preço, o projecto foi alterado, como se verifica no projecto junto, tendo-se suprimido 1 portão por desnecessário, o trabalho do muro de vedação foi feito a pedra assim como os pilares, sendo em ferro forjado o portão, o conjunto não prejudica o conjunto arquitectónico das fachadas¹⁸⁰.



Fig. 2.1.1.40. Moradia localizada na Avenida do Restelo Nº 41, José Manuel Galhardo Zilhão, 1948-1949, pub. 1950¹⁸¹

Nos anos 30, depois da avaliação do Prémio Valmor ter excluído alguns participantes por estes serem autodidactas e não possuírem diploma oficial das Escolas de Belas Artes de Lisboa ou do Porto¹⁸² e da direcção do Sindicato dos Arquitectos ter

¹⁸⁰ Ver Vasco Regaleira, In Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Intermédio, Obra Nº 40538, Processo 42114/943, Folha 3.

¹⁸¹ In “Moradia na Encosta da Ajuda”, *A Arquitectura Portuguesa e Cerâmica e Edificação Reunidas*, Lisboa, Nº 159, Fevereiro 1950, pp. 6.

¹⁸² Como declarara Margarida Acciaiuoli, logo em 1931, *do número de projectos apresentados a concurso só uma débil minoria era assinada por arquitectos e, de entre estes, as propostas limitavam-se, quer por via da quantidade quer por via das opções formais que, inevitavelmente, davam sinais de afastarem-se a passos largos das prescrições estatutárias fixadas no princípio do século*, Ver Margarida Acciaiuoli, *Os anos 40 em Portugal. O País, o Regime e as Artes*, Lisboa, Dissertação de Doutoramento

reclamado num relatório datado de 1937 que *toda a gente praticamente pode fazer arquitectura*¹⁸³, a Câmara Municipal de Lisboa vai vangloriar-se do aumento do número de projectos assinados por arquitectos. Assim, como vimos anteriormente neste subcapítulo, para além de Duarte Pacheco¹⁸⁴, como presidente do município, ter proposto a criação de Prémios Municipais de Arquitectura (para “Casas de Habitação” e “Edificações”), logo em 1942, nos *Anais do Município de Lisboa*, Eduardo Rodrigues de Carvalho (presidente-substituto da C.M.L. de 1938-1944) salienta que *nos Serviços de Arquitectura verificou-se que, sobretudo em obras novas, eram proporcionalmente em maior número que nos anos anteriores, os projectos elaborados por arquitectos*¹⁸⁵ (em parte devido ao aumento de diplomados) o que significava, naturalmente, uma *melhoria acentuada na elaboração dos projectos submetidos à apreciação da Câmara, verificando-se que já não constituem excepção os que se apresentam com plantas logicamente estudadas e fachadas de linhas correctas*¹⁸⁶.

Na encosta da Ajuda, embora houvesse a obrigatoriedade dos projectos terem de ser entregues a arquitectos – ao contrário do que se verificava noutras zonas da cidade onde apenas 9% dos projectos que davam entrada na Câmara eram assinados por tais profissionais –, costumes antigos e a sua escassez¹⁸⁷ levaram a que, apesar de tal imposição, alguns engenheiros civis assumissem a total responsabilidade pela autoria de certos edifícios de habitação multifamiliar, nomeadamente os engenheiros Jacinto dos

em História da Arte Contemporânea apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1991, pp. 603.

¹⁸³ Ver Pedro Vieira de Almeida e José Manuel Fernandes, “A Charneira 1900”, In *História da Arte em Portugal*, Lisboa, Edições Alfa, 1986, vol. 14, pp. 12.

¹⁸⁴ Ver *Actas das Reuniões da Câmara Municipal de Lisboa*, Reunião de 17/3/1938, Câmara Municipal de Lisboa.

¹⁸⁵ Ver Eduardo Rodrigues de Carvalho, “Relatório do Presidente da CML, Eng. Eduardo Rodrigues de Carvalho”, In *Anais do Município de Lisboa 1941*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1942, pp. 40-41.

¹⁸⁶ Ver Eduardo Rodrigues de Carvalho, “Relatório do Presidente da CML, Eng. Eduardo Rodrigues de Carvalho”, In *Anais do Município de Lisboa 1940*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1941, pp. 27.

¹⁸⁷ Repare-se que no I Congresso Nacional de Arquitectura (1948) compareceram apenas 140 arquitectos. Segundo refere José Manuel Pedreirinho, na década de 40 do século XX, *de acordo com o Anuário Comercial havia então 140 arquitectos em Portugal, 77 dos quais trabalhavam em Lisboa*. Ver José Manuel Pedreirinho, *100 Anos Prémio Valmor*, Lisboa, Pandora, 2003, pp. 151.

Reis Bettencourt (*um dos mais activos projectistas de então*¹⁸⁸ segundo Margarida Acciaiuoli), José de Mascarenhas Pedroso Bellard da Fonseca (1889-1969, professor no Instituto Superior Técnico, “engenheiro corajoso” conforme Nuno Portas¹⁸⁹), Gabriel Constante Júnior, Artur Quintino Rogado e Gonçalo Teixeira da Mota (1905-1989). Estamos a referir-nos aos *prédios de rendimento* localizados nas ruas que definem os limites do concelho de Lisboa, já próximo de Algés, nomeadamente, nos terrenos confinantes com as Ruas Damião de Góis e Dom Jerónimo Osório (Volume II, Anexo 12.) e que naturalmente não tiveram a pretensão de se candidatar a algum tipo de galardão¹⁹⁰.

Dada a carência de habitações na cidade de Lisboa e uma vez que, numa primeira fase de urbanização do bairro do Restelo, esta foi a única área onde foram contemplados *prédios de rendimento* – prolongamento do (outro) edificado na Rua de Pedrouços –, compreende-se que o investimento no negócio da construção civil prosperasse dado que era, de certo modo, garantido o rendimento proveniente das suas rendas. Assim, como vinha a acontecer em diversos outros quarteirões da capital – *Lisboa a cidade típica dos prédios de rendimento*¹⁹¹ –, grande parte destes edifícios de habitação foram promovidos por construtores civis (ou suas empresas) ou por sociedades que foram constituídas por indivíduos anónimos que se associaram pontualmente para um investimento premeditado, desejando multiplicar o capital aplicado no mais curto espaço de tempo. Sensível aos “que se dedicam à construção civil”, Keil do Amaral (1910-1975) chamara a atenção para tal facto em 1943, numa conferência acerca da ocupação de edifícios de habitação, publicada em 1945 com o

¹⁸⁸ Ver Margarida Acciaiuoli, *Os anos 40 em Portugal. O País, o Regime e as Artes*, Lisboa, Dissertação de Doutoramento em História da Arte Contemporânea apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1991, pp. 633.

¹⁸⁹ Ver Nuno Portas, “O Efêmero Modernismo”, In *Evolução da Arquitectura Moderna em Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008, pp. 175.

¹⁹⁰ À semelhança do Prémio Valmor de Arquitectura, a Câmara Municipal de Lisboa e a Ordem dos Engenheiros criaram o Prémio Municipal Eugénio dos Santos que distingue o melhor projecto de Engenharia. Para informações detalhadas ver ação n.º 437/AML/93 publicada em Diário Municipal n.º16561 de 1993/02/11, pp. 374, em vigor desde 1993/02/12.

¹⁹¹ Ver “Prédio na cidade de Lisboa”, *Arquitectura*, Lisboa, Nº 37, Fevereiro 1951, pp. 18.

título *O Problema da Habitação*¹⁹² mas, como salientara Michel Toussaint, Cassiano Branco (1897-1970) também o havia feito uns anos antes no *Diário de Lisboa*¹⁹³ (1943) e o mesmo assunto viria a servir de mote para uma apresentação de Amadeu Ferreira d’Almeida (1876-1966) na Primeira Reunião Olisiponense¹⁹⁴ (1948).

Logo em 1945 a revista *Arquitectura* salientava que *tais prédios são feitos, de um modo geral para ganhar dinheiro o que não é compatível, na maioria dos casos, com uma grande largueza de composição e o emprego de materiais nobres e caros só o valor do conjunto pode contrabalançar tais circunstâncias*¹⁹⁵, mas como verificaremos nos exemplos que apresentaremos de seguida, estes prédios de rendimento aqui edificados pouco ou nada reflectem o empenho de materiais nobres ou do recurso ao ornamento para valorizar o conjunto, na verdade, eles representam a resposta à inexistência de habitações (colectivas) para uma classe trabalhadora que, à época, ainda não podia usufruir das casas económicas (do Restelo) porque não tinham sido projectadas, nem tão pouco contempladas no plano. Aparentemente semelhantes aos edifícios que foram construídos nas proximidades, em Algés, nos limites do concelho de Oeiras, ou até mesmo aos edifícios-tipo que **João Guilherme Faria da Costa** projectou para a **Rua dos Jerónimos N° 6 a 24**¹⁹⁶, julgamos pertinente chamar a atenção para alguns destes edifícios, nomeadamente, para dois projectos da autoria do engenheiro **Francisco da Silva Mata**, que por esta altura também assinara o projecto de remodelação da Papelaria da Moda (1948). Fruto de uma encomenda por parte do

¹⁹² Ver Francisco Keil do Amaral, *O problema da habitação*, Porto, Livraria Latina, 1945.

¹⁹³ Ver Cassiano Branco, “Problemas de Urbanização: Lisboa necessita de habitações económicas e não de casas para milionários – diz o arquitecto Cassiano Branco”, *Diário de Lisboa*, 19/3/1943, citado por Michel Toussaint Alves Pereira, *Da Arquitectura à Teoria e o Universo da Teoria da Arquitectura em Portugal na primeira metade do século XX*, Dissertação de Doutoramento em Teoria da Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, 2009, pp. 321.

¹⁹⁴ Ver Amadeu Ferreira d’Almeida, “Casas compradas por andares”, In AAVV, *Primeira Reunião Olisiponense*, Comemorações do VIII Centenário da Tomada de Lisboa aos Mouros, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1948, vol. 1, pp. 499-500.

¹⁹⁵ Ver “A Experiência das Avenidas João XXI, Paris e Praça Pasteur”, *Arquitectura*, Lisboa, N° 45, Novembro 1945, pp. 11.

¹⁹⁶ Inventariado pelo IHRU com o N° IPA: PT031106321317.

construtor civil Fernando da Silva¹⁹⁷, o projecto do grande edifício de habitação localizado na **Avenida Dom Vasco da Gama Nº 52/Rua Damião de Góis Nº 11** (Fig. 2.1.1.40.) – *um gaveto com 30,00 sobre a Rua X e 32,56 sobre a Avenida AB*¹⁹⁸ –, devido às dimensões do lote, foi alvo de um estudo prévio apresentado à Câmara em 1945. Com piso térreo e três pisos elevados, o ante-projecto propõe quatro inquilinos por piso, tendo sido aprovado em 1945¹⁹⁹ e as respectivas telas finais entregues em 1947 (ano em que foram publicados os primeiros pontos da Carta de Atenas na revista *Arquitectura*²⁰⁰). Apesar de se tratar de um edifício de grandes dimensões, como se pode verificar nas plantas apresentadas (Fig. 2.1.1.41.), o projecto foi desenvolvido como se de dois edifícios se tratasse, ou seja, ao nível do piso térreo, apresenta duas entradas independentes (uma para a Avenida Dom Vasco da Gama e outra para a Rua Damião de Góis) e um estabelecimento comercial ao centro, localizado exactamente na zona onde o edifício faz gaveto. Nos pisos superiores, esta área foi ocupada por quartos que ampliam a tipologia dos apartamentos. O programa, muito semelhante às restantes edificações da altura, contempla uma sala com zona de jantar contígua, quartos privativos e quarto da criada, instalações sanitárias e cozinha. Ao nível do 2º piso (andar nobre), estreitas varandas com armação de ferro prolongam a área das salas e dos quartos localizados no gaveto para o exterior. Uma varanda anexa à cozinha faz a ligação às escadas de serviços que acedem às traseiras do edifício onde um logradouro recebe uma área (pensada para ser) ajardinada e um conjunto de arrecadações para cada um dos apartamentos. Para maior protecção, o piso térreo foi revestido a pedra e a restante área rebocada e pintada.

¹⁹⁷ O construtor civil Fernando da Silva também recorreu aos serviços do engenheiro Francisco da Silva Mata para o desenvolvimento do projecto de um edifício de habitação localizado na Rua Dom Jerónimo Osório Nº 16/Rua Alto do Duque Nº 4 (1947-1949, Obra Nº 6085).

¹⁹⁸ Ver Francisco da Silva Mata, Memória Descritiva, In Processo Nº 36210/945, Folha 2, Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Intermédio.

¹⁹⁹ Idem.

²⁰⁰ Ver “Carta de Atenas”, *Arquitectura*, Lisboa, Nº 20, Fevereiro 1948, pp. 23-24.

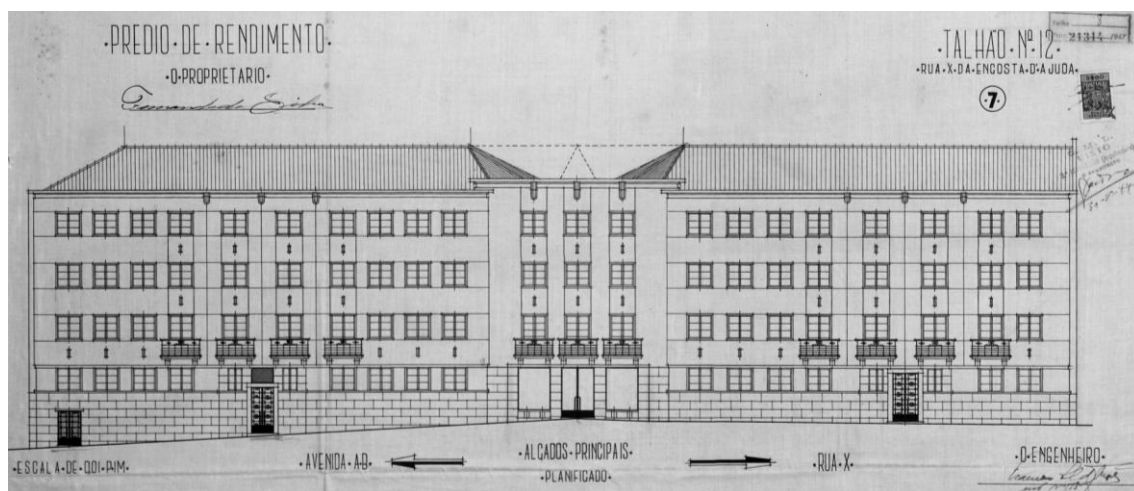


Fig. 2.1.1.40. Alçados principais do edifício de habitação localizado na Avenida Dom Vasco da Gama Nº 52/Rua Damião de Góis Nº 11, eng. Francisco da Silva Mata, 1945-1947²⁰¹.

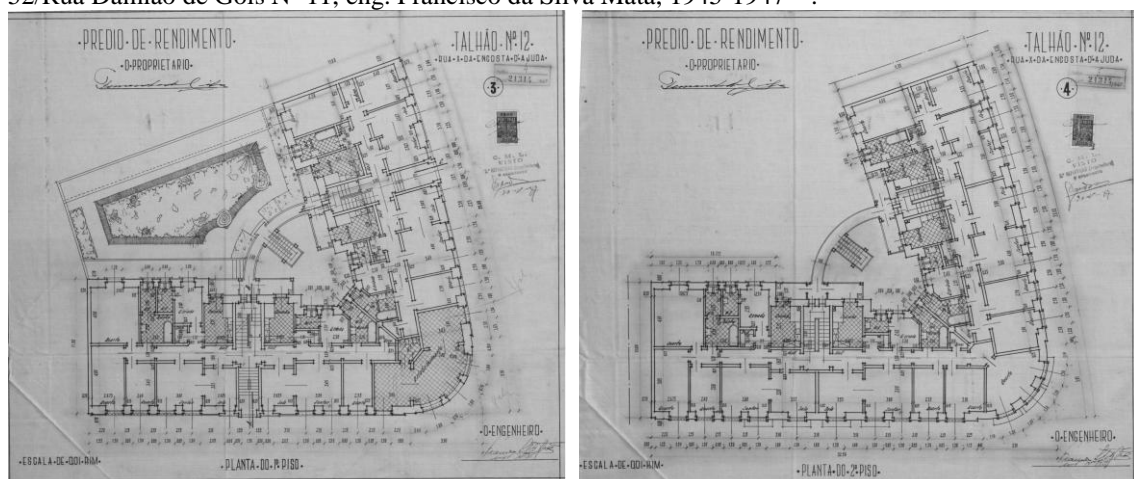


Fig. 2.1.1.41. Plantas do 1º e 2º pisos do edifício de habitação localizado na Avenida Dom Vasco da Gama Nº 52/Rua Damião de Góis Nº 11, eng. Francisco da Silva Mata, 1945-1947²⁰².

Relativamente ao edifício localizado na **Rua Dom Jerónimo Osório Nº 31** (Fig. 2.1.1.42.), trata-se de um edifício composto por piso térreo e dois pisos elevados com dois fogos por piso organizados em esquerdo/direito. Como referido na memória descritiva do projecto: *no piso do rés-do-chão serão instaladas duas lojas, dois fogos para habitação de inquilinos, um fogo para a habitação da porteira e uma pequena dependência para um atelier. No piso do primeiro e segundo andar serão executados*

²⁰¹ In Obra Nº 10148, Processo Nº 21314/947, Folha 8, Arquivo Municipal de Lisboa- Núcleo Intermédio.

²⁰² In Obra Nº 10148, Processo Nº 21314/947, Folhas 3, 4 e 5, Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Intermédio.

*quatro fogos para habitação*²⁰³ (Fig. 2.1.1.43.). Como se verifica, dado que os fogos foram distribuídos de forma simétrica, o projectista optou por criar divisões distintas para receber a sala e a sala de refeições (identificada como “mesa”), sendo que a zona de estar está localizada junto da fachada principal. À semelhança do exemplo anteriormente apresentado, o embasamento também foi revestido a pedra. As varandas, que exteriormente colocam em evidência a zona nobre da casa (a sala de estar), apresentam-se nos dois pisos elevados, no seguimento dos vãos das lojas. Ao centro do edifício, os dois vãos correspondentes aos quartos são rematados com floreiras.

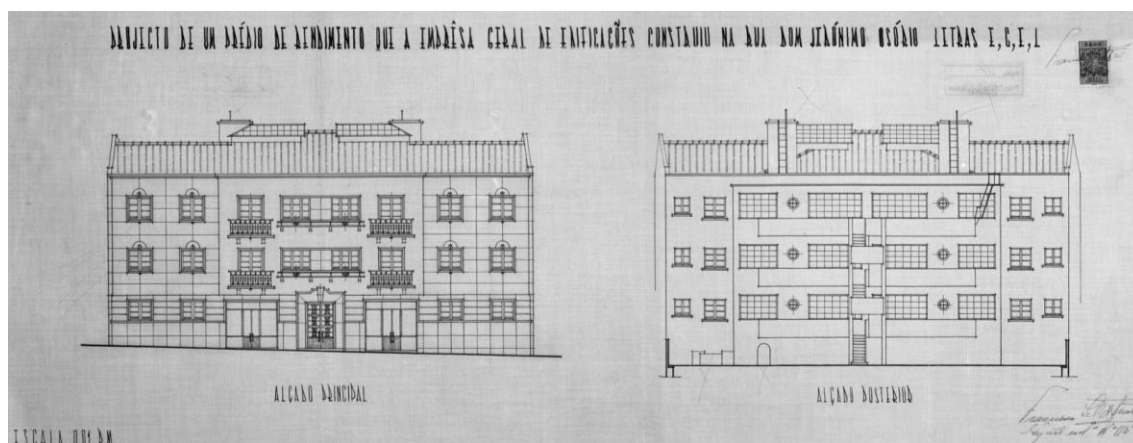


Fig. 2.1.1.42. Alçados principal e posterior do edifício de habitação localizado na Rua Dom Jerónimo Osório N° 31, eng. Francisco da Silva Mata, 1946-1948²⁰⁴

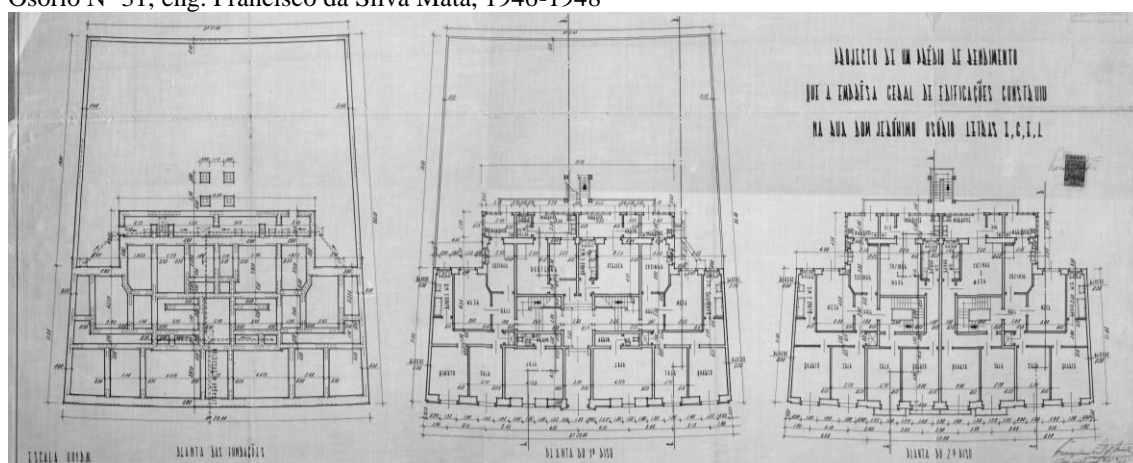


Fig. 2.1.1.43. Planta de fundações, 1º e 2º piso do edifício de habitação localizado na Rua Dom Jerónimo Osório N° 31, eng. Francisco da Silva Mata, 1946-1948²⁰⁵

²⁰³ Ver Francisco da Silva Mata, Memória Descritiva, In Obra N° 10148, Processo N° 48184/946, Folha 2, Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Intermédio.

²⁰⁴ In Obra N° 2042, Processo N° 23558/948, Folha 4, Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Intermédio.

Uma breve chamada de atenção para o edifício localizado na **Rua Damião de Góis Nº 14** (Fig. 2.1.1.44.) da autoria de **José Bellard da Fonseca**, engenheiro que à época ocupava o cargo de director do Instituto Superior Técnico (1942-1948) e que, apesar de se ter debruçado diversas vezes sobre o estudo das técnicas de construção em betão armado e de ter colaborado com o arquitecto Luís Cristino da Silva²⁰⁶ (1896-1976), apresenta um edifício de habitação multifamiliar, sem grande novidade arquitectónica ou arrojo ao nível da engenharia, ou seja, aparentemente semelhante ao projectado pelos seus pares.

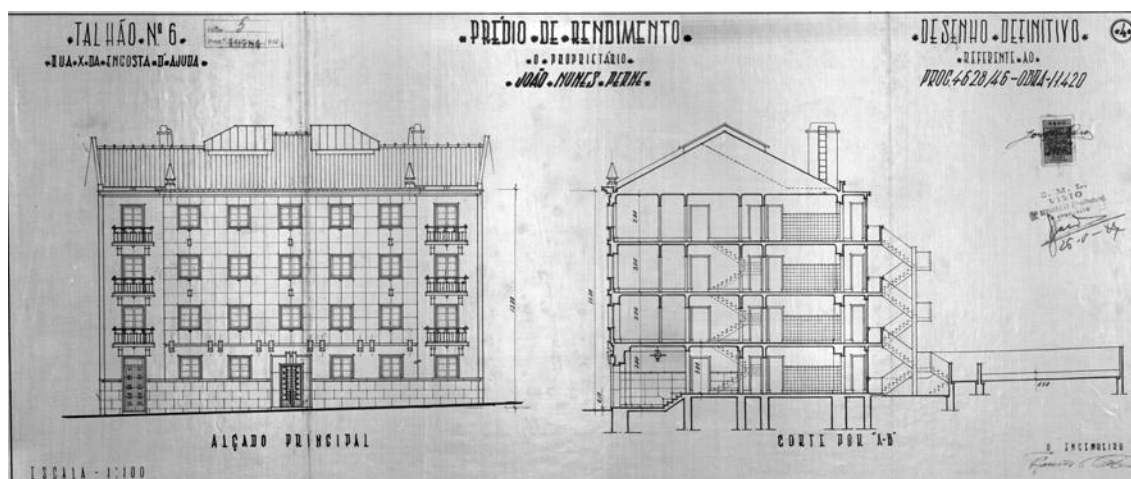


Fig. 2.1.1.44. Alçado principal e corte do edifício de habitação localizado na Rua Damião de Góis Nº 14, eng. José Bellard da Fonseca, 1946-1947²⁰⁷

Perante estas (e tantas outras) edificações que surgiam durante a década de 40 do século XX na encosta da Ajuda, o vereador Vasco Regaleira chama a atenção para a *falta de sensibilidade e cultura artística dos técnicos responsáveis pela sua realização*²⁰⁸.

²⁰⁵ In Obra Nº 2042, Processo Nº 23558/948, Folha 2, Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Intermédio.

²⁰⁶ Nomeadamente no projecto do Cine-Teatro Capitólio (1929-1931). O arquitecto Luís Cristino da Silva projectou a moradia do engenheiro José Bellard da Fonseca, localizada na Avenida Dom José de Almeida (1930-1931). Sobre estes assuntos ver Ana Tostões, *Cultura e Tecnologia na Arquitectura Moderna Portuguesa*, Lisboa, Dissertação de Doutoramento em Engenharia do Território apresentada ao Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa, 2002, pp. 172-176 e 308-314.

²⁰⁷ In Obra Nº 11420, Processo Nº 19784/947, Folha 5, Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Intermédio.

²⁰⁸ Ver Vasco Regaleira, *Acta Nº 102, Reunião de 21 de Fevereiro de 1946*, pp. 11-12.

*O vereador Vasco Regaleira disse que, na visita às grandes obras de urbanização de Lisboa, teve ocasião de admirar o magnífico trabalho realizado pela Câmara da mui digna presidência do tenente-coronel Salvação Barreto, com a colaboração do Governo do Estado Novo. No entanto, por que se trata da primeira grande realização deste género entre nós, verificam-se certas deficiências de ordem estética e urbanística, no Bairro Residencial da Ajuda e no prolongamento da Alameda D. Afonso Henriques, deficiências que reputa graves e para as quais deseja chamar a atenção do Presidente. De facto, as realizações não correspondem à concepção. O plano de parcelamento não foi respeitado; não se atendeu ao ambiente arquitectónico local, formado pelo triângulo Mosteiro de Santa Maria, Capela do Restelo e Torre de Belém; autorizou-se a construção de anexos nas moradias, sem que os mesmos se integrassem na composição. Na sua realização não se atendeu aos princípios basilares de agrupamento, equilíbrio e unidade. Permitiu-se a construção de edifícios de características arquitectónicas nórdicas, tipo inadequado e inadaptável ao nosso clima e paisagem. Os muros de vedação de diferentes tipos, prejudicam a unidade de conjunto, e o denticulado regulamentar do seu capeamento é demasiado agressivo, não se moldando à configuração do terreno. (...) Desprezou-se e adulterou-se o tipo tradicional da nossa casa, tão inteligentemente concebido e de condições excepcionais de adaptabilidade ao nosso tempo e a qualquer programa. Verifica-se, pois, a necessidade de corrigir as deficiências apresentadas, condicionando de futuro a sua realização, pelo que tem a honra de sugerir que se constitua uma comissão composta pelo presidente e um vogal da Comissão Municipal de Arte e Arqueologia, o director dos Serviços de Urbanização e Obras, o arquitecto urbanista de 1ª classe e o arquitecto chefe da Repartição de Arquitectura, a fim de promoverem a elaboração do Regulamento Geral de Construção dos Bairros Residenciais, cujo projecto seria oportunamente submetido à apreciação da Câmara*²⁰⁹.

Como escrevera Ramalho Ortigão (1836-1915), *do que é hoje o sumptuoso bairro de Belém nada existia no princípio do século XV senão o inóspito e infecundo areal do pôrto de Rastelo*²¹⁰. Durante a década de 40 do século XX e como viemos a retratar ao longo deste subcapítulo, um número considerável de *moradia[s] apalaçada[s] em lote ajardinado*²¹¹ preencheram os terrenos livres da encosta da Ajuda, quem sabe, e apesar de Nuno Teotónio Pereira ser defensor da opinião contrária – *não foi necessário o Município velar pelo portuguesismo da arquitectura, o qual estava à*

²⁰⁹ Idem.

²¹⁰ Ver Ramalho Ortigão, *Arte Portuguesa*, col. Obras Completas de Ramalho Ortigão, vol. II, Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1943, pp. 134.

²¹¹ Ver Nuno Teotónio Pereira, “A Arquitectura do Estado Novo de 1926 a 1959”, In António Costa Pinto, *O Estado Novo, das Origens ao Fim da Autarquia, 1926-1959*, Lisboa, Edições Fragmentos, 1988, pp. 331.

*partida garantido pelo estrato social dos proprietários*²¹² –, segundo influência dos vereadores/arquitectos Vasco Regaleira e Raul Lino que, de certo modo, iam também marcando a sua posição nas reuniões camarárias. Assim, arquitectos que anos mais tarde vieram a projectar moradias Modernas para este “bairro lisboeta”, justificaram certas opções tomadas nos seus projectos mais “conservadores” como: *o tipo de construção será de lá*²¹³ (**Victor Palla e Joaquim Bento d’Almeida** relativamente ao projecto da moradia localizada na **Avenida Dom Vasco da Gama Nº 5**), ou *foi nossa preocupação ao projectarmos esta moradia concebê-la de modo a que esta ficasse integrada dentro do aspecto arquitectónico das moradias já hoje construídas neste bairro*²¹⁴ (**Eduardo Read Teixeira** relativamente ao projecto da moradia localizada na **Avenida Dom Vasco da Gama Nº 8**). Mas, nas palavras de José Augusto França, *tal como os que viram a luz na Avenida do Aeroporto (ou que chegaram até aos Estoris), os palacetes do Restelo marcam uma posição significativa na sociologia da cidade: patenteiam eles o gosto infeliz duma classe social definida pelo poder económico que sustentava o regime, e por escassa cultura e menor inteligência estética. Constituindo sinais mais visíveis do plafone sumptuário privado dos anos áureos do governo salazarista, estas construções permitem-nos entender como era inconsistente o programa ‘imperial’ da Praça do Areeiro – e como entre ele e as realizações dos detentores desse ‘império’ se degradou a imagem algo utópica que Duarte Pacheco pretendia acreditar, na cidade nova*²¹⁵.

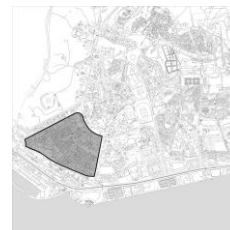
²¹² Ver Nuno Teotónio Pereira, “A Arquitectura do Estado Novo de 1926 a 1959”, In António Costa Pinto, *O Estado Novo, das Origens ao Fim da Autarquia, 1926-1959*, Lisboa, Edições Fragmentos, 1988, pp. 331.

²¹³ Ver Victor Palla e Bento d’Almeida, In Obra Nº 2452, Processo Nº 46020/949, Folha 2, Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Intermédio. Ou seja, *as fundações terão espessuras conforme as paredes que suportam. Estas no exterior serão de alvenaria hidráulica, de 0,50 e de 0,40; e as interiores de alvenaria de tijolo a uma vez e meia vez. Alguns pavimentos serão assentes em laje de betão armado (casas de banho e varandas), e outros sobre o vigamento de madeira tradicional. A cobertura será de telha tipo ‘Campos’. Todo o soco do edifício será forrado em pedra cinzenta. Os tectos serão feitos por meio de placas de estafe.* Ver Victor Palla e Bento d’Almeida, In Obra Nº 2452, Processo Nº 46020/949, Folha 2, Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Intermédio.

²¹⁴ Ver Eduardo Read Teixeira, Obra Nº 4636, Processo Nº 29858/948, Folha 2, Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Intermédio.

²¹⁵ Ver José-Augusto França, *Lisboa, Urbanismo e Arquitectura*, Ministério da Educação, ICALP, Colecção Biblioteca Breve, Nº 53, Lisboa, 1980, pp. 111-112.

2.1.2. O aglomerado de casas económicas da encosta da Ajuda ou o bairro de casas económicas do Restelo



Creio que só a suficiente falta de sentido das realidades, que conferem anos e anos de auto-elogio, justificam o darem-se foros de grande obra a um modestíssimo conjunto de realizações, como é, em verdade, o das casas para o povo, levado a efeito nas duas últimas décadas. Creio que só a lamentável generalização do hábito de deitar poeira nos olhos das gentes, por um inveterado vício de propaganda, poderia [...] Em qualquer desses países (Holanda e Suécia) construíram-se, num só ano, aproximadamente três vezes mais casas para o povo do que o nosso País durante os 22 anos de Estado Novo²¹⁶.

Keil do Amaral, 1945

Inaugurado oficialmente a 28 de Maio de 1952²¹⁷, a construção do aglomerado de casas económicas da encosta da Ajuda, mais conhecido por **bairro de casas económicas do Restelo**²¹⁸ (1947-1952), vem no seguimento de outros bairros que vinham sendo edificados na cidade de Lisboa desde as primeiras décadas do século XX. Apesar do Estado vangloriar-se com tal feito, Keil do Amaral chamou a atenção para a insignificância do número quando comparado com outros países europeus (como se pode constatar na transcrição anterior) – com estas afirmações e outras contidas em *O problema da habitação*, o resultado foi ser-lhe retirada a confiança do Ministro das Corporações e, em consequência, ter-se realizado uma Assembleia Extraordinária do Sindicato que votou por unanimidade a confiança da classe em Keil do Amaral sem,

²¹⁶ Ver Francisco Keil do Amaral, *O problema da habitação*, Porto, Livraria Latina, 1945.

²¹⁷ Segundo os dados fornecidos no documento dos Serviços de Construção, 2/10/1952, In Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Arco do Cego, Código de Referência: PT/AMLSB/AL/CMLSB/UROB/EV/0107.

²¹⁸ Inventariado pelo IHRU com o N° IPA: PT031106410312.

*contudo, conseguir impedir o seu afastamento da presidência*²¹⁹. Procurava-se (“timidamente”, na crítica de Keil do Amaral) com a edificação destes aglomerados habitacionais dar resposta ao forte crescimento populacional que se vinha a verificar desde meados do século XIX (e a década de 80 do século XX), altura em que as precárias condições de trabalho que eram oferecidas aos trabalhadores agrícolas forçaram esta classe a migrar para a cidade, nomeadamente para Lisboa, que crescera muito no início do século XX, e a emigrar para o estrangeiro, designadamente para o Brasil (na transição do século XIX para o século XX) e para França (depois da 2ª Guerra Mundial, 1939-1945).

A desmedida afluência às grandes cidades, particularmente a Lisboa e ao Porto, deu naturalmente origem a uma acentuada carência na habitação. Operários outrora trabalhadores do campo e por esta altura operários fabris vivem em condições absolutamente inaceitáveis em vilas e pátios ou ilhas, lutando contra a miséria e a infestação²²⁰. Apesar dos primeiros bairros sociais terem sido edificados por iniciativa privada, na cidade do Porto²²¹, entre outros, destacam-se os bairros operários do Monte Pedral (José Marques da Silva, 1900-1905), do Lordelo (engenheiro Manuel Fortunato de Oliveira Motta, 1901) e do Bonfim (engenheiro Joaquim Gaudêncio Rodrigues Pacheco, 1904 inauguração). Em 1914, por altura do governo de Bernardino Machado (1851-1944), o Ministério das Finanças apresenta uma proposta de construção de casas económicas que não teve continuidade. Foi então com **Sidónio Pais** (1872-1918) que entra em vigor o **primeiro programa de edificação de casas económicas** a construir por iniciativa privada com a publicação do **Decreto-Lei nº 4.137 de 24 de Abril de 1918**²²² que, em Lisboa, veio permitir a edificação dos bairros do Arco do Cego (Adões Bermudes, Frederico Caetano de Carvalho e Edmundo Tavares, 1919-1935) e da Ajuda

²¹⁹ Ver Francisco Pires Keil do Amaral (Coord.), *Keil do Amaral Arquitecto. 1910-1975*, Lisboa, Associação dos Arquitectos Portugueses, 1992, pp. 17.

²²⁰ O panorama geral do estado da habitação em Portugal num primitivo ciclo do Estado Novo foi-nos dado por António Emídio Abrantes na publicação *Elementos para o Estudo do Plano de Urbanização da Cidade de Lisboa* (1938).

²²¹ Deve-se ter em consideração que em Lisboa, algumas das vilas operárias edificadas representam, pela sua dimensão, autênticos bairros. Para informações detalhadas ver Nuno Teotónio Pereira, Irene Buarque, *Prédios e Vilas de Lisboa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1995.

²²² Seguido do Decreto-Lei nº 16.055 de 22 de Outubro de 1928.

Boa-Hora (Norte Júnior, Cristino da Silva, Luís Alexandre da Cunha e Alfredo da Assunção Santos, 1919-1935).

Em 1932, a quando do primeiro governo presidido por **António de Oliveira Salazar** (1889-1970), foi lançado um **novo programa** com o **Decreto-Lei nº 23.052 de 23 de Setembro de 1933** que permitia ao Governo, em colaboração com as diversas Câmaras Municipais, edificar bairros económicos. Em Lisboa, este regime legislativo veio consentir a edificação (entre outros) dos bairros económicos do Alvito²²³ (Paulino Montez, 1937), Quinta do Jacinto (Paulino Montez, 1937), Belém/Terras de Forno (Raul Lino, 1933-1938), Telheiros da Ajuda/Alto da Ajuda (Eugénio Correia, 1938-1940), Alto da Serafina (Paulino Montez, 1940), Encarnação (Paulino Montez, 1940-1946 inauguração), Madre de Deus (Luís Benavente, 1938-1944 inauguração), Campolide - Calçada dos Mestres (Vasco Pereira Lacerda Marques e Lima Franco, 1940) e Santa Cruz de Benfica (Keil do Amaral, 1945). Construídos na sua maioria em zonas periféricas da cidade, em terrenos baratos e longe das zonas de maior especulação urbana, eram destinados a sócios dos sindicatos nacionais patrocinados pelo regime, funcionários públicos, civis e militares e operários dos quadros permanentes de serviços do Estado e das Câmaras Municipais.

Destinados essencialmente a sócios dos sindicatos nacionais patrocinados pelo regime, funcionários públicos e membros dos sindicatos nacionais. Dos primeiros, a grande maioria pertence à força armada: exército, marinha, guarda republicana e algumas dezenas de polícias que habitavam, em regra, em alojamentos impróprios à vida da família, dada a falta de casas decentes e baratas. Houve, por isso, a preocupação de atender aos modestos agentes da autoridade, que dia e noite velam pela segurança e pela tranquilidade da população de Lisboa. Quanto à gente laboriosa dos sindicatos nacionais, a distribuição fez-se por forma a dar-lhes larga representação. Há empregados de escritório de todos os ramos, ajudantes de farmácia, caixeiros, artistas, tipógrafos, pessoal dos carros eléctricos, dos serviços do porto e de quasi todas as profissões marítimas. Assim se começou a cumprir um vasto plano de protecção à vida do trabalhador²²⁴.

²²³ Pensado inicialmente como local para acolhimento de funcionários pensionistas da Caixa Geral de Socorros e Reformas dos Operários e Assalariados da Câmara Municipal de Lisboa, foi adquirido posteriormente pelo Instituto do Trabalho e Previdência tendo sido denominado de Bairro Doutor Oliveira Salazar e integrado no património dos bairros de casas económicas.

²²⁴ Ver Teotónio Pereira, In Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, Lisboa, Ano II, Nº 8, Sub-Secretariado das Corporações e da Previdência Social, 15/03/1935, pp. 187.

Como referido no art.º 4º do respectivo decreto-lei, *é criada na Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais do Ministério das Obras Públicas e Comunicações a Secção de Casas Económicas*²²⁵, responsável pela escolha dos terrenos, aprovação dos projectos, construção e fiscalização dos bairros. Ao Sub-Secretariado das Corporações e Previdência Social competia: *a) Aprovar os planos de distribuição das casas económicas que sejam construídas; b) Intervir nos actos de transmissão da propriedade das casas; c) Velar pelo cumprimento das obrigações impostas aos moradores-adquirentes; d) Fiscalizar a cobrança das prestações; e) Efectuar o pagamento dos prémios dos seguros de vida e dos seguros contra fogo; f) Efectuar o seguro directo contra doença e desemprego; g) Velar pela higiene dos agrupamentos ou bairros económicos; h) Promover o reembolso dos capitais investidos na construção de casas económicas segundo os planos de amortização aprovados*²²⁶. Às Câmaras Municipais competia ainda a construção de arruamentos com a respectiva canalização de esgoto, água e luz. Anos mais tarde, o Decreto-Lei nº 2.007 de 7 de Maio de 1945 veio acrescentar que *todas as câmaras municipais deverão prever nos seus planos de urbanização zonas de construção de casas de renda económica*²²⁷.

Embora desde 2003 o regulamento do prémio Valmor e Municipal de Arquitectura contemple *edificações novas, conjuntos e espaços verdes de utilização colectiva cuja concepção e qualidade arquitectónica sejam relevantes*²²⁸, a verdade é que em meados dos anos 40 do século XX, a não inclusão de conjuntos arquitectónicos como sejam os bairros económicos e a contemplação (apenas) de *prédio ou casa edificada*²²⁹ excluiu da avaliação todos estes aglomerados habitacionais. Naturalmente, o bairro de casas económicas do Restelo não foi excepção, na verdade, o júri que foi

²²⁵ Ver Decreto-Lei nº 23.052 de 23 de Setembro de 1933, art.º 4º, § 1º.

²²⁶ Ver Henrique Jorge Niny, *Inquérito Habitacional*, organizado pela Direcção Geral de Saúde Pública e Instituto Nacional de Estatística, Lisboa, Ministério do Interior, 1941, pp. 269.

²²⁷ Ver Decreto-Lei nº 2.007 de 7 de Maio de 1945, Base VI.

²²⁸ Ver Artigo 1º, *Regulamento Prémio Valmor e Municipal de Arquitectura*, 16 de Dezembro de 2003, In <http://ulisses.cm-lisboa.pt/data/002/008/valmor.pdf>

²²⁹ Ver Testamento do Visconde Valmor, “Arquivos da Câmara Municipal de Lisboa”, In José Manuel Pedreirinho, *História do Prémio Valmor*, Lisboa, D. Quixote, 1988.

constituído para atribuir este galardão às obras finalizadas em 1949²³⁰ deixou em acta a sua indignação:

Verificou o júri dificuldades de apreciação já reconhecidas nos anos anteriores, dificuldades que provém do facto de terem que se julgar conjuntamente edifícios de feição tão diversa como o são moradias, imóveis de andares múltiplos, instalações industriais etc, etc. Ponderou-se seguidamente que, durante o ano findo, avançaram consideravelmente os trabalhos de construção de vários conjuntos arquitectónicos de iniciativa municipal e particular, cuja conclusão se prevê para dentro em breve, circunstância esta que introduziu mais uma dúvida no espírito dos membros do júri. Deveriam ou não entrar em linha de conta, para a atribuição do Prémio Municipal, os referidos conjuntos? O regulamento é omissivo a este propósito, pois apenas se refere a 'edificações' concluídas no ano a considerar. Não faz porém sentido atribuir o Prémio a um elemento dum conjunto arquitectónico, tanto mais que o elemento isoladamente poderá ter menos interesse do que as edificações, também isoladas, com que deva comparar-se. Acresce, para maior dificuldade que os grandes conjuntos arquitectónicos em construção na cidade, - Praça do Areeiro, Avenida João XXI, Avenida Paris, Alvalade, etc. foram quase todos confiados pela Câmara Municipal a arquitectos estranhos aos seus Serviços, que elaboraram os seus projectos para que o Município os fornecesse por seu turno aos arrematantes dos respectivos terrenos com a obrigatoriedade de os cumprir²³¹.

Prosseguindo com esta política de construção de casas económicas, e dado que o bairro da encosta da Ajuda era uma zona residencial ocupada maioritariamente por moradias e não por edifícios de habitação colectiva, como declarado pelo próprio arquitecto-urbanista **João Guilherme Faria da Costa**, optou-se pela edificação de moradias em banda cujos **projectos-tipo foram por nós [²³²] elaborados e já aprovados para o Bairro do Vale Escuro²³³** a quando do *Anteprojecto do Bairro de Moradias*

²³⁰ Prémio Valmor - 1949: Júri constituído pelos arquitectos António Couto Martins (Câmara Municipal de Lisboa); Paulino Montez (Academia Nacional de Belas Artes); Inácio Peres Fernandes (Sindicato Nacional dos Arquitectos). O Prémio Valmor - 1949 foi atribuído ao prédio localizado no Largo da Andaluz Nº 15, da autoria de José Lima Franco e Dário Silva Vieira.

²³¹ Ver *Acta de Atribuição do Prémio Municipal*, 16/5/1950, In *Prémios Valmor e Municipal de Arquitectura*, ver Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Arco do Cego, Caixa 2, código de localização AC.01.Sala H, Processo Privativo Nº 405/1954.

²³² Executados com a colaboração do Engenheiro Henrique Júlio Valente da Cruz.

²³³ Ver João Guilherme Faria da Costa, *Memória Descritiva do Bairro de Casas Económicas da Encosta da Ajuda*, S/d. In Arquivo de João Guilherme Faria da Costa, IHRU.

*Económicas da Cooperativa Lisbonense de Chauffeurs*²³⁴ (1947), elaborado no seguimento do plano de urbanização de Vale Escuro²³⁵, apesar de *grandemente melhorados em relação aos ante-projectos anteriormente apresentados*²³⁶ à Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Como havia sido (indirectamente) manifestado no Preâmbulo do Decreto-Lei Nº 16.055 de 22 de Outubro de 1928 – *facilitar a construção de habitações independentes e ajardinadas, semelhantes às que em Inglaterra - propriedades das famílias - têm produzido interessantes efeitos*²³⁷ –, na procura de consonância com o modelo de *cit -jardin* defendido por Ebenezer Howard (1850-1928). Em alternativa aos prédios de vários andares, como vinha já sendo comum noutros bairros económicos lisboetas, Faria da Costa recorreu à moradia de dois pisos, recuada em relação aos limites da rua e traseiras do lote, permitindo a criação de um pequeno jardim/quintal privativo de frente da casa e a existência de um logradouro nas traseiras, possibilitando plantações para subsistência familiar²³⁸. Curiosamente, em 1940 havia sido publicado pelo Instituto Nacional do Trabalho e Previdência um  lb m intitulado *1934-1940: Bairros de Casas Económicas*²³⁹ onde, para  l m de terem sido divulgadas algumas imagens do bairro de casas económicas do Restelo, havia também

²³⁴ O arquitecto Francisco Keil do Amaral foi autor do plano para a Cooperativa Lisbonense de Chauffeurs (1938-1940) que *corresponde ao arranjo urbano do espaço entre a avenida General Ro adas e futura Mouzinho de Albuquerque, prevendo a integração de equipamento, uma escola e uma cantina. A solução apontava alternadamente para tipologias de habitações geminadas, zonas de habitação em banda e para três tipos de fogos*. Ver Francisco Pires Keil do Amaral (coord.), Irisalva Moita, Ana Tostões, *Keil do Amaral o Arquitecto e o Humanista*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1999, pp. 284.

²³⁵ Para informações detalhadas ver João Guilherme Faria da Costa, *Anteprojecto do Bairro de Moradias Económicas da Cooperativa Lisbonense de Chauffeurs*, 13/2/1947, In Arquivo de João Guilherme Faria da Costa, IHRU.

²³⁶ João Guilherme Faria da Costa, In *Plano de Urbanização do Bairro Económico do Vale Escuro*, Fevereiro 1947, pp. 2, In Arquivo de João Guilherme Faria da Costa, IHRU.

²³⁷ Ver Decreto-Lei Nº 16.055 de 22 de Outubro de 1928.

²³⁸ E a eventual construção de um galinheiro (ver cota: NP31 PT 131, In Arquivo de João Guilherme Faria da Costa, IHRU). Ribeiro Telles chama a atenção para o facto de que *o logradouro tradicional é um espaço de recreio por excelência com a sua horta e os pomares. A partir dos anos 30 d -se a primeira quebra no uso tradicional destas tipologias. Começam a aparecer oficinas de automóvel e posteriormente a habitação clandestina. Comparando a planta da cidade entre 1917 e 1960,   abissal a diferença do uso nos logradouros. Passamos da agricultura para a mecânica. É uma promoção social decorrente da revolução industrial!* In Rosário Salema, “A Ermida de São Jerónimo: Ver e Ocultar”, In Joaquim Oliveira Caetano (Coord.), *A Utopia e os p s na Terra. Gonçalo Ribeiro Teles*, Museu de  vora, CML e Museu Municipal de Coruche, 2003, pp. 184.

²³⁹ Ver *1934-1940: Bairros de Casas Económicas*, Lisboa, Ed. Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, 1940.

sido escrito (na *introdução*) que estas edificações representavam a *vida nova nos aspectos espiritual e material, mas fundada na tradição e no modo de ser próprio da família portuguesa*²⁴⁰ mas, como referido, *não houve a pretensão de copiar o molde estrangeiro*²⁴¹ apesar de, inevitavelmente, ter servido de influência.

Mas veja-se que, por esta altura, muitos outros arquitectos haviam já defendido o recurso à habitação unifamiliar, nomeadamente Raul Lino (1879-1974), representante em Portugal da corrente da “Arquitectura Doméstica” (formação britânica-alemã) e que com a publicação do seu primeiro ensaio em torno da Arquitectura, manifestara que *nem a americanização dos costumes, nem as tendências colectivistas de novas organizações conseguiram ainda debelar o anseio natural e instintivo no Homem de possuir habitação própria e independente para si ou para a sua família*²⁴². No início dos anos de 1940, a Direcção Geral de Saúde Pública e o Instituto Nacional de Estatística realizaram um *Inquérito Habitacional* onde também procuraram justificar a construção da casa económica. Publicado em 1941, Henrique Jorge Niny advogara ali que *a casa-moradia, de que os ingleses são tão ciosos, e com razão, estreita mais os laços da família, torna mais íntimo o seu viver e os seus moradores, olham para ela com mais carinho, sentem-se mais presos ao seu lar que os afasta das tentações da rua, dos divertimentos, dos cafés, etc. Por tudo isto se deduz claramente que o ideal seria toda a família possuir uma habitação própria que, além de lhe dar sentimento de propriedade* [²⁴³], *por certo contribuiria para elevar a moral das famílias – que não são mais que as células componentes da Nação*²⁴⁴. Da mesma opinião foi também Porfírio Pardal Monteiro (1897-1957) que defendeu no *Congreso da Federación de Urbanismo y de la Vivienda*, realizado em Lisboa em 1944, *como solução preferível, a construção de bairros de moradias individuais, dando a cada família a independência relativa que*

²⁴⁰ Ver Pedro de Castro Almeida, “Duas Palavras sobre a Publicação deste Album”, In *1934-1940: Bairros de Casas Económicas*, Lisboa, Ed. Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, 1940, s/pp.

²⁴¹ Idem, op. cit.

²⁴² Ver Raul Lino, *Casas Portuguesas – Alguns Apontamentos sobre o architectar das casas simples*, Lisboa, Livros Cotovia, 1992, pp. 9.

²⁴³ Um dos objectivos ideológicos.

²⁴⁴ Ver Henrique Jorge Niny, *Inquérito Habitacional*, organizado pela Direcção Geral de Saúde Pública e Instituto Nacional de Estatística, Lisboa, Ministério do Interior, 1941, pp. 258.

resulta de não ter vizinhos directos que disponham, em comum, de certas zonas do mesmo prédio²⁴⁵. Na verdade, De Gröer reforçara que todos os congressos internacionais de urbanistas, desde Viana de 1910 até ao último antes da guerra (congresso de Estocolmo em 1939) foram desta opinião²⁴⁶.

Michel Toussaint é da opinião que a defesa da casa unifamiliar em Raul Lino terá sido uma importante influência no resultado da política da habitação do Estado Novo durante a década de trinta e primeira metade da década seguinte²⁴⁷. Em 1951, embora tivessem já terminado as principais iniciativas em torno dos Bairros Económicos, Christine Garnier, jornalista francesa que viera a Portugal para entrevistar o Presidente do Conselho, num dos encontros que este lhe concedera e que viera a ser em parte publicado na revista *Arquitectura*, manifestara que Salazar dissera sempre que a posse duma casinha traz à família tranquilidade, amor, o justo sentimento da propriedade²⁴⁸. Na publicação *Discursos e Notas Políticas*, Salazar havia também defendido ser mais económica, mais estável, mais bem constituída a família que se abriga sob tecto próprio²⁴⁹. Assim, com o intuito de tornar cada família proprietária da sua casa, estas moradias económicas eram isentas de contribuição predial ou outra qualquer taxa camarária durante os primeiros dez anos e eram pagas num regime de 240 prestações mensais por um período de 20 anos.

Inicialmente, o decreto-lei previa a existência de duas classes de casas: A (salário mensal de 600\$00 a 1.200\$00) e B (salário mensal de 1.100\$00 a 1.700\$00). Cada uma destas classes era constituída por três tipos: I, II e III, respectivamente para casais sem filhos, com poucos filhos e com filhos numerosos. Sujeitas a um projecto predefinido, estas moradias foram pensadas de modo a poderem ser ampliadas,

²⁴⁵ Ver Porfírio Pardal Monteiro, *A habitação modesta nos grandes núcleos urbanos*, III Congreso da Federación de Urbanismo y de la vivienda, Lisboa, 1944, pp. 3.

²⁴⁶ Ver Etienne De Gröer, *Introdução ao Urbanismo*, Boletim da Direcção Geral dos Serviços de Urbanização 1945-1946, I Volume, Ministério das Obras Públicas e Comunicações, pp. 40.

²⁴⁷ Ver Michel Toussaint Alves Pereira, *Da Arquitectura à Teoria e o Universo da Teoria da Arquitectura em Portugal na primeira metade do século XX*, Dissertação de Doutoramento em Teoria da Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, 2009, pp. 227.

²⁴⁸ Ver Christine Garnier, “Férias com Salazar”, In “Uma época em palavras e imagens. Extractos”, *Arquitectura*, Lisboa, Nº 142, Julho 1981, pp. 51.

²⁴⁹ Ver António de Oliveira Salazar, “Conceitos Económicos da Nova Constituição”, In *Discursos e Notas Políticas*, vol. I, Coimbra, 1935, pp. 204.

transformando por exemplo, uma moradia A do tipo I, numa moradia A do tipo II ou III. Um dos exemplos que se justifica aqui apresentar é o elaborado por Raul Lino e exposto na publicação *Casa Portuguesa*. Trata-se de um projecto de moradias em correnteza ou de duas casas ampliáveis para Montemor-o-Novo, onde *a construção primitiva contém apenas dois quartos de cama, no 1º andar, com as ampliações podem-se-lhe acrescentar de uma a quatro divisões*²⁵⁰ (Fig. 2.1.2.1.). Com a entrada em vigor do **Decreto-Lei nº 33.278 de 24 de Novembro de 1943**, foram introduzidas duas novas classes que corresponderiam a uma qualidade superior – C (salário mensal de 1.500\$00 a 2.400\$00) e D (salário mensal de 2.100\$00 a 3.000\$00).

Como vimos no capítulo anterior, no bairro de casas económicas do Restelo recorreu-se a moradias em banda dos tipos C e D (Figs. 2.1.2.3. a 2.1.2.8.) que vieram a ser em grande parte ocupadas por profissionais das forças armadas e militares, nomeadamente pelo General Vasco Gonçalves (1922-2005), mas também por funcionários dos ministérios e camarários, como por exemplo o Governador de Cabo Verde (1958-1962) e de Angola (1962-1966), Silvino Silvério Marques²⁵¹ (n. 1918), e o seu irmão, Governador de Macau (1959-1962), Jaime Silvério Marques (Fig. 2.1.2.2.).

²⁵⁰ Ver Raul Lino, *Casas Portuguesas – Alguns Apontamentos sobre o arquitectar das casas simples*, Lisboa, Livros Cotovia, 1992, s/pp.

²⁵¹ Silvino Silvério Marques colaborou ainda com a 1ª Repartição (Urbanização e Expropriações) da DSUO (1955-1957), Ver Ricardo Agarez, *Arquitectura de Habitação Multifamiliar. Lisboa anos 1950*, Lisboa, Dissertação de Mestrado em História da Arte Contemporânea apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2003, Nota de Rodapé N.º 23, pp. 80.



Fig. 2.1.2.1. Tipo de moradias em correnteza ou grupo de duas casas ampliáveis, Raul Lino²⁵²

Efectivos por Profissão	A	B	C	D
Actividades Marítimas	0	0	12	4
Construção Civil	0	0	2	2
Forças Armadas e Militares	0	0	33	6
Operários Empresas e Indústria	0	0	7	1
Transportes e Comunicações	0	0	6	1
Funcionários Ministérios e Camarários	0	0	72	17
Comércio e Serviços	0	0	4	4
Actividades Escritório e Banca	0	0	56	21
Ofícios	0	0	1	0
Profissões Liberais	0	0	13	11
Total	0	0	206	67

Fig. 2.1.2.2. Número de profissionais efectivos/tipo de moradia²⁵³

²⁵² Idem.

²⁵³ Ver Luís António Vicente Baptista, *A Cidade em Reinvenção. Crescimento Urbano e a Emergência das Políticas Sociais de Habitação. Lisboa Século Vinte*, Dissertação de Doutoramento em Sociologia apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1996, pp. 375.

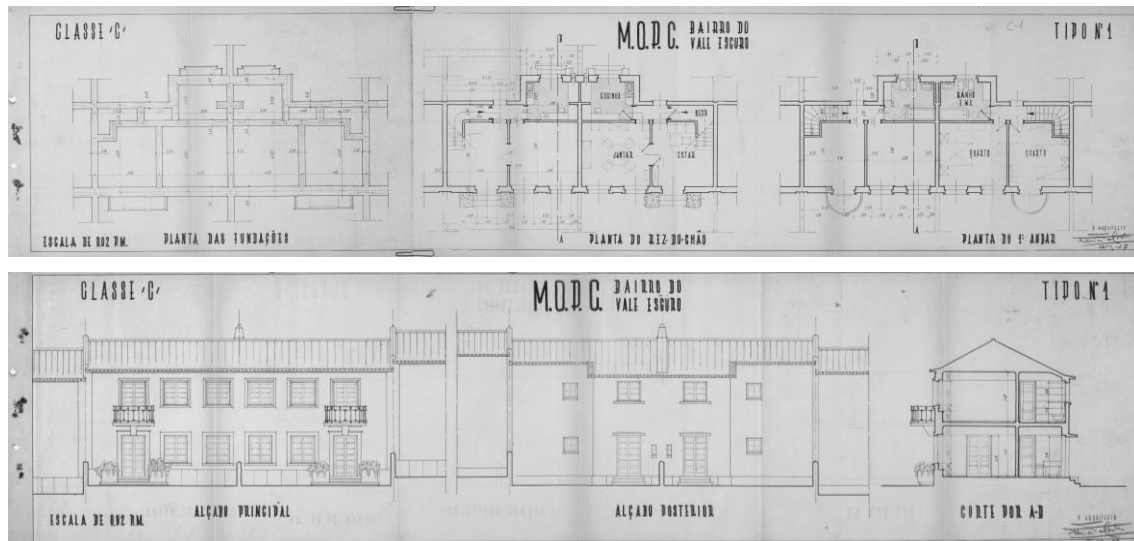


Fig. 2.1.2.3. Plantas, corte e alçado da moradia económica Classe 'C' tipo I, 1947²⁵⁴

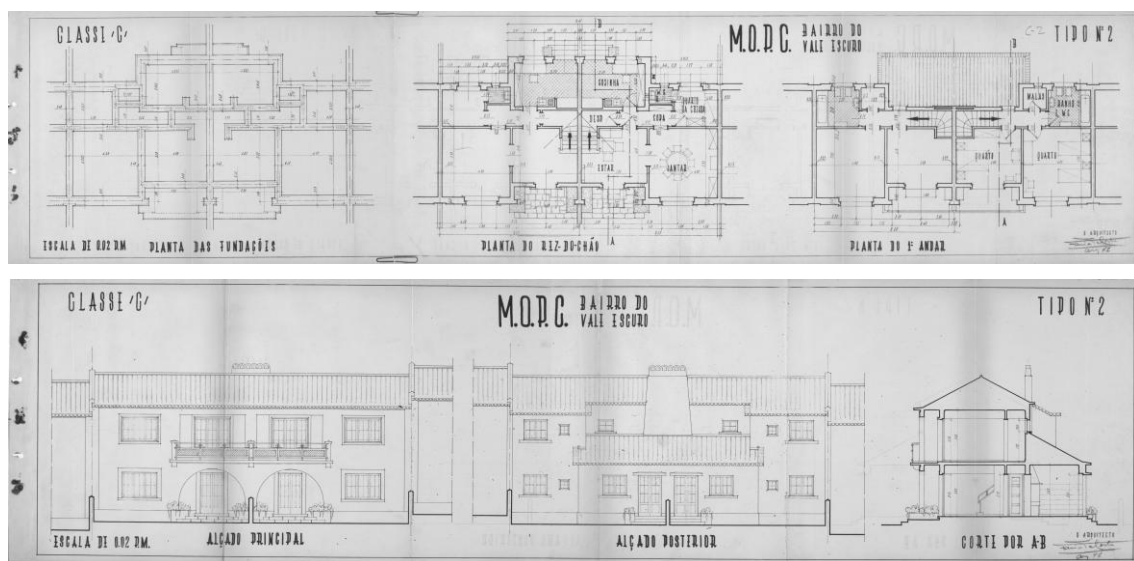


Fig. 2.1.2.4. Plantas, corte e alçado da moradia económica Classe 'C' tipo II, 1947²⁵⁵

²⁵⁴ In SIPA Nº PT031106410312, In Arquivo de João Guilherme Faria da Costa, IHRU.

²⁵⁵ Idem.

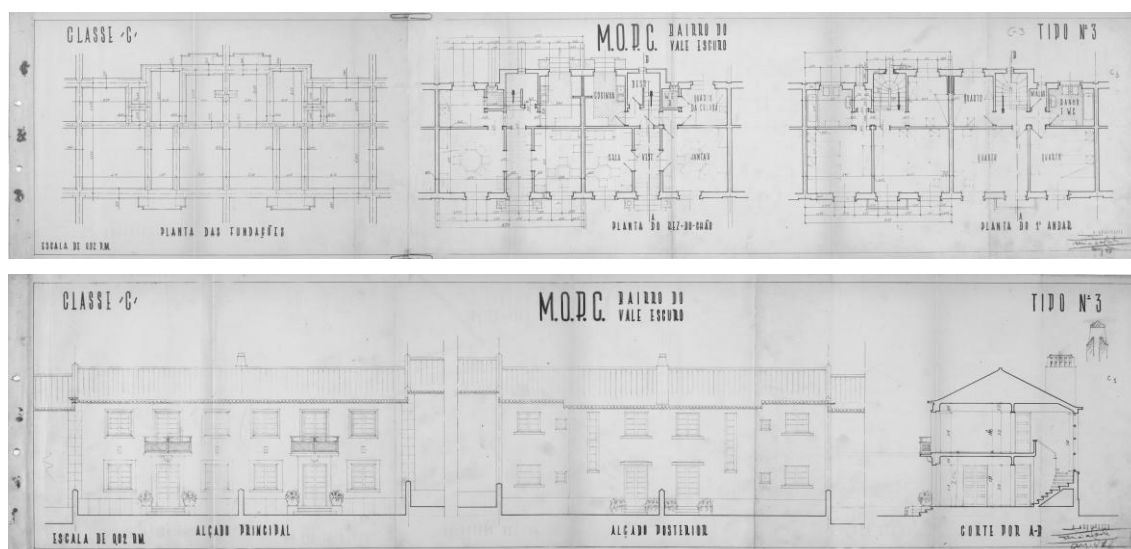


Fig. 2.1.2.5. Plantas, corte e alçado da moradia económica Classe 'C' tipo III, 1947²⁵⁶

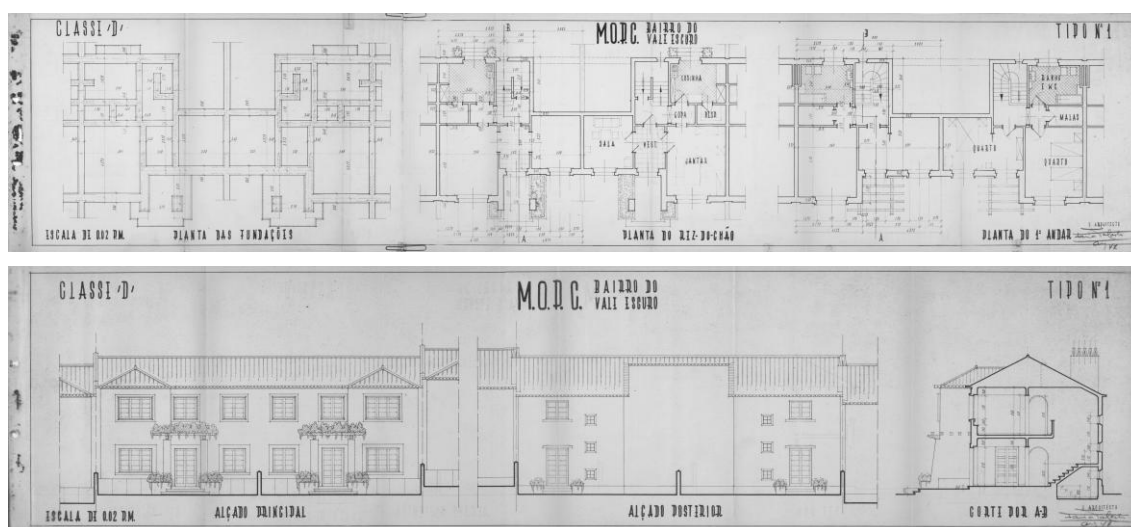


Fig. 2.1.2.6. Plantas, corte e alçado da moradia económica Classe 'D' tipo I, 1947²⁵⁷

²⁵⁶ Idem.

²⁵⁷ Idem.

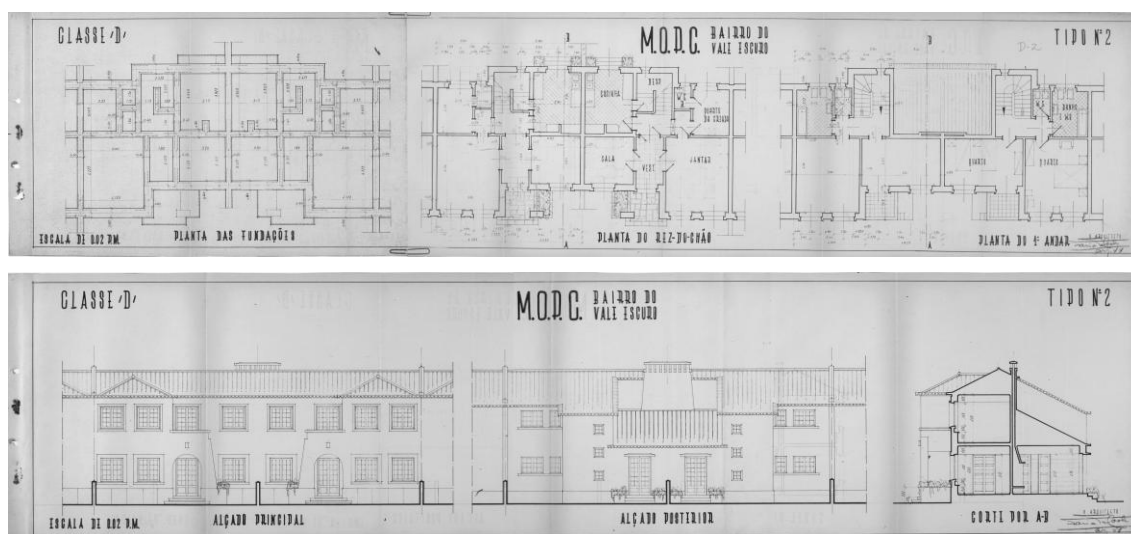


Fig. 2.1.2.7. Plantas, corte e alçado da moradia económica Classe 'D' tipo II, 1947²⁵⁸



Fig. 2.1.2.8. Plantas, corte e alçado da moradia económica Classe 'D' tipo III, 1947²⁵⁹

²⁵⁸ Idem.

²⁵⁹ Idem.

Como descrito pelo arquitecto, cada uma destas moradias organiza-se *em dois pisos com dois, três ou quatro quartos de cama, o que é assinalado pelos seus índices, – C-I, C-II, C-III e C-IV – possuindo qualquer deles uma casa de jantar, uma sala, uma cozinha, uma casa de banho, uma arrecadação*²⁶⁰. Apesar de se verificar que o arquitecto procurou gerir o programa com um certo racionalismo na sua organização, despendendo o mínimo de área em acessos e zonas de circulação, as áreas muito reduzidas da casa – compreendidas entre os 62m² e os 77m²²⁶¹ – levaram à opção de algumas soluções que se podem considerar controversas. Apesar do programa destas moradias não ser diverso dos programas introduzidos noutras moradias económicas outrora edificadas, uma vez que se havia colocado de parte a possibilidade das casas possuírem apenas um só piso por isso obrigar a uma maior área de implantação, Faria da Costa terá tido alguma dificuldade em geri-lo em dois pisos. Assim, verifica-se por exemplo que a entrada das casas do tipo C-I e C-II localiza-se na zona de estar e que simultaneamente esta funciona como *hall* distributivo para a sala de jantar, zona de serviço (cozinha, despensa, copa e quarto da criada) e acesso ao primeiro piso, onde estão localizados os quartos. Incompreensivelmente, na casa do tipo D-II, apesar de também possuir áreas muito restritas, verifica-se, no entanto, uma distância “considerável” entre a cozinha e a sala de jantar, pois estas foram localizadas em extremos opostos quando era possível que a sala de refeições estivesse no lugar da sala de estar. Ainda na tradição burguesa do final do século XIX, a sala de jantar apresentava-se com maiores dimensões do que a sala de estar.

Embora a experiência do Restelo tenha surgido depois da edificação das casas de renda económica (habitação colectiva) subsidiadas pela Federação das Caixas de Previdência que o arquitecto Miguel Jacobetty Rosa (1901-1970) projectou para Alvalade (1945, Fig. 2.1.2.9.), Faria da Costa não dera a devida importância à

²⁶⁰ Ver João Guilherme Faria da Costa, In *Bairro Económico de Vale Escuro. Ante-projecto de casas tipo*, 20/11/1946, pp. 2, In Arquivo de João Guilherme Faria da Costa, IHRU.

²⁶¹ Anos mais tarde, nos Olivais, verificou-se que a área útil mínima para satisfazer as necessidades de uma habitação económica deveria ser em torno dos 56-60 m². Depois do estudo que o arquitecto Nuno Portas realizou no Laboratório Nacional de Engenharia Civil, *constatou-se no entanto a necessidade de tomar como área útil mínima de uma habitação durável, não evolutiva, um número da ordem dos 70 m²*, ver Nuno Portas, Nuno Portas, *Funções e exigências de áreas da habitação*, Lisboa, LNEC, 1969, pp. 10.

racionalização da vida doméstica ali conseguida. Em Alvalade, como salientara Margarida Acciaiuoli relativamente aos exemplos destinados às famílias com menores recursos financeiros, a organização programática da casa (ou fogo) era reduzida a três ciclos fundamentais, segundo a aplicação das verificações de Alexander Klein²⁶² (1879-1961): ‘cozinhar-comer’, ‘trabalhar-repousar’ e ‘dormir-lavar-se’. *A partir desta abstractização foi então desenvolvido o encurtamento dos percursos destas funções e a concentração delas com vista a ‘uma boa utilização simultânea de todas as dependências’*²⁶³. Poder-se-á dizer que a proposta apresentada por Faria da Costa para o Restelo terá ido mais ao encontro dos projectos de habitações geminadas apresentados para os bairros de casas económicas das Terras de Forno²⁶⁴ (1933-1938, Figs. 2.1.2.10. e 2.1.2.11.) e de Santa Cruz de Benfica (1945, Figs. 2.1.2.12. e 2.1.2.13.). Embora em Belém, Raul Lino, apenas tenha contemplado moradias das classes A e B (tipos I, II e III) e Keil do Amaral, em Benfica, moradias das classes A, B, C e D, como se verifica nas imagens apresentadas, as dimensões reduzidas e a obrigatoriedade de construção em dois pisos, conduziu os arquitectos a propostas menos conseguidas, mas (naturalmente) com uma imagem tradicional portuguesa, como agradava ao Governo de Salazar.

²⁶² Alexander Klein foi conselheiro da edificação de Berlin e trabalhou para a Sociedade Estatal para a investigação sobre a economia de construção e da habitação. Em 1928 publica *Elaboração de plantas e configuração de Espaços de pequenas habitações e novos métodos de avaliação*. Sobre este assunto ver Alexander Klein, *Vivienda Mínima 1906-1957*, Barcelona, Gustavo Gili, 1980.

²⁶³ Ver Margarida Acciaiuoli, *Os anos 40 em Portugal. O País, o Regime e as Artes*, Lisboa, Dissertação de Doutoramento em História da Arte Contemporânea apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1991, pp. 366.

²⁶⁴ Até à data não foi possível localizar os projectos das casas económicas edificadas no bairro económico de terras de forno. Apesar de termos o conhecimento de que estas moradias estavam isentas de pedido de licenciamento, ao consultarmos diferentes volumes de obra no Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Intermédio, verificamos que estes apenas possuem a legalização de eventuais obras clandestinas ou tentativas de legalização de construção de muros, galinheiros e churrasqueiras.

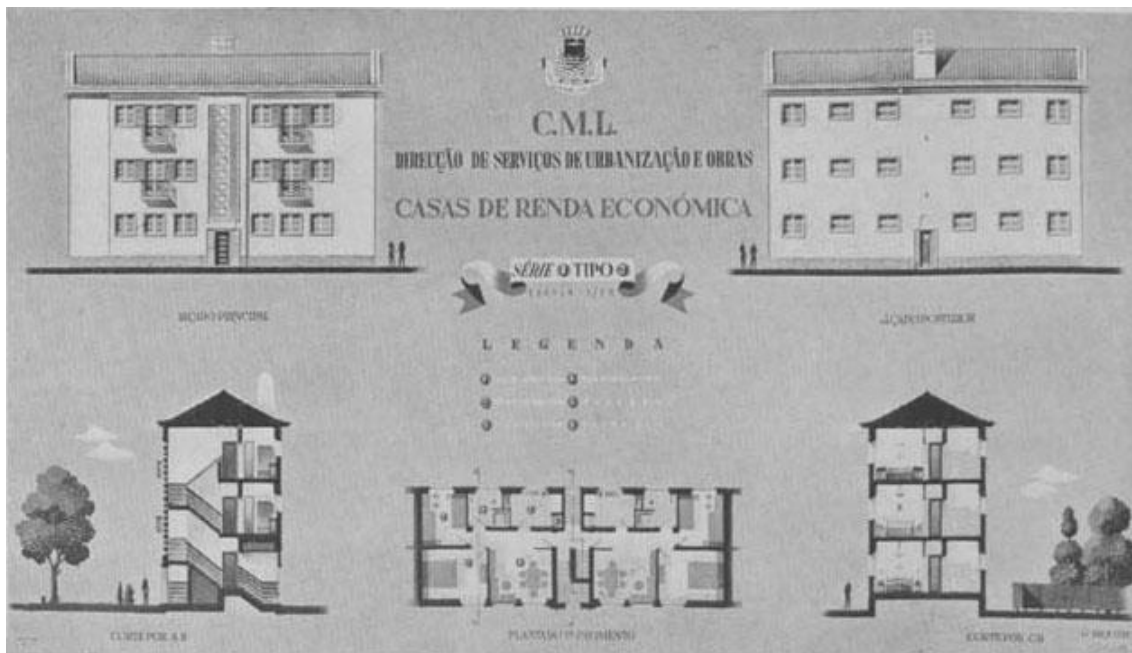


Fig. 2.1.2.9. Casas de renda económica, Alvalade, Miguel Jacobetty Rosa, Série I Tipo II, 1945²⁶⁵



Fig. 2.1.2.10. Casas de renda económica, Belém, Raul Lino, 1933-1938²⁶⁶

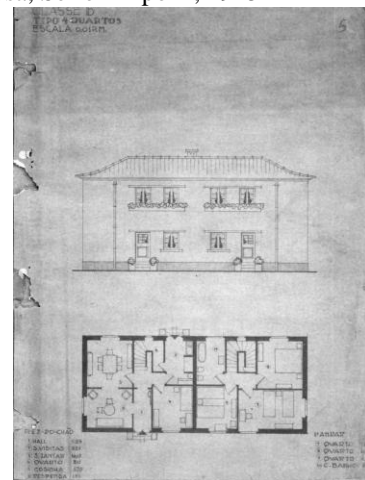


Fig. 2.1.2.11. Casa de renda económica classe B do tipo 4, Belém, 1947²⁶⁷

²⁶⁵ In “Grandes Problemas de Lisboa – a construção de casas de rendas económicas”, *Revista Municipal*, N° 26, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1945, pp. 37.

²⁶⁶ In “Realizações na cidade de Lisboa”, *Revista Municipal*, N° 17, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1944, pp.60.

²⁶⁷ In Obra N° 52, Processo N° 52/PI/1947, Folha 2, Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Intermédio.

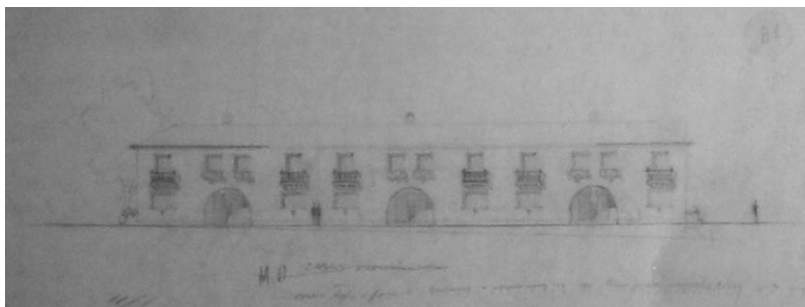


Fig. 2.1.2.12. Casas de renda económica classe A tipo 2, Santa Cruz de Benfica, Francisco Keil do Amaral, 1945²⁶⁸

Fig. 2.1.2.13. Casas de renda económica classe B tipo 1, Santa Cruz de Benfica, Francisco Keil do Amaral, 1945²⁶⁹

Como veremos, será apenas depois do **1º Congresso Nacional de Arquitectura** (Lisboa, 28 de Maio de **1948**) que uma nova geração de arquitectos irá repensar (entre outros importantes pontos) nas grandes questões em torno da habitação económica. Presidido por Cottinelli Telmo, a comissão executiva deste congresso foi composta por Pardal Monteiro, Faria da Costa e Miguel Jacobetty Rosa e, dos 210 inscritos, na procura da “união da classe” compareceram 140 arquitectos o que significa o encontro de três gerações²⁷⁰. Tendo em conta as problemáticas da actualidade, embora os temas centrais tenham sido predefinidos – “A Arquitectura no Plano Nacional” e “O Problema Português da Habitação” –, conforme refere José Augusto França, *Cottinelli Telmo, presidente do S.N.A., viu, porém, o congresso tomar rumo diferente daquele, especialmente ideológico e propagandístico, que as esferas oficiais desejavam (e ele apoiava), graças à intervenção maciça dos grupos dos jovens do I.C.A.T. [(criado em Lisboa em 1946)] e do O.D.A.M. [(criado no Porto em 1947)], que impuseram condições de participação*²⁷¹. Estávamos perante o grande momento de viragem entre

²⁶⁸ In Francisco Pires Keil do Amaral (coord.), Irilva Moita, Ana Tostões, *Keil do Amaral o Arquitecto e o Humanista*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1999, pp. 285, Fotografia da autoria de Luís Pavão.

²⁶⁹ Idem, pp. 285.

²⁷⁰ Estiveram presentes, entre outros, Arménio Losa (1908-1988), Bento d’Almeida (1918-1997), Celestino de Castro (n. 1920), Conceição Silva (1922-1983), Cottinelli Telmo (1897-1948), Costa Martins (1922-1995), Cristino da Silva (1896-1976), Faria da Costa (1906-1971), Januário Godinho (1910-1990), João Simões (1908-1994), Jorge Segurado (1898-1990), Mário Bonito (1921-1976), Matos Veloso (1923-), Miguel Jacobetty Rosa (1901-1970), Nuno Teotónio Pereira (n. 1922), Oliveira Martins (n. 1918), Palma de Melo (n. 1922), Pardal Monteiro (1897-1957), Paulo Cunha (1909-1993), Peres Fernandes (1911-1989), Viana de Lima (1913-1990) e Victor Palla (1922-2006).

²⁷¹ Ver José Augusto França, *A Arte em Portugal no Século XX*, Lisboa, Bertrand Editora, 1991, pp. 439.

uma geração com visão e formação *Beauxartiana* – que adere à monumentalidade e às “construções-tipo” impostas pelo Estado, pontuando o país com “arquitectura portuguesa” – e uma geração que adere aos princípios do Movimento Moderno. Como ressaltara Victor Matias Ferreira, *será notória a ruptura entre uma concepção oficial, tradicionalista e definitivamente laudatória do regime e as diversas correntes, genericamente referidas ao ‘modernismo’ e que, a partir dos anos 50, passarão a seguir o seu próprio caminho, ainda que sob um clima de suspeição, de denúncia e de generalizada repressão cultural e política*²⁷². Assim, Margarida Acciaiuoli concluiu que *como muitas vezes acontecera, essa interpelação de uma realidade nacional saldou-se depressa de mais e foi uma unânime vitória sobre a ideologia da ‘casa portuguesa’, apagando-a integralmente do horizonte da arquitectura. Em sua substituição promoveu-se o triunfo da Carta de Atenas, reinterando a racionalização do urbanismo*²⁷³. Naturalmente, as conclusões deste congresso vieram sublinhar a urgência na reforma do ensino (o que seria decidido em 1950 mas só aplicado em 57), pediram a criação duma Direcção-Geral das Belas Artes, dum Conselho Superior de Arquitectura e dum Instituto Superior de Arquitectura e Urbanismo, exigiram que nenhuma imposição de ‘estilos arquitectónicos’ fosse feita pelos organismos oficiais, com crítica cerrada ao ‘portuguesismo’ pretendido – e que se considerassem e estudassem as necessidades da população em matéria de habitação, pondo-se de parte a preocupação de recuperar directamente o capital investido nas habitações económicas por isso prejudicadas na sua qualidade²⁷⁴.

Voltando ao bairro de casas económicas do Restelo, verificamos ainda que Faria da Costa pensou na possibilidade de ampliação destas moradias. Assim, descreve o arquitecto-urbanista que os projectos *estão dentro dos condicionamentos determinados pela DGEMN no que respeita a ampliação das casas até se adaptarem ao programa*

²⁷² Ver Victor Matias Ferreira, “O Mito de Duarte Pacheco e a Urbanística Fascista”, *Arquitectura*, Lisboa, Nº 151, 1983, pp. 30.

²⁷³ Ver Margarida Acciaiuoli, *Os anos 40 em Portugal. O País, o Regime e as Artes*, Lisboa, Dissertação de Doutoramento em História da Arte Contemporânea apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1991, pp. 375.

²⁷⁴ Ver “O I Congresso Nacional de Arquitectura”, In Fernando Azevedo (Com.), *Os anos 40 na Arte Portuguesa*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Março/Maio 1982, vol. 1, pp. 133

*do tipo maior fixando áreas e custos de construção*²⁷⁵. Deste modo, tratando-se de edificações evolutivas, *quanto à ampliação deste tipo de casas haverá apenas que subir o telhado e aumentar as paredes exteriores. A casa do tipo D2 obriga à construção da ampliação desde as fundações*²⁷⁶ (Figs. 2.1.2.14. a 2.1.2.16.). Quanto às ampliações realizadas, a documentação existente nos diversos arquivos públicos permite-nos afirmar que alguns destes projectos foram de facto ampliados por Faria da Costa, no entanto, a partir de 1956, determinadas obras de alargamento ficaram a cargo do arquitecto **João Filipe Vaz Martins** (n. 1910) que havia substituído o arquitecto Arménio Losa (1908-1988) no cargo de arquitecto fiscal de obras assalariado em serviço da 1ª secção da DGEMN (1935) e posteriormente admitido como arquitecto de 3ª classe da DGEMN (1937), mas à data, a ocupar o importante cargo de **Director de Serviços dos Monumentos Nacionais**²⁷⁷ (1951-1968). Aconteceu também com frequência, verificar-se que as obras de ampliação e/ou construção de garagens e capoeiras ficaram a cargo de engenheiros civis²⁷⁸. A título de exemplo, no que diz respeito à moradia localizada na **Rua Soldados da Índia Nº 52**, relata a memória descritiva que *refere-se este projecto à construção de uma garagem e uma capoeira nas condições do projecto-tipo elaborado pelo Serviço de Construção de Casas Económicas da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, sendo a disposição apresentada a que se julgou mais adaptada ao terreno do tipo de moradia em questão e as dimensões as consideradas mais convenientes à utilização a que as dependências se destinam*²⁷⁹. No caso da moradia localizada na **Rua Duarte Pacheco**

²⁷⁵ Ver João Guilherme Faria da Costa, In *Plano de Urbanização do Bairro Económico do Vale Escuro*, Fevereiro 1947, pp. 2, In Arquivo de João Guilherme Faria da Costa, IHRU.

²⁷⁶ Ver João Guilherme Faria da Costa, In *Bairro Económico do Vale Escuro, Ante-Projecto de Casas Tipo*, 20/11/1946, In Arquivo de João Guilherme Faria da Costa, IHRU.

²⁷⁷ Para informações detalhadas consultar Processo Individual da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Ver DGEMN, UI 1002, pt 8, IHRU.

²⁷⁸ Nomeadamente dos engenheiros Rui Duarte Moreira Braga (habitou a moradia económica localizada na Rua Soldados da Índia Nº 52), Rogério Belém Braga, João Azinhaes de Mello (habitou a moradia económica localizada na Rua Manuel Godinho de Herédia Nº 6), Carlos Amaro Sá Teixeira de Azevedo Ferraz (habitou a moradia económica localizada na Rua Soldados da Índia Nº 50), Reis Soares Miranda (habitou as moradias económicas localizadas nas Ruas Nuno Tristão Nº 6 e Rua Dinis Dias Nº 24), entre outros.

²⁷⁹ Ver Obra Nº 54350, Processo Nº 7382/955, Folha 4, Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Intermédio.

Pereira Nº 14, cujo projecto de ampliação ficou a cargo de Faria da Costa, como manifestado pelo arquitecto na memória descritiva, o proprietário António Lopes Ribeiro deseja *proceder à ampliação da moradia que lhe foi distribuída, da classe 'D' – Tipo '3', conforme projecto que junta, fornecido pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais – Serviço de Construção de Casas Económicas*²⁸⁰.

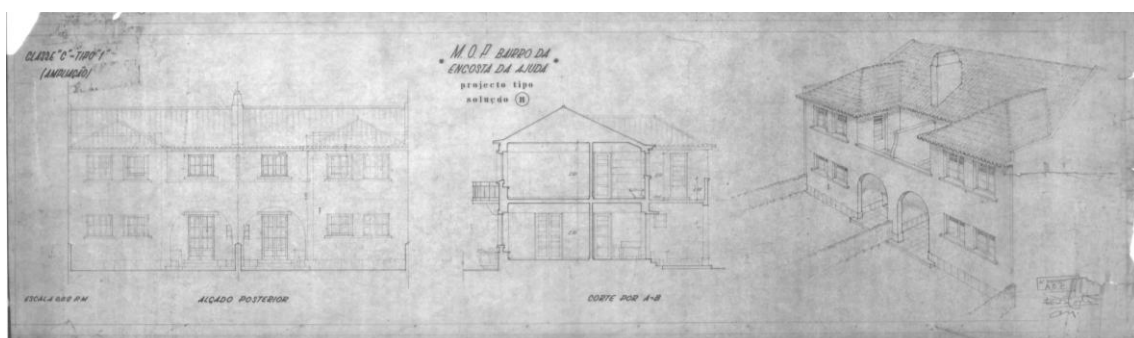


Fig. 2.1.2.14. Projecto de ampliação da moradia económica da Classe 'C' tipo 1, 1947²⁸¹

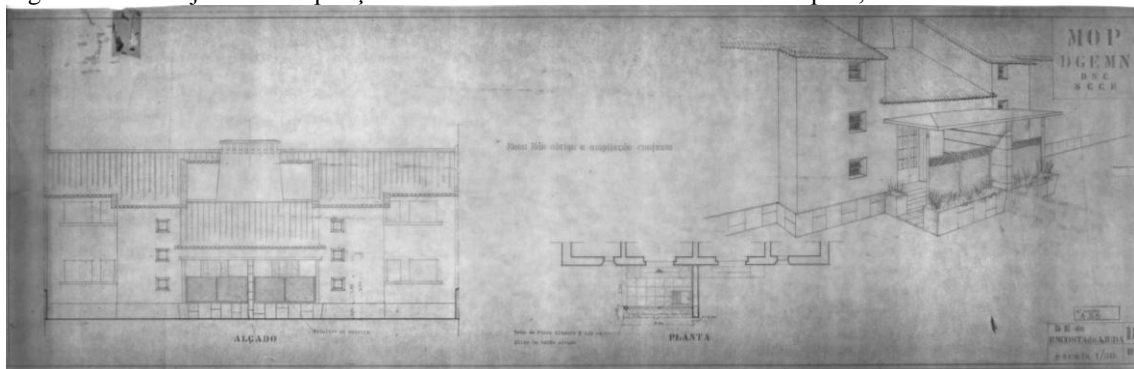


Fig. 2.1.2.15. Projecto de ampliação da moradia económica da Classe 'D' tipo 2, 1947²⁸²

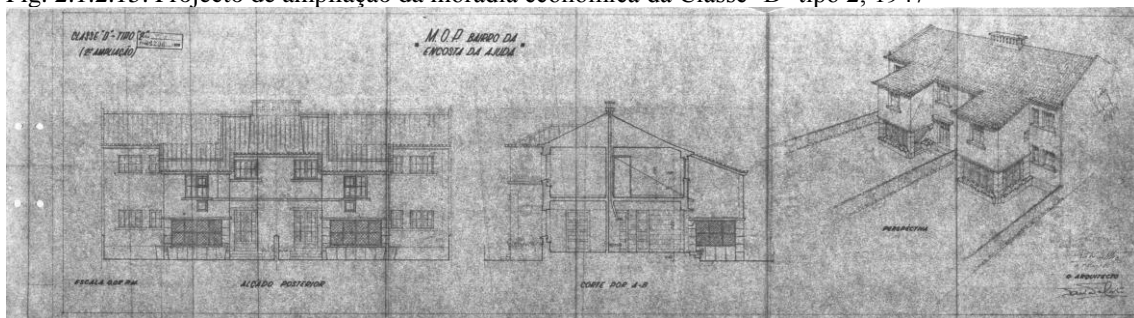


Fig. 2.1.2.16. Projecto de ampliação da moradia económica da Classe 'D' tipo 2, 1955²⁸³

²⁸⁰ Ver Obra Nº 54367, Processo Nº 15144/955, Folha 1, Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Intermédio.

²⁸¹ In Arquivo de João Guilherme Faria da Costa, IHRU.

²⁸² In Arquivo de João Guilherme Faria da Costa, IHRU.

²⁸³ In Obra Nº 54081, Processo Nº 1206/955, Folha 5, Arquivo Municipal de Lisboa- Núcleo Intermédio.

De modo a assegurar a rápida construção e a aplicação de rendas baixas, os materiais empregues na construção destas casas eram, sempre que possível, *standards* e económicos. De facto sabe-se que logo em 1945 foi documentado nos *Anais do Município de Lisboa*, que *para satisfazer o programa estabelecido iniciaram-se e desenvolveram-se uma série de estudos tanto de gabinete como experimentais, para decidir dos modelos de casas e do tipo de construção mais adequada às condições impostas de residência, habitabilidade e de economia e de rapidez de construção*²⁸⁴. Concluídos os ensaios, seguiu-se a preparação de nove projectos para nove modelos de casas, elaborados considerando duas hipóteses de construção: *a primeira adoptando os métodos correntes de construção, a segunda adoptando novos métodos de produção pré-fabricados, aconselhados pelos estudos e ensaios levados a efeito numa primeira fase*²⁸⁵. Para verificar a viabilidade da construção pré-fabricada, o arquitecto e o engenheiro-chefe da Repartição de Obras Municipais, foram incumbidos de uma viagem de estudo a Inglaterra, tendo-se concluído, segundo relatou o presidente da Câmara Municipal de Lisboa Álvaro Salvação Barreto, que *resultou desta missão a confirmação plena de que não só o problema, como houvera sido posto, tinha possibilidade de resolução com êxito como também, pelo contacto directo com as casas fabricantes, se verificou a existência e a viabilidade de compra de equipamentos e mais material necessário para a produção em série de elementos pré-fabricados*²⁸⁶. Com isto se conclui que o país terá estabelecido contractos com empresas inglesas que (eventualmente) vieram a fornecer material para a edificação das casas de renda económica nacionais.

²⁸⁴ Ver Álvaro Salvação Barreto, “Relatório do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Álvaro Salvação Barreto”, In *Anais do Município de Lisboa* 1945, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1946, pp. 114-115.

²⁸⁵ Ver Álvaro Salvação Barreto, “Relatório do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Álvaro Salvação Barreto”, In *Anais do Município de Lisboa* 1945, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1946, pp. 114-115.

²⁸⁶ Idem.

TIPO	ÁREA	Estimativa Custo Construção
C1	52m ²	118.500\$00
C2	65m ²	118.500\$00
C3	65m ²	118.500\$00
D1	65m ²	121.500\$00
D2	73m ²	
D3	77m ²	

Fig. 2.1.2.17. Estimativa do custo de construção de casas-tipo para o bairro económico do Vale Escuro, 1946²⁸⁷

Embora o bairro económico da encosta da Ajuda estivesse já por esta altura construído, inaugurado e ocupado, como documentado num **álbum de fotografias de Faria da Costa**²⁸⁸, entre 21 de Junho e 19 de Julho de **1958**, foi construída a título de experiência uma moradia da **classe A tipo III no Agrupamento de Casas Económicas de S. João – Vale Escuro**. Ainda que este tipo de moradias não tenha sido edificado no Restelo, provavelmente e atendendo ao facto de Faria da Costa ter defendido a normalização de acabamentos e de sistemas construtivos, os materiais empregues na sua construção poderão ter sido os mesmos ou semelhantes aos utilizados no Restelo. Assim, para uma maior economia na edificação destas moradias, verifica-se que o sistema construtivo foi estudado minuciosamente procurando baixar os custos finais a fim de se poderem aplicar rendas económicas.

²⁸⁷ Ver João Guilherme Faria da Costa, In *Bairro Económico do Vale Escuro, Ante-Projecto de Casas Tipo*, 20 de Novembro de 1946, In Arquivo de João Guilherme Faria da Costa, IHRU.

²⁸⁸ Ver “Álbum de fotografias constituído por 10 folhas de cartolina contendo 53 provas Preto e Branco”, In Arquivo de João Guilherme Faria da Costa, IHRU.

*Fundações: Previu-se um tipo de fundação das paredes principais, de 60 cm de largo e 80 cm de alto até ao nível do terreno constituído por alvenaria de pedra e argamassa hidráulica de cimento de areia, ao traço de 275 kg de cimento por metro cúbico de areia. As fundações das paredes divisórias descerão à profundidade de 50 cm mas apenas com 40 cm de espessura. As fundações das escadas exteriores serão de maciços de alvenaria do mesmo tipo descendo apenas 40 cm abaixo do nível do terreno*²⁸⁹.

*Paredes: Até à altura do nível superior do forro, prevê-se a construção das paredes exteriores em alvenaria do tipo da das fundações em parede com 40 cm de espessura. Acima do forro, as paredes exteriores serão construídas com blocos de beton ou argamassa de cimento, a uma vez, do tipo 40x20x20, assentes com argamassas hidráulica de cimento de areia, ao traço 275/400/800. As paredes mieiras serão construídas com blocos e argamassa do tipo anterior mas em espessura de meia vez. As paredes divisórias serão construídas com blocos do tipo 40x20x15 assentes com argamassa do tipo anterior mas em espessura de 15 cm*²⁹⁰.

*Pavimentos: Os pavimentos do R/C serão de massames assentes directamente no terreno e revestidos a tacos ou mosaico conforme a natureza da divisão. O pavimento do 1º andar será constituído por uma laje geral de beton armado que servirá contraventamento do edifício. Esta laje será revestida a taco de madeira ou mosaico conforme a natureza da divisão*²⁹¹.

*Cobertura: A cobertura será de telha tipo 'Campos' assente em telhado constituído por asnas, rincões, tacaniças, madres, varas e ripas*²⁹².

*Tectos: Os tectos serão estucados sobre beton armado no R/C. e vigados e estucados no 1º andar*²⁹³.

*Caixilharias: As caixilharias de portas e janelas, incluindo os respectivos aros serão de pinho prevendo-se ferragens de boa qualidade para todos os tipos de casas*²⁹⁴.

*Cantarias: Nestes estudos, dado o alto preço de custo que estas atingiram, apresenta-se a substituição de cantarias por material tipo 'CAVAN', bujardado*²⁹⁵.

Com o passar dos anos os proprietários destas moradias foram mudando, alterando também o número de habitantes que passaram a ser constituídos por famílias (algumas mais numerosas) que ansiaram uma casa com jardim na capital. A especulação imobiliária elevou consideravelmente os preços aplicados nas vendas destas moradias,

²⁸⁹ Ver João Guilherme Faria da Costa, In *Bairro Económico do Vale Escuro, Ante-Projecto de Casas Tipo*, 20 de Novembro de 1946, pp. 3-4, In Arquivo de João Guilherme Faria da Costa, IHRU.

²⁹⁰ Idem, op. cit., pp. 4.

²⁹¹ Idem.

²⁹² Idem.

²⁹³ Idem.

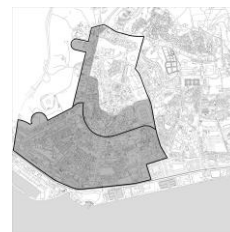
²⁹⁴ Idem, op. cit., pp. 4-5.

²⁹⁵ Idem, op. cit., pp. 5.

dando origem a **transacções milionárias por edificações económicas**. Este bairro económico deverá ser denominado de “bairro social” no sentido de sociável, no local para onde todos querem morar. Como vimos anteriormente, para edificações feitas com base em materiais de construção também económicos e, principalmente, com áreas muito reduzidas que, na maior parte dos casos, naturalmente, não satisfazem as necessidades dos seus moradores, originando sucessivas ampliações, sendo que estas já não são feitas com base nos projectos predefinidos. Inventariado mas não classificado, o bairro de moradias económicas da encosta da Ajuda, cujo desenho obedecia a uma continuidade, oferecendo uma (desejada) leitura monótona das fachadas, é hoje um bairro de pequenas moradias “à antiga portuguesa” – *cujas responsabilidades insistem em me querer assacar*²⁹⁶ (Raul Lino) –, de tal forma ampliadas e alteradas que o jardim é muitas vezes inexistente ou de menores dimensões, deixando de oferecer as mesmas condições de vida a todos os moradores como era a vontade do arquitecto-urbanista João Guilherme Faria da Costa.

²⁹⁶ Ver Raul Lino, “A Arquitectura da Capital”, *Revista Municipal*, N° 65, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1955, pp. 57 (Prémio Júlio César Machado, 1953).

2.1.3. O ensaio da Modernidade no bairro residencial da encosta da Ajuda



*Há mesmo um certo espírito de negação na nossa época, que de forma alguma é propício à criação de um ambiente favorável ao trabalho dos artistas modernos, porque embora os paladinos do ‘bom gosto’, do rococó e da tradição não o saibam ainda, a época revolucionária da arquitectura já passou, pois a declaração da SARRAZ tem já um quarto de século e a Carta de Atenas tem vinte anos, e a Arquitectura Moderna conquistou já o seu lugar definido e inabalável numa grande parte do Mundo, tão solidamente como a Arquitectura Helénica ou Gótica o fizeram. Só lastimamos que isso tarde tanto a acontecer entre nós*²⁹⁷.

João Andresen, 1952

Sob a acção do **Regulamento Geral das Edificações Urbanas**²⁹⁸ (1951) e sujeito à aprovação por parte da **Direcção de Serviços de Salubridade e Edificações Urbanas**²⁹⁹ (DSSEU) que, desde Abril de 1949, se encarregava de apreciar os projectos de obras particulares apresentados à Câmara Municipal de Lisboa, durante o decorrer da

²⁹⁷ Ver João Andresen, “Que pensa sobre o desenvolvimento actual da Arquitectura no nosso país?”, *A Arquitectura Portuguesa e Cerâmica e Edificação*, Março/Abril 1952, pp. 16.

²⁹⁸ Segundo descreve Ana Isabel de Melo Ribeiro, *só em Janeiro de 1946 é que, numa das assembleias gerais do Sindicato [Nacional dos Arquitectos] com elevado número de participantes, foi debatido especificamente o Regulamento Geral da Construção Urbana, que há três anos continuava a ser alvo de um estudo por parte de uma comissão formada no âmbito da Câmara Municipal de Lisboa e a qual estavam os arquitectos A. Couto Martins e Faria da Costa. É curioso verificar que naquela reunião o que estava em causa não era o conteúdo daquele regulamento mas, de acordo com o que afirmou Pardal Monteiro, presidente da Mesa da Assembleia Geral, a conveniência de serem criadas pelas entidades competentes, ‘disposições regulamentares que permitam aos arquitectos actuar no seu campo profissional com pleno conhecimento de todas as leis vigentes’.* Ver Ana Isabel de Melo Ribeiro, *Arquitectos Portugueses: 90 Anos de Vida Associativa, 1863-1953*, Porto, FAUP Publicações, 2002, pp. 109.

²⁹⁹ Através da 3ª e 4ª Repartição – Arquitectura e Edificações Urbanas, respectivamente – do Gabinete de Apreciação de Projectos e Obras e da Comissão Permanente de Vistorias, anteriormente sob a alçada da Direcção de Serviços de Urbanização e Obras (D.S.UO.).

década de 50 do século XX, muitos outros projectos de moradias³⁰⁰ foram sendo construídas no(s) bairro(s) de Faria da Costa. Como tivemos oportunidade de referir no capítulo anterior, por esta altura, tanto se dava continuidade à edificação da zona a sul da Avenida do Restelo, como se iniciava a construção da zona a norte deste importante eixo viário, no seguimento do proposto no plano do Bairro Residencial da Encosta da Ajuda – 2ª fase.

As **Exposições Gerais de Artes Plásticas** foram, à época, o maior evento “publicitário” destas edificações, tendo reunido diversas gerações de arquitectos e também de artistas plásticos. Como manifestara Cândido Palma de Melo (1922-2003) num artigo publicado na revista *Arquitectura*, a EGAP *veio demonstrar que os arquitectos, da mesma maneira que os pintores, os escultores os desenhistas e ceramistas, acreditam ser possível por meio destas exposições uma educação do público dentro dos seus princípios, que apresentam como o caminho para a solução dos problemas da arquitectura num sentido mais coerente com a vida e técnicas modernas*³⁰¹. Segundo José Augusto França, *artistas académicos e também modernistas, que tinham estado ligados à acção artística do S.P.N./S.N.I., jovens que surgiam em franca antipatia ao regime, arquitectos de empenho social, formavam um todo a vários títulos heterogéneo*³⁰². Na verdade, Mário Dionísio³⁰³ dá-nos logo uma visão daquilo que se pretendia com estas exposições no prefácio do catálogo da **1ª EGAP (1946)**, onde escreve que estas procuravam romper com o *abismo que parecia erguer-se entre o pintor abstracto e o desenhador de cartazes, entre o escultor e o*

³⁰⁰ Assim como o Instituto de Altos Estudos Militares Estado Maior do Exército (inaugurado em 1958), cujo autor do projecto até ao momento não conseguimos identificar, devido ao facto de não ter sido submetido a aprovação da Câmara Municipal de Lisboa. Desde 1941 que era competência do Ministério das Obras Públicas e Comunicações, através da CANIE (Comissão Administrativa para as Novas Infra-estruturas do Exército), a construção dos quartéis militares e de todos os edifícios do exército.

³⁰¹ Ver Cândido Palma de Melo, “V Exposição Geral de Artes Plásticas”, *Arquitectura*, Lisboa, Nº 35, Agosto 19530, pp. 22.

³⁰² Ver José Augusto França, “Exposições Gerais de Artes Plásticas”, In Fernando Azevedo (Com.), *Os anos 40 na Arte Portuguesa*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Março/Maio 1982, pp. 83.

³⁰³ Mário Dionísio, em 1946, *pertence à Comissão Organizadora das Exposições Gerais de Artes Plásticas (desde Março-Abril), sendo o autor do prefácio (não assinado) do Catálogo da primeira dessas exposições*. Ver Mário Dionísio, *Autobiografia*, Tábua Bibliográfica, pp. 90, Citado por Eduarda Dionísio, In *Um Cesto de Cerejas. Francisco Castro Rodrigues: Conversas, Memórias, Uma vida*, Lisboa, Casa da Achada, 2010, nota de rodapé Nº 22, pp. 180.

*arquitecto, entre o fotógrafo e o aquarelista*³⁰⁴. Assim, no dobrar da década, na 5ª EGAP (1950), Alberto José Pessoa (1919-1985) expõe os projectos da “**Moradia do Exmo. Sr. Dr. Adolfo Bravo**”³⁰⁵ localizada na **Rua Fernão Lopes de Castanheda N° 8** (Fig. 2.1.3.1.) e da “**Moradia do Exmo. Sr. Dr. Cantante da Mota**”³⁰⁶ localizada na **Rua Duarte Pacheco Pereira N° 37** (Fig. 2.1.3.2.), à qual foi atribuído, nesse mesmo ano, o **Prémio Valmor - 1950**³⁰⁷. Avaliado pelos arquitectos António Couto Martins em representação da Câmara Municipal de Lisboa, Porfírio Pardal Monteiro pela Academia Nacional de Belas Artes e Keil do Amaral pelo Sindicato Nacional dos Arquitectos, na opinião de Pedro Vieira de Almeida, trata-se de mais um projecto “português suave”³⁰⁸ ou como o próprio autor justificara relativamente ao projecto da moradia não premiada, apenas *uma ideia de certa economia e de grande simplicidade, do qual procuramos tirar o maior partido, pela franqueza e nitidez dos volumes de construção*³⁰⁹. Na verdade, depois de analisados os respectivos projectos, ficam-nos algumas questões: o que terá levado o arquitecto Alberto José Pessoa a seleccionar estes dois projectos para serem expostos na 5ª EGAP quando havia realizado outros de qualidade arquitectónica superior³¹⁰? E o que terá motivado o painel de júri a premiar a moradia da Rua Duarte Pacheco Pereira quando foram seleccionadas para uma avaliação mais pormenorizada o

³⁰⁴ Ver *Exposição Geral de Artes Plásticas*, Lisboa, S.N.B.A., 1946.

³⁰⁵ Peça N° 127 do catálogo da 5ª EGAP.

³⁰⁶ Peça N° 128 do catálogo da 5ª EGAP.

³⁰⁷ Ver *Prémios Valmor e Municipal de Arquitectura*, ver Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Arco do Cego, Caixa 3, código de localização AC.01.Sala H, Processo Privativo N° 409/1954.

³⁰⁸ Ver Pedro Vieira de Almeida e José Manuel Fernandes, “O ‘Arrabalde’ do Céu”, In *História da Arte em Portugal*, Lisboa, Edições Alfa, 1986, vol. 14, pp. 145.

³⁰⁹ Ver Alberto José Pessoa, Memória Descritiva e Justificativa, 20/6/1951, Obra N° 22614, Processo N° 27022/951, Folha 2, Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Intermédio.

³¹⁰ Alberto José Pessoa esteve ao serviço das comissões administrativas dos planos de obras da Praça do Império (1942-1944) e da Cidade Universitária de Coimbra (1942-1945), onde vem a realizar os projectos da Faculdade de Letras (1945), do Arquivo (1947-1956) e das Instalações Académicas (com João Abel Manta, 1956-1959). Antes da 5ª EGAP, havia também realizado o conjunto da Avenida Paris e Praça Pasteur (com José Alexandre Gomes Bastos, Alberto José Pessoa, Chorão Ramalho e Lucínio Cruz, 1947) e alguns anos depois desta exposição, o moderno plano da Avenida Infante Santo e área envolvente (1955-1956), tendo sido responsável pelos projectos do Hotel (1955-1957) e alguns edifícios de habitação nesta Avenida (com Hernâni Gandra e João Abel Manta, 1955, Prémio Municipal 1957). Quanto ao projecto do edifício sede da Fundação Calouste Gulbenkian (1960-1969), realizado em parceria com Ruy Jervis d’Athouguia, Alberto José Pessoa e Pedro Cid, este valeu-lhe mais um Prémio Valmor (1975).

Cinema São Jorge³¹¹ da autoria de Fernando Silva e o prédio na Avenida de Madrid N° 2 e 2A de Raul Tojal; e no Restelo, as moradias localizadas na **Rua Dom Francisco de Almeida N° 29** (Fig. 2.1.3.3.) da autoria de **Inácio Ramon Peres Fernandes**; **Avenida do Restelo N° 41** (Fig. 2.1.3.4.) de **José Manuel Francisco Gilberto Zilhão**; **Rua Fernão Lopes Castanheda N° 5** (Fig. 2.1.3.5.) de **José Alexandre Gomes Bastos** (n. 1914); **Rua Duarte Pacheco Pereira N° 54** (Fig. 2.1.3.6.) de **Alberto José Pessoa**? Sabe-se que Alberto José Pessoa trabalhou com Keil do Amaral e que, como dissera Michel Toussaint, *mostra influência deste ao escrever que ‘a arquitectura que se realiza em certo momento e em determinado local reflecte o meio em que se desenvolve’*³¹². Esta afirmação poderá justificar a opção pela “simplicidade” e pela “verdade dos materiais” mas não esqueçamos que o regulamento deste galardão impunha que o prémio fosse atribuído a uma casa nova que, como referimos anteriormente, tivesse *algum tipo artístico português*³¹³.

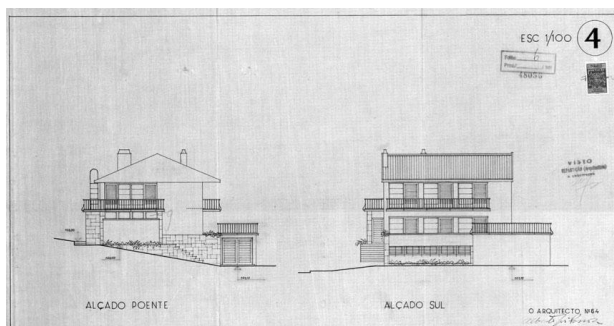


Fig. 2.1.3.1. Alçados Poente e Sul da moradia localizada na Rua Fernão Lopes de Castanheda N° 8, Alberto José Pessoa, 1951³¹⁴

Fig. 2.1.3.2. Moradia localizada na Rua Duarte Pacheco Pereira N° 37, Alberto José Pessoa, 1948-1949, Prémio Valmor 1950³¹⁵

³¹¹ Condecorado com o Prémio Municipal de Arquitectura - 1950, avaliado pelo júri constituído pelos arquitectos Vasco Regaleira como presidente, Porfírio Pardal Monteiro (Academia Nacional de Belas Artes), Francisco Keil do Amaral (Sindicato Nacional dos Arquitectos) e António Couto Martins (Câmara Municipal de Lisboa). Ver *Acta de Atribuição do Prémio Municipal*, 21 de Maio de 1951, In *Prémios Valmor e Municipal de Arquitectura*, ver Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Arco do Cego, Caixa 3, código de localização AC.01.Sala H, Processo Privativo N° 407/1954.

³¹² Ver Michel Toussaint Alves Pereira, *Da Arquitectura à Teoria e o Universo da Teoria da Arquitectura em Portugal na primeira metade do século XX*, Dissertação de Doutoramento em Teoria da Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, 2009, pp. 98-99.

³¹³ Ver José Manuel Fernandes e Adalberto Tenreiro, “Prémios de Arquitectura em Lisboa”, *Arquitectura*, N° 139, 1980, pp. 33.

³¹⁴ In Obra N° 22614, Processo N° 48056/951, Folha 6, Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Intermédio.

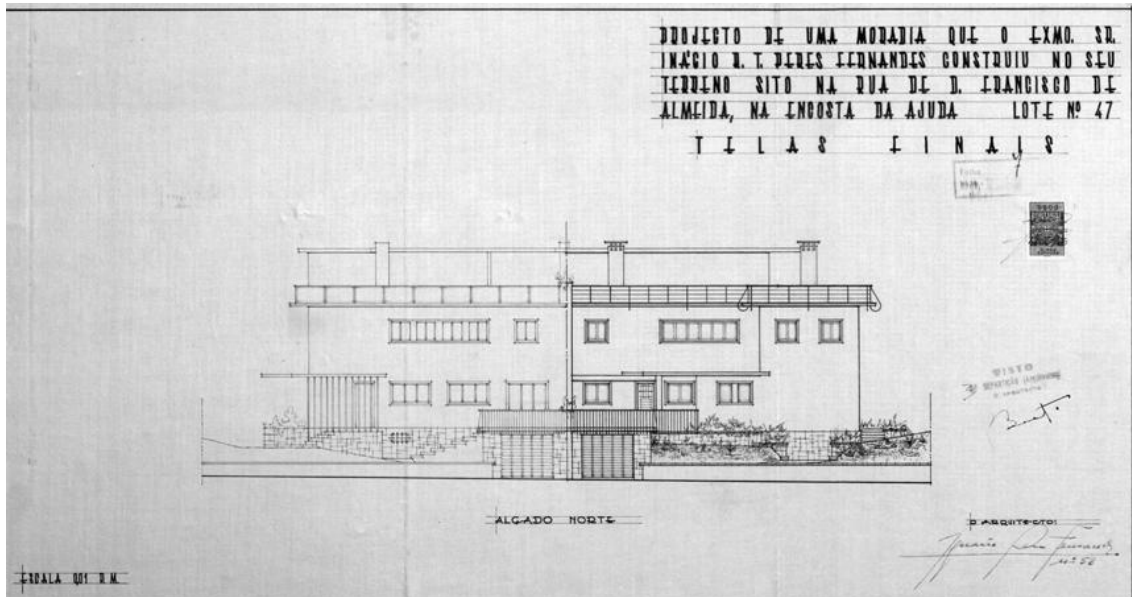


Fig. 2.1.3.3. Alçado Norte da moradia geminada localizada na Rua Dom Francisco de Almeida Nº 29, Inácio Ramon Tomaz Peres Fernandes e José Almeida Segurado, 1949-1950³¹⁶

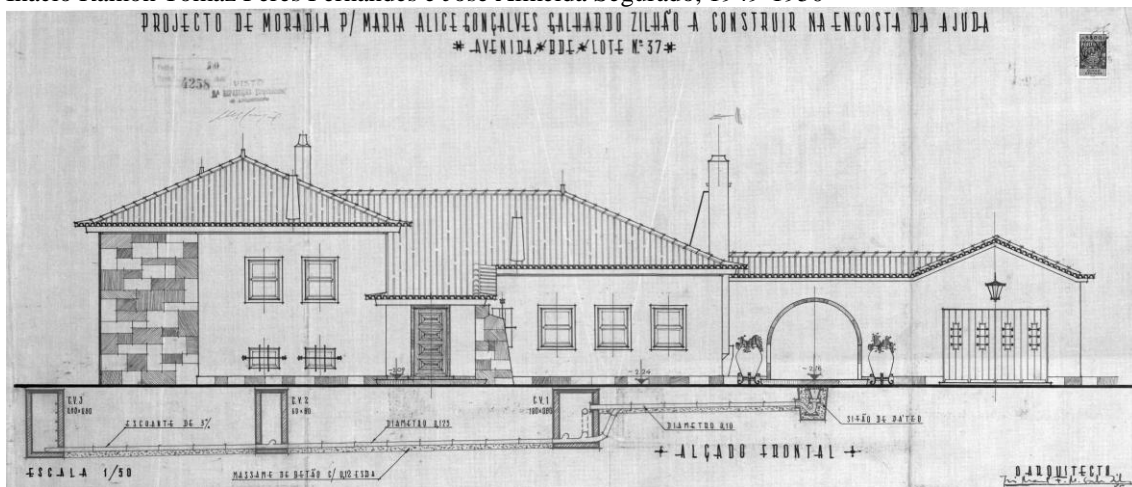


Fig. 2.1.3.4. Alçado principal da moradia localizada na Avenida do Restelo Nº 41, José Manuel Galhardo Zilhão, 1948-1949³¹⁷

³¹⁵ In Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Fotográfico, Prova: A23214, da autoria de Matos Sequeira Filho.

³¹⁶ In Obra Nº 740, Processo Nº 7092/950, Folha 7, Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Intermédio.

³¹⁷ In Obra Nº 11398, Processo Nº 4258/949, Folha 10, Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Intermédio.

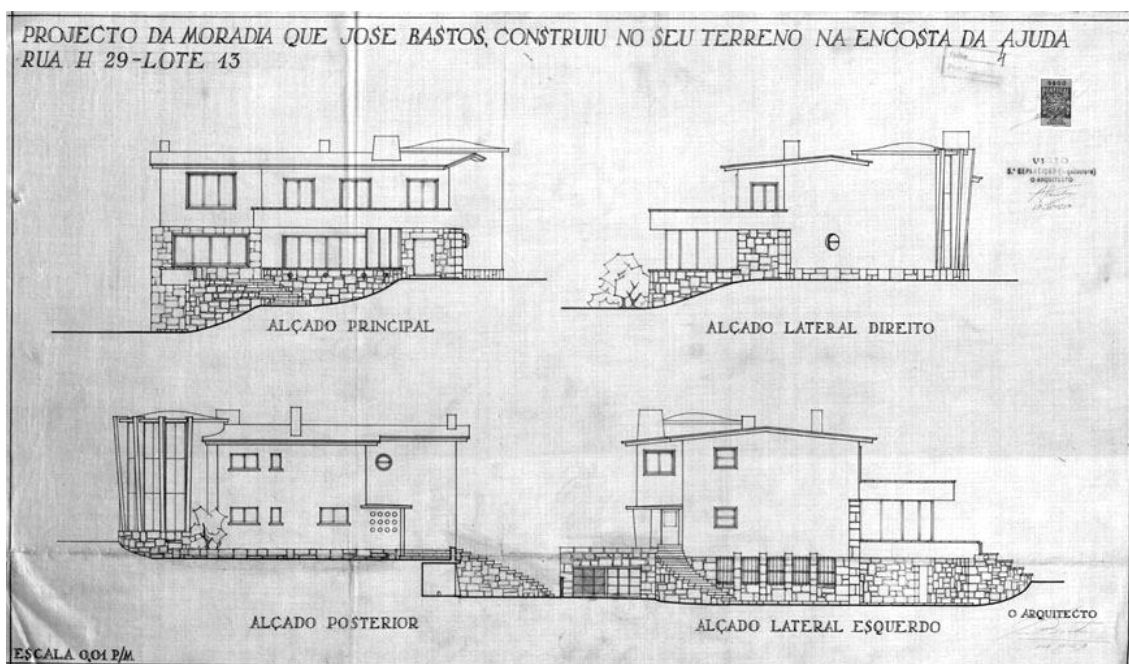


Fig. 2.1.3.5. Alçados da moradia localizada na Rua Fernão Lopes de Castanheda Nº 5, José Alexandre Gomes Bastos, 1948-1950³¹⁸

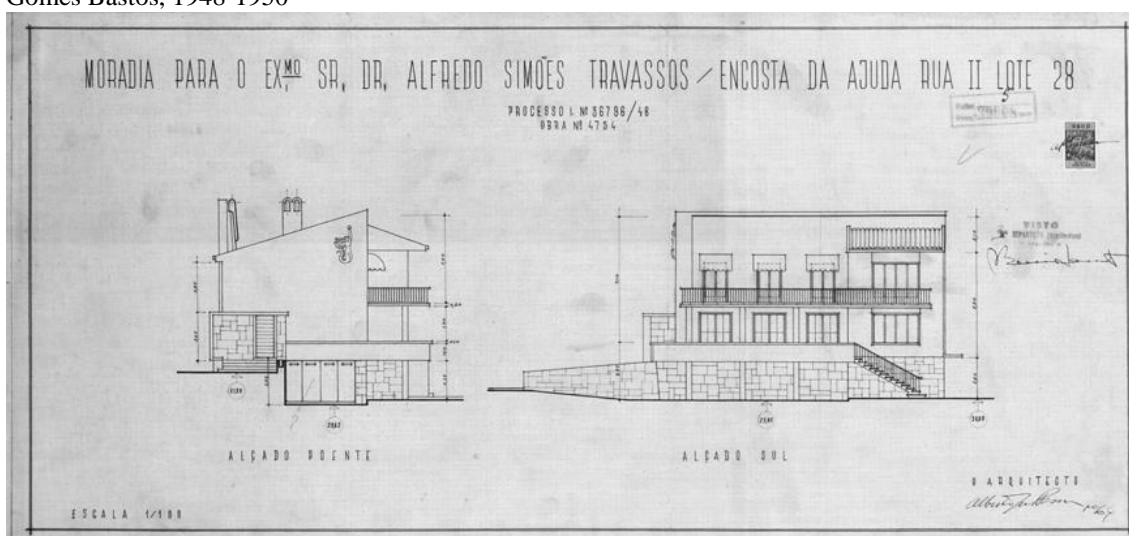


Fig. 2.1.3.6. Alçados Poente e Sul da moradia localizada na Rua Duarte Pacheco Pereira Nº 54, Alberto José Pessoa, 1948-1949³¹⁹

Artur Pires Martins (1914-2000) expõe igualmente na 5ª EGAP alguns desenhos de uma “Casa na Encosta da Ajuda”³²⁰, provavelmente, o projecto da

³¹⁸ In Obra Nº 3262, Processo Nº 6670/950, Folha 4, Arquivo Municipal de Lisboa- Núcleo Intermédio.

³¹⁹ In Obra Nº 4754, Processo Nº 39068/949, Folha 5, Arquivo Municipal de Lisboa- Núcleo Intermédio.

³²⁰ Peça Nº 129 do catálogo da 5ª EGAP.

moradia localizada na **Avenida Dom Vasco da Gama Nº 26** (Fig. 2.1.3.7.), publicado na revista *Arquitectura*³²¹ e realizado em parceria com **José Alexandre Gomes Bastos**, arquitecto que também projectou outra moradia anteriormente publicada naquele periódico de referência³²², a moradia (destinada a habitação própria) localizada na **Rua Fernão Lopes de Castanheda Nº 5** (Fig. 2.1.3.8.), finalista na avaliação do Prémio Valmor - 1950 como tivemos oportunidade de referir anteriormente. Na verdade, Gomes Bastos foi um arquitecto que teve bastante volume de trabalho na encosta da Ajuda, pois sabe-se que para aquele bairro projectou cerca de 10 moradias (Volume II, Anexos 11. e 13.). Francisco Conceição Silva (1922-1982), numa entrevista que concedeu alguns anos mais tarde a este mesmo periódico, confirmara que entre 1945 e 1953, colaborou *com um arquitecto [(José Alexandre Gomes Bastos)] que tinha uma grande quantidade de trabalho, um tipo de trabalho que na altura abundava: a moradia*³²³.



Fig. 2.1.3.7. Moradia localizada na Avenida Dom Vasco da Gama Nº 26, Artur Pires Martins e José Alexandre Gomes Bastos, 1949-1959, pub. 1952³²⁴

Fig. 2.1.3.8. Moradia localizada na Rua Fernão Lopes de Castanheda Nº 5, José Alexandre Gomes Bastos, 1948-1950, pub. 1952³²⁵

³²¹ Ver Artur Pires Martins, “Moradia na Encosta da Ajuda”, *Arquitectura*, Lisboa, Nº 43, Agosto 1952, pp. 2-5. Embora neste periódico a autoria deste projecto venha atribuída somente a Artur Pires Martins, a consulta do volume de obra Nº 36 permitiu-nos esclarecer que se tratou de uma co-autoria entre este arquitecto e José Alexandre Gomes Bastos. Para informações detalhadas ver Obra Nº 36, Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Intermédio.

³²² Ver José Gomes Bastos, “Moradia na Encosta da Ajuda”, *Arquitectura*, Lisboa, Nº 42, Maio 1952, pp. 19-21.

³²³ Ver Francisco Conceição Silva, *Arquitectura*, Nº 120, Lisboa, Março-Abril, 1971, pp. 43.

³²⁴ In Artur Pires Martins, “Moradia na Encosta da Ajuda”, *Arquitectura*, Lisboa, Nº 43, Agosto 1952, pp. 2-5.

Tendo em conta que o lote onde está inserida a casa da Avenida Dom Vasco da Gama Nº 26 é de reduzidas dimensões, a maior dificuldade que Gomes Bastos e Pires Martins tiveram no projecto realizado em parceria, foi a *defesa da vida interior da vizinhança muito próxima das construções que a envolvem*³²⁵. Deste modo, a diferença de cota do terreno em relação à rua foi aproveitada para, não só criar, ao nível do 1º piso, a zona de acesso automóvel (garagem³²⁶) e pedonal (*hall* de entrada e escadas), mas também para, ao nível dos pisos superiores (2º e 3º pisos), *dar aos compartimentos principais mais amplas vistas*³²⁷ (Fig. 2.1.3.9.). Como arquitectos modernos que foram, tiraram partido de uma organização interior racional, que separa a zona social da casa das zonas de serviço e de repouso. Assumidamente projectou-se a sala de estar e de jantar separadas apenas por um degrau e por um móvel aparador que permite a comunicação visual entre ambos os compartimentos. De acordo com o descrito no artigo publicado sabe-se que foram desenhados todos os armários e estantes *conforme as necessidades e com vista a um agradável arranjo de interiores*³²⁸ (Fig. 2.1.3.10.). Certamente que o cliente para a qual se destinava a casa, já não procurou um interior de aparência conservadora e tradicional como os exemplos que vimos anteriormente das casas edificadas na década de 40, mas amplos espaços modernamente decorados. O escritório, divisão fechada e autónoma das restantes dependências – sobretudo das áreas de serviço –, para recolha do dono da casa, abre-se, tal como as salas, para uma grande varanda-solário cujo limite curvo se debruça sobre o jardim. Os quartos, localizados no 3º piso, distribuem-se em redor de um *hall* central e, exceptuando o destinado às visitas, abrem-se para uma varanda que permite prolongar a vivência do interior para o exterior e assim, melhor contemplar a envolvente.

³²⁵ In Artur Pires Martins, op. cit., pp. 19.

³²⁶ Ver Artur Pires Martins, op. cit., pp. 5.

³²⁷ A primeira sede da Sociedade Cooperativa de Gravadores Portugueses localizou-se na garagem desta casa (1956), sendo o proprietário, Manuel Antunes Machado Torres, um dos sócios fundadores. Para informações detalhadas ver Inês Vieira Gomes, *Sociedade Cooperativa de Gravadores Portugueses: O renascimento da gravura em Portugal*, tese de mestrado em História de Arte Contemporânea apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2010.

³²⁸ Ver Artur Pires Martins, op. cit., pp. 5.

³²⁹ Idem.

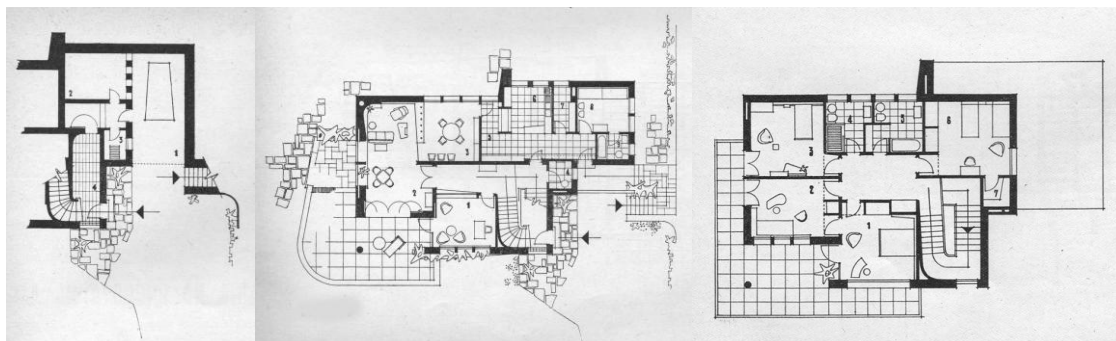


Fig. 2.1.3.9. Plantas do 1º, 2º e 3º piso da moradia localizada na Avenida Dom Vasco da Gama Nº 26, Artur Pires Martins e José Alexandre Gomes Bastos, 1949-1959, pub. 1952³³⁰



Fig. 2.1.3.10. Fotografias do interior da moradia localizada na Avenida Dom Vasco da Gama Nº 26, Artur Pires Martins e José Alexandre Gomes Bastos, 1949-1959, pub. 1952³³¹

No projecto da moradia destinada a sua residência, José Gomes Bastos aproveitou a pendente do terreno e, *sem necessidade de movimentos de terra, permitindo [com] o desnível existente o aproveitamento parcial de um 1º piso em óptimas condições de habitabilidade*³³². Mais uma vez, segundo o artigo publicado, é salientada *a reduzida dimensão do lote [(triangular com a frente sobre a rua no vértice mais agudo)] e, portanto, a pequena área de construção em relação às necessidades do programa*³³³, bem como a sensação de devasse *das moradias localizadas nos talhões anexos*³³⁴. De forma a colmatar este obstáculo, projectaram-se grandes terraços em balanço que prolongam as principais dependências para a paisagem, ampliando as áreas exteriores (ou semi-exteriores). Neste caso, como descrito, *criou-se um amplo living-room*, ou seja, as salas jantar e de estar formam um todo aberto para o exterior,

³³⁰ In Artur Pires Martins, op. cit., pp. 3-4.

³³¹ Idem.

³³² Ver José Gomes Bastos, “Moradia na Encosta da Ajuda”, *Arquitectura*, Lisboa, Nº 42, Maio 1952, pp. 19.

³³³ Idem., pp. 21.

³³⁴ Idem.

protegido da envolvente por um biombo de vidro. No piso dos quartos também foi contemplado um espaço exterior para o qual todos se abrem e neste, *amenizando-se a possível aridez da grande extensão deste terraço*³³⁵, um moderno lago ao centro procura criar um espaço de “jardim” a uma cota mais elevada. Ao analisarmos os desenhos técnicos, verificamos que o arquitecto tira partido dos remates curvos, criando ritmos salientes e reentrantes nas fachadas (Fig. 2.1.3.11.). Como descrito no artigo divulgado, *a escada em hélice, solta da parede e recortando-se sobre um fundo envidraçado, permite um partido agradável e decorativo para a perspectiva da entrada principal*³³⁶.

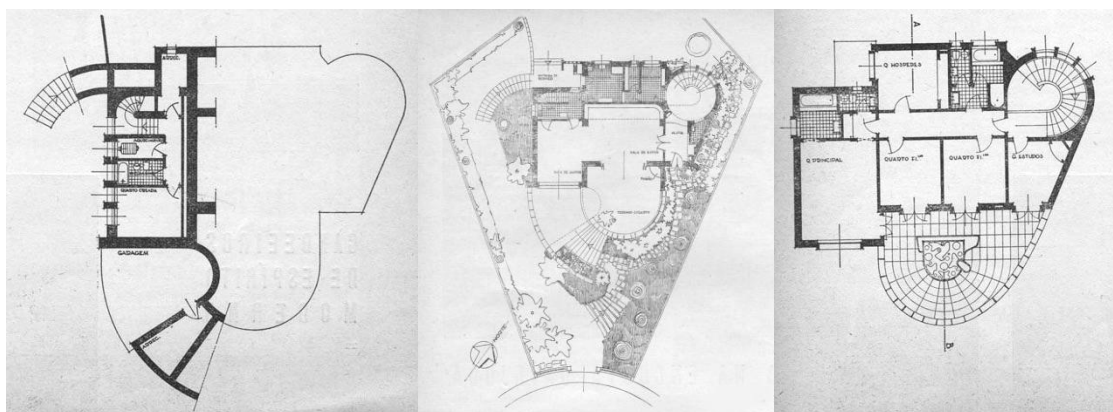


Fig. 2.1.3.11. Plantas da cave, rés-do-chão e 1º andar da moradia localizada na Rua Fernão Lopes de Castanheda Nº 5, José Alexandre Gomes Bastos, 1948-1950, pub. 1952³³⁷

Ainda nesta mesma exposição esteve representado o arquitecto **Francisco Keil do Amaral** que expõe a maquete do anteprojecto da “**Moradia para o Exmo. Sr. António Sousa Pinto**”³³⁸, localizada na **Avenida Dom Vasco da Gama Nº 2/Rua Alto do Duque Nº 1** (Fig. 2.1.3.13.), capa do 46º número da revista *Arquitectura*³³⁹ (Fig. 2.1.3.15.) e galardeada com o **Prémio Municipal - 1951**³⁴⁰ (Fig. 2.1.3.14.). Como descrito na declaração de voto do arquitecto Paulino Montez: *voto na moradia situada*

³³⁵ Idem.

³³⁶ Idem.

³³⁷ In José Gomes Bastos, “Moradia na Encosta da Ajuda”, *Arquitectura*, Lisboa, Nº 42, Maio 1952, pp. 20-21.

³³⁸ Peça Nº 135 do catálogo da 5ª EGAP.

³³⁹ Ver *Arquitectura*, Lisboa, Nº 46, Fevereiro 1953, capa.

³⁴⁰ Presidente do Júri: arquitecto António Couto Martins; Vogais: arquitectos Paulino Montez (Academia Nacional de Belas Artes) e Ignácio Peres Fernandes (Sociedade Nacional de Belas Artes).

na Avenida Dom Vasco da Gama, 2, da autoria do Arquitecto Keil do Amaral, por verificar que, apesar de certas deficiências da expressão exterior, ela se destaca entre os seis prédios escolhidos previamente e quer pelos seus aspectos de beleza, quer pelo maior número de qualidades apresentadas, correspondendo, assim, ao espírito do Art.º 2º e único do Regulamento do Prémio³⁴¹. Saliente-se que entre as seis obras seleccionadas³⁴², no Restelo, encontramos os projectos das moradias situadas na **Avenida do Restelo Nº 17** (Fig. 2.1.3.12.) da autoria de **Leonardo de Castro Freire** (1917-1970); **Avenida do Restelo Lote Nº 21** de **Guilherme Gomes**³⁴³; e **Avenida Dom Vasco da Gama Nº 26** de **Artur Pires Martins** de que falámos anteriormente por ter sido um dos projectos divulgados na revista *Arquitectura*³⁴⁴.

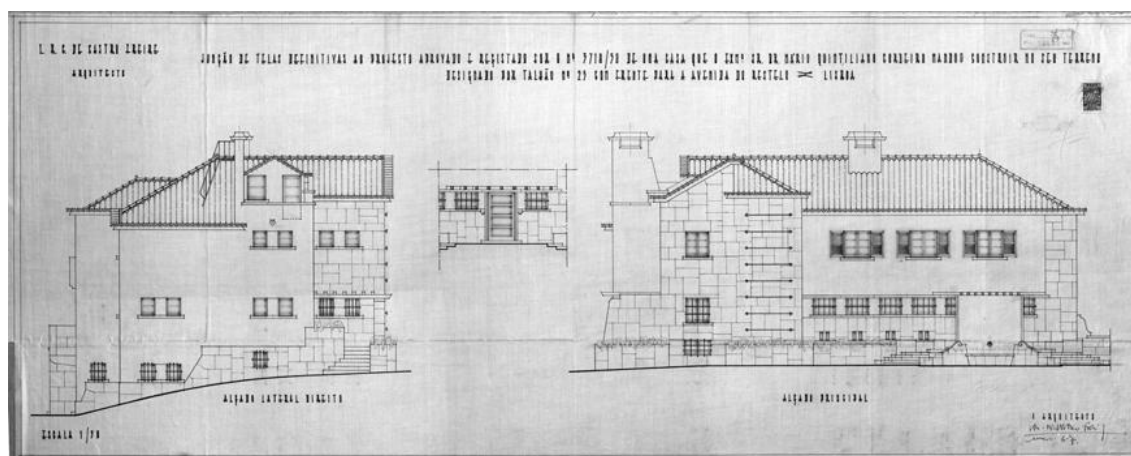


Fig. 2.1.3.12. Alçados lateral direito e principal da moradia localizada na Avenida do Restelo Nº 17, Leonardo Rey Colaço de Castro Freire, 1950-1951³⁴⁵

³⁴¹ Ver *Acta de Atribuição do Prémio Municipal*, 13/6/1952, In *Prémios Valmor e Municipal de Arquitectura*, ver Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Arco do Cego, Caixa 3, código de localização AC.01.Sala H, Processo Privativo S/Nº, 1951.

³⁴² Entre as quais os projectos localizados na Rua das Laranjeiras Nº 24-24A da autoria de José Manuel Zilhão e na Avenida da República 36 de António Maria Veloso Reis Camelo.

³⁴³ Projecto não identificado.

³⁴⁴ Ver Artur Pires Martins, “Moradia na Encosta da Ajuda”, *Arquitectura*, Lisboa, Nº 43, Agosto 1952, pp. 2-5.

³⁴⁵ In Obra Nº 4793, Processo Nº 14432/951, Folha 8, Arquivo Municipal de Lisboa- Núcleo Intermédio.

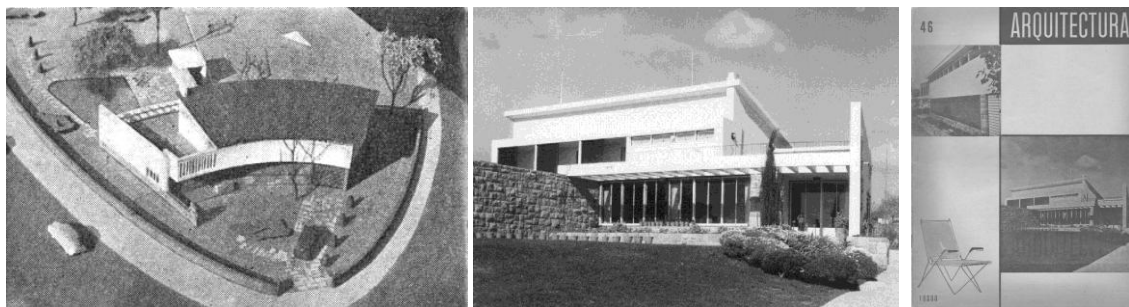


Fig. 2.1.3.13. Maquete do anteprojecto da moradia localizada na Avenida Dom Vasco da Gama Nº 2/Rua Alto do Duque Nº 1, Francisco Keil do Amaral, 5ª EGAP (1950)³⁴⁶

Fig. 2.1.3.14. Moradia localizada na Avenida Dom Vasco da Gama Nº 2/Rua Alto do Duque Nº 1, Francisco Keil do Amaral, 1950-1951, Prémio Municipal 1951³⁴⁷

Fig. 2.1.3.15. Capa do 46º número da revista *Arquitectura*, 1953³⁴⁸

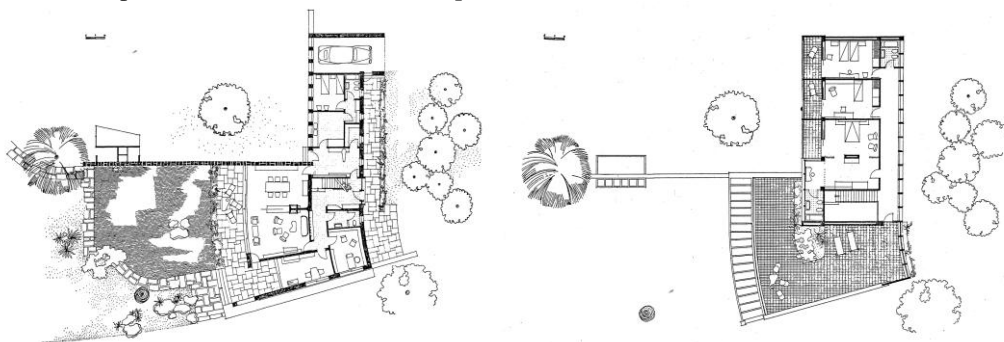


Fig. 2.1.3.16. Plantas do piso térreo e 1º piso da moradia localizada na Avenida Dom Vasco da Gama Nº 2/Rua Alto do Duque Nº 1, Francisco Keil do Amaral, 1950-1951, Prémio Municipal 1951³⁴⁹

Apesar da moradia Sousa Pinto se destinar a uma família pouco numerosa, o proprietário adquiriu dois lotes de terreno, conseguindo (somente deste modo) atingir uma área de cerca de 1500m² e, com a implantação da casa, *criar um jardim tão amplo quanto possível*³⁵⁰. Assim, de forma a vencer a pendente do terreno e a resguardar a casa da movimentada avenida que a confronta, esta implanta-se em “L”, fecha-se a norte para acompanhando a forma do lote (triangular), se abrir em leque a sul sobre um espelho de água e o jardim. Na verdade, como referido no artigo publicado, *tal precaução, não basta porém para garantir um mínimo de intimidade [... houve assim*

³⁴⁶ In “V Exposição Geral de Artes Plásticas”, *Arquitectura*, Lisboa, Nº 35, Agosto 1950, pp. 22.

³⁴⁷ In Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Fotográfico, Prova: A21413, da autoria de Salvador de Almeida Fernandes.

³⁴⁸ In *Arquitectura*, Lisboa, Nº 46, Fevereiro 1953, capa.

³⁴⁹ In “Moradia na Encosta da Ajuda”, *Arquitectura*, Nº 46, Lisboa, Fevereiro 1953, pp. 3 e 4.

³⁵⁰ Idem, pp. 2.

que] construir um muro integrado na moradia suficientemente alto para impedir que os vizinhos devassassem a zona de estar, dentro e fora de casa, mas não tanto que lhes tolhesse a vista sobre o rio³⁵¹. Deste modo, o primeiro piso, onde se encontra a zona íntima da casa (3 quartos), ocupa apenas uma parte do piso térreo, criando sobre a cobertura das salas, um grande terraço/solário prolongado por uma pérgula em consola que protege as divisões sociais e onde *se pode estar isolado e tomar sem receio banhos de sol*³⁵² (Fig. 2.1.3.16.). Para além do arquitecto ter concebido o jardim, projectou ainda alguns objectos para decoração interior.

Como descrito no *Regulamento do concurso para a concessão do prémio municipal de arquitectura: é principal objectivo do concurso estimular os arquitectos a conceberem projectos para casas de habitação que, no todo da sua composição, correspondam perfeitamente ao seu destino e principal função e contribuam para melhorar a estética da cidadina; esclarecer, pelo exemplo, os proprietários acerca das vantagens que resultam da criteriosa solução architectónica das composições; e incitar os construtores a adoptarem normas sucessivamente mais perfeitas na construção das casas de habitação*³⁵³. Ora, no ano de 1952, os arquitectos António Couto Martins, Paulino Montez e Raul Chorão Ramalho, membros do júri daquele prémio³⁵⁴ e representantes da Câmara Municipal de Lisboa, da Academia Nacional de Belas Artes e do Sindicato Nacional dos Arquitectos, respectivamente, decidiram conferir o **Prémio Municipal - 1952**³⁵⁵ aos Srs. Arquitectos **Fernando Silva e João Guilherme Faria da Costa** pela construção do prédio sito na Avenida do Restelo – Lote 32 [(actual Avenida

³⁵¹ Idem, pp. 4.

³⁵² Idem.

³⁵³ Ver *Diário Municipal*, 12/1/1943, Ano VIII, N° 2285, artigo 4°.

³⁵⁴ Cujo presidente foi o vereador Américo Cortez Pinto. Como descrito no *Regulamento do concurso para a concessão do prémio municipal de arquitectura*, o júri de cada concurso será nomeado pelo Presidente da CML e constituído por: a) Um representante do Presidente da CML que servirá de presidente; b) um arquitecto dos serviços municipais; c) Um representante do Sindicato Nacional dos Arquitectos; d) Um representante da Academia Nacional de Belas Artes; e) Um arquitecto, eleito pelos concorrentes até oito dias antes da data designada no anúncio para a entrega das provas do concurso. Ver *Diário Municipal*, 12/1/1943, Ano VIII, N° 2285, artigo 18°.

³⁵⁵ No valor de 10.000\$00. Ver Joaquim da Silva Pinto, Chefe da Repartição, Direcção dos Serviços Centrais e Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, 19/1/1954, In *Prémios Valmor e Municipal de Arquitectura*, ver Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Arco do Cego, Caixa 3, código de localização AC.01.Sala H, Processo Privativo N° 679/1954.

do Restelo Nº 31/Rua Duarte Pacheco Pereira Nº 58)]. Proprietário Eng. Américo Serpa de Melo Queiroz³⁵⁶ (Fig. 2.1.3.17.), apesar do vogal Paulino Montez ter votado para prémio, a moradia situada no gaveto da Avenida D. Vasco da Gama e Avenida do Restelo, propriedade de Alfredo Faria Martins e da autoria do arquitecto José Alexandre Bastos³⁵⁷. Entre as obras concluídas nesse ano – cujo valor arquitectónico não justificou a atribuição do Prémio Valmor –, para além da moradia premiada³⁵⁸, o júri seleccionou para uma leitura mais aprofundada alguns projectos³⁵⁹ entre os quais estão as moradias localizadas na **Avenida Dom Vasco da Gama Nº 1** (Fig. 2.1.3.18.) da autoria de **José Alexandre Gomes Bastos**; **Avenida Dom Vasco da Gama Nº 3** (Fig. 2.1.3.19.) de **José de Almeida Segurado**; e **Rua Fernão Lopes de Castanheda Nº 8** de **Alberto José Pessoa** que, como vimos anteriormente neste subcapítulo, havia sido exposta na 5ª EGAP (1950).

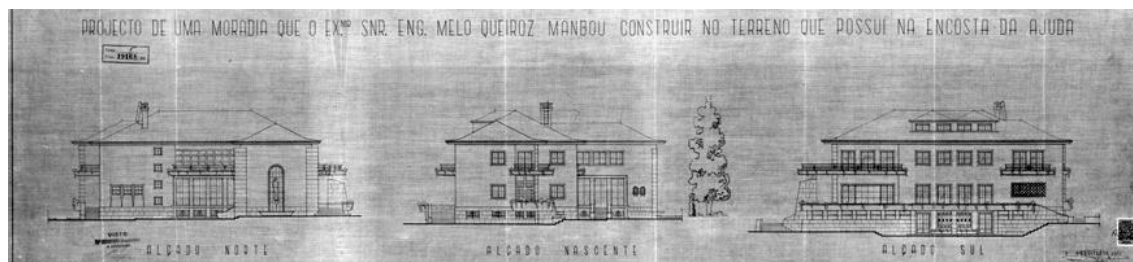


Fig. 2.1.3.17. Alçados da moradia localizada na Rua Duarte Pacheco Pereira Nº 58/Avenida do Restelo Nº 31, João Guilherme Faria da Costa e Fernando Silva, 1948-1951, Prémio Municipal 1952³⁶⁰

³⁵⁶ Ver *Prémios Valmor e Municipal de Arquitectura*, ver Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Arco do Cego, Caixa 3, código de localização AC.01.Sala H, Processo Privativo Nº 679/1954.

³⁵⁷ Ver *Acta de Atribuição do Prémio Municipal*, 10/7/1952, In *Prémios Valmor e Municipal de Arquitectura*, ver Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Arco do Cego, Caixa 3, código de localização AC.01.Sala H, Processo Privativo Nº 679/1954.

³⁵⁸ Cujo proprietário não havia sido notificado da sua condecoração como se pode verificar na carta que o mesmo dirigiu à Câmara Municipal de Lisboa: *Em 3 de Julho de 1953, recebi um ofício dessa Repartição, assinado pelo Exmo. Sr. Joaquim da Silva Pinto, em nome do Presidente do Júri do Prémio Municipal de Arquitectura – Edificações – pedindo-me para dar todas as facilidades aos membros do referido Júri, para visitarem a minha casa, na Avenida do Restelo Nº 31 (antigo Lote Nº 32), a fim de ser apreciada para efeitos de possível atribuição daquele prémio, relativo ao ano de 1952. A visita foi realmente feita, mas oficialmente não me foi dado conhecimento de que qualquer prémio haja sido atribuído. Informaram-me, porém, amigos meus, de que lhe havia sido atribuído o prémio municipal de arquitectura.* Ver Engenheiro Américo de Serpa e Melo Queiroz, Lisboa 18/1/1955, In *Prémios Valmor e Municipal de Arquitectura*, ver Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Arco do Cego, Caixa 3, código de localização AC.01.Sala H, Processo Privativo Nº 679/1954.

³⁵⁹ Foram ainda seleccionados os projectos localizados na Rua do Prior 14 de Vasco Regaleira; Avenida do Aeroporto lote 61 e 62 de Miguel Jacobety Rosa; Avenida de Roma 53 de Joaquim Ferreira.

³⁶⁰ In Obra Nº 2199, Processo Nº 19168/951, Folha 5, Arquivo Municipal de Lisboa- Núcleo Intermédio.

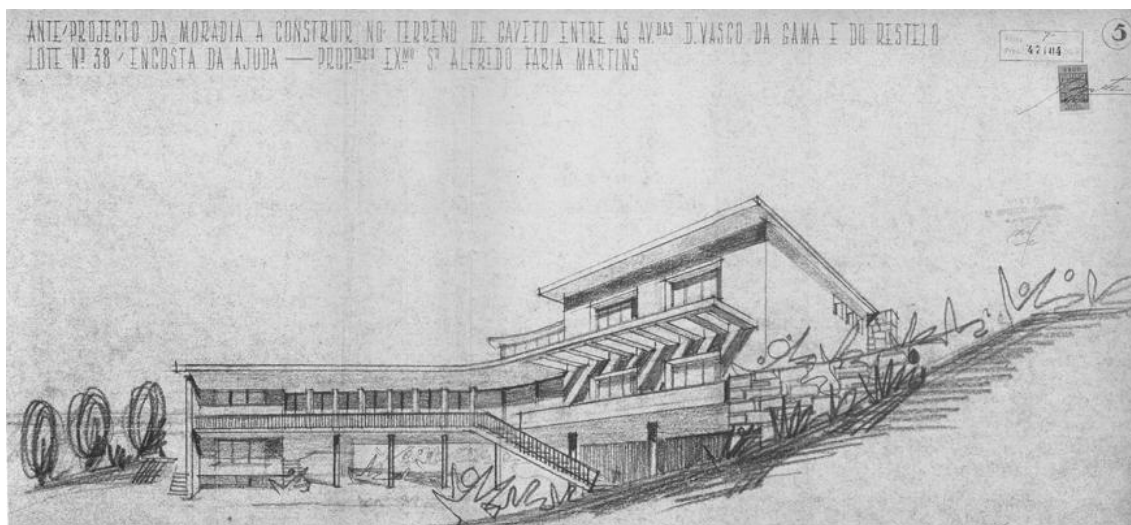


Fig. 2.1.3.18. Perspectiva da moradia localizada na Avenida Dom Vasco da Gama Nº 1/Avenida do Restelo, José Alexandre Gomes Bastos, 1950-1952³⁶¹

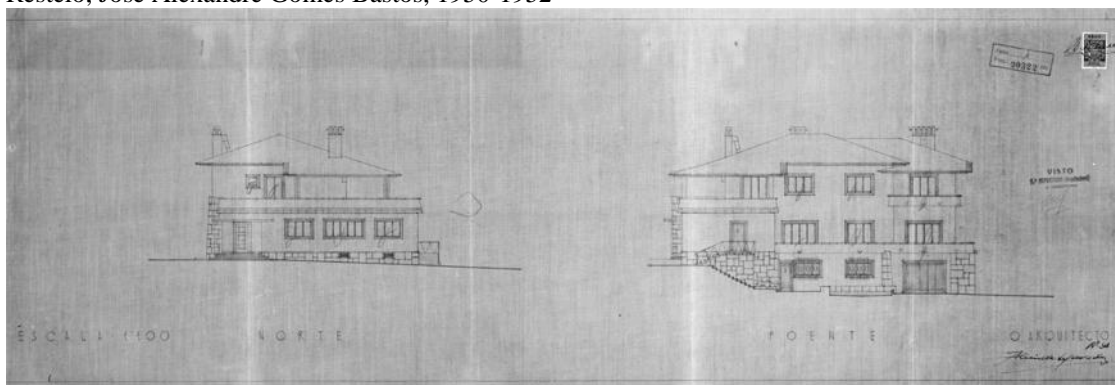


Fig. 2.1.3.19. Alçados da moradia localizada na Avenida Dom Vasco da Gama Nº 3, José de Almeida Segurado, 1949-1951³⁶²

Com o projecto de Keil do Amaral para a Avenida Dom Vasco da Gama Nº 2, deu-se uma “reviravolta” na atribuição do prémio Valmor e Municipal recusando, como manifestou José Manuel Pedreirinho, *quaisquer formalismos decorativistas ou referências a soluções pseudo-tradicionais, procurando sobretudo criar um ambiente de privacidade para os seus habitantes, em detrimento de uma qualquer representatividade dos alçados públicos*³⁶³. A partir da moradia Sousa Pinto, como veremos nalguns dos exemplos que apresentaremos mais à frente neste subcapítulo, uma parte significativa dos arquitectos procurou o lado mais intimista da arquitectura,

³⁶¹ In Obra Nº 21101, Processo Nº 47104/950, Folha 7, Arquivo Municipal de Lisboa-Núcleo Intermédio.

³⁶² In Obra Nº 1519, Processo Nº 20322/951, Folha 4, Arquivo Municipal de Lisboa- Núcleo Intermédio.

³⁶³ Ver José Manuel Pedreirinho, *100 Anos Prémio Valmor*, Lisboa, Pandora, 2003, pp. 197.

fechando-a para o interior e abrindo-a pontualmente para a panorâmica envolvente. Se durante a década de 40, o proprietário (e também o arquitecto) procurou, através da implantação “ativa” das casas e da proximidade destas com a rua, um certo destaque na paisagem, agora, pelo contrário, para também combater a *curiosidade da vizinhança*³⁶⁴, verifica-se uma maior preocupação em proteger a intimidade destes proprietários, criando para isso, terraços, varandas e solários que prolongam a casa para o exterior e permitem a contemplação do rio e do jardim, mas simultaneamente, oferecem maior privacidade (Figs. 2.1.3.20. e 2.1.3.21.).

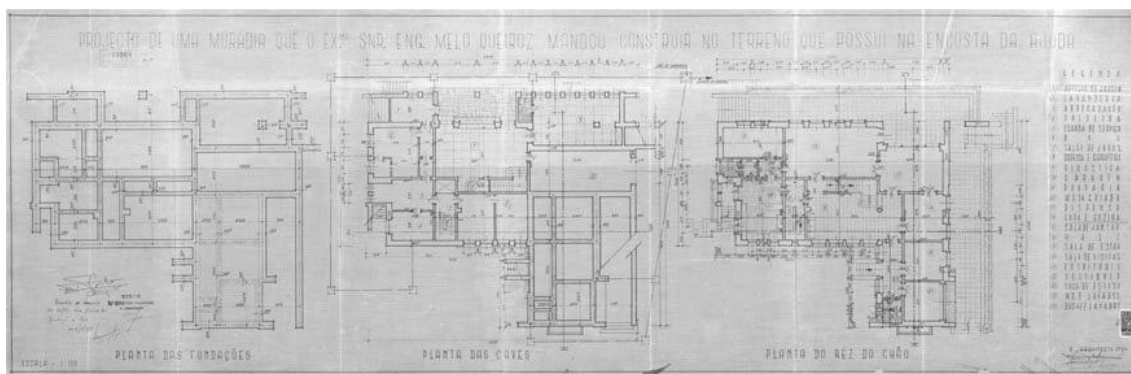


Fig. 2.1.3.20. Plantas das fundações, cave e rés-do-chão da moradia localizada na Rua Duarte Pacheco Pereira Nº 58/Avenida do Restelo Nº 31, João Guilherme Faria da Costa e Fernando Silva, 1948-1951, Prémio Municipal 1952³⁶⁵

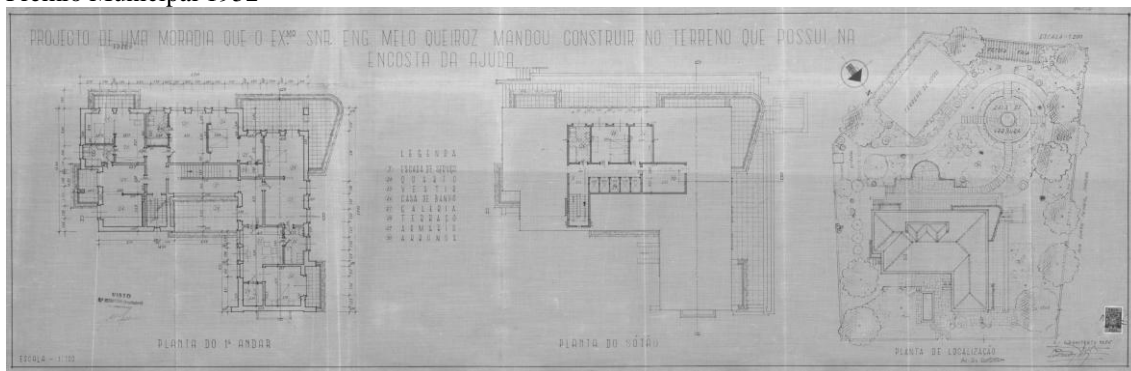


Fig. 2.1.3.21. Plantas do 1º andar, sótão e localização da moradia localizada na Rua Duarte Pacheco Pereira Nº 58/Avenida do Restelo Nº 31, João Guilherme Faria da Costa e Fernando Silva, 1948-1951, Prémio Municipal 1952³⁶⁶

³⁶⁴ Ver “Moradia na Encosta da Ajuda”, *Arquitectura*, Nº 46, Lisboa, Fevereiro 1953, pp. 4.

³⁶⁵ In Obra Nº 2199, Processo Nº 19168/951, Folha 3, Arquivo Municipal de Lisboa- Núcleo Intermédio.

³⁶⁶ In Obra Nº 2199, Processo Nº 19168/951, Folha 4, Arquivo Municipal de Lisboa- Núcleo Intermédio.

Sem que nenhuma obra fosse distinguida com o Prémio Valmor, o **Prémio Municipal - 1953**³⁶⁷ incidiu sobre o projecto da moradia edificada na **Avenida Dom Vasco da Gama Nº 17** (Figs. 2.1.3.22. e 2.1.3.23.) da autoria de **Victor Palla e Bento d'Almeida**. Sem acordo por concordância, como descrito na acta de atribuição do prémio municipal, *resolveu o júri, por maioria, atribuir o Prémio Municipal aos Senhores Arquitectos Victor Palla e Bento d'Almeida autores da moradia situada na Avenida D. Vasco da Gama, 17 e 17A e de que é proprietário o senhor José Augusto dos Santos – moradia essa, que não constituindo obra arquitectura de valor extraordinário, reúne, todavia, na opinião dos membros do Júri que nela votaram, certo número de qualidades apreciáveis, que a tornam digna de destaque, entre as restantes, e merecedora do prémio atribuído, em face dos condicionamentos do Regulamento*³⁶⁸. Porém, Inácio Peres Fernandes não votou no citado prémio declarando: *Não dei o meu voto a esta última, por considerar que as respectivas plantas estão imperfeitamente resolvidas – sobretudo a do primeiro andar – e porque as fachadas e interiores não têm aquela unidade que deve caracterizar qualquer obra de Arquitectura, digna de destaque*³⁶⁹ (Fig. 2.1.3.22.). Saliente-se ainda que, nesse ano, para análise detalhada³⁷⁰ foram seleccionadas as moradias edificadas na **Rua Alto do Duque Nº 27** de **Jorge de Almeida Segurado** (Fig. 2.1.3.24.); **Avenida Dom Vasco da Gama Nº 12** de **Fernando Silva** (Fig. 2.1.3.25.); e **Avenida do Restelo Nº 46** de **João Simões** (Fig. 2.1.3.26.).

³⁶⁷ Fizeram parte do júri os arquitectos Inácio Peres Fernandes (Sindicato Nacional dos Arquitectos), Paulino Montez (Academia Nacional de Belas Artes) e António Couto Martins (Câmara Municipal de Lisboa).

³⁶⁸ Ver *Acta de Atribuição do Prémio Municipal*, 10/7/1954, In *Prémios Valmor e Municipal de Arquitectura*, ver Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Arco do Cego, Caixa 3, código de localização AC.01.Sala H, Processo Privativo Nº 37, 1954.

³⁶⁹ Idem.

³⁷⁰ Foram ainda seleccionadas para uma análise mais detalhada os projectos localizados na Avenida de Roma Nº 46A a 46C de Sérgio Botelho de Andrade Gomes; Avenida de Roma 12 a 12F de Raul Tojal; Cruzamento das Avenidas de Roma e do Brasil lote Nº 2 de José Croft de Moura e Rua 32A de Alvalade de Fernando Augusto Peres Guimarães.

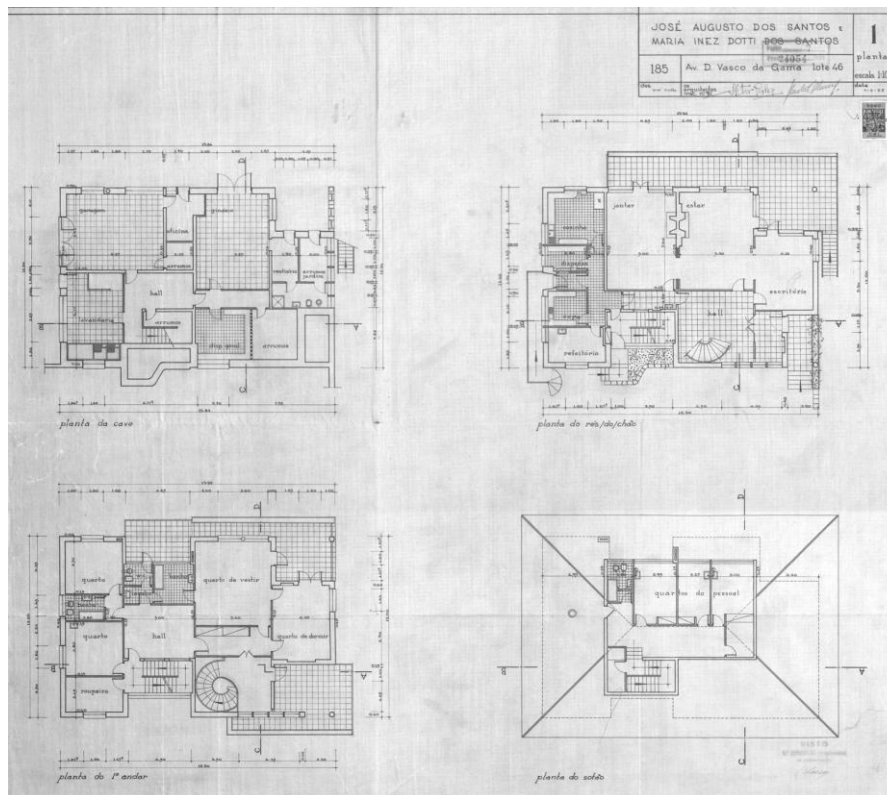


Fig. 2.1.3.22. Plantas da cave, R/C, 1º andar e sótão da moradia localizada na Avenida Dom Vasco da Gama N° 17, Victor Palla e Bento d'Almeida, 1952-1953³⁷¹

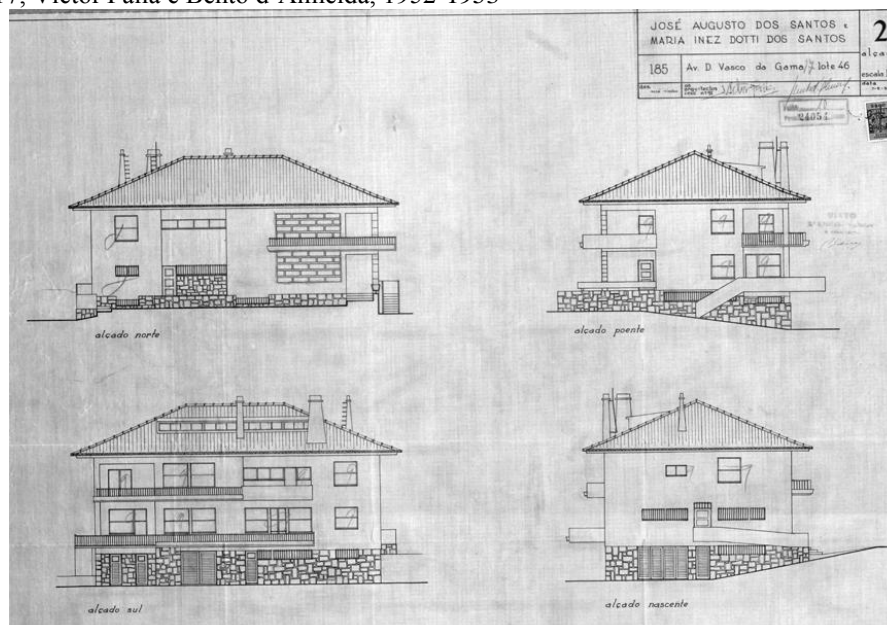


Fig. 2.1.3.23. Alcados norte, poente, sul e nascente da moradia localizada na Avenida Dom Vasco da Gama N° 17, Victor Palla e Bento d'Almeida, 1952-1953³⁷²

³⁷¹ In Obra N° 24555, Processo N° 24054/953, Folha 9, Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Intermédio.

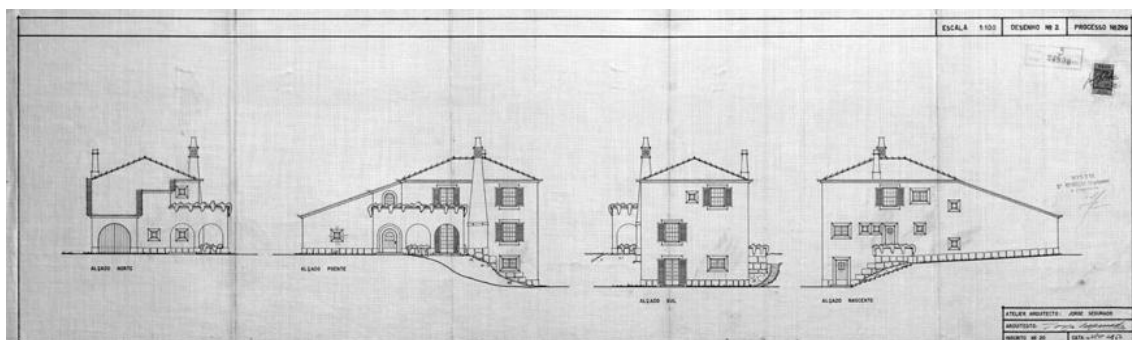


Fig. 2.1.3.24. Alçados norte, poente, sul e nascente da moradia localizada na Rua Alto do Duque Nº 27, Jorge de Almeida Segurado, 1948-1951³⁷³

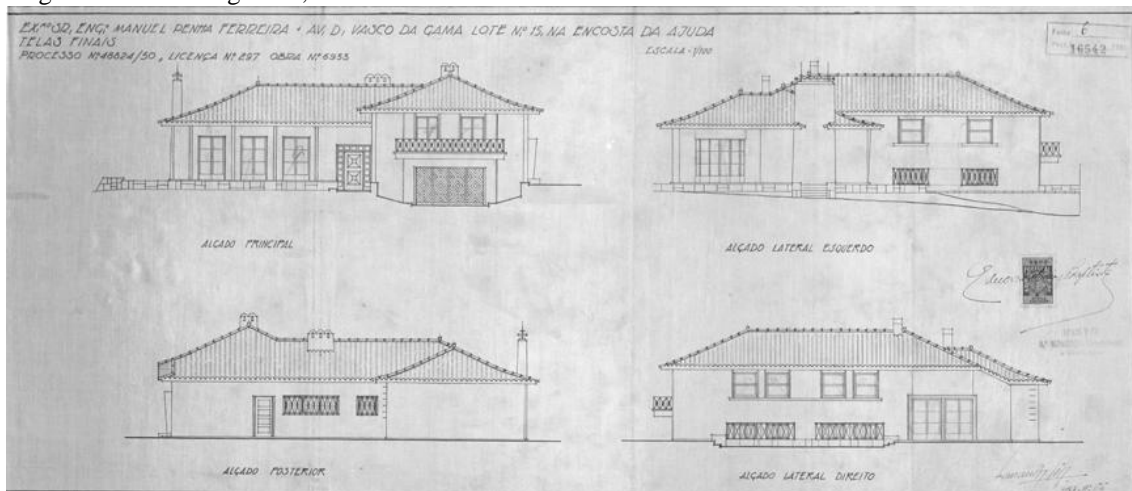


Fig. 2.1.3.25. Alçados principal, lateral esquerdo, posterior e lateral direito da moradia localizada na Avenida Dom Vasco da Gama Nº12/Rua Dom Francisco de Almeida Nº50, Fernando Silva, 1949-1953³⁷⁴

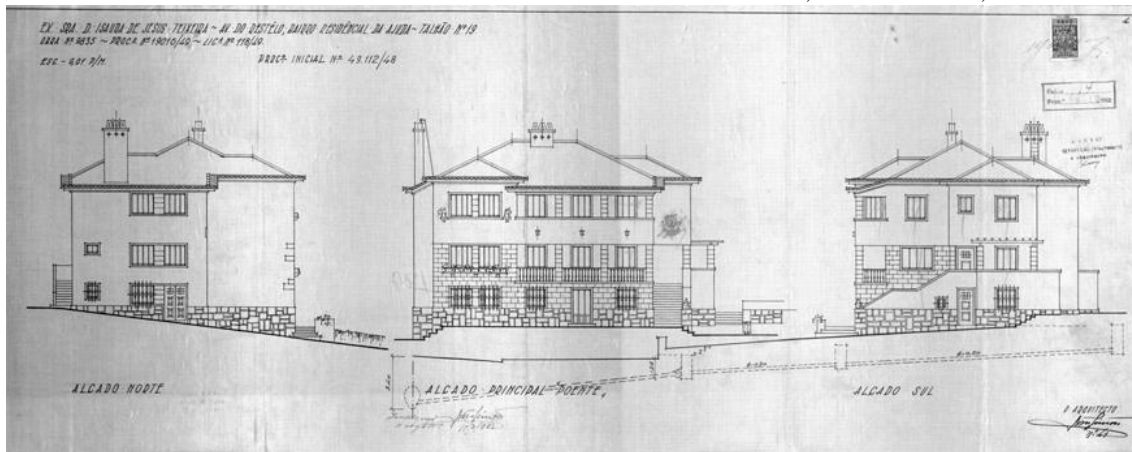


Fig. 2.1.3.26. Alçados Norte, principal e sul da moradia localizada na Avenida do Restelo Nº 46, João Simões, 1949-1952³⁷⁵

³⁷² In Obra Nº 24555, Processo Nº 24054/953, Folha 10, Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Intermédio.

³⁷³ In Obra Nº 5634, Processo Nº 24800/951, Folha 3, Arquivo Municipal de Lisboa- Núcleo Intermédio.

³⁷⁴ In Obra Nº 6933, Processo Nº 16542/953, Folha 6, Arquivo Municipal de Lisboa- Núcleo Intermédio.

Mas o ano de 1953 revelou-se também marcante na História da Arquitectura Portuguesa, não só porque se realizou o **III Congresso da União Internacional dos Arquitectos** que contou com a presença de inúmeros arquitectos e estudantes de arquitectura que projectaram no bairro do Restelo³⁷⁶, mas também porque a São Paulo recorreram inúmeros arquitectos (e artistas) que vinham expondo nas EGAPs e que, para verem a sua obra seleccionada e exposta – *lado a lado com o melhor que há pelo mundo*³⁷⁷ – na **II Bienal de São Paulo** (1953), se “renderam” ao Secretariado Nacional de Informação em vez de continuarem marcar a sua (o)posição, como vinham a fazer ao expor nas Gerais. Numa carta que Mário Dionísio dirigiu à Comissão Organizadora da VIII Exposição Geral de Artes Plásticas, este escritor e pintor português justifica que não participará nesta exposição devido ao facto da *atitude recente de certos expositores da EGAP, entre os quais se encontram alguns dos seus mais notórios organizadores, documentada pelo catálogo da representação portuguesa oficial à II Bienal do Museu de Arte Moderna de São Paulo, publicado e organizado pelo Secretariado Nacional de Informação no mês de Dezembro de 1953 (sobre o qual não há até à data qualquer desautorização pública)*³⁷⁸, tirou às ‘Exposições Gerais’ o seu significado e a sua razão

³⁷⁵ In Obra Nº 9835, Processo Nº 44512/952, Folha 14, Arquivo Municipal de Lisboa- Núcleo Intermédio.

³⁷⁶ Nomeadamente dos ainda estudantes de arquitectura, Fernando Eugénio de Carvalho Ressano Garcia (n. 1927) e Vítor Manuel Jorge Consiglieri (n. 1928); e dos arquitecto António José de Brito e Cunha (1911-1991), Alberto Cruz (n. 1920), Alberto José Pessoa (1919-1985), Alexandre Steinkritzer Bastos (1919-1992), Joaquim Bento d’Almeida (1918-1997), Carlos Manuel de Oliveira Ramos (1922-), Fernando Peres (n. 1918), Francisco Conceição Silva (1922-1982), Francisco Keil do Amaral (1910-1975), João António de Aguiar (1906-1974), João Simões (1909-1994), Jorge Manuel Ferrão Albuquerque (1926-1992), Jorge Manuel Teixeira Viana (n. 1924), Leonardo Rey Colaço de Castro Freire (1917-1970), Nuno Teotónio Pereira (1922-), Raúl Lino (1879-1974), Raúl Rodrigues Lima (1909-1980), Raul Francisco Tojal (1899-1969), Samuel Tavares Quininha (1915-1996), Vasco Regaleira (1897-1968) e Victor Palla (1922-2006).

³⁷⁷ Ver “Ecos e Notícias”. II Bienal de S. Paulo”, *Arquitectura*, Lisboa, Nº 48, Agosto 1953, pp. 24.

³⁷⁸ FCR [Francisco Castro Rodrigues] é um dos que deixam de expor [...] metade (ou talvez mais) continuaram a expor nas EGAPs (Abel Manta, Arménio Losa, Augusto Gomes, Celestino de Castro, Francisco Keil do Amaral, João Navarro Hogan, Jorge Vieira, Jorge de Oliveira, José Júlio, Júlio Pomar, Júlio, Lagoa Henriques, Lima de Freitas, Manuel Laginha, Querubim Lapa, Sá-Nogueira, Vasco da Conceição) ou já tinham exposto (António Pedro, Carlos Botelho, Fernando Azevedo, Fernando Lanhas, José Segurado, Vespeira). Ver Eduarda Dionísio, In *Um Cesto de Cerejas. Francisco Castro Rodrigues: Conversas, Memórias, Uma vida*, Lisboa, Casa da Achada, 2010, nota de rodapé Nº 3, pp. 180.

*de ser*³⁷⁹. Conforme informação patente no catálogo³⁸⁰, entre os representantes de Portugal, na secção de Arquitectura, foram apresentados projectos dos seguintes arquitectos: Keil do Amaral³⁸¹; Ruy Jervis d'Athouguia³⁸² (1917-2006); Januário Godinho³⁸³ (1910-1990); Manuel Laginha³⁸⁴ (1919-1985); Cunha Leão (n. 1909), Morais Soares (n. 1908) e Fortunato Cabral³⁸⁵ (n. 1903); Arménio Losa (1908-1988) e Cassiano Barbosa³⁸⁶ (1911-1998); José Carlos Loureiro³⁸⁷ (n. 1925); Artur Pires Martins³⁸⁸; Agostinho Ricca³⁸⁹ (1915-2010); Sebastião Formosinho Sanches³⁹⁰ (1922-2004); José de Almeida Segurado e Filipe Nobre de Figueiredo³⁹¹ (1913-1990) –, nenhum, com projectos para o Restelo.

Mas num *magro calendário de exposições de arquitectura*³⁹², a 7ª EGAP (1953) não podia deixar de incluir esta secção. **Artur Pires Martins** expõe ali o projecto de uma “**Moradia na Encosta da Ajuda**”³⁹³, **Francisco Keil do Amaral** fotografias de uma “**Moradia na Encosta da Ajuda**”³⁹⁴ e **Victor Palla** dois elementos de uma “**Moradia na Ajuda**”³⁹⁵. Apesar da localização exacta destes três projectos ser desconhecida, relativamente ao projecto apresentado por Victor Palla, uma vez que se trata de um projecto realizado individualmente e não em parceria com Joaquim Bento d’Almeida – seu sócio durante 25 anos³⁹⁶ – poder-se-á depreender que se tratou do

³⁷⁹ Ver Mário Dionísio, Carta “À Comissão Organizadora da VIII Exposição Geral de Artes Plásticas”, divulgada por Eduarda Dionísio, In op. cit., pp. 179.

³⁸⁰ Ver www.fbisp.org.br/

³⁸¹ Projecto: Remodelação de Estabelecimento, Lisboa, 1952.

³⁸² Projecto: Habitação individual, Cascais 1952; Escola Primária, Lisboa, 1953.

³⁸³ Projecto: Pousada de Salmonde, Salmonde 1951; Restaurante de Caniçada, Gerês, 1953.

³⁸⁴ Projecto: Laboratório de Productos Farmacêuticos, Lisboa, 1950.

³⁸⁵ Projecto: Palácio Atlântico e Praça D. João I, 1950

³⁸⁶ Projecto: Casa de Férias, Ofir, 1950.

³⁸⁷ Projecto: A minha casa, Gondomar, 1951.

³⁸⁸ Projecto: Habitação individual, Lisboa, 1951.

³⁸⁹ Projecto: Fábrica de Motores Eléctricos, Arroiteia, 1951.

³⁹⁰ Projecto: Blocos para Habitação, Lisboa, 1952.

³⁹¹ Projecto: Conjunto de Habitações Colectivas, Lisboa, 1952.

³⁹² Ver Manuel Tainha, “A VII Exposição Geral de Artes Plásticas”, *Arquitectura*, Lisboa, Nº 48, Agosto 1953, pp. 18-22.

³⁹³ Peça Nº 129 do catálogo da 7ª EGAP.

³⁹⁴ Peça Nº 143 do catálogo da 7ª EGAP.

³⁹⁵ Peça Nº 161 do catálogo da 7ª EGAP.

³⁹⁶ Para informações acerca do *atelier* de Victor Palla e Bento d’Almeida, ver *Patrícia Bento d’Almeida, Victor Palla e Bento d’Almeida. Obras e Projectos de um Atelier de Arquitectura, 1946-1973*,

projecto da moradia localizada na **Rua Alto do Duque Nº 53** (Figs. 2.1.3.27.). Licenciada em 1948 (e infelizmente demolida em 2006), o projecto desta moradia destinava-se à casa do arquitecto. Inserida num lote com vistas singulares, apresenta-se como um volume único elevado do terreno e em comunicação com este a partir de uma grande rampa helicoidal que serviu de pretexto a inúmeras visitas por parte de outros arquitectos. Efectivamente tratava-se da **primeira moradia Moderna construída em Lisboa**. Como arquitecto Moderno que foi, Victor Palla explorou *Les cinq points d'une architecture nouvelle*³⁹⁷ (Le Corbusier e Pierre Jeanneret, 1927), articulando o programa da casa em dois pisos e cobertura em terraço visitável (Fig. 2.1.3.28.). Ao procurar a melhor orientação, a casa abre-se para o que corresponderia à frente tardoz (por ser o oposto à Rua Alto do Duque) e fecha-se quase na totalidade na frente principal (orientado a Norte) (Fig. 2.1.3.29.).

*A característica fundamental da solução é a de se ter considerado a zona de habitação propriamente dita no 1º andar, livre do terreno, gozando a iluminação e vista do sul; reservou-se o r/c para garage, lavandaria, e jardim e recreio coberto pelo primeiro andar. A cobertura, em terraço, é mais um logradouro-mirante de que a casa dispõe*³⁹⁸.

Dissertação de Mestrado em História da Arte Contemporânea apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2006.

³⁹⁷ Ver Le Corbusier e Pierre Jeanneret, *Les cinq points d'une architecture nouvelle*, In Ulrich Conrads, *Programmes et Manifestes de l'architecture de XXème Siècle*, Paris, Les éditions de La Villette, 1991.

³⁹⁸ Ver Victor Palla, Memória Descritiva, Outubro 1948, In Obra Nº 7634, Processo Nº 42082/948, Folha 2, Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Intermédio.



Fig. 2.1.3.27. Perspectiva (guache sobre papel) da moradia localizada na Rua Alto do Duque Nº 53, Victor Palla, c. 1948³⁹⁹

Tal organização não nos surpreende, pois verificamos que este arquitecto, em colaboração com Bento d'Almeida, veio a projectar algumas moradias Modernas com distribuição programática semelhante. Na verdade, revela-se interessante constatar que, dado o declive da encosta e atendendo ao facto de que os projectos são regulados por semelhantes *condições especiais de alienação*, são em número excepcional as moradias que se organizam deste modo. Assim, uma vez que se pretendia que o piso nobre se

³⁹⁹ In <http://saisdeprata-epixels.blogspot.com/2007/03/fotografararquitectura.html>

encontrasse à cota da rua, foi muitas vezes adoptada a elevação sobre pilotis, libertando o espaço inferior da casa, permitindo ainda que o piso térreo gozasse de melhor iluminação e vista. Encontramos pois com frequência, no piso térreo os serviços (cozinha, copa e quarto da criada) e a zona social da casa (sala de estar e sala de jantar ou sala comum, escritório, biblioteca, “saleta” e/ou sala de costura); na cave, de uma maneira geral, aberta para o jardim, compartimentos de serviço (garagem, lavandaria e despensa/garrafeira) e de lazer (ginásio, sala de jogos e recreio coberto); e no primeiro piso a zona privativa (quartos e instalações sanitárias). Como justificou Victor Palla relativamente ao projecto da sua moradia, assim, *as várias funções (repouso, convívio e serviço) estão bem definidas na distribuição e não se interpenetram. [...] dado o extremo rigor funcional da compartimentação, e o mínimo espaço perdido, todos os armários e alguns outros móveis serão incorporados na construção*⁴⁰⁰ (Fig. 2.1.3.28.).

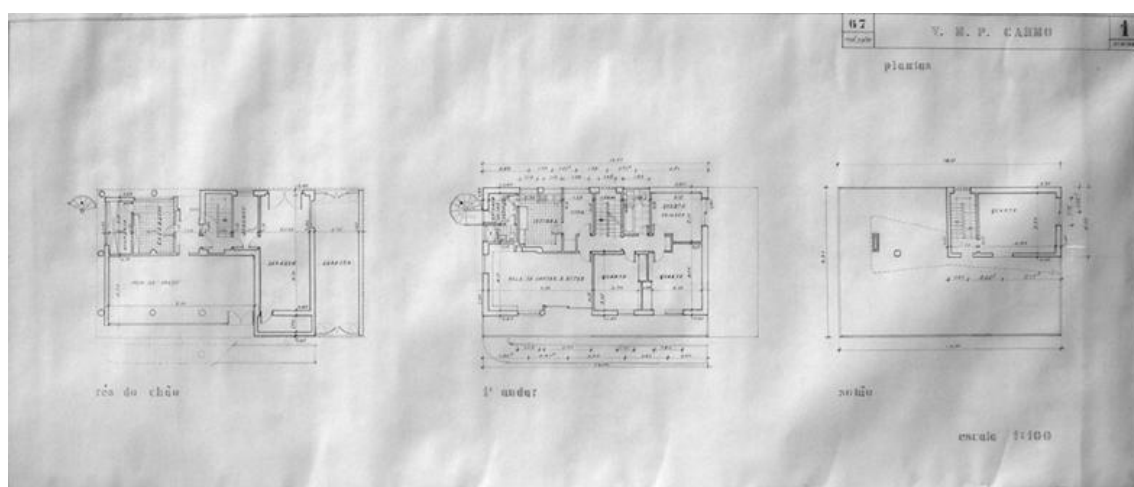


Fig. 2.1.3.28. Plantas do Rés-do-chão, 1º andar e sótão da moradia localizada na Rua Alto do Duque N° 53, Victor Palla, 1948-1950⁴⁰¹

⁴⁰⁰ Idem.

⁴⁰¹ In Espólio do Arquitecto Victor Palla.

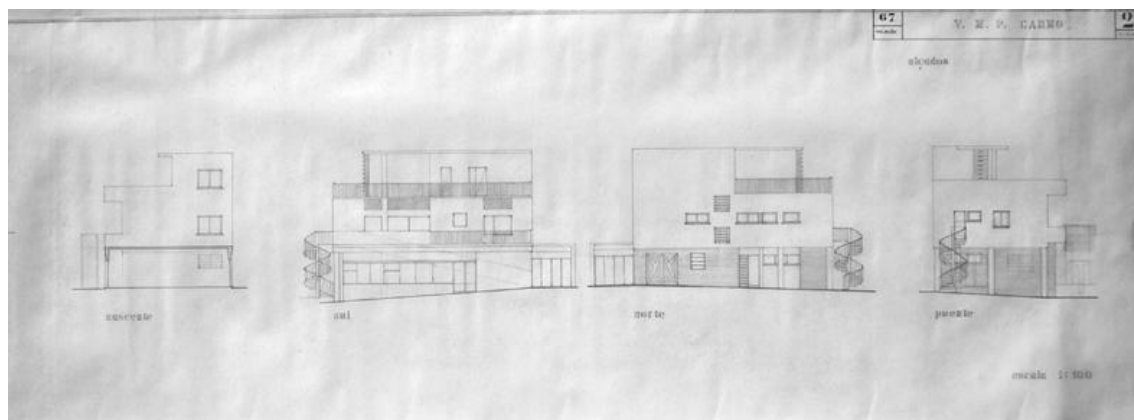


Fig. 2.1.3.29. Alçados da moradia localizada na Rua Alto do Duque Nº 53, Victor Palla, 1948-1950⁴⁰²

Desta forma, mais do que as possibilidades que os jardins privativos poderiam oferecer, de modo a tirar o máximo partido da vista envolvente, influenciados⁴⁰³ pela *Moderna Arquitectura Brasileira*⁴⁰⁴ – que, para além de divulgada em *Brazil Builds*⁴⁰⁵, publicação manuseada entre arquitectos, foi exposta por duas vezes em Lisboa (1949⁴⁰⁶ e 1953⁴⁰⁷) – e fiéis aos princípios defendidos por Le Corbusier, a dupla de arquitectos recém-formados Victor Palla e Bento d’Almeida recorreu inúmeras vezes a coberturas planas, em terraço-solário, protegidas por pérgulas que permitiam usufruir de panorâmicas muito mais vastas (Fig. 2.1.3.33.). Tal foi o que se veio a verificar, por exemplo, nas moradias projectadas para a **Praça de Goa Nº 6** (Fig. 2.1.3.30.), **Rua Alto do Duque Nº 45** (Fig. 2.1.3.31.) e **Avenida Dom Vasco da Gama Nº 11** (Fig. 2.1.3.32.). Estes arquitectos, tal como se refere Nuno Portas em relação ao projecto da

⁴⁰² Idem.

⁴⁰³ Victor Palla foi autor do artigo “Lugar da Tradição” (*Arquitectura*, Nº 28, Janeiro 1949, pp. 4-5) que se revelou *fundamental na compreensão das relações que os portugueses começam a aprofundar com a arquitectura brasileira*. Ver Ana Vaz Milheiro e Jorge Figueira, *A Joyous Architecture. As exposições de Arquitectura Moderna Brasileira em Portugal e sua influência nos territórios Português e Africano*, 8º Seminário DOCOMOMO Brasil, Rio de Janeiro, Setembro 2009, pp. 5.

⁴⁰⁴ Sobre este assunto ver Ana Vaz Milheiro e Jorge Figueira, op. cit.

⁴⁰⁵ Ver Philip L. Goodwin, G. E. Kidder Smith, *Brazil Builds – Architecture new and old 1652-1942*, New York: The Museum of Modern Art, 1943.

⁴⁰⁶ Realizada no Instituto Superior Técnico. Sobre este assunto ver Sebastião Formosinho Sanches, “Arquitectura Moderna Brasileira, Arquitectura Moderna Portuguesa”, *Arquitectura*, Nº 29, Fevereiro-Março 1949, pp. 17.

⁴⁰⁷ Realizada na sequência do Congresso da União Internacional dos Arquitectos. Sobre este assunto ver *Exposição de Arquitectura Contemporânea Brasileira*, Lisboa, UIA, 1953 e “Exposição de Arquitectura Contemporânea Brasileira”, *Arquitectura*, Nº 53, Novembro-Dezembro 1954, pp. 17-22.

moradia localizada na Rua Honório de Lima (Porto) que o arquitecto Alfredo Viana de Lima (1913-1991) projectara em 1941, ajudam a *compreender o fenómeno de assimilação profunda dos princípios, regras e termos divulgados nas obras de Le Corbusier, e conduzindo em quase todos os seus aspectos e consequências por um autor em fase pós-escolar, desejoso de oferecer uma resposta radical à infidelidade generalizada no nosso panorama e que traduzisse, para além da própria, a inquietação de um grupo a que aludimos e que por essa altura iniciava a sua formação*⁴⁰⁸. Na casa da Praça de Goa Nº 6, por exemplo, destinada a um comandante da marinha, o projecto não esquece a profissão do requerente, conjugando princípios modernos com pormenores (fotografados pelo proprietário) que fazem a “ligação da casa ao mar”. Como referimos anteriormente, para além de terem tirado partido da cobertura em terraço para, sempre que visitado, se controlar as embarcações na barra do Tejo, aproveita ainda o desnível em relação à rua para ir cenograficamente buscar os moradores a esta cota através de uma ponte/passadiço que permite o acesso à casa; cria um espelho de água na cobertura e uma escada de ferro do tipo utilizado nos barcos para a visitar (Fig. 2.1.3.34.). O escritor Frederico Lourenço volta-nos a dar uma visão acerca da vivência destes “comandantes” na cobertura das suas casas no Restelo.

*Essa casa, onde haveriam de morrer os meus avós e a minha mãe, tinha em cima um minúsculo piso extra, a que o meu avô chamava o ‘mirante’. Era um pequeno escritório com vista para o Búgio, onde o comandante (como toda a gente lhe chamava) tinha as suas colecções de selos, de conchas e de livros eróticos. Vivi muitos anos nesta casa, mas nela nunca por um segundo me senti ‘em casa’, pela simples razão de que a casa era do comandante: cada milímetro quadrado dela. Se eu chegava da rua, nem valia a pena perguntar ‘o avô está?’ Embora fosse uma moradia grande com vários pisos, a presença dele era palpável na própria electricidade do ar que se respirava. Se ele estava fora, era apenas uma vivenda pacata e desinteressante, mobilada com mais dinheiro que bom gosto. Mas se ele estava dentro, passávamos do Restelo para a Transilvânia dos castelos assombrados, da zona possidónia daquele subúrbio de arrivistas para o próprio convés do Navio Fantasma*⁴⁰⁹.

⁴⁰⁸ Ver Nuno Portas, “Casa Unifamiliar, no Porto, na Rua Honório de Lima: 1941”, *Arquitectura*, Nº 74, Lisboa, Março 1962, pp. 30-35.

⁴⁰⁹ Ver Frederico Lourenço, *Amar Não Acaba*, Lisboa, Edições Cotovia Lda., 2004, pp. 29-30.

Uma vez que as regras municipais o permitiam, apesar de estar estipulado que as cêrceas das moradias aqui construídas deviam respeitar as edificações envolventes, como referido nas *condições especiais de alienação de 4 lotes de terreno municipal situados na Rua de Alcolena*, assumia-se, nalguns casos, que *a altura das moradias não ultrapassará um andar acima do rés-do-chão, podendo, no entanto, ser aproveitado o vão do telhado*⁴¹⁰. Por influência do Movimento Moderno, referiam ainda estas condições que *este aproveitamento nas moradias cobertas com terraço poderá ser substituído por um andar sobre este, desde que não ocupe mais de 1/6 da área coberta*⁴¹¹. Alguns anos mais tarde, a Câmara Municipal de Lisboa ditou que *a construção de torres, miradouros, pérgulas, etc., será condicionada pelo Município, de modo a garantir aos ocupantes das moradias a fruição de trechos de paisagem em pontos de vista que devem ser privilégio comum*⁴¹².



Fig. 2.1.3.30. Moradia localizada na Praça de Goa Nº 6, Victor Palla e Joaquim Bento d'Almeida, 1949-1951⁴¹³

Fig. 2.1.3.31. Moradia localizada na Rua Alto do Duque Nº 45, Victor Palla e Joaquim Bento d'Almeida, 1949-1952⁴¹⁴

Fig. 2.1.3.32. Moradia localizada na Avenida Dom Vasco da Gama Nº 11, Victor Palla e Joaquim Bento d'Almeida, 1951-1952⁴¹⁵

⁴¹⁰ Ver informações anexas ao pedido de licenciamento da moradia unifamiliar projectada para o escultor Numídico Bessone, edificada na Rua de Alcolena Nº 18, da autoria de Victor Palla e Bento d'Almeida, Volume de Obra Nº 27661, Processo N.º 34300/953, Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Intermédio.

⁴¹¹ Idem.

⁴¹² Ver “Alienação de dois lotes de terreno municipal situados na Rua C à Rua D. Lourenço de Almeida, destinado à construção de moradias”, In Espólio do Arquitecto Hómero Amaro Gonçalves.

⁴¹³ In Arquivo do *Atelier* de Victor Palla e Bento d'Almeida, prova da autoria de Horácio Novais.

⁴¹⁴ In Arquivo do *Atelier* de Victor Palla e Joaquim Bento d'Almeida.

⁴¹⁵ Idem.



Fig. 2.1.3.33. Vistas da moradia localizada na Rua Alto do Duque Nº 45, década de 50⁴¹⁶



Fig. 2.1.3.34. Pormenores da moradia localizada na Praça de Goa Nº 6⁴¹⁷

Como se verifica, estes arquitectos foram, sem dúvida, dos que ficaram encarregues do maior número de projectos em todo o bairro do Restelo, contando com cerca de meia centena de projectos de moradias, cujos processos deram entrada na Câmara Municipal de Lisboa entre os anos 40 e os anos 60 do século XX (Volume II, Anexos 11. e 13.). Tais números não nos surpreendem, pois sabe-se que por esta altura, para além desta dupla de arquitectos projectar anualmente para a revista *Eva*⁴¹⁸ e daí

⁴¹⁶ In Arquivo da família Feist.

⁴¹⁷ In Arquivo do Comandante Carlos Alberto Teixeira da Silva.

⁴¹⁸ Com Carolina Homem Christo na direcção da revista *Eva* (1932-c.1970), foi lançado o seu primeiro número extraordinário do Natal com a inovação de sortear entre os compradores alguns brindes de Boas-Festas, nomeadamente o projecto e a construção de uma moradia unifamiliar. O primeiro projecto da Moradia Eva foi realizado por Luís Cristino da Silva (1896-1976) em 1933, seguiu-se João Simões (1908-1994) em 1936 mas com o despoitar da Grande Guerra, a revista vê-se obrigada a sortear prémios de menor valor e como a mesma salienta, somente quando *o Mundo começou a refazer-se um pouco das feridas da guerra do massacre de 1939 a 1945, é que nos foi autorizado a recomençar a meter casas de habitação na nossa lista de brindes do Natal oferecidos às leitoras*. É então que em 1952 (e até 1971) aparece a dupla Victor Palla e Bento d'Almeida que foram responsáveis por 17 projectos de moradias. À semelhança de programas de habitação social, estas moradias de pequenas dimensões estavam sujeitas a custos controlados e por conseguinte, à predefinição do programa habitacional e das suas áreas, materiais de construção e acabamentos. As “Condições de Entrega do Prémio” anunciavam a liberdade que o feliz contemplado tinha em escolher o terreno onde seria construída a moradia, no entanto, acentuavam também os valores limites desse mesmo terreno. Para informações sobre as moradias projectadas por Victor Palla e Joaquim Bento d'Almeida para a revista *Eva* ver Patrícia Bento d'Almeida, *Victor Palla e Bento d'Almeida. Obras e Projectos de um Atelier de Arquitectura, 1946-1973*, Dissertação de Mestrado

conquistar uma forte “publicidade” do seu trabalho, Joaquim Bento d’Almeida *tomava nota do calendário dos leilões de venda de lotes para estar presente e se apresentar como arquitecto, colocando ao dispor o atelier e eventualmente angariar novos projectos*⁴¹⁹ – atitude bem diferente da maioria dos arquitectos. Como método de trabalho, inúmeros esquiços foram elaborados, culminando em cuidadas perspectivas que acompanhavam os desenhos técnicos nos respectivos pedidos de licenciamento à Câmara e que ajudavam o promotor na leitura do seu projecto⁴²⁰. Aliás, como referiu em entrevista o arquitecto José Paulo Nunes de Oliveira a João Palla e Carmo, *[Victor Palla] fazia aquelas perspectivas que mais tarde se tornaram moda e hábito*⁴²¹. Deste modo, ao consultarmos todos os volumes de obra edificada no bairro do Restelo nos arquivos da Câmara Municipal de Lisboa, não será portanto de estranhar que, durante a década de 50 (o mesmo não se verificou na década anterior), muitos outros arquitectos tiveram igualmente este tipo de preocupação na representação e apresentação dos seus projectos, naturalmente, ainda que para “encher o olhar” dos técnicos que os iam avaliar (Figs. 2.1.3.35. a 2.1.3.38.).

em História da Arte Contemporânea apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2006.

⁴¹⁹ Ver Patrícia Bento d’Almeida, op. cit., pp. 202.

⁴²⁰ Sobre a importância do desenho na obra de Victor Palla ver João Palla e Carmo Reinas Martins, *O Lugar do Desenho na Obra de Victor Palla*, Dissertação de Doutoramento em Belas Artes apresentada à Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa, 2012.

⁴²¹ Ver João Palla e Carmo Reinas Martins, op. cit., pp. 308.



Fig. 2.1.3.35. Perspectiva da moradia geminada localizada na Rua Dom Constantino de Bragança Nº 47-49, Jorge Manuel Frederico Miranda Ferrão Albuquerque, 1955-1958⁴²²

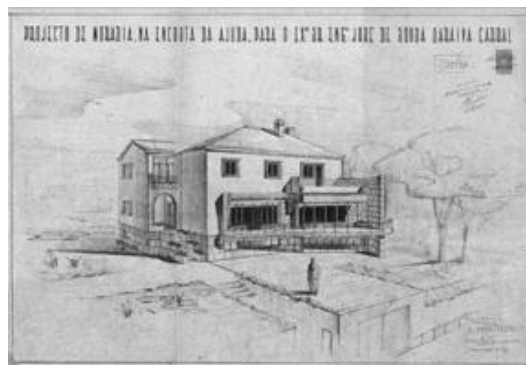


Fig. 2.1.3.36. Perspectiva da moradia localizada na Praça de Goa Nº 2, Paulo Henrique de Carvalho Cunha, 1950-1951⁴²³

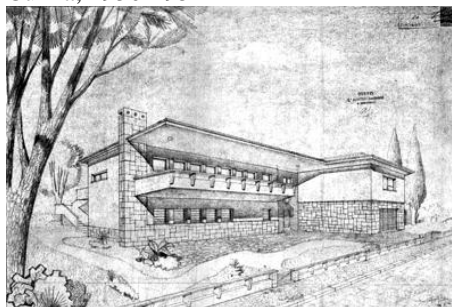


Fig. 2.1.3.37. Perspectiva da moradia localizada na Avenida Dom Vasco da Gama Nº 33, Victor Palla e Bento d'Almeida, 1950-1951⁴²⁴



Fig. 2.1.3.38. Perspectiva da moradia localizada na Rua Dom Cristóvão da Gama Nº 19, Raúl Francisco Tojal, 1950-1951⁴²⁵

O projecto da moradia projectada por Francisco Conceição Silva (1922-1982) para a **Avenida das Descobertas Nº 8** (Fig. 2.1.3.39.), exposto na *Contemporary Portuguese Architecture (from 1951 to 1958)* organizada pelo Secretariado Nacional de Informação (1958) (e anterior) e presumivelmente na **8ª EGAP (1954)** – “**Moradia na Encosta da Ajuda**”⁴²⁶ –, levou a que em 2000 fosse travada uma batalha para evitar que sofresse obras de remodelação que a alteravam, sendo que a tempo não se chegou da destruição de um painel em pasta de marmorite da autoria de Júlio Pomar (datado de 1954), entre outras intervenções que, inevitavelmente, de certo modo a

⁴²² In Obra Nº 29235, Processo Nº 34962/955, Folha 9, Arquivo Municipal de Lisboa- Núcleo Intermédio.

⁴²³ In Obra Nº 8501, Processo Nº 32140/950, Folha 5, Arquivo Municipal de Lisboa- Núcleo Intermédio.

⁴²⁴ In Obra Nº 22046, Processo Nº 45856/950, Folha 10, Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Intermédio.

⁴²⁵ In Obra Nº 9251, Processo Nº 44904/951, Folha 9, Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Intermédio.

⁴²⁶ Peça Nº 75 do catálogo da 8ª EGAP.

descaracterizaram⁴²⁷. Este exemplo moderno, elaborado na mesma altura em que o arquitecto estudava o emblemático projecto da loja *Dior* (1954), distingue-se pelo modo como foi resolvida, com simplicidade, a elevação de um volume paralelepípedo sobre pilotis, libertando o espaço inferior da casa, como aconselhava um dos cinco pontos (de uma arquitectura nova) de Le Corbusier e Jeanneret (Fig. 2.1.3.39.). À semelhança do projectado por Maurício de Vasconcelos (1925-1997) para a moradia de Rangel de Lima na Avenida Gago Coutinho⁴²⁸ (1952), como referiu o arquitecto Conceição Silva na memória descritiva do projecto, *a localização da moradia projectada, em relação ao terreno parece-nos a mais favorável, pois que desta forma será permitido ter um vasto jardim aproveitado na quase totalidade do terreno beneficiando da dupla vantagem de ficar com a melhor exposição em relação à vista e da protecção dada pela construção aos ventos dominantes Norte e Nordeste*⁴²⁹. Outra curiosidade do projecto reside no uso que o arquitecto faz da luz solar, conseguido por amplos vãos envidraçados que permitem a iluminação natural do interior da casa (Figs. 2.1.3.40. e 2.1.3.41.). De facto, *todos os quartos expostos a sul são abertos para uma ampla varanda que poderá ser subdividida por meio de paredes de correr transformando-se em varandas independentes para cada quarto*⁴³⁰. No aditamento à memória descritiva, o arquitecto salienta ainda que *o aspecto exterior da moradia enquadra-se perfeitamente no ambiente local, tendo em atenção que uma das principais razões porque a encosta da Ajuda é procurada para a construção de moradias, é a vista, e que a uma boa vista não seria lógico fechar as casas*⁴³¹. Assim, sendo a casa orientada para o jardim, a fachada poente, onde se localiza a entrada principal, é marcada não só pela parede curvilínea

⁴²⁷ Para informações detalhadas a cerca desta moradia, nomeadamente, imagens da época e imagens recentes das diversas frentes da casa, Ver Inês de Sousa Gonçalves de Almeida Leite, *Francisco da Conceição Silva. Para uma compreensão da obra e do grande atelier/empresa – 1946-1975*, Dissertação de Mestrado em História da Arte Contemporânea apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2007, Volume II, pp. 13-18 e ver Fernando Hipólito, “Histórias de uma Casa Moderna”, *Jornal Arquitectos*, Lisboa, Nº 113, Março 1994, pp. 18-19.

⁴²⁸ Sobre este assunto ver Vasco Lobo, “A obra do arquitecto Maurício de Vasconcellos”, *Arquitectura*, Lisboa, Nº 65, Junho 1962, pp. 3-37.

⁴²⁹ Ver Francisco Conceição Silva, Memória Descritiva, In Obra Nº 10134, Processo Nº 32876/952, Folha 2, Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Intermédio.

⁴³⁰ Idem.

⁴³¹ Idem.

onde foi colocado o celebrizado painel de Júlio Pomar, mas também por uma rampa de acesso – à semelhança da que Manuel Laginha havia projectado numa moradia no Algarve⁴³² – e por uma enorme grelha cerâmica e vidro, que permite iluminar o *hall* de entrada e as escadas de acesso ao 1º piso mas, ao mesmo tempo, não deixa que a privacidade da casa seja posta em causa. Admirador de Le Corbusier e da arquitectura Moderna brasileira, Conceição Silva volta a apresentar semelhante proposta na loja *Rampa* (1955), onde foi rasgada uma grande montra de vidro que, intencionalmente, como forma de propaganda, possibilitava a visualização da rampa e do interior do estabelecimento comercial.



Fig. 2.1.3.38. Pormenor da moradia localizada na Avenida das Descobertas N° 8, Francisco da Conceição Silva, 1952-1954⁴³³

Fig. 2.1.3.39. Moradia localizada na Avenida das Descobertas N° 8, Francisco da Conceição Silva, 1952-1954⁴³⁴

⁴³² Ver “Moradia no Algarve”, *Arquitectura*, Lisboa, N° 35, Agosto 1950, pp. 4-6.

⁴³³ In “Histórias de uma Casa Moderna”, *Jornal Arquitectos*, Lisboa, N.º 133, Março 1994, pp. 18-19.

⁴³⁴ In João Pedro Conceição Silva (coord.) e Francisco Manuel Conceição Silva, *Conceição Silva Arquitecto, 1922-1982*, Lisboa, Sociedade Nacional de Belas Artes 1987, pp. 36.

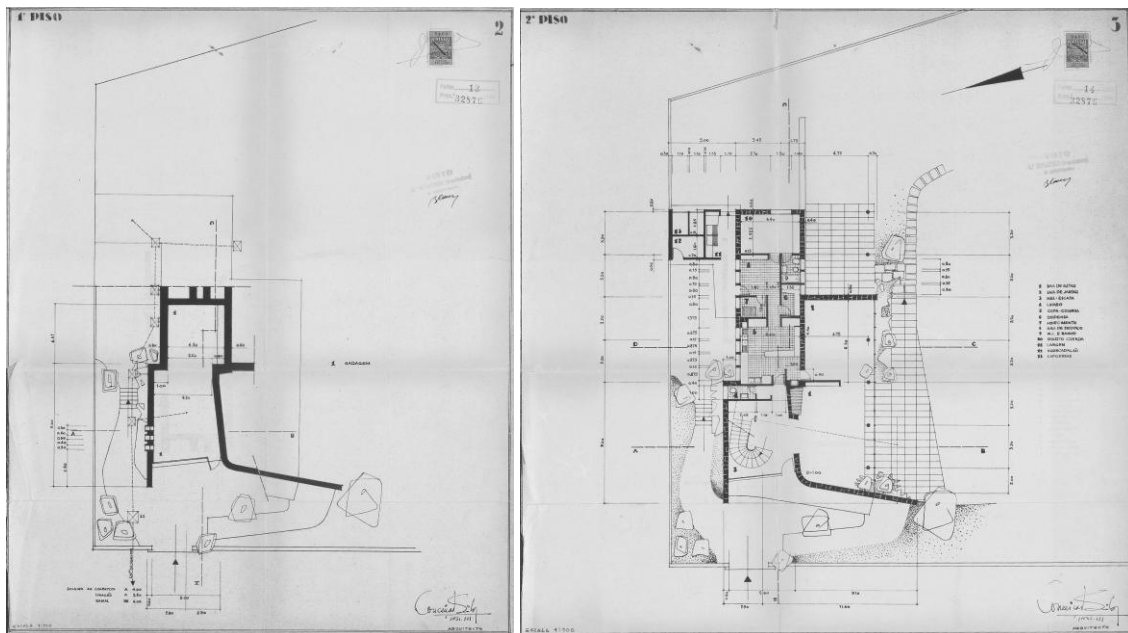


Fig. 2.1.3.40. Plantas do 1º e 2º piso da moradia localizada na Avenida das Descobertas Nº 8, Francisco da Conceição Silva, 1952-1954⁴³⁵

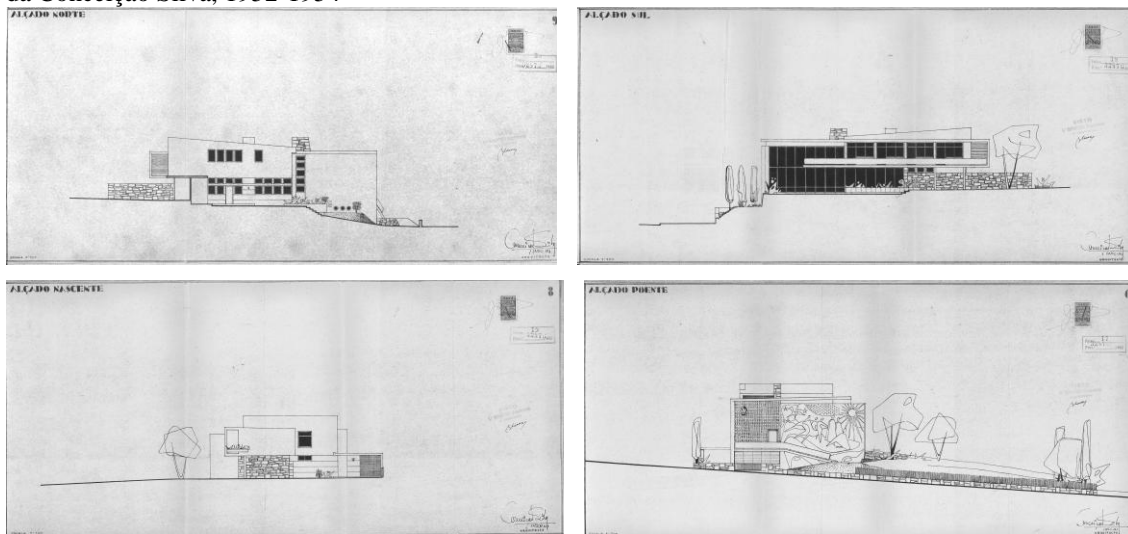


Fig. 2.1.3.41. Alçados norte, sul, nascente e poente da moradia localizada na Avenida das Descobertas Nº 8, Francisco da Conceição Silva, 1952-1954⁴³⁶

⁴³⁵ In Obra Nº 10134, volume 1, Processo Nº 32876/952, Folhas 13 e 14, Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Intermédio.

⁴³⁶ In Obra Nº 10134, volume 1, Processo Nº 32876/952, Folhas 17, 18, 19 e 20, Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Intermédio.

Apesar da controvérsia travada a propósito da moradia projectada por Conceição Silva, não se conseguiu evitar igual desfecho na moradia que Victor Palla edificou na Rua Alto do Duque N° 53 que, como referimos anteriormente, foi demolida para dar lugar a uma nova moradia. O mesmo se verificou com a moradia edificada na **Rua de Alcolena N° 18/Rua Gil Eanes N° 4**, mais um exemplo Moderno dos arquitectos **Victor Palla e Joaquim Bento d'Almeida** que foi demolido e que, à época, se destinou à residência do pintor Numídico Bessone⁴³⁷ (1913-1985) e serviu de cenário a belas fotografias do também notável fotógrafo Victor Palla (Fig. 2.1.3.42.).



Fig. 2.1.3.42. Fotografias da autoria de Victor Palla na moradia do escultor Numídico Bessone localizada na Rua de Alcolena N° 18/Rua Gil Eanes N° 4, s.d. (c. 1956)⁴³⁸

Como viemos a verificar ao longo deste subcapítulo, à medida que os anos foram passando, a edificação deste bairro foi sendo feita em direcção a norte e ao parque florestal de Monsanto (Volume II, Anexo 10.). No entanto, sem razão aparente – a não ser a da especulação imobiliária, morte do proprietário ou falência –, constatámos que certos lotes de terreno ficaram durante décadas por edificar. Estamos a falar, por exemplo, de alguns terrenos localizados junto à Praça D. Manuel I e na Rua João Bastos. No quarteirão compreendido pela Avenida Dom Vasco da Gama e Ruas Dom Jerónimo Osório, Damião de Góis e de Pedrouços, em **1954**, os arquitectos **Ruy Jervis d'Atoughuia** (1917-2006) e **Manuel Galhardo Zilhão** (n. 1915), em colaboração com o engenheiro **Veiga de Oliveira** (1929-2006), foram convidados pela Câmara

⁴³⁷ Que havia participado com Victor Palla na 6ª Missão Estética de Férias (Leiria, 1942) dirigida por Ernesto Korrodi (1970-1944).

⁴³⁸ In Espólio do Arquitecto Victor Palla.

Municipal de Lisboa a projectar um conjunto de edifícios de habitação colectiva. Como se verifica, este quarteirão está localizado numa área que foi alvo de um grande número de projectos por parte de engenheiros civis, nomeadamente durante o decorrer da década de 40, como tivemos oportunidade de referir anteriormente neste subcapítulo. Deste modo, poder-se-á depreender que este convite da edilidade poderá significar uma vontade de mudança, no entanto, apesar da equipa projectista ter apresentado várias propostas (Figs. 2.1.3.43. a 2.1.3.46.) e de qualquer uma destas se revelar mais interessante do que o edificado na envolvente, nenhuma chegou a ser efectivamente construída tendo posteriormente, já na década de 70, os lotes de terreno sido vendidos e alvo de novos projectos por parte de outros projectistas.

A primeira proposta apresentada por Athouguia e Galhardo Zilhão (Fig. 2.1.3.43.) apresentava fortes semelhanças com o projecto que Athouguia e Sebastião Formosinho Sanchez (1922-2004) elaboraram anos mais tarde para a *sugestão para o arranjo urbanístico da zona do mercado da Célula 8* do bairro de Alvalade, da qual apenas virá a ser construído o edifício de habitação e comércio localizado na Avenida Frei Miguel Contreiras, correntemente denominado de Edifício Roma (1957-1959). Ao contrário do que habitualmente se via edificar na cidade de Lisboa, a solução apresentada para o Restelo propôs um único edifício com implantação em “V”, ou seja, com uma inflexão ao centro que define um eixo de simetria e distribui os três tipos de edifícios (A⁴³⁹, B e C) em espelho, *sistema que além de outras reconhecidas vantagens, permitiu escolher uma orientação melhor do que aquela que se obtém enquadrando os quarteirões com prédios paralelos aos seus arruamentos*⁴⁴⁰. Naturalmente trata-se de uma solução influenciada pelos *princípios do urbanismo actual*⁴⁴¹, ou seja, que propunha entre outras “normas” libertar os edifícios do solo, elevando-o sobre pilotis e procurar a melhor orientação solar sendo que para isso o edifício deveria ser implantado independente da estrada que o confina. As propostas que se seguiram – e que

⁴³⁹ Este tipo de edifício apresenta uma associação de apartamentos em duplex e em simplex, num total de 25 apartamentos.

⁴⁴⁰ Retirado da memória descritiva da primeira solução, Lisboa 16 de Outubro de 1954, Documento consultado no arquivo pessoal do arquitecto, Ver Graça Correia, *Ruy d’Athouguia, a modernidade em aberto*, Lisboa: Caleidoscópio, 2008, pp. 202.

⁴⁴¹ Idem.

apresentaram uma preocupação no estudo de insolação – vão mais ao encontro dos projectos apresentados por outras equipas projectistas para a zona norte da encosta da Ajuda, ou seja, barras habitacionais implantadas (aproximadamente) paralela ou perpendicularmente à via de trânsito adjacente (Figs. 2.1.3.44. a 2.1.3.46.). Mas, dadas as dificuldades apresentadas pela Câmara e uma vez que, por esta altura, Athouguia encontrava-se já bastante atarefado com o desenvolvimento do projecto para a sede da Fundação Calouste Gulbenkian (inaugurado em 1969) cujo concurso (1959-60) havia sido ganho pela equipa constituída por Ruy d'Athouguia, Pedro Cid (1925-1983) e Alberto José Pessoa (1919-1985), o projecto para o Restelo acabou por ser suspenso sem que chegasse efectivamente à fase seguinte.

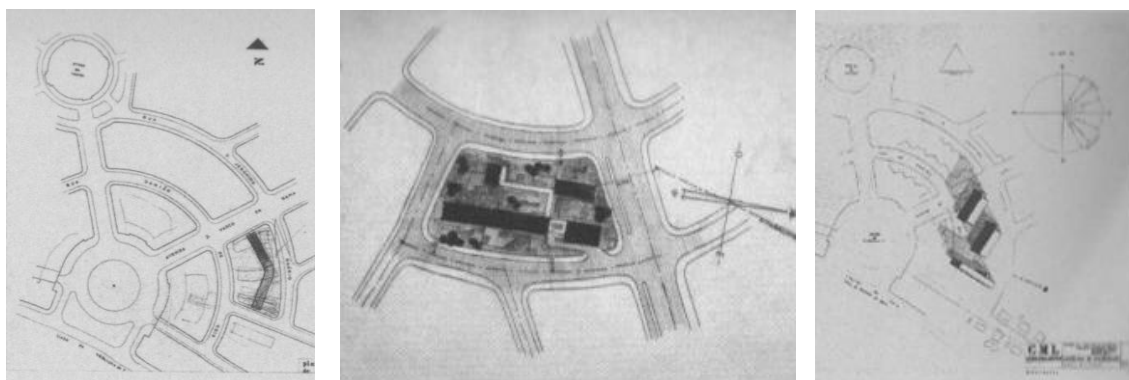


Fig. 2.1.3.43. Planta de localização do conjunto habitacional – 1ª proposta, Ruy Jervis d'Athouguia e Manuel Galhardo Zilhão, 1954-1961⁴⁴²

Fig. 2.1.3.44. Planta de localização do conjunto habitacional, Ruy Jervis d'Athouguia e Manuel Galhardo Zilhão, 1954-1961⁴⁴³

Fig. 2.1.3.45. Planta de localização do conjunto habitacional, Ruy Jervis d'Athouguia e Manuel Galhardo Zilhão, 1954-1961⁴⁴⁴

⁴⁴² In Graça Correia, op. cit., pp. 203.

⁴⁴³ In Graça Correia, op. cit., pp. 206.

⁴⁴⁴ In Graça Correia, op. cit., pp. 208.

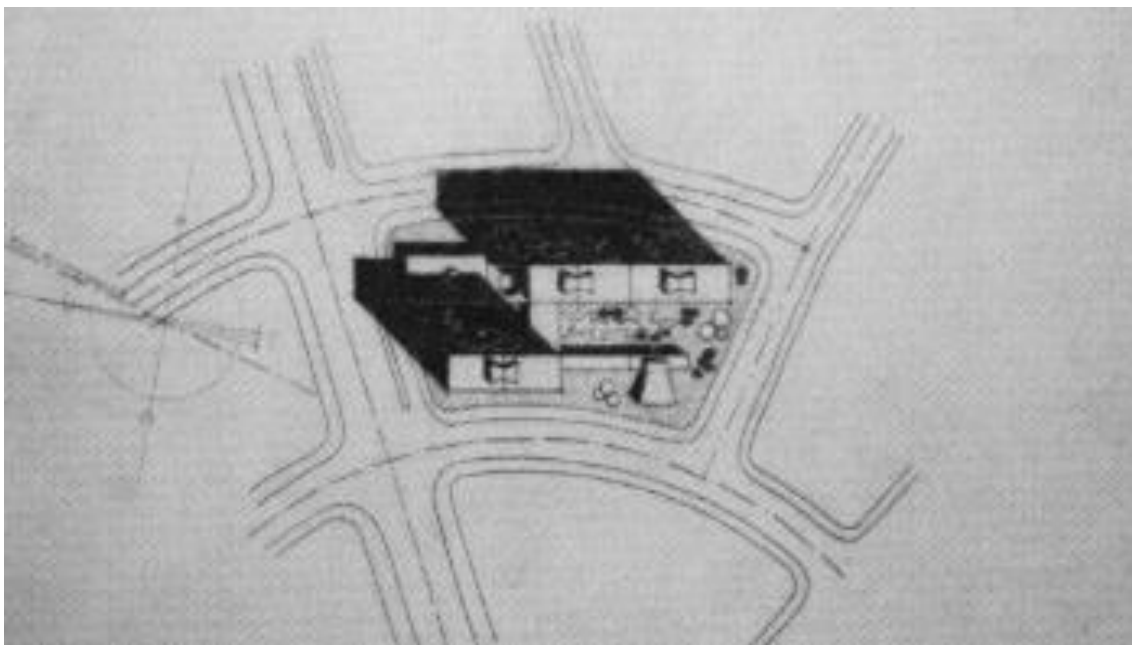


Fig. 2.1.3.46. Planta de localização do conjunto habitacional, Ruy Jervis d'Athouguia e Manuel Galhardo Zilhão, 1954-1961⁴⁴⁵

Importa ainda lembrar que nas proximidades, exactamente no local da já referida Praça de Touros de Algés e apesar de esta ser implantada em terrenos pertencentes a outro concelho (Fig. 2.1.3.47.), o *atelier do arquitecto Francisco Conceição Silva* desenvolveu em **1973** o estudo preliminar da *Urbanização Vale do Restelo* (Fig. 2.1.3.48.). Depois da exposição realizada na Sociedade Nacional de Belas Artes⁴⁴⁶ (1987) ter contemplado esta proposta e de Jorge Figueira a tê-la trazido de volta às discussões da actualidade arquitectónica na sua dissertação de doutoramento⁴⁴⁷ (2009) – classificando-a como o resultado de uma experiência “pós-moderna”, ou seja, que *resulta da ‘condição pós-moderna’*⁴⁴⁸ –, justifica-se voltar a chamar a atenção para este projecto e integra-lo nesta investigação não só por estar localizado nos limites do bairro

⁴⁴⁵ In Graça Correia, op. cit., pp. 209.

⁴⁴⁶ Ver João Pedro Conceição Silva e Francisco Manuel Conceição Silva (coord.), *Conceição Silva Arquitecto, 1922-1982*, Lisboa, Sociedade Nacional de Belas Artes 1987, pp. 131.

⁴⁴⁷ Ver Jorge Manuel Fernandes Figueira Ferreira, *A periferia perfeita: Pós-Modernidade na Arquitectura Portuguesa, Anos 60 – Anos 80*, Dissertação de Doutoramento em Arquitectura (Teoria e História da Arquitectura) apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2009, pp. 109-110.

⁴⁴⁸ Ver Jorge Manuel Fernandes Figueira Ferreira, op. cit., pp. 13.

do Restelo, mas também pelo importante facto de ter tido esta designação, muito provavelmente para elevar a categoria do local e como tal, do empreendimento, pois já naquela altura o “Restelo” vendia melhor que “Algés”, apesar da recente urbanização de Miraflores ter conferido um maior vínculo residencial a este concelho vizinho. Aliás, como foi referido na memória descritiva do projecto: *os bairros do Restelo e Alto do Dafundo são áreas residências de classes económicas de elevado poder de compra*⁴⁴⁹ e uma vez que, como veremos, planeava-se vir a ser contemplada uma elevada percentagem de habitação, estimava-se também que fosse *assegurada a sua ocupação por uma população pertencente a estratos económicos semelhantes*⁴⁵⁰.

Desde meados da década de 50 do século XX que a praça deixara de ter lides tauromáquicas e o local estava (e ainda está) votado ao abandono. Assim, o estudo volumétrico apresentado *procura definir uma articulação harmoniosa das unidades construída [(Miraflores)] e a construir da referida urbanização, com a via aérea (em projecto) que estabelecerá a ligação do nó da praça D. Manuel com a auto-estrada [(concluído 2007)] e ainda imprimir uma renovação da praça mencionada*⁴⁵¹. O conjunto propõe três edifícios: uma torre de 35 pisos que inclui um conjunto comercial nos 6 pisos inferiores e um aparthotel nos 29 pisos superiores; (a sul) uma torre de 23 pisos destinada a escritórios (do 2º ao 12º piso), habitação (do 13º ao 21º piso) e restaurantes (22º e 23º piso); um silo-auto com 12 pisos (sendo 4 subterrâneos) com capacidade para 600 veículos (Fig. 2.1.3.49.). As duas torres, de corpos cilíndricos, estão ligadas por plataformas de 2 a 6 pisos e serão ainda *ligadas a nível superior por uma passagem que permitirá o acesso entre os dois blocos. Este elemento de união facultará a circulação de pessoas da ‘zona de estar’ do aparthotel em direcção ao restaurante panorâmico e vice-versa, que ocorrerá nos últimos pisos do bloco de 23 pisos. [...] uma passagem aérea para peões sobre a rua dos Bombeiros Voluntários permite [ainda] a relação directa do silo com as Torres*⁴⁵² (Fig. 2.1.3.50.). Como tivemos oportunidade de referir anteriormente nesta investigação, edifícios-torre,

⁴⁴⁹ Ver Memória Descritiva Urbanização Vale do Restelo, Atelier Conceição Silva, 1973.

⁴⁵⁰ Idem.

⁴⁵¹ Idem.

⁴⁵² Idem.

plataformas elevadas, galerias que criam espaços públicos de transição e passagens aéreas e subterrâneas haviam sido outrora propostos por um número reduzido de arquitectos portugueses, entre os quais, Francisco Zinho Antunes, com a proposta apresentada para o alto do Restelo. Efectivamente, como evocara Michel Toussaint na exposição *Depois do Modernismo* (1983), *contra a pureza, contra a moral da limpeza, contra o anonimato que nos têm querido impor, pela sobrevivência das individualidades e das diferenças aparecem as diversas atitudes após a falência do Moderno e do Progresso*⁴⁵³. Assim, poder-se-á dizer que o anteprojecto da Urbanização Vale do Restelo, elaborado por um *atelier* pertencente a um arquitecto (outrora) Moderno e que agora experiencia novas propostas arquitectónicas, está inserido numa arquitectura de uma nova “geração pós-moderna”.

Por fim, saliente-se que os projectistas chamaram ainda a atenção para o facto da população que residia no bairro do Restelo trabalhar nas zonas da Baixa e do Marquês do Pombal, ou seja, *os locais de trabalho dessa população não são determinados pela localização das suas residências, mas antes pelo jogo das relações comerciais e de serviços que se interligam e se desenvolvem em sectores urbanos bem definidos*⁴⁵⁴. Deste modo, os escritórios localizados no centro da cidade, facilmente poder-se-iam deslocar para Algés e no que diz respeito ao tipo de lojas, *embora estas pessoas estejam muito relacionadas com a Baixa na aquisição de peças de vestuário, de joalharia, etc., poderão também vir a frequentar este núcleo comercial [de Algés] se os seus estabelecimentos oferecerem produtos de qualidade*⁴⁵⁵. Mais, foi ainda fundamentado que a altura proposta *procura tirar partido das panorâmicas do Tejo e do Parque Florestal de Monsanto* mas, atendendo ao facto de (como veremos mais à frente neste capítulo) se ter verificado uma certa polémica em torno da edificação das torres do Restelo resultantes do plano urbano de Francisco Zinho Antunes e Eurico Ferreira Gonçalves, este estudo não passou da primeira fase, mesmo considerando que estas não estariam localizadas na cumeeira de uma encosta mas sim num vale.

⁴⁵³ Ver Michel Toussaint Alves Pereira, “O Moderno e o Pós-Moderno na Arquitectura”, In Luís Serpa (Coord.), *Depois do Modernismo*, Lisboa, 1983, pp. 30.

⁴⁵⁴ Ver Memória Descritiva Urbanização Vale do Restelo, Atelier Conceição Silva, 1973.

⁴⁵⁵ Ver Memória Descritiva Urbanização Vale do Restelo, Atelier Conceição Silva, 1973.



Fig. 2.1.3.47. Imagem fotográfica da Praça de Touros de Algés, s.d.⁴⁵⁶

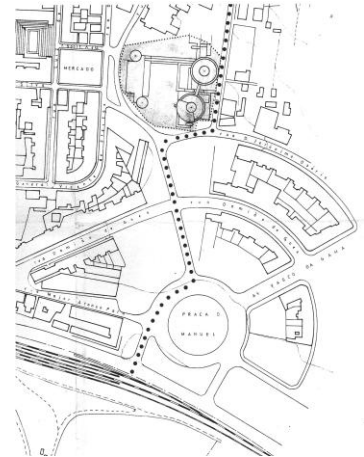


Fig. 2.1.3.48. Planta de localização, Urbanização Vale do Restelo, *atelier* Francisco Conceição Silva, 1973⁴⁵⁷

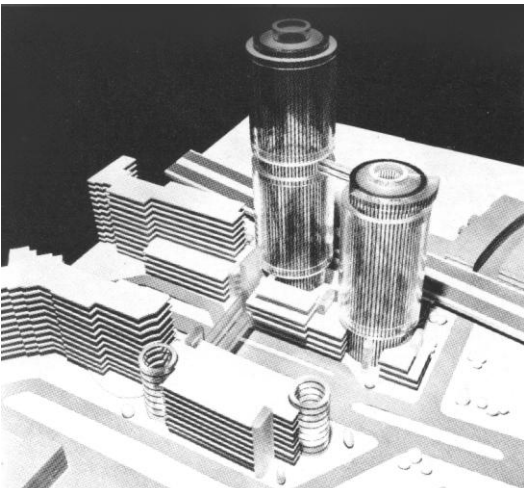


Fig. 2.1.3.49. Maquete, Urbanização Vale do Restelo, Francisco Conceição Silva, 1973⁴⁵⁸

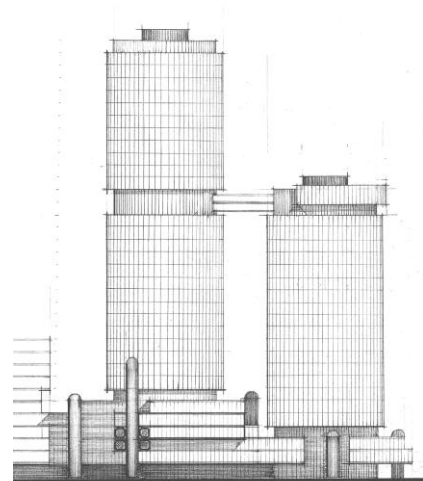


Fig. 2.1.3.50. Alçado, Urbanização Vale do Restelo, Francisco Conceição Silva, 1973⁴⁵⁹

⁴⁵⁶ In <http://gazetademiraflores.blogspot.pt/2012/03/historia-da-praca-de-touros-de-alges.html>

⁴⁵⁷ In Arquivo do *Atelier* de Francisco Conceição Silva.

⁴⁵⁸ In João Pedro Conceição Silva e Francisco Manuel Conceição Silva (coord.), *Conceição Silva Arquitecto, 1922-1982*, Lisboa, Sociedade Nacional de Belas Artes 1987, pp. 131.

⁴⁵⁹ In Arquivo do *Atelier* de Francisco Conceição Silva.

Quanto à Rua João Bastos, constatámos que a alienação dos lotes de terreno se deu apenas em 1964⁴⁶⁰ – altura em que já se havia iniciado o plano urbano de expansão para o alto do Restelo – e que as moradias para ali projectadas foram licenciadas apenas nos finais da década de 60 e construídas durante as duas décadas seguintes. Tal foi o que se verificou com as moradias localizadas na **Rua João Bastos Nº 4** (Fig. 2.1.3.51.) e **Nº 6** (Fig. 2.1.3.52.), respectivamente da autoria dos arquitectos **Homero José Amaro Gonçalves** (n. 1933) e **Fernão Lopes Simões de Carvalho** (n. 1929), sendo que esta foi galardoada com uma **Menção Honrosa do Prémio Valmor - 1978**⁴⁶¹.



Fig. 2.1.3.51. Moradia localizada na Rua João Bastos Nº 4, Homero Amaro Gonçalves, 1983-1990⁴⁶²

Fig. 2.1.3.52. Moradia localizada na Rua João Bastos Nº 6, Fernão Lopes Simões de Carvalho, 1965-1978, Menção Honrosa Prémio Valmor 1978⁴⁶³

Frederico George (1915-1994) e Cândido Palma de Melo (n. 1922) foram os arquitectos que, em representação da Academia Nacional de Belas Artes e da Associação dos Arquitectos respectivamente, fizeram parte do júri que decidiu atribuir

⁴⁶⁰ Ver “Alienação de dois lotes de terreno municipal situados na rua C à Rua D. Lourenço de Almeida, destinados à construção de moradias”, 15/7/1964, Nº 8804, ver informações anexas ao projecto de arquitetura da moradia unifamiliar edificada na Rua João Bastos Nº 4, da autoria de Homero José Amaro Gonçalves (Volume de obra Nº 61336, Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Intermédio), In Arquivo *Atelier* Homero José Amaro Gonçalves.

⁴⁶¹ Fernando Silva recebeu o Prémio Valmor - 1978 pelo projecto do conjunto de edifícios localizados na Rua Maria Velela Nº 2. Foi ainda condecorado com uma menção honrosa o edifício localizado na Rua Dr. António Cândido Nº 10 da autoria de Fernando Eugénio de Carvalho Ressano Garcia. Ver *Acta de Atribuição do Prémio Valmor*, 14/12/1979, In *Prémios Valmor e Municipal de Arquitectura*, ver Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Arco do Cego, Caixa 6, código de localização AC.01.Sala H, Processo Privativo Nº 398/1978.

⁴⁶² In Arquivo da Família Azevedo Gama Caldas.

⁴⁶³ In Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Fotográfico, Código de Referência: PT/AMLSB/AF/PEL/005/S00769, Prova: A80997, Autoria não identificada.

um prémio ao arquitecto e promotor da moradia localizada no N° 6 da Rua João Bastos. Como descrito na acta e atribuição do Prémio Valmor, esta foi a obra eleita *por se tratar de uma casa de habitação individual cujo projecto e construção com materiais correntes, acusa um nível estético elevado*⁴⁶⁴. Sendo esta moradia localizada num lote livre localizado na zona Sul, num terreno que *apresenta um desnível considerável no sentido ascendente a partir da rua que lhe serve de acesso*⁴⁶⁵ e que, presumivelmente, veio condicionar a proposta apresentada, que *consistiu em estabelecer dois 'plateaux' pela construção de um muro de suporte a cerca de 1/4 do comprimento total do talhão*⁴⁶⁶ e encostar a casa (construída com paredes portantes de betão armado e apenas algumas de alvenaria de tijolo) a este mesmo muro (Fig. 2.1.3.53.).

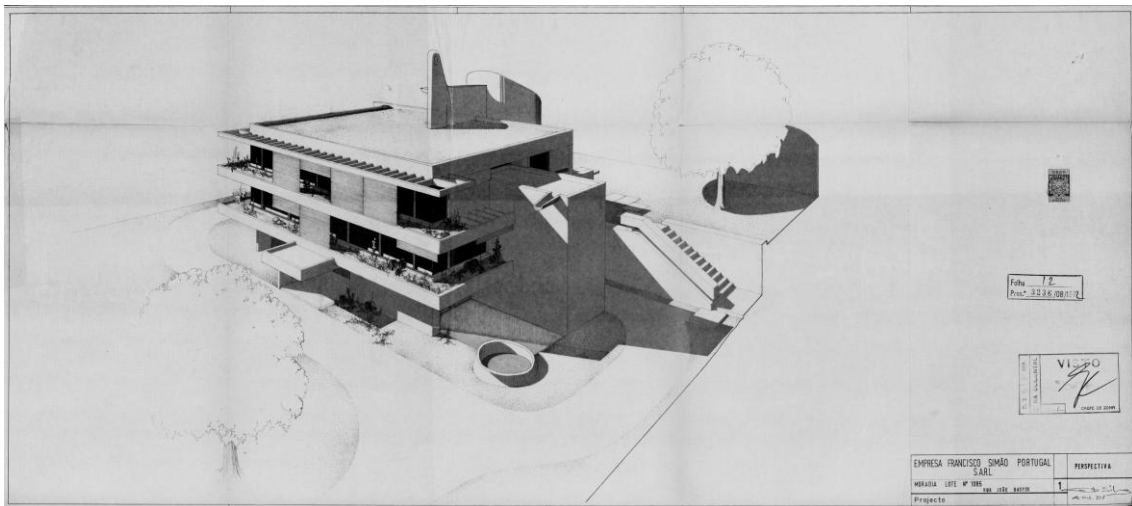


Fig. 2.1.3.53. Perspectiva da moradia localizada na Rua João Bastos N° 6, Fernão Lopes Simões de Carvalho, 1965-1978, Menção Honrosa Prémio Valmor 1978⁴⁶⁷

⁴⁶⁴ Ver *Acta de Atribuição do Prémio Valmor*, 14/12/1979, In *Prémios Valmor e Municipal de Arquitectura*, ver Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Arco do Cego, Caixa 6, código de localização AC.01.Sala H, Processo Privativo N° 398/1978.

⁴⁶⁵ Ver Fernão Lopes Simões de Carvalho, *Memória Descritiva*, 19/2/1970, In Obra N° 59084, Processo N° 7344/970, Folha 2 e 3, Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Intermédio.

⁴⁶⁶ *Idem.*

⁴⁶⁷ Ver Obra N° 59084, Processo N° 3236/972, Folha 12, Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Intermédio.

Evocando a Ville Savoye (1929-1931) de Le Corbusier – arquitecto com quem Simões de Carvalho colaborara (1956-1959) –, a entrada para a casa faz-se ao nível do piso térreo, sendo que uma grande rampa destacada exteriormente da edificação como um volume paralelepipedico iluminado por uma estreita fenestração vertical faz a ligação entre pisos e convida o morador a uma *promenade architecturale*. Ainda a esta cota térrea, foi criada uma zona de circulação automóvel em redor da casa para que não fosse possível o estacionamento defronte da entrada, valorizada por um espelho de água (Fig. 2.1.3.54.). Deste modo, contíguo ao hall mas independente deste visualmente, encontram-se *pequenas instalações sanitárias, escritório, garagem para dois automóveis, casa das máquinas para a central do aquecimento central e de águas quentes*⁴⁶⁸ e *semi-enterrados os quartos do chauffeur e das criadas com instalações sanitárias privativas e a garrafeira*. De modo a ligar as áreas de serviço existentes nos diversos pisos, *projectou-se uma escada de serviço fora do volume geral da construção*⁴⁶⁹. Somente a copa e a cozinha estão orientadas a norte, comunicando com o jardim situado à cota mais elevada (Fig. 2.1.3.55.). No 2º piso localiza-se *o salão de estar, a sala de jantar [(que por altura da entrega das telas finais – 1975 – não tinham parede divisória a separa-las*⁴⁷⁰)], *uma sala íntima [com ligação ao jardim superior e posterior], a cozinha, despensa e zona de serviço-lavagens e engomados –, uma pequena instalação sanitária*. No 3º piso localizam-se *4 quartos, um deles com quarto de vestir, retrete e instalação para banho e uma casa de banho comum aos outros três*⁴⁷¹ (Fig. 2.1.3.56.). Exteriormente, as lajes entre pisos são evidenciadas por um capeamento de pedra calcária clara que contrasta com a cor cinza do betão aparente e com os estores de alumínio que protegem as varandas dos excessos de radiação solar e que envolvem os dois pisos da frente principal de casa (Fig. 2.3.1.63.).

⁴⁶⁸ Ver Fernão Lopes Simões de Carvalho, Memória Descritiva, 19/2/1970, In Obra Nº 59084, Processo Nº 7344/970, Folha 2 e 3, Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Intermédio.

⁴⁶⁹ Idem.

⁴⁷⁰ Ver Fernão Lopes Simões de Carvalho, Memória Descritiva, Outubro de 1975, In Obra Nº 59084, Processo Nº 780/OB//977, Folha 4, Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Intermédio.

⁴⁷¹ Ver Fernão Lopes Simões de Carvalho, Memória Descritiva, 19 de Fevereiro de 1970, In Obra Nº 59084, Processo Nº 7344/970, Folha 2 e 3, Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Intermédio.



Fig. 2.1.3.54. Zona da entrada da moradia localizada na Rua João Bastos Nº 6, Fernão Lopes Simões de Carvalho, 1965-1978, Menção Honrosa Prémio Valmor 1978⁴⁷²

Fig. 2.1.3.55. Fachada tardoz da moradia localizada na Rua João Bastos Nº 6, Fernão Lopes Simões de Carvalho, 1965-1978, Menção Honrosa Prémio Valmor 1978⁴⁷³

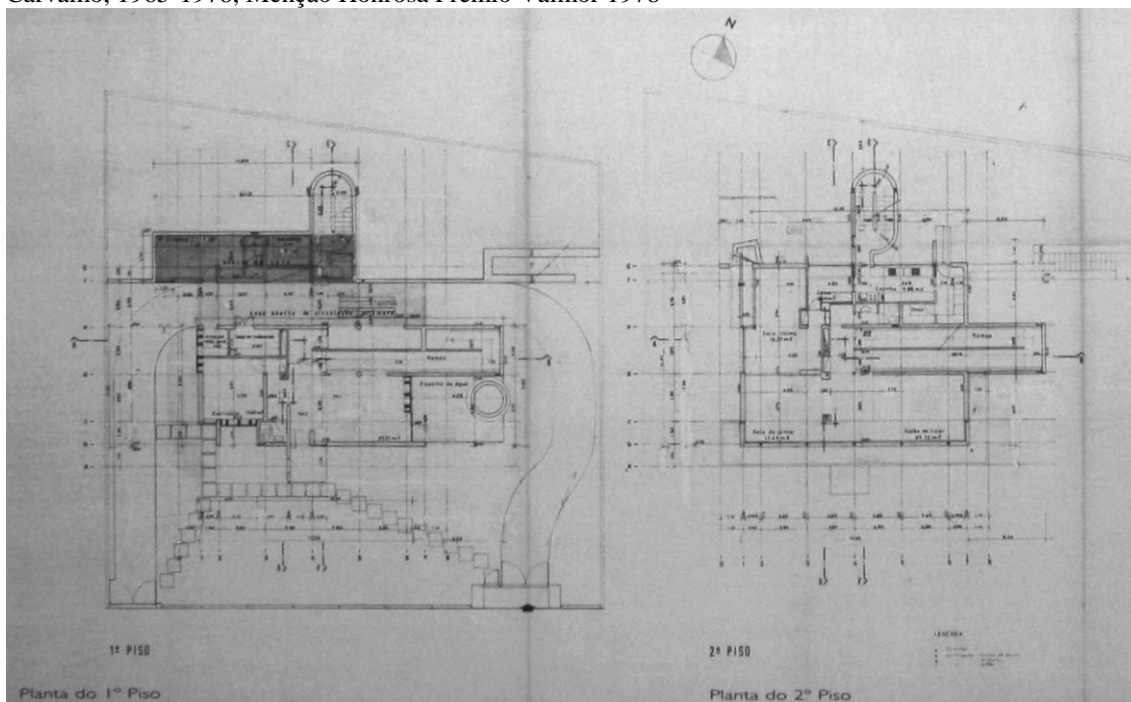


Fig. 2.1.3.56. Plantas do 1º e 2º piso da moradia localizada na Rua João Bastos Nº 6, Fernão Lopes Simões de Carvalho, 1965-1978, Menção Honrosa Prémio Valmor 1978⁴⁷⁴

⁴⁷² In António Pereira da Silva (Coord.), *Lisboa: Prémio Valmor*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2004, pp. 105.

⁴⁷³ Idem.

⁴⁷⁴ In Obra Nº 59084, Processo Nº 780/OB/1977, Folha 13, Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Intermédio.

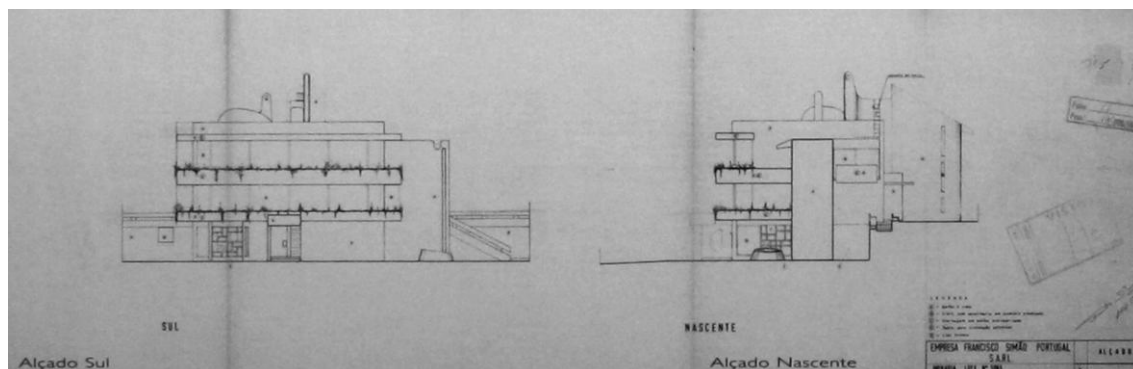


Fig. 2.1.3.57. Alçados sul e nascente da moradia localizada na Rua João Bastos Nº 6, Fernão Lopes Simões de Carvalho, 1965-1978, Menção Honrosa Prémio Valmor 1978⁴⁷⁵

A única moradia que o arquitecto Homero Gonçalves projectou para o Restelo destinava-se a uma família numerosa e implicou o *conciliar as necessidades em espaços úteis, a organização e independência dos núcleos que apoiam a vida dos diversos membros do agregado, tendo em conta os aspectos etários, as relações sociais e a própria vivência da família, e ainda o importante factor da integração nos espaços exteriores, imediato e urbanístico*⁴⁷⁶. Neste caso, dado que os cerca de 800 m² de área do lote, sem vistas privilegiadas, originavam o *afrontamento de vistas, num sentido, e devassamento no sentido contrário, provocado pelos blocos de alto porte e grande proximidade, implantados a Sul*⁴⁷⁷ e uma vez que (naquele caso) para a edificação de moradias não podiam ser reunidos *dois ou mais lotes para o mesmo fim*⁴⁷⁸ e a *superfície média construída não poderá exceder 15% da área do lote*⁴⁷⁹, o projectista optou pela organização interna voltada para o interior, para pátios, terraços e zonas cobertas ao ar livre, *vocacionadas para o lazer, sem a intimidade ser afectada, e ainda protegidas e valorizadas com espaços ajardinados*⁴⁸⁰ (Fig. 2.1.3.58.).

⁴⁷⁵ In Obra Nº 59084, Processo Nº 780/OB/1977, Folha 15, Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Intermédio.

⁴⁷⁶ Ver Homero Amaro Gonçalves, Memória Descritiva, In Espólio do Arquitecto Homero Amaro Gonçalves.

⁴⁷⁷ Idem.

⁴⁷⁸ Ver “Alienação de dois lotes de terreno municipal situados na Rua C à Rua D. Lourenço de Almeida, destinado à construção de moradias”, In Espólio do Arquitecto Homero Amaro Gonçalves.

⁴⁷⁹ Idem.

⁴⁸⁰ Ver Homero Amaro Gonçalves, Memória Descritiva, In Espólio do Arquitecto Homero Amaro Gonçalves.



Fig. 2.1.3.58. Vistas do pátio da moradia localizada na Rua João Bastos Nº 4, Homero Amaro Gonçalves, 1983-1990⁴⁸¹

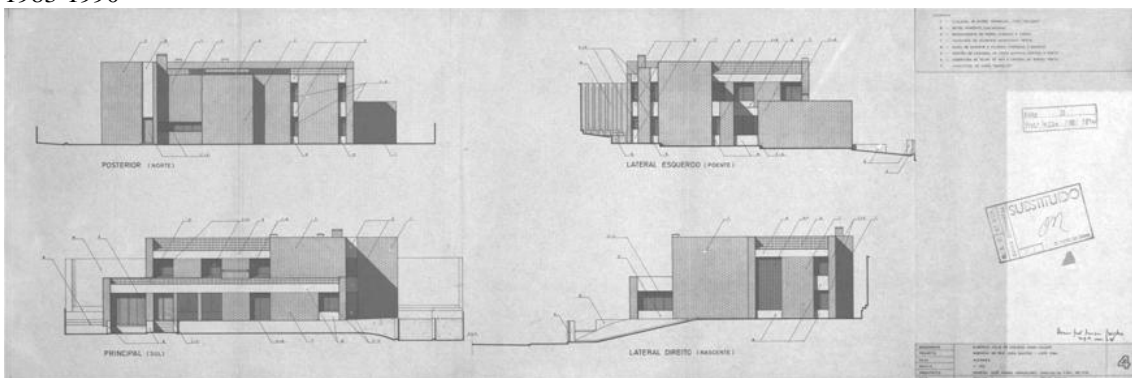


Fig. 2.1.3.59. Alçados norte, poente, sul e nascente da moradia localizada na Rua João Bastos Nº 4, Homero Amaro Gonçalves, 1983-1990⁴⁸²

Assim, para maior privacidade do dono da casa, o seu quarto e escritório localizam-se no piso térreo, bem como a sala de estar, cozinha (copa e zona de tratamento de roupa) e quarto da empregada (ou hóspedes). No piso superior encontram-se os quartos dos filhos e uma sala de estar com ligação a zona de ar livre. Sob o ponto de vista exterior, procurou-se uma solução formal integrada, ou seja, *com os volumes mais baixos na zona mais próxima do arruamento e os mais altos na zona posterior, adjacente a um muro de suporte do lote contíguo, conseguindo deste modo vários objectivos: desafrontamento visto da rua, melhor insolação e melhor protecção visual do referido muro a Norte*⁴⁸³ (Fig. 2.1.3.59.). A casa foi totalmente revestida a tijolo de barro vermelho nas fachadas (com algum betão à vista) e a telha de barro preto

⁴⁸¹ In Arquivo da Família Azevedo Gama Caldas.

⁴⁸² In Obra Nº 61336, Processo Nº 4520/OB/1990, Folha 11, Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Intermédio.

⁴⁸³ Ver Homero Amaro Gonçalves, Memória Descritiva, In Espólio do Arquitecto Homero Amaro Gonçalves.

na cobertura, solução que, segundo o arquitecto *conferem uma nobreza e uma garantia de não envelhecimento adequados à responsabilidade da zona onde se integra a moradia*⁴⁸⁴.

Para além das (465) moradias do bairro económico do Restelo (isentas de licenciamento), durante a **década de 50 foram licenciados** em todo o bairro aproximadamente **435 projectos de arquitectura** que incluem principalmente moradias e escassos equipamentos que, como veremos mais à frente nesta investigação, serão os únicos durante décadas a servir todo(s) o(s) bairro(s). Entre estes licenciamentos foram **premiados** (prémios Valmor e Municipal) **6 projectos** e outros **18 projectos** foram **seleccionados** para análise aprofundada pelos respectivos membros do júri (Volume II, Anexo 14.). Perante tal cenário, constatamos que a encosta da Ajuda, que até meados da década de 40 do século XX se apresentava praticamente despida de edificações, durante o decorrer da década seguinte e atendendo ao facto de que a Câmara Municipal de Lisboa impunha que as obras fossem *iniciadas no prazo de 6 meses a contar da data da arrematação, devendo estar concluídas 18 meses depois da mesma*⁴⁸⁵, transforma-se num verdadeiro estaleiro e, no lugar da ruralidade, surge a massa edificada (Figs. 2.1.3.60. e 2.1.3.61.).

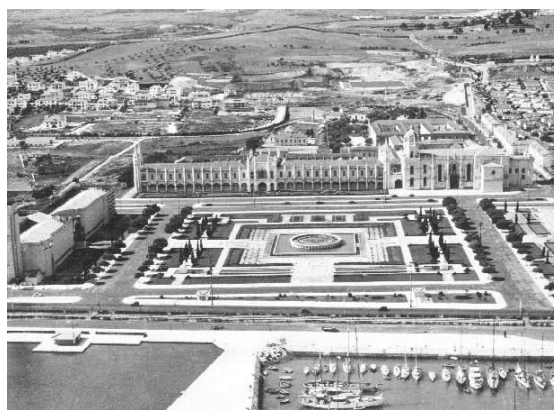


Fig. 2.1.3.60. Vista aérea da Encosta da Ajuda, 1953⁴⁸⁶

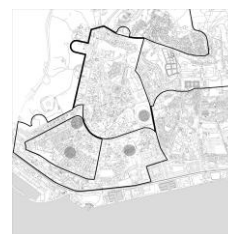
Fig. 2.1.3.61. Vista aérea da Encosta da Ajuda, c. 1950⁴⁸⁷

⁴⁸⁴ Idem.

⁴⁸⁵ Ver “Condições Especiais de Alienação de 6 lotes de terreno situados na Encosta da Ajuda e destinados à construção de moradias unifamiliares”, 6/12/1949, Artigo 13º, In Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Arco do Cego, Código Localização: AC.01.H.02.03.107.

⁴⁸⁶ Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Fotográfico, Prova: A21690, da autoria de Abreu Nunes.

2.1.4. Equipamentos que escoram a encosta



Os meus avós nunca gostaram da casa e sonhavam nostalgicamente com o andar que tinham deixado na Rua Artilharia Um e com a mercearia, na mesma rua, do senhor Dias⁴⁸⁸.

Frederico Lourenço, 2004

Quantos não devem ter sonhado com a mercearia do bairro que deixaram ao mudarem-se para o Restelo? E com o quiosque onde compravam o jornal, ou café ou a farmácia? Se Faria da Costa procurou com o plano de urbanização da encosta da Ajuda e, posteriormente, com as alterações a este plano, complementa-lo com outras valências e criar um bairro autónomo dos restantes bairros da cidade – à semelhança do que propôs posteriormente para Alvalade – a tentativa de independência foi completamente relegada para segundo plano quando ficaram por construir os equipamentos básicos de apoio ao dia-a-dia. Como referimos no capítulo anterior, o **“Centro Comercial para o Bairro da Ajuda”⁴⁸⁹** localizado na **Rua Duarte Pacheco Pereira Nº 5 a 11 e 24 a 30** (Fig. 2.1.4.1.) acabou por ser o único (parcialmente) construído entre os cinco que julgamos terem sido previstos por Faria da Costa. Como tal, foi também o único ao qual os moradores do(s) bairro(s) recorreram durante décadas.

Da autoria de **Raul Chorão Ramalho** (1914-2002), o centro “centro comercial do bairro da Ajuda” foi exposto na **6ª EGAP (1951)** a par de fotografias de uma

⁴⁸⁷ Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Fotográfico, Prova: A24513, da autoria de Mário de Oliveira.

⁴⁸⁸ Ver Frederico Lourenço, *Amar Não Acaba*, Lisboa, Edições Cotovia Lda., 2004, pp. 29.

⁴⁸⁹ Peça Nº 165 do catálogo da 6ª EGAP. Inventariado pelo IHRU com o Nº IPA: PT031106320754. Imóvel em vias de classificação. Despacho do Presidente de 18/03/2003, anúncio Nº 13104, Diário da República, Nº 181, de 20/09/2011.

“**Moradia na Encosta da Ajuda**”⁴⁹⁰ de **João Simões**. Divulgado na revista *Arquitectura*⁴⁹¹, foi ainda merecedor de destaque tanto por parte do júri que avaliou as obras candidatas a Prémio Valmor - 1954⁴⁹² como a Prémio Municipal - 1954⁴⁹³.

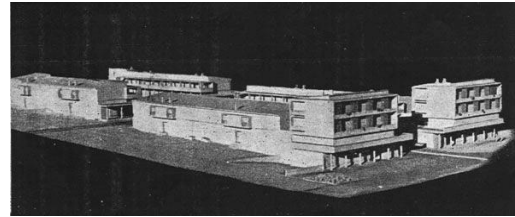
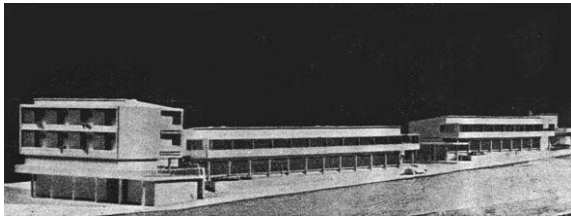


Fig. 2.1.4.1. Maquete do Centro Comercial do Bairro da Ajuda localizado na Rua Duarte Pacheco Pereira Nº 5 a 11 e Nº 24 a 30, Raul Chorão Ramalho, 1951-1954⁴⁹⁴

Constituído por dois blocos simétricos e paralelos à rua, esta zona comercial, cujo *programa e directrizes [foram] fornecidas pela Câmara Municipal de Lisboa*⁴⁹⁵, no piso térreo, abre-se num pórtico a cotas mais elevadas que o passeio, criando um

⁴⁹⁰ Peças Nº 156 e 157 do catálogo da 6ª EGAP.

⁴⁹¹ Ver “Centro Comercial do Bairro da Ajuda, Lisboa”, *Arquitectura*, Lisboa, Nº 41, Março 1952, pp. 13-15.

⁴⁹² Foi júri: Raul Lino (Academia Nacional de Belas Artes), Manuel Mendes Taíña (Sindicato Nacional dos Arquitectos) e Francisco Blasco Gonçalves (Câmara Municipal de Lisboa). *Examinados os processos de obras concluídas em mil novecentos e cinquenta e quatro, depois de cuidadoso exame e ponderadas as qualidades que distinguem cada uma das fachadas dos edifícios visitados, chegou-se, por unanimidade, à conclusão de que nenhuma reúne as condições indispensáveis para que se lhe possa atribuir o Prémio Valmor. Todavia esta Comissão pretende deixar aqui registado o seu apreço pelos seguintes edifícios: conjuntos da célula 8 de Alvalade [da autoria dos arquitectos Ruy d’Athouguia e Sebastião Formosinho Sanches], do Cruzamento da Avenida dos Estados Unidos da América com a Avenida de Roma [da autoria dos arquitectos Filipe Nobre de Figueiredo e José Segurado] e do Centro Comercial da Ajuda [da autoria de Raul Chorão Ramalho].* Ver *Acta de Atribuição do Prémio Valmor*, 22/12/1955, In *Prémios Valmor e Municipal de Arquitectura*, ver Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Arco do Cego, Caixa 3, código de localização AC.01.Sala H, Processo Privativo Nº 57/1955.

⁴⁹³ Foi júri: João Chambers Ramos (Academia Nacional de Belas Artes), Francisco da Conceição Silva (Sindicato Nacional dos Arquitectos) e Francisco Blasco Gonçalves (Câmara Municipal de Lisboa). *Galardoados os arquitectos Ruy d’Athouguia e Sebastião Formosinho Sanches, idênticas referências mereceu o projecto do Centro Comercial, do Bairro Residencial do Restelo, do arquitecto Raul Chorão Ramalho, ainda que uma certa variedade de recortes e revestimentos que guarnecem os primeiros pavimentos tivessem subtraído à concepção inicial a harmonia e a tranquilidade que deve ter timbre de qualquer composição arquitectónica. Aqui, porém, a diversidade dos programas que incidiram sobre os dois pavimentos considerados, deve ter concorrido para que tal se verificasse.* Ver *Acta de Atribuição do Prémio Municipal*, 24/10/1955, In *Prémios Valmor e Municipal de Arquitectura*, ver Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Arco do Cego, Caixa 3, código de localização AC.01.Sala H, Processo Privativo Nº 59/1955.

⁴⁹⁴ In “Centro Comercial do Bairro da Ajuda, Lisboa”, *Arquitectura*, Lisboa, Nº 41, Março 1952, pp. 13-14.

⁴⁹⁵ Idem, pp. 13.

percurso de nível (com cerca de 4,5 metros de largura) que abriga os peões junto das lojas (Figs. 2.1.4.2. a 2.1.4.4.). O piso superior, recuado em relação ao plano principal da fachada criando largas varandas delimitadas para a rua por pórticos laminares, é ocupado por habitações cujo programa, destinado a *famílias da classe média com filhos dos dois sexos e criada*⁴⁹⁶, foi distribuído ao longo de um corredor. O projecto previa ainda em cada uma das extremidades, um remate a sul com a edificação de dois volumes perpendiculares à Rua Duarte Pacheco Pereira que não foi construído. Ali, como referido no artigo publicado, para *além do rés-do-chão, ocupado igualmente por lojas, destinado a outras actividades comerciais que não exigem a localização no rés-do-chão, como costureiras, cabeleireiros de senhoras, alfaiate, pequenos escritórios ou consultórios, etc. e mais dois andares para habitação*⁴⁹⁷. A cobertura de uma só água, o uso de colunas “pilotis” ou de lâminas nas varandas, revelam a sua inclusão na arquitectura Moderna da década de 1950.

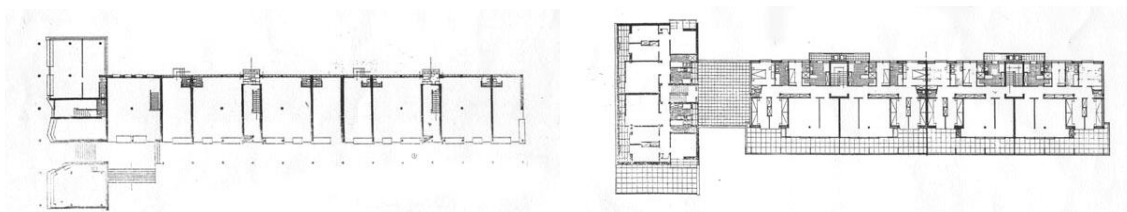


Fig. 2.1.4.2. Plantas do piso térreo e 1º piso do Centro Comercial do Bairro da Ajuda localizado na Rua Duarte Pacheco Pereira Nº 5 a 11 e Nº 24 a 30, Raul Chorão Ramalho, 1951-1954⁴⁹⁸

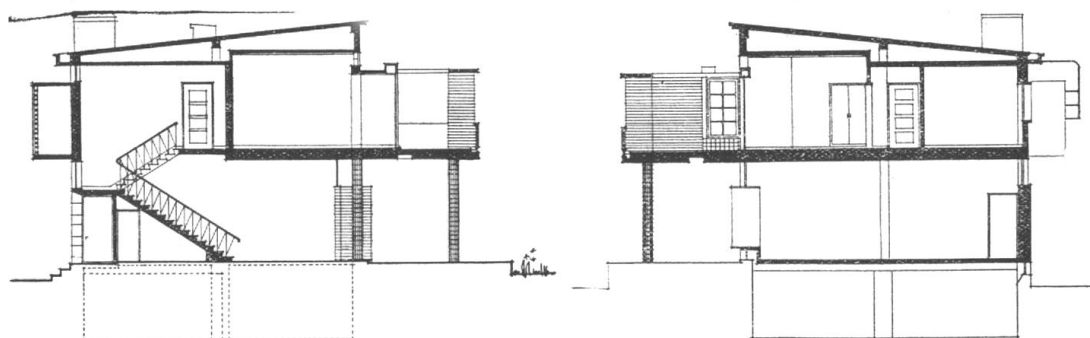


Fig. 2.1.4.3. Cortes transversais do Centro Comercial do Bairro da Ajuda localizado na Rua Duarte Pacheco Pereira Nº 5 a 11 e Nº 24 a 30, Raul Chorão Ramalho, 1951-1954⁴⁹⁹

⁴⁹⁶ Idem, pp. 15.

⁴⁹⁷ Idem, pp. 13.

⁴⁹⁸ In “Centro Comercial do Bairro da Ajuda, Lisboa”, *Arquitectura*, Lisboa, Nº 41, Março 1952, pp. 12-13.



Fig. 2.1.4.4. Centro Comercial do Bairro da Ajuda localizado na Rua Duarte Pacheco Pereira Nº 5 a 11 e Nº 24 a 30, Raul Chorão Ramalho, 1951-1954⁵⁰⁰

Fig. 2.1.4.5. Painéis de azulejo colocados na zona comercial localizada na Rua Duarte Pacheco Pereira, Querubim Lapa (ano da foto 2012)⁵⁰¹

Fig. 2.1.4.6. Painéis de azulejo colocados na entrada dos prédios localizados da zona comercial da Rua Duarte Pacheco Pereira, Querubim Lapa (ano da foto 2012)⁵⁰²

Como referido no capítulo anterior, por esta altura foram também edificados outros três importantes equipamentos: o **Cinema (e café) Restelo** (Fig. 2.1.4.7.), o **Grupo Escolar da Praça de Goa** (Fig. 2.1.4.8.) e o **Estádio para o Clube de Futebol “Os Belenenses”**⁵⁰³ (Fig. 2.1.4.9.). Como vimos previamente, depois de ter contemplado uma zona de “reserva de edifícios de interesse público” na 1ª fase de urbanização do bairro, no “estudo do projecto do aglomerado de Casas Económicas da Encosta da Ajuda” o arquitecto-urbanista Faria da Costa acrescentou não só a existência de um “centro cultural” mas também de um grupo escolar para melhor servir a população residente. O estádio e seus equipamentos desportivos de apoio surgem somente na 2ª fase de urbanização.

⁴⁹⁹ Idem, pp. 14-15.

⁵⁰⁰ In *Arquitectura Moderna Portuguesa 1920.1970*, Lisboa, Ministério da Cultura/IPPAR, 2003, pp. 206.

⁵⁰¹ In Arquivo e fotografia da autoria de Patrícia Bento d’Almeida.

⁵⁰² Idem.

⁵⁰³ Inventariado pelo IHRU com o Nº IPA: PT031106320912. Ver contrato de empreitada relativa à construção do Estádio, Os Belenenses, 1ª fase – terraplanagens e construção do campo de jogos, pela Sociedade de Construções Mário dos Santos, Lda., Lisboa, 1952-12-31, In Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Arco do Cego, Código de Referência: PT/AMLSB/AL/CMLSB/ADMG-N/02/05316.



Fig. 2.1.4.7. Cinema Restelo localizado na Avenida da Torre de Belém Nº 7/Rua Dom Cristóvão da Gama Nº 1, Carlos João Chambers Ramos e Carlos Manuel Ventura de Oliveira Ramos, 1952-1954⁵⁰⁴

Fig. 2.1.4.8. Grupo Escolar localizado na Praça de Goa Nº 3, Carlos Rebelo de Andrade, 1956-1958⁵⁰⁵



Fig. 2.1.4.9. Estádio para o Clube de Futebol, "Os Belenenses", Carlos Manuel Ramos e Jorge Viana, 1952-1956⁵⁰⁶

⁵⁰⁴ In Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Fotográfico, Prova: A27653 da autoria de Salvador de Almeida Fernandes.

⁵⁰⁵ In Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Fotográfico, Prova: A40662 da autoria de Artur Goulart.

⁵⁰⁶ In Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Fotográfico, Prova: A41402 da autoria de Armando Serôdio.

Apesar de ter sido em Belém que foi inaugurado o primeiro estúdio cinematográfico do país (1910) e de nas proximidades ter existido o Cinema Belém (1925-1943) e o Belém Jardim⁵⁰⁷ (1933-1968), o projecto da casa de espectáculos do bairro do Restelo, localizada na **Avenida da Torre de Belém N° 7/Rua Dom Cristóvão da Gama N° 1**, ficou a cargo dos arquitectos **Carlos João Chambers Ramos** (1897-1969) e **Carlos Manuel Ventura de Oliveira Ramos** (1922-2012), seu filho. Fruto de uma encomenda por parte da **Sociedade Cinema Restelo, Ida.**, como enumerado pelos projectistas na memória descritiva, procurou-se que a *construção cubra quasi completamente a empena de um bloco de habitações existentes sobre o Largo da Princesa*⁵⁰⁸ (Fig. 2.1.4.10.). Como salienta Margarida Acciaiuoli, *se outrora os ‘cinemas de bairro’ puderam, pela sua situação e relatividade concretizar nesses locais propostas que em outras zonas mais centrais não seriam aceites, contribuindo desse modo para que a fisionomia deste lugar se alterasse, agora, era a cidade que deles se servia*⁵⁰⁹. Assim, com capacidade para 1.260 espectadores, destinou-se esta *fábrica de ilusão*⁵¹⁰ a três categorias de público (em duas zonas): *primeiramente o público mais baixo e que se vai recrutar principalmente na classe operária, marítimos, militares, etc*⁵¹¹ (844 lugares na plateia); *a outra, a que podemos chamar classe média e que já existia e que continuará a existir em grande número naquela zona. A outra a do bairro residencial a que, se num modo geral se não pode chamar abastada, tem pelo menos nível de vida e poder de compra suficiente para pagar e frequentar lugares mais caros e confortáveis*⁵¹² (balcão) – embora, como veremos, precisamente pelo poder financeiro que possuiu, acaba por se deslocar a outros centros culturais localizado no

⁵⁰⁷ Respectivamente localizados na Rua Paulo da Gama e Rua do Bom Sucesso N° 25. Sobre os *Cinemas de Lisboa*, ver Margarida Acciaiuoli, *Os Cinemas em Lisboa. Um fenómeno urbano do século XX*, Lisboa, Editorial Bizâncio, 2012.

⁵⁰⁸ Ver Carlos João Chambers Ramos e Carlos Manuel Ventura de Oliveira Ramos, In Processo N° 45172/952, Folha 4, Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Intermédio.

⁵⁰⁹ Ver Margarida Acciaiuoli, *Os Cinemas de Lisboa – um fenómeno urbano do século XX*, Dissertação de Mestrado em História da Arte apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1982.

⁵¹⁰ Ver Margarida Acciaiuoli, “Cinemas de Lisboa – um património à deriva”, *Expresso, Revista*, Lisboa, 15/11/1986.

⁵¹¹ Ver Carlos João Chambers Ramos e Carlos Manuel Ventura de Oliveira Ramos, In Processo N° 45172/952, Folha 5 e 6, Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Intermédio.

⁵¹² Idem.

centro da cidade. Como nos confessara Carlos Ramos, *dos três públicos que distintamente existem naquela zona pode dizer-se que, praticamente, só um frequenta o actual cinema: o público que frequenta a geral*⁵¹³. Ou seja, como referimos anteriormente, apesar das expectativas (ambiciosas) sobre a população que habitaria a encosta da Ajuda, este cinema veio responder essencialmente às necessidades da população residente no bairro de casas económicas do Restelo. Numa entrevista de Manuel Graça Dias a Maria Manuel Godinho de Almeida, esta arquitecta revela que se tratava de *um cinema moderníssimo que passava filmes de ‘reprise’, como se dizia na altura: os filmes eram estreados em Lisboa, no centro e, passados uns dias, viam-se aqui; todas as noites mudavam de filme e aos sábados e domingos havia matinés infantis (...) Como se fosse província, exactamente!*⁵¹⁴.

Nas fachadas, rasgaram-se grandes envidraçados que convidavam o espectador a entrar. O *lettering* anunciava a exibição de filmes cuja estreia nas grandes salas acabara de ocorrer e o “candeeiro de vidrinhos”, suspenso no tecto, *iluminava o recinto reflectindo a luz em variados desenhos e cores, cujos efeitos pareciam entreter os espectadores nos intervalos*⁵¹⁵. À semelhança do que sucedia noutras zonas da cidade, a Avenida da Torre de Belém foi deste modo pontuada por *evidentes apelos que o néon iluminava à noite, num convite expresso à evasão que o filme proporcionava*⁵¹⁶. Mas, em meados da década de 60, *o Cinema perde então a dimensão encontrada e difundida nos anos 50 [...] o cinema Alvalade, o Roma, o Lumiar e o Restelo, ou mesmo o Mundial em outra inserção, encontram-se dentro destas preocupações, representando o impasse geral de uma arquitectura nacional que não encontrava saída fora das soluções já cristalizadas*⁵¹⁷. É assim que, nos dias de hoje, este espaço cultural deu lugar

⁵¹³ Ver Carlos Ramos, Memória Descritiva, 1952, In Obra N° 8629, Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Intermédio, citado por Margarida Acciaiuoli, *Os Cinemas em Lisboa. Um fenómeno urbano do século XX*, Lisboa, Editorial Bizâncio, 2012, pp. 261.

⁵¹⁴ Ver Manuel Graça Dias, *Ao Volante, Pela Cidade (dez entrevistas de arquitectura)*, Lisboa, Relógio D'Água Editores, 1999, pp. 65-66.

⁵¹⁵ Ver Margarida Acciaiuoli, *Os Cinemas em Lisboa. Um fenómeno urbano do século XX*, Lisboa, Editorial Bizâncio, 2012, pp. 262.

⁵¹⁶ Ver Margarida Acciaiuoli, “Cinemas de Lisboa – um património à deriva”, *Expresso, Revista*, Lisboa, 15/11/1986.

⁵¹⁷ Idem.

a um super-mercado que, de outro modo, também vem procurar servir a população residente.

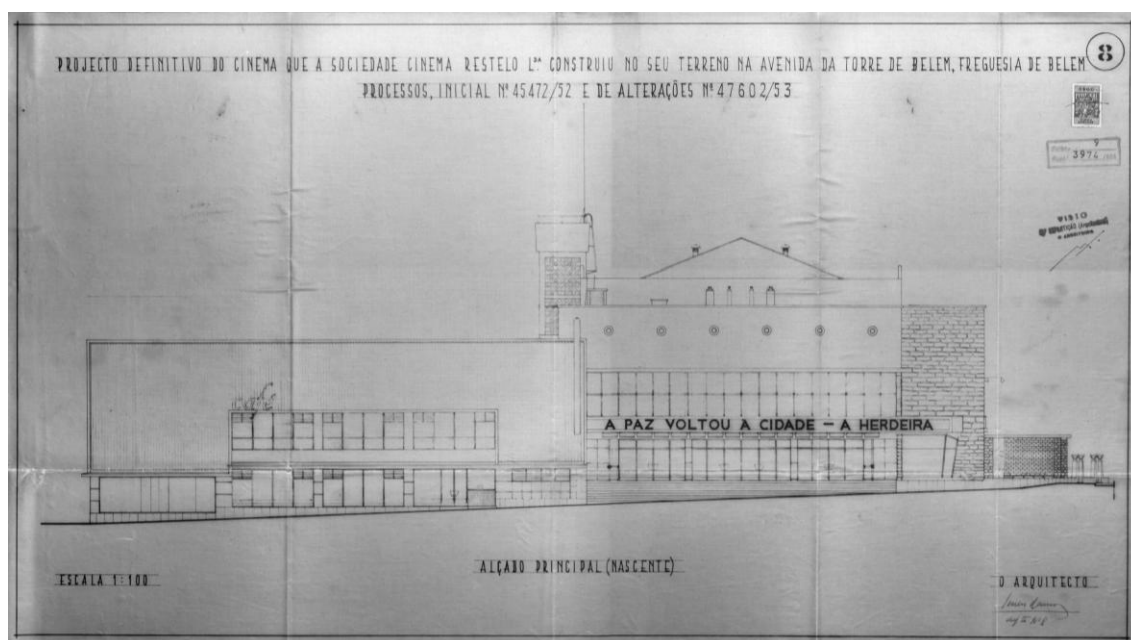


Fig. 2.1.4.10. Alçado principal do Cinema (e café) Restelo localizado na Avenida da Torre de Belém Nº 7/Rua Dom Cristóvão da Gama Nº 1, Carlos João Chambers Ramos e Carlos Manuel Ventura de Oliveira Ramos, 1952-1954⁵¹⁸

Apesar do ensino em Portugal se ter tornado público e gratuito com a implantação do Regime Liberal, a década de 50 do século XX ficou marcada pela acção do *Plano de Educação Popular*⁵¹⁹, que procurava reduzir a taxa de analfabetismo que ainda se fazia sentir, obrigando todas as crianças a frequentar a escola até passarem no exame da 3ª classe ou até cumprirem 13 anos de idade. O historiador Oliveira Marques salienta que *o número de escolas primárias oficiais ascendia a 7000 em 1927, subindo posteriormente até 10.000 em 1940 e a 10.800 em 1950*⁵²⁰ – aumentou muito pouco numa década, dado que as políticas do Estado Novo eram muito restritivas. Na verdade, como constou (talvez para justificar esse ligeiro aumento), a construção das Escolas dos Centenários, que saíam demasiado dispendiosas aos cofres do Estado e, com a revisão

⁵¹⁸ In Obra Nº 8629, Processo Nº 3974/954, Folha 9, Arquivo Municipal de Lisboa- Núcleo Intermédio.

⁵¹⁹ Ver Decreto-Lei Nº 38.968 e Decreto-Lei Nº 38.969, de 27 de Outubro de 1952.

⁵²⁰ Ver A.H. de Oliveira Marques, *História de Portugal*, Lisboa, Editorial Presença, 1998, vol. II, pp. 505.

do Plano dos Centenários, os técnicos da Delegação para as Obras de Construções de Escolas Primárias (DOCEP-DGEMN), apresentam apenas dois tipos de escolas – tipo rural e tipo urbano – simplificando os desenhos, normalizando pormenores, acabamentos e medidas das salas de aula.

Em 1954, depois da apresentação de Januário Godinho sobre *Construções Escolares*⁵²¹ no III Congresso da União Internacional dos Arquitectos (Lisboa, 1953), a Câmara Municipal de Lisboa vai ao encontro de alguns arquitectos e encomenda diversos projectos de escolas primárias. É nesta altura que são chamados arquitectos da novíssima geração⁵²² e de uma outra geração (mais velha), à qual pertencia o arquitecto **Carlos Rebelo de Andrade** (1887-1971). Abandonando uma arquitectura nacionalista para seguir princípios do Movimento Moderno, Rebelo e Andrade projectou⁵²³ o (Moderno) **Grupo Escolar da Praça de Goa**⁵²⁴. Destinado a ambos os sexos mas, como impunha o sistema de ensino de então, separadamente, este pequeno grupo escolar, é constituído por quatro edifícios distintos: sexo masculino, sexo feminino, cantina e casa do guarda (Fig. 2.1.4.11.). Os volumes destinados a receber as 8 salas de aula abertas para sul, são semelhantes e apresentam-se com dois pisos, sendo que o programa contempla ainda sala de professores com respectivas instalações sanitárias, instalações sanitárias para o pessoal da limpeza e arrecadações (Figs. 2.1.4.12. e 2.1.4.13.). A cantina, com um só piso, recebe dois refeitórios (meninos e meninas) e faz a ligação (por duas passagens cobertas⁵²⁵) aos edifícios das salas de aula. Assim, o recreio descoberto destinado às meninas encontra-se delimitado entre os dois corpos das salas de aula e os refeitórios, e o recreio dos meninos, no terreno livre a sul. Como

⁵²¹ Ver Januário Godinho, *Constructions Scolaires*, In AAVV, *UIA, Troisième Congrès de L'Union Internationale des Architectes, Lisbonne, 20-27 Septembre 1953. Rapport Final*, Lisbonne, Librairie Portugal, 1953, pp. 356-360.

⁵²² Nomeadamente, Ruy Jervis d'Athouguia (Escola Primária do Bairro de São Miguel e Escola Primária Teixeira de Pascoaes), Victor Palla e Bento d'Almeida (Escola Primária de Vale Escuro e Grupo Escolar de Olivais-Norte), Cândido Palma de Melo (Escola de São João de Brito), Artur Pires Martins (Escola Primária de Campolide), Manuel Barreira (Escola Primária do Alto dos Moinhos) e Fernando Silva (Escola Luís de Camões).

⁵²³ De acordo com os dados obtidos, Carlos Rebelo de Andrade assinou sozinho este projecto, porém, desconhecemos se teve algum colaborador mais jovem a trabalhar com ele neste grupo escolar.

⁵²⁴ E autor da galardoada moradia unifamiliar localizada na Avenida Columbano Bordalo Pinheiro (Prémio Valmor 1939).

⁵²⁵ Recreios cobertos: sexo masculino 216,50m²; sexo feminino 208,80m²

referiu o engenheiro João Manuel Cabral Vargas na memória descritiva do projecto, *a protecção solar para as salas de aula foi concebida por um sistema de lamelas móveis em torno de um eixo horizontal, assentes em vários prumos metálicos, onde está introduzido o sistema mecânico que é accionado pelo interior das salas de aula*⁵²⁶ (Fig. 2.1.4.14.).

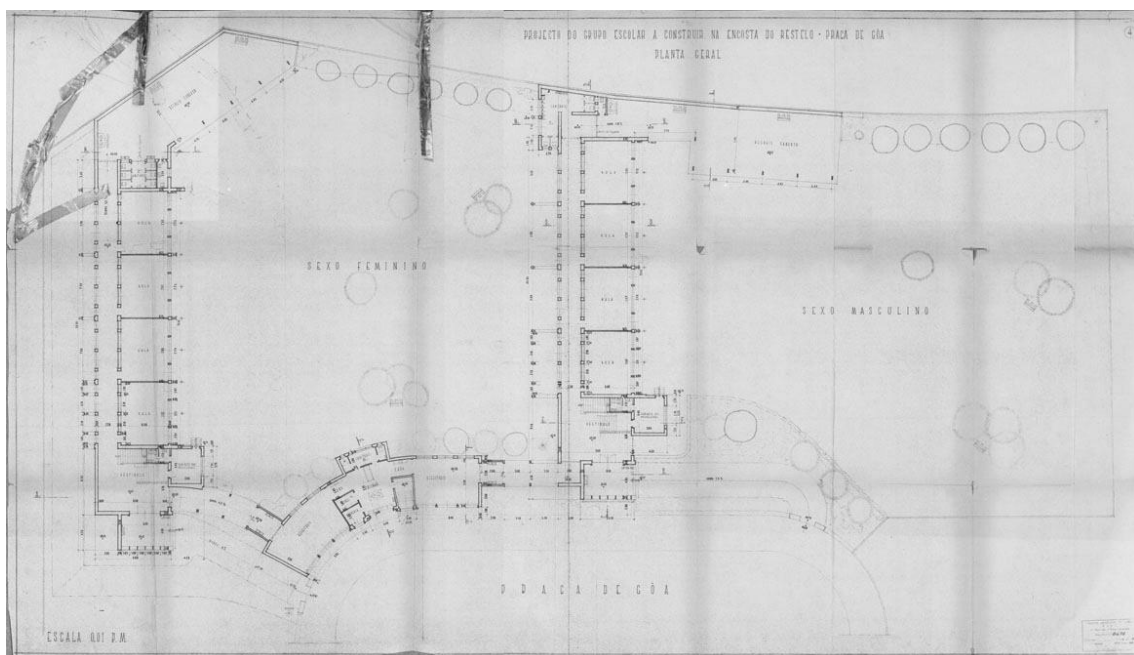


Fig. 2.1.4.11. Planta geral do Grupo Escolar localizado na Praça de Goa Nº 3, Carlos Rebelo de Andrade, 1956-1958⁵²⁷

⁵²⁶ Ver Engenheiro João Manuel Cabral Vargas, Memória Descritiva, In Obra Nº 32583, Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Intermédio.

⁵²⁷ In Obra Nº 32583, Processo Nº 32583/DSUO/PI/1956, Folha 4, Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Intermédio.

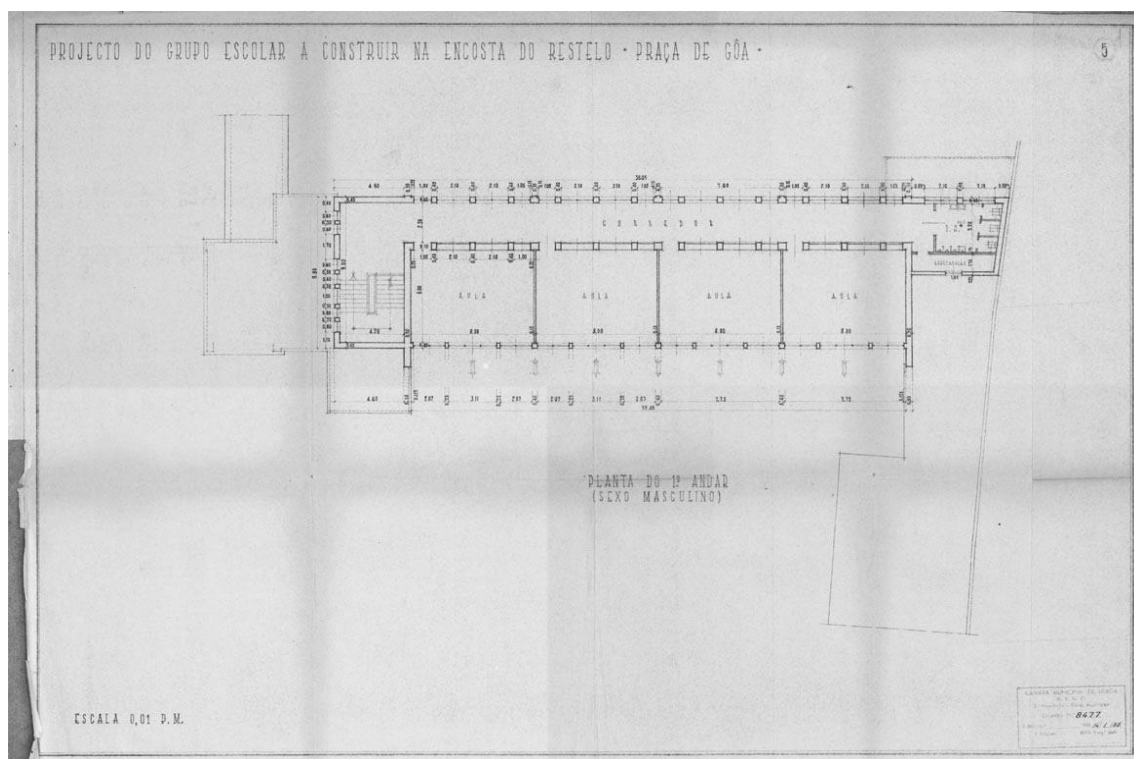


Fig. 2.1.4.12. Planta do 1º andar (sexo masculino) do Grupo Escolar localizado na Praça de Goa Nº 3, Carlos Rebelo de Andrade, 1956-1958⁵²⁸

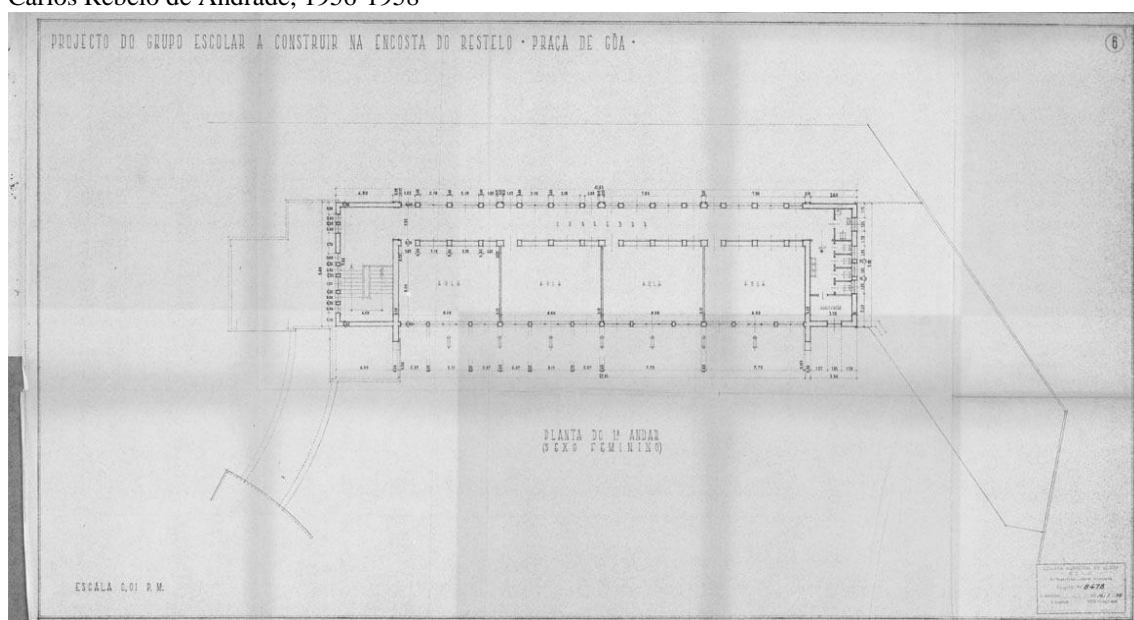


Fig. 2.1.4.13. Planta do 1º andar (sexo feminino) do Grupo Escolar localizado na Praça de Goa Nº 3, Carlos Rebelo de Andrade, 1956-1958⁵²⁹

⁵²⁸ In Obra Nº 32583, Processo Nº 32583/DSUO/PI/1956, Folha 5, Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Intermédio.

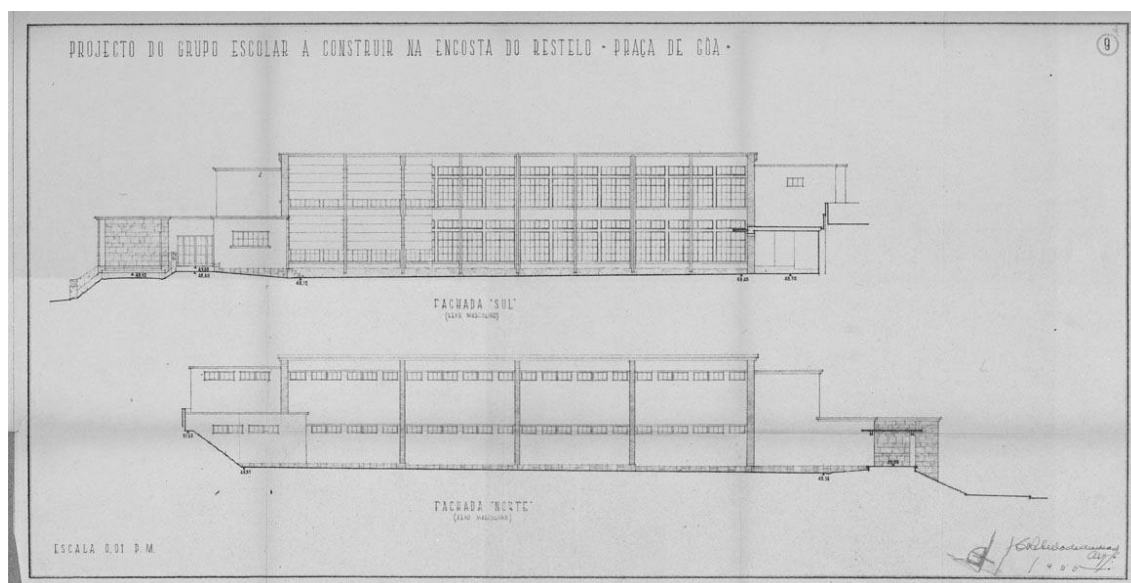


Fig. 2.1.4.14. Alçados Sul e Norte do Grupo Escolar localizado na Praça de Goa Nº 3, Carlos Rebelo de Andrade, 1956-1958⁵²⁹

Edificado na cratera da antiga pedreira de Alcolena (que serviu a construção do Mosteiro dos Jerónimos), no gaveto criado pelas **Avenidas do Restelo e Ilha da Madeira**, o **Estádio para o Clube de Futebol “Os Belenenses”** (Figs. 2.1.4.15. e 2.1.4.16.) foi logo considerado da maior importância para a consolidação do bairro por se tratar, como referimos anteriormente, do único equipamento deste tipo ali edificado, servindo à época, não só para a ocupação dos tempos livres da população residente no bairro de casas económicas do Restelo, mas também a restante população que habitava o Restelo (de Faria da Costa).

Carlos Manuel Ramos que, como vimos anteriormente, também havia projectado com o seu pai (Carlos João Chambers Ramos) o Cinema Restelo; com o arquitecto com João Simões assinou também o projecto do primeiro grande Estádio para o Sport Lisboa e Benfica⁵³¹ junto à 2ª circular (inauguração 1954) e foi co-autor com

⁵²⁹ In Obra Nº 32583, Processo Nº 32583/DSUO/PI/1956, Folha 6, Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Intermédio.

⁵³⁰ In Obra Nº 32583, Processo Nº 32583/DSUO/PI/1956, Folha 9, Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Intermédio.

⁵³¹ Ver “Estádio para o Sport Lisboa e Benfica”, *Arquitectura*, Lisboa, Nº 47, Junho 1953, pp. 14-18.

Jorge Teixeira Viana (1924-2010) do projecto do **Estádio Municipal do Restelo**⁵³² inaugurado em 1956 e prontamente visitado por técnicos ingleses de construção civil, como anunciado nas publicações da Câmara Municipal de Lisboa⁵³³. Com capacidade para acolher 33.000 espectadores, o projecto deste estádio foi divulgado na revista *Arquitectura*⁵³⁴ (1952) tendo sido capa deste mesmo periódico, num número organizado por Keil do Amaral, Francisco Conceição Silva e José Rafael Botelho. Para a sua construção aproveitou-se a pedreira (e a pedra) e a pendente do terreno para encaixar o campo de jogo orientado longitudinalmente no sentido norte/sul, bem como as bancadas mais próximas, havendo ainda, mais acima e apenas dos lados nascente e poente, duas bancadas em arrojada consola (Fig. 2.1.4.17.). Posteriormente foi ainda edificada a (também prevista) bancada no topo norte, criando assim um “U” aberto ao Tejo. Como descrito no artigo publicado, dada a acentuada pendente, *projectou-se este estádio dividido em dois níveis de espectadores. Um mais baixo e com menor largura que envolve completamente as pistas de atletismo e outro superior e mais desenvolvido só a Nascente e Poente e que aproxima a forma do estádio da ‘forma ideal’ do agrupamento do público em torno de um rectângulo de jogo*⁵³⁵. Assim, de modo a não obstruir a vista privilegiada das moradias, como justificaram os arquitectos na memória descritiva do projecto, *procurou-se sempre que possível reduzir o volume de construção e assim grande parte das bancadas (e algum peão) que constituem um 1º nível são assentes directamente sobre o terreno, excepto na zona Sul, onde assenta sobre a construção dos vestiários, etc.*⁵³⁶.

⁵³² Entre 1971 e 1974 o Estádio tomou a designação de Estádio Almirante Américo Thomaz, em homenagem ao Almirante Américo Thomaz que morou no Restelo e semeou a primeira relva do campo.

⁵³³ Ver “Efemérides”, In *Anais do Município de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, Maio 1960, pp. 611.

⁵³⁴ Ver Carlos Manuel Ramos e Jorge Teixeira Viana, “Estádio para o C.F. ‘Os Belenenses’”, *Arquitectura*, Lisboa, Nº 43, Agosto 1952, pp. 12-15.

⁵³⁵ Idem, pp. 13.

⁵³⁶ Idem, pp. 14.

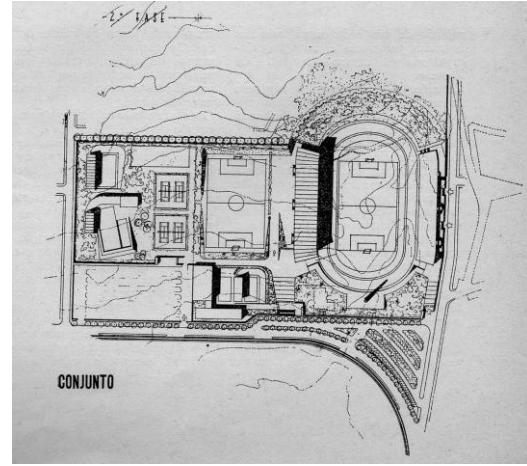
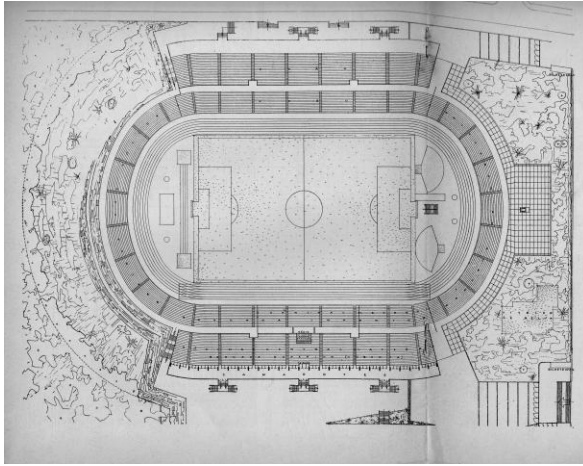


Fig. 2.1.4.15. Planta do Estádio para o Clube de Futebol “Os Belenenses”, Carlos Manuel Ramos e Jorge Viana, 1952-1956⁵³⁷

Fig. 2.1.4.16. Complexo do Estádio para o Clube de Futebol “Os Belenenses”, Carlos Manuel Ramos e Jorge Viana, 1952-1956⁵³⁸



Fig. 2.1.4.17. Estádio para o Clube de Futebol “Os Belenenses”, Carlos Manuel Ramos e Jorge Viana, 1952-1956⁵³⁹

⁵³⁷ In “Estádio para o C.F ‘Os Belenenses’”, *Arquitectura*, Lisboa, N° 43, Agosto 1952, pp. 12-13.

⁵³⁸ In *Idem*, pp. 15.

⁵³⁹ In Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Fotográfico, Prova: A41404 da autoria de Armando Serôdio.

A construção deste estádio e ampliação das áreas desportivas que lhes estão anexas originou alterações na divisão dos lotes contíguos. Assim, justifica-se apontar um dos exemplos, nomeadamente, o caso das moradias geminadas destinadas a duas sócias da Sociedade Nacional de Habitações Económicas que acabaram por ser edificadas (anos mais tarde) na **Avenida das Descobertas N° 26**, como ressalta o arquitecto **Jorge Soares Costa** na memória descritiva do projecto, depois de um complexo caminho percorrido pelos proprietários.

O presente projecto compreende o estudo de duas habitações destinadas à mesma família, embora independentes uma da outra. A construção destas habitações, um lote destinado primitivamente à construção de uma só moradia, é consequência duma troca de terrenos entre a C.M.L. e os actuais proprietários. Com efeito, tendo comprado em hasta pública dois lotes camarários para moradias geminadas junto ao Restelo, já com projecto aprovado, foi-lhes proposto cedência do terreno, em virtude da necessidade de maior área, para prolongamento da zona desportiva do Estádio do Restelo. Foi então escolhido o actual lote, de acordo com os serviços camarários, tendo S. Ex.^a o Sr. Presidente da C.M.L. prometido todas as facilidades possíveis, como meio de compensar os proprietários de todos os inconvenientes resultantes da troca. [No entanto,] uma das dificuldades que este terreno oferece na elaboração do presente projecto resultou da sua frente ser menor que a profundidade, não permitindo uma valorização equitativa das duas moradias, embora de certo modo atenuada pela futura rua, situada a nascente do lote. Por outro lado, devido às características dos lotes circundantes – uma só moradia – não era conveniente dar ao conjunto o aspecto de 2 habitações distintas, o que se tentou conseguir com o recuo, em relação à Av. das Descobertas da habitação de menor área. Assim, as duas habitações, tendo acessos independentes integram-se uma na outra, tomando o conjunto o aspecto duma só moradia de maior desenvolvimento. Como as limitações do custo da construção não permitiam soluções estéticas baseadas em materiais e motivos decorativos caros, adoptou-se por uma planta, em que o jogo de volumes quebra a monotonia e a simplicidade, permitindo ao mesmo tempo criar espaços interiores mais diferenciados⁵⁴⁰.

⁵⁴⁰ Ver Jorge Soares Costa, Memória Descritiva, Lisboa, 13/7/1963, In Obra N° 41605, Processo N° 32442/963, Folha 2 e 3, Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Intermédio.

Sobre o futuro deste estádio ainda nada se sabe em concreto. Apesar de em 1960 o relatório do júri que foi constituído para avaliar as obras concluídas em 1959⁵⁴¹ e (eventualmente) atribuir o Prémio Municipal ter chamado a atenção para o facto de ser *da maior importância que a atribuição do prémio não seja restringida aos edifícios cuja conclusão se estabelece por Diário Municipal, pois, que, deste modo, se excluem automaticamente todos aqueles que não caibam dentro de tal condicionamento – como algumas obras do Estado e até Camarárias, de que podem servir de exemplo escolas, mercados, hospitais, institutos, etc., e mesmo outras de carácter particular, como certo tipo de instalações desportivas*⁵⁴² –, e mesmo tendo sido inventariado pelo Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana⁵⁴³ e integrado na Zona Especial de Protecção da Capela do Espírito Santo, o Estádio Municipal do Restelo não foi até à data classificado (nem tão pouco se encontra em vias de classificação) pela Direcção Geral do Património Cultural, pelo que tem vindo a ser alvo de propostas por parte de diferentes gabinetes de arquitectura e de diversos promotores. Assim, sabe-se que em 2007 o *atelier* do arquitecto **Nuno Leónidas** (n. 1954) apresentou o projecto de **reconversão do Estádio do Belenenses** e seus campos desportivos (Fig. 2.1.4.19.) e em 2008, o gabinete **Sua Kay Arquitectos** foi convidado pela Chamartin Imobiliária a apresentar uma proposta de remodelação e ampliação deste equipamento, adaptando-o a centro comercial e área desportiva, numa área total de 90.915m² – **Dolce Vita Belenenses** (Fig. 2.1.4.20.). Perante tal possibilidade, resta-nos esperar que as entidades competentes actuem rapidamente no sentido de preservar este importante imóvel, brilhante exemplo da arquitectura Moderna no nosso país.

⁵⁴¹ Prémio Municipal - 1959: Júri constituído pelos arquitectos Carlos Chambers Ramos (Academia Nacional de Belas Artes); Rui Mendes Paula (Sindicato Nacional dos Arquitectos); Vasco Esmeraldo da Câmara Pestana (Câmara Municipal de Lisboa). O Prémio Municipal - 1959 não foi atribuído. Ver *Acta de Atribuição do Prémio Municipal*, 24 de Agosto de 1960, In *Prémios Valmor e Municipal de Arquitectura*, ver Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Arco do Cego, Caixa 4, código de localização AC.01.Sala H, Processo Privativo N° 28/1960.

⁵⁴² Ver *Acta de Atribuição do Prémio Municipal*, 24/8/1960, In *Prémios Valmor e Municipal de Arquitectura*, ver Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Arco do Cego, Caixa 4, código de localização AC.01.Sala H, Processo Privativo N° 28/1960.

⁵⁴³ Inventariado pelo IHRU com o N° IPA: PT031106320912.



Fig. 2.1.4.19. Imagem virtual do projecto de remodelação do Estádio do Belenenses, Nuno Leónidas Arquitectos, 2007⁵⁴⁴

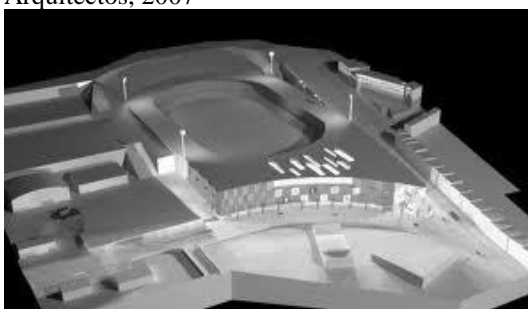


Fig. 2.1.4.20. Maquete do projecto de remodelação do Estádio do Belenenses, Sua Kay Arquitectos, 2008⁵⁴⁵

Por último, importa ainda lembrar que o único equipamento público premiado neste perímetro urbano foi o edifício escolar **Instituto Jacob Rodrigues Pereira** (Fig. 2.1.4.21.) promovido pela **Casa Pia de Lisboa** e destinado a escola e lar para crianças surdas-mudas. Com projecto da autoria do arquitecto **Rui de Sousa Cardim** (n. 1932), foi avaliado pelos arquitectos Victor Martins dos Reis (Câmara Municipal de Lisboa), Luís Benavente (Academia Nacional de Belas Artes), Francisco Silva Dias (Associação dos Arquitectos Portugueses), Carlos Antero Ferreira (Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa) e Estevão Guerra de Figueiredo (Câmara Municipal de Lisboa) e galardoado com o **Prémio Valmor e Municipal de Arquitectura - 1987**.

⁵⁴⁴ In <http://www.nla.pt/projecto.php?id=91&cat=4>

⁵⁴⁵ In <http://www.suakay.com/projecto.php?pid=180&sid=41&ssid=110>

Como descrito na *Acta de Atribuição do Prémio Valmor e Municipal de Arquitectura*, o arquitecto Carlos Antero Ferreira *considerou ser de premiar este projecto de arquitectura especializada, notável pela riqueza no tratamento tecnológico, pelos estudos de ventilação e iluminação, pelo conforto ambiental que proporciona para além de lhe agradar o edifício no seu conjunto*⁵⁴⁶ (Fig. 2.1.4.22.). Constituído por quatro edifícios – principal, primitivo, piscina e lar –, a ligação entre eles é feita através de galerias de circulação ao nível do 1º piso (Fig. 2.1.4.23.) e, ao nível do piso térreo, passagens ritmadas por paredes de betão armado rasgadas com aberturas em círculo que criam um interessante jogo de luz e uma divertida zona de atravessamento (Fig. 2.1.4.24.). Estes edifícios organizam-se em redor de pátios aproveitados para campo de jogos e áreas de lazer para as crianças.



Fig. 2.1.4.21. Instituto Jacob Rodrigues Pereira localizado na Rua D. Francisco de Almeida Nº 1, Rui de Sousa Cardim, Prémio Valmor e Municipal de Arquitectura 1987⁵⁴⁷



Fig. 2.1.4.22. Instituto Jacob Rodrigues Pereira localizado na Rua D. Francisco de Almeida Nº 1, Rui de Sousa Cardim, Prémio Valmor e Municipal de Arquitectura 1987⁵⁴⁸

⁵⁴⁶ Ver *Acta de Atribuição do Prémio Valmor e Municipal de Arquitectura*, Lisboa, 19 de Junho de 1989, ver Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Arco do Cego.

⁵⁴⁷ In António Pereira da Silva (Coord.), *Lisboa: Prémio Valmor*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2004, pp. 118.



Fig. 2.1.4.23. Corte transversal pelo pátio interior, Instituto Jacob Rodrigues Pereira localizado na Rua D. Francisco de Almeida Nº 1, Rui de Sousa Cardim, Prémio Valmor e Municipal de Arquitectura 1987⁵⁴⁹

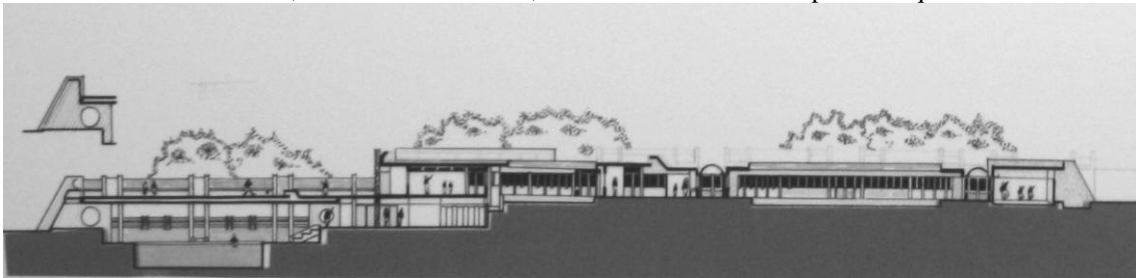


Fig. 2.1.4.24. Corte longitudinal pelo complexo, Instituto Jacob Rodrigues Pereira localizado na Rua D. Francisco de Almeida Nº 1, Rui de Sousa Cardim, Prémio Valmor e Municipal de Arquitectura 1987⁵⁵⁰

Entre os equipamentos que foram sendo edificados no(s) Restelo(s), como veremos, estes são fundamentalmente os que escoram (precariamente) a encosta da Ajuda. Possivelmente é por isso mesmo que se assiste, com frequência, à remodelação de moradias para outros fins, nomeadamente para escolas.

⁵⁴⁸ Idem.

⁵⁴⁹ Idem

⁵⁵⁰ Idem.

2.1.5. Arquitectos e Artistas Plásticos

*O escultor, o pintor deveriam viver a obra, a maquete, o projecto*⁵⁵¹

Victor Palla, 1948

Um ano antes de se ter realizado o VI CIAM (Bridgwater Inglaterra, 1947) – onde segundo o historiador e crítico da arquitectura Siegfried Giedion (1888-1996), houve pela primeira vez *uma discussão sobre problemas estéticos*⁵⁵² e sobre questões relacionadas com a colaboração entre arquitectos, pintores e escultores –, em Portugal, o vereador Vasco Regaleira sugeriu a integração das artes plásticas na arquitectura.

*No intuito de elevar o nível da nossa arquitectura citadina, é necessário, de futuro, exigir dos construtores a sua colaboração, pois assim lucraria a cidade e não se extinguiriam classes dignas da nossa admiração e protecção. [...] sugeriu: 1º - Que se interceda de Sua Excelência o Ministro das Obras Públicas e Comunicações no sentido de ser abreviada a publicação do Regulamento Geral da Construção Urbana; 2º - Que se determine que os Serviços de Urbanização e Obras procedam com urgência à valorização da Baixa Pombalina e das grandes artérias, ouvidas a Comissão Municipal de Arte e Arqueologia, a Academia Nacional de Belas Artes e o Sindicato Nacional dos Arquitectos; 3º - Que, no sentido de elevar o nível da nossa arquitectura citadina, se proceda ao estudo da obrigatoriedade do emprego da escultura e pintura nas edificações de custo superior a 1.000.000\$00*⁵⁵³.

Curiosamente, uns anos mais tarde (1954), um extenso grupo de artistas plásticos⁵⁵⁴ e de arquitectos⁵⁵⁵, empenharam-se na elaboração de um abaixo-assinado

⁵⁵¹ Ver Victor Palla “Lugar do Artista Plástico”, *Arquitectura*, Nº 25, Julho 1948, pp. 16.

⁵⁵² Ver Siegfried Giedion, *Arquitectura e Comunidade*, Lisboa, Livros do Brasil, s.d. (1ª Edição 1956), pp. 70.

⁵⁵³ Ver Vasco Regaleira, In *Actas das Reuniões da Câmara Municipal de Lisboa*, Acta Nº 104, Reunião de 15/4/1946, Câmara Municipal de Lisboa, pp. 5.

⁵⁵⁴ Nomeadamente Albertino Guimarães, Alberto Sousa, Alda Machado Santos, Almada Negreiros, Álvaro Perdigão, Anjos Teixeira (filho), António Duarte, António Lino, António Saúde, António Tomás da Conceição Silva, Arlindo Vicente, Augusto Gomes, Carlos Botelho, Cipriano Dourado, Costa Martins, Diogo de Macedo, Domingos Soares Branco, Eduardo Luiz, Eduardo Viana, Estêvão Soares, Euclides Vaz, Falcão Trigo, Fernando dos Santos, Fernando Fernandes, João Abel Manta, João da Silva, José Dias Coelho, José Júlio, Júlio Pomar, Júlio Resende, Júlio Santos, Júlio Silva, Lagoa Henriques, Leopoldo de Almeida, Lima de Freitas, Luís Dourdil, Luís Jardim Portela, Manuel Caldeira Martins,

dirigido à Câmara Municipal de Lisboa – *Artistas Plásticos Portugueses - Exposição, pedindo à Câmara que os chame a colaborar com Arquitectos na elaboração dos seus projectos de construções*⁵⁵⁶ – de modo a que esta se compromettesse oficialmente a “impor” o recurso a artistas plásticos para a construção de uma qualquer obra de arquitectura. No entanto, o parecer emitido por Álvaro Salvação Barreto em Março de 1954 justifica que tal formalidade apenas deveria ser imposta nos projectos de encomenda camarária. Apesar de tudo, uma parte considerável das obras edificadas no Restelo contou com a intervenção de artistas plásticos logo na fase inicial do projecto.

Como referimos precedentemente, as Exposições Gerais de Artes Plásticas foram dos locais mais importantes como ponto de encontro entre artistas plásticos e arquitectos, pelo que muitos contactos foram estabelecidos, dando origem a múltiplas colaborações. Conforme nos recorda Mário Dionísio, era em casa de Keil do Amaral que *se reuniam todas as semanas (para que a corrente não se quebrasse...) os pintores, escultores e arquitectos organizadores das ditas Exposições que todos os anos geralmente no 1º de Maio, abriam as suas portas*⁵⁵⁷. Apesar de não ter participado em nenhuma EGAP, António Farinha elaborou um motivo escultórico para o jardim da

Maria Alice Jorge, Maria Barreira, Maria Keil, Mário de Oliveira, Martins Correia, Pedro Jorge Pinto, Pedro Guedes, Querubim Lapa, Raimundo Machado da Luz, Raúl Carapinha, Rogério Ribeiro, Rolando Sá Nogueira, Victor Palla

⁵⁵⁵ Nomeadamente Alberto José Pessoa, Alcino Soutinho, Anselmo Fernandez, António Matos Veloso, António Pardal Monteiro, Arménio Losa, Bento d’Almeida, Cândido Palma de Melo, Carlos da Silva Pinheiro, Carlos Manuel Ramos, Carlos Ramos, Cassiano Barbosa, Celestino de Castro, Dário Silva Vieira, Elísio Summavielle Soares, Fernando Sá Reis, Fernando Távora, Filipe Figueiredo, Francisco Conceição Silva, Francisco Keil do Amaral, Henrique Brando Albino, Hernâni Gandra, Hestnes Ferreira, Inácio Peres Fernandes, João Abel Manta, João António de Aguiar, João Guilherme Faria da Costa, João Maria de Braúla Reis, João Pinto de Oliveira, Joaquim Fernandes Gomes, Jorge Ferreira Chaves, Jorge Gigante, Jorge Sá e Reis, José Bastos, José Croft de Moura, José de Lima Franco, José Galhardo Zilhão, José Segurado, Lucínio Cruz, Luís Cristino da Silva, Luís Fernandes Pinto, Luís Mateus Júnior, Manolo Gonzalez Potier, Manuel Alzina de Menezes, Manuel Barreira, Manuel Coutinho Raposo, Manuel Taíinha, Marciano Rodrigues, Maurício Trindade Chagas, Miguel Jacobetty, Nuno Teotónio Pereira, Porfírio Pardal Monteiro, Raúl Chorão Ramalho, Rodrigues Lima, Rogério Buridant Martins, Ruy Silveira Borges, Samuel Quininha, Sérgio Gomes, Vasco Regaleira e Victor Palla.

⁵⁵⁶ Relativamente a esta petição, Ricardo Agarez remete a sua proveniência para o arquivo da CML/DPC/AML – Alto da Eira, Processo N.º 5446/954, Folha 1, Ver Ricardo Agarez, *Arquitectura de Habitação Multifamiliar. Lisboa anos 1950*, Lisboa, Dissertação de Mestrado em História da Arte Contemporânea apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2003, vol. 1, Nota de Rodapé N.º 11, pp. 211.

⁵⁵⁷ Ver Mário Dionísio, “Lembrança do Chico Keil. As Exposições Gerais de Artes Plásticas”, Francisco Pires Keil do Amaral (coord.), Irisalva Moita, Ana Tostões, *Keil do Amaral o Arquitecto e o Humanista*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1999, pp. 142.

moradia da Avenida Dom Vasco da Gama Nº 2/Rua Alto do Duque Nº 1 (Fig. 2.1.5.1.), mas outros exemplos poderão ser aqui apresentados, nomeadamente (entre tantos outros) a participação de Querubim Lapa (n.1925) na elaboração de revestimentos de azulejos de padrão que anunciam as entradas para as habitações do conjunto do Centro Comercial do bairro da Ajuda (Figs. 2.1.4.5. e 2.1.4.6.); o desenho executado com pequenos mosaicos de cerâmica vidrada realizado por Júlio Pomar (n. 1926) para a moradia da Avenida Dom Vasco da Gama Nº 26 (Fig. 2.1.5.2.); o alto-relevo do mesmo autor inserido na fachada principal da moradia da Rua Alto do Duque Nº 45 (Fig. 2.1.5.3.); ou o relevo de faiança policromada realizado por Jorge Barradas (1894-1971) para o Grupo Escolar da Praça de Goa Nº 3⁵⁵⁸ (Fig. 2.1.5.4.).

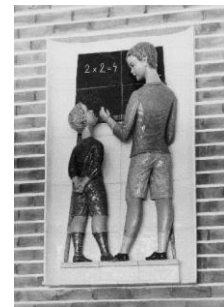
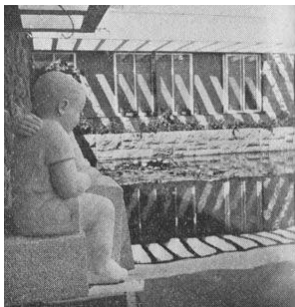


Fig. 2.1.5.1. Escultura de António Farinha para a moradia localizada na Avenida Dom Vasco da Gama Nº 2/Rua Alto do Duque Nº 1, Francisco Keil do Amaral, 1950-1951, Prémio Municipal 1951⁵⁵⁹

Fig. 2.1.5.2. Desenho de Júlio Pomar para a moradia localizada na Avenida Dom Vasco da Gama Nº 26, Artur Pires Martins e José Alexandre Gomes Bastos, 1949-1959, pub. 1952⁵⁶⁰

Fig. 2.1.5.3. Desenho de Júlio Pomar para a moradia localizada na Rua Alto do Duque Nº 45, Victor Palla e Bento d'Almeida⁵⁶¹

Fig. 2.1.5.4. Relevo em faiança policromada de Jorge Barradas inserido no Grupo Escolar localizado na Praça de Goa Nº 3, Carlos Rebelo de Andrade⁵⁶²

⁵⁵⁸ Ver “Contrato para a execução de 2 baixos-relevos em cerâmica policromada e azulejos decorativos, destinados ao grupo escolar do Restelo, na praça de Goa, por Jorge Barradas”, In Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Arco do Cego, Código de Referência: PT/AMLIS/AL/CMLSB/ADMG-N/02/01137 - Cota: 219 A, Fls. 60 v.

⁵⁵⁹ In “Moradia na Encosta da Ajuda”, *Arquitectura*, Nº 46, Lisboa, Fevereiro 1953, pp.2.

⁵⁶⁰ In Artur Pires Martins, “Moradia na Encosta da Ajuda”, *Arquitectura*, Lisboa, Nº 43, Agosto 1952, pp. 2.

⁵⁶¹ In João Palla e Carmo Reinas Martins, *Victor Palla (1922-2006). Um levantamento crítico*, Dissertação de Mestrado em Design e Cultura Visual apresentada ao Instituto de Artes Visuais Design e Marketing, 2007, volume II, Anexo 9, *Ilustração de projectos para habitações unifamiliares 1948-1958 de Victor Palla e Bento de Almeida*.

⁵⁶² In Arquivo Municipal de Lisboa–Núcleo Fotográfico, Prova: A31207 da autoria de Armando Serôdio.

A moradia edificada na **Rua de Alcolena Nº 28** (Figs. 2.1.5.5. e 2.1.5.6.) da autoria de **António Varela** (1902-1963) merece também destaque nesta investigação por estar na ordem da actualidade na medida em que foi alvo de uma denúncia por se ter dado início (em Maio de 2009) à remoção dos painéis de azulejo⁵⁶³ da autoria de Almada Negreiros⁵⁶⁴ (1893-1970, Figs. 2.1.5.7. a 2.1.5.9.) e à sua prevista demolição. Neste caso, a controvérsia instalada deu origem a que a Ordem dos Arquitectos tenha solicitado à Vereação da Cultura da Câmara Municipal de Lisboa a abertura de um processo de classificação da casa como imóvel de interesse municipal e tenha também lançado uma petição⁵⁶⁵ em defesa da sua preservação. Considerada (exageradamente) como *obra maior da arquitectura do Movimento Moderno e um dos raros exemplos da integração das três artes*⁵⁶⁶ apesar de se encarar que *deve ser preservada na íntegra porque a destruição do todo ou de partes com a remoção dos murais põe em causa a integridade da obra*⁵⁶⁷, a solução à qual o gabinete de arquitectura **Massapina Arquitectos Associados Lda.** e a Câmara Municipal de Lisboa chegou não é das que suscitam menor controvérsia, mesmo considerando o elevado estado de demolição em que esta casa se encontrava (Figs. 2.1.5.10. e 2.1.5.11.). Em Dezembro de 2009 esta casa foi classificada como Imóvel de Interesse Municipal.

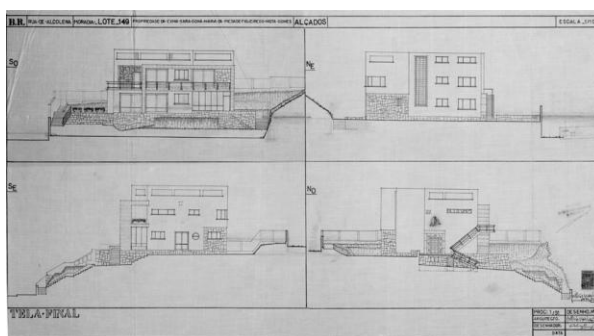


Fig. 2.1.5.5. Moradia localizada na Rua de Alcolena Nº 28, António Varela, 1951-1955⁵⁶⁸

Fig. 2.1.5.6. Moradia localizada na Rua de Alcolena Nº 28, António Varela, 1951-1955⁵⁶⁹

⁵⁶³ Esta casa possui ainda baixos-relevos e esculturas de António Paiva.

⁵⁶⁴ Para informações detalhada acerca destes painéis ver Suraya Burlamaqui, *Cerâmica Mural Portuguesa Contemporânea. Azulejos, Placas e Relevos*, Lisboa, Quezta Editores, 1996, pp. 38.

⁵⁶⁵ Ver <http://www.petitiononline.com/Alcolena/petition.html>

⁵⁶⁶ Idem.

⁵⁶⁷ Idem.

⁵⁶⁸ In Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Fotográfico, Prova Nº A42297 da autoria de Garcia Nunes.



Fig. 2.1.5.7. Paineis de Almada Negreiros inseridos na moradia localizada na Rua de Alcolena Nº 28⁵⁷⁰

Fig. 2.1.5.8. Paineis de Almada Negreiros inseridos na moradia localizada na Rua de Alcolena Nº 28⁵⁷¹

Fig. 2.1.5.9. Paineis de Almada Negreiros inseridos na moradia localizada na Rua de Alcolena Nº 28⁵⁷²



Fig. 2.1.5.10. Moradia localizada na Rua de Alcolena Nº 28, António Varela (ano da foto c. 2009)⁵⁷³

Fig. 2.1.5.11. Moradia localizada na Rua de Alcolena Nº 28, Massapina Arquitectos (ano da foto 2012)⁵⁷⁴

Mas a questão da integração das artes plásticas na arquitectura desde cedo preocupou alguns dos arquitectos que intervieram com obra construída no Restelo, nomeadamente, Victor Palla que se debruçou na defesa da posição do artista plástico no artigo “Lugar do Artista Plástico”⁵⁷⁵ (1948), publicado na revista *Arquitectura*⁵⁷⁶.

⁵⁶⁹ In Obra Nº 23293, Processo Nº 2306/955, Folha 11, Arquivo Municipal de Lisboa- Núcleo Intermédio.

⁵⁷⁰ In <http://www.oasrs.org/conteudo/agenda/noticias-detalle.asp?noticia=1591>. Fotografia da autoria de Paulo Cintra.

⁵⁷¹ In <http://inesverissimomartins.blogspot.com/2009/03/patrimonio-azulejar-de-almada-negreiros.html>. Fotografia da autoria de Inês Veríssimo Martins.

⁵⁷² Idem.

⁵⁷³ In <http://devagardevagar.blogspot.com/2009/03/rua-de-alcolena-lisboa.html>

⁵⁷⁴ In Arquivo e Fotografia da autoria de Patrícia Bento d'Almeida.

⁵⁷⁵ Ver Victor Palla “Lugar do Artista Plástico”, *Arquitectura*, Nº 25, Julho 1948, pp. 7-16.

⁵⁷⁶ Muitos outros artigos sobre a mesma temática foram publicados nos periódicos da especialidade editados em Portugal, entre os mais significativos destaque-se: “A obra de Arte na Construção” (Karl Badberger, *Binário*, N.º 29, Fevereiro 1961, pp. 84-89), “Pintura e Arquitectura” (Siegfried Giedion, *Arquitectura*, N.º 42, Maio 1962, pp. 6-8 e 17-18) e “A parede viva” (Luís Boróbio, *Binário*, N.º 89, Fevereiro 1966, pp. 73-80).

Victor Palla afirma ali não procurar “diminuir” o trabalho dos artistas plásticos, antes pelo contrário, *reinstalá-los naquele magnífico lugar de plenos colaboradores que ‘pensam’ a obra como o arquitecto e ao lado dele – que procuram a forma não por ela própria ou por imitação de preconceitos, mas como parte de um conjunto único governado por uma única maneira de ver partilhada pelos seus realizadores*⁵⁷⁷. Como tal, foi prática corrente do *atelier* de Victor Palla e Bento d’Almeida não só o trabalho conjunto entre esta dupla de arquitectos e diversos artistas plásticos, mas também a elaboração de painéis de azulejo de padrão para múltiplas moradias por eles projectadas, como sejam por exemplo, as já referidas moradias localizadas na **Praça de Goa Nº 6** (Fig. 2.1.5.12.) e **Rua Alto do Duque Nº 45** (Fig. 2.1.5.13.).

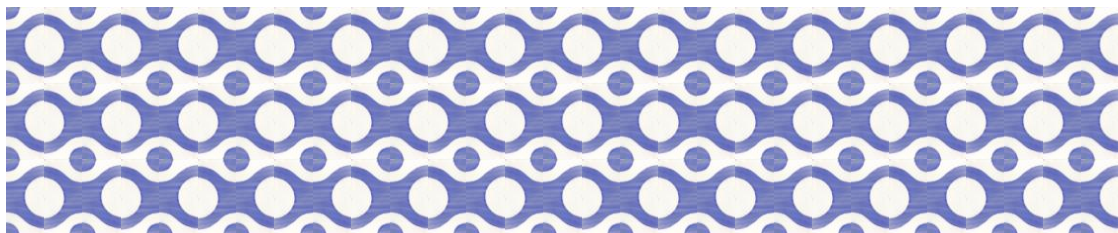


Fig. 2.1.5.12. Azulejo tipo e padrão de azulejos colocados na moradia localizada na Praça de Goa Nº 6, Victor Palla e Bento d’Almeida, c. 1949⁵⁷⁸

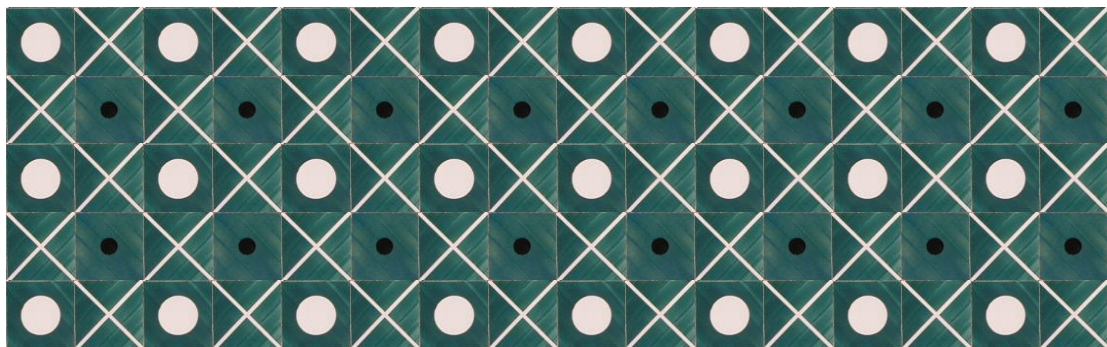


Fig. 2.1.5.13. Azulejos tipo e padrão de azulejos colocados na moradia localizada na Rua Alto do Duque Nº 45, Victor Palla e Bento d’Almeida, c. 1949⁵⁷⁹

⁵⁷⁷ Ver Victor Palla “Lugar do Artista Plástico”, *Arquitectura*, Nº 25, Julho 1948, pp. 7.

⁵⁷⁸ In João Palla e Carmo Reinas Martins, *O Lugar do Desenho na Obra de Victor Palla*, Dissertação de Doutoramento em Belas Artes apresentada à Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa, 2012, parte II, pp. 128.

No entanto, foi somente na década de 60 do século XX, e à semelhança do *inquérito dirigido a uma série de pintores e de escultores sobre o que estes pensavam da integração das artes*⁵⁷⁹ realizado pela revista italiana *Architettura* que, em Portugal, a revista homónima, realizou um debate orientado pelo crítico Rui Mário Gonçalves (n. 1934) e pelo escultor Leopoldo de Almeida (1898-1975) sobre a “Colaboração entre Artistas Plásticos”⁵⁸⁰. Entre os participantes, destaque-se o depoimento de Pedro Vieira de Almeida (1933-2011), que afirma ali considerar *perfeitamente natural que a colaboração entre artistas plásticos se processe a partir do convite do arquitecto até porque o que se verifica é que existe maior número de arquitectos que se interessam e que são capazes de pôr os problemas da sua arquitectura em bases críticas, em bases teóricas, do que de pintores ou escultores*⁵⁸¹. Já Conceição Silva defendera que *o factor mais importante para a obtenção dessa integração é a constituição do grupo*⁵⁸² e Fernando Azevedo (1923-2002) apontara para o facto de que *a realização duma obra exige portanto que a colaboração dos artistas plásticos se faça em perfeito conhecimento não só técnico mas também da própria intenção de criação que deve presidir*⁵⁸³. Curiosamente, apesar de se ter realizado este debate, no Restelo, nos anos que se seguiram, são consideravelmente em menor número as moradias que apresentaram a colaboração entre arquitectos e artistas plásticos. Mas se ainda estão por inventariar as intervenções artísticas elaboradas por pintores, escultores, ceramistas e arquitetos, é então praticamente impossível divulgar todas as obras e promover a sua preservação local ou eventual classificação. Grande parte destas intervenções estão fora do alcance visual daquele que passeia pelo Restelo e a sua contemplação (ou alteração) é da responsabilidade do proprietário sendo muitas vezes difícil de intervir a tempo.

⁵⁷⁹ In João Palla e Carmo Reinas Martins, op. cit., pp. 130.

⁵⁸⁰ Ver “Colaboração entre Artistas Plásticos”, *Arquitectura*, Lisboa, N.º 92, Março/Abril 1966, pp. 50.

⁵⁸¹ Ver Rui Mário Gonçalves e Leopoldo de Almeida, “Colaboração entre Artistas Plásticos”, *Arquitectura*, Lisboa, N.º 92, Março/Abril 1966, pp. 49-62.

⁵⁸² Ver Pedro Vieira de Almeida, In Rui Mário Gonçalves e Leopoldo de Almeida, “Colaboração entre Artistas Plásticos”, *Arquitectura*, Lisboa, N.º 92, Março/Abril 1966, pp. 50.

⁵⁸³ Ver Conceição Silva, In Rui Mário Gonçalves e Leopoldo de Almeida, “Colaboração entre Artistas Plásticos”, *Arquitectura*, Lisboa, N.º 92, Março/Abril 1966, pp. 52.

⁵⁸⁴ Ver Fernando Azevedo, In Rui Mário Gonçalves e Leopoldo de Almeida, “Colaboração entre Artistas Plásticos”, *Arquitectura*, Lisboa, N.º 92, Março/Abril 1966, pp. 58.

2.1.6. O ajardinamento da encosta da Ajuda

(Jardim da Praça de Malaca) *Apesar da sua construção recente, não se tem verificado estragos devido à pouca frequência que nele se observa, não só por se encontrar em zona afastada do trânsito mas também por existir num bairro de moradias onde todos possuem o seu jardim privativo*⁵⁸⁵.

António Vitorino da França Borges, 1962

Para terminar o primeiro ponto do segundo capítulo, importa ainda salientar que a acção dos serviços municipais se estendeu ao **tratamento do espaço público e consequentemente, dos arranjos dos espaços verdes**. Assim, inseridos na edificação do(s) bairro(s) de Faria da Costa (1ª e 2ª fases) e como descreveram os *Anais do Município* em 1947, *procedeu-se ao povoamento florestal de cerca de 55ha nos terrenos destinados à Urbanização da Encosta da Ajuda*⁵⁸⁶, sendo esta predominantemente constituída por maciços de *pinus pinea* (pinheiro manso), na continuidade do que havia sido plantado do Parque Florestal de Monsanto. A localização exacta deste povoamento florestal foi impossível de identificar, porém, certamente que os exemplos que se apresentam de seguida fazem parte desse “ajardinamento” do bairro.

No seguimento do trabalho desenvolvido para a urbanização do bairro, **Faria da Costa** elaborou um “*Estudo dum Jardim para a Rua V do Plano de Urbanização da Encosta da Ajuda*”⁵⁸⁷ (Fig. 2.1.6.1.) – actual Rua Dom Francisco de Almeida – que, como veremos de seguida, terá servido de base para o projecto de ajardinamento da Praça de Damão (1951), apresentado posteriormente por **Gonçalo Ribeiro Telles** (n. 1922). Como tivemos oportunidade de salientar ao longo desta investigação, este

⁵⁸⁵ Ver António Vitorino da França Borges, “Relatório do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, António Vitorino da França Borges”, In *Anais do Município de Lisboa 1961*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1962, pp. 270.

⁵⁸⁶ Ver Álvaro Salvação Barreto, “Relatório do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Álvaro Salvação Barreto”, In *Anais do Município de Lisboa 1946*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1947, pp. 160.

⁵⁸⁷ Para informações detalhadas acerca do *Estudo dum Jardim para a Rua V do Plano de Urbanização da Encosta da Ajuda*, ver Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Arco do Cego, código de Localização AC.01.H.02.03.107.

arquitecto-paisagista teve um papel preponderante nos diversos projectos dos jardins do bairro. Com Álvaro Salvação Barreto (1890-1975) na presidência da Câmara Municipal de Lisboa (1944-1959), em 1951, este foi responsável pela admissão de Ribeiro Telles que, nesta instituição, vem a exercer numa primeira fase as funções de tarefeiro, passando para os quadros dois anos mais tarde, exercendo o cargo de engenheiro-agrónomo na 3ª Repartição de Arborização e Jardinagem da Direcção de Serviços Especiais dirigida pelo engenheiro José Pulido Garcia (m. 1983) e, entre 1955-1960, o cargo de arquitecto-paisagista do Gabinete de Estudos de Urbanização dirigido pelo Engenheiro Luís Guimarães Lobato (1915-2009), do qual também fizeram parte os arquitectos-paisagistas Manuel Azevedo Coutinho (1921-1992) e Edgar Sampaio Fontes (1922-2000) e cujas intervenções no Restelo analisaremos mais à frente nesta investigação.

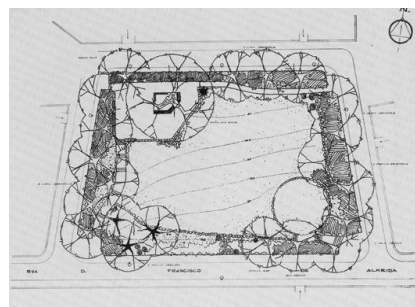
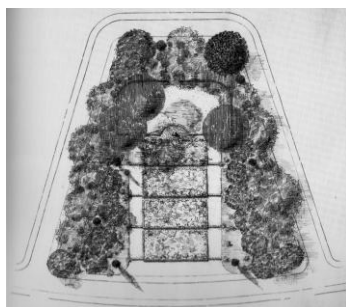
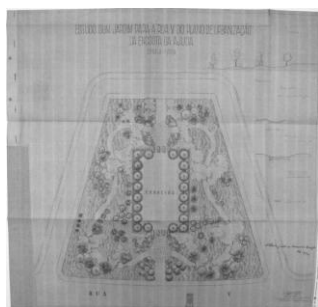


Fig. 2.1.6.1. Estudo dum Jardim para a Rua V do Plano de Urbanização da Encosta da Ajuda, João Guilherme Faria da Costa, s.d.⁵⁸⁸

Fig. 2.1.6.2. Projecto de construção do Jardim da Praça de Damão, Gonçalo Ribeiro Telles, 1951⁵⁸⁹

Fig. 2.1.6.3. Projecto de construção do Jardim da Praça de Malaca, Gonçalo Ribeiro Telles, 1951⁵⁹⁰

No perímetro urbano abrangido pela 1ª fase de urbanização, logo em 1951, Ribeiro Telles foi responsável pelos projectos de ajardinamento das Praças de Damão⁵⁹¹, Diu⁵⁹², Goa⁵⁹³ e Malaca e das Avenidas do Restelo (1952) e Dom Vasco da

⁵⁸⁸ In Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Arco do Cego, código de Localização AC.01.H.02.03.107.

⁵⁸⁹ In Teresa Andresen (Coord.), *Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian – Francisco Caldeira Cabral e a primeira geração de Arquitectos Paisagistas (1940-1970)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2003, pp. 223.

⁵⁹⁰ In Teresa Andresen (Coord.), op. cit., pp. 224.

⁵⁹¹ Inventariado pelo IHRU com o N° IPA: PT031106321447.

⁵⁹² Inventariado pelo IHRU com o N° IPA: PT031106321448.

Gama (1953). O **Jardim da Praça de Damão** (1951, Fig. 2.1.6.2.), por exemplo, apresenta uma disposição em anfiteatro voltado ao Tejo com socacos que ocupam toda a zona central ladeada por relvados e envolvidos de *manchas coloridas das plantas de flores de pequeno porte*⁵⁹⁴. Na parte mais alta, destinada a zona de recreio e de contemplação do Tejo, um terreiro é ensombrado por três pinheiros mansos, *rodeado de bancos e contornado por uma sebe talhada*⁵⁹⁵. Mas o uso destes jardins era já, à época, desprovida de frequência pois cada uma das moradias contemplava jardim próprio e os seus habitantes não estavam interessados em socializar com os vizinhos do lado nos espaços públicos exteriores à casa. Actualmente, apesar de não terem perdido a sua definição original, o descuido por parte das equipas de jardinagem da Câmara Municipal de Lisboa, fez destes jardins lugares visitados por frequência duvidosa.

⁵⁹³ Inventariado pelo IHRU com o N° IPA: PT031106321449.

⁵⁹⁴ Gonçalo Ribeiro Telles, Memória Descritiva e Justificativa do Projecto de Construção do Jardim da Praça de Damão, 8 de Novembro de 1951.

⁵⁹⁵ Gonçalo Ribeiro Telles, Memória Descritiva e Justificativa do Projecto de Construção do Jardim da Praça de Damão, 8 de Novembro de 1951.

2.2. Vestígios do bairro concebido pelo Gabinete de Estudos de Urbanização

2.2.1. A Avenida das Descobertas



Um dia... um dia quando tu deixares de calcorrear as nuvens, e te cansares de recordar o passado irremediavelmente superado e velho, e quiseres vir comigo deambular pelos becos e vielas lúgubres, e quiseres vir comigo aos bairros ignorados, e te resolveres a reparar, com olhos fraternos nos homens e nas crianças que os habitam, talvez então deixes de ser amigo da cidade velha, e entrarás, decerto, no número dos que anseiam pela cidade nova⁵⁹⁶.

Fernando António Piteira Santos (como Fernando Salgado)

Apesar de ter sido edificado uma grande parte do bairro do Restelo durante as décadas de 40 e 50 do século XX, nomeadamente e como vimos anteriormente, dos terrenos a sul da Avenida do Restelo, aquilo que representa o (bairro) resultante da intervenção do Gabinete de Estudos de Urbanização neste território é visível em apenas duas áreas distintas: na Avenida das Descobertas (lado poente, célula D), com a edificação de moradias e do Externato de São José no seguimento do previsto anteriormente por Faria da Costa⁵⁹⁷; e na edificação de parte das moradias a norte das Ruas Pêro da Covilhã e António de Saldanha, também na continuação do previsto por Faria da Costa mas com uma divisão de lotes e destinatários (cooperativas de habitação) distinta, resultante do reajustamento da 2ª fase da encosta do Restelo (1959).

⁵⁹⁶ Ver Fernando Augusto Piteira Santos (como Fernando Salgado), “Lisboa Antiga, Lisboa Nova”, *O Diabo*, 18/08/1939, citado por Margarida Acciaiuoli em *Os anos 40 em Portugal. O País, o Regime e as Artes*, Lisboa, Dissertação de Doutoramento em História da Arte Contemporânea apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1991, nota de rodapé Nº 95, pp. 318-319.

⁵⁹⁷ A Planta de divisão em lotes de terreno municipal na Avenida BL (actual Avenida das Descobertas) da Encosta da Ajuda (identificada pela C.M.L. com o nº 6020) foi apresentada no dia 15 de Novembro de 1951 pelo Engenheiro Chefe Tomaz da Costa França. Para uma informação mais detalhada ver Ofício Nº 4229, 15/11/1951, In Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Arco do Cego, Código de Referência: AC.01.H.02.03.107, Espaços Verdes Ajuda.

A venda dos terrenos da Avenida das Descobertas deu-se em maior número a famílias com generosa capacidade financeira. No lado poente deste eixo viário, em parte porque a divisão dos lotes foi alterada, promovendo a alienação de terrenos com áreas mais generosas, foram edificadas das maiores moradias do bairro, algumas das quais, *além da garagem têm casa especial para o motorista e sua família*⁵⁹⁸. Como exemplo, o arquitecto **Álvaro Simões Baptista** ilustra-nos a vivência da moradia localizada na **Avenida das Descobertas Nº 17** (Figs. 2.2.1.1. a 2.2.1.3.).

*Constituída por 11 pessoas crescendo ainda a possibilidade de frequentes vezes ter de dispor de instalações para 2 ou 3 pessoas, familiares da província ou amigos que passam por Lisboa. Assim há que prever um total de 14 ou 15 quartos, 4 deles com banho privativo. Os hábitos familiares conduzem-nos ainda às seguintes conclusões: O pequeno-almoço nunca é tomado em conjunto, havendo preferência por uma sala de carácter comum, onde tal refeição é geralmente tomada pelas diversas pessoas da família. Às horas de almoço e jantar, a família reúne-se na totalidade numa sala de jantar com dimensões convenientes, subdivisível em duas. Por vezes, também se realizam almoços e jantares em que, o número de pessoas ascende a 20 a 25. [...] O pessoal da casa (de serviço) é constituído por 4 criadas e um motorista pelo que deverão prever-se instalações para esse efeito. [...] A família utiliza normalmente 5 automóveis, um dos quais de grandes dimensões*⁵⁹⁹.

⁵⁹⁸ Ver “O mais moderno bairro residencial, o do Restelo, evoca, na designação das suas artérias, as glórias do passado”, In *Primeiro de Janeiro*, Lisboa, 17/07/1959.

⁵⁹⁹ Ver Álvaro Simões Baptista, In *Memória Descritiva*, Lisboa, 27/11/1957, Obra Nº 32762, Processo Nº 54680/957, Folha 4, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio.

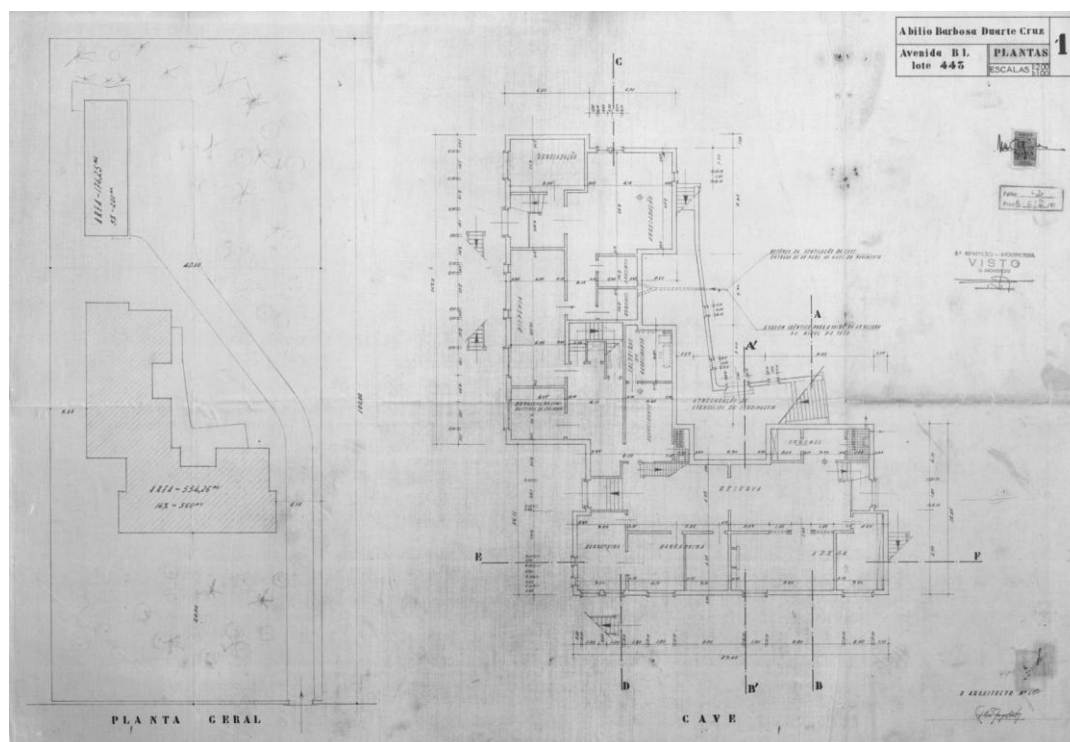


Fig. 2.2.1.1. Planta geral e da cave da moradia localizada na Avenida das Descobertas N° 17, Álvaro Simões Baptista, 1957-1959⁶⁰⁰

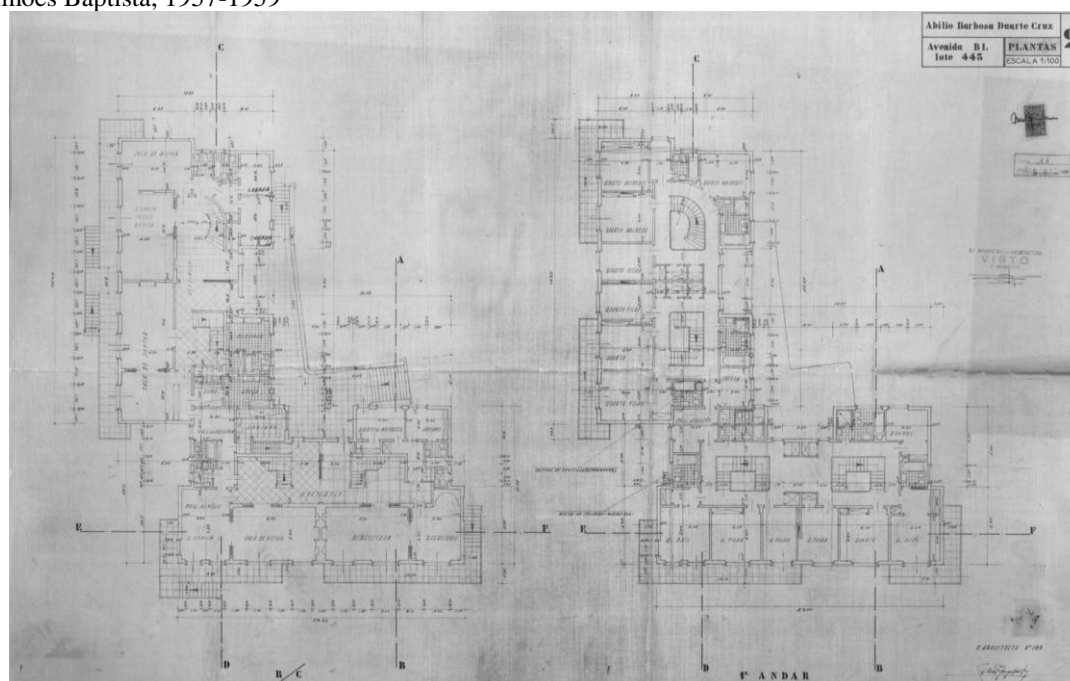


Fig. 2.2.1.2. Planta do R/C e 1º andar da moradia localizada na Avenida das Descobertas N° 17, Álvaro Simões Baptista, 1957-1959⁶⁰¹

⁶⁰⁰ In Obra N° 32762, In Processo N° 54812/959, Folha 12, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio.

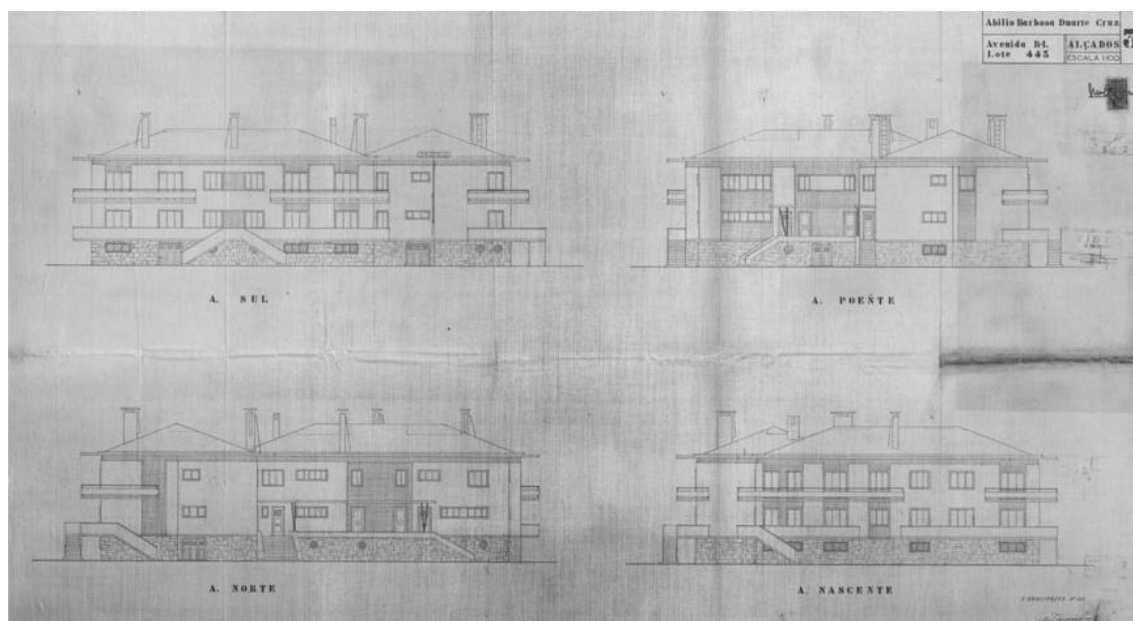


Fig. 2.2.1.3. Alçados da moradia localizada na Avenida das Descobertas Nº 17, Álvaro Simões Baptista, 1957-1959⁶⁰²

O arquitecto **Edmundo Tavares** (1892-1983), que havia recentemente publicado *A Habitação Portuguesa - Casas Modernas* (1946) – uma espécie de catálogo com *um vasto reportório de alternativas que, sem dúvida, ajudaram muitos proprietários nas suas escolhas*⁶⁰³ como referiu Margarida Acciaiuoli mas que, *compreende[ndo] mal Raul Lino [...] distorce o seu conceito de tradição*⁶⁰⁴ – justifica que a moradia edificada na **Avenida das Descobertas Nº 11** (Fig. 2.2.1.4.) fosse *delineada de harmonia com o preceituado para a zona urbanística a que se destina. O seu estilo arquitectural nacionalista e contemporâneo pareceu adequado*⁶⁰⁵. Mas o que terá querido o arquitecto dizer com “estilo nacionalista contemporâneo” em 1956?

⁶⁰¹ In Obra Nº 32762, In Processo Nº 54812/959, Folha 13, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio.

⁶⁰² In Obra Nº 32762, In Processo Nº 54812/959, Folha 15, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio.

⁶⁰³ Ver Margarida Acciaiuoli, *Os anos 40 em Portugal. O País, o Regime e as Artes*, Lisboa, Dissertação de Doutoramento em História da Arte Contemporânea apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1991, pp. 619.

⁶⁰⁴ Ver Margarida Acciaiuoli, *Os Cinemas em Lisboa. Um fenómeno urbano do século XX*, Lisboa, Editorial Bizâncio, 2012, pp. 267.

⁶⁰⁵ Ver Edmundo Tavares, In Memória Descritiva, Lisboa, 20/2/1956, In Processo Nº 12202, Folha 2, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio.

Como vimos no subcapítulo anterior, nesta altura, o Movimento Moderno já estava mais do que instalado em Portugal, influenciando fortemente grande parte dos arquitectos mais jovens e se Edmundo Tavares não estava entre eles, Carlos Rebelo de Andrade, com idade próxima de Tavares, havia apresentado um projecto Moderno de uma escola primária (Praça de Goa) para o Estado, sem “nacionalismos”. Na verdade, as intenções de Edmundo Tavares foram bem expressas naquele livro, onde também afirmara que *toda a obra que é genuinamente do seu tempo e da sua terra, é típica, tem estilo e tem carácter*⁶⁰⁶ – para este arquitecto o estilo como marca decorativa é muito importante. Segundo o autor, *o que é indispensável é saber estilizar e compor os motivos portugueses a fim de se poder criar obra moderna da nossa terra, de harmonia com as predilecções atávicas e de acordo com as tradições regionalistas*⁶⁰⁷. Curiosamente, entre os exemplos que apresentou para a cidade de Lisboa, para além destes anunciarem fortes semelhanças com projectos da sua autoria (e da autoria de outros arquitectos) para o bairro do Restelo, verifica-se ainda que foram seleccionadas para este álbum as moradias projectadas para a **Avenida Dom Vasco da Gama Nº 25**⁶⁰⁸ (Fig. 2.2.1.5.) e **Rua de São Francisco Xavier Nº 14**⁶⁰⁹ (Fig. 2.2.1.6.), dois projectos da sua autoria datados de meados dos anos 40 para a zona sul do bairro (de Faria da Costa). Mas em meados da década de 50, quando se projectavam (desde 1948) moradias Modernas no Restelo, este arquitecto, que havia conseguido o 2º prémio no concurso para o monumento ao Marquês de Pombal a erigir em Lisboa (1914), procurava (ainda) um “estilo arquitectural nacionalista”, ou seja, novamente, uma arquitectura tradicional portuguesa, sendo que esta de “contemporânea” já nada tinha entre a classe. Repare-se por exemplo na moradia projectada (anteriormente e no lado nascente) por **Cassiano Branco** (1897-1970) – arquitecto contemporâneo de Edmundo Tavares e *o homem que mais influenciou a arquitectura corrente da cidade*⁶¹⁰ segundo considerou

⁶⁰⁶ Ver Edmundo Tavares, *A Habitação Portuguesa – Casas Modernas*, Lisboa, Edmundo Tavares, 1946, pp. 24.

⁶⁰⁷ Idem, op. cit., pp. 25.

⁶⁰⁸ Idem, op. cit., pp. 76-77.

⁶⁰⁹ Idem, op. cit., pp. 80-81.

⁶¹⁰ Ver Nuno Portas, “O Efêmero Modernismo”, In *Evolução da Arquitectura Moderna em Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008, pp. 181.

(exageradamente) Nuno Portas – para a **Avenida das Descobertas N° 6** (Fig. 2.2.1.7.), onde o projectista justifica que procurara “obedecer” *aos princípios que regem o pensamento orientador da arquitectura moderna; largueza no traçado, condições habitacionais, economia dimensional do conjunto construtivo, orientação, clima, distribuição de iluminação solar, defesa da acção dos ventos dominantes, instalações internas com distribuição coerente e confortável, enquadramento da paisagem através dos vãos exteriores, franco contacto com o ar livre, escolha dos materiais, sua aplicação e cor, etc., etc. o arranjo arquitectónico dos seus alçados e coberturas mereceu um cuidadoso estudo de escalas, de iluminação natural e ainda no dispositivo da intercessão dos vários corpos que constituem o edifício*⁶¹¹. Mas terá ele conseguido? Xavier Costa, editor da *Arquitectura do Movimento Moderno: Inventário Docomomo Ibérico, 1925-1965*, também identificara a “noção de conforto” como uma característica claramente moderna *ao contrário da commoditas antiga, vitruviana, mais próxima do que actualmente chamaríamos ‘praticidade’ ou ‘utilidade’, o conforto moderno é uma espécie de valor acrescentado ao doméstico, justamente pela suposição da sua carência*⁶¹². Mas no projecto de Cassiano Branco que se apresenta ainda há pouco de arquitectura Moderna.

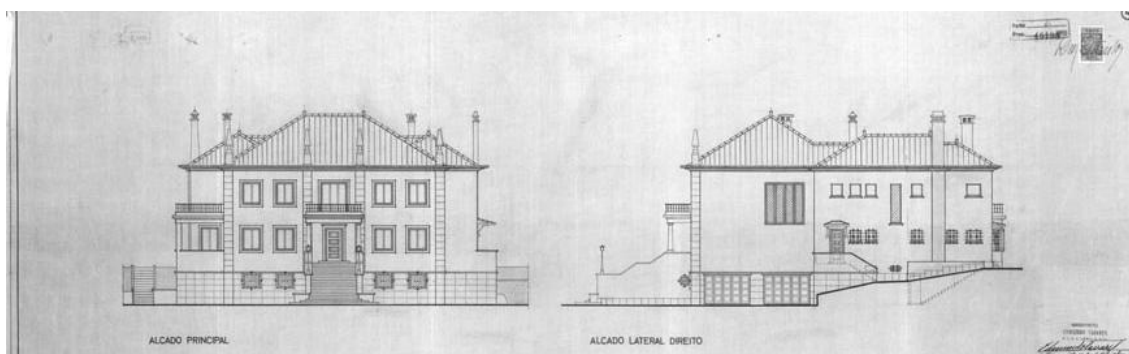


Fig. 2.2.1.4. Alçado principal e lateral direito da moradia localizada na Avenida das Descobertas N° 11, Edmundo Tavares, 1956-1957⁶¹³

⁶¹¹ Ver Cassiano Branco, In *Memória Descritiva*, Lisboa, 28/1/1953, Obra N° 10185, Processo N° 4498/953, Folha 2, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio.

⁶¹² Ver Xavier Costa, “Habitações”, In Xavier Costa (ed.), Susana Landrove, *Arquitectura do Movimento Moderno: Inventário Docomomo Ibérico, 1925-1965*, Barcelona, Associação dos Arquitectos Portugueses, Fundação Mies Van der Rohe e DOCOMOMO Ibérico, 1997, pp. 204.

⁶¹³ In Obra N° 29412, In Processo N° 40198/957, Folha 6, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio.

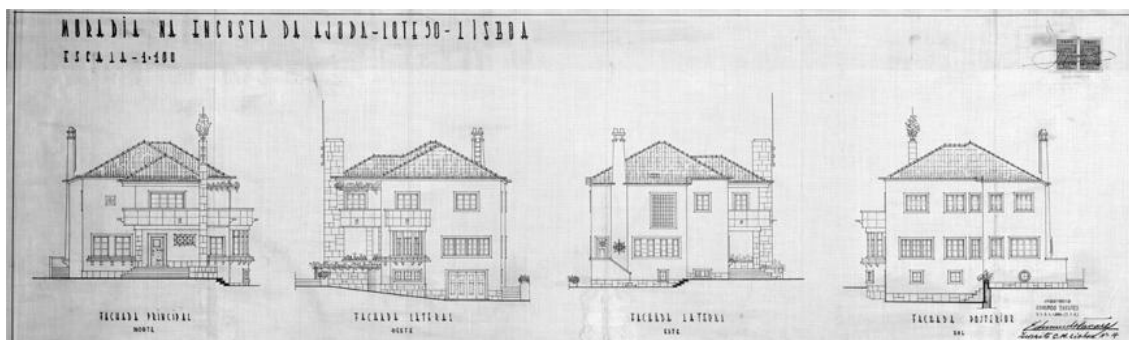


Fig. 2.2.1.5. Alçado da moradia localizada na Avenida Dom Vasco da Gama Nº 25, Edmundo Tavares, 1949-1950⁶¹⁴

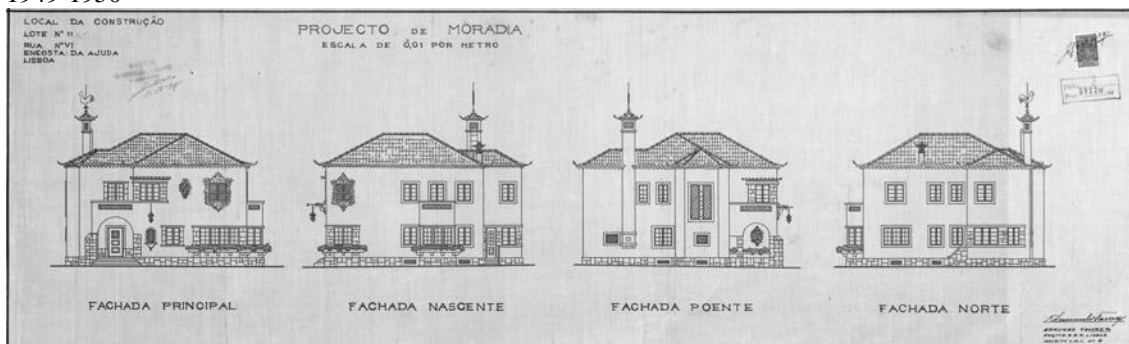


Fig. 2.2.1.6. Alçados da moradia localizada na Rua São Francisco Xavier Nº 14, Edmundo Tavares, 1943-1944⁶¹⁵

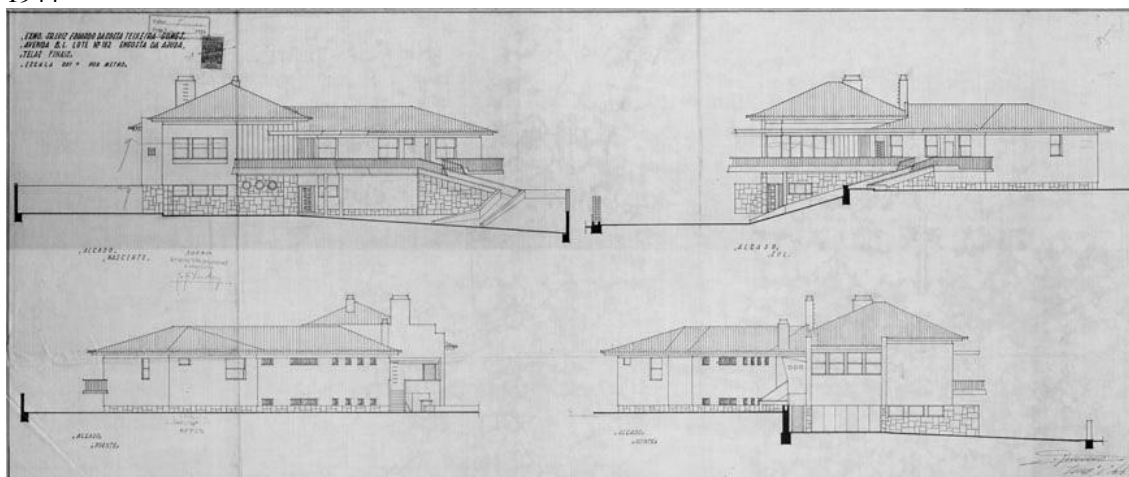


Fig. 2.2.1.7. Alçados da moradia localizada na Avenida das Descobertas Nº 6, Cassiano Branco, 1953-1954⁶¹⁶

⁶¹⁴ In Obra Nº 8994, In Processo Nº 14380/950, Folha 4, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio.

⁶¹⁵ In Obra Nº 5193, In Processo Nº 41170/944, Folha 3, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio.

⁶¹⁶ In Obra Nº 10185, In Processo Nº 24702/954, Folha 5, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio.

Num país desvirtuado, estrangeirado e provinciano, com as suas burguesias incultas e miméticas⁶¹⁷, por esta altura, como criticara outrora o vereador Vasco Regaleira, continuava-se a verificar a edificação de algumas moradias com características arquitectónicas nórdicas ou, se nacionais, descontextualizadas territorialmente. Como fizera notar a historiadora Margarida Acciaiuoli, alguns arquitectos cediam em demasia às imposições dos proprietários, resultando em híbridas composições construtivas que se levantavam nos mesmos moldes das que os mestres-de-obras erigiam⁶¹⁸. Por mais incompreensível que isso possa parecer, poderemos apontar como um dos exemplos, o arquitecto **Keil do Amaral** que no projecto da moradia a edificar na **Avenida das Descobertas Nº 3** (Fig. 2.2.1.8.), fundamentou que trabalhara em colaboração com o arquitecto norueguês **Jarle Berg** por este ser *próximo parente dos proprietários e foram, unicamente, legítimas e compreensíveis razões de ordem afectiva as que motivaram a sua intervenção profissional*⁶¹⁹. **António José de Brito e Cunha** (n. 1911), arquitecto e urbanista diplomado pelo Governo Francês e Professor na Escola Superior de Belas Artes do Porto – como o próprio fez questão de informar no cabeçalho da folha onde foi apresentada a memória descritiva do projecto da moradia localizada na **Avenida das Descobertas Nº 9** (Fig. 2.2.1.9.) –, numa incessante (e descontextualizada) busca de “casas regionais”⁶²⁰, justificara que as opções tomadas no projecto como *as abóbadas dos pavimentos [... que] serão feitas com tijolo maciço de tipo e dimensões apropriadas [... e que] pelas suas características e pelo método construtivo previsto tratam-se das tão tradicionais abóbadas alentejanas de aresta e angra, que desde há muito têm sido construídas pelos práticos da região*⁶²¹, levaram a várias visitas a obras no Alentejo, [de forma a] conhecer as principais regras

⁶¹⁷ Ver Margarida Acciaiuoli, *Os anos 40 em Portugal. O País, o Regime e as Artes*, Lisboa, Dissertação de Doutoramento em História da Arte Contemporânea apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1991, pp. 587.

⁶¹⁸ Idem, op. cit., pp. 620-621.

⁶¹⁹ Ver Keil do Amaral, In Memória Descritiva, Lisboa, 1955, In Obra Nº 28044, Processo Nº 31448, Folha 2, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio.

⁶²⁰ A revista *Arquitectura* publicou entre 1929 e 1938 alguns projectos de casas regionais.

⁶²¹ Ver António José de Brito e Cunha, In Memória Descritiva, Lisboa, 1955, In Obra Nº 29306, Processo Nº 52/955, Folhas 4-5, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio.

*construtivas seguidas na execução destas abóbadas*⁶²². Embora localizada na zona sul do bairro, mas também (*entusiasticamente*⁶²³) apreciadores de *certos pormenores e particularidades da nossa construção, tais como os arcos de volta perfeita, os telhados e respectivos beirados e soleiras, as cantarias, os revestimentos de azulejos, etc. etc. e até as velhas talhas de barros (celeiros) aplicados como adornos*⁶²⁴, o arquitecto **Carlos Rebelo de Andrade** (1887-1971) – autor do Moderno grupo escolar da Praça de Goa como tivemos oportunidade de analisar no subcapítulo anterior –, na memória descritiva do projecto da moradia localizada na **Praça de Damão Nº 6** (Fig. 2.2.1.10.), afirmara que procurara responder aos requisitos dos seus clientes (estrangeiros), *com modos de vida própria das pessoas nórdicas*⁶²⁵ e com *necessidade de se deslocar para as latitudes mediterrâneas para beneficiar da acção benfazeja do nosso sol*⁶²⁶. Por certo igualmente apreciadoras do sol lisboeta, as proprietárias das moradias situadas na **Avenida do Restelo Nº 38 e Nº 40** (Figs. 2.2.1.11. e 2.2.1.12.), cujos projectos foram entregues a **António Varela**, também não abdicaram dos seus *hábitos de vida*⁶²⁷ como se verifica no *partido tomado quer para o arranjo das plantas quer para o traçado dos alçados*⁶²⁸ – aproximando-as de exemplos de moradias de férias do princípio do século XX no mar do Norte. Datados de finais dos anos 40 e princípios da década seguinte, estes exemplos, entre tantos outros que poderíamos também aqui apresentar, demonstram que os “ensinamentos” que Raul Lino procurou incutir aos “aspirantes a proprietários”⁶²⁹ de pouco serviram. Na verdade, como afirmou este arquitecto no artigo publicado na revista *Panorama* – publicação do Secretariado de Propaganda Nacional –, *deixaram efectivamente de aparecer mais ‘chalets’ mas*

⁶²² Idem.

⁶²³ Ver Carlos Rebelo de Andrade, Obra Nº 16046, Processo Nº 33668/1953, Folha 2, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio.

⁶²⁴ Idem.

⁶²⁵ Idem.

⁶²⁶ Idem.

⁶²⁷ Ver António Varela, Obra Nº 8401, Processo Nº 48652/948, Folha 2 e Obra Nº 8418, Processo Nº 46840/948, Folha 2, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio.

⁶²⁸ Idem.

⁶²⁹ Ver Margarida Acciaiuoli, *Os anos 40 em Portugal. O País, o Regime e as Artes*, Lisboa, Dissertação de Doutoramento em História da Arte Contemporânea apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1991, pp. 587.

*ficaram ainda os 'chateaux', os castelórios, as mansões arábicas, os mil e um produtos da fantasia dos curiosos*⁶³⁰.

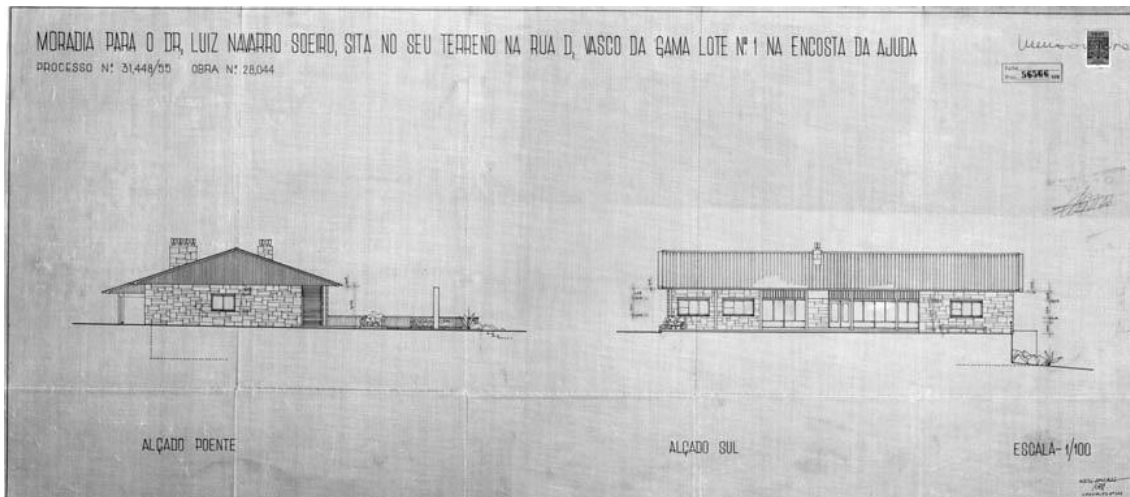


Fig. 2.2.1.8. Alçado poente e sul da moradia localizada na Avenida das Descobertas Nº 3, Jarle Berg e Francisco Keil do Amaral, 1955-1956⁶³¹

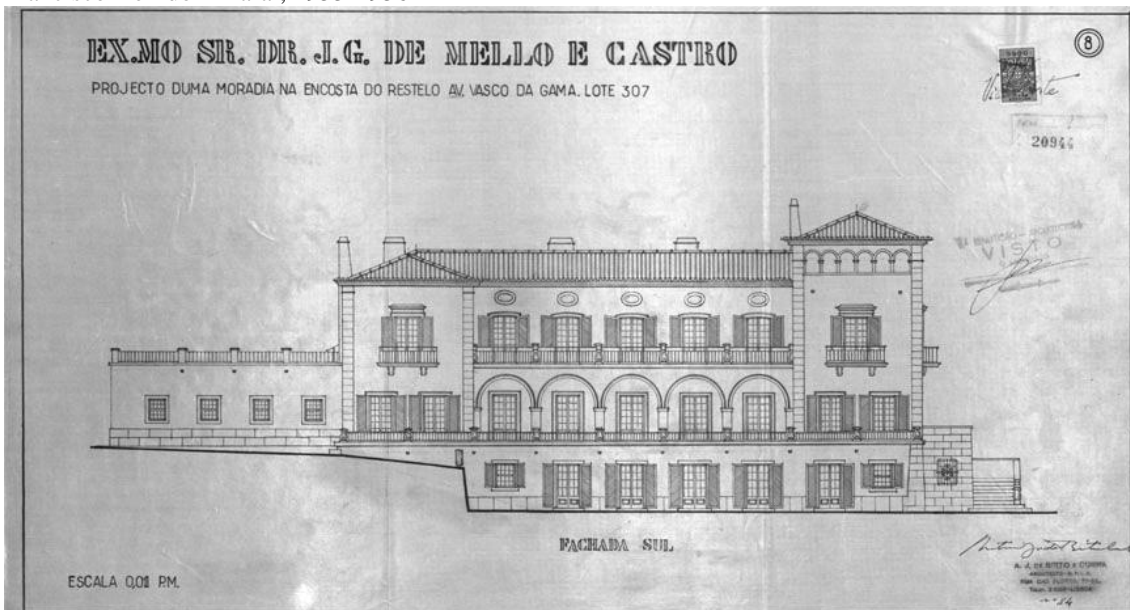


Fig. 2.2.1.9. Alçado sul da moradia localizada na Avenida das Descobertas Nº 9, António José de Brito e Cunha, 1955-1959⁶³²

⁶³⁰ Ver Raul Lino, “Ainda as Casas Portuguesas”, *Panorama*, Ano I, Nº 4, 1941, pp. 9.

⁶³¹ In Obra Nº 28044, In Processo Nº 56566/956, Folha 5, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio.

⁶³² In Obra Nº 29306, In Processo Nº 20844/957, Folha 9, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio.

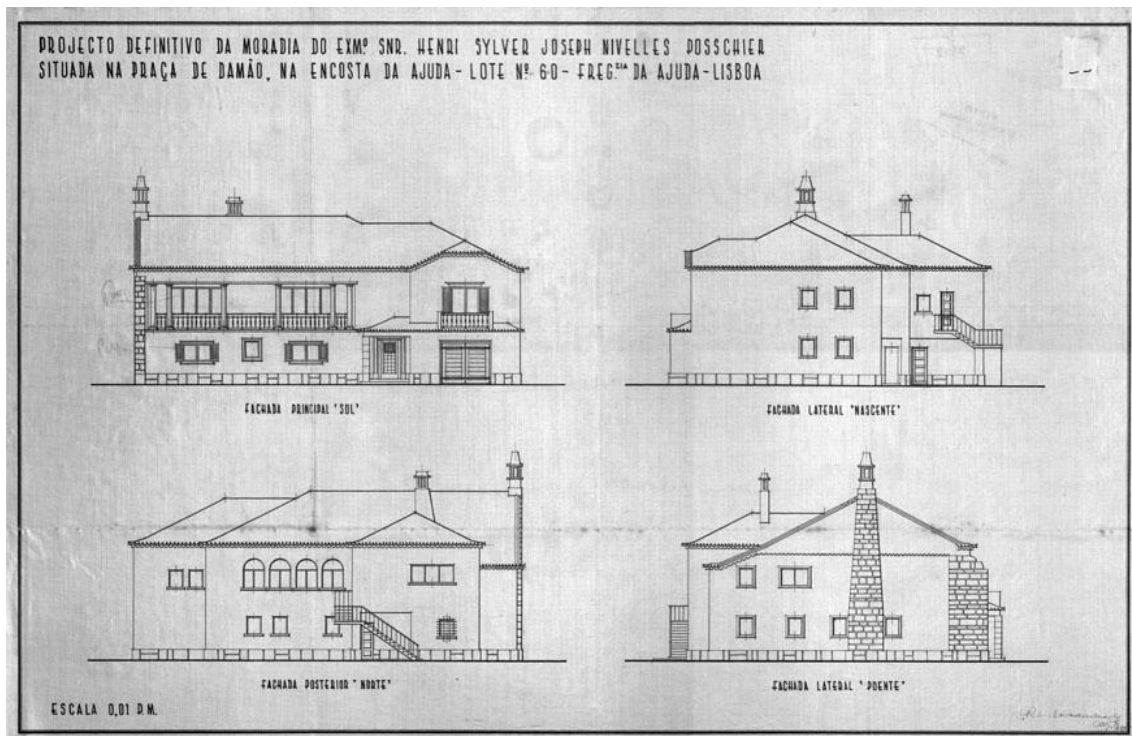


Fig. 2.2.1.10. Alçados da moradia localizada na Praça de Damão Nº 6, Carlos Rebelo de Andrade, 1948-1950⁶³³

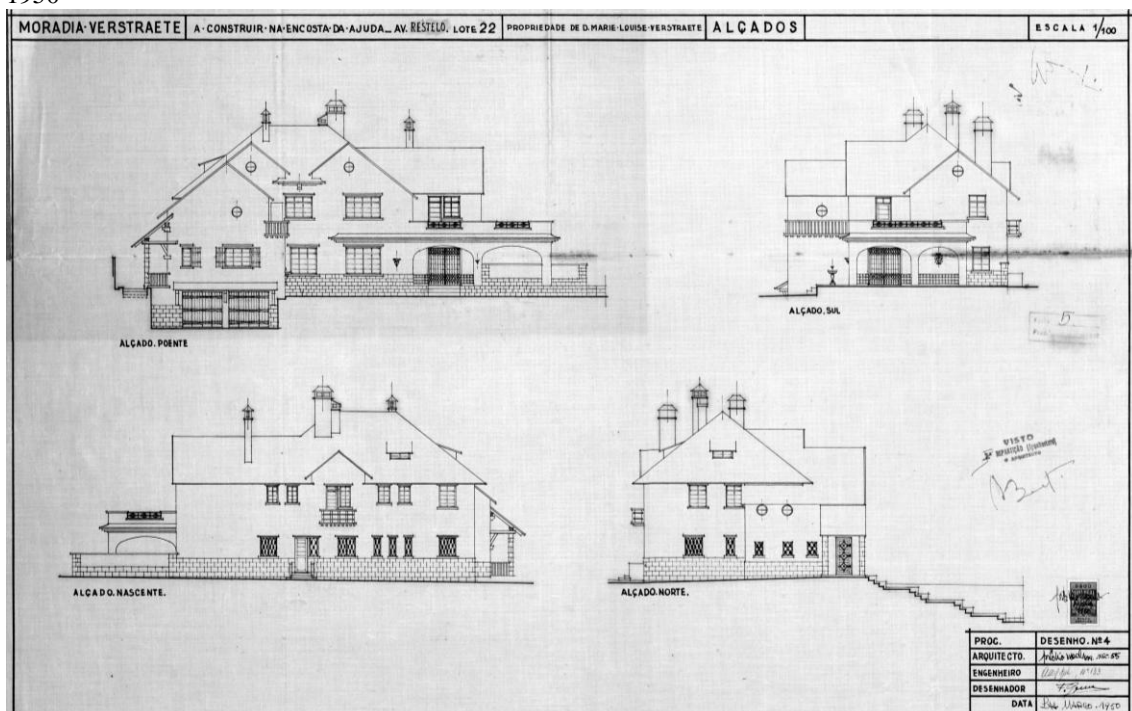


Fig. 2.2.1.11. Alçados da moradia localizada na Avenida do Restelo Nº 40, António Varella, 1948- 1950⁶³⁴

⁶³³ In Obra Nº 16046, In Processo Nº 9192/955, Folha 7, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio.

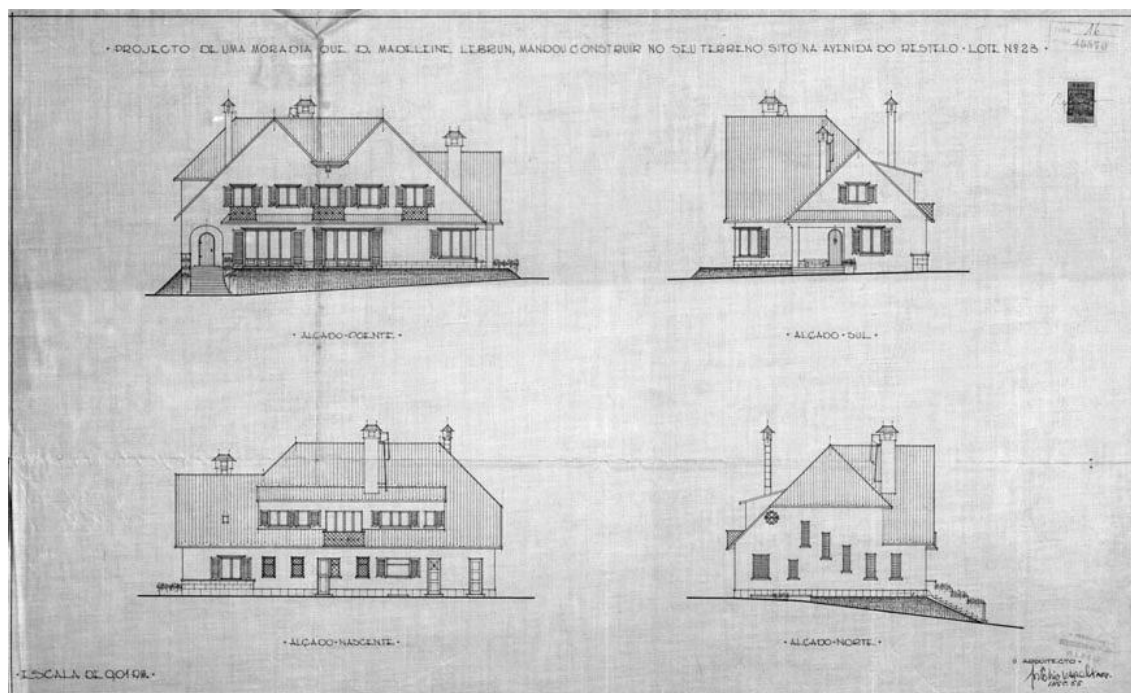


Fig. 2.2.1.12. Alçados da moradia localizada na Avenida do Restelo Nº 38, António Varela, 1948-1951⁶³⁵

Mas se uns procuravam responder aos desejos descontextualizados dos seus clientes, outros houve que procuraram atender mais à paisagem natural envolvente. Entre eles, como não poderia deixar de ser, encontrava-se **Raul Lino** que, por influência do seu mestre alemão Albrecht Haupt (1852-1932), defendeu que a “Arquitetura Portuguesa” não assentava no Manuelino, mas sim numa procura de uma morfologia mais pura, que se inclinava para a Natureza e para o segundo quartel do século XVII, dentro de um estilo de arquitectura chã, a que Raul Lino chamara de Jesuítica. Na verdade, o seu grande amor pela Natureza vem também da forte influência que a publicação *Walden or Life in the Woods* (1854) do americano Henry David Thoreau (1817-1862) teve sobre este arquitecto (que o comprou em 1895), onde o autor relata a sua própria experiência de vida isolada junto a um lago. Depois da insólita prova a que Raul Lino esteve sujeito com o projecto da casa do Conde de Armand – rico proprietário de minas Chilenas e apaixonado pela natureza e por contos clássicos Gregos e Latinos –, na Quinta da Comenda em Setúbal (1905), onde consta que se

⁶³⁴ In Obra Nº 8418, Processo Nº 13622/950, Folha 5, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio.

⁶³⁵ In Obra Nº 8401, Processo Nº 45870/951, Folha 16, Arquivo Municipal de Lisboa–Núcleo Intermédio.

sujeitara, por requisito do promotor, a dormir uma noite ao relento para compreender o local e melhor escolher o sítio onde edificar a casa, no projecto da moradia edificada na **Avenida das Descobertas Nº 13** (Fig. 2.2.1.13.), Raul Lino justificou (em 1958) que *o que distingue esta moradia é principalmente a localização que foi escolhida para que a casa fosse implantada com evidente respeito pelas condições de orientação e com apreço devido às belas árvores existentes no terreno. A casa de habitação, obedecendo às conveniências dos seus moradores, será solidamente construída de acordo com os preceitos profissionais – bons fundamentos, isolamento das humidades e emprego exclusivo de materiais da melhor categoria*⁶³⁶.

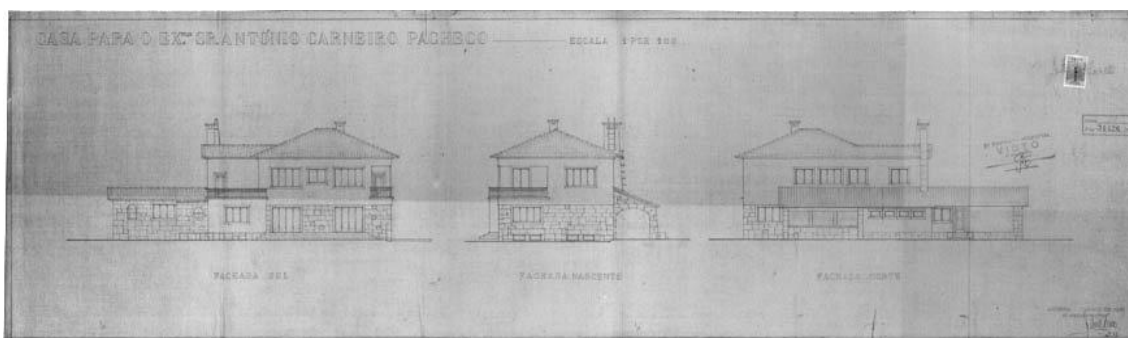


Fig. 2.2.1.13. Alçados sul, nascente e poente da moradia localizada na Avenida das Descobertas Nº 13, Raul Lino, 1958-1959⁶³⁷

Como que a rematar (a poente) este longo eixo circunscrito por moradias, no topo da **Avenida das Descobertas (Nº 27)**, o arquitecto **Vasco Regaleira**, no início da segunda metade da década de 50, projectou o **Externato de São José** (Fig. 2.2.1.14.), cujo terreno havia sido adquirido em hasta pública em 1956 pelas Irmãs Dominicanas da Congregação de Santa Catarina de Sena e logo destinado a escola feminina⁶³⁸ e suas dependências. Este arquitecto, (controversamente) diplomado pela *Society of Architects* de Londres (1926), em Portugal, como referimos anteriormente, havia-se dedicado a um

⁶³⁶ Ver Raul Lino, Memória Descritiva, Lisboa 1958, In Obra Nº 32799, Processo Nº 8824/1958, Folha 8, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio.

⁶³⁷ Ver Obra Nº 32799, Processo Nº 31426/959, Folha 11, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio.

⁶³⁸ Apenas em 1970 foi autorizado o ensino primário elementar para ambos os sexos.

número considerável de projectos para a Igreja, nomeadamente, em Lisboa⁶³⁹, foi autor dos projectos das Igrejas do Santo Contestável (1946-1951) e de São João de Brito (1951-1955). Assim, depois do (monumental) projecto do Colégio de São Vicente Paulo (1943-1949) localizado no Campo Grande, Regaleira elaborou o projecto do Externato (particular) de São José (1956-1958), a implantar na parte mais elevada e nos limites do bairro do Restelo.

Pertencente a uma outra geração e defensor de uma arquitectura tradicionalista, naturalmente, Vasco Regaleira não integrara o recente grupo de arquitectos⁶⁴⁰ e artistas católicos que constituiu o **Movimento de Renovação de Arte Religiosa (MRAR, 1952)**. Empenhados em contribuir para a alteração da imagem da arquitectura religiosa e da arte sacra em Portugal este movimento foi responsável, em Abril de 1953, pela *Primeira Exposição de Arquitectura Religiosa Contemporânea* na galeria anexa à Igreja de São Nicolau, em Lisboa e a partir de 1957 (até 1967), pela publicação do *Movimento de Renovação de Arte Religiosa: Boletim*. No desdobrável desta exposição podia-se ler que se pretendia *mostrar ao mundo de hoje a verdadeira face da Igreja de Cristo*, assente nos princípios do Movimento Moderno. Uma das primeiras acções de protesto do MRAR verificou-se com o abaixo-assinado em oposição à construção de um projecto de Vasco Regaleira: a Igreja de São João de Brito⁶⁴¹. Ali se manifestava que este projecto, contemporâneo com o do Externato de São José, não se enquadrava *nem com os tempos que correm nem com o ambiente geral do bairro de Alvalade*, mas será que o projectado para o Externato de São José e suas dependências se enquadravam com o “ambiente do bairro do Restelo”?! Conforme escreveu o arquitecto Vasco Regaleira na memória descritiva, procurou-se projectar *um conjunto que se harmonizasse com o*

⁶³⁹ Em Angola, Regaleira foi autor dos projectos da Igreja de Nossa Senhora de Fátima (Lobito) e da Catedral de Nova Lisboa (Huambo). Sobre este assunto ver *A construção nas Colónias Portuguesas*, Lisboa, Instituto Superior Técnico, 1944.

⁶⁴⁰ Entre os arquitectos encontravam-se: Nuno Teotónio Pereira (n. 1922), Diogo Lino Pimentel (n. 1934), João de Almeida (n. 1927), Nuno Portas (n. 1934), Erich Corsépius (1929-2009), Luíz Cunha (n. 1933), entre outros. Sobre este assunto ver Nuno Portas, “Arquitectura Religiosa Moderna em Portugal”, *Arquitectura*, Nº 60, Outubro 1957, pp. 20-23 e 24-34 e ver Nuno Portas, “Igrejas ou Garagens?”, *Encontro*, Nº 5, Novembro 1956, pp. 8-9.

⁶⁴¹ Sobre este assunto ver “Protestos contra a construção da Igreja de São João de Brito”, Movimento de Renovação da Arte Religiosa, Cota: MRAR 3.1-3.10., Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian, in <http://www.biblar tepac.gulbenkian.pt>

*programa previamente estabelecido, de acordo com a Congregação e que se integrasse no ambiente local [...] Procurou-se imprimir a este conjunto o carácter das construções monásticas dando-lhe no entanto uma expressão mais actual*⁶⁴². Mas o que terá este arquitecto querido dizer com “expressão actual”? Esta obra, à semelhança das anteriormente referidas e também por ele realizadas, representam, como afirmou Margarida Acciaiuoli, *mau grado a pseudo-semelhança que transportavam pelo emprego duma imagem fruste do modernismo*⁶⁴³. Repare-se que foi também precisamente nesta altura que, como vimos anteriormente, o arquitecto Rebelo de Andrade (1887-1971) – contemporâneo de Regaleira (1897-1968) – projectou o Grupo Escolar da Praça de Goa (1956-1958), equipamento de ensino público que, em contraponto e como analisado no subcapítulo anterior, se apresentou com uma expressão e organização Moderna, pondo de parte a composição simétrica que se verifica no Externato de São José, onde o programa foi distribuído em torno de um pátio central e onde se aplicaram acabamentos e ornamentos tradicionalistas e de agrado do Estado Novo, como sejam a pedra rústica aparelhada, frontões e pinázios.



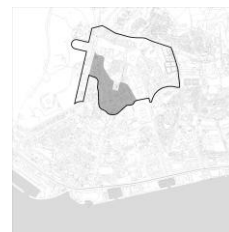
Fig. 2.2.1.14. Externato de São José localizado na Avenida das Descobertas Nº 27, Vasco Morais Palmeiro (Regaleira), 1956-1958⁶⁴⁴

⁶⁴² Ver Vasco de Morais Palmeiro (Regaleira), Lisboa, Março de 1956, In Obra Nº 29644, Processo Nº 16216/1956, Folha 3, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio.

⁶⁴³ Ver Margarida Acciaiuoli em *Os anos 40 em Portugal. O País, o Regime e as Artes*, Lisboa, Dissertação de Doutoramento em História da Arte Contemporânea apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1991, pp. 450.

⁶⁴⁴ In <http://maps.google.pt/>

2.2.2. As cooperativas de habitação



À data que comprei o dito terreno verifiquei que nas redondezas próximas só existiam moradias que no seu aspecto, mostravam que se tratava de moradias elegantes com todo o aspecto de bairro residencial de luxo. Esta particularidade especial entusiasmou-me e levou-me a efectuar a dita compra⁶⁴⁵.

José Pires de Brito, 1955

Ainda antes do arquitecto-urbanista João Guilherme Faria da Costa ter sido chamado a planear a extensão do bairro para Norte (1953), já o presidente da Câmara Municipal de Lisboa Álvaro Salvação Barreto havia chamado a atenção para o facto de não ser possível dar resposta aos constantes pedidos de sociedades cooperativas que desejavam edificar moradias naquele local⁶⁴⁶. Com a intervenção do Gabinete de Estudos de Urbanização, preocupado com a resolução de dificuldades em torno da habitação, cerca de 40.000m²⁶⁴⁷ de terreno foram destinados a cooperativas habitacionais. Na realidade, depois da 2ª Guerra Mundial (1939-1945), inúmeras cooperativas de construção e de habitação vão surgindo em Portugal para, como Caixas de Crédito Imobiliário, auxiliar os seus associados que também podiam ser grupos de funcionários de uma mesma empresa, na aquisição e construção das suas moradias. Num sistema de pagamento de quotas mensais – um pouco à semelhança das habitações económicas que desenvolvemos no subcapítulo 2.1.2. –, os membros destas cooperativas iam pagando mensalmente uma determinada quantia até atingirem o valor

⁶⁴⁵ Ver José Pires de Brito, Lisboa, 16/8/1955, Obra N° 33174, In Processo N° 40842/1955, Folha 1, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio.

⁶⁴⁶ Ver Álvaro Salvação Barreto, “Relatório do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Álvaro Salvação Barreto”, In *Anais do Município de Lisboa 1951*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1952, pp. 132.

⁶⁴⁷ Ver Álvaro Salvação Barreto, *Relatório do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa*, In *Anais do Município de Lisboa 1958*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1959, pp. 138 e 139.

da respectiva classe (e tipo) de moradia à qual pertenciam, calculada de acordo com o seu salário. A maior parte destas cooperativas tinha como finalidade *a aquisição de terrenos próprios para edificação e a construção, nesses terrenos, de casas económicas destinadas aos seus associados*⁶⁴⁸. Deste modo, os sócios tinham apenas 60 dias para indicar qual o terreno escolhido para a edificação da sua moradia e no caso do valor deste ser superior ao fixado, o associado havia que pagar a diferença antes da escritura, mas se fosse inferior, poderia aplicar essa diferença na construção. Era ainda exigido que, após a escritura, passados outros 60 dias, o associado apresentasse *o projecto, caderno de encargos e todos os documentos necessários para ser requerida a licença municipal e o atestado provisório de casa económica*⁶⁴⁹.

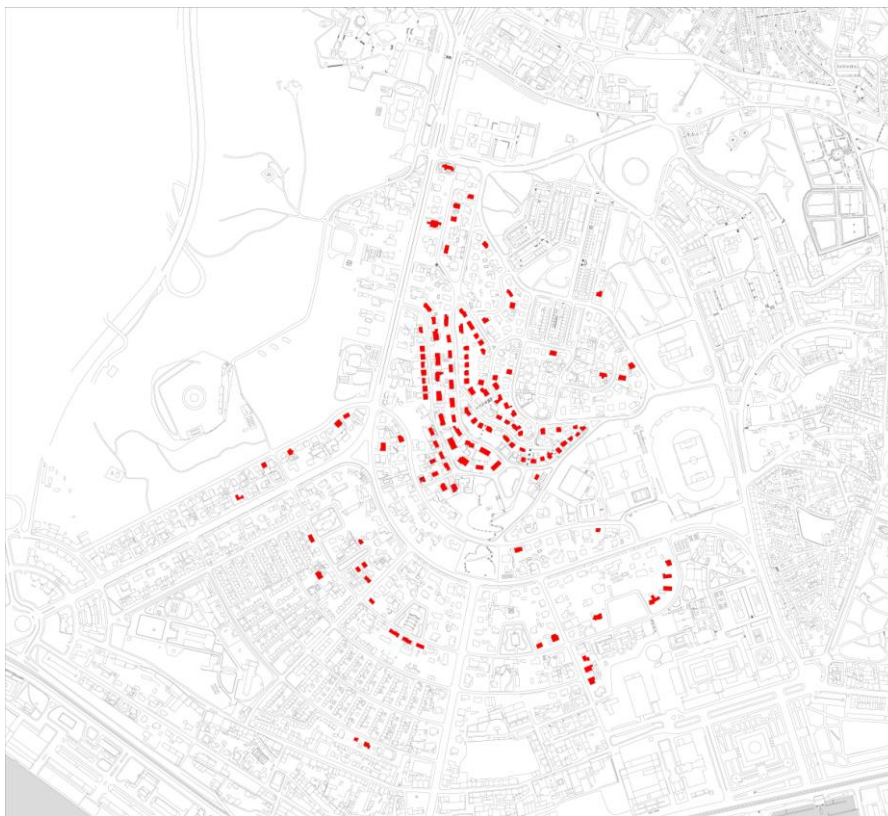


Fig. 2.2.2.1. Planta esquemática com indicação das moradias destinadas a cooperativas de habitação⁶⁵⁰

⁶⁴⁸ Ver Cooperativa “O Problema da Habitação”, *Estatutos e Regulamento Interno da Cooperativa “O Problema da Habitação” (Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada)*, Porto, Tipografia Ideal, 1939, pp. 3, 4 e 24.

⁶⁴⁹ Idem.

⁶⁵⁰ In Arquivo Patrícia Bento d’Almeida.

Entre as moradias económicas e as destinadas a famílias sem dificuldades financeiras, como se pode observar na figura 2.2.2.1., pontualmente, alguns dos lotes de terreno a Sul da Avenida do Restelo foram também sendo destinados a moradias para cooperativas de habitação. Assim, nesta zona, justifica-se destacar dois dos projectos realizados para a **Sociedade Nacional de Fomento Imobiliário**: a moradia localizada na **Rua Dom Lourenço de Almeida Nº 16/Rua Dom Francisco de Almeida Nº 3** (Fig. 2.2.2.2.), da dupla **Jorge Manuel Teixeira Viana**⁶⁵¹ (n.1924) e **Fernando Pedro Teixeira Viana** (n.1927) – que julgamos ter sido exposto na **10ª (e última) EGAP (1956)**⁶⁵² – e a moradia localizada na **Rua Dom Francisco de Almeida Nº 8** (Fig. 2.2.2.3.) do arquitecto **Ruy Jervis d’Athouguia** (1917-2006).

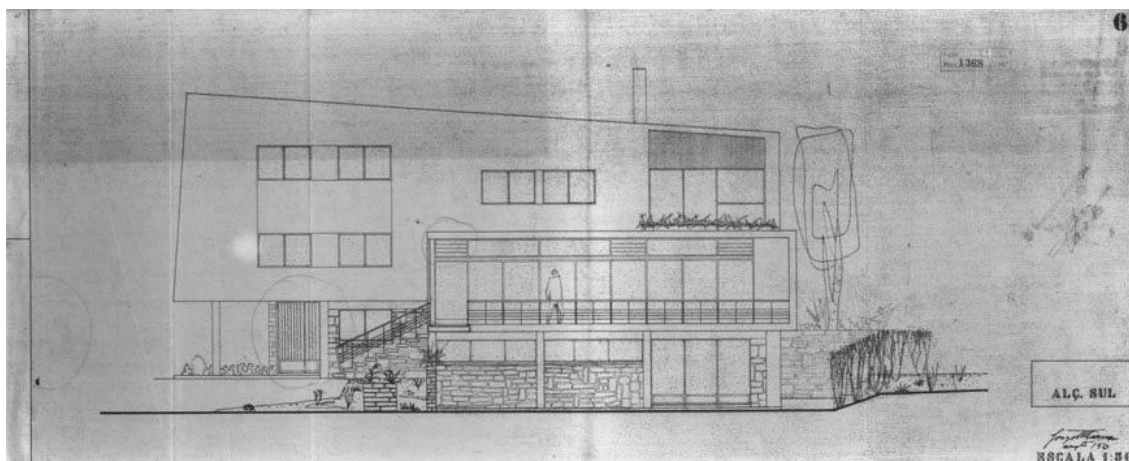


Fig. 2.2.2.2. Alçado norte da moradia localizada na Rua Dom Lourenço de Almeida Nº 16/Rua Dom Francisco de Almeida Nº 3, Sociedade Nacional de Fomento Imobiliário, Jorge Manuel Teixeira Viana e Fernando Pedro Teixeira Viana, 1955-1957⁶⁵³

⁶⁵¹ Jorge Teixeira Viana trabalhou durante quatro anos para a Sociedade Nacional de Fomento Imobiliário (1953-1957).

⁶⁵² A par de uma “Moradia na Encosta da Ajuda” de Francisco Keil do Amaral, Peça Nº 138 do catálogo da 10ª EGAP.

⁶⁵³ In Obra Nº 27229, Processo Nº 1368/957, Folha 9, Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Intermédio.

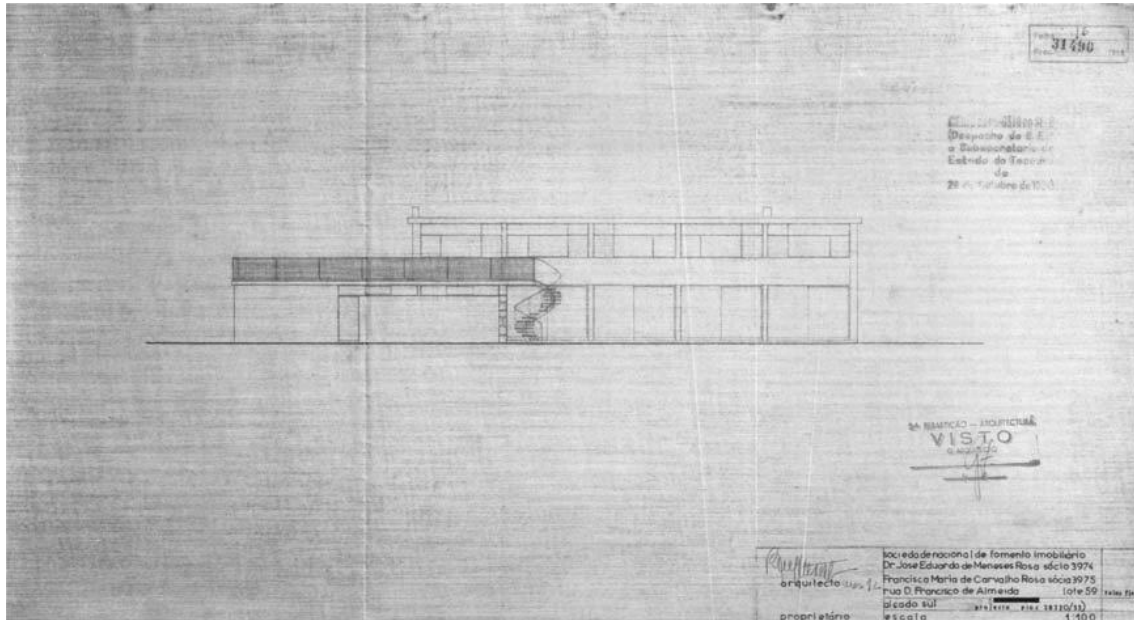


Fig. 2.2.2.3. Alçado Sul da moradia localizada na Rua Dom Francisco de Almeida Nº 8, Sociedade Nacional de Fomento Imobiliário, Ruy Jervis d’Athougua, 1955-1958⁶⁵⁴

Como referido nos respectivos estatutos, *podem ser sócios todas as pessoas singulares ou colectivas, no gosto da capacidade civil*⁶⁵⁵ e como associados, os proprietários destas duas moradias deveriam procurar, de acordo com os “objectivos sociais” ali expressos, *a construção de propriedades urbanas, na base da maior economia*⁶⁵⁶. No entanto, como verificaremos, os programas requeridos para qualquer um destes dois exemplos levaram os arquitectos a projectar moradias cujo dimensionamento nos surge muito acima do considerado “económico”.

No projecto da moradia localizada na Rua Dom Lourenço de Almeida Nº 16/Rua Dom Francisco de Almeida Nº 3, por exemplo, os arquitectos referem na memória descritiva que *sendo o programa demasiado vasto em relação à percentagem regulamentada para a área de ocupação do terreno, a solução tem que ser*

⁶⁵⁴ In Obra Nº 29748, Processo Nº 31490/958, Folha 16, Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Intermédio.

⁶⁵⁵ Ver Sociedade Nacional de Fomento Imobiliário, In *Sociedade Nacional de Fomento Imobiliário. Estatutos e Regulamento*, Lisboa, S.N.F.I., 1949, Artigo 13º, pp. 6.

⁶⁵⁶ Idem, pp. 3.

*necessariamente condenada*⁶⁵⁷. Já a moradia projectada por Athouguia, embora não seja de tão grandes dimensões, a avaliar pela perspectiva que apresentou no anteprojecto (Fig. 2.2.2.4.), poderemos concluir que o programa também teve que ser reduzido, pois nesta fase, apresentava mais um piso do que o projecto que acabou por dar entrada na Câmara para licenciamento. Assim, como referem os irmãos Teixeira Viana, *aproveitando as diferenças de nível resultantes da adaptação ao terreno, conseguimos reduzir as áreas de acessos e distribuição praticamente à escada e patamares, do que resultou um desencontro nos pavimentos*⁶⁵⁸ (Fig. 2.2.2.5.). Ruy Jervis d'Athouguia justifica que esta moradia *foi concebida dentro de um critério de grande simplicidade, tendente a conciliar as exigências do programa com as da máxima economia possível para a categoria da casa*⁶⁵⁹. Neste caso *a expressão plástica obtida é resultante da maneira como foi resolvido o problema, orientando todas as peças principais a sul, e de se ter procurado exprimir com clareza e economia, dentro do vocabulário plástico da arquitectura contemporânea, o fim a que se destina e a forma como é construído este edifício*⁶⁶⁰ (Fig. 2.2.2.6.). Assim, de modo a resguardar a casa dos ventos dominantes e a orienta-la para o rio, o corpo principal, com dois pisos – zona social (1º piso) e zona privativa (2º piso) –, implanta-se junto dos limites do lote (a noroeste) e abre-se pontualmente para norte. Com implantação desfasada e perpendicular em relação a este corpo está um volume de um só piso cujo funcionamento se quer quase autónomo, pois recebe a zona de serviço (oficina, despensa, engomados, quarto criada, lavandaria, arrumos, casa da lenha) e a garagem. A cobertura deste volume, em terraço/solário e cujo acesso se faz por uma escada em caracol, funciona quase como um mirante, à cota das varandas dos quartos para, em dias de festa, prolongar o jardim para uma área superior e assim melhor contemplar as vistas (que nesta altura ainda eram desafogadas) (Fig. 2.2.2.7.).

⁶⁵⁷ Ver Jorge Manuel Teixeira Viana e Fernando Pedro Teixeira Viana, Obra Nº 27229, Processo Nº 6064/955, Folha 2, Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Intermédio.

⁶⁵⁸ Idem.

⁶⁵⁹ Ver Ruy Jervis d'Athouguia, Obra Nº 29748, Processo Nº 28220/955, Folha 2, Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Intermédio.

⁶⁶⁰ Idem.



Fig. 2.2.2.4. Perspectiva do ante-projecto da moradia localizada na Rua Dom Francisco de Almeida Nº 8, Sociedade Nacional de Fomento Imobiliário, Ruy Jervis d'Athouguia⁶⁶¹

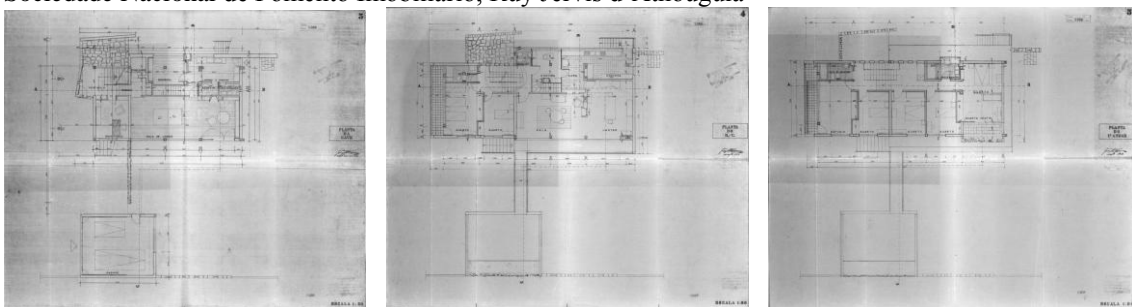


Fig. 2.2.2.5. Plantas da moradia localizada na Rua Dom Lourenço de Almeida Nº 16/Rua Dom Francisco de Almeida Nº 3, Sociedade Nacional de Fomento Imobiliário, Jorge Manuel Teixeira Viana e Fernando Pedro Teixeira Viana, 1955-1957⁶⁶²

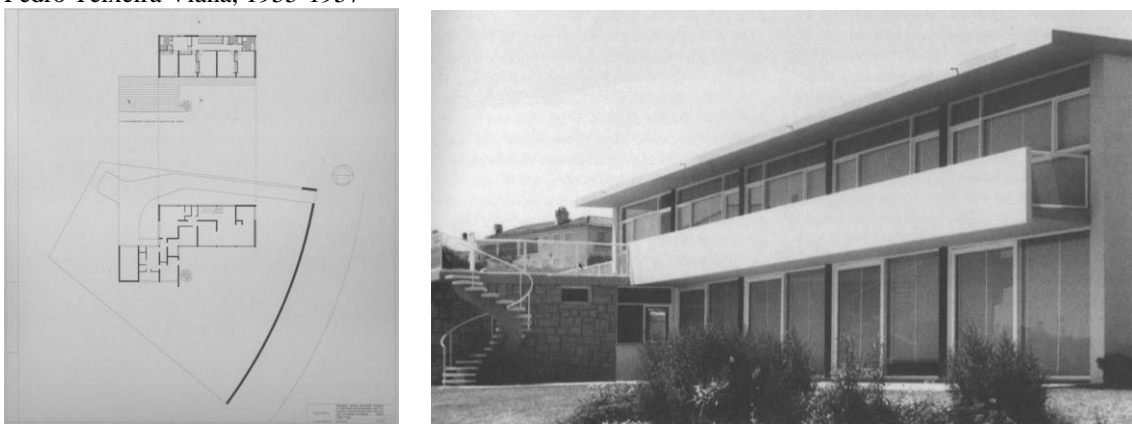


Fig. 2.2.2.6. Plantas da moradia localizada na Rua Dom Francisco de Almeida Nº 8, Sociedade Nacional de Fomento Imobiliário, Ruy Jervis d'Athouguia, 1955-1958⁶⁶³

Fig. 2.2.2.7. Moradia localizada na Rua Dom Francisco de Almeida Nº 8, Sociedade Nacional de Fomento Imobiliário, Ruy Jervis d'Athouguia, 1955-1958⁶⁶⁴

⁶⁶¹ In Graça Correia, *Ruy d'Athouguia, a modernidade em aberto*, Lisboa: Caleidoscópio, 2008, pp. 253.

⁶⁶² In Obra Nº 27229, Processo 1368/957, Folhas 6, 7 e 8, Arquivo Municipal de Lisboa - Núcleo Intermédio.

⁶⁶³ In Graça Correia, op. cit., pp. 255.

⁶⁶⁴ In Graça Correia, op. cit., pp. 259.

Quanto às moradias edificadas na célula G, nomeadamente nas vias compreendidas pela Rua de Alcolena (a sul) e Ruas Pêro da Covilhã e António de Saldanha (a norte), como tivemos oportunidade de certificar no capítulo anterior, são em grande número as destinadas a sócios da **Cooperativa da Armada da Brigada Naval, Cooperativa de Moradias Económicas e Sociedade Nacional de Fomento Imobiliário**. A leitura atenta ao levantamento realizado a toda a malha urbana edificada neste perímetro urbano permite-nos afirmar que os projectos destas moradias implantadas individualmente no terreno ou geminadas (duas a duas) aparecem-nos (sobretudo) sob o traço dos arquitectos Filipe Nobre de Figueiredo (1913-1990), Alexandre Steinkritzer Bastos (1919-1992), Alberto José Pessoa (1919-1985) e Jorge Manuel Frederico Miranda Ferrão Albuquerque (1926-1992), arquitectos que também haviam sido responsáveis por tantos outros projectos de moradias (de carácter não económico) neste “bairro lisboeta” (Volume II, Anexos 11. e 13.).

Fundador da Brigada Naval da Legião Portuguesa (1936), assumindo a sua chefia até 1956, o almirante Henrique Tenreiro (1901-1994) veio a habitar a moradia localizada na **Rua António de Saldanha Nº 7-9** (Fig. 2.2.2.8.), cuja habitação geminada serviu de morada ao almirante Américo Thomaz (1894-1987), o último Presidente da República escolhido (1958) por António de Oliveira Salazar (1889-1970) e cujo mandato foi ocupado até à revolução de Abril de 1974. Projectada por **Filipe Nobre de Figueiredo**, como enumerado na memória descritiva, *o terreno possui todas as condições necessárias à construção que se pretende levar a efeito, pois encontra-se exposto a sul, abrigado dos ventos dominantes e de onde se desfruta um belo panorama*⁶⁶⁵. Assim, a moradia foi distribuída em três pisos, sendo o primeiro destinado a quarto de criada e respectiva instalação sanitária, garagem, tratamento de roupas, arrecadação, garrafeira e aquecimento. O segundo pavimento, constituído pela chamada zona de recepção e serviços, compõe-se de vestíbulo, pequena instalação sanitária, sala de estar e jantar, cozinha, copa e despensa. O terceiro e último pavimento destina-se a zona de repouso constituída por 4 quartos e instalações

⁶⁶⁵ Ver Filipe Nobre de Figueiredo, Memória Descritiva, Lisboa, 18/3/1957, Obra Nº 32478, In Processo Nº 14820/1957, Folha 2, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio.

*sanitárias*⁶⁶⁶ (Figs. 2.2.2.9. a 2.2.2.11.). Como se verifica, o programa desta casa nada tem de “económico”, sendo mesmo semelhante aos programas das moradias edificadas na zona sul do bairro, destinadas, como vimos, a uma classe social abonada, no entanto, poder-se-á eventualmente depreender que o investimento “moderado” estará nos materiais, métodos e pormenores construtivos, situação que veio a suceder noutros casos com a tipificação de certos pormenores e a normalização de vãos, caixilharias, cozinhas e loiças sanitárias.

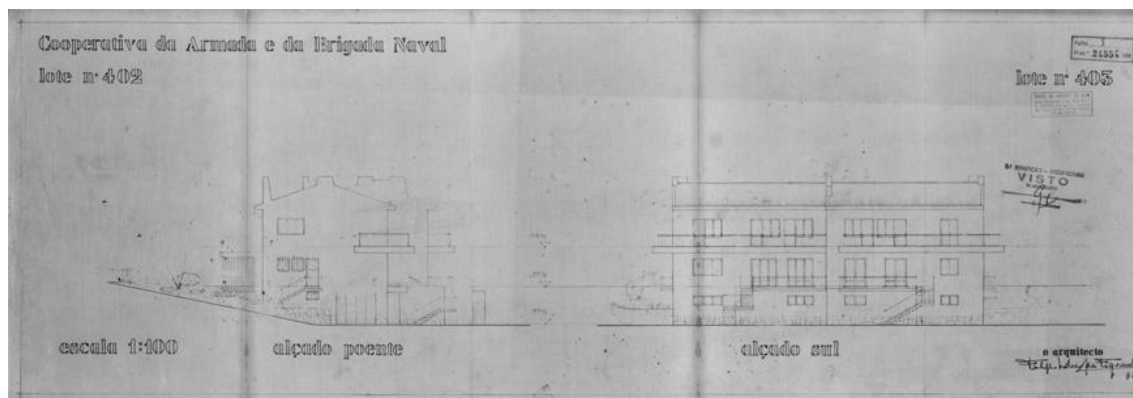


Fig. 2.2.2.8. Alçados poente e sul das habitações unifamiliares geminadas localizadas na Rua António de Saldanha N.º 7-9, Cooperativa da Armada da Brigada Naval, Filipe Nobre de Figueiredo, 1957-1959⁶⁶⁷

⁶⁶⁶ Idem.

⁶⁶⁷ In Obra N.º 32478, Processo N.º 24554/959, Folha 3, Arquivo Municipal de Lisboa–Núcleo Intermédio.

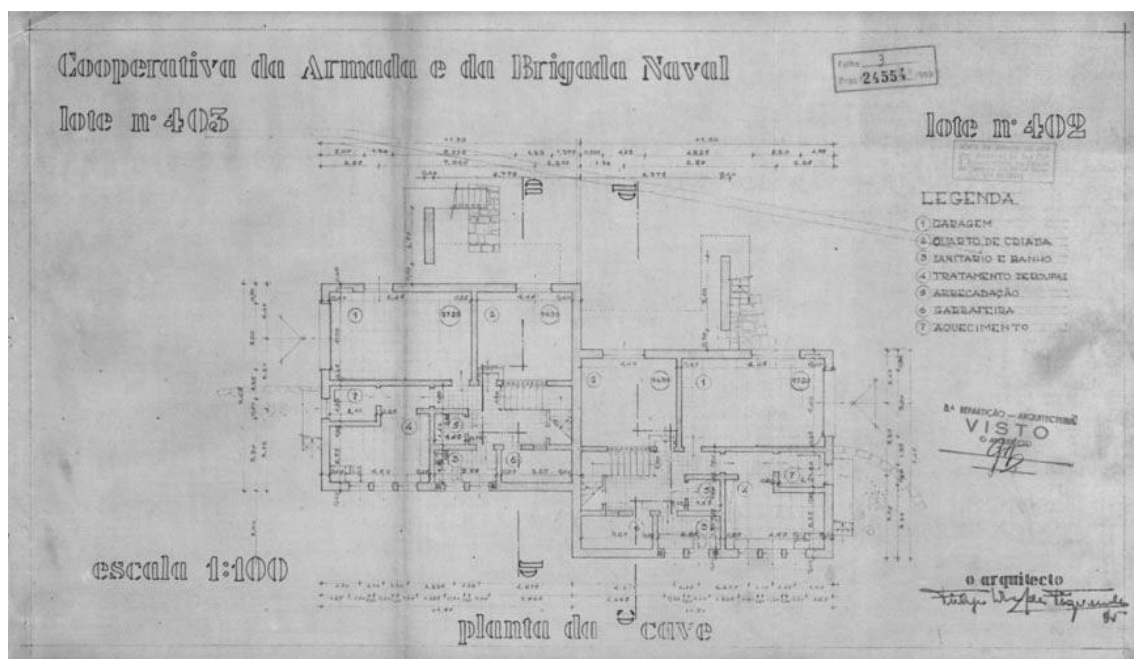


Fig. 2.2.2.9. Planta da cave das habitações unifamiliares geminadas localizadas na Rua António de Saldanha N.º 7-9, Cooperativa da Armada da Brigada Naval, Filipe Nobre de Figueiredo, 1957-1959⁶⁶⁸

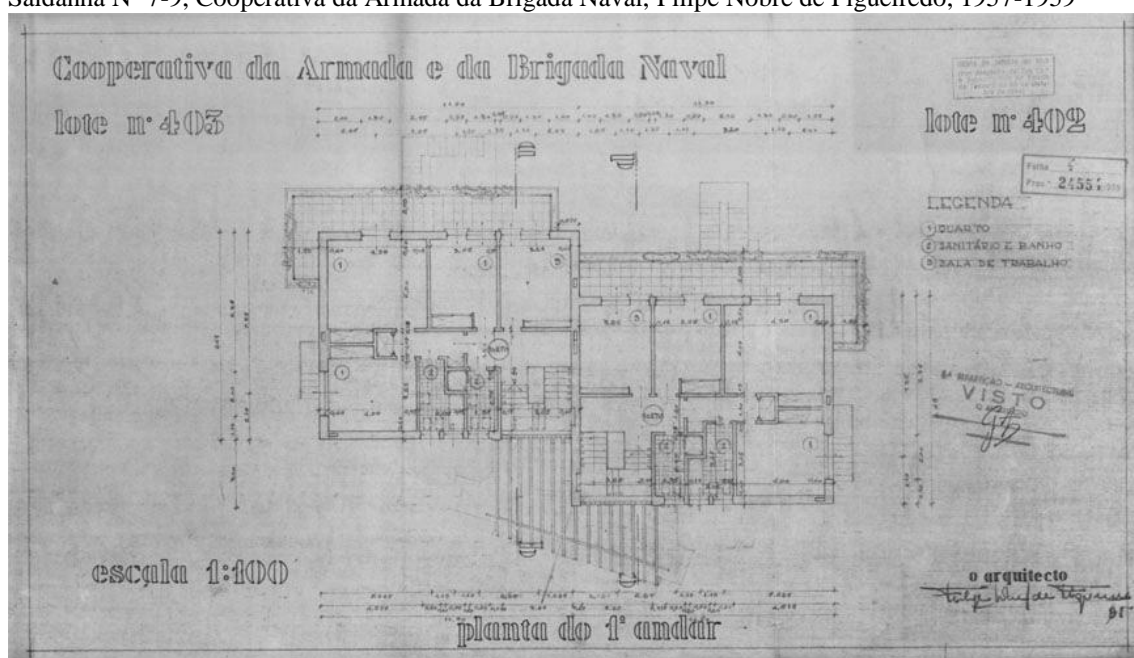


Fig. 2.2.2.10. Planta do 1º piso das habitações unifamiliares geminadas localizadas na Rua António de Saldanha N.º 7-9, Cooperativa da Armada da Brigada Naval, Filipe Nobre de Figueiredo, 1957-1959⁶⁶⁹

⁶⁶⁸ In Obra N.º 32478, Processo N.º 24554/959, Folha 3, Arquivo Municipal de Lisboa-Núcleo Intermédio.

⁶⁶⁹ In Obra N.º 32478, Processo N.º 24554/959, Folha 5, Arquivo Municipal de Lisboa-Núcleo Intermédio.

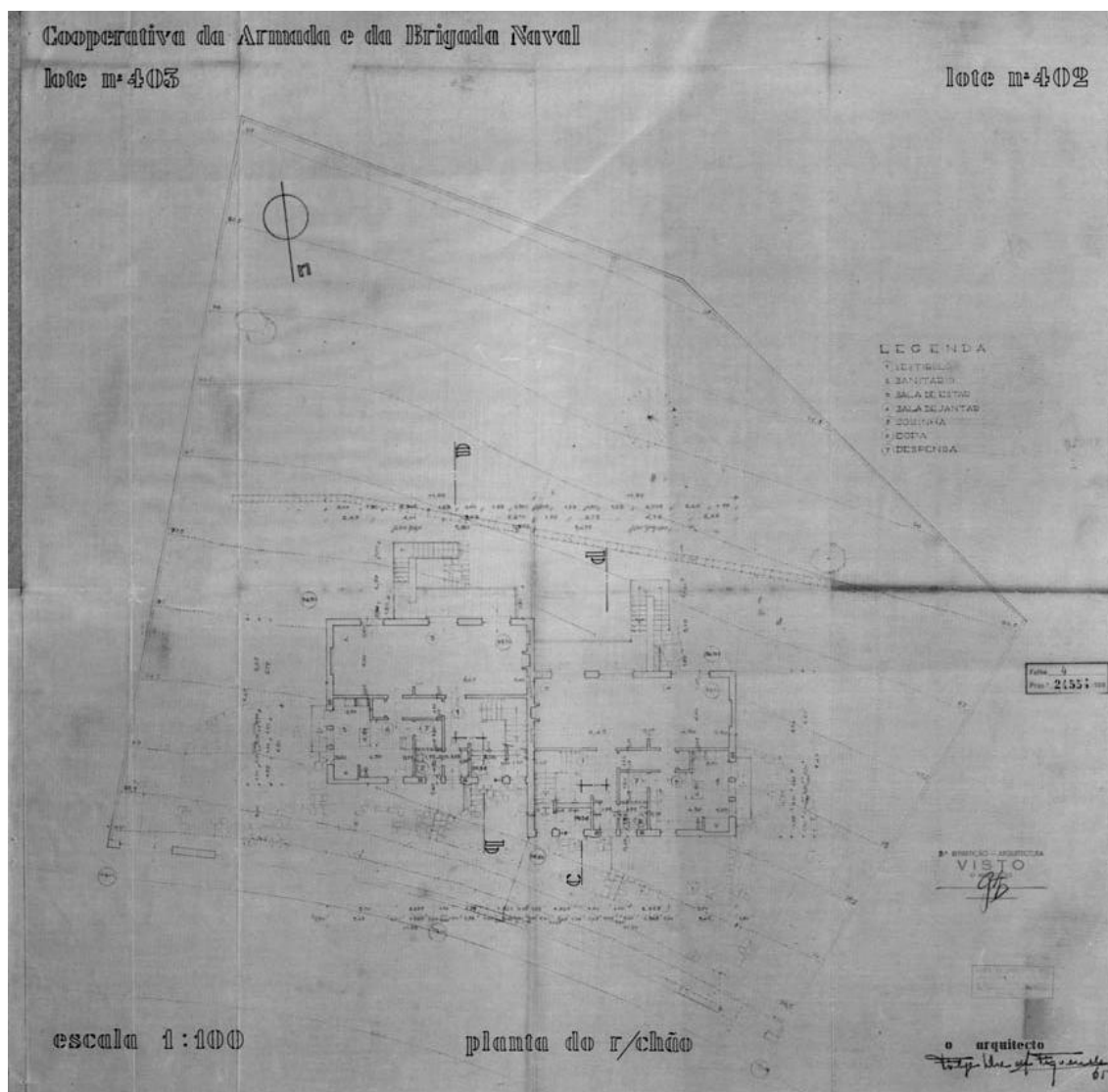


Fig. 2.2.2.11. Planta do rés-do-chão das habitações unifamiliares geminadas localizadas na Rua António de Saldanha N.º 7-9, Cooperativa da Armada da Brigada Naval, Filipe Nobre de Figueiredo, 1957-1959⁶⁷⁰

No entanto, este tipo de edificações não agradou a todos, nomeadamente àqueles que viram no bairro um aglomerado de “mansões da alta sociedade” ou, como escrevera Fernando Luso Soares, um local *habitado pelas mais altas figuras da política e por industriais poderosos*⁶⁷¹. Tal foi o que se veio a verificar com a polémica compra do lote de terreno localizado na **Rua Dom Constantino de Bragança N.º 2-4** onde, anos mais tarde e como veremos de seguida, vieram também a ser edificadas duas moradias

⁶⁷⁰ In Obra N.º 32478, Processo N.º 24554/959, Folha 4, Arquivo Municipal de Lisboa–Núcleo Intermédio.

⁶⁷¹ Ver Fernando Luso Soares, *Vontade de Ser Ministro*, Lisboa, Editora Cronos, 1965.

para a Cooperativa da Armada e da Brigada Naval. Depois de adquirido em hasta pública este lote de terreno, o proprietário recusou-se a edificar o projecto da sua “moradia de luxo” submetida a apreciação da Câmara porque entretanto haviam sido erigidas moradias de “carácter económico” para cooperativas de habitação.

José Pires Brito – residente na Avenida Barbosa du Bocage, 124-2º esq. Em Lisboa, vem muito respeitosamente expor a V. Ex.ª como segue:

1º – Em 21 de Junho de 1954 comprei à Câmara Municipal de Lisboa o lote de terreno Nº 172, sito na Rua C da Encosta do Restelo com a área de 2.265,05m².

2º – Entretanto efectuei todos os pagamentos devidos, conforme manda o regulamento dessa Exma. Câmara.

3º – Efectuei a compra do terreno acima indicado, para n'ele construir uma moradia de luxo, para meu uso pessoal, conforme se pode verificar pelo projecto que submeti a essa Exma. Câmara – Projecto Nº 16342/55.

4º – À data que comprei o dito terreno verifiquei que nas redondezas próximas só existiam moradias que no seu aspecto, mostravam que se tratava de moradias elegantes com todo o aspecto de bairro residencial de luxo. Esta particularidade especial entusiasmou-me e levou-me a efectuar a dita compra.

5º – Verifico agora que grande pesar, que nos terrenos que ainda estavam livres de construção à data em que comprei o meu, se estão construindo pequenas moradias de um nível muito inferior ao que se estava fazendo. Refiro-me muito especialmente às construções que a Sociedade Nacional de Habitações Económicas e Sociedade Nacional de Fomento Imobiliário aí estão edificando. Não pretendo com isto menosprezar o grande interesse económico que essas moradias possam ter, mas o que é lastimar é que nada se tenha dito aos pretendentes a moradias de luxo daquilo que se ia fazer na sua frente e na suailharga.

6º – Exposta a situação, estou certo que V. Ex.ª Compreenderá quão de penoso seria para mim ir construir uma moradia de luxo e gastar largas somas de dinheiro, num local que já é aquilo que foi idealizado por mim e pelos meus.

7º – Perante tal situação, peço a V. Ex.ª Que me seja dada a faculdade de essa Exma. Câmara me desobrigar de construir a moradia que tinha em vista, levando todavia em consideração que já paguei a essa Exma. Câmara Esc. 67.977\$60 e que não deve ser prejudicado pelos pagamentos efectuados.

*8º – Que me seja dada a faculdade de poder ceder o terreno a Essa Exma. Câmara nas mesmas condições em que o comprei ou a qualquer outro pretendente, eventualmente à Sociedade Nacional de Habitações Económicas ou Sociedade Nacional de fomento Imobiliário*⁶⁷².

⁶⁷² Ver José Pires Brito, Lisboa, 16/8/1955, Obra Nº 33174, In Processo Nº 40842/1955, Folha 1, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio.

Como resposta a esta carta, a Direcção de Serviços de Urbanização e Obras da Câmara Municipal de Lisboa vem justificar que *na altura da arrematação do lote já existia a planta 6.020-A que se junta [(Fig. 2.2.2.12.)], a qual indica lotes destinados a Sociedades Cooperativas, e de cujo desconhecimento por parte do proprietário de não podem atribuir responsabilidades ao Município. Por outro lado, não foi fixado que o lote em causa fosse destinado a moradia de luxo, como se pode ver da análise das condições de praça. Assim, julga-se não haver inconveniente, como é pedido, em que o lote de terreno volte à posse do Município nas mesmas condições em que foi alienado*⁶⁷³. Sem resolução que agradasse ao proprietário do lote de terreno, José Pires Brito contra-argumenta: *vistas as coisas por esse lado, tem essa Exma. Câmara muita razão, mas não sendo eu construtor, ignorando a mecânica dos serviços da Câmara e pretendendo unicamente construir uma moradia de luxo, fui ao local e como nenhuma construção ali vi da Sociedade Nacional de Habitações Económicas, e verificando também que em todo o Bairro da Ajuda só existiam boas moradias e de luxo, não poderia prever o que meses depois lá encontraria [...]* Se esta anulação não tiver a vossa anuência, peço para que me seja autorizada a construção de uma moradia para duas famílias (geminada) [⁶⁷⁴] ou que me troquem o terreno por outro em local de moradias de luxo, pagando eu a eventual diferença de preço⁶⁷⁵. Mas onde é que na cidade de Lisboa, na segunda metade dos anos 50, se edificavam somente “moradias de luxo”? Será que este senhor (ainda) se referia à avenida do Aeroporto?

⁶⁷³ Ver Alfredo S. Barata da Rocha, Engenheiro Chefe da Direcção dos Serviços de Urbanização e Obras da Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 7/11/1955, Obra Nº 33174, In Processo Nº 40842/1955, Folha 2, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio.

⁶⁷⁴ *Sobre semelhantes pedidos esta Repartição informa que as respectivas condições gerais e especiais da venda do citado lote, não prevêm, não só a restituição da importância do sinal e do princípio de pagamento, nem tão pouco admitem a construção no mesmo de uma moradia geminada, como também não prevêm a troca de lotes.* Ver Luciano da Fonseca Salvador, Chefe da Repartição da Direcção dos Serviços de Finanças da Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 28/6/1956, Obra Nº 33174, In Processo Nº 23932/1956, Folhas 4-5, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio.

⁶⁷⁵ Ver José Pires Brito, Lisboa, 7/5/1956, Obra Nº 33174, In Processo Nº 23932/1956, Folha 2, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio.

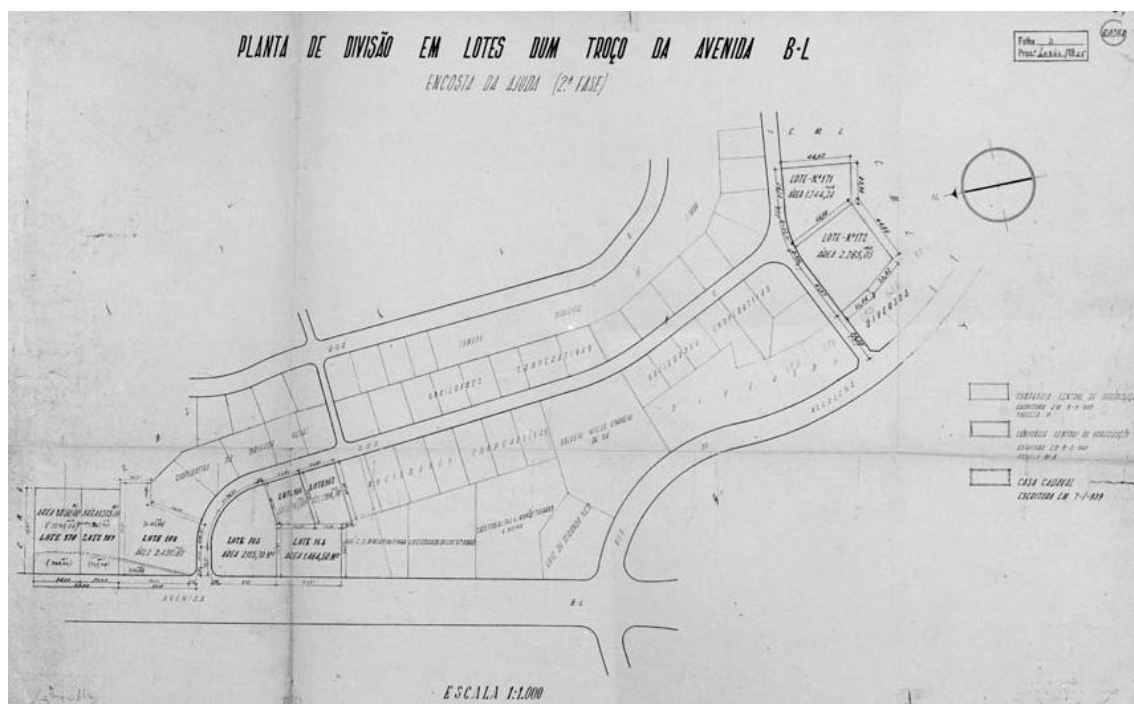


Fig. 2.2.2.12. Planta de divisão em lotes dum troço da Avenida BL (actual Avenida das Descobertas)⁶⁷⁶

Outro dado importante que esta planta nos vem fornecer diz respeito à dimensão dos lotes, tema tão criticado por promotores e arquitectos, como tivemos oportunidade de desenvolver várias vezes ao longo desta investigação. Assim, verificamos que, nesta fase de edificação que, como referimos anteriormente não provém da divisão de lotes prevista por Faria da Costa mas está nela apoiada, os lotes de terreno que confinam com a Avenida das Descobertas (lado nascente) têm áreas muito superiores às previstas precedentemente. Com áreas acima dos 1.300m², como indicado na planta (Fig. 2.2.2.12.), verificam-se as seguintes áreas: Lote N° 164: 1.464,50m²; Lote N° 165: 2.115,70m²; Lote N° 166: 2.420,80m²; Lote N° 169: 1.375,00m²; Lote N° 170: 1.650,00m². Pelo que podemos concluir que ao contrário do que havia sucedido outrora, com estas dimensões, os promotores deixam de necessitar de adquirir dois lotes de terreno para edificar as suas moradias. Naturalmente, os terrenos destinados a sociedades cooperativas, cujas áreas não são indicadas nesta planta, são consideravelmente inferiores (cerca de metade da área).

⁶⁷⁶ Ver Obra N° 33174, Processo N° 40842/955 Folha 3, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio.

No entretanto, o proprietário do terreno entrou em negociações com a Cooperativa da Armada e da Brigada Naval que, como vimos, vinha a construir moradias nas imediações e propõe *a necessária autorização para que aquele lote seja desdobrado em duas partes iguais*⁶⁷⁷, devido às suas grandes dimensões e principalmente por se pretender construir naquele terreno, duas moradias independentes⁶⁷⁸. Assim, em 1958, dão entrada na Câmara Municipal de Lisboa dois projectos de moradias (Figs. 2.2.2.13. e 2.2.2.14.) para a Cooperativa da Armada e da Brigada Naval da autoria de **Alexandre Steinkritzer Bastos**, arquitecto nascido em Paris, naturalizado português e formado em Lisboa (1951⁶⁷⁹) que, anos mais tarde vem a ocupar o cargo de Vereador da Câmara Municipal de Lisboa (entre 1968 e 1974).

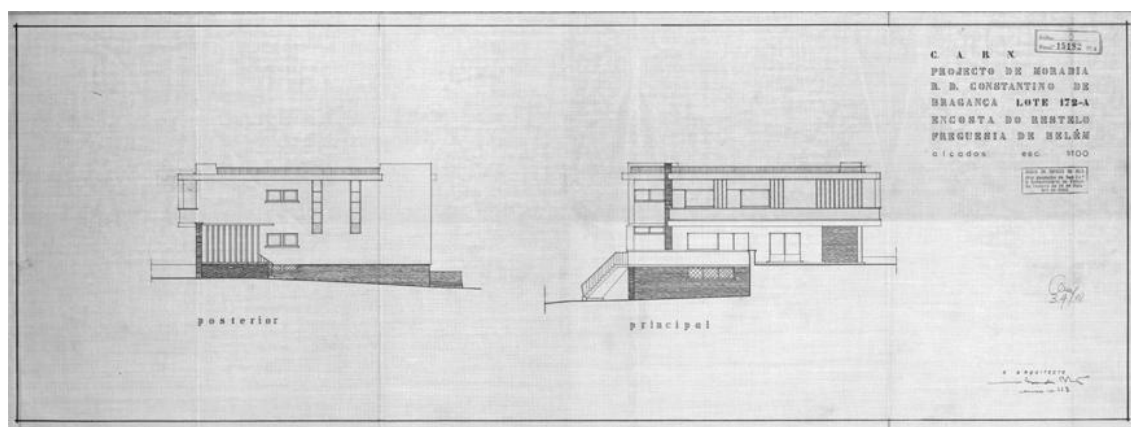


Fig. 2.2.2.13. Alçados posterior e principal da moradia localizada na Rua Dom Constantino de Bragança Nº 2, Cooperativa da Armada da Brigada Naval, Alexandre Steinkritzer Bastos, 1958-1961⁶⁸⁰

⁶⁷⁷ Lotes Nº 172 (actual Rua Dom Constantino de Bragança Nº 4) e 172A (actual Rua Dom Constantino de Bragança Nº 2).

⁶⁷⁸ Ver Cooperativa da Armada e da Brigada Naval, Lisboa, 29/10/1956, Obra Nº 33174, In Processo Nº 52212/1956, Folha 1, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio.

⁶⁷⁹ Com a classificação de 19 valores.

⁶⁸⁰ In Obra Nº 33174, Processo Nº 15182/961, Folha 5, Arquivo Municipal de Lisboa–Núcleo Intermédio.

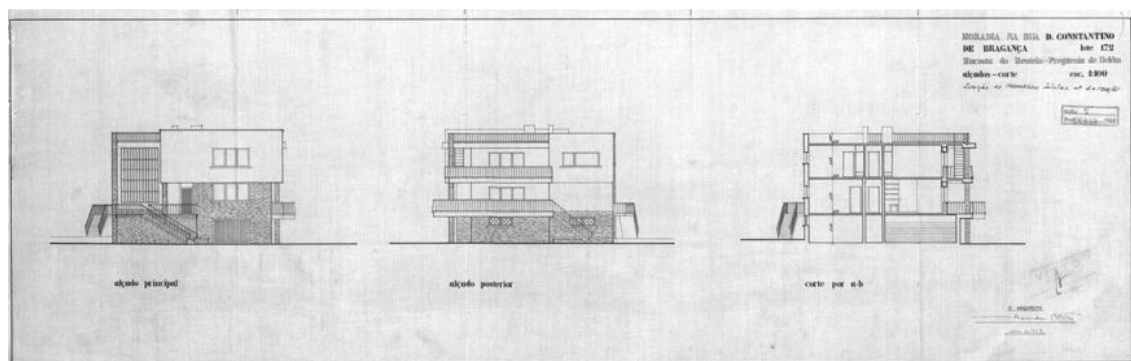


Fig. 2.2.2.14. Alçados principal e posterior e corte CB da moradia localizada na Rua Dom Constantino de Bragança N° 4, Cooperativa da Armada da Brigada Naval, Alexandre Steinkritzer Bastos, 1958-1963⁶⁸¹

Com uma aparência Moderna, os projectos destas moradias, cujos programas são muito semelhantes, têm a particularidade de serem um exemplo entre os muitos que esta cooperativa e este arquitecto projectaram para o bairro do Restelo – como enumerado na memória descritiva, *este projecto que se submete à apreciação dos Serviços Técnicos dessa Digníssima Câmara Municipal de Lisboa, pertence a uma série de moradias que a Cooperativa da Armada e da Brigada Naval está a construir na Encosta da Ajuda*⁶⁸². Como se poderá observar nos desenhos técnicos apresentados de seguida (Figs. 2.2.2.15. e 2.2.2.16.), na cave, localizou-se a garagem e compartimentos de arrumos, entre os quais uma despensa e a garrafeira e no piso térreo, *um pequeno vestíbulo, com lavatório-vestiário, um escritório, uma sala e a sala de refeições. Na zona de serviço existe uma saleta de costura, a copa, a cozinha e a despensa, além de um alpendre de serviço*⁶⁸³. Como vinha a suceder em diversos outros projectos datados desta década, no 1º piso encontra-se a zona dos quartos e na cobertura, criou-se uma zona de recreio com solário, uma copa e uma saleta.

⁶⁸¹ In Obra N° 34039, Processo N° 56848/963, Folha 5, Arquivo Municipal de Lisboa–Núcleo Intermédio.

⁶⁸² Ver Alexandre Steinkritzer Bastos, Memória Descritiva, Lisboa, 27/9/1958, In Processo N° 48796/1958, Folha 2, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio.

⁶⁸³ Idem.

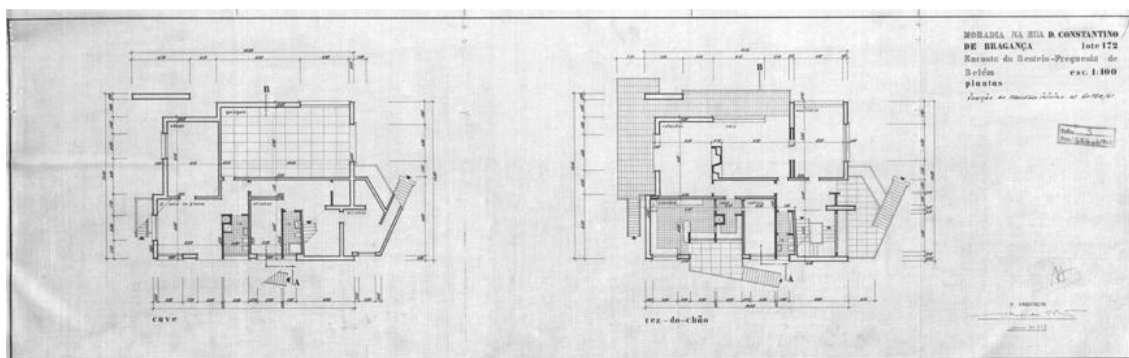


Fig. 2.2.2.15. Plantas da cave e rés-do-chão da moradia localizada na Rua Dom Constantino de Bragança Nº 4, Cooperativa da Armada e da Brigada Naval, Alexandre Steinkritzer Bastos, 1958-1963⁶⁸⁴

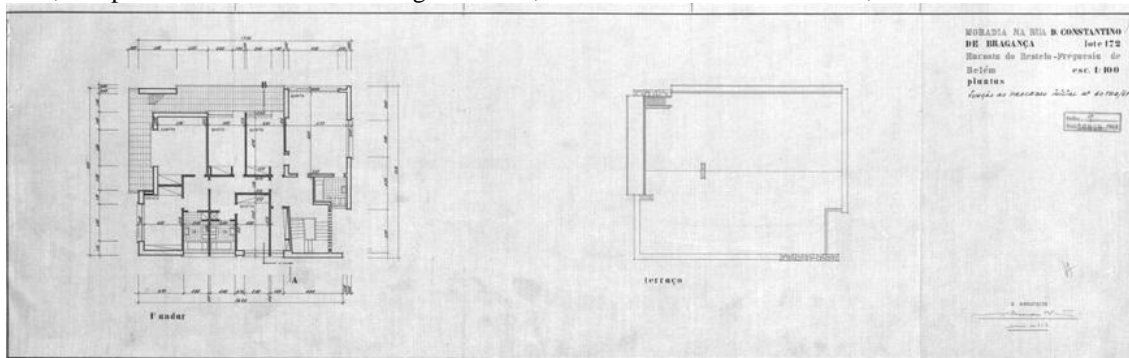


Fig. 2.2.2.16. Plantas do 1º andar e terraço da moradia localizada na Rua Dom Constantino de Bragança Nº 4, Cooperativa da Armada e da Brigada Naval, Alexandre Steinkritzer Bastos, 1958-1963⁶⁸⁵

Entre as mais de quatro dezenas de projectos para o Restelo que o arquitecto Alexandre Steinkritzer Bastos deu entrada na Câmara Municipal de Lisboa, verifica-se ainda que, para esta cooperativa de habitação, foi responsável pelos *projectos tipos de casas geminadas*⁶⁸⁶ (Volume II, Anexos 11. e 13.). Exemplo disso é a moradia edificada na **Rua Dom Constantino de Bragança Nº 18-20** (Figs. 2.2.2.17. e 2.2.2.18.), cujo projecto foi aprovado por esta cooperativa *para os seus sócios, com ligeiras variantes que cada sócio, como é natural, pretenda mandar introduzir nos projectos*⁶⁸⁷. Entre as diversas variantes realizadas poderemos aqui apresentar, outros dois exemplos, nomeadamente, o edificado na **Rua António de Saldanha Nº 11-13** (Figs. 2.2.2.19. e 2.2.2.21.) e na **Rua Dom Constantino de Bragança Nº 10-12** (Fig. 2.2.2.22.).

⁶⁸⁴ In Obra Nº 34039, Processo Nº 56848/963, Folha 3, Arquivo Municipal de Lisboa–Núcleo Intermédio.

⁶⁸⁵ In Obra Nº 34039, Processo Nº 56848/963, Folha 4, Arquivo Municipal de Lisboa–Núcleo Intermédio.

⁶⁸⁶ Ver Alexandre Steinkritzer Bastos, *Memória Descritiva*, Lisboa, 11/12/1953, Obra Nº 20220, In Processo Nº 48684/1953, Folha 2, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio.

⁶⁸⁷ Idem.

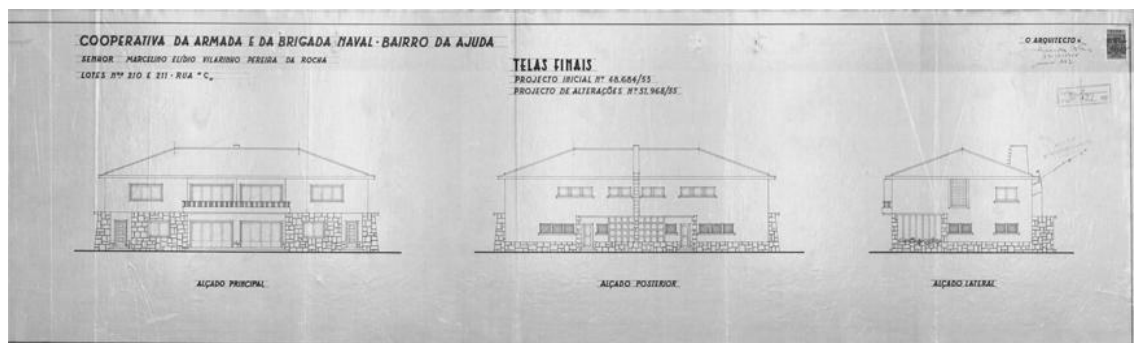


Fig. 2.2.2.17. Alçados principal, posterior e lateral das habitações unifamiliares geminadas localizadas na Rua Dom Constantino de Bragança N.º 18-20, Cooperativa da Armada e da Brigada Naval, Alexandre Steinkritzer Bastos, 1953-1955⁶⁸⁸

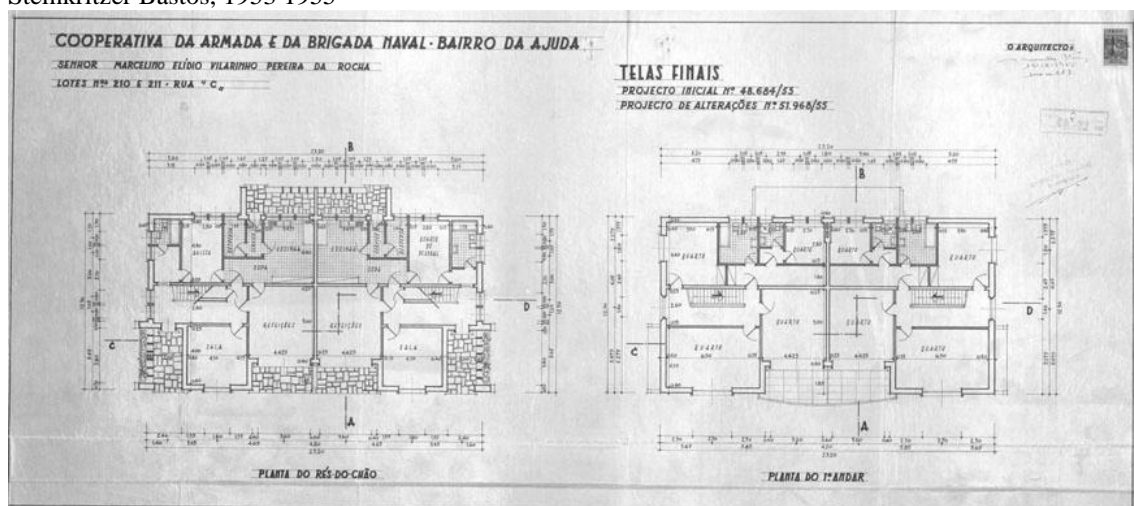


Fig. 2.2.2.18. Plantas do rés-do-chão e 1.º andar das habitações unifamiliares geminadas localizadas na Rua Dom Constantino de Bragança N.º 18-20, Cooperativa da Armada e da Brigada Naval, Alexandre Steinkritzer Bastos, 1953-1955⁶⁸⁹



Fig. 2.2.2.19. Moradias unifamiliares localizadas na Rua António de Saldanha N.º 11-13, Cooperativa da Armada e da Brigada Naval, Alexandre Steinkritzer Bastos, 1956-1969⁶⁹⁰

Fig. 2.2.2.20. Moradias económicas geminadas localizadas na célula 4 do bairro de Alvalade, s.d.⁶⁹¹

⁶⁸⁸ In Obra N.º 20220, Processo N.º 60522/955, Folha 4, Arquivo Municipal de Lisboa–Núcleo Intermédio.

⁶⁸⁹ In Obra N.º 20220, Processo N.º 60522/955, Folha 3, Arquivo Municipal de Lisboa–Núcleo Intermédio.

⁶⁹⁰ In Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Fotográfico, Prova: A50352 da autoria de Augusto de Jesus Fernandes.

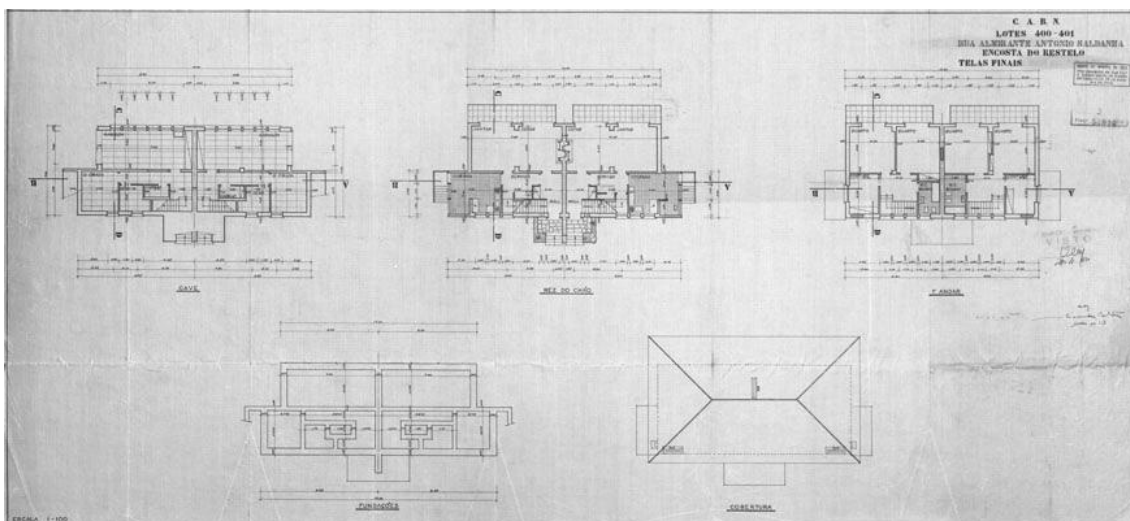


Fig. 2.2.2.21. Plantas das fundações, cave, rés-do-chão, 1º piso e cobertura das habitações unifamiliares geminadas localizadas na Rua António de Saldanha Nº 11-13, Cooperativa da Armada e da Brigada Naval, Alexandre Steinkritzer Bastos, 1956-1969⁶⁹²

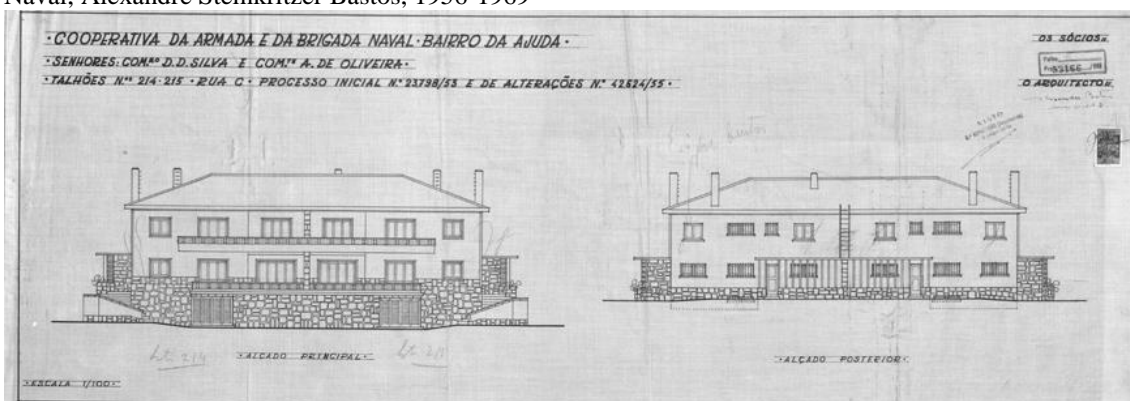


Fig. 2.2.2.22. – Alçado principal e posterior das habitações unifamiliares geminadas localizadas na Rua Dom Constantino de Bragança Nº 10-12, Cooperativa da Armada e da Brigada Naval, Alexandre Steinkritzer Bastos, 1953-1955⁶⁹³

Como se verifica, os projectos destas moradias apresentam fortes semelhanças com os realizados para Alvalade, nomeadamente para a zona de protecção ao Aeroporto de Lisboa – célula 4 –, cujo estudo de urbanização, da autoria do arquitecto-urbanista João Guilherme Faria da Costa (1948), previu que um grande número de lotes fossem cedido, *por pequenos grupos, directamente às diversas cooperativas de habitação e*

⁶⁹¹ In João Pedro Costa, *Bairro de Alvalade. Bairro de Alvalade. Um Paradigma no Urbanismo Português*, Lisboa, Livros Horizonte, 2002, pp. 73.

⁶⁹² In Obra Nº 32476, Processo Nº 54016/960, Folha 3, Arquivo Municipal de Lisboa–Núcleo Intermédio.

⁶⁹³ In Obra Nº 25380, Processo Nº 53166/955, Folha 5, Arquivo Municipal de Lisboa–Núcleo Intermédio.

*caixas*⁶⁹⁴ (Fig. 2.2.2.20.). Segundo descreve João Pedro Costa, *a construção da célula 4 realizou-se a partir de projectos-tipo de moradias económicas, tendo sido desenvolvidos nove tipos de moradias (tipos 10 a 18), com duas variantes (tipos 10 e 16), divididas em três séries (séries IV, V e VI), continuando a tipificação já realizada para as casas de renda económica (tipos 1 a 9, séries I, II e III)*⁶⁹⁵.

Ainda no que diz respeito a projectos-tipo, verifica-se que a Sociedade Nacional de Fomento Imobiliário também recorreu a este tipo de projecto para algumas das moradias que edificou neste bairro. A moradia geminada implantada no lote de terreno localizado na **Rua Dom Constantino de Bragança Nº 35-37** (Fig. 2.2.2.23.), cujo projecto ficou ao cuidado do arquitecto **Jorge Manuel Ferrão Albuquerque** é outro dos exemplos que poderemos também aqui apresentar. Como enumerado na memória descritiva, *implantada em terreno acentuado de desnível de Nascente para Poente, foi desenvolvida em três pisos, pois a diferença de cota da rua para o logradouro quase obriga a construção de uma cave. No rés-do-chão praticamente de nível com a rua, ficarão as zonas de estar e de serviço e no 1º andar os quartos. A cave será ocupada pelas arrecadações, recinto para lavagens, garagem e salão de jogos*⁶⁹⁶ (Figs. 2.2.2.24. e 2.2.2.25.). Mais uma vez, apesar de verificarmos que estas moradias têm pouco (ou quase nada) de económico, poder-se-á dizer que eventualmente a economia esteja representada não só na dimensão do lote atribuído à sua edificação que, com pequenas dimensões, origina uma área ajardinada também ela reduzida, mas também na distribuição do programa e na optimização dos percursos.

⁶⁹⁴ Ver João Pedro Costa, *Bairro de Alvalade. Bairro de Alvalade. Um Paradigma no Urbanismo Português*, Lisboa, Livros Horizonte, 2002, pp. 72.

⁶⁹⁵ Idem.

⁶⁹⁶ Ver Jorge Manuel Frederico Miranda Ferrão Albuquerque, Memória Descritiva, Lisboa, 12/7/1955, In Processo Nº 34968/1955, Folha 2, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio.

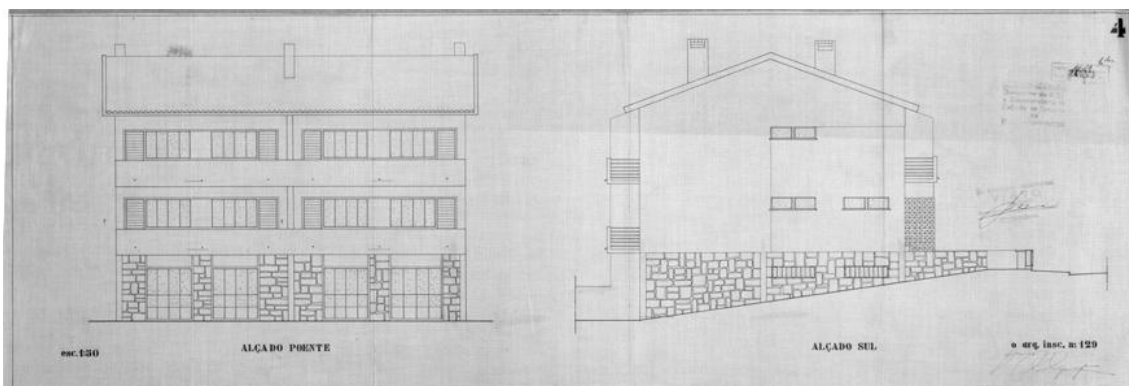


Fig. 2.2.2.23. Alçados ponte e sul das habitações unifamiliares geminadas localizadas na Rua Dom Constantino de Bragança N° 35-37, Sociedade Nacional de Fomento Imobiliário, Jorge Manuel Frederico Miranda Ferrão Albuquerque, 1955-1957⁶⁹⁷

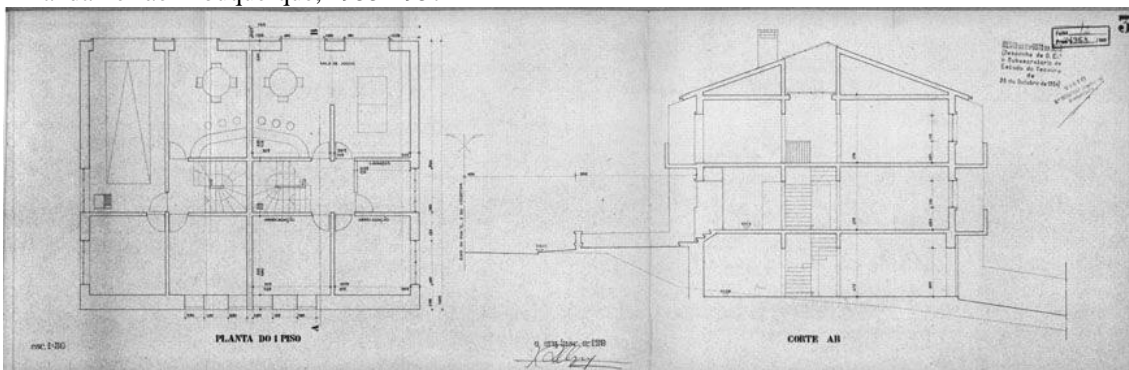


Fig. 2.2.2.24. Planta do 1º piso e corte das habitações unifamiliares geminadas localizadas na Rua Dom Constantino de Bragança N° 35-37, Sociedade Nacional de Fomento Imobiliário, Jorge Manuel Frederico Miranda Ferrão Albuquerque, 1955-1957⁶⁹⁸

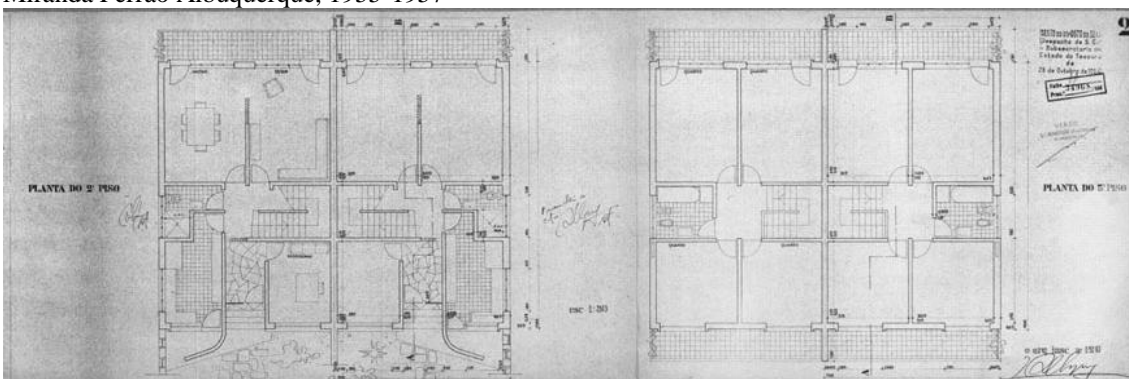


Fig. 2.2.2.25. Plantas do 2º e 3º piso das habitações unifamiliares geminadas localizadas na Rua Dom Constantino de Bragança N° 35-37, Sociedade Nacional de Fomento Imobiliário, Jorge Manuel Frederico Miranda Ferrão Albuquerque, 1955-1957⁶⁹⁹

⁶⁹⁷ In Obra N° 29239, Processo 24558/957, Folha 20, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio.

⁶⁹⁸ In Obra N° 29239, Processo N° 34968/955, Folha 12, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio.

⁶⁹⁹ In Obra N° 29239, Processo N° 34968/955, Folha 11, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio.

Entre os projectos-tipo realizados, os elaborados pelo arquitecto **Alberto José Pessoa** para a **Cooperativa de Moradias Económicas** serão provavelmente os mais interessantes do ponto de vista arquitectónico (Figs. 2.2.2.26. a 2.2.2.28.). Como salienta o arquitecto na memória descritiva do projecto da moradia localizada na **Rua Dom Constantino de Bragança Nº 13**, *o estudo desta classe de moradias foi feito a partir de um programa baseado nas casas de idêntica classe que a Cooperativa tem construído, e integra-se no critério aplicado no conjunto de unidades de várias classes que se pretende construir neste núcleo. A concepção dos tipos de moradias obedeceu ao propósito de normalizar tanto quanto possível toda a construção, quer nos toscos: lajes, vigas, paredes, etc. como no que respeita a acabamentos: portas, janelas, escadas, equipamentos de cozinhas e sanitários*⁷⁰⁰. A normalização de pormenores construtivos, tal como o arquitecto Pedro Cid (1925-1983) havia proposto para o projecto das suas “Habitações Económicas”⁷⁰¹ apresentadas na revista *Arquitectura* (1953), *são factores de economia que somados a um regular aproveitamento do espaço, permitem não sacrificar a qualidade de construção aos preços que se pretendia obter*⁷⁰². Organizadas em dois pisos, no piso térreo localiza-se a sala comum e a cozinha e no piso superior, a zona dos quartos e instalações sanitárias. Como refere o arquitecto na memória descritiva das casas da classe 5, *estas possuem quartos de cama, sendo um destinado à creada, sala de jantar-estar, sala-escritório, cozinha e instalações sanitárias (dois núcleos, sendo um privativo da creada)*⁷⁰³ (Fig. 2.2.2.27.).

⁷⁰⁰ Ver Alberto José Pessoa, Lisboa, 2/10/1953, In Processo Nº 40504/1953, Folha 2, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio.

⁷⁰¹ Ver “Habitações Económicas”, *Arquitectura*, Lisboa, Nº 46, Fevereiro 1953, pp. 11-13.

⁷⁰² Idem, pp. 12.

⁷⁰³ Ver Alberto José Pessoa, Lisboa, 2/10/1953, In Processo Nº 40504/1953, Folha 2, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio.

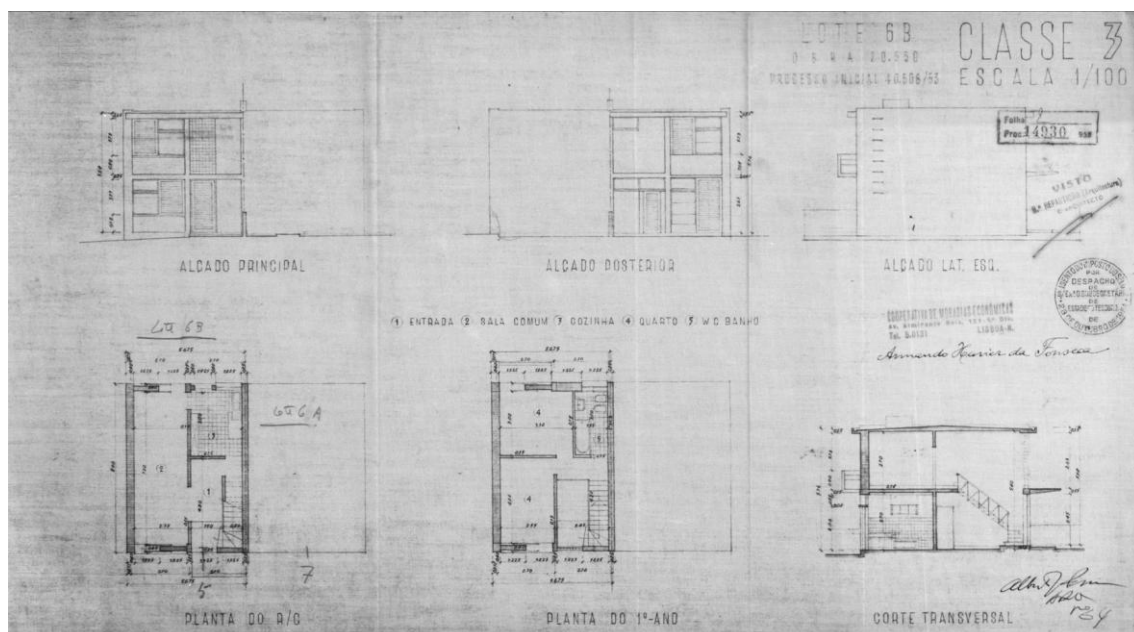


Fig. 2.2.2.26. Habitações unifamiliares geminadas da classe 3 localizadas na Rua Dom Constantino de Bragança N° 5, Cooperativa de Moradias Económicas, Alberto José Pessoa, 1955⁷⁰⁴

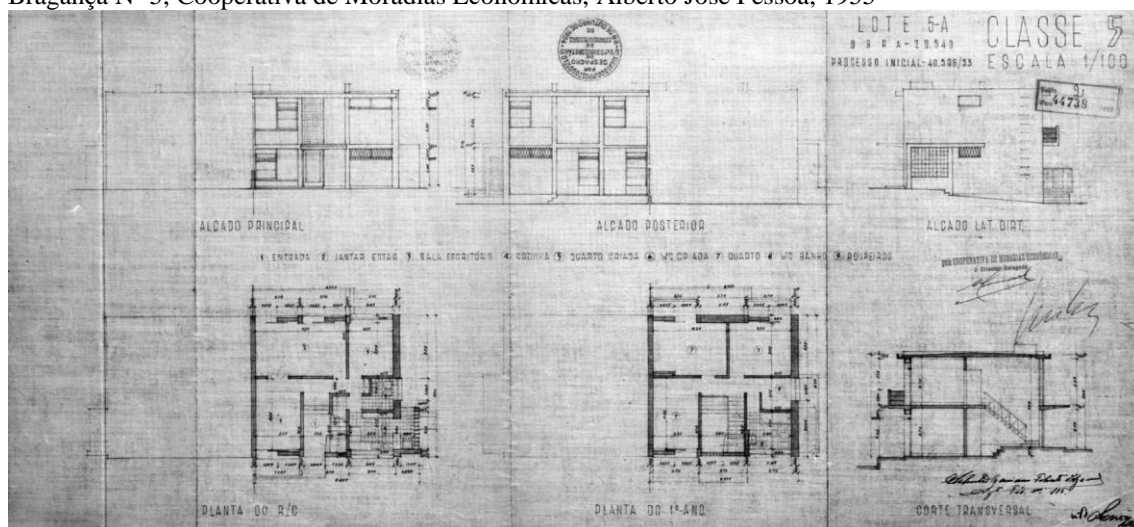


Fig. 2.2.2.27. Habitações unifamiliares geminadas da classe 5 localizadas na Rua Dom Constantino de Bragança N° 15, Cooperativa de Moradias Económicas, Alberto José Pessoa, 1953-1958⁷⁰⁵

⁷⁰⁴ In Obra N° 20550, In Processo 14930/955, Folha 2, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio.

⁷⁰⁵ In Obra N° 20540, In Processo 44738/958, Folha 2, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio.

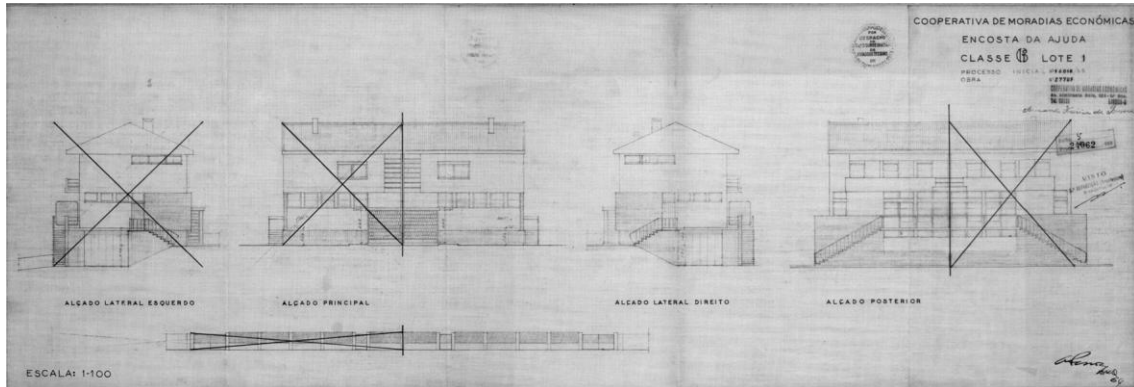


Fig. 2.2.2.28. Habitações unifamiliares geminadas da classe 6 localizadas na Rua Dom Constantino de Bragança N° 27, Cooperativa de Moradias Económicas, Alberto José Pessoa, 1953-1956⁷⁰⁶

Da análise que realizámos a todos os processos de obra que deram entrada na Câmara Municipal de Lisboa para a malha urbana edificada no bairro do Restelo, verificámos que **foram licenciados 145 projectos de moradias pertencentes a sociedades cooperativas** (sendo algumas das quais geminadas). Como se verifica a construção de moradias por parte de cooperativas de habitação continuou para norte e também pela década de 60, ocupando os lotes de pequena e média dimensão das Ruas Fernão Gomes, Pêro de Alenquer, Paulo da Gama e Pedro Fernandes de Queirós. Entre estas moradias de “carácter social”, surge o projecto da moradia destinada ao associado N° 1 da Sociedade Cooperativa de Construções “Domus”, localizada na **Rua Pedro Fernandes de Queirós N° 7** (Fig. 2.2.2.29.), para a qual o arquitecto **Luís M. Fernandes Pinto** (n. 1930) justifica que *embora se trate de uma moradia para residência permanente os seus futuros habitantes pretendem criar uma interligação do interior com o exterior que permita usufruir os optimos valores climatéricos e ambientais daquela zona da cidade em condições apenas usuais entre nós em alguns tipos de casas de férias*⁷⁰⁷. Como justificou o arquitecto, *a forma final da moradia tem íntimas relações com a forma do lote que, de recorte estranho, impôs soluções pouco vulgares para se atingir aproveitamento harmonioso da área permitida pelos*

⁷⁰⁶ In Obra N° 27705, In Processo 24062/956, Folha 5, Arquivo Municipal de Lisboa— Núcleo Intermédio.

⁷⁰⁷ Ver Luís M. Fernandes Pinto, In Memória Descritiva, Lisboa, 31/7/1961, Obra N° 38881, Processo N° 61772/961, Folha 8, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio.

*condicionamentos regulamentares*⁷⁰⁸. Assim, a casa é a total ocupação dessa área protegida por uma parede que no seu recorte define o estacionamento coberto para dois automóveis⁷⁰⁹ (Figs. 2.2.2.30. a 2.2.2.32.).

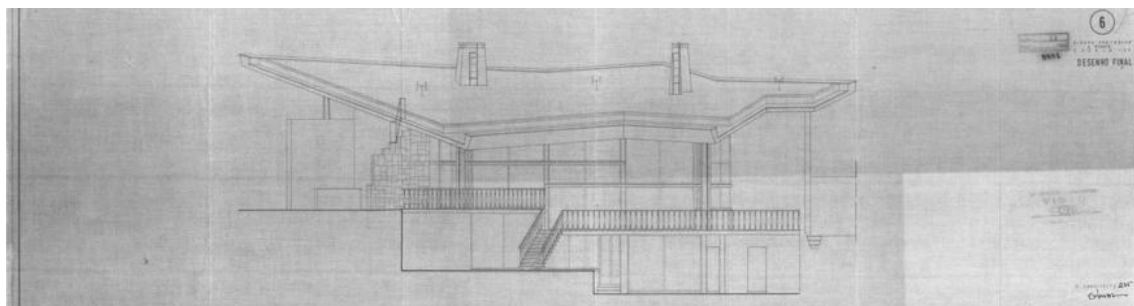


Fig. 2.2.2.29. Alçado posterior a poente da moradia localizada na Rua Pedro Fernandes de Queirós Nº 7/Rua Paulo da Gama Nº 15, "Domus" Sociedade Cooperativa de Construções S.C.R.L., Luís M. Fernandes Pinto, 1961-1965⁷¹⁰

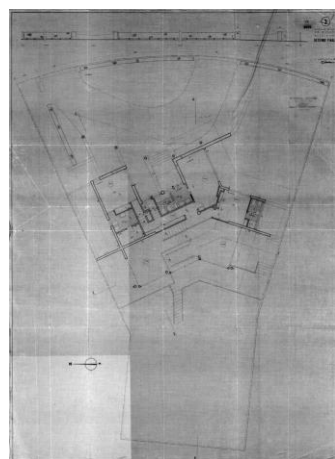
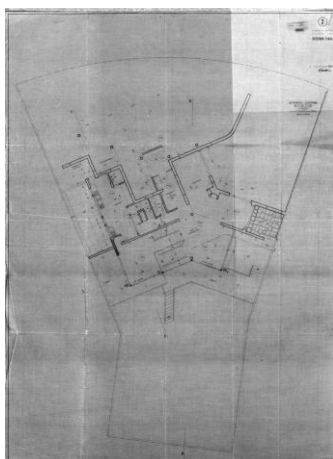
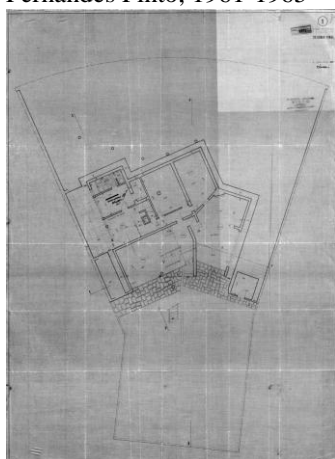


Fig. 2.2.2.30. Planta do 1º piso da moradia localizada na Rua Pedro Fernandes de Queirós Nº 7/Rua Paulo da Gama Nº 15, "Domus" Sociedade Cooperativa de Construções S.C.R.L., Luís M. Fernandes Pinto, 1961-1965⁷¹¹

Fig. 2.2.2.31. Planta do 2º piso da moradia localizada na Rua Pedro Fernandes de Queirós Nº 7/Rua Paulo da Gama Nº 15, "Domus" Sociedade Cooperativa de Construções S.C.R.L., Luís M. Fernandes Pinto, 1961-1965⁷¹²

Fig. 2.2.2.32. Planta do 3º piso da moradia localizada na Rua Pedro Fernandes de Queirós Nº 7/Rua Paulo da Gama Nº 15, "Domus" Sociedade Cooperativa de Construções S.C.R.L., Luís M. Fernandes Pinto, 1961-1965⁷¹³

⁷⁰⁸ Ver Luís M. Fernandes Pinto, In *Memória Descritiva*, Lisboa, 31/7/1961, Obra Nº 38881, Processo Nº 61772/961, Folha 8, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio.

⁷⁰⁹ Idem.

⁷¹⁰ In Obra Nº 38881, In Processo Nº 9884/965, Folha 19, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio.

⁷¹¹ In Obra Nº 38881, In Processo Nº 9884/965, Folha 14, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio.

⁷¹² In Obra Nº 38881, In Processo Nº 9884/965, Folha 15, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio.

Entre estas edificações de custos moderados, naturalmente, surgem outras promovidas por particulares que neste contexto se justifica ainda salientar, pois os seus projectos estão inseridos na área respeitante ao reajustamento da 2ª fase da encosta do Restelo (1959) e, como tal, são anteriores à (polémica) intervenção do arquitecto Zinho Antunes (a partir de 1964) de que trataremos no subcapítulo que se segue. Assim, num perímetro urbano onde a malha edificada deveria ser tão ou mais vasta quando comparada com a da primeira fase – considerando as células A, B, C e D –, por contraste, apenas a moradia localizada na **Rua António de Saldanha Nº 44** (Fig. 2.2.2.33.) foi condecorada com o **Prémio Valmor - 1962**. Os arquitectos Luís Cristino da Silva (1896-1976) e José Rafael Botelho (n. 1923) – representantes da Academia Nacional de Belas Artes e da Sociedade Nacional de Belas Artes respectivamente –, fizeram parte do júri que considerou atribuir este galardão à moradia projectada pelo arquitecto **Keil do Amaral** para o senhor Ernesto da Silva Brito. Na verdade, se excluirmos o reconhecimento municipal que este arquitecto recebera em 1951 com o projecto da moradia localizada na Avenida Dom Vasco da Gama Nº 2/Rua Alto do Duque Nº 1, esta condecoração – que distingue o “mais belo prédio ou casa edificados”⁷¹⁴ conforme descrito no testamento do Visconde de Valmor – foi ímpar na sua vida profissional. Contudo, o reconhecimento desta obra não foi claro, conforme escrito na acta de atribuição do prémio, *após uma cuidada e ponderada observação dos 201 projectos apresentados, foi feita a votação, em mérito absoluto, para excluir aqueles que, a título algum, se recomendavam, tendo-se apurado, apenas, doze obras, todavia numa nova escolha, somente 5 foram classificadas, em mérito relativo*⁷¹⁵.

De modo a procurar a intimidade exigida para este tipo de edificação e uma vez que a encosta da Ajuda – agora denominada de encosta do Restelo – era já por esta altura um “aglomerado de construções”, a casa foi implantada no centro do lote, não só

⁷¹³ In Obra Nº 38881, In Processo Nº 9884/965, Folha 16, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio.

⁷¹⁴ Ver Testamento do Visconde Valmor, In “Arquivos da Câmara Municipal de Lisboa”, In José Manuel Pedreirinho, *História do Prémio Valmor*, Lisboa, D. Quixote, 1988, pp. 16.

⁷¹⁵ Ver *Acta de Atribuição do Prémio Valmor*, 25/4/1963, In *Prémios Valmor e Municipal de Arquitectura*, ver Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Arco do Cego, Caixa 4, código de localização AC.01.Sala H, Pasta S/Nº/1963.

por imposição das *condições especiais de alienação*, mas também de modo a que esta pudesse usufruir de espaços verdes exteriores a toda a volta, sendo que o defronte das salas é o de estadia mais prolongada, nivelado para vencer o suave declive do terreno. Considerada como *uma proposta amadurecida sobre o conceito e o modo de habitar*⁷¹⁶, o programa da casa foi distribuído em corpos perpendiculares entre si, sendo que no piso térreo encontram-se as zonas de serviço e sociais e no primeiro piso, a zona íntima, com a possibilidade de usufruto de um terraço que ocupa a cobertura da zona da sala de estar, a única cobertura plana da casa (Figs. 2.2.2.34. e 2.2.2.35.). Conjugando tradição e modernidade, como telhados e aberturas generosas, mais uma vez o arquitecto responde ao que propôs para a arquitectura portuguesa a partir de “A Moderna Arquitectura Holandesa”⁷¹⁷.



Fig. 2.2.2.33. Moradia localizada na Rua António de Saldanha Nº 44, Francisco Keil do Amaral, 1961-1962, Prémio Valmor 1962⁷¹⁸

⁷¹⁶ Ver Francisco Pires Keil do Amaral, (coord.), Irisalva Moita, Ana Tostões, *Keil do Amaral o Arquitecto e o Humanista*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1999, pp. 287.

⁷¹⁷ Ver Keil do Amaral, “A Moderna Arquitectura Holandesa”, *Seara Nova*, Nº 810 (20/2/1943), Nº 811 (27/2/1943), Nº 812 (6/3/1943) e Nº 813 (13/3/1943).

⁷¹⁸ In Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Fotográfico, Cota: A41398; Código de Referência: PT/AMLSB/AF/SER/S01762 da autoria de Armando Serôdio.

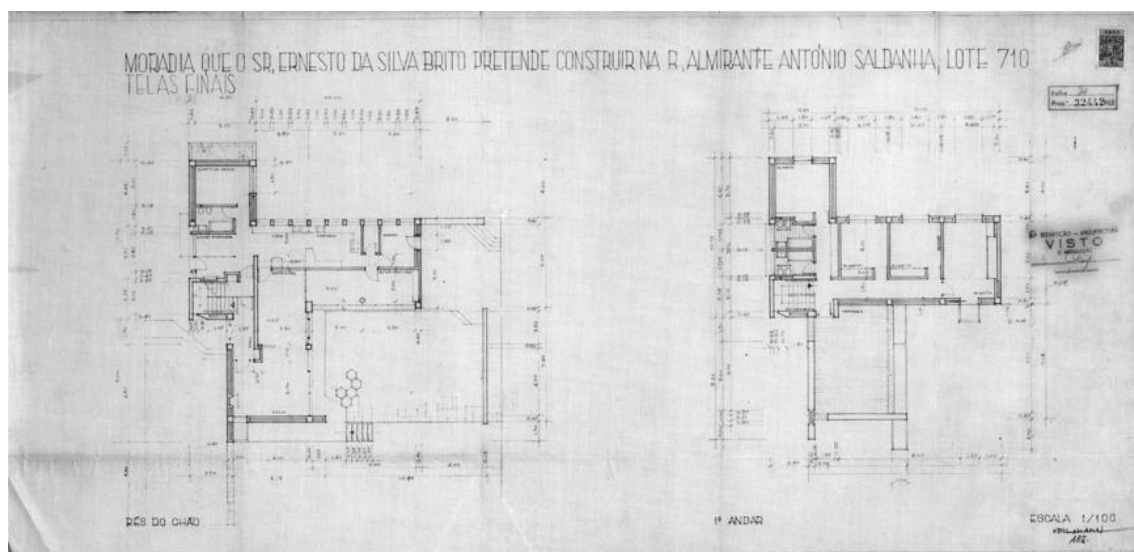


Fig. 2.2.2.34. Plantas do rés-do-chão e 1º andar da moradia localizada na Rua António de Saldanha Nº 44, Francisco Keil do Amaral, 1961-1962, Prémio Valmor 1962⁷¹⁹

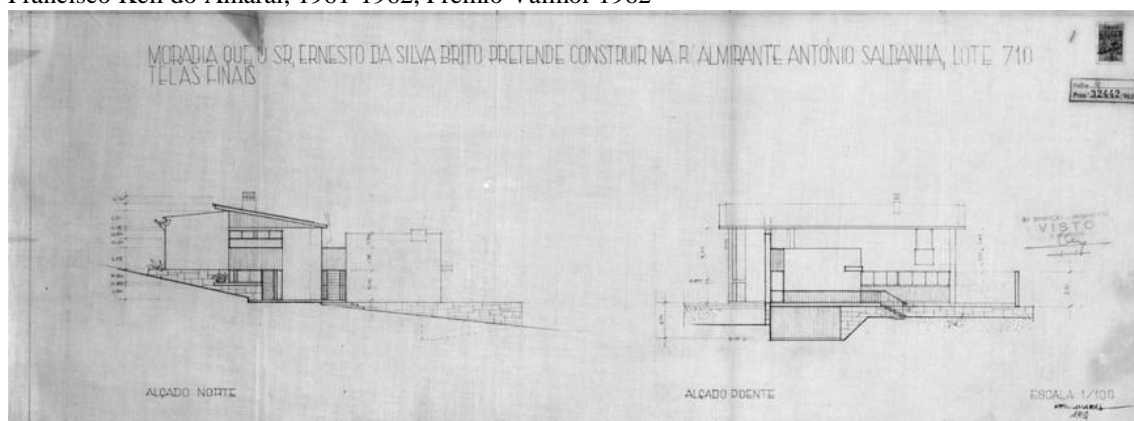


Fig. 2.2.2.35. Alçados norte e poente da moradia localizada na Rua António de Saldanha Nº 44, Francisco Keil do Amaral, 1961-1962, Prémio Valmor 1962⁷²⁰

Entre os *edifícios de referência*⁷²¹ concluídos em 1960, apensar de nenhum ter sido merecedor de premiação, o projecto da moradia localizada na **Rua Gil Eanes Nº 3** (Fig. 2.2.2.36.) valeu ao arquitecto (tirocinante) **José Luís Tinoco** (n. 1932) uma

⁷¹⁹ In Obra Nº 36568, Processo Nº 32442/962, Folha 2, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio.

⁷²⁰ In Obra Nº 36568, Processo Nº 32442/962, Folha 4, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio.

⁷²¹ Nomeadamente da autoria dos arquitectos: Artur Pires Martins e Cândido Palma de Melo (Avenida Elias Garcia Nº 49); Pedro Cid, Laginha e Vasconcelos Esteves (Avenida Estados Unidos da América Lote Nº 378); Victor Palla e Bento d'Almeida (Rua Visconde Valmor Nº 20); Braúla Reis (Rua Conde Redondo Nº 79), Ver *Acta de Atribuição do Prémio Valmor*, 18/10/1961, In *Prémios Valmor e Municipal de Arquitectura*, ver Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Arco do Cego, Caixa 4, código de localização AC.01.Sala H, Processo Privativo Nº 270/1961.

nomeação para prémio Valmor por parte do júri constituído por Raul Lino (Academia Nacional de Belas Artes), Bartolomeu da Costa Cabral (Sindicato Nacional dos Arquitectos) e Francisco Blasco Gonçalves (Câmara Municipal de Lisboa). Como referido no artigo publicado na revista *Arquitectura*, Tinoco dispunha de uma *agradável liberdade orçamental*⁷²², própria de uma *população com vastos recursos económicos*⁷²³ que, como temos vindo a constatar ao longo desta investigação, caracteriza a maior parte dos moradores desta encosta mas, apesar de tudo, *o autor encontrou, desde o início, ideias assentes sobre o que os proprietários desejavam que fosse a sua casa, aliás dificilmente conciliáveis com as suas tendências arquitectónicas*⁷²⁴. Posto isto e como sucedia frequentemente entre a classe, o desenvolver do projecto foi um jogo de cedências de parte a parte até se conseguir chegar ao resultado final.



Fig. 2.2.2.36. Moradia localizada na Rua Gil Eanes Nº 3, José Luís Tinoco, 1956-1959⁷²⁵

O projecto da “Moradia na Encosta do Restelo”⁷²⁶ revela-nos o conhecimento e admiração de Tinoco por Frank Lloyd Wright (1867-1959) que, neste caso, demonstra

⁷²² Ver Leopoldo de Almeida e Fernando Gomes da Silva, “Moradia na Encosta do Restelo”, *Arquitectura*, Lisboa, Nº 66, Novembro/Dezembro 1959, pp. 24.

⁷²³ Idem.

⁷²⁴ Idem.

⁷²⁵ In <http://www.joseluistinoco.com/pt>

ter exercido uma forte influência sobre este trabalho. O facto do terreno dispor de uma vista panorâmica desafoçada, levou o arquitecto a optar por aproveitar o declive do terreno de noroeste para sudeste e *agarrar a moradia aos acidentes e desníveis, articulando-a em dois troços a alturas diferentes, imprimindo-lhe movimento, reforçado e acentuado pela valorização dos elementos horizontais*⁷²⁷. Deste modo, tal como na Casa Cascata (*Fallingwater*, Pennsylvania, 1935-1939) de Wright, no Restelo, a integração da casa com o declive e a relação interior/exterior faz-se através dos avanços e recuos de muros e varandas que, com acabamentos rebocados ou em pedra serrada, criam um impressionante jogo de volumes – ainda que o artigo publicado tenha criticado a opção do arquitecto pelo *uso (ainda que excessivo!) de materiais orgânicos*⁷²⁸ – directamente ligados e em constante diálogo com o espaço exterior (Fig. 2.2.2.37.).

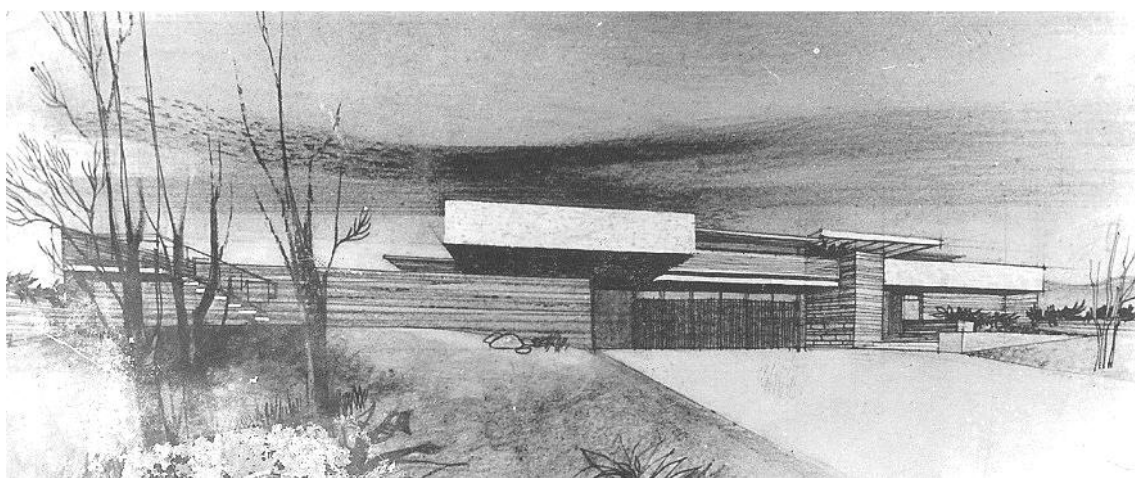


Fig. 2.2.2.37. Moradia localizada na Rua Gil Eanes Nº 3, José Luís Tinoco, 1956-1959⁷²⁹

Relativamente à organização interna, como descrito por Leopoldo de Almeida e Fernando Gomes da Silva no artigo divulgado, as opções tomadas revelam-nos, certamente, algumas das condicionantes encontradas. O arquitecto foi assim *conduzido*

⁷²⁶ Ver Leopoldo de Almeida e Fernando Gomes da Silva, “Moradia na Encosta do Restelo”, *Arquitectura*, Lisboa, Nº 66, Novembro/Dezembro 1959, pp. 23-29.

⁷²⁷ Idem, pp. 24.

⁷²⁸ Idem, pp. 25.

⁷²⁹ In <http://www.joseluistinoco.com/pt>

a uma compartimentação rígida, sensível sobretudo no conjunto estar-comer em que houve necessidade de separar estas duas peças, afastando-o do conceito corrente de sala comum. Os espaços internos encontram-se pelas mesmas razões quase sempre demasiado encerrados, contidos pelos seus invólucros parietais, o que faz ansiar pela permanência nas amplas varandas exteriores⁷³⁰. A distribuição do programa foi feita em dois núcleos desnivelados de meio piso⁷³¹: a sudoeste o núcleo destinado às proprietárias, com a garagem, o alojamento do motorista e o aquecimento central num piso semienterrado e no piso superior, os quartos, escritório, salas (visitas, estar e comer) e cozinha e suas dependências; o outro núcleo, a nordeste, é destinado aos criados (piso térreo) e aos hóspedes (1º piso) (Fig. 2.2.2.38.).

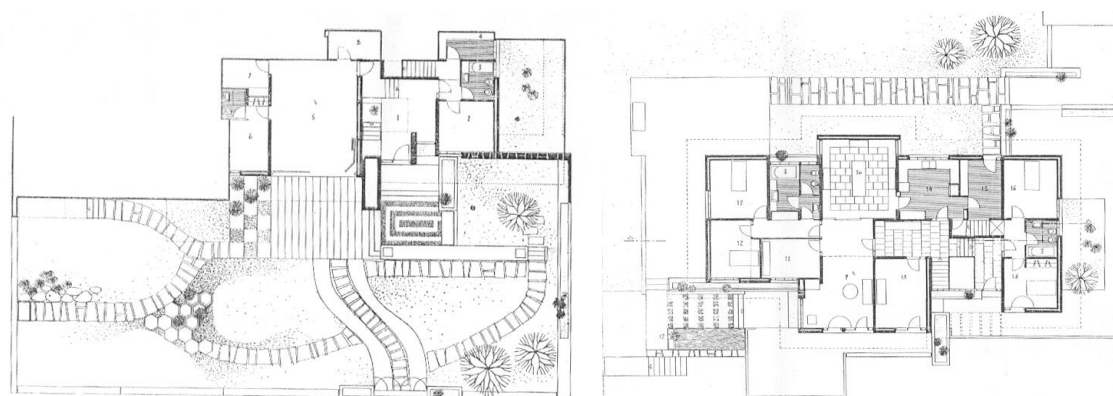


Fig. 2.2.2.38. Plantas do 1º e 2º piso da moradia localizada na Rua Gil Eanes Nº 3, José Luís Tinoco, 1956-1959⁷³²

Num contexto de revisão crítica do Movimento Moderno, com a publicação do inquérito à *Arquitectura Popular em Portugal* (1961) que, segundo Michel Toussaint, tivera como objectivo *provar não haver uma única arquitectura portuguesa na sequência das propostas da Casa Portuguesa e do nacionalismo do Estado Novo*⁷³³ e, segundo Nuno Portas, *para o Ministério que os apoia, trata-se de fomentar o 'desejado*

⁷³⁰ Ver Leopoldo de Almeida e Fernando Gomes da Silva, op. cit., pp. 27.

⁷³¹ Idem, pp. 28.

⁷³² In <http://www.joseluistinoco.com/pt>

⁷³³ Ver Michel Toussaint Alves Pereira, *Da Arquitectura à Teoria e o Universo da Teoria da Arquitectura em Portugal na primeira metade do século XX*, Dissertação de Doutoramento em Teoria da Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, 2009, pp. 111.

*aportuguesamento da arquitectura’; para Keil e boa parte dos que nele colaboraram, tratava-se de armadilhar um documentário explosivo que mostrasse à evidência que em vez do estilo genuinamente português pregado por Lino e seus sequazes havia afinal tantas ‘tradições’ quantas as regiões*⁷³⁴ – embora Raul Lino tenha apresentado projectos diferenciados por regiões –, alguns arquitectos retomam certos ensinamentos (ou “lições”⁷³⁵ como definira Sérgio Fernandez) da arquitectura tradicional, nomeadamente no recurso a materiais vernaculares. Publicado na revista *Arquitectura*⁷³⁶, o projecto da autoria do arquitecto **Maurício de Vasconcelos** (1925-1977) para a **Rua João Fernandes Labrador Nº 1/Rua Pero de Alenquer Nº 8** (Fig. 2.2.2.39.) é disso um bom exemplo pois constrói uma estrutura de betão armado escondida nas paredes em tijolo à vista, recorrendo a cerâmicas e pedra para revestimento das paredes e pavimentos. Sendo o terreno onde está implantada a casa de dimensões reduzidas e de gaveto, o que o torna exposto a olhares estranhos, o extenso programa foi distribuído em altura, em 4 pisos, como que formando uma pirâmide, ocupando a totalidade o lote que, com a sua pendente, possibilitou o cumprimento da cêrcea regulamentar (Fig. 2.2.2.40.). Igualmente revelador do grande interesse de Maurício de Vasconcelos por Frank Lloyd Wright é o entendimento de projecto global – “Arquitectura Orgânica” – que encara o interior e o exterior como fazendo parte de um todo e com igual atenção projectual, ou seja, já não é a casa no meio do lote, em que o “jardim” que a rodeia é deixado “em branco” no projecto. Segundo Michel Toussaint, Wright *entendeu o ‘orgânico’ em Arquitectura como ‘referindo-se à entidade’; talvez fosse preferível usar a palavra ‘integral’ ou ‘intrínseco’, o que ele considerava levar a*

⁷³⁴ Ver Nuno Portas, In Bruno Zevi, *História da Arquitectura Moderna*, Porto, Editora Arcádia, 1973, pp. 735-736.

⁷³⁵ Ver Sérgio Fernandez, *Percursos: Arquitectura Portuguesa 1930-1974*, Porto, Dissertação para obtenção do título de professor agregado do curso de Arquitectura da Escola Superior de Belas Artes do Porto, 1988, pp. 127.

⁷³⁶ Ver Júlio Moreira, “Casa de Álvaro de Trigo”, *Arquitectura*, Lisboa, Nº 109, Maio/Junho 1969, pp. 121-126.

*uma nova arquitectura que apelidava de ‘moderna’ e que cumpriria plenamente o que considerava ser Arquitectura*⁷³⁷.

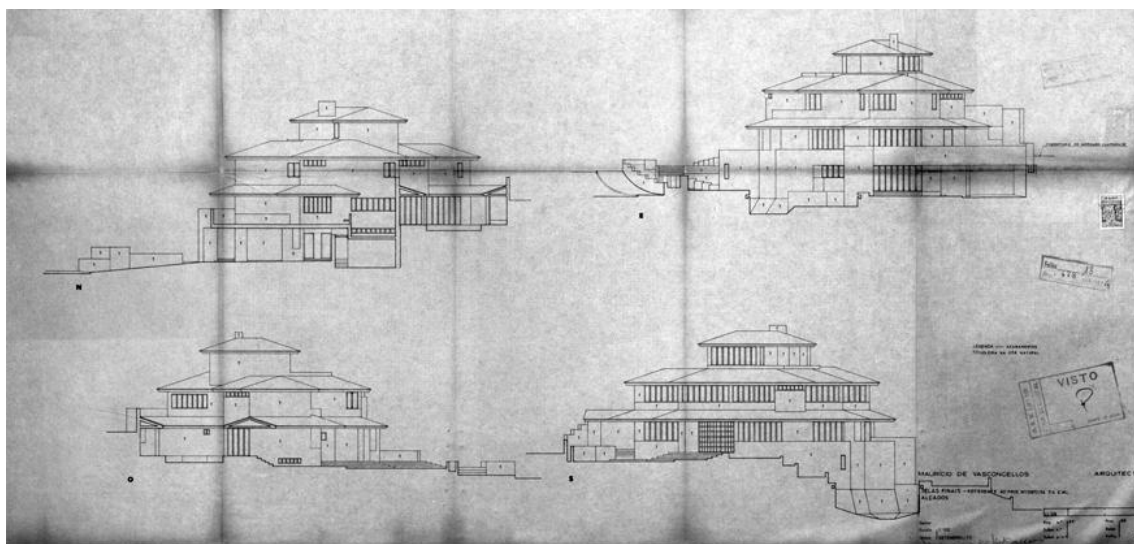


Fig. 2.2.2.39. Moradia localizada na Rua João Fernandes Labrador Nº 1/Rua Pero de Alenquer Nº 8, Maurício de Vasconcelos, 1964-1974⁷³⁸

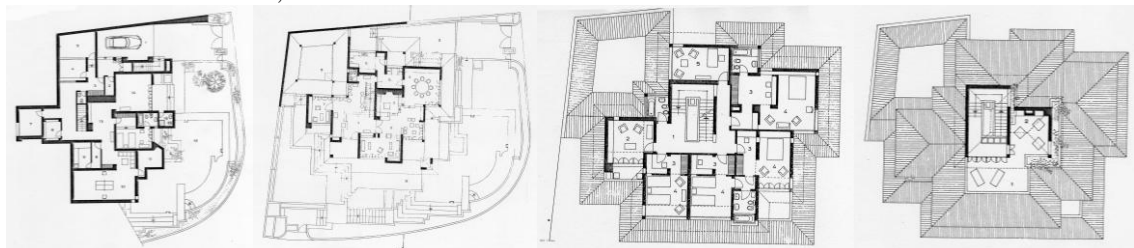


Fig. 2.2.2.40. Plantas da moradia localizada na Rua João Fernandes Labrador Nº 1/Rua Pero de Alenquer Nº 8, Maurício de Vasconcelos, 1964-1974⁷³⁹

A título conclusivo importa agora chamar a atenção para o facto de se verificar mais uma vez que, também nesta fase de intervenção, a Câmara Municipal de Lisboa procurou que este bairro fosse (co)habitado por cidadãos de diferentes classes sociais. Se na zona sul foi o aglomerado de casas económicas da encosta da Ajuda (bairro de casas económicas do Restelo) que veio acrescentar ao plano de 1938 a inserção de

⁷³⁷ Ver Michel Toussaint Alves Pereira, *Da Arquitectura à Teoria e o Universo da Teoria da Arquitectura em Portugal na primeira metade do século XX*, Dissertação de Doutoramento em Teoria da Arquitectura apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, 2009, pp. 66.

⁷³⁸ In Obra Nº 57094, In Processo Nº 478/974, Folha 13, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio.

⁷³⁹ In “Casa de Álvaro Trigo”, *Arquitectura*, Nº 109, Lisboa, Maio-Junho 1969, pp. 121-124.

famílias cujo(s) membro(s) ocupasse um cargo público, nomeadamente como funcionário de um ministério ou camarário, das forças armadas ou militares e/ou actividades de escritório ou banca, (principalmente) a norte da Rua de Alcolena, até às Ruas João Coimbra, Pêro de Alenquer e Pedro Fernandes de Queirós (inclusive), foi a contemplação de moradias para cooperativas de habitação que, a par de edificações destinadas a proprietários “endinheirados”, aparecem casas económicas para *todas as pessoas singulares ou colectivas, no gosto da capacidade civil*⁷⁴⁰. Assim, como se verifica, tanto as moradias edificadas sem um limite orçamental rígido ou, pelo contrário, com custos controlados, o facto é que até meados da década de 60 ainda eram as habitações unifamiliares que prevaleciam em detrimento dos edifícios de habitação multifamiliar que, como veremos mais à frente nesta investigação, vão marcar, a partir deste momento, a construção norte deste bairro.

⁷⁴⁰ Ver Sociedade Nacional de Fomento Imobiliário, In *Sociedade Nacional de Fomento Imobiliário. Estatutos e Regulamento*, Lisboa, S.N.F.I., 1949, pp. 6.

2.2.3. A tentativa de ordenamento paisagístico

(Jardim Ducla Soares ou da Capela de São Jerónimo) *Para quem sobe a Avenida de Belém, a vista deste cabeça cria a ilusão de um “continuum” verde entre o arvoredo envolvente da colina e os maciços do Parque Florestal de Monsanto*⁷⁴¹.

CML, 2013

Resta-nos por último e mais uma vez salientar o importante papel do arquitecto-paisagista **Gonçalo Ribeiro Telles** que foi convidado a colaborar com o **Gabinete de Estudos de Urbanização (1954)** para elaborar o **“Projecto de Ordenamento Paisagístico – I Fase” (1956, Fig. 2.2.3.1.)**. Curiosamente como descreveu Rosário Salema *até aquela data, os projectos dos Espaços Verdes eram iniciados pelo arquitecto que fazia o desenho de caminhos e definia assim a estrutura do espaço. [...] Por último, os agrónomos faziam o plano das plantações*⁷⁴². Isto sucedia porque por esta altura eram ainda poucos os arquitectos-paisagistas formados em Portugal⁷⁴³. Na realidade, como sucedera com Ribeiro Telles, estes arquitectos-paisagistas formavam-se primeiro em Engenharia Agrónoma e só depois em Arquitectura Paisagista.

Nesta fase de urbanização e arranjos públicos exteriores, o paisagista Ribeiro Telles voltou a ter em consideração o facto da intervenção se localizar nas proximidades do Parque Florestal de Monsanto e do Cemitério da Ajuda que deveriam ser dignamente enquadrados. Deste modo, como referiu na memória descritiva e justificativa do projecto, *pretende-se com a distribuição da vegetação resolver os seguintes pontos: 1º*

⁷⁴¹ Ver <http://www.cm-lisboa.pt/en/equipments/equipamento/info/jardim-ducla-soares>

⁷⁴² Ver Rosário Salema, “A Ermida de São Jerónimo: Ver e Ocultar”, In Joaquim Oliveira Caetano (Coord.), *A Utopia e os pés na Terra. Gonçalo Ribeiro Telles*, Museu de Évora, CML e Museu Municipal de Coruche, 2003, pp. 186.

⁷⁴³ O curso (livre e facultativo) de Arquitectura Paisagista do Instituto Superior de Agronomia (ISA) de Lisboa começou a funcionar em 1940 com Francisco Caldeira Cabral (1908-1992) a reger a disciplina de Desenho Organográfico. Entre os 10 alunos inscritos no primeiro curso, formaram-se entre outros, Manuel Azevedo Coutinho, Gonçalo Ribeiro Telles e Edgar Sampaio Fontes. Para informações detalhadas acerca do curso de Arquitectura Paisagista no ISA ver Teresa Andresen, “Três décadas de Arquitectura Paisagista em Portugal, 1940-1970”, In Teresa Andresen (coord.), *Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian - Francisco Caldeira Cabral e a primeira geração de Arquitectos Paisagistas (1940-1970)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2003, pp. 18-97.

*O enquadramento de uma maneira natural dos edifícios previstos de forma a que todo o conjunto surja perfeitamente adaptado ao condicionalismo panorâmico e paisagístico do local; 2º O aproveitamento dos espaços livres como logradouro de recreio e descanso ameno da população local; 3º Uma protecção eficaz dos ventos do quadrante Norte, determinantes paisagísticos da região de Lisboa; e 4º A criação de um ambiente que concorra para a necessária compreensão do habitante na Cidade da natureza, de que o moderno condicionalismo cada vez mais o afasta⁷⁴⁴. Ou seja, Ribeiro Telles defende o mesmo ideal urbano de Le Corbusier na conjugação, em vizinhança, da *Arquitectura e da Natureza*⁷⁴⁵. O arquitecto-paisagista justifica ainda que pretende-se na 1ª fase de plantações agora prevista estabelecer as boas condições de desenvolvimento de maciços fundamentais que mais tarde e após a construção dos edifícios servirão de base para a elaboração em pormenor do projecto de ordenamento paisagístico definitivo, incluindo então ajardinados, estadias, recreios, parques infantis, enriquecimentos com espécies vegetais menos rústicas, a implantação de 'mixed-borders' de herbáceas vivazes, etc. Os maciços previstos neste projecto distribuem-se de forma a constituir panorâmicas de interesse paisagístico, enquadramento de blocos e outros edifícios, de cortinas de protecção contra o vento. A sua distribuição faz-se de harmonia com a estruturação ecológica de formação climace. Prevêem-se 4 tipos fundamentais de maciços, dois de predominância perenifólia [(cujas folhas não caem antes das novas estarem desenvolvidas, Fig. 2.2.3.2.)] e dois de predominância caducifólia [(cujas folhas caem sazonalmente, Fig. 2.2.3.3.)]⁷⁴⁶.*

⁷⁴⁴ Ver Gonçalo Ribeiro Telles, In *Memória Descritiva e Justificativa*, 10/9/1954, In Teresa Andresen (coord.), *Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian - Francisco Caldeira Cabral e a primeira geração de Arquitectos Paisagistas (1940-1970)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2003, pp. 214.

⁷⁴⁵ Ver Michel Toussaint Alves Pereira, "Procurando entender Ruy d'Athouguia enquanto arquitecto da geração Moderna em Portugal", artigo para catálogo da exposição *Arquitectos da Geração Moderna: Ruy d'Athouguia*, Palácio Galveias, 2003 (não editado).

⁷⁴⁶ Ver Gonçalo Ribeiro Telles, In *Nota Justificativa do Projecto de Ordenamento Paisagístico (1ª fase da Encosta do Restelo (II Fase de Urbanização))*, 7/4/1956, In Teresa Andresen (coord.), *Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian - Francisco Caldeira Cabral e a primeira geração de Arquitectos Paisagistas (1940-1970)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2003, pp. 224.



Fig. 2.2.3.1. Projecto de Ordenamento Paisagístico – 1ª Fase, Gonçalo Ribeiro Telles, 1956⁷⁴⁷

⁷⁴⁷ In Teresa Andresen (coord.), op. cit., pp. 214.

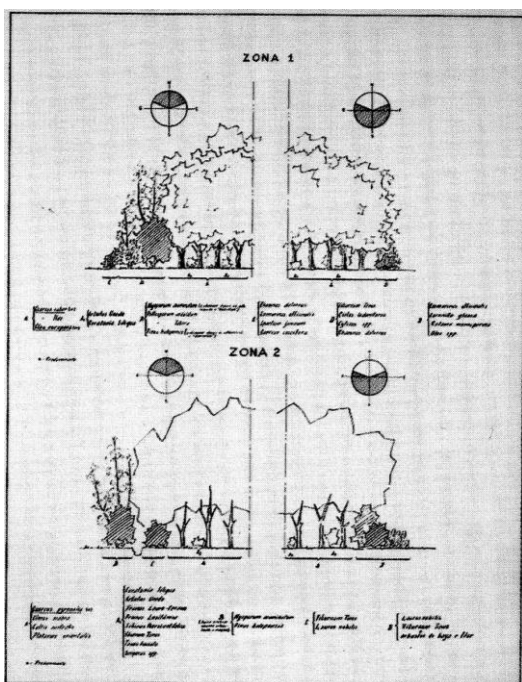


Fig. 2.2.3.2. Projecto de Ordenamento Paisagístico - 1ª Fase, Maciços Perenifólios, Gonçalo Ribeiro Telles, 1956⁷⁴⁸

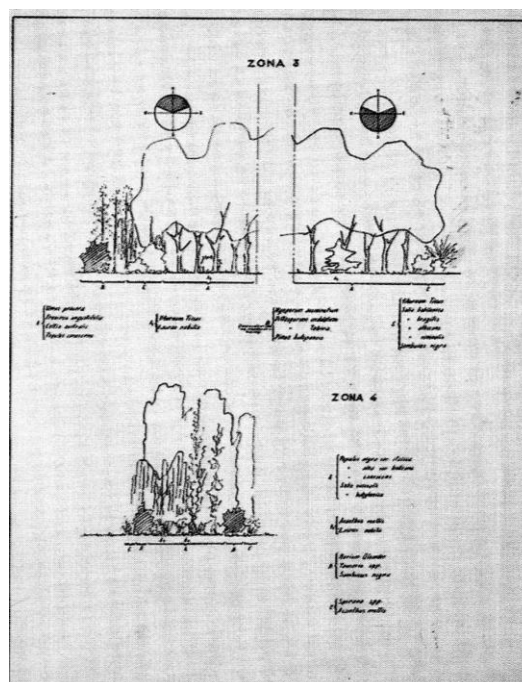


Fig. 2.2.3.3. Projecto de Ordenamento Paisagístico - 1ª Fase, Maciços Caducifólios, Gonçalo Ribeiro Telles, 1956⁷⁴⁹

Na continuação do que havia projectado anteriormente para o Restelo, e atendendo ao facto da população jovem ter crescido significativamente na cidade de Lisboa depois da Grande Guerra, Ribeiro Telles procurou criar espaços públicos exteriores para a vida social ao ar livre.

⁷⁴⁸ In Idem, op. cit., pp. 224.

⁷⁴⁹ In Idem, op. cit., pp. 224.



Fig. 2.2.3.4. Movimentação de terras na zona envolvente à capela de São Jerónimo, c. 1956⁷⁵⁰

Em **1955**, na exposição *10 Anos de Administração Municipal 1944-1954*, foram expostas algumas fotografias de jardins do Restelo e no painel identificado como *Parques e Jardins*, a Câmara Municipal de Lisboa chama a atenção para o facto de que *a ampliação e o rejuvenescimento de que foi objecto a nossa capital nos últimos dez anos, atingiu os parques e jardins municipais tão profundamente que se pode afirmar que são completamente outros os jardins públicos que já existiam, e a área ajardinada de novo cresceu para quatro vezes aquela que se possuía em 1944. O Parque Florestal de Monsanto e a Encosta do Restelo, enormes maciços vegetais de cerca de 1.300ha, corresponde a uma sexta parte da área destinada a urbanização*⁷⁵¹. Exposto na exposição itinerante da *International Federation of Landscape Architects*, intitulada A

⁷⁵⁰ In Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Fotográfico, Prova: A32535, da autoria de Arnaldo Madureira.

⁷⁵¹ Ver *10 Anos de Administração Municipal 1944-1954*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1955, s/pp.

Paisagem na Vida Moderna, realizada em Zurique em 1957⁷⁵² aquando do V Congresso Internacional de Arquitectura Paisagista, desta fase de urbanização faz ainda parte o importante *projecto de reavaliação da zona de protecção à Ermida de S. Jerónimo*⁷⁵³ (1956, Fig. 2.2.3.5.).

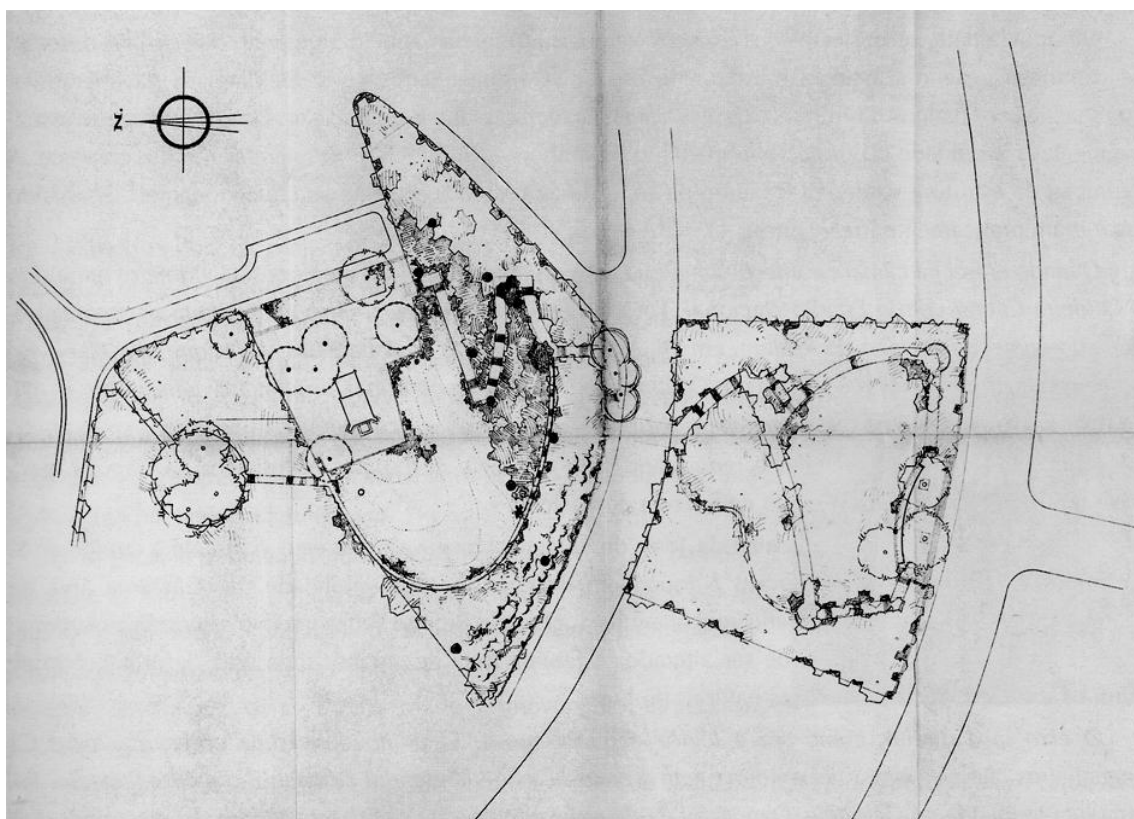


Fig. 2.2.3.4. Projecto de jardins envolventes à capela de São Jerónimo, Gonçalo Ribeiro Telles, 1956⁷⁵⁴

Como vimos no capítulo anterior, a Norte da Rua de Alcolena implanta-se a Capela de São Jerónimo que serviu de elemento central às duas fases de urbanização desenvolvidas por Faria da Costa, ou seja, tanto no que diz respeito ao elaborado em

⁷⁵² Acompanhado dos paisagistas Francisco Caldeira Cabral e de Manuel Azevedo Coutinho, Gonçalo Ribeiro Telles, esteve presente em diversos congressos da I.F.L.A.

⁷⁵³ Ver Rosário Salema, “A Ermida de São Jerónimo: Ver e Ocultar”, In Joaquim Oliveira Caetano (Coord.), *A Utopia e os pés na Terra. Gonçalo Ribeiro Teles*, Museu de Évora, CML e Museu Municipal de Coruche, 2003, pp. 183.

⁷⁵⁴ In Rosário Salema, “A Ermida de São Jerónimo: Ver e Ocultar”, In Joaquim Oliveira Caetano (Coord.), *A Utopia e os pés na Terra. Gonçalo Ribeiro Teles*, Museu de Évora, CML e Museu Municipal de Coruche, 2003, pp. 185.

cerca de 1938, onde demarca um eixo com a Torre de Belém, como no projectado em 1953, onde há uma tentativa de quebrar com esse mesmo eixo. Com a ida de Ribeiro Telles para o GEU poder-se-á dizer que o projecto de paisagismo para a zona envolvente à capela de São Jerónimo (1956) vem reforçar a intenção de Faria da Costa de 1953. Como relatou Ribeiro Telles, com o projecto de reavaliação da zona procurou-se interromper o eixo definido pela avenida da Torre de Belém com a criação de uma *plataforma miradouro que se comporta como um adro*⁷⁵⁵, promovendo uma área de projecção à ermida, ficando esta *desafogadamente voltada para o rio e enquadrada a norte por maciços de vegetação perenifólia*⁷⁵⁶.

*O eixo ia a direito, como era lógica naquela época. O ponto de partida era muito mau! Os engenheiros não estavam a ver a colina nem a encosta, não viam nada! Eu destruí o prolongamento. Foi uma luta tremenda no Gabinete. Depois fui rapidamente para os Espaços Verdes. Eu estava nos dois sítios ao mesmo tempo. Estava requisitado pelo Gabinete, mas não perdia de olho o que se passava na repartição, porque não há nada como ocupar o território. Foi uma grande vitória ter convencido os serviços a anular o eixo viário até lá acima*⁷⁵⁷.

Com esta investigação temos conhecimento das diversas fases de urbanização a que este bairro esteve sujeito até à altura em que Ribeiro Telles vem a intervir no Restelo, deste modo, podemos afirmar que não foi este arquitecto-paisagista que, como o próprio afirmou “destruiu o prolongamento” da Avenida da Torre de Belém mas o arquitecto-urbanista João Guilherme Faria da Costa que, como dissemos anteriormente, anulou o prolongamento desse eixo em 1953 e tratou o espaço público envolvente à capela de São Jerónimo, muito embora nada disto tenha chegado a ser edificado porque o seu projecto foi abandonado e substituído.

⁷⁵⁵ Ver Rosário Salema, op. cit., pp. 186.

⁷⁵⁶ Idem.

⁷⁵⁷ Idem.

2.3. A construção em altura no Restelo

2.3.1. Os prédios



*Contam-se por milhares os anúncios publicados nos jornais de Lisboa relativos a negócios de terrenos, ou de prédios de rendimento. Mas este, que recortei do Diário de Notícias de 14 de Outubro de 1960, parece-me uma obra-prima do género: 'Construtor precisa sócio que disponha de importância não inferior a 1000 contos para compra de terrenos, grande lucros e rápidos. Agradece resposta quem for muito correcto e possua verdadeiro temor de Deus. Resposta ao Rossio, 11, ao n.º 1978'*⁷⁵⁸.

Keil do Amaral, 1969

Se foram os projectos de moradias unifamiliares que marcaram o crescimento do bairro do Restelo durante as décadas de 40 e 50 do século XX, em meados da década de 60, com a construção do edifício do **Ministério do Ultramar**⁷⁵⁹ (1960-1962) segundo projecto do arquitecto **João António de Aguiar** (1906-1974), dá-se início à construção em altura do bairro do Restelo (Fig. 2.3.1.1.) e, mais uma vez, à significativa alteração da paisagem local que de rural passou a urbana, ou melhor, a urbanizada porque, como testemunhou a Junta de Freguesia de São Francisco Xavier, ali *os primeiros moradores instalaram-se praticamente sem estruturas básicas*⁷⁶⁰ (Figs. 2.3.1.2. e 2.3.1.3.).

⁷⁵⁸ Ver Francisco Keil do Amaral, *Lisboa, Uma Cidade em Transformação*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1969, pp. 65.

⁷⁵⁹ Actual Estado Maior General das Forças Armadas. Por se tratar de um edifício público, foi isento de licenciamento na Câmara Municipal de Lisboa, impossibilitando-nos a consulta do seu projecto.

⁷⁶⁰ Ver Mariana de Castro Henriques, *Freguesia de São Francisco Xavier. Um testemunho no seu cinquentenário, 1959-2009*, Lisboa, By The Book, 2009, pp. 70.



Fig. 2.3.1.1. Vista da célula C, pub. 2006⁷⁶¹



Fig. 2.3.1.2. Vista dos terrenos onde foi aberta a Avenida Ilha da Madeira vendo-se o Estádio do Restelo à esquerda, Anos 60⁷⁶²

Fig. 2.3.1.3. Construção de infraestruturas na Av. Ilha da Madeira, Anos 70⁷⁶³

⁷⁶¹ Ver Manuel Salgado (Coord.), Nuno Lourenço, *Atlas Urbanístico de Lisboa*, Lisboa, Argumentum, 2006, pp. 172.

⁷⁶² In Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Fotográfico, Prova: A32652, Autoria: Armando Serôdio.

⁷⁶³ In Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Fotográfico Lisboa, Prova: A72138, Autoria: Armando Serôdio.

Na investigação de mestrado que Ricardo Agarez desenvolveu, é chamada a atenção para as necessidades em torno da habitação dos anos 50 do século XX, mostrando, através de referências expressas na revista *Arquitectura*⁷⁶⁴, que *a família média portuguesa já começa a estar cansada das '12 divisões' por inquilino; e o apartamento corresponderia, até entre nós, a uma fase definida da vida comum [...] o casal sem filhos ou com um filho, o homem ou a mulher solteiros ou independentes, estão condenados à casa dos parentes, ao quarto de hotel ou pensão, ou a um andar inutilmente difícil de habitar por demasiado grande*⁷⁶⁵. Mas o que representaria uma família média naquela altura? Provavelmente, na cidade, um casal com dois ou três filhos. Como veremos ao longo deste subcapítulo, apesar de tais carências não corresponderem efectivamente ao que foi projectado (a partir dos anos 60) por diversos arquitectos no bairro do Restelo, as necessidades da classe média foram esclarecidamente resumidas por um técnico da Direcção Geral dos Serviços de Urbanização em 1952, embora uma década depois, em Lisboa, a arquitectura já se estava a afastar deste modelo conservador.

*Na cidade, o português gosta de ter um vestíbulo, de modo a que quem entra não consiga ver o interior da sua casa. A cozinha é grande, de modo a que a família do trabalhador possa tomar aí as suas refeições, ou que os criados da família mais abastados nela comam [...]: O quarto de banho é uma necessidade e é uma exigência que, quando a família tem criados, estes tenham o seu próprio quarto e banho. O número de quartos de cama deve ser função do agregado familiar; assim, para um casal de tenha filhos e filhas, o número mínimo deve ser dois, além do quarto de casal, tendo em vista a necessária separação dos sexos. O português de classe média aprecia ter, além do pequeno salão e da sala de jantar, uma saleta onde trabalha e atende aqueles que o venham a visitar*⁷⁶⁶.

⁷⁶⁴ Ver *Arquitectura*, N° 28, Janeiro 1949.

⁷⁶⁵ Ver Ricardo Agarez, *O Moderno Revisitado. Habitação Multifamiliar em Lisboa nos Anos de 1950*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2009, pp. 102.

⁷⁶⁶ Ver V. de Almeida Garrett, "The Housing Problem at Portugal", In Marquês da Costa (dir.), *Álbum do XXI Congresso da Federação Internacional de Habitação e Urbanismo Lisboa 21-27 Setembro 1952*, s.l. Sociedade Astória, s.d., citado por Ricardo Agarez, op.cit., pp. 106.

Como tivemos oportunidade de referir no capítulo anterior, as necessidades inerentes ao prédio de rendimento edificado na cidade de Lisboa, foram expressas no 67º número da revista *Arquitectura*⁷⁶⁷, somente dedicado a este assunto e onde foram apresentados alguns exemplos considerados de excelência para a época⁷⁶⁸ mas nenhum edificado no bairro do Restelo. Repare-se que anos antes, em 1952, a propósito da data comemorativa do aniversário da revista *A Arquitectura Portuguesa*, os arquitectos Victor Palla e Bento d'Almeida haviam organizado um número dedicado ao tema da *Habitação*, mas o facto de este não apresentar quaisquer projectos de edifícios de habitação, somente de moradias unifamiliares⁷⁶⁹, conforme foi justificado no respectivo prefácio, *não precisa de explicações prévias senão esta, muito importante: não é uma atitude voluntária o facto de uma revista que na capa diz pomposamente 'Habitação' só publicar moradias individuais. O critério de quem a organizou seria precisamente o contrário; oxalá por cada destas moradias houvesse um bloco habitacional colectivo. Mas o caso é sintomático, mesmo sem comentário. Quem quiser comentários pode fazê-los em forma de pergunta: Quantos blocos de habitação há em Portugal com o interesse e o nível arquitectónico de moradias como as reunidas neste número?*⁷⁷⁰ Margarida Acciaiuoli também realçara tal facto no prefácio da publicação intitulada *O Moderno Revisitado* da autoria de Ricardo Agarez, onde destaca que, em 1959, *houve uma posição de monta sobre o assunto: os júris de atribuição do Prémio Municipal de Arquitectura e do Prémio Valmor, nas suas dificuldades de premiação, responsabilizavam o Município pela fraca arquitectura da cidade, pondo em causa os benefícios dados aos promotores privados na construção de casas de renda limitada*⁷⁷¹. Apesar de alguns dos projectos que seleccionámos para apresentar serem merecedores de

⁷⁶⁷ Ver “Prédios de rendimento em Lisboa”, *Arquitectura*, Lisboa, Nº 67, Abril 1960, pp. 16.

⁷⁶⁸ Nomeadamente: “Prédio na Rua Marcos Portugal” (Francisco Conceição Silva), “Prédio na Rua Conde Redondo” (João Braúla Reis e Justino Morais), “Prédio na Rua de São Bernardo” e “Prédio na avenida Visconde Valmor” (Victor Palla e Bento d'Almeida) e “Prédio na Avenida Elias Garcia” (Pires Martins). Ver *Arquitectura*, Lisboa, Nº 67, Abril 1960.

⁷⁶⁹ Nomeadamente da autoria de Viana de Lima, Gomes da Costa, Fernando Távora e Rui Pimentel, Eduardo Matos e Maurício de Vasconcelos.

⁷⁷⁰ Ver Victor Palla e Bento d'Almeida, *A Arquitectura Portuguesa*, Lisboa, Nº 3-4, Abril 1953, pp. 4.

⁷⁷¹ Ver Margarida Acciaiuoli, “Prefácio”, In Ricardo Agarez, op. cit., pp. 8.

destaque pela sua qualidade arquitectónica, como veremos de seguida, durante toda a década de 60 do século XX, o júri entendeu que nenhum seria digno de premiação.

Como tivemos oportunidade de ver anteriormente, em 1962 a equipa do arquitecto **Ruy António da Silveira Borges** (1916-1978) foi responsável pelo estudo do conjunto arquitectónico e arranjo urbanístico do pormenor do terreno junto à Rua C.G. (actual Avenida Ilha da Madeira), ou seja, do quarteirão onde se situa o Ministério do Ultramar, compreendido pelas **Ruas Capitão-Mor Pedro Teixeira, Diogo Afonso, João de Paiva e Tristão Vaz** (Volume II Anexo 1.). Para aquela área, Silveira Borges, funcionário da Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização e Obras da Câmara Municipal de Lisboa (1945-1976), assinou cinco projectos de blocos de habitação isolados e Modernos⁷⁷² (A, C, D, E, F), cuja construção ficou a cargo, na sua maioria, de construtores civis ou empresas de construção⁷⁷³. Cada bloco é uma banda de três edifícios (21,00 metros de comprimento e 14,00 metros de profundidade) com seis andares. Tal número de pisos provém, não só do planeamento urbano previsto para aquela área mas também das condicionantes definidas pelo REGEU que, desde 1951, permitia (no artigo 59º) que a altura de qualquer edificação fosse *fixada de forma que em todos os planos verticais perpendiculares à fachada nenhum dos seus elementos, com excepção de chaminés e acessórios decorativos, ultrapasse o limite definido pela linha recta de 45º, traçada em cada um desses planos a partir do alinhamento da edificação fronteira, definido pela intersecção do seu plano com o piso térreo exterior*⁷⁷⁴. Na verdade, são geralmente problemas relacionados com a cêrcea do

⁷⁷² Rua Capitão-Mor Pedro Teixeira Nº 1 (Obra Nº 51208), 3 (Obra Nº 51204) e 5 (Obra Nº 51275); Rua Diogo Afonso Nº 1 (Obra Nº 53034), 3 (Obra Nº 53093) e 5 (Obra Nº 53088); Rua Diogo Afonso Nº 2 (Obra Nº 52836), 4 (Obra Nº 52835) e 6 (Obra Nº 52553); Rua João de Paiva Nº 1 (Obra Nº 51236), 3 (Obra Nº 51041) e 5 (Obra Nº 52084); Rua Tristão Vaz Nº 13 (Obra Nº 57175), 15 (Obra Nº 52953) e 17 (Obra Nº 53035).

⁷⁷³ Apenas o prédio a construir pela Sociedade Nacional de Habitações Económicas, S.C.A.R.L., na Rua Tristão Vaz, Lote Nº 1.181 [actual Rua Tristão Vaz Nº 13], em Lisboa, em regime de propriedade horizontal, ao abrigo do Decreto-Lei Mº 40 333, de 14 de Outubro de 1955, destina-se à alienação aos seus associados, nos termos do regulamentares e nos deste Plano ainda de acordo com as condições impostas pela Câmara Municipal de Lisboa, publicadas no 'Diário Municipal' nº 9.083, de 15 de Junho de 1965. Ver AAVV, Plano para a atribuição de direitos no prédio designado por lote no 1.181 na Rua Tristão Vaz, Encosta do Restelo, em Lisboa, Lisboa, Sociedade Nacional de Habitações Económicas, 1966, pp. 3.

⁷⁷⁴ Ver AAVV, Regulamento Geral das Edificações Urbanas, Porto, Porto Editora, 1997, pp. 31.

edifício que levam os arquitectos a “batalhar” tanto tempo num mesmo projecto. Victor Palla chegou mesmo a “desabafar” sobre o assunto na revista *Arquitectura* onde refere que *as queixas contra os meses que o projecto demora na Câmara, a construção pelo próprio, as graduais alterações ao projecto que vão conquistando espaço – vertical e horizontalmente – tudo são movimentos deste xadrez cujas regras nem por apenas consuetudinárias são menos nítidas, e que criou uma terminologia especial que começa pelos ‘quantos metros quadrados de frente?’ e acaba na ‘ocupação do logradouro’ passando pelo ‘conseguir mais um andar’. É um bizarro mundo que nada tem a ver com a arquitectura*⁷⁷⁵.

A implantação desnivelada em relação à cota da rua e a parcial elevação sobre pilares – no seguimento dos princípios do Movimento Moderno de influência corbusiana – permitiu afastar os apartamentos do solo e criar uma galeria coberta onde se localizam as entradas (com arrecadação destinada a carrinhos de bebés) e as lojas que ocupam parte do rés-do-chão (Figs. 2.3.1.4. e 2.3.1.5.). Como escreveu o arquitecto na memória descritiva do projecto, este espaço foi pensado para os *habitantes do prédio e em especial às crianças que ficarão a dispor de recintos quase privados, devidamente arranjados e apetrechados com elementos de recreio e repouso*⁷⁷⁶.

⁷⁷⁵ Ver Victor Palla, “Prédio na Rua de São Bernardo”, *Arquitectura*, Lisboa, Nº 67, Abril 1960, pp. 32.

⁷⁷⁶ Ver Ruy António da Silveira Borges, In Memória Descritiva, 5/3/1965, In Processo Nº 50418/1965, Folha 18, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio.

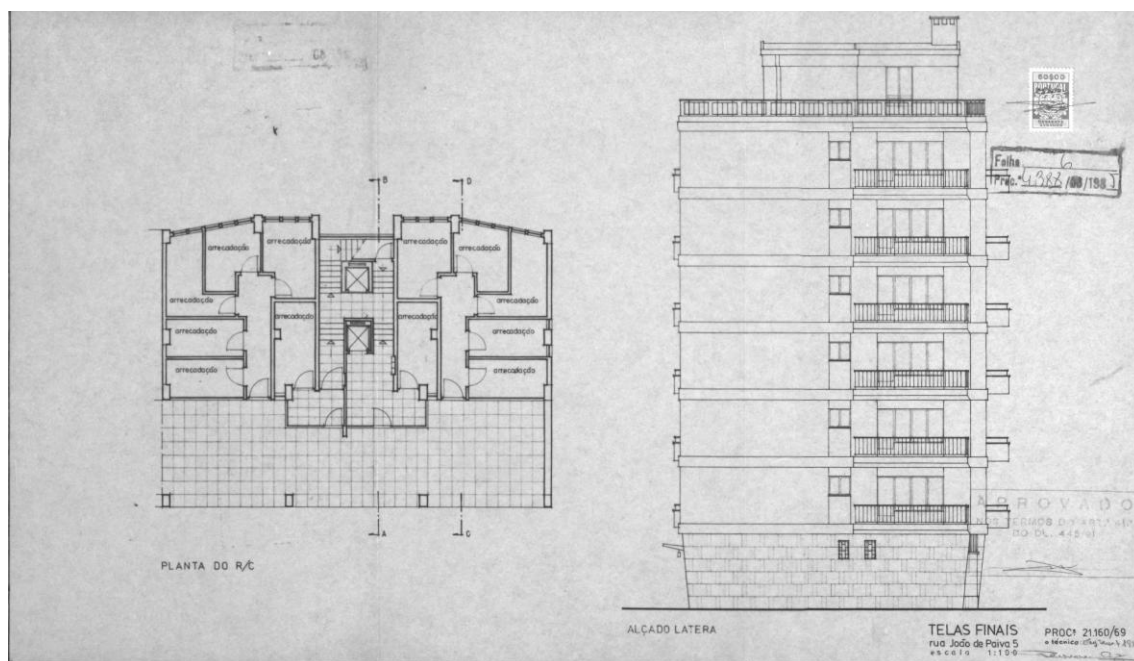


Fig. 2.3.1.4. Planta do rés-do-chão e alçado lateral do bloco de habitação localizado na Rua João de Paiva Nº 5, Ruy António da Silveira Borges, 1965-1966⁷⁷⁷



Fig. 2.3.1.5. Pormenores de um dos edifícios da banda que forma o bloco de habitação localizado na Rua Tristão Vaz Nº 13-17, 2011⁷⁷⁸

A distribuição dos dois fogos por andar é feita em esquerdo/direito e simetricamente em torno do núcleo de acessos verticais (Fig. 2.3.1.6.). Apesar da implantação destes edifícios (três em banda, formando bloco) ser paralela em relação às vias de acesso – algumas destas secundárias e a formarem impasses –, ambas as frentes

⁷⁷⁷ In Obra Nº 52084, Processo 4388-DMPGU-OB-1985, Folha 6, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio.

⁷⁷⁸ In Arquivo e fotografia da autoria de Patrícia Bento d’Almeida.

(frente das salas e quartos e frente da cozinha e quarto da criada) adquirem a mesma importância pela qualidade do seu tratamento, nomeadamente pelo destaque da malha estrutural parcialmente à vista marcando cada piso e que é preenchida por envidraçados e planos cegos onde foram integrados azulejos de padrão que colocam em evidência as zonas onde se localizam as entradas principais de cada edifício (frente principal), bem como lâminas de betão armado que protegem a zona de tratamento de roupas (frente secundária) e que, no seu conjunto, estabelecem uma ligação com o paralelepípedo geral (Figs. 2.3.1.8. a 2.3.1.11.). No último piso, recuado, encontra-se um fogo menor, o da porteira, bem como a casa das máquinas, a zona de tratamento de roupas e ainda uma zona coberta que abriga o utilizador deste grande terraço/solário que ocupa toda a cobertura e que, desta forma, se torna visitável, usufruindo de largas vistas panorâmicas sobre o rio Tejo, dada a cota elevada onde se implantam os blocos (Fig. 2.3.1.7.). Responsável pelo projecto do edifício localizado na **Rua Tristão Vaz Nº 5** o arquitecto **Luís de Castro Gentil Soares Branco** (1919-1997) – *apelidado pelos colegas de “arquitecto-engenheiro”*⁷⁷⁹ –, chegou a afirmar na respectiva memória descritiva que, *tendo conhecimento que os serviços camarários veriam com agrado que as coberturas dos prédios fossem em terraço acessível dado a grande visibilidade do local e o isolamento dos blocos, foi acordado entre os técnicos encarregados da elaboração dos projectos em causa*⁷⁸⁰. Mas relativamente ao facto de se ter contemplado (e aprovado) a existência da casa da porteira no último piso, Ricardo Agarez esclarece-nos que *em 1956 o presidente da Câmara emite um despacho autorizando a D.S.S.E.U. a apreciar desfavoravelmente os projectos que previssessem a localização da habitação do porteiro em recuado, na cobertura, situação frequente tornada possível pela ambiguidade do art. 2º do regulamento [(RGEU)] – a localização ‘o mais próximo possível da porta principal’ – e aproveitada para ocupar a cave e o r/c, por inteiro, com comércio*⁷⁸¹. Em

⁷⁷⁹ Ver Ricardo Agarez, *O Moderno Revisitado. Habitação Multifamiliar em Lisboa nos Anos de 1950*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2009, pp. 298.

⁷⁸⁰ Luís de C. G. Soares Branco, In Memória Descritiva, 1962, Obra Nº 38532, Processo Nº 3674/1962, Folha 9, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio.

⁷⁸¹ Ver Ricardo Agarez, *Arquitectura de Habitação Multifamiliar. Lisboa anos 1950*, Lisboa, Dissertação de Mestrado em História da Arte Contemporânea apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2003, vol. 1, pp. 73-74.

1961 foi feita uma correcção, considerando que o art. 1º abria caminho a que edifícios com seis inquilinos e sem ascensor fossem obrigados a ter habitação para porteiro, que era obtida normalmente à custa da redução das habitações arrendáveis, um despacho da presidência esclareceu que, quando tal não pudesse ser feito sem prejuízo das disposições e composições mínimas daquelas habitações, a habitação para porteiro não devia ser exigida. Em 1962 a localização da habitação é novamente revista, sendo a redacção do art. 2º alterada (...) pretendia-se evitar que a casa estivesse em contacto com a entrada principal, o que originava uma zona ‘insalubre sob vários aspectos’, e que o porteiro saísse directamente de casa para o local de trabalho⁷⁸².

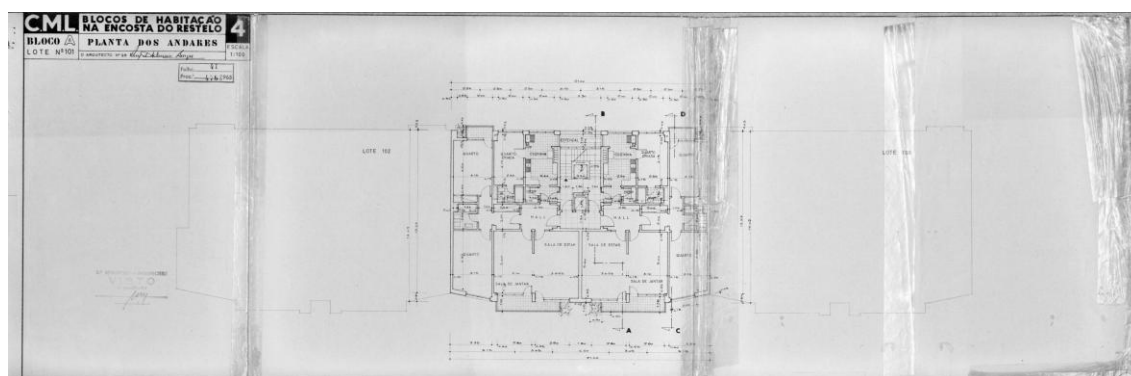


Fig. 2.3.1.6. Planta dos andares do bloco de habitação localizado na Rua Capitão-Mor Pedro Teixeira Nº 3, Ruy António da Silveira Borges, 1965-1966⁷⁸³

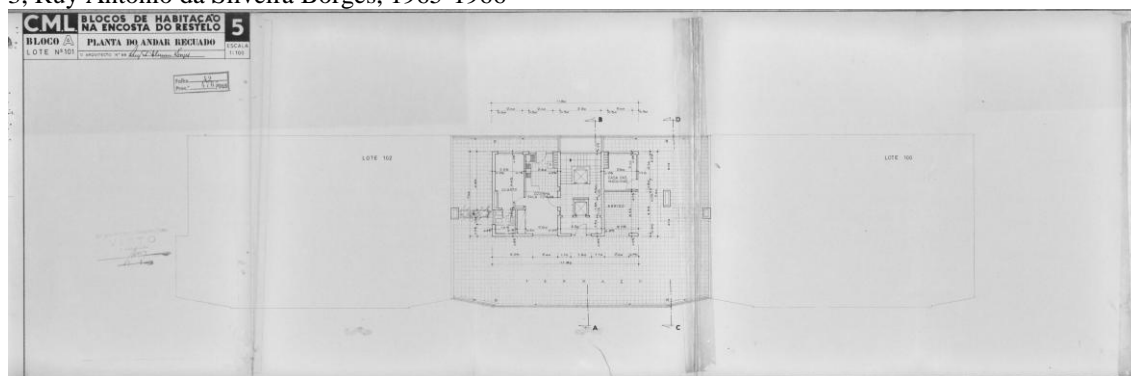


Fig. 2.3.1.7. Planta do andar recuado do bloco de habitação localizado na Rua Capitão-Mor Pedro Teixeira Nº 3, Ruy António da Silveira Borges, 1965-1966⁷⁸⁴

⁷⁸² Idem.

⁷⁸³ In Obra Nº 51204, Processo 4768-DAG/PG-1965, Folha 41, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio.

⁷⁸⁴ In Obra Nº 51204, Processo 4768-DAG/PG-1965, Folha 42, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio.

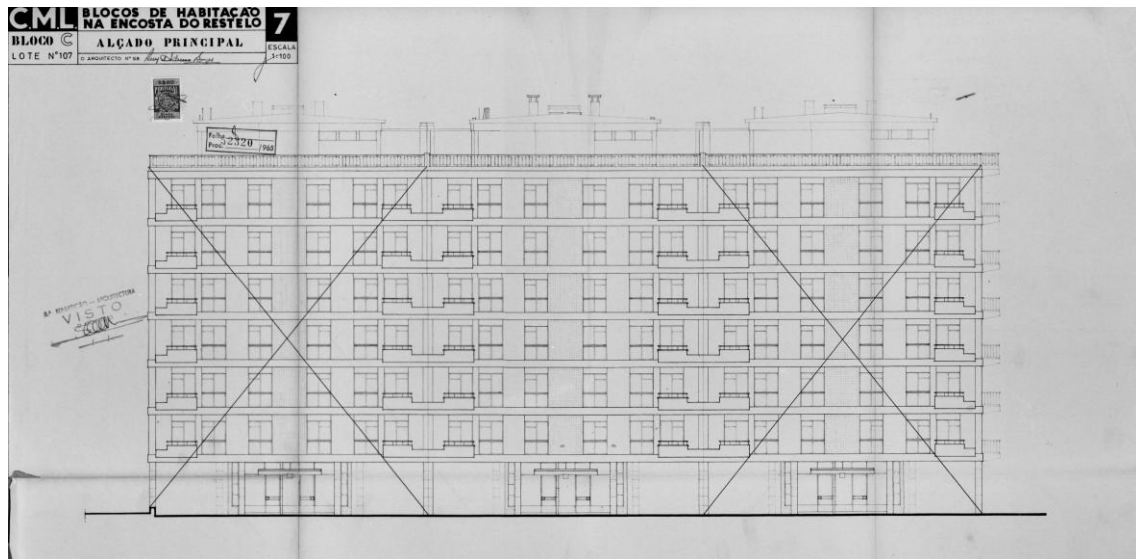


Fig. 2.3.1.8. Alçado principal do bloco de habitação localizado na Rua João de Paiva Nº 3, Ruy António da Silveira Borges, 1965⁷⁸⁵

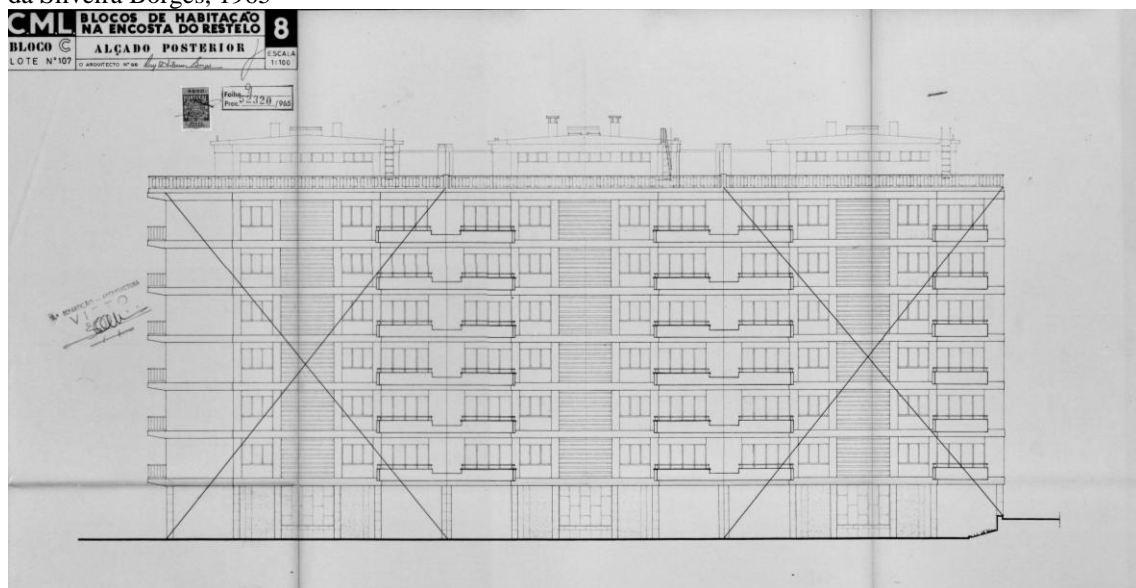


Fig. 2.3.1.9. Alçado posterior do bloco de habitação localizado na Rua João de Paiva Nº 3, Ruy António da Silveira Borges, 1965⁷⁸⁶

⁷⁸⁵ In Obra Nº 51041, Processo 52320-DAG-PG-1965, Folha 8, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio.

⁷⁸⁶ Ver Obra Nº 51041, Processo 52320-DAG-PG-1965, Folha 9, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio.



Fig. 2.3.1.10. Frente principal do bloco de habitação localizado na Rua Tristão Vaz Nº 13-17, 2011⁷⁸⁷

Fig. 2.3.1.11. Frente secundária do bloco de habitação localizado na Rua Tristão Vaz Nº 13-17, 2011⁷⁸⁸

Como referimos no capítulo anterior, ao arquitecto **João Manuel Alves de Sousa** (n. 1925) a Câmara Municipal de Lisboa entregou um plano urbano de pormenor – *Urbanização do Restelo - Célula C* – e os projectos de alguns dos seus edifícios, nomeadamente dos localizados na Rua Conselheiro Martins de Carvalho (antigo arruamento projectado à Calçada do Galvão), destinados *a alienar simultaneamente com os lotes de terreno municipal a que se referem e na concessão das respectivas licenças*⁷⁸⁹ (Figs. 2.3.1.12.). Como referido na memória descritiva do projecto, no que se refere à *localização e implantação foram seguidas as sugestões do estudo do anteprojecto apresentado e as recomendações que sobre o mesmo exararam os Serviços Técnicos da Câmara Municipal de Lisboa*⁷⁹⁰. Uma vez que *os terrenos estão situados fora do âmbito do que urbanisticamente foi gizado para arranjo em torno do Palácio Nacional da Ajuda*⁷⁹¹, cada bloco é constituído por três prédios com seis pisos, *não afectando por isso as perspectivas deste Palácio, pois que as alturas previstas para*

⁷⁸⁷ In Arquivo e fotografia da autoria de Patrícia Bento d’Almeida.

⁷⁸⁸ Idem.

⁷⁸⁹ Ver *Diário Municipal* Nº 6299, “Normas a observar na apresentação, apreciação e entrega de projectos, a alienar simultaneamente com os lotes de terreno municipal a que se referem e na concessão das respectivas licenças”, 9/11/1966, Obra Nº 57058, Processo Nº 50182/1966, Folha 1, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio.

⁷⁹⁰ Ver João M. Alves de Sousa, Lisboa, 14/3/1966, Obra Nº 57001, Processo Nº 50178/1966, Folha 18, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio.

⁷⁹¹ Ver Director-Geral da Direcção-Geral do Ensino Superior de Belas Artes do Ministério da Educação Nacional, 23/5/1963, Obra Nº 57006, Processo Nº 8038/1968, Folha 63, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio.

*estes blocos são razoáveis*⁷⁹². Apesar de apresentarem características idênticas, as *condições especiais de alienação* definiam que os proprietários responsáveis pela construção de cada um destes edifícios: *1) deverão ser presente à apreciação da Câmara pormenores de portas, janelas, e bem assim dos elementos arquitectónicos das fachadas principais. Estes pormenores na escala 1:20, indicarão os materiais a empregar e serão devidamente cotados; 2) Na memória descritiva deverão indicar-se os materiais e acabamento, tais como, azulejos, mosaicos e qualidade dos sanitários*⁷⁹³. As eventuais alterações que surgissem não poderiam alterar o *partido arquitectónico e esquema funcional de acessos*⁷⁹⁴, devidamente aprovados a seu tempo (Figs. 2.3.1.13. a 2.3.1.15.).



Fig. 2.3.1.12. Fotografias dos blocos de habitação localizados na Rua Conselheiro Martins de Carvalho, 2012⁷⁹⁵

⁷⁹² Idem.

⁷⁹³ Ver *Diário Municipal*, Nº 8089, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 9/3/1962, pp. 14.

⁷⁹⁴ Ver João M. Alves de Sousa, Lisboa, 16/2/1967, Obra Nº 57006, Processo Nº 8038/1967, Folha 2, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio.

⁷⁹⁵ In Arquivo e Fotografia da autoria de Patrícia Bento d'Almeida.

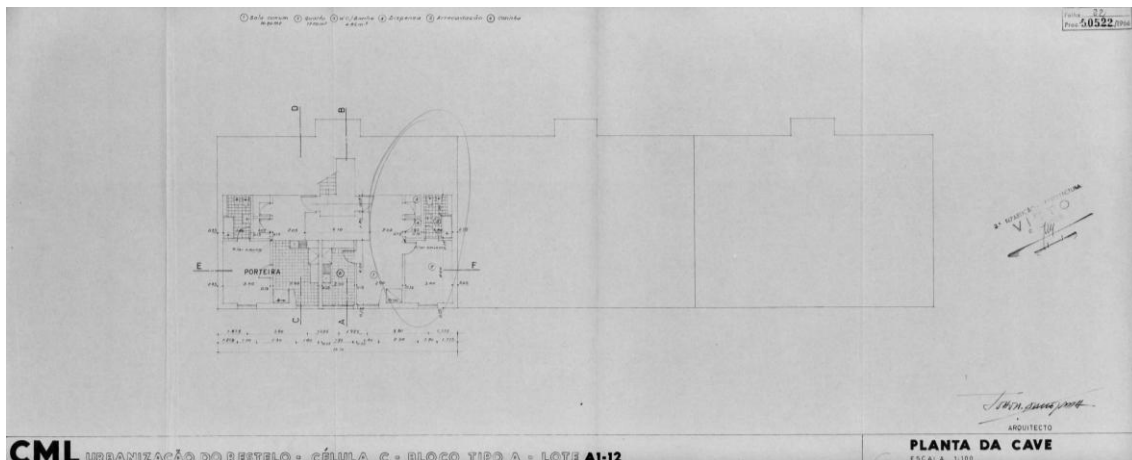


Fig. 2.3.1.13. Planta da cave do bloco de habitação localizado na Rua Conselheiro Martins de Carvalho Nº 5, João Manuel Alves de Sousa, 1966-1968⁷⁹⁶

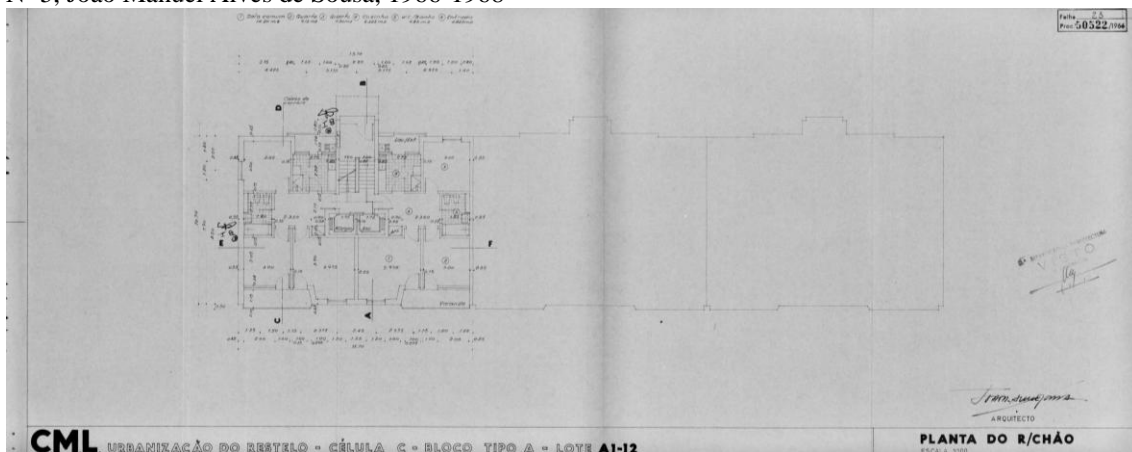


Fig. 2.3.1.14. Planta do rés-do-chão do bloco de habitação localizado na Rua Conselheiro Martins de Carvalho Nº 5, João Manuel Alves de Sousa, 1966-1968⁷⁹⁷

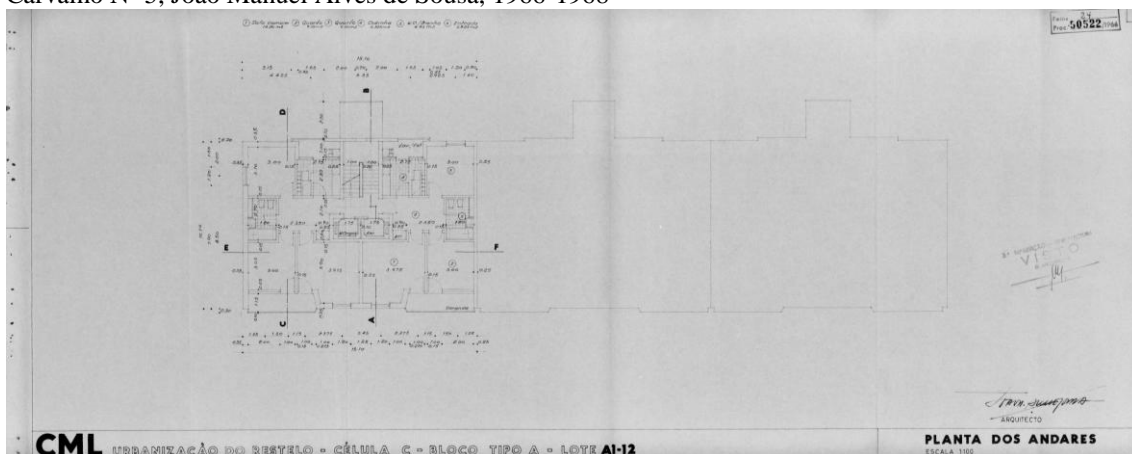


Fig. 2.3.1.15. Planta dos andares do bloco de habitação localizado na Rua Conselheiro Martins de Carvalho Nº 5, João Manuel Alves de Sousa, 1966-1968⁷⁹⁸

⁷⁹⁶ In Obra Nº 57008, Processo 50522/1966, Folha 22, Arquivo Municipal de Lisboa– Núcleo Intermédio.

⁷⁹⁷ In Obra Nº 57008, Processo 50522/1966, Folha 23, Arquivo Municipal de Lisboa– Núcleo Intermédio.

Fazendo parte deste plano de pormenor, **Ruy António da Silveira Borges** foi ainda responsável pelos projectos dos edifícios de habitação localizados na **Calçada do Galvão Nº 187-195** (Fig. 2.3.1.16.). Como se trata *de um bloco de habitação para guardas da Polícia de Segurança Pública que os respectivos Serviços Sociais pretendem levar a efeito com a comparticipação do Estado, num terreno cedido pela Câmara Municipal de Lisboa*⁷⁹⁹, o seu projecto (assinado por Silveira Borges), foi elaborado pelo Gabinete de Estudos da Habitação da Direcção Geral dos Serviços de Urbanização, em regime de assistência técnica, tendo sido o programa e o projecto tipo escolhidos pela entidade⁸⁰⁰. O interesse na apresentação deste projecto incide sobre o facto de, depois de *aprovado por despacho ministerial*⁸⁰¹, ter-se verificado que este voltou a ser *empregado em alguns dos principais centros urbanos do país, nomeadamente em Lisboa, nos bairros da G.N.R. do Alto do Pina e da P.S.P. na Quinta do Grilo, tendo porém, ultimamente, sofrido ligeiras alterações que no decorrer das realizações anteriores se consideraram convenientes introduzir*⁸⁰².



Fig. 2.3.1.16. Fotografia actual do conjunto de blocos de habitação localizados na Calçada do Galvão Nº 187-195, 2012⁸⁰³

⁷⁹⁸ In Obra Nº 57008, Processo 50522/1966, Folha 24, Arquivo Municipal de Lisboa– Núcleo Intermédio.

⁷⁹⁹ Ver Ruy António da Silveira Borges, In Memória Descritiva, 4/6/1966, Obra Nº 57429, Processo Nº 33458/1966, Folha 9, Arquivo Intermédio da Câmara Municipal de Lisboa.

⁸⁰⁰ Idem.

⁸⁰¹ Idem.

⁸⁰² Idem.

⁸⁰³ In Arquivo e Fotografia da autoria de Patrícia Bento d'Almeida.

Mas entre os que projectaram na célula C, o arquitecto **Vítor Manuel Jorge Consiglieri** (n. 1928) foi responsável por um número considerável de projectos de prédios de rendimento, tendo dado entrada na Câmara Municipal de Lisboa nove processos de obra (Volume II, Anexo 11.). Porém, desconhecesse se os arquitectos dos diversos projectos foram acompanhados pelos planos e coordenados com o intuito de ir ao encontro das suas intenções iniciais, como sucedera nos Olivais-Sul. Sabe-se todavia que, tal como nos lotes de terreno destinados à construção de moradias unifamiliares na encosta da Ajuda, a margem de liberdade que estes arquitectos usufruíram foi sempre condicionada pelas *condições especiais de alienação* publicadas no *Diário Municipal*. Assim, dado o panorama das construções envolventes, como realçou Vítor Consiglieri na memória descritiva do projecto do edifício localizado na **Avenida Ilha da Madeira Nº 38** (Fig. 2.3.1.17.), *o terreno onde se erguerá este prédio, encontra-se situado num conjunto de lotes, tendo a configuração dum L e sendo a sua posição, em relação aos outros edifícios, de destaque arquitectónico*⁸⁰⁴ (porque forma esquina com a Rua Rodrigues Cabrilho). Mas no caso dos edifícios construídos na **Avenida Ilha da Madeira Nº 28-32** (Fig. 2.3.1.18.), tal não deveria ser necessário uma vez este arquitecto foi também responsável pelos projectos dos três edifícios e, apesar de encomendados por diferentes promotores, seria possível que na leitura do seu todo formassem um conjunto, situação que não se verificou. Em contraposição, a título de exemplo, verificamos que os arquitectos **Joaquim Ferreira** (1911-1966) e **Luiz António de Gonzaga Bronze** (n. 1929), no projecto do edifício de habitação localizado na **Rua Gonçalves Zarco Nº 16**, afirmaram que o projecto *foi elaborado de acordo com as condições especiais de alienação insertas no Diário Municipal Nº 8089* [⁸⁰⁵], *de 9 de Março findo e em colaboração com os autores dos projectos dos lotes vizinhos*⁸⁰⁶ e

⁸⁰⁴ Ver Vítor Manuel Jorge Consiglieri, In Memória Descritiva, Lisboa, 1965, Obra Nº 57581, Processo Nº 40774/965, Folha 8, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio.

⁸⁰⁵ Acerca da *alienação de nove lotes de terreno municipal, situados na Rua GJ [(Rua Gonçalves Zarco)] da Encosta do Restelo destinados à construção de prédios de rendimento*, estes foram provenientes da Companhia Central de Urbanização e as áreas, compreendidas entre os 220 e 360m², tiveram como preço base de alienação 3000\$00/m², 3250\$00/m² e 3500\$00/m², Ver *Diário Municipal*, Nº 8089, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 9/3/1962, pp. 14-15.

⁸⁰⁶ Ver Joaquim Ferreira e Luiz António de Gonzaga Bronze, In Memória Descritiva, 20/4/1962, Obra Nº 38999, Processo Nº 22430/1962, Folha 2, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio.

também **Carlos da Silva Pinheiro** (n. 1914), responsável pelo projecto do edifício localizado na **Rua Tristão Vaz Nº 1/Rua Gonçalves Zarco Nº 20**, afirmou que *no aspecto plástico houve o cuidado de procurar solução que facilmente se integrasse em qualquer outro tipo de arquitectura tendo-se no entanto contactado com os arquitectos que estão estudando os lotes confinantes*⁸⁰⁷.

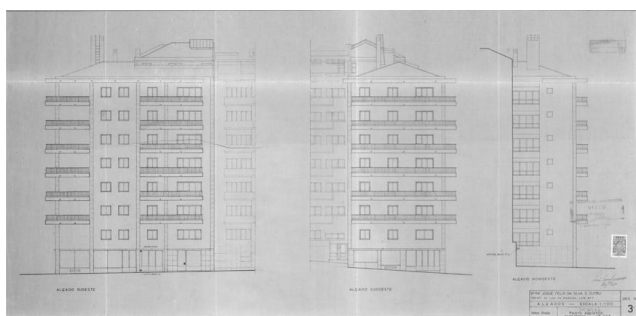


Fig. 2.3.1.17. Alçados do edifício de habitação localizado na Avenida Ilha da Madeira Nº 38, Vítor Manuel Jorge Consiglieri, 1965-1969⁸⁰⁸

Fig. 2.3.1.18. Fotografia actual dos edifícios de habitação localizados na Avenida Ilha da Madeira Nº 28-32, Vítor Manuel Jorge Consiglieri, 2012⁸⁰⁹

Destinados a renda livre ou à venda por andares, com cinco (a sete) pisos elevados, estes edifícios seguem tipos semelhantes, sendo que alguns contemplam ainda a existência de estabelecimentos comerciais ao nível do piso térreo. Na verdade, como salientou Fernando Gomes da Silva (n. 1932) no artigo crítico que publicou sobre o projecto do “Prédio na Avenida Visconde Valmor”, de forma a justificar o sistema de renda livre aplicado, os arquitectos e promotores do projecto, procuraram, na maior parte dos casos, apresentar edifícios com *um grande número de dependências, de construção aparentemente mais cuidada, acabamentos de qualidade aceitável e por vezes certo equipamento*⁸¹⁰. Assim, no que diz respeito ao proposto para o edifício localizado na **Avenida Ilha da Madeira Nº 32**, como enumerado na memória descritiva

⁸⁰⁷ Ver Carlos da Silva Pinheiro, In Memória Descritiva, 4/1/1962, Obra Nº 38505, Processo Nº 2190/1962, Folha 2, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio.

⁸⁰⁸ In Obra Nº 57581, Processo Nº 38968/968, Folha 10, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio.

⁸⁰⁹ In Arquivo e Fotografia da autoria de Patrícia Bento d’Almeida.

⁸¹⁰ Ver Fernando Gomes da Silva, “Prédio na Avenida Visconde Valmor”, *Arquitectura*, Lisboa, Nº 67, Abril 1960, pp. 36.

do projecto, o programa é constituído por *cave: destinada ao estabelecimento e arrecadações; Rés-do-Chão: compõe-se de dois inquilinos; constituído um deles por vestíbulo, sala comum, três quartos, casa de banho, cozinha, quarto de criada tendo anexa uma casa de banho, e o outro, com a mesma configuração, tendo simplesmente menos um quarto; Andares: em cada um dos andares desenvolvem-se dois inquilinos, constituídos por vestíbulo, sala comum, três quartos, casa de banho, cozinha, quarto da criada, tendo anexa uma casa de banho. Na cobertura do edifício situa-se a habitação da porteira, constituída por dois compartimentos, cozinha e casa de banho, e do outro lado da escada encontra-se o compartimento dos ascensores*⁸¹¹ (Fig. 2.3.1.19.).

Quanto aos casos em que se optou por contemplar apenas um apartamento por piso, por exemplo, o arquitecto **Fernando Silva** (1914-1983) responsável pelo projecto do edifício de habitação construído na **Rua Jorge Álvares Nº 4**, afirmou que *partindo de um programa proposto que corresponde à instalação em princípio, de um inquilino por piso, fez-se o estudo em planta para corresponder às necessidades de famílias relativamente numerosas*⁸¹² (Fig. 2.3.1.20.). Mas neste caso, relativamente à procura de uniformização da leitura das frentes de rua, o arquitecto defende que *tratando-se de um conjunto projectado por técnicos diferentes, subordinados a programas próprios, torna-se particularmente difícil e inconveniente pelos prejuízos resultantes da perda de tempo, concretizar a expressão plástica uniforme para todo o conjunto*⁸¹³, situação que, com vimos anteriormente, se tornou comum a tantos outros projectistas que vieram a intervir no bairro mas também e de um modo geral, a todos os projectistas que intervêm na cidade de Lisboa. Assim, *em cada fogo, articularam-se então as zonas, de estar e íntima e de serviço, com a elasticidade necessária para que qualquer delas possa ser ampliada ou reduzida, de acordo com a utilização que os futuros inquilinos pretendam*

⁸¹¹ Ver Vítor Manuel Jorge Consiglieri, In Memória Descritiva, Obra Nº 54936, Processo Nº 8238/966, Folha 8, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio.

⁸¹² Ver Fernando Silva, In Memória Descritiva, 9/1/1962, Obra Nº 39226, Processo Nº 2108/1962, Folha 2, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio.

⁸¹³ Idem.

*dar-lhe, pois em última análise, serão proprietários, atendendo a que este imóvel será proposto para a venda por andares*⁸¹⁴.

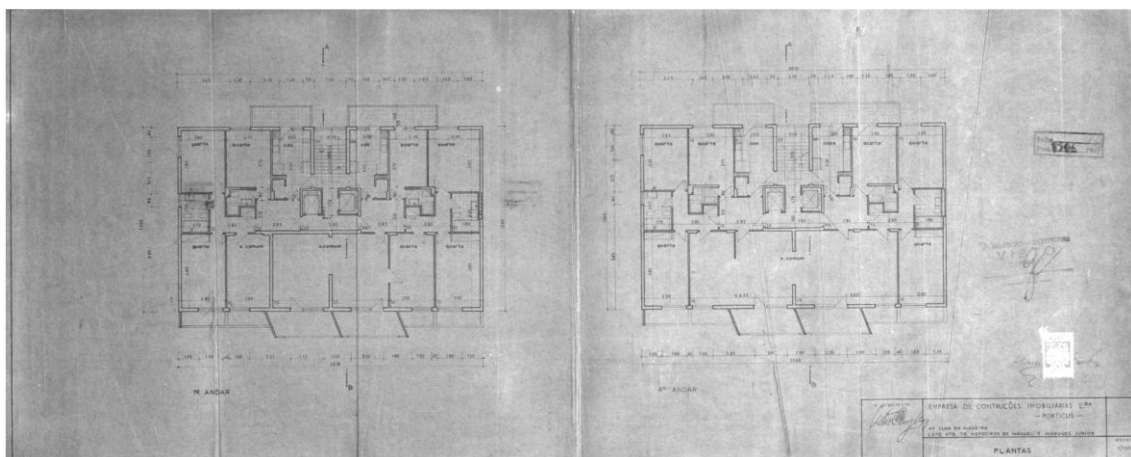


Fig. 2.3.1.19. Plantas do 1º e 4º piso do edifício de habitação localizado na Avenida Ilha da Madeira Nº 32, Vítor Manuel Jorge Consiglieri, 1966-1968⁸¹⁵

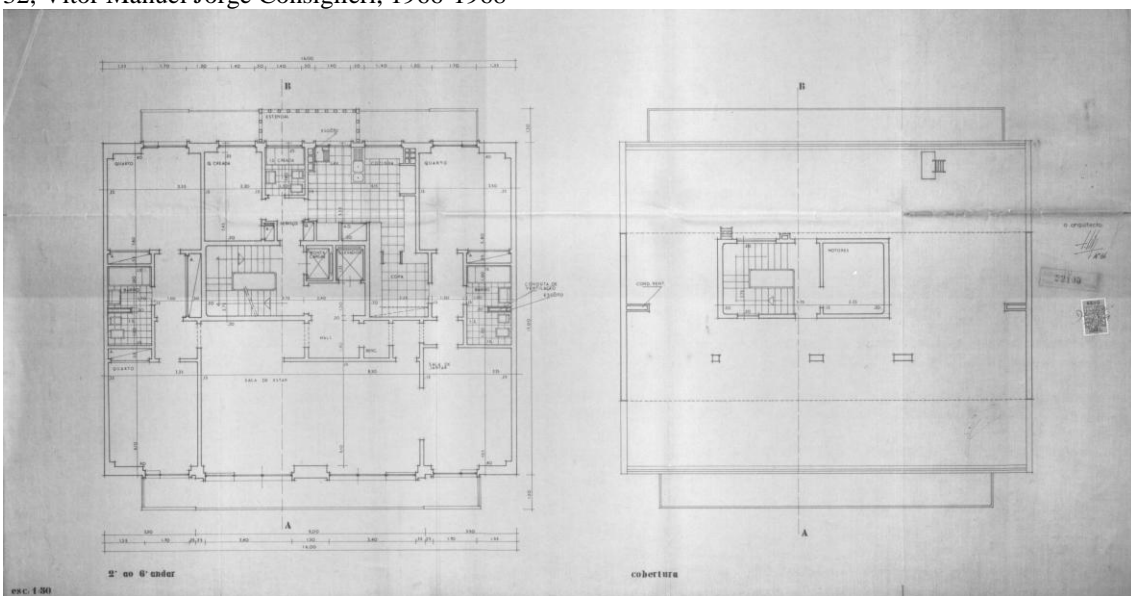


Fig. 2.3.1.20. Plantas do 2º ao 6º piso e da cobertura do edifício de habitação localizado na Rua Jorge Álvares Nº 4, Fernando Silva, 1962-1964⁸¹⁶

⁸¹⁴ Idem.

⁸¹⁵ In Obra Nº 54936, Processo Nº 7188/969, Folha 11, Arquivo Municipal de Lisboa–Núcleo Intermédio.

⁸¹⁶ In Obra Nº 39226, Processo Nº 32100/964, Folha 10, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio.

Encontramos ainda neste perímetro urbano alguns edifícios (construídos em lotes de terreno adquiridos em hasta pública) destinados a cooperativas de habitação, como é o caso do edifício localizado na **Rua Rodrigo Reinél Nº 7** (Fig. 2.3.1.21.) projectado por **Luís Fernando Prats** (1930-1984) para a **Cooperativa de Habitação dos Servidores do Estado com Formação Universitária**. Neste caso, como justifica o arquitecto, o edifício será *preenchido por sócios dessa Cooperativa em regime de propriedade horizontal e nas condições estabelecidas pelos seus Estatutos. A finalidade que levou à criação da referida Cooperativa foi a de, por seu intermédio, conseguir habitações dignas, bem construídas, embora em condições económicas, à medida, sempre que possível, das necessidades habitacionais dos seus sócios*⁸¹⁷. Mas para que isso pudesse acontecer na realidade, *consultou-se, por intermédio de um inquérito e circulares, ficando assim a conhecer não só as zonas da cidade de maior interesse mas também os seus programas de necessidades que se empenha a procurar cumprir. Por esses inquéritos se verificou a necessidade de habitações com um certo desenvolvimento, isto é, próprias para uma família média normal, cujo desafogo essencial cada vez é mais difícil de encontrar nas construções que hoje em dia se fazem com programas e dimensões de compartimentos incomportáveis para a grande maioria dos casos, ou, quando estão ao nível do que se pretende, são financeiramente incomportáveis*⁸¹⁸. Neste caso, uma vez que as dimensões do lote da Rua Rodrigo Reinél não admitiam dois fogos por piso – que responderiam mais correctamente às necessidades deste tipo de moradores –, optou-se pelo desenvolvimento de uma habitação por piso, sabendo à partida que *esta é talvez um pouco mais do que o necessário*⁸¹⁹. Como se pode observar na figura 2.3.1.22., *desenvolveu-se então o projecto adoptando-se o princípio de criar quartos razoáveis mas com nítida tendência para se aproximarem dos mínimos das áreas regulamentares; desdobramento do núcleo destinado a instalações sanitárias dotando-as do indispensável; redução quanto*

⁸¹⁷ Ver Luís Fernando Prats, In Memória Descritiva, 22/4/1963, Obra Nº 51351, Processo Nº 27762/1963, Folha 2-3, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio.

⁸¹⁸ Ver Luís Fernando Prats, In Memória Descritiva, 22/4/1963, Obra Nº 51351, Processo Nº 27762/1963, Folhas 2-3, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio.

⁸¹⁹ Ver Luís Fernando Prats, In Memória Descritiva, 22/4/1963, Obra Nº 51351, Processo Nº 27762/1963, Folha 3, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio.

*possível dos espaços destinados a circulações; desafio franco das zonas de estar com prolongamento para ampla varanda corrida do lado de melhor vista; protecção por meio de uma copa da sala de jantar; área de núcleo de serviço proporcional ao desenvolvimento geral da habitação; independência de parte da habitação no interesse dos que pretendem dedicar um dos dois compartimentos para o exercício da profissão liberal correspondente*⁸²⁰.

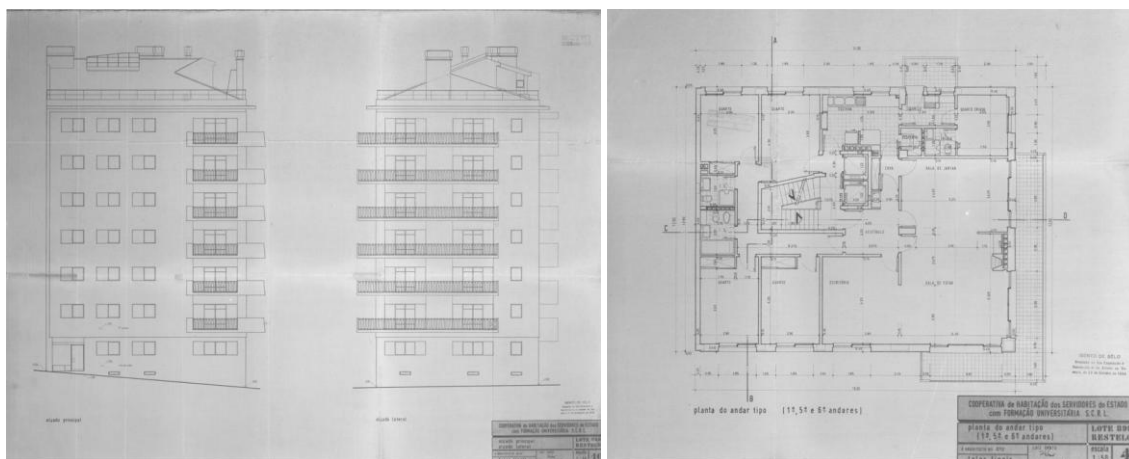


Fig. 2.3.1.21. Alçados do edifício de habitação localizado na Rua Rodrigo Reinél Nº 7, Luís Fernando Prats, 1963-1968⁸²¹

Fig. 2.3.1.22. Planta do andar tipo do edifício de habitação localizado na Rua Rodrigo Reinél Nº 7, Luís Fernando Prats, 1963-1968⁸²²

Finalmente, no que diz respeito aos *lotes destinados a 'grupos de pessoas'*⁸²³ para a edificação de prédios para habitação própria, como referiu o presidente da Câmara Municipal de Lisboa António Vitorino França Borges, em 1962 *foram alienados 6 lotes, situados na Encosta do Restelo, tendo-se verificado interesse do público por esta modalidade de venda*⁸²⁴. No entanto, em virtude de se favorecer o

⁸²⁰ Ver Luís Fernando Prats, In Memória Descritiva, 22/4/1963, Obra Nº 51351, Processo Nº 27762/1963, Folhas 4-5, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio.

⁸²¹ In Obra Nº 51351, Processo Nº 22162/968, Folha 12, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio.

⁸²² In Obra Nº 51351, Processo Nº 22162/968, Folha 6, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio.

⁸²³ Ver António Vitorino da França Borges, *Relatório do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, In Anais do Município de Lisboa 1963*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1964, pp. 165.

⁸²⁴ Idem.

maior número de famílias, *os lotes alienados têm previsto dois fogos por cada piso, com cerca de 100 a 120 m²/fogo, e o público parece dar preferência a fogos com área dupla – uma família por piso*⁸²⁵. Em prejuízo das finanças do Município, *os preços de venda destes lotes só raramente têm atingido 50% do seu preço em venda livre*⁸²⁶, pelo que, naturalmente, não são muitos os exemplos que poderemos aqui apresentar. Refira-se porém o exposto pelo arquitecto **Nuno de Moraes Beirão** que afirma na memória descritiva do projecto do edifício de habitação localizado na **Rua Jorge Álvares N° 1/Rua Gonçalves Zarco N° 24** (Fig. 2.3.1.23.) que *a construção que se pretende levar a cabo destina-se a ser ocupada por um grupo de pessoas que em conjunto desejaram construir directamente este prédio para habitação própria*⁸²⁷.

*O mencionado lote de terreno destina-se à construção de um edifício e será adjudicado aos concorrentes que melhor lanço oferecerem, dependendo, todavia, a adjudicação definitiva de despacho do Presidente da Câmara, em informação, onde conste o resultado da hasta pública. [...] Compete aos arrematantes deste lote a elaboração do projecto do prédio a construir de harmonia com as disposições legais, regulamentos, normas em vigor e condições gerais e especiais de alienação [...]. A construção deverá ser iniciada até 6 meses a contar da data da arrematação e estar concluída 18 meses depois de contados a partir da data limite fixada para o início da construção, salvo casos especiais devidamente justificados e aceites por esta Câmara Municipal, em que cada um destes prazos poderá ser prorrogado, uma única vez por seis meses. [...] os grupos serão, em regra, compostos por tantos interessados quantos os fogos a edificar. [...] Só poderão fazer parte dos grupos os que não possuam em nome próprio ou de seu cônjuge, prédio ou parte de prédio urbano situado em Lisboa e adequado ao respectivo agregado familiar ou seja, nos que com ele vivam em comunhão de mesa e habitação. [...] Serão também autorizadas a licitar as cooperativas de construção devidamente aprovadas ou instituições de previdência, para cedência dos respectivos sócios [...] Igualmente e nas mesmas condições será admitida à praça qualquer entidade oficial que, por lei, possa cumprir e fazer cumprir as condições de alienação, podendo todavia, neste caso, o grupo licitar directamente e solicitar autorização para lhes ceder o terreno*⁸²⁸.

⁸²⁵ Idem.

⁸²⁶ Idem.

⁸²⁷ Ver Nuno de Moraes Beirão, In Memória Descritiva, 1963, In Processo N° 45714/1963, Folha 2, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio.

⁸²⁸ Ver *Diário Municipal*, N° 9083, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 15/6/1965, pp. 35-36.

Tratando-se de um lote de gaveto constituindo a quarta parte de um bloco de 7 pisos habitáveis, o qual será ocupado por 14 fogos incluindo a instalação da porteira [...] houve a preocupação de se conseguir uma planta 'tipo' [(planta 1º andar)], que servindo os 12 proprietários que ocupam os seus últimos andares, facilitasse a solução do problema económico. A planta que se apresenta e que conseguiu satisfazer todos os interessados, consta de: dois quartos com uma casa de banho, sala comum, cozinha, despensa e quarto de criada com casa de banho, compartimentos estes que foram dispostos simetricamente de um lado e outro lado do eixo longitudinal do lote, de forma a que cada piso tivesse idênticas condições de habitabilidade⁸²⁹ (Fig. 2.3.1.24.). No entanto, este método não serviu de regra tendo-se observado ainda um outro tipo de solução, como a aplicada no edifício localizado na **Rua Rodrigues Cabrilho Nº 8**, cuja construção foi financiada pela *Caixa de Previdência dos Empregados de Escritório e Organismos Corporativos*⁸³⁰ e onde o arquitecto **José Fernando Teixeira** (n. 1932) refere na memória descritiva do projecto que o prédio ficará ao abrigo do *Estatuto de Propriedade Horizontal*, em virtude de cada fogo se destinar a ser distribuído pelos elementos que constituem o grupo acima referido, mediante sorteio a efectuar⁸³¹.

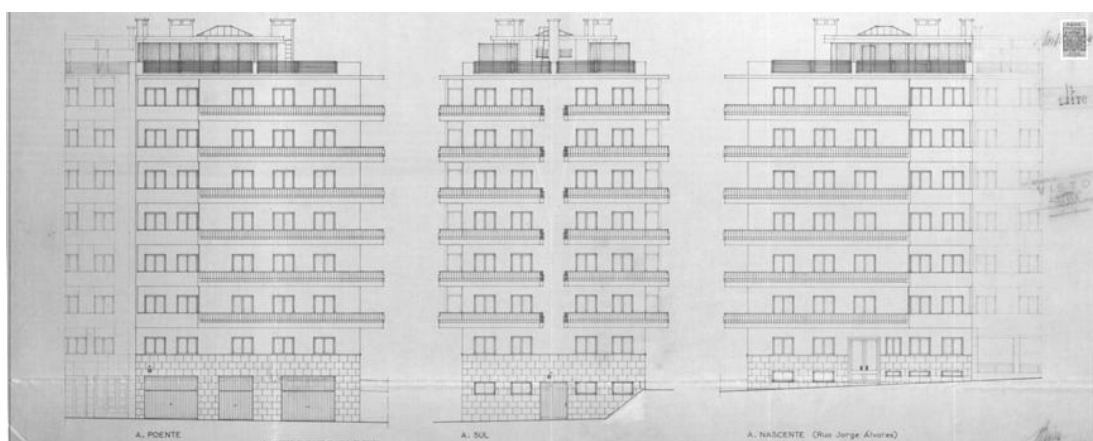


Fig. 2.3.1.23. Alçados do edifício de habitação localizado na Rua Jorge Álvares Nº 1/Rua Gonçalves Zarco Nº 24, Nuno de Moraes Beirão, 1963-1965⁸³²

⁸²⁹ Idem.

⁸³⁰ Ver José Fernando Teixeira, In *Memória Descritiva*, 1964, In Processo Nº 22602/1964, Folha 11, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio.

⁸³¹ Idem.

⁸³² In *Obra* Nº 40664, Processo Nº 23178/965, Folha 17, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio.

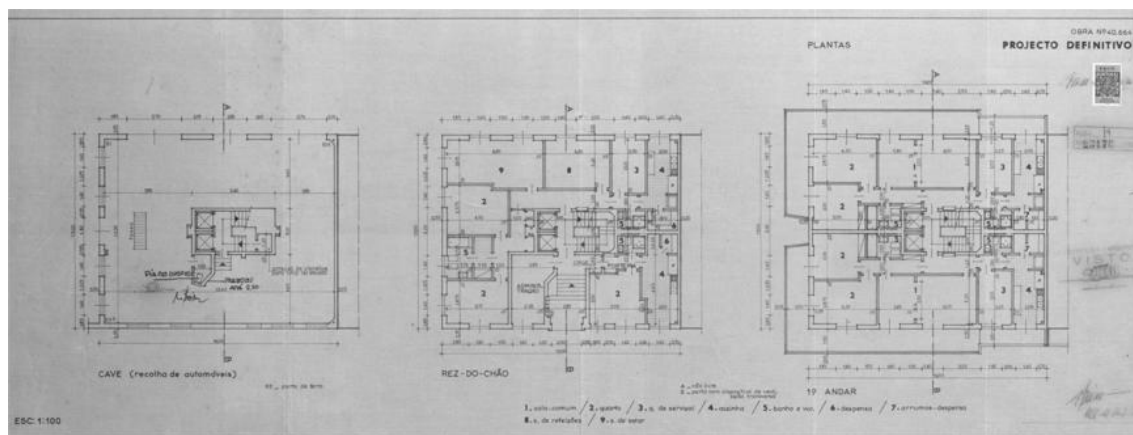


Fig. 2.3.1.24. Plantas da cave, rés-do-chão e 1º piso do edifício de habitação localizado na Rua Jorge Álvares Nº 1/Rua Gonçalves Zarco Nº 24, Nuno de Moraes Beirão, 1963-1965⁸³³

A construção destes edifícios veio (finalmente) dar a resposta necessária à procura de habitação por parte de uma classe média que desejava encontrar no Restelo o seu apartamento. Como se verifica, desde a década de 70 e até aos dias de hoje, a célula C – ou seja, o quarteirão correntemente designado como “do Ministério do Ultramar” – funciona como um bairro capaz de se autonomizar do restante Restelo porque ali se encontram a maior parte dos equipamentos essenciais à vida diária. A densidade populacional, bem como a contemplação de espaços comerciais em grande parte dos pisos térreos dos edifícios de habitação multifamiliar projectados, facilitou a abertura de diversificados estabelecimentos, pois o seu sucesso estava mais ou menos garantido com a falta que se verificava no(s) restante(s) bairro(s). Os espaços públicos exteriores, entre edifícios, permitem também o convívio fácil e ao ar livre entre crianças, jovens e idosos, oferecendo uma certa qualidade de vida. À semelhança do que sucedia em Benfica, o cidadão que desejava “assentar” em Lisboa, tinha ao seu dispor, por um preço médio e acessível, um apartamento no Restelo num prédio de “pato bravo”, ou melhor, de arquitecto que até agora era “anónimo” mas que deixara de o ser com esta investigação.

⁸³³ In Obra Nº 40664, Processo Nº 23178/965, Folha 14, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio.

2.3.2. As torres



*Mas porque é que as pessoas hão-de viver em torres? Tiveram alguma palavra a dizer para isto? e porque é que metemos umas em torres e outras em blocos mais baixos?*⁸³⁴

Nuno Portas, 1979

Relativamente às edificações do perímetro urbano correspondente à célula A, como tivemos oportunidade de salientar no capítulo anterior, Francisco Zinho Antunes e Eurico Ferreira Gonçalves elaboraram um organigrama com a disposição do programa dos dois apartamentos por piso (Fig. 2.3.2.1.), ou seja, *uma sugestão das plantas predominantes dos edifícios-torre*⁸³⁵ (Fig. 2.3.2.2.) ainda que, como salientaram na memória descritiva, *não tenha feito parte do nosso contrato, assim como não fez o estudo de loteamento que realizámos*⁸³⁶.

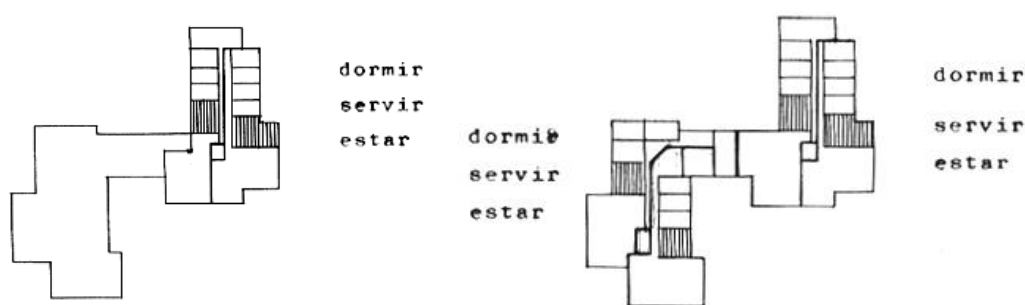


Fig. 2.3.2.1. Organigrama dos apartamentos, Francisco Zinho Antunes e Eurico Ferreira Gonçalves, s.d.⁸³⁷

⁸³⁴ Ver José Manuel Fernandes, José Lamas, “Entrevista: Nuno Portas”, *Arquitectura*, Nº 135, Outubro 1979, pp. 62.

⁸³⁵ Ver Francisco Zinho Antunes, Memória Descritiva e Justificativa, S/d., In Espólio do Arquitecto Francisco Zinho Antunes, Dossier 1/10.

⁸³⁶ Idem.

⁸³⁷ In Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Arco do Cego, Código de Referência: PT/AMLIS/AL/CMLSB/UROB-PU/10/286/02.

As plantas tipo, que estudamos, representam uma das muitas soluções possíveis em arquitectura, havendo contudo a intenção expressa de fixar posições, na organização e distribuição das zonas dominantes da habitação, que correspondessem ao espírito e forma procurados na elaboração da urbanização de que os respectivos edifícios fazem parte e que em síntese foram bem expostos na maqueta realizada à escala 1/500. Ainda pelo mesmo motivo exposto, a seguir, alinhavamos alguns pontos que consideramos de interesse, ter em atenção, quando da preparação das condições de praça: – Os projectos deverão ser elaborados obrigatoriamente por arquitecto/s; – Como resultado Architectónico, o edifício deverá constituir unidade com os restantes lotes dos blocos da zona urbana em que se integra; – Responderia, também, ao fim em vista dos estudos realizados, que alguns dos lotes comuns agrupados tais como: 5 e 6, 7 e 8, 20 e 21, 22 e 23 e reservados para licitação exclusiva entre grupos de pessoas que em conjunto desejassem construir directamente o prédio para habitação própria. Neste caso deveria salvaguardar-se naturalmente a posição do lote não ser licitado naquela forma estabelecida, sendo então posto em praça sem subordinação ao condicionamento focado; Seria também de toda a conveniência que fossem autorizadas a licitar as cooperativas de construção devidamente aprovadas ou instituições de Previdência, para cedência aos respectivos sócios e entidades oficiais que por lei pudessem cumprir e fazer cumprir as condições de alienação; – Os edifícios, torre, lotes Nº 1, 2, 5, 6, 7, 8, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 20, 21, 22, 23, 26, 27, deverão, ser destinados a dois fogos por piso, dado que o plano foi elaborado, no que diz respeito a esta zona, a norte da via ‘Corniche’, em todos os seus pormenores tais como, disposição e área dos logradouros, estacionamento de automóveis, comércio, etc., considerando a ocupação por famílias numerosas pertencentes a escalão evoluído da actividade terciária, como se pode verificar nas propostas fixadas no estudo prévio, aprovado, em função do inquérito realizado, como se lê, no volume respectivo em 2213; – Esta imposição deverá também obrigar as duas torres de propriedade particular, que fazem parte do conjunto e se situam na extremidade nascente da zona; – A definição gráfica dos lotes, deverá ser apresentada, de acordo com o desenho feito pelo topógrafo após piquetagem local; – Ainda deverá ser indicada a área do lote. Contudo aquela área poderá ser acrescida num máximo de 5% se qualquer circunstância imprevista ou necessidade para resolução arquitectónica o exigiram. Neste caso deverá ser sempre sujeita a apreciação dos respectivos serviços da C.M.L. obrigatoriamente em anteprojecto, a fim de se garantir o resultado urbanístico projectado; – Nos lotes de pequeno número de pisos os programas das habitações não serão sujeitos a qualquer condicionamento⁸³⁸.

⁸³⁸ Ver Francisco Zinho Antunes, Memória Descritiva e Justificativa, S/d., In Espólio do Arquitecto Francisco Zinho Antunes, Dossier 1/10.

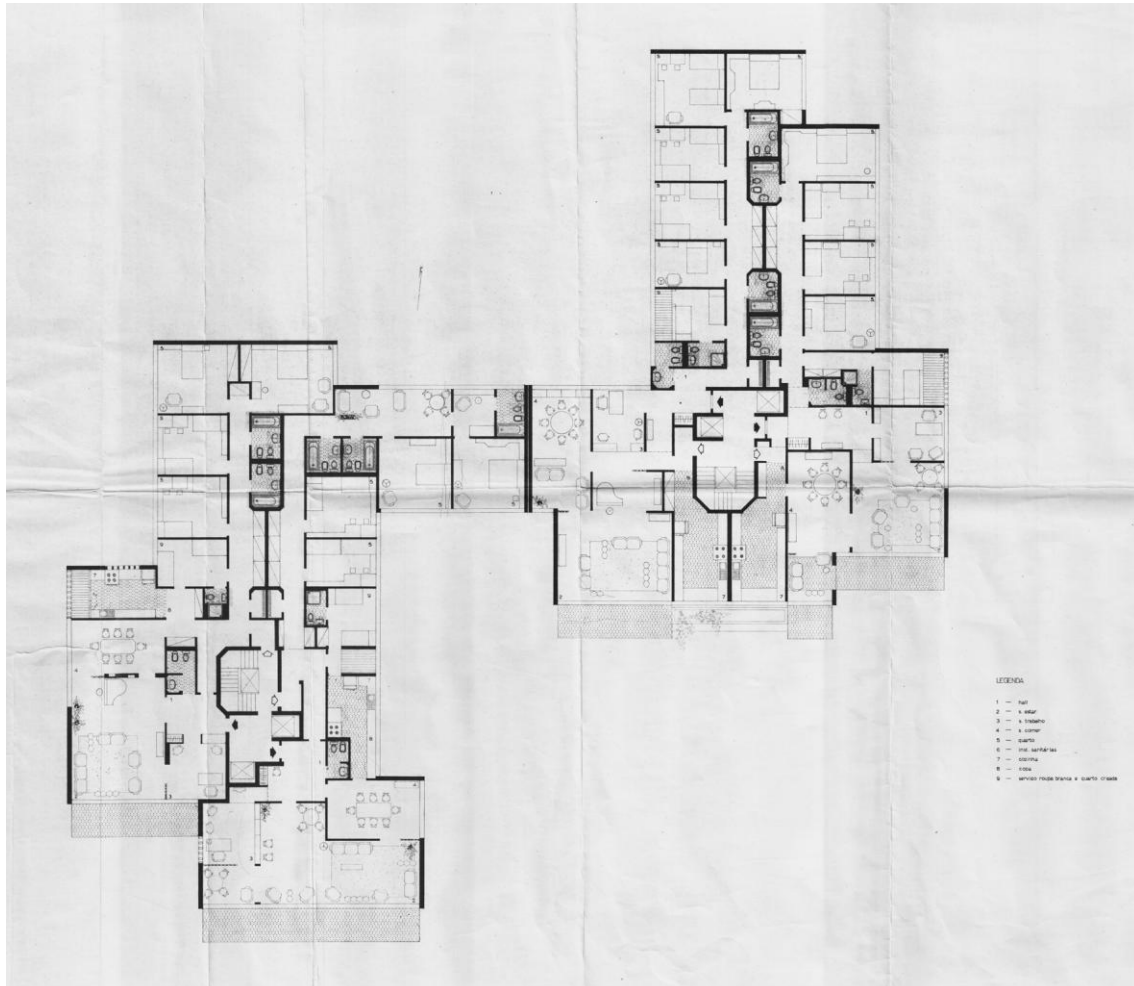


Fig. 2.3.2.2. Plantas predominantes dos edifícios-torre, Francisco Zinho Antunes e Eurico Ferreira Gonçalves, s.d.⁸³⁹

Valerá a pena debruçarmo-nos com atenção sobre a solução apresentada, procurando aferir se a distribuição programática da habitação é organizada à semelhança das habitações modernas que tratámos anteriormente, ou se, porventura, existem novos compartimentos ou a supressão de outros. Sendo cada torre constituída por dois fogos por piso, verificamos que os apartamentos são distribuídos em esquerdo/direito em torno do núcleo central de escadas e acessos verticais. Com duas entradas possíveis, a entrada de serviço permite um acesso mais directo à cozinha e quartos e a entrada principal a um grande *hall* que conduz às zonas privativas e social da

⁸³⁹ In “Plantas predominantes tipo dos edificios torre”, In Espólio do Arquitecto Francisco Zinho Antunes, Dossier 9/10.

casa: as salas de estar e de jantar (contíguas) e de trabalho. Com áreas generosas, a zona de refeições, como vinha a acontecer desde meados da década de 50, é libertada de grandes móveis para arrumação dos utensílios de mesa pois, estes passam a estar na zona de apoio e transição para a cozinha (eventualmente, numa área denominada de copa, casualmente com passa-pratos). Tendo-se debruçado sobre as “premissas da modernidade na habitação multifamiliar” e tido em consideração a obra *Costruzione Razionale della Casa* da autoria de **Enrico Griffini**⁸⁴⁰ (1887-1952) – considerada desde a data da sua publicação (1939) de referência entre os arquitectos⁸⁴¹ por ser algo *semelhante a uma receita com recurso a inúmeros exemplos*⁸⁴² –, Ricardo Agarez justifica que, tradicionalmente, a sala de refeições era *o compartimento maior da casa, local de convívio alargado da família e de muitas outras actividades domésticas*⁸⁴³. No entanto, a sala de estar ou sala comum (ou ainda *living-room*) vai ganhando área e importância em detrimento da sala de visitas – *espaço conservado interdito à vida familiar*⁸⁴⁴ – e da saleta – espaço de uso diurno geralmente frequentado pelas senhoras em oposição ao escritório, zona de trabalho e de recepção dos homens. Como referido no estudo apresentado por Nuno Portas, por esta altura verifica-se uma *modificação do papel da mulher na casa, decorrente do acesso à instrução e do aumento de frequência do trabalho profissional*⁸⁴⁵ pelo que naturalmente provocou *alterações na vida quotidiana com consequências para a casa*⁸⁴⁶, nomeadamente na extinção de compartimentos somente a ela destinados e na valorização de divisões destinadas ao estudo/trabalho como por exemplo o escritório⁸⁴⁷, resultante da *intensificação da vida*

⁸⁴⁰ Ver Enrico Griffini, *Costruzione Razionale della Casa*, Milão, Ulrico Hoepli, 1939.

⁸⁴¹ Já o arquitecto Miguel Jacobetty Rosa, no estudo preliminar das habitações de Alvalade, havia recorrido a esta publicação.

⁸⁴² Ver Ricardo Agarez, *O Moderno Revisitado. Habitação Multifamiliar em Lisboa nos Anos de 1950*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2009, pp.86.

⁸⁴³ Idem, op. cit., pp.89-90.

⁸⁴⁴ Idem, op. cit., pp.90.

⁸⁴⁵ Ver Nuno Portas, *Funções e exigências de áreas da habitação*, Lisboa, LNEC, 1969, pp. 11.

⁸⁴⁶ Idem.

⁸⁴⁷ *Esta tendência nota-se a par das exigências de maior autonomia dos grupos em relação ao conjunto da família – nomeadamente para o caso dos adolescentes, com necessidade de sítio de estudo e isolamento, e das crianças com necessidade de espaço para tornarem ‘seu’.* Ver Nuno Portas, op. cit., pp. 11.

*activa no lar*⁸⁴⁸. Neste caso concreto, verifica-se que a sala vai ocupar-se destas “multi-funcionalidades”, adquirindo importância como local de convivência diurna e noturna, como se pode verificar na planta apresentada por Zinho Antunes, onde a área que lhe é atribuída permite a contemplação de um piano de cauda. Apesar de se tratar de apartamentos de menores dimensões e destinados a famílias menos numerosas e com recursos financeiros médios, o arquitecto Silveira Borges também projectou a sala de estar e a sala de jantar independentes uma da outra e comunicantes. Com áreas semelhantes e entradas separadas, o facto da cozinha se encontrar do lado oposto, com acesso a partir do *hall* de entrada, não permitiu que a sala de refeições comunicasse directamente com a zona de serviço. Mas evidencie-se ainda o prolongamento da sala para o exterior projectado por Zinho Antunes, para uma varanda, suficientemente larga para a colocação de cadeiras de estar, aumentando assim a área social do fogo. Na crítica que publicou ao projecto de Conceição Silva para o “Prédio na Rua Marcos Portugal”, Fernando Gomes da Silva salienta que naquele caso, tal como o que apresentámos, *a varanda assume nesta obra uma noção de zona de permanência, que a habitação corrente em Lisboa raramente lhe garante*⁸⁴⁹.

No que diz respeito à zona privada do apartamento, localizada no lado oposto da casa e acessível através de um (ainda longo) corredor que parte do *hall* de entrada, esta é constituída por cinco quartos e três casas de banho. Curiosamente, se nos apartamentos de Silveira Borges ainda foi contemplado um quarto para a criada (com casa de banho independente), com acesso a partir da zona de tratamento de roupa contígua à cozinha, na proposta apresentada por Zinho Antunes, suprimiu-se este quarto de serviço que, na verdade e na grande maioria dos casos, vinha a ser ocupado por mais um elemento do agregado familiar, geralmente, um dos filhos do casal. Gomes da Silva também chamara a atenção para o facto de se *sentir a falta, numa habitação destas e para o núcleo familiar considerado, de uma ‘dependência de apoio’, destinada a absorver as necessidades de um local de estudo para os filhos, ou de trabalho para os*

⁸⁴⁸ Ver Nuno Portas, op. cit., pp. 11.

⁸⁴⁹ Ver Fernando Gomes da Silva, “Prédio na Rua Marcos Portugal”, *Arquitectura*, Lisboa, Nº 67, Abril 1960, pp. 23.

*pais, mas naturalmente que razões especulativas não se coadunam com este aumento senão à custa de rendas mais elevadas*⁸⁵⁰. Mas relativamente à opção tomada por Zinho Antunes, onde foi contemplado um escritório, poder-se-á depreender que, certamente liberta das tarefas domésticas diárias, a dona de casa passa a desempenhar um papel mais activo na lida da casa, sobretudo no período nocturno, altura em que o pessoal doméstico (à partida) não se encontra de serviço⁸⁵¹. Por último, como se observa nas plantas, para além do arquitecto ter apresentado uma possível distribuição do mobiliário em todos os compartimentos da casa, foram ainda contemplados armários roupeiros embutidos⁸⁵² não só nos quartos mas também no *hall* de entrada (bengaleiro) e no corredor, destinados sobretudo a arrumação de roupas de cama e banho. Segundo Agarez, verifica-se a *necessidade de se considerar, no estudo racional da habitação, o equipamento e o mobiliário como elementos já não secundários, mas sim integrantes e conceptualmente unidos à construção*⁸⁵³. Repare-se que sobre este assunto, para além de ser do conhecimento da maioria dos arquitectos a colaboração da arquitecta e designer Charlotte Perriand com Le Corbuiser e Pierre Jeanneret (a partir de 1927)⁸⁵⁴, o 28º número da revista *Arquitectura*⁸⁵⁵, organizado pelos arquitectos Manuel Barreira, Victor Palla e Joaquim Bento d'Almeida, publicou um artigo sobre a publicação *Built-in Furniture em Great Britain* da autoria de Frederick Gibberd⁸⁵⁶ (1908-1984), obra essa

⁸⁵⁰ Idem.

⁸⁵¹ Relativamente à preparação de alimentos, como enumerado no estudo efectuado pelo LNEC, *por razões históricas, trata-se de uma função a que se dedica exclusivamente a dona de casa, com ou sem auxiliares domésticas, que podem ser profissionais ou pessoas ligadas à família. (nas camadas de menores rendimentos é frequente a participação de mãe ou sogra da dona da casa ou de filhas, nestas actividades)*. Ver Nuno Portas, op. cit., pp. 29.

⁸⁵² Muito apreciados pelos moradores (sejam eles locatários ou proprietários) *porque os dispensa de comprar mobiliário que, a não ser executado à medida, não permite o mesmo nível de aproveitamento do espaço para arrumação*. Ver Ricardo Agarez, *O Moderno Revisitado. Habitação Multifamiliar em Lisboa nos Anos de 1950*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2009, pp.91.

⁸⁵³ Ver Ricardo Agarez, op. cit., pp.91.

⁸⁵⁴ Sobre este assunto ver Charlotte Perriand, *Charlotte Perriand: a Life of creation*, The Monacelli Press, 2003.

⁸⁵⁵ Ver *Arquitectura*, N° 28, Janeiro 1949.

⁸⁵⁶ Ver Frederick Gibberd, *Built-in Furniture em Great Britain*, Alec Tiranti Ltd, 1948.

também de referência e acessível em grande parte dos *ateliers* de arquitectura da época⁸⁵⁷.

A partir dos dados fornecidos pelo espólio do arquitecto Zinho Antunes, apesar de desconhecermos a altura em que tal acontece, sabe-se que o arquitecto **Luiz Carlos Silva Monteiro Cabral** (1931-1991) também apresenta à Câmara Municipal de Lisboa *um estudo sobre o existente Plano de Urbanização do Restelo e Caramão da Ajuda, constando dos seguintes pontos: Ponto I: Organização do loteamento geral, Esquema de utilizações, Esquema de estacionamento, Esquema de acessos, Organização dos lotes – esboceto esquemático das plantas tipo – alçados tipo – cortes tipo; Ponto II: Esboceto de pormenorização de escadas, guardas, divisórias e pequenos arranjos decorativos (ar livre)*⁸⁵⁸ (Figs. 2.3.2.3. a 2.3.2.5.).

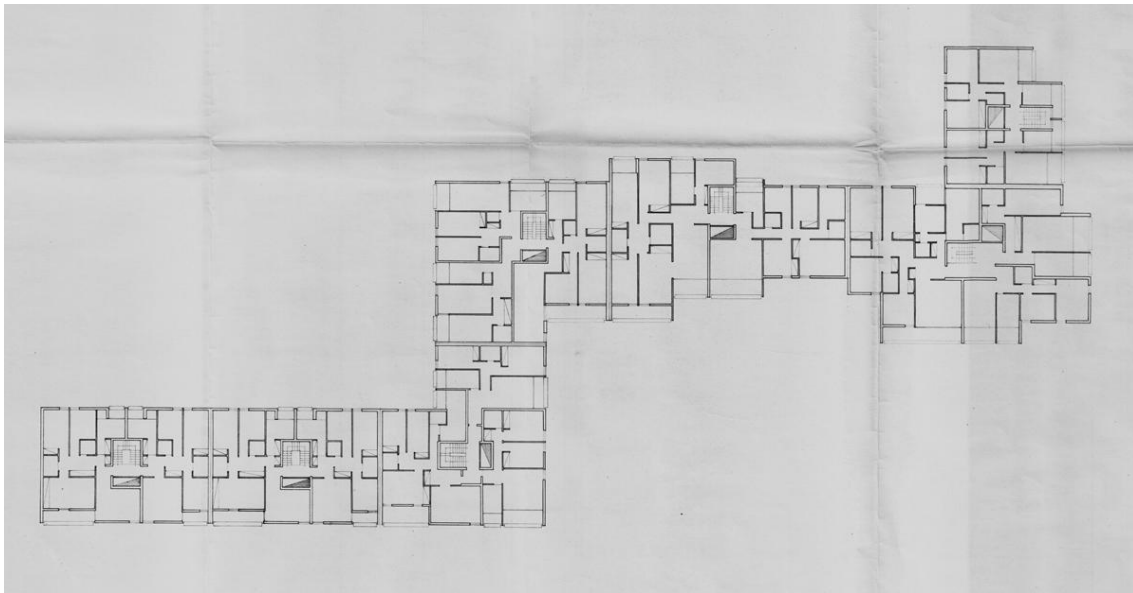


Fig. 2.3.2.3. Plantas tipo, Luiz Carlos Silva Monteiro Cabral, s.d.⁸⁵⁹

⁸⁵⁷ O levantamento da biblioteca do *atelier* de Victor Palla e Bento d'Almeida revelou a existência desta publicação. Para mais informações ver Patrícia Bento d'Almeida, *Victor Palla e Bento d'Almeida. Obras e Projectos de um Atelier de Arquitectura, 1946-1973*, Dissertação de Mestrado em História da Arte Contemporânea apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2006, Volume II, pp. 622-637.

⁸⁵⁸ Ver Luiz Carlos Silva Monteiro Cabral, Proposta, s/d, In Espólio do Arquitecto Francisco Zinho Antunes.

⁸⁵⁹ In Espólio do Arquitecto Francisco Zinho Antunes, Dossier 9/10.

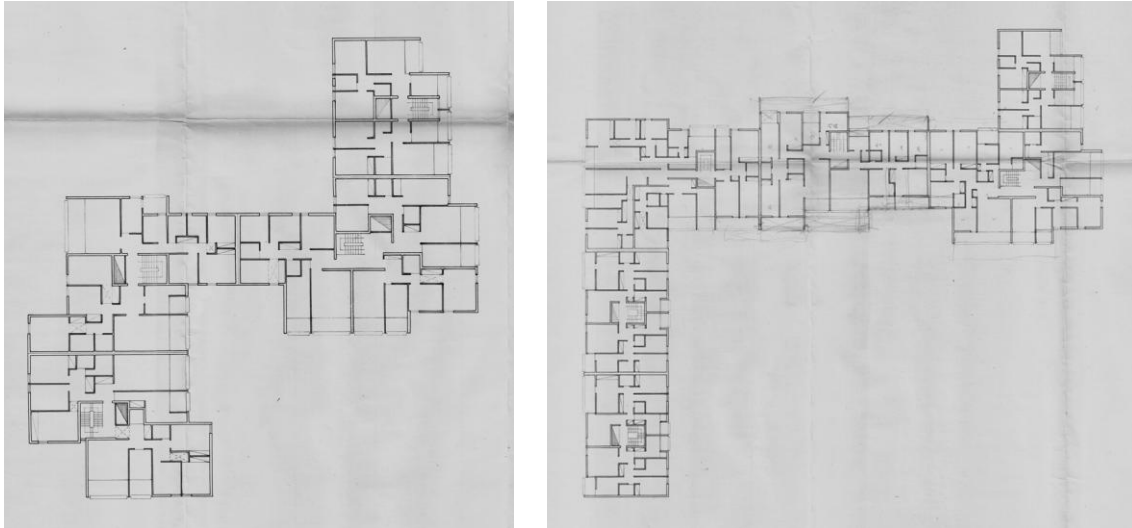


Fig. 2.3.2.4. Plantas tipo, Luiz Carlos Silva Monteiro Cabral, s.d.⁸⁶⁰

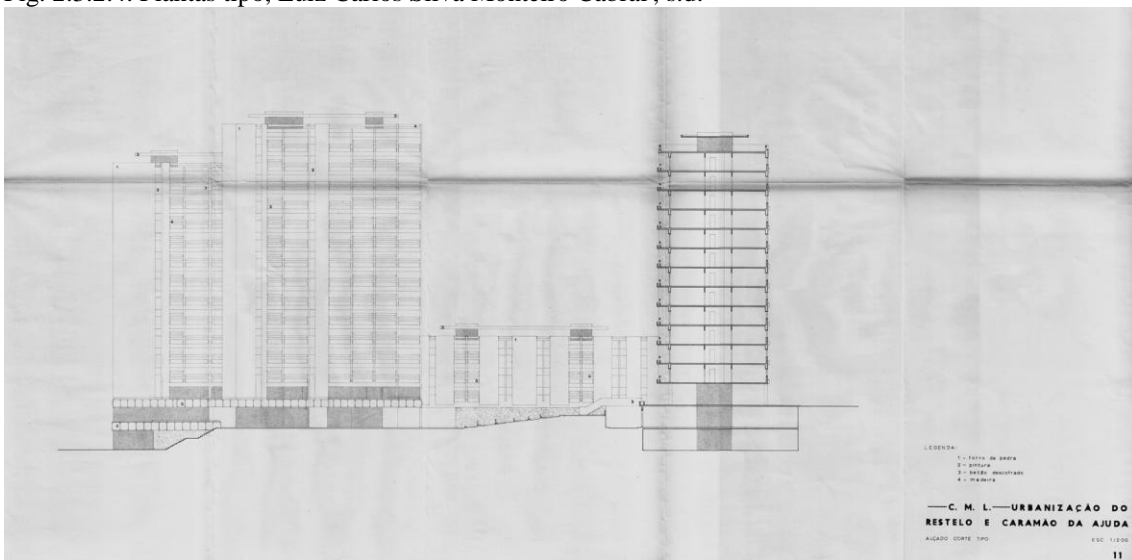


Fig. 2.3.2.5. Alçado corte tipo, Luiz Carlos Silva Monteiro Cabral, s.d.⁸⁶¹

No entanto, através do levantamento exaustivo efectuado a todos os projectistas intervenientes neste bairro (Volume II, Anexo 9.), podemos afirmar que Monteiro Cabral não assinou nenhum projecto e que, pelo contrário, **Francisco Zinho Antunes**, em 1990, submete à apreciação da Câmara Municipal de Lisboa um projecto de uma das torres a edificar na **Rua Dom Jorge da Costa Nº 5/Estrada da Cruz Nº 17** (Fig. 2.3.2.7.), tendo em conta as *directrizes fixadas pelo estudo local, Plano de Urbanização*

⁸⁶⁰ Idem.

⁸⁶¹ Idem.

do *Alto do Restelo*⁸⁶². Uma vez que os lotes foram vendidos em hasta pública a cooperativas de habitação⁸⁶³, promotores particulares associados, construtores civis ou sociedades de construção imobiliária⁸⁶⁴ e, como previsto pela equipa projectista, entregues a diversos arquitectos, no início da década de 70, nos terrenos até à data ocupados por barracas⁸⁶⁵ começaram-se a erguer os colossais edifícios de habitação colectiva ou “enormes torres de arquitectura anónima”⁸⁶⁶ como definira o arquitecto Manuel Graça Dias (Fig. 2.3.2.6.).



Fig. 2.3.2.6. Panorama actual das torres edificadas no alto do Restelo⁸⁶⁷

⁸⁶² Ver Francisco Zinho Antunes, In *Memória Descritiva*, 18/6/1990, Obra Nº 66643, In Processo Nº 3072/1990, Folha 14, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio.

⁸⁶³ Como por exemplo a Cooperativa de Casas Económicas dos Funcionários Civis do Ministério do Ultramar (Avenida Dr. Mário Moutinho Nº 21/Praceta das Torres do Restelo Nº 11).

⁸⁶⁴ Como por exemplo SOLCONFOR - Investimentos Financeiros S.A.R.L. (Avenida Dr. Mário Moutinho Nº 29/Praceta das Torres do Restelo Nº 7); OPERCAL - Operações Urbanísticas e Construções, Lda. (Avenida Dr. Mário Moutinho Nº 31/Praceta das Torres do Restelo Nº 6); SOPC - Sociedade Portuguesa de Obra e Construção, Lda. (Rua Alfredo Soares Nº 4 e 8); Ultraexpor - Sociedade Continental e Ultramarina de Exportação, Lda. (Rua Alfredo Soares Nº 17).

⁸⁶⁵ A Junta de Freguesia de São Francisco Xavier manifestou junto da Câmara Municipal de Lisboa a existência de barracas na Rua Gregório Lopes, pelo que, anos mais tarde (1980), o presidente da Câmara manda construir o bairro pré-fabricado da encosta dos Moinhos. Para mais informações ver Manuel Pires Antunes, *Freguesia de São Francisco Xavier. 50 Anos de poder autárquico, 1959-2009*, Lisboa, By The Book, 2009, pp. 22.

⁸⁶⁶ Ver Manuel Graça Dias, *Ao Volante, Pela Cidade (dez entrevistas de arquitectura)*, Lisboa, Relógio D'Água Editores, 1999, pp. 50.

⁸⁶⁷ In <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1015129&page=7>



Fig. 2.3.2.7. Edifício de habitação localizado na Rua Jorge da Costa Nº 5/Estrada da Cruz Nº 17, Francisco Zinho Antunes, 1990⁸⁶⁸

Fig. 2.3.2.8. Edifício de habitação localizado na Rua Alfredo Soares Nº 12/Rua Carlos Calisto Nº 5, António Pedro Baptista Pardal Monteiro, 1970-1975⁸⁶⁹

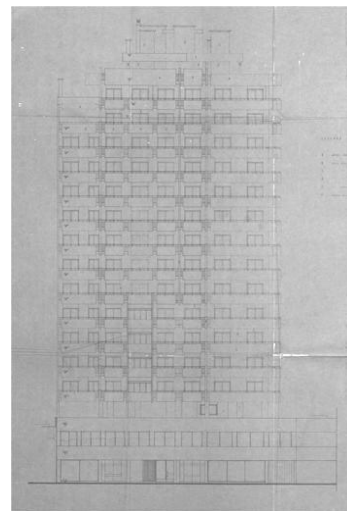
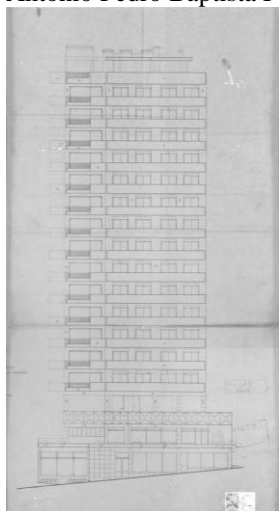


Fig. 2.3.2.9. Alçado principal do edifício de habitação localizado na Rua Alfredo Soares Nº 2/Rua Gregório Lopes S/Nº, Justiniano Sécio, 1970-1974⁸⁷⁰

Fig. 2.3.2.10. Alçado principal do edifício de habitação localizado na Avenida Dr. Mário Moutinho Nº 31/Praceta das Torres do Restelo Nº 6, Pedro Corrêa Sampaio, 1974-1979⁸⁷¹

Fig. 2.3.2.11. Alçado principal do edifício de habitação localizado na Rua Gregório Lopes Nº 24/ Rua Alfredo Soares Nº 3, Silvestre Martins Lomba, 1970-1974⁸⁷²

⁸⁶⁸ Idem.

⁸⁶⁹ Idem.

⁸⁷⁰ In Obra Nº 58557, Processo Nº 6626/OB/974, Folha 23, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio.

⁸⁷¹ In Obra Nº 59550, Processo Nº 2080/979, Folha 12, Arquivo Municipal de Lisboa–Núcleo Intermédio.

Mas ao analisarmos os projectos licenciados verificamos que, como referiram alguns arquitectos nas respectivas memórias descritivas, surgiram determinadas dificuldades. Segundo o arquitecto **António Pedro Pardal Monteiro** (n. 1928), autor do projecto do edifício de habitação (com 21 pisos) localizado na **Rua Alfredo Soares Nº 12/Rua Carlos Calisto Nº 5** (Fig. 2.3.2.8.) e destinado a habitação própria de um grupo de engenheiros, *os condicionalismos urbanísticos e arquitectónicos foram definidos pelos competentes serviços municipais, pelo que o recorte da edificação, número de pisos e correspondente utilização e o partido estético, já se encontravam estabelecidos ao iniciarmos o estudo do presente projecto*⁸⁷³. Um dos problemas incidiu nas dificuldades que o próprio estudo dos elementos fornecidos pelos serviços camarários relativos aos condicionalismos urbanísticos e arquitectónicos a observar, (a que acima referimos) suscitou. Com efeito embora esses elementos sejam claros no que se refere à solução geral a adoptar, não o são no que diz respeito ao pormenor. Neles se define um partido arquitectónico caracterizado por grandes superfícies horizontais, constituídas por varandas, alternando com superfícies lisas de expressão vertical⁸⁷⁴. A mesma justificação utilizou o arquitecto **Justiniano Sécio** (1927-1996) no projecto do edifício de habitação localizado na **Rua Alfredo Soares Nº 2/Rua Gregório Lopes S/N**⁸⁷⁵ (Fig. 2.3.2.9.), salientando ainda *a falta de apoio legal para a aprovação das marquises propostas*⁸⁷⁶ – apesar de terem sido aprovadas diversas marquises em vários lotes desta mesma zona do Restelo, em construções que ainda estão em curso⁸⁷⁷ – situação que vem adulterar toda a leitura do edifício, como acontece na maior parte dos exemplos (clandestinos) construídos na cidade de Lisboa. O arquitecto **Pedro Corrêa Sampaio** (n. 1928), que apresenta um pedido de

⁸⁷² In Obra Nº 58502, Processo Nº 6194/974, Folha 18, Arquivo Municipal de Lisboa–Núcleo Intermédio.

⁸⁷³ Ver António Pedro Pardal Monteiro, Lisboa, Setembro 1970, In Processo Nº 4546/1970, Folhas 8-9, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio.

⁸⁷⁴ Ver António Pedro Pardal Monteiro, Lisboa, Setembro 1970, In Obra Nº 58509, Processo Nº 4546/1970, Folhas 8-9, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio.

⁸⁷⁵ Ver Justiniano Sécio, Lisboa, 10/11/1970, In Obra Nº 58557, Processo Nº 5844/1970, Folha 9, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio.

⁸⁷⁶ Ver Justiniano António Sécio, Lisboa, 29/11/1974, In Processo Nº 6750/1974, Folha 5, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio.

⁸⁷⁷ Idem.

licenciamento para um projecto de um edifício de habitação na **Avenida Dr. Mário Moutinho Nº 31/Praceta das Torres do Restelo Nº 6** (Fig. 2.3.2.10.), justifica que, elaborado *segundo as condições gerais de alienação insertas no Diário Municipal Nº 11.603 de 12 de Outubro de 1973*⁸⁷⁸ e tendo-se chegado à conclusão que nesta zona da cidade de Lisboa há necessidade de habitações com número de divisões indispensável para alojamento de famílias numerosas, entendemos que se deveria considerar apenas 2 fogos por piso, embora com considerável risco económico do empreendimento, uma vez que em princípio se poderia talvez considerar mais rentável dispor de maior número de habitações embora mais pequenas⁸⁷⁹. Por último, o arquitecto **Silvestre Martins Lomba** (1929-1979) chamara a atenção para o facto do lote localizado na **Rua Gregório Lopes Nº 24/ Rua Alfredo Soares Nº 3** (Fig. 2.3.2.11.), adquirido em hasta pública Sociedade de Construções Duriforte, Lda., *após analisados os condicionamentos impostos nomeadamente no que respeita a cérceas e ligações com lotes adjacentes, foi elaborado o presente projecto segundo um programa determinado por aqueles condicionalismos e pelo factor económico correspondente ao investimento compatível com a envergadura da construção que se pretende*. Mais acrescenta o técnico na medida, em que, *pelos elementos fornecidos não eram determinados os tipos de habitação a projectar, nem o seu número*⁸⁸⁰. Mas apesar dos projectos terem sido elaborados por diferentes projectistas, as distribuições do programa são semelhantes.

⁸⁷⁸ Ver Pedro José d'Avillez Corrêa Sampaio, Lisboa, 1974, In Processo Nº 1566/1974, Folha 2, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio.

⁸⁷⁹ Idem.

⁸⁸⁰ Ver Silvestre Martins Lomba, Lisboa, 24/10/1970, In Processo Nº 5542/1970, Folha 10, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio.

4 tipos de utilização: Tipo I – 1º Piso (cota 93,50) destinado a estacionamento, arrecadações e uma dependência para o PT [(porteiro)]; 2º Piso (cota 97,00) constituído por estacionamento, arrecadações, estação de bombagem, quadros gerais, entrada principal e de serviço e junto da qual se localizou o compartimento de recolha de lixos; Tipo II – 3º Piso (cota 100,50) que se destina exclusivamente ao convívio dos inquilinos e no qual se prevê, além da sala de convívio e instalações sanitárias para ambos os sexos, uma sala de reuniões e cozinha; Tipo III – 4º Piso e Cobertura (respectivamente à cota 104,00 e 144,00) o primeiro destinado a habitação da porteira e terraço acessível sobre a zona de convívio, na cobertura localizou-se a casa das máquinas; Tipo IV – 5º a 16º Piso (cota 108,00 a 141,00) que constitui o piso corrente destinado a habitação com 1 fogo por andar⁸⁸¹.

Em boa verdade, o construído em nada vai responder ao pretendido pelos autores do plano. Se voltarmos a observar as imagens apresentadas no capítulo anterior (Fig. 1.3.28.), a maqueta do apanhado genérico da disposição e utilização dos edifícios vem demonstrar uma vontade em criar esbeltos edifícios-torre onde grandes envidraçados são orientados para os pontos de melhor vista. Face aos exemplos apresentados anteriormente, o resultado final foi desastroso, aproximando-se da imagem dos subúrbios citadinos e das cidades dormitório com as suas marquises “atafuhadas” a prolongarem (sem necessidade) a área dos apartamentos. Também o espaço livre deixado entre as torres, apesar de ideologicamente pensado para uso público, dado o encargo que representa a sua manutenção para o município, tornou-se num lugar de estacionamento colectivo onde automóveis se acumulam às portas das habitações. Apesar de tudo, nestas “prestigiadas torres” habitavam (“amontoadamente”) famílias numerosas com generosa capacidade financeira que, como referido na publicidade apresentada em 1973, procuram *demonstrar a excelência da sua construção, os primores do acabamento e os mais modernos requisitos do equipamento escolhido*⁸⁸².

⁸⁸¹ Ver José Francisco Beja da Costa Falcão, Lisboa, 7/3/1971, In Processo Nº 2534/OB/971, Folha 9, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio.

⁸⁸² Ver publicidade ao edifício de habitação localizado na Rua Alfredo Soares Nº 4 e 8 (Promotor: SOPC - Sociedade Portuguesa de Obra e Construção, Lda.), Ver *Republica*, Lisboa, 09/11/1973, pp. 18.

2.4. O(s) bairro(s) da Empresa Pública de Urbanização de Lisboa

2.4.1. A(s) EPUL(s) Restelo



Art. 9.º - 1. São congeladas por trinta dias as rendas de prédios urbanos aos níveis praticados em 24 de Abril passado; 2. Excluem-se do disposto no número anterior os fogos para habitação por curtos períodos em praias, termas ou outros locais de vilegiatura; 3. O Governo promoverá, no prazo de trinta dias, a publicação do diploma destinado a evitar a especulação com rendas de habitação e com transacções de prédios urbanos.

Presidência do Conselho de Ministros, Decreto-Lei n.º 217/74 de 27/05/1974

Se até ao 25 de Abril de 1974 cerca de 50% da habitação edificada na cidade de Lisboa destinava-se ao arrendamento, depois da Revolução dos Cravos, uma das primeiras medidas do I Governo Provisório de Adelino da Palma Carlos (1905-1992) – do qual fez parte o arquitecto Nuno Portas como (o primeiro) Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo (da democracia) – foi o **congelamento das rendas urbanas** levada a cabo pelo **Decreto-Lei Nº 217/74 de 27 de Maio de 1974**⁸⁸³. Com as taxas de juro demasiado elevadas, surgiram dificuldades na aquisição de habitação própria e com o aumento da inflacção, o nível de vida da classe trabalhadora sofre um forte desequilíbrio que durará anos até que venha a ser “normalizado”. Mediante tais circunstâncias o Governo prevê a “correccção” do mercado de arrendamento que teve como consequência a diminuição do número de habitações para alugar e, a longo prazo, o “abandono” do património edificado. Como previsto por Nuno Portas, *o aforro das*

⁸⁸³ Segundo confessou Nuno Portas, *quaisquer medidas que tomássemos naquela altura eram provisórias e na minha opinião deveriam ser experimentais*. Ver António Fonseca Ferreira, “Urbanismo e Ordenamento do Território: Balanço dos Anos 1970-2000”, *Sociedade e Território*, Nº 33, Fevereiro 2002, pp. 8-22, In Nuno Portas, *Arquitectura(s). Teoria e Desenho, Investigação e Projecto*, Porto, FAUP Publicações, 2005, pp. 295.

camadas melhor remuneradas, na presente situação do mercado de capitais, não volta a investir na aquisição de ‘casas para alugar’ porque este tipo de investimento já não constitui uma forma privilegiada de remunerar o investimento⁸⁸⁴. Assim, é neste contexto que a EPUL quer que seja vista a sua acção, na urbanização e promoção imobiliária e na forma como contribuiu para a fixação de milhares de famílias [de classe média] na cidade de Lisboa⁸⁸⁵ – como referido na publicação que marcou os quarenta anos de existência. Mas como salientou Augusto Pita, com o “desmoronamento” do “Estado Social”, *haveria que [se] ‘repensar a EPUL’, rever o seu estatuto e o papel sociais*⁸⁸⁶, situação que só se veio a verificar em Dezembro de 2012, com a extinção desta empresa pública⁸⁸⁷.

*A EPUL consistiria ao nível de Lisboa numa via de entrada da Câmara Municipal num esquema promocional propiciador de novas receitas que não só lhe diminuíssem os déficits da habitação ‘social’ que se via constrangida a ir construindo como inclusivamente os viesse a anular. [...] Testada em empreendimentos como Restelo, Telheiras ou Martim Moniz, à nova empresa competiria ser nos anos setenta e oitenta, com a lei dos solos à ilharga, o braço operacional por excelência do ‘Estado Social’ em matéria de controlo do sistema urbano na área da sua sede – a grande Lisboa*⁸⁸⁸.

A primeira “contribuição da EPUL” para a fixação de população no Restelo – naquele que denominamos de *bairro da EPUL* – deve-se a edificação do **Quarteirão-Piloto – Zona EP** (Fig. 2.4.1.1.) – em 1972-1975 que serviu como “primeira experiência”, como tivemos oportunidade de salientar no capítulo anterior. Localizado na extremidade sul do empreendimento, no quarteirão compreendido pelas Ruas João Fernandes Labrador (a nascente), Álvaro Esteves (a sul), Pêro de Alenquer (a poente) e

⁸⁸⁴ Ver Nuno Portas, “O que Pode Ser uma Política Realista do Solo Urbano”, *Vida Mundial*, Nº 1859, 1/5/1975, pp. 44-47, In Nuno Portas, op. cit., pp. 422.

⁸⁸⁵ Ver “A Promoção Imobiliária”, In AAVV, *EPUL – 40 Anos. Edição Comemorativa do quadragésimo aniversário da EPUL – Empresa Pública de Urbanização de Lisboa*, Lisboa, EPUL, 2011, pp. 21.

⁸⁸⁶ Ver Augusto Pita, “Telheiras-EPUL: Uma perspectiva da sua gestão”, *Arquitectura*, Nº 137, Julho-Agosto 1980, pp. 46.

⁸⁸⁷ A extinção da EPUL foi aprovada no dia 5 de Dezembro de 2012 em reunião extraordinária da Câmara Municipal de Lisboa. Ver <http://www.cm-lisboa.pt/noticias/detalhe/article/camara-aprova-extincao-da-epul>.

⁸⁸⁸ Ver Augusto Pita, op. cit., pp. 46.

Gonçalo Velho Cabral (a norte), inclui os projectos de moradias em banda do tipo B e C (Poente, Sul) e de blocos de habitação colectiva (Leste, Norte) que ficaram ao cuidado dos arquitectos **Nuno Teotónio Pereira** e **Nuno Portas** e dos jovens **João Paciência** e **Pedro Viana Botelho**⁸⁸⁹ que, segundo Ana Tostões, vão *romper com a prática anterior do atelier baseada numa modulação [(contínua em EPUL Restelo)] e numa correspondência construtivas entre estrutura e fachada*⁸⁹⁰.

LOTES	ÁREA UTIL m²	ÁREA DE CONSTRUÇÃO	PERCENTAGEM
5a	2.082.30	3.313.72	62,84%
5b	1.307.40	1.852.86	70,56%
10	3.283.90	5.619.38	58,43%
TOTAL	6.672.90	10.785.96	68,26%

Fig. 2.4.1.1. Zona EP⁸⁹¹

Curiosamente, cerca de vinte anos depois de João Guilherme Faria da Costa ter visto inaugurar o bairro de casas económicas do Restelo, pretende a Câmara Municipal de Lisboa voltar a ver construídas moradias de “custos controlados”. Mas o edificado na EPUL Restelo nunca foi económico e, como referiu recentemente o arquitecto Nuno Portas, para ali foi habitar *gente fina, amigos do atelier, intelectuais de primeira*⁸⁹². Como veremos, apesar de não se tratarem de moradias com áreas tão reduzidas como aquelas que Faria da Costa havia projectado – porque não se tratam moradias económicas –, verificamos também que o seu programa (e área), nalguns casos, não

⁸⁸⁹ O contrato com a EPUL para o projecto-geral será subdividido em dois contratos parciais de carácter interno: a) blocos, com a participação de NTP e JP, sob a responsabilidade directa de JP; b) moradias, com a participação de NTP e PB, sob a responsabilidade directa de PB. 2) NTP, para além de ser responsável perante a EPUL, assegurará a coordenação geral do projecto, ocupar-se-á especificamente de algumas tarefas e estudos de carácter comum a blocos e moradias e intervirá activamente nos estudos relativos a ambas as tipologias. Ver *Empreendimento do Restelo. Contrato Interno NTP/JP/PB*, 6/4/1981, In Arquivo de Nuno Teotónio Pereira, IHRU.

⁸⁹⁰ Ver Ana Tostões, “Obra Aberta: entre experimentalismo e contexto, um sentido de escola”, In Ana Tostões (coord.), *Arquitectura e Cidadania. Atelier Nuno Teotónio Pereira*, Lisboa, Centro Cultural de Belém, 2004, pp. 36.

⁸⁹¹ In Nuno Teotónio Pereira, Nuno Portas, “Zona EP”, In Arquivo de Nuno Teotónio Pereira, IHRU.

⁸⁹² In *O ser Urbano nos Caminhos de Nuno Portas*, visita guiada temática à exposição pelo Professor Arquitecto Nuno Portas, *As primeiras décadas, entre o atelier, o LNEC e a revista de Arquitectura*, Centro Cultural de Belém, 8/1/2013.

justificaria a divisão em dois pisos⁸⁹³, parecendo querer ser compensada pela equipa projectista da Rua da Alegria através da contemplação de pátios privativos. Segundo Nuno Portas, *o tipo construtivo encostável (ou em banda) é o que concilia melhor a economia da envolvente e a privacidade; a urbanidade e o unifamiliar*⁸⁹⁴ e a existência de pátios – “casa pátio” – permitia que a “Natureza entrasse numa casa da cidade”⁸⁹⁵. Assim, relativamente às **moradias unifamiliares (em banda) do tipo B** (Fig. 2.4.1.2.), localizadas na **Rua Luís Pedroso de Barros**, apresentam-se com três pisos, sendo o último recuado em relação à rua, o que permite diluir a presença da edificação sobre a rua e formar um terraço que possibilita que o compartimento (eventualmente) destinado a estúdio possa ser totalmente aberto para o exterior. O jogo de volumes criado pelo recuo da fachada representa uma mais-valia para os moradores, uma vez que aquela cota, impossibilitados de ter contacto directo com o solo, gozam ali da possibilidade de aceder a terraços privativos ao ar livre. Esta casa dispõe ainda, ao nível do piso térreo, de um outro pátio (ou logradouro) na frente tardoz que prolonga a zona social da casa – a sala (contígua ao escritório, com a possibilidade deste ser fechado) – para uma área exterior de uso restrito, bem como a cozinha, para uma zona de secagem de roupas. Como referido no estudo do LNEC, verifica-se com frequência a permanência de *crianças na cozinha, com óbvios inconvenientes de segurança e higiene, como de ambiente. Torna-se por isso necessário estudar os locais directamente contíguos à preparação [de alimentos], por forma a que as crianças de menor idade possam permanecer aí sob controlo fácil. Estas zonas podem ser: o prolongamento exterior, nos períodos favoráveis*⁸⁹⁶. No 2º piso localizam-se três quartos e uma saleta, compartimento assim designado em planta por não apresentar áreas regulamentares para ser considerado como mais um quarto duplo ($\geq 9\text{m}^2$), situação que certamente será

⁸⁹³ O programa foi distribuído em dois ou três pisos, uma vez que a opção de edificar habitações num só andar obrigaria a uma maior área de implantação.

⁸⁹⁴ Ver Nuno Portas, “O Problema e o Caminho (e Vice-versa)!” , *Jornal dos Arquitectos*, Nº 60, Outubro 1987, pp. 10-11 e 28-29, In Nuno Portas, *Arquitectura(s). Teoria e Desenho, Investigação e Projecto*, Porto, FAUP Publicações, 2005, pp. 283.

⁸⁹⁵ Sobre este assunto ver “Conceito da casa em pátio como célula social”, *Arquitectura*, Nº 64, Janeiro/Fevereiro 1959, pp. 32-34.

⁸⁹⁶ Ver Nuno Portas, *Funções e exigências de áreas da habitação*, Lisboa, LNEC, 1969, pp. 34.

alterada após a ocupação por parte dos respectivos moradores. Como enumerado na memória descritiva do projecto, organizou-se o fogo *por forma a que o último piso possa ser aproveitado como desdobramento do núcleo habitacional, com utilizações tais como: local de trabalho, apartamento para filhos adultos ou jovem casal, quarto de empregada doméstica, etc.* Esta disposição tem por finalidade reduzir os inconvenientes conhecidos de uma casa em 3 pisos, tirando por outro lado partido das suas vantagens em determinadas circunstâncias do agregado familiar⁸⁹⁷. Foi ainda apresentada uma variante – **moradia unifamiliar do tipo B'** – localizada na **Rua Luís Pedroso de Barros** e no topo do quarteirão, com frente para as **Ruas Gonçalo Velho Cabral e Álvaro Esteves**. Semelhante à moradia tipo B, mas sem o 3º piso, *em termos de dimensão e de organização do fogo, as moradias tipo B' correspondem a um programa relativamente reduzido, face à característica unifamiliar do edifício, e que portanto, se situará numa faixa de procura menos frequente*⁸⁹⁸.

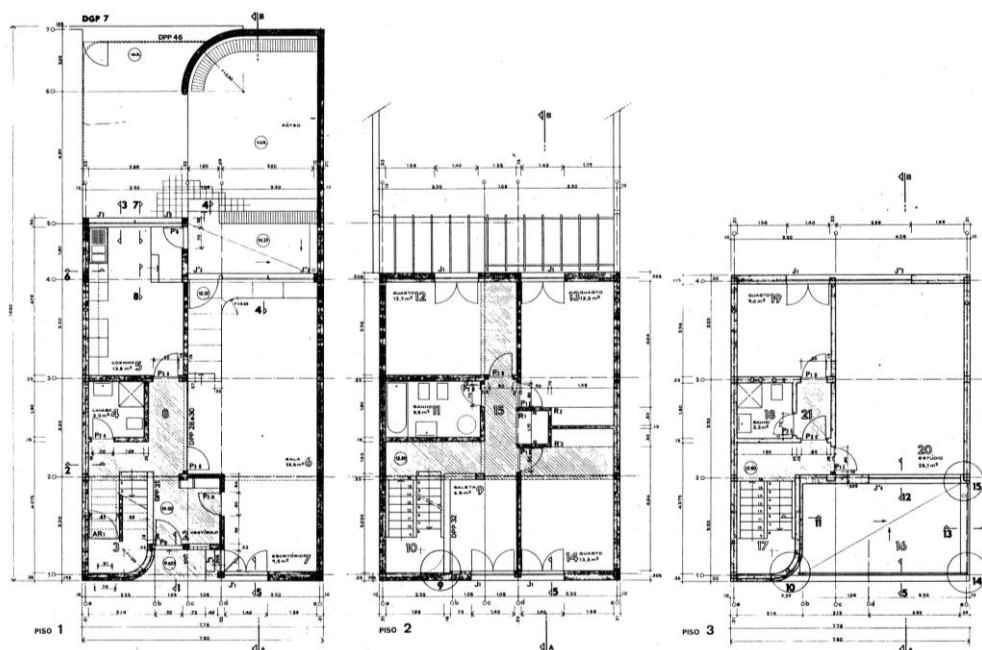


Fig. 2.4.1.2. Plantas moradia do tipo B, 1971⁸⁹⁹

⁸⁹⁷ Ver Nuno Teotónio Pereira, In Memória Descritiva, Lisboa, 30/11/1983, In Processo N° 386/OB/1984, Folhas 3-4, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio.

⁸⁹⁸ Ver Nuno Teotónio Pereira, In Memória Descritiva, Lisboa, 30/11/1983, In Processo N° 364/OB/1984, Folha 3, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio.

⁸⁹⁹ In “‘Dossier’ Restelo”, *Arquitectura*, Lisboa, N° 130, Maio 1974, pp. 17.

As **moradias unifamiliares do tipo C** são destinadas às famílias com níveis económicos mais elevados, segundo os arquitectos, *o que determina esta condição é fundamentalmente o carácter unifamiliar do edifício, reflectindo-se nas características funcionais, nas áreas disponíveis, na qualidade do equipamento e das instalações*⁹⁰⁰. Localizadas nas **Ruas Luís Pedroso de Barros e António Raposo Tavares**, encontram-se também em *situação de gaveto com frentes a sul e poente*⁹⁰¹ e uma vez que rematam os ângulos dos quarteirões, como referido na memória descritiva do projecto fazem, através dos seus dois pisos, a *ligação das moradias em correnteza que marginam as ruas com as moradias geminadas B' que preenchem o troço central dessas frentes*⁹⁰². Os arquitectos salientaram ainda que *a partir das intenções do Plano, que assenta num sistema de quarteirão com forte marcação do espaço-rua, desenvolveu-se um tratamento dos volumes e das superfícies envolventes que interpretasse aquelas intenções ao nível da arquitectura*⁹⁰³ (Fig. 2.4.1.3.).

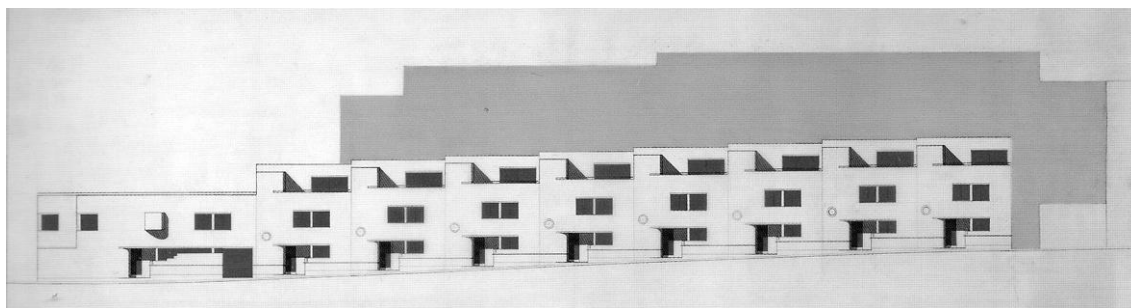


Fig. 2.4.1.3. Alçado da correnteza de moradias edificadas na Rua António Raposo Tavares, 1971⁹⁰⁴

Assim, com duas fachadas para a via pública, o programa foi mais uma vez resolvido para que, para além da garagem – *partia-se do princípio de que se deveria procurar, tanto quanto possível, dotar as diferentes unidades de habitação de*

⁹⁰⁰ Ver Nuno Teotónio Pereira, Nuno Portas e Arq. Associados, In Memória Descritiva, 15/11/1973, Arquivo EPUL.

⁹⁰¹ Ver Nuno Teotónio Pereira, In Memória Descritiva, Lisboa, 30/11/1983, In Processo N° 5178/OB/1973, Folha 2, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio.

⁹⁰² Ver Nuno Teotónio Pereira, In Memória Descritiva, Lisboa, 30/11/1983, In Processo N° 312/OB/1984, Folha 5, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio.

⁹⁰³ Idem.

⁹⁰⁴ In Ana Tostões (coord.), *Arquitectura e Cidadania. Atelier Nuno Teotónio Pereira*, Lisboa, Centro Cultural de Belém, 2004, pp. 221.

*estacionamento autónomo com o fim de evitar condomínios de grande dimensão*⁹⁰⁵ – fossem criados dois pátios, um na frente principal para onde se abrem as zonas de estar e de comer (dispostas em “L”) e outro na frente tardoz (sem acesso de carro) que, como uma espécie de saguão (mais aberto) estabelece ligação com a cozinha, as escadas de acesso ao 1º andar e a área de circulação do piso superior. No 1º andar localiza-se a zona privativa da casa onde os dois quartos que se encontram sobre as áreas das salas (de estar e de jantar), apresentam uma janela de canto que permite a sua total abertura para o exterior. Entre estes dois quartos encontramos, tal como na moradia do tipo B, uma saleta que poderá servir como compartimento de apoio aos quartos: escritório, zona de estudo dos filhos maiores ou quarto de brinquedos das crianças. Sobre a garagem e contíguo ao pátio localizado na frente tardoz (embora a um nível superior) encontramos mais um pátio com ligação a outro quarto e à cobertura (acessível). A relação entre os pátios e os diversos compartimentos da casa oferece ao morador uma vivência mais intimista, virada para um interior ao ar livre, possibilitando o atravessamento ou simplesmente a sua contemplação (Fig. 2.4.1.4.). Conforme afirmaram os arquitectos na memória descritiva do projecto, os aspectos mais salientes desta moradia, que a definem como destinada a famílias sem dificuldades financeiras, são *os da área disponível, tanto interior como exterior, além dos que decorrem da própria característica unifamiliar, assegurando a cada fogo a propriedade absoluta do imóvel e do terreno, a fruição de logradouros exteriores e a possibilidade de entrada de carro no lote – em garagem nos tipos C, com entrada pela frente. No que respeita a áreas exteriores, dispõem os tipos C de dois pequenos pátios no piso térreo e de terraços no piso 2 e na cobertura – único caso em que esta é acessível*⁹⁰⁶.

⁹⁰⁵ Ver Nuno Teotónio Pereira e Pedro Botelho, *EPUL Restelo – Projecto de alteração da Fase I. Estudo Prévio – Aditamento*, 14/9/1983, In Arquivo de Nuno Teotónio Pereira, IHRU.

⁹⁰⁶ Ver Nuno Teotónio Pereira, Nuno Portas e Arq. Associados, In *Memória Descritiva*, 15/11/1973, Arquivo EPUL.

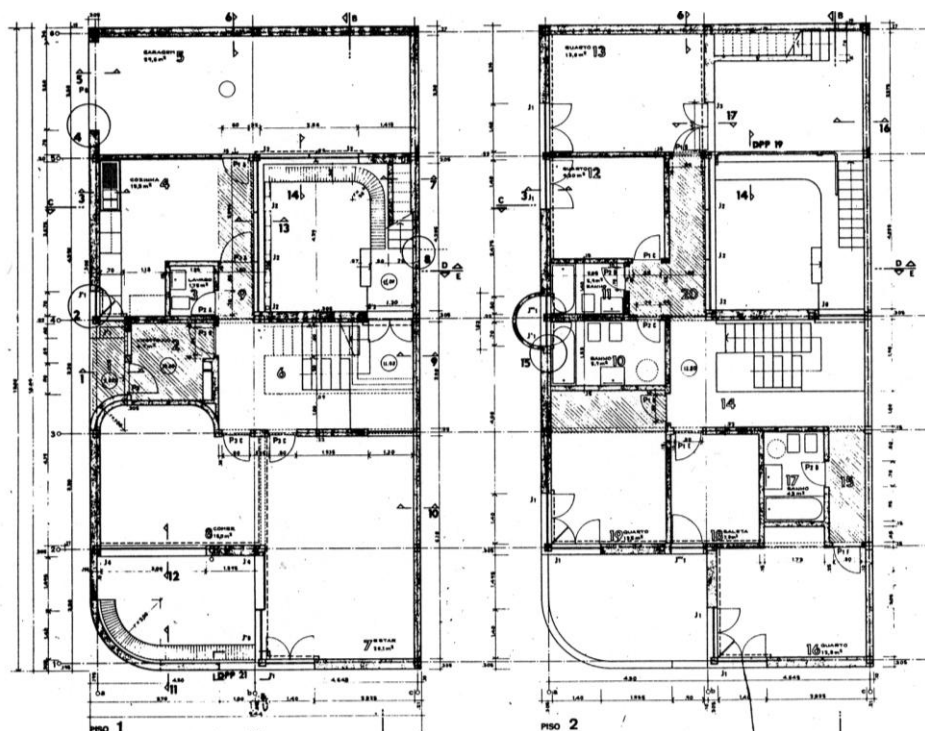


Fig. 2.4.1.4. Plantas da moradia do tipo C, 1971⁹⁰⁷

Os **blocos de habitação colectiva** edificados no quarteirão piloto – **blocos 5a, 5b e 10** – pertencem a dois tipos diferentes: *os lotes longitudinais (5a, 10) marginando as ruas e pertencendo à série 5x, de acordo com a terminologia do Plano; e os transversais (lote 5b), fechando os quarteirões a norte e pertencendo à série 4x*⁹⁰⁸. Apesar de não ter sido construído o previsto bloco central – **bloco 6** – que faria a ligação entre este quarteirão e os localizados a norte e que, para além disso, também previa um *piso térreo com comércio e serviços que assim penetrava no âmbito do conjunto*⁹⁰⁹, os edificados, que confinam com as **Ruas Pêro de Alenquer e João Fernandes Labrador**, fecham e delimitam a zona piloto, deixando as correntezas de moradias isoladas no seu interior sem qualquer zona de serviços e/ou equipamentos (Fig. 2.4.1.5.).

⁹⁰⁷ In “‘Dossier’ Restelo”, *Arquitectura*, Lisboa, Nº 130, Maio 1974, pp. 18.

⁹⁰⁸ Ver Nuno Portas, Nuno Teotónio Pereira, João Paciência, *Dossier 2: Zona EP – Blocos*, 1973, In Arquivo de Nuno Teotónio Pereira, IHRU.

⁹⁰⁹ Ver Nuno Teotónio Pereira, “EPUL 35 Anos – Plano do Restelo. Breve Historial”, artigo destinado a uma publicação comemorativa dos 35 anos da EPUL (não publicado), Lisboa, 5/12/2006, In Arquivo do Arquitecto Nuno Teotónio Pereira.

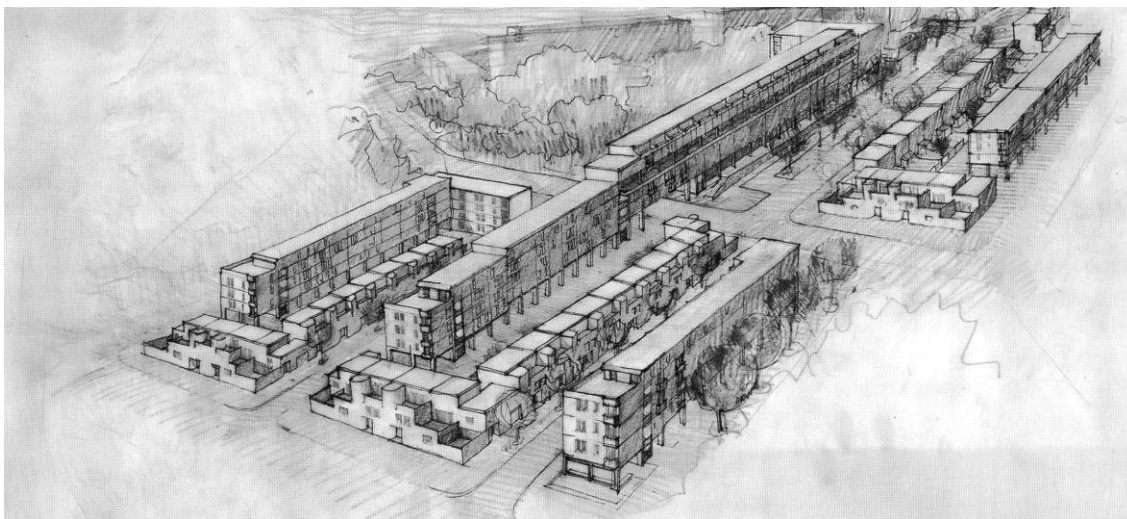


Fig. 2.4.1.5. Perspectiva do quarteirão piloto (com o previsto bloco 6), s.d.⁹¹⁰

Na procura de características próprias da moradia, e sendo um dos objectivos do plano *criar tipologias intermédias entre a moradia independente e os blocos de andares correntes*⁹¹¹, os apartamentos localizados no piso térreo (piso 1) têm a sua entrada localizada na frente principal, directamente a partir da rua (Fig. 2.4.1.6.). Neste piso localiza-se um quarto, uma instalação sanitária e o acesso ao piso superior (piso 2) onde se encontra a sala, cozinha, mais um quarto e outra instalação sanitária. No nosso entender, as desvantagens deste tipo de apartamento (de dimensões, apesar de tudo reduzidas) ser organizado em dois pisos parecem querer ser contrabalançadas com a contemplação de um pátio privativo na frente tardoz mas, segundo os arquitectos, que nesta opção só vêm benefícios, explicam que o facto de a habitação dispor de mais de quatro divisões, *justificam a solução do tipo 'duplex', mantendo módulos estreitos de fachada*⁹¹². Acrescentam ainda que a *conjugação do duplex permite intercalar uma rua sobre-elevada de confortável dimensão, galeria com colunas de acesso verticais bastante distanciadas, sem os inconvenientes de devassamento, do interior das habitações, que se podem verificar quando cada galeria serve habitações ao mesmo*

⁹¹⁰ In Ana Tostões (coord.), *Arquitectura e Cidadania. Atelier Nuno Teotónio Pereira*, Lisboa, Centro Cultural de Belém, 2004, pp. 217.

⁹¹¹ Ver Nuno Portas, Nuno Teotónio Pereira, João Paciência, *Dossier 2: Zona EP – Blocos*, 1973, In Arquivo de Nuno Teotónio Pereira, IHRU.

⁹¹² Ver Nuno Teotónio Pereira, Nuno Portas, João Paciência e Gonçalo Ribeiro Telles, *Plano de Pormenor do Restelo*, Cota: NP271, In Arquivo de Nuno Teotónio Pereira, IHRU.

nível. Tal foi o que se projectou para o piso superior, onde o acesso aos apartamentos localizados nos pisos 3 e 4 é feito a partir de um corredor exterior em galeria que favorece a vida em comunidade porque, à semelhança do que havia sido experimentado anteriormente (por exemplo) nos Olivais⁹¹³ – ou em Londres no já referido projecto de *Golden Lane* (Alison e Peter Smithson, 1952) com as *streets in the air* –, se verificou que *a entrada e a saída de habitantes do prédio ou do bloco viesse a permitir encontros frequentes entre moradores, sem que, no entanto, sobre a vida doméstica, no interior dos fogos, impendesse uma vigilância apertada*⁹¹⁴. No artigo acerca das “considerações sobre o organismo distributivo das habitações” publicado na revista *Arquitetura* (1960), Nuno Portas também ressalta a experiência observada pelo arquitecto Giancarlo di Carlo (1919-2005) em relação à “vida nas galerias” onde, apesar de (naquele caso) não disporem *nem de largueza, nem de protecções, nem de boa disposição em relação aos elementos, apresentava uma vida intensa dos adultos às crianças, desde órgão de relação entre a vizinhança à pista de patinagem e corridas de bicicletas*⁹¹⁵. Assim, no Restelo, com acesso em galeria, os apartamentos localizados no piso 3, de reduzidas dimensões, serão destinados a um casal sem filhos ou um indivíduo solteiro por contemplarem apenas um quarto, instalação sanitária, sala e cozinha. Por último, os apartamentos localizados no piso 4 e 5 apresentam um melhor aproveitamento do espaço devido à organização interna ser feita a partir das escadas privativas de acesso localizadas na extremidade do fogo e não a partir de um corredor central como sucede no apartamento inferior. Neste caso, no primeiro piso do apartamento localiza-se a sala, cozinha (com varanda para a frente tardoz), despensa, quarto e instalação sanitária e no piso superior, recuado em relação à rua tal como o projectado nas moradias do tipo B, três quartos e instalação sanitária.

⁹¹³ No Olivais Sul, são exemplo os edifícios de habitação projectados por Victor Figueiredo e Vasco Lobo (Lote Nº 46 e 29); Nuno Teotónio Pereira, A. Silva Gomes, A. Freitas Leal e J. Correia Rebelo; (lote Nº 440); Costa Martins, Hernâni Gandra, Coutinho Raposo e Neves Galhoz (Lotes Nº 22 e 23).

⁹¹⁴ Ver João Pedro Silva Nunes, *À Escala Humana. Planeamento Urbano e Arquitectura de Habitação em Olivais Sul (Lisboa, 1959-1969)*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2007, pp. 133.

⁹¹⁵ Ver Nuno Portas, “Considerações sobre o organismo distributivo das habitações”, In *Arquitetura*, Nº 69, Novembro-Dezembro 1960, pp. 48-52, In Nuno Portas, *Arquitetura(s). Teoria e Desenho, Investigação e Projecto*, Porto, FAUP Publicações, 2005, pp. 113.

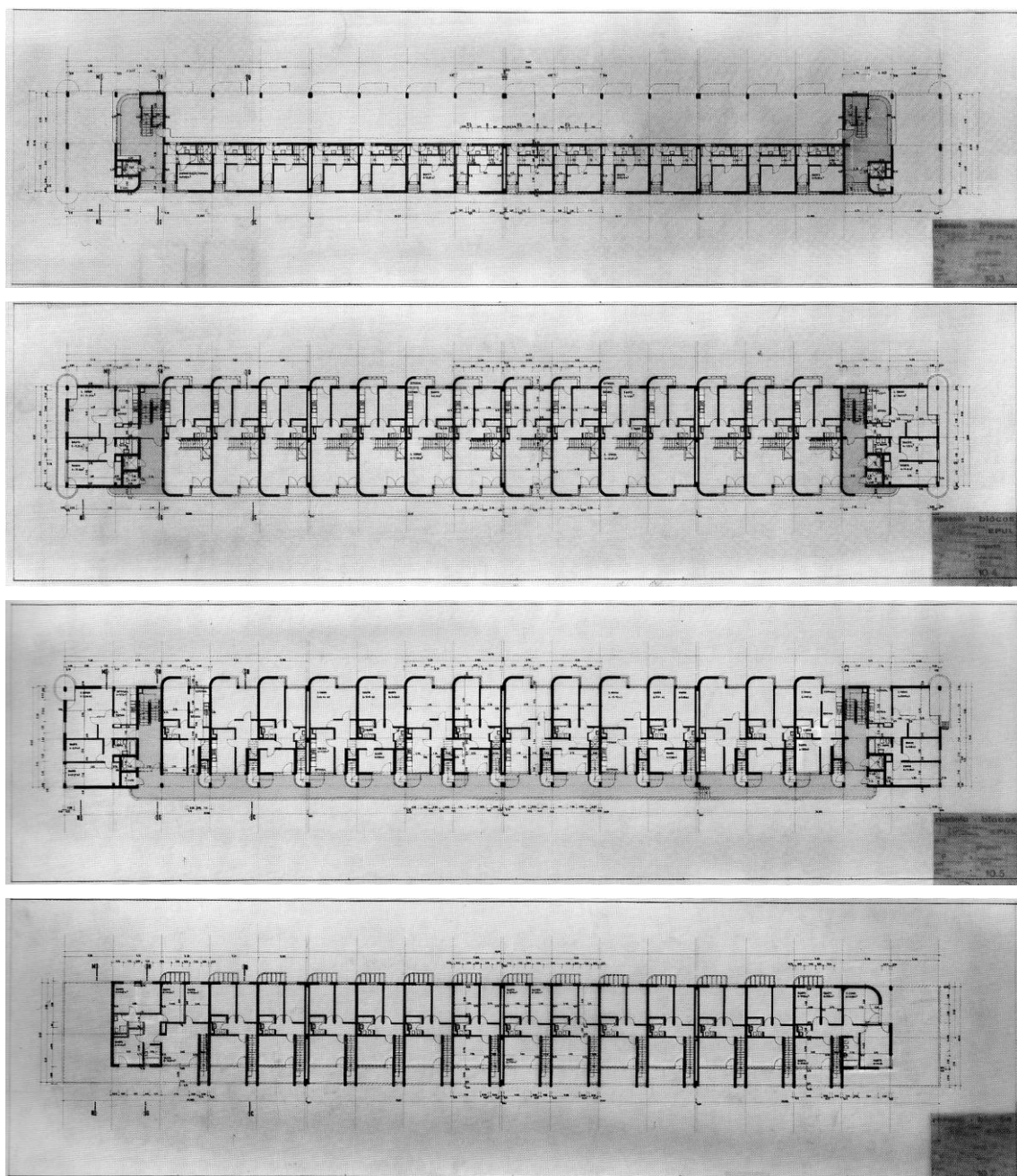


Fig. 2.4.1.6. Plantas dos pisos 1, 2, 3, 4, e 5 do bloco de habitação edificado no lote 10, quarteirão piloto, 1973⁹¹⁶

⁹¹⁶ In Ana Tostões (coord.), *Arquitectura e Cidadania. Atelier Nuno Teotónio Pereira*, Lisboa, Centro Cultural de Belém, 2004, pp. 218-219.

Construtivamente optou-se por uma estrutura porticada de betão armado com panos de enchimento e divisórias de alvenaria de tijolo e lajes de pavimento e cobertura também de betão armado. Os revestimentos exteriores são constituídos por *placas cerâmicas nos paramentos mais expostos ao uso (piso térreo e nível da galeria), revestimento à base de resinas em todos os restantes paramentos; canaletes de fibrocimento na cobertura, sendo os respectivos remates e as coberturas secundárias revestidas com chapa de zinco; mosaico cerâmico estriado nos pisos dos terraços e galerias*⁹¹⁷. A expressão arquitectónica resultante, segundo descrevem os arquitectos, caracteriza-se pela *predominância de elementos horizontais nas fachadas que marginam as ruas, procurando-se assim acentuar o espaço direccional destas, valorizando ao mesmo tempo as quebras provocadas pelo declive da encosta; esta marcação é dada sobretudo por faixas correspondentes ao embasamento, à galeria e ao plano superior de remate; Em contraponto com esta acentuação, faz-se uma pontuação vertical, correspondente à modulação celular dos fogos e da estrutura; elementos desta marcação são os recessos das entradas ao nível da rua, as saliências curvas na galeria, os janelões no plano superior corrido e as lucarnas que mordem os parapeitos do andar recuado, ritmando assim a linha da cimalha*⁹¹⁸ (Fig. 2.4.1.7.). Segundo Michel Toussaint, trata-se de *uma linguagem neo-modernista de claro retorno às raízes do Movimento Moderno e referência ao Modernismo Português (sobretudo lisboeta) revela a procura de uma outra legitimidade expressiva depois da exaustão do neo-vernáculo*⁹¹⁹. Do mesmo modo, Jorge Figueira chamara a atenção para o facto desta *mediação de elementos neo-modernistas e neo-rationistas*⁹²⁰ estar também presente no conjunto habitacional conhecido como “Pantera Cor-de-Rosa” (Chelas, 1971-1975) de

⁹¹⁷ Ver Nuno Portas, Nuno Teotónio Pereira, João Paciência, *Dossier 2: Zona EP – Blocos*, 1973, In Arquivo de Nuno Teotónio Pereira, IHRU.

⁹¹⁸ Idem.

⁹¹⁹ Ver Michel Toussaint Alves Pereira, In Francisco Gentil Berger, Luís Bissau e Michel Toussaint Alves Pereira, *Guia de Arquitectura Lisboa 94*, Lisboa, Ed. Associação dos Arquitectos Portugueses e Sociedade Lisboa 94, Faculdade de Arquitectura Universidade Técnica de Lisboa, 1994, pp. 342.

⁹²⁰ Ver Jorge Manuel Fernandes Figueira Ferreira, *A periferia perfeita: Pós-Modernidade na Arquitectura Portuguesa, Anos 60 – Anos 80*, Dissertação de Doutoramento em Arquitectura (Teoria e História da Arquitectura) apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2009, pp. 253.

Gonçalo Byrne (n. 1941) e António Reis Cabrita (n. 1942) onde também são integrados *elementos da cidade tradicional (a praça) e elementos da cidade moderna (a galeria)*⁹²¹.

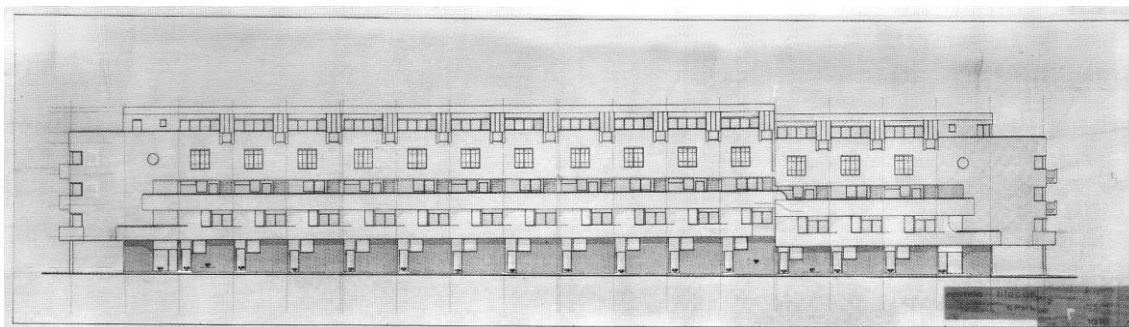


Fig. 2.4.1.7. Alçado poente do bloco de habitação edificado no lote 10, quarteirão piloto, 1973⁹²²

Mas ainda no início da década de 80, mantendo os mesmos critérios utilizados na Zona EP deu-se seguimento à construção do empreendimento da EPUL com a edificação de mais moradias e blocos de habitação multifamiliar nos quarteirões a norte da Rua Gonçalo Velho Cabral, delimitados por esta via e pela Rua Vicente Dias, Avenida Ilha da Madeira e Rua Gonçalo Nunes. Segundo desenho dos arquitectos **Nuno Teotónio Pereira, Nuno Portas e Pedro Viana Botelho**, os projectos das **moradias bifamiliares do tipo A** (bloco A8), que formam três correntezas edificadas (entre 1984-1987) ao longo da **Rua Diogo de Silves** (Figs. 2.4.1.8. a 2.4.1.10.), foram premiados com uma **Menção Honrosa do Prémio Valmor - 1987** sob apreciação do júri constituído pelos arquitectos Victor Manuel Roque Martins dos Reis (vereador da Câmara Municipal de Lisboa, como presidente), Luís Benavente (Academia Nacional de Belas Artes), Francisco Silva Dias (Associação dos Arquitectos Portugueses), Carlos Antero Ferreira (Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa) e Estevão Guerra de Figueiredo (Câmara Municipal de Lisboa). Situadas numa zona de encosta com declive acentuado entre a rua de acesso principal e a rua interior do quarteirão, como explicaram os arquitectos na memória descritiva do projecto,

⁹²¹ Idem.

⁹²² In Ana Tostões (coord.), *Arquitectura e Cidadania. Atelier Nuno Teotónio Pereira*, Lisboa, Centro Cultural de Belém, 2004, pp. 218.

justificou-se assim a *possibilidade de integrar um ou dois pisos abaixo do nível daquela [rua]. Aproveitando esta circunstância, estas moradias integram sempre dois fogos sobrepostos, de dimensão e organização diferentes, conforme o número total de pisos, que pode ser de 3 ou 4, e as características altimétricas da implantação*⁹²³. Como afirmaram os arquitectos na memória descritiva do projecto, esta sobreposição de fogos vem introduzir no mercado de venda livre *uma demarcação muito nítida ao nível do valor comercial*⁹²⁴ porque, naturalmente, é completamente diferente possuir uma moradia unifamiliar que, apesar de geminada, é independente no lote e, por contraposição, possuir uma moradia que, como um apartamento, se insere num lote onde coexiste outra a um nível inferior ou superior, assemelhando-se a um pequeno edifício de habitação com dois fogos.

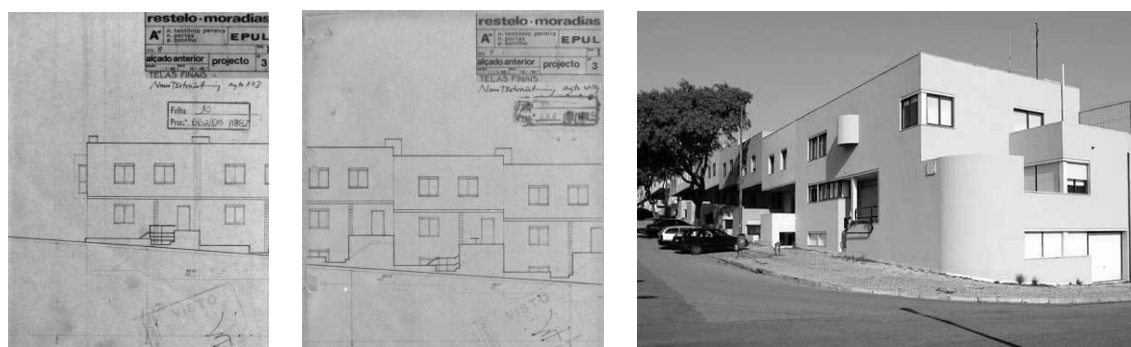


Fig. 2.4.1.8. Alçado das moradias do tipo A edificadas na Rua Diogo de Silves (Nº 18), Nuno Teotónio Pereira, Nuno Portas e Pedro Viana Botelho, 1984-1987, Menção Honrosa Prémio Valmor-1987⁹²⁵

Fig. 2.4.1.9. Alçado das moradias do tipo A edificadas na Rua Diogo de Silves (Nº 12), Nuno Teotónio Pereira, Nuno Portas e Pedro Viana Botelho, 1984-1987, Menção Honrosa Prémio Valmor-1987⁹²⁶

Fig. 2.4.1.10. Vista do encontro das Ruas Diogo de Silves e Gonçalo Velho Cabral⁹²⁷

⁹²³ Ver Nuno Teotónio Pereira, In Memória Descritiva, Lisboa, 30/11/1983, In Processo Nº 302/OB/1984, Folha 3, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio.

⁹²⁴ Ver Nuno Teotónio Pereira, Nuno Portas e Arq. Associados, In Memória Descritiva, 15/11/1973, Arquivo EPUL.

⁹²⁵ In Obra Nº 612300, Processo Nº 662/987, Folha 10, Arquivo Municipal de Lisboa –Núcleo Intermédio.

⁹²⁶ In Obra Nº 61290, Processo Nº 668/987, Folha 10, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio.

⁹²⁷ In www.epul.pt

Apresentam-se de seguida as plantas de dois tipos de fogos inseridos em duas moradias do tipo A⁹²⁸. Como se poderá observar na figura 2.4.1.11., trata-se de uma **moradia bifamiliar do tipo A'** em que o fogo situado à cota mais baixa (nível 0) é do tipo T3 e tem duas entradas possíveis: a entrada principal, feita a partir de um pátio (privativo) rebaixado localizado na frente da Rua Diogo de Silves (nível 1); e a entrada de serviço, feita pelo logradouro localizado nas traseiras, cujo acesso é feito a partir de uma via secundária (paralela à Rua Diogo de Silves). Tal solução *permite que o piso térreo, francamente aberto para as traseiras, fique também desafrontado para a frente, proporcionando condições de habitabilidade a todo o piso*⁹²⁹. Através da entrada principal o indivíduo poderá voltar a subir para o piso dos (três) quartos (nível 1) ou poderá aceder à sala comum (com ligação ao pátio) ou à cozinha (com ligação ao logradouro). Quanto ao outro fogo, do tipo T4, apesar da entrada se fazer *directamente da rua através de um passadiço que transpõe o mesmo pátio*⁹³⁰, o indivíduo tem que subir um piso (através de uma escada privativa) para entrar na casa propriamente dita. Assim, no nível 2 encontramos um escritório, a sala (prolongada para uma varanda sobre o logradouro do fogo inferior) e a cozinha e no piso superior (nível 3), os (quatro) quartos. A figura 2.4.1.12. mostra-nos uma **moradia bifamiliar do tipo A''** que, com organização semelhante à do tipo A', o fogo com tipologia T3 situado à cota mais baixa (níveis 0 e 1) é exactamente igual à solução apresentada anteriormente mas o fogo que se sobrepõe (nível 2), do tipo T2, organiza-se num só piso, sendo este composto por sala, cozinha, despensa e dois quartos.

⁹²⁸ A moradia do tipo A' compreende 2 fogos duplex (T3 e T4), num total de 4 pisos, sendo dois abaixo do nível da rua principal (Ver Nuno Teotónio Pereira, In Memória Descritiva, Lisboa, 30/11/1983, In Processo N° 490/OB/1984, Folha 3, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio.) e a do tipo A'' compreende um fogo duplex (T3) e um fogo simplex (T2) num total de 3 pisos, sendo dois deles abaixo do nível da rua principal (Ver Nuno Teotónio Pereira, In Memória Descritiva, Lisboa, 30/11/1983, In Processo N° 4426/OB/1984, Folha 3, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio.).

⁹²⁹ Ver Nuno Teotónio Pereira, In Memória Descritiva, Lisboa, 30/11/1983, In Processo N° 302/OB/1984, Folha 3, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio.

⁹³⁰ Ver Nuno Teotónio Pereira, In Memória Descritiva, Lisboa, 30/11/1983, In Processo N° 302/OB/1984, Folha 3, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio.

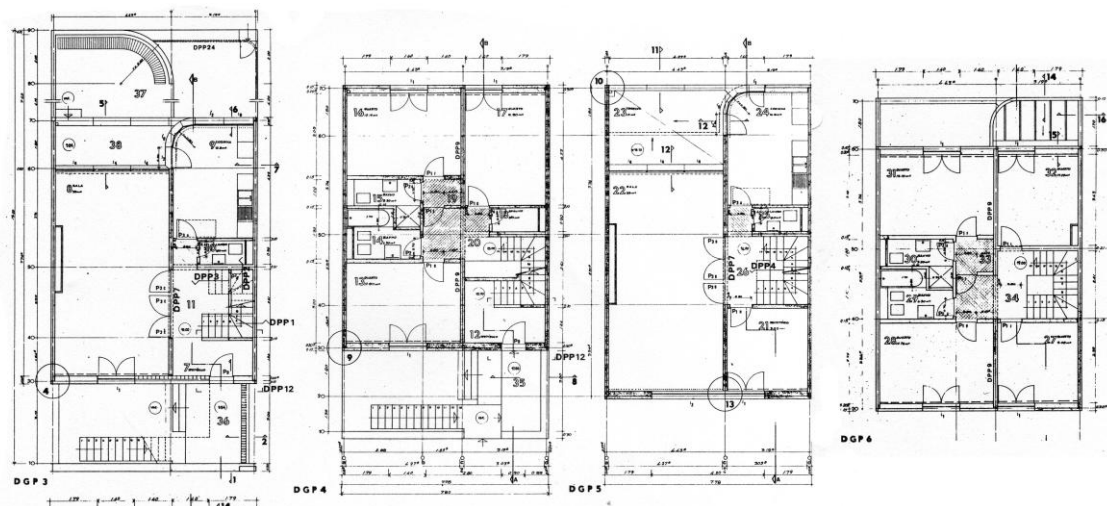


Fig. 2.4.1.11. Plantas e corte de uma moradia do tipo A' localizada na Rua Diogo de Silves, Nuno Teotónio Pereira, Nuno Portas e Pedro Viana Botelho, 1971⁹³¹

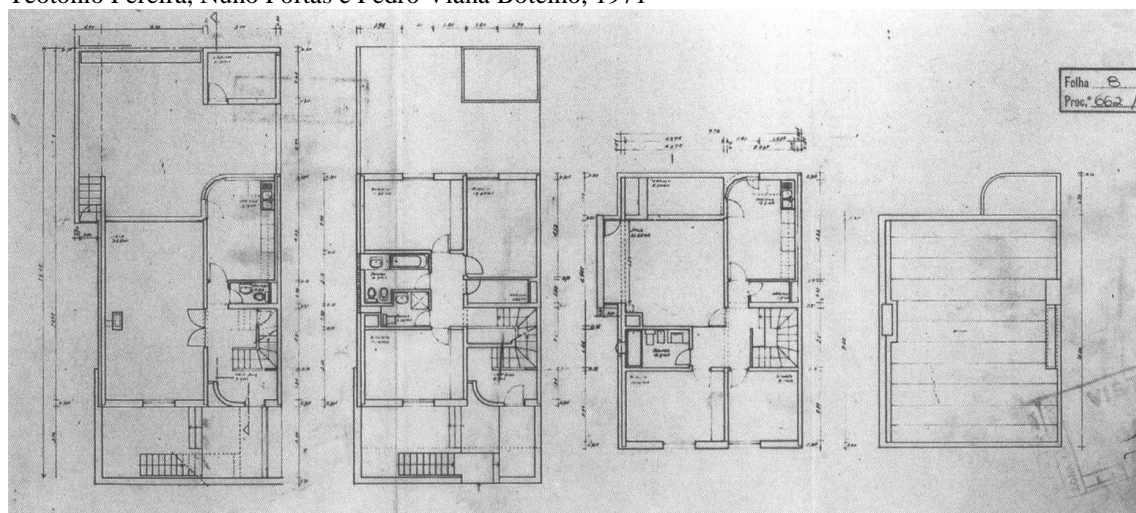


Fig. 2.4.1.12. Plantas de uma moradia do tipo A'' localizada na Rua Diogo de Silves, Nuno Teotónio Pereira, Nuno Portas e Pedro Viana Botelho, 1971⁹³²

⁹³¹ In “‘Dossier’ Restelo”, *Arquitectura*, Lisboa, Nº 130, Maio 1974, pp. 16.

⁹³² In AAVV, *EPUL – 40 Anos. Edição Comemorativa do quadragésimo aniversário da EPUL – Empresa Pública de Urbanização de Lisboa*, Lisboa, EPUL, 2011, pp. 119.



Fig. 2.4.1.13. Pormenores das entradas das moradias do tipo A edificadas na Rua Diogo de Silves, Nuno Teotónio Pereira, Nuno Portas e Pedro Viana Botelho, 1984-1987, Menção Honrosa Prémio Valmor-1987⁹³³

Fig. 2.4.1.14. Vista da moradia do tipo A localizada na Rua Diogo de Silves/Escadinhas do Alto do Restelo⁹³⁴

O projecto do **bloco 8A Sul, Centro e Norte** (Fig. 2.4.1.15.) – denominado de **Quarteirão Rosa** devido às cores da fachada – valeu outra **Menção Honrosa do Prémio Valmor - 1988** aos arquitectos **Nuno Teotónio Pereira** e **Pedro Botelho**. Apreciado pelo júri constituído pelos arquitectos Victor Manuel Roque Martins dos Reis (vereador da Câmara Municipal de Lisboa, como presidente), Luís Benavente (Academia Nacional de Belas Artes), José Carlos Travassos (Associação dos Arquitectos Portugueses), Carlos Antero Ferreira (Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa) e Manuel Vicente Meira de Carvalho (Câmara Municipal de Lisboa), este bloco habitacional localizado a norte da **Rua Gonçalo Nunes**⁹³⁵, é constituído por três edifícios (sul, centro e norte) que definem duas frentes de quarteirão – circunscrito pela Rua Gonçalo Nunes, Avenida Ilha da Madeira, Rua Diogo de Silves e Travessa T4 (actuais Escadinhas do Alto do Restelo) – e que, dada a sua extensão, *formam um corpo com cinco pisos e muito alongado, que faz parte de uma das tipologias mais características da solução urbanística [(experimentada no*

⁹³³ In www.epul.pt

⁹³⁴ In AAVV, *EPUL – 40 Anos. Edição Comemorativa do quadragésimo aniversário da EPUL – Empresa Pública de Urbanização de Lisboa*, Lisboa, EPUL, 2011, pp. 119.

⁹³⁵ A sul da Rua Gonçalo Nunes edificaram-se moradias unifamiliares do tipo B e C (no gaveto com a Rua Gonçalo Velho Cabral) semelhantes às construídas no quarteirão piloto.

quarteirão piloto)], com acesso directo para a rua dos duplex do tipo térreo e galeria única no piso 3, embora interrompida nos limites de cada lote, servindo os fogos situados a este nível e os duplex que ocupam os pisos 4 e 5⁹³⁶. Como referido pelos arquitectos na memória descritiva do projecto, o lote 8A Centro localiza-se junto a um atravessamento sob o edifício, ligando a rua principal à rua interior e, através de umas escadinhas, ligando também à Rua Diogo de Silves, que corre a um nível superior⁹³⁷ (Fig. 2.4.1.17.) e na junção com o lote 8B, do lote 8A Norte, passa-lhe por baixo a Rua Diogo de Teive⁹³⁸ (Fig. 2.4.1.16.), sistema [que] permite a circulação de peões que torna mais permeável o tecido urbano nesta zona⁹³⁹.



Fig. 2.4.1.15. Quarteirão Rosa, Nuno Teotónio Pereira e Pedro Botelho, 1984-1987, Menção Honrosa Prémio Valmor-1988⁹⁴⁰

Fig. 2.4.1.16. Vista da passagem inferior da Rua Diogo de Teive⁹⁴¹

⁹³⁶ Ver Nuno Teotónio Pereira, In Memória Descritiva, Lisboa, 30/11/1983, In Processo N° 488/OB/1984, Folha 3, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio.

⁹³⁷ Ver Nuno Teotónio Pereira, In Memória Descritiva, Lisboa, 30 /11/1983, In Processo N° 484/OB/1984, Folha 3 e 5, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio.

⁹³⁸ Ver Nuno Teotónio Pereira, In Memória Descritiva, Lisboa, 30/11/1983, In Processo N° 488/OB/1984, Folha 3, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio.

⁹³⁹ Ver Nuno Teotónio Pereira, In Memória Descritiva, Lisboa, 30/11/1983, In Processo N° 484/OB/1984, Folha 3 e 5, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio.

⁹⁴⁰ In <http://premiosvalmor.blogspot.pt/2005/11/19801989.html>

⁹⁴¹ In Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa, Prova: B089623 da autoria de Paulo Catrica.

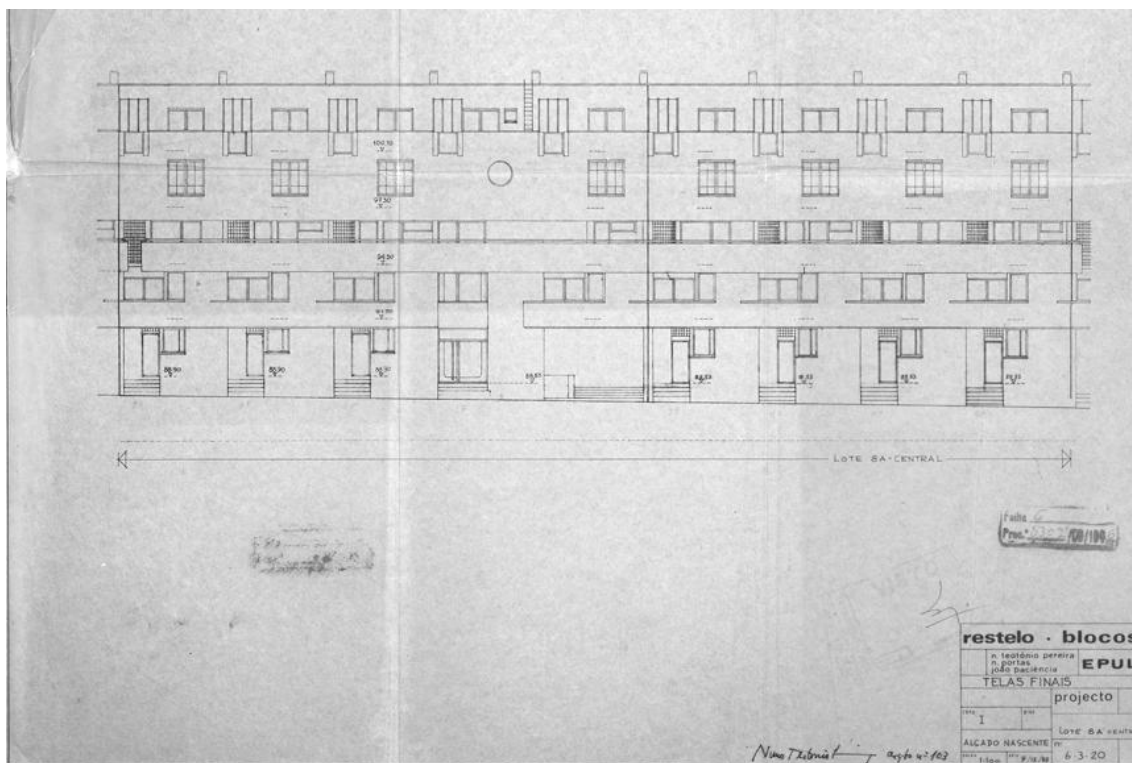


Fig. 2.4.1.17. Rua Gonçalo Nunes Nº 31 a 45, Nuno Teotónio Pereira e Pedro Botelho, 1984-1986, Menção Honrosa Prémio Valmor-1988⁹⁴²

Quanto à justificação da expressão arquitectónica, os projectistas recorreram à mesma memória descritiva utilizada para o projecto do bloco habitacional edificado no quarteirão piloto acrescentando apenas, relativamente à frente tardoz, que *o rompimento do volume provocado pelo recesso do estacionamento prolonga lateralmente a rua interior, o qual é ritmada do lado oposto pelas entradas das moradias; aqui, o que se pretende, por oposição ao canal-espaco da rua, é valorizar a dimensão transversal, no qual se inserem as saliências das fachadas de tardoz dos blocos; - O topo do lote Sul foi traçado como frente, apesar da sua reduzida dimensão, procurando-se elementos que fizessem a ligação com as fachadas laterais; - Finalmente, os pontos de acesso vertical foram vazados ao nível da rua, para acentuar a ligação entre as vias principais e as ruas interiores*⁹⁴³ (Figs. 2.4.1.18. a 2.4.1.20.).

⁹⁴² In Obra Nº 61281, Processo Nº 5302/986, Folha 6, Arquivo Municipal de Lisboa– Núcleo Intermédio.

⁹⁴³ Ver Nuno Teotónio Pereira, In Memória Descritiva, Lisboa, 30/11/1983, In Processo Nº 484/OB/1984, Folha 3 e 5, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio.

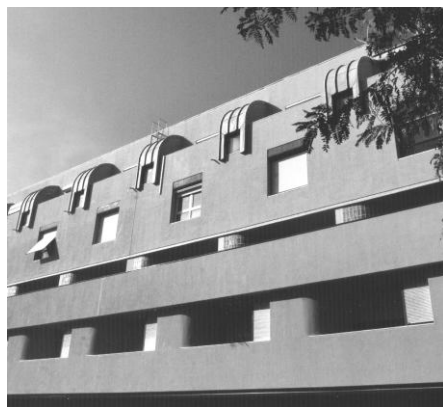


Fig. 2.4.1.18. Quarteirão Rosa, Nuno Teotónio Pereira e Pedro Botelho, 1984-1987, Menção Honrosa Prémio Valmor-1988⁹⁴⁴

Fig. 2.4.1.19. Pormenor do Quarteirão Rosa, Nuno Teotónio Pereira e Pedro Botelho, 1984-1987, Menção Honrosa Prémio Valmor-1988⁹⁴⁵

Fig. 2.4.1.20. Pormenor do Quarteirão Rosa, Nuno Teotónio Pereira e Pedro Botelho, 1984-1987, Menção Honrosa Prémio Valmor-1988⁹⁴⁶

Embora identificadas como **moradias do Tipo EE'** (Fig. 2.4.1.21.), na verdade trata-se de pequenos edifícios de habitação multifamiliar (4 e 5 pisos) localizados nos cotovelos da Rua R2 (actual **Rua Diogo de Teive**) e **Rua Gonçalo Nunes**, resultantes de uma alteração ao plano geral derivada *da necessidade de adoptar esta realização às novas condições sócio-económicas do País, no sentido de se executarem programas mais de acordo com as necessidades de grandes camadas da população*⁹⁴⁷. Assim, a *tipologia adoptada consiste numa coluna vertical de acessos com distribuição lateral para dois fogos em cada piso num total de 8 fogos por cada lote*⁹⁴⁸, sendo estes do tipo T2 e constituídos por *dois quartos com respectivo banho um espaço de cozinha e comer conjunto e uma sala que sendo um espaço de estar permite um uso como zona de repouso eventual*⁹⁴⁹. Como justificaram os arquitectos, *pensamos assim permitir uma utilização mais intensiva do fogo*⁹⁵⁰. Quanto à expressão arquitectónica procurou-se uma certa *vibração volumétrica com as varandas marquise prolongado as cozinhas*,

⁹⁴⁴ In <http://www-ext.lnec.pt/LNEC/DED/NA/arq/ntp/prjobr/prjobr.htm>

⁹⁴⁵ In AAVV, *EPUL – 40 Anos. Edição Comemorativa do quadragésimo aniversário da EPUL – Empresa Pública de Urbanização de Lisboa*, Lisboa, EPUL, 2011, pp. 120-121.

⁹⁴⁶ Idem.

⁹⁴⁷ Ver *Programa Base Moradias EE'*, NP268, Junho 1973, In Arquivo de Nuno Teotónio Pereira, IHRU.

⁹⁴⁸ Idem.

⁹⁴⁹ Idem.

⁹⁵⁰ Idem.

*oferecendo deste modo um espaço adicional para trabalho doméstico e também uma maior relação com os volumes balanceados dos outros lotes, onde saliências semelhantes individualizam cada habitação*⁹⁵¹.

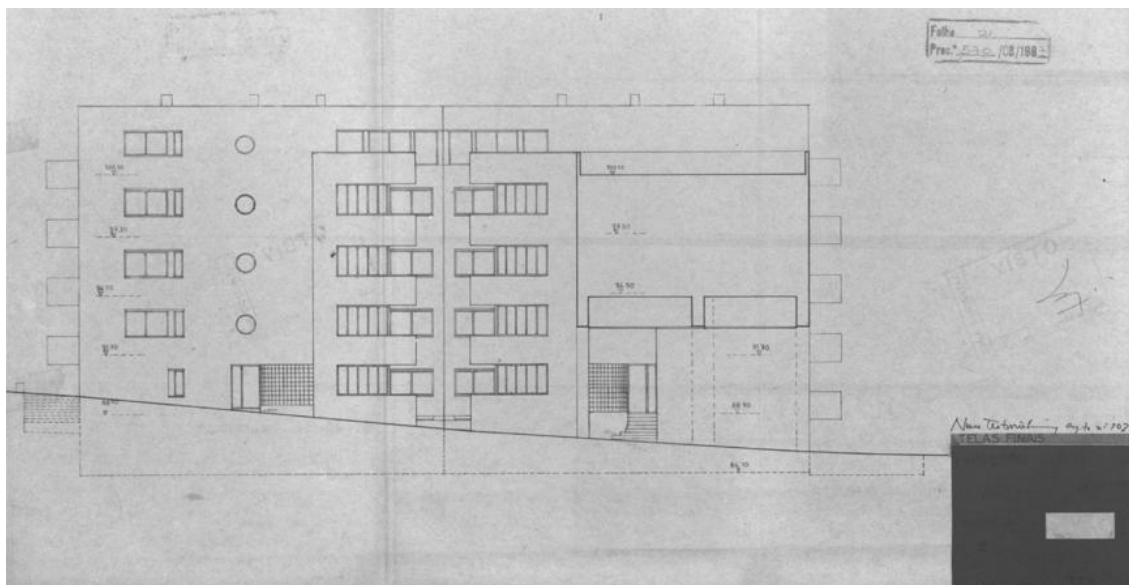


Fig. 2.4.1.21. Rua Gonçalo Nunes Nº 55/Rua Diogo de Teive Nº 4 e 6, Nuno Teotónio Pereira e Pedro Botelho, 1984-1987, Menção Honrosa Prémio Valmor-1988⁹⁵²

Como tivemos oportunidade de referir no capítulo anterior, **Vítor Manuel Afonso Alberto** (n. 1938), arquitecto da EPUL, foi o responsável pela revisão dos projectos das moradias unifamiliares e edifícios de habitação multifamiliar localizados na zona poente do empreendimento. Entre estes projectos justifica-se destacar o das moradias localizadas na **Rua João Dias Nº 5-25** (Figs. 2.4.1.22. a 2.4.1.24.) que valeu outra premiação à EPUL com mais uma menção honrosa do **Prémio Valmor - 1988**, o que fez do empreendimento do Restelo levado a cabo por esta empresa pública a área mais galardoada, seguida apenas de Telheiras⁹⁵³. Mas de que serviram estes reconhecimentos se os proprietários continuam a ter liberdade para “embelezar” as suas

⁹⁵¹ Ver Nuno Teotónio Pereira, In Memória Descritiva, Lisboa, 30/11/1983, In Processo Nº 314/OB/1984, Folha 3 e 4, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio.

⁹⁵² In Obra Nº 61279, Processo Nº 570/987, Folha 21, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio.

⁹⁵³ Em Telheiras foram premiados os projectos dos edifícios localizados na Rua Professor Gentil Martins Nº 6-6E e 8-8E da autoria do arquitecto Sérgio de Melo (Prémio Valmor e Municipal de Arquitectura – 1985) e Nº 32-38 da autoria do arquitecto Rodrigo Rau (menção honrosa do Prémio Valmor – 1986).

propriedades, descaracterizando-as com guardas de ferro trabalhado, marquises e painéis solares? (Fig. 2.4.1.25.).



Fig. 2.4.1.22. Vista da Rua João Dias, Vítor Manuel Afonso Alberto, 1982-1986, Menção Honrosa Prémio Valmor-1988⁹⁵⁴

Fig. 2.4.1.23. Pormenor de uma moradia localizada na Rua João Dias, Vítor Manuel Afonso Alberto, 1982-1986, Menção Honrosa Prémio Valmor-1988⁹⁵⁵

Fig. 2.4.1.24. Vista tardoz de uma moradia localizada na Rua João Dias, Vítor Manuel Afonso Alberto, 1982-1986, Menção Honrosa Prémio Valmor-1988⁹⁵⁶

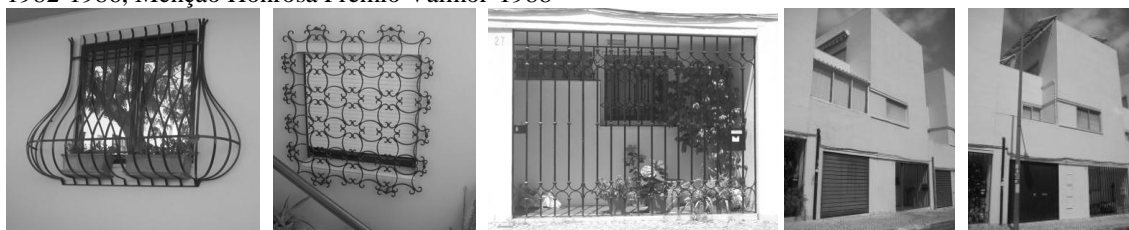


Fig. 2.4.1.25. Pormenores das moradias edificadas na Rua Diogo de Silves (Menção Honrosa Prémio Valmor - 1987) e Rua João Dias (Menção Honrosa Prémio Valmor - 1988)⁹⁵⁷

Conforme afirmou o arquitecto Vítor Alberto na respectiva memória descritiva, *na elaboração dos projectos respeitantes a este núcleo procurou-se responder de acordo com os condicionamentos impostos pelo plano de pormenor e segundo as directrizes emanadas da empresa*⁹⁵⁸. Assim, no que diz respeito à correnteza de

⁹⁵⁴ In <http://ulisses.cm-lisboa.pt/data/002/008/index.php?ml=10&x=0087.xml>

⁹⁵⁵ In AAVV, *EPUL – 40 Anos. Edição Comemorativa do quadragésimo aniversário da EPUL – Empresa Pública de Urbanização de Lisboa*, Lisboa, EPUL, 2011, pp. 111.

⁹⁵⁶ Idem.

⁹⁵⁷ In Arquivo e autoria de Patrícia Bento d'Almeida.

⁹⁵⁸ Ver EPUL, Lisboa, 1982, In Processo N° 852/OB/1983, Folha 2, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio.

moradias da Rua Diogo de Silves, à semelhança do que havia sido projectado pelo gabinete de arquitectura da Rua da Alegria, Vítor Alberto optou por abrir a casa para pátios interiores e orientados para nascente e poente, criando um jogo de volumes cheios e vazios em ambas as frentes da casa (Fig. 2.4.1.27). A entrada principal, recuada em relação à rua, cria uma antecâmara que, como vimos anteriormente, foi em diversos casos encerrada pelos proprietários por questões de segurança (a janela da cozinha comunica com este espaço) e para ganhar área privativa (actualmente serve para guardar contentores de lixo, floreiras e bicicletas). A garagem e a sala comum têm um pátio interior que as separa mas que, ao mesmo tempo, permite o contacto visual entre ambos os compartimentos que, de uma maneira geral, se querem separados. No piso superior três quartos são abertos para os referidos terraços, permitindo o prolongamento da área interior para o exterior (Fig. 2.4.1.26.).

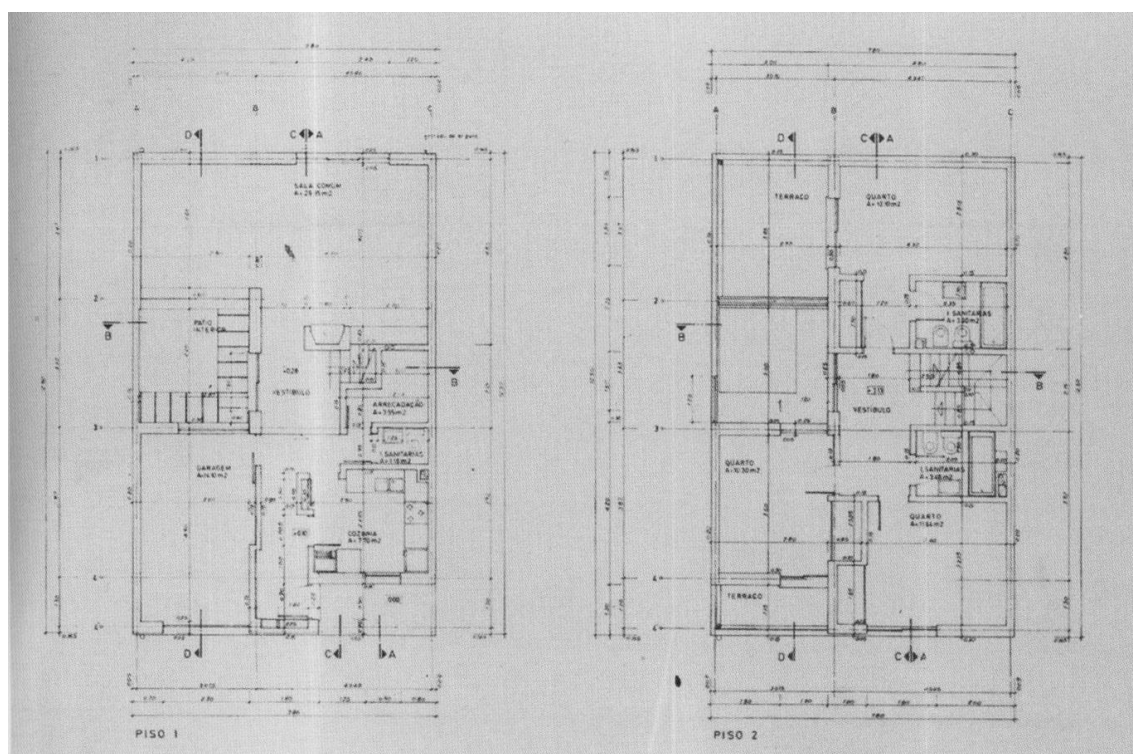


Fig. 2.4.1.26. Planta pisos 1 e 2 de uma moradia localizada na Rua João Dias, Vítor Manuel Afonso Alberto, 1982-1986, Menção Honrosa Prémio Valmor-1988⁹⁵⁹

⁹⁵⁹ In AAVV, *EPUL – 40 Anos. Edição Comemorativa do quadragésimo aniversário da EPUL – Empresa Pública de Urbanização de Lisboa*, Lisboa, EPUL, 2011, pp. 123.

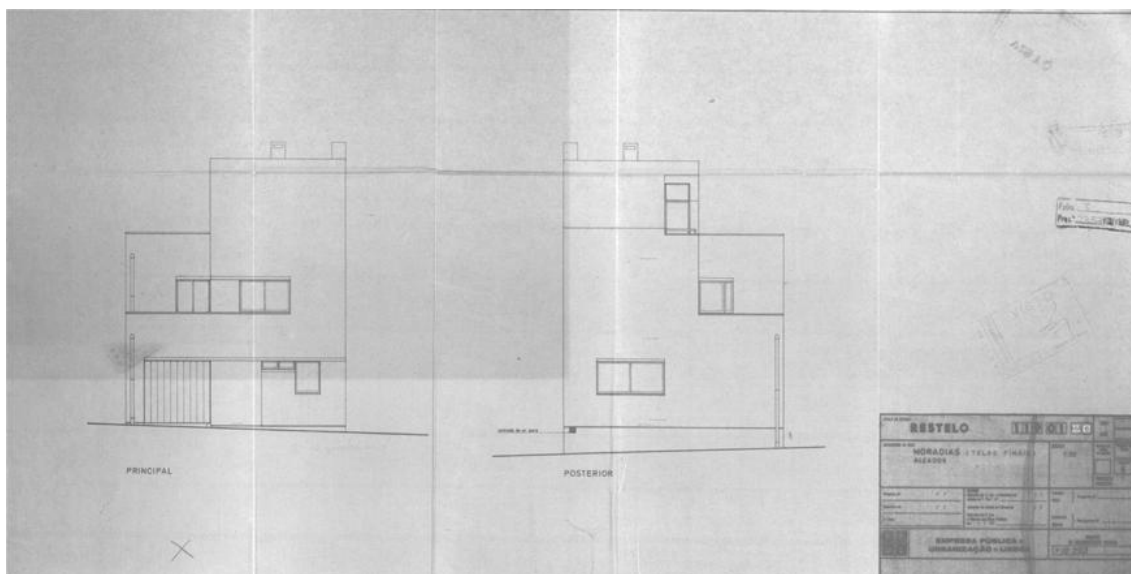


Fig. 2.4.1.27. Alçado da moradia localizada na Rua João Dias Nº 19, Vítor Manuel Afonso Alberto, 1982-1986⁹⁶⁰

Como desenvolvemos no capítulo anterior, com o engenheiro Joel Hasse Ferreira na presidência da EPUL, esta empresa pública decide abrir um concurso de ideias para a **Zona Nascente da Encosta do Restelo** (1991-2006). A proposta do arquitecto **Nuno Leónidas** (n. 1954) foi vencedora, dando posteriormente origem ao grande empreendimento comercialmente denominado de **Encosta do Mosteiro** (Fig. 2.4.1.28.). Apesar de sabermos quem foram os arquitectos que participaram neste concurso⁹⁶¹, depois de consultada a Empresa Pública de Urbanização de Lisboa, apenas nos foi disponibilizada a proposta vencedora, pelo que nos fica a dúvida: será que a EPUL não pretende mostrar as propostas levadas a concurso ou será que não quer levantar eventuais “polémicas” acerca da proposta vencedora?

Procurando tirar partido da pendente e da paisagem – os dois factores que condicionaram todos os outros projectistas que intervieram no bairro até ao momento –, conforme descreveu o arquitecto Leónidas acerca da sua intervenção: *a estrutura e o tipo de ocupação prevista enfatizam naturalmente as relações humanas, através de uma linguagem ambiental, à qual não são estranhos os exemplos dos antigos bairros de*

⁹⁶⁰ In Obra Nº 60906, Processo Nº 2382/986, Folha 7, Arquivo Municipal de Lisboa –Núcleo Intermédio.

⁹⁶¹ Referidos no Capítulo 1.4. desta investigação.

*Lisboa, reconhecidos pelo seu carácter, personalidade, intimidade e escala humana*⁹⁶². Repare-se que tanto a equipa do *atelier* de Nuno Teotónio Pereira como a de Nuno Leónidas justifica querer recordar a malha urbana dos “antigos bairros lisboetas” apesar das intervenções serem bastante distintas. O arquitecto Vasco Massapina (1947-2012), no artigo que publicou relativamente ao conjunto arquitectónico da Encosta do Mosteiro salienta que *quanto às relações público/privado, o espaço público relaciona-se de forma osmótica com o privado, resultando áreas de peões e jardins de boa fruição como espaços de lazer ao ar livre, sobressaindo a ‘grande esplanada’ com a vista do Tejo, à espera de utilização funcional, como extensão da área de restauração, o interessante ‘jardim de aconchego’ fronteiro ao Museu de Etnologia, dos poucos novos jardins públicos ultimamente realizados em Lisboa, e a ‘galeria comercial’ que anima a rua de peões perpendicular às Escadinhas do Alto do Restelo*⁹⁶³. Aqui a *alternância de prismas rectangulares com formas cúbicas visou introduzir ritmos ao longo dos percursos, sem quebrar, no entanto, a homogeneidade do conjunto*⁹⁶⁴. Dadas as condicionantes derivadas dos custos controlados promovidos pela empresa, Leónidas privilegiou as áreas sociais da casa reduzindo ao mínimo as áreas íntimas.



Fig. 2.4.1.28. Vista do empreendimento Encosta do Mosteiro, Nuno Leónidas⁹⁶⁵

Enquanto em 1974 Nuno Portas afirmou que *por respeito pelo que resta do sítio (os Jerónimos, o Monsanto) e por formas de viver que não têm sido contempladas nas*

⁹⁶² Ver Nuno Leónidas, *NLA – Nuno Leónidas Arquitectos*, Lisboa, Caleidoscópio, 2011, pp. 96.

⁹⁶³ Ver Vasco Massapina, “Um sonho para Lisboa do dia seguinte”, *Arquitectura e Vida*, Lisboa, Nº 44, Dezembro 2003, pp. 54.

⁹⁶⁴ Ver Nuno Leónidas, *NLA – Nuno Leónidas Arquitectos*, Lisboa, Caleidoscópio, 2011, pp. 96.

⁹⁶⁵ In AAVV, *EPUL – 40 Anos. Edição Comemorativa do quadragésimo aniversário da EPUL – Empresa Pública de Urbanização de Lisboa*, Lisboa, EPUL, 2011, pp. 50 e 101.

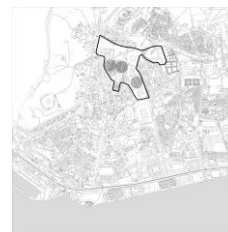
*novas urbanizações mais centrais; baixaram-se quanto possível os edifícios – de forma a que um terço do milhar de habitações previsto fosse substituído por ‘moradias com pátios’⁹⁶⁶, actualmente, parece não haver atenção ao lugar e aos monumentos que o pontuam. Embora tenha sido o município a encomendar, definir o programa e aprovar o plano de pormenor da zona do Restelo (1970), bem como os projectos dos edifícios e moradias ali construídos, foi também a edilidade a suspender a construção e a substituí-la por outra que não a respeitou. Tudo isto “incomodou” a equipa de arquitectos da Rua da Alegria, tendo o arquitecto Nuno Teotónio Pereira manifestado o seu desagrado num artigo (não publicado mas nesta investigação largamente transcrito) destinado a uma publicação comemorativa dos 35 anos da EPUL⁹⁶⁷. No entanto, hoje sabemos que a equipa de Teotónio Pereira também não tivera em consideração o plano de Zinho Antunes, nem tão pouco o elaborado pelo Gabinete de Estudos de Urbanização. Assim, naturalmente, no lugar da prevista correnteza de moradias em banda aparecem hoje, também aprovados pela Camara Municipal de Lisboa, blocos habitacionais *com alturas semelhantes e uma volumetria algo repetitiva*⁹⁶⁸.*

⁹⁶⁶ Ver Nuno Portas, Resposta à reportagem crítica no jornal diário *República*, In *Arquitectura*, Lisboa, Nº 130, 1974, Citado em Nuno Grande (Coord.) *O Ser Urbano nos Caminhos de Nuno Portas*, Guimarães 2012, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2012, pp. 230.

⁹⁶⁷ Ver Nuno Teotónio Pereira, “EPUL 35 Anos – Plano do Restelo. Breve Historial” artigo destinado a uma publicação comemorativa dos 35 anos da EPUL (não publicado), Lisboa, 5/12/2006, In Arquivo de Nuno Teotónio Pereira.

⁹⁶⁸ Idem.

2.4.2. Outros empreendimentos



Localizado na Av^a Ilha da Madeira, na Encosta do Restelo, próximo do Estádio do Restelo, possui a simbiose perfeita entre o ambiente Urbano e a tranquilidade da Beira rio⁹⁶⁹.

Restelo Business Center, 2012

Construídos em terrenos outrora pertencentes à Câmara Municipal de Lisboa mas entretanto vendidos a terceiros que nada têm a ver com a Empresa Pública de Urbanização de Lisboa, são assim erguidos alguns edifícios que pela sua dimensão e presença no território, justificam uma chamada de atenção nesta investigação. Deste modo, os primeiros edifícios que iremos destacar são provavelmente aqueles que apresentam a proposta arquitectónica mais interessante e cujo projecto tem vindo a ser referido em publicações de referência⁹⁷⁰. Trata-se dos dois blocos paralelepípedicos de habitação para **Cooperativa COOCICLO** (Fig. 2.4.2.1.) – Cooperativa de Habitação e Construção C.R.L. –, projectados pelo arquitecto **Gonçalo Byrne** e localizados na **Rua João Dias Nº 20-22** e **Rua Alvisse Cadamosto Nº 2-4**, ou seja, nos lotes de terreno que fazem respectivamente o remate dos topos norte e sul do quarteirão delimitado pelas Ruas Pedro de Sintra e Diogo de Silves, respeitando o traçado e volumetria do plano de pormenor, como referido no capítulo anterior.

Sendo o dono de obra uma cooperativa, cada cooperante podia solicitar o tipo de habitação que mais lhe convinha, pelo que o grande desafio do arquitecto esteve na combinação dos diferentes tipos de habitação num volume dado pelo plano. Os

⁹⁶⁹ Ver <http://www.restelobusinesscenter.com/localizacao/>

⁹⁷⁰ Ver Carsten Land, Klaus J. Hücking e Luiz Trigueiros, *Arquitectura em Lisboa e Sul de Portugal desde 1974*, Lisboa, BLAU, 2005 e Antonio Angelillo (coord), *Gonçalo Byrne: opere e progetti*, Milano, Electa, 1998.

apartamentos foram distribuídos nos dois corpos em cinco andares servidos cada um por uma caixa central de acessos verticais que permite uma organização em esquerdo/direito e em duplex e no rés-do-chão localizam-se as entradas principais e as garagens (Fig. 2.4.2.5.). O modo como as fachadas foram projectadas evidencia uma tradição clássica ao afirmar um eixo de simetria para unificar cada bloco, não fazendo perder o entendimento do bloco paralelepípedo, mesmo com a adição e saliência e uma certa não regularidade da posição das aberturas (Figs. 2.4.2.2. a 2.4.2.4.).



Fig. 2.4.2.1. Perspectiva do edifício localizado na Rua João Dias Nº 20-22, Gonçalo Byrne, 1983-1986⁹⁷¹



Fig. 2.4.2.2. Edifício localizado na Rua João Dias Nº 20-22, Gonçalo Byrne, 1983-1986⁹⁷²

Fig. 2.4.2.3. Edifício localizado na Rua João Dias Nº 20-22, Gonçalo Byrne, 1983-1986⁹⁷³

Fig. 2.4.2.4. Edifício localizado na Rua Alvisse Cadamosto Nº 2-4, Gonçalo Byrne, 1983-1986⁹⁷⁴

⁹⁷¹ In Obra: 61114, Processo Nº 4114/OB/83, Folha 35, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio.

⁹⁷² In Arquivo e autoria de Patrícia Bento d'Almeida.

⁹⁷³ Idem.

⁹⁷⁴ Idem.

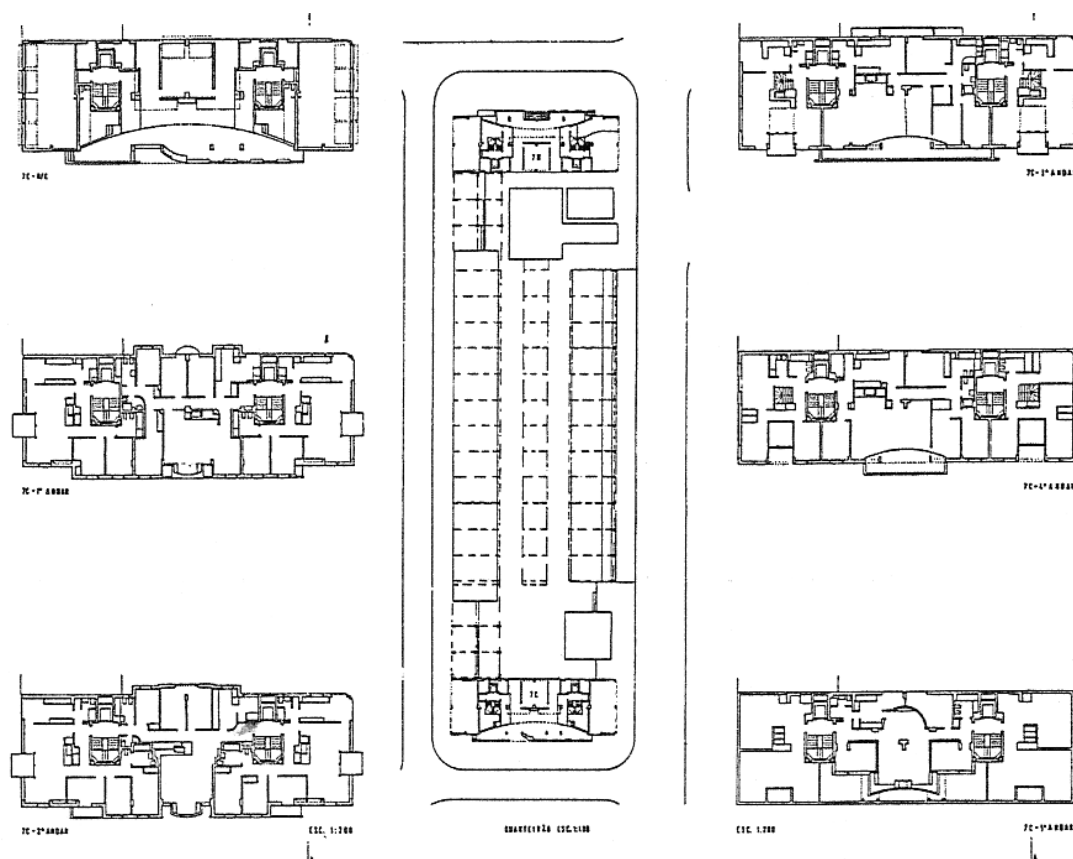


Fig. 2.4.2.5. Plantas dos andares, Gonçalo Byrne, 1983-1986⁹⁷⁵

Edificado na zona ponte do bairro, numa área precedentemente destinada a ser verde e de uso público, o edifício que recebe os “apartamentos 3K no Restelo”⁹⁷⁶ (Fig. 2.4.2.6.), com projecto do *Atelier Risco*, foi desenvolvido sob a coordenação do arquitecto **Manuel Salgado** (n. 1944), vereador da Câmara Municipal de Lisboa desde 2007. A implantação em curva e confinante com a **Rua Vicente Dias Lote N 11/Rua Júlio da Silva Pinto Lote N 11** procurou tirar partido do espaço ajardinado deixado livre defronte das habitações para usufruto dos condminos uma vez que a área de implantação é de 1.348m² num lote com 3.502m². Segundo justificado na memória descritiva do projecto, a crcea é *similar (um metro mais baixa)  do edifício já*

⁹⁷⁵ In *Arquitectura do século XX/Portugal*, München, Frankfurt am Main, Lisboa: Prestel, Deutsches Architektur-Museum, Portugal, Frankfurt 97, Centro Cultural de Belém, 1997, pp. 244.

⁹⁷⁶ Ver “Apartamentos 3K no Restelo”, *Arquitectura Ibérica*, Lisboa, N 27 Habitar, Julho 2008, pp. 56-65.

*existente do outro lado da rua [(Rua Vicente Dias Nº 4 a 6)]. Desta forma será garantida a qualidade urbana desta rua, quer pela continuidade da fachada da nova construção, quer pelo alinhamento das cêrceas de ambos os lados*⁹⁷⁷. Com quatro pisos de habitação destinada a famílias sem dificuldades financeiras e um piso para estacionamento, as diversas tipologias – 8 T2, 10 T3 e 6 T4 – foram distribuídas em quatro blocos e em esquerdo/direito em torno dos núcleos de acessos verticais. Voltado a poente e generosamente aberto com grandes envidraçados (apesar de recuados e protegidos com estores exteriores), resta-nos perceber como vivem os moradores destes apartamentos no verão, quando o sol penetra incansavelmente no interior das habitações e as temperaturas sobem com o passar das horas.



Fig. 2.4.2.6. Edifício localizado na Rua Vicente Dias Lote Nº 11/Rua Júlio da Silva Pinto Lote Nº 11, Risco - Manuel Salgado, 1999-2007⁹⁷⁸

⁹⁷⁷ Ver Manuel Salgado, In Memória Descritiva, Lisboa, 5/7/2002, In Processo Nº 2552/OB/99, Folhas 176-177, Arquivo Municipal de Lisboa – Núcleo Intermédio.

⁹⁷⁸ In <http://ultimasreportagens.com/>, autoria Fernando Guerra

Com projecto do *atelier* **Francisco Simões Arquitectos Associados**, o **Restelo Business Center** (Fig. 2.4.2.7.) ocupa um dos últimos quarteirões por edificar no Restelo⁹⁷⁹. Trata-se de um centro de negócios constituído por dois edifícios, uma praça pública ao centro e uma zona comercial (Fig. 2.4.2.8.). Como referido pelos arquitectos na memória descritiva, procurou-se que este projecto marcasse *a chegada à urbanização para quem utiliza o percurso ascendente da artéria/via principal do Restelo*⁹⁸⁰. De facto, a sua presença imponente no gaveto a norte do Museu Nacional de Etnologia, definido pela Avenida Ilha da Madeira e Rua Luís Castanho de Almeida, revela-se impositiva, sobretudo quando no lugar de um outro jardim público circundado de moradias foi mais uma vez construído um grande edifício que remata aquele quarteirão procurando, no entanto, abri-lo para a população com a sua praça e estabelecimentos comerciais.

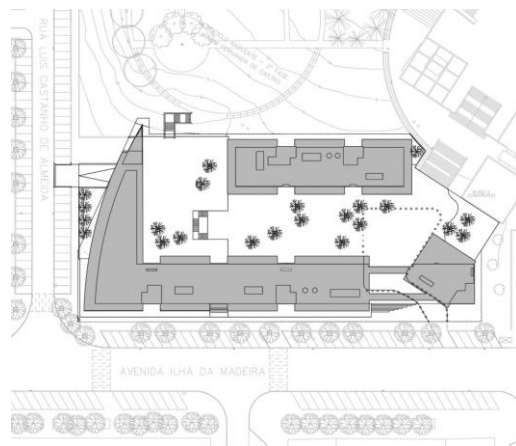


Fig. 2.4.2.7. Desenho 3D do Restelo Business Center, Francisco Simões Arquitectos Associados, 2009⁹⁸¹

Fig. 2.4.2.8. Planta esquemática do Restelo Business Center, Francisco Simões Arquitectos Associados, 2009⁹⁸²

O desrespeito pelo plano de pormenor predefinido sob encomenda camarária, na opinião do arquitecto Nuno Teotónio Pereira, *contraria o carácter emblemático que o*

⁹⁷⁹ Como referido no capítulo anterior, encontram-se ainda por urbanizar as áreas designadas por Alto do Restelo e Terreno das Embaixadas.

⁹⁸⁰ Ver <http://www.fsimo.es.pt/#>

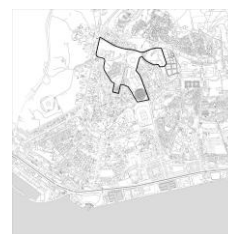
⁹⁸¹ In <http://www.restelobusinesscenter.com/galeria/>

⁹⁸² Idem.

*Plano do Restelo assumiu no plano da Habitação e do Urbanismo no nosso país*⁹⁸³. Na realidade, não devemos esquecer que sempre que surgiu oportunidade, o arquitecto Nuno Portas fez referência a este mesmo plano em diversos artigos, publicações e entrevistas nacionais e estrangeiras, colocando também em destaque a Arquitectura Portuguesa.

⁹⁸³ Ver Nuno Teotónio Pereira, “EPUL 35 Anos – Plano do Restelo. Breve Historial”, artigo destinado a uma publicação comemorativa dos 35 anos da EPUL (não publicado), Lisboa, 5/12/2006, In Arquivo do Arquitecto Nuno Teotónio Pereira.

2.4.3. O Museu Nacional de Etnologia



*Em diversos países têm sido levados a cabo estudos sobre as causas que determinam a deterioração dos objectos expostos no museu e a espécie de danos que podem ocorrer (...) tais considerações foram observadas no estudo deste Museu, pelo que todas as salas de exposição estão equipadas com iluminação eléctrica. Estudou-se também o aproveitamento da luz diurna, sempre indirecta e com possibilidade de controle, permitindo quando necessário, o seu completo obscurecimento*⁹⁸⁴.

António Francisco Saragga Seabra, 1971

Edificado nas proximidades do quarteirão piloto do bairro da EPUL, junto à **Avenida Ilha da Madeira**, o processo que levou à construção do **Museu Nacional de Etnologia**⁹⁸⁵ – (finalmente) inaugurado em 1976 – foi demorado e controverso. O percurso foi iniciado em 1962, altura em que, sob a direcção antropólogo Jorge Dias, foi constituída uma comissão para criar o programa museológico do Museu do Homem Português. Dado tratar-se de um dos primeiros edifícios projectados de raiz para museu, esta equipa teve que realizar diversas viagens de estudo pela Europa, chegando à conclusão que, nesta fase, deveriam excluir-se as salas de exposição permanente e seria de propor um conjunto de salas de exposições temporárias iluminadas artificialmente. Com **António Francisco Saragga Seabra** (n. 1929) como arquitecto, o primeiro projecto realizado, datado de 1963, destinava-se à edificação de um espaço museológico *a sul do Jardim do Ultramar, junto à entrada, pela Calçada do Galvão, o que permite*

⁹⁸⁴ Ver António Saraga Seabra, “Museu de Etnologia do Ultramar”, Processo 697-B, pp. 13, Arquivo do Museu Nacional de Etnologia.

⁹⁸⁵ Inventariado pelo IHRU com o N° IPA: PT031106320828.

*um rápido e fácil acesso ao público e pessoal e sem devassar a parte destinada às espécies botânicas*⁹⁸⁶ (Fig. 2.4.3.1.).

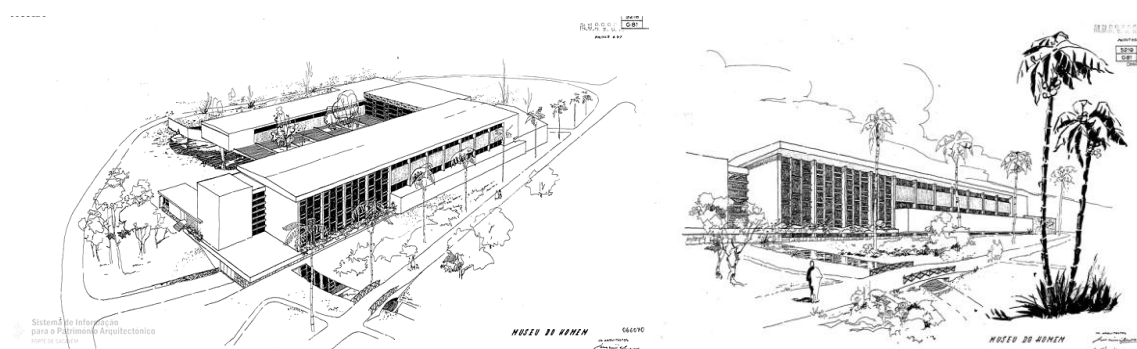


Fig. 2.4.3.1. Perspectivas do Museu do Homem Português, Jardim do Ultramar, António Saragga Seabra, 1962⁹⁸⁷

Uma vez que esta opção foi posta de parte por se ter considerado que poderia *afectar a beleza desse jardim e subtrair grande parte da sua área*⁹⁸⁸, em 1966, o local de implantação do (agora denominado) Museu de Etnologia do Ultramar passou para as proximidades da Praça Afonso de Albuquerque, na faixa ajardinada compreendida pela Rua Vieira Portuense e pela Avenida da Índia. Tendo-se tido em consideração o primeiro projecto estudado, procedendo-se apenas à revisão do programa, nomeadamente *quanto ao aspecto de distribuição de serviços, de modo a integrar-se o mais satisfatoriamente possível, quer volumétrica quer plasticamente, à nova localização*⁹⁸⁹. Dada a proximidade de edificações muito antigas, a solução passou por não só prever um novo arranjo do jardim, contemplando-se a plantação de árvores de grande porte, mas também *o de distribuir o edifício por volumes de pequena altura, criando alas assente sobre pilares, conseguindo assim uma maior transparência dentro da envolvente ajardinada*⁹⁹⁰ (Fig. 2.4.3.2.). Assim, o novo projecto, também da autoria

⁹⁸⁶ Ver António Saragga Seabra, In Memória Descritiva “Projecto do Edifício para o Museu do Homem Português”, 27 de Novembro de 1963, Processo 697, IHRU.

⁹⁸⁷ In Desenho N° 0066070 e N° 0066071, N° IPA: PT0311064009828, IHRU.

⁹⁸⁸ Ver António Saragga Seabra, In Memória Descritiva “Museu de Etnologia do Ultramar”, 12/7/1971, Processo 697, Arquivo do Museu Nacional de Etnologia.

⁹⁸⁹ Ver António Saragga Seabra, In Memória Descritiva “Anteprojecto Museu de Etnologia do Ultramar”, 15/3/1966, Processo 697-A, Arquivo do Museu Nacional de Etnologia.

⁹⁹⁰ Idem.

de Saragga Seabra, segundo enumerado na memória descritiva, desenvolveu-se *em quatro alas, formando um quadrado, cujo pátio será utilizado para exposições ao ar livre*⁹⁹¹. Apenas a norte o museu teria dois pisos, sendo parte do piso superior ocupado pela sala de exposições parcialmente vazada *para permitir a exposição de objectos de maiores proporções*⁹⁹² e, nas alas sul e poente, sobre uma colunata ajardinada que serve de prolongamento coberto das exposições ao ar livre, a biblioteca e os gabinetes de investigação (Fig. 2.4.3.3.). A recepção e zona de tratamento e armazenamento do material a expor localiza-se na cave. Como descrito, a nova localização do edifício, *obrigará à aplicação de materiais de maior nobreza nas fachadas, o que onerará em relação ao projectado anteriormente*⁹⁹³.

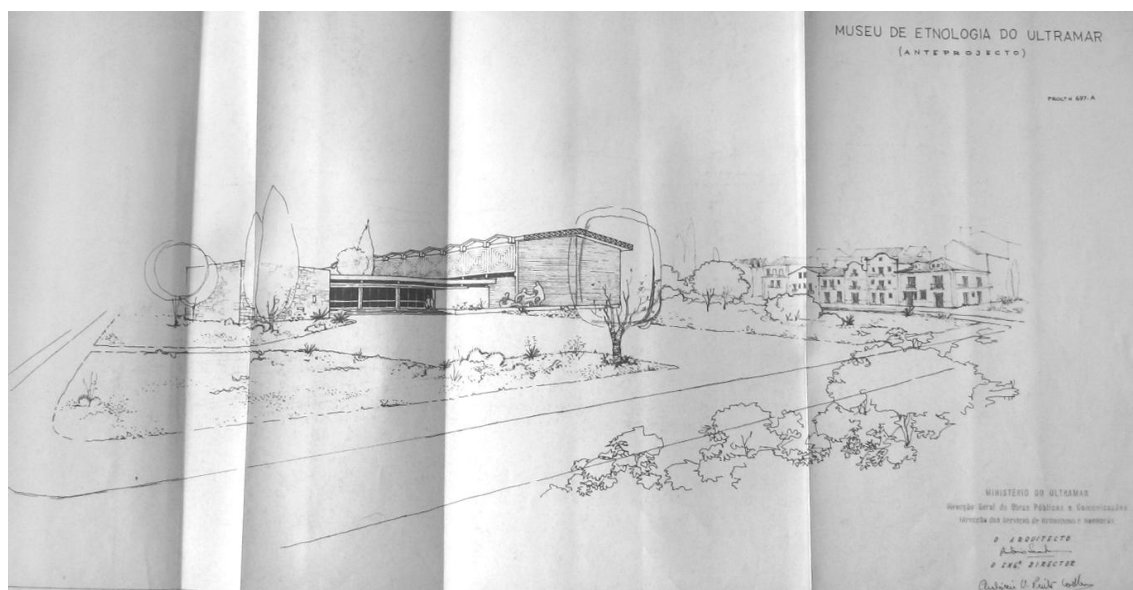


Fig. 2.4.3.2. Perspectivas do Museu de Etnologia do Ultramar, Rua Vieira Portuense, António Saragga Seabra, 1966⁹⁹⁴

⁹⁹¹ Idem.

⁹⁹² Idem.

⁹⁹³ Idem.

⁹⁹⁴ In “Anteprojecto Museu de Etnologia do Ultramar”, Processo 697-A, Arquivo do Museu Nacional de Etnologia.

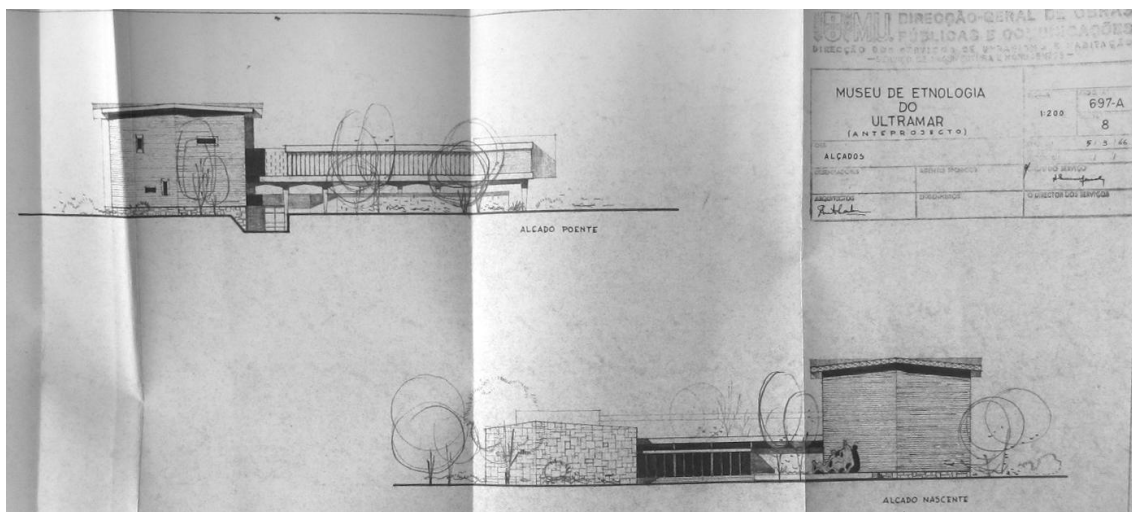


Fig. 2.4.3.3. Alçados poente e nascente do Museu de Etnologia do Ultramar, Rua Vieira Portuense, António Saragga Seabra 1966⁹⁹⁵

As apreciações da Junta Nacional de Educação obrigaram à ampliação do museu e à inclusão da História do Homem Português, tendo sido apresentado um novo anteprojecto em 1968 e o projecto final um ano mais tarde (Fig. 2.4.3.4.).

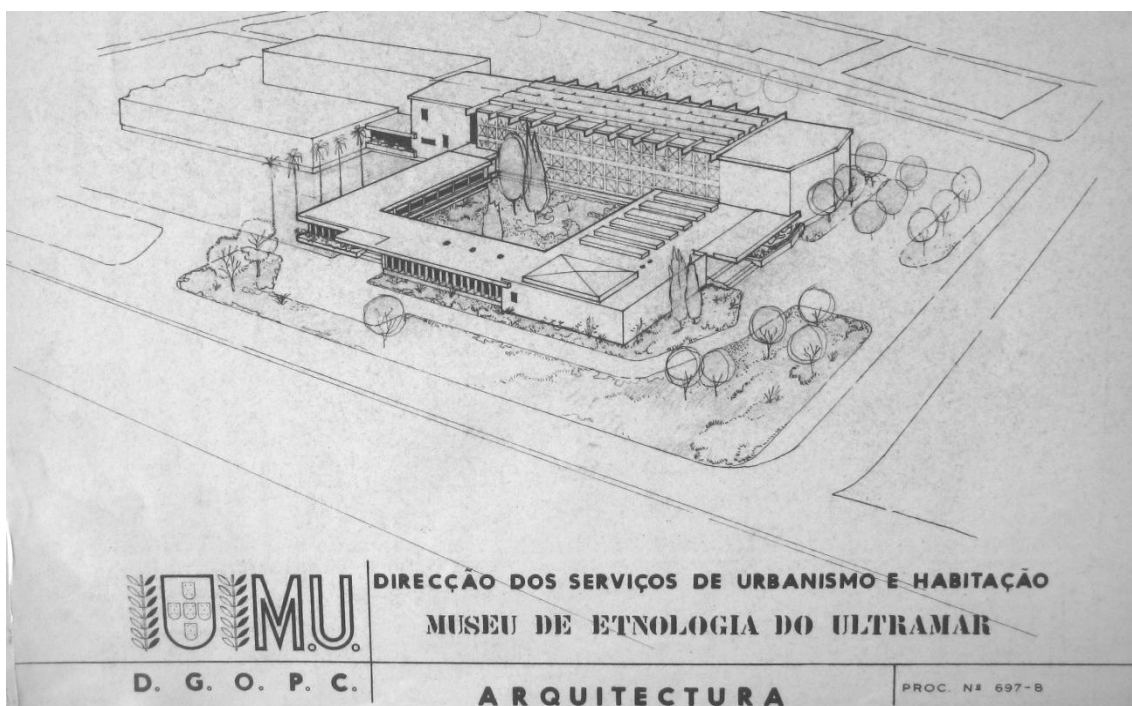


Fig. 2.4.3.4. Perspectiva do Museu de Etnologia do Ultramar, Rua Vieira Portuense, António Saragga Seabra, 1969⁹⁹⁶

⁹⁹⁵ Idem.

Entretanto, em 1970 a Câmara Municipal de Lisboa manifestou interesse por aquele local e dada a urgência na construção, o presidente do município Fernando Augusto Santos e Castro disponibilizou um outro terreno cuja localização, contígua à Avenida Ilha da Madeira e defronte do Ministério do Ultramar, desfrutava de uma panorâmica sobre o Tejo que convinha valorizar (Fig. 2.4.3.5.). Foram mais uma vez aproveitados os estudos anteriores e conforme relatado na memória descritiva do projecto, *a primeira fase, de construção imediata, desenvolve-se em quatro alas, ligadas ortogonalmente pelos seus topos, de modo a constituir um quadrilátero central, que será utilizado para exposições ao ar livre*⁹⁹⁷. O museu propriamente dito organizava-se em dois pisos da ala norte, tendo-se mais uma vez em atenção o facto de parte do primeiro piso ser vazado para permitir a exibição temporária de grandes objectos. A nascente a sala de projecções e o átrio que se prolonga até à fachada sul para tirar partido da vista sobre o rio e comunicar com as salas de exposições temporárias, ao ar livre e permanente (Fig. 2.4.3.6.). A poente as instalações destinadas a laboratório, à fotografia e oficina. Uma vez que se pensou que este museu se destinava a exposições essencialmente temporárias e com grande rotatividade, o arquitecto justificou que *as salas apresentar-se-ão livres de quaisquer obstáculos, sendo a sua compartimentação definida por painéis, armários ou suportes, todos móveis e de fácil transporte e colocação*⁹⁹⁸.

⁹⁹⁶ In “Museu de Etnologia do Ultramar”, Processo 697-B, Arquivo do Museu Nacional de Etnologia.

⁹⁹⁷ Ver António Saragga Seabra, In Memória Descritiva “Museu de Etnologia do Ultramar”, 22/8/1970, Processo 697-C, Arquivo do Museu Nacional de Etnologia.

⁹⁹⁸ Idem.

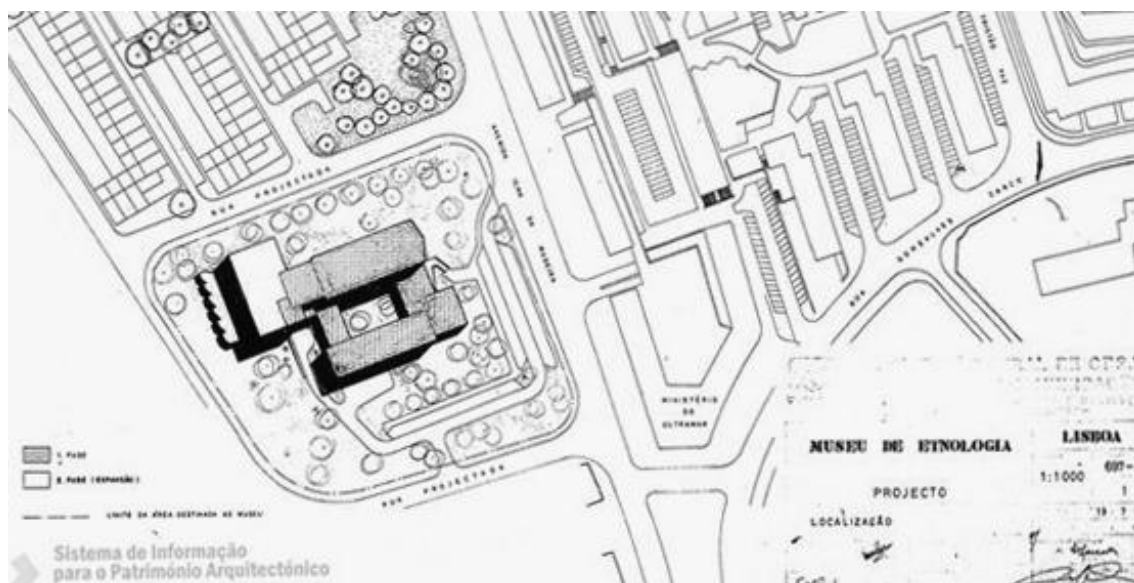


Fig. 2.4.3.5. Planta de localização do Museu de Etnologia (com a apresentação da área de ampliação), Avenida Ilha da Madeira, António Saragga Seabra, 1972⁹⁹⁹

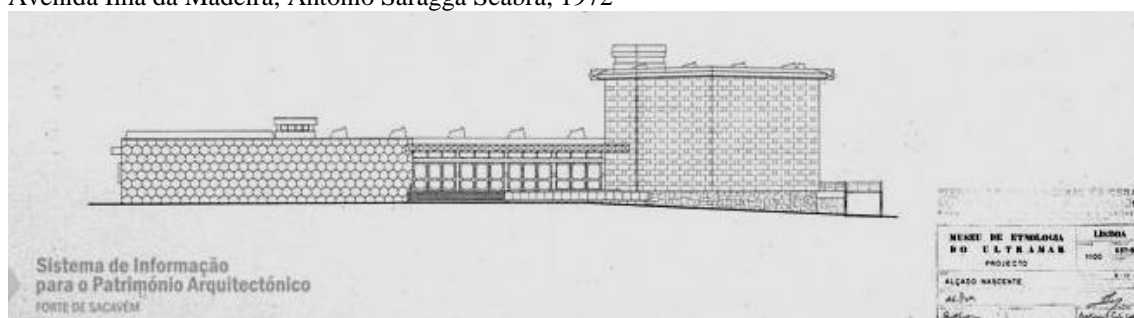


Fig. 2.4.3.6. Alçado Nascente do Museu de Etnologia, Avenida Ilha da Madeira, António Saragga Seabra, 1972¹⁰⁰⁰

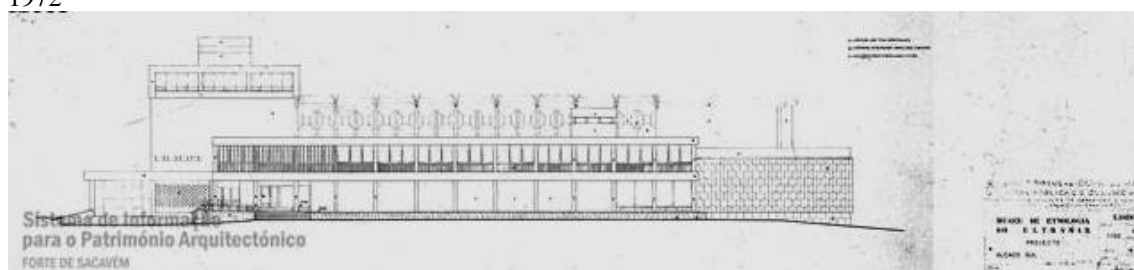


Fig. 2.4.3.7. Alçado Sul do Museu de Etnologia, Avenida Ilha da Madeira, António Saragga Seabra, 1972¹⁰⁰¹

⁹⁹⁹ In Museu de Etnologia, N° IPA: PT0311064009828, Desenho N° 0096127, IHRU.

¹⁰⁰⁰ In Museu de Etnologia, N° IPA: PT0311064009828, Desenho N° 0145153, IHRU.

¹⁰⁰¹ In Museu de Etnologia, N° IPA: PT0311064009828, Desenho N° 0197966, IHRU.

Em 1993 o Instituto Português dos Museus encomenda ao arquitecto **Eduardo Trigo de Sousa** (n. 1934) um projecto de valorização e reorganização do Museu de Etnologia e cinco anos mais tarde o projecto de remodelação e ampliação¹⁰⁰², que também englobou o tratamento do espaço público exterior. Trigo de Sousa prolongou o edifício para poente, criando as oficinas de restauro, biblioteca e áreas de reserva¹⁰⁰³. A Sul, na continuidade da estrutura porticada preexistente, o novo corpo edificado procurou mais uma vez explorar a panorâmica para o rio Tejo com a abertura de uma longa fenestração longitudinal na zona da biblioteca, fazendo dialogar o projecto de ampliação (1998-2000) com o projecto original (1966-1976) cujo tratamento das fachadas revestidas a pedra, explorou superfícies lisas e texturadas (Fig. 2.4.3.8.).



Fig. 2.4.3.8. Museu Nacional de Etnologia, Eduardo Trigo de Sousa (ampliação), 1998-2000¹⁰⁰⁴

Com uma colecção de grande qualidade museológica¹⁰⁰⁵, a única resposta ao facto deste museu ter um número reduzido de visitantes poderá estar (contraditoriamente ao esperado) na sua localização¹⁰⁰⁶. Deslocado do centro turístico

¹⁰⁰² Para informações detalhadas, ver José Manuel Fernandes, “Casa aberta à cultura viva”, *Arquitectura e Vida*, Nº 11, Dezembro 2000, pp. 52-59.

¹⁰⁰³ São de destacar as Galerias da Amazónia da autoria do arquitecto António Belém Lima abertas ao público em 2006.

¹⁰⁰⁴ In Arquivo e autoria de Patrícia Bento d’Almeida.

¹⁰⁰⁵ *O acervo do Museu Nacional de Etnologia reúne um total aproximado de 35 000 objectos oriundos de diversas partes do Mundo embora as colecções mais representativas sejam as de Portugal, continental e insular, e as do antigo Ultramar Português.*

Ver http://www.ipmuseus.pt/pt-PT/museus_palacios/ContentDetail.aspx?id=1116

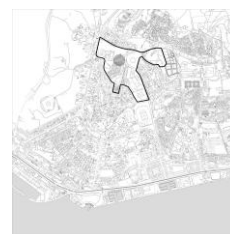
¹⁰⁰⁶ *A fraca afluência de visitantes ao Museu pode dever-se a vários factores (fraca divulgação, o facto de ser longe dos restantes museus da área de Belém, etc., etc.,etc.), mas não fica, com toda a certeza a dever-se a um mau serviço prestado.* Ver Clara Oliveira, *Os Públicos do Museu Nacional de Etnologia. Pesquisa para uma estratégia de comunicação*, In Actas do I Seminário de Investigação em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola, pp. 110, In <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/8112.pdf>

de Lisboa – Belém – e a meio de uma extensa e ingreme avenida, conforme enumerado por Clara Oliveira no trabalho que desenvolveu resultante de um inquérito elaborado pelo Museu Nacional de Etnologia (entre 2004 a 2005), onde indica que os *visitantes são sobretudo portugueses (80,34%), seguidos de franceses (3,70%), brasileiros (2,59%), espanhóis (2,14%) e alemães (2,07%)*¹⁰⁰⁷, uma das entrevistadas chama a atenção para o facto de *conhecer e visitar este museu regularmente há mais de 20 anos, só tenho de lamentar o facto de o encontrar quase deserto sempre que aqui me desloco*¹⁰⁰⁸. Resta-nos somente perceber se os seus visitantes e frequentadores dos espaços públicos ali disponíveis (loja, biblioteca e cafetaria) são residentes no Restelo.

¹⁰⁰⁷ Ver Clara Oliveira, op. cit., pp. 108, In <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/8112.pdf>

¹⁰⁰⁸ Ver Clara Oliveira, op. cit., pp. 109, In <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/8112.pdf>

2.4.4. A Igreja Paroquial de São Francisco Xavier



*Odeiam o simbolismo do antigo império. É um bando de velhos autênticos talibãs da arquitectura que não se reciclaram e não percebem o que está a passar no mundo*¹⁰⁰⁹.

José Deodorato Troufa Real (em resposta a Nuno Teotónio Pereira), 2009

Apesar do processo ter sido iniciado em meados dos anos 80 com o engenheiro Krus Abecassis na presidência da Câmara Municipal de Lisboa, como uma verdadeira “Via Sacra”, a (polémica) Igreja Caravela – **Igreja Paroquial de São Francisco Xavier** – foi somente inaugurada em Dezembro de 2011. Localizada no terreno compreendido pela **Rua Antão Gonçalves** e **Avenida Ilha da Madeira**, o seu projecto é da autoria do arquitecto **José Deodorato Troufa Real** (n. 1941), projectista escolhido pela Câmara Municipal de Lisboa para elaborar o desenho daquele templo (Fig. 2.4.4.1.).

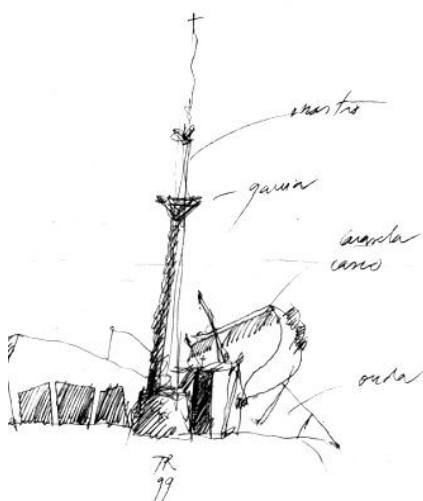


Fig. 2.4.4.1. Esquízo da Igreja Paroquial de São Francisco Xavier, José Deodorato Troufa Real, 1999¹⁰¹⁰

¹⁰⁰⁹ Ver Ana Henriques, “Troufa Real responde às críticas com nova proposta de torre”, *Público*, 20/11/2009.

O complexo da nova Igreja – que incluía uma torre de cem metros de altura com elevador panorâmico – é também constituído pela residência paroquial e um edifício destinado a centro social. A forma controversa de uma caravela, bem como as cores escolhidas para os seus acabamentos em alusão à vida de São Francisco Xavier e aos Descobrimentos Portugueses – cores das bandeiras portuguesa e indiana – fizeram deste projecto um dos mais comentados pela imprensa portuguesa.

Depois da Ordem dos Arquitectos ter convidado Troufa Real para apresentar publicamente o projecto desta Igreja¹⁰¹¹, inúmeros comentários críticos surgiram na imprensa nacional. O arquitecto *Nuno Teotónio Pereira considera que a Igreja do Restelo é uma aberração*¹⁰¹² e que *ofende de uma forma muito grave a paisagem urbana e os princípios basilares da arquitectura contemporânea*¹⁰¹³. Co-autor com Nuno Portas do projecto da Igreja do Sagrado Coração de Jesus (1962-1976), reconhecida com o Prémio Valmor - 1975, Teotónio Pereira acrescenta ainda que *a arquitectura das igrejas deve pautar-se pela pureza de formas e pela beleza*¹⁰¹⁴. O arquitecto Diogo Lino Pimentel, *especialista do patriarcado acha que a Igreja de Troufa Real para o Restelo dá muito nas vistas*¹⁰¹⁵, considerando ainda que *uma igreja dos nossos dias deve ser mais discreta*¹⁰¹⁶. No entanto, à semelhança com o que sucedeu com as moradias projectadas pelos arquitectos António Varela¹⁰¹⁷, Francisco Conceição Silva¹⁰¹⁸ ou Victor Palla e Bento d’Almeida¹⁰¹⁹, as críticas que foram lançadas pela opinião pública e os abaixo-assinados realizados atempadamente¹⁰²⁰, de pouco (ou nada) serviram para que estas (e outras) casas não fossem demolidas ou

¹⁰¹⁰ In http://lisboasos.blogspot.pt/2009_11_11_archive.html

¹⁰¹¹ Ver “Restelo/Igreja: Ordem dos Arquitectos quer outra sessão com Troufa Real”, *Expresso*, 9/12/2009.

¹⁰¹² Ver Ana Henriques, “Nuno Teotónio Pereira considera que Igreja do Restelo é uma aberração”, *Público*, 18/11/2009.

¹⁰¹³ Idem.

¹⁰¹⁴ Idem.

¹⁰¹⁵ Ver Ana Henriques “especialista do patriarcado acha que a Igreja de Troufa Real para o Restelo dá muito nas vistas”, *Público*, 17/11/2009.

¹⁰¹⁶ Idem.

¹⁰¹⁷ Rua de Alcolena Nº 28.

¹⁰¹⁸ Avenida das Descobertas Nº 8.

¹⁰¹⁹ Rua de Alcolena Nº 18/Rua Gil Eanes Nº 4.

¹⁰²⁰ Igreja: <http://www.euparticipo.org/lisboa/ordenamento/Nao-a-construcao-da-Igreja-Caravela-Restelo> ; Moradia na Rua de Alcolena: www.PetitionOnline.com/Alcolena/petition.html

significativamente adulteradas e a igreja viesse a ser erguida, apesar do dourado ser afinal aço cortene e da torre não ter sido edificada. Mas a verdade é que a torre não foi edificada até ao momento, apesar do prior considerar que a sua construção será uma mais-valia do ponto de vista do turismo. Com a venda dos bilhetes de entrada para a subida no elevador e contemplação da vista, espera-se favorecer consideravelmente as receitas que pagarão os empréstimos feitos à banca para a construção da própria Igreja. Como comparou o pároco António Colimão, esta torre no Restelo *será como o Santuário de Cristo Rei em Almada*¹⁰²¹ – com os seus 110 metros de altura e 600 mil peregrinos (2009) –, mas desta vez, não foi o Cardeal Patriarca de Lisboa, D. Manuel Gonçalves Cerejeira que, em visita ao Brasil (em 1934), se deixou influenciar pelo Cristo Redentor do Corcovado desejando construir monumento semelhante em terras lusas¹⁰²². Foi um arquitecto – o arquitecto Troufa Real – que, respondendo às críticas com nova proposta de torre, afirma que *gosta muito de tudo o que é alto*¹⁰²³.



Fig. 2.4.4.2. Maquete da Igreja de São Francisco Xavier, José Deodorato Troufa Real, 1999¹⁰²⁴

¹⁰²¹ Padre António Colimão em conversa informal com a autora desta investigação.

¹⁰²² Com projecto do arquitecto António Lino, do engenheiro D. Francisco de Mello e Castro e do escultor Mestre Francisco Franco, o Santuário de Cristo Rei foi inaugurado a 17/5/1959. Inventariado pelo IHRU com o N° IPA: PT031503010035.

¹⁰²³ Ver Ana Henriques, “Troufa Real responde às críticas com nova proposta de torre”, *Público*, 20/11/2009.

¹⁰²⁴ In <http://troufareal.blogspot.pt/>



Fig. 2.4.4.3. Alçado da Igreja de São Francisco Xavier, José Deodorato Troufa Real, s.d.¹⁰²⁵



Fig. 2.4.4.4. Vista da Igreja de São Francisco Xavier, José Deodorato Troufa Real, 2012¹⁰²⁶

¹⁰²⁵ In <http://www.paroquiasfxavier.org>

¹⁰²⁶ In Jorge Pessoa e Silva, “Igreja da polémica já navega no Restelo”, *A Bola*, 6/5/2012.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vista do Tejo é um assombro; entrada, pelo viageiro, uma surpresa – antigamente uma surpresa má, (na opinião quási geral dos turistas de então); hoje uma surpresa menos má. Os mestres de obras que durante tanto tempo, dominaram em Lisboa, estragaram-na. Fabricaram construções de fancaria, janelas em forma de balas, estuques detestáveis, telhados de ardósia, de alto declive, para uma neve que não cai, chalets suíços do mesmo jeito, grades de ferro fundido, e uma série de pormenores produzidos em série. A esta arquitectura pelintra, juntava-se ainda uma outra, curiosíssima, para capitalistas incultos e vaidosos, cheia de labores de cantaria a tal ponto, que o povo passou a dizer, desses aleijões, que eram ‘casas todas em arquitectura’¹.

Gustavo Matos Sequeira, 1939

O trabalho que, aqui, se conclui incidiu sobre um importante lugar lisboeta, cujas diversas intervenções urbanísticas a que esteve sujeito não haviam sido alvo de estudo aprofundado e poucas haviam sido dignas de exposição pública. Os novos dados apresentados, muitos deles inéditos, poderão apontar para que a historiografia venha a reconhecer o **Restelo como um aglomerado de partes de bairros** que foram objecto de operações urbanísticas desenvolvidas por mais de cinquenta anos.

Por altura da primeira intervenção urbanística – 300 hectares que delimitam a zona da encosta da Ajuda – a Câmara Municipal de Lisboa não tinha qualquer experiência em planos de urbanização desta envergadura, muito menos, a cargo de um arquitecto português pós-graduado em urbanismo (na verdade, o primeiro). A vontade de erguer um novo bairro habitacional numa zona limítrofe e periférica da cidade – entregue a palácios e quintas mas que servia de cenário à Exposição do Mundo Português (1940) e se aproximava das Avenidas da Índia e Marginal (para a zona dos Estoris), do Parque Florestal de Monsanto, da auto-estrada para Cascais e do vale de Alcântara – deve-se à insistente acção do **engenheiro Duarte Pacheco que dirigia a expansão da cidade**. Como nos lembra Eduardo Rodrigues de Carvalho, a propósito de

¹ Ver Gustavo Matos Sequeira, *A Fisionomia de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1939, pp. 7 e 12.

um passeio conjunto entre a Avenida Fontes Pereira de Melo e o Largo do Corpo Santo, Duarte Pacheco sabia exactamente o que desejava para a cidade de Lisboa e, depois dele, nenhum outro presidente da Câmara voltou a ter uma visão global do urbanismo da capital.

Foi uma autêntica lição de urbanismo aplicado. Daquele brilhante espírito jorravam aos borbotões ideias sobre o Parque Eduardo VII, a auto-estrada, o arranjo estético das mesquinhas construções que ladeiam a Avenida e a Praça dos Restauradores – até com discussão sobre o número de andares que haveria que acrescentar às construções existentes, para lhes dar harmonia e grandeza – o arranjo do Rossio, o trânsito na Baixa, os falados túneis, partindo dos Restauradores ou do Rossio até ao Corpo Santo, e do Socorro a S. Domingos, a procurar resolver em curto prazo o problema de ligação de Almirante Reis com o Rossio, tudo tratado com grande profundidade, a mostrar ter já sido matérias das suas loculações².

Foi certamente por essa razão que Duarte Pacheco chamara Faria da Costa. Por volta de 1938 foi planeado apenas um bairro – o da encosta da Ajuda –, com as diversas intervenções urbanas que se seguiram, apareceram outros bairros. Repare-se que logo entre a primeira (c. 1938) e a segunda (1953) fase de urbanização levada a cabo por Faria da Costa, este arquitecto-urbanista foi designado pelo Ministro das Obras Públicas José Frederico Ulrich para alterar o plano geral e projectar o aglomerado de casas económicas da encosta da Ajuda ou bairro de casas económicas do Restelo (1947-1952). Não esqueçamos ainda que o mesmo projectista desenvolveu no entretanto o plano de urbanização da zona a Sul da Avenida Alferes Malheiro (Alvalade, 1945-1948), o que nos leva a concluir que poderá ter influenciado e conduzido a algumas das alterações apresentadas ao plano inicial (e vice-versa). Apesar das diversas intervenções urbanas, este lugar não deveria ser denominado de “bairro”, porque não tem todas as valências necessárias para ser considerado como tal e, no seu conjunto, dar qualidade de vida aos seus moradores. Ao contrário do bairro de Alvalade, onde foram edificados diversos equipamentos e serviços, no Restelo não se respeitaram, na íntegra, os planos

² Ver Eduardo Rodrigues de Carvalho, “Homenagens”, do presidente-substituto da Câmara Municipal na reunião da Câmara Municipal de Lisboa em 25 de Novembro de 1943”, *Revista Municipal*, Número Especial, Janeiro 1944, pp. 34.

elaborados e, com este desrespeito, ficaram por edificar inúmeros edifícios que o apetrechariam e permitiriam dar mais independência aos seus habitantes. Constatamos assim que o **Restelo não consegue ser autónomo do resto da cidade.**

Verificámos ainda ao longo desta investigação que sempre que a **Câmara Municipal de Lisboa muda o seu presidente muda também o urbanista** responsável pela planificação do bairro. Com estas mudanças alteram-se os planos sendo que cada intervenção tem apenas em consideração o plano anterior como condicionante. Isto, aliás, verifica-se desde início. Por exemplo, Faria da Costa não só não respeitou a proposta anteriormente elaborada por Carlos Ramos para o bairro de casas económicas do alto da Ajuda, como apresentou uma proposta arrasadora do ponto de vista da preservação do património arquitectónico edificado, nomeadamente na zona envolvente ao Palácio Nacional da Ajuda. A moderna intervenção urbana dos arquitectos Pedro Falcão e Cunha e José Sommer Ribeiro – funcionários do Gabinete de Estudos de Urbanização – veio alterar significativamente a proposta “*beauxartiana*” de Faria da Costa. Esta alteração foi esquecida pela historiografia portuguesa pelo facto de não ter sido edificada mas, na verdade, acreditamos que foi projectada anteriormente ao plano de urbanização de Olivais Norte (1955-1958). Outro exemplo, que se justifica aqui mencionar, diz respeito à EPUL, pois verifica-se que desde os primeiros contactos com o *atelier* de Nuno Teotónio Pereira até à cessação dos contratos com a equipa projectista, passaram pela Câmara sete presidentes³, tendo quase todos opinado e alterado a evolução do empreendimento, para não falar dos presidentes daquela empresa pública municipal que, naturalmente, também deram o seu parecer sobre o que se estava a edificar. Assim, constatamos que não se concluiu nenhum dos planos (gerais ou de pormenor) o que fez do **Restelo uma manta de retalhos bordada ao longo de várias décadas.**

³ Fernando Augusto Santos e Castro (Presidente da CML nomeado pelo Governo, 1970-1972); António Jorge da Silva Sebastião (Presidente da CML nomeado pelo Governo, 1972-1974); João António Lopes da Conceição (nomeado Delegado da Junta de Salvação Nacional, 1974); Joaquim Caldeira Rodrigues (Presidente da Comissão Administrativa da CML, 1974-1975); Lino José Góis Ferreira (Presidente da Comissão Administrativa da CML, 1975-1977); Aquilino Ribeiro Machado (1977-1980); Nuno Krus Abecassis (1980-1989).

Certamente que para sempre nos ficarão certas questões: como é que a falta de técnicos especializados nos quadros do município pode ter dado origem a que fossem chamados a colaborar com a Câmara profissionais que ainda não haviam dado provas suficientes das suas capacidades? A serem escolhidos técnicos exteriores, como é que a equipa avaliadora, particularmente e a título de exemplo, a do arquitecto-urbanista Meyer-Heine, permitiu, aquando da apresentação do *estudo da 2ª parte da Urbanização do Restelo e Caramão da Ajuda, o plano da 1ª Fase* (Francisco Zinho Antunes e Eurico Ferreira Gonçalves, 1965), que tal proposta fosse adiante quando se adivinhava que esta viria a constituir uma enorme barreira entre o bairro do Restelo construído até à data e o bairro económico do Caramão da Ajuda e o parque florestal de Monsanto? Na verdade, para lá de certos projectistas, **a Câmara Municipal de Lisboa foi a principal culpada por esta amálgama de intervenções**. Se Faria da Costa projectara “lotes minúsculos”, decerto o terá feito sob indicação do Município para maior rentabilização. Se Zinho Antunes propusera torres habitacionais de altura elevada, decerto a localização e a alta densidade pretendida pela Câmara assim o impusera. Se Nuno Portas e Nuno Teotónio Pereira conseguiram a mesma densidade com baixa altura recorrendo a uma maior mancha edificada então, como afirmara Nuno Portas relativamente a certos projectos da sua autoria: *nunca se pensou muito nos custos: Não só em arquitectura, sobretudo quando é o Estado a pagar. No urbanismo, é muito menos assim. Eu não faço o que quero, faço o que é possível*⁴.

Com esta investigação verifica-se, de facto, que **a divisão dos lotes de terreno é desfavorável para os vastos programas requeridos pelos seus compradores**. A classe social à qual pertencem, habituada a receber visitas e pessoas estranhas às suas habitações, impõe a construção de um determinado número e tipo especial de dependências que, desejando-se que algumas fossem edificadas com enquadramento e libertas da envolvente (como por exemplo cavalariças, lagos e galinheiros), obrigaram à junção de dois ou três lotes. Significa isto também que se trata de habitações que representaram um determinado estatuto social. Se, nos anos 40 do século XX, os

⁴ Ver Nuno Portas, *Revista Única, Expresso* Nº 2032, 8/10/2011, pp. 49.

projectos destas moradias procuravam demarcar-se na paisagem elevando-se nos terrenos onde foram implantadas para serem bem contempladas por indivíduos estranhos a elas, na década seguinte, verifica-se curiosamente uma maior preocupação em protegê-las das construções vizinhas que por esta altura eram já em número considerável. Apesar de todas possuírem área ajardinada em redor da casa, como constatámos em muitos dos exemplos apresentados, foi nas varandas ou em terraços-solário que se localizaram outras zonas de estar exteriores à habitação como defendeu Le Corbusier nos anos 20.

Sendo uma das principais áreas de expansão planeadas da cidade de Lisboa, **o Restelo possibilitou um ensaio da Modernidade** tanto ao nível do desenho urbano como em projectos de habitações e equipamentos. Faria da Costa ensaiou a cidade *beauxartiana* em finais dos anos 30 e Falcão e Cunha e Sommer Ribeiro vieram alterá-la, projectando a “Cidade Moderna”. Anos mais tarde novos planos entretanto apresentados vêm retomar modelos da cidade antiga e propor um “bairro” de ruas e quarteirões. O bairro do Restelo serviu como laboratório projectual para alguns dos *ateliers* de arquitectura. Ali os arquitectos mais jovens puderam experimentar, sobretudo se os seus clientes ofereciam uma certa abertura a ideias mais arrojadas ou se não inovadoras, pelo menos, que não seguiam a arquitectura tradicional que salpicava o país de um “gosto nacionalista”. O jovem Victor Palla, por exemplo, no projecto da casa localizada na Rua Alto do Duque – e tendo em conta que o arquitecto era o próprio dono de obra –, naturalmente, serviu-se dessa possibilidade para levar mais além a sua experimentação, o que naquele caso, deu origem a múltiplas visitas por parte de seus colegas de profissão que pretendiam ver de perto a rampa em curva de acesso à casa. Mas não só foram diversas as obras edificadas no Restelo que foram premiadas – prémios Municipal e Valmor –, como um número elevado foi seleccionado como finalista e merecedor de uma atenção mais detalhada para a atribuição destes mesmos reconhecimentos. Curiosamente, alguns dos arquitectos que fizeram parte do júri foram

arquitectos que também muito projectaram naquela zona da cidade⁵ pois repare-se que à data, o Sindicato Nacional dos Arquitectos ainda contava com um número reduzido de membros inscritos. Por vezes houve a necessidade de substituir algum dos membros do júri em virtude das obras seleccionadas serem da sua autoria.

Passaram 70 anos sobre a primeira planificação do bairro do Restelo mas parece que **sete décadas não são tempo suficiente para falarmos de património arquitectónico**. Considerado como passado recente e não como passado histórico, o Restelo encontra-se ameaçado e à mercê de inúmeras transformações mais ou menos desqualificadoras, nomeadamente o bairro de casas económicas cuja leitura de conjunto é hoje practicamente impossível de se fazer. Vivemos um período em que se discute afincadamente o problema da Arquitectura Moderna e a salvaguarda do Património Arquitectónico mas simultaneamente, alguns dos exemplos tratados nesta investigação, deixados à mercê da especulação imobiliária e do gosto dos proprietários, sofrem diariamente desqualificações consideráveis. Se a década de 90 do século XX ficou marcada pela demolição de um baixo-relevo de Júlio Pomar numa moradia unifamiliar da autoria do arquitecto Francisco Conceição Silva (Avenida das Descobertas Nº 8, 1952-1954), o futuro do Estádio de "Os Belenenses" (1952-1956) de Carlos Manuel Ramos e Jorge Viana ou de certas moradias que apesar de fazerem parte de inventários da arquitectura portuguesa não estão classificadas, só a nós compete **preservar**.

Eleito o melhor bairro de Lisboa para se viver por um periódico de referência⁶, os seus moradores não perdem uma oportunidade para informar que lá moram. Curiosamente, apesar de todas as imperfeições apresentadas, é também um dos locais de preferência por parte da classe dos arquitectos que escolhem este lugar não só habitar mas ainda para abrir as portas dos seus *ateliers* (na eventualidade da localização lhes favorecer o trabalho). As moradias, actualmente grandes de mais para o modo de vida do século XXI, vão respondendo aos requisitos dos novos proprietários.

⁵ Nomeadamente: Adelino Nunes, Alberto José Pessoa, Cândido Palma de Melo, Francisco da Conceição Silva, Inácio Peres Fernandes, João Chambers Ramos, João Simões, Paulino Montez, José Rafael Botelho, Raul Chorão Ramalho, Raul Lino, Vasco Esmeraldo da Câmara Pestana e Vasco Morais Palmeiro (Regaleira).

⁶ Ver Alexandra Simões de Abreu e Paula Cosme Pinto (trabalho de campo e análise – Lisboa), “Os melhores bairros para viver em Lisboa e Porto”, *Expresso, Revista*, 9/6/2012.

Poucos são os primeiros moradores do Restelo que ficaram para testemunhar a sua vivência no bairro ao longo de todos estes anos e menos ainda são as gerações que lhes seguiram que, na impossibilidade de manter estas casas de grandes dimensões, as venderam a embaixadas/consulados⁷ ou empresas privadas. Apesar de tudo, no bairro de casas económicas do Restelo são ainda alguns os proprietários originais (ou familiares destes). Quem sabe se a densificação dos lugares que lhe estão próximo não resulta da aspiração dos seus moradores de, um dia, poderem vir a habitar o Restelo. Ao morarem num andar, num prédio de autor anónimo em Carnaxide, no alto de Algés ou em Miraflores, pela sua proximidade, podem sempre frequentar os cafés do bairro do Restelo, escolher uma das muitas escolas privadas que por lá existem, praticar exercício físico no ginásio de um condomínio ou até mesmo fazer compras num supermercado espanhol como se fossem essas pequenas coisas que dessem estatuto ao cidadão.

Por fim, resta-nos acrescentar que apesar do investimento que colocámos nesta investigação, a história urbanística e arquitectónica do(s) bairro(s) do Restelo não foi totalmente desvendada, deixando em aberto algumas questões que poderão servir de base para futuras investigações. As dificuldades (ou impossibilidade) que tivemos em consultar as partes escritas que deveriam fazer parte dos diversos processos de urbanização deram aos desenhos técnicos um protagonismo acima do esperado, sendo a leitura e análise destes a base de grande parte das considerações feitas ao longo deste trabalho. Localizadas tais memórias descritivas e partes escritas justificativas, acreditamos que novas pistas poderão necessariamente surgir.

⁷ Um grande número destas moradias são hoje embaixadas e consulados: Rua Duarte Pacheco Pereira Nº 39 (República de Cabo Verde) e Nº 58 (República Democrática e Popular da Argélia); Avenida D. Vasco da Gama Nº 1 (Noruega), Nº 3 (Nigéria) e Nº 8 (Egipto); Rua Alto do Duque Nº 13 (Grécia), Nº 21 (Reino de Marrocos), Nº 49 (República Islâmica do Irão); Avenida do Restelo Nº 42 (Reino da Arábia Saudita); Rua Pero de Alenquer Nº 14 (República Checa) e Nº 25 (Palestina); Rua Dom Lourenço de Almeida Nº 24 (Croácia); Rua Pêro da Covilhã Nº 14 (Cuba) e Nº 16 (Índia); Rua de Alcolena Nº 12A (Tailândia) e Nº 17 (Guiné Bissau); Avenida das Descobertas Nº 2 (Polónia), Nº 12 (República Federal da Jugoslávia), Nº 18 (Ucrânia), Nº 22 (Turquia) e Nº 24 (Líbia); Rua Gonçalo Velho Cabral Nº 31 (Moldávia); Avenida Helen Keller Nº 15 (Panamá); Rua António de Saldanha Nº 46 (Paquistão).

ÍNDICE ONOMÁSTICO

A

AALTO, Alvar, 162 (n)

ABECASSIS, Nuno Krus, 6, 229, 231, 517, 523 (n)

ABECASSIS, Tiago Braga, 231 (n)

ABERCROMBIE, Patrick, 24, 66, 67

ABRANTES, António Emídio, 34, 42, 43, 287 (n)

ABRANTES, Nuno Leitão, 163 (n)

ABREU, Alexandra Simões de, 526 (n)

ABREU, Mário, 237 (n)

ACCIAIUOLI, Margarida, 1, 17, 18, 22, 91, 104, 119 (n), 236 (n), 237 (n), 242, 243, 247 (n), 248 (n), 257, 264, 269 (n), 270, 276 (n), 278, 300, 303, 362, 363 (n), 386 (n), 389, 393, 394 (n), 400, 444

AFONSO, João, 20, 208 (n)

AFONSO, Nadir, 119, 120

AGACHE, Donat Alfred, 30, 33, 34, 46 (n), 47

AGAREZ, Ricardo, 242 (n), 294 (n), 377 (n), 443, 444, 448, 467, 469

AGUIAR, António de, 72

AGUIAR, João António de, 32, 329 (n), 377 (n), 441

AIRES, Raimundo de Leiro Vasconcelos, 231 (n)

ALBERTO, Vítor Manuel Afonso, 6, 229, 497, 498, 500

ALBINO, Henrique Brando, 377 (n)

ALBUQUERQUE Jorge Manuel Frederico Miranda Ferrão, 329 (n), 407, 419

ALEGRI, Alessia, 223 (n)

ALEXANDER, Christopher, 202, 210, 211 (n)

ALFREDO, António, 112 (n)

ALMEIDA, Artur Couto de, 229

ALMEIDA, Leopoldo de, 192 (n), 237 (n), 376 (n), 382, 428 (n), 429, 430 (n)

ALMEIDA, João de, 399 (n)
ALMEIDA, Manuel Nunes de, 238 (n)
ALMEIDA, Maria Manuel Godinho de, 363
ALMEIDA, Pedro Vieira de, 21, 119, 121, 122, 192 (n), 195 (n), 206, 214, 242, 277 (n), 312, 382
ALMEIDA, S., 198 (n)
ALVES, Vasco de Oliveira, 154 (n)
ALVIM, Henrique, 163 (n), 166
AMARAL, Francisco Caetano Keil do, 19, 31-33, 47, 58 (n), 64, 65 (n), 66, 77, 78, 99-101, 104, 107, 130, 145, 148, 170, 237 (n), 238, 252, 262, 278, 279 (n), 286-288, 291 (n), 300, 302, 312, 313, 319-321, 324, 329 (n), 330, 369, 377, 378, 393, 395, 403 (n), 425-427, 441
AMARAL, Francisco Pires Keil do, 104 (n), 287 (n), 291 (n), 302 (n), 377 (n)
AMARAL, Renata, 124 (n)
AMORIM, Delfim, 238 (n)
ANDRADE, Artur, 237 (n)
ANDRADE, Carlos Rebelo de, 92, 361, 365-368, 378, 390, 394, 396, 400
ANDRADE, Ferraz, 198 (n)
ANDRADE, Guilherme Rebelo de, 176
ANAHORY, Eduardo Fortunato Jaime, 238 (n)
ANDRESEN, Teresa, 23 (n), 384 (n), 434 (n), 435 (n), 436 (n)
ANDRESEN, João Henrique de Mello Breyner, 148, 149 (n), 238 (n), 310
ANDRESEN, Sophia de Mello Breyner, 189
ANGELILLO, Antonio, 503 (n)
ANTUNES, Francisco Zinho, 5, 14, 149, 150, 152-154, 155 (n), 156, 157, 160-164, 165 (n), 166 (n), 167-170, 171 (n), 172, 173, 174 (n), 175, 176 (n), 177, 178 (n), 179, 180, 182 (n), 183, 184-188, 216, 348, 425, 464, 465 (n), 466, 46, 469-471, 472 (n), 473, 524
ANTUNES, José Afonso Zinho, 14
ANTUNES, Manuel Pires, 472 (n)
ARAGÃO, Miguel, 6, 222, 223

ARAÚJO, Arnaldo, 195 (n)
ARAÚJO, Norberto de, 29 (n)
ARCHER, João, 195 (n)
ARGAN, Giulio Carlo, 87, 88 (n)
ATHOUGUIA, Ruy Jervis d', 119, 125, 126, 143, 156, 224, 238 (n), 312 (n), 330, 343-346, 358 (n), 365 (n), 403-406, 435 (n)
AUZELLE, Robert, 151, 153
AZEVEDO, Fernando, 18, 19 (n), 249 (n), 303 (n), 311 (n), 329 (n) 382
AZEVEDO, Mário de, 229 (n)
AZEVEDO, Rogério dos Santos, 237 (n)

B

BADBERGER, Karl, 380 (n)
BAIRRADA, Eduardo Martins, 21
BAKEMA, Jaap, 157,
BAKEMA, Jacob Berend, 163 (n), 164 (n)
BAKER, Herbert, 55, 61
BALDESSARI, Luciano, 163 (n), 164 (n)
BANDEIRINHA, José António, 20, 212 (n)
BAPTISTA, Luís António Vicente, 295 (n)
BARBOSA, Cassiano , 330, 337 (n), 377 (n)
BARRADAS, Jorge, 378
BARRADAS, Maria, 102 (n)
BARREIRA, Manuel , 118 (n), 272, 365 (n), 377 (n), 469
BARREIRA, Maria, 377 (n)
BARRETO, Álvaro Salvação, 3, 4, 32, 33 (n), 35, 72, 83 (n), 97, 99, 110, 144, 236 (n), 284, 306, 377, 383 (n), 384, 401
BARRETO, António Viana, 50
BARRETO, Fernando Bissaya, 245
BARROS, Leitão de, 28 (n)

BASTOS, Alexandre Steinkritzer, 14, 329 (n), 407, 414-418
BASTOS, José Alexandre Gomes, 239, 258 (n), 312 (n), 313, 315-319, 323, 324, 378
BAUMGARTEN, Paul, 163 (n)
BECKER, Annette, 22 (n), 78 (n), 207 (n), 247 (n)
BEIRÃO, Nuno de Morais, 461-463
BENAVENTE, Luís, 18, 41, 288, 373, 489, 493
BENÉVOLO, Leonardo, 120 (n), 129, 131 (n), 157, 158, 159 (n)
BERLAGE, Hendrik Petrus, 58, 59
BERG, Jarle, 393, 395
BERGER, Francisco Gentil, 20 (n), 22 (n), 143 (n), 152 (n), 164 (n), 210 (n), 213 (n), 488 (n)
BERMUDES, Arnaldo Redondo Adães, 255, 287
BERRY, B., 201 (n), 223 (n)
BESSONE, Numídico, 81 (n), 237 (n), 336 (n), 343
BETTENCOURT, Jacinto dos Reis, 278
BEUDOUIN, Eugène , 163 (n)
BISSAU, Luís , 20 (n), 22 (n), 143 (n), 152 (n), 164 (n), 210 (n), 213 (n), 488 (n)
BIZARRO, João, 238 (n)
BON, 159
BONITO, Mário Ferreira, 238 (n), 302 (n)
BORGES, António Vitorino da França, 5, 135, 132 (n), 144 (n), 145, 149 (n), 151 (n), 153, 178, 179 (n), 383, 460
BORGES, Maria Clara Bastos Fonseca, 14
BORGES, Ruy António Silveira, 5, 145-148, 377 (n), 445, 446 (n), 447, 449, 450, 454, 468
BORÓBIO, Luís, 380 (n)
BOTELHO, Carlos, 329 (n), 376 (n)
BOTELHO, José Rafael, 48, 112, 131, 182, 238 (n), 369, 425, 526 (n)
BOTELHO, Pedro Viana, 6, 189, 193, 215, 230 (n), 479, 483 (n), 489, 490, 492-497
BOYTAC, Diogo, 44

BRAGA, Rogério Belém, 304 (n)
BRAGA, Rui Duarte Moreira, 304 (n)
BRANCO, Cassiano Viriato, 35 (n), 162, 237 (n), 245, 246, 258 (n), 265 (n), 279, 390-392
BRANCO, Domingos Soares, 376 (n)
BRANCO, Duarte Castel, 112 (n)
BRANCO, Luís de C. G. Soares, 448
BREYNER, Gonçalo de Melo, 242
BRITO, J. M. Brandão de, 23 (n), 24
BRITO, Joaquim Pais de, 14
BRITO, José Pires de, 401
BRITO, Rogério Paulo Freire Pinto Rodrigues de, 231 (n)
BRITO, Silva, 425
BRITO, Vasco 34 (n)
BRIZ, Maria da Graça Gonzalez, 30 (n), 247 (n)
BROEK, Johannes Hendrik van den, 163 (n)
BRONZE, Luiz António de Gonzaga, 455
BRUXELAS, Mário, 112
BUARQUE, Irene, 217, 287 (n)
BURLAMAQUI, Suraya, 379 (n)
BURNHAM, Daniel Hudson, 55, 95
BUSQUET, Grégory, 30 (n), 31 (n)
BYRNE, Gonçalo, 6, 9, 219, 220 (n), 221 (n), 222, 223, 224 (n), 229, 489, 503-505

C

CABRAL, Bartolomeu Costa, 112, 114 (n), 163 (n), 189, 195 (n), 428
CABRAL, Fortunato, 330, 237 (n)
CABRAL, Francisco Caldeira, 6, 12, 23, 193, 224, 225, 226 (n), 245 (n), 384 (n), 434 (n), 435 (n), 439 (n)
CABRAL, José Macedo, 229 (n)

CABRAL, Luiz Carlos Silva Monteiro, 470, 471
CABRITA, António Reis, 489
CAETANO, Joaquim Oliveira, 22 (n), 23 (n), 103 (n), 125 (n), 194 (n), 224 (n), 291 (n), 434 (n), 439 (n)
CALADO, Maria, 39
CALDAS, Azevedo Gama, 350 (n), 355 (n)
CALDAS, José Pereira, 251 (n)
CAMARINHAS, Catarina Teles Ferreira 34 (n)
CAMELO, António Maria Veloso Reis, 237 (n), 240 (n), 241 (n), 258 (n), 320 (n),
CAMÕES, Luís Vaz de, 1, 17
CÂNCIO, 198 (n)
CANDILIS, Georges, 157
CARAPINHA, Raúl, 377 (n)
CARDIM, Rui de Sousa, 373-375
CARDOSO, Edgar, 163 (n)
CARDOSO, Isaías, 238 (n)
CARLO, Giancarlo di, 157, 486
CARRIOU, Claire, 30 (n), 31 (n)
CARVALHO, E. H. Silva de , 146 (n)
CARVALHO, Eduardo Rodrigues de, 27 (n), 31 (n), 32, 45 (n), 70, 71 (n), 73, 74, 82, 277, 521, 522 (n)
CARVALHO, Fernão Lopes Simões de, 350-354
CARVALHO, Frederico Caetano de , 45 (n), 242, 255, 256, 287
CARVALHO, João Pinto de , 28 (n)
CARVALHO, José Monteiro de, 209
CARVALHO, Manuel Vicente Meira de, 493
CARVALHO, Pérola de, 120 (n)
CARVALHO, Ricardo, 25
CASTEX, Jean, 58 (n)
CASTRO, Fernando Augusto Santos e, 5, 155, 188, 190, 214, 215, 523 (n)

CASTILHO, João de, 44
CASTRO, Baltazar de, 265
CASTRO, Celestino Joaquim de Abreu de, 112, 118, 119, 238 (n), 302 (n), 329 (n), 377 (n)
CASTRO, Francisco de Mello e, 519 (n)
CASTRO, Joaquim, 112 (n)
CASTRO, José Augusto de, 42, 43
CATRICA, Paulo, 494 (n)
CERDÀ, Ildefons, 210, 206 (n), 211
CEREJEIRA, Manuel Gonçalves, 519
CHAGAS, Maurício Trindade, 377 (n)
CHAMBERLIN, 159
CHAVES, Jorge, 156, 377 (n)
CHRISTO, Carolina Homem, 337 (n)
CID, Pedro Anselmo Braamcamp Freire, 125 (n), 163 (n), 166, 238 (n), 312 (n), 345, 421, 427 (n)
CINTRA, Paulo, 380 (n)
COELHO, José Dias, 376 (n)
COELHO, José Pereira, 28 (n)
COLIMÃO, António, 518
CONCEIÇÃO, João António Lopes da, 523 (n)
CONCEIÇÃO, Vasco Pereira da, 263
CONRADS, Ulrich, 331 (n)
CONSIGLIERI, Vítor Manuel Jorge, 329 (n), 455, 456, 457 (n), 458
CORRÊA, Eugéneo, 18, 41, 242, 288
CORRÊA, Norberto, 242
CORREIA, Eduardo Barata, 230 (n)
CORREIA, Graça, 344 (n), 345 (n), 346 (n)
CORREIA, Martins, 377
CORREIA, Nuno Carlos Pedroso de Moura, 200 (n)

CORSÉPIUS, Erich, 399 (n)
COSTA, Anouk Faria da, 14
COSTA, António Augusto Sá da, 103 (n)
COSTA, Dinis Ribeiro Soares da, 215
COSTA, Francisco Pereira da, 263
COSTA, João Guilherme Faria da, 2-4, 7, 8, 10, 12, 14, 23, 24, 27, 28, 30-35, 36 (n), 39-41, 46-53, 55-66, 68, 69, 74-76, 77 (n), 79, 82-87, 88 (n), 89-95, 97-108, 110, 112-114, 116, 125-127, 133, 137, 143, 148, 156, 176, 235, 238, 239, 255, 262, 272, 279, 290, 291, 296 (n), 299, 300, 302-305, 307, 309, 310 (n), 311, 322, 323, 325, 357, 360, 368, 377 (n), 384, 386, 390, 401, 413, 418, 439, 440, 479, 522-525
COSTA, João Pedro, 33 (n), 58, 86, 93 (n), 106 (n), 418 (n), 419
COSTA, Jorge Soares, 371
COSTA, Levy Marques da, 28 (n)
COSTA, Lúcio, 124
COSTA, Manuel Gomes da, 444 (n)
COSTA, Nuno Faria da, 89 (n)
COSTA, Sandra Vaz, 30 (n)
COSTA, Vasco, 192 (n)
COSTA, Xavier, 195 (n), 237 (n), 391
COUTINHO, Bárbara Santos, 63 (n), 242, 243 (n)
COUTINHO, Manuel Azevedo, 384, 434 (n), 439 (n)
CRAVINHO, João, 234 (n)
CRESPO, Agnelo, 230 (n)
CRUZ, Alberto, 329 (n)
CRUZ, Henrique Júlio Valente da, 290 (n)
CRUZ, Lucínio Guia da, 258, 260
CUNHA, António José de Brito e, 329 (n), 393, 395
CUNHA, Arriaga da, 34 (n)
CUNHA, Luís Alexandre (Cunha Bruto), 47, 288
CUNHA, Luíz, 399 (n)

CUNHA, Paulo Henrique de Carvalho, 239

CUNHA, Paulo, 237 (n), 302 (n)

CUNHA, Pedro Falcão e, 4, 113, 124, 125, 135-137, 140-144, 148, 149, 176, 181, 523, 525

CUSTÓDIO, Jorge, 268 (n)

D

D'ALMEIDA, Amadeu Ferreira, 279

D'ALMEIDA, Joaquim Bento, 15, 25, 81 (n), 118 (n), 123, 124 (n), 125 (n), 131 , 162, 237 (n), 239, 255, 285, 302 (n), 319 (n), 326, 327, 330, 332, 334, 336, 337 (n), 338, 339, 343, 360 (n), 365 (n), 377 (n), 378, 381, 427 (n), 444, 469, 470 (n), 518

D'ALMEIDA, Patrícia Bento, 25 (n), 124 (n), 162 (n), 181 (n), 228 (n), 330 (n), 337 (n), 338 (n), 360 (n), 380 (n), 447 (n), 451 (n), 452 (n), 454 (n), 456 (n), 470 (n), 498 (n), 504 (n), 515 (n)

D'ARCOS, Isabel Paço, 17, 39

DAVID, Vittorio Ferreira, 154 (n)

DELGADO, Nery, 55 (n)

DENTINHO, Ponce, 125 (n)

DIAS, Dulce, 102 (n)

DIAS, Francisco David Carvalho da Silva, 112, 122 (n), 132, 182, 195 (n), 373, 489

DIAS, Humberto Sousa, 174

DIAS, Jaime Lopes, 81

DIAS, Jorge, 509

DIAS, Leonildo, 96 (n)

DIAS, Manuel Graça, 363, 472

DIAS, Tiago da Silva, 112 (n), 122 (n)

DIONÍSIO, Eduarda, 47 (n), 119 (n), 192 (n), 311 (n), 329 (n), 330 (n)

DIONÍSIO, Mário, 311, 329, 330 (n), 377

DOURADO, Cipriano, 376 (n)

DOURDIL, Luís, 376 (n)

DINIS, Rumina, 198 (n)
DUARTE, António, 376 (n)
DUARTE, Carlos, 112, 202, 238 (n)
DUARTE, Rosa, 96 (n)
DUDOK, Marinus, 58 (n)
DURÃO, 198 (n)
DÜTTMANN, Werner, 163 (n)

E

EIERMANN, Egon, 163 (n)
ESPINHO, José, 96 (n)
ETEVENON, Paul, 30 (n)
ESTEVES, João Vasconcelos, 238 (n), 427 (n)
EYCK, Aldo Van, 157

F

FALCÃO, José Francisco Beja da Costa, 476 (n)
FARIA, José Miguel Pinto de, 135
FARINHA, António, 377, 378
FERNANDES, Augusto de Jesus, 417 (n)
FERNANDES, Fernando, 376 (n)
FERNANDES, Inácio Ramón Tomás Peres, 32, 152 (n), 237 (n), 239, 257 (n), 290 (n), 302 (n), 313, 314, 319 (n), 326 (n), 326, 377 (n), 526 (n)
FERNANDES, José Manuel, 21, 23, 119 (n), 192 (n), 193, 196, 206, 242, 265 (n), 277 (n), 312 (n), 313 (n), 464 (n), 515 (n)
FERNANDES, Salvador de Almeida, 321 (n), 361 (n)
FERNANDEZ, Anselmo, 103 (n), 377 (n)
FERNANDEZ, Sérgio, 20, 195, 196 (n), 207, 431
FERRAZ, Carlos Amaro Sá Teixeira de Azevedo, 304 (n)
FERREIRA, António Fonseca, 234 (n), 477 (n)

FERREIRA, Carlos Antero, 373, 374, 489, 493
FERREIRA, Fernando António Baptista, 268 (n)
FERREIRA, Hestnes, 195 (n), 377 (n)
FERREIRA, Joaquim, 455
FERREIRA, Joel Hasse, 231, 500
FERREIRA, Lino José Góis, 523 (n)
FERREIRA, Matos, 195 (n)
FERREIRA, Vítor Matias, 19, 39 (n), 303
FERRO, António, 42 (n)
FIGUEIRA, Francisco, 112 (n)
FIGUEIRA, Jorge, 202, 346, 334 (n), 488
FIGUEIREDO, Estevão Guerra de Figueiredo, 373, 489
FIGUEIREDO, Filipe Nobre de, 330, 358 (n), 407-410
FIGUEIREDO, Victor, 112 (n), 195 (n), 486 (n)
FOLGADO, Deolinda, 268 (n)
FOLQUE, Filipe, 10, 110 (n)
FONSECA, Artur Simões da, 269, 271, 272
FONSECA, José Bellard da, 278, 283
FONTES, Edgar Sampaio, 384, 434
FORESTIER, Jean Claude Nicolas, 46 (n), 55, 65
FRANÇA, José Augusto, 17, 18 (n), 238 (n), 247 (n), 285, 302, 311
FRANÇA, Tomaz da Costa, 100, 178 (n), 184, 386 (n)
FRANCO, Francisco, 519 (n)
FRANCO, José Lima de, 32, 177 (n), 288, 290 (n)
FREIRE, Francisco, 268 (n)
FREIRE, Leonardo Rey Colaço Castro, 320, 329 (n)
FREITAS, António, 112, 125 (n)
FREITAS, Eduardo de, 39 (n)
FREITAS, Lima de, 329 (n), 376 (n)
FREY, Jean Pierre, 46 (n)

FUSTER, Edouard, 30 (n)

G

GALHOZ, Neves, 486 (n)

GALVÃO, Andreia Aires de Carvalho, 23

GALVÃO, Noronha, 62 (n)

GAMA, Vasco da, 1 (n)

GANDRA, Hernâni Guimarães, 126, 143, 163 (n), 237 (n), 312 (n), 377 (n), 486 (n)

GARCIA, Fernando Eugénio de Carvalho Ressano, 329 (n), 350 (n)

GARCIA, Frederico Ressano , 194, 210, 211

GARCIA, José Pulido, 384

GARNIER, Christine , 293

GARRETT, V. de Almeida, 443 (n)

GASPAR, Diogo, 17 (n), 39 (n)

GASPAR, J., 201 (n), 223 (n)

GAUDÊNCIO, Amadeu, 267

GEORGE, Frederico, 12, 112 (n), 237 (n), 350

GHIRA, Alberto, 154 (n)

GHIRA, Manuel António C. C., 154 (n)

GIBBERD, Frederick , 129, 269

GIEDION, Siegfried, 123, 376, 380 (n)

GIGANTE, Jorge, 195 (n), 377 (n)

GINGA, Adelaide, 120 (n)

GIRÃO, 198 (n)

GODINHO, Januário, 32, 93, 152 (n), 237 (n), 302 (n), 330, 365

GODINHO, Maria Manuel, 23

GOMES, A. Silva, 486 (n)

GOMES, Augusto, 329 (n), 376 (n)

GOMES, Guilherme, 320

GOMES, Guilherme Ludgero Rodrigues, 154 (n)

GOMES, Inês Vieira, 317 (n)
GOMES, Joaquim Fernandes , 377 (n)
GOMES, J. M. Pereira, 112 (n)
GOMES, José Sousa, 17, 27, 38, 39, 42
GOMES, Sérgio Botelho de Andrade, 326 (n)
GONÇALVES, Eurico Ferreira, 5, 149, 150, 152-154, 155 (n), 156, 165 (n), 166, (n), 167, 168 (n), 169, 170, 171 (n), 172, 173, 174 (n), 175, 176 (n), 177, 178 (n), 179, 180, 182 (n), 183-187, 348, 464, 466, 524
GONÇALVES, Francisco Blasco, 358 (n), 428
GONÇALVES, Homero José Amaro, 14, 350, 354, 355
GONÇALVES, Rui Mário, 382
GONÇALVES, Vasco, 294
GOODWIN, Philip L., 334 (n)
GOULART, Artur, 76 (n), 361 (n)
GRANDE, Nuno, 20 (n)
GRÉBER, Jacques, 30 (n), 46, 51, 52
GRIFFIN, Walter Burley, 51, 52, 61
GRIFFINI, Enrico, 467
GRIMMEK, Bruno, 163 (n)
GRÖER, Etienne De, 3, 34, 35 (n), 46-48, 78, 79, 86, 87, 152, 156, 293
GROPIUS, Walter, 87, 88 (n), 89, 117, 132, 163 (n)
GUEDES, Pedro, 377 (n)
GUERRA, Fernando, 506 (n)
GUTERRES, João, 112 (n)
GUIMARÃES, Albertino, 376 (n)
GUIMARÃES, Fernando Augusto Peres, 326 (n)

H

HALL, Peter, 52, 120
HASSENPFUG, Gustav, 164 (n)

HAUPT, Albrecht, 244, 397
HÉNARD, Eugène, 46 (n)
HENRIQUES, Ana, 517 (n), 518 (n), 519 (n)
HENRIQUES, Lagoa, 329 (n), 376 (n)
HENRIQUES, Mariana de Castro, 441 (n)
HIPÓLITO, Fernando, 340 (n)
HOGAN, João Manuel Navarro, 329 (n)
HOWARD, Ebenezer, 55 (n), 56, 291
HÜCKING, Klaus J., 503 (n)

J

JANARRA, Pedro, 18
JANKOVIC, Ivan, 153
JAUSSELY, Léon, 30 (n), 55 (n)
JEANNERET, Pierre, 331, 340
JÈZE, Gaston, 46, 30 (n)
JORGE, Maria Alice, 377 (n)
JÚLIO, 329 (n)
JÚLIO, José, 329 (n), 376 (n)
JÚNIOR, Arthur Almeida, 237 (n)
JÚNIOR, Gabriel Constante, 278 (n)
JÚNIOR, Luís Mateus, 377 (n)
JÚNIOR, Manuel Joaquim Norte, 248 (n), 249-251

K

KAY, Sua, 372, 373
KEIL, Maria, 377 (n)
KLEIN, Alexander, 300
KORRODI, Ernesto, 343 (n)
KUJAWSKI, Olek, 120 (n)

L

LACERDA, Manuel, 21

LAFORGUE, Adrien, 46 (n)

LAGINHA, Manuel, 163 (n), 166, 238 (n), 329 (n), 330, 341, 427 (n)

LAMAS, José, 19, 192 (n), 193, 196, 206, 208 (n), 233, 464 (n)

LAND, Carsten, 503 (n)

LANDROVE, Susana , 196 (n), 237 (n), 391 (n)

LANHAS, Fernando, 329 (n)

LAPA, Querubim, 329 (n), 360, 377 (n), 378

LAPRADE, Albert, 46 (n)

LE CORBUSIER, 4, 57, 119-122, 124, 129, 130, 133, 140, 157-159, 163 (n), 206, 331, 334, 335, 340, 341, 352, 525

LEÃO, Cunha, 237 (n), 330

LEAL, A. Freitas, 486 (n)

LEBLANC, 46 (n)

LEITE, Ana Cristina, 21

LEITE, Inês de Sousa Gonçalves de Almeida, 340 (n)

LEITE, Passos, 198 (n)

LEITE, Vasco Marcos, 135

LE MOS, Cardoso de, 273

LE MOS, João, 192

LEÓNIDAS, Nuno, 6, 9, 231, 232, 372, 373, 500, 501

LHEUREUX, Louis-Ernest, 46 (n)

LILLE, Laurent Coudroy de, 30 (n), 31 (n)

LIMA, Alfredo Evangelista Viana de, 123, 237 (n), 302 (n), 335, 444 (n)

LIMA, António Belém, 515 (n)

LIMA, Rodrigues, 237 (n), 241 (n), 329 (n), 377 (n)

LINO, António, 237 (n), 376 (n), 519 (n)

LINO, Raul, 17, 25, 41, 61, 62 (n), 63, 64 (n), 68, 109, 121, 123, 124, 240 (n), 242-244, 249, 257 (n), 258, 262, 263, 285, 288, 292-295, 300, 301, 309, 358 (n), 389, 394, 395 (n) 397, 398, 428, 431, 526 (n)

LOBATO, Luís Guimarães, 4, 109, 111, 135, 384

LÔBO, Margarida Sousa, 18, 19, 29 (n), 41 (n)

LOBO, Vasco, 340 (n), 486 (n)

LOMBA, Silvestre Martins, 473, 475

LONGO, Tommaso Gíura, 129 (n), 131 (n), 157 (n), 158 (n), 159 (n)

LOPES, Amoroso, 237 (n)

LOPES, Bárbara, 198 (n)

LOPES, Filipe, 198 (n), 212, 213

LOPES, Nuno Craveiro, 163 (n), 166

LOSS, Adolf, 252

LOSA, Arménio Taveira, 237 (n), 302 (n), 304, 329 (n), 330, 377 (n)

LOUREIRO, José Carlos, 119, 238 (n), 330

LOURENÇO, Frederico, 236 (n), 335, 357

LOURENÇO, Nuno, 442 (n)

LUIZ, Eduardo, 376 (n)

LUTYENS, Edwin, 55, 61

LUZ, Raimundo Machado da, 377 (n)

M

MAC-BRIDE, Alberto, 28 (n)

MAC-BRIDE, Eugénio, 28 (n)

MACEDO, Diogo de, 376 (n)

MACEDO, Luís Pastor de, 28 (n)

MACHADO, Aquilino Ribeiro, 523 (n)

MACHADO, Bernardino, 287

MACHADO, João Reis, 132, 182

MACHADO, Luís Manuel Fernandes, 231 (n)

MADEIRA, Claudino, 89 (n)
MADEIRA, Manuel, 238 (n), 257
MADUREIRA, Arnaldo, 438 (n)
MAIA, Álvaro, 28 (n)
MANTA, João Abel, 126, 143, 163 (n), 312 (n), 376 (n), 377 (n)
MARAT-MENDES, Teresa 156 (n)
MARQUES, A.H. de Oliveira, 364
MARQUES, Augusto Teles, 215, 229 (n)
MARQUES, Jaime Silvério, 294
MARQUES, Silvino Silvério, 294
MARQUES, Tertuliano, 242
MARQUES, Vasco Pereira Lacerda, 288
MARRAST, 46 (n)
MARTIN, John Leslie, 129, 131
MARTINS, Alfredo Faria, 323
MARTINS, António Couto, 18, 41, 240 (n), 257 (n), 258 (n), 265, 290 (n), 310 (n), 312, 313 (n), 319 (n), 322, 326 (n)
MARTINS, Artur Pires, 125 (n), 315-318, 320, 330, 365 (n), 378, 427 (n), 444 (n)
MARTINS, Guilherme Cândia, 14, 47 (n), 77 (n)
MARTINS, Inês Veríssimo, 380
MARTINS, João Filipe Vaz, 304
MARTINS, João Palla e Carmo Reinas, 237 (n), 238 (n), 338, 378 (n), 381 (n), 382 (n)
MARTINS, João Paulo, 14, 268
MARTINS, Júlio, 52
MARTINS, Manuel da Costa, 118, 207, 302 (n), 376 (n), 486 (n)
MARTINS, Manuel Caldeira, 376 (n)
MARTINS, Oliveira, 302 (n)
MARTINS, Raul, 242
MARTINS, Rocha, 29 (n)
MARTINS, Rogério Buridant, 377 (n)

MASSAPINA, Vasco, 379, 380, 501
MATA, Carneiro da, 47 (n)
MATA, Francisco da Silva, 267 (n), 279, 280 (n), 281, 282
MATEUS, José Paulo, 231 (n)
MATEUS, Nuno Miguel, 231 (n)
MATOS, Eduardo, 444 (n)
MATOSO, João, 125 (n)
MEDEIROS, Eduardo Goullartt de, 112 (n), 156 (n)
MELO, Cândido Palma de, 125 (n), 302 (n), 311, 350, 365 (n), 377 (n), 427 (n), 526 (n)
MELO, Francisco, 195 (n)
MELO, Sérgio de, 497 (n)
MELLO, João Azinhaes de, 304 (n)
MELLO, José Brandão Pereira de, 248 (n)
MELOGRANI, Carlo, 129 (n), 131 (n), 157 (n), 158 (n), 159 (n)
MENDELSON, 121
MENDES, Macedo, 192 (n)
MENDES, Manuel, 195, 237, 238
MENDES, Teodoro A., 154 (n)
MENEZES, Manuel Alzina de, 377 (n)
MESQUITA, Jorge Carvalho, 174 (n)
MEYER-HEINE, George, 5, 151, 152, 155, 179, 185, 199, 216, 524
MILHEIRO, Ana Vaz, 334 (n)
MIRANDA, Reis Soares, 304 (n)
MITCHEL, Wilfrid Barnaud, 258 (n)
MOITA, Irisalva, 104 (n), 291 (n), 302 (n), 377 (n), 426 (n)
MONTEIRO, António Pedro Baptista Pardal, 473, 474
MONTEIRO, Porfírio Pardal, 37, 45 (n), 48, 90, 132, 249, 258 (n), 264 (n), 265 (n), 292, 293 (n), 302, 310 (n), 312, 313 (n), 377 (n)
MONTEZ, Paulino, 21, 47, 53, 56, 90 (n), 237 (n), 242, 248, 249 (n), 250, 255, 288, 290 (n), 319, 322, 323, 326 (n), 526 (n)

MORAIS, João de Sousa, 65 (n), 101 (n), 151 (n), 211 (n)

MORAIS, Justino, 444 (n)

MOREIRA, Júlio, 431 (n)

MOREIRA, Luís de Almeida, 192 (n)

MOTA, Gonçalo Teixeira da, 278

MOTTA, Manuel Fortunato de Oliveira, 287

MOURA, José Croft de, 163 (n), 166, 326 (n), 377 (n)

MOURA, Vasco Croft de, 112 (n)

MUMFORD, Eric, 123 (n)

N

NASCIMENTO, Alberto Dias Ferreira do, 4, 111-113, 137

NEGREIROS, José Almada, 376 (n), 379, 380

NETO, 198

NÉU, João B. M., 45 (n)

NEUTRA, Richard, 124

NEVES, Eduardo, 28 (n)

NEVES, Henrique das, 257

NEVES, Victor, 124 (n)

NIEMEYER, Oscar, 124, 163 (n)

NINY, Henrique Jorge, 289 (n), 292

NOGUEIRA, Rolando Sá, 329 (n), 377 (n)

NOVAIS, Horácio, 28 (n), 59 (n), 62 (n), 87 (n), 105 (n), 111 (n), 253 (n), 336 (n)

NOVAIS, Mário, 49 (n), 52 (n), 59 (n), 62 (n), 69 (n), 87 (n), 105 (n)

NUNES, Abreu, 356 (n)

NUNES, Adelino Alves, 237 (n), 238, 262, 265, 526 (n)

NUNES, Garcia, 379 (n)

NUNES, João Pedro Silva, 486 (n)

O

OLIVEIRA, Alberto de Sousa, 42, 231
OLIVEIRA, Clara, 515 (n), 516
OLIVEIRA, Eduardo de Arantes e, 32, 64 (n), 110
OLIVEIRA, João Pinto de, 377 (n)
OLIVEIRA, Jorge de, 329 (n)
OLIVEIRA, José Paulo Nunes de, 338 (n)
OLIVEIRA, Manuel António de, 154 (n)
OLIVEIRA, Mário de, 357 (n), 377 (n)
OLIVEIRA, Veiga de, 343 (n)
OLIVEIRA, Vítor 156 (n)
O'CALAGHAM, Gilles, 214 (n)
ORTIGÃO, Ramalho, 284
OUALID, William, 46

P

PACIÊNCIA, João, 6, 190, 191, 193, 197, 198 (n), 203, 205, 209, 216 (n), 222, 225 (n), 230, 479, 484 (n), 485 (n), 488 (n)
PACHECO, Duarte, 3, 18, 19, 28, 29, 30 (n), 31-33, 37 (n), 40, 50, 64, 69, 70, 82, 107, 116, 161, 277, 285, 521, 522
PACHECO, Joaquim Gaudêncio Rodrigues, 287
PACHECO, Pedro, 125 (n)
PAIS, Sidónio, 287
PAIVA, António, 379 (n)
PALLA, Victor, 15, 25, 81 (n), 123, 131, 118 (n), 124 (n), 125 (n), 162, 237 (n), 238, 239 (n), 255, 285 (n), 302 (n), 326, 327, 330-334, 336, 337 (n), 338, 339, 343, 365 (n), 376, 377 (n), 378, 380, 381, 382 (n), 427 (n), 444, 446, 469, 470 (n), 518, 525
PALMEIRO, Vasco de Moraes (Regaleira), 107, 239, 240 (n), 241, 242, 245, 246, 257 (n), 258 (n), 275, 276 (n), 283, 284, 285, 313 (n), 323 (n), 324 (n), 329 (n), 376, 377 (n), 393, 398, 399, 400, 526 (n)

PAQUOT, Thierry, 234 (n)

PARKER, Barry, 56

PASSOS, Manuel, 237 (n)

PAULA, Rui Mendes, 372 (n)

PAVÃO, Luís, 302 (n)

PEDREIRINHO, José Manuel, 21, 23, 151 (n), 240, 277 (n), 289 (n), 324 (n), 425 (n)

PEDRO, António, 329 (n)

PENERAI, Jean-Charles Depaule Philippe, 58 (n)

PERDIGÃO, Álvaro, 376 (n)

PERES, Fernando, 329 (n)

PEREIRA, Jacinto, 44

PEREIRA, José Pacheco, 248 (n)

PEREIRA, Nuno Teotónio, 6, 12, 14, 20, 23, 24, 78, 118, 119, 123, 125 (n), 163 (n), 188 (n), 189-194, 195 (n), 197, 198 (n), 199, 201 (n), 203, 205, 207, 208 (n), 209, 210 (n), 214, 216 (n), 217, 218 (n), 219, 220 (n), 221 (n), 222, 223 (n), 224 (n), 225 (n), 226 (n), 228 (n), 229, 230-232, 237 (n), 247, 284, 285 (n), 287 (n), 288 (n), 302 (n), 329 (n), 377 (n), 399 (n), 479, 481 (n), 482 (n), 483 (n), 484 (n), 485 (n), 486 (n), 487 (n), 488 (n), 489, 490, 491 (n), 492-497, 501, 502, 507, 508 (n), 517, 518, 523, 524

PEREIRA, Paulo, 22

PEREIRA, Raúl da Silva, 40, 199 (n), 200 (n)

PEREIRA, Teotónio, 288, 289

PERRIAND, Charlotte, 469

PESSOA, Alberto José, 119, 126, 143, 144, 163 (n), 238 (n), 258, 260, 265 (n), 312, 313, 315, 323, 329 (n), 345, 377 (n), 407, 421-423, 526 (n)

PESSOA, António Manuel Garcia, 154 (n)

PESTANA, Esmeraldo da Câmara, 372 (n), 526 (n)

PILOTO, João, 192 (n)

PILOTO, Vítor Manuel Carvalho, 192 (n), 248, 249 (n), 250, 255

PIMENTEL, Carlos Manuel do Nascimento Ferreira, 129

PIMENTEL, Diogo Lino, 201 (n), 399 (n), 518

PIMENTEL, Rui, 444 (n)

PINHEIRO, Carlos da Silva, 377 (n), 456

PINTO, Américo Cortez, 322 (n)

PINTO, António Costa, 34 (n), 237 (n), 284 (n), 285 (n)

PINTO, Ciro de Oliveira, 41 (n), 179 (n), 182 (n), 187 (n)

PINTO, Joaquim da Silva, 322 (n), 323 (n)

PINTO, Luís Fernandes, 377 (n), 423, 424

PINTO, Paula Cosme, 526 (n)

PINTO, Pedro Jorge, 377 (n)

PINTO, Sousa , 319, 321, 324

PITA, Augusto, 212-214, 478

POËTE, Marcel, 37, 55, 30 (n), 31 (n)

POMAR, Júlio, 329 (n), 339, 341, 376 (n), 379, 526

PORTAS, Nuno Rodrigo Martins, 6, 16, 19, 20, 21, 23, 24, 112 (n), 120, 121, 112, 160, 161, 157 (n), 162 (n), 189, 190, 192-196, 199 (n), 200, 205-207, 210, 211, 212 (n), 214, 216 (n), 218 (n), 219, 220 (n), 221 (n), 222 (n), 223, 224, 225 (n), 227, 234, 238 (n), 249, 278, 299 (n), 334, 335 (n), 390 (n), 391, 399 (n), 430, 431 (n), 464, 467, 468 (n), 469 (n), 477, 478 (n), 479, 480, 482 (n), 483 (n), 484 (n), 485 (n), 486, 488 (n), 489, 490, 492, 493, 501, 502 (n), 508, 518, 524

PORTELA, Luís Jardim, 376 (n)

POTIER, Manolo Gonzalez, 377 (n)

POWELL, 159

PRATS, Fernando, 459, 460

PROST, Henri, 46, 57, 59

Q

QUEIRÓS, Eça de, 17, 252

QUEIROZ Américo Serpa de Melo, 323

QUININHA, Samuel Tavares, 329, 377

R

RAFAEL, Carlos, 96 (n)

RAMALHEIRA, Ângelo, 103 (n)

RAMALHO, Raul Chorão, 12, 66, 119, 237 (n), 312 (n), 322, 357-360, 377, 526 (n)

RAMOS, Carlos João Chambers, 12, 38, 62, 63 (n), 65, 69, 70 (n), 90, 91, 98, 103 (n), 237 (n), 239, 242, 243, 257-259, 266, 358 (n), 361, 362, 363, 364, 368, 372 (n), 377 (n), 523, 525, 526

RAMOS, Carlos Manuel de Oliveira, 90, 46 (n), 103 (n), 329 (n), 361, 362, 364, 368, 369 (n), 377

RAMOS, Rogério, 238 (n)

RAPOSO, João Vaz, 135

RAPOSO, Manuel Coutinho, 377 (n), 486 (n)

RAU, Rodrigo, 497

REAL, José Deodorato Troufa, 9, 517-520

REBELO, J. Correia, 486

REDON, Odilon, 46 (n)

REIS, Fernando Sá, 377 (n)

REIS, João Maria de Braúla, 125 (n), 377 (n), 427 (n), 444 (n)

REIS, Jorge Sá, 377 (n)

REIS, Victor Martins dos, 373, 489, 493

RESENDE, Júlio, 376 (n)

RESENDE, Miguel, 32

RIBEIRO, Ana Isabel de Melo, 310

RIBEIRO, António Lopes, 305

RIBEIRO, Carlos, 55 (n)

RIBEIRO, José Aleixo de França Sommer, 4, 112, 114, 124, 125, 135, 136, 137, 143, 144, 148, 149, 176, 181, 523, 525

RIBEIRO, Mário de Sampayo, 28 (n)

RIBEIRO, Rogério Fernando da Silva, 377 (n)

RIBEIRO, Sousa, 194, 195 (n), 198 (n), 202 (n), 222

RICCA, Agostinho, 237 (n), 330
RIGOLLET, 46 (n)
RIGOTTI, Giorgio, 172 (n)
RITA, José Santa, 112 (n)
ROCHA, Alfredo S. Barata da, 66 (n)
RODOLFO, João de Sousa, 60, 128 (n)
RODRIGUES, Carlos Eduardo, 238 (n)
RODRIGUES, Francisco Castro, 47, 118, 119, 192 (n)
RODRIGUES, Joaquim Caldeira, 523 (n)
RODRIGUES, José Manuel, 117 (n), 119 (n), 132 (n), 158 (n)
RODRIGUES, Manuel Sebastião, 96 (n)
RODRIGUES, Marciano, 377 (n)
RODRIGUEZ, Anselmo Fernandez, 156 (n)
ROGADO, Artur Quintino, 278
ROSA, Luís Vassalo, 112 (n) , 182 (n)
ROSA, Miguel Simões Jacobetty, 32, 237 (n), 299, 301, 302, 377 (n), 467 (n)
ROSAS, Fernando, 23 (n), 24
ROSETA, Filipa, 65 (n), 101 (n), 151 (n), 211 (n)
ROTH, Alfred, 124

S

SÁ, Alexandre Vasconcelos e, 41 (n), 73 (n)
SALAZAR, António de Oliveira, 288, 293, 300, 407
SALEMA, Rosário, 103 (n), 291 (n), 434, 439 (n), 440 (n)
SALVADOR, Luciano da Fonseca, 252 (n), 412 (n)
SAMPAIO, Pedro José d’Avillez Corrêa, 473, 474, 475 (n)
SANCHES, José Dias , 39 (n)
SANCHES, Sebastião Pedro Leal Formosinho, 119, 124 (n), 125, 126, 143, 330, 334 (n), 344, 358 (n)
SANTANA, Joel, 112 (n)

SANTOS, Alda Machado, 376 (n)
SANTOS, Alfredo da Assunção, 288
SANTOS, Fernando António Piteira , 386
SANTOS, Fernando dos, 376 (n)
SANTOS, José Augusto dos, 326
SANTOS, Lino de Sousa, 154 (n)
SANTOS, Júlio, 376 (n)
SARAIVA, Zulcides, 238 (n)
SAÚDE, António, 376 (n)
SCHWIPPERT, Hans, 164 (n)
SEABRA, António Francisco Saragga, 509-512, 514
SEBASTIÃO, António Jorge da Silva, 218, 523 (n)
SÉBILLE, Georges Florentin, 31, 31 (n), 46, 107
SÉCIO, Justiniano, 473, 474
SEGURADO, Jorge de Almeida, 23, 50, 51 (n), 163 (n), 235, 237 (n), 239, 241, 242, 255, 258, 261, 263-266, 272, 302 (n), 326, 328
SEGURADO, José de Almeida, 239, 242, 272, 273, 274, 314, 323, 324, 329 (n), 330, 358 (n), 377 (n)
SELLIER, Henri, 31 (n)
SEQUEIRA, Gustavo de Matos, 28 (n), 81 (n), 239 (n), 314 (n), 521
SEREJO, Manuel Maria de Miranda, 209 (n)
SERPA, Luís, 348 (n)
SERÔDIO, Armando, 361 (n), 370 (n), 378 (n), 426 (n), 442 (n)
SALGADO, Manuel, 231 (n), 442 (n), 505, 506
SILVA, Augusto Vieira da, 28 (n)
SILVA, António Tomás da Conceição, 376 (n)
SILVA, António Vieira da, 10
SILVA, António Pereira da, 21, 257 (n), 353 (n), 374 (n)
SILVA, Carlos Alberto Teixeira da, 337 (n)
SILVA, Carlos Nunes , 18, 34 (n), 40, 48, 151, 152, 194 (n)

- SILVA, David Moreira da, 32
- SILVA, Eduardo do Carmo, 154 (n)
- SILVA, Fernando Gomes da, 428 (n), 429, 430 (n), 456, 468
- SILVA, Fernando, 58, 156, 163 (n), 224, 258 (n), 313, 322, 323, 350 (n), 325, 326, 328, 365 (n), 457, 458
- SILVA, Fernando da, 280
- SILVA, Francisco Conceição, 14, 91 (n), 157 (n), 224, 238 (n), 302 (n), 316, 329 (n), 339-343, 346, 347 (n), 348 (n), 349, 358 (n), 369, 376 (n), 377 (n), 382, 468, 444 (n), 518, 525 (n), 526
- SILVA, Francisco Manuel Conceição, 224 (n), 341 (n), 346 (n), 349 (n)
- SILVA, João da, 376 (n)
- SILVA, João Pedro Conceição, 14, 224 (n), 341 (n), 346 (n), 349 (n)
- SILVA, Jorge Pessoa e, 520 (n)
- SILVA, José Marques da, 287
- SILVA, Júlio António Vieira da, 110 (n)
- SILVA, Júlio, 376 (n)
- SILVA, Luís Ribeiro Cristino da, 43, 60, 113 (n), 119, 128, 140-142, 192 (n), 237 (n), 242, 258 (n), 265 (n), 283, 288, 302 (n), 337 (n), 377 (n), 425
- SIMÕES, Camacho, 215
- SIMÕES, Duarte Nuno, 199 (n)
- SIMÕES, João, 103 (n), 237 (n), 241 (n), 255, 258 (n), 265, 267, 268 (n), 269, 302 (n), 326, 329 (n), 328, 337 (n), 358, 368, 526 (n)
- SITTE, Camille, 37
- SIZA, Álvaro, 195 (n)
- SMITH, G. E. Kidder, 334 (n)
- SMITHSON, Alison, 158, 159, 162, 486
- SMITHSON, Peter, 157-159, 162, 486
- SOARES, Elísio Summavielle, 377 (n)
- SOARES, Estevão, 376 (n)
- SOARES, Fernando Luso, 248, 410

SOARES, Mário Morais (ARS-Arquitectos) , 237 (n), 330

SOISONS, Louis de, 56

SOUSA, Alberto, 376 (n)

SOUSA, Eduardo Trigo de, 515

SOUSA, João Manuel Alves de, 146, 147, 451, 453

SOUSA, Sérgio Carlos Almeida de, 231 (n)

SOUTINHO, Alcino, 195 (n) , 377 (n)

STOCK, Walter, 267-269

T

TAÍNHA, Manuel Mendes, 112 (n), 238 (n), 330 (n), 358 (n), 377 (n)

TAUT, Max, 163 (n)

TAVARES, António Manuel Latino, 154 (n)

TAVARES, Edmundo, 255, 287, 389-392

TÁVORA, Fernando Luís Cardoso de Meneses de Tavares e, 119, 143, 238 (n), 377 (n), 444 (n)

TEIXEIRA, Anjos, 376 (n)

TEIXEIRA, Eduardo Read, 285 (n)

TEIXEIRA, José Fernando, 462

TELLES, Gonçalo Ribeiro, 6, 8, 12, 23, 24, 68, 102, 113 (n), 125 (n), 190, 193, 194, 205 (n), 224, 225, 226 (n), 252, 383, 384, 291 (n), 385 (n), 434-437, 439, 440, 485 (n)

TELMO, José Ângelo Cottinelli, 14, 42, 43, 45 (n), 237 (n), 240 (n), 251, 253, 254, 302

TENREIRO, Adalberto, 21, 265, 313

TENREIRO, Henrique, 407

THOMAZ, Américo, 103, 369 (n), 407

THOREAU, Henry David, 397

TINOCO, José Luís J., 427-430

TOJAL, Raúl Francisco, 103 (n), 238, 241, 247 (n), 255, 257, 258, 261 (n), 262, 313, 326 (n), 329 (n), 339

TORGÓ, Rolando, 195 (n)

TORRES, Fernando, 125 (n)

TORRES, Manuel Antunes Machado, 317 (n)

TOSTÕES, Ana, 20, 22, 23 (n), 31 (n), 78 (n), 99 (n), 104 (n), 119, 123 (n), 191 (n), 193 (n), 194 (n), 195 (n), 207 (n), 208 (n), 210 (n), 217 (n), 218 (n), 219 (n), 223 (n), 226 (n), 247 (n), 283 (n), 291 (n), 302 (n), 377 (n), 426 (n), 479, 482 (n), 485 (n), 487 (n), 489 (n)

TOUSSAINT, Michel, 1, 20, 22 (n), 24, 25 (n), 48, 58, 62, 117, 120, 123, 128, 140, 143 (n), 152, 163 (n), 164, 202, 210, 213, 242, 243 (n), 245, 257 (n), 263 (n), 279, 293, 313, 348, 430, 431, 432 (n), 435 (n), 488

TRAVASSOS, José Carlos, 493

TRIGO, Teixeira, 215

TRIGOSO, Falcão, 376 (n)

TRIGUEIROS, Luiz, 503 (n)

U

ULRICH, José Frederico, 27, 82, 83, 95, 110, 522

UNWIN, Raymond, 37, 55, 56, 86

V

VARATOJO, José, 230 (n)

VARELA, António, 237 (n), 263, 379, 380, 394, 396, 397, 518

VARGAS, João Manuel Cabral, 366

VASCONCELOS, José Miranda de, 32

VASCONCELOS, Maurício de, 23, 238 (n), 340, 431, 432 , 444 (n)

VAZ, Euclides, 376 (n)

VEIGA, Caetano Beirão da, 231

VELOSO, António Matos, 302 (n), 377 (n)

VESPEIRA, 329 (n)

VIANA, Eduardo, 376 (n)

VIANA, Facco, 44 (n)

VIANA, Fernando Pedro Teixeira, 403, 405, 406

VIANA, Jorge Manuel Teixeira, 329 (n), 369, 403, 405, 406, 526

VICENTE, Arlindo, 376 (n)

VICENTE, Manuel, 195 (n)

VIEIRA, Dário da Silva, 240 (n)

VIEIRA, Jorge, 329 (n)

VIEIRA, Manuel Francisco, 269, 271, 272

VIOLANTE, Ticiano, 184

W

WANG, Wilfried, 22 (n), 78 (n), 207 (n), 247 (n)

WOGENSCKY, 120 (n)

WOODS, Shadrach, 157

WORM, Carlos, 112 (n)

WRIGHT, Frank Lloyd, 124, 428, 431

X

XENAKIS, Iannis, 120

Z

ZEVI, Bruno, 19, 121, 431 (n)

ZILHÃO, José Galhardo, 239, 274, 276, 313, 314, 320 (n), 343-346, 377 (n)

ZILHÃO, Maria Alice Pereira Gonçalves Galhardo, 274

FONTES DOCUMENTAIS

Arquivo Arco do Cego da Câmara Municipal de Lisboa

Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa

Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa

Arquivo Intermédio da Câmara Municipal de Lisboa

Arquivo Museu Nacional de Etnologia

Arquivo Ordem dos Engenheiros

Arquivo e Biblioteca do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana

Arquivo e Biblioteca Ordem dos Arquitectos

Biblioteca Nacional

Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian

Biblioteca, Centro de Documentação e Arquivo da Academia Militar

Biblioteca e Centro de Documentação da Faculdade de Arquitectura de Lisboa

Biblioteca, Centro de Documentação e Arquivo da Faculdade de Arquitectura do Porto

Biblioteca, Centro de Documentação e Arquivo do Instituto Superior Técnico

Biblioteca Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Hemeroteca da Câmara Municipal de Lisboa

LISTA DE ABREVIATURAS

AAP – Associação dos Arquitectos Portugueses
CIAM – Congressos Internacionais de Arquitectura Moderna
CML – Câmara Municipal de Lisboa
CODA – Concurso para a Obtenção de Diploma de Arquitecto
DOCEP – Delegação para as Obras de Construções de Escolas Primárias
DGEMN – Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais
DMPGU – Direcção Municipal de Planeamento e Gestão Urbanística
DGSUO – Direcção-Geral de Serviços de Urbanização e Obras
EBAL – Escola Belas Artes de Lisboa
EBAP – Escola Belas Artes do Porto
EGAP – Exposição Geral de Artes Plásticas
ESBAL – Escola Superior de Belas Artes de Lisboa
ESBAP – Escola Superior de Belas Artes do Porto
FCG – Fundação Calouste Gulbenkian
GEU – Gabinete de Estudos Urbanísticos
GTH – Gabinete Técnico da Habitação
IAP XX – Inquérito à Arquitectura do Século XX em Portugal
ICAT – Iniciativas Culturais Arte Técnica
IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana
IPPAR – Instituto Português do Património Arquitectónico
IPPC – Instituto Português do Património Cultural
MES – Ministério do Equipamento Social
MHOP – Ministério da Habitação e Obras Públicas
MHOPT - Ministério da Habitação e Obras Públicas e Transportes
MOP – Ministério das Obras Públicas
MOPTC – Ministério das Obras Públicas Transportes e Comunicações
MRAR – Movimento de Renovação de Arte Religiosa

ODAM – Organização dos Arquitectos Modernos

PDUL – Plano Director de Urbanização de Lisboa

PGUL – Plano Geral de Urbanização de Lisboa

Proj Lic – Projecto de Licenciamento

RGEU – Regulamento Geral de Edificações Urbanas

SNA – Sindicato Nacional dos Arquitectos

SNI – Secretariado Nacional de Informação

SNBA – Sociedade Nacional de Belas Artes

SPN – Secretariado de Propaganda Nacional

TF – Telas Finais

UIA – União Internacional dos Arquitectos

BIBLIOGRAFIA

MONOGRAFIAS

AAVV

1934-1940: Bairros de Casas Económicas, Lisboa, Ed. Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, 1940.

AAVV

EPUL – 40, Edição comemorativa do quadagésimo aniversário da EPUL – Empresa Pública de Urbanização de Lisboa, Lisboa, EPUL, 2011.

AAVV

Guia Urbanístico e Arquitectónico de Lisboa, Lisboa, Associação dos Arquitectos Portugueses, 1987.

AAVV

IAP XX – Inquérito à Arquitectura do Século XX em Portugal, Lisboa, Ordem dos Arquitectos, 2006.

AAVV

Legislação Urbanística Portuguesa, 1926-1974, Lisboa, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 4 vols, 1975-1976

AAVV

Lisbon Sports Club – 75 Anos de História, Lisboa, Ed. Par do Campo, 1997.

AAVV

Nuno Portas, Prémio Sir Patrick Abercrombie UIA 2005, Lisboa, Ordem dos Arquitectos e Caleidoscópio, 2005.

AAVV

Plano para a atribuição de direitos no prédio designado por lote no 1.181 na Rua Tristão Vaz, Encosta do Restelo, em Lisboa, Lisboa, Sociedade Nacional de Habitações Económicas, 1966.

AAVV

Regulamento Geral das Edificações Urbanas, Porto, Porto Editora, 1997.

ABERCROMBIE, Patrick

Town and Country Planning, London, Oxford University Press, 1945.

ABRANTES, António Emídio

Elementos para o Estudo do Plano de Urbanização da Cidade de Lisboa, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1938.

ACCIAIUOLI, Margarida

Exposições do Estado Novo 1934-1940, Lisboa, Livros Horizonte, 1998.

Os Cinemas em Lisboa. Um fenómeno urbano do século XX, Lisboa, Editorial Bizâncio, 2012.

AGACHE, Donat-Alfred

Lisbonne – Urbanisation de la Région Ouest, Paris, Mimeo, 1936.

AGAREZ, Ricardo

O Moderno Revisitado. Habitação Multifamiliar em Lisboa nos Anos de 1950, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2009.

AMARAL, Francisco Keil do

O problema da habitação, Porto, Livraria Latina, 1945.

Lisboa, Uma Cidade em Transformação, Lisboa, Publicações Europa-América, 1969.

ANDRESEN, João

Para uma Cidade mais Humana, Porto, Imprensa Social, 1962 (2ª edição do autor).

ANTUNES, Manuel Pires

Freguesia de São Francisco Xavier. 50 Anos de poder autárquico, 1959-2009, Lisboa, By The Book, 2009.

ARGAN, Giulio Carlo

História da Arte como História da Cidade, São Paulo, Martins Fontes, 1998.

Walter Gropius e a Bauhaus, Lisboa, Editorial Presença, 1990 (1ª Edição 1951).

AUZELLE, Robert

Cours d'Urbanisme, Paris, Vicent Fréal, 1967.

Technique de l'Urbanisme, Paris, Presses Universitaires de Paris, 1953.

BARRADAS, Maria

DIAS, Dulce

Entre o Monte e o Rio. Freguesia de São Francisco Xavier, Lisboa, Junta de Freguesia de São Francisco Xavier, 2000.

BAIRRADA, Eduardo Martins

Prémios Valmor de Arquitectura, Lisboa, Crédito Predial Português, 1984.

BANDEIRINHA, José António

O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2007.

BAPTISTA, Luís António Vicente

Cidade e Habitação Social. O Estado Novo e o Programa de Casas Económicas em Lisboa, Lisboa, Editora Celta, 1999.

BARDET, Gaston

L'Urbanisme, Paris, Press Universitaires de France, 1947.

BARRETO, António

MÓNICA, Maria Filomena

Dicionário da História de Portugal, Lisboa, Figueirinhas, 1999.

BENÉVOLO, Leonardo

A Cidade Através da História, Editorial Presença, Colecção 'Construir a Europa', N° 1, Lisboa. 1995.

A Cidade e o Arquitecto, Lisboa, Edições 70, 1998.

Diseño de la Ciudad, Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 1988.

Origens da Urbanística moderna, Lisboa, Presença, 1981.

Historia de la arquitectura moderna, Barcelona, Gustavo Gili, 2007.

BENÉVOLO, Leonardo

MELOGRANI, Carlo

LONGO, Tommaso Gíura

Projectar a Cidade Moderna, Lisboa, Editorial Presença, 1987.

BERGER, Francisco Gentil

BISSAU, Luís

PEREIRA, Michel Toussaint Alves

Guia de Arquitectura Lisboa 94, Lisboa, Ed. Associação dos Arquitectos Portugueses e Sociedade Lisboa 94, Faculdade de Arquitectura Universidade Técnica de Lisboa, 1994.

BURLAMAQUI, Suraya

Cerâmica Mural Portuguesa Contemporânea. Azulejos, Placas e Relevos, Lisboa, Quezta Editores, 1996.

BUSQUET, Grégory

CARRIOU, Claire

LILLE, Laurent Coudroy de

Un ancien institut... Une histoire de l'Institut d'urbanisme de Paris, Paris, Institut d'urbanisme de Paris, 2005.

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

A Urbanização do Sítio de Alvalade, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1948.

Lisbonne et son Plan Directeur, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1948.

L'Habitation Economique à Lisbonne, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1948.

Plano Director de Urbanização de Lisboa, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa – Gabinete de Estudos de Urbanização, 1958.

CONSIGLIERI, Carlos

RIBEIRO, Filomena

VARGAS, José Manuel

ABEL, Marília

Pelas Freguesias de Lisboa □ São Francisco Xavier, Santa Maria de Belém, Ajuda, Alcântara, Lisboa, Ed. Biblioteca da Educação, Câmara Municipal de Lisboa, Pelouro da Educação, 1996.

COSTA, Augusto Pires Celestino

A Evolução de uma Cidade, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1962.

COSTA, João Pedro

Bairro de Alvalade. Um Paradigma no Urbanismo Português, Lisboa, Livros Horizonte, 2002.

COSTA, Sandra Vaz, *O País a régua e esquadro. Urbanismo, Arquitectura, e Memória na obra de Duarte Pacheco*, Lisboa, IST Press, 2012.

COWAN, Robert

The Dictionary of Urbanism, Wiltshire, Streetwise Press, 2005.

CURL, James Stevens

Dictionary of Architecture, Oxford, Oxford University Press, 1999.

DIAS, Manuel Graça

Ao Volante, Pela Cidade (dez entrevistas de arquitectura), Lisboa, Relógio D'Água Editores, 1999.

DIAS, Maria Tavares

Lisboa Desaparecida, vol. 5, Lisboa, Quimera, 1996.

DIONÍSIO, Eduarda

Um Cesto de Cerejas. Francisco Castro Rodrigues: Conversas, Memórias, Uma vida, Lisboa, Casa da Achada, 2010.

FERNANDES, José Manuel

Arquitectura Portuguesa – Uma Síntese, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2000.

FERREIRA, Victor Matias

A Cidade de Lisboa. De Capital do Império a Centro da Metrópole, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1987.

Lisboa, a Metrópole e o Rio, Lisboa, Editorial Bizâncio, 1997.

FRANÇA, José Augusto

A Arte e a Sociedade Portuguesa no Século XX (1910-1990), Lisboa, Livros Horizonte, 1991.

A Arte em Portugal no Século XX, Lisboa, Bertrand Editora, 1991.

História da Arte Ocidental 1780-1980, Lisboa, Livros Horizonte, 1987.

Lisboa: Urbanismo e Arquitectura, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, M.E.C., 1980.

FREITAS, Eduardo de

CALADO, Maria

FERREIRA, Vítor Matias

Lisboa: Freguesia de Belém, Lisboa, Guias Contexto, 1993.

GABINETE TÉCNICO DA HABITAÇÃO

Plano de Urbanização de Chelas, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1965.

GOITIA, Fernando Chueca,

LIMA, Emílio Campos trad.

Breve História do Urbanismo, Lisboa, Presença, 1982.

GONÇALVES, Fernando

Urbanizar e Construir para quem? – A propósito do Plano de Chelas, Porto, Edições Afrontamento, 1972.

Evolução Histórica do Direito Urbanístico em Portugal (1851-1988), Lisboa, LNEC, 1989.

GOMES, José Sousa

Lisboa; Da sua Vida e da sua Beleza, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1937.

GOODWIN, Philip L.

SMITH, G.E. Kidder

Brazil Builds – Architecture new and old 1652-1942, New York: The Museum of Modern Art, 1943.

HALL, Peter

Cidades do Amanhã: uma história intelectual do planeamento e do projecto urbanos do século XX, São Paulo, Perspectiva, 2009.

HENRIQUES, Mariana de Castro

Freguesia de São Francisco Xavier. Um testemunho no seu cinquentenário, 1959-2009, Lisboa, By The Book, 2009.

KLEIN, Alexander

Vivienda Mínima 1906-1957, Barcelona, Gustavo Gili, 1980.

LAMAS, José

Morfologia Urbana e Desenho Cidade, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e JNICT, 1993.

LEÓNIDAS, Nuno

NLA – Nuno Leónidas Arquitectos, Lisboa, Caleidoscópio, 2011.

LINO, Raul

A Casa Portuguesa, Exposição Portuguesa em Sevilha, 1929.

A Nossa Casa, Lisboa, Atlântida, s.d. (1ª ed.)

Casas Portuguesas – Alguns Apontamentos sobre o arquitectura das casas simples, Lisboa, Livros Cotovia, 1992 (1ª Edição 1933).

Quatro Palavras sobre Urbanização, Lisboa, Valentim de Carvalho, 1945.

LISBOA, Maria Helena

Os Engenheiros em Lisboa. Urbanismo e Arquitectura (1850-1930), Lisboa, Livros Horizonte, 2002.

LÔBO, Margarida Souza

Planos de Urbanização: A Época de Duarte Pacheco, Porto, FAUP Publicações, 1995.

LOURENÇO, Frederico

Amar não acaba, Lisboa, Edições Cotovia Lda., 2004.

MACEDO, Luiz Pastor de

Lisboa de Lés-a-Lés, Lisboa, Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, 1981.

MATTOSO, José (dir.)

História de Portugal, vol. VII: *O Estado Novo, (1926-1974)*, s.l., Editorial Estampa, 1998.

MERLIN, Pierre

CHOAY, Françoise

Dictionnaire de l'urbanisme et de l'aménagement, Paris, Éditions Dunod, 1988.

MESQUITA, Jorge Carvalho

Plano Director de Lisboa, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1952.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS

Relatório da Actividade do Ministério no Triénio de 1947 a 1949, Lisboa, M.O.P., 1950.

Relatório da Actividade do Ministério no ano de 1950, Lisboa, M.O.P., 1951.

Relatório da Actividade do Ministério no ano de 1951, Lisboa, M.O.P., 1952.

Relatório da Actividade do Ministério no ano de 1952, Lisboa, M.O.P., 1953.

Relatório da Actividade do Ministério no ano de 1953, Lisboa, M.O.P., 1954.

Relatório da Actividade do Ministério no ano de 1954, Lisboa, M.O.P., 1955.

Relatório da Actividade do Ministério no ano de 1955, Lisboa, M.O.P., 1956.

Relatório da Actividade do Ministério no ano de 1956, Lisboa, M.O.P., 1957.

Boletim da Direcção dos Serviços de Urbanização, anos 1945-1948 (3 volumes); 1947 (2 volumes); 1953 (1 volume); 1954 (2 volumes); 1958-60 (2 volumes).

MOITA, Irisalva

O Livro de Lisboa, Lisboa, Livros Horizonte, 1994.

MONTEZ, Paulino

A Estética de Lisboa – Da Urbanização da Cidade, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1935.

Estudos de Urbanismo em Portugal, Lisboa, Sociedade Industrial de Tipografia Limitada, 1933-1938.

O Prémio Valmor e a Evolução da Arquitectura, Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, 1984.

MORAIS, João Sousa

ROSETA, Filipa

Os Planos da Avenida da Liberdade e o seu Prolongamento, Lisboa, Livros Horizonte, 2005.

MORAIS, Paula

Dicionário de Conceitos Jurídicos nos domínios do Ordenamento do Território, do Urbanismo e do Ambiente, Coimbra, Almedina, 2004.

MUMFORD, Eric

The CIAM Discourse on Urbanism, 1928-1960, Cambridge, Massachusetts, London, The MIT Press, 2000.

NÉU, João B. M.

Em Volta da Torre de Belém. Evolução da Zona Ocidental da Cidade, Lisboa, Livros Horizonte, 1994.

NINY, Henrique Jorge

Inquérito Habitacional, Lisboa, Ministério do Interior, 1941.

NUNES, João Pedro Silva

À Escala Humana. Planeamento Urbano e Arquitectura de Habitação em Olivais Sul (Lisboa, 1959-1969), Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2007.

ORTIGÃO, Ramalho

Arte Portuguesa, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1943.

PEDREIRINHO, José Manuel

Dicionário dos Arquitectos Activos em Portugal, do século I à actualidade, Lisboa, 1994, Edições Afrontamento.

História do Prémio Valmor, Lisboa, D. Quixote, 1988.

100 Anos Prémio Valmor, Lisboa, Pandora, 2003.

PEREIRA, Nuno Teotónio

Escritos (1947-1996, selecção), Porto, FAUP Publicações, 1996.

PEREIRA, Paulo (dir.)

História de Arte Portuguesa, Lisboa, Círculo de Leitores/Temas e Debates, 1995.

PEREIRA, Raul da Silva

Habitação e Urbanismo em Portugal, Lisboa, Edição de Autor, 1966.

PORTAS, Nuno

A Arquitectura para Hoje. Evolução da Arquitectura Moderna em Portugal, Lisboa, Livros Horizonte, 2008.

A Cidade como Arquitectura: Apontamentos de Método e Crítica, Lisboa, Livros Horizonte, 2007.

Arquitectura(s). Teoria e Desenho, Investigação e Projecto, Porto, FAUP Publicações, 2005.

Arquitectura(s). História e Crítica, Ensino e Profissão, Porto, FAUP Publicações, 2005.

Funções e exigências de áreas da habitação. Necessidades habitacionais e áreas de habitação. Análises de exigências por funções de habitação, Lisboa, LNEC, 1964.

PORTOGHESI, Paolo

Dizionario Enciclopedico di Architettura e Urbanistica, Roma, Istituto Editoriale Romano, 1969.

PROST, Henri

L'Oeuvre de Henri Prost. Architecture & Urbanisme, Paris, Académie d'Architecture, 1960.

QUEIRÓS, Eça de

Os Maias: Episódios da Vida Romântica, Lisboa, Ulisseia, 1988 (1ª Edição 1888).

RIBEIRO, Ana Isabel de Melo

Arquitectos Portugueses: 90 Anos de Vida Associativa, 1863-1953, Porto, FAUP Publicações, 2002.

RIBEIRO, Mário de Sampaio

Do Sítio do Restelo e das suas Igrejas de Santa Maria de Belém, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1949.

RODOLFO, João de Sousa

Luís Cristino da Silva e a Arquitectura Moderna em Portugal, Porto, Publicações Dom Quixote, 2002.

RODRIGUES, José Manuel (coord.), *Teoria e Crítica de Arquitectura do Século XX*, Lisboa, Caleidoscópio e Ordem dos Arquitectos, Secção Regional Sul, 2010.

ROSAS, Fernando

BRITO, J.M. Brandão de

Dicionário de História do Estado Novo, Lisboa, Circulo de Leitores, 1996.

ROSMANINHO, Nuno

O Poder da Arte. O Estado Novo e a Cidade Universitária de Coimbra, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2006.

SALGADO, Manuel (coord.)

LOURENÇO, Nuno

Atlas Urbanístico de Lisboa, Lisboa, Argumentum, 2006.

SALGUEIRO, Teresa Barata

A Cidade em Portugal. Uma Geografia Urbana, Lisboa, Edições Afrontamento, 1992.

SANCHES, José Dias

Belém e Arredores Através dos Tempos, Lisboa, Universal, 1940.

SANTANA, Francisco (dir.)

SUCENA, Eduardo

Dicionário da História de Lisboa, Lisboa, Carlos Quintas & Associados, 1994.

SANTOS, Lusitano dos

Planos de Urbanização para a Cidade de Coimbra, Coimbra, Museu Nacional Machado de Castro, 1983.

SEQUEIRA, Gustavo Matos

A Fisionomia de Lisboa, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1939.

SERRÃO, Joel

BARRETO, António

MÓNICA, Maria Filomena

Dicionário de História de Portugal, Porto, Figuerinhas Imp. 1984-2000.

SILVA, António Pereira da (Coord.)

Lisboa: Prémio Valmor, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2004.

SILVA, Augusto Vieira da

Plantas Topográficas de Lisboa, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1950.

SILVA, Carlos Nunes

Política Urbana em Lisboa, 1926-1974, Lisboa, Livros Horizonte, 1994.

SILVA, Isabel Corrêa da

SEIXAS, Miguel Metelo de

Belém, Lisboa, Junta de Freguesia de Santa Maria de Belém, 2009.

TALAMONA, María Ida

Henri Prost son activité d'Architecte urbaniste de Rome au Maroc. 1902-1922, Paris, MULT, 1985.

TAVARES, Edmundo

A Habitação Portuguesa – Casas Modernas, Lisboa, Edmundo Tavares, 1946.

TORRINHA, Francisco

Moderno Dicionário da Língua Portuguesa, Porto, Domingos Barreira, 1939.

TOSTÕES, Ana

Os Verdes Anos na Arquitectura Portuguesa dos anos 50, Porto, FAUP Publicações, 1997.

Monsanto, Parque Eduardo VII, Campo Grande: Keil do Amaral, Arquitecto dos Espaços Verdes de Lisboa, Lisboa, Salamandra, 1992.

TRINDADE, Cachulo

Casas Económicas: Casas de Renda Económica, Casas de Renda Limitada, Casas para Famílias Pobres – Legislação Anotada, Coimbra, Coimbra Editora, 1951.

XENAKIS, Iannis

Musique de l'architecture, Marseille, Éditions Parenthèses, 2006.

PERIÓDICOS

Arquitectura, Lisboa, 1ª Série, 1927-1946; 2ª Série, 1948-1957; 3ª Série, 1947-1974.

Arquitectura Portuguesa e Cerâmica e Edificação, Lisboa, 1952-1957.

Actas das Reuniões da Câmara Municipal de Lisboa (1938 a 1974), Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1939 a 1974.

Anais do Município de Lisboa (1938 a 1968), 31 vols., Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1939 a 1969.

Binário, Lisboa, 1958-1962.

Diário Municipal, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa.

Urbanização, Revista do Centro de Estudos de Urbanismo e Habitação Engenheiro Duarte Pacheco, Lisboa, 1966-1974

Revista Municipal, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1939-

ARTIGOS

“A cidade não é uma árvore? Recordando uma ideia de Christopher Alexander”, *Binário*, Lisboa, Nº 183, Dezembro 1973, pp. 540-543.

“A Empresa Pública de Urbanização de Lisboa”, *O Século*, 8/05/1972, pp. 1 e 11.

“A experiência das Avenidas João XXI, Paris e Praça Pasteur”, *Arquitectura*, Lisboa, Nº 45, Novembro 1952.

“Apartamentos 3K no Restelo”, *Arquitectura Ibérica*, Lisboa, Nº 27 Habitar, Julho 2008.

“Câmara de Lisboa aprova extinção da EPUL”, *Público*, Lisboa, 6/12/2012.

“Centro Comercial do Bairro do Restelo”, *Jornal Arquitectos*, Lisboa, Nº 205, Março/Abril 2002, pp. 96-101.

“Constroe-se uma cidade nova e melhora-se a cidade antiga”, *Diário da Manhã, Numero Comemorativo do Duplo Centenário*, 1/12/1940, s/pp.

“‘Dossier’ Restelo”, *Arquitectura*, Lisboa, Nº 130, Maio 1974, pp. 11-23.

“Estádio para o Sport Lisboa e Benfica”, *Arquitectura*, Lisboa, Nº 47, Junho 1953, pp. 14-18.

“Entrevista com o arq. Francisco Keil do Amaral”, *Arquitectura*, Nº 125, Agosto 1972, pp. 46-48 e 79.

“Entrevista com o arq. Maurício de Vasconcellos”, *Arquitectura*, Nº 124, Maio 1972, pp. 2-6.

“Grandes Problemas de Lisboa – a construção de casas de rendas económicas”, *Revista Municipal*, Nº 26, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1945, pp. 33-41.

“Habitantes do Restelo contestam a (des)urbanização de uma parte do seu bairro”, *República*, Lisboa, 09/11/1973, pp. 12 e 13.

“Lisboa vista do ar”, In Armando Carneiro, *Lisboa trabalha e progride. Documentário ilustrado Económico-social e turístico da Vida Oisiponense*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1959, s/pp.

“O mais moderno bairro residencial, o do Restelo, evoca, na designação das suas artérias, as glórias do passado”, *Primeiro de Janeiro*, Lisboa, 17/07/1959.

“Os Planos das Cidades”, *Arquitectura*, Lisboa, Nº 3, Abril, 1946, pp. 49.

“Plano de Urbanização da Costa da Caparica”, *Arquitectura*, Lisboa, Nº 13, Março 1947, pp. 3-13.

“Uma época em palavras e imagens. Extractos”, *Arquitectura*, Lisboa, Nº 142, Julho 1981, pp. 50-57.

ABREU, Alexandra Simões de

PINTO, Paula Cosme

“Os melhores bairros para viver em Lisboa e Porto”, *Expresso, Revista*, 9/6/2012.

ACCIAIUOLI, Margarida

“Cinemas de Lisboa – um património à deriva”, *Expresso, Revista*, Lisboa, 15/11/1986.

ALMEIDA, Leopoldo de

“Olivais-Norte – nota crítica”, *Arquitectura*, Lisboa, Nº 81, Março 1964, pp. 12-14

ALMEIDA, Pedro Vieira de

“Le Corbusier – Um arquitecto coerente”, *Colóquio*, Lisboa, Nº 35, 1965, pp. 14-18.

ALMEIDA, Pedro Vieira de

FERNANDES, José Manuel

“A Arquitectura Moderna”, In AAVV, *História da Arte em Portugal*, vol. 14, Lisboa, Publicações Alfa, 1986, pp. 73-157.

ALMEIDA, Pedro Vieira de

FERREIRA, Fátima

“João Simões: Uma serenidade objectiva”, *Jornal Architectos*, Lisboa, Nº 77-78, Julho-Agosto 1989, p.7-11.

AMARAL, Francisco Keil do

“Moradia na Encosta da Ajuda”, *Arquitectura*, Lisboa, Nº 46, Fevereiro 1953, pp. 2-4.

ÂNGELO, Alfredo

“A Arquitectura de hoje tem de ser uma arquitectura viva”, *A Tarde*, Nº 2, Lisboa, 14/06/1945.

ARCOS, Isabel Paço d’

“O Sítio. Do Palácio de Belém”, In Diogo Gaspar (coord.), *Do Palácio de Belém*, Lisboa, Museu da Presidência da República, 2005, pp. 77-113.

AZEVEDO, Mário

“O Plano Director da Região de Lisboa”, *Binário*, Nº 108, Setembro 1967, pp. 117-127.

AUZELLE, Robert

“Condições e imperativos de urbanismo”, *Binário* (Separata), Nº 37, Outubro, 1961, pp. 584-590.

“O Problema dos Bairros Antigos”, *Arquitectura*, Nº 71, Julho 1961, pp. 3-9 e 52.

BANDEIRINHA, José António

“Anos Sessenta, Alojamento e Arquitectura. Impasses que são saídas e saídas que são impasses”, *Murphy*, Coimbra, Nº 1, Março 2006, pp. 110-149.

BARRADAS, Maria

“Caselas quase cinquentenário”, *A Capital*, Lisboa, 16/04/1999.

BARROS, Maria Armada de Sousa Narciso de

“O Desenvolvimento de Lisboa de 1890 a 1940 – contribuição para o seu estudo geográfico”, *Revista Municipal*, Nº 71 (pp. 26-37), Nº 72 (pp. 43-56), Nº 73 (pp. 41-60), Nº 74 (pp. 29-57) Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1956.

BASTOS, José

“Moradia na Encosta da Ajuda”, *Arquitectura*, Lisboa, Nº 42, Maio 1952, pp. 19-21.

BRANCO, Cassiano

“Problemas de Urbanização: Lisboa necessita de habitações económicas e não de casas para milionários”, *Diário de Lisboa*, Lisboa, 19/03/1943, pp. 1 e 7.

CAMARINHAS, Catarina Teles Ferreira, **BRITO**, Vasco, “Elementos para o Estudo do Plano de Urbanização da Cidade de Lisboa”, Cadernos do Arquivo Municipal de Lisboa, 2007.

CARVALHO, H. Martins de

“Monsanto, Pulmão em Perigo?”, *Diário Popular*, Lisboa, 15/01/1973, pp. 1 e 7.

COSTA, Celestino da

“Estudos de Urbanização”, *Boletim da Direcção dos Serviços de Urbanização*, Lisboa, MOP, 1954, vol. I, pp. 96.

COSTA, Faria da

“A Figueira da Foz. Uma tese admirável do arquitecto urbanista João Faria da Costa”, *A Arquitectura Portuguesa e Cerâmica e Edificação Reunidas*, Lisboa, Nº 31, Outubro 1937, pp. 11-23.

DELORME, Jean-Claude

« Les plans d'aménagement et d'extension des villes françaises », *Les cahiers de La recherche architecturale. De L'Art Urbaine a L'Urbanisme*, Nº 8, Abril 1981, Publié par le Ministère de l'Urbanisme et du Logement direction de l'Architecture, pp. 11-29.

DIAS, Jaime Lopes

“Lisboa de Hoje”, In Gustavo Matos Sequeira (org.), *Lisboa, Oito Séculos de História*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1947.

DUARTE, Ricardo Teixeira

“Os Engenheiros Cívicos e a Urbanização”, *Boletim da Direcção Geral dos Serviços de Urbanização 1945-1946*, I vol., Ministério das Obras Públicas e Comunicações, pp. 9-12.

FERNANDES, José Manuel

“15 Anos de Arquitecturas Marcantes em Lisboa, 1970-1985”, *Jornal Arquitectos*, Lisboa, Nº 42, Dezembro 1985, pp. SIII-SVIII.

“Alguns apontamentos sobre urbanismo alfacinha. Da Baixa ao Campo Grande, do séc. XVIII ao séc. XX”, *Arquitectura*, Nº 138, Setembro/Outubro 1980, pp. 40-49.

“Bairro EPUL do Restelo”, In *Os Edifícios que marcaram*, *Expresso*, Separata da edição Nº 1348, Lisboa.

“Casa aberta à cultura viva”, *Arquitectura e Vida*, Nº 11, Dezembro 2000, pp. 52-59.

“Faria da Costa: 100 anos”, *Expresso*, Lisboa, 22-04-2006.

FERNANDES, José Manuel

LACERDA, Manuel

“Prémios Valmor, dois apontamentos”, *Jornal Arquitectos* (Separata), Lisboa, Nº 35/36, Março/Abril 1985, pp. S1-S8.

FERNANDES, José Manuel

PEREIRA, Nuno Teotónio

“A Arquitectura do fascismo em Portugal”, *Arquitectura*, Lisboa, Nº 142, Julho 1981, pp. 38-49.

FERNANDES, José Manuel

TENREIRO, Adalberto

“Prémios de Arquitectura em Lisboa”, *Arquitectura*, Lisboa, Nº 139, 1980, pp. 32-53.

FERNANDES, José Manuel

LAMAS, José

“Entrevista: Nuno Portas”, *Arquitectura*, Nº 135, Outubro 1979, pp. 56-67.

FERREIRA, Manuel dos Santos

“Planeamento Urbano. Aspectos Económico-Financeiros”, *Revista Municipal*, Nº 122/123, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1969, pp. 74-93.

FERREIRA, Manuel dos Santos

BURACA, Carlos Leitão

“Política de Solo na Urbanização Portuguesa: O Caso de Lisboa”, *Revista Municipal*, Nº 134-135, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1972, pp. 31-53.

FERREIRA, Victor Matias

“A cidade de Lisboa, 1850-1980”, *Povos e Culturas. A cidade em Portugal: onde se vive*, Nº 2, Lisboa, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, Universidade Católica Portuguesa, 1987, pp. 217-241.

“A Lisboa do Império e o Portugal dos Pequeninos: Estrutura Fundiária e Política Urbana de Lisboa, 1930-1940”, *Análise Social*, vol. XIX, Nº 77-78-79, Lisboa, 1983, pp. 693-735.

“Inovação Social e Mudança Urbana na Lisboa Contemporânea. Uma Aproximação Sucinta à Inovação Urbana de Lisboa, 1850-1980”, *Ler História*, Nº 26, Lisboa, 1994, pp. 151-169.

“Lisboa, Anos 30-40. O Processo de Expropriação de Terrenos e a Recomposição Socio-Política do Estado Novo”, *Arquitectura*, Lisboa, Nº 151, 1983, pp. 31-37.

“Lisboa, Cidade-Metrópole?”, *Arquitectura*, Lisboa, Nº 143, Setembro 1981, pp. 66-69.

“Modos e Caminhos da Urbanização de Lisboa; a cidade e a aglomeração de Lisboa, 1890-1940”, *Ler História*, Nº 7, Lisboa, edições Salamandra, 1986, pp. 101-132.

“O Mito de Duarte Pacheco e a Urbanística Fascista”, *Arquitectura*, Lisboa, Nº 151, 1983, pp. 29-31.

“Uma Nova Ordem Urbana para a Capital do Império – A ‘modernidade’ da urbanização e o ‘autoritarismo’ do Plano Director de Lisboa, 1938-1948”, In António Costa Pinto, *O Estado Novo, das Origens ao Fim da Autarquia, 1926-1959*, Lisboa, Edições Fragmentos, 1988, pp. 359-375.

FERRO, António

“Carta Aberta aos Portugueses de 1940”, *Diário de Notícias*, Lisboa, 17/06/1938.

FONSECA, Artur Simões da

“Casa de habitação. Vivendas Modernas em Lisboa, na zona residencial do Restelo (Encosta da Ajuda)”, *Arquitectura*, Lisboa, Nº 10, Dezembro 1946, pp. 221-225.

“Casa de habitação. Vivendas Modernas em Lisboa, na zona residencial do Restelo (Encosta da Ajuda)”, *Arquitectura*, Lisboa, Nº 11, Janeiro 1947, pp. 2-7, 9.

FRANÇA, José Augusto

“1940: Exposição do Mundo Português”, *Colóquio Artes*, Lisboa, Nº 45, Junho 1980, pp. 34-47.

“A Arquitectura do Estado Novo 1930-1948”, *Arquitectura*, Lisboa, Julho 1981, pp.18-19.

“1930/1948, Le Fascisme Pur et Dur”, *L’Architecture d’Aujourd’hui*, Nº 185, Paris, Maio/Junho 1976, pp. 2-7.

“Lisboa e a Arquitectura dos anos 30 e 40”, *Revista Municipal*, Nº 138-139, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1973, pp. 9-34.

FREY, Jean Pierre

“Henri Prost (1874-1959), parcours d’un urbaniste discret (Rabat, Paris, Istambul)”, *Urbanisme*, Nº 336. Paris, Maio/Junho, 2004.

GABINETE TÉCNICO DA HABITAÇÃO

“Olivais-Norte: Extractos da Memória Descritiva do Estudo Base de Olivais Elaborado em 1955”, *Arquitectura*, Lisboa, Nº 81, Março 1964, pp. 5-11.

GALVÃO, Andreia Aires de Carvalho

“Jorge Segurado (1889-1990), o arquitecto, o seu tempo e a sua obra”, *Jornal Arquitectos*, Lisboa, Nº 189, Março/Abril 1999, pp. 42-46.

GODINHO, Maria Manuel

“Maurício de Vasconcelos”, *Jornal Arquitectos*, Lisboa, Nº 112/113, Junho/Julho 1992, pp. 56-59.

GONÇALVES, Fernando

“A Propósito dos Planos de Urbanização do Estado Novo: Projectos Urbanísticos ou Regulamentos Policiais?”, *Sociedade e Território*, Nº 4, Lisboa, 1986, pp. 92-115.

“Duarte Pacheco e os Encantos da Megalomania”, *Arquitectura*, Lisboa, Nº 151, 1983, pp. 24-28.

“Urbanística à Duarte Pacheco”, *Arquitectura*, Lisboa, Nº 142, Julho 1981, pp. 20-37.

GRANDE, Nuno

“Portugal: Território, cidade e arquitectura”, In Luís Valente de Oliveira (com.), *Descontinuidade*, Lisboa, Civilização Editora, 2005, pp. 36.

GRÖER, Etienne de

“Introdução ao Urbanismo”, *Boletim da Direcção Geral dos Serviços de Urbanização 1945-1946*, I Volume, Lisboa, Ministério das Obras Públicas e Comunicações, 1946, pp. 17-86.

“Le Tracée d’un Plan d’Urbanisation”, *Técnica* (Separata), Lisboa, Nº 157, Junho 1945.

HEITOR, Teresa Valsassina

“A expansão da cidade para oriente: os planos de urbanização de Olivais e Chelas”, In Maria Helena Barreiros (coord.) *Lisboa. Conhecer, pensar, fazer cidade*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2001, pp. 72-85.

HIPÓLITO, Fernando

“Histórias de uma Casa Moderna”, *Jornal Arquitectos*, Lisboa, Nº 113, Março 1994, pp.18-19.

JORGE, Ana

SILVA, João Figueiredo

“Nuno Teotónio Pereira, desenho à margem”, *Arquitectura e Construção*, Lisboa, Nº 20, Novembro 2002, pp. 90-101.

KRUGER,

HEITOR,

TOSTÕES, Ana

“A Morfologia da Cidade de Lisboa: da Época Medieval à Cidade Actual”, *Técnica*, Lisboa, Nº 1, 1996, pp. 19-35.

LAMAS, António Ressano Garcia

“Salvaguarda e valorização do património construído”, *Sociedade e Território*, Lisboa, Nº 21, pp.20.

LINO, Raul

“A Arquitectura da Capital”, *Revista Municipal*, Nº 65, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1955, pp. 51-58.

LOBATO, Luís Guimarães

“A Experiência de Alvalade”, *Técnica* (Separata), Nº 209-210, Lisboa, 1951.

“O Problema da Habitação de Lisboa – Subsídios para o seu Estudo”, *Técnica* (Separata), Comunicação apresentada ao II Congresso das Capitais, Lisboa, 1950.

LOBO, Vasco

“A obra do arquitecto Maurício de Vasconcellos”, *Arquitectura*, Lisboa, Nº 65, Junho 1962, pp. 3-37.

LOBO, Manuel da Costa

“Da esquematização à realidade nos planeamentos urbanísticos. A vitalização e equilíbrio dinâmico dos tecidos urbanos complexos”, *Revista Municipal*, Nº 122/123, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1969, pp. 22-36.

LÔBO, Margarida Souza

“Casas Económicas: Um Programa Emblemático da Política Habitacional do Estado Novo”, *Caminhos do Património*, Lisboa, DGEMN/Livros Horizonte, 1999, pp. 151-158.

LOPES, Filipe

“O que é a EPUL?”, *Arquitectura*, Lisboa, Nº 130, Maio 1974, pp. 9-10.

MARAT-MENDES, Teresa

OLIVEIRA, Vítor Oliveira

“Urban Planners in Portugal in the middle of the twentieth century: Etienne De Gröer and Antão Almeida Garrett, Planning Perspectives”, 2012, DOI:10.1080/02665433.2013.737719, pp. 5.

MARQUES, Maria da Conceição Coutinho de Oliveira

“Introdução ao estudo do desenvolvimento Urbano de Lisboa 1879-1938”, *Arquitectura*, Lisboa, Nº 112, Novembro-Dezembro 1969, pp. 266-275; Nº 113, Janeiro-Fevereiro 1970, pp. 5-7; Nº 119, Janeiro-Fevereiro 1971, pp. 34-39; Nº 120, Março-Abril 1971, pp. 72; Nº 124, Maio 1972, pp. 38-40; Nº 125, Agosto 1972, pp. 74-78.

MARTINS, Artur Pires

“Moradia na Encosta da Ajuda”, *Arquitectura*, Lisboa, Nº 43, Agosto 1952, pp. 2-5.

MASSAPINA Vasco

“Um sonho para Lisboa do dia seguinte”, *Arquitectura e Vida*, Lisboa, Nº 44, Dezembro 2003, pp. 54-59.

MELLO, Manuel de Sá e

“A Direcção Geral dos Serviços de Urbanização”, *Boletim da Direcção Geral dos Serviços de Urbanização 1945-1946*, I Volume, Ministério das Obras Públicas e Comunicações, pp. 3-7.

MENDES, Manuel

“Nós. Uma modernidade de fronteira – nós para uma paisagem inconclusa”, In Xavier Costa (ed.), Susana Landrove, *Arquitectura do Movimento Moderno: Inventário Docomomo Ibérico, 1925-1965*, Barcelona, Associação dos Arquitectos Portugueses, Fundação Mies Van der Rohe e DOCOMOMO Ibérico, 1997, pp. 14-24.

MESQUITA, Alfredo

“Antologia de Lisboa”, *Revista Municipal*, Nº 24/25, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1945, pp. 68-72.

MESQUITA, Jorge Carvalho de

“Alguns aspectos do problema da habitação social na cidade de Lisboa”, *Revista Municipal*, Nº 114/115, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1967, pp. 53-80.

MILHEIRO, Ana Cristina Fernandes Vaz

“A Modernidade e o Sítio”, *Público*, Lisboa, 11/04/1998.

“As sete idades da arquitectura”, *Público*, Lisboa, 10/10/1997.

“Jorge Viana. O arquitecto da Casa-Máquina”, *Jornal Arquitectos*, Lisboa, Nº 235, Abril-Maio-Junho 2009, pp. 12-15.

“O Património do Modernismo”, *Público*, Lisboa, 5/05/1998.

“Portugal Arquitectura do Século XX”, *Diário de Notícias*, Lisboa, 19/06/1998.

MOREIRA, Júlio

“Casa de Álvaro de Trigo”, *Arquitectura*, Lisboa, Nº 109, Maio/Junho 1969, pp. 121-126.

NEVES, Victor

AMARAL, Renata

“Formosinho Sanches. O arquitecto do rigor”, *arq./a*, Nº 2, Julho/Agosto 2000, pp. 23-29.

NUNES, F. Eduardo

“O Sítio de Belém no seu tempo”, *Colóquio Artes*, Nº 87, Lisboa, Dezembro 1990, pp. 27-31.

PALLA, Victor

“Lugar do Artista Plástico”, *Arquitectura*, Nº 25, Julho 1948, pp. 7-16.

“Lugar da Tradição”, *Arquitectura*, Nº 28, Janeiro 1949, pp. 4-5.

“Lugar da Geometria”, *Arquitectura*, Nº 26, Agosto-Setembro 1948, pp. 4-5.

PEDREIRINHO, José Manuel

“Oito Décadas de Prémios Valmor”, *História*, Nº 20, Junho 1980.

PEREIRA, Michel Toussaint Alves

“A propósito de Casas Portuguesas”, In *Raul Lino – 3 Depoimentos em 1993*, Lisboa, Ed. Associação de Estudantes Faculdade de Arquitectura de Lisboa, 1993.

“De dentro para fora na década de 50”, *Jornal Arquitectos*, Lisboa, Nº 212, Setembro/Outubro 2003, pp. 48-57.

“Em defesa da Arquitectura: A Cidade e o Arquitecto”, *Povos e Culturas. A cidade em Portugal: onde se vive*, Nº 2, Lisboa, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, Universidade Católica Portuguesa, 1987, pp. 285-300.

“Procurando entender Ruy d’Athouguia enquanto arquitecto da geração Moderna em Portugal”, artigo para catálogo da exposição *Arquitectos da Geração Moderna: Ruy d’Athouguia*, Palácio Galveias, 2003 (não editado).

“Raul Chorão Ramalho: Um percurso possível no pós-guerra”, *Jornal Arquitectos*, Lisboa, Nº 170, Abril 1997, pp. 14-31.

PEREIRA, Nuno Teotónio

“A Arquitectura do Estado Novo de 1926 a 1959”, In António Costa Pinto, *O Estado Novo, das Origens ao Fim da Autarquia, 1926-1959*, Lisboa, Edições Fragmentos, 1988, pp. 323-357.

“EPUL 35 Anos – Plano do Restelo. Breve Historial”, artigo destinado a uma publicação comemorativa dos 35 anos da EPUL, Lisboa, 5/12/2006 (não publicado)

“Habitação para o maior número”, *Arquitectura*, Lisboa, Nº 110, Julho-Agosto, 1969, pp. 183.

PEREIRA, Raul da Silva

“Problemática da Habitação em Portugal”, *Análise Social*, Nº 1 (pp. 33-66) e 2 (pp. 225-269), Janeiro e Abril de 1963.

PINTO, Ciro de Oliveira

“Planeamento Urbano. Aspectos Urbanísticos da Cidade de Lisboa”, *Revista Municipal*, Nº 122/123, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1969, pp. 56-72.

PITA, Augusto

“Telheiras. EPUL: uma perspectiva da sua gestão”, *Arquitectura*, Nº 137, Julho/Agosto 1980, pp. 42-46.

POMAR, Alexandre

“CAM: Passagem de Testemunho”, *Expresso*, Lisboa, 28/05/1994.

PORTAS, Nuno

“A evolução da Arquitectura Moderna em Portugal”, In Bruno Zevi, *História da Arquitectura Moderna*, Porto, Editora Arcádia, 1973.

“Actualidade de Le Corbusier”, *Arquitectura*, Lisboa, Nº 89-90, Dezembro 1965, pp. 141-144.

“Cerdà e os traçados”, *Arquitectura*, Lisboa, Nº 138, Outubro 1980, pp. 18-25.

“Posfácio por ocasião da publicação em revista do projecto para o Restelo”, *Arquitectura*, Lisboa, Nº 130, Maio 1974, pp. 22-23.

RAMALHO, Raul Chorão

“Centro Comercial do Bairro da Ajuda, Lisboa”, *Arquitectura*, Lisboa, Nº 41, Março 1952, pp. 13-15.

RAMOS, Carlos Manuel

VIANA, Jorge

“Estádio para o C.F ‘Os Belenenses’”, *Arquitectura*, Lisboa, Nº 43, Agosto 1952, pp. 12-15.

REZENDE, Miguel

“O Plano Director da Região de Lisboa”, *Urbanização, Revista do Centro de Estudos de Urbanismo e Habitação Engenheiro Duarte Pacheco*, Lisboa, vol. 2, Nº 1, Junho 1967, pp. 3-26.

RODRIGUES, Maria João Madeira

“O Plano de Extensão de Lisboa no último quartel do século XIX”, *Arquitectura*, Nº 138, Setembro/Outubro 1980, pp. 28-39.

ROSA, Miguel Jacobetty

“Grandes Problemas de Lisboa. A Construção de Casas de Renda Económica. Plano de Urbanização da Zona a Sul da Av. Alferes Malheiro”, *Revista Municipal*, Nº 25, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1945, pp. 33-41.

SALEMA, Rosário

“A Ermida de São Jerónimo: Ver e Ocultar”, In Joaquim Oliveira Caetano (Coord.), *A Utopia e os pés na Terra. Gonçalo Ribeiro Teles*, Museu de Évora, CML e Museu Municipal de Coruche, 2003, pp. 183-192.

SEGURADO, Jorge

“Arquitectura da Casa Portuguesa e do seu carácter”, *Alma Nova*, Lisboa, Nº 3, 1926.

“Casa de habitação. Vivendas Modernas em Lisboa, na zona residencial do Restelo (Encosta da Ajuda)”, *Arquitectura*, Lisboa, Nº 3, Abril 1946, pp. 50-57, 68.

“Moradia na Encosta da Ajuda”, *Arquitectura*, Lisboa, Nº 31, Junho/Julho 1949, pp. 11-15.

SILVA, Carlos Nunes

“A ‘Urbanística’ do Estado Novo (1926-1959): Nem Nacional nem Fascista”, In António Costa Pinto, *O Estado Novo, das Origens ao Fim da Autarquia, 1926-1959*, Lisboa, Edições Fragmentos, 1988, pp. 377-386.

“Os Planos de Lisboa e a Organização Espacial da Cidade. Continuidade e mudança no século XX”, In *Povos e Culturas. A cidade em Portugal: onde se vive*, Nº 2, Lisboa, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, Universidade Católica Portuguesa, 1987, pp. 301-344.

SIMÕES, João

“Casa de Habitação. Vivendas Modernas em Lisboa, na Zona Residencial do Restelo (Encosta da Ajuda)”, *Arquitectura*, Lisboa, Nº 8, Setembro 1946, pp. 170-175.

SOARES, Luís Bruno

“Sobre a estrutura urbana de Lisboa”, *Arquitectura*, Nº 138, Setembro/Outubro 1980, pp. 26-27.

SOUSA, Carlos Hermenegildo de

“Os imperativos económicos na urbanização de Lisboa”, In AAVV, *Primeira Reunião Olisiponense*, Comemorações do VIII Centenário da Tomada de Lisboa aos Mouros, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1948, vol. 2, pp. 9-36.

TAINHA, Manuel

“Casa Viana, Encosta do Restelo/Lisboa”, *Architecti*, Lisboa, Nº 29, Junho/Julho/Agosto 1995, pp. 82-85.

TAYLOR, Brian

“Discontinuité planifiée villes coloniales modernes au Maroc”, *Les cahiers de La recherche architecturale. De L’Art Urbaine a L’Urbanisme*, Nº 9, Janeiro 1982, Publié par le Ministère de l’Urbanisme et du Logement direction de l’Architecture, pp. 45-64.

TEIXEIRA, Manuel C.

“As Estratégias de Habitação em Portugal, 1890-1940”, *Análise Social*, vol. XXVII, Nº 115, Lisboa, 1992, pp. 65-89.

TELMO, Cottinelli

“Arquitectos e Urbanismo”, *Boletim da Direcção Geral dos Serviços de Urbanização 1945-1946*, I Volume, Ministério das Obras Públicas e Comunicações, pp. 13-15.

TINOCO, José Luís

“Moradia na Encosta do Restelo”, *Arquitectura*, Lisboa, Nº 66, Novembro/Dezembro 1959, pp. 23-29.

TOJAL, Raul

“Uma Moradia na Encosta da Ajuda”, *A Arquitectura Portuguesa e Cerâmica e Edificação Reunidas*, Lisboa, Nº 130, Janeiro 1946, pp. 6-8.

TOSTÕES, Ana

“El legado de los ‘verdes años cincuenta’, Permanencia y cambio de la arquitectura portuguesa de la posguerra a la revolución”, *2G*, Barcelona, Nº 20, Editorial Gustavo Gili, 2001, pp. 129-143.

“La Città degli anni Cinquanta”, *Rassagna*, Milano, N.º 59, Electa, 1994.

“O Bairro de Alvalade no quadro do desenvolvimento urbano de Lisboa”, In Maria Helena Barreiros (coord.) *Lisboa. Conhecer, pensar, fazer cidade*, Lisboa, Ed. Câmara Municipal de Lisboa, 2001, pp. 64-71.

“Portugal: Arquitectura do Século XX”, *Jornal dos Arquitectos*, Lisboa, Nº 185, Agosto 1998, pp. 12-21.

ZILHÃO, José Manuel Galhardo

“Moradia na Encosta da Ajuda “, *A Arquitectura Portuguesa e Cerâmica e Edificação Reunidas*, Lisboa, Nº 159, Fevereiro 1950, pp. 6-10.

CATÁLOGOS

Exposição Geral de Artes Plásticas, Lisboa, S.N.B.A., 1946 a 1956.

Contemporary Portuguese Architecture (from 1951 to 1958), Lisboa, SNI, 1958.

AAVV

EPUL – 40 Anos. Edição Comemorativa do quadragésimo aniversário da EPUL – Empresa Pública de Urbanização de Lisboa, Lisboa, EPUL, 2011.

ALÇADA, Margarida (Coord.)

75 DGEMN: Conhecer, Inovar, Conservar, Informar, Lisboa, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 2004.

AMARAL, Francisco Pires Keil do, (coord.)

MOITA, Irisalva,

TOSTÕES, Ana

Keil do Amaral o Arquitecto e o Humanista, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1999.

ANDRESEN, Teresa (Coord.)

Do Estádio Nacional ao Jardim Gulbenkian - Francisco Caldeira Cabral e a primeira geração de Arquitectos Paisagistas (1940-1970), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

AZEVEDO, Fernando (com.)

Os anos 40 na Arte Portuguesa, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Março/Maio 1982.

BECKER, Annette (org.)

TOSTÕES, Ana

WANG, Wilfried

Portugal: Arquitectura do Século XX, München, New York, Frankfurt, Lisboa, Prestel 1998.

CAETANO, Joaquim Oliveira (Coord.)

A Utopia e os pés na Terra. Gonçalo Ribeiro Teles, Museu de Évora, CML e Museu Municipal de Coruche, 2003.

DIAS, Ana Silva

Terceira Exposição Nacional de Arquitectura, 1985-1992, Lisboa, Associação dos Arquitectos Portugueses, 1992.

FERNANDES, José Manuel (org.)

Anos 60 Anos de Ruptura, Arquitectura Portuguesa nos anos sessenta, Lisboa, Sala do Risco, Lisboa 94 e Livros Horizonte, 1994.

FRANÇA, José Augusto

CARVALHO, Manuel Rio

ALMEIDA, Pedro Vieira de

Raul Lino: Exposição Retrospectiva da sua Obra, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1970.

FOLGADO, Deolinda (co-aut)

Museu do Oriente – De Armazém Frigorífico a Espaço Museológico, Lisboa, Fundação Oriente, 2008.

FRANÇA, José Augusto (com.)

Carlos Ramos, Exposição Retrospectiva da Sua Obra, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.

GRANDE, Nuno (Coord.)

O Ser Urbano nos Caminhos de Nuno Portas, Guimarães 2012, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2012.

HEITOR, Manuel (Coord.)

BRITO, José Maria Brandão de

ROLLO, Maria Fernanda

Momentos de Inovação e Engenharia em Portugal no Século XX, Lisboa, Dom Quixote, 2004.

LEITE, Ana Cristina (Dir.)

Arquitectura Premiada em Lisboa. Exposição Comemorativa do 500 Aniversário da Criação do Prémio Municipal de Arquitectura, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1988.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS

15 Anos de Obras Públicas: 1932/1947, Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, 1948.

PERNES, Fernando (coord.)

Panorama da Arte Portuguesa no Século XX, Porto, Fundação de Serralves e Campo das Letras, 1999.

Panorama da Cultura Portuguesa no Século XX. Artes & Letras, Porto, Edições Afrontamento, Porto 2001 e Fundação de Serralves, 2001.

RIBEIRO, Ana Isabel (Coord.)

50 Anos de Arquitectura e Urbanismo em Portugal: Através da Obra de Francisco da Silva Dias, Almada, Casa da Cerca – Centro de Arte Contemporânea, 2006.

RIBEIRO, Rogério (coord.)

Um tempo e um Lugar – dos anos quarenta aos anos sessenta – dez exposições gerais de artes plásticas, Vila Franca de Xira, Celeiro da Patriarcal, 2005.

SERPA, Luís (Coord.)

Depois do Modernismo, Lisboa, 1983.

SILVA, João Pedro Conceição (coord.)

SILVA, Francisco Manuel Conceição

Conceição Silva Arquitecto, 1922-1982, Lisboa, Sociedade Nacional de Belas Artes 1987.

TOSTÕES, Ana (coord.)

A Arquitectura Moderna Portuguesa, 1920-1970, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico, 2004.

Arquitectura e Cidadania. Atelier Nuno Teotónio Pereira, Lisboa, Centro Cultural de Belém, 2004.

DISSERTAÇÕES E TRABALHOS ACADÉMICOS

ACCIAIUOLI, Margarida

Os anos 40 em Portugal. O País, o Regime e as Artes, Lisboa, Dissertação de Doutoramento em História da Arte Contemporânea apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1991.

Os Cinemas de Lisboa – um fenómeno urbano do século XX, Dissertação de Mestrado em História da Arte apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1982.

AGAREZ, Ricardo

Arquitectura de Habitação Multifamiliar. Lisboa anos 1950, Lisboa, Dissertação de Mestrado em História da Arte Contemporânea apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2003.

ALEGRI, Alessia, *Mientras Apolo 70 viaja hacia a Alvalaxia XXI, Colombo y Vasco de Gama nos descubren otra ciudad. La dimensión urbana del espacio comercial en Lisboa. 1970-2010*, Dissertação de Doutoramento em Urbanismo e Ordenación del Territorio pela Universitat Politècnica de Catalunya, Escuela Técnica Superior de Arquitectura de Barcelona, 2012.

ALMEIDA, Patrícia Bento d'

Victor Palla e Bento d'Almeida. Obras e Projectos de um Atelier de Arquitectura, 1946-1973, Dissertação de Mestrado em História da Arte Contemporânea apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2006.

BAPTISTA, Luís António Vicente

A Cidade em Reinvenção. Crescimento Urbano e a Emergência das Políticas Sociais de Habitação. Lisboa Século Vinte, Dissertação de Doutoramento em Sociologia apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1996.

BARATA-MOURA, Maria Helena Castel-Branco Lisboa

Os Engenheiros em Lisboa, Urbanismo e Arquitectura (1850-1930), Lisboa, Dissertação de Mestrado em História da Arte Contemporânea apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1996.

BRIZ, Maria da Graça Gonzalez, A Arquitectura de veraneio, Os Estoris – 1880/1930, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1989.

CORREIA, Nuno Carlos Pedroso de Moura

O Nome dos Pequenos Congressos. A Primeira Geração de Encontros em Espanha 1959-1967 e o Pequeno Congresso de Portugal, Tesina Master Teoria e Historia de la Arquitectura, Universitat Politècnica de la Catalunya, 2009/2010.

COSTA, João Pedro

Bairro de Alvalade. Considerações sobre o Urbanismo Habitacional, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, 1998.

COUTINHO, Bárbara Santos

Carlos Ramos (1887-1969): Obra, pensamento e acção. A procura do compromisso entre o Modernismo e a Tradição, Dissertação de Mestrado em História da Arte Contemporânea apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2001.

FERNANDEZ, Sérgio

Percursos: Arquitectura Portuguesa 1930-1974, Dissertação para obtenção do título de professor agregado do curso de Arquitectura da Escola Superior de Belas Artes do Porto, 1988.

FERREIRA, Vítor Matias

A Cidade de Lisboa: De Capital do Império a Centro da Metrópole, Lisboa, Dissertação de Doutoramento em Sociologia apresentada ao Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 1986.

FERREIRA, Jorge Manuel Fernandes Figueira

A periferia perfeita: Pós-Modernidade na Arquitectura Portuguesa, Anos 60 – Anos 80, Dissertação de Doutoramento em Arquitectura (Teoria e História da Arquitectura) apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2009.

FLORES, Joaquim António de Moura

Planos de Salvaguarda e Reabilitação de Centros Históricos em Portugal, Dissertação de Mestrado em Reabilitação da Arquitectura e Núcleos Urbanos apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, 1998.

GUARDA, Israel Videirinho

Formas Urbanas: A construção da cidade de Lisboa entre 1888 e 1958, Dissertação de Mestrado em História da Arte Contemporânea apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2006.

HENRIQUES, Susana Maria Tavares dos Santos

Keil do Amaral – Urbanista. Tradição e Modernidade na sua Obra, Dissertação de Mestrado em Desenho Urbano apresentada ao Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa, 2000.

JANARRA, Pedro

A Política Urbanística e de Habitação Social no Estado Novo – O Caso do Bairro de Alvalade (Entre o Projecto e o Concretizado), Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa, 1994.

LEITE, Inês de Sousa Gonçalves de Almeida

Francisco da Conceição Silva. Para uma compreensão da obra e do grande atelier/empresa – 1946-1975, Dissertação de Mestrado em História da Arte Contemporânea apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2007.

MARQUES, Maria da Conceição Coutinho de Oliveira

O Desenvolvimento Urbano de Lisboa, 1879-1938, Dissertação de Licenciatura em História apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa, 1967.

MARTINS, João Palla e Carmo Reinas

O Lugar do Desenho na Obra de Victor Palla, Dissertação de Doutoramento em Belas Artes (especialização em Ciências da Arte) apresentada à Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa, 2012.

Victor Palla (1922-2006). Um levantamento crítico, Dissertação de Mestrado em Design e Cultura Visual apresentada ao Instituto de Artes Visuais Design e Marketing, Lisboa, 2007.

MARTINS, João Paulo

Cottinelli Telmo/1897-1948, a Obra do Arquitecto, Dissertação de Mestrado em História da Arte apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1995.

MONTEIRO, Isabel Sofia das Neves Duarte Mendes

A obra do arquitecto Fernando Silva (1914-e1983): Um arquitecto da “Geração Esquecida”, Dissertação de Mestrado em História da Arte Contemporânea apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2008.

PEREIRA, Michel Toussaint Alves

Da Architectura à Teoria e o Universos da Teoria da Architectura em Portugal na primeira metade do século XX, Dissertação de Doutoramento em Teoria da Architectura apresentada à Faculdade de Architectura da Universidade Técnica de Lisboa, 2009.

SILVA, Carlos Nunes

Planeamento Municipal e a organização do espaço em Lisboa: 1926-1974, Dissertação de Mestrado em Geografia Humana: Planeamento Regional e Local apresentada ao Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, 1987.

SILVA, Raquel Henriques da

Lisboa Romântica, Urbanismo e Arquitectura, 1777, 1874, Dissertação de Doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1997.

TOSTÕES, Ana

Cultura e Tecnologia na Arquitectura Moderna Portuguesa, Lisboa, Dissertação de Doutoramento em Engenharia do Território apresentada ao Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa, 2002.

WISEU, Pedro Santos

O Velho Bairro do Restelo: o regresso do quarteirão, Prova final de Licenciatura apresentada ao Departamento de Arquitectura da F.C.T. da Universidade de Coimbra, 2001.

COMUNICAÇÕES, CONGRESSOS, REUNIÕES E SEMINÁRIOS

AAVV

1º Congresso Nacional de Arquitectura, Maio/Junho de 1948, Relatório da Comissão Executiva, Teses, Conclusões e Votos do Congresso, Lisboa, Sindicato Nacional dos Arquitectos, 1948.

AAVV

Evolution de l'Urbanisme au Portugal – Exemples du Passé, Pont Actuel, Perspectives de l'Avenir, XXI Congrès International de L'Habitation et de l'Urbanisme, Lisbonne, 1952.

AAVV

“Habitações económicas. O problema da habitação”, In AAVV, *Primeira Reunião Olisiponense*, Comemorações do VIII Centenário da Tomada de Lisboa aos Mouros, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1948, vol. 1, pp. 493-497.

AAVV

Lista dos Participantes, XXI Congresso Internacional da Habitação e Urbanismo, Lisboa, 1952.

AAVV

Problemas de Urbanização, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1938.

AAVV

Troisième Congrès de L'Union Internationale des Architectes, Lisbonne, 20-27 Septembre 1953. Rapport Final. Lisbonne, Librairie Portugal, 1953.

ALMEIDA, Amadeu Ferreira d'

“Habitações económicas. A urbanização económica de Lisboa”, In AAVV, *Primeira Reunião Olisiponense*, Comemorações do VIII Centenário da Tomada de Lisboa aos Mouros, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1948, vol. 2, pp. 37-41.

“Casas compradas por andares”, In AAVV, *Primeira Reunião Olisiponense*, Comemorações do VIII Centenário da Tomada de Lisboa aos Mouros, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1948, vol. 1, pp. 499-500.

AMARAL, Francisco Keil do

Possibilidades e Limitações dos Municípios na Orientação do Carácter Arquitectónico e Urbanístico dos Aglomerados Urbanos, Comunicação apresentada ao II Congresso das Capitais, Lisboa 1950.

BRANCO, Alberto Emílio Meireles de Lacerda Castelo

“Habitações económicas. Algumas sugestões”, In AAVV, *Primeira Reunião Olisiponense*, Comemorações do VIII Centenário da Tomada de Lisboa aos Mouros, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1948, vol. 1, pp. 501-512.

CORTE-REAL, João Afonso

“Habitações económicas. O condicionamento habitacional de Lisboa”, In AAVV, *Primeira Reunião Olisiponense*, Comemorações do VIII Centenário da Tomada de Lisboa aos Mouros, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1948, vol. 1, pp. 513-529.

COSTA, Augusto Pires Celestino

BORGES, Rui

VASCONCELOS, Pedro de

Relação entre os tipos de habitação e a urbanização das zonas residenciais, XXI Congresso Internacional da Habitação e Urbanismo, Lisboa, 1952.

GARRETT, Antão de Almeida

A Urbanização e a Construção Económica – Contribuição para o Estudo do Problema, Tese apresentada ao II Congresso Nacional de Engenharia, Edição do Autor, Porto, 1948.

LOBATO, Luís Guimarães

Lisboa, Urbanismo e Habitação, subsídios para o seu estudo, relatório apresentado no XXI Congresso da Federação Internacional de Habitação e Urbanismo, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1952.

MENDES, Manuel

“La casa: paisaje doméstico y proyecto. (Moderno, circunstancia portuguesa, manifiesto portuense, cultura de la ciudad, señales de la arquitectura)”, In Victor Perez Escolano, Carlos Sanbricio, Ignasi de Solá-Morales, *La habitación y la ciudad modernas: rupturas y continuidades, 1925-1965*, Actas do Primeiro Seminário DOCOMOMO Ibérico, Zaragoza, DOCOMOMO Ibérico, Fundación Mies Van der Rohe-Barcelona, 1997, pp. 55-76.

MESQUITA, Jorge Carvalho de

Plano de Remodelação da Baixa. Praça da Figueira, Rossio, Rua da Palma e S. Lázaro, Lisboa, Comunicação apresentada ao II Congresso das Capitais, 1950.

MILHEIRO, Ana Cristina Fernandes Vaz

FERREIRA, Jorge Manuel Fernandes Figueira

A Joyous Architecture. As exposições de Arquitectura Moderna Brasileira em Portugal e sua influência nos territórios Português e Africano, 8º Seminário DOCOMOMO Brasil, Rio de Janeiro, Setembro 2009.

MONTEIRO, Porfírio Pardal

A habitação modesta nos grandes núcleos urbanos, In *III Congreso de la Federación de Urbanismo y de la vivienda*, Lisboa, 1944.

Protecção do campo contra as infiltrações da urbanização defeituosa, In *III Congreso de la Federación de Urbanismo y de la vivienda*, Lisboa, 1944.

OLIVEIRA, Ricardo Marques Girão Ribeiro de (comp.)

Lisboa, sua Evolução e Desenvolvimento, XXI Congresso da Federação Internacional de Habitação e Urbanismo, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1952.

ROSA, Jacobetty

A racionalização na Habitação e na Urbanização, In *I Congresso Nacional de Arquitectura – Teses*, Lisboa, 1948, pp. 223-228.

SÁ, Alexandre Vasconcelos de

Expansão e Remodelação de Lisboa. Orientação Administrativa, Comunicação Apresentada ao II Congresso das Capitais, Lisboa, 1950.

WEB SITES

www.epul.pt

www.monumentos.pt

www.igespar.pt

<http://ulisses.cm-lisboa.pt/data/002/008/>

